SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS MINEIROS

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS

Minas Gerais , 19 de Agosto de 2026 • Diário Oficial dos Municípios Mineiros • ANO XVIII | Nº 4342

Expediente:
Associação Mineira de Municípios – AMM - MG

Presidente - LUCAS VIEIRA LOPES

1º Vice-Presidente - SANDRO LÚCIO FONSECA
2º Vice-Presidente - JOSÉ APARECIDO MENDES SANTOS
3º Vice-Presidente - LUIZ FÁBIO ANTONUCCI FILHO
1º Secretário - MAYCON WILLIAN DA SILVA
2º Secretário - VIVIANE BARBOSA PENA
1º Tesoureiro - JULIANO VASCONCELOS GONÇALVES
2º Tesoureiro - GEFERSON GIORDANI BURGARELLI

Diretor Região Central - EVALDO PAULO DOS REIS
Diretor Região Central - OTACÍLIO NETO COSTA MATTOS
Diretor Região Central - JOÃO MARCELO DIEGUEZ PEREIRA

Diretor Região Sul - EDUARDO CHEUNG DE LIMA
Diretor Região Sul - ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL

Diretor Região Noroeste - RAFAEL COSTA DE TONI
Diretor Região Noroeste - OSEIAS CARDOSO QUEIROZ

Diretor Região Triângulo - MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Diretor Região Triângulo - FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Diretora Região Triângulo - ELISA GONÇALVES DE ARAUJO

Diretora Região Alto Paranaíba - FERNANDA APARECIDA LAGARES DE OLIVEIRA
Diretor Região Alto Paranaíba - RUBENS MAGELA DA SILVA
Diretora Região Alto Paranaíba - MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES

Diretor Região Centro-Oeste - FERNANDO AUGUSTO ALVES DE ANDRADE
Diretor Região Centro-Oeste - LEONARDO LACERDA CAMILO
Diretor Região Centro-Oeste - ADALBERTO RIBEIRO LOPES

Diretora Região Zona da Mata - ELENICE PEREIRA DELGADO SANTELLI
Diretor Região Zona da Mata - VICTOR DE PAIVA LOPES
Diretor Região Zona da Mata - SILVÉRIO JOAQUIM APARECIDO DA LUZ

Diretor Região Norte - ROBERTO JAIRO TORRES
Diretor Região Norte - JOAQUIM NERES XAVIER DIAS
Diretor Região Norte - CLEBER NASCIMENTO DE PINHO

Diretor Região Jequitinhonha/Mucuri - FABIANO FERNANDES SILVA RIBEIRO
Diretor Região Jequitinhonha/Mucuri - MARCELO ADRIANO XAVIER DE VASCONCELOS
Diretor Região Jequitinhonha/Mucuri - HERMES ADALTO GOMES DA CUNHA

Diretor Região Rio Doce - JOVANI FERREIRA DOS SANTOS
Diretor Região Rio Doce - RONEY ALVES DE BRITO
Diretor Região Rio Doce - VITOR VICENTE DO PRADO

Membro Efetivo Conselho Fiscal - MÁRCIO PESSOA MOREIRA VICTOR
Membro Efetivo Conselho Fiscal - GUSTAVO MARQUES CARVALHO MITRE
Membro Efetivo Conselho Fiscal - ANTÔNIO MÁRCIO VIEIRA

Membro Suplente Conselho Fiscal - FÁBIO ALVES COSTA FONSECA
Membro Suplente Conselho Fiscal - RAFAEL AUGUSTO FRANÇA OLIVEIRA MACHADO
Membro Suplente Conselho Fiscal - AILTON PEREIRA GOULART

O Diário Oficial dos Municípios do Estado de Minas Gerais é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DE MINAS GERAIS
ACISPES - AGENCIA DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL EM SAUDE PÉ DE SERRA

AGENCIA DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL EM SAUDE PÉ DA SERRA - ACISPES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

A Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra – ACISPES, torna pública a realização da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo menor preço global, pelo modo de disputa aberto, objetivando registro de preços para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA INTELIGENTE, COMPREENDENDO A CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES, A REALIZAÇÃO DE MENTORIA PEDAGÓGICA CONTÍNUA E O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS FÍSICOS E DIGITAIS DESTINADOS AOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS), VISANDO AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, POR MEIO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, conforme especificação deste Edital. Envio das propostas poderá ser feito da publicação do edital até às 09h00min do dia 04/09/2026. Início da sessão pública virtual será às 09h00min do dia 04/09/2026 (Horário de Brasília), através do endereço eletrônico https://ammlicita.org.br/. Maiores informações na sede do consórcio no setor de Licitações, Rua Ataliba de Barros, nº 05, Bairro São Mateus, Juiz de Fora - MG, CEP: 36.025-275, ou através do e-mail licitacoes@acispes.com.br e do telefone (32) 3313-4054.Juiz de Fora

Publicado por:
Geisiane Rocha Barbosa
Código Identificador:EC1FFF01

ESTADO DE MINAS GERAIS
ARISMIG - AGENCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MG

ARISMIG - AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS
CONVOCATÓRIA PARA REUNIÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - 24 DE AGOSTO DE 2026

O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições, e considerando a competência prevista no art. 23-A do Estatuto Social, **CONVOCA** os membros da Diretoria Colegiada para reunião a ser realizada no próximo dia **24 de agosto de 2026,** com **início às 08h30**, em ambiente virtual, por meio da *plataforma do Google Meet*, visando discutir, deliberar o(s) seguinte(s) assunto(s):
I. Recurso Administrativo interposto pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Três Pontas/MG em face do posicionamento da Ouvidoria da ARISMIG sobre a cobrança de débitos pretéritos de água e esgoto de imóvel adquirido mediante leilão judicial.

Considerando o disposto acima, a reunião da Diretoria Colegiada será transmitida via *plataforma Google Meet*, no dia e hora designados.

Boa Esperança, 18 de agosto de 2026.

ADRIANO COSTA REIS JUNIOR
Diretor Geral da ARISMIG

Publicado por:
Luiza Rodrigues
Código Identificador:84DD1055

ARISMIG - AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS
MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

Por meio desta, a AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS, nos termos do art. 75, §3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados em relação à contratação direta, por meio de dispensa de licitação, para o seguinte objeto abaixo, visando selecionar a proposta mais vantajosa:
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de mobiliário de escritório, compreendendo mesa e cadeiras com base giratória destinados a atender às necessidades da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento de Minas Gerais – ARISMIG, conforme descrição abaixo:

ITEM	MÓVEL	QUANTIDADE
01	Mesa de escritório (estilo birô) em MDF ou MDP, com gavetas. Material dos pés: Ferro. **Referência:** Medidas: 120x60x75 – Cor: Cinza	1 (um)
02	Cadeira assento/encosto diretor com acabamento em tecido preto. Base giratória e braço fixo. **Referência:** Cor: Preta	2 (dois)

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: As propostas deverão ser apresentadas contendo, no mínimo: data de emissão, razão social, número do CNPJ, endereço, cidade, telefone para contato, prazo de validade da proposta, prazo para entrega e assinatura do responsável.
Deverão estar incluídos no valor total da proposta todos os custos relacionados ao fornecimento, inclusive aqueles referentes ao frete/entrega e à montagem dos móveis, quando necessária.
FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento decorrente da contratação será efetuado pela CONTRATANTE, em parcela única, mediante apresentação da Nota Fiscal pela CONTRATADA, após a entrega dos produtos e ateste da conformidade do serviço prestado com o objeto contratado.
DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA: A empresa deverá apresentar, juntamente com a proposta comercial, os documentos comprobatórios de sua regularidade, incluindo:
Inscrição CNPJ;
Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, incluindo a regularidade previdenciária;
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
Certificado de Regularidade do FGTS;
Consulta ao CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) e CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas), conforme art. 91, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

PRAZO E FORMA DE ENVIO
As cotações deverão ser encaminhadas até o dia 21/08/2026, para o e-mail eletrônico: compras@arismig.mg.gov.br.

Boa Esperança/MG, 17 de agosto de 2026.

PEDRO HENRIQUE CHAGAS MAIA VILELA
Técnico Administrativo

Publicado por:
Pedro Henrique Chagas Maia Vilela
Código Identificador:8D137035

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNCÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO

LICENCIAMENTO AMBIENTAL
CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO SIMPLIFICADO LAS CADASTRO 0387/0392/2026

LICENCIAMENTO AMBIENTAL
FRENTE
CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA – LAS CADASTRO N°. 0387/2026
O Município de Santana do Manhuaçu– MG, no uso de suas atribuições por meio do exercício da competência originária com fundamentos constitucionais, prevista na Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, e foi regulamentada pela Deliberação Normativa (DN) Copam nº 213, de 22 de fevereiro de 2017. A DN Copam nº 213/2017 regulamentou o disposto no artigo 9º, inciso XIV, alínea "a" e no artigo 18, §2º, da Lei Complementar Federal nº 140, de 2011, juntamente com o apoio técnico do Consorcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço – CIMVA, em conformidade com o art. 4º, inciso VII, da Lei 21.972, de 21 de Janeiro de 2016 e demais normas específicas, concede a **AUTO POSTO SANTANA DO MANHUAÇU LTDA**, CNPJ/CPF:53.446.045/0001-50, o Licenciamento Ambiental na modalidade LAS CADASTRO, para exercer a atividade principal de F-06-01-7, com descrição de **POSTOS REVENDEDORES, POSTOS OU PONTOS DE ABASTECIMENTO, INSTALAÇÕES DE SISTEMAS RETALHISTAS, POSTOS FLUTUANTES DE COMBUSTÍVEIS E POSTOS REVENDEDORES DE COMBUSTÍVEIS DE AVIAÇÃO**, capacidade de armazenamento 40 m3, potencial poluidor M, classe 2, porte P, e critério locacional 0 (zero), enquadrada na Deliberação Normativa Copam 250/2024, estabelecido na Rua Três, Lote Esquina com Rua Cinco, s/nº, Bairro Santa Fé, no Município de Santana do Manhuaçu no Estado de Minas Gerais, coordenadas geográficas Latitude: 20°6'22,32''S e Longitude: 41°55'20,26''W, conforme processo administrativo nº 0533/0534/2025/CIMVA, e em conformidade com as normas ambientais vigentes. Certificado emitido com base nas informações prestadas pelo empreendedor e responsável técnico, acompanhado do Termo de Responsabilidade assinado pelo titular do empreendimento e de Anotação de Responsabilidade Técnica ou equivalente do profissional responsável.

CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA – LAS CADASTRO N°. 0387/2026
[X] Com Condicionante. [ ] Sem Condicionante.
Validade desta licença 10 (dez anos), vencimento em 13/05/2036.

Santana do Manhuaçu, MG, 13 de maio de 2026.

FRANCISCO DE PAULO FREITAS –
Prefeito
Autoridade Municipal

VERSO
PROCESSO N°: 0533/0534/2025/CIMVA.
ESTA LICENÇA NÃO DISPENSA NEM SUBSTITUI A OBTENÇÃO, PELO REQUERENTE, DE CERTIDÕES, ALVARÁS, LICENÇAS OU AUTORIZAÇÕES, DE QUALQUER NATUREZA, EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL.

DAS CONDICIONANTES
ESTE PROCESSO N°: 0533/0534/2025/CIMVA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO LAS CADASTRO, FOI AUTORIZADO MEDIANTE FOLHA DE DECISÃO DA 12° REUNIÃO ORDINARIA OCORRIDA NA DATA DE 15 DE ABRIL DE 2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MUNICIPIO DE SANTANA DO MANHUAÇU - MG.

ESTE CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL SOMENTE TEM VALIDADE ACOMPANHADO DO PARECER TÉCNICO ÚNICO QUE SEGUE EM ANEXO, ONDE ESTÃO LISTADOS TODAS AS CONDICIONANTES QUE DEVERÃO SER CUMPRIDAS PELO EMPREENDIMENTO NOS PRAZOS ESTABELECIDOS.

Publicado por:
Alexsander Costa de Matos
Código Identificador:A7700B69

LICENCIAMENTO AMBIENTAL
CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO SIMPLIFICADO LAS CADASTRO 0391/2026

LICENCIAMENTO AMBIENTAL
FRENTE
CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA LAS CADASTRO N°. 0391/2026
O Município de Caratinga – MG, no uso de suas atribuições por meio do exercício da competência originária com fundamentos constitucionais, prevista na Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, e foi regulamentada pela Deliberação Normativa DN copam nº 213, de 22 de fevereiro de 2017. A DN Copam nº 213/2017 regulamentou o disposto no artigo 9º, inciso XIV, alínea "a" e no artigo 18, §2º, da Lei Complementar Federal nº 140, de 2011, juntamente com o apoio técnico do Consorcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço – CIMVA, em conformidade com o art. 4º, inciso VII, da Lei 21.972, de 21 de Janeiro de 2016 e demais normas especificas, concede a HC CALDERARIA E ESTRUTURAS METALICAS LTDA, CNPJ/CPF: 08.067.510/0003-50 o Licenciamento Ambiental na modalidade LAS CADASTRO, para exercer a atividade principal de B-05-04-5, com descrição de Fabricação de estruturas metálicas e artefatos de trefilados de ferro, aço e de metais não-ferrosos, sem tratamento químico superficial, área útil 2.00 ha, potencial poluidor geral M, Classe 2, porte P, e critério locacional 0 (zero), enquadrada na Deliberação Normativa Copam 250/2024, estabelecida na Rua 05 PDV, s/n, gleba A 05 E Bairro Silvana no Município de Caratinga, no Estado de Minas Gerais, coordenadas geográficas Latitude: 19°26'26,60"S e Longitude: 42°31'41,61"O, conforme processo administrativo nº 0709/0710/0893/2026/CIMVA, e em conformidade com as normas ambientais vigentes. Certificado emitido com base nas informações prestadas pelo empreendedor e responsável técnico, acompanhado do Termo de Responsabilidade assinado pelo titular do empreendimento e de Anotação de Responsabilidade Técnica ou equivalente do profissional responsável.
CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA LAS CADASTRO N°. 0391/2026
[X] Com Condicionantes. [ ] Sem condicionante.
Validade desta licença: 10 (dez anos) com vencimento em 07/08/2036.

Caratinga - MG, 07 agostos de 2026.

EDUARDO BUZIM JUNIOR
Secretario Municipal de Meio AmbienteE Serviços Urbanos

Verso
Processo N°: 0709/0710/0893/2026/cimva
Esta Licença Não Dispensa, Nem Substitui a Obtenção Pelo Requerente de Certidões, Alvarás, Licenças e Autorizações de Qualquer Natureza, Exigidos Pelas Legislações Federal, Estadual e Municipal.
Atividade Secundário de B-06-03-3, Jateamento e Pintura, área útil 2.00 Ha, Potencial Poluidor Geral M, Classe 2, Porte P, e Critério Locacional 0 (zero), Enquadrada na Deliberação Normativa Copam 250/2024, Estabelecida na Rua 05 Pdv, S/n, Gleba a 05 e Bairro Silvana no Município de Caratinga, no Estado de Minas Gerais, Coordenadas Geográficas Latitude: 19°26'26,60"s e Longitude: 42°31'41,61"o, Conforme Processo Administrativo Nº 0709/0710/0893/2026/cimva,
Das Condicionantes
Este Processo N° 0709/0710/0893/2026/cimva
De Licenciamento Ambiental Simplificado Las Cadastro, Foi Autorizado Mediante Folha de Decisão da 17ª Reunião Ordinaria Ocorrida na Data de 29/07/2026 do Conselho Municipal de Meio Ambiente do Município de Caratinga - Mg.
Este Certificado de Licenciamento Ambiental Somente Tem Validade Acompanhado do Parecer Técnico único Que Segue em Anexo, Onde Estão Listados Todas as Condicionantes Que Deverão Ser Cumpridas Pelo Empreendimento Nos Prazos Estabelecidos.

Publicado por:
Alexsander Costa de Matos
Código Identificador:BC756299

LICENCIAMENTO AMBIENTAL
CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO SIMPLIFICADO LAS/RAS 0139/2026

LICENCIAMENTO AMBIENTAL
FRENTE
CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA – LAS RAS N°. 0139/2026
O Município de Marliéria – MG, no uso de suas atribuições por meio do exercício da competência originária com fundamentos constitucionais, prevista na Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, e foi regulamentada pela Deliberação Normativa (DN) Copam nº 213, de 22 de fevereiro de 2017. A DN Copam nº 213/2017 regulamentou o disposto no artigo 9º, inciso XIV, alínea "a" e no artigo 18, §2º, da Lei Complementar Federal nº 140, de 2011, juntamente com o apoio técnico do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço – CIMVA, em conformidade com o art. 4º, inciso VII, da Lei 21.972, de 21 de Janeiro de 2016 e demais normas especificas, concede a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARLIÉRIA – ETE CAVA GRANDE**, CNPJ/CPF:16.796.872/0001-48, a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS RAS, , para exercer a atividade principal de E-03-06-9 com descrição de Estação de tratamento de esgoto sanitário, Vazão media prevista: 6,290 l/s, Classe 2, porte P e critério locacional 1 (UM),enquadrada na DN 250/2024/CIMVA, estabelecida na Estrada Fazenda Cava Grande, S/N, Zona Rural no Município de Marliéria no Estado de Minas Gerais, coordenadas geográficas UTM 23S Latitude: X:750908,44 e Longitude: Y:7826646,01, conforme processo administrativo nº 0182/0183/2023/0895/2026/CIMVA, e em conformidade com as normas ambientais vigentes. Certificado emitido com base nas informações prestadas pelo empreendedor, acompanhado do Termo de Responsabilidade assinado pelo titular do empreendimento e de Anotação de Responsabilidade Técnica ou equivalente do profissional responsável.

CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA LAS RAS N°. 0139/2026

[X] Com Condicionante. [ ] Sem Condicionante.
Validade desta licença 10(Dez anos), vencimento em 24/07/2036**.**

Marliéria, MG, 24 de julho de 2026.

HAMILTON LIMA PAULA -
Prefeito
Autoridade Municipal

VERSO
Processo N°: 0182/0183/2023/0895/2026/CIMVA
ESTA LICENÇA NÃO DISPENSA, NEM SUBSTITUI A OBTENÇÃO PELO REQUERENTE DE CERTIDÕES, ALVARÁS, LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES DE QUALQUER NATUREZA, EXIGIDOS PELAS LEGISLAÇÕES FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.
AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL: Nº 2100.01.0001534/2024-04, EMITIDO PELA URFBIO RIO DOCE - NÚCLEO DE APOIO REGIONAL DE TIMÓTEO – IEF.
DA CONDICIONANTE
ATIVIDADE SECUNDÁRIA: E-03-05-0 COM DESCRIÇÃO DE INTERCEPTORES, EMISSÁRIOS, ELEVATÓRIAS REVERSÃO DE ESGOTO**,** VAZÃO MÉDIA PREVISTA: 6,290L/S, CLASSE NP, E CRITÉRIO LOCACIONAL 1 (UM),ENQUADRADA NA DN COPAM 250 DE 2024, ESTABELECIDA NA ESTRADA FAZENDA CAVA GRANDE, S/N, ZONA RURAL NO MUNICÍPIO DE MARLIÉRIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, COORDENADAS GEOGRÁFICAS LATITUDE: X:750908,44 E LONGITUDE: Y:7826646,01, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0182/0183/2023/0895/2026/CIMVA
ESTE PROCESSO N°:0182/0183/2023/0895/2026/CIMVA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO LAS/RAS,

FOI AUTORIZADO MEDIANTE FOLHA DE DECISÃO DA 88ª REUNIÃO ORDINARIA OCORRIDA NA DATA DE 23 DE JULHO DE 2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MUNICIPIO DE MARLIÉRIA - MG.
ESTE CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL SOMENTE TEM VALIDADE ACOMPANHADO DO PARECER/ADENDO TECNICO ÚNICO QUE SEGUE EM ANEXO, ONDE ESTÃO LISTADOS TODAS AS CONDICIONANTES QUE DEVERÃO SER CUMPRIDAS PELO EMPREENDIMENTO NOS PRAZOS ESTABELECIDOS.

Publicado por:
Alexsander Costa de Matos
Código Identificador:2A9FCDBE

LICENCIAMENTO AMBIENTAL
CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO SIMPLIFICADO LAS/RAS 0140/2026

LICENCIAMENTO AMBIENTAL
FRENTE
CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA – LAS/RAS N°. 0140/2026
O Município de Taparuba – MG, no uso de suas atribuições por meio do exercício da competência originária com fundamentos constitucionais, prevista na Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, e foi regulamentada pela Deliberação Normativa (DN) Copam nº 213, de 22 de fevereiro de 2017. A DN Copam nº 213/2017 regulamentou o disposto no artigo 9º, inciso XIV, alínea "a" e no artigo 18, §2º, da Lei Complementar Federal nº 140, de 2011, juntamente com o apoio técnico do Consorcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço – CIMVA, em conformidade com o art. 4º, inciso VII, da Lei 21.972, de 21 de Janeiro de 2016 e demais normas especificas, concede a PREFEITURA MUNICIPAL TAPARUBA, CNPJ/CPF: 01.616.741/0001-64, o Licenciamento Ambiental na modalidade LAS RAS, para exercer a atividade principal de E-03-07-9,com descrição de **UNIDADE DE TRIAGEM DE RECICLAGEM E/OU DE TRATAMENTO DE RESÍDUO ORGÂNICOS ORIGINADOS DE RESÍDUOS URBANOS, quantidade operada de RSU 6,000 t/dia, E-03-07-8 ESTAÇÃO DE TRANSBORDO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS**, quantidade operada de RSU: 4,000 t/dia, classe 2, porte M , potencial poluidor geral M e critério locacional 1 (UM), enquadrada na Deliberação Normativa Copam 250/2024, estabelecida na Córrego Corredeira de Baixo, s/nº, Zona Rural, no Município de Taparuba no Estado de Minas Gerais, coordenadas geográficas latitude 19°43'59,7''S e longitude 41°36'59,7"W, conforme processo administrativo nº 0866/0867/2026/CIMVA, e em conformidade com as normas ambientais vigentes. Certificado emitido com base nas informações prestadas pelo empreendedor e responsável técnico, acompanhado do Termo de Responsabilidade assinado pelo titular do empreendimento e de Anotação de Responsabilidade Técnica ou equivalente do profissional responsável.
CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA – LAS RAS N°. 0140/2026
[X] Com Condicionante. [ ] Sem Condicionante.
Validade desta licença 10 (dez anos), vencimento em 28/07/2036.

***JOAQUIM CARLOS DA SILVA NETO* –**
Prefeito
Autoridade Municipal

VERSO
PROCESSO N°: 0866/0867/2026/CIMVA
ESTA LICENÇA NÃO DISPENSA NEM SUBSTITUI A OBTENÇÃO, PELO REQUERENTE, DE CERTIDÕES, ALVARÁS, LICENÇAS OU AUTORIZAÇÕES, DE QUALQUER NATUREZA, EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL.
Atividade secundária: F-05-18-1, com descrição de **ÁREAS DE TRIAGEM, TRANSBORDO E ARMAZENAMENTO TRANSITÓRIO E/OU RECICLAGEM DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E VOLUMOSOS ,** capacidade de recebimento: 100,000 m³/dia, classe 2, porte P, potencial poluidor geral M e critério locacional 1 (UM), enquadrada na Deliberação Normativa Copam 250/2024, estabelecida na Córrego Corredeira de Baixo, s/nº, Zona Rural, no Município de Taparuba no Estado de Minas Gerais, coordenadas geográficas latitude 19°43'59,7''S e longitude 41°36'59,7"W, conforme processo administrativo nº 0866/0867/2026/CIMVA
DAS CONDICIONANTES
ESTE PROCESSO N°: 0866/0867/2026/CIMVA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO LAS/RAS, FOI AUTORIZADO MEDIANTE FOLHA DE DECISÃO DA REUNIÃO ORDINARIA OCORRIDA NA DATA DE 30 DE JUNHO DE 2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MUNICIPIO DE TAPARUBA - MG.
ESTE CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL SOMENTE TEM VALIDADE ACOMPANHADO DO PARECER TECNICO ÚNICO QUE SEGUE EM ANEXO, ONDE ESTÃO LISTADOS TODAS AS CONDICIONANTES QUE DEVERÃO SER CUMPRIDAS PELO EMPREENDIMENTO NOS PRAZOS ESTABELECIDOS.

Publicado por:
Alexsander Costa de Matos
Código Identificador:101082B3

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRO REGIÃO DO ALTO RIO PARDO

AMARP
ATO DE ADJUDICAÇÃO-HOMOLOGAÇÃO E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS-PRC Nº 017/2026

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRO REGIÃO DO ALTO RIO PARDO-AMARP(MG) – **Processo Nº 017/2026 - Edital Nº 007/2026, na modalidade de Pregão Eletrônico Nº 006/2026, Registro de Preços Nº 005/2026**. Torna público o extrato das Atas celebradas com as empresas CENTRO NORTE SINALIZAÇÃO VIÁRIA COMERCIAL E SERVIÇOS e VIA PARANÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA. Objeto: constitui o objeto da presente o registro de preços, cujo objeto do presente é a aquisição de tintas para sinalização horizontal viária, incluindo tintas acrílicas à base de solvente e tinta epóxi-acrílica para demarcação viária, diluente compatível e microesferas de vidro, execução de serviços de sinalização horizontal viária pela Associação dos Municípios da Microrregião do Alto Rio Pardo – AMARP, conforme especificações técnicas, quantidades, condições de fornecimento, critérios de controle de qualidade e exigências estabelecidas no Anexo I-Termo de Referência e seus anexos. Fundamento legal: Art. 94, Inciso I e Art. 176, Inciso III, parágrafo único da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações. Data: 14.08.2026.

***RAFAEL CÁSSIO DOS SANTOS*-**
Pregoeiro.

***ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL*-**
Presidente da AMARP.

Publicado por:
Hariana Salesi Augusto de Oliveira
Código Identificador:1400747C

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO BAIXO SAPUCAÍ AMBASP

CIMBASP - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DO BAIXO SAPUCAID
ATO EXTRATO DE EDITAL PROCESSO LICITATORIO Nº 007/2026

ATO Pregão eletrônico nº 003/2026 Registro de Preços/ Menor Valor Global

Pregão eletrônico será realizado pela plataforma eletrônica LICITAR digital

O Consorcio Intermunicipal Multifinalitario do Baixo Sapucaí-CIMBASP, torna público para conhecimento dos interessados edital Pregão Eletrônico nº 07/2026 – Processo Licitatório nº 03/2026. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) E EMULSÃO ASFÁLTICA RR-1C EM CONFORMIDADE COM AS NORMS DA ABNT/NBP E DEMAIS NORMS TECNICAS PERTINENTES, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS MUNICIPIOS CONSORCIADOS AO CIMBASP– CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO BAIXO SAPUCAÍ Tipo: Menor Valor Global. O recebimento da propostas se iniciarão as 15h do dia 19/08/2026 tendo seu encerramento as 08h do dia 02/09/2026. A sessão de abertura e analise das propostas acontecera atraves do portal LICITAR DIGITAL (www.licitardigital.com.br) às 8:15min do dia 02/09/2026. O edital está disponível: em www.cimbasp.mg.gov.br e/ou www.licitardigital.com.br e/ou no PNCP e, na sede do CIMBASP localizado a Rua da Maçonaria, nº 82, Vila Bueno, Varginha - MG. Informações pelos telefones (35) 3221-6361, ou e-mail cimbasp@cimbasp.mg.gov.br.

Varginha, MG 18/08/2026

LEONARDO VINHAS CIACCI
Presidente do Consorcio - CIMBASP

Publicado por:
Ana Carla Caldeira
Código Identificador:133994CB

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
1º TERMO ADITIVO DE REALINHAMENTO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 281/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE N° 029/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 017/2025

PREGÃO ELETRÔNICO DE N° 17/2024

1º TERMO ADITIVO DE REALINHAMENTO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 281/2026

PARTES: Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Microrregião do Circuíto do Circuíto da àguas- CIMAG/ Empresa GNC AUTOMOTORES LTDA/ Município de Arantina.
OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE
DIVERSOS VEÍCULOS AUTOMOTORES (ZERO QUILOMETRO) para uso dos Entes Consorciados
DATA: 11.07.2026
BASE LEGAL: Alínea "d", Inciso II do Artigo 124º e 125ª todos da Lei Federal de nº 14.133/2021.
LOTE 011. VEÍCULO ZERO KM, 04 PORTAS, ANO DE FABRICAÇÃO 2025 PODENDO SER TAMBÉM MODELO 2026, (7 LUGARES) DESCRIÇÃO BÁSICA: MÍNIMO DE 105 CV, COR A DEFINIR, CÂMBIO AUTOMÁTICO, COM MAIOR TANQUE, PROPORCIONANDO MAIOR AUTONOMIA PARA VIAGENS LONGAS, NO MÍNIMO 48 LITROS.
VALOR: R$147.013,00.

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:D88DB3DF

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO ADITIVO

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE N° 041/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 028/2025

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE Nº 562/2026
PARTES: Consórcio Público CIMAG/ Empresa PAVICAN PAVIMENTACAO E TERRAPLENAGEM LTDA
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM INFRAESTRUTURA URBANA PARA O MUNICÍPIO DE CAXAMBU.
DATA DO CONTRATO : 14.07.2026.
DATA DO ADITIVO: 03.08.2026.
ADITIVO DE AUMENTO DE META NO PERCENTUAL DE 15,18% DO VALOR CONTRATADO.
VALOR ADITIVADO: R$35.904,29.
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$272.475,57(duzentos e setenta e dois mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), BASE LEGAL: Artigo 125º da Lei Federal de nº 14.133/2021.

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:B1BB227E

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA AMVAP

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 022/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO TRIÂNGULO MINEIRO – AMVAP SAÚDE E O MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG.

2º Termo Aditivo ao Contrato de Rateio nº 022/2026 firmado entre o Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP SAÚDE, inscrito no CNPJ nº 18.151.467/0001-06 e o Município de Ituiutaba/MG, inscrito no CNPJ sob o n. 18.457.218/0001-35, firmado em 17/08/2026. Base Legal: Lei Federal nº 11.107, de 06/04/2005. Objeto: a alteração das fontes de recursos constantes do Contrato de Rateio nº 22/2026, mediante a transferência do montante de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) da Fonte de Recursos 500 para a Fonte de Recursos 600; a alteração das Dotações Orçamentárias previstas na Cláusula Décima Segunda do Contrato de Rateio nº 22/2026, em razão da transferência de recursos prevista na alínea "a"; e a alteração do Anexo Único do Contrato de Rateio nº 22/2026, para adequação das fontes de recursos. Vigência: 17/08/2026 até 31/12/2026.

Uberlândia-MG, 17 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do Consórcio AMVAP Saúde

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:699E4561

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 538/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 538/2026. Contratada: F&K CENTRO DE TRATAMENTO AVANÇADO DEFERIDAS LTDA, CNPJ nº 55.938.463/0001-90, para a contratação de Sessão para tratamento Lesões P, lesões com dimensões até 3 cm de maior diâmetro, incluso laserterapia (infravermelho, vermelho). Valor total do contrato: R$ 1.319,28 (mil, trezentos e dezenove reais e vinte e oito centavos). Valor unitário: R$109,94. Processo Licitatório nº 41/2026 – Inexigibilidade nº 20/2026, Credenciamento nº 12, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. O presente contrato terá vigência: 17/07/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 09 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:5EECFFC8

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 539/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 539/2026. Contratada: F&K CENTRO DE TRATAMENTO AVANÇADO DE FERIDAS LTDA, CNPJ nº 55.938.463/0001-90, para a contratação de Sessão para tratamento Lesões M, lesões com dimensões até 3,1 até 6 cm de maior diâmetro, incluso laserterapia (infravermelho, vermelho). Valor total do contrato: R$ 1.446,96 (mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e noventa e seis centavos). Valor unitário: R$120,58. Processo Licitatório nº 41/2026 – Inexigibilidade nº 20/2026, Credenciamento nº 12, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. O presente contrato terá vigência: 17/07/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 09 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:7C8467F5

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 540/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 540/2026. Contratada: F&K CENTRO DE TRATAMENTO AVANÇADO DE FERIDAS LTDA, CNPJ nº 55.938.463/0001-90, para a contratação de Sessão para tratamento Lesões G, lesões com dimensões até 6,1 até 10 cm de maior diâmetro, incluso laserterapia (infravermelho, vermelho). Valor total do contrato: R$ 1.598,16 (mil, quinhentos e noventa e oito reais e dezesseis centavos). Valor unitário: R$133,18. Processo Licitatório nº 41/2026 – Inexigibilidade nº 20/2026, Credenciamento nº 12, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. O presente contrato terá vigência: 17/07/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 09 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:DDCC6C93

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 327/2026.

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo de Apostilamento ao Contrato 327/2026. Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP Saúde, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, APOSTILA o presente registro para a inclusão da dotação orçamentária: 48 - 10.010.10.305.1008.8002.3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, previstos no item 9.1 da Cláusula Quarta do Contrato supramencionado. Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato que não tenham sido expressamente modificadas por esse apostilamento. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 12 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Renata Pires de Rezende
Código Identificador:9140B012

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 99/2026.

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo de Apostilamento ao Contrato 99/2026. Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP Saúde, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, **APOSTILA** o presente registro para a inclusão da dotação orçamentária: 48 - 10.010.10.305.1008.8002.3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, previstos no item 9.1 da Cláusula Quarta do Contrato supramencionado. Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato que não tenham sido expressamente modificadas por esse apostilamento. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 12 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Renata Pires de Rezende
Código Identificador:1EB767FB

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE PRORROGAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO DE USO DO VACIMÓVEL – COROMANDEL/MG

AMVAP SAÚDE – Prorrogação do Termo de Compromisso de Uso celebrado entre o Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP SAÚDE e o Município de Coromandel/MG, referente à autorização de uso, de caráter precário, gratuito e intransferível, do veículo denominado **"VACIMÓVEL"**, de propriedade do AMVAP SAÚDE, com a finalidade exclusiva de atendimento às ações de vacinação extramuro, instituído pela Resolução SES/MG nº 8.914, de 25 de julho de 2023.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Termo de Compromisso de Uso do Vacimóvel, passando a vigorar até **31 de dezembro de 2026**, permanecendo inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições anteriormente pactuadas.

Uberlândia-MG, 13 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Renata Pires de Rezende
Código Identificador:AD13354A

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DE BAIXA MOGIANA

EDITAIS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EMPREGO PÚBLICO TEMPORÁRIO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EMPREGO PÚBLICO TEMPORÁRIO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EMPREGO PÚBLICO TEMPORÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA BAIXA MOGIANA – CIMOG e oSr.ANDERSON DOS SANTOS VIANA,COM

BASE NO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL (Art. 37, inciso IX) E O TEOR DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025.

CONTRATO Nº 007/2025/CIMOG

Pelo presente TERMO ADITIVO ao contrato administrativo de prestação de serviço temporário – emprego público, o Consórcio Intermunicipal da Baixa Mogiana – CIMOG, pessoa Jurídica de direito público Interno, inscrito no CNPJ sob nº 32.308.233/0001-42, sediado na Rua Joaquim Augusto Ferreira, nº 12, Parque das Orquídeas, Guaxupé-MG, CEP 37.800-000, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Jarbas Correa Filho, Prefeito Municipal de Guaxupé, doravante denominada simplesmente como CONTRATANTE, e do outro lado a Sr.**ANDERSON DOS SANTOS VIANA,**brasileiro, divorciado, Médico Veterinário, inscrito no CRMV-MG sob o nº 13681, portador da Cédula de identidade RG sob nº MG14.341.634, expedida pela SSP/MG e inscrito no CPF sob nº 086.928.716-80, residente e domiciliada Rua Francisco A Silva, nº 484, Santa Cruz da Prata, Guaranésia, MG, na qualidade de CONTRATADO, tem certo, justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO
Nos termos do parágrafo único da Cláusula Segunda, fica prorrogado o presente contrato pelo prazo de mais**06 (seis) meses, a contar de 14 de AGOSTO de 2026.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS
Ficam ratificadas todas as demais cláusulas do contrato de trabalho originário, mante-se incólumes as suas disposições.

E por estarem ambas as partes justas e acordadas entre si, após terem lido e achado conforme o combinado, firmam o presente instrumento contratual em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas devidamente qualificadas.

Guaxupé – MG, 14 de agosto de 2027.

JARBAS CORREA FILHO
Presidente do CIMOG

ANDERSON DOS SANTOS VIANA
Médico Veterinário

Publicado por:
Marco Antonio Godoy
Código Identificador:A0B98B67

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO GRANDE –AMEG

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MEDIO RIO GRANDE
AVISO DE ERRATA

EXTRATO AVISO DE ERRATA – PROCESSO Nº 033/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº. 021/2026 (SEGURO VEICULAR E SEGURO DE VIDA)– A Associação Pública dos Municípios da microrregião do Médio Rio Grande, TORNA PÚBLICO que fica alterado no Aviso de Contratação e seus anexos quanto o critério de Julgamento, bem como alterado os valores das franquias. **A NOVA DATA DA SESSÃO SERÁ DIA 25/08/2026 ÀS 09h**. As demais clausulas permanecem inalteradas. Cópia da errata encontra-se no portal https://ammlicita.org.br e http://ameg-mg.portaltp.com.br/ Informações pelo telefone (35) 3521-9544 .

Passos 18/08/2026.

SILENE CAIRES ENES DOS SANTOS.
Agente de Contratação.

Publicado por:
Silene Caires Enes Dos Santos
Código Identificador:9C417653

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MEDIO RIO GRANDE
EXTRATO DE AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

EXTRATO AVISO DE CONTRATAÇÃO – PROCESSO Nº 041/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº. 026/2026 – A Associação Pública dos Municípios da microrregião do Médio Rio Grande - AMEG, TORNA PÚBLICO que se encontra aberto o Registro de Preços para a contratação de empresa visando a aquisição e a prestação de serviços de manutenção preventivas e corretivas das cadeiras destinadas ao uso dos funcionários e ao atendimento das necessidades do auditório da Associação Pública dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande – AMEG, na modalidade Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE, que será dia **27/08/2026 ás 09H**, os interessados deverão apresentar propostas no site https://ammlicita.org.br, edital encontra-se disponivel no link http://ameg-mg.portaltp.com.br/ nos termos do inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2.021.

Passos, 18/08/2026.

SILENE CAIRES ENES DOS SANTOS.
Agente de Contratação.

Publicado por:
Silene Caires Enes Dos Santos
Código Identificador:33DECD63

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MEDIO RIO GRANDE
PORTARIA N° 574, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA N° 574, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

"Abre o orçamento da AMEG, crédito suplementar no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) para reforço de dotações orçamentárias consignadas no orçamento".

O Presidente da Associação Pública dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande, com base no que dispõe o Anexo IV – "II – Presidência" c/c art. art. 49, inciso II, ambos do Contrato de Consórcio Público Consolidado com o Segundo Termo Aditivo da Associação Pública dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande – AMEG:
RESOLVE
Art. 1º Fica aberto ao orçamento da AMEG, crédito suplementar de R$ 3.000,00 (três mil reais) para suplementação da seguinte dotação orçamentária.
1 – 2020201.0412200012.001 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
FICHA 000010– 1501 – PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
33903300000.....R$ 300,00
2 – 2020203.0412200012.002 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA EXECUTIVA
FICHA 000026– 1501 – PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
33903300000.....R$ 700,00
3 – 2020203.0412200012.003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE ENGENHARIA
FICHA 000037– 1501 – PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
33903300000.....R$ 1.000,00
4 – 2020204.0412200012.005 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE CONTROLE POPULACIONAL DE CAES E GATOS
FICHA 000057– 1501 – PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO

33903300000.....R$ 500,00
5 – 2020201.0412200012.001 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE INSPEÇÃO ANIMAL
FICHA 000068– 1501 – PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
33903300000.....R$ 500,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação da seguinte dotação orçamentária:
1 – 2020201.0412200012.001 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
FICHA 000016– 1501 – DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES
33909200000.....R$ 3.000,00

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de 18/08/2026.

DANIEL FERREIRA DA SILVA
Prefeito de São Tomás de Aquino
Presidente da AMEG

STHEPHANE SILVA LEANDRO PINTO
Contadora da AMEG

Publicado por:
Larissateixeira de Oliveira
Código Identificador:4DF2092C

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÓLIO

CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÓLIO
PORTARIA Nº 27 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a composição, estrutura, procedimentos e atribuições do Comitê de Compliance e Integridade do Poder Legislativo, nos termos da Resolução nº 022, de 25 de fevereiro de 2025.

O Presidente da Câmara Municipal de Capitólio – MG, DALMIR RODRIGUES, no uso de suas atribuições legais e regimentais, especialmente aquelas conferidas pelo Regimento Interno desta Casa Legislativa,
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituído o Comitê de Compliance e Integridade do Poder Legislativo do Município de Capitólio, sob a coordenação da Controladoria Interna.
Art. 2º O Comitê será composto por:
I – 02 (dois) membros indicados pela Mesa Diretora;
II – 03 (três) servidores efetivos e/ou comissionados do Legislativo de Capitólio, incluindo a coordenação dos trabalhos pelo Controlador Interno.
§ 1º A composição deverá observar a pluralidade de áreas e funções, garantindo representatividade administrativa e técnica.
§ 2º Os membros serão designados por meio de portaria específica.
Art. 3º Compete ao Comitê de Compliance e Integridade:
I – propor e acompanhar a implementação de políticas de integridade, compliance e gestão de riscos;
II – monitorar o cumprimento das normas internas e externas aplicáveis ao Legislativo;
III – sugerir medidas de prevenção e correção de irregularidades;
IV – elaborar relatórios periódicos sobre a efetividade das ações de integridade;
V – apoiar a Controladoria Interna na difusão da cultura de ética e transparência.
Art. 4º Os procedimentos do Comitê observarão:
I – reuniões ordinárias trimestrais e extraordinárias quando convocadas pela Coordenação;
II – deliberação por maioria simples dos presentes;
III – registro em ata de todas as reuniões e decisões.
Art. 5º Os membros do Comitê de Compliance e Integridade não receberão qualquer remuneração, sendo considerados de relevante interesse público os serviços por eles prestados.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Capitólio, 18 de agosto de 2026.

DALMIR RODRIGUES
Vereador Presidente da CMC

Publicado por:
Aline Marcelly Ramos
Código Identificador:3FE71281

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CATAS ALTAS

CÂMARA MUNICIPAL DE CATAS ALTAS
HOMOLOGAÇÃO

Processo nº: 28/2026

Modalidade: DISPENSA ELETRÔNICA Nº 11/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Catas Altas, Sr. Anízio Nazareno Aparecido, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento da Lei Federal 14.133/2021 e alterações, HOMOLOGA a Dispensa Eletrônica e ADJUDICA a seguinte empresa:

• DIRCE MELO LIMA MAGALHAES - Tipo: EPP/SS - Documento 21.802.947/0001-96 ;

• LINETE APARECIDA MUNIZ MAGALHAES - Tipo: ME - Documento 07.042.347/0001-46.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, higiene e conservação, recargas de gás liquefeito de petróleo - GLP em botijão de 13 kg, água mineral natural sem gás em garrafão retornável de 20 litros, bem como discos de fibra e escova para enceradeira industrial, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e institucionais da Câmara Municipal de Catas Altas/MG.

Registre-se que todo o procedimento regeu-se em observância aos aspectos legais e formais necessários ao procedimento, pelo que fica a secretaria desta Câmara Municipal autorizada a formalizar o contrato respectivo.

Catas Altas, 18 de agosto de 2026

ANÍZIO NAZARENO APARECIDO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Claudia Gonçalves de Paula
Código Identificador:3CCE5380

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE FORMIGA

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMIGA
PORTARIA Nº 069/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Formiga, Jaci Honório de Paula – Jaci da Rua Nova, no uso das atribuições que lhe conferem a LOM e o Regimento Interno;

CONSIDERANDO o disposto no art. 73, incisos I e II, da Lei nº 9.504/1997, que veda aos agentes públicos a cessão ou uso de bens móveis pertencentes à administração pública em benefício de candidato, partido político ou coligação, bem como o uso de materiais ou serviços custeados pelo Poder Legislativo que excedam as prerrogativas regimentais;

CONSIDERANDO a vedação contida no art. 302 da Lei nº 4.737/1965 (Código Eleitoral), que tipifica como crime o transporte de eleitores no dia da eleição por veículos da administração pública;

CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de preservar a finalidade estritamente institucional dos veículos oficiais desta Casa de Leis, garantindo a observância dos princípios da impessoalidade e da moralidade administrativa;

CONSIDERANDO a responsabilidade objetiva prevista na legislação eleitoral e a consolidada jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que impõe o dever de fiscalização e controle rigoroso sobre o patrimônio público em anos eleitorais.

RESOLVE:

Art. 1º Os veículos oficiais da Câmara Municipal destinam-se exclusivamente ao atendimento de finalidades institucionais do Poder Legislativo, compreendendo as diligências de fiscalização e demais atividades legislativas legítimas inerentes ao exercício do mandato.

Art. 2º O uso de veículo oficial por Vereador, Assessor Parlamentar e demais servidores dependerá de requerimento prévio e formal dirigido à Presidência da Câmara, devendo o modelo do requerimento ser preenchido diretamente no programa de agendamento de veículo disponibilizado por este Poder Legislativo, contendo obrigatoriamente:

• Finalidade específica e detalhada do deslocamento;
• Local exato de destino;
• Data, horário previsto de saída e previsão de retorno;
• Itinerário a ser percorrido;
• Declaração expressa, sob as penas da lei, de que o uso solicitado não possui qualquer finalidade eleitoral, partidária ou de promoção pessoal;
• Termo de ciência de que o uso irregular sujeita o requerente às sanções legais previstas na Lei nº 9.504/1997 e na Lei nº 14.230/2021, incluindo multa, cassação do registro ou do diploma, inelegibilidade e responsabilização por improbidade administrativa.

Art. 3º Fica terminantemente vedado o uso de veículo oficial:
• Em benefício direto ou indireto de candidato, partido político ou coligação;
• Para a gravação, produção ou divulgação de qualquer modalidade de propaganda eleitoral;
• Para fins de promoção pessoal do Vereador, Assessor Legislativo ou de terceiros;
• Para o transporte de eleitores no dia da eleição, nos termos do art. 302 do Código Eleitoral;
• Para fins particulares, comerciais, recreativos ou de campanha eleitoral de qualquer natureza.

Art. 4º A responsabilidade integral pela regularidade do uso do veículo é do Vereador, Assessor Parlamentar e demais servidores requerentes que responde objetivamente pelas condutas vedadas descritas no art. 73 da Lei nº 9.504/1997, independentemente da autorização administrativa concedida ou de expedientes formais de controle, conforme diretrizes fixadas pela Justiça Eleitoral.

Art. 5º O uso dos veículos será rigorosamente controlado pelo setor responsável, mediante registro obrigatório de saída e retorno em mapa de controle, identificação do condutor, aferição da quilometragem inicial e final e conferência da destinação declarada, cabendo à Presidência a fiscalização permanente da regularidade destes atos.

Art. 6º Constatado qualquer indício de uso irregular ou desvio de finalidade, a Presidência da Câmara adotará as providências imediatas para a cessação do uso, comunicando o fato ao Ministério Público Eleitoral e à Justiça Eleitoral para as apurações cabíveis, sem prejuízo da instauração de procedimento administrativo interno para apuração de falta funcional ou ética.

Art. 7º Os casos omissos ou situações excepcionais não previstas nesta Portaria serão resolvidos pela Presidência da Câmara Municipal, sempre se pautando pelo princípio da supremacia do interesse público.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o dia 25 de outubro, data prevista para a realização do segundo turno das eleições.

A**rt. 9º** Fica expressamente revogada a Portaria nº 068, de 14 de agosto de 2026, bem como as demais disposições em contrário.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Câmara Municipal de Formiga, 18 de agosto de 2026.

JACI HONÓRIO DE PAULA – JACI DA RUA NOVA
Presidente

Publicado por:
Luciene Morais Teixeira
Código Identificador:072A9E30

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÁ

PODER LEGISLATIVO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N° 02/2026

A Câmara Municipal de Ibiá, inscrita no CNPJ sob nº 20.060.000/0001-94, neste ato representada por seu Presidente, Vereador André Luiz Ribeiro, nos termos da Lei Nº 14.133, de 1ª de abril de 2021 e, Portaria n° 46, de 26 de agosto de 2024, da Câmara Municipal de Ibiá (MG), torna público o Processo Licitatório n° 12/2026 – Pregão Eletrônico nº 02/2026, do Tipo "Menor Preço", cuja sessão pública, pregão eletrônico ocorrerá no dia 04 de setembro de 2026 - às 09:00 hs (nove horas), por meio da plataforma LICITANET: www.licitanet.com.br; que tem por objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BUFFET, COM FORNECIMENTO DE ALIMENTOS E BEBIDAS PRONTOS PARA CONSUMO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA CÂMARA NUNICIPAL DE IBIÁ/MG. OS SERVIÇOS SERÃO UTILIZADOS DURANTE A REALIZAÇÃO DE EVENTOS INSTITUCIONAIS PROMOVIDOS OU APOIADOS PELO ORGÃO, TAIS COMO REUNIÕES, CAPACITAÇÕES, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, ENCONTROS, SOLENIDADES OFICIAIS, CONFRATERNIZAÇÕES, ENTRE OUTROS, CONFORME CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS. Cópia do Edital poderá ser obtida no sítio eletrônico (www.ibia.mg.leg.br) e, mediante solicitação pelo e-mail: <compras@ibia.mg.leg.br>. O pregão eletrônico ocorrerá por meio da plataforma/sítio eletrônico da LICITANET: www.licitanet.com.br.

Publicado por:
Leonardo Ribeiro da Silva Borges
Código Identificador:A545EAC3

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUARA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 03/2026 - PROCESSO 18/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUARA/MG
EXTRATO CONTRATO Nº 03/2026
Extrato Contrato nº 03/2026: Firmado entre a **Câmara Municipal de Itaguara-MG** e **CENTRO DE ESTUDOS PÚBLICOS E JURÍDICOS – CEPJur**, **CNPJ: 42.782.972/0001-25**

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de treinamento e capacitação em contratações públicas, destinado aos servidores e vereadores da Câmara Municipal de Itaguara, a ser realizado presencialmente no dia 18 de agosto de 2026, na sede da Câmara Municipal, com carga horária de 8 (oito) horas de

treinamento presencial, acrescida de 4 (quatro) horas de suporte técnico remoto de uso exclusivo da assessoria jurídica da Câmara.
Dotação: 01.031.0030, Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00, Projeto/Atividade: 2090, Ficha 16.
Vigência: 18/08/2026 a 17/10/2026.
Valor: R$ 6.964,00 (Seis mil, novecentos e sessenta e quatro reais)
Fundamento Legal: Lei 14.133/2021.
Processo nº 18/2026 – Inexigibilidade de Licitação 04/2026

Itaguara, 17 de agosto de 2026.

DINALAIR APARECIDA FERREIRA
Presidente da Câmara Municipal de Itaguara-MG

Publicado por:
Elisângela de Morais Malta
Código Identificador:C60B502B

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE ITANHANDU

CÂMARA MUNICIPAL DE ITANHANDU
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05/2026
Contratante: Câmara Municipal de Itanhandu/MG.
Contratada: J Brasil Sistemas Ltda., CNPJ nº 12.973.722/0001-01.
Processo Licitatório: nº 044/2026 – Pregão Eletrônico nº 026/2026.
Objeto: Contratação de empresa especializada em locação de sistema integrado de gestão da Administração Pública, compreendendo licenças de uso, serviços de computação em nuvem, suporte técnico e manutenção dos Sistemas Integrados de Gestão Pública, relativamente aos itens destinados à Câmara Municipal de Itanhandu.
Valor: R$ 364.402,00.
Vigência: 02 (dois) anos, a partir de 01/07/2026.
Data da assinatura: 01/07/2026.
Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/2021.

Itanhandu/MG, 18 de agosto de 2026.

ÉDER DE ALMEIDA PINTO BENÍCIO
Presidente da Câmara Municipal de Itanhandu

Publicado por:
Guilherme Ribeiro Pinto
Código Identificador:0222F643

CÂMARA MUNICIPAL DE ITANHANDU
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 014/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 014/2026
Contratante: Câmara Municipal de Itanhandu/MG.
Contratada: Instituto Global de Administração Pública Ltda., CNPJ nº 52.835.850/0001-03.
Objeto: Contratação de 3 (três) inscrições no 687º Curso de Capacitação, com o tema "Poder de fiscalizar: obras públicas e contratos na mira do Legislativo", a ser realizado presencialmente em Belo Horizonte/MG, de 18 a 21 de agosto de 2026, destinadas aos vereadores David da Silva Inácio, Luiz Fernando da Fonseca e Ellison Filadelfo Lopes.
Valor: R$ 4.170,00 (quatro mil cento e setenta reais).
Fundamento legal: Art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021.
Dotação orçamentária: 01.01.00.01.031.0001 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal; Elemento de Despesa 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Ficha 10.
Data da ratificação: 17 de agosto de 2026.

EDER DE ALMEIDA PINTO BENÍCIO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Guilherme Ribeiro Pinto
Código Identificador:AA7D0E92

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PROJETO DE LEI Nº 140-2026 - CRÉDITO SUPLEMENTAR R$ 798.850,74 (PEDIDO Nº 080-2026)

PROJETO DE LEI Nº 140, DE 14 DE AGOSTO DE 2026.

Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 798.850,74.

O PREFEITO MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Suplementar ao orçamento vigente do Município de Lagoa da Prata, no montante de R$ 798.850,74 (setecentos e noventa e oito mil e oitocentos e cinquenta reais e setenta e quatro centavos), para atender às seguintes dotações orçamentárias:
12.003 – Secretaria Municipal de Saúde – Setor de Saúde
10.302.1207.8038 – Gestão dos Estabelecimentos Prestadores dos Serviços de Saúde – MA/C
335039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R$ 798.850,74
Total.....R$ 798.850,74
Art. 2º Como recurso para abertura do crédito especificado serão anuladas as seguintes dotações orçamentárias:
12.003 – Secretaria Municipal de Saúde – Setor de Saúde
10.301.1202.8034 – Gestão das Unidades de Atenção Primária à Saúde
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 348.850,74
12.003 – Secretaria Municipal de Saúde – Setor de Saúde
10.302.1203.8035 – Gestão das Unidades de Saúde de Média e Alta Complexidade
339034 – Outras Desp. de Pessoal Decor. de Contratos de Terceirização.....…….....R$ 150.000,00
339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R$ 100.000,00
12.003 – Secretaria Municipal de Saúde – Setor de Saúde
10.303.1204.8028 – Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica
339032 – Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita.....R$ 100.000,00
12.004 – Secretaria Municipal de Saúde – Gestão das Vigilâncias em Saúde
10.304.1205.8036 – Gestão da Vigilância em Saúde
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 100.000,00
Total.....R$ 798.850,74
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa da Prata, 14 de agosto de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Lagoa da Prata, 14 de agosto de 2026.

Exmo. Sr.
Vereador Antônio Justino Filho
DD. Presidente da Câmara Municipal
LAGOA DA PRATA- MG

Senhor Presidente,
Venho, pelo presente, enviar a V.Exa., para apreciação dessa Casa Legislativa, Projeto de Lei que Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de

Lagoa da Prata no valor de R$ 798.850,74,00 (setecentos e noventa e oito mil oitocentos e cinquenta reais e setenta e quatro centavos).
De acordo com as informações prestadas pelo Setor de Planejamento a presente suplementação orçamentária tem por objetivo viabilizar o aditamento do Contrato nº 190/2024, celebrado com a Fundação São Carlos, para a continuidade da prestação de ações e serviços de saúde de atenção hospitalar e ambulatorial no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais – SUS/MG.
Esclareceu o setor que a contratação tem como finalidade assegurar a oferta e a continuidade da assistência integral à saúde dos usuários do SUS, abrangendo serviços de média e alta complexidade, em conformidade com a Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.498, de 06 de dezembro de 2023, que dispõe sobre a assunção da gestão de estabelecimentos prestadores de serviços de saúde de média e alta complexidade.
Informou ainda que o aditamento se faz necessário para garantir a continuidade dos serviços contratualizados, considerando que o contrato encontra-se vigente até 31 de maio de 2027, assegurando a manutenção da assistência hospitalar e ambulatorial à população e o regular atendimento das demandas de saúde do Município.
Dessa forma, em atendimento à solicitação do Setor de Planejamento, solicito que o mencionado Projeto de Lei tramite em **REGIME DE URGÊNCIA**, nos termos do art. 32 da LOM.
Segue, ainda, anexo, o detalhamento das dotações.

Cordiais Saudações.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:E6D1EDB7

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PROJETO DE LEI Nº 141-2026 - CRÉDITO SUPLEMENTAR R$ 2.166.000,00 (PEDIDO Nº 081-2026)

PROJETO DE LEI Nº 141, DE 14 DE AGOSTO DE 2026.

Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 2.166.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Suplementar ao orçamento vigente do Município de Lagoa da Prata, no montante de R$ 2.166.000,00 (dois milhões cento e sessenta e seis mil reais), para atender às seguintes dotações orçamentárias:
08.001 – Secretaria Municipal de Educação – Gabinete da Secretaria de Educação
12.122.0301.4094 – Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Educação
449052 – Equipamentos e Material Permanente.....R$ 283.000,00

08.002 – Secretaria Municipal de Educação – Ensino Municipal
12.361.0801.4033 – Manutenção das Escolas de Ensino Fundamental
449052 – Equipamentos e Material Permanente.....R$ 353.000,00
08.002 – Secretaria Municipal de Educação – Ensino Municipal
12.365.0802.4037 – Manutenção dos Cemeis
449052 – Equipamentos e Material Permanente.....R$ 530.000,00
08.002 – Secretaria Municipal de Educação – Ensino Municipal
12.365.0803.4041 – Manutenção das Creches
449052 – Equipamentos e Material Permanente.....R$ 980.000,00
08.002 – Secretaria Municipal de Educação – Ensino Municipal
12.361.0805.4045 – Manutenção do Cemae
449052 – Equipamentos e Material Permanente.....R$ 20.000,00
Total.....R$ 2.166.000,00
Art. 2º Como recurso para abertura do crédito especificado serão utilizados os recursos provenientes do Excesso de Arrecadação na Rubrica 2.4.2.2.51.0.1.00.00 – Transferências de Convênios dos Estados destinados a Programas de Educação, provenientes do Convênio nº 1261002965/2026/SEE no valor de R$ 2.000.000,00. (Dois milhões de reais). Bem como serão anuladas as seguintes dotações orçamentárias:
08.001 – Secretaria Municipal de Educação – Gabinete da Secretaria de Educação
12.122.0301.4094 – Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Educação
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....R$ 19.000,00
08.002 – Secretaria Municipal de Educação – Ensino Municipal
12.361.0801.4033 - Manutenção das Escolas de Ensino Fundamental
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....R$ 30.000,00
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 70.000,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 30.000,00
319019 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....R$ 17.000,00
Total.....R$ 2.166.000,00
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa da Prata, 14 de agosto de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Lagoa da Prata, 14 de agosto de 2026.

Exmo. Sr.
Vereador Antônio Justino Filho
DD. Presidente da Câmara Municipal
LAGOA DA PRATA- MG

Senhor Presidente,
Venho, pelo presente, enviar a V.Exa., para apreciação dessa Casa Legislativa, Projeto de Lei que Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 2.166.000,00 (dois milhões cento e sessenta e seis mil reais).
De acordo com as informações prestadas pelo Setor de Planejamento a presente suplementação orçamentária tem por finalidade adequar o orçamento municipal para viabilizar a aquisição de equipamentos, mobiliários e demais bens permanentes destinados às unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, à Secretaria Municipal de Educação e ao CEMAE.
Esclareceu o setor que, a necessidade decorre da execução dos recursos provenientes do Convênio nº 1261002965/2026/SEE, celebrado entre o Município de Lagoa da Prata e a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, conforme estabelecido no Plano de Trabalho nº 000465/2026, cujas cópias seguem anexas.
Informou que o objeto do convênio contempla a aquisição de bens permanentes, incluindo geladeiras, fogões, freezers, Smart TVs, cadeiras giratórias, estantes e armários de aço, mesas e cadeiras escolares, bem como playgrounds, destinados ao atendimento das demandas administrativas, pedagógicas e de apoio das unidades escolares e dos setores vinculados à Secretaria Municipal de Educação.
Acrescentou ainda que a aplicação dos recursos permitirá a renovação, ampliação e complementação dos equipamentos e mobiliários necessários ao adequado funcionamento dos setores e unidades contemplados, contribuindo para a melhoria da infraestrutura e das condições de trabalho e atendimento.
Ressaltou por fim que, a adequação orçamentária mostra-se necessária para possibilitar a correta execução do convênio e a aplicação dos recursos conforme o objeto e o Plano de Trabalho pactuados, proporcionando melhores condições para o desenvolvimento das atividades administrativas, pedagógicas e de apoio e, consequentemente, para a prestação dos serviços educacionais à população.
Dessa forma, em atendimento à solicitação do Setor de Planejamento, solicito que o mencionado Projeto de Lei tramite em **REGIME DE URGÊNCIA**, nos termos do art. 32 da LOM.
Segue, ainda, anexo, o detalhamento das dotações.
Cordiais Saudações.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:BF3E955A

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PROJETO DE LEI Nº 142-2026 - CRÉDITO SUPLEMENTAR
R$ 814.000,00 (PEDIDO Nº 082-2026)

PROJETO DE LEI Nº 142, DE 14 DE AGOSTO DE 2026.

Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 814.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Suplementar ao orçamento vigente do Município de Lagoa da Prata, no montante de R$ 814.000,00 (oitocentos e quatorze mil reais), para atender às seguintes dotações orçamentárias:
08.001 – Secretaria Municipal de Educação – Gabinete da Secretaria de Educação
12.122.0301.4094 – Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Educação
339030 – Material de Consumo.....R$ 7.000,00
449052 – Equipamentos e Material Permanente.....R$ 15.000,00
08.002 – Secretaria Municipal de Educação – Ensino Municipal
12.361.0801.4033 – Manutenção das Escolas de Ensino Fundamental
339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R$ 120.000,00
449052 – Equipamentos e Material Permanente.....R$ 95.000,00
08.002 – Secretaria Municipal de Educação – Ensino Municipal
12.365.0802.4037 – Manutenção dos Cemeis
339030 – Material de Consumo.....R$ 43.000,00
08.002 – Secretaria Municipal de Educação – Ensino Municipal
12.365.0803.4041 – Manutenção das Creches
339030 – Material de Consumo.....R$ 189.000,00
449052 – Equipamentos e Material Permanente.....R$ 345.000,00

Total.....R$ 814.000,00
Art. 2º Como recurso para abertura do crédito especificado serão anuladas as seguintes dotações orçamentárias:
08.001 – Secretaria Municipal de Educação – Gabinete da Secretaria de Educação
12.122.0301.4094 – Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Educação
339035 – Serviços de Consultoria.....R$ 10.000,00
339040 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.....R$ 5.000,00
449051 – Obras e Instalações.....R$ 10.000,00
08.002 – Secretaria Municipal de Educação – Ensino Municipal
12.361.0801.4032 – Construção, Ampliação e Reforma da Infraestrutura do Ensino Fundamental
449051 – Obras e Instalações.....R$ 147.000,00
08.002 – Secretaria Municipal de Educação – Ensino Municipal
12.361.0801.4033 – Manutenção das Escolas de Ensino Fundamental
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....R$ 10.000,00
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 60.000,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 40.000,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....R$ 25.000,00
08.002 – Secretaria Municipal de Educação – Ensino Municipal
12.365.0803.4041 – Manutenção das Creches
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....R$ 507.000,00
Total.....R$ 814.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa da Prata, 14 de agosto de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Lagoa da Prata, 14 de agosto de 2026.

Exmo. Sr.
Vereador Antônio Justino Filho
DD. Presidente da Câmara Municipal
LAGOA DA PRATA- MG

Senhor Presidente,

Venho, pelo presente, enviar a V.Exa., para apreciação dessa Casa Legislativa, Projeto de Lei que Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 814.000,00 (oitocentos e quatorze mil reais).
De acordo com as informações prestadas pelo Setor de Planejamento a presente suplementação orçamentária tem por finalidade adequar o orçamento municipal às necessidades da Rede Municipal de Ensino e da Secretaria Municipal de Educação.
Esclareceu o setor que, as suplementações destinam-se à aquisição de equipamentos, mobiliários e materiais indispensáveis ao adequado funcionamento das unidades escolares e dos setores vinculados à Secretaria, contemplando, entre outros itens, lavadoras de alta pressão, liquidificadores industriais, batedeiras industriais, balanças digitais, cadeiras plásticas empilháveis e mesas plásticas empilháveis.
Acrescentou ainda que, será também para suplementação da dotação orçamentária referente a Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, destinada à contratação de serviços necessários à realização da formatura dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, bem como à contratação de assinaturas de jornais e revistas voltados ao público infantil, que serão utilizados como recursos e instrumentos de apoio às atividades pedagógicas desenvolvidas nas escolas de Ensino Fundamental.
Ressaltou por fim que, as suplementações solicitadas possibilitarão a aquisição dos bens e a contratação dos serviços necessários ao atendimento das demandas administrativas, pedagógicas e de apoio, contribuindo para a melhoria das condições de funcionamento das unidades escolares e dos setores contemplados, bem como para o aprimoramento das atividades educacionais oferecidas aos alunos da Rede Municipal de Ensino.
Dessa forma, em atendimento à solicitação do Setor de Planejamento, solicito que o mencionado Projeto de Lei tramite em **REGIME DE URGÊNCIA**, nos termos do art. 32 da LOM.

Segue, ainda, anexo, o detalhamento das dotações.

Cordiais Saudações.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:9F2D5F31

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PROJETO DE LEI Nº 143-2026 - CRÉDITO SUPLEMENTAR
R$ 40.000,00 (PEDIDO Nº 083-2026)

PROJETO DE LEI Nº 143, DE 14 DE AGOSTO DE 2026.

Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 40.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Suplementar ao orçamento vigente do Município de Lagoa da Prata, no montante de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para atender às seguintes dotações orçamentárias:

03.001 – Secretaria Municipal de Administração e Governo – Gabinete da Secretaria de Administração e Governo
04.122.0301.4019 – Manutenção dos Serviços de Informática - CPD
339030 – Material de Consumo.....R$ 40.000,00
Total.....R$ 40.000,00
Art. 2º Como recurso para abertura do crédito especificado será utilizado o superavit financeiro do exercício anterior:
Total.....R$ 40.000,00
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa da Prata, 14 de agosto de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Lagoa da Prata, 14 de agosto de 2026.

Exmo. Sr.
Vereador Antônio Justino Filho
DD. Presidente da Câmara Municipal
LAGOA DA PRATA- MG

Senhor Presidente,
Venho, pelo presente, enviar a V.Exa., para apreciação dessa Casa Legislativa, Projeto de Lei que Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais).
De acordo com as informações prestadas pelo Setor de Planejamento a presente suplementação orçamentária tem por finalidade viabilizar a aquisição de materiais de informática destinados ao atendimento das demandas de todas as Secretarias Municipais e demais órgãos da Administração Municipal.
Esclareceu que, o Setor de Tecnologia da Informação é responsável pela manutenção, suporte técnico e adequado funcionamento dos equipamentos e da infraestrutura de informática utilizados pelos diversos órgãos municipais, torna-se necessária a adequação da dotação orçamentária para assegurar os recursos necessários à aquisição dos materiais indispensáveis à manutenção e ao suporte dos equipamentos.
Informou ainda que, a suplementação permitirá a reposição e a disponibilização de materiais essenciais à manutenção da infraestrutura tecnológica, contribuindo para a continuidade e a eficiência dos serviços de informática, bem como para o regular funcionamento das atividades administrativas desenvolvidas pelas Secretarias e demais setores da Administração Municipal.
Dessa forma, em atendimento à solicitação do Setor de Planejamento, solicito que o mencionado Projeto de Lei tramite em **REGIME DE URGÊNCIA**, nos termos do art. 32 da LOM.
Segue, ainda, anexo, o detalhamento das dotações.
Cordiais Saudações.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:DF293A41

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PROPOSIÇÃO DE LEI 140-2026 - PL EM 133-2026 - CRÉDITO SUPLEMENTAR R$ 2.913.500,00 (PEDIDO Nº 075-2026)

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 140, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 2.913.500,00.

O PREFEITO MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Suplementar ao orçamento vigente do Município de Lagoa da Prata, no montante de R$ 2.913.500,00 (dois milhões, novecentos e treze mil e quinhentos reais), para atender às seguintes dotações orçamentárias:
01.001 – Gabinete do Prefeito – Gabinete do Prefeito
04.122.0301.4001 – Subsídio de Agentes Políticos
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil .....…… … R$ 10.000,00
319013 – Obrigações Patronais .....…….....….. R$ 14.500,00
01.001 – Gabinete do Prefeito – Gabinete do Prefeito
04.122.0301.4002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....…….....….....R$ 123.500,00
319013 – Obrigações Patronais.....….....R$ 40.000,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....R$ 19.500,00
01.001 – Gabinete do Prefeito – Gabinete do Prefeito
04.124.0301.4003 – Manutenção do Controle Interno
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....…….....R$ 12.500,00
319013 – Obrigações Patronais.....…….....… R$ 14.500,00
01.001 – Gabinete do Prefeito – Gabinete do Prefeito
04.131.0301.4004 – Manutenção da Assessoria de Comunicação
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....…….....R$ 111.000,00
01.002 – Gabinete do Prefeito – Apoio a Ações Inerentes ao Estado
02.062.0302.4009 – Convênio com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....….....R$ 2.500,00
01.002 – Gabinete do Prefeito – Apoio a Ações Inerentes ao Estado
02.062.0302.4012 – Despesas com Tribunal Regional Eleitoral
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....…….....….....R$ 30.000,00
01.002 – Gabinete do Prefeito – Apoio a Ações Inerentes ao Estado
06.091.0302.4008 – Convênio com a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....R$ 6.500,00
01.002 – Gabinete do Prefeito – Apoio a Ações Inerentes ao Estado
06.181.0302.4006 – Convênio com a Polícia Militar
319013 – Obrigações Patronais.....….....….....R$ 1.500,00
02.001 – Procuradoria Geral do Município – Gabinete da Procuradoria Geral do Município
04.122.0301.4084 – Manutenção das Atividades Administrativas da Procuradoria Municipal
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....…….....… R$ 38.000,00
319013 – Obrigações Patronais.....…..… R$ 28.000,00
02.001 – Procuradoria Geral do Município – Gabinete da Procuradoria Geral do Município
14.422.0302.4016 – Manutenção do Procon
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....…….....….....R$ 26.000,00
03.001 – Secretaria Municipal de Administração e Governo – Gabinete da Secretaria
04.122.0301.4018 – Manutenção de Bens, Serviços e Locais de Uso Coletivo
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....R$ 42.000,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....….....R$ 20.000,00
03.001 – Secretaria Municipal de Administração e Governo – Gabinete da Secretaria
04.122.0301.4019 – Manutenção dos Serviços de Informática – CPD
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....….....….....… R$ 34.000,00
319013 – Obrigações Patronais.....….....….. R$ 9.000,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....…….....… R$ 2.500,00
03.001 – Secretaria Municipal de Administração e Governo – Gabinete da Secretaria
04.122.0301.4068 – Gestão de Parcerias e Convênios
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....….....….....R$ 10.500,00
319013 – Obrigações Patronais.....….....… R$ 12.000,00
03.002 – Secretaria Municipal de Administração e Governo – Setor de Pessoal
04.122.0301.4020 – Manutenção do Setor de Pessoal e Recursos Humanos

319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 74.500,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 103.500,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....R$ 2.000,00
03.003 - Secretaria Municipal de Administração e Governo – Setor de Compras e Almoxarifado
04.122.0301.4022 – Manutenção do Setor de Compras, Contratos e Licitações
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R$ 195.500,00
03.003 - Secretaria Municipal de Administração e Governo - Setor de Compras e Almoxarifado
04.122.0301.4128 – Manutenção do Almoxarifado Municipal
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....R$ 3.000,00
03.003 - Secretaria Municipal de Administração e Governo - Setor de Compras e Almoxarifado
04.122.0301.4017 – Manutenção do Setor de Patrimônio
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 3.000,00
319013 – Obrigações Patronais..... R$ 4.500,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....R$ 7.500,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física..... R$ 14.000,00
03.001 – Secretaria Municipal de Administração e Governo – Gabinete da Secretaria
06.181.0302.4005 – Manutenção da Guarda Civil Municipal
319004 – Contratação por Tempo Determinado..... R$ 2.500,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 136.000,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....R$ 156.000,00
05.001 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – Gabinete da Secretaria de Cultura e Turismo
04.122.0301.4087 – Subsídio do Secretário de Cultura e Turismo
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R$ 10.000,00
05.001 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – Gabinete da Secretaria de Cultura e Turismo
04.122.0301.4088 – Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Cultura e Turismo
319013 – Obrigações Patronais..... R$ 56.000,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....R$ 17.500,00
05.002 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – Setor de Cultura
13.392.0501.4023 – Manutenção de Locais e Atividades Culturais Continuadas
319013 – Obrigações Patronais..... R$ 30.000,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....R$ 26.000,00
06.001 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Gabinete da Secretaria
04.122.0301.4089 – Subsídio do Secretário de Desenvolvimento Econômico
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 10.000,00
06.001 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Gabinete da Secretaria
04.122.0301.4090 – Manutenção Atividades Administrativas Secretaria Desenvolvimento Econômico
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 44.000,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 25.500,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....R$ 32.500,00
06.001 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Gabinete da Secretaria
11.333.0602.4027 – Apoio a Qualificação Profissional, Geração de Emprego e Renda
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....R$ 2.000,00
06.002 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Setor de Agricultura
20.608.0601.4029 – Apoio às Atividades Agropecuárias, à Agricultura e às Feiras Municipais
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....R$ 11.500,00
07.001 – Secretaria Municipal de Desportos – Gabinete da Secretaria de Desportos
04.122.0301.4092 – Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Desportos
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 160.500,00
319013 – Obrigações Patronais..... R$ 50.000,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....R$ 12.500,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....R$ 4.000,00
07.002 - Secretaria Municipal de Desportos – Setor de Esportes
27.812.0701.4031 – Esporte de Alto Rendimento, Prática de Exercícios Físicos e Lazer
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 51.500,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....R$ 500,00
09.001 – Secretaria Municipal de Fazenda – Gabinete da Secretaria de Fazenda
04.123.0301.4095 – Subsídio do Secretário de Fazenda
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 5.500,00
09.002 – Secretaria Municipal de Fazenda – Contadoria e Tesouraria Municipal
04.123.0301.4051 – Manutenção das Atividades da Contadoria Municipal
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....R$ 17.500,00
09.002 – Secretaria Municipal de Fazenda – Contadoria e Tesouraria Municipal
04.123.0301.4052 – Manutenção das Atividades da Tesouraria Municipal
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 12.000,00
319013 – Obrigações Patronais..... R$ 14.500,00
09.002 – Secretaria Municipal de Fazenda – Contadoria e Tesouraria Municipal
04.123.0301.4047 – Liquidação de Despesas Contábeis
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 12.500,00
319013 – Obrigações Patronais..... R$ 9.000,00
10.001 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Gabinete da Secretaria de Meio Ambiente
04.122.0301.4097 – Subsídio do Secretário de Meio Ambiente
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 23.000,00
10.001 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Gabinete da Secretaria de Meio Ambiente
04.122.0301.4098 – Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Meio Ambiente
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 103.000,00
319013 – Obrigações Patronais..... R$ 26.000,00
10.002 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Setor de Parques e Jardins
18.541.1002.4057 – Reviva Praças
319013 – Obrigações Patronais..... R$ 26.500,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....R$ 41.000,00
11.01 – Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo – Gabinete da Secretaria de Obras e Urbanismo
04.122.0301.4099 – Subsídio do Secretário de Obras e Urbanismo
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 5.500,00
11.01 – Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo – Gabinete da Secretaria de Obras e Urbanismo
04.122.0301.4100 – Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Obras e Urbanismo
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....R$ 13.000,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 8.500,00

319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....R$ 2.000,00
11.002 – Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo – Setor de Edificações
04.122.1101.4058 – Conservação de Espaços Públicos
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 137.500,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 79.000,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....R$ 116.500,00
11.003 – Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo – Fundo Municipal Habitação de Interesse Social
16.482.1104.4066 – Reforma e/ou Construção de Moradias
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 10.500,00
319013 – Obrigações Patronais..... R$ 4.000,00
11.003 – Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo – Fundo Municipal Habitação de Interesse Social
16.482.1104.4139 – Manutenção das Atividades Administrativas do FMHIS
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 32.000,00
319013 – Obrigações Patronais..... R$ 3.500,00
13.001 – Secretaria Municipal de Transporte e Limpeza Pública – Gabinete da Secretaria
04.122.0301.4102 – Manutenção Atividades Administrativas Secretaria Transportes e Limpeza Pública
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....R$ 24.500,00
13.002 – Secretaria Municipal de Transporte e Limpeza Pública – Setor de Trânsito e Transportes
26.122.1301.4063 – Manutenção do Setor de Transportes e da Frota Municipal
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 29.000,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....R$ 113.500,00
13.003 – Secretaria Municipal da Transporte e Limpeza Pública – Serviços de Limpeza
14.452.1302.4064 – Serviços de Limpeza Urbana
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....R$ 70.000,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 3.000,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil..... R$ 117.000,00
Total .....R$ 2.913.500,00

Art. 2º Como recurso para abertura do crédito especificado serão anuladas as seguintes dotações orçamentárias:
01.001 – Gabinete do Prefeito – Gabinete do Prefeito
04.124.0301.4003 – Manutenção do Controle Interno
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....R$ 9.500,00
03.001 – Secretaria Municipal de Administração e Governo – Gabinete da Secretaria
06.182.0301.4011 – Fortalecimento da Defesa Civil Municipal
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....R$ 14.500,00
01.002 – Gabinete do Prefeito – Apoio a Ações Inerentes ao Estado
02.062.0302.4012 – Despesas com Tribunal Regional Eleitoral
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 16.500,00
01.002 – Gabinete do Prefeito – Apoio a Ações Inerentes ao Estado
06.181.0302.4006 – Convênio com a Polícia Militar
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....R$ 4.000,00
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 3.500,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....R$ 3.000,00
01.002 – Gabinete do Prefeito – Apoio a Ações Inerentes ao Estado
06.181.0302.4007 – Convênio com a Polícia Civil
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 42.000,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 7.500,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....R$ 24.000,00
02.001 – Procuradoria Geral do Município – Gabinete da Procuradoria Geral do Município
04.122.0301.4083 – Subsidio dos Procuradores Municipais
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 11.000,00
02.001 – Procuradoria Geral do Município – Gabinete da Procuradoria Geral do Município
04.122.0301.4084 – Manutenção das Atividades Administrativas da Procuradoria Municipal
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....R$ 33.500,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....R$ 14.500,00
03.001 – Secretaria Municipal de Administração e Governo – Gabinete da Secretaria
04.122.0301.4018 – Manutenção de bens, Serviços e Locais de Uso Coletivo
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 67.000,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 12.000,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....R$ 4.000,00
03.001 – Secretaria Municipal de Administração e Governo – Gabinete da Secretaria
04.122.0301.4085 – Subsídio do Secretário de Administração e Governo
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 23.500,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 4.500,00
03.001 – Secretaria Municipal de Administração e Governo – Gabinete da Secretaria
04.122.0301.4068 – Gestão de Parcerias e Convênios
339036 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.....R$ 13.500,00
03.001 – Secretaria Municipal de Administração e Governo – Gabinete da Secretaria
04.122.0301.4086 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração e Governo
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R$ 270.000,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 29.000,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....R$ 4.000,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.....R$ 16.000,00
03.003 - Secretaria Municipal de Administração e Governo - Setor de Compras e Almoxarifado
04.122.0301.4022 – Manutenção do Setor de Compras, Contratos e Licitações
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....R$ 20.000,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 15.000,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....R$ 8.000,00
03.003 - Secretaria Municipal de Administração e Governo - Setor de Compras e Almoxarifado
04.122.0301.4128 – Manutenção do Almoxarifado Municipal
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....R$ 24.500,00
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 68.000,00
03.003 - Secretaria Municipal de Administração e Governo - Setor de Compras e Almoxarifado
04.122.0301.4017 – Manutenção do Setor de Patrimônio
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....R$ 19.000,00
03.001 – Secretaria Municipal de Administração e Governo – Gabinete da Secretaria
06.181.0302.4005 – Manutenção da Guarda Civil Municipal
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R$ 110.000,00
05.001 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – Gabinete da Secretaria de Cultura e Turismo

04.122.0301.4087 – Subsídio do Secretário de Cultura e Turismo
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 5.000,00
05.001 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – Gabinete da Secretaria de Cultura e Turismo
04.122.0301.4088 – Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Cultura e Turismo
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 31.000,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.....R$ 4.000,00
05.002 – Secretaria de Cultura e Turismo – Setor de Cultura
13.392.0501.4023 – Manutenção de Locais e Atividades Culturais Continuadas
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 50.000,00
05.002 – Secretaria de Cultura e Turismo – Setor de Cultura
13.392.0501.4024 – Promoção de Eventos Culturais
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....R$ 24.500,00
06.001 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Gabinete da Secretaria
04.122.0301.4089 – Subsídio do Secretário de Desenvolvimento Econômico
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 4.500,00
06.001 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Gabinete da Secretaria
11.333.0602.4027 – Apoio a Qualificação Profissional, Geração de Emprego e Renda
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 59.000,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 3.500,00
06.001 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Gabinete da Secretaria
23.691.0603.4028 – Apoio ao Empreendedor, Ao Comércio Local e a Desburocratização
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 69.500,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 14.500,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.....R$ 19.500,00
06.002 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Setor de Agricultura
20.608.0601.4029 – Apoio às Atividades Agropecuárias, à Agricultura e às Feiras Municipais
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 73.000,00
339036 – Outros Serviços de Pessoas – Pessoa Física.....R$ 9.500,00
06.002 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Setor de Agricultura
20.608.0601.4074 – Manutenção das Hortas Comunitárias e Banco de Alimentos
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 64.500,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 15.500,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.....R$ 4.500,00
07.001 – Secretaria Municipal de Desportos – Gabinete da Secretaria de Desportos
04.122.0301.4091 – Subsídio do Secretário de Desportos
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 7.000,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 13.500,00
07.001 – Secretaria Municipal de Desportos – Gabinete da Secretaria de Desportos
04.122.0301.4092 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Desportos
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....R$ 30.000,00
07.002 – Gabinete da Secretaria de Desportos - Setor de Esportes
27.812.0701.4031 – Esporte de Alto Rendimento, Prática de Exercícios Físicos e Lazer
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....R$ 68.000,00
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 100.000,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....R$ 3.500,00
09.001 – Secretaria Municipal de Fazenda – Gabinete da Secretaria de Fazenda
04.123.0301.4095 – Subsídio do Secretário de Fazenda
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 4.000,00
09.002 – Secretaria Municipal de Fazenda – Contadoria e Tesouraria Municipal
04.123.0301.4051 – Manutenção das Atividades da Contadoria Municipal
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 37.500,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 6.000,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....R$ 5.500,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.....R$ 4.500,00
09.002 – Secretaria Municipal de Fazenda – Contadoria e Tesouraria Municipal
04.123.0301.4052 – Manutenção das Atividades da Tesouraria Municipal
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....R$ 4.500,00
339036 – Outros Serviços de Pessoas – Pessoa Física.....R$ 9.500,00
09.002 – Secretaria Municipal de Fazenda – Contadoria e Tesouraria Municipal
04.123.0301.4047 – Liquidação de Despesas Contábeis
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....R$ 18.500,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....R$ 13.500,00
09.003 – Secretaria Municipal de Fazenda – Setor de Tributação, Fiscalização e Cadastro
04.123.0301.4053 – Manutenção das Atividades do Setor de Cadastro e Tributação
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....R$ 4.500,00
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 135.000,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 29.000,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....R$ 4.500,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.....R$ 19.500,00
10.001 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Gabinete da Secretaria de Meio Ambiente
04.122.0301.4097 – Subsídio do Secretário de Meio Ambiente
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 7.500,00

10.002 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Setor de Parques e Jardins
18.541.1002.4057 – Reviva Praças
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....R$ 6.500,00
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 2.500,00
10.002 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Setor de Parques e Jardins
18.541.1002.4106 – Gestão, Operação e Manutenção dos Cemitérios Municipais
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....R$ 49.500,00
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 119.500,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 29.500,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....R$ 39.500,00
11.001 – Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo – Gabinete da Secretaria de Obras e Urbanismo
04.122.0301.4099 – Subsídio do Secretário de Obras e Urbanismo
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 5.500,00
11.001 – Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo – Gabinete da Secretaria de Obras e Urbanismo

04.122.0301.4100 – Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Obras e Urbanismo
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 63.500,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....R$ 10.500,00
11.002 – Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo – Setor de Edificações
04.122.1101.4058 – Conservação de Espaços Públicos
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....R$ 9.500,00
13.001 – Secretaria Municipal de Transporte e Limpeza Pública – Gabinete da Secretaria
04.122.0301.4101 – Subsídio do Secretário de Transportes e Limpeza Pública
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 19.000,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 8.500,00
13.001 – Secretaria Municipal de Transporte e Limpeza Pública – Gabinete da Secretaria
04.122.0301.4102 – Manutenção das Atividades Administrativas
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R$ 129.000,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 9.500,00
13.002 – Secretaria Municipal de Transporte e Limpeza Pública - Setor de Trânsito e Transportes
26.122.1301.4063 – Manutenção do Setor de Transportes e da Frota Municipal
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....R$ 33.000,00
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 82.000,00
13.003 - Secretaria Municipal de Transporte e Limpeza Pública – Serviços de Limpeza Urbana
15.452.1302.4064 – Serviços de Limpeza Urbana
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R$ 190.000,00
08.002 – Secretaria Municipal de Educação – Ensino Municipal
12.365.0803.4041 – Manutenção das Creches
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....R$ 237.500,00
Total .....R$ 2.913.500,00
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Lagoa da Prata, 18 de agosto de 2026.

ANTÔNIO JUSTINO FILHO
Presidente

SÔNIA ANTÔNIA DIAS TAVARES
Secretária

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:A120B294

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PROPOSIÇÃO DE LEI 141-2026 - PL EM 134-2026 - CRÉDITO SUPLEMENTAR R$ 1.950.000,00 (PEDIDO Nº 076-2026)

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 141, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 1.950.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Suplementar ao orçamento vigente do Município de Lagoa da Prata, no montante de R$ 1.950.000,00 (um milhão novecentos e cinquenta mil reais), para atender às seguintes dotações orçamentárias:
08.002 – Secretaria Municipal de Educação – Ensino Municipal
12.365.0803.4040 – Construção, Ampliação e Reforma da Infraestrutura das Creches
449051 – Obras e Instalações ..... R$ 1.300.000,00
08.002 – Secretaria Municipal de Educação – Ensino Municipal
12.365.0802.4036 – Construção, Ampliação e Reforma da Infraestrutura do Cemeis
449051 – Obras e Instalações ..... R$ 650.000,00
Total .....R$ 1.950.000,00

Art. 2º Como recurso para abertura do crédito especificado serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:
08.003 – Secretaria Municipal de Educação - FUNDEB – Fundo Desenvolvimento Educação Básica
12.365.0802.4049 – Manutenção dos Cemeis – Fundeb
319004 – Contratação por Tempo Determinado ..... R$ 300.000,00
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil ... R$ 350.000,00
08.003 – Secretaria Municipal de Educação - FUNDEB – Fundo Desenvolvimento Educação Básica
12.365.0803.4050 – Manutenção das Creches – Fundeb
319004 – Contratação por Tempo Determinado ..... R$ 500.000,00
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil .. R$ 600.000,00
319013 – Obrigações Patronais ..... R$ 100.000,00
319019 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil ..... R$ 100.000,00
Total .....R$ 1.950.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Lagoa da Prata, 18 de agosto de 2026.

ANTÔNIO JUSTINO FILHO
Presidente

SÔNIA ANTÔNIA DIAS TAVARES
Secretária

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:5AB0CBDB

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PROPOSIÇÃO DE LEI 142-2026 - PL EM 135-2026 - CRÉDITO SUPLEMENTAR - R$ 800.000,00 (SAAE)

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 142, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 800.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Suplementar ao orçamento vigente do Município de Lagoa da Prata, no montante de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), em favor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, para atender à seguinte dotação orçamentária:
20.003 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
2.005 - Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água
3390.39 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
17.512.1702.2005.3390.39 (Ficha 046) ..... R$ 800.000,00
Total ..... R$ 800.000,00
Art. 2º Como recurso a abertura do crédito especificado no artigo anterior serão utilizados os seguintes recursos:
2501 – Outros Recursos Não Vinculados
Superávit Financeiro do Exercício de 2025 ..... R$ 800.000,00
Total ..... R$ 800.000,00
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Lagoa da Prata, 18 de agosto de 2026.

ANTÔNIO JUSTINO FILHO
Presidente

SÔNIA ANTÔNIA DIAS TAVARES
Secretária

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:7F893013

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PROPOSIÇÃO DE LEI 143-2026 - PL EM 136-2026 - CRÉDITO SUPLEMENTAR R$ 1.845.760,00 (PEDIDO Nº 077-2026)

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 143, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 1.845.760,00.

O PREFEITO MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Suplementar ao orçamento vigente do Município de Lagoa da Prata, no montante de R$ 1.845.760,00 (um milhão, oitocentos e quarenta e cinco mil, setecentos e sessenta reais), para atender às seguintes dotações orçamentárias:
07.002 – Secretaria Municipal de Desportos – Setor de Esportes
27.812.0701.4031 – Esporte de Alto Rendimento, Prática de Exercícios Físicos e Lazer
339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....…..... R$ 500.000,00
449052 – Equipamentos e Material Permanente..... R$ 100.000,00
03.003 – Secretaria Municipal de Administração e Governo – Setor de Compras e Almoxarifado
04.122.0301.4128 – Manutenção do Almoxarifado Municipal
449052 – Equipamentos e Material Permanente..... R$ 98.700,00
11.001 – Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo – Gabinete da Secretaria de Obras e Urbanismo
04.122.0301.4100 – Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Obras e Urbanismo
449052 – Equipamentos e Material Permanente.....…..... R$ 132.060,00
10.002 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Setor de Parques e Jardins
18.541.1002.4057 – Reviva Praças
449052 – Equipamentos e Material Permanente..... R$ 100.000,00
05.002 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – Setor de Cultura
13.391.0501.4072 – Fundo de Patrimônio Histórico e Cultural
449052 – Equipamentos e Material Permanente..... R$ 200.000,00
03.001 – Secretaria Municipal de Administração e Governo – Gabinete da Secretaria
06.181.0302.4005 – Manutenção da Guarda Civil Municipal
449052 - Equipamentos e Material Permanente.....…..... R$ 215.000,00
06.002 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Setor de Agricultura
20.608.0601.4029 – Apoio às Atividades Agropecuárias, À Agricultura e às Feiras Municipais
449052 – Equipamentos e Material Permanente..... R$ 500.000,00
Total .....R$ 1.845.760,00

Art. 2º Como recurso para abertura do crédito especificado serão utilizados os seguintes recursos:
- Excesso de Arrecadação nas seguintes Rubricas:
1.7.2.4.99.0.2.00.00.00 ……..... R$ 500.000,00
2.4.2.2.99.0.1.02.00.00.00 ……..……. R$ 98.700,00
2.4.2.9.99.0.1.01.00.00 ……..……. R$ 1.150.000,00
- Superavit Financeiro do Exercício Anterior ...…….. R$ 47.060,00
- Anulação da seguinte dotação orçamentária:
03.001 – Secretaria Municipal de Administração e Governo – Gabinete da Secretaria
06.181.0302.4005 – Manutenção da Guarda Civil Municipal
339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica .....… R$ 50.000,00
Total ….....R$ 1.845.760,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Lagoa da Prata, 18 de agosto de 2026.

ANTÔNIO JUSTINO FILHO
Presidente

SÔNIA ANTÔNIA DIAS TAVARES
Secretária

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:E5754F12

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
RESOLUÇÃO 914-2026 - CÓDIGO DE ÉTICA DOS VEREADORES

RESOLUÇÃO Nº 914, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Lagoa da Prata.

A CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA aprovou e eu, Presidente, nos termos do Inciso XXXVI do Art. 42 do Regimento Interno, promulgo a seguinte Resolução:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Código estabelece os princípios éticos e as regras básicas de decoro que devem orientar a conduta dos que estejam no exercício do Mandato de Vereador.
Parágrafo único. Regem-se também por este Código o procedimento disciplinar e as penalidades aplicáveis no caso de descumprimento das normas relativas ao Decoro Parlamentar.
Art. 2º As inviolabilidades e prerrogativas asseguradas pela Constituição da República, pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno desta Casa aos Vereadores são institutos destinados à garantia do exercício do mandato popular e à defesa do Poder Legislativo.

CAPÍTULO II
DOS DEVERES FUNDAMENTAIS

Art. 3º São deveres fundamentais do Vereador:
I - promover a defesa do interesse público e da autonomia municipal;
II - respeitar e cumprir a Constituição da República Federativa do Brasil, a Constituição do Estado de Minas Gerais, a Lei Orgânica Municipal, as Leis e as normas internas desta Casa Legislativa;
III - zelar pelo prestígio, aprimoramento e valorização das instituições democráticas e representativas e pelas prerrogativas do Poder Legislativo;
IV - exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular, agindo com boa-fé, zelo e probidade;
V - apresentar-se à Câmara durante as Sessões Legislativas Ordinárias e Extraordinárias e participar das sessões do Plenário e das Reuniões de Comissão de que seja membro;
VI - examinar todas as Proposições submetidas a sua apreciação e voto sob a ótica do interesse público;
VII - tratar com respeito e independência os colegas, as autoridades, os servidores da Casa e os cidadãos com os quais mantenha contato no exercício da atividade parlamentar, não prescindindo de igual tratamento;
VIII - prestar contas do mandato à sociedade, disponibilizando as informações necessárias ao seu acompanhamento e fiscalização;
IX - respeitar as decisões legítimas dos órgãos da Casa.

CAPÍTULO III
DOS ATOS INCOMPATÍVEIS COM O DECORO PARLAMENTAR

Art. 4º Constituem procedimentos incompatíveis com o Decoro Parlamentar, puníveis com a perda do mandato:
I - abusar das prerrogativas constitucionais asseguradas aos Vereadores;
II - perceber, a qualquer título, em proveito próprio ou de outrem, no exercício da atividade parlamentar, vantagens indevidas;
III - celebrar acordo que tenha por objeto a posse do suplente, condicionando-a a contraprestação financeira ou à prática de atos contrários aos deveres éticos ou regimentais dos Vereadores;
IV - fraudar, por qualquer meio ou forma, o regular andamento dos trabalhos legislativos para alterar o resultado de deliberação;
V - omitir intencionalmente informação relevante, ou, nas mesmas condições, prestar informação falsa nas declarações de que trata o Art. 17 desta Resolução.
CAPÍTULO IV
DOS ATOS ATENTATÓRIOS AO DECORO PARLAMENTAR
Art. 5º Atentam, ainda, contra o Decoro Parlamentar as seguintes condutas, puníveis na forma deste Código:
I - perturbar a ordem das Sessões da Câmara ou das Reuniões de Comissão;
II - praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Casa;
III - praticar ofensas físicas ou morais nas dependências da Câmara ou desacatar, por atos ou palavras, outro Parlamentar, membros da Mesa Diretora ou de Comissão, ou os respectivos Presidentes;
IV - usar os poderes e prerrogativas do cargo para constranger ou aliciar servidor, colega ou qualquer pessoa sobre a qual exerça ascendência hierárquica, com o fim de obter qualquer espécie de favorecimento;
V - revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Câmara ou Comissão hajam resolvido devam ficar secretos;
VI - revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha tido conhecimento na forma regimental;
VII - usar verbas de gabinete em desacordo com os princípios fixados no *Caput* do Art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
VIII - relatar matéria submetida à apreciação da Câmara, de interesse específico de pessoa física ou jurídica que tenha contribuído para o financiamento de sua campanha eleitoral;
IX - fraudar, por qualquer meio ou forma, o registro de presença às Sessões, ou às Reuniões de Comissão.
Parágrafo único. As condutas puníveis neste Artigo só serão objeto de apreciação mediante provas.
Art. 6º Ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar compete:
I - zelar pela observância dos preceitos deste Código, atuando no sentido da preservação da dignidade do Mandato Parlamentar na Câmara Municipal de Lagoa da Prata;
II - processar os acusados nos casos e termos previstos no Art. 13 desta Resolução;
III - instaurar o Processo Disciplinar e proceder a todos os atos necessários à sua instrução, nos casos e termos do Art. 14 desta Resolução;
IV - responder às consultas da Mesa Diretora, de Comissões e de Vereadores sobre matérias de sua competência.
Parágrafo único. O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar atuará com independência, imparcialidade, observando os Princípios do Contraditório, da Ampla Defesa, do Devido Processo Legal, da Presunção de Inocência e da Motivação de suas decisões, sendo vedada a instauração ou utilização de procedimento disciplinar com finalidade de perseguição política, pessoal ou partidária.
Art. 7º O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar compõe-se de três membros titulares e igual número de suplentes, com mandato de dois anos.
§ 1º Na representação numérica dos Partidos e Blocos Parlamentares será atendido o Princípio da Proporcionalidade Partidária na designação dos Vereadores que vão integrar o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.
§ 2º Não poderá ser membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar o Vereador:
I - submetido a Processo Disciplinar em curso, por ato atentatório ou incompatível com o Decoro Parlamentar;
II - que tenha recebido, na Legislatura, penalidade de suspensão temporária do exercício do mandato, e da qual se tenha o competente registro nos anais ou arquivos da Casa Legislativa.
§ 3º O recebimento de Representação ou Denúncia contra membro do Conselho por infringência dos preceitos estabelecidos por este Código, com prova inequívoca da verossimilhança da acusação, constitui causa para seu imediato afastamento da função, a ser aplicado de ofício por seu Presidente, devendo perdurar até decisão final sobre o caso.
§ 4º Os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que forem eleitos nesta Legislatura terão seus mandatos, de forma excepcional, com vigência até 31 de dezembro de 2028.
Art. 8º O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar aprovará regulamento específico para disciplinar o funcionamento e a organização de seus trabalhos.
§ 1º Enquanto não aprovar o regulamento de que trata este Artigo, o Conselho observará as disposições regimentais relativas ao funcionamento das Comissões da Casa, inclusive no que diz respeito à eleição de seu Presidente e designação de Relator e Membro.
§ 2º Aprovado o regulamento previsto no *caput* deste Artigo, observar-se-ão, subsidiariamente, no que couber, as disposições regimentais aplicáveis às Comissões.
CAPÍTULO V
DAS PENALIDADES APLICÁVEIS E DO PROCESSO DISCIPLINAR
Art. 10. São as seguintes as penalidades aplicáveis por conduta atentatória ou incompatível com o Decoro Parlamentar:
I - Censura, Verbal ou Escrita;
II - Suspensão Temporária do Exercício do Mandato;
III - perda do mandato.
Parágrafo único. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a Câmara Municipal de Lagoa da Prata, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do infrator.
Art. 11. A Censura Verbal será aplicada, pelo Presidente da Câmara, em Sessão, ou de Comissão, durante suas reuniões, ao Vereador que incidir nas condutas descritas nos Incisos I e II do Art. 5º desta Resolução.
Parágrafo único. Contra a aplicação da penalidade prevista neste Artigo poderá o Vereador recorrer ao respectivo Plenário.
Art. 12. A Censura Escrita será aplicada pela Mesa Diretora, por provocação do ofendido, nos casos de incidência na conduta do Inciso III do Art. 5º, ou, por solicitação do Presidente da Câmara ou de Comissão, nos casos de reincidência nas condutas referidas no Art. 11 desta Resolução.
Art. 13. A aplicação da penalidade de Suspensão Temporária do Exercício do Mandato, de no máximo trinta dias, é de competência do Plenário da Câmara Municipal, que deliberará em escrutínio aberto e por maioria absoluta de seus membros, por provocação da Mesa ou de partido político representado na Câmara Municipal, após processo disciplinar instaurado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, na forma deste Artigo.
§ 1º Será punível com a Suspensão Temporária do Exercício do Mandato o Vereador que incidir nas condutas descritas nos Incisos IV, V e IX do Art. 5º desta Resolução.
§ 2º Poderá ser apresentada, à Mesa Diretora, Representação Popular contra Vereador por procedimento punível na forma deste Artigo.
§ 3º A Mesa Diretora não poderá deixar de conhecer Representação apresentada nos termos do § 2º deste Artigo, devendo sobre ela emitir parecer fundamentado, determinando seu arquivamento ou o envio ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a instauração do competente processo disciplinar, conforme o caso.
§ 4º Recebida Representação nos termos deste Artigo, o Conselho observará o seguinte procedimento:
I - o Presidente, sempre que considerar necessário, designará três de seus membros para compor subcomissão de Inquérito destinada a promover as devidas apurações dos fatos e das responsabilidades;
II - constituída ou não a Subcomissão referida no Inciso I deste Artigo, será remetida cópia da Representação ao Vereador acusado, que terá o prazo de cinco Sessões Ordinárias para apresentar sua defesa escrita e indicar provas;

III - esgotado o prazo sem apresentação de defesa, o Presidente nomeará defensor dativo para oferecê-la, reabrindo-lhe igual prazo;
IV - apresentada a defesa, o Relator da matéria ou, quando for o caso, a Subcomissão de Inquérito, procederá às diligências e à instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá Parecer no prazo de cinco Sessões Ordinárias da Câmara, concluindo pela procedência da Representação ou por seu arquivamento, oferecendo, na primeira hipótese, Projeto de Resolução destinado à declaração da suspensão ou perda do mandato;
V - o Parecer do Relator ou da Subcomissão de Inquérito, quando for o caso, será submetido à apreciação da Comissão, considerando-se aprovado se obtiver a maioria absoluta dos votos de seus membros;
VI - a rejeição do Parecer originariamente apresentado obriga à designação de novo Relator, preferencialmente entre aqueles que, durante a discussão da matéria, tenham se manifestado contrariamente à posição do primeiro;
VII - a discussão e a votação de Parecer nos termos deste Artigo serão abertas;
VIII - da decisão do Conselho que contrariar norma constitucional, regimental ou deste Código, poderá o acusado recorrer à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que se pronunciará exclusivamente sobre os vícios apontados;
IX - concluída a tramitação no Conselho de Ética, ou na Comissão de Legislação, Justiça e Redação, na hipótese de interposição de recurso nos termos do Inciso VIII, o processo será encaminhado à Mesa Diretora e, uma vez lido no expediente, publicado e distribuído para inclusão na Ordem do Dia.
Art. 14. A aplicação da penalidade de Perda do Mandato é de competência do Plenário da Câmara Municipal e se processará nos termos da Lei Orgânica Municipal, do Regimento Interno desta Casa, bem como do "Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967", para as hipóteses previstas em Lei, bem como da prática das condutas descritas no Art. 4º desta Resolução.
Art. 15. É facultado ao Vereador, em qualquer caso, constituir advogado para sua defesa, ou fazê-la pessoalmente, em todas as fases do processo, inclusive no Plenário da Câmara Municipal.
Parágrafo único. Quando a Representação apresentada contra Vereador for considerada leviana ou ofensiva à sua imagem, bem como à imagem da Câmara, os autos do processo respectivo serão encaminhados à Assessoria Jurídica da Câmara para que tome as providências reparadoras de sua alçada, se for o caso.
Art. 16. Os processos instaurados pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar não poderão exceder o prazo de sessenta dias para sua deliberação pelo Plenário, nos casos das penalidades previstas nos Incisos I, II e III do Art. 10 desta Resolução.
§ 1º O prazo para deliberação do Plenário sobre os processos que concluírem pela perda do mandato, prevista no Inciso III do Art. 10, não poderá exceder noventa dias.
§ 2º Em qualquer das hipóteses previstas neste Artigo, a Mesa Diretora terá o prazo de dois dias, improrrogável, para incluir o processo na pauta da Ordem do Dia.
CAPÍTULO VI
DAS DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS
Art. 17. O Vereador apresentará à Mesa Diretora ou à Secretaria da Câmara as seguintes declarações:
I - ao assumir o mandato, para efeito de posse, e noventa dias antes das eleições, no último ano da Legislatura, declaração de bens e rendas, incluindo todos os passivos de sua responsabilidade de valor igual ou superior à sua remuneração mensal como Vereador;
II - até o trigésimo dia seguinte ao encerramento do prazo para entrega da declaração do imposto de renda das pessoas físicas, cópia da declaração feita ao Tesouro.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
Art. 18. Aprovado este Código, a Mesa Diretora organizará a distribuição das vagas do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar entre os Partidos e Blocos Parlamentares com assento na Casa, e convocará as lideranças a indicarem os Vereadores das respectivas bancadas para integrar o Conselho, nos termos do Art. 7º desta Resolução.
Parágrafo único. Os mandatos dos membros indicados na forma deste Artigo estender-se-ão, excepcionalmente, até o início da Legislatura seguinte.
Art. 19. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Lagoa da Prata, 18 de agosto de 2026.

ANTÔNIO JUSTINO FILHO
Presidente

SÔNIA ANTÔNIA DIAS TAVARES
Secretária

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:6A2925F0

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA

CÂMARA DE MATIAS BARBOSA
AVISO DE INTENÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 21/2026 - PROCESSO 21/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 20/2026 - RECARGA DE EXTINTORES

AVISO DE INTENÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 21/2026

A Câmara Municipal de Matias Barbosa torna público, para conhecimento dos interessados, a intenção de contratação de empresa para recarga dos extintores existentes nas dependências de sua sede.
A contratação será por item, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no respectivo Termo de Referência, nos termos da Lei Federal nº.14.133/2021.
O texto integral do Termo de Referência (contendo todas as informações sobre a contratação) e o modelo para envio da proposta comercial encontram-se à disposição dos interessados na Internet, no site https://www.matiasbarbosa.mg.leg.br/transparencia/editais-e-avisos-de-intencao-de-contratacao-direta/aviso-de-intencao-de-contratacao-direta/copy_of_2026-1 .
As propostas comerciais poderão ser enviadas para o endereço eletrônico licitacao@matiasbarbosa.mg.leg.br ou protocoladas diretamente no Setor de Licitações da CMMB, situada à Rua Engenheiro Paulo Brandão, 380 – Parque dos Sabiás, Matias Barbosa – MG, até o dia 25/08/2026.
O valor estimado da contratação encontra-se em tabela abaixo:

Item	Descrição de cada item	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Recargas para extintores AP10L CLASSE A	Unidade	09	**R$ 72,34**	R$ 651,06
2	Recargas para extintores CO2 06KG 5B	Unidade	05	**R$ 164,15**	R$ 820,75
3	Recargas de extintores PQS 06KG 20B.C	Unidade	07	**R$ 98,67**	R$ 690,69
				Valor Total	**R$ 2.162,50**

Pedidos de esclarecimentos ou impugnações deverão ser encaminhados para o endereço eletrônico licitacao@matiasbarbosa.mg.leg.br.

Matias Barbosa, 18 de agosto de 2026.

DANIELA ROCHA PITTA
Agente de Contratação

Publicado por:
Daniela Rocha Pitta
Código Identificador:D84E0C1F

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO ACOLHE O VETO TOTAL APOSTO PELO CHEFE DO PODER EXECUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.685/2026, QUE "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES DE QUALIDADE, TRANSPARÊNCIA E ISONOMIA NAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO MUNICÍPIO DE OURO FINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO LEGISLATIVO N° 033/2026

"Acolhe o Veto Total aposto pelo Chefe do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 3.685/2026, que "Dispõe sobre as diretrizes de qualidade, transparência e isonomia nas obras de pavimentação asfáltica no Município de Ouro Fino e dá outras providências"

CLÓVIS COLDIBELI, Presidente da Câmara Municipal de Ouro Fino/MG, no uso da atribuição que lhe confere o art. 36, IV, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara aprova e ele promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica acolhido o Veto Total do Chefe do Poder Executivo, manifestado por meio do Ofício nº 136/2026, ao Projeto de Lei nº 3.685/2026, de autoria do Vereador Cícero de Lima Braga, que "Dispõe sobre as diretrizes de qualidade, transparência e isonomia nas obras de pavimentação asfáltica no Município de Ouro Fino e dá outras providências."

Art. 2º Em consequência do acolhimento do veto, o Projeto de Lei nº 3.685/2026 será arquivado, nos termos da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "Ver. Antônio Olinto Alves", em 18 de agosto de 2026.

CLÓVIS COLDIBELI
Presidente
Câmara Municipal de Ouro Fino/MG

Publicado por:
Joao Paulo de Oliveira Prado
Código Identificador:98576432

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO
ACOLHE O VETO TOTAL APOSTO PELO CHEFE DO PODER EXECUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.687/2026, QUE "GARANTE FLEXIBILIDADE NA GRADE DE HORÁRIOS AOS ALUNOS QUE POSSUEM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA — TEA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE OURO FINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊN

DECRETO LEGISLATIVO N° 032/2026

"Acolhe o Veto Total aposto pelo Chefe do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 3.687/2026, que "Garante flexibilidade na grade de horários aos alunos que possuem Transtorno do Espectro Autista — TEA, no âmbito do Município de Ouro Fino e dá outras providências".

CLÓVIS COLDIBELI, Presidente da Câmara Municipal de Ouro Fino/MG, no uso da atribuição que lhe confere o art. 36, IV, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara aprova e ele promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica acolhido o Veto Total do Chefe do Poder Executivo, manifestado por meio do Ofício nº 137/2026, ao Projeto de Lei nº 3.687/2026, de autoria do Vereador Paulo Henrique Chiste da Silva, que "Garante flexibilidade na grade de horários aos alunos que possuem Transtorno do Espectro Autista — TEA, no âmbito do Município de Ouro Fino e dá outras providências".

Art. 2º Em consequência do acolhimento do veto, o Projeto de Lei nº 3.687/2026 será arquivado, nos termos da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "Ver. Antônio Olinto Alves", em 18 de agosto de 2026.

CLÓVIS COLDIBELI
Presidente
Câmara Municipal de Ouro Fino/MG

Publicado por:
Joao Paulo de Oliveira Prado
Código Identificador:BE471046

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO
DENOMINA JOÃO ANTÔNIO RODRIGUES A RUA N.º 02, LOCALIZADA NO LOTEAMENTO JARDIM EUROPA

DECRETO LEGISLATIVO N° 030/2026

Denomina João Antônio Rodrigues a Rua n.º 02, localizada no Loteamento Jardim Europa.

CLÓVIS COLDIBELI, Presidente da Câmara Municipal de Ouro Fino/MG, no uso da atribuição que lhe confere o art. 36, IV, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara aprova e ele promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica denominada João Antônio Rodrigues a Rua n.º 02, localizada no Loteamento Jardim Europa.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões "Ver. Antônio Olinto Alves", em 18 de agosto de 2026.

CLÓVIS COLDIBELI
Presidente
Câmara Municipal de Ouro Fino/MG

Publicado por:
Joao Paulo de Oliveira Prado
Código Identificador:17194A9D

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO AO ILMO. SR. ANTÔNIO CARLOS CADAN

DECRETO LEGISLATIVO N° 031/2026

"Dispõe sobre a concessão do Diploma de Honra ao Mérito ao Ilmo. Sr. Antônio Carlos Cadan."

CLÓVIS COLDIBELI, Presidente da Câmara Municipal de Ouro Fino/MG, no uso da atribuição que lhe confere o art. 36, IV, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara aprova e ele promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º- Fica concedido o Diploma de Honra ao Mérito ao Ilmo. Sr. Antônio Carlos Cadan.

Art. 2º -Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "Ver. Antônio Olinto Alves", em 18 de agosto de 2026.

CLÓVIS COLDIBELI
Presidente
Câmara Municipal de Ouro Fino/MG

Publicado por:
Joao Paulo de Oliveira Prado
Código Identificador:1A197A89

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO
DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DO SUBSÍDIO DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RESOLUÇÃO Nº. 005/2026

Altera dispositivos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Ouro Fino e dá outras providências.

CLÓVIS COLDIBELI, Presidente da Câmara Municipal de Ouro Fino-MG, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, IV, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara aprova e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º O art. 17 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Ouro Fino passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 17. As reuniões extraordinárias são aquelas realizadas em dia ou horário diverso do fixado para as reuniões ordinárias, podendo ocorrer em qualquer dia da semana, inclusive aos sábados, domingos e feriados, bem como antes ou após o encerramento das reuniões ordinárias.
§ 1º As reuniões extraordinárias somente serão realizadas para apreciação de matéria relevante e urgente, mediante convocação na forma deste artigo.
§ 2º A convocação dos Vereadores será realizada:
I – pessoalmente, mediante ciência ou entrega de comunicação escrita, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas; ou
II – por meio eletrônico, mediante envio ao Domicílio Eletrônico Parlamentar, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.
§ 3º A convocação conterá, obrigatoriamente:
I – a data, o horário e o local da reunião;
II – a pauta específica da sessão extraordinária;
III – os projetos, proposições ou matérias que serão submetidos à deliberação, acompanhados, sempre que possível, dos respectivos documentos.
§ 4º Nas reuniões extraordinárias a Câmara deliberará exclusivamente sobre as matérias constantes do ato convocatório, vedada a inclusão de assuntos estranhos à convocação.
§ 5º Para fins de transparência e publicidade, a convocação será publicada no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal e afixada em local próprio nas dependências da Casa Legislativa, sem prejuízo da comunicação individual aos Vereadores."

Art. 2º Fica acrescido ao Regimento Interno o art. 17-A, com a seguinte redação:

"Art. 17-A. Fica instituído o Domicílio Eletrônico Parlamentar – DEP, meio oficial de comunicação institucional entre a Câmara Municipal e os Vereadores.
§ 1º O Domicílio Eletrônico Parlamentar será composto por:
I – endereço eletrônico (e-mail) informado pelo Vereador;
II – número de telefone celular vinculado a aplicativo de mensagens instantâneas indicado pelo Vereador.
§ 2º Cada Vereador deverá informar e manter permanentemente atualizados seus dados perante a Secretaria da Câmara, sendo de sua exclusiva responsabilidade eventual alteração ou indisponibilidade dos meios eletrônicos cadastrados.
§ 3º As convocações, notificações, intimações, comunicações administrativas, encaminhamento de projetos de lei, proposições, pareceres, emendas, convites, expedientes e demais atos oficiais encaminhados ao Domicílio Eletrônico Parlamentar produzirão todos os efeitos legais, dispensada qualquer outra forma de comunicação, salvo disposição expressa em contrário.
§ 4º Considera-se realizada a comunicação eletrônica:
I – na data da confirmação de leitura ou do recebimento pelo sistema eletrônico ou aplicativo utilizado; ou
II – inexistindo confirmação de leitura ou recebimento, após o decurso de 24 (vinte e quatro) horas do comprovado envio ao endereço eletrônico ou número de telefone regularmente cadastrado.
§ 5º O comprovante eletrônico de envio, acompanhado da confirmação de leitura, recebimento ou da certificação do decurso do prazo previsto no inciso II do § 4º, constitui prova suficiente da regularidade da comunicação.
§ 6º A indisponibilidade, perda, substituição de aparelho celular, alteração de endereço eletrônico ou qualquer outro fato relacionado aos dados cadastrados não prejudicará a validade das comunicações regularmente encaminhadas, quando a atualização não houver sido previamente informada pelo Vereador à Diretoria da Câmara.
§ 7º Os dados integrantes do Domicílio Eletrônico Parlamentar possuem caráter funcional e serão utilizados exclusivamente para fins institucionais, observado o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD)."
§ 8º A Secretaria da Câmara manterá registro atualizado dos Domicílios Eletrônicos Parlamentares, certificando, quando necessário, o envio das comunicações eletrônicas e arquivando os respectivos comprovantes.
§ 9º A utilização do Domicílio Eletrônico Parlamentar não impede a realização de comunicações pessoais ou por outros meios oficiais, quando a Presidência entender necessário ou conveniente.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entra em vigor *45 (quarenta e cinco) dias após a data de sua publicação*.

Sala das Sessões, Vereador Antônio Olinto Alves em 18 de agosto de 2026.

CLÓVIS COLDIBELI
Presidente
Câmara Municipal de Ouro Fino/MG

Publicado por:
Joao Paulo de Oliveira Prado
Código Identificador:58799D05

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO
DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DO SUBSÍDIO DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RESOLUÇÃO Nº. 006/2026

"Dispõe sobre a revisão geral anual do subsídio dos vereadores da Câmara Municipal de Ouro Fino e dá outras providências"

CLÓVIS COLDIBELI, Presidente da Câmara Municipal de Ouro Fino-MG, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, IV, da lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara aprova e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1ºÉ concedida a revisão geral anual, nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal, aos subsídios dos vereadores da Câmara Municipal de Ouro Fino, no percentual de 4,10% (quatro vírgula dez por cento).

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 1º de agosto de 2026.

Sala das Sessões "Ver. Antônio Olinto Alves", em 18 de agosto de 2026.

CLÓVIS COLDIBELI
Presidente
Câmara Municipal de Ouro Fino/MG

Publicado por:
Joao Paulo de Oliveira Prado
Código Identificador:D1F6F754

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO
REQUERIMENTO Nº 002/2026

REQUERIMENTO Nº 002/2026

EXMO. SR. CLÓVIS COLDIBELI, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO/MG
CAROS COLEGAS VEREADORES

Data: 17/08/2026 14º Sessão Ordinária	
(x) APROVADO ( ) REJEITADO Presidente	
Vice-Presidente	Secretário

O Vereador que a este subscreve, com amparo no art. 193, § 3º, inciso "X", do Regimento Interno, requer, após ouvido o soberano Plenário desta Casa de Leis, seja encaminhado ao Executivo Municipal o presente REQUERIMENTO, solicitando informações acerca das obras de ampliação da Escola Mariinha Favilla, localizada nas dependências da antiga Rodoviária.
Solicita-se as seguintes informações:

•
Informar quais intervenções estão previstas na obra, especialmente quanto ao número de novas salas de aula e demais espaços que serão construídos ou adequados, bem como a quantidade estimada de novas vagas que serão disponibilizadas após sua conclusão.

•
Informar o valor total previsto para a execução da obra, indicando o valor contratado, a empresa responsável pela execução e, caso existentes, eventuais aditivos ou alterações no valor inicialmente contratado.

•
Informar o prazo estabelecido para conclusão da obra e a previsão atualizada para sua entrega, considerando o estágio atual de execução dos serviços.

•
Informar qual é o atual percentual de execução física e financeira da obra, indicando quanto já foi efetivamente executado e quanto já foi pago pelo Município até o momento.

•
Informar se a obra encontra-se atualmente paralisada ou com os serviços interrompidos, esclarecendo, em caso positivo, os motivos da paralisação, desde quando ocorre, quais providências estão sendo adotadas para a retomada e qual a previsão para o reinício dos trabalhos.

JUSTIFICATIVA
O presente requerimento tem por finalidade o exercício da função fiscalizatória do Poder Legislativo, buscando acompanhar a execução das obras de ampliação da Escola Mariinha Favilla, importante investimento na área da Educação e que poderá contribuir para a ampliação da oferta de vagas na Educação Infantil do Município.
Considerando a relevância da obra para a população e a necessidade de transparência quanto à aplicação dos recursos públicos, faz-se necessário obter informações sobre o projeto, os investimentos realizados, o cronograma de execução, a previsão de conclusão e o atual andamento dos serviços.
O acompanhamento pelo Poder Legislativo também se mostra pertinente diante da constatação de que, atualmente, os serviços aparentam estar paralisados, sendo importante esclarecer à população a situação da obra, eventuais motivos para a interrupção e as providências previstas para sua retomada.
Dessa forma, as informações solicitadas permitirão o adequado acompanhamento da execução da obra, em observância aos princípios da publicidade, eficiência, transparência e interesse público.

Sala das Sessões "Vereador Antônio Olinto Alves" em 10 de agosto de 2026.

PAULO HENRIQUE CHISTE DA SILVA
Vereador

Publicado por:
Joao Paulo de Oliveira Prado
Código Identificador:B239862C

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO
REVOGA O DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2026

DECRETO LEGISLATIVO N° 034/2026

Revoga o Decreto Legislativo nº 001/2026.

CLÓVIS COLDIBELI, Presidente da Câmara Municipal de Ouro Fino/MG, no uso da atribuição que lhe confere o art. 36, IV, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara aprova e ele promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica integralmente revogado o Decreto Legislativo nº 001/2026, que dispõe sobre a convocação de plebiscito para consulta popular acerca da substituição do calçamento em paralelepípedo das vias públicas situadas na área central do Município de Ouro Fino/MG.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "Ver. Antônio Olinto Alves", em 18 de agosto de 2026.

CLÓVIS COLDIBELI
Presidente
Câmara Municipal de Ouro Fino/MG

Publicado por:
Joao Paulo de Oliveira Prado
Código Identificador:ABD47C94

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

COMPRAS E LICITAÇÕES
ATO DE AUTORIZAÇÃO - PROCESSO 59/2026
INEXIGIBILIDADE 18/2026 - CURSO ADRIANA DE PAULA E LISANDRA REIS

ATO DE AUTORIZAÇÃO

O ORDENADOR DE DESPESAS, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Com fundamento no inciso III, do art. 74, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021, estando presentes os requisitos para tanto, conforme o que consta no Processo n° 59/2026, Inexigibilidade n° 18/2026, autorizo contratação de serviços de curso de capacitação e treinamento para as vereadoras Adriana Fátima de Paula Magalhães e Lisandra Patrícia di Lara Ferreira Nunes Reis, da empresa Instituto Global de Administração Pública, inscrita no CNPJ sob o nº 52.835.850/0001-03, no valor de R$ 2.780,00 (dois mil setecentos e oitenta reais).

Patrocínio, 17 de agosto de 2026.

NIKOLAS DE QUEIROZ ELIAS
Presidente da Câmara Municipal de Patrocínio

Publicado por:
Clara Beatriz Lisboa Ramos
Código Identificador:76B79A85

COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE REFERENCIA - PROCESSO 59/2026
INEXIGIBILIDADE 18/2026 - CURSO ADRIANA DE PAULA E LISANDRA REIS.

TERMO DE REFERÊNCIA
CURSO

PROCEDIMENTO N° 59/2026.
BASE NORMATIVA: LEI Nº 14.133/21

O presente Termo de Referência foi elaborado objetivando consignar de forma detalhada a descrição do serviço a ser adquirido, das suas características, das informações a serem prestadas e dos controles a serem adotados.

1 - DO OBJETO E DAS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS

1.1- DO OBJETO:
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CURSO DE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO PARA AS VEREADORAS ADRIANA FÁTIMA DE PAULA MAGALHÃES E LISANDRA PATRÍCIA DI LARA FERREIRA NUNES REIS DA CAMARA MUNICIPAL DE PATROCINIO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.
1.2- DA ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS:

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO
1	2	SE	CAPACITACAO E TREINAMENTO EM CURSO PRESENCIAL. CURSO NA AREA LEGISLATIVA.

1.3 - Definição acerca da continuidade da entrega dos produtos ou do serviço e alocação de mão de obra:
(x) Não continuado. SEM dedicação exclusiva de mão de obra.
( ) Não continuado. COM dedicação exclusiva de mão de obra.
( ) Continuado. SEM dedicação exclusiva de mão de obra.
( ) Continuado. COM dedicação exclusiva de mão de obra.
1.4 - Agrupamento de itens:
A presente contratação será por:
(x) Itens isolados.
( ) Grupo de itens. Justificativa: Não se aplica.

2 – VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO
2.1 - O início da vigência da presente contratação está previsto para dia 18 de agosto de 2026.
2.2 - A duração da vigência será:
( ) Pelo seguinte número de meses: 12
(x) Até o final do exercício da contratação: 18 a 21 de agosto de 2026.
2.3 - Em caso de vigência superior a 12 meses, justificar a vantajosidade da contratação pelo período solicitado: Não se aplica.
2.4 - Possibilidade de prorrogação:
(x) Não. Em razão de: Não poderá ultrapassar os créditos orçamentários do exercício da contratação.
( ) Sim. Número de meses e fundamento legal: Não se aplica.

3 - DA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO
3.1 - A presente contratação justifica-se pela necessidade de capacitação dos servidores e vereadores da Câmara Municipal de Patrocínio
3.2 - A fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência. Por outro lado, considerando que se trata de hipótese de inexigibilidade de licitação, é necessária a análise da hipótese legal delineada, qual seja: Art. 74, III, "f" da Lei nº 14.133/21. Nesse caminhar, consultando o Estudo Técnico Preliminar, é possível transcrever o seguinte sobre a hipótese legal de inexigibilidade de licitação, bem como sobre os requisitos legais para a contratação:
A presente contratação é pautada na inexigibilidade prevista pelo art. 74, III, "f", da Lei nº 14.133/21. Desse modo, o dispositivo legal em questão assim prevê:
Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: (...) III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: (...) f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal (...).

Desse modo, é possível apresentar requisitos para essa contratação por inexigibilidade de licitação, quais sejam: A) Inviabilidade de competição; B) Serviço Técnico Especializado; C) Demonstração que a contratação de profissional ou empresa com notória especialização é imprescindível à plena satisfação do objeto contratado; D) Notória Especialização e; E) Natureza singular do objeto a ser contratado.
A) Inviabilidade de competição
A inviabilidade de competição é requisito comum às inexigibilidades de licitação. Referida inviabilidade pode decorrer da ausência de pluralidade de alternativas, ausência de mercado concorrencial ou ainda da ausência de objetividade na seleção do objeto.
A ausência de objetividade na seleção do objeto se caracteriza, como regra, pela impossibilidade de seleção segundo critérios objetivos. Existem diferentes alternativas, mas a natureza personalíssima da atuação do particular impede o julgamento objetivo. É impossível definir com precisão uma relação custo-benefício. Ainda que seja possível determinar o custo, os benefícios que serão usufruídos pela Administração são relativamente imponderáveis. Essa incerteza deriva basicamente da natureza subjetiva da avaliação, eis que a natureza da prestação envolve fatores intelectuais, artísticos, criativos e assim por diante. Não há critério objetivo de julgamento para escolher o melhor. Quando não houver critério objetivo de julgamento, a competição perde o sentido.
Conforme será apontado pelos tópicos seguintes, no presente caso, não há critérios objetivos para julgamento, o que caracteriza a inexigibilidade de licitação.
B) Serviço Técnico Especializado
É fato público e notório que a excelência das atividades desta Casa, como a de qualquer atividade pública, requer permanente aperfeiçoamento e atualização dos conhecimentos dos agentes públicos, como forma de garantir a legitimidade do serviço público prestado, sua efetividade, eficiência e alcance do bem comum a que se presta.
A legislação pátria permite-nos inferir, por premissa básica, que, se os serviços pretendidos se enquadram na hipótese do citado art. 74, III, "f" da Lei federal nº 14.133, de 2021, a inexigibilidade de licitação já se caracteriza. É o que ocorre com o serviço que se pretende contratar no caso em comento, que, vale dizer, tem como característica principal o fato de ser executado de forma predominantemente intelectual, característica esta incluída na descrição dos serviços técnicos especializados previstos pela legislação.
Extrai-se ainda do Documento de Formalização da Demanda, que a presente iniciativa tem o objetivo de contratar pessoa jurídica para prestação de serviços de docência em ação educacional.
A ação educacional em questão refere-se à contratação do curso denominado Poder de Fiscalizar: Obras Públicas e Contratos na mira do Legislativo.
Assim, para a contratação solicitada, é preciso a caracterização de um serviço predominantemente intelectual, o que é o caso da presente contratação.
C) Demonstração que a contratação de profissional ou empresa com notória especialização é imprescindível à plena satisfação do objeto contratado
Para que essa hipótese de inexigibilidade seja aplicável, deve-se avaliar não somente as características do prestador, mas também as do serviço demandado, a fim de demonstrar que a contratação do profissional ou da empresa de notória especialização é imprescindível à plena satisfação do objeto do contrato, como previsto no art. 6º, inciso XIX, e no art. 74, § 3º, da Lei federal nº 14.133, de 2021.
Note-se que, nessa hipótese de inexigibilidade, a técnica empregada na execução do objeto e a habilidade do prestador são interdependentes, fazendo com que a escolha do contratado dependa de uma análise subjetiva, o que torna a licitação inviável. Isso porque haverá dificuldade em comparar objetivamente as propostas, que estão atreladas aos profissionais que executarão os trabalhos.
É o caso por exemplo, das contratações de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, em que os resultados pretendidos pela Administração dependem da atuação direta do instrutor, ou seja, da aplicação de talento, técnica e didática próprias, com curso desenvolvido ou adaptado especificamente para o atendimento do público-alvo do treinamento. Nessas circunstâncias, restará configurada a inviabilidade de competição, haja vista a impossibilidade de comparar objetivamente os possíveis instrutores e os produtos por eles oferecidos.
O curso a ser contratado objetiva o conhecimento em temas extremamente relevantes, tais como: Fundamentos da Obra Pública Municipal; Planejamento e Contratação de Obras Públicas (Lei 14.133/2021); Orçamento de Obras: SINAPI, BDI e Projeto Básico; Gestão e Fiscalização de Contratos de Obras; Aditivos Contratuais e Recebimento de Obras; Superfaturamento, Irregularidades e Responsabilização; Instrumentos de Fiscalização Parlamentar do Vereador; Acionamento dos Órgãos de Controle: TCE/MG, MP e CGU.

Nesse sentido, é possível inferir que a contratação aqui aduzida é fundamental e crucial para o atendimento dos interesses do órgão, haja vista que guarda evidente relação com os conhecimentos necessários ao agente público para o desempenho de suas funções. Nesse sentido, os servidores e vereadores devem ser capacitados continuamente para o regular exercício de suas atribuições, notadamente porque as atividades desempenhadas pelos agentes públicos estão sujeitas à constante atualização procedimental e de conteúdo.

D) Notória especialização para escolha do fornecedor

Outro requisito também mantido na Lei federal nº 14.133, de 2021, a notória especialização do profissional deve estar relacionada ao objeto pretendido, e, segundo a doutrina, precisa estar intimamente relacionada com a singularidade intentada pela Administração. O conceito reproduzido no § 3º do art. 74 da Lei federal nº 14.133, de 2021 se refere ao requisito da atividade da pessoa permitir inferir que o trabalho é essencial e reconhecidamente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Desse modo, deve ser avaliado: i) se as pessoas, por meio de desempenhos anteriores, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica e outros requisitos relacionados com suas atividades, são as mais adequadas ao atendimento da necessidade pública. Normalmente isso se constata pela apresentação de currículo, diplomas acadêmicos, publicações na área do conhecimento e atestados de capacidade técnica, sem prejuízo de outras fontes pertinentes; e ii) se a notória especialização está relacionada com o serviço técnico especializado singular objeto da contratação.

Certo é que os serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal podem ser alvo de contratação direta, por meio da inexigibilidade de licitação, consubstanciada no art. 74, III, "f" e § 3º da Nova Lei de Licitações e Contratos, mas esse enquadramento dependerá da presença dos requisitos normativos exigidos.

No caso concreto, é difícil estabelecer padrões adequados de competição para escolher de maneira isenta entre diferentes professores ou cursos, tornando-se complicado comparar a capacidade intelectual oferecida por cada pessoa física ou jurídica. Por essa razão, a lei de licitações optou por classificar na categoria de serviço técnico profissional especializado, o trabalho de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal da Administração, por particulares. Sendo de natureza singular o serviço, será necessariamente diferente um treinamento de outro, ainda que sobre os mesmos temas, quando ministrado por particulares diversos. Nesse sentido, inclusive, é a decisão 439/1998, do TCU, senão vejamos:

(...) 3. É notoriamente sabido que na maioria das vezes, no caso concreto, é difícil estabelecer padrões adequados de competição para escolher isentamente entre diferentes professores ou cursos, tornando-se complicado comparar o talento e a capacidade didática dos diversos mestres. 4. Aliás, essa realidade já foi reconhecida pela doutrina do direito administrativo. O mestre Ivan Barbosa Rigolin, ao discorrer sobre o enquadramento legal de natureza singular empregado pela legislação ao treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, ainda quanto à aplicação do art. 23, inciso II, do Dec.-lei no 2.300/86, defendia que: "A metodologia empregada, o sistema pedagógico, o material e os recursos didáticos, os diferentes instrutores, o enfoque das matérias, a preocupação ideológica, assim como todas as demais questões fundamentais, relacionadas com a prestação final do serviço e com os seus resultados - que são o que afinal importa obter -, nada disso pode ser predeterminado ou adrede escolhido pela Administração contratante. Aí reside a marca inconfundível do autor dos serviços de natureza singular, que não executa projeto prévio e conhecido de todos mas desenvolve técnica apenas sua, que pode inclusive variar a cada novo trabalho, aperfeiçoando-se continuadamente. ***Por todas essas razões entendeu a lei de licitações de classificar na categoria de serviço técnico profissional especializado, o trabalho de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal da Administração, por particulares (pessoas físicas ou jurídicas); sendo de natureza singular o serviço, será fatalmente diferente um treinamento de outro, ainda que sobre os mesmos temas, quando ministrado por particulares diversos. E, desse modo, sendo desiguais os produtos que os variados profissionais oferecem, torna-se inexigível a licitação por imperativo lógico que consta do art. 23, inciso II, do Dec.-lei no 2.300/86."*** *("Treinamento de Pessoal - Natureza da Contratação" "in" Boletim de Direito Administrativo - Março de 1993, págs. 176/79- grifo nosso) 5. Nessa mesma linha de raciocínio, destaco pensamento do administrativista Antônio Carlos Cintra do Amaral, que ao discorrer sobre a contratação de profissional para realização de treinamento de pessoal, assevera que: "Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal é serviço técnico profissional especializado, previsto no art. 13, VI, da mesma Lei no 8.666/93. Em princípio, é de natureza singular, porque é conduzido por uma ou mais pessoas físicas, mesmo quando a contratada é pessoa jurídica. A singularidade reside em que dessa ou dessas pessoas físicas (instrutores ou docentes) requer-se: a) experiência; b) domínio do assunto; c) didática; d) experiência e habilidade na condução de grupos, frequentemente heterogêneos inclusive no que se refere à formação profissional; e) capacidade de comunicação. Como não se pode dissociar o treinamento do instrutor ou docente, essa singularidade subjetiva é também objetiva. Vale dizer: também o serviço por ele prestado é singular..." ("Ato Administrativo, Licitações e Contratos Administrativos", Malheiros Editores, 1995, pág. 110). (TCU. Decisão no 439/1998. Plenário. Processo: 000.830/1998-4. Relator: Ministro Adhemar Paladini Ghisi. Sessão de 15/07/1998.)" (Grifei)*

Diante da singularidade dos serviços prestado, a escolha da empresa *Instituto Global de Administração Pública, por meio do docente Dr. Eder Lima Palma,* se dá por meio de uma decisão estratégica para atender as necessidades apontadas pelo demandante. A escolha do docente de notória especialização se dá de acordo com sua formação, experiências, publicações, metodologias aplicadas, capacidade de docência, e de como tais características pessoais se compatibilizam com os temas e os objetivos das capacitações a serem contratadas, haja vista a sua experiência acadêmica e profissional com relação ao tema que será ministrado, conforme se verifica em informações constantes do cronograma do curso e do currículo do orientador.

Nesse sentido, conforme currículo apresentado, o professor possui o cargo de Advogado, Graduado em Direito pela Unisepe, Faculdade de São Lourenço-MG; Pós-graduado em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MINAS); Pós-graduado em Direito Eleitoral pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MINAS); Pós-graduado em Planejamento e Orçamento Público pela UNYLEYA. Coordenador Acadêmico da Empresa Gênesis Capacitação em Gestão Pública e Instituto Global de Administração Pública. Palestrante com mais de 600 cursos ministrados na área de Administração Pública.

Além disso, a empresa fornecedora do curso é estabelecida no mercado, sendo reconhecida pelo oferecimento de treinamentos e formação educacional.

É a partir dos aspectos apresentados que o requisito da notória especialização resta configurado.

E) Natureza singular do objeto a ser contratado.

A Lei nº 14.133/21 não previu de maneira expressa o requisito de comprovação da natureza singular do serviço a ser contratado. Nesse sentido, instaurou-se controvérsia na doutrina acerca da necessidade de comprovação desse requisito. Alguns estudiosos, inclusive, indicam posicionamento do Tribunal de Contas da União que analisou dispositivo legal similar da Lei Federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), em que indicou a singularidade do serviço como um dos requisitos para a contratação direta de profissionais com notória especialização.

Desse modo, por cautela, também é pertinente analisar o presente aspecto. Objeto singular é aquele que poderia ser qualificado como infungível, aqueles que não podem ser substituídos por outros de mesma espécie, qualidade e quantidade. Nesse diapasão, é evidente a correlação existente entre a notória especialização e o serviço singular objeto do procedimento.

Assim, serviço singular é aquele em que o prestador possui conhecimento aprofundado e, por isso, trata-se de atividade diferenciada, mas jamais única ou exclusiva (até porque se fosse exclusiva, a inexigibilidade seria fundamentada pelo inciso I, do art. 74, da Lei nº 14.133/21 e não pelo art. 74, III, "f" da referida lei).

Nesse contexto, na inexigibilidade de licitação para contratação de serviço técnico especializado, com profissionais ou empresas de notória especialização, no âmbito da Lei federal nº 14.133, de 2021, a singularidade se verifica pelo preenchimento das seguintes circunstâncias: i) os serviços são específicos e possuem peculiaridades quanto à maneira e o modo de prestação, somente

podendo ser realizados com confiabilidade por pessoas habilitadas e capacitadas; ii) os serviços apresentam complexidade técnica e devem ser feitos sob encomenda por um terceiro, devendo este reunir um conjunto de atributos que não podem ser mensurados por critérios objetivos; e iii) os serviços não devem ser padronizados, básicos e convencionais.

Os serviços de docência para os fins das ações educacionais pretendidas, devem ser caracterizados, via de regra, como singulares, uma vez que não se tratam de atuações padronizadas e, com isso, comparáveis entre si. Pelo contrário, ministrar uma aula ou elaborar um conteúdo educacional é algo peculiar, que resulta da aplicação da formação, da experiência profissional e docente e de metodologias próprias do docente definido, as quais, a princípio, não poderiam ser simplesmente replicadas por qualquer outra pessoa. Com efeito, segue o seguinte ensinamento:

O objeto do serviço de treinamento só se materializa com a aula (o fazer). É por meio desta ação que o professor/instrutor, fazendo uso da metodologia didático-pedagógica, utilizando os recursos instrucionais e aplicando o conteúdo programático, realiza o objeto. Portanto, o núcleo do serviço é a própria aula. ***Ora, se é a aula, não se pode, em regra, considerar que seja um serviço usual ou executado de forma padronizada; não se pode admitir que, quem quer que seja o executor (o professor), desde que aplicando os recursos acima, obtenha os mesmos resultados. Afinal, como é próprio do humano, as pessoas são diferentes entre si. Cada professor possui sua técnica própria, sua forma de lidar com grupos, sua empatia, sua didática, suas experiências pessoais, seu ritmo e tom de voz. Tudo isso compõe um conjunto que os tornam incomparáveis entre si.*** *(...) Tudo isso requer do profissional, a cada serviço, a necessária adaptação. Inclusive o próprio professor será diferente a cada aula proferida, ainda que do mesmo tema, pois em um curso ouve uma pergunta de um aluno, que levanta uma questão não imaginada, conduzindo o desenvolvimento do conteúdo a uma vertente não programada; para outra turma, leu um livro ou artigo recém publicado que o leva a pesquisar novamente o assunto tratado e, eventualmente, provocará mudança de visão e conceitos. Quer dizer, as aulas sempre serão diferentes, seja na condução, seja no conteúdo, seja na forma de exposição. Não há como negar que cada aula (cada serviço) é, em si, singular, inusitado, peculiar. (CHAVES, Luiz Cláudio de Azevedo. Contratação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal na administração pública: caso de licitação, dispensa ou inexigibilidade? . IDEMP - Instituto de Desenvolvimento Empresarial, Rio de Janeiro, pp. 3- 4. Disponível em: http://idemp-edu.com.br/uploads/artigos/contratacaoservicostreinamento.pdf)(grifei)*

O professor Ricardo Alexandre Sampaio também preleciona:

Ora, na situação em exame, em que pese diversos particulares possam atender a demanda da Administração, ministrando cursos in company para capacitação dos servidores, ***não se visualiza a possibilidade de estabelecer qualquer critério objetivo para análise, comparação e julgamento de suas propostas, uma vez que a execução desse objeto de modo a atender plenamente a demanda da Administração pressupõe o emprego de atributos e qualificações subjetivas, tais como didática, oratória, experiência, conhecimento, imaginação, entre outros****. (SAMPAIO, Ricardo Alexandre. Inaplicabilidade do pregão à contratação de cursos in company para capacitação de servidores. Revista Zênite – Informativo de Licitações e Contratos (ILC), Curitiba: Zênite, 2014 n. 242, p. 361) (grifei)*

À vista do exposto, é possível evidenciar que os serviços a serem contratados são singulares, uma vez que é impossível de se estabelecer, a priori, critérios objetivos de comparação com outros serviços de treinamento oferecidos no mercado, o que, por sua vez, afasta a regra licitatória. Além disso, é possível concluir pela possibilidade de contratação por meio da inexigibilidade de licitação prevista no art. 74, III, "f", da Lei nº 14.133/21.

3.3 - O objeto da contratação:

( ) Está previsto no Plano de Contratações Anual de ___, conforme número de controle ___/____, do referido PCA.

(x) Não está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, sendo a nova demanda justificável pelas seguintes razões: Por não se conseguir prever qual servidor/vereador vai querer fazer curso e qual o curso ele irá fazer, não tem como se falar em plano anual para prevê-los.

3.4 – A contratação fundamenta-se no artigo 74, inciso III, da Lei nº 14.133/21 e nas demais normas legais e regulamentares atinentes à matéria.

4 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1 - O objeto da contratação compreende a contratação de uma empresa para fornecimento de curso de capacitação. A referida contratação irá solucionar a demanda da Câmara Municipal, haja vista que há a necessidade de capacitação de servidores/vereadores da Câmara Municipal de Patrocínio.

4.2 - A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

A partir dos aspectos apresentados até o momento, é possível concluir que a solução mais adequada para a demanda da Administração Pública, é a realização de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, III, "f", da Lei nº 14.133/21.

Conforme já foi devidamente explanado no presente documento, restou caracterizada a inviabilidade de competição, por se tratar de serviço técnico especializado de natureza singular, oferecido por empresa/profissional com notória especialização, imprescindível à satisfação da demanda do Poder Público.

5 – OBRIGAÇÕES E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 – Obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 - Fornecer os serviços/materiais nos termos e condições da proposta vencedora, sendo que serão rejeitados aqueles que não estiverem em conformidade com o objeto solicitado ou que apresentem defeitos ou vícios.

5.1.2 - Substituir no prazo máximo e improrrogável de 02 (dois) dias úteis os serviços/materiais que não forem recebidos por não atenderem às especificações exigidas neste termo de referência.

5.1.3 - Fazer acompanhar quando da entrega dos serviços/materiais a respectiva nota fiscal/fatura, em conformidade com o solicitado no instrumento convocatório.

5.1.4 - Pagar os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços/produtos.

5.1.5 - Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar à Câmara Municipal ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos prepostos, se for o caso, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

5.2 - Obrigações da CONTRATANTE:

5.2.1 - Proceder a fiscalização do objeto da contratação em relação ao aspecto quantitativo e qualitativo a serem prestados pelo fornecedor.

5.2.2 - Comunicar o CONTRATANTE acerca de defeitos, falhas e/ou imperfeições verificadas.

5.2.3 - Emitir a nota de empenho e efetuar pagamento ao(s) fornecedor(es) de acordo com a forma e prazo estabelecidos.

5.3 - Condições específicas de execução e aceitação do objeto ou padrões mínimos de qualidade para o serviço/produto a ser contratado:

5.4 - Possibilidade de subcontratação:

(x) Não.

( ) Sim. Neste caso, descrever o fundamento legal, estabelecer as condições e limites da subcontratação:

5.5 - Haverá necessidade de exigência de garantia contratual para assegurar o adimplemento e fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA?

(x) Não.

( ) Sim. Percentual da garantia e justificativa:

5.6 - É facultado e recomendável a realização de vistoria nos locais onde serão executados os serviços, quando for dessa natureza a contratação, ocasião em que serão sanadas as dúvidas porventura existentes, não cabendo nenhuma alegação posterior por desconhecimento das condições locais.

5.7 - A não realização da visita não admitirá à CONTRATADA qualquer futura alegação de óbice, dificuldade ou custo não previsto para execução do objeto ou obrigação decorrente desta contratação;

5.8 - A vistoria, quando for o caso, deverá ser agendada com a Diretoria Administrativa da Câmara Municipal pelo telefone oficial do Órgão ou pelo e-mail contato@cmpatrocinio.mg.gov.br.

6 – DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
6.2 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
6.3 - O CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
6.4 - A formalização da contratação ocorrerá por meio de termo de contrato ou instrumento equivalente.
6.5 - A entrega dos materiais/prestação do serviço ocorrerá no seguinte prazo, a contar da emissão da Autorização de Fornecimento: 18 a 21 de agosto de 2026.
6.6 - A entrega do material/prestação do serviço deverá ocorrer:
( ) Até o término da vigência contratual.
(x) No seguinte prazo, a contar do início da prestação: 18 de agosto de 2026.
6.7 - A entrega dos materiais/prestação do(s) serviço(s) pela CONTRATADA ocorrerá, sem quaisquer ônus adicionais para a Câmara, no seguinte endereço: Rua Joaquim Carlos dos Santos, nº 199, Cidade Jardim, Patrocínio/MG, CEP 38747-056.

7 – DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1 - A gestão da contratação será atribuída ao Diretor do Departamento de Compras, Licitação de Almoxarifado.
7.2 - Em razão da natureza do objeto a fiscalização:
( ) será exercida pelo próprio gestor.
(x) pelo seguinte servidor: Diretor de Gestão da Câmara Municipal.
( ) após a contratação, será designado pelo gestor servidor lotado em setor sob sua supervisão hierárquica.
( ) será nomeada comissão em ato próprio pela diretoria ou autoridade equivalente, a qual competirá as seguintes funções: ____.
7.3 - O modelo de gestão e fiscalização da contratação consiste na análise do cumprimento pela CONTRATADA das obrigações estipuladas na contratação.
7.4 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
7.5 - O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
7.5.1 - O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).
7.5.2 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
7.5.3 - O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
7.5.4 - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
7.6 - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da autorização de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
7.6.1 - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
7.6.2 - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
7.7 - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
7.8 - O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
7.9 - A CONTRATADA deverá manter preposto para representá-la na execução do contrato.
7.9.1 - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8 – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1 - A fiscalização do contrato avaliará constantemente a execução do objeto. Durante a execução contratual, o fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade do fornecimento ou do serviço para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
8.2 - Os serviços prestados/produtos entregues serão conferidos provisoriamente pelo fiscal do contrato, para averiguar se estão de acordo com o objeto desta contratação, nos termos do artigo 140, I, “a”, da Lei nº 14.133/21 c/c art. 27, I, “a”, da Resolução nº 98/2023.
8.3 - O recebimento provisório será realizado pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato, por meio de termo, no prazo de 5 (cinco) dias.
8.3.1 - Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços ou do fornecimento realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
8.4 - Será procedido o recebimento definitivo, pelo gestor do contrato, por meio de termo detalhado, no prazo de 5 (cinco) dias.
8.4.1 - O gestor do contrato deverá realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.
8.5 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço ou do fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
8.6 – A empresa deverá fornecer serviços/produtos de primeira qualidade que atendam às exigências técnicas para a perfeita utilização e o adequado resultado dos mesmos, responsabilizando-se, inclusive, a às suas expensas, pela substituição do que foi entregue fora dos padrões de qualidade exigidos.
8.7 - O faturamento será realizado:
(x) Ao final da execução do serviço ou entrega do material.
( ) Por evento.
( ) Mensalmente.
( ) Da seguinte forma: _____.
8.7.1 - Após comunicação do gestor do contrato e no prazo de 5 (cinco) dias, a CONTRATADA deverá apresentar fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em nome da CONTRATANTE, acompanhada das respectivas comprovações de regularidade perante a Receita Federal (e INSS), FGTS e Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
8.7.2 - A Nota Fiscal deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores e quantitativos apurados pela fiscalização.
8.7.3 - No caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA a sanar o problema no prazo de, com suspensão do prazo de pagamento.
8.7.4 - Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar com a

Nota Fiscal a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.
8.7.5 - Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.
8.8 - A CONTRATANTE terá o prazo de 10 (dez) dias, após o recebimento definitivo, para efetuar o pagamento por meio de Ordem Bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.
8.9 - A CONTRATANTE reserva-se no direito de recusar o pagamento se, no ato do atesto, o serviço ou entrega não estiver de acordo com as especificações apresentadas.
8.10 - A Nota Fiscal deverá ser emitida no nome da CONTRATANTE.
8.11 - Constatada qualquer irregularidade nas condições de habilitação e qualificação exigidos na licitação, os pagamentos serão sobrestados e a CONTRATADA será intimada a providenciar sua regularização.
8.12 - Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.
8.13 - Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.
8.14 - O reajuste do contrato terá como referência:
(x) Não se aplica, por ser entrega ou prestação de serviço imediata.
( ) A variação acumulada do IPCA no período, observado o interstício mínimo de 1 (um) ano, contado a partir da data do orçamento estimado.
( ) Índice setorial específico, que será: xxx, observado o interstício mínimo de 1 (um) ano, contado a partir da data limite para apresentação da respectiva proposta comercial ou do último reajuste.
8.15 - O prazo de garantia contratual dos serviços/produtos é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

9 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO, AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS, HABILITAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de:
( ) Procedimento de contratação direta, por dispensa de licitação (art. 75, __, da Lei nº 14.133/21);
(x) Procedimento de contratação direta, por inexigibilidade de licitação (art. 74, III, alínea "f", da Lei nº 14.133/21);
( ) Pregão;
( ) Concorrência;
( ) Concurso;
( ) Leilão.
9.2 - Será considerada vencedora a proposta contendo:
( ) O menor preço global. Justificar: _____.
(x) O menor preço por item.
( ) Maior desconto.
( ) Melhor Técnica.
( ) Técnica e Preço.
( ) Maior retorno econômico.
( ) Maior lance.
9.3 - Os serviços/materiais informados neste Termo de Referência não vinculam a Administração Pública, uma vez que a contratação está condicionada à existência de dotação orçamentária.
9.4 – Constituem documentos de habilitação:
9.4.1 – Habilitação Jurídica (art. 66, da Lei n. 14.133/21):
9.4.1.1 - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica;
9.4.1.2 - No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
9.4.1.3 - Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
9.4.1.4 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
9.4.1.5 - Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
9.4.1.6 - No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
9.4.1.7 – Quando for o caso, Declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa, o que o tornará apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nosart. 42 ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos do art. 47, Parágrafo Único c/c art. 13, §2º, do Decreto Federal nº 8.538/2015, OU Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial.
9.4.2 – Habilitação Técnica:
9.4.2.1 - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (art. 67, VI, da Lei n. 14.133/21).
9.4.3 – Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista (art. 68, da Lei n. 14.133/21):
9.4.3.1 - Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
9.4.3.2 - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
9.4.3.3 - Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
9.4.3.4 - Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS;
9.4.3.5 - Regularidade trabalhista;
9.4.3.6 - Declaração de que não emprega menor em trabalho perigoso, insalubre ou noturno;
9.4.3.7 - Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social (art. 63, IV, da Lei n. 14.133/21);
9.4.3.8 - Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º, da Lei n. 14.133/21).
9.4.4 – Habilitação Econômico-Financeira (art. 69, da Lei n. 14.133/21):
9.4.4.1 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, observado o disposto nos artigos 65 §1º e 69, §6º, da lei nº 14.133/21;
9.4.4.2 - Declaração, assinada por profissional habilitado na área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previsto no edital;
9.4.4.3 - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
9.5 - Serão exigidos os seguintes documentos adicionais de habilitação:
( ) Nenhum.
( ) Certidão ou atestado que demonstre que o interessado tenha executado serviços similares.
( ) Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.
( ) Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.
( ) Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.
( ) registro ou inscrição na entidade profissional competente.
(x) Atestado de capacidade técnica.
( ) Declaração de disponibilidade de pessoal.

( ) Declaração de disponibilidade de equipamentos.
( ) Registro de profissional.
( ) Registro de empresa.
( ) Outro(s):
Justificativa para o documento adicional: para confirmar que a empresa está apta e tem condições de realizar o referido curso.
9.6 – A contratação é enquadrada no art. 70, III, da lei nº 14.133/21 (possibilidade de dispensa de documentos):
( ) Sim, tratando-se de contratação com entrega imediata.
(x) Sim, tratando-se de contratação com valor estimado inferior a ¼ (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral.
( ) Não.
9.6.1 – Tratando-se de contratação com previsão no art. 70, III, da Lei nº 14.133/21, a fase de habilitação da presente contratação exigirá:
( ) Todos os documentos indicados pelos itens "9.4" e "9.5" do presente termo de referência.
(x) Os seguintes documentos: Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica; Contrato Social ou documento equivalente; Certidão de Regularidade perante a Fazenda Federal; Certidão de Regularidade perante a Fazenda Estadual; Certidão de Regularidade relativa ao FGTS; Certidão de Regularidade Trabalhista; Resultado da consulta junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e; Resultado da consulta junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa.
Justificativa: Por se tratar de procedimento de natureza mais simplificada, nos termos do art. 70, III, da lei n. 14.133/21, será exigida apenas a documentação básica referente à regularidade jurídica e fiscal da empresa a ser contratada.
( ) Não se aplica.

9.7 - A Administração Pública, visando o prestígio à celeridade, fica autorizada a realizar consultas por meio da rede mundial de computadores dos documentos disponibilizados de maneira online.

10 - DA ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO E DAS PROPOSTAS
10.1 - O valor estimado da contratação perfaz a monta de R$ 2.780,00.
10.2 - O valor estimado da contratação foi alcançado a partir da pesquisa de mercado com as seguintes fontes:
( ) Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços.
( ) Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços.
( ) Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, com data e a hora de acesso.
( ) Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de documento de pesquisa de mercado ou e-mail, com prazo máximo de até 6 (seis) meses. Justifica-se a escolha dos fornecedores pois: _____.
(x) Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital.
10.2.1 - Justificativa para não utilização dos dois primeiros métodos: Conforme artigo 23, § 4º da lei federal 14.133/2021, nas contratações por inexigibilidade, quando não for possível estimar o valor do objeto, para aferição do valor a ser pago, poderá ser feito através de Notas Fiscais emitidas para outros contratantes.
10.3 - Para alcançar o valor estimado da contratação foi utilizado o método estatístico:
( ) Média dos valores apurados na pesquisa de mercado.
( ) Mediana dos valores apurados na pesquisa de mercado.
(x) Menor valor apurado na pesquisa de mercado.
10.4 - A proposta de preços deverá ser apresentada com as quantidades, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas as despesas dos tributos e demais custos que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

11 - DA INDICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
11.1 - Os recursos financeiros para atender as despesas decorrentes desta contratação estão previstos na dotação orçamentária sob a seguinte classificação funcional programática:
01.01.01.00.01.031.0001.00.2001.3.3.90.34.1500 – Serviço de seleção e treinamento.

12 - FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
12.1 - A presente contratação será formalizada por:
( ) Termo de contrato.
(x) Nota de empenho (quando se tratar de situação prevista nos incisos I e II, do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021).
( ) Ata de Registro de Preço.

13 - DAS SANÇÕES
13.1 - Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
13.1.1 - dar causa à inexecução parcial do contrato;
13.1.2 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
13.1.3 - dar causa à inexecução total do contrato;
13.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
13.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
13.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
13.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
13.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
13.1.9 - fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
13.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
13.1.10.1 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
13.1.10.2 - Considera-se como comportamento inidôneo da mesma forma as condutas dos arts. 337-F, 337-I, 337-L e 337-O do Código Penal.
13.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
13.1.12 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
13.2 - O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
13.2.1 - Advertência pela falta do subitem 6.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
13.2.2 - Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 13.1.1 a 13.1.12;
13.2.3 - Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
13.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
13.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:
13.3.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida;
13.3.2 - as peculiaridades do caso concreto;
13.3.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
13.3.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
13.4 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
13.5 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
13.6 - Se durante o processo de aplicação de penalidade houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar.
13.7 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
13.8 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.
13.9 - As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos itens 8.2 e seguintes, bem como poderão estar previstas nos anexos deste Aviso.
legalmente estabelecidas.

14 – DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 - A execução do serviço ou entrega dos produtos será de acordo com a demanda da Câmara Municipal de Patrocínio, podendo ser solicitada um ou mais itens de uma vez, inclusive semanalmente.
14.2 - As quantidades solicitadas são uma estimativa da demanda da Câmara Municipal de Patrocínio, podendo ou não ser utilizada em sua totalidade. O pagamento será realizado conforme a quantidade de itens utilizados.
14.3 - A Câmara Municipal de Patrocínio reserva-se no direito de não aceitar nem receber qualquer produto ou serviço em desacordo com o previsto neste Termo de Referência, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação.
14.4 - Qualquer tolerância por parte da CONTRATANTE, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela CONTRATADA, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo a Câmara exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.
14.5 - A presente contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a Câmara Municipal e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas designadas pela CONTRATADA para a execução do objeto contratual, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações ou encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter secundário ou qualquer outra.
14.4 - O presente Termo de Referência foi digitado pelo Setor de Compras, em conformidade com as descrições e especificações detalhadas solicitadas pelo Diretor do Departamento de Administração, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com o interesse e a conveniência da Administração, passa a integrar o processo administrativo formalizado.

Patrocínio, 17 de agosto de 2026

ADRIANA BERNARDES DA MOTA BORGES
Chefe do Setor de Compras e Licitações

Publicado por:
Clara Beatriz Lisboa Ramos
Código Identificador:43E41A25

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAPORA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
ANEXO III- MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO III- MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xx/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº xx/2026
PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇOS Nº xx/2026

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAPORA-MG**, órgão inscrito no CNPJ sob o nº 25.213.679/0001-28, com sede na Avenida Rodolfo Mallard, 331, Centro, Pirapora-MG, CEP: 39.270-074, neste ato representada por seu Presidente, Vereador, Itamar Alves Mota, inscrito no CPF sob o nº 001.034.666-06, neste instrumento denominada CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa XXXXXXX**,** inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxx, com sede na Rua_____, Município _____, doravante denominado CONTRATADO, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, observado, ainda, o resultado do Processo Administrativo nº 032/2026, Pregão Eletrônico com Registro de Preços nº 04/2026, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Municipal nº 2.537/2022, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o *Registro de Preços para futura e eventual aquisição de notebooks, computadores desktop e scanners profissionais, para atender às demandas da Câmara Municipal de Pirapora*, conforme condições estabelecidas nos instrumentos da contratação que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
A empresa adjudicatária foi vencedora dos seguintes lotes: _____.

CLÁUSULA SEGUNDA:DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO

XX XX XX XX XX XX

2.2. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, em razão da falta de capacidade operacional do órgão gerenciador, bem como da falta de disponibilidaade de ferramentas de gerenciamento na plataforma AMM Licita e no Sistema e-cidades.
2.3. Não será admitido o cadastro de reserva de fornecedores por se tratar de faculdade da Administração, bem como pela falta de disponibilidaade de ferramentas de gerenciamento de diversas atas na integração entre a Plataforma AMM Licita com o Sistema e-cidades.

3.CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1.– Homologado o resultado da licitação pelo Presidente da Câmara Municipal de Pirapora, os fornecedores classificados serão convocados para assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo e condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado

pelo Fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Câmara Municipal.

3.2.– A recusa injustificada do Fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

3.3.– A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pela Câmara Municipal mediante Nota de Empenho.

3.3.1.– Cópia da Nota de Empenho deverá ser anexada ao processo de administração da Ata de Registro de Preços.

3.4– DEPOIS DE HOMOLOGADO O RESULTADO DESTE PREGÃO, O FORNECEDOR REGISTRADO, DURANTE A VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, SERÁ CONVOCADO PELA DIRETORIA DE CONTRATOS, A CRITÉRIO DA CÂMARA MUNICIPAL E OBEDECIDA A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, PARA RETIRAR A NOTA DE EMPENHO, DENTRO DO PRAZO DE ATÉ 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS, SOB PENA DE DECAIR O DIREITO À CONTRATAÇÃO, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL, VEDADA A ASSINATURA DA NOTA DE EMPENHO FORA DO PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.5. O Departamento de Licitações poderá encaminhar ao adjudicatário a Nota de Empenho, por intermédio do e-mail informado em sua proposta, para que, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da convocação, seja o referido instrumento assinado por meio de assinatura digital válida, ou devolvido através de via postal.

3.6.– As especificações detalhadas do objeto, quantidades e condições de entrega, as obrigações das partes, bem como as normas relativas à fiscalização, liquidação, pagamento e sanções, dentre outros, constam no Termo de Referência.

3.7.– Por ocasião da emissão da Nota de Empenho, o fornecedor registrado deverá comprovar que mantém as condições iniciais de habilitação, acostando-se nos autos do processo licitatório correspondente as respectivas certidões e/ou documentos.

3.8.O Departamento de Licitações não se responsabilizará pelo não recebimento da Ata de Registro de Preços encaminhada para o e-mail informado na proposta, devendo o proponente mantê-lo em condições de receber as mensagens que lhe forem encaminhadas relativasao presente certame. Em caso de fato superveniente que venha a inviabilizar o recebimento de e-mails,deverá o proponente, em tempo hábil, comunicar à Câmara Municipal.

3.9. O regime de execução da contratação será o de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.
3.10. A Câmara Municipal não responderá pelos custos de envio, frete ou deslocamento dos produtos.
A contratada deverá entregar os produtos, na quantidade solicitada, no **PRAZOMÁXIMO** de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da **EMISSÃO** da respectiva **ORDEM DE COMPRA/FORNECIMENTO.**.
A **ORDEM DE COMPRA** deverá ser emitida pela Câmara Municipal e imediatamente encaminhada aos endereços de contato da contratada, utilizando-se, preferencialmente, o meio digital para envio e recebimento de informações.
A entrega dos produtos deverá ocorrer na Sede da Câmara Municipal de Pirapora, Avenida Rodolfo Mallard, n.º 331, Centro, CEP: 39.270-074, Pirapora/MG, em dias úteis, no horário compreendido entre 08:00 horas e 14:00 horas.
Ocorrendo suspensão total ou parcial do expediente interno da Câmara Municipal no último dia, o prazo ficará automaticamente prorrogado para o dia útil imediatamente subsequente.

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO
Os equipamentos fornecidos deverão vir acompanhados de Nota Fiscal respectiva, em condições de **IMEDIATO USO** pela Câmara Municipal e em absoluta conformidade com as especificações previstas na Ata de Registro de Preços e na Proposta Adjudicatória.
A conformidade inicial dos itens fornecidos (e da Nota Fiscal emitida pela contratada) será atestada pelo responsável pela fiscalização do contrato, devendo lavrar o competente **Termo de Recebimento Provisório** ou **Termo de Ocorrência**, conforme o caso.
Durante o período de **05 (cinco) dias úteis** a partir da data de expedição do **Termo de Recebimento Provisório**, os equipamentos entregues ficarão sob observação, de molde a se verificar detalhadamente o cumprimento das exigências técnicas.
Quaisquer ensaios, testes e demais provas necessárias à boa execução do objeto contratual, ocorrerão por conta da Contratada.
Os equipamentos entregues em desacordo com as especificações previstas na Ata de Registro de Preços e na Proposta Adjudicatória serão recusados parcial ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a licitante vencedora a repô-los, no prazo no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da ciência do Termo de Ocorrência ou da solicitação formal de substituição, sob pena de ser atestada sua inadimplência contratual.

Restando comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais, os equipamentos serão recebidos definitivamente pela fiscalização, mediante **Termo de Recebimento Definitivo**.
O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da Ata.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA FORNECIMENTO

5.1– A contratação do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em cada caso, pelo Presidente da Câmara Municipal, sendo obrigatório informar ao Departamento de Contratos os quantitativos das contratações.

5.2. A emissão das Notas de Empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial será igualmente autorizado pelo Presidente da Câmara Municipal, ou a quem este delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA SEXTA– DA VALIDADE DA ATA

6.1. A ata de registro de preços terá prazo de vigência de 1 (um) ano, contados da assinatura da presente, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

6.2.A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercadono momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.3.Não serão admitidos aditivos quantitativos às atas oriundas da presente contratação. Admitir-sr-á apenas a renovação do quantitativo, caso haja a renovação da vigência. Os aditivos qualitativos, contudo, serão permitidos, desde que atendidos aos demais preceitos da Lei de Licitações.

6.4. Os quantitativos mencionados são apenas para efeito de limites máximos. A Câmara Municipal reserva-se no direito de contratar as quantidades conforme sua necessidade durante o período de vigência da referida Ata.

6.5. Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 04/2026, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

7.1. O Fornecedor responderá por todo e qualquer dano provocado à Câmara Municipal, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá serexcluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido

pela Câmara Municipal, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarci-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na presente Ata.
7.2. Para os efeitos desta cláusula, dano significa todos e quaisquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pela Câmara Municipal, decorrente do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pelo Fornecedor, de obrigações a ela atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, a pagamentos ou ressarcimentos efetuados pela Câmara Municipal a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

7.3. Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade do Fornecedor for apresentada ou chegar ao conhecimento da Câmara Municipal, esta comunicará ao Fornecedor, por escrito, para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, a qual ficará obrigada a entregar à Câmara Municipal a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pelo Fornecedor não o eximem das responsabilidades assumidas perante a Câmara Municipal, nos termos desta cláusula.

7.4. Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da Câmara Municipal, nos termos desta cláusula, deverão ser pagos pelo Fornecedor, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento à Câmara Municipal, mediante a adoção das seguintes providências:
a) dedução de créditos do Fornecedor:
b) medida judicial apropriada, a critério da Câmara Municipal.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes neste Edital, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições pactuadas.
8.2. Se os licitantes classificados, convocados dentro do prazo de validade de suas propostas, deixarem de assinar a ARP, não tendo solicitado prorrogação de prazo com justificativa aceita pela Câmara Municipal, a Diretoria de Licitações dverá se unir com a autoridade máxima da Casa para deliberar sobre eventual possibilidade de reabertura da sessão com exame das propostas subsequentes ou abertura de novo certame.
8.3. A Ata de Registro de Preços – ARP não será objeto de reajuste antes do interregno de 12 meses.

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer aditivos qualitativos, revisionais por áleas extraoridnárias e de prorrogação de vigência, atendidas as demais condições da Lei de Licitações.

8.5.Os preços registrados deverão ser atualizados periodicamente a fim de verificar a vantajosidade do preço registrado em relação ao preço de mercado, conforme art. 82, §5º, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

O preço registrado poderá ser revisto de ofício pelo órgão ou pela entidade gerenciadora em decorrência de eventual redução do valor praticado no mercado ou de fato que eleve o custo do item registrado.

A alteração dos preços registrados deverá ser publicada no Diário Oficial Eletrônico do Legislativo.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador o cancelamento de seu preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que o impossibilite de cumprir o compromisso.

Para fins do disposto no caput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro de fornecedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Departamento de Contratos convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços registrados aos valores praticados pelo mercado.
Não havendo êxito nas negociações, deverá proceder o cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
Quando o preço registrado se tornar inferior ao preço praticado no mercado, será facultado ao fornecedor requerer ao Departamento de Licitações para negociar a majoração do preço registrado.
As alterações de preços em ata obedecerão às seguintes regras:

– o preço registrado na Ata não poderá ultrapassar o praticado no mercado;

– o órgão ou a entidade gerenciadora poderá conceder aumento do preço registrado na Ata, mediante pedido fundamentado do detentor da ARP, devidamente instruído com os documentos necessários à comprovação dos fatos alegados, devendo obedecer ao que se segue:

manter a diferença percentual apurada na época da licitação entre o preço ofertado pelo licitante e o preço de mercado;

considerar o valor solicitado pelo detentor da ARP como o máximo a ser concedido para a alteração;

poder deferir valor menor daquele solicitado pelo detentor.

O indeferimento total ou parcial do pedido de alteração não desobriga o detentor do compromisso assumido nem o exime do cancelamento de seu registro de fornecedor e da aplicação de eventuais penalidades administrativas por descumprimento da ARP.

O fornecedor não será liberado do compromisso assumido ainda que os preços de mercado se tornem superiores ao registrado.

A Câmara Municipal poderá cancelar o registro de preços do fornecedor, total ou parcialmente, observados o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

Descumprimento parcial ou total, por parte do fornecedor, das condições da ARP sem motivo justificado;

Quando o fornecedor não atender à convocação para firmar as obrigações contratuais decorrentes do registro de preços, não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Câmara Municipal, sem justificativa razoável;

Não aceitar manter seu preço registrado quando houver indeferimento total ou parcial do pedido de alteração;

Sofrer sanção prevista nos incisos III e IV, do caput do art. 156, da Lei nº 14.133/2021;

Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato decorrente da ARP; ou

Não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados no mercado, sendo que, neste caso, não haverá aplicação de penalidades administrativas;
Por razões de interesse público, devidamente comprovado em Processo Administrativo próprio;

A pedido do fornecedor, em caso de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado e justificado; ou

Se não houver êxito nas negociações;
Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Câmara Municipal;

Por ordem judicial.

O cancelamento, pela Câmara Municipal, de preço registrado, será precedido de regular Processo Administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

A comunicação do cancelamento de preço registrado será formalizada por despacho da Câmara Municipal, publicada no Órgão de Imprensa Oficial do Poder Legislativo Municipal e divulgado no site: www.pirapora.mg.leg.br juntando-se o comprovante nos autos do presente registro de preços.
O cancelamento da ARP não afasta a necessidade de apuração de responsabilidade do fornecedor, quando este der causa ao cancelamento.

A contratação com o detentor da ARP, caso seja celebrada, será formalizada por emissão de Nota de Empenho.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
der causa à inexecução parcial do contrato;
der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
der causa à inexecução total do contrato;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
praticar ato fraudulento na execução do contrato;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Multa:

Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso na execução do objeto, de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até 10 (dez) dias, calculados sobre o valor da contratação, por ocorrência;
Moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30 (trigésimo) dia, com a possível rescisão da contratação;
Moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor de sua proposta no caso da licitante deixar de assinar o contrato, não celebrar o Contrato ou outro instrumento correspondente quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta.

9.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Câmara Municipal (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
9.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
9.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Câmara Municipal ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
9.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida admi- nistrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comuni - cação enviada pela autoridade competente.
9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
9.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a natureza e a gravidade da infração cometida;

as peculiaridades do caso concreto;

as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

os danos que dela provierem para a Câmara Municipal;

a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
9.10.. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
9.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.12. A Câmara Municipal deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
9.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS IMPUGNAÇÕES AOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. A impugnação aos preços registrados, em razão da incompatibilidade destes com os preços praticados no mercado, poderá ser interposta por qualquer cidadão, durante a vigência desta Ata, devendo atender aos seguintes requisitos de admissibilidade:

– Ser por escrita e protocolizada na DIRETORIA DE LICITAÇÕES – no horário de 8 às 14 horas.

10.2. A Câmara Municipal não se responsabilizará por impugnações endereçadas via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos do mencionado no item acima e que, por isso, não sejam protocolizadas na vigência da Ata de Registro de Preços.

10.3. Ser dirigida ao Departamento de Licitações da Câmara Municipal, que, cumpridos os requisitos de admissibilidade, decidirá a respeito, devendo, uma vez comprovada a procedência do pedido, tomar, inicialmente, conforme o caso, as medidas constantes do subitem 20.1 do Edital.

10.4. A decisão do Agente de Contratação da Câmara Municipal será enviada ao impugnante via correio eletrônico ou via postal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O gerenciamento desta Ata será realizado pela Diretoria de Contratos.
11.2. A execução da Contratação será acompanhada e fiscalizada pelos servidores especialmente designados no despacho de abertura, dentre os elencados na Portaria nº 082/2026.
11.3. Todas as disposições a respeito da fiscalização e gestão contratual estão previstas no Termo de Referência, parte integrante desta ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS COMUNICAÇÕES

12.1. – As comunicações entre as partes contratadas, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente instrumento, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

13.1.– A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

13.2.– A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que se tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

13.3.– A CONTRATADA deve assegurar-se de que seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

13.4.– A CONTRATADA não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento de contratação.

13.5– A CONTRATADA não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento de contratação.

13.6– A CONTRATADA obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando a transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento de contratação.

13.7– A CONTRATADA fica obrigada a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção da contratação, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.
13.8. A CONTRATADA deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento de contratação tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.
13.9– A CONTRATADA deverá notificar, imediatamente, a Câmara Municipal de Pirapora no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

13.10– A notificação não eximirá a CONTRATADA das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão de perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

13.11– A CONTRATADA que descumprir nos Termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

13.12– O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a CONTRATADA e a Câmara Municipal, bem como, entre a CONTRATADA e os seus colaboradores, subcontratos, consultores e/ou prestadores de serviços, sob pena das sanções previstas na Lei n° 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

13.13– O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

13.14– É dever das partes contratantes observar e cumprir as regras impostas pela Lei Federal nº. 13.709/2018 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, devendo ser observadas, no trata-mento de dados, no âmbito da CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAPORA-MG, a respectiva finalida- de específica, a consonância ao interesse público e a competência administrativa aplicável.

13.15– Para a execução do objeto desta contratação, em observância ao disposto na Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e ao princípio da transparência, as empresas lici-tantes participantes e seu(s) representante(s) fica(m) ciente(s) do acesso e da divulgação, pelo PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, de seus dados pessoais, tais como número do CPF, RG, estado ci-vil, endereço comercial, endereço residencial e endereço eletrônico.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
Assegurar ao pessoal da contratada, devidamente identificado, o acesso ao local de entrega dos objetos na Sede da Câmara Municipal de Pirapora, respeitadas suas normas internas e dentro do horário de expediente determinado para o recebimento dos equipamentos.
Comunicar à contratada qualquer irregularidade no fornecimento dos equipamentos de informática e, se for o caso, interromper imediatamente o seu fornecimento.
Solicitar à contratada a substituição dos equipamentos de informática que não se adequarem às especificações.
Assegurar ao pessoal da contratada, devidamente identificado, o acesso para retirada/devolução dos equipamentos de informática que não apresentarem condições de serem utilizados ou que tenham sido rejeitados.
Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela contratada.
Efetuar os pagamentos devidos a cada ordem de fornecimento emitida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Entregar os equipamentos de acordo com as quantidades e condições estabelecidas.

Entregar os equipamentos na Sede da Câmara Municipal dentro do horário de expediente determinado para o recebimento.

Entregar os equipamentos em perfeito estado de funcionamento, prontos para o uso imediato, sem marcas, amassados, arranhões ou quaisquer outros problemas físicos.

Substituir às suas expensas, os objetos nos quais forem detectados defeitos, vícios ou que não se adequarem às especificações da Ata de Registro de Preço ou na Proposta Adjudicatória.

Respeitar os prazos fixados.

Responder por quaisquer danos que por sua culpa ou dolo venham ser causados à Câmara Municipal ou a terceiros, durante o fornecimento dos objetos, inclusive, por atos praticados pelos seus funcionários, ficando assim, afastada qualquer responsabilidade da Câmara Municipal.

Manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da contratação, bem como reapresentar os documentos com prazo de validade expirado.

Garantir que os equipamentos venham acompanhados da documentação completa e atualizada que seja necessária à sua operação (manuais, catálogos, *folders*, termos de garantia).

Providenciar para que os equipamentos de informática fornecidos possuam garantia integral durante o prazo de validade contra qualquer defeito de fabricação, incluindo avarias no transporte até o local de entrega mesmo após sua aceitação pelo fiscalizador do contrato, ficando às expensas da Contratada a substituição dos equipamentos que apresentarem anomalias, vícios ou defeitos.

Providenciar para que os computadores do tipo *notebook* e do tipo *desktop* possuam garantia *on-site* de 12 (doze) meses pela fabricante.

Não transferir ou ceder a presente contratação, no todo ou parte, nem subcontratar a execução do seu objeto, a não ser com prévia e expressa autorização, por escrito, da Câmara, sob pena de rescisão da contratação.

Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, bem como as cláusulas da Ata de Registro de Preço, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria dos resultados obtidos, preservando a Câmara Municipal de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DO PAGAMENTO

A dotação a ser utilizada na presente contratação é a: 4.4.90.52.19 Equipamento de processamento de dados Reduzido: 4361.

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e da Câmara Municipal; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Câmara Municipal;

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal; prova de regularidade relativa à seguridade social, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, conforme documentação mencionada no art. 68 da Lei n° 14.133/2021.

A Câmara Municipal deverá realizar consulta às documentações apresentadas pela contratada para:

verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Câmara Municipal.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Câmara Municipal deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, a Câmara Municipal deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao registro cadastral.

O pagamento à contratada será efetuado pela Tesouraria/Contabilidade da Câmara Municipal, creditado em favor da contratada através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta e descrita abaixo, o qual ocorrerá prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis posteriores apresentação da competente nota fiscal/fatura e, em anexo a esta, o Atestado de Fiscalização emitido por serviidor responsável pela fiscalização da contratação.

Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100),
365

EM = I x N x VP,
assim apurado:

I = (6/100)
365

I = 0,00016438
Em que:

I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP= Valor da parcela em atraso.

A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela Contratada em conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da homologação do certame.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado,caso haja prorrogação da vigência, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela Câmara Municipal, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou outro indicador que o venha substituir, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a Câmara Municipal pagará ao contratado a importância calculada

pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Integram esta Ata o edital do Pregão Eletrônico nº 04/2026, seus anexos e a proposta do fornecedor classificado no certame supranumerado.

18.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as normas de caráter geral da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, e, subsidiariamente, o Sistema de Registro de Preços, previsto no inciso II, do art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais legislações aplicáveis, bem como pelos preceitos de Direito Público.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– DO FORO

19.1. Fica eleito o foro da Comarca de Pirapora, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam a presente Ata.

Pirapora, _____ de _____ de 2026.

Câmara Municipal de Pirapora-MG
CNPJ: 25.213.679/0001-28
ITAMAR ALVES MOTA

EMPRESA CONTRATADA
CNPJ: XXXXXXXXX
Representante Legal

Publicado por:
Marjorie Santos Siqueira
Código Identificador:49691740

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 25/2026/PRC20-PREG90001

CMPN - Extrato do Contrato nº 25/2026 - Processo nº 20/2026 – Pregão nº 90001/2026. Torna pública a contratação da empresa GF Suprimentos de Informática Ltda, CNPJ nº 36.981.651/0001-57. Objeto: aquisição de item de informática, sendo: 04un. Câmeras NeoID NDI 30 x, Gen 2 e 01un. Joystick controlador PTZ Controller Mini NeoID, com garantia de 01 ano. Valor total do contrato: R$48.086,00 (quarenta e oito mil e oitenta e seis reais). Período de vigência: 29/07/2026 até 29/07/2027.

Ponte Nova – MG, 17 de agosto de 2026.

WELLINGTON SABINO DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Paulo Gomes Coelho
Código Identificador:AEDD2CB9

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 31/2026

Concede Título de Cidadã Honorária de Ponte Nova à Senhora Luciene Ramos da Silva.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
Senhores Vereadores, submeto à apreciação desta Casa a proposta de concessão do Título de Cidadã Honorária de Ponte Nova à Senhora Luciene Ramos da Silva.
Luciene Ramos da Silva nasceu em Belo Horizonte, no dia 18 de setembro de 1981. É filha de Maria Ramos da Silva, quem reconhece como exemplo de força por ter desempenhado a maternidade solo de forma exímia garantindo o sustento e o amparo aos 6 filhos, sendo Luciene a segunda.
Ela construiu a trajetória pautada na determinação, no trabalho e no amor à família. Há aproximadamente 37 anos reside em Ponte Nova, cidade que escolheu para viver e escrever uma história marcada pela superação. Mãe de Adson (19 anos), Gleice (23 anos), Lucas (23 anos), Leidiane (25 anos) e Leonardo (25 anos), Luciene também se orgulha de ser avó de sete netos: Pietro, Sohfia, Miguel, David, Samuel, Maitê e Heitor. Enfrentou sozinha a missão de criar os filhos, encontrando na fé e na perseverança a força necessária para seguir em frente. Reconhece a importância do apoio recebido do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS em momentos difíceis da vida, auxílio que contribuiu para que pudesse reorganizar a jornada e continuar lutando para alcançar os próprios objetivos. Sempre estudou em escola pública, conseguiu a aprovação em concurso público, o que representou um marco importante na sua história, trazendo estabilidade e novas perspectivas para ela e para a família.
Mulher trabalhadora e dedicada, exerce suas funções junto ao Departamento Municipal de Água, Esgoto e Saneamento - DMAES, atuando como Ajudante de Obras Civis e, no momento, desempenha as atividades como Bombeira Hidráulica. Com rotina intensa, revela íntimo comprometimento com o trabalho e com a busca constante por uma vida melhor. Aos sábados e domingos, atua no Pesque Pague Viana durante o dia e, no período noturno, ocupa-se como segurança, demonstrando uma admirável disposição para vencer desafios e garantir o sustento e o bem-estar daqueles que ama.
Embora, quando criança, sonhasse em seguir a carreira policial, Luciene acredita que Deus lhe reservou outros caminhos, igualmente nobres e dignos e pelos quais demonstra gratidão. Com humildade, segue conquistando diariamente os novos objetivos, guiada pela fé, pela esperança e pela certeza de que o labor honesto transforma vidas. Hoje está em um relacionamento estável e compartilha as experiências cotidianas com o companheiro, Luciano.
A história de Luciene é exemplo de coragem, resiliência e dedicação, inspirando todos aqueles que a conhecem e reconhecem nela uma mulher que nunca desistiu diante das adversidades, fazendo de cada conquista uma vitória compartilhada com a família e com a comunidade que a acolheu.
Solicito ao Plenário a aprovação desta justa homenagem.

Sala das Sessões, 4 de agosto de 2026.

FERNANDA FÉLIX BITENCOURT
Vereadora - AGIR

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 31/2026
Concede Título de Cidadã Honorária de Ponte Nova à Senhora Luciene Ramos da Silva.

A Câmara Municipal de Ponte Nova aprova, e a Mesa Diretora, no uso de suas atribuições, promulga a seguinte Resolução:
Art. 1º Fica concedido Título de Cidadã Honorária de Ponte Nova à Senhora Luciene Ramos da Silva.
Art. 2º O Diploma de que trata esta Resolução será entregue à agraciada em sessão solene do Poder Legislativo.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ponte Nova - MG, de de 2026.

Mesa Diretora

WELLINGTON SABINO DE OLIVEIRA
Presidente

FABIANO SOUZA DA CRUZ
Vice-Presidente

MÁRCIO ALVES FERREIRA
Secretário

Iniciativa

FERNANDA FÉLIX BITENCOURT
Vereadora – AGIR

Publicado por:
Paulo Gomes Coelho
Código Identificador:4F5384D2

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PRATA

CÂMARA MUNICIPAL DO PRATA
ATA DA 20ª REUNIÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

No dia treze de agosto de dois mil e vinte e seis (13/08/2026), as dezenove horas no Plenário da Câmara Municipal do Prata, reuniram-se os vereadores: Ane Rose Vieira Freitas, Cláudio de Freitas Nunes, Claudia Regina Mota Duarte, Fábio Eustáquio, Maurício Santos Teodoro, Renato Campos Silva, Romes Oliveira Santana, Ruberlei Alves Gonzaga e Thaís Tambellini Pires. Na discussão e votação do Projeto de Lei nº 037/2026, que "Dispõe sobre a criação da Política Municipal de Alfabetização no Sistema Municipal de Ensino e dá outras providências", de autoria do Prefeito Municipal, as Comissões de Legislação, Justiça e Redação; Serviços Públicos, Política Urbana, Rural e Habitação; Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente; e Finanças, Orçamento e Defesa do Consumidor manifestaram-se favoravelmente pela tramitação do Projeto. Na discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 012/2026, que "Altera a Lei Complementar n.02/2014, dispõe sobre o quadro de pessoal, plano de cargos, salários e carreiras da Prefeitura Municipal do Prata,", de autoria do Prefeito Municipal, as Comissões de Legislação, Justiça e Redação; Serviços Públicos, Política Urbana, Rural e Habitação; Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente; e Finanças, Orçamento e Defesa do Consumidor manifestaram-se favoravelmente pela tramitação do Projeto. Nada mais havendo, o Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a Reunião, da qual eu, Maurício Santos Teodoro, Relator da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, lavrei a presente ata.

Câmara Municipal do Prata-MG, em 13 de agosto de 2026.

Publicado por:
Rodolfo Marques Silva
Código Identificador:7A485034

CÂMARA MUNICIPAL DO PRATA
ATA DA 21ª REUNIÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

No dia dezessete de agosto de dois mil e vinte e seis (17/08/2026), as dezoito horas e quinze minutos no Plenário da Câmara Municipal do Prata, reuniram-se os vereadores: Ane Rose Vieira Freitas, Cláudio de Freitas Nunes, Claudia Regina Mota Duarte, Fábio Eustáquio, Maurício Santos Teodoro, Nara Abgail Marques Vilela, Renato Campos Silva, Romes Oliveira Santana, Ruberlei Alves Gonzaga e Thaís Tambellini Pires. Na discussão e votação do Projeto de Lei Complementar n. 011/2026 que "Altera a Lei Complementar n.04, de 31 de janeiro de 2006, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores da Educação do Município do Prata, e dá outras providências", de autoria do Prefeito Municipal, as Comissões de Legislação, Justiça e Redação; Serviços Públicos, Política Urbana, Rural e Habitação; Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente; e Finanças, Orçamento e Defesa do Consumidor manifestaram-se favoravelmente pela tramitação do Projeto. Na discussão e votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 049/2026, que "Aprova as contas da Prefeitura Municipal do Prata, referente ao exercício 2022, na forma que especifica", de autoria da Comissão de Finanças, Orçamento e Defesa do Consumidor, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação manifestou-se favoravelmente pela tramitação do Projeto. Na discussão e votação do Projeto de Lei n. 036/2026 que "Institui a política municipal "Infância Segura no Mundo Digital" destinada a prevenção, conscientização e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no ambiente digital, no âmbito do Município do Prata/MG, e dá outras providências", de autoria da Vereadora Nara Abgail, as Comissões de Legislação, Justiça e Redação; Serviços Públicos, Política Urbana, Rural e Habitação; Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente; e Finanças, Orçamento e Defesa do Consumidor manifestaram-se favoravelmente pela tramitação do Projeto. Nada mais havendo, o Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a Reunião, da qual eu, Maurício Santos Teodoro, Relator da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, lavrei a presente ata.

Câmara Municipal do Prata-MG, em 17 de agosto de 2026.

Publicado por:
Rodolfo Marques Silva
Código Identificador:701CA4FA

CÂMARA MUNICIPAL DO PRATA
CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da Câmara Municipal do Prata, em atendimento ao que dispõe os artigos 16, do Regimento Interno e artigo 33, da Lei Orgânica, CONVOCA V. Sa. para a realização de Reunião Extraordinária que será realizada no dia 24 de agosto de 2026 (segunda-feira), no Patrimônio do Rio do Peixe Distrito do Município do Prata, para deliberar sobre o:

Projeto de Lei n. 039/2026 que "Autoriza o Município do Prata a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento de 2026" e dá outras providências", de autoria do Prefeito Municipal;

Projeto de Lei n. 040/2026 que "Altera o Art.46. da Lei n. 3016, de 26 de junho de 2025, e o Art. 7º da Lei nº 3.046, de 19 de dezembro de 2025, para ampliar o limite de abertura de créditos adicionais suplementares, e dá outras providências", de autoria do Prefeito Municipal.

Nesta pauta, poderão ser acrescidas outras matérias, se consideradas de urgência e relevância pelo Plenário.

Câmara Municipal do Prata, 17 de agosto de 2026.

PAULO MARQUES DE SOUZA JÚNIOR
Presidente da Câmara Municipal do Prata

Publicado por:
Rodolfo Marques Silva
Código Identificador:638F774D

CÂMARA MUNICIPAL DO PRATA
CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação; a Comissão de Finanças, Orçamento e Defesa do Consumidor; a Comissão de Serviços Públicos, Política Urbana, Rural e Habitação; e a Comissão de Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente, através de seus respectivos presidentes, Ruberlei Alves Gonzaga, Ane Rose Vieira Freitas, Renato Campos Silva, Fábio Eustáquio Pereira tornam pública e convocam todos os vereadores e interessados para a reunião conjunta das comissões permanentes, que será realizada na segunda-feira, 24 de agosto de 2026, as 18h na Escola Municipal Afonsina

Maria de Jesus no Distrito do Rio do Peixe no Município do Prata-MG. Em situações excepcionais poderá haver a convocação dos devidos interessados em data e horário diversos, caso em que será dada a devida publicidade com antecedência.

Câmara Municipal do Prata-MG, 18 de agosto de 2026.

VEREADOR RUBERLEI ALVES GONZAGA
Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação

VEREADORA ANE ROSE VIEIRA FREITAS
Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Defesa do Consumidor

VEREADOR RENATO CAMPOS SILVA
Presidente da Comissão de Serviços Públicos, Política Urbana, Rural e Habitação

VEREADOR FÁBIO EUSTÁQUIO PEREIRA
Presidente da Comissão de Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente

Publicado por:
Rodolfo Marques Silva
Código Identificador:8A4B2735

CÂMARA MUNICIPAL DO PRATA
DECRETO LEGISLATIVO N. 049/2026

APROVA AS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATA, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2022, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A Câmara Municipal de Prata APROVA e a Presidente PROMULGA o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas prestadas pela Prefeitura Municipal do Prata – Exercício 2022, conforme parecer do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Prata, 17 de agosto de 2026.

PAULO MARQUES DE SOUZA JÚNIOR
Presidente

THAÍS TAMBELLINI PIRES
1ª Secretária

Publicado por:
Rafael Marcondes de Oliveira
Código Identificador:4D72800A

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES
CONTRATO Nº 020/2026

CONTRATO Nº 020/2026
WEBNETS SOLUÇÕES - EIRELI

De um lado, a **CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida dos Nogueiras, n. 226, Centro, Ribeirão das Neves, Minas Gerais, CEP 33.805-000, inscrita no CNPJ sob o nº 17.580.952/0001-24, neste ato representada por seu Vereador Weberson Eduardo da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves, doravante denominada CONTRATANTE;
De outro lado, a **WEBNETS SOLUÇÕERS – EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Paulista, n. 352, cj 64, bairro Bela Vista, CEP 01.310-905 inscrita no CNPJ sob o nº 12.319.369/0001-40, neste ato representada por seu diretor Sr. Celso Ricardo de Moura Garcia Junior, CPF 341.104.658-93 e RG 44.052.796, doravante denominada CONTRATADA;
RESOLVEM celebrar o presente contrato administrativo, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, para a contratação de empresa especializada em fornecimento de licença de software para o funcionamento da ouvidoria do legislativo Municipal.
OBJETO
Contratação de empresa para prestação de serviço técnico especializado par ao fornecimento de licença de uso de sistema de ouvidoria digital por tempo determinado, instalação, treinamento hospedagem, manutenção e suporte, em atendimento ao setor de Ouvidoria Legislativa.
Os serviços abrangem as fases de parametrização de recursos da ferramenta para se adequar às particularidades do Município, instalação, treinamento, implantação, hospedagem, manutenção e suporte.

1.1. O sistema deverá gerenciar de forma independente as manifestações recebidas, gerar mapas geográficos, relatórios, gráficos, planilhas em excel, documentos em pdf assinados eletronicamente e / ou digitalmente. Controlar prazos, materiais utilizados e conter log de todas as ações realizadas no sistema. A plataforma deverá conter site desktop, site mobile, sistema administrativo, aplicativo para o gestor e aplicativo para a população: sendo que os aplicativos devem ser para as plataformas ios e android.

PRAZO DE EXECUÇÃO
O prazo de execução dos serviços é de 12 (doze) meses, contados a partir do dia 20 de agosto de 2026 e com término no dia 20 de agosto de 2027, podendo ser prorrogado nos termos das legislações em vigor.

VALOR DO CONTRATO
O valor total do contrato é de R$17.857,77 (dezessete mil oitocentos e cinquenta e sete reais e setenta e sete centavos),
FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento dos serviços será realizado em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, no valor de R$1.488,15 (um mil quatrocentos e oitenta e oito reais e quinze centavos) cada, até o 5º dia corrido, após emissão da respectiva Nota Fiscal e emissão de relatório.

Item	Descrição	Unid.	Qtde.	V. Unit.	V. total
01	Licenciamento pelo período de 12 (doze) meses de Serviço de Ouvidoria Digital, contemplando um sistema de gerenciamento de manifestações recebidas, contendo módulos de mapas geográficos, relatórios, gráficos e também um aplicativo nativo para as plataformas IOS e Android	Serv.	12	R$1.488,15	R$17.857,77

4.2. - O pagamento dos serviços será realizado após entrega completa do sistema, apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo servidor encarregado da conferência e recebimento dos serviços.
REAJUSTE
O PREÇO cotado para cumprimento do objeto não poderá sofrer ônus adicional ao CONTRATANTE.
OBRIGAÇÕES DAS PARTES
6.1. Obrigações da CONTRATADA
Execução dos serviços com qualidade, eficiência e responsabilidade: A CONTRATADA se compromete a executar os serviços com qualidade, eficiência e responsabilidade, atendendo às especificações técnicas e aos prazos estabelecidos no presente contrato.
Manutenção de sigilo: A CONTRATADA se compromete a manter sigilo sobre as informações a que tiver acesso no âmbito da execução do contrato, inclusive sobre informações sigilosas ou confidenciais, bem como sobre informações pessoais de servidores e/ou empregados da CONTRATANTE.
Submissão à fiscalização: A CONTRATADA se compromete a submeter-se à fiscalização da CONTRATANTE, que poderá acompanhar a execução dos serviços,
podendo, a qualquer tempo, solicitar informações e documentos relacionados à execução contratual.
Resposta a questionamentos: A CONTRATADA se compromete a responder, no prazo de 15 (quinze) dias, a todos os questionamentos

formulados pela CONTRATANTE, relacionados à execução do contrato.
Reparação de danos: A CONTRATADA se compromete a reparar, integralmente, quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do contrato.
A parte CONTRATADA responsabiliza-se a manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei, apresentando, sempre que solicitado: Certidões negativas Municipal, Estadual, Certidão Negativa de Débitos Previdenciários, Certificado de Regularidade de FGTS, Certidão Negativa Conjunta da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, dentre outras que venham a ser solicitadas;

6.2. Obrigações da CONTRATANTE

Pagamento dos serviços: A CONTRATANTE se compromete a pagar os serviços prestados pela CONTRATADA, nos termos do presente contrato.
Fornecimento de informações e documentos: A CONTRATANTE se compromete a fornecer à CONTRATADA, todas as informações e documentos necessários à execução dos serviços, no prazo e na forma solicitados pela CONTRATADA.
Acompanhamento da execução dos serviços: A CONTRATANTE se compromete a acompanhar a execução dos serviços prestados pela CONTRATADA, podendo, a qualquer tempo, solicitar informações e documentos relacionados à execução contratual.
Pagamento das despesas de fiscalização: A CONTRATANTE se compromete a pagar as despesas de fiscalização da execução do contrato, nos termos da legislação vigente.

DAS VEDAÇÕES

7.1. Fica vedado a cessão total ou parcial a terceiros dos direitos oriundos do presente contrato, ou a sub-rogação em obrigações dele decorrente sob pena de rescisão de pleno direito com sujeição da CONTRATADA ao ÔNUS e penalidades previstas neste instrumento e na legislação pertinente;
7.2. É proibida, por parte da CONTRATADA, durante a vigência do contrato firmado, a contratação de empregado pertencente ao quadro de pessoal da CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES;
7.3. A CONTRATADA fica proibida de veicular publicidade acerca do objeto da Compra, salvo se houver prévia autorização da Administração da CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES;
7.4. É vedada a subcontratação de outra empresa para fornecimento dos materiais objeto do contrato administrativo, salvo nos casos apresentados e autorizados pela CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES;

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E FISCAL

8.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria prevista no orçamento em vigor, na classificação: F:0012.3.3.90.39.70.00.00.00
8.2 A CONTRATANTE deverá comprovar, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da assinatura do contrato, a existência de dotação orçamentária e autorização legislativa para a sua execução.

ALTERAÇÕES

O presente contrato poderá ser alterado mediante termo aditivo, desde que justificada a alteração e observados demais requisitos da Lei 14.133/21;
As alterações serão formalizadas por termo aditivo, assinado pelas partes, que especificará as alterações realizadas e os seus efeitos;
A CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA, a qualquer tempo, a realização de alterações no contrato, desde que justificada a alteração.
A CONTRATADA deverá responder à solicitação da CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da solicitação.
Caso a CONTRATADA concorde com a solicitação da CONTRATANTE, as partes deverão formalizar o termo aditivo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da resposta da CONTRATADA.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A licitante vencedora estará sujeita as penalidades, após regular apuração, pelo descumprimento parcial ou total dos compromissos assumidos, conforme previsto na Lei 14.133/2023, bem como em normativos próprios da Câmara Municipal.

DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A contratada deverá indicar preposto, a ser submetido à aprovação da Administração da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves, durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que for necessário.
11.2. A FISCALIZAÇÀO do cumprimento do contrato caberá a Câmara Municipal de Ribeirão das Neves.
11.2.1 O servidor da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves designado para a fiscalização do contrato é: Kátia Marcia Lino Tavares, Matrícula 378. Sua eventual e excepcional substituição poderá ser realizada, a critério da Contratante, sem necessidade de termo aditivo a este contrato.
11.2.2 Os recebimentos dos produtos objeto do presente contrato deverão conter obrigatoriamente a assinatura do fiscal do contrato.
11.3. Verificando a ocorrência de irregularidade na execução dos serviços, a Câmara Municipal de Ribeirão das Neves, cumprirá aplicar as penalidades cabíveis.
11.4. Toda a correspondência referente ao contrato deverá ser feita por ofício físico ou digital.
11.5. A CONTRATADA se obriga a permitir, ao pessoal da FISCALIZAÇÃO, na forma da lei, acesso a todas as suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativos às máquinas, ao pessoal e ao material, fornecendo, quanto for solicitado, todos os dados e elementos referentes aos serviços.
11.6. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
11.7. Compete à Câmara Municipal de Ribeirão das Neves, o acompanhamento e controle de execução do Contrato, bem como as expedições das autorizações de serviços, competindo-lhe, ainda, aprovar as medições e atestar as Notas Fiscais/Faturas para fins de pagamento.

DISPOSIÇÕES FINAIS

As normas constantes no procedimento e seus anexos integram o presente contrato, independente de transcrição, e serão observadas pelas partes.
A parte CONTRATADA declara de que a mesma atende plenamente ao que dispõe o Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, em cumprimento ao Inciso VI do Artigo 68 da Lei nº 14.133/2021, atestando que não possui em seu quadro, funcionários menores de dezoito anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não possui nenhum funcionário menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.
A parte CONTRATADA declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
As partes elegem o Foro da Comarca de Ribeirão das Neves, Minas Gerais, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato, com renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em duas vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Câmara Municipal de Ribeirão das Neves, 20 de agosto de 2026.

WEBERSON EDUARDO DA SILVA
Presidente Câmara Municipal

CELSO RICARDO DE MOURA GARCIA JUNIOR
Webnets Soluçõers - EIRELI

TESTEMUNHAS:

NOME: _____
CPF: _____

NOME: _____
CPF: _____

Publicado por:
Rodrigo Walace Corrêa
Código Identificador:4B06DB69

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE SABINÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE SABINÓPOLIS
EXTRATO DE COMPRA DIRETA

A CÂMARA MUNICIPAL DE SABINÓPOLIS/MG, torna público Extrato de Compra Direta. OBJETO: Prestação de serviço de transporte para viagem intermunicipal, de Sabinópolis a Conceição do Mato Dentro, para deslocamento dos participantes do Parlamento Jovem 2026, da Câmara Municipal de Sabinópolis. CONTRATADO: Transportadora Késia Tur LTDA, CNPJ: 02.799.774/0001-50. Valor global R$1.900,00 (um mil e novecentos reais). Data da viagem: 07 de agosto de 2026. DENIS HENRIQUE FILARDETE DE PINHO – Presidente da Câmara Municipal de Sabinópolis.

Sabinópolis, 18 de agosto de 2026.

Publicado por:
Tamires Oliveira de Lima
Código Identificador:9942E008

CÂMARA MUNICIPAL DE SABINÓPOLIS
EXTRATO DE COMPRA DIRETA

A CÂMARA MUNICIPAL DE SABINÓPOLIS/MG, torna público Extrato de Compra Direta. OBJETO: Prestação de serviço de transporte para viagem intermunicipal, de Sabinópolis a Guanhães, para deslocamento dos participantes do Parlamento Jovem 2026, da Câmara Municipal de Sabinópolis. CONTRATADO: Transportadora Késia Tur LTDA, CNPJ: 02.799.774/0001-50. Valor global R$600,00 (seiscentos reais). Data da viagem: 12 de agosto de 2026. DENIS HENRIQUE FILARDETE DE PINHO – Presidente da Câmara Municipal de Sabinópolis.

Sabinópolis, 18 de agosto de 2026.

Publicado por:
Tamires Oliveira de Lima
Código Identificador:1339D7CC

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE SENADOR CORTES

CÂMARA MUNICIPAL MUNICIPAL DE SENADOR
EXTRATO DE CONTRATO

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO

Em cumprimento aos ditames da Lei Federal n.º 14.133/21, torna-se público que a Câmara Municipal firmou o seguinte Contrato.

Contrato nº.010/2026.
Processo nº.010/2025.
Dispensa Presencial n.º008/2026**.**

Fundamento: Lei Federal n.º 14.133/21 e alterações.

Objeto resumido: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS BUFFET, INCLUINDO ALIMENTOS, BEBIDAS EQUIPE E MATERIAIS ADEQUADOS

Contratante: Câmara Municipal de Senador Cortes - MG
Signatário: Francielly Medeiros do Carmo Medeiros – Presidente da Câmara.

Contratado: DANIEL FLORENZANO CPJ: 44.307.540/0001-98

Representante Legal: DANIEL FLORENZANO. CPF: 450.XXX.XXX-91

Valor Global:R$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais).
Assinatura: 16 de Agosto de 2026.
Vigência: 16/08/2026 a 16/10/2026.

Senador Cortes – MG, 18 de Agosto de 2026.

BRYAN DA SILVA DA COSTA
Agente de Contratação

Publicado por:
Bryan da Silvca da Costa
Código Identificador:B30B5638

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE SERRO

CÂMARA MUNICIPAL DE SERRO
EXTRATO DE ATA 05

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Processo Licitatório nº 0015/2026 – Pregão Eletrônico nº 0006/2026 – Ata de Registro de Preços nº 005/2026. Contratante: Câmara Municipal de Serro/MG. Contratada: COMERCIAL JBC LTDA CNPJ: 30.157.786/0001-16. Objeto: Registro de preços para futura aquisição de materiais de expediente em geral visando a manutenção das atividades legislativas e administrativas da Câmara Municipal de Serro/MG. Data da assinatura: 18/08/2026. Vigência: 18/08/2026 a 17/08/2027. Valor: R$24.461,50 (vinte e quatro mil quatrocentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos).

JOÃO PAULO BRANDÃO SIMÕES,
Presidente da Câmara Municipal de Serro.

Publicado por:
Josymar Carvalhais Reis
Código Identificador:EA81B513

CÂMARA MUNICIPAL DE SERRO
EXTRATO DE ATA 06

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Processo Licitatório nº 0015/2026 – Pregão Eletrônico nº 0006/2026 – Ata de Registro de Preços nº 006/2026. Contratante: Câmara Municipal de Serro/MG. Contratada: N & C COMERCIO E DISTRIBUICAO DE DESCARTAVEIS LTDA CNPJ: 36.933.736/0001-60. Objeto: Registro de preços para futura aquisição de materiais de expediente em geral visando a manutenção das atividades legislativas e administrativas da Câmara Municipal de Serro/MG. Data da assinatura: 18/08/2026. Vigência: 18/08/2026 a 17/08/2027. Valor: R$3.587,10 (três mil quinhentos e oitenta e sete reais e dez centavos).

JOÃO PAULO BRANDÃO SIMÕES,
Presidente da Câmara Municipal de Serro.

Publicado por:
Josymar Carvalhais Reis
Código Identificador:3AA98D61

CÂMARA MUNICIPAL DE SERRO
EXTRATO DE ATA 07

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Processo Licitatório nº 0015/2026 – Pregão Eletrônico nº 0006/2026 – Ata de Registro de Preços nº 007/2026. Contratante: Câmara Municipal de Serro/MG. Contratada: PRIMEIRA CLASSE DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ: 60.532.739/0001-76. Objeto: Registro de preços para futura aquisição de materiais de expediente em geral visando a manutenção das atividades legislativas e

administrativas da Câmara Municipal de Serro/MG. Data da assinatura: 18/08/2026. Vigência: 18/08/2026 a 17/08/2027. Valor: R$810,00 (oitocentos e dez reais).

JOÃO PAULO BRANDÃO SIMÕES,
Presidente da Câmara Municipal de Serro.

Publicado por:
Josymar Carvalhais Reis
Código Identificador:802E731E

CÂMARA MUNICIPAL DE SERRO
EXTRATO DE ATA 08

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Processo Licitatório nº 0015/2026 – Pregão Eletrônico nº 0006/2026 – Ata de Registro de Preços nº 008/2026. Contratante: Câmara Municipal de Serro/MG. Contratada: ALAG COMERCIO E ATACADO LTDA. CNPJ: 63.514.106/0001-23. Objeto: Registro de preços para futura aquisição de materiais de expediente em geral visando a manutenção das atividades legislativas e administrativas da Câmara Municipal de Serro/MG. Data da assinatura: 18/08/2026. Vigência: 18/08/2026 a 17/08/2027. Valor: R$926,75 (novecentos e vinte e seis reais e setenta e cinco centavos).

JOÃO PAULO BRANDÃO SIMÕES,
Presidente da Câmara Municipal de Serro.

Publicado por:
Josymar Carvalhais Reis
Código Identificador:E68CAAED

CÂMARA MUNICIPAL DE SERRO
EXTRATO DE ATA 09

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Processo Licitatório nº 0015/2026 – Pregão Eletrônico nº 0006/2026 – Ata de Registro de Preços nº 009/2026. Contratante: Câmara Municipal de Serro/MG. Contratada: M3 BUSINESS GROUP LTDA CNPJ: 54.494.740/0001-50. Objeto: Registro de preços para futura aquisição de materiais de expediente em geral visando a manutenção das atividades legislativas e administrativas da Câmara Municipal de Serro/MG. Data da assinatura: 18/08/2026. Vigência: 18/08/2026 a 17/08/2027. Valor: R$1.321,05 (um mil trezentos e vinte e um reais e cinco centavos).

JOÃO PAULO BRANDÃO SIMÕES,
Presidente da Câmara Municipal de Serro.

Publicado por:
Josymar Carvalhais Reis
Código Identificador:0AF50143

CÂMARA MUNICIPAL DE SERRO
EXTRATO DE ATA 10

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Processo Licitatório nº 0015/2026 – Pregão Eletrônico nº 0006/2026 – Ata de Registro de Preços nº 010/2026. Contratante: Câmara Municipal de Serro/MG. Contratada: MERCEARIA MADECAPE LTDA CNPJ:66.342.197/0001-55. Objeto: Registro de preços para futura aquisição de materiais de expediente em geral visando a manutenção das atividades legislativas e administrativas da Câmara Municipal de Serro/MG. Data da assinatura: 18/08/2026. Vigência: 18/08/2026 a 17/08/2027. Valor: R$1.914,00 (um mil novecentos e quatorze reais).

JOÃO PAULO BRANDÃO SIMÕES,
Presidente da Câmara Municipal de Serro.

Publicado por:
Josymar Carvalhais Reis
Código Identificador:C814DF99

CÂMARA MUNICIPAL DE SERRO
EXTRATO DE ATA 11

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Processo Licitatório nº 0015/2026 – Pregão Eletrônico nº 0006/2026 – Ata de Registro de Preços nº 011/2026. Contratante: Câmara Municipal de Serro/MG. Contratada: FRANCINETE DE JESUS BARBOSA E SOUZA CNPJ: 11.698.905/0001-01. Objeto: Registro de preços para futura aquisição de materiais de expediente em geral visando a manutenção das atividades legislativas e administrativas da Câmara Municipal de Serro/MG. Data da assinatura: 18/08/2026. Vigência: 18/08/2026 a 17/08/2027. Valor: R$8.133,75 (oito mil cento e trinta e três reais e setenta e cinco centavos).

JOÃO PAULO BRANDÃO SIMÕES,
Presidente da Câmara Municipal de Serro.

Publicado por:
Josymar Carvalhais Reis
Código Identificador:4F2C664A

CÂMARA MUNICIPAL DE SERRO
EXTRATO DE ATA 12

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Processo Licitatório nº 0015/2026 – Pregão Eletrônico nº 0006/2026 – Ata de Registro de Preços nº 012/2026. Contratante: Câmara Municipal de Serro/MG. Contratada: MOVEIS E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 25.275.318/0001-06. Objeto: Registro de preços para futura aquisição de materiais de expediente em geral visando a manutenção das atividades legislativas e administrativas da Câmara Municipal de Serro/MG. Data da assinatura: 18/08/2026. Vigência: 18/08/2026 a 17/08/2027. Valor: R$2.012,00 (dois mil e doze reais).

JOÃO PAULO BRANDÃO SIMÕES,
Presidente da Câmara Municipal de Serro.

Publicado por:
Josymar Carvalhais Reis
Código Identificador:87E46DEE

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE URUCUIA

CAMARA MUNICIPAL DE URUCUIA-MG
AVISO DE EXTRATO DE V TERMO ADITIVO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2024 PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2024

CÂMARA MUNICIPAL DE URUCUIA - Extrato do V Termo Aditivo Ao Contrato nº 004/2025, Processo Licitatório Nº 013/2024, Pregão Presencial nº 007/2024. **Partes:CONTRATANTE - CÂMARA MUNICIPAL DE URUCUIA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 73.936.338/0001-23 / **CONTRATADA – MERITO – CONSULTORIA ASSESSORIA OCUPACIONAL E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ: 14.117.450/0001-73 - Objeto: **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA -** O prazo de vigência deste Termo Aditivo é de 14/08/2026 e encerramento em 13/08/2027,podendo ser prorrogado nos moldes do inciso II do artigo 57 da Lei Federal n° 8.666/93 – **CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÃO -** São ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 004/2025, que não tenham sido alteradas, implícita ou explicitamente, por este instrumento. O processo encontra-se à disposição dos interessados na Sede da Câmara Municipal de Urucuia.

Urucuia/MG, 18 de Agosto de 2026.

(A) JOSÉ WEBER SANTOS –
Presidente da Câmara Municipal de Urucuia.

Publicado por:
Gean Rodrigues Lima
Código Identificador:964A48C1

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIACA - CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA ASSISTENCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA ASSISTENCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 004/2026

DISPENSA ELETRÔNICA N° 004/2026 - Processo nº 011/2026. Torna-se público que Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA, por meio do setor de licitações, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, com disputa de lances, através do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS no endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br/, objetivando a aquisição de etiquetas de identificação patrimonial em alumínio anodizado, destinadas ao atendimento das necessidades de identificação e controle patrimonial do Consórcio Intermunicipal de Assistência à Criança e ao Adolescente – CIACA. A sessão acontecerá no dia 24/08/2026 estando aberta a fase de lances no horário de 08h às 14h. O Aviso de Contratação e seus anexos estão disponíveis nos sites: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/ e https://ciacamg.weebly.com/processos.

Viçosa, 18 de agosto de 2026.

ANA LOURICÉLIA CHAGAS MONTEIRO-
Secretária Executiva - CIACA.

Publicado por:
Ana Louricelia Chagas Monteiro
Código Identificador:7B3ED0F6

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIDES - CONSORCIO INT. DE DESENV. SUSTENTAVEL DO TRIANGULO MINEIRO E ALTO PARANAIBA

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO TRIANGULO MINEIRO E ALTO PARANAIBA - CIDES
CIDES – ATA DA 26ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

ATA DA 26ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA – CIDES. REUNIRAM-SE O PRESIDENTE DO CIDES, SR. FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO (NETO), PREFEITO DE TUPACIGUARA; O SR. GILMAR CHAVES, REPRESENTANTE DO PREFEITO DE ARAGUARI; O SR. ALAN COUTO, PREFEITO DE CAMPINA VERDE; O SR. FERNANDO LUÍS, REPRESENTANTE DO PREFEITO DE CANÁPOLIS; O SR. LUCIANO BELCHIOR, PREFEITO DE CAPINÓPOLIS; SR. OSCAR LUIS CUNHA, PREFEITO DE CENTRALINA; O SR. FLAVIO RESENDE, PREFEITO DE DOURADOQUARA; O SR. SEBASTIÃO DA SILVEIRA, PREFEITO DE ESTRELA DO SUL; A SRA. ADAIRLEI, REPRESENTANTE DE INDIANÓPOLIS; A SRA. LEANDRA GUEDES, PREFEITA DE ITUIUTABA; O SR. LEANDRO DE SOUZA, PREFEITO DE LIMEIRA DO OESTE; O SR. DOUGLAS VALENTE, PREFEITO DE GURINHATÃ; O SR. RAFAEL CAPANEMA, PREFEITO DE IPIAÇU; E O SR. O DIRETOR EXECUTIVO, SR. THIAGO SILVA RODRIGUES, PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DAS PAUTAS PREVIAMENTE ENVIADAS POR E-MAIL. ESTIVERAM TAMBÉM PRESENTES COMO CONVIDADOS A SRA. EDILAMAR NOVAIS BORGES, EX-PREFEITA DE TUPACIGUARA E MÃE DO PRESIDENTE NETO; OS REPRESENTANTES DO ESCRITÓRIO LADIR & FRANCO RIBEIRO ADVOGADOS; OS REPRESENTANTES DO INSTITUTO HORTENSE, NA PESSOA DO SR. LÉO CHAVES E DRA. CAMILA; E DEMAIS AUTORIDADES E EQUIPES TÉCNICAS. O PRESIDENTE DO CIDES, SR. FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO, E O DIRETOR EXECUTIVO, SR. THIAGO SILVA RODRIGUES, DECLARARAM ABERTA A ASSEMBLEIA, CUMPRIMENTARAM OS PRESENTES E CONVIDARAM A TODOS PARA TOMAREM SEUS ASSENTOS E DAR INÍCIO AOS TRABALHOS. O DIRETOR EXECUTIVO, SR. THIAGO, FEZ O USO DA PALAVRA AGRADECENDO A PRESENÇA DE TODOS E A CONFIANÇA DEPOSITADA EM SUA GESTÃO, REFORÇANDO SEU COMPROMISSO EM ATUAR VOLTADO PARA AS NECESSIDADES INDIVIDUAIS DE CADA MUNICÍPIO CONSORCIADO. DESTACOU AS AÇÕES EM ANDAMENTO, INCLUINDO PARCERIAS PARA CAPACITAÇÃO EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL VOLTADA ÀS EQUIPES MUNICIPAIS DE LICITAÇÃO, BEM COMO REUNIÕES AGENDADAS COM OS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE. FALOU SOBRE AS VIAGENS QUE TEM FEITO AOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS SEGUINDO A AGENDA E DISSE QUE NESSE PRIMEIRO MOMENTO DE TRANSIÇÃO FOI NECESSÁRIO TIRAR UM TEMPO PARA REESTRUTURAÇÃO INTERNA PARA VIABILIZAR OS AVANÇOS ESPERADOS PARA ESSE NOVO PERÍODO DO CONSÓRCIO. NA SEQUÊNCIA, PASSOU A PALAVRA PARA O PRESIDENTE NETO QUE AGRADECEU A CESSÃO DO ESPAÇO EM QUE FOI REALIZADO A REUNIÃO E TAMBÉM AO PESSOAL DO INSTITUTO HORTENCE, NA PESSOA DO SR. LÉO CHAVES. DISSE SER ESSE UM MOMENTO DE GRANDES DESAFIOS. SENDO ESSA A SEGUNDA VEZ QUE ASSUME A PRESIDÊNCIA DO CONSÓRCIO, AGRADECEU NOVAMENTE A CONFIANÇA QUE TEM SIDO DEPOSITADA EM SUA PESSOA. PASSOU-SE AS PAUTAS COM UM RESUMO SOBRE CADA UMA DAS PAUTAS DA ASSEMBLEIA PARA QUE TODOS ESTEJAM ALINHADOS COM OS ASSUNTOS A SEREM TRATADOS. PRIMEIRA PAUTA FOI REFERENTE À APROVAÇÃO DA ATA DA 25ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, CUJA MINUTA FOI ENCAMINHADA ANTECIPADAMENTE AOS RESPECTIVOS DEPARTAMENTOS JURÍDICOS MUNICIPAIS. SUBMETIDA A VOTAÇÃO, A ATA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE PELOS PRESENTES. SEGUIU-SE PARA A SEGUNDA PAUTA, RELATIVA À REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL DO CONSÓRCIO, ADAPTADA ÀS EXIGÊNCIAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (TCE-MG), COM A ADEQUAÇÃO DE NOMENCLATURAS E A INCLUSÃO DO CONTROLE INTERNO. O DIRETOR EXECUTIVO E O PRESIDENTE RESSALTARAM QUE A REORGANIZAÇÃO COMPREENDE 11 CARGOS DE LIVRE NOMEAÇÃO E 20 CARGOS A SEREM PREENCHIDOS VIA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS), REALIZADA SEM AUMENTO EXPRESSIVO DE CUSTO OU RATEIO PARA OS MUNICÍPIOS. DESTACARAM QUE A MEDIDA CONFERE SEGURANÇA JURÍDICA ÀS COMPRAS E LICITAÇÕES COMPARTILHADAS, EVITANDO NOTIFICAÇÕES DE ATAS. COLOCADA EM VOTAÇÃO, A NOVA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL FOI APROVADA POR UNANIMIDADE. EM SEGUIDA, FOI APRESENTADA A TERCEIRA PAUTA, REFERENTE À REGULAMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA PERMITIR O INÍCIO DAS LICITAÇÕES COMPARTILHADAS DENTRO DO CONSÓRCIO. O PRESIDENTE NETO REFORÇOU QUE A MEDIDA BUSCA ATENDER ÀS DEMANDAS LOCAIS TRAZENDO ECONOMIA, PARA OS MUNICIPIOS CONSORCIADOS, GARANTINDO CELERIDADE E SEGURANÇA JURÍDICA. APRESENTOU UMA MÁQUINA DE APARAGEM DE GRAMA E CAPIM NA ENTRADA DA REUNIÃO, COMO UMA SOLUÇÃO VIÁVEL PARA OS MUNICÍPIOS. DISSE QUE O DESEJO É QUE SEJA DOADO AOS MUNICÍPIOS SEM UM CUSTO PARA OS MESMOS. USOU COMO EXEMPLO UM CASO DE SUA PRIMEIRA GESTÃO QUE VENCEMOS O EDITAL NO VALOR APROXIMADO DE 10 MILHÕES DE REAIS DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE EM QUE FOI FEITO UM PROJETO QUE AO SER APRESENTADO, PERMITIU A APROVAÇÃO DO RECURSO. DISSE AINDA QUE ESSA É SUA EXPECTATIVA PARA A NOVA GESTÃO SEGUIR REALIZANDO. O SR. THIAGO ALERTOU QUE TUDO QUE ESTÁ EM PAUTA SÃO EXIGÊNCIAS PARA QUE OS PROCESSOS SIGAM DENTRO DA LEGALIDADE E DENTRO DOS PADRÕES EXIGIDOS. DISSE QUE ALGUNS CONSÓRCIOS QUE FIZERAM DE FORMA INADEQUADA FORAM NOTIFICADOS, NÃO SENDO O CASO DO CIDES, QUE DESEJA FAZER TUDO DA MELHOR FORMA

POSSÍVEL PARA TODOS OS CONSORCIADOS. COLOCADA EM VOTAÇÃO, A RESOLUÇÃO FOI APROVADA POR UNANIMIDADE. DANDO SEQUÊNCIA, PASSOU-SE PARA A QUARTA PAUTA, DISCUTINDO-SE A REALIZAÇÃO DE UMA MISSÃO INTERNACIONAL OFICIAL DE INTERCÂMBIO TÉCNICO E CULTURAL NA ESPANHA PARA O CONHECIMENTO DE BOAS PRÁTICAS EM SUSTENTABILIDADE, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU), O SR. THIAGO APRESENTOU O CONVITE DO CONSÓRCIO DE RESÍDUOS DE GIPUZKOA (GHK - GIPUZKOAKO HONDAKINEN KONTSORTZIOA) E DOS MUNICIPIOS DE HERNANI, SAN SEBASTIÁN, MADRID E REFORÇOU QUE REPRESENTANTES DESSAS ENTIDADES DEMONTRAM INTERESSE EM VISITAR O CIDES PARA CONTINUAR A MISSÃO NO ANO DE 2027. O DIRETOR EXECUTIVO INFORMOU QUE A VIAGEM SERÁ FINANCIADA COM RECURSOS DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO CONSÓRCIO, NO VALOR ESTIMADO DE R$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS), GARANTINDO 1 (UMA) VAGA CUSTEADA PARA CADA UM DOS 18 MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, PODENDO O PREFEITO INDICAR UM REPRESENTANTE. FOI ESCLARECIDO AINDA QUE A MISSÃO OCORRERÁ EM PERÍODO PÓS-ELEITORAL. SUBMETIDA À APRECIAÇÃO, A UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT PARA A MISSÃO INTERNACIONAL FOI APROVADA POR UNANIMIDADE. NA QUINTA PAUTA, FOI APRESENTADA A DELIBERAÇÃO SOBRE O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE LIMEIRA DO OESTE NO CONSÓRCIO E O PAGAMENTO PROPORCIONAL DA COTA DE RATEIO A PARTIR DO MÊS DE AGOSTO. COLOCADA EM VOTAÇÃO, A ENTRADA DO MUNICÍPIO E O RECOLHIMENTO PROPORCIONAL FORAM APROVADOS POR UNANIMIDADE. AO FINAL, O PRESIDENTE NETO E O DIRETOR THIAGO REGISTRARAM AGRADECIMENTOS À EQUIPE JURÍDICA LADIR & FRANCO RIBEIRO ADVOGADOS E PASSARAM A PALAVRA À DRA. CAMILA, REPRESENTANTE DO INSTITUTO HORTENSE, QUE INICIOU SUA APRESENTAÇÃO SOBRE AS AÇÕES E PROJETOS DO INSTITUTO JUNTO AOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO. NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, O PRESIDENTE AGRADECEU A PRESENÇA DE TODOS E DECLAROU ENCERRADA A ASSEMBLEIA, ATA LAVRADA PELO ASSESSOR TÉCNICO, DANIEL VICTOR DA COSTA SANTOS.

FRANCISCO LOURENÇO B. NETO
Presidente do CIDES

THIAGO SILVA RODRIGUES
Diretor Exec. do CIDES

Publicado por:
Lidiany Silva Abreu
Código Identificador:C670D006

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO TRIANGULO MINEIRO E ALTO PARANAIBA - CIDES
CIDES – AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO: PROCESSO Nº 41/2026, DISPENSA 39/2026 – LM SISTEMA DE SEGURANCA LTDA.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de configuração e manutenção de câmeras do sistema de videomonitoramento instalado na sede do CIDES, incluindo diagnóstico, ajustes, parametrização, testes de funcionamento e demais procedimentos necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos.
Contratado: LM SISTEMA DE SEGURANCA LTDA (CNPJ: 14.802.183/0001-73) Valor Global: R$ 950,00 (NOVECENTOS E CINQUENTA REAIS) - AUTORIZO o prosseguimento do Processo e posterior contratação.

Uberlândia/MG, 11 de agosto de 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO –
Presidente do CIDES.

Publicado por:
Lidiany Silva Abreu
Código Identificador:302C63BE

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO TRIANGULO MINEIRO E ALTO PARANAIBA - CIDES
CIDES – AVISO DE RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO – PROCESSO Nº 41/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO 39/2026

Em atenção aos artigos 72 e 75 da Lei Federal 14.133/2021, bem como o princípio da publicidade, e após reunião da Comissão de Licitações e da Agente de Contratação, o Presidente do CIDES resolve tornar público o resultado do Processo Licitatório Nº 41/2026 – Dispensa de Licitação Nº 39/2026, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de configuração e manutenção de câmeras do sistema de videomonitoramento instalado na sede do CIDES, incluindo diagnóstico, ajustes, parametrização, testes de funcionamento e demais procedimentos necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos.

Foi homologado o resultado e adjudicados o seguinte objeto da dispensa, nos termos abaixo:
FORNECEDOR: LM SISTEMA DE SEGURANCA LTDA
CNPJ: 14.802.183/0001-73
FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: Lei 14.133/2021, art. 75, II, concomitante ao art.
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de configuração e manutenção de câmeras do sistema de videomonitoramento instalado na sede do CIDES, incluindo diagnóstico, ajustes, parametrização, testes de funcionamento e demais procedimentos necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos. **Valor Global: R$ 950,00 (NOVENCENTOS E CINQUENTA REAIS).**

Uberlândia/MG, 11 de agosto de 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Presidente do CIDES

Publicado por:
Lidiany Silva Abreu
Código Identificador:12E76A4C

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO TRIANGULO MINEIRO E ALTO PARANAIBA - CIDES
CIDES – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 55/2025 FIRMADO ENTRE O CIDES E PRADO E RIZZA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 55/2025 firmado entre o Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – CIDES e PRADO E RIZZA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA., assinado em 18/08/2026. Objeto: Alteração do valor contratual, mediante acréscimo de 7,02% (sete vírgula zero dois por cento), passando o valor global de R$ 13.347,94 (treze mil, trezentos e quarenta e sete reais e noventa e quatro centavos) para R$ 14.285,14 (quatorze mil, duzentos e oitenta e cinco reais e quatorze centavos). Publicado na íntegra no link: www.cides.com.br.

Uberlândia, 18 de agosto de 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO –
Presidente.

Publicado por:
Lidiany Silva Abreu
Código Identificador:AA49D7BF

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIMAMS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE

CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE
AVISO DE CREDENCIADOS

AVISO DE CREDENCIADOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 049/2026
INEXIGIBILIDADE Nº. 011/2026
CREDENCIAMENTO Nº. 005/2026

O CIMAMS – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene – torna pública – o CRENDENCIAMENTO das seguintes pessoas jurídicas:

CIDADES INTELIGENTES SERVICOS LTDA
CNPJ: 43.101.003/0001-24

Cujo Objeto é o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO DE TRABALHO SOCIAL (PTS) DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (MCMV), EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS E DOS MUNICÍPIOS A ELE CONSORCIADOS, NOS TERMOS DA PORTARIA MCIDADES Nº 1416/2023, DA PORTARIA MCIDADES Nº 75/2025 E DA PORTARIA CONJUNTA MGI/MF/CGU Nº 32/2024 E CONFORME REGRAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.**
Informações pelo telefone: (38) 9 3300-4417, e-mail: licitacao@cimams.mg.gov.br.

MARIANA RODRIGUES FAGUNDES -
Presidente da Comissão de Contratações.

Publicado por:
Mariana Rodrigues Fagundes
Código Identificador:089EB890

CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE
AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS, torna público: P.A. 055/2026 – P.E. SRP Nº 026/2026. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS TIPO SIMPLES REMOÇÃO. Recebimento das propostas: Até às 08:55h. do dia 02/09/2026. Início da disputa de preços: 02/09/2026 às 09:00h. Infor: (38)93300-4417. Retirada do Edital: Diretamente no site www.portaldecompraspublicas.com.br, www.cimams.mg.gov.br ou www.gov.br/pncp/pt-br

RICARDO ANTUNES MAGALHÃES -
Secretário Executivo do CIMAMS

Publicado por:
Alisson Rafael Alves Santos
Código Identificador:7E64D464

CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE
AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS, torna público: P.A. 056/2026 – P.E. SRP Nº 027/2026. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E AMBULÂNCIAS COM E SEM CONDUTOR, COM E SEM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, INCLUINDO MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, REPOSIÇÃO DE PEÇAS, SEGURO OU PROTEÇÃO VEICULAR. Recebimento das propostas: Até às 08:55h. do dia 09/09/2026. Início da disputa de preços: 09/09/2026 às 09:00h. Infor: (38)93300-4417. Retirada do Edital: Diretamente no site www.portaldecompraspublicas.com.br, www.cimams.mg.gov.br ou www.gov.br/pncp/pt-br

RICARDO ANTUNES MAGALHÃES -
Secretário Executivo do CIMAMS

Publicado por:
Alisson Rafael Alves Santos
Código Identificador:F053779A

CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE
COMUNICADO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS IRP Nº 027/2026 CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE - CIMAMS

1.A Central de Compras do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene - CIMAMS, realizará processo licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço para REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE LIMPEZA URBANA EM ATENDIMENTO À DEMANDA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS.
2.O processo licitatório será conduzido pelo CIMAMS, como órgão contratante e gerenciador da respectiva Ata de Registro de Preços, e a gestão dos respectivos contratos caberá aos órgãos e entidades participantes
3.A estratégia da contratação, execução e gestão do serviço a ser contratado está especificado na minuta do Termo de Referência (TR) e Estudo Técnico Preliminar (ETP), disponíveis mediante solicitação através do endereço de e-mail: licitacao@cimams.mg.gov.br.
4.Os valores unitários registrados nesta IRP e indicados no TR são preliminares, podendo divergir dos estimados publicados no edital, tendo em vista a presente publicação.
5.Diante do exposto, comunicamos que a Central de Compras, no uso de suas atribuições regulamentares, disponibiliza a IRP nº 027/2026, consideradas as seguintes condições:
5.1.Os municípios consorciados ao CIMAMS, nos termos da legislação que regulamenta este órgão, não precisam MANIFESTAR interesse em aderir ao registro de preços, já sendo o seu interesse PRESSUPOSTO da presente intenção de registro de preços.
5.2.Nos termos do estudo técnico preliminar, considerando a natureza dos serviços e as condições de logística, objetivando atender ao interesse público e as necessidades dos consorciados, restringe-se a possibilidade de adesão como órgão participante a esta intenção aos órgãos públicos e autarquias com sede no Estado de Minas Gerais.
5.3.O período de envio da demanda ao CIMAMS é de 8 (oito) dias úteis contados da publicação da IRP;
5.4.A demanda deverá ser enviada por ofício direcionado ao Secretário Executivo do CIMAMS, qualificando o órgão solicitante e seu responsável, expressando a intenção de participar do processo licitatório, declinando o valor estimado de contratação, considerando a totalidade dos Municípios integrantes do CIMAMS.
6.Eventuais solicitações de esclarecimento ou dúvidas devem ser enviadas para o endereço eletrônico: licitacao@cimams.mg.gov.br.

RICARDO ANTUNES MAGALHÃES
Secretário Executivo
CIMAMS

Publicado por:
Mariana Rodrigues Fagundes
Código Identificador:9BB06197

CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE EXTRATO DE RECURSO

EXTRATO RECURSO
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS, torna público:
Após análise recursal, julgou IMPROCEDENTE o recurso interposto pela empresa MASTERBIDS TECNOLOGIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA. P.A. 024/2026 – P.E. POR REGISTRO DE PREÇOS 011/2026. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUALCONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE QUADROS DIGITAIS INTERATIVOS, COM O OBJETIVO DE ATENDER ÀS DEMANDASDOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE-CIMAMS. Informações pelo fone: (38) 3221-0841 e (38) 9 99970-3832, e-mail: licitacao@cimams.mg.gov.br.

Montes Claros/MG, 18/08/2026.

ADAILDO ROCHA MOREIRA-
Presidente do CIMAMS

Publicado por:
Alisson Rafael Alves Santos
Código Identificador:1F258BD3

CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE EXTRATO DE RECURSO

EXTRATO RECURSO
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS, torna público:Após análise recursal, julgou PARCIALMENTE PROCEDENTE o recurso interposto pela empresa PENBOARD SOLUÇÕES EDUCACIONAIS LTDA. P.A. 024/2026 – P.E. POR REGISTRO DE PREÇOS 011/2026. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUALCONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE QUADROS DIGITAIS INTERATIVOS, COM O OBJETIVO DE ATENDER ÀS DEMANDASDOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE-CIMAMS. Informações pelo fone: (38) 3221-0841 e (38) 9 99970-3832, e-mail: licitacao@cimams.mg.gov.br.

Montes Claros/MG, 18/08/2026.

ADAILDO ROCHA MOREIRA-
Presidente do CIMAMS

Publicado por:
Alisson Rafael Alves Santos
Código Identificador:13E37694

CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE EXTRATO DE RECURSO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS, torna público: Após análise recursal, decidiu o NÃO PROVIMENTO do recurso interposto pela empresa SIGMETAL INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS EM AÇOS LTDA. P.A. 040/2026 – P.E. SRP 020/2026. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EEVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE KITS DE ACADEMIA AO AR LIVRE EM ESPAÇOS PÚBLICOS, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE - CIMAMS. Informações pelo fone (38) 93300-4419 e (38) 93300-4417, e-mail: licitacao@cimams.mg.gov.br.

Montes Claros/MG, 18/08/2026

ADAILDO ROCHA MOREIRA-
Presidente do CIMAMS.

Publicado por:
Mariana Rodrigues Fagundes
Código Identificador:A8E69CEC

ESTADO DE MINAS GERAIS
CINF - AMNOR CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DOS MUNICIPIOS DO NOROESTE DE MG

CINF AMNOR CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DOS MUNICIPIOS DO NOROESTE DE MINAS GERAIS
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo Administrativo nº 012/2026 – Dispensa de Licitação nº 004/2026. O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Infraestrutura dos Municípios do Noroeste de Minas – CINF-AMNOR, com fundamento no art. 75, inciso I, c/c §§1º e 2º, e art. 72, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, AUTORIZA a contratação direta da empresa TERRA NATIVA ENGENHARIA E CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA, CNPJ nº 68.294.775/0001-50, para prestação de serviços técnicos continuados de consultoria, assessoria e apoio técnico nas áreas de Engenharia Ambiental e Gestão Ambiental, destinados ao atendimento das demandas do CINF-AMNOR e dos municípios consorciados. Valor mensal: R$ 10.800,00. Valor global: R$ 129.600,00. Vigência: 12 meses. Dotação: 05.01.01.04.122.0001.1001 – 3.3.90.35.00, Ficha 011, Fonte 1.500.000.0000.

Paracatu/MG, 14 de agosto de 2026.

NEIZON REZENDE DA SILVA –
Presidente do CINF-AMNOR.

Publicado por:
Marília Nicole Batista Oliveira
Código Identificador:3242B42D

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISPARA - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 141/2025 - ANA CAROLINA DE FARIA LTDA

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARÁ- CISPARÁ**, torna público o extrato do terceiro termo aditivo ao contrato administrativo nº 145/2025. CONTRATADO **ANA CAROLINA DE FARIA LTDA.** O presente Termo Aditivo visa a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo n° 141/2025. **DOS VALORES** - O valor total do presente contrato é R$ 158.220,00 (cento e cinquenta e oito mil duzentos e vinte reais) Embasamento legal - Art. 105 da Lei n° 14.133, de 2021. Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo por mais 12 meses a partir do dia 30 de agosto de 2026. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato originário e não alteradas pelo presente instrumento.

Pará de Minas, 12 de agosto de 2026.

FÁBIO ALVES COSTA FONSECA –
Presidente.

Publicado por:
Eduardo Pinheiro
Código Identificador:CA8BA741

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSAÚDE-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO

CONSAÚDE-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO
CONTRATO ADMINISTRATIVO 160/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO 160/2026
O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço - CONSAUDE, torna público, que celebrou o contrato administrativo n° 160/2026 com a empresa MSV OTORRINO LTDA, referente ao processo licitatório n°011/2025, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de consultas médicas especializadas, com o valor global de R$ 77.310,00 (Setenta e sete mil, trezentos e dez reais) com vigência até 18 de agosto de 2027.

Coronel Fabriciano, dia 18 de agosto de 2026

THAIZ ROSA -
Equipe de Apoio

Publicado por:
João Batista Vieira de Oliveira
Código Identificador:F7840785

CONSAÚDE-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO
CONTRATO ADMINISTRATIVO 162/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO 162/2026
O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço - CONSAUDE, torna público, que celebrou o contrato administrativo n° 162/2026 com a empresa SENA COMÉRCIO E SERVIÇOS VEICULARES LTDA, referente ao processo licitatório n°017/2026, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços contínuos de borracharia, alinhamento, balanceamento, montagem, conserto (remendo), rodízio e recapagem de pneus e de lavagem de veículos, destinados aos veículos que compõem a frota do CONSAÚDE, com o valor global de R$ 267.016,00 (Duzentos e sessenta e sete mil, e dezesseis reais) com vigência até 17 de agosto de 2027.

Coronel Fabriciano, dia 18 de agosto de 2026

THAIZ ROSA -
Equipe de Apoio

Publicado por:
João Batista Vieira de Oliveira
Código Identificador:FE68E2B6

CONSAÚDE-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO
PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 108/2025

PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 108/2025
O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço – CONSAÚDE torna público que celebrou aProrrogaçãoao Contrato Administrativo nº 108/2025 com a empresaCLÍNICA MÉDICA PENA & MOREIRA LTDA, referente ao Processo Licitatório nº 010/2025 cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de consultas médicas especializadas, ficandoprorrogada a vigência do contrato até 15 de setembro de 2027, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais.

Coronel Fabriciano/MG, 18 de agosto de 2026.

THAIZ ROSA
Equipe de Apoio

Publicado por:
João Batista Vieira de Oliveira
Código Identificador:2610F0AD

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ALIANÇA PARA A SAÚDE - CIAS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ALIANÇA PARA A SAÚDE - CIAS
ASSESSORIA ADMINISTRATIVA

Portaria nº 033 de 19 de agosto de 2026.

Exoneração de servidor do emprego público em comissão, do Consórcio Intermunicipal Aliança para Saúde – CIAS.

O Secretário Executivo do Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde – CIAS, Sr. Diran Rodrigues de Souza Filho, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Protocolo de Intenções e em conformidade com a Portaria Nº 55, de 20 de outubro de 2017 e Portaria Nº 001 de 06 de janeiro de 2025, ambas do Presidente do Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde – CIAS, RESOLVE:
Art. 1º **EXONERAR** o servidor GABRIEL RADAMESIS GOMES NASCIMENTO, matrícula 2107, do emprego público em comissão de Assessor Jurídico II, na data de 19/08/2026;
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data mencionada no Artigo 1º;
Art. 3º Revogam-se as disposições anteriores e em contrário.

Belo Horizonte, 19 de agosto de 2026.

DIRAN RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Secretário Executivo
Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde (CIAS)

Publicado por:
Anaulizia Batista Afonso
Código Identificador:1A500593

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ALIANÇA PARA A SAÚDE - CIAS
ASSESSORIA ADMINISTRATIVA

Portaria nº 032 de 18 de agosto de 2026.

Exoneração de servidor do emprego público em comissão, do Consórcio Intermunicipal Aliança para Saúde – CIAS.

O Secretário Executivo do Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde – CIAS, Sr. Diran Rodrigues de Souza Filho, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Protocolo de Intenções e em conformidade com a Portaria Nº 55, de 20 de outubro de 2017 e Portaria Nº 001 de 06 de janeiro de 2025, ambas do Presidente do Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde – CIAS, RESOLVE:
Art. 1º **EXONERAR** o servidor LUIZ GUILHERME BATISTA CARVALHO, matrícula 1277, do emprego público em comissão de Diretor Jurídico, na data de 18/08/2026;
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data mencionada no Artigo 1º;
Art. 3º Revogam-se as disposições anteriores e em contrário.

Belo Horizonte, 18 de agosto de 2026.

DIRAN RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Secretário Executivo
Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde (CIAS)

Publicado por:
Anaulizia Batista Afonso
Código Identificador:6CB692BA

GERENCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ALIANÇA PARA A SAÚDE - Torna pública a(s) Ata(s) de Registro de Preços nº 07/2026 E 08/2026. Partes: CIAS X INDUMED COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS ME e MABEF COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA. Objeto: Aquisição de equipamentos médicos - cardioversor, desfibrilador e aspirador de secreções - e respectivos insumos, para compor o parque tecnológico do SAMU Macro Centro (192). Vigência: 12 meses a partir desta publicação.

BH/MG, 18.18.2026.

DIRAN RODRIGUES DE SOUZA FILHO -
Secretário Executivo.

Publicado por:
Paula Lavarini Matoso
Código Identificador:41F3337E

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES - CIGEDAS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES - CIGEDAS
ERRATA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 001/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES – CIGEDAS, no uso de suas atribuições legais, torna pública a presente ERRATA, destinada exclusivamente à correção de erro material referente critério de julgamento anteriormente previsto como "menor preço", permanecendo inalteradas todas as demais disposições do edital.

1. ITEM 7.3
Onde se lê:
"7.3 O julgamento das propostas será feito pelo menor preço por lote, de acordo com o especificado no Anexo I."
Leia-se:
"7.3 O julgamento das propostas será realizado pelo critério de TÉCNICA E PREÇO, observados os critérios, pesos, metodologia de pontuação e fórmula de classificação estabelecidos no Termo de Referência e demais anexos do Edital."

2. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
Item 18.1 – Forma e Critério de Seleção do Fornecedor
Onde se lê:
"18.1 Será selecionado como fornecedor aquele que ofertar o objeto com o menor preço, nos termos do art. 6º, inciso XLI da Lei Federal nº 14.133/2021."
Leia-se:
"18.1 Será selecionado como fornecedor o licitante classificado em primeiro lugar mediante o critério de julgamento TÉCNICA E PREÇO, conforme metodologia de avaliação técnica, ponderação das propostas e classificação final estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital, observado o art. 36 da Lei Federal nº 14.133/2021."

3. INTERPRETAÇÃO DAS DEMAIS REFERÊNCIAS AO TERMO "MENOR PREÇO"
As referências constantes do edital à expressão "menor preço", quando relacionadas exclusivamente ao funcionamento operacional da plataforma eletrônica, à formação da etapa competitiva de lances ou à definição do menor lance ofertado durante a disputa, permanecem válidas por se referirem apenas ao procedimento operacional da fase de preços, não constituindo critério de julgamento da licitação.
Da mesma forma, permanece inalterada a expressão constante no quadro-resumo do edital:
"TÉCNICA E PREÇO – apuração por MENOR PREÇO GLOBAL"
por representar a forma de apuração da proposta de preço dentro do critério combinado de Técnica e Preço, não havendo necessidade de alteração.
Permanecem inalteradas todas as demais disposições do Edital.

São João del-Rei/MG, 18 de agosto de 2026.

JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO
Presidente do CIGEDAS

RICARDO DE SOUZA ROCHA
Agente de Contratação

Publicado por:
Kassiana Alves Arantes
Código Identificador:A2B04229

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE

PRESIDENTE
RESOLUÇÃO 07/2026

RESOLUÇÃO Nº 07/2026

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE PARA O EXERCÍCIO DE 2.027 E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Consórcio Internacional de Saúde da Mata Leste – CISLESTE, através de seu Conselho de Prefeitos, no uso de suas atribuições especialmente nos incisos XIX e XX do art. 19 do Estatuto do Cisleste, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - Esta Resolução estima a receita e fixa a despesa do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE para o exercício financeiro de 2027, nos termos do art. 165 da Constituição Federal, contemplando o orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos, visto que a sua área de atuação exclusiva resume-se á função de governo Saúde.

Parágrafo único – Constituem anexos e fazem parte desta Resolução:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas;
II – Demonstrativo das Receitas por fontes e Despesas por função;
III – Demonstrativos das Receitas por fontes e Despesas por uso;
IV – Demonstrativo da Receita segundo as categorias econômicas;
V – Demonstrativo da Despesa segundo as categorias econômicas;
VI – Demonstrativo dos Programas de Trabalho;
VII – Demonstrativo da Despesa por órgãos e funções;
VIII – Relação de ações.

Art. 2º - O orçamento do Consórcio, em obediência ao princípio do equilíbrio das contas públicas de que trata a Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000, art. 1º, § 1º, fica estabelecido em igual valor entre a receita estimada e a soma das despesas autorizadas.

Art. 3º - A Receita Orçamentária, que decorrerá da arrecadação de contribuições dos entes consorciados, nos termos dos respectivos contratos de rateio, serviços prestados, transferências estaduais e federais e demais receitas correntes e de capital conforme a legislação vigente é estimada em **R$ 71.472.952,00 (setenta e um milhões quatrocentos e setenta e dois mil novecentos e cinquenta e dois reais)**, discriminados por categoria econômica conforme desdobramento a seguir:

FONTES	VALOR (R$)
RECEITAS CORRENTES	**71.445.552,00**
Receita Patrimonial	1.560.849,00
Receita de Serviços	60.859.181,00
Transferências Correntes	8.423.704,00
Outras receitas correntes	601.818,00
RECEITAS DE CAPITAL	**27.400,00**
Alienação de Bens	27.400,00
Transferências de Capital	0,00
TOTAL GERAL	**71.472.952,00**

Art. 4º - A Receita será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação em vigor, de acordo com o desdobramento constante do anexo que é parte integrante desta Resolução.

Art. 5º - A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Total, fixada em **R$ 71.472.952,00 (setenta e um milhões quatrocentos e setenta e dois mil novecentos e cinquenta e dois reais)**

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	VALOR
10	302- Assistência Hospitalar e Ambulatorial	67.848.247,04
	304- Vigilância Sanitária	1.351.200,00
	305- Vigilância Sanitária	1.747.720,00
	999- Reserva de Contingência	525.784,96
TOTAL GERAL		**71.472.952,00**

Art. 6º - A Despesa Total, fixada à conta dos recursos previstos, é demonstrada segundo a discriminação dos quadros programa de trabalho e natureza da despesa, anexos a esta Resolução.

Art. 7º - A Despesa autorizada, apresentada por órgão e unidade orçamentária, será disposta em dotações orçamentárias atribuídas a créditos orçamentários, organizados pela classificação da despesa funcional, de estrutura programática e natureza da despesa até o menor nível de classificação.

Art. 8º - Durante a execução orçamentária do exercício de 2027, fica o Consorcio Intermunicipal de Saúde da Mata Leste autorizado a abrir créditos suplementares até o valor correspondente a 20% (Vinte por cento) do montante da despesa fixada nesta Resolução, mediante a utilização do recurso anulação de dotações, superávit financeiro e excesso de arrecadação conforme dispõe o §1º, incisos I, II e III, do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

Parágrafo Único: Poderá o Presidente do Cisleste inserir natureza de despesa em ação Orçamentária de programa já existente.

Art. 9º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Dado e passado no Gabinete do Exmo. Sr. Presidente do CISLESTE, aos 18 (dezoito) dias do mês de agosto de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

RICARDO CELLES MAIA
Presidente Do CISLESTE

Publicado por:
Rene Leite Magalhães
Código Identificador:0A72E758

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA-CISAMAPI

CISAMAPI
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

O CISAMAPI, através do Agente de Contratação, faz tornar pública a retificação do edital do Pregão 18/2026, tendo por objeto o Registro de preços para aquisição de medicamentos básicos para o tratamento de arboviroses e outras doenças. Motivo da retificação: A retificação visa à adequação preventiva da redação para esclarecer que a recuperação judicial ou extrajudicial não constitui impedimento automático, permanecendo obrigatória a comprovação da capacidade econômico-financeira e mantida a exigência legal de certidão negativa de falência. Nova data da sessão pública: 31/08/2026 às 08h30m (oito horas e trinta minutos), horário de Brasília - DF, no sítio eletrônico www.licitardigital.com.br ou www.cisamapi.mg,gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas na sede da CISAMAPI, na Av. Ernesto Trivellato, Nº. 120 – Triângulo – Ponte Nova/MG - CEP: 35.430-141, ou através do e-mail: licitacao@cisamapi.mg,gov.br.

Ponte Nova, 18 de agosto de 2026.

Publicado por:
Gabriel Gustavo Ferraz
Código Identificador:FEF87C52

CISAMAPI
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo ao **Contrato 32/2024**, celebrado entre o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga - CISAMAPI e a empresa **SEGUROS SURA S.A, inscrita no CNPJ n° 33.065.699/0001-27**. Objeto: prorrogação da vigência do seguro do veículo, para vigorar de 28/08/2026 até 27/08/2027.

Publicado por:
Aline Gomes Santana
Código Identificador:DE47550A

CISAMAPI
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PROGRAMA UTI-MÓVEL – URUCÂNIA

1º Termo Aditivo ao Contrato de UTI-MÓVEL, nº 025/2026, celebrado entre o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICROREGIÃO DO VALE DO PIRANGA - CISAMAPI** e o **MUNICÍPIO DE URUCÂNIA**, decorrente do Processo Licitatório n° 029/2026, dispensa n° 12/2026. Objeto:Alteração de contrato de programa, mediante ao aumento de R$ 20.000,00 (vinte mil), a ser realizado em parcela única, ficando o cronograma de desembolso alterado conforme demonstrado acima. O aumento equivalente aproximadamente 19,65% do valor inicial do contrato. O valor total do contrato fica alterado para R$ 121.776,95 (cento e vinte e um mil setecentos e setenta e seis reais e noventa e cinco centavos). Data de Assinatura: 12/06/2026.

Publicado por:
Geanne Carla Ripani Rodrigues
Código Identificador:A9703B08

CISAMAPI
EXTRATO DO 1º TERMO APOSTILA AO CONTRATO DE PROGRAMA SERVIÇOS ASSISTENCIAIS – SÃO PEDRO DOS FERROS

1º Termo Apostila ao Contrato de Programa Serviços Assistenciais, nº 008/2026, celebrado entre o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICROREGIÃO DO VALE DO PIRANGA - CISAMAPI** e o **MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS,** decorrente do Processo Licitatório nº 017/2026, Dispensa de Licitação nº 005/2026. Objeto: Promover a alteração da classificação da fonte de recursos orçamentários indicada na Cláusula 7.2 do Contrato de Programa nº 008/2026, cujo objeto compreende a prestação dos Serviços de Atendimentos Assistenciais, Manutenção dos Serviços Médicos e Ambulatoriais, Manutenção dos Serviços Médicos – Locomoção, Manutenção dos Serviços de Urgência e Emergência e

Custeio Complementar das Linhas de Cuidados Prioritárias em Saúde, permanecendo inalteradas todas as demais cláusulas e condições pactuadas. Fica incluída aos recursos orçamentários do MUNICÍPIO, a classificação orçamentária referente à fonte de recurso da repactuação: 005002.1030200216.002.33723900000; Fonte: 1.600.069.0000; Ficha: 0000366. O valor global do Contrato permanece inalterado, permanecendo fixado em R$ 3.191.174,00 (três milhões, cento e noventa e um mil, cento e setenta e quatro reais). Data de Assinatura: 05/08/2026.

Publicado por:
Geanne Carla Ripani Rodrigues
Código Identificador:6550C103

CISAMAPI
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PROGRAMA SERVIÇOS ASSISTENCIAIS – URUCÂNIA

3º Termo Aditivo ao Contrato de Programa Serviços, nº 023/2026, celebrado entre o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICROREGIÃO DO VALE DO PIRANGA - CISAMAPI** e o **MUNICÍPIO DE URUCÂNIA**, decorrente do Processo Licitatório n° 027/2026, dispensa n° 010/2026. Objeto: Alteração de contrato de programa, mediante ao aumento de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) ao contrato, correspondendo a um acréscimo acumulado de aproximadamente 4,50% em relação ao valor originalmente contratado, considerando os aditivos anteriormente celebrados. O valor total do contrato fica alterado para R$ 6.412.203,17 (seis milhões quatrocentos e doze mil duzentos e três reais e dezessete centavos). Data de Assinatura: 14/07/2026.

Publicado por:
Geanne Carla Ripani Rodrigues
Código Identificador:3FDC4074

CISAMAPI
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PROGRAMA SERVIÇOS ASSISTENCIAIS – URUCÂNIA

4º Termo Aditivo ao Contrato de Programa Serviços, nº 023/2026, celebrado entre o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICROREGIÃO DO VALE DO PIRANGA - CISAMAPI** e o **MUNICÍPIO DE URUCÂNIA**, decorrente do Processo Licitatório n° 027/2026, dispensa n° 010/2026. Objeto: Alteração de contrato de programa, mediante ao aumento de R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), correspondendo a um acréscimo acumulado de aproximadamente 6,78% em relação ao valor originalmente contratado, considerando os aditivos anteriormente celebrados. O valor total do contrato fica alterado para R$ 6.552.203,17 (seis milhões quinhentos e cinquenta e dois mil duzentos e três reais e dezessete centavos). Data de Assinatura: 12/08/2026.

Publicado por:
Geanne Carla Ripani Rodrigues
Código Identificador:165FEEE2

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC
DESPACHO DA AGENTE DE CONTRATAÇÃO – SUSPENSÃO

DESPACHO DA AGENTE DE CONTRATAÇÃO – SUSPENSÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 007/2025
CREDENCIAMENTO Nº 007/2025

OBJETO: CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL, COMPREENDENDOPAVIMENTAÇÃOASFÁLTICA, TERRAPLENAGEM, CONTENÇÕES, URBANIZAÇÃO, EQUIPAMENTOS, OBRAS COMPLEMENTARES, SINALIZAÇÃO E SERVIÇOS CORRELATOS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS MUNICIPIOS INTEGRANTES DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE POLÌTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO (CISREC).

Torna público, para conhecimento dos interessados, que o Processo Licitatório nº 025/2025, na modalidade Credenciamento nº 007/2025, cujo objeto é o credenciamento eletrônico para futura e eventual contratação de obras e serviços de engenharia de infraestrutura urbana e rural, compreendendopavimentaçãoasfáltica, terraplenagem, contenções, urbanização, equipamentos, obras complementares, sinalização e serviços correlatos, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, para atender às necessidades dos municípios integrantes do consorcio intermunicipal de saúde políticas de desenvolvimento da região do calcário (Cisrec), fica **SUSPENSO** a partir da data de publicação deste aviso.

A suspensão se faz necessária em virtude da necessidade de análise técnica e adequações no edital, com vistas a garantir maior clareza nas exigências constantes no Termo de Referência, bem como assegurar a transparência, legalidade e impessoalidade nos processos licitatórios realizados pelo CISREC.

DETERMINO:
A suspensão do certame, para que o processo seja analisado pela parte técnica demandante do processo, e que sejam realizadas as adequações necessárias.

Publique-se e cumpra-se.

Matozinhos/MG, 18 de agosto de 2026.

HEVELLEN GABRIELE DA CRUZ CAVANHOLI
Agente de Contratação - CISREC

Publicado por:
Hevellen Gabriele da Cruz Cavanholi
Código Identificador:0065BA1D

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO MULTIFINALITÁRIO INTER. DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA MICRORREGIÃO DA SERRA GERAL

CONSÓRCIO MULTIFINALITÁRIO INTER. DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA MICRORREGIÃO DA SERRA GERAL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2025
ÓRGÃO GERENCIADOR: Consórcio Multifinalitário Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião da Serra Geral de Minas, União da Serra Geral, CNPJ nº 12.333.051/0001-14.
DETENTORA: Alliança Conservação, Serviços e Limpeza Ltda, CNPJ nº 14.137.015/0001-00.
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 007/2025, Ata de Registro de Preços nº 004/2025.
OBJETO DO ADITIVO: prorrogação da vigência da ata por mais doze meses, com manutenção exclusiva do saldo remanescente, sem renovação ou acréscimo dos quantitativos originalmente registrados.
VIGÊNCIA PRORROGADA: de 23 de abril de 2026 a 22 de abril de 2027.
FUNDAMENTO: art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 22 do Decreto Federal nº 11.462/2023 e cláusula 4.1 da ata. Janaúba, Minas Gerais, 23 de abril de 2026.

.
Janaúba, Minas Gerais, 17 de agosto de 2026.

RICARDO DA SILVA PAZ
Presidente do Consórcio União da Serra Geral

Publicado por:
Dayane Cristina Souza Rocha
Código Identificador:2196C96A

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO PÚBLICO PARA GESTÃO INTEGRADA - CPGI

CONSÓRCIO PÚBLICO DE GESTÃO INTEGRADA - CPGI EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DADATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PROCESSO LICITATÓRIO N 005/2025

PROCESSO LICITATÓRIO N° 005/2025
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 002/2025

O CONSÓRCIO PÚBLICO PARA GESTÃO INTEGRADA, CNPJ n° 03.541.167/0001-58, torna público o primeiro termo aditivo da Ata de Registro de Preço do Processo Licitatório nº:005/2025, para reequilíbrio econômico financeiro do contrato firmado entre o CONSÓRCIO PÚBLICO PARA GESTÃO INTEGRADA, CNPJ 19.031.366/0001-56 MÉTODO PROJETOS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA, CNPJ 10.495.235/0001-55, oriundo do PROCESSO 005/2025, CONCORRÊNCIA 002/2025. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA, COM CONSTRUÇÃO DE EXTENSÃO DE REDE DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O CONSÓRCIO PÚBLICO- CPGI. Base Legal: Lei 14.133/2021, art 75, inc II. Valor do termo aditivo para cobrir despesas relativas ao Reequilíbrio Econômico Financeiro, com valor único de R$ 12.499.789,01 (doze milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, setecentos e oitenta e nove reais e um centavo). Data da Assinatura: 17 de agosto de 2026. Ass: Felipe Teodoro Sanches, Presidente do CPGI e Sidnei de Oliveira Sousa Morgado, Representante legal da Método Projetos e Construções Elétricas LTDA.

FELIPE TEODORO SANCHES
Presidente do CPGI

Publicado por:
Juliana Puttini da Fonseca
Código Identificador:7EC1C01B

ESTADO DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOÃO MONLEVADE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTOS EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE RECURSOS HUMANOS Nº 027/2026

O DAE - Departamento Municipal de Águas e Esgotos do município de João Monlevade – MG, através de seu diretor, Sr. José Afonso Martins, torna público a celebração de Rescisão de contrato de RH Nº 027/2026, cujo objeto é a contratação temporária, através do Processo Seletivo n° 002/2026, do Sr. Samuel Soares Vilela, CPF n° 132.XXX.XXX-96.
Remuneração: R$1.799,76 (mil, setecentos e noventa e nove reais e setenta e seis centavos) mensais.
Cargo: Agente Administrativo
Data do Afastamento: 07/08/2026.

João Monlevade, 18 de agosto de 2026.

JOSÉ AFONSO MARTINS
Diretor do DAE

Publicado por:
Tatiane Tayse Lauriano e Silva
Código Identificador:EA7894AB

ESTADO DE MINAS GERAIS
FAPEM - FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO ATO DE REVOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento, implantação, configuração, hospedagem, manutenção, suporte técnico e disponibilização de plataforma integrada, em ambiente de computação em nuvem, no modelo Software as a Service – SaaS, destinada à comunicação institucional, atendimento ao cidadão, transparência pública, protocolo, tramitação de solicitações, disponibilização de informações previdenciárias, gestão de conteúdos e apoio às atividades administrativas do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor Público Municipal – FAPEM.

A DIRETORA-PRESIDENTE DO FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL – FAPEM, no uso de suas atribuições legais e administrativas,

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve avaliar permanentemente a necessidade, a conveniência e a oportunidade de suas contratações, observando, entre outros, os princípios do interesse público, planejamento, eficiência e economicidade;
CONSIDERANDO que o Processo Licitatório nº 14/2026 – Dispensa de Licitação nº 06/2026 foi instaurado com a finalidade de contratar solução tecnológica destinada, entre outras funcionalidades, à manutenção de portal institucional, comunicação, transparência e atendimento aos segurados e cidadãos;
CONSIDERANDO que, posteriormente à instauração do procedimento, foi confirmada a renovação da assinatura de educação continuada utilizada pelo Instituto, no âmbito da qual já é disponibilizada ao FAPEM, sem qualquer custo adicional, ferramenta tecnológica que contempla site institucional e recursos de comunicação, transparência e diálogo com os segurados;
CONSIDERANDO que a continuidade dessa solução permite ao Instituto atender, no presente momento, às suas necessidades institucionais de disponibilização de informações, comunicação, transparência e relacionamento com os segurados, sem a necessidade de contratação autônoma de novo portal;
CONSIDERANDO, portanto, que a circunstância superveniente alterou a necessidade administrativa que deu origem ao procedimento, tornando desnecessária, neste momento, a realização de despesa adicional para contratação de solução independente;
CONSIDERANDO que a continuidade do procedimento, diante da existência de solução já disponibilizada ao Instituto sem custo adicional, resultaria em despesa atualmente dispensável, contrariando os princípios da eficiência, economicidade e adequada gestão dos recursos públicos;
CONSIDERANDO, por fim, o disposto no art. 71, inciso II e §§ 2º e 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a revogação por razões de conveniência e oportunidade decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, aplicando-se tal disciplina, no que couber, às contratações diretas;
DECIDE:
Art. 1º **Fica REVOGADO, por razões de interesse público**, conveniência e oportunidade administrativa, o Processo Licitatório nº 14/2026 – Dispensa de Licitação nº 06/2026, destinado à contratação da plataforma integrada descrita no respectivo Aviso de Dispensa Eletrônica e Termo de Referência.
Art. 2º A revogação fundamenta-se na superveniente desnecessidade da contratação, diante da continuidade de solução tecnológica já disponibilizada ao FAPEM sem custo adicional, no âmbito da renovação da assinatura de educação continuada, capaz de atender às necessidades institucionais atualmente identificadas, tornando injustificável a realização de nova despesa para contratação autônoma de portal.
Art. 3º **Determina-se à Agente de Contratação** e aos setores competentes que promovam o imediato encerramento do procedimento, o cancelamento da sessão eletrônica eventualmente

programada e os respectivos registros nos sistemas utilizados pelo FAPEM.
Art. 4º. Em observância ao disposto no art. 71, §§ 3º e 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, **fica assegurado aos fornecedores que apresentaram proposta** no âmbito do Processo Licitatório nº 14/2026 – Dispensa de Licitação nº 06/2026 **o prazo de 3 (três) dias úteis**, contado da ciência desta decisão, para, querendo, apresentarem manifestação acerca da intenção de revogação do procedimento, em razão dos fatos e fundamentos expostos neste ato.
§ 1º As manifestações deverão ser encaminhadas por meio do sistema eletrônico utilizado para a Dispensa Eletrônica.
§ 2º Durante o prazo previsto no caput, fica suspenso o prosseguimento do procedimento de contratação.
§ 3º Encerrado o prazo, com ou sem apresentação de manifestação, os autos serão submetidos à autoridade competente, que apreciará as razões eventualmente apresentadas e proferirá decisão definitiva quanto à revogação do procedimento.
Art. 5º Determina-se a divulgação deste Ato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no sítio eletrônico oficial do FAPEM e nos demais meios em que tenha sido divulgado o Aviso de Dispensa Eletrônica, para conhecimento dos interessados e atendimento ao princípio da publicidade.
Art. 6º Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura.

Cambuí/MG, 18 de agosto de 2026.

ELIANE LAMBERT FERREIRA
Diretora Presidente FAPEM

Publicado por:
Eliane Lambert Ferreira
Código Identificador:A80B376D

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO 11/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº011/2026: O FAPEM – Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor Público Municipal de Cambuí-MG, Inscrito no CNPJ 00.135.676-0001-92, com sede na Rua Padre Caramuru, 462 – Centro – Cambuí-MG, representado neste ato por sua diretora, Sra. Eliane Lambert Ferreira, torna público o extrato de contrato, em conformidade com as normas da Lei Federal nº 14.133/2024 e no que consta no **Processo Licitatório nº 11/2026, Dispensa Eletrônica n°05/2026**. Objeto: O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados, **SOB DEMANDA**, para realização de **PERÍCIA MÉDICA**, com emissão de laudo e relatório pericial para atender aos procedimentos do FAPEM – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE CAMBUÍ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no aviso de contratação direta e seus anexos. **EMPRESA CONTRATADA: SUED MARA SCARDINI GONÇALVES LIMITADA** inscrita no CNPJ: 05.039.463/0001-80. **Valor total do contrato: R$ 51.800,00 (Cinquenta e um mil e oitocentos reais)**. **Vigência do contrato**: 18/08/2026 vigente até 18/08/2027.

Cambuí-MG, 18 de agosto de 2026.

Publicado por:
Eliane Lambert Ferreira
Código Identificador:0AD04936

ESTADO DE MINAS GERAIS
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR AFONSO PAVIE - FHAP

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR.AFONSO PAVIE
ATO DE CONVOCAÇÃO 02/2026 - EDITAL 002/2026

ATO DE CONVOCAÇÃO 02/2026
CONVOCA O CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 002/2026 - DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE - FHAP. A **Fundação Hospitalar Dr. Afonso Pavie**, por meio da Diretora Executiva **Mirian Ribeiro da Cruz** , no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA o candidato classificado dentro do número de vaga, para a Função de Auxiliar de enfermagem ,** por meio do Processo Seletivo Simplificado - Edital 002/2026 para comparecer no setor de Recursos Humanos localizado no endereço: Rua Sinhá Bié, nº 652,bairro fazendinha, Itamarandiba – MG, horário de funcionamento de segunda a sexta de 07:00 ás 12:00 e 13:00 ás 17:00, no prazo de 03 (três) dias a partir da presente data, para que seja dado andamento as demais etapas do certame, conforme Anexo Único a este ato. Em caso de dúvidas ou para mais informações, entre em contato pelo telefone (38) 3521 1257 ou pelo e-mail: rh@fhap.mg.gov.br

Itamarandiba,17 de agosto de 2026

ANEXO ÚNICO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL N° 002/2026	
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	
LUANA DOS SANTOS AGUILAR	2º CLASSIFICADO

Publicado por:
Crisley Jordânia Fernandes Andrade
Código Identificador:F6698D25

ESTADO DE MINAS GERAIS
FUNDAÇÃO HOSPITAL FREI GABRIEL

FUNDAÇÃO HOSPITAL FREI GABRIEL
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 012/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0276/2026

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Agente Redutor Líquido Automotivo – ARLA 32, destinado ao abastecimento da frota de ambulâncias da Fundação Hospital Frei Gabriel, visando assegurar a continuidade dos serviços de transporte sanitário e atendimento à população, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
Recebimento das propostas por meio eletrônico: 20/08/2026 à 25/08/2026.
Encerramento do recebimento das propostas: 08h59 do dia 25/08/2026.
Início da Sessão de Disputa de Preços: Às 09h00 do dia 25/08/2026, pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br.
Encerramento da Disputa: Às 15h00 do dia 25/08/2026.
Modo da Disputa: **Menor Preço por Item**
Valor Total Estimado da Licitação: R$ 11.856,02 (Onze mil, oitocentos e cinquenta seis e dois centavos).
O Aviso e seus anexos encontram-se disponíveis pelos endereços eletrônicos: www.licitanet.com.br , www.gov.br/pncp/pt-br, www.frutal.mg.gov.br, a partir de 20/08/2026.
Demais informações podem ser obtidas pelo e-mail: licitacaofhfg@frutal.mg.gov.br.

Frutal/MG, 19 de agosto de 2026

ELIAS ANDRÉ DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Elias André da Silva
Código Identificador:783E1CDF

ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE BURITIS - IPREB
ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE BURITIS - IPREB
ESTADO DE MINAS GERAIS
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE BURITIS - IPREB, torna pública a autorização do Processo Administrativo nº 012/2026, Inexigibilidade de licitação nº 007/2026, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea "f" da Lei 14.133/2021, visando o Pagamento de taxa de inscrição para participação no curso presencial "Agentes de

Contratação, Pregoeiros e Equipe de Apoio – Com Base na Lei nº 14.133/2021, Pregão Eletrônico no Compras.gov.br – Do Planejamento à Homologação", a ser realizado pelo Instituto de Desenvolvimento Público Plenum Brasil, na modalidade presencial, em Brasília/DF, no período de 24 a 26 de agosto de 2026, para atender à demanda de capacitação do Instituto de Previdência de Buritis – IPREB. Contratada: Instituto de Desenvolvimento Público Plenum Brasil LTDA, CNPJ: 21.650.715/0001-60, Valor Total: R$ 2.790,00 (dois mil, setecentos e noventa reais).

Buritis/MG, 17 de agosto de 2026.

(A) MOACIR PITANGUY DO PRADO JUNIOR,
Presidente do Instituto de Previdência de Buritis - IPREB.

Publicado por:
Marlene Alves da Silva
Código Identificador:B331C5C0

ESTADO DE MINAS GERAIS
IPREMP - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PERDIZES

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PERDIZES
EXTRATO DO III TERMO DE ADITAMENTO

ORIGEM:PROCESSO Nº 002/2024
PREGÃO ELETRONICO Nº 001/2024.
OBJETO: O presente Termo de Aditamento de Contrato tem por objeto***reajuste de valor***, conforme a***alteração da Cláusula Sétima do contrato inicial***, que passará a ter a seguinte redação.

CONTRATANTE: Instituto de Previdência Municipal de Perdizes IPREMP

CONTRATADO: SGPREV Desenvolvimento de Sistemas Ltda

REAJUSTE DE VALOR: O Valor atual de R$ 2.857,41(Dois mil oitocentos e cinquenta e sete reais e quarenta e um centavos), tendo um aumento de 4,4430% conforme do índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo que passará para o valor de R$ 2.984,37(Dois mil novecentos e oitenta e quatro reais e trinta e sete centavos), conformeart. 6º, inciso LVIII, e amparado de forma obrigatória pelos art. 25, § 7º e art. 92, § 3º. da Lei 14.133/21.

Perdizes MG, 19 de agosto de 2026

GILBERTO CARNEIRO DE MELO JUNIOR
Superintendente do IPREMP

Publicado por:
José Jairo Alves Martins
Código Identificador:869331C8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ABADIA DOS DOURADOS

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados-MG, Extrato Contrato – Contrato n.º 123/2026 – Referente Processo Licitação n.º 056/2026 – Dispensa n.º 08/2026. Objeto: CONTRATAÇÃO DO CONSÓRCIO CISALP – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ALTO PARANAIBA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, CONSULTAS ESPECIALIZADAS, EXAMES E PROCEDIMENTOS DE SAUDE PREVENTIVA E CURATIVA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DO MUNICIPIO DE ABADIA DOS DOURADOS-MG, TENDO EM VISTA A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E SERVIÇOS ESSENCIAIS A MANUTENÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DIAGNOSTICOS DE SAUDE DA POPULAÇÃO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, CONFORME LEI Nº 1.944/2025 DO MUNICÍPIO DE ABADIA DOS DOURADOS-MG E LEI FEDERAL 11.107/2005 E DECRETO FEDERAL Nº 6.017/07 E TERMO DE REFERENCIA.Contratado: CISALP – Consorcio Publico Intermunicipal de Saúde a Micro – Região do Alto Paranaiba , CNPJ º. 02.319.394/0001-70. Valor: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Assinatura entre as partes: 06 de agosto de 2.026.

CIRO LUIZ DA SILVA JUNIOR -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Luiza Cenisio Teixeira de Queiroz
Código Identificador:977115F2

SETOR DE LICITAÇÃO
TERMO DE
ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO/RATIFICAÇÃO

Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados-MG, Extrato Homologação – ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO/RATIFICAÇÃO – Referente Processo Licitação n.º 056/2026. Homologo o procedimento licitatório Dispensa eletrônica n.º 08/2026. Objeto: CONTRATAÇÃO DO CONSÓRCIO CISALP – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ALTO PARANAIBA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, CONSULTAS ESPECIALIZADAS, EXAMES E PROCEDIMENTOS DE SAUDE PREVENTIVA E CURATIVA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DO MUNICIPIO DE ABADIA DOS DOURADOS-MG, TENDO EM VISTA A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E SERVIÇOS ESSENCIAIS A MANUTENÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DIAGNOSTICOS DE SAUDE DA POPULAÇÃO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, CONFORME LEI Nº 1.944/2025 DO MUNICÍPIO DE ABADIA DOS DOURADOS-MG E LEI FEDERAL 11.107/2005 E DECRETO FEDERAL Nº 6.017/07 E TERMO DE REFERENCIA, ratificando, homologando e adjudicando o objeto licitado ao proponente: CISALP – Consorcio Publico Intermunicipal de Saúde a Micro – Região do Alto Paranaiba, CNPJ º 02.319.394/0001-70, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Abadia dos Dourados-MG, 04 de Agosto de 2.026.

CIRO LUIZ DA SILVA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Luiza Cenisio Teixeira de Queiroz
Código Identificador:F695680C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ÁGUA COMPRIDA

MUNICÍPIO DE ÁGUA COMPRIDA
EDITAL RESUMIDO – AVISO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2026

O Prefeito do Município de Água Comprida, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas no Edital 001/2026, em conformidade com o Decreto Municipal nº. 164/2026, a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, TORNA PÚBLICA a realização Processo Seletivo Simplificado para Emprego Público nº. 001/2026, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), destinado à seleção, contratação, por tempo determinado, e cadastro de reserva e para o quadro de empregados da Administração Pública Municipal, objetivando atender à necessidade temporária de excepcional interesse público. (Cargo: Advogado - Inscrições de 26/08/2026 às 08h00 até 01/09/2026 às 17h00 conforme 2.2 do edital). Edital disponível na íntegra no link: https://aguacomprida.mg.gov.br/concursos-e-processos-seletivos.html e presencialmente no Paço Municipal (Praça Carolina de Almeida, nº 06, Centro, Água Comprida/MG – CEP: 38.110-000. Das 8:00 às 12:00 e 13:00 às 17:00 horas).

Água Comprida, 18 de agosto de 2026.

GUSTAVO DE ALMEIDA GONÇALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Ribeiro Silva
Código Identificador:258850C7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ALÉM PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA
CONVÊNIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA
ESTADO DE MINAS GERAIS

CONVÊNIO Nº 031/2026
(Art. 199, § 1º, da CF; arts. 24 a 26 da Lei nº 8.080/1990; Resolução SES/MG nº 9.834/2024)

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ALÉM PARAÍBA/MG, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ALEM PARAIBA EM ATENDIMENTO A RESOLUÇÃO SES/MG Nº 9.404/2024, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

O **MUNICÍPIO DE ALÉM PARAÍBA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 17.709.197/0001-35, com sede na Praça Coronel Breves, nº 151, São José, Além Paraíba/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN**, portador do CPF nº 010.177.097-93 e da Carteira de Identidade nº 88.86.156, PCMG, juntamente com o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, representado neste ato pelo Sr. Flavio Henrique Falcão Araújo, portador da Cédula de Identidade RG n° MG17753542 e inscrita no CPF sob o n° 118.995.466-42, doravante denominado **CONCEDENTE**, e a **ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ALEM PARAIBA**, inscrita no CNPJ sob o n° 17.707.274/0001-18, CNES nº 2122642, com sede no endereço RUA HERMINIO RICARDO ZAMBONI FILHO, 505, no município de ALÉM PARAÍBA - Minas Gerais, doravante denominado **CONVENENTE**, neste ato representado por seu Representante Legal, Sra. Julieta Freitas Paes Salles, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 180.603.906-00, portadora da cédula de Identidade n°1.395.111 PC/MG, residente nesta cidade à RUA HERMINIO RICARDO ZAMBONI FILHO, 505 - de ALÉM PARAÍBA, resolvem celebrar o presente Convênio, com fundamento no art. 199, § 1º, da Constituição Federal, nos arts. 24 a 26 da Lei nº 8.080/1990, no art. 184 da Lei nº 14.133/2021, na Resolução SES/MG nº 9.834, de 14 de novembro de 2024, e nas demais normas do Sistema Único de Saúde, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto o repasse de recursos financeiros do CONCEDENTE à CONVENENTE, oriundos do Fundo Estadual de Saúde pela emenda parlamentar do deputado estadual Doorgal Andrada, Indicação nº 155419, destinados ao reforço do custeio das ações e serviços de saúde, na Política de Apoio e Fortalecimento da Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência, por meio da Resolução SES/MG nº 9.834, de 14 de novembro de 2024.

Parágrafo único. O Plano de Trabalho aprovado integra este Convênio, independentemente de transcrição, e vincula as partes em todos os seus termos, metas, etapas, cronogramas e itens de despesa.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CELEBRAÇÃO, DOS PARECERES PRÉVIOS E DA CONDIÇÃO DE EFICÁCIA

A celebração deste Convênio foi precedida de parecer jurídico da Procuradoria-Geral do Município, e somente se aperfeiçoa após manifestações favoráveis.

§ 1º A eficácia deste Convênio fica condicionada à publicação de seu extrato no meio oficial de publicidade do CONCEDENTE, na forma da Cláusula Décima Nona.

§ 2º A ausência de qualquer dos pareceres exigidos no caput impede a celebração e a execução do Convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

Compete ao CONCEDENTE:

a) aprovar o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENENTE e suas eventuais alterações;

b) repassar à CONVENENTE o valor previsto na Cláusula Sétima, observados o cronograma de desembolso e a disponibilidade financeira;

c) designar o gestor do Convênio, na forma da Cláusula Décima Primeira;

d) monitorar e avaliar a execução do objeto, emitindo o relatório técnico e o parecer técnico conclusivo da prestação de contas;

e) prestar à CONVENENTE as orientações necessárias e analisar tempestivamente as solicitações formuladas;

f) providenciar a publicação do extrato do Convênio.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE

Compete à CONVENENTE:

a) executar o objeto em conformidade com o Plano de Trabalho, responsabilizando-se, com exclusividade, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

b) aplicar os recursos exclusivamente na execução do objeto, vedado o desvio de finalidade;

c) manter e movimentar os recursos na conta corrente específica isenta de tarifa bancária, na forma da Cláusula Oitava;

d) efetuar os pagamentos por meio eletrônico rastreável, na forma da Cláusula Nona;

e) declarar a ausência de fins lucrativos e a inexistência de impedimentos à celebração do Convênio;

f) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução, sem responsabilidade solidária do CONCEDENTE;

g) permitir o livre acesso dos agentes do CONCEDENTE, do controle interno e do Tribunal de Contas aos documentos, informações e locais de execução do objeto;

h) manter a escrituração contábil regularizada e conservar os comprovantes de despesa pelo prazo legal;

i) prestar contas na forma e no prazo da Cláusula Décima Terceira;

j) devolver aos cofres públicos os recursos não aplicados, os saldos remanescentes e os rendimentos das aplicações financeiras, na forma da Cláusula Décima Quarta.

CLÁUSULA QUINTA - DAS VEDAÇÕES E DAS DESPESAS ELEGÍVEIS

É vedado à CONVENENTE utilizar os recursos do Convênio para:

a) pagamento de tarifas bancárias, juros e multas de qualquer natureza, ressalvados os juros e a correção monetária das aplicações financeiras dos recursos do Convênio;

b) pagamento de despesas realizadas em data anterior à vigência do Convênio ou em desacordo com o Plano de Trabalho, ressalvadas as hipóteses do parágrafo único;

c) finalidade alheia ao objeto;

d) aquisição de materiais permanentes.

Parágrafo único. São elegíveis as despesas vinculadas ao objeto do Convênio cujas obrigações tenham vencimento anterior ao início de sua vigência, desde que o pagamento seja realizado durante sua vigência, demonstrado o nexo de causalidade com o objeto, observados o Plano de Trabalho e as demais disposições deste instrumento, e a excepcionalidade esteja devidamente justificada e lastreada, sem prejuízo de seu exame posterior pelo gestor do Convênio, pela Controladoria Interna e pelos demais órgãos de controle competentes, inclusive para fins de apostilamento, glosa ou adoção de outras providências cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a execução do objeto, o CONCEDENTE repassará à CONVENENTE o valor de **R$ 160.000,00** (cento e sessenta mil reais), oriundo de recursos de emenda parlamentar do deputado estadual Doorgal Andrada, Indicação nº 155419, para custeio do Fundo Municipal de Saúde, nos termos da RESOLUÇÃO SES Nº

9.834, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2024, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária nº FORTALECIMENTO MÉDIA E ALTA COMPLEX, AMBUL E HOSP – 3.3.50.41 – Fonte 1.621.

Parágrafo único. A contrapartida, se exigida, observará o disposto no Plano de Trabalho e na Resolução SES/MG nº 9.834/2024.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA MOVIMENTAÇÃO E DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS

Os recursos recebidos em decorrência deste Convênio serão depositados e movimentados em conta corrente específica deste Convênio, isenta de tarifa bancária, mantida em instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), sendo vedada a movimentação dos recursos por qualquer outro meio.

§ 1º A abertura, a manutenção e a regularidade operacional da conta são de responsabilidade exclusiva da CONVENENTE, a quem incumbe adotar as providências necessárias junto à instituição financeira, inclusive para o reconhecimento da isenção tarifária.

§ 2º O CONCEDENTE poderá indicar a instituição financeira pública; não havendo indicação, a CONVENENTE providenciará a abertura da conta em instituição financeira previamente autorizada pelo BACEN para funcionar e que atenda aos requisitos deste Convênio, comunicando previamente os respectivos dados ao CONCEDENTE, sem que daí decorra transferência ao CONCEDENTE de responsabilidade pela regularidade da conta.

§ 3º Comprovada a impossibilidade de obtenção de conta isenta de tarifa em instituição financeira pública, as partes, mediante justificativa formal nos autos, definirão de comum acordo a instituição financeira a ser utilizada, preservada a não oneração dos recursos do Convênio com o pagamento de tarifas.

§ 4º Enquanto não empregados na sua finalidade, os recursos serão obrigatoriamente aplicados no mercado financeiro, em caderneta de poupança quando a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública quando o prazo previsto para sua utilização for inferior a um mês.

§ 5º Os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente aplicados no objeto do Convênio, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

§ 6º A ausência de aplicação financeira dos recursos ociosos, na forma do § 4º, sujeita a CONVENENTE à restituição ao erário do valor correspondente ao rendimento que deixou de ser auferido, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) acumulada desde a data em que a aplicação deveria ter sido realizada até a efetiva restituição.

§ 7º A movimentação dos recursos fora da conta específica, o pagamento de tarifas bancárias com recursos do Convênio e a não aplicação financeira dos valores ociosos constituem irregularidades passíveis de glosa e de restituição ao erário, sem prejuízo das sanções previstas na Cláusula Décima Quinta.

§ 8º Ressalva-se a movimentação de recursos fora da conta específica em situações excepcionais, devidamente justificadas e lastreadas, quando, por necessidade do serviço, seja necessária a transferência para conta de apoio mantida pelo convenente em outra instituição financeira, exclusivamente para o processamento de pagamentos que, por sua natureza ou por exigência operacional, não possam ser realizados por meio da conta específica.

§ 9º A excepcionalidade da medida prevista no parágrafo antecedente sujeita-se ao exame posterior do gestor do convênio e dos órgãos de controle competentes, sem prejuízo da adoção das providências de controle, registro, saneamento ou responsabilização que se mostrarem cabíveis, inclusive apostilamento, glosa ou outras medidas administrativas pertinentes.

CLÁUSULA OITAVA - DA RASTREABILIDADE DOS PAGAMENTOS

Os pagamentos realizados com recursos do Convênio serão efetuados exclusivamente por meio de transferência eletrônica sujeita a identificação do beneficiário final, mediante crédito na conta bancária de titularidade do fornecedor, de modo a assegurar a rastreabilidade das despesas.

Parágrafo único. Excepcionalmente, mediante justificativa expressa na prestação de contas, admitir-se-á o pagamento por outro meio, quando comprovadamente inviável a transferência eletrônica, preservada a identificação do destinatário e a comprovação do nexo entre a despesa e o objeto.

CLÁUSULA NONA - DA GESTÃO, DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

A execução do Convênio será acompanhada por gestor formalmente designado pelo CONCEDENTE e avaliada por comissão de monitoramento e avaliação, aos quais compete verificar o cumprimento das metas e a regular aplicação dos recursos.

Parágrafo único. O CONCEDENTE emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação, que subsidiará a análise da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA TRANSPARÊNCIA E DA PUBLICIDADE

As partes darão ampla transparência ao Convênio, divulgando em seus sítios eletrônicos oficiais a descrição do objeto, os valores, o cronograma e a situação da prestação de contas, observadas a Lei nº 12.527/2011 e as normas de transparência aplicáveis ao Sistema Único de Saúde.

§ 1º Toda divulgação fará constar a participação da Prefeitura Municipal de Além Paraíba e da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, vedada qualquer promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º A divulgação do custeio e da execução do objeto poderá ser realizada nas redes sociais da instituição, observados os limites legais de informação e publicidade, notadamente o princípio da impessoalidade previsto no art. 37, § 1º, da Constituição Federal, a Lei nº 12.527/2011 e a Lei nº 13.709/2018, vedada a divulgação de dados pessoais protegidos e de conteúdo de natureza político-partidária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A CONVENENTE apresentará a prestação de contas final no prazo de até 30 (trinta) dias contados do término da vigência, com o detalhamento do cumprimento do objeto e da correta aplicação dos recursos.

A prestação de contas conterá, no mínimo:

I. relatório de execução do objeto, com a demonstração do alcance das metas;

II. documentação da pesquisa de preços e da escolha do fornecedor, na forma da Cláusula Quinta;

III. notas fiscais;

IV. extrato da conta corrente específica, com a movimentação desde o recebimento dos recursos até o último pagamento, e os demonstrativos das aplicações financeiras.

§ 1º A prestação de contas será apresentada por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), com assinatura eletrônica, devendo a CONVENENTE providenciar previamente o seu credenciamento como usuária externa, observadas as orientações disponibilizadas no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Além Paraíba. A adoção do meio eletrônico assegura a autenticidade, a integridade e a rastreabilidade dos documentos, na forma da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e da Lei nº 14.063/2020.

§ 2º Comprovada a indisponibilidade técnica do sistema, a prestação de contas poderá ser apresentada por outro meio idôneo, preservada a comprovação da autoria e da data de envio.

§ 3º A análise da prestação de contas será concluída com a emissão de parecer técnico conclusivo pelo gestor do Convênio, submetido à decisão da autoridade competente, que aprovará as contas, aprovará com ressalvas ou as rejeitará.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DEVOLUÇÃO DE RECURSOS

Ao término ou na extinção do Convênio, a CONVENENTE devolverá aos cofres públicos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, os recursos não aplicados e os saldos remanescentes, inclusive os provenientes das receitas das aplicações financeiras.

§ 1º Serão igualmente restituídos os recursos aplicados em desacordo com o objeto ou com as vedações deste Convênio, bem como o rendimento não auferido em razão da ausência de aplicação financeira, na forma do § 6º da Cláusula Oitava.

§ 2º Os valores a serem restituídos serão atualizados pela taxa SELIC acumulada desde a data do repasse ou do fato gerador da restituição até a data da efetiva devolução, sem prejuízo das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES

Pela execução do Convênio em desacordo com o Plano de Trabalho e com a legislação aplicável, o CONCEDENTE poderá aplicar à

CONVENENTE, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as sanções em conformidade com o Decreto Municipal nº 6.971/2025

Parágrafo único. A aplicação das sanções não afasta a obrigação de restituição dos recursos ao erário nem a responsabilização civil e penal cabível.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA INTEGRIDADE E DA PROTEÇÃO DE DADOS

As partes obrigam-se a atuar em conformidade com a legislação anticorrupção, em especial a Lei nº 12.846/2013, abstendo-se de qualquer prática lesiva à Administração Pública. A CONVENENTE declara não ter fins lucrativos, observado o disposto no art. 199, § 2º, da Constituição Federal, e a inexistência de vedações e impedimentos à celebração do Convênio.

Parágrafo único. No tratamento de dados pessoais eventualmente necessário à execução do objeto, inclusive dados de saúde, as partes observarão a Lei nº 13.709/2018, limitando o tratamento às finalidades do Convênio e adotando medidas de segurança adequadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, período que compreende o repasse, a utilização dos recursos e os atos necessários ao seu encerramento.

§ 1º A vigência poderá ser alterada mediante termo aditivo, devidamente justificado, desde que não haja mudança do objeto e que o pedido seja formalizado antes do término do prazo vigente.

§ 2º Os recursos não utilizados até o término da vigência serão devolvidos na forma da Cláusula Décima Quarta.

§ 3º O vencimento da obrigação em data anterior ao início da vigência do Convênio não impede seu pagamento com recursos deste Convênio, desde que se trate de despesa elegível, devidamente justificada e lastreada, demonstrado o nexo de causalidade entre a obrigação e o objeto do Convênio e observado o Plano de Trabalho.

§ 4º O pagamento das obrigações de que trata o § 3º fica condicionado à vigência deste Convênio, submetendo-se a excepcionalidade ao exame posterior do gestor do Convênio e dos órgãos de controle competentes, sem prejuízo de apostilamento, glosa ou da adoção de outras providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo, mediante notificação prévia, e rescindido motivadamente nos casos de inadimplemento de qualquer de suas cláusulas, indisponibilidade de recursos, desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou na sua destinação, ou atrasos não justificados na execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

O CONCEDENTE providenciará a publicação do extrato deste Convênio no meio oficial de publicidade e no sítio eletrônico oficial do Município, condição de sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, observadas a Lei nº 8.080/1990, a Resolução SES/MG nº 9.834/2024, a Lei nº 14.133/2021, no que couber, e as demais normas do Sistema Único de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Além Paraíba/MG para dirimir as questões oriundas deste Convênio, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja observada a obrigatoriedade de prévia tentativa de solução administrativa.

E, por estarem justas e acordes, as partes assinam o presente Convênio, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Além Paraíba, 18 de agosto de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN	***FLAVIO HENRIQUE FALCÃO ARAÚJO***
Município de Além Paraíba	Fundo Municipal de Saúde (Concedente)
JULIETA FREITAS PAES SALLES	
Associacao De Pais E Amigos Dos Excepcionais De Alem Paraiba (Convenente)	

Publicado por:
Silvia Maria Pessanha da Cruz
Código Identificador:123387D6

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA
TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO Nº 32/2026
LEI Nº 4196 DE 10/06/2026

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA E O MUSEU DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS NATURAIS, PARA OS FINS NELE ESPECIFICADO.

MUNICÍPIO DE ALÉM PARAÍBA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 17.709.197/0001-35, com sede na Praça Coronel Breves, nº 151, São José, Além Paraíba/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN**, portador do CPF nº 010.177.097-93 e da Carteira de Identidade nº 88.86.156, PCMG, doravante denominado **CONCEDENTE**, e o M**USEU DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS NATURAIS**, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrito sob CNPJ nº 00.152.352/0001-62, com sede na cidade de Além Paraíba, a Praça Presidente Vargas, nº 101 – Centro, **representado neste ato pelo Sr. André Martins Borges**, portador do CPF nº 859.248.146-53 e Carteira de Identidade nº M-7.609.747 SSPMG, denominado **CONVENENTE**, resolvem celebrar o presente termo, com fundamento na Lei nº 13.019/2024, mediante afastamento do chamamento público devidamente justificado nos autos, na forma dos arts. 30 e 31 da referida Lei, observadas as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto o repasse de recursos financeiros do para a aquisição de equipamento e mobiliários (pipoqueira e aquisição de uma gabinete inox), conforme as especificações, as metas e o cronograma constantes do Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública.

Parágrafo único. O Plano de Trabalho aprovado integra este Termo de Fomento, independentemente de transcrição, e vincula as partes em todos os seus termos, metas, etapas, cronogramas e itens de despesa.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CELEBRAÇÃO, DOS PARECERES PRÉVIOS E DA CONDIÇÃO DE EFICÁCIA

A celebração deste Termo de Fomento somente se aperfeiçoa após a manifestação favorável da Administração Pública, formalizada por meio de parecer de órgão técnico e de parecer jurídico, nos termos do art.35, incisos V e VI, da Lei nº 13.019/2014, que atestam, respectivamente, o mérito da proposta e a regularidade jurídica da parceria.

§ 1º A eficácia deste Termo de Fomento fica condicionada à publicação de seu extrato no meio oficial de publicidade da Administração Pública na forma da Cláusula Décima Nona.

§ 2º A ausência de qualquer dos pareceres exigidos no caput impede a celebração e a execução da parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Compete à Administração Pública

a) aprovar o Plano de Trabalho apresentado pela OSC e suas eventuais alterações;

b) repassar à OSC o valor de até R$ 40.000,00(quarenta mil reais) observados o cronograma de desembolso e a disponibilidade financeira;

c) designar o gestor da parceria e a comissão de monitoramento e avaliação, na forma da Cláusula Décima Primeira;

d) monitorar e avaliar a execução do objeto, emitindo o relatório técnico de monitoramento e avaliação e o parecer técnico conclusivo da prestação de contas;

e) prestar à OSC as orientações necessárias ao fiel cumprimento do objeto e analisar tempestivamente as solicitações formuladas;

f) assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralização, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA OSC

Compete à OSC:

a) executar o objeto em conformidade com o Plano de Trabalho, responsabilizando-se, com exclusividade, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, nos termos do art. 44 da Lei nº 13,019/2014;

b) aplicar os recursos exclusivamente na execução do objeto, vedado o desvio de finalidade;

c) manter e movimentar os recursos na conta corrente específica isenta de tarifa bancária, na forma da Cláusula Sétima;
d) efetuar os pagamentos por meio eletrônico rastreável, na forma da Cláusula Oitava;
e) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução, sem responsabilidade solidária da Administração Pública;
f) permitir o livre acesso dos agentes da Administração Pública, do controle interno e do Tribunal de Contas aos processos, documentos, informações e locais de execução do objeto;
g) manter a escrituração contábil regularizada e conservar os comprovantes de despesa pelo prazo legal;
h)dar publicidade e transparência à parceria, na forma da Cláusula Décima Segunda;
i) prestar contas na forma e no prazo da Cláusula Décima Terceira;
j) devolver aos cofres públicos os recursos não aplicados, os saldos remanescentes e os rendimentos das aplicações financeiras, na forma da Cláusula Décima Quarta.

CLÁUSULA QUINTA - DAS VEDAÇÕES E DAS DESPESAS ELEGÍVEIS

É vedado à OSC utilizar os recursos da parceria para:
a) pagamento de tarifas bancárias, juros e multas de qualquer natureza, ressalvados os juros e a correção monetária das aplicações financeiras dos recursos da parceria;
b) pagamento de despesas realizadas em data anterior à vigência da parceria, ressalvadas a folha de pagamento, os encargos sociais e as faturas de água, luz e telefone correspondentes ao mês da celebração;
c) finalidade alheia ao objeto ou em desacordo com o Plano de Trabalho;
d)aquisição de bebidas alcoólicas, cigarros e itens congêneres.

Parágrafo único. São elegíveis as despesas vinculadas ao objeto e realizadas dentro da vigência da parceria, ainda que anteriores ao efetivo recebimento do repasse, desde que demonstrado o nexo da casualidade com o objeto e observado o Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a execução do objeto, a Administração Pública repassará o valor de até **R$ 40.000,00** (quarenta mil reais), oriundo de recursos de investimento repassados pelo Tesouro Municipal , correndo a despesa por conta da dotação 2.01.00.04.422.030.2.0127.4.4.50.41, sendo o valor supra dividido em 04(quatro) parcelas no valor de R$10.000,00(dez mil reais).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA MOVIMENTAÇÃO E DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS

Os recursos recebidos em decorrência desta parceria serão depositados e movimentados em conta corrente específica desta parceria,, isenta de tarifa bancária, mantida em instituição financeira pública, nos termos do art. 51 da Lei nº 13.019/2014, sendo vedada a movimentação dos recursos por qualquer outro meio.

§ 1º A abertura, a manutenção e a regularidade operacional da conta são de responsabilidade exclusiva da OSC, a quem incumbe adotar as providências necessárias junto à instituição financeira, inclusive para o reconhecimento da isenção tarifária prevista em Lei.

§ 2º A Administração Pública poderá indicar a instituição financeira pública; não havendo indicação, a OSC providenciará a abertura da conta em instituição financeira pública que atenda aos requisitos deste Termo ,comunicando previamente os respectivos dados à Administração, sem que daí decorra transferência à Administração de responsabilidade pela regularidade da conta.

§ 3º Comprovada a impossibilidade de obtenção de conta isenta de tarifa em instituição financeira pública, as partes, mediante justificativa formal nos autos, definirão de comum acordo a instituição financeira a ser utilizada, preservada a não oneração dos recursos da parceria com o pagamento de tarifas.

§ 4º Enquanto não empregados na sua finalidade, os recursos serão obrigatoriamente aplicados no mercado financeiro, em caderneta de poupança quando a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública quando o prazo previsto para sua utilização for inferior a um mês.

§ 5º Os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos, na forma do parágrafo único do art.51 da Lei nº 13.019/2024.

§ 6º A ausência de aplicação financeira dos recursos ociosos, na forma do § 4º, sujeita a OSC à restituição ao erário do valor correspondente ao rendimento que deixou de ser auferido, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) acumulada desde a data em que a aplicação deveria ter sido realizada até a efetiva restituição.

§ 7º A movimentação dos recursos fora da conta específica, o pagamento de tarifas bancárias com recursos da parceria e a não aplicação financeira dos valores ociosos constituem irregularidades passíveis de glosa e de restituição ao erário, sem prejuízo das sanções previstas na Cláusula Décima Quinta.

CLÁUSULA OITAVA - DA RASTREABILIDADE DOS PAGAMENTOS

Os pagamentos realizados com recursos da parceria serão efetuados exclusivamente por meio de transferência eletrônica sujeita a identificação do beneficiário final, mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço, de modo a assegurar a rastreabilidade das despesas.

Parágrafo único. Excepcionalmente, mediante justificativa expressa na prestação de contas, admitir-se-á o pagamento por outro meio, quando comprovadamente inviável a transferência eletrônica, preservada a identificação do destinatário e a comprovação do nexo entre a despesa e o objeto.

CLÁUSULA NONA – DA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E DOS BENS REMANESCENTES

Os recursos da parceria poderão custear a aquisição de material permanente e de equipamentos, desde que expressamente previstos e justificados no Plano de Trabalho e necessários à consecução do objeto, na forma admitida pela Lei nº 13.019/2014.

§1° Os bens de natureza permanente adquiridos com recursos da parceria, necessários à consecução do objeto mas que a ele não se incorporam, constituem bens remanescentes, cuja titularidade, na data da conclusão ou extinção da parceria, será do Município de Além Paraíba, nos termos do art. 42, inciso X, da Lei nº 13.019/2014 .

§**2°** A critério da Administração e mediante justificativa de interesse social, a titularidade dos bens remanescentes poderá ser destinada `OSC ou a terceiros beneficiários da política pública, quando demonstrada sua utilidade para a continuidade de ações de interesse social.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS METAS

Constituem metas a serem atingidas pela OSC, na forma do Plano de Trabalho, aquisição de equipamentos e mobiliário e distribuição de pipoca para alunos de rede pública ao longo do segundo semestre de 2026.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO, DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

A execução da parceria será acompanhada por gestor formalmente designado pela Administração Pública e avaliada por comissão de monitoramento e avaliação, aos quais compete verificar o cumprimento das metas e a regular aplicação dos recursos, nos termos dos arts.58 a 61 da Lei nº 13.019/2014

Parágrafo único. A Administração Publica emitirá relatório de monitoramento e avaliação da parceria, que subsidiará a análise da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA TRANSPARÊNCIA E DA PUBLICIDADE

As partes darão ampla transparência à parceria, divulgando em seus sítios eletrônicos oficiais as informações previstas no art.11 da Lei n] 13.019/2014, entre elas a descrição do objeto, os valores, o cronograma e a situação da prestação de contas.

§ 1º Toda divulgação do evento fará constar a participação da Prefeitura Municipal de Além Paraíba , vedada qualquer promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º A divulgação do custeio e da execução do objeto poderá ser realizada nas redes sociais da instituição, observados os limites legais de informação e publicidade, notadamente o princípio da impessoalidade previsto no art. 37, § 1º, da Constituição Federal, a Lei nº 12.527/2011 e a Lei nº 13.709/2018, vedada a divulgação de dados pessoais protegidos e de conteúdo de natureza político-partidária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A OSC apresentará a prestação de contas final no prazo de até 30 (trinta) dias contados do término da vigência, com o detalhamento do cumprimento do objeto e da correta aplicação dos recursos.
A prestação de contas conterá, no mínimo:
I. relatório de execução do objeto, com a demonstração do alcance das metas;
II. formulário de prestação de contas, contendo balancete financeiro e relação de pagamentos;
III. extrato da conta corrente específica, com a movimentação desde o recebimento dos recursos até o último pagamento, e os demonstrativos das aplicações financeiras.
IV. comprovantes de despesa em primeira via ou cópia autenticada, observadas as exigências fiscais aplicáveis.
§ 1º A prestação de contas será apresentada por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), com assinatura eletrônica, devendo a OSC providenciar previamente o seu credenciamento como usuária externa, observadas as orientações disponibilizadas no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Além Paraíba. A adoção do meio eletrônico assegura a autenticidade, a integridade e a rastreabilidade dos documentos, na forma da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e da Lei nº 14.063/2020.
§ 2º Comprovada a indisponibilidade técnica do sistema, a prestação de contas poderá ser apresentada por outro meio idôneo, preservada a comprovação da autoria e da data de envio.
§ 3º A análise da prestação de contas será concluída com a emissão de parecer técnico conclusivo pelo gestor da parceria, submetido à decisão da autoridade competente, que aprovará as contas, aprovará com ressalvas ou as rejeitará, na forma da Lei 13.019/2014 e da regulamentação municipal aplicável.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA DEVOLUÇÃO DE RECURSOS
Ao término ou na extinção do Convênio, a OSC devolverá aos cofres públicos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, os recursos não aplicados e os saldos remanescentes, inclusive os provenientes das receitas das aplicações financeiras, na forma do art. 52 da Lei nº 13.019/2014.
§ 1º Serão igualmente restituídos os recursos aplicados em desacordo com o objeto ou com as vedações deste Termo, bem como o rendimento não auferido em razão da ausência de aplicação financeira, na forma do § 6º da Cláusula Sétima.
§ 2º Os valores a serem restituídos serão atualizados pela taxa SELIC acumulada desde a data do repasse ou do fato gerador da restituição até a data da efetiva devolução, sem prejuízo das demais cominações legais.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES
Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com a Lei nº 13.019/2014, a Administração Pública poderá aplicar à OSC, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as sanções :
Advertência
Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parcerias com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos;
Declaração de idoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.
Parágrafo único. A aplicação das sanções não afasta a obrigação de restituição dos recursos ao erário nem a responsabilização civil e penal cabível.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA INTEGRIDADE E DA PROTEÇÃO DE DADOS
As partes obrigam-se a atuar em conformidade com a legislação anticorrupção, em especial a Lei nº 12.846/2013, abstendo-se de qualquer prática lesiva à Administração Pública, e declaram a inexistência de vedações e impedimentos à celebração da parceria, na forma do art.39 da Lei nº 13.019/2014.
Parágrafo único. No tratamento de dados pessoais eventualmente necessário à execução do objeto, inclusive dados de saúde, as partes observarão a Lei nº 13.709/2018, limitando o tratamento às finalidades da parceria e adotando medidas de segurança adequadas.
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DA VIGÊNCIA
O presente termo de Fomento vigorará da data de sua publicação, até 28 de fevereiro de 2027, período que compreende o repasse, a execução do objeto e os atos necessários ao seu encerramento.
§ 1º A vigência poderá ser alterada mediante termo aditivo, devidamente justificado, desde que não haja mudança do objeto e que o pedido seja formalizado antes do término do prazo vigente.
§ 2º Os recursos não utilizados até o término da vigência serão devolvidos na forma da Cláusula Décima Quarta.
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA
O presente Termo poderá ser denunciado a qualquer tempo, mediante notificação prévia, e rescindido motivadamente nos casos de inadimplemento de qualquer de suas cláusulas, indisponibilidade de recursos, desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou na destinação do equipamento, ou atrasos não justificados na execução do objeto.
CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO
A Administração Pública providenciará a publicação do extrato deste Termo no meio oficial de publicidade e no sítio eletrônico oficial do Município, condição de sua eficácia, na forma da Lei nº 13.019/2014.
CLÁUSULA VIGÉSIMA- DOS CASOS OMISSOS
Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, observadas . as disposições da Lei nº 13019/2024 e da regulamentação municipal aplicável.
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Além Paraíba/MG para dirimir as questões oriundas deste Termo de Fomento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja observada a obrigatoriedade de prévia tentativa de solução administrativa.
E, por estarem justas e acordes, as partes assinam o presente Termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Além Paraíba, 14 de agosto de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal de Além Paraíba

ANDRÉ MARTINS BORGES
Museu de História e Ciências Naturais

Publicado por:
Silvia Maria Pessanha da Cruz
Código Identificador:5E742DCE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA
TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO Nº 33/2026
LEI Nº 4196 DE 10/06/2026

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA E O MUSEU DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS NATURAIS, PARA OS FINS NELE ESPECIFICADO.

MUNICÍPIO DE ALÉM PARAÍBA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 17.709.197/0001-35, com sede na Praça Coronel Breves, nº 151, São José, Além Paraíba/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN**, portador do CPF nº 010.177.097-93 e da Carteira de Identidade nº 88.86.156, PCMG, doravante denominado **CONCEDENTE**, e o M**USEU DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS NATURAIS**, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrito sob CNPJ nº 00.152.352/0001-62, com sede na cidade de Além Paraíba, a Praça Presidente Vargas, nº 101 – Centro, **representado neste ato pelo Sr. André Martins Borges**, portador do CPF nº 859.248.146-53 e Carteira de Identidade nº M-7.609.747 SSPMG, denominado **CONVENENTE**, resolvem celebrar o presente termo, com fundamento na Lei nº 13.019/2024, mediante afastamento do chamamento público devidamente justificado nos autos, na forma dos arts. 30 e 31 da referida Lei, observadas as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente Termo de Fomento tem por objeto o repasse de recursos financeiros do para a aquisição de equipamento (bomba dosadora de

óleo para máquina profissional de pipoca) conforme as especificações, as metas e o cronograma constantes do Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública.

Parágrafo único. O Plano de Trabalho aprovado integra este Termo de Fomento, independentemente de transcrição, e vincula as partes em todos os seus termos, metas, etapas, cronogramas e itens de despesa.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CELEBRAÇÃO, DOS PARECERES PRÉVIOS E DA CONDIÇÃO DE EFICÁCIA

A celebração deste Termo de Fomento somente se aperfeiçoa após a manifestação favorável da Administração Pública, formalizada por meio de parecer de órgão técnico e de parecer jurídico, nos termos do art.35, incisos V e VI, da Lei nº 13.019/2014, que atestam, respectivamente, o mérito da proposta e a regularidade jurídica da parceria.

§ 1º A eficácia deste Termo de Fomento fica condicionada à publicação de seu extrato no meio oficial de publicidade da Administração Pública, na forma da Cláusula Décima Nona.

§ 2º A ausência de qualquer dos pareceres exigidos no caput impede a celebração e a execução da parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Compete à Administração Pública

a) aprovar o Plano de Trabalho apresentado pela OSC e suas eventuais alterações;

b) repassar à OSC o valor de até R$ 5.845,00(cinco mil , oitocentos e quarenta e cinco reais) observados o cronograma de desembolso e a disponibilidade financeira;

c) designar o gestor da parceria e a comissão de monitoramento e avaliação, na forma da Cláusula Décima Primeira;

d) monitorar e avaliar a execução do objeto, emitindo o relatório técnico de monitoramento e avaliação e o parecer técnico conclusivo da prestação de contas;

e) prestar à OSC as orientações necessárias ao fiel cumprimento do objeto e analisar tempestivamente as solicitações formuladas;

f) assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralização, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA OSC

Compete à OSC:

a) executar o objeto em conformidade com o Plano de Trabalho, responsabilizando-se, com exclusividade, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, nos termos do art. 44 da Lei nº 13,019/2014;

b) aplicar os recursos exclusivamente na execução do objeto, vedado o desvio de finalidade;

c) manter e movimentar os recursos na conta corrente específica isenta de tarifa bancária, na forma da Cláusula Sétima;

d) efetuar os pagamentos por meio eletrônico rastreável, na forma da Cláusula Oitava;

e) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução, sem responsabilidade solidária da Administração Pública;

f) permitir o livre acesso dos agentes da Administração Pública, do controle interno e do Tribunal de Contas aos processos, documentos, informações e locais de execução do objeto;

g) manter a escrituração contábil regularizada e conservar os comprovantes de despesa pelo prazo legal;

h)dar publicidade e transparência à parceria, na forma da Cláusula Décima Segunda;

i) prestar contas na forma e no prazo da Cláusula Décima Terceira;

j) devolver aos cofres públicos os recursos não aplicados, os saldos remanescentes e os rendimentos das aplicações financeiras, na forma da Cláusula Décima Quarta.

CLÁUSULA QUINTA - DAS VEDAÇÕES E DAS DESPESAS ELEGÍVEIS

É vedado à OSC utilizar os recursos da parceria para:

a) pagamento de tarifas bancárias, juros e multas de qualquer natureza, ressalvados os juros e a correção monetária das aplicações financeiras dos recursos da parceria;

b) pagamento de despesas realizadas em data anterior à vigência da parceria, ressalvadas a folha de pagamento, os encargos sociais e as faturas de água, luz e telefone correspondentes ao mês da celebração;

c) finalidade alheia ao objeto ou em desacordo com o Plano de Trabalho;

d)aquisição de bebidas alcoólicas, cigarros e itens congêneres.

Parágrafo único. São elegíveis as despesas vinculadas ao objeto e realizadas dentro da vigência da parceria, ainda que anteriores ao efetivo recebimento do repasse, desde que demonstrado o nexo da casualidade com o objeto e observado o Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a execução do objeto, a Administração Pública repassará o valor de até **R$ 5.845,00** (cinco mil oitocentos e quarenta e cinco reais), oriundo de recursos de investimento repassados pelo Tesouro Municipal , correndo a despesa por conta da dotação 2.01.00.04.422.030.2.0127.4.4.50.41

CLÁUSULA SÉTIMA - DA MOVIMENTAÇÃO E DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS

Os recursos recebidos em decorrência desta parceria serão depositados e movimentados em conta corrente específica desta parceria,, isenta de tarifa bancária, mantida em instituição financeira pública, nos termos do art. 51 da Lei nº 13.019/2014, sendo vedada a movimentação dos recursos por qualquer outro meio.

§ 1º A abertura, a manutenção e a regularidade operacional da conta são de responsabilidade exclusiva da OSC, a quem incumbe adotar as providências necessárias junto à instituição financeira, inclusive para o reconhecimento da isenção tarifária prevista em Lei.

§ 2º A Administração Pública poderá indicar a instituição financeira pública; não havendo indicação, a OSC providenciará a abertura da conta em instituição financeira pública que atenda aos requisitos deste Termo ,comunicando previamente os respectivos dados à Administração, sem que daí decorra transferência à Administração de responsabilidade pela regularidade da conta.

§ 3º Comprovada a impossibilidade de obtenção de conta isenta de tarifa em instituição financeira pública, as partes, mediante justificativa formal nos autos, definirão de comum acordo a instituição financeira a ser utilizada, preservada a não oneração dos recursos da parceria com o pagamento de tarifas.

§ 4º Enquanto não empregados na sua finalidade, os recursos serão obrigatoriamente aplicados no mercado financeiro, em caderneta de poupança quando a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública quando o prazo previsto para sua utilização for inferior a um mês.

§ 5º Os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos, na forma do parágrafo único do art.51 da Lei nº 13.019/2024.

§ 6º A ausência de aplicação financeira dos recursos ociosos, na forma do § 4º, sujeita a OSC à restituição ao erário do valor correspondente ao rendimento que deixou de ser auferido, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) acumulada desde a data em que a aplicação deveria ter sido realizada até a efetiva restituição.

§ 7º A movimentação dos recursos fora da conta específica, o pagamento de tarifas bancárias com recursos da parceria e a não aplicação financeira dos valores ociosos constituem irregularidades passíveis de glosa e de restituição ao erário, sem prejuízo das sanções previstas na Cláusula Décima Quinta.

CLÁUSULA OITAVA - DA RASTREABILIDADE DOS PAGAMENTOS

Os pagamentos realizados com recursos da parceria serão efetuados exclusivamente por meio de transferência eletrônica sujeita a identificação do beneficiário final, mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço, de modo a assegurar a rastreabilidade das despesas.

Parágrafo único. Excepcionalmente, mediante justificativa expressa na prestação de contas, admitir-se-á o pagamento por outro meio, quando comprovadamente inviável a transferência eletrônica, preservada a identificação do destinatário e a comprovação do nexo entre a despesa e o objeto.

CLÁUSULA NONA – DA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E DOS BENS REMANESCENTES

Os recursos da parceria poderão custear a aquisição de material permanente e de equipamentos, desde que expressamente previstos e justificados no Plano de Trabalho e necessários à consecução do objeto, na forma admitida pela Lei nº 13.019/2014.

§1° Os bens de natureza permanente adquiridos com recursos da parceria, necessários à consecução do objeto mas que a ele não se

incorporam, constituem bens remanescentes, cuja titularidade, na data da conclusão ou extinção da parceria, será do Município de Além Paraíba, nos termos do art. 42, inciso X, da Lei nº 13.019/2014 .

§**2**° A critério da Administração e mediante justificativa de interesse social, a titularidade dos bens remanescentes poderá ser destinada `OSC ou a terceiros beneficiários da política pública, quando demonstrada sua utilidade para a continuidade de ações de interesse social.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS METAS

Constituem metas a serem atingidas pela OSC, na forma do Plano de Trabalho, aquisição de equipamentos e distribuição de pipoca para alunos de rede pública ao longo do segundo semestre de 2026.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO, DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

A execução da parceria será acompanhada por gestor formalmente designado pela Administração Pública e avaliada por comissão de monitoramento e avaliação, aos quais compete verificar o cumprimento das metas e a regular aplicação dos recursos, nos termos dos arts.58 a 61 da Lei nº 13.019/2014

Parágrafo único. A Administração Publica emitirá relatório de monitoramento e avaliação da parceria, que subsidiará a análise da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA TRANSPARÊNCIA E DA PUBLICIDADE

As partes darão ampla transparência à parceria, divulgando em seus sítios eletrônicos oficiais as informações previstas no art.11 da Lei n] 13.019/2014, entre elas a descrição do objeto, os valores, o cronograma e a situação da prestação de contas.

§ 1º Toda divulgação do evento fará constar a participação da Prefeitura Municipal de Além Paraíba , vedada qualquer promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º A divulgação do custeio e da execução do objeto poderá ser realizada nas redes sociais da instituição, observados os limites legais de informação e publicidade, notadamente o princípio da impessoalidade previsto no art. 37, § 1º, da Constituição Federal, a Lei nº 12.527/2011 e a Lei nº 13.709/2018, vedada a divulgação de dados pessoais protegidos e de conteúdo de natureza político-partidária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A OSC apresentará a prestação de contas final no prazo de até 30 (trinta) dias contados do término da vigência, com o detalhamento do cumprimento do objeto e da correta aplicação dos recursos.

A prestação de contas conterá, no mínimo:

I. relatório de execução do objeto, com a demonstração do alcance das metas;

II. formulário de prestação de contas, contendo balancete financeiro e relação de pagamentos;

III. extrato da conta corrente específica, com a movimentação desde o recebimento dos recursos até o último pagamento, e os demonstrativos das aplicações financeiras.

IV. comprovantes de despesa em primeira via ou cópia autenticada, observadas as exigências fiscais aplicáveis.

§ 1º A prestação de contas será apresentada por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), com assinatura eletrônica, devendo a OSC providenciar previamente o seu credenciamento como usuária externa, observadas as orientações disponibilizadas no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Além Paraíba. A adoção do meio eletrônico assegura a autenticidade, a integridade e a rastreabilidade dos documentos, na forma da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e da Lei nº 14.063/2020.

§ 2º Comprovada a indisponibilidade técnica do sistema, a prestação de contas poderá ser apresentada por outro meio idôneo, preservada a comprovação da autoria e da data de envio.

§ 3º A análise da prestação de contas será concluída com a emissão de parecer técnico conclusivo pelo gestor da parceria, submetido à decisão da autoridade competente, que aprovará as contas, aprovará com ressalvas ou as rejeitará, na forma da Lei 13.019/2014 e da regulamentação municipal aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA DEVOLUÇÃO DE RECURSOS

Ao término ou na extinção do Convênio, a OSC devolverá aos cofres públicos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, os recursos não aplicados e os saldos remanescentes, inclusive os provenientes das receitas das aplicações financeiras, na forma do art. 52 da Lei nº 13.019/2014.

§ 1º Serão igualmente restituídos os recursos aplicados em desacordo com o objeto ou com as vedações deste Termo, bem como o rendimento não auferido em razão da ausência de aplicação financeira, na forma do § 6º da Cláusula Sétima.

§ 2º Os valores a serem restituídos serão atualizados pela taxa SELIC acumulada desde a data do repasse ou do fato gerador da restituição até a data da efetiva devolução, sem prejuízo das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES

Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com a Lei nº 13.019/2014, a Administração Pública poderá aplicar à OSC, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as sanções :

Advertência

Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parcerias com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos;

Declaração de idoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

Parágrafo único. A aplicação das sanções não afasta a obrigação de restituição dos recursos ao erário nem a responsabilização civil e penal cabível.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA INTEGRIDADE E DA PROTEÇÃO DE DADOS

As partes obrigam-se a atuar em conformidade com a legislação anticorrupção, em especial a Lei nº 12.846/2013, abstendo-se de qualquer prática lesiva à Administração Pública, e declaram a inexistência de vedações e impedimentos à celebração da parceria, na forma do art.39 da Lei nº 13.019/2014.

Parágrafo único. No tratamento de dados pessoais eventualmente necessário à execução do objeto, inclusive dados de saúde, as partes observarão a Lei nº 13.709/2018, limitando o tratamento às finalidades da parceria e adotando medidas de segurança adequadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DA VIGÊNCIA

O presente termo de Fomento vigorará da data de sua assinatura, até 28 de fevereiro de 2027, período que compreende o repasse, a execução do objeto e os atos necessários ao seu encerramento.

§ 1º A vigência poderá ser alterada mediante termo aditivo, devidamente justificado, desde que não haja mudança do objeto e que o pedido seja formalizado antes do término do prazo vigente.

§ 2º Os recursos não utilizados até o término da vigência serão devolvidos na forma da Cláusula Décima Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Termo poderá ser denunciado a qualquer tempo, mediante notificação prévia, e rescindido motivadamente nos casos de inadimplemento de qualquer de suas cláusulas, indisponibilidade de recursos, desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou na destinação do equipamento, ou atrasos não justificados na execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

A Administração Pública providenciará a publicação do extrato deste Termo no meio oficial de publicidade e no sítio eletrônico oficial do Município, condição de sua eficácia, na forma da Lei nº 13.019/2014.

CLÁUSULA VIGÉSIMA- DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, observadas . as disposições da Lei nº 13019/2024 e da regulamentação municipal aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Além Paraíba/MG para dirimir as questões oriundas deste Termo de Fomento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja observada a obrigatoriedade de prévia tentativa de solução administrativa.

E, por estarem justas e acordes, as partes assinam o presente Termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Além Paraíba, 14 de agosto de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal de Além Paraíba

ANDRÉ MARTINS BORGES
Museu de História e Ciências Naturais

Publicado por:
Silvia Maria Pessanha da Cruz
Código Identificador:1DC0CF1F

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA
TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO Nº 34/2026
LEI Nº 4196 DE 10/06/2026

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA E O MUSEU DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS NATURAIS, PARA OS FINS NELE ESPECIFICADO.

MUNICÍPIO DE ALÉM PARAÍBA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 17.709.197/0001-35, com sede na Praça Coronel Breves, nº 151, São José, Além Paraíba/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN**, portador do CPF nº 010.177.097-93 e da Carteira de Identidade nº 88.86.156, PCMG, doravante denominado **CONCEDENTE**, e o M**USEU DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS NATURAIS**,é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrito sob CNPJ nº 00.152.352/0001-62, com sede na cidade de Além Paraíba, a Praça Presidente Vargas, nº 101 – Centro, **representado neste ato pelo Sr. André Martins Borges**, portador do CPF nº 859.248.146-53 e Carteira de Identidade nº M-7.609.747 SSPMG, denominado **CONVENENTE**, resolvem celebrar o presente termo, com fundamento na Lei nº 13.019/2024, mediante afastamento do chamamento público devidamente justificado nos autos, na forma dos arts. 30 e 31 da referida Lei, observadas as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto o repasse de recursos financeiros do para a aquisição de equipamento de informática para sala de cinema conforme as especificações, as metas e o cronograma constantes do Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública.

Parágrafo único. O Plano de Trabalho aprovado integra este Termo de Fomento, independentemente de transcrição, e vincula as partes em todos os seus termos, metas, etapas, cronogramas e itens de despesa.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CELEBRAÇÃO, DOS PARECERES PRÉVIOS E DA CONDIÇÃO DE EFICÁCIA

A celebração deste Termo de Fomento somente se aperfeiçoa após a manifestação favorável da Administração Pública, formalizada por meio de parecer de órgão técnico e de parecer jurídico, nos termos do art.35, incisos V e VI, da Lei nº 13.019/2014, que atestam, respectivamente, o mérito da proposta e a regularidade jurídica da parceria.

§ 1º A eficácia deste Termo de Fomento fica condicionada à publicação de seu extrato no meio oficial de publicidade da Administração Pública, na forma da Cláusula Décima Nona.

§ 2º A ausência de qualquer dos pareceres exigidos no caput impede a celebração e a execução da parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Compete à Administração Pública

a) aprovar o Plano de Trabalho apresentado pela OSC e suas eventuais alterações;

b) repassar à OSC o valor de até R$ 10.000,00(dez mil reais) observados o cronograma de desembolso e a disponibilidade financeira;

c) designar o gestor da parceria e a comissão de monitoramento e avaliação, na forma da Cláusula Décima Primeira;

d) monitorar e avaliar a execução do objeto, emitindo o relatório técnico de monitoramento e avaliação e o parecer técnico conclusivo da prestação de contas;

e) prestar à OSC as orientações necessárias ao fiel cumprimento do objeto e analisar tempestivamente as solicitações formuladas;

f) assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralização, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA OSC

Compete à OSC:

a) executar o objeto em conformidade com o Plano de Trabalho, responsabilizando-se, com exclusividade, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, nos termos do art. 44 da Lei nº 13,019/2014;

b) aplicar os recursos exclusivamente na execução do objeto, vedado o desvio de finalidade;

c) manter e movimentar os recursos na conta corrente específica isenta de tarifa bancária, na forma da Cláusula Sétima;

d) efetuar os pagamentos por meio eletrônico rastreável, na forma da Cláusula Oitava;

e) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução, sem responsabilidade solidária da Administração Pública;

f) permitir o livre acesso dos agentes da Administração Pública, do controle interno e do Tribunal de Contas aos processos, documentos, informações e locais de execução do objeto;

g) manter a escrituração contábil regularizada e conservar os comprovantes de despesa pelo prazo legal;

h)dar publicidade e transparência à parceria, na forma da Cláusula Décima Segunda;

i) prestar contas na forma e no prazo da Cláusula Décima Terceira;

j) devolver aos cofres públicos os recursos não aplicados, os saldos remanescentes e os rendimentos das aplicações financeiras, na forma da Cláusula Décima Quarta.

CLÁUSULA QUINTA - DAS VEDAÇÕES E DAS DESPESAS ELEGÍVEIS

É vedado à OSC utilizar os recursos da parceria para:

a) pagamento de tarifas bancárias, juros e multas de qualquer natureza, ressalvados os juros e a correção monetária das aplicações financeiras dos recursos da parceria;

b) pagamento de despesas realizadas em data anterior à vigência da parceria, ressalvadas a folha de pagamento, os encargos sociais e as faturas de água, luz e telefone correspondentes ao mês da celebração;

c) finalidade alheia ao objeto ou em desacordo com o Plano de Trabalho;

d)aquisição de bebidas alcoólicas, cigarros e itens congêneres.

Parágrafo único. São elegíveis as despesas vinculadas ao objeto e realizadas dentro da vigência da parceria, ainda que anteriores ao efetivo recebimento do repasse, desde que demonstrado o nexo da casualidade com o objeto e observado o Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a execução do objeto, a Administração Pública repassará o valor de até **R$ 10.000,00** (dez mil reais), oriundo de recursos de investimento repassados pelo Tesouro Municipal , correndo a despesa por conta da dotação 2.01.00.04.422.030.2.0127.4.4.50.41, sendo o valor supra dividido em 02(duas) parcelas no valor de R$ 5.000,00(cinco mil reais).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA MOVIMENTAÇÃO E DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS

Os recursos recebidos em decorrência desta parceria serão depositados e movimentados em conta corrente específica desta parceria,, isenta de tarifa bancária, mantida em instituição financeira pública, nos termos do art. 51 da Lei nº 13.019/2014, sendo vedada a movimentação dos recursos por qualquer outro meio.

§ 1º A abertura, a manutenção e a regularidade operacional da conta são de responsabilidade exclusiva da OSC, a quem incumbe adotar as providências necessárias junto à instituição financeira, inclusive para o reconhecimento da isenção tarifária prevista em Lei.

§ 2º A Administração Pública poderá indicar a instituição financeira pública; não havendo indicação, a OSC providenciará a abertura da conta em instituição financeira pública que atenda aos requisitos deste Termo ,comunicando previamente os respectivos dados à Administração, sem que daí decorra transferência à Administração de responsabilidade pela regularidade da conta.

§ 3º Comprovada a impossibilidade de obtenção de conta isenta de tarifa em instituição financeira pública, as partes, mediante justificativa formal nos autos, definirão de comum acordo a instituição

financeira a ser utilizada, preservada a não oneração dos recursos da parceria com o pagamento de tarifas.

§ 4º Enquanto não empregados na sua finalidade, os recursos serão obrigatoriamente aplicados no mercado financeiro, em caderneta de poupança quando a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública quando o prazo previsto para sua utilização for inferior a um mês.

§ 5º Os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos, na forma do parágrafo único do art.51 da Lei nº 13.019/2024.

§ 6º A ausência de aplicação financeira dos recursos ociosos, na forma do § 4º, sujeita a OSC à restituição ao erário do valor correspondente ao rendimento que deixou de ser auferido, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) acumulada desde a data em que a aplicação deveria ter sido realizada até a efetiva restituição.

§ 7º A movimentação dos recursos fora da conta específica, o pagamento de tarifas bancárias com recursos da parceria e a não aplicação financeira dos valores ociosos constituem irregularidades passíveis de glosa e de restituição ao erário, sem prejuízo das sanções previstas na Cláusula Décima Quinta.

CLÁUSULA OITAVA - DA RASTREABILIDADE DOS PAGAMENTOS

Os pagamentos realizados com recursos da parceria serão efetuados exclusivamente por meio de transferência eletrônica sujeita a identificação do beneficiário final, mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço, de modo a assegurar a rastreabilidade das despesas.

Parágrafo único. Excepcionalmente, mediante justificativa expressa na prestação de contas, admitir-se-á o pagamento por outro meio, quando comprovadamente inviável a transferência eletrônica, preservada a identificação do destinatário e a comprovação do nexo entre a despesa e o objeto.

CLÁUSULA NONA – DA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E DOS BENS REMANESCENTES

Os recursos da parceria poderão custear a aquisição de material permanente e de equipamentos, desde que expressamente previstos e justificados no Plano de Trabalho e necessários à consecução do objeto, na forma admitida pela Lei nº 13.019/2014.

§1° Os bens de natureza permanente adquiridos com recursos da parceria, necessários à consecução do objeto mas que a ele não se incorporam, constituem bens remanescentes, cuja titularidade, na data da conclusão ou extinção da parceria, será do Município de Além Paraíba,nos termos do art. 42, inciso X, da Lei nº 13.019/2014 .

§**2**° A critério da Administração e mediante justificativa de interesse social, a titularidade dos bens remanescentes poderá ser destinada `a OSC ou a terceiros beneficiários da política pública, quando demonstrada sua utilidade para a continuidade de ações de interesse social.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS METAS

Constituem metas a serem atingidas pela OSC, na forma do Plano de Trabalho, aquisição de equipamentos de informática para modernização da infraestrutura tecnológica da sala de cinema.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO, DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

A execução da parceria será acompanhada por gestor formalmente designado pela Administração Pública e avaliada por comissão de monitoramento e avaliação, aos quais compete verificar o cumprimento das metas e a regular aplicação dos recursos, nos termos dos arts.58 a 61 da Lei nº 13.019/2014

Parágrafo único. A Administração Publica emitirá relatório de monitoramento e avaliação da parceria, que subsidiará a análise da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA TRANSPARÊNCIA E DA PUBLICIDADE

As partes darão ampla transparência à parceria, divulgando em seus sítios eletrônicos oficiais as informações previstas no art.11 da Lei n] 13.019/2014, entre elas a descrição do objeto, os valores, o cronograma e a situação da prestação de contas.

§ 1º Toda divulgação do evento fará constar a participação da Prefeitura Municipal de Além Paraíba , vedada qualquer promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º A divulgação do custeio e da execução do objeto poderá ser realizada nas redes sociais da instituição, observados os limites legais de informação e publicidade, notadamente o princípio da impessoalidade previsto no art. 37, § 1º, da Constituição Federal, a Lei nº 12.527/2011 e a Lei nº 13.709/2018, vedada a divulgação de dados pessoais protegidos e de conteúdo de natureza político-partidária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A OSC apresentará a prestação de contas final no prazo de até 30 (trinta) dias contados do término da vigência, com o detalhamento do cumprimento do objeto e da correta aplicação dos recursos.

A prestação de contas conterá, no mínimo:

I. relatório de execução do objeto, com a demonstração do alcance das metas;

II. formulário de prestação de contas, contendo balancete financeiro e relação de pagamentos;

III. extrato da conta corrente específica, com a movimentação desde o recebimento dos recursos até o último pagamento, e os demonstrativos das aplicações financeiras.

IV. comprovantes de despesa em primeira via ou cópia autenticada, observadas as exigências fiscais aplicáveis.

§ 1º A prestação de contas será apresentada por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), com assinatura eletrônica, devendo a OSC providenciar previamente o seu credenciamento como usuária externa, observadas as orientações disponibilizadas no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Além Paraíba. A adoção do meio eletrônico assegura a autenticidade, a integridade e a rastreabilidade dos documentos, na forma da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e da Lei nº 14.063/2020.

§ 2º Comprovada a indisponibilidade técnica do sistema, a prestação de contas poderá ser apresentada por outro meio idôneo, preservada a comprovação da autoria e da data de envio.

§ 3º A análise da prestação de contas será concluída com a emissão de parecer técnico conclusivo pelo gestor da parceria, submetido à decisão da autoridade competente, que aprovará as contas, aprovará com ressalvas ou as rejeitará, na forma da Lei 13.019/2014 e da regulamentação municipal aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA DEVOLUÇÃO DE RECURSOS

Ao término ou na extinção do Convênio, a OSC devolverá aos cofres públicos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, os recursos não aplicados e os saldos remanescentes, inclusive os provenientes das receitas das aplicações financeiras, na forma do art. 52 da Lei nº 13.019/2014.

§ 1º Serão igualmente restituídos os recursos aplicados em desacordo com o objeto ou com as vedações deste Termo, bem como o rendimento não auferido em razão da ausência de aplicação financeira, na forma do § 6º da Cláusula Sétima.

§ 2º Os valores a serem restituídos serão atualizados pela taxa SELIC acumulada desde a data do repasse ou do fato gerador da restituição até a data da efetiva devolução, sem prejuízo das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES

Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com a Lei nº 13.019/2014, a Administração Pública poderá aplicar à OSC, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as sanções :

Advertência

Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parcerias com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos;

Declaração de idoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

Parágrafo único. A aplicação das sanções não afasta a obrigação de restituição dos recursos ao erário nem a responsabilização civil e penal cabível.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA INTEGRIDADE E DA PROTEÇÃO DE DADOS

As partes obrigam-se a atuar em conformidade com a legislação anticorrupção, em especial a Lei nº 12.846/2013, abstendo-se de qualquer prática lesiva à Administração Pública, e declaram a inexistência de vedações e impedimentos à celebração da parceria, na forma do art.39 da Lei nº 13.019/2014.

Parágrafo único. No tratamento de dados pessoais eventualmente necessário à execução do objeto, inclusive dados de saúde, as partes observarão a Lei nº 13.709/2018, limitando o tratamento às finalidades da parceria e adotando medidas de segurança adequadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DA VIGÊNCIA

O presente termo de Fomento vigorará da data de sua assinatura, até 28 de fevereiro de 2027, período que compreende o repasse, a execução do objeto e os atos necessários ao seu encerramento.

§ 1º A vigência poderá ser alterada mediante termo aditivo, devidamente justificado, desde que não haja mudança do objeto e que o pedido seja formalizado antes do término do prazo vigente.

§ 2º Os recursos não utilizados até o término da vigência serão devolvidos na forma da Cláusula Décima Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Termo poderá ser denunciado a qualquer tempo, mediante notificação prévia, e rescindido motivadamente nos casos de inadimplemento de qualquer de suas cláusulas, indisponibilidade de recursos, desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou na destinação do equipamento, ou atrasos não justificados na execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

A Administração Pública providenciará a publicação do extrato deste Termo no meio oficial de publicidade e no sítio eletrônico oficial do Município, condição de sua eficácia, na forma da Lei nº 13.019/2014.

CLÁUSULA VIGÉSIMA- DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, observadas . as disposições da Lei nº 13019/2024 e da regulamentação municipal aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Além Paraíba/MG para dirimir as questões oriundas deste Termo de Fomento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja observada a obrigatoriedade de prévia tentativa de solução administrativa.

E, por estarem justas e acordes, as partes assinam o presente Termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Além Paraíba, 14 de agosto de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal de Além Paraíba

ANDRÉ MARTINS BORGES
Museu de História e Ciências Naturais

Publicado por:
Silvia Maria Pessanha da Cruz
Código Identificador:855C20DF

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA
TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO Nº 36/2026
LEI Nº 4196 DE 10/06/2026

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA E O ASILO ANA CARNEIRO, PARA OS FINS NELE ESPECIFICADO.

MUNICÍPIO DE ALÉM PARAÍBA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 17.709.197/0001-35, com sede na Praça Coronel Breves, nº 151, São José, Além Paraíba/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN**, portador do CPF nº 010.177.097-93 e da Carteira de Identidade nº 88.86.156, PCMG, doravante denominado **CONCEDENTE**, e o **ASILO ANA CARNEIRO**, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrito sob CNPJ nº 20.456.125/0001-38, com sede na cidade de Além Paraíba, a Rua Eduardo Jordão, nº 391, Vila Caxias, representado neste ato pelo Sr**. ROGÉRIO TEIXEIRA CHAVES** portador do CPF nº 700.880.396-68 e Carteira de Identidade nº M-5.596.641 SSPMG, denominado **CONVENENTE**, resolvem celebrar o presente termo, com fundamento na Lei nº 13.019/2024, mediante afastamento do chamamento público devidamente justificado nos autos, na forma dos arts. 30 e 31 da referida Lei, observadas as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto o repasse de recursos financeiros do para a reforma parcial da rede elétrica da instituição, conforme as especificações, as metas e o cronograma constantes do Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública.

Parágrafo único. O Plano de Trabalho aprovado integra este Termo de Fomento, independentemente de transcrição, e vincula as partes em todos os seus termos, metas, etapas, cronogramas e itens de despesa.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CELEBRAÇÃO, DOS PARECERES PRÉVIOS E DA CONDIÇÃO DE EFICÁCIA

A celebração deste Termo de Fomento somente se aperfeiçoa após a manifestação favorável da Administração Pública, formalizada por meio de parecer de órgão técnico e de parecer jurídico, nos termos do art.35, incisos V e VI, da Lei nº 13.019/2014, que atestam, respectivamente, o mérito da proposta e a regularidade jurídica da parceria.

§ 1º A eficácia deste Termo de Fomento fica condicionada à publicação de seu extrato no meio oficial de publicidade da Administração Pública na forma da Cláusula Décima Nona.

§ 2º A ausência de qualquer dos pareceres exigidos no caput impede a celebração e a execução da parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Compete à Administração Pública

a) aprovar o Plano de Trabalho apresentado pela OSC e suas eventuais alterações;

b) repassar à OSC o valor de até R$ 30.000,00(Trinta mil reais) observados o cronograma de desembolso e a disponibilidade financeira;

c) designar o gestor da parceria e a comissão de monitoramento e avaliação, na forma da Cláusula Décima Primeira;

d) monitorar e avaliar a execução do objeto, emitindo o relatório técnico de monitoramento e avaliação e o parecer técnico conclusivo da prestação de contas;

e) prestar à OSC as orientações necessárias ao fiel cumprimento do objeto e analisar tempestivamente as solicitações formuladas;

f) assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralização, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA OSC

Compete à OSC:

a) executar o objeto em conformidade com o Plano de Trabalho, responsabilizando-se, com exclusividade, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, nos termos do art. 44 da Lei nº 13,019/2014;

b) aplicar os recursos exclusivamente na execução do objeto, vedado o desvio de finalidade;

c) manter e movimentar os recursos na conta corrente específica isenta de tarifa bancária, na forma da Cláusula Sétima;

d) efetuar os pagamentos por meio eletrônico rastreável, na forma da Cláusula Oitava;

e) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução, sem responsabilidade solidária da Administração Pública;

f) permitir o livre acesso dos agentes da Administração Pública, do controle interno e do Tribunal de Contas aos processos, documentos, informações e locais de execução do objeto;

g) manter a escrituração contábil regularizada e conservar os comprovantes de despesa pelo prazo legal;

h)dar publicidade e transparência à parceria, na forma da Cláusula Décima Segunda;

i) prestar contas na forma e no prazo da Cláusula Décima Terceira;

j) devolver aos cofres públicos os recursos não aplicados, os saldos remanescentes e os rendimentos das aplicações financeiras, na forma da Cláusula Décima Quarta.

CLÁUSULA QUINTA - DAS VEDAÇÕES E DAS DESPESAS ELEGÍVEIS

É vedado à OSC utilizar os recursos da parceria para:

a) pagamento de tarifas bancárias, juros e multas de qualquer natureza, ressalvados os juros e a correção monetária das aplicações financeiras dos recursos da parceria;

b) pagamento de despesas realizadas em data anterior à vigência da parceria, ressalvadas a folha de pagamento, os encargos sociais e as faturas de água, luz e telefone correspondentes ao mês da celebração;
c) finalidade alheia ao objeto ou em desacordo com o Plano de Trabalho;
d)aquisição de bebidas alcoólicas, cigarros e itens congêneres.

Parágrafo único. São elegíveis as despesas vinculadas ao objeto e realizadas dentro da vigência da parceria, ainda que anteriores ao efetivo recebimento do repasse, desde que demonstrado o nexo da casualidade com o objeto e observado o Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a execução do objeto, a Administração Pública repassará o valor de até **R$ 30.000,00** (trinta mil reais), oriundo de recursos de investimento repassados pelo Tesouro Municipal , correndo a despesa por conta da dotação 2.01.00.04.422.030.2.0127.3.3.50.41. que será dividido em 04 (quatro) parcelas de R$ 7.500,00(sete mil e quinhentos reais).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA MOVIMENTAÇÃO E DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS

Os recursos recebidos em decorrência desta parceria serão depositados e movimentados em conta corrente específica desta parceria,, isenta de tarifa bancária, mantida em instituição financeira pública, nos termos do art. 51 da Lei nº 13.019/2014, sendo vedada a movimentação dos recursos por qualquer outro meio.

§ 1º A abertura, a manutenção e a regularidade operacional da conta são de responsabilidade exclusiva da OSC, a quem incumbe adotar as providências necessárias junto à instituição financeira, inclusive para o reconhecimento da isenção tarifária prevista em Lei.

§ 2º A Administração Pública poderá indicar a instituição financeira pública; não havendo indicação, a OSC providenciará a abertura da conta em instituição financeira pública que atenda aos requisitos deste Termo ,comunicando previamente os respectivos dados à Administração, sem que daí decorra transferência à Administração de responsabilidade pela regularidade da conta.

§ 3º Comprovada a impossibilidade de obtenção de conta isenta de tarifa em instituição financeira pública, as partes, mediante justificativa formal nos autos, definirão de comum acordo a instituição financeira a ser utilizada, preservada a não oneração dos recursos da parceria com o pagamento de tarifas.

§ 4º Enquanto não empregados na sua finalidade, os recursos serão obrigatoriamente aplicados no mercado financeiro, em caderneta de poupança quando a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública quando o prazo previsto para sua utilização for inferior a um mês.

§ 5º Os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos, na forma do parágrafo único do art.51 da Lei nº 13.019/2024.

§ 6º A ausência de aplicação financeira dos recursos ociosos, na forma do § 4º, sujeita a OSC à restituição ao erário do valor correspondente ao rendimento que deixou de ser auferido, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) acumulada desde a data em que a aplicação deveria ter sido realizada até a efetiva restituição.

§ 7º A movimentação dos recursos fora da conta específica, o pagamento de tarifas bancárias com recursos da parceria e a não aplicação financeira dos valores ociosos constituem irregularidades passíveis de glosa e de restituição ao erário, sem prejuízo das sanções previstas na Cláusula Décima Quinta.

CLÁUSULA OITAVA - DA RASTREABILIDADE DOS PAGAMENTOS

Os pagamentos realizados com recursos da parceria serão efetuados exclusivamente por meio de transferência eletrônica sujeita a identificação do beneficiário final, mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço, de modo a assegurar a rastreabilidade das despesas.

Parágrafo único. Excepcionalmente, mediante justificativa expressa na prestação de contas, admitir-se-á o pagamento por outro meio, quando comprovadamente inviável a transferência eletrônica, preservada a identificação do destinatário e a comprovação do nexo entre a despesa e o objeto.

CLÁUSULA NONA – DA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E DOS BENS REMANESCENTES

Os recursos da parceria poderão custear a aquisição de material permanente e de equipamentos, desde que expressamente previstos e justificados no Plano de Trabalho e necessários à consecução do objeto, na forma admitida pela Lei nº 13.019/2014.

§1° Os bens de natureza permanente adquiridos com recursos da parceria, necessários à consecução do objeto mas que a ele não se incorporam, constituem bens remanescentes, cuja titularidade, na data da conclusão ou extinção da parceria, será do Município de Além Paraíba, nos termos do art. 42, inciso X, da Lei nº 13.019/2014 .

§**2°** A critério da Administração e mediante justificativa de interesse social, a titularidade dos bens remanescentes poderá ser destinada `OSC ou a terceiros beneficiários da política pública, quando demonstrada sua utilidade para a continuidade de ações de interesse social.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS METAS

Constituem metas a serem atingidas pela OSC, na forma do Plano de Trabalho, a ILPI desempenha um papel essencial na proteção social, acolhendo pessoas idosas da instituição.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO, DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

A execução da parceria será acompanhada por gestor formalmente designado pela Administração Pública e avaliada por comissão de monitoramento e avaliação, aos quais compete verificar o cumprimento das metas e a regular aplicação dos recursos, nos termos dos arts.58 a 61 da Lei nº 13.019/2014

Parágrafo único. A Administração Publica emitirá relatório de monitoramento e avaliação da parceria, que subsidiará a análise da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA TRANSPARÊNCIA E DA PUBLICIDADE

As partes darão ampla transparência à parceria, divulgando em seus sítios eletrônicos oficiais as informações previstas no art.11 da Lei n] 13.019/2014, entre elas a descrição do objeto, os valores, o cronograma e a situação da prestação de contas.

§ 1º Toda divulgação do evento fará constar a participação da Prefeitura Municipal de Além Paraíba , vedada qualquer promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º A divulgação do custeio e da execução do objeto poderá ser realizada nas redes sociais da instituição, observados os limites legais de informação e publicidade, notadamente o princípio da impessoalidade previsto no art. 37, § 1º, da Constituição Federal, a Lei nº 12.527/2011 e a Lei nº 13.709/2018, vedada a divulgação de dados pessoais protegidos e de conteúdo de natureza político-partidária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A OSC apresentará a prestação de contas final no prazo de até 30 (trinta) dias contados do término da vigência, com o detalhamento do cumprimento do objeto e da correta aplicação dos recursos.

A prestação de contas conterá, no mínimo:

I. relatório de execução do objeto, com a demonstração do alcance das metas;

II. formulário de prestação de contas, contendo balancete financeiro e relação de pagamentos;

III. extrato da conta corrente específica, com a movimentação desde o recebimento dos recursos até o último pagamento, e os demonstrativos das aplicações financeiras.

IV. comprovantes de despesa em primeira via ou cópia autenticada, observadas as exigências fiscais aplicáveis.

§ 1º A prestação de contas será apresentada por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), com assinatura eletrônica, devendo a OSC providenciar previamente o seu credenciamento como usuária externa, observadas as orientações disponibilizadas no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Além Paraíba. A adoção do meio eletrônico assegura a autenticidade, a integridade e a rastreabilidade dos documentos, na forma da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e da Lei nº 14.063/2020.

§ 2º Comprovada a indisponibilidade técnica do sistema, a prestação de contas poderá ser apresentada por outro meio idôneo, preservada a comprovação da autoria e da data de envio.

§ 3º A análise da prestação de contas será concluída com a emissão de parecer técnico conclusivo pelo gestor da parceria, submetido à decisão da autoridade competente, que aprovará as contas, aprovará

com ressalvas ou as rejeitará, na forma da Lei 13.019/2014 e da regulamentação municipal aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA DEVOLUÇÃO DE RECURSOS

Ao término ou na extinção do Convênio, a OSC devolverá aos cofres públicos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, os recursos não aplicados e os saldos remanescentes, inclusive os provenientes das receitas das aplicações financeiras, na forma do art. 52 da Lei nº 13.019/2014.

§ 1º Serão igualmente restituídos os recursos aplicados em desacordo com o objeto ou com as vedações deste Termo, bem como o rendimento não auferido em razão da ausência de aplicação financeira, na forma do § 6º da Cláusula Sétima.

§ 2º Os valores a serem restituídos serão atualizados pela taxa SELIC acumulada desde a data do repasse ou do fato gerador da restituição até a data da efetiva devolução, sem prejuízo das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES

Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com a Lei nº 13.019/2014, a Administração Pública poderá aplicar à OSC, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as sanções :

Advertência

Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parcerias com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos;

Declaração de idoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

Parágrafo único. A aplicação das sanções não afasta a obrigação de restituição dos recursos ao erário nem a responsabilização civil e penal cabível.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA INTEGRIDADE E DA PROTEÇÃO DE DADOS

As partes obrigam-se a atuar em conformidade com a legislação anticorrupção, em especial a Lei nº 12.846/2013, abstendo-se de qualquer prática lesiva à Administração Pública, e declaram a inexistência de vedações e impedimentos à celebração da parceria, na forma do art.39 da Lei nº 13.019/2014.

Parágrafo único. No tratamento de dados pessoais eventualmente necessário à execução do objeto, inclusive dados de saúde, as partes observarão a Lei nº 13.709/2018, limitando o tratamento às finalidades da parceria e adotando medidas de segurança adequadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DA VIGÊNCIA

O presente termo de Fomento vigorará da data de sua assinatura, até 28 de fevereiro de 2027, período que compreende o repasse, a execução do objeto e os atos necessários ao seu encerramento.

§ 1º A vigência poderá ser alterada mediante termo aditivo, devidamente justificado, desde que não haja mudança do objeto e que o pedido seja formalizado antes do término do prazo vigente.

§ 2º Os recursos não utilizados até o término da vigência serão devolvidos na forma da Cláusula Décima Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Termo poderá ser denunciado a qualquer tempo, mediante notificação prévia, e rescindido motivadamente nos casos de inadimplemento de qualquer de suas cláusulas, indisponibilidade de recursos, desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou na destinação do equipamento, ou atrasos não justificados na execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

A Administração Pública providenciará a publicação do extrato deste Termo no meio oficial de publicidade e no sítio eletrônico oficial do Município, condição de sua eficácia, na forma da Lei nº 13.019/2014.

CLÁUSULA VIGÉSIMA- DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, observadas . as disposições da Lei nº 13019/2024 e da regulamentação municipal aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Além Paraíba/MG para dirimir as questões oriundas deste Termo de Fomento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja observada a obrigatoriedade de prévia tentativa de solução administrativa.

E, por estarem justas e acordes, as partes assinam o presente Termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Além Paraíba, 14 de agosto de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal de Além Paraíba

ROGÉRIO TEIXEIRA CHAVES
Asilo Ana Carneiro

Publicado por:
Silvia Maria Pessanha da Cruz
Código Identificador:5E232774

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE Nº 006/2026 - CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE Nº 006/2026

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2024

A PREFEITURA DE ALÉM PARAÍBA, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, CONVOCA os candidatos habilitados e aprovados no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2024, conforme relação constante no ANEXO I deste Edital, com vistas à nomeação e posse dos respectivos cargos, observadas as seguintes condições:

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS

Os candidatos relacionados no ANEXO I deste edital, após a presente convocação, deverão comparecer no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Além Paraíba, situada à Rua Dr Antônio Augusto Junqueira, nº 63, Porto Velho, Além Paraíba - MG, **entre os dias 13 a 19 de agosto de 2026, no horário compreendido das 12h às 17h, munidos da documentação, relacionados no ANEXO II deste edital.**

Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante do ANEXO II acarretará o não cumprimento da exigência do item **1**.

1.3 Os convocados que não atenderem ao presente chamado ou mesmo renuncie ao seu direito seja qual razão for, serão substituídos pelos concorrentes, obedecida a ordem de classificação, em conformidade com o EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO.

DOS EXAMES MÉDICOS

Somente poderá ser empossado em cargo público aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo. O exame médico avaliará a capacidade física e mental do candidato para exercer as atividades do cargo público que irá ocupar.

2.1.1 O exame será realizado por médico designado pela prefeitura municipal.

Eventuais candidatos portadores de necessidades especiais convocados neste edital, além de atender ao que determina o item 2, deverão apresentar laudo e/ou atestado médico identificando o tipo de deficiência ou disfunção devidamente atualizado **(prazo máximo de 30 dias).**

DOS ATOS DE NOMEAÇÃO

A publicação dos atos de nomeação se dará por decreto e/ou portaria, obedecendo a legislação vigente.

DA POSSE

Cumpridas as exigências constantes do item 3 deste Edital, o candidato deverá se apresentar em até 3(três) dias úteis na Prefeitura de Além Paraíba para ser empossado e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado.

Da data da posse, o candidato terá 01 dia útil para apresentar-se no seu local de trabalho, devendo o servidor iniciar suas atividades funcionais imediatamente a sua apresentação, que será atestada pelo secretário à qual ficará subordinado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA, 12 DE AGOSTO DE 2026.

RITA DE CÁSSIA FONSECA ROCHA
Secretária Municipal de Educação

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal de Além Paraíba

ANEXO I
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE N.º 006/2026
CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2024

RELAÇÃO DE CANDIDATOS

NUTRICIONISTA

Classificação	Nº Inscrição	Nome
4º	200250003103	Gustavo Moreira Esteves

PROFESSOR MUNICIPAL IV

Classificação	Nº Inscrição	Nome
111º	200250001827	Isabela Oliveira Tempera Ferreira

SUPERVISOR PEDAGÓGICO

Classificação	Nº Inscrição	Nome
3º	200250002127	Paulo Rogério de Souza Miguel

SECRETÁRIO ESCOLAR

Classificação	Nº Inscrição	Nome
11º	200250002198	Alexandre Faria Gomide
12º	200250000117	Nayara Felício Alves De Souza

ANEXO II
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE N.º 006/2026
CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2024

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

( ) – Certidão de Nascimento ou Casamento;
( ) – Certidão de Nascimento dos filhos, se os tiver;
( ) _ CPF dos dependentes ;
( ) – Cartão de Vacinação dos filhos menores de 14 anos;
( ) – Carteira de Identidade;
( ) – Título de Eleitor;
( ) – Cartão do PIS/PASEP;
( ) – Cartão do CPF;
( ) – Certificado de reservista, se do sexo masculino;
( ) – Duas fotos 3X4;
( ) – Atestado médico de sanidade física e mental, que comprove real capacidade para o exercício do cargo a que se candidata expedido pelos médicos e psicólogos responsáveis pelo atendimento aos funcionários da PMAP (Marcar a avaliação de sanidade física no RH);
( ) – Cópia e original dos documentos que comprovem a escolaridade e experiência exigidas para o cargo, conforme discriminado no Edital;
( ) – Atestado de bons antecedentes;
( ) – Atestado de que está em dia com as obrigações eleitorais, expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias;
( ) – Exames de Hemograma completo, Glicemia de jejum, Colesterol total e frações, Triglicerídeos, Ácido úrico, Creatinina, TSH e ITL, Anti HVA IgG e IgM, Parasitológico de Fezes e Urina rotina, Tipo sanguíneo e Fator RH;
( ) – Comprovante de Residência, constando todos os dados (rua, nº, bairro, cidade, estado, telefone);
( ) _ Cópia da Carteira de Trabalho (folha com foto e folha com os dados);
( ) _ CNIS (tempo de contribuição junto ao INSS);

Publicado por:
Gleydmar Percegoni Thurler Mendonça
Código Identificador:CFBCE0A4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ALVORADA DE MINAS

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 68/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 68/2026

Processo Licitatório nº 0079/2026, Dispensa Eletrônica nº 014/2026. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS E A EMPRESA 46.327.420 DANIEL DOS SANTOS LIMA. Objeto: AQUISIÇÃO DE CORDÕES DE IDENTIFICAÇÃO PADRÃO GIRASSOL E CRACHÁS INSTITUCIONAIS, DESTINADOS À IDENTIFICAÇÃO DE USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA OCULTA, COM VISTAS À PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO SOCIAL E ADEQUADA IDENTIFICAÇÃO PARA ATENDIMENTO PRIORITÁRIO NOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 1.800,00 (UM MIL E OITOCENTOS REAIS). Assinatura: 17/08/2026. Vigência 17/08/2026 até 16/08/2027.

DANILIO CLESSIO FERREIRA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Eliete Kenia Dos Reis
Código Identificador:A7B4875B

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Processo Licitatório 0063/2026, Pregão Eletrônico n. º 0023/2026, Contrato Administrativo nº 0062/2026. Partes Município de Alvorada de Minas e STRADA VEICULOS E PEÇAS LTDA. fica acrescido ao valor do contrato a importância de R$ 98.400,00 (noventa e oito mil e quatrocentos reais). Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEICULOS AUTOMOTORES 0 KM DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ALVORADA DE MINAS.

Alvorada de Minas, 12 de agosto de 2026.

DANILIO CLESSIO FERREIRA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ângela Aparecida Mota
Código Identificador:7FBAC95E

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 136/2026

PORTARIA Nº 136/2026

Designa Gestor e Fiscal de Contratos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALVORADA DE MINAS/MG, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal Nº 09/2024;

CONSIDERANDO a necessidade de indicação de Gestor de Contrato, nos termos do Decreto Municipal supramencionado;

CONSIDERANDO a indicação de Servidor, no Estudo Técnico Preliminar do Processo Licitatório 79/2026, Dispensa Eletrônica 14/2026, para atuar como fiscal do contrato bem como de seu substituto.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados os Servidores abaixo identificados como Gestor e Fiscal do contrato abaixo discriminado:
Gestor do Contrato: Allyson Isaias Silva Simões MATRÍCULA Nº 3247
Cargo/Função: Secretário Municipal de Desenvolvimento Social

Fiscal do Contrato: Cledisson Aparecido Vieira MATRÍCULA Nº 3297
Cargo/Função: Chefe de Departamento de Programas e Projetos Assistenciais

DADOS DA CONTRATAÇÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 068/2026.
Contratada: 46.327.420 DANIEL DOS SANTOS LIMA.
Valor total do Contrato: R$1.800,00 (mil e oitocentos reais).
Objeto: AQUISIÇÃO DE CORDÕES DE IDENTIFICAÇÃO PADRÃO GIRASSOL E CRACHÁS INSTITUCIONAIS, DESTINADOS À IDENTIFICAÇÃO DE USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA OCULTA, COM VISTAS À PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO SOCIAL E ADEQUADA IDENTIFICAÇÃO PARA ATENDIMENTO PRIORITÁRIO NOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.
Vigência: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do presente instrumento.
Art. 2º - Em caso de afastamento ou impedimento, serão designados substitutos para as funções, que assumirão, durante o período da substituição, as mesmas responsabilidades e competências dos titulares.

Art. 3º - O Gestor dos Contratos, ora designado, deverá exercer todas as funções estabelecidas no art. 10 do Decreto Municipal nº 09/2024, promovendo o acompanhamento das ações relacionadas aos fiscais técnico e administrativo.

Art. 4º - O Fiscal dos Contratos, ora designado, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 09/2024, caberá, ainda, no que for compatível com os contratos em execução:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
IV – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
V – Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
VI – Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VII – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;
VIII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
IX – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
X – Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
XI – Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XII – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.

Art. 5º - Aos Servidores nomeados, deverá ser entregue pelo Setor de Compras, imediatamente após a ciência de sua designação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.
Parágrafo único. O Fiscal poderá requerer, além da documentação referida no caput, outros documentos que entender como necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 6º - Os documentos mencionados no art. 5º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital.

Art. 7º - Fica garantido ao Gestor e ao Fiscal, amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao contrato sob sua fiscalização.

Art. 8º - Determino ao Departamento de Recursos Humanos que notifique os Servidores ora nomeados para que compareçam perante o Departamento no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da publicação do presente para ciência expressa da sua nomeação.

Art. 9° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura e será publicada no DOM.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alvorada de Minas/MG, 17 de agosto de 2026.

DANILIO CLESSIO FERREIRA
Prefeito Municipal

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS.

Declaro-me ciente* da nomeação e das funções que são inerentes em razão da função.

Nome: Allyson Isaias Silva Simões
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
GESTOR DE CONTRATO

Nome: Cledisson Aparecido Vieira
CHEFE DE DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS ASSISTENCIAIS
FISCAL DE CONTRATO

ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ALVORADA DE MINAS/MG – 1997
Art. 131- Título III Do Regime Disciplinar- Capítulo I - Dos Deveres
IV - Cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

Publicado por:
Eliete Kenia Dos Reis
Código Identificador:7F7795C1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARAÇUAÍ

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

TERMO DE RATIFICAÇÃO

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de **CREDENCIAMENTO** nº **000004/2026**, Processo Administrativo nº **000046/2026**, após análise, conferência e deliberação, resolve RATIFICAR o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA EM ATENDIMENTO ÀS PRÁTICAS ARTÍSTICAS E CULTURAIS; (ORIGEM: PRT MS/GM 2681/2013, ART. 6º, V) POR MEIO DA ACADEMIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, EM ATENDIMENTO AS DEMANDAS DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARAÇUAÍ/MG.

RESUMO
WALKIRIA CHAVES BRASIL no **item 1** no valor total de **R$ 49.500,00** (quarenta e nove mil quinhentos reais)

DETALHES
ISRAEL FRANCISCO ORNELAS DA SILVA na condição de **Autoridade Competente** Ratificou o(s) lote(s) em favor de:

WALKIRIA CHAVES BRASIL no **item 1** *(Item 1: PROFESSOR DE BALÉ: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS PARA MINISTRAR AULAS DE BALÉ CLÁSSICO, INCLUI AULAS PROFESSOR DE BALÉ: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS PARA MINISTRAR AULAS DE BALÉ CLÁSSICO, INCLUI na quantidade de 300,0000 com o valor unitário de R$ 165,0000 totalizando R$ 49.500,00)* no valor total de **R$ 49.500,00** (quarenta e nove mil quinhentos reais)

Araçuaí-MG, 12 de agosto de 2026

ISRAEL FRANCISCO ORNELAS DA SILVA
Autoridade Competente

Publicado por:
Elizangela Gomes Neves Silva
Código Identificador:EDA1B1ED

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

TERMO DE RATIFICAÇÃO

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de **CREDENCIAMENTO** nº **000003/2026**, Processo Administrativo nº **000042/2026**, após análise, conferência e deliberação, resolve RATIFICAR o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS INTERESSADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, PINTOR, SERRALHEIRO, CARPINTEIRO, BOMBEIRO HIDRÁULICO, ELETRICISTA, GESSEIRO E CALCETEIRO, DESTINADOS À EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, REPAROS, REFORMAS E PEQUENAS CONSTRUÇÕES EM ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ARAÇUAÍ/MG.

RESUMO

GMX ENGENHARIA SOLAR LTDA no **item 10** no valor total de **R$ 43.000,00** (quarenta e três mil reais).

DETALHES

BARBARA NERY CASTRO na condição de **Autoridade Competente** Ratificou o(s) lote(s) em favor de:

GMX ENGENHARIA SOLAR LTDA no **item 10** *(Item 10: Eletricista com ajudante de obras DIÁRI Eletricista com ajudante de obras na quantidade de 100,0000 com o valor unitário de R$ 430,0000 totalizando R$ 43.000,00)* no valor total de **R$ 43.000,00** (quarenta e três mil reais),

Araçuaí-MG, 14 de agosto de 2026

BARBARA NERY CASTRO
Autoridade Competente

Publicado por:
Elizangela Gomes Neves Silva
Código Identificador:B62FCD71

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARCOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA DE ARCOS- ADITIVO PL 517-2025

TERMO ADITIVO – ALTERAÇÃO QUANTITATIVA

PROCESSO Nº 517/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 083/2025
ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2025

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 207/20205, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICIPIO DE ARCOS/MG, E A EMPRESA COSTA SINALIZAÇÃO VIÁRIA E SERVIÇOS LTDA.

Aos dias vinte e um do mês de maio do ano de 2026, na Prefeitura Municipal de Arcos, CNPJ 18.306.662/0001-50, situada na rua Getúlio Vargas, 228, centro, Arcos/MG, cep: 35588-00, representado por Welington Roque, brasileiro a seguir denominado CONTRATANTE, e a empresa **COSTA SINALIZAÇÃO VIÁRIA E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ 40.223.214/0001-41, doravane deominada CONTRATADO, tendo em vista o que consta no Processo nº 517/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/21, demais legislações municipais aplicadas, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº207/2025 cujo objeto original é contratação **de empresa especializada para a execução de serviços de demarcação viária horizontal, compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e insumos necessários, em conformidade com as normas técnicas do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito e demais legislações aplicáveis, visando atender às necessidades do Município de Arcos-MG**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
O objeto do presente instrumento é:
ACRESCENTAR 25*% do valor inicial atualizado do contrato, a partir da data de assinatura deste instrumento, equivalente a R$52.500,00 (cinquenta e dois mil, quinhentos reais), nos moldes do art. 125, da Lei n.º 14.133/21;*
ALTERAR a Cláusula III – Preço, em função do *acréscimo.*
O valor da contratação que era de **R$ 210.000,00** (duzentos e dez mil reais), *passa a ser de R$ 262.500,00 (duzentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais)*

CLÁUSULA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
Serv. Pes. J. 02.08.15.451.9019.2.328.000.3.3.90.39 (308)
CLÁUSULA TERCEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO
Não haverá garantias adicionais.

CLÁUSULA QUARTA – RATIFICAÇÃO
Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – PUBLICAÇÃO
Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Municipio, de acordo com o prescrito no artigo 54, parágrafo único, da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo aditivo foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado.

Arcos, 21 de maio de 2026.

WELIGTON ROQUE-
Prefeito
Representante Legal da Contratante

COSTA SINALIZAÇÃO VIÁRIA E SERVIÇOS LTDA
Representante Legal da Contratada

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:787B7E27

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA DE ARCOS- ADITIVO PRORROGAÇÃO DE ATA 182-2025 PL 209-2025

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 209/2025
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2025
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 198/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 182/2025

O Município de Arcos, com sede na rua Getúlio Vargas, 228, centro, na cidade de Arcos/MG, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.306.662/000-50, neste ato representado pelo(prefeito, WELLINGTON F. ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE, e a empresa JOSÉ CARLOS DE CASTRO 18384340625 - CNPJ: 34.149.670/0001-96 sedia na RUA JOÃO PEDRO TEIXEIRA,83, , JARDIM BELA VISTA - ARCOS/MG CEP: 35588-000 , considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, processo licitatório n.º 209/2025, RESOLVE prorrogar a vigência da atá de registro de preços e seu saldo remanescente, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 O presente ADITIVO de Ata tem por objeto a Contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação de serviços de transportes com fornecimento de veículos e equipamentos, com condutor, com fornecimento de combustível, incluindo manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, seguro e rastreador veicular, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação pregão nº 56/2025 que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DA PRORROGAÇÃO

2.1.Fica prorrogada até 03 de novembro de 2027 a vigência da Ata de Registro de Preços ora aditada e seu saldo remanescente.

3 - **DA RATIFICAÇÃO**
3.1. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

4. CONDIÇÕES GERAIS

4.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e edital, .

4.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Aditivo de Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Arcos, 18 de agosto de 2026.

Assinaturas

_____
WELLINGTON ROQUE
PREFEITO MUNICIPAL DE ARCOS

_____
JOSÉ CARLOS DE CASTRO 18384340625 - CNPJ: 34.149.670/0001-96

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:6CD2BD2B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA DE ARCOS- ADITIVO PRORROGAÇÃO DE ATA 184-2025 PL 209-2025

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 209/2025
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2025
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 198/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 184/2025

O Município de Arcos, com sede na rua Getúlio Vargas, 228, centro, na cidade de Arcos/MG, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.306.662/000-50, neste ato representado pelo(prefeito, WELLINGTON F. ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE, e a empresa ADLG TRANSPORTES LTDA - CNPJ: 19.309.191/0001-04 sedia na Rua Gameleira ,362, Gameleira - ARCOS/MG CEP: 35588-000, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, processo licitatório n.º 209/2025, RESOLVE prorrogar a vigencia da atá de registro de preços e seu saldo remanescente, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 O presente ADITIVO de Ata tem por objeto a Contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação de serviços de transportes com fornecimento de veículos e equipamentos, com condutor, com fornecimento de combustível, incluindo manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, seguro e rastreador veicular, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação pregão nº 56/2025 que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DA PRORROGAÇÃO

2.1.Fica prorrogada até 03 de novembro de 2027 a vigência da Ata de Registro de Preços ora aditada e seu saldo inicial.

3 - **DA RATIFICAÇÃO**
3.1. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

4. CONDIÇÕES GERAIS

4.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e edital, .

4.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Aditivo de Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Arcos, 18 de agosto de 2026.

Assinaturas

_____
WELLINGTON ROQUE
PREFEITO MUNICIPAL DE ARCOS

_____
ADLG TRANSPORTES LTDA -
CNPJ: 19.309.191/0001-04

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:0A079B18

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA DE ARCOS- ADITIVO PRORROGAÇÃO DE ATA 190-2025 PL 209-2025

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 209/2025
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2025
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 198/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 190/2025

O Município de Arcos, com sede na rua Getúlio Vargas, 228, centro, na cidade de Arcos/MG, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.306.662/000-50, neste ato representado pelo(prefeito, WELLINGTON F. ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE, e a empresa WESLEY FERNANDO LUCAS 06071450640 - CNPJ: 34.192.085/0001-79 sedia na Travessa Um,80, , Verdes Sonhos III - ARCOS/MG CEP: 35588-000, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, processo licitatório n.º 209/2025, RESOLVE prorrogar a vigência da atá de registro de preços e seu saldo remanescente, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 O presente ADITIVO de Ata tem por objeto a Contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação de serviços de transportes com fornecimento de veículos e equipamentos, com condutor, com fornecimento de combustível, incluindo manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, seguro e rastreador veicular, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação pregão nº 56/2025 que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DA PRORROGAÇÃO

2.1.Fica prorrogada até 03 de novembro de 2027 a vigência da Ata de Registro de Preços ora aditada e seu saldo remanescente.

3 - **DA RATIFICAÇÃO**
3.1. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

4. CONDIÇÕES GERAIS

4.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e edital, .

4.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Aditivo de Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Arcos, 18 de agosto de 2026.

Assinaturas

_____
WELLINGTON ROQUE
PREFEITO MUNICIPAL DE ARCOS

_____
WESLEY FERNANDO LUCAS 06071450640 -
CNPJ: 34.192.085/0001-79

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:009A34E6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA DE ARCOS- ADITIVO PRORROGAÇÃO DE ATA 192-2025 PL 209-2025

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 209/2025
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2025
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 198/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 192/2025

O Município de Arcos, com sede na rua Getúlio Vargas, 228, centro, na cidade de Arcos/MG, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.306.662/000-50, neste ato representado pelo(prefeito, WELLINGTON F. ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE, e a empresa EDMAR GERALDO DA CRUZ 77799666668 - CNPJ: 40.087.107/0001-33 sedia na RUA MANOEL NUNES COELHO,94, , MACEDOS - ARCOS MG/MG CEP: 35588-000 , representada porCPF:
considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, processo licitatório n.º 209/2025, RESOLVE prorrogar a vigencia da atá de registro de preços e seu saldo remanescente, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 O presente ADITIVO de Ata tem por objeto a Contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação de serviços de transportes com fornecimento de veículos e equipamentos, com condutor, com fornecimento de combustível, incluindo manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, seguro e rastreador veicular, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação pregão nº 56/2025 que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DA PRORROGAÇÃO

2.1.Fica prorrogada até 03 de novembro de 2027 a vigência da Ata de Registro de Preços ora aditada e seu saldo remanescente.

3 - **DA RATIFICAÇÃO**
3.1. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

4. CONDIÇÕES GERAIS
4.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e edital, .

4.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Aditivo de Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Arcos, 07 de agosto de 2026.

Assinaturas

_____
WELLINGTON ROQUE
PREFEITO MUNICIPAL DE ARCOS

_____
EDMAR GERALDO DA CRUZ 77799666668 -
CNPJ: 40.087.107/0001-33

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:5F342840

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA DE ARCOS- ADITIVO PRORROGAÇÃO DE ATA 194-2025 PL 209-2025

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 209/2025
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2025
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 198/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 194/2025

O Município de Arcos, com sede na rua Getúlio Vargas, 228, centro, na cidade de Arcos/MG, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.306.662/000-50, neste ato representado pelo(prefeito, WELLINGTON F. ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE, e a empresa BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA 11406579688 - CNPJ: 21.620.991/0001-85 sedia na R DEMERVAL VIEIRA SILVA,113, , JARDIM BELA VISTA - ARCOS/MG CEP: 35588-000 , considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, processo licitatório n.º 209/2025, RESOLVE prorrogar a vigencia da atá de registro de preços e seu saldo remanescente, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1 O presente ADITIVO de Ata tem por objeto a Contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação de serviços de transportes com fornecimento de veículos e equipamentos, com condutor, com fornecimento de combustível, incluindo manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, seguro e rastreador veicular, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação pregão nº 56/2025 que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DA PRORROGAÇÃO
2.1.Fica prorrogada até 03 de novembro de 2027 a vigência da Ata de Registro de Preços ora aditada e seu saldo remanescente.

3 - **DA RATIFICAÇÃO**
3.1. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

4. CONDIÇÕES GERAIS
4.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e edital, .
4.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Aditivo de Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Arcos, 18 de agosto de 2026.

Assinaturas

_____
WELLINGTON ROQUE
PREFEITO MUNICIPAL DE ARCOS

_____
BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA 11406579688 -
CNPJ: 21.620.991/0001-85

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:0B706AE7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA DE ARCOS- ADITIVO PRORROGAÇÃO DE ATA 196-2025 PL 209-2025

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 209/2025
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2025
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 198/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 196/2025

O Município de Arcos, com sede na rua Getúlio Vargas, 228, centro, na cidade de Arcos/MG, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.306.662/000-50, neste ato representado pelo(prefeito, WELLINGTON F. ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE, e a empresa 60089161 JUNIO CESAR SIMOES - CNPJ: 60.089.161/0001-25 sedia na RUA SÃO PAULO ,00, , SANTO ANTÔNIO - arcos/MG CEP: 35599-156 , considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, processo licitatório n.º 209/2025, RESOLVE prorrogar a vigência da atá de registro de preços e seu saldo remanescente, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 O presente ADITIVO de Ata tem por objeto a Contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação de serviços de transportes com fornecimento de veículos e equipamentos, com condutor, com fornecimento de combustível, incluindo manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, seguro e rastreador veicular, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação pregão nº 56/2025 que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DA PRORROGAÇÃO

2.1.Fica prorrogada até 03 de novembro de 2027 a vigência da Ata de Registro de Preços ora aditada e seu saldo inicial.

3 - **DA RATIFICAÇÃO**
3.1. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

4. CONDIÇÕES GERAIS

4.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e edital, .

4.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Aditivo de Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Arcos, 18 de agosto de 2026.

Assinaturas

_____
WELLINGTON ROQUE
PREFEITO MUNICIPAL DE ARCOS

_____
60089161 JUNIO CESAR SIMOES -
CNPJ: 60.089.161/0001-25

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:E0A4B929

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA DE ARCOS- ADITIVO PRORROGAÇÃO DE ATA 244-2025 PL 209-2025

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 209/2025
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2025
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 198/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 244/2025

O Município de Arcos, com sede na rua Getúlio Vargas, 228, centro, na cidade de Arcos/MG, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.306.662/000-50, neste ato representado pelo(prefeito, WELLINGTON F. ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE, e a empresa RICHARD WEMERSON RIBEIRO 06597712684 - CNPJ: 37.466.961/0001-04 sedia na RUA ANTONIO ALVES,173, , OLARIA - ARCOS/MG CEP: 35588-000 , considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, processo licitatório n.º 209/2025, RESOLVE prorrogar a vigência da atá de registro de preços e seu saldo remanescente, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 O presente ADITIVO de Ata tem por objeto a Contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação de serviços de transportes com fornecimento de veículos e equipamentos, com condutor, com fornecimento de combustível, incluindo manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, seguro e rastreador veicular, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação pregão nº 56/2025 que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DA PRORROGAÇÃO
2.1.Fica prorrogada até 18 de novembro de 2027 a vigência da Ata de Registro de Preços ora aditada e seu saldo inicial.

3 - **DA RATIFICAÇÃO**
3.1. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

4. CONDIÇÕES GERAIS
4.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e edital, .
4.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Aditivo de Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Arcos, 18 de agosto de 2026.

Assinaturas

_____
WELLINGTON ROQUE
PREFEITO MUNICIPAL DE ARCOS

_____
RICHARD WEMERSON RIBEIRO 06597712684 -
CNPJ: 37.466.961/0001-04

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:323CB9BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2026 PROCURADOR MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 005/2026
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2026
PROCURADOR MUNICIPAL

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARCOS/MG, torna
público a convocação dos candidatos aprovados pelo Processo Seletivo Simplificado nº 005/2026.

- PROCURADOR MUNICIPAL:

Candidato (a)	Classificação
Jorge Gominho Novaes Filho	7ª

II - DA CONVOCAÇÃO

- A convocação dos aprovados será publicada no site www.arcos.mg.gov.br e uma cópia afixada na sede da Secretaria Municipal de Administração situada à Rua Getúlio Vargas, nº 228, Centro em Arcos/MG. O candidato deverá manifestar interesse na vaga no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contado da publicação da convocação. O não comparecimento do candidato, dentro do prazo estipulado na convocação, implicará em desistência e será preterido pelo(a) candidato(a) seguinte.

•
- Perderá a vaga oferecida o candidato que:

•
Não atender à convocação no prazo estabelecido neste Edital;

•
Não apresentar a documentação necessária para a contratação no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da aceitação da vaga;

•
Não comparecer na data designada para assinatura do contrato

Arcos/MG, 18 de agosto de 2026.

DR. WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:352F27B1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARGIRITA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITACAO PROCESSO 040-2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 040/202
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2026

O Município de Argirita torna público que pretende realizar dispensa de licitação fundamentada no art. 75. Inciso II da Lei Federal nº 14.133/21 para contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de persianas verticais em tecido, persianas tipo rolô em tela solar, cortinas em tecido blackout e toldo vertical em tela solar com manivela, destinados às unidades das secretarias municipais de administração, educação, assistência social e saúde do município de argirita/mg, conforme especificações, quantitativos e locais de instalação constantes neste termo de referência, via Dispensa de Licitação, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, os interessados em apresentar proposta de preços e/ou tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o edital completo no sítio eletrônico www.argirita.mg.gov.br/licitacoes ou pelo email licitacao@argirita.mg.gov.br. O recebimento das propostas de preço e documentos de habilitação ocorrerão do dia 19/08/2026 às 08h até o dia 25/08/2026 às 07h30min. As informações poderão ser obtidas

através do telefone: 0800 0310405 e no endereço eletrônico: licitacao@argirita.mg.gov.br .

Argirita,18 DE AGOSTO DE 2026

ELISANGELA FREITA DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Silvio Pedro do Carmo Junior
Código Identificador:31A64088

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARINOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS
EXTRATO DE CONTRATOS

Extrato dos contratos referente ao credenciamento nº 010/2026. Objeto: Prestação de serviços de mão de obra diversos. Contratante: Prefeitura Municipal de Arinos. Contratadas: Jair Gomes Brito, contrato 212, valor global R$ 48.000,48, Pedro Pereira Lisboa, contrato 213, valor global R$ 48.000,48, Edmundo Pereira dos Santos, contrato 214, valor global R$ 28.799,76, Higor Alves Batista, contrato 215, valor global R$ 30.000,96, Sidney Junior Barbosa Silva, valor global R$ 30.000,96, vigências: 12 meses..

Arinos 18 de agosto de 2026,

MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA-
Prefeito.

Publicado por:
Daniel Ribeiro Santana
Código Identificador:4BFAEE04

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS
EXTRATO TERMOS ADITIVOS

Extrato do primeiro termo aditivo ao contrato nº 162/2025, Inexigibilidade nº 040/2025, contratante: Prefeitura Municipal de Arinos. Contratada: Instituto Latino-Americano de Governança e Compliance Publico, doravante denominado IGCP, inscrita no CNPJ/MF sob n° 35.829.536/0001-07. Da vigência: prorrogar até 12 de agosto de 2027, a vigência do contrato inicial.

Arinos 18 de agosto de 2026,

MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA-
Prefeito.

Extrato do primeiro termo aditivo ao contrato nº 152/2025, Credenciamento nº 006/2025, contratante: Prefeitura Municipal de Arinos. Contratada: M & S Produções e Eventos Ltda**,** inscrita no CNPJ sob o nº 61.146.980/0001-20. Da vigência: prorrogar até 12 de agosto de 2027, a vigência do contrato inicial.

Arinos 18 de agosto de 2026,

MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA-
Prefeito.

Publicado por:
Daniel Ribeiro Santana
Código Identificador:1AFE2A11

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BARÃO DO MONTE ALTO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 005/2026

Prefeitura Municipal de Barão do Monte Alto-MG torna público Edital de Pregão Eletrônico 005/2026 – Registro de preços para eventual contratação de empresa para aquisição de cestas básicas, a serem distribuidas para as famílias carentes do Município de Barão do Monte Alto, pela Secretaria de Assistência social. Abertura dia 03/09/2026, às 13:00 horas na plataforma de compras públicas BNC - Bolsa Nacional de Compras. Edital disponível na sede da instituição e no site do município a partir do dia 19/08/2026. Informações 08001321308, e-mail: licitabarao@yahoo.com.br - e site www.baraodomontealto.mg.gov.br –

SELMAR LUIS DO VALLE –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Marco José Campos de Paula
Código Identificador:EB306E53

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

Prefeitura Municipal de Barão do Monte Alto-MG torna público Edital de Pregão Eletrônico 004/2026 – Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de guincho/reboque para atender a frota do Município de Barão do Monte Alto-MG. Abertura dia 03/09/2026, às 09:00 horas na plataforma de compras públicas BNC - Bolsa Nacional de Compras. Edital disponível na sede da instituição e no site do município a partir do dia 19/08/2026. Informações 08001321308, e-mail: licitabarao@yahoo.com.br - e site www.baraodomontealto.mg.gov.br –

SELMAR LUIS DO VALLE –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Marco José Campos de Paula
Código Identificador:A029EA99

COMUNUCAÇÃO INSTITUCIONAL
PORTARIA Nº 004, DE 14 DE JANEIRO DE 2026 "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL PARA RESPONDER CUMULATIVAMENTE POR OUTRA PASTA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PORTARIA Nº 004, DE 14 DE JANEIRO DE 2026

"Dispõe sobre a nomeação de Secretário Municipal para responder cumulativamente por outra pasta da Administração Pública Municipal e dá outras providências."

O Excelentissimo Senhor ***SELMAR LUIS DO VALLE,*** *Prefeito Municipal de Barão do Monte Alto, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e:*

Considerando *a necessidade de continuidade dos serviços públicos e a vacância/necessidade de gestão técnica na pasta financeira do município;*
Considerando *o previsto nos artigos 18, 24 e 29, e 30, inciso I, todos da Constituição da República;*
Considerando *o inciso IV, do artigo 5°; 53, caput, e, incisos IX e XXIV do art. 54 da Lei Orgânica do Municipio;*
Considerando *o Plano de Cargos e Salários e o Estatuto dos Servidores Públicos;*
Considerando *o disposto no inciso III, do art. 4º da Lei Complementar Municipal n.° 05, de 2022; o inciso II, do art. 22 da Lei Complementar Municipal n.° 04 de 2021; e, o inciso III, do art. 2º da Lei Municipal n.º 1.015, de 2024;*
Considerando *a necessidade de continuidade das ações administrativas e a relevância das atividades da pasta de Esportes;*
Considerando *que a servidora a ser nomeada já ocupa cargo público e optará pela remuneração do cargo de origem, não gerando custos adicionais à municipalidade;*
Considerando *os princípios da eficiência, economicidade e supremacia do interesse público que regem a Administração Pública;*

RESOLVE:

Art. 1º – NOMEAR o Sr. ***CARLOS EDUARDO NOVAES RODRIGUES*** *ocupante do cargo de Secretário Municipal de Administração, para responder CUMULATIVAMENTE pelo cargo de* ***SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA****, a partir desta data.*
Art. 2º – Em razão da cumulatividade estabelecida no artigo anterior, o servidor optará pelo subsídio de apenas um dos cargos, sendo vedada, em qualquer hipótese, a percepção de remuneração cumulativa ou o recebimento de dois subsídios, em observância ao Art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal.
Art. 3º – O servidor ora nomeado exercerá todas as competências e atribuições inerentes à Secretaria Municipal de Fazenda, possuindo plenos poderes de gestão, ordenação de despesas e representação da referida pasta.
Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação
Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE.

Do Gabinete do Prefeito, Edificio "Prefeito Eliezer Olivier de Paula", Barão do Monte Alto/MG, em 14 de Janeiro de 2026.

SELMAR LUIS DO VALLE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvério Soares de Azevedo
Código Identificador:F4FECAA2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BARRA LONGA

COMISSAO DE LICITAÇAO
EXTRATO ATA R.P. - PROCESSO 86/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo: nº 086/2026
Pregão Eletrônico: nº 056/2026
SRP: 034/2026

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de gênero de açougue por demanda para atender as secretarias de educação, assistência social e habitação e cultura e turismo da Prefeitura Municipal de Barra Longa/MG.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Barra Longa, CNPJ 18.316.182/0001-70.

CONTRATADO:

ARROBA DA CARNE O ACOUGUE INTELIGENTE LTDA – CNPJ 63.600.270/0001-53;

JOSE AIRTON FIALHO - CNPJ 21.807.193/0001-67.

VALOR TOTAL R$ 169.283,20 (cento e sessenta e nove mil, duzentos e oitenta e três reais e vinte centavos)

Vigência: 18/08/2026 à 17/08/2027.

Barra Longa, 18 de agosto de 2026.

FELIPPE LUCAS SANTOS DE OLIVEIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Valdimara Mol Romano
Código Identificador:0C80A39B

COMISSAO DE LICITAÇAO
EXTRATO HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO 89/2026

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de Pregão nº 48/2026, Processo Administrativo nº 89/2026, após análise, conferência e deliberação, resolve HOMOLOGAR o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: FUTURA CONTRATAÇÃO DE ACORDO COM DEMANDAS, DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE BARRA LONGA/MG.

Fornecedores Homologado
DISTRIBUIDORA FXO LTDA – CNPJ 30.149.559/0001-49
R$ 97.800,00
JUSTINO DAVINO PERES EPP – CNPJ 05.588.878/0001-03 R$ 290.400,00
PERFIL SOLUCOES EMPRESARIAIS LTDA – CNPJ 39.685.763/0001-59 R$ 158.010,00
R2MG MIDIA GRAFICA LTDA – CNPJ 41.428.778/0001-83 R$ 6.000,00
TOTAL R$ 552.210,00

Barra Longa, 18 de agosto de 2026

FELIPPE LUCAS SANTOS DE OLIVEIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Valdimara Mol Romano
Código Identificador:301C6F88

COMISSAO DE LICITAÇAO
EXTRATO PUBLICAÇÃO - PROCESSO 96/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 96/2026

CONCORRÊNCIA Nº. 09/2026

A Prefeitura Municipal de Barra Longa/MG, CNPJ: 18.316.182/0001-70, representado pelo(a) Autoridade Competente, Sr(a). ELSON APARECIDO DE OLIVEIRA, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação da modalidade concorrência, Nº 09/2026, Processo Administrativo nº 96/2026, com amparo legal na Lei 14.133/2021, Art. 28, II, para futuras negociações, a ser realizado na Plataforma de Licitações Eletrônicas Licitar Digital - Plataforma De Compras.

Detalhes do Processo:

ID do processo: 110733

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PONTE EM ESTRUTURA MISTA DE CONCRETO ARMADO E AÇO EM ESTRADA VICINAL DE ACESSO A COMUNIDADE DO SÃO GONÇALO NO MUNICIPIO DE BARRA LONGA/MG

Data de Publicação: 18/08/2026 10:02:29

Data da disputa/Fim do envio de propostas: 01/09/2026 09:00:00

Critério de julgamento: Menor Preço

Modo de disputa: Aberto - Fechado

Valor total do processo: R$ 360.252,1000

Consulte o processo em: https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/110733

_____
ELSON APARECIDO DE OLIVEIRA - Autoridade Competente

Prefeitura Municipal de Barra Longa/MG, 18 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Valdimara Mol Romano
Código Identificador:D399A454

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BERIZAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE CREDENCIAMENTO 001/2026

O Pregoeiro do Município de Berizal – MG, designado pela Portaria Nº 023 de 02 de janeiro de 2025, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na modalidade **Credenciamento**, que tem por objeto: **Contratação de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de exames laboratoriais de análises clínicas, com coleta, processamento, análise e emissão de laudos, para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme de manda da Secretaria Municipal de Saúde de Berizal/MG**, nos termos das Leis Federal n.º 14.133/21, conforme especificações contidas no Edital e Termo de Referência. Data e hora do inicio do recebimento: **19/08/2026, às 08h00min** (Horário de Brasília),
Poderão ser obtidas maiores informações sobre este Edital, com o agente de Contratação e sua equipe de apoio, no setor de licitações e contratos na Prefeitura Municipal de Berizal, Rua Luiz Otávio Franco n° 18 – Centro, Berizal/MG, das 07h00 às 13:00 horas, ou através do e-mail: licitacaoberizal@gmail.com

Berizal/MG, 18 de agosto de 2026

WANDAYK TEIXEIRA DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Wandayk Teixeiras Dos Santos
Código Identificador:6B2071D8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BOA ESPERANÇA

LICITAÇÕES E PREGÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG.
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO DE EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO Nº LICI-22/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG. EXTRATO do Termo Aditivo Nº 03 Ao Contrato De Expectativa De Fornecimento Nº LICI-22/2025. PARTES: MUNICIPIO DE BOA ESPERANÇA e FLORETTI BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ 53.115.182/0001-02. OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a realização de alterações no contrato originário objetivando a continuidade da PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, INTERMEDIAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO VIA WEB ON-LINE REAL TIME, COM UTILIZAÇÃO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL, ELÉTRICO, HIDRÁULICO, FERRAMENTAS, UTENSÍLIOS E EPI'S EM ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, CONFORME TERMO REFERÊNCIA – ANEXO II, DO EDITAL DO PROCESSO ADERIDO, conforme segue: 1- Prorrogação do prazo de vigência do contrato originário, por mais 12 (doze) meses, contados de 15/07/2026 a 15/07/2027. 2- Renovação do valor estimado em R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). 3- Alteração do fiscal do contrato previsto no item 17.2 do Termo de Referência. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal 14.133/2021 e posteriores alterações. Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 04/2025, decorrente de adesão à Ata de Registro de Preços nº 061/2024, Pregão Eletrônico nº 06/2024, Processo n° 48/2024, realizado pela Prefeitura Municipal de Varzelândia/MG.

NIVALDO ANTÔNIO FERREIRA –
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Gustavo Figueiredo Miranda
Código Identificador:02E9799C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BOM JESUS DO AMPARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO AMPARO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2026
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026
O Prefeito Municipal, Wanderlei dos Santos Ribeiro, no uso de suas atribuições legais **ADJUDICA** (18/08/2026) e **HOMOLOGA** (18/08/2026) o Processo Licitatório nº 067/2026 – Pregão Eletrônico nº 031/2026, cujo objeto é o Registro de Preços para contratação de empresa de prestação de serviços de segurança não armada, incluindo todas despesas como: transporte, alimentação, hospedagem ou outros, se necessário; para atender os eventos da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Amparo/MG, com a empresa vencedora:

SAMPAIO SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ: 51.387.449/0001-95, estabelecida na Rua Desembargador Continentino, nº 467, bairro: Caiçaras, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.770-180, com o valor global de R$ 164.800,00 (cento e sessenta e quatro mil e oitocentos reais);
https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/108457
https://www.bomjesusdoamparo.mg.gov.br/detalhe-da-licitacao/info/pe-28-2026/1000096

Publicado por:
Rayelle Aparecida Silva
Código Identificador:6AFD3D47

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO AMPARO
EXTRATO DE RETIFICAÇÃO

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026

O Município de Bom Jesus do Amparo/MG, por intermédio de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, a **RETIFICAÇÃO da Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório nº 052/2026**, em razão da identificação de divergências entre os valores dos lotes e os respectivos valores de referência apurados pela Administração durante a fase de pesquisa de preços.
ATA DE REGISTRO DE PREÕS Nº 069/2026: SUPERCONSTRU BJA LTDA, CNPJ: 06.42.856/0001-50. Assinatura da Ata Retificada: 18/08/2026. Vigência: 12 (doze) meses a contar da assinatura. Valor global: R$ 5.606.603,08 (cinco milhões, seiscentos e seis mil, seiscentos e três reais e oito centavos).

https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/105056
https://www.bomjesusdoamparo.mg.gov.br/detalhe-da-licitacao/info/pe-23-2026/1000084

Publicado por:
Rayelle Aparecida Silva
Código Identificador:994917E7

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO AMPARO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 082/2025

PROCESSO LICITÁTORIO Nº 068/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2025

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO AMPARO. Contratada: **LOURIVAL FERREIRA DO NASCIMENTO**, inscrita no CNPJ: 06.229.590/0001-05. OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa especializada em prestação de serviços de engenharia para Perfuração de Poços Artesianos, fornecimento de

materiais, instalação e limpeza de poços artesianos. **OBJETO DO ADITIVO:** O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência da ata por mais 12 (doze) meses conforme estabelecido na cláusula sexta da Ata de Registro de Preços nº 082/2025, passando sua vigência ao período de 18/08/2026 a 17/08/2027. Data de assinatura: 17/08/2026.

WANDERLEI DOS SANTOS RIBEIRO –
Prefeito Municipal de Bom Jesus do Amparo/MG.

Publicado por:
Maria Gleicilene Perdigao
Código Identificador:64E1963F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS
AVISO DE RETIFICAÇÃO - DISPENSA 060/2026

Extrato de Autorização. PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 060/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO 060/2026. Publicado no jornal "Diário Oficial dos Municípios Mineiros" do dia 13 de agosto de 2026, pág 64, Ano XVII, N° 4338.
Onde se lê: pelo preço de: **R$17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais)**.
Leia-se: pelo preço de: **R$21.000,00 (dezessete mil e quinhentos reais)**.
Informações Prefeitura ou ou pelo e-mail: licitabonfinopolis@gmail.com

Bonfinópolis de Minas - MG, 18 de agosto 2026.

NÁDYLLA APARECIDA SILVA E SOUZA –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Nadylla Aparecida Silva e Souza
Código Identificador:571C560B

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS
DECRETO Nº 1583, DE 23 JUNHO DE 2026

DECRETO Nº 1583, DE 23 DE JUNHO DE 2026

"INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO NO ÂMBITO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS DE MINAS/MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS**, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o direito à educação e à alfabetização previsto no art. 205 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO as metas e estratégias estabelecidas no Plano Municipal de Educação – PME;
CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), e pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC;
CONSIDERANDO as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído no âmbito federal;
CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, que dispõe sobre as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Alfabetização;
CONSIDERANDO a adesão do Município de Bonfinópolis de Minas ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e ao Pacto Mineiro pela Alfabetização;

DECRETA:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DOS PRINCÍPIOS

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização de Bonfinópolis de Minas/MG, com a finalidade de garantir o direito à alfabetização, com equidade, inclusão e qualidade social, a todos os estudantes atendidos pela rede pública municipal de ensino.
Art. 2º A Política Municipal de Alfabetização rege-se pelos seguintes princípios:
I – garantia do direito à alfabetização de todas as crianças na idade certa, prioritariamente até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
II – enfrentamento das desigualdades educacionais no processo de apropriação da leitura e da escrita;
III – monitoramento contínuo da aprendizagem e centralidade do processo de ensino-aprendizagem;
IV – valorização e formação continuada dos profissionais da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
V – respeito às especificidades da Educação Infantil, assegurando práticas pedagógicas fundamentadas nas interações, brincadeiras, literatura infantil e múltiplas linguagens.
CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 3º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
I – promover condições para que todos os estudantes da rede municipal desenvolvam as habilidades de alfabetização previstas para o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
II – implementar ações articuladas desde a Educação Infantil, promovendo experiências de oralidade, literatura infantil, cultura escrita, brincadeiras e múltiplas linguagens, favorecendo o desenvolvimento das bases necessárias ao processo de alfabetização;
III – garantir mecanismos de recomposição das aprendizagens para estudantes do 3º ao 5º ano que apresentem defasagens no processo de alfabetização, com base em avaliações diagnósticas periódicas e intervenções pedagógicas específicas;
IV – promover a alfabetização de jovens e adultos, assegurando oportunidades de acesso, permanência e aprendizagem na modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA.
CAPÍTULO III
DAS LINHAS DE AÇÃO E ESTRATÉGIAS

Art. 4º Para a consecução dos objetivos desta Política, a Secretaria Municipal de Educação adotará as seguintes linhas de ação:
I – Gestão Pedagógica: disponibilização de materiais didáticos complementares específicos e adequados para o ciclo de alfabetização;
II – Formação Continuada: oferta de programas estruturados de formação para professores alfabetizadores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares;
III – Avaliação Diagnóstica: realização periódica de avaliações de fluência leitora, leitura e escrita para subsidiar intervenções pedagógicas tempestivas;
IV – Engajamento Familiar: desenvolvimento de ações de orientação e mobilização das famílias para fortalecimento das práticas de leitura e acompanhamento da aprendizagem dos estudantes;
V – Monitoramento e Acompanhamento: utilização de indicadores educacionais, avaliações internas e externas, incluindo os resultados do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública – SIMAVE e de avaliações municipais, para subsidiar a tomada de decisões pedagógicas.

CAPÍTULO IV
DA GOVERNANÇA E EXECUÇÃO

Art. 5º Compete à Secretaria Municipal de Educação de Bonfinópolis de Minas a coordenação estratégica, a execução e o monitoramento das ações decorrentes desta Política, com acompanhamento do Conselho Municipal de Educação, observadas suas competências legais.
Art. 6º A Secretaria Municipal de Educação elaborará, anualmente, o Plano de Trabalho da Política Municipal de Alfabetização, contendo cronograma de ações, metas intermediárias, estratégias pedagógicas e definição dos recursos necessários à sua execução.
Art. 7º A Secretaria Municipal de Educação promoverá formação continuada dos profissionais envolvidos no ciclo de alfabetização,

alinhada às diretrizes nacionais, estaduais e municipais de alfabetização.
Art. 8º Fica autorizada a criação da Comissão Intersetorial de Apoio à Alfabetização, envolvendo representantes das áreas de educação, saúde, assistência social, cultura e demais setores pertinentes, com foco no apoio às famílias, na promoção da frequência escolar e no fortalecimento das condições de aprendizagem.
CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação, suplementadas se necessário.
Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Bonfinópolis de Minas/MG, 23 de junho de 2026.

MANOEL DA COSTA LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nadylla Aparecida Silva e Souza
Código Identificador:27F19984

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO CONTRATO

Município de Bonfinópolis de Minas-MG. Extrato de Contrato nº 248/2026. Objeto: – Adesão à Ata de Registro de Preços 002/2025 para o fornecimento de Estruturas e recursos diversos para a realização de tradicionais eventos, realizado Consorcio Intermunicipal Norte Mineiro de Desenvolvimento Regional dos Vales do Carinhanha, Cohá, Peruaçu, Japoré e São Francisco - CIMVALES-MG, que serão utilizadas para o evento da Expo Agro 2026, nos dias 12, 13, 14 e 15 de agosto de 2026**.** Empresa Contratada: PROJEMINAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ 25.372.472/0001-04. Valor estimado: **R$407.119,00 (Quatrocentos e sete mil cento e dezenove reais)**. Início 23.06.2026- Vigência: 03 (três)meses. Bonfinópolis de Minas - MG.

Bonfinópolis de Minas, 23.06.2026.

MANOEL DA COSTA LIMA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Nadylla Aparecida Silva e Souza
Código Identificador:2A498FC7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BRASILÂNDIA DE MINAS

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
PULICAÇÃO DO CREDENCIAMENTO 03/2025

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO CREDENCIAMENTO NEIVA ALVARENGA MEDICINA LTDA.

NOVO CREDENCIAMENTO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2025 - CREDENCIAMENTO N° 003/2025 – CREDENCIAMENTO MÉDICOS_PLANTÕES. OBJETO DO CREDENCIAMENTO: Credenciamento de profissionais médicos, pessoas jurídicas, para a prestação de serviços médicos em sistema de plantão 24 horas por dia, para casos de urgência e emergência e atendimento de consultas médicas. A Prefeitura Municipal de Brasilândia de Minas-MG juntamente com a Secretaria Municipal de Saúde recebeu documentos e credenciou **NEIVA ALVARENGA MEDICINA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 68.582.573/0001–04 Valor: 208.000,00 (duzentos e oito mil reais). O credenciamento continua em aberto para garantir a ampla abrangência dos prestadores de serviços, no atendimento do interesse Municipal.

Brasilândia de Minas MG, 18 de agosto de 2026.

MICHELE NEVES P. DA CRUZ
Agente de Contratações

Publicado por:
Michele Neves Pereira da Cruz
Código Identificador:77EBC28B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BRAÚNAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 032/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS. SEGUNDO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 032/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2025. Objeto: Este aditivo tem como objetivo à prorrogação do prazo de vigência da contratação. Com a prorrogação do contrato, o prazo será prorrogado por mais 2 (dois) meses, sendo até 17 de outubro de 2026.Esse termo aditivo refere-se ao Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de refeições prontas (marmitex, self-service, entre outros), com e sem entrega, de forma contínua e sob demanda, para atender às necessidades das diversas Secretarias Municipais de Braúnas/MG, a ser custeado com recursos próprios. Contratada:**58.413.963 MARIA DE LOURDES VIEIRA,** inscrita no CNPJ sob o nº. 58.413.963/0001-05.Data: 18 de agosto de 2026

Publicado por:
Adeliane Carvalho de Souza
Código Identificador:C54A6D1E

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS
PROCESSO Nº 053/2026. DISPENSA ELETRÔNICA N° 013/2026

AVISO DE EDITAL - Processo nº 053/2026. **Dispensa Eletrônica n° 013/2026** Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de marketing institucional e comunicação digital para divulgação dos atos administrativos do Município para atender às necessidades do Gabinete do Prefeito de Braúnas/MG. Abertura dia: 25/08/2026 às 08h00min.O Edital encontra-se disponível no site da Prefeiturawww.braunas.mg.gov.brlink licitações, na plataforma de licitações (www.novobbmnet.com.br)ou poderá ser retirado na Divisão de Compras,Licitação, Patrimônio e Serviços Gerais da Prefeitura Municipal de Braúnas, das 11 às 16 horas em dias úteis. Informações: (33) 3425-1155.

Braúnas/MG, 18 de Agosto de 2026.

ADELIANE CARVALHO DE SOUZA.
Agente de Contratação

Publicado por:
Adeliane Carvalho de Souza
Código Identificador:B1BFB5AE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BURITIS

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
A PREFEITURA DE BURITIS-MG, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE TORNA PÚBLICO O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL N° 11/2026

Visando à contratação temporária para os cargos de: Técnico em enfermagem e Enfermeiro. As inscrições deverão ser realizadas por meio da entrega de documentação em envelope fechado, no período de 19 á 21. No dia 24 de agosto de 2026, acontecerá a sessão de abertura dos envelopes e a classificação dos candidatos junto a secretaria municipal de saúde, pontualmente às 08h, localizada à praça salgado filho, n° 34, bairro centro,para abertura de envelopes e

classificação dos inscritos, o não comparecimento do candidato implicará automaticamente em sua desclassificação.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo site www.buritis.mg.gov.br e pelo telefone (38) 3662-5207.

Atenciosamente,

Publicado por:
Maria Eduarda Alves Melo
Código Identificador:E739245C

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – TRIGÉSIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 291/2022

Processo Licitatório Nº 132/2022. Pregão Presencial Nº 047/2022. Contratada: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS. Objeto: Contratação de serviços de seguro de máquinas. Fica incluída uma máquina no seguro, com o acréscimo de valor de R$ 15.357,36 (quinze mil, trezentos e cinquenta e sete reais e trinta e seis centavos), no valor total do Contrato Original, a partir do dia 23 de julho de 2026. Buritis - MG.

RUFINO CLÓVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Daiane Ferreira Dos Santos
Código Identificador:D02E0702

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – VIGÉSIMO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 291/2022

Processo Licitatório Nº 132/2022. Pregão Presencial Nº 047/2022. Contratada: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS. Objeto: Contratação de serviços de seguro de máquinas. Fica prorrogada a vigência contratual pelo período compreendido de 23 de julho de 2026 à 22 de julho de 2027, com o acréscimo do valor global de R$ 138.216,15 (cento e trinta e oito mil, duzentos e dezesseis reais e quinze centavos), sendo pago em 04 (quatro) parcelas. Buritis - MG.

RUFINO CLÓVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Daiane Ferreira Dos Santos
Código Identificador:B92F9219

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CABECEIRA GRANDE

PREFEITURA DE CABECEIRA GRANDE
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE-MG. Torna público o **EXTRATO DE CREDENCIAMENTO** vinculado ao Processo Administrativo nº 065/2026 – Credenciamento n° 006/2026. Objeto: **credenciamento contratação de prestação de serviços diversos relacionados à área de infraestrutura, visando atender às demandas da Prefeitura Municipal de Cabeceira Grande, das Secretarias Municipais, dos órgãos vinculados, bem como do Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Cabeceira Grande – SANECAB.** Empresas: **JACARÉ ESTRUTURAS METALICAS – CNPJ: 32.386.836/0001-62 - ITENS 01-PINTOR E 02-SERRALHEIRO; E 59.558.132 TIAGO ESPINDOLA PIRES – CNPJ: 59.558.132/0001-86 – ITEM 10 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COM VEÍCULO (CAMINHÃO) TIPO BASCULANTE TRUCK (MENSAL; (**Credenciadas no dia 18/08/2026. Mais informações no site www.cabeceiragrande.mg.gov.br.

ELBER DE OLIVEIRA SILVA-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Tatiana Costa de Oliveira
Código Identificador:C2800F44

PREFEITURA DE CABECEIRA GRANDE
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE-MG. Torna público o **EXTRATO DE CREDENCIAMENTO** vinculado ao Processo Administrativo nº 022/2026 – Credenciamento n° 001/2026. Objeto: **contratação de empresas para prestação de serviços diversos, compreendendo a execução de atividades operacionais relacionadas à coleta de lixo e limpeza pública, em atendimento às demandas das Secretarias Municipais da Prefeitura de Cabeceira Grande/MG.** Empresa: **68.329.753 LUCIANO TEIXEIRA DE ARAÚJO – CNPJ: 68.329.753/0001-89**; Data do credenciamento: 18/08/2026. Mais informações no site www.cabeceiragrande.mg.gov.br.

ELBER DE OLIVEIRA SILVA-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Tatiana Costa de Oliveira
Código Identificador:3239BB3A

PREFEITURA DE CABECEIRA GRANDE
EXTRATO DO CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE-MG. Torna público o **EXTRATO DO CONTRATO**, vinculado ao **Processo Administrativo nº 064/2026, Credenciamento nº 005/2026**. Objeto:**contratação de pessoa física ou jurídica especializada para prestação de serviços de oficina de Karatê, remunerados por hora-aula, destinados aos alunos participantes do Programa Escola em Tempo Integral da rede municipal de ensino do Município de Cabeceira Grande/MG, visando ao desenvolvimento de atividades esportivas, educacionais e socioeducativas, à promoção da disciplina, integração social, bem-estar e qualidade de vida dos estudantes, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal da Educação.** Contratado: **JOSÉ ALZEMIR OLIVEIRA DIAS – CPF: 996.933.991-53** (contrato 118/2026) Assinatura: 17/08/2026, Vigência:31/12/2026. Valor Estimado mensal R$ 3.200,00. Mais informações no site www.cabeceiragrande.mg.gov.br tel: (38) 3677 8044. Cabeceira Grande-MG

Publicado por:
Tatiana Costa de Oliveira
Código Identificador:96CB2E41

PREFEITURA DE CABECEIRA GRANDE
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 064/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2026
CREDENCIAMENTO Nº 005/2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABECEIRA GRANDE**, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, especialmente com base na Lei Federal n.º 14.133, de 1° de abril de 2021,

RESOLVE:
Firmar o presente Termo de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação e, ainda, **AUTORIZAR** a Contratação do objeto do presente processo administrativo, conforme a seguir especificado:

OBJETO: Credenciamento para contratação de pessoa física ou jurídica especializada para prestação de serviços de oficina de Karatê, remunerados por hora-aula, destinados aos alunos participantes do Programa Escola em Tempo Integral da rede municipal de ensino do Município de Cabeceira Grande/MG, visando ao desenvolvimento de atividades esportivas, educacionais e socioeducativas, à promoção da disciplina, integração social, bem-estar e qualidade de vida dos

estudantes, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal da Educação.

UNIDADE: Secretaria Municipal da Educação e Cultura;

VALOR TOTAL ESTIMADO: Valor total ESTIMADO é de **R$ 76.800,00 (setenta e seis mil e oitocentos reais);** considerando o período estimado de 12 (doze) meses, bem como a contratação simultânea de 02 Prestadores de Serviço;

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
02.04.01.12.122.0401.2034.3.3.90.36.00 – Ficha: 129 – Outros Serviços Terceiro - Pessoa Física;
02.04.01.12.122.0401.2034.3.3.90.39.00 – Ficha: 130 – Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica;
02.04.01.12.361.1202.2036.3.3.90.39.00 – Ficha: 152 – Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica;
02.04.01.12.365.1201.2037.3.3.90.39.00 – Ficha: 175 – Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica

Cabeceira Grande/MG, 14 de Agosto de 2026.

ELBER DE OLIVEIRA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Tatiana Costa de Oliveira
Código Identificador:5735474E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CABO VERDE

DEPARTAMENTO DE PESSOAL E RH
CONCEDE EXONERAÇÃO, A SERVIDORA MUNICIPAL PATRÍCIA BRAIT, OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO/PERMANENTE DENOMINADO "AUXILIAR DE SERVIÇOS".

P O R T A R I A nº 104/2026

Concede exoneração, a Servidora Municipal Patrícia Brait, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo/Permanente denominado "Auxiliar de Serviços".

CLÁUDIO ANTÔNIO PALMA, Prefeito Municipal de Cabo Verde, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, Art. 79, Inciso IX,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder exoneração, a Servidora Municipal **PATRÍCIA BRAIT,** ocupante do Cargo de Provimento Efetivo/Permanente denominado "**Auxiliar de Serviços"**, Nível TS001, Grau 0A, a partir de **11/08/2026**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e registre-se.

Cabo Verde, 11/08/2026.

CLÁUDIO ANTÔNIO PALMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daisa Conceição Ribeiro de Paula Dias
Código Identificador:9DEB7F38

DEPARTAMENTO DE PESSOAL E RH
NOMEIA COMISSÃO PARA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NAS RAZÕES, CONTRA O SERVIDOR MUNICIPAL ODAIR JOSÉ DE LIMA, CALCETEIRO.

PORTARIA Nº 105/2026

Nomeia Comissão para instauração de Processo Administrativo Disciplinar, nas razões, contra o servidor Municipal Odair José de Lima, calceteiro.

CLÁUDIO ANTÔNIO PALMA, Prefeito Municipal de Cabo Verde, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, Art. 79, IX, e art. 206 da Lei Complementar Nº 185/2023 (Estatuto dos Servidores Municipais), face aos possíveis acometimento de violação do artigo 196, inciso I; 198, incisos III e XII; e 201, incisos IV e XI e seguintes, a apurar do Estatuto dos Servidores Municipais, praticado pelo Servidor **ODAIR JOSÉ DE LIMA, calceteiro**.

R E S O L V E:

Art. 1º Em consonância com o artigo 215, parágrafo 1º da Lei Complementar Nº 185/2023 (Estatuto dos Servidores Municipais) **NOMEAR** a presente Comissão Processante:
Presidente: Ernani Quirino de Oliveira
Membro: Sílvia Valéria Romão de Souza
Membro: Cristiane Francisca de Oliveira

Art. 2º A Comissão Disciplinar terá o prazo de 90 (noventa) dias podendo ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, nos termos do art. 218 da Lei Complementar Nº 185/2023 – Estatuto dos Servidores Municipais – para conclusão do Processo.

Art. 3º A instauração do Processo Administrativo Disciplinar contra o **Servidor Odair José de Lima**, se dá com base no Parecer da Assessoria Jurídica deste Município, na pessoa da Dra Jessica Fernanda Dias, OAB/MG. 174.751.

Publique-se e registre-se, cumpra-se.

Cabo Verde, 18/08/2026.

CLÁUDIO ANTÔNIO PALMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daisa Conceição Ribeiro de Paula Dias
Código Identificador:2E272CDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS
CONTRATO Nº 109/2026 PROCESSO Nº 126/2026

EXTRATO DE CONTRATO

Prefeitura Municipal de Cabo Verde - Extrato de Contrato - Processo nº 126/2026, **Inexigibilidade nº 022/2026**, **Contrato nº 109/2026**. **Contratado:** KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA., CNPJ nº 71.256.283/0001-85. **Objeto:** AQUISIÇÃO DE FILMES PARA RAIO X COMPATÍVEIS COM O EQUIPAMENTO IMPRESSORA DRY PRO KONICA MINOLTA PARA USO NO HOSPITAL SÃO FRANCISCO DO MUNICÍPIO DE CABO VERDE. Valor Total do Contrato. R$ 30.949,20 (trinta mil, novecentos e quarenta e nove reais, vinte centavos). Dotação Orçamentária 020801 10.303.1001.2144 3.3.90.30**,** ficha 279**. Vigência**: 12 (doze) meses. Data da Ass.: 17/08/2026. Ass. por Cláudio Antônio Palma - Prefeito.

Publicado por:
Luciana Pezzi Vitorino Dos Reis
Código Identificador:EEE7E5DC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CACHOEIRA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 152/2026 - INEXIGIBILIDADE N.º 40/2026

O Município de Cachoeira de Minas torna público: Nos termos do Art. 74, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/21, e diante do substancioso parecer do Departamento Jurídico do Município, bem como da documentação apresentada, AUTORIZO o **Processo Administrativo n.º 152/2026** como **Inexigibilidade n.º 040/2026**, cujo objeto refere-se à *contratação de show musical com a cantora Nanda Andrade para apresentação no evento VIII Feira do Produtor Rural e XVII Tratorada de 2026*, a ser realizado no dia 28 de agosto de 2026, com a pessoa jurídica **51.172.650 MARIA FERNANDA ANDRADE PEREIRA**, inscrita no CNPJ n.º 51.172.650/0001- 55, no valor total de R$ 2.350,00 (dois mil trezentos e cinquenta reais).

Cachoeira de Minas, 18 de agosto de 2026.

FELIPE COSTA ROCHA –
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agropecuária e Meio Ambiente.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:A6CBEEDC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 153/2026 - INEXIGIBILIDADE N.º 041/2026

O Município de Cachoeira de Minas torna público: Nos termos do Art. 74, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/21, e diante do substancioso parecer do Departamento Jurídico do Município, bem como da documentação apresentada, AUTORIZO o **Processo Administrativo n.º 153/2026** como **Inexigibilidade n.º 041/2026**, cujo objeto refere-se à *contratação de show musical com a banda OSMAR DITOS para apresentação no evento VIII Feira do Produtor Rural e XVII Tratorada de 2026, a ser realizado no dia 29 de agosto de 2026*, com a pessoa jurídica **EXPERTISE PRODUCAO DE AUDIO, CINE, IMAGEM, PROJETOS, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO, EDICAO, INFORMATICA LTDA**, inscrita no CNPJ n.º 52.403.278/0001-03, no valor total de R$ 9.700,00 (nove mil e setecentos reais).

Cachoeira de Minas, 18 de agosto de 2026.

FELIPE COSTA ROCHA –
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agropecuária e Meio Ambiente.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:8469FA35

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 046/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 151/2026

*O Município de Cachoeira de Minas torna público o **Aviso de Dispensa de Licitação n.º 046/2026***. **Tipo:** Menor preço unitário, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável.
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de rastreamento e monitoramento veicular, com fornecimento dos equipamentos em regime de comodato, incluindo instalação, configuração, ativação, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico, transmissão de dados, disponibilização de plataforma de gerenciamento em ambiente web e aplicativo para dispositivos móveis, bem como atualizações tecnológicas durante toda a vigência contratual, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas/MG.
Limite para apresentação da proposta de preços: Dia 21 de agosto de 2026 às 23h59.
Métodos de envio das propostas: https://cachoeirademinas.mg.gov.br/filter/3433 .
A íntegra do aviso de dispensa está disponível aos interessados no endereço eletrônico a seguir: https://cachoeirademinas.mg.gov.br/filter/3433 .
Mais informações pelo telefone (35) 99893-1422 – Setor de Licitações.

Cachoeira de Minas, 18 de agosto de 2026.

JUCIMARA APARECIDA DE FARIA SILVEIRA PAIVA –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:2E48CE75

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 025/2026

O Município de Cachoeira de Minas torna público o **Pregão Eletrônico SRP n.º 025/2026**. Tipo: Menor preço por item. **Objeto:** Aquisição de materiais médico-hospitalares, destinados ao atendimento das demandas da rede pública municipal de saúde. A data da realização do certame será no dia 31 de agosto de 2026 às 09h00. A íntegra do Edital estará disponível aos interessados nos endereços eletrônicos www.portaldecompraspublicas.com.br e www.cachoeirademinas.mg.gov.br. Mais informações pelo telefone (35) 99893-1422 – Setor de Licitações.

Cachoeira de Minas, 18 de agosto de 2026.

DAYANE STHEFANE SILVA BARBOSA –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:2E469AA0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CACHOEIRA DOURADA

ASSESSORIA DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 068/2026

INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 068/2026
FUNDAMENTO LEGAL: ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021

O Município de Cachoeira Dourada-MG, em conformidade com Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados Dispensa de Licitação para Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de vidro temperado em portas da Unidade Mista de Saúde "João Batista da Silva", com o objetivo de garantir a segurança dos usuários e servidores, a funcionalidade dos ambientes e a adequada conservação das instalações, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência**, COM FUNDAMENTO LEGAL NO ART. 75, II, DA LEI 14.133 DE 01/04/2021,**podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços e Documentação de Habilitação, até o dia 24/08/2026 às 23:59 horas. A proposta de Preços e documentos deverão ser enviadas no E-mail: licitacao@cachoeiradourada.mg.gov.br. O Edital de Intenção completo está disponível no site:www.cachoeiradourada.mg.gov.br., na Imprensa Oficial dos Municípios Mineiros. Maiores informações pelos telefones (34) 35145200, e-mail: licitacao@cachoeiradourada.mg.gov.br.

LISSIA GONÇALVES DE AQUINO
Agente de Contratação

Publicado por:
Lissia Gonçalves de Aquino Carvalho
Código Identificador:24A8042B

CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA
ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO PERIODO, DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA, ESTADO DE MINAS GERAIS.

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO PERIODO, DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA, ESTADO DE MINAS GERAIS.

O Poder Legislativo do Município de Cachoeira Dourada, Estado de Minas Gerais, reuniu-se no dia dezessete do mês de agosto do ano de dois mil e vinte seis, às dezenove horas no plenário desta edilidade, estavam presentes os seguintes vereadores: **Valdo Cezar Ferreira Ramos** – Presidente**, Arnaldo José da silva** – Vice Presidente, **Carlos Augusto Silva Campanha** – Primeiro Secretário, **Edimar Alves Fernandes** – Segundo Secretário, **Hugo Cézar de Lima Ferreira**, **Morgana Leigue Galvão Freitas**, **Paloma Lucas Fernandes, Priscila Bomfim Soares Santos Oliveira e Simone Aparecida Mattos Storti**. constada à presença de nove vereadores, que assim compunham o quórum regimental o senhor Presidente declarou em nome do povo de Cachoeira Dourada, suplicando a proteção de Deus aberta à sessão. **Expediente:** O Senhor Presidente, solicitou ao Secretário da Mesa, vereador Carlos Augusto, para fazer a leitura das correspondências recebidas. Em seguida o Senhor Presidente, solicitou ao Secretário da Mesa, Vereador Carlos Augusto, para fazer a leitura dos Projetos de Leis protocolados nesta casa, continuando passou os projetos de leis para os presidentes das comissões para que elaborem os respectivos pareceres. **Ordem do Dia:** O senhor presidente, solicitou ao vereador Carlos Augusto, para fazer a leitura do **Projeto de Emenda à Lei Orgânica número 02/2026** de autoria do Poder Legislativo que "**DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 2º DO ART. 42 E AO § 2º DO ART. 61 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA, PARA ELIMINAR O VOTO SECRETO NAS DELIBERAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL, CONSAGRANDO A PUBLICIDADE PLENA DAS VOTAÇÕES DO PLENÁRIO, MEDIANTE VOTAÇÃO SIMBÓLICA OU NOMINAL, NA FORMA DO REGIMENTO INTERNO".** Logo depois, o senhor Presidente, solicitou ao vereador Carlos Augusto, para fazer a leitura do parecer das comissões permanentes, sendo as comissões permanentes favoráveis à aprovação do Projeto de Emenda. Em seguida, o projeto entrou em discussão. Logo depois, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica número 02/2026 entrou em votação, sendo aprovado por unanimidade dos presentes em segunda votação. Continuando o senhor presidente, solicitou ao vereador Carlos Augusto, para fazer a leitura do **Projeto de Emenda à Lei Orgânica número 03/2026** de autoria do Poder Legislativo que **"DÁ NOVA REDAÇÃO AOS §§ 9º A 22 DO ART. 146 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA, PARA ADEQUAR AS NORMAS SOBRE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS IMPOSITIVAS AO REGIME FIXADO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 126/2022, PELA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 210/2024, PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05/2025 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, PELAS DECISÕES PROFERIDAS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO ÂMBITO DA ADPF Nº 854 E DAS ADIS NºS 6670, 7493 E 7869, E PELA DECISÃO PROFERIDA PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS NA ADI Nº 1.0000.25.502387-1/000, ATUALIZANDO OS PERCENTUAIS DE EXECUÇÃO OBRIGATÓRIA, ESTABELECENDO EXIGÊNCIAS DE TRANSPARÊNCIA ATIVA, RASTREABILIDADE, CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA, REGISTROS CONTÁBEIS E VEDAÇÕES DE CONFLITO DE INTERESSE".** Logo depois, o senhor Presidente, solicitou ao vereador Carlos Augusto, para fazer a leitura do parecer das comissões permanentes, sendo as comissões permanentes favoráveis à aprovação do Projeto de Emenda. Em seguida, o projeto entrou em discussão. Logo depois, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica número 03/2026 entrou em votação, sendo aprovado por unanimidade dos presentes em segunda votação. O Senhor Presidente passou a palavra franca aos nobres vereadores conforme áudio registado por esta edilidade e disponibilizado na plataforma YouTube por meio do canal Câmara Municipal de Cachoeira Dourada MG - TV. **Encerramento:** Não havendo mais nada a constar em pauta o Senhor Presidente, agradecendo pela presença de todos e em nome de Deus encerrou a sessão, e presente ata, se aprovada, vai pelo senhor vereador **Valdo Cezar Ferreira Ramos**, Presidente da Mesa Diretora e pelo senhor vereador **Carlos Augusto Silva Campanha**, Primeiro Secretário da Mesa Diretora nesta Segunda Sessão Legislativa, da Décima Sexta Legislatura assinada, nos termos do Regimento Interno.

CARLOS AUGUSTO SILVA CAMPANHA	*VALDO CEZAR FERREIRA RAMOS*
Primeiro Secretário	Presidente

Publicado por:
Rayan Silva Fernandes de Brito
Código Identificador:3079CF4F

CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 010/2026

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 010/2026

Dá nova redação ao § 2º do art. 42 e ao § 2º do art. 61 da Lei Orgânica do Município de Cachoeira Dourada, para eliminar o voto secreto nas deliberações da Câmara Municipal, consagrando a publicidade plena das votações do Plenário, mediante votação simbólica ou nominal, na forma do Regimento Interno.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA, Estado de Minas Gerais, no exercício de sua competência constituinte derivada, nos termos do art. 50 desta Lei Orgânica, promulga a seguinte Emenda:

Art. 1º O § 2º do art. 42 da Lei Orgânica do Município de Cachoeira Dourada passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 42. (...)

§ 2º O voto será sempre público nas deliberações da Câmara Municipal, realizando-se em votação simbólica ou nominal, na forma do Regimento Interno, não se admitindo, em nenhuma hipótese, o escrutínio secreto." (NR)

Art. 2º O § 2º do art. 61 da Lei Orgânica do Município de Cachoeira Dourada passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 61. (...)

§ 2º O veto será apreciado dentro de trinta dias, a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, em votação pública." (NR)

Art. 3º Ficam revogados os incisos I, II, III e IV do § 2º do art. 42 da Lei Orgânica do Município de Cachoeira Dourada.

Art. 4º Esta Emenda entra em vigor na data de sua promulgação.

Câmara Municipal de Cachoeira Dourada – MG, 17 de agosto de 2026.

VALDO CEZAR FERREIRA RAMOS	*ARNALDO JOSÉ DA SILVA*
Presidente Da Câmara Municipal	Vice – Presidente
CARLOS AUGUSTO SILVA CAMPANHA	*EDIMAR ALVES FERNANDES*
1º Secretário	2º Secretário

Publicado por:
Rayan Silva Fernandes de Brito
Código Identificador:D1BC1200

CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 011/2026

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 011/2026

Dá nova redação aos §§ 9º a 22 do art. 146 da Lei Orgânica do Município de Cachoeira Dourada, para adequar as normas sobre

emendas parlamentares individuais impositivas ao regime fixado pela Emenda Constitucional nº 126/2022, pela Lei Complementar federal nº 210/2024, pela Instrução Normativa nº 05/2025 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, pelas decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito da ADPF nº 854 e das ADIs nºs 6670, 7493 e 7869, e pela decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais na ADI nº 1.0000.25.502387-1/000, atualizando os percentuais de execução obrigatória, estabelecendo exigências de transparência ativa, rastreabilidade, conta bancária específica, registros contábeis e vedações de conflito de interesse.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA, Estado de Minas Gerais, no exercício de sua competência constituinte derivada, nos termos do art. 50 desta Lei Orgânica, promulga a seguinte Emenda:

Art. 1º Os §§ 9º a 17 do art. 146 da Lei Orgânica do Município de Cachoeira Dourada passam a vigorar com as seguintes alterações, sendo renumerados os parágrafos subsequentes na forma abaixo:

"Art. 146.....

§ 9º As emendas individuais apresentadas ao Projeto de Lei do Orçamento Anual serão aprovadas no limite de 1,55% (um inteiro e cinquenta e cinco centésimos por cento) da receita corrente líquida do exercício financeiro anterior ao do encaminhamento do projeto pelo Poder Executivo, sendo que metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

§ 10. A execução do montante destinado a ações e serviços públicos de saúde previsto no § 9º, inclusive custeio, será computada para fins do cumprimento do disposto no inciso III do § 2º do art. 198 da Constituição da República, vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais.

§ 11. É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma equitativa, das programações incluídas por emendas individuais na Lei do Orçamento Anual, em montante correspondente a 1,55% (um inteiro e cinquenta e cinco centésimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, condicionada à prévia demonstração de conformidade com os requisitos de transparência ativa, rastreabilidade e publicidade previstos no art. 163-A da Constituição da República, na Instrução Normativa nº 05/2025 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e nas normas editadas pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito da ADPF nº 854.

§ 12. Para fins do disposto no § 11, considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria.

§ 13. Em até sessenta dias após a publicação da Lei do Orçamento Anual, o Poder Executivo deverá receber as indicações referentes às programações incluídas por emendas individuais, contendo, no mínimo, o número da emenda, o nome do parlamentar, o nome do beneficiário, o respectivo valor, com observância do percentual destinado a ações e serviços públicos de saúde, e a indicação da ordem de prioridade de cada emenda.

§ 14. As programações a que se refere o § 11 não serão de execução obrigatória nos casos em que ocorram impedimentos de ordem técnica devidamente justificados, observado que a existência de impedimento técnico não exime o Município do cumprimento das obrigações de transparência e rastreabilidade impostas pelo art. 163-A da Constituição da República, devendo ser adotados os seguintes procedimentos:

I – até cento e vinte dias após a publicação da Lei do Orçamento Anual, o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo as justificativas dos impedimentos, com a respectiva documentação comprobatória;

II – até trinta dias após o término do prazo previsto no inciso I, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável e as eventuais propostas saneadoras para os demais impedimentos apresentados;

III – até 30 de setembro, ou até trinta dias após o prazo previsto no inciso II, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei sobre o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

IV – se, até 20 de novembro, ou até trinta dias após o término do prazo previsto no inciso III, a Câmara Municipal não deliberar sobre o projeto, o remanejamento será implementado por ato do Poder Executivo, nos termos previstos na Lei do Orçamento Anual.

§ 15. Após o prazo previsto no inciso IV do § 14, a execução das programações a que se refere o § 9º não será obrigatória nos casos dos impedimentos justificados nos termos do inciso I do § 14.

§ 16. Os restos a pagar poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira prevista no § 9º até o limite de 1% (um por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, observadas as normas da Lei Complementar federal nº 210, de 25 de novembro de 2024, e da legislação complementar aplicável.

§ 17. Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o montante previsto no § 9º poderá ser reduzido em índice igual ou inferior ao incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias.

§ 18. Os Poderes Executivo e Legislativo assegurarão a ampla divulgação das emendas parlamentares individuais em meio digital de acesso público, de forma tempestiva e padronizada, devendo as informações ser disponibilizadas antes da execução orçamentária e financeira de cada emenda, contendo, no mínimo:

I – identificação do parlamentar proponente: nome completo do Vereador ou outro autor da emenda, com indicação do partido político e unidade parlamentar;

II – identificação da emenda: número de referência ou código único da emenda no orçamento, vinculado ao respectivo ato normativo que a aprovou;

III – objeto da despesa: descrição detalhada do propósito do gasto aprovado, incluindo a ação governamental, projeto ou atividade a ser executado e sua finalidade específica;

IV – valor alocado: montante de recursos previsto na emenda parlamentar;

V – órgão ou entidade executora: identificação do órgão ou entidade pública responsável pela execução da despesa ou, quando se tratar de transferência, identificação do beneficiário final dos recursos;

VI – localidade beneficiada: indicação do bairro, distrito ou comunidade onde os recursos serão aplicados;

VII – cronograma de execução: prazo previsto para a implementação do objeto da emenda, com datas estimadas de início e término, incluindo fases ou etapas intermediárias quando pactuadas;

VIII – instrumentos vinculados: referência a eventuais instrumentos jurídicos celebrados para a execução da emenda, tais como convênios, contratos de repasse, termos de fomento ou similares, bem como o número do processo administrativo correspondente;

IX – Plano de Trabalho elaborado pelo beneficiário da emenda, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto a ser executado, finalidade e metas a serem alcançadas;

b) estimativa dos recursos financeiros necessários, discriminando os valores provenientes da emenda e os de outras fontes, se houver;

c) classificação orçamentária da despesa, informando o valor aplicado em despesas correntes e em despesas de capital;

d) previsão de prazo para a conclusão do objeto e cronograma de execução;

X – relatório de gestão dos recursos, contendo, no mínimo:

a) detalhamento do objeto executado;

b) detalhamento da execução orçamentária e financeira dos recursos recebidos;

c) relação dos procedimentos licitatórios e contratos celebrados;

XI – recebedor e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do beneficiário dos recursos;

XII – município ou entidade recebedora dos recursos, com indicação do CNPJ;

XIII – data de disponibilização do recurso;

XIV – nome completo do gestor responsável pela execução dos recursos;

XV – Grupo de Natureza de Despesa (GND);

XVI – nome da instituição bancária e número da conta corrente de movimentação dos recursos;

XVII – indicação de anuência prévia do gestor do Sistema Único de Saúde, quando se tratar de recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde.

§ 18-A. O relatório de gestão a que se refere o inciso X do § 18 deverá ser disponibilizado até 30 de junho do ano subsequente ao recebimento dos recursos, devendo ser atualizado anualmente a cada dia 30 de junho até a conclusão da execução do objeto.

§ 19. Os recursos recebidos por meio de emenda parlamentar individual serão movimentados em conta bancária específica para cada transferência, em agência de instituição financeira oficial, sendo expressamente vedados:
I – a transferência dos recursos para outras contas correntes que não a conta específica da emenda;
II – a realização de saques em espécie;
III – a utilização de contas de passagem ou quaisquer mecanismos intermediários que impeçam a identificação do fornecedor, do prestador de serviço ou do beneficiário final dos recursos;
IV – quaisquer outros mecanismos que inviabilizem a rastreabilidade do destino dos recursos públicos.
§ 20. Os sistemas contábeis, orçamentários e financeiros do Município incorporarão identificadores contábeis específicos para as emendas parlamentares individuais, de modo a associar cada despesa executada com a respectiva emenda por meio de fontes de recurso, códigos ou identificadores únicos, em conformidade com as normas nacionais de contabilidade pública e com a classificação definida pelo órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, cabendo ao Poder Executivo regulamentar os aspectos técnicos necessários à implementação deste parágrafo.
§ 21. É vedada a destinação de emendas parlamentares individuais a organizações da sociedade civil, entidades do terceiro setor, cooperativas ou pessoas jurídicas de direito privado que possuam, em seus quadros diretivos, administrativos ou operacionais, cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau, consanguíneos ou afins, do Vereador responsável pela indicação dos recursos, bem como de assessores parlamentares vinculados ao respectivo agente político.
§ 21-A. A vedação prevista no § 21 alcança também os mecanismos indiretos de favorecimento pessoal, incluindo hipóteses de contratação, subcontratação ou prestação de serviços por empresas, cooperativas ou entidades integradas por familiares ou assessores parlamentares a que se refere o § 21, nos termos da Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal e das decisões proferidas no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 854.
§ 22. As normas sobre proposição e execução das emendas parlamentares individuais impositivas observarão, no que couber e de forma complementar ao disposto nesta Lei Orgânica, as disposições da Lei Complementar federal nº 210, de 25 de novembro de 2024, as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 854 e das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 6670, 7493 e 7869, e os atos normativos expedidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no exercício de sua competência fiscalizatória.” (NR)

Art. 2º Ficam revogados o § 9º, o § 10, o § 11, o § 12, o § 13, o § 14, o § 15, o § 16, o § 17 e o § 18 do art. 146 da Lei Orgânica Municipal de Cachoeira Dourada, na redação conferida pela Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 09, de 20 de dezembro de 2018, substituídos pelos dispositivos constantes do art. 1º desta Emenda.

Art. 3º Esta Emenda à Lei Orgânica Municipal entra em vigor na data de sua promulgação, produzindo efeitos a partir do exercício financeiro de 2027, sem prejuízo da aplicação imediata das vedações previstas nos §§ 19, 21 e 21-A do art. 146, que vigoram desde a data da promulgação.

Câmara Municipal de Cachoeira Dourada – MG, 17 de agosto de 2026

VALDO CEZAR FERREIRA RAMOS	***ARNALDO JOSÉ DA SILVA***
Presidente Da Câmara Municipal	Vice – Presidente
CARLOS AUGUSTO SILVA CAMPANHA	***EDIMAR ALVES FERNANDES***
1º Secretário	2º Secretário

Publicado por:
Rayan Silva Fernandes de Brito
Código Identificador:8C2AD1D1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPANHA

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
AVISO DE CONTRATAÇÃO - PROCESSO 116/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA/MG – CNPJ n° 18.712.174/0001-42, Torna público a alteração do AVISO DE CONTRATAÇÃO referente ao Processo nº 00116/2026 – Dispensa Eletrônica nº 00028/2026. ***Objeto***: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE KIT CONTENDO LANCHES E REFRIGERANTES DESTINADOS A POLÍCIA MILITAR DURANTE APOIO AO FESTIVAL ENCONTROS 2026** - **Valor Estimado:** R$ 3.360,00 **– Plataforma: https://www.portaldecompraspublicas.com.br.** Informações site: www.campanha.mg.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal da Campanha/Depto de Compras e Licitações – Rua Dr. Brandão, n° 59 – Centro – Campanha – MG, Cep: 37400-000 – Fone: 0800 326 1427 – e-mail:licitacampanha@gmail.com.
Para atender o disposto no art. 7º do Decreto Municipal nº 7.660/2023, serão observados os seguintes horários e datas:

Início do recebimento das Propostas: 10:00 do dia 19/08/2026
Limite para recebimento das Propostas: 10:00 do dia 24/08/2026
Início dos Lances: 10:01 do dia 24/08/2026
Limite dos Lances: 16:01 do dia 24/08/2026

Campanha/MG, 18 de Agosto de 2026

CAROLINA DA SILVA ARANTES
Depto de Compras

Publicado por:
Carolina da Silva Arantes
Código Identificador:BBB12F41

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 095/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 095/2026	
CONTRATADO (A):	Agnaldo Donizethe Garcia
OBJETO:	O (a) CONTRATADO (a) prestará seus serviços ao CONTRATANTE como Vigilante obrigando a executar os trabalhos designados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Obras Publicas.
CARGA HORÁRIA:	O (a) CONTRATADO (a) se obriga a cumprir a carga horária de 12/36 (doze por trinta e seis) horas semanais, conforme determina obrigações da secretaria.
VALOR MENSAL:	O (a) CONTRATADO (a) perceberá o valor mensal de R$ 1.727,24 (Um mil, setecentos e vinte e sete reais e vinte e quatro centavos) que será pago nas mesmas condições do pessoal efetivo, com as deduções e descontos previstos na legislação em vigor.
VIGÊNCIA:	O presente Contrato Administrativo de Trabalho terá sua vigência a partir de 17/08/2026, com término em 31/12/2026.
Campanha, 17 de agosto de 2026.	

Publicado por:
Camila Berto Borges
Código Identificador:6AA44F5A

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 096/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 096/2026	
CONTRATADO (A):	Anderson Clayton de Oliveira Taveira
OBJETO:	O (a) CONTRATADO (a) prestará seus serviços ao CONTRATANTE como Vigilante obrigando a executar os trabalhos designados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Obras Publicas.
CARGA HORÁRIA:	O (a) CONTRATADO (a) se obriga a cumprir a carga horária de 12/36 (doze por trinta e seis) horas semanais, conforme determina obrigações da secretaria.
VALOR MENSAL:	O (a) CONTRATADO (a) perceberá o valor mensal de R$ 1.727,24 (Um mil, setecentos e vinte e sete reais e vinte e quatro centavos) que será pago nas mesmas condições do pessoal efetivo, com as deduções e descontos previstos na legislação em vigor.
VIGÊNCIA:	O presente Contrato Administrativo de Trabalho terá sua vigência a partir de 07/08/2026, com término em 31/12/2026.
Campanha, 17 de agosto de 2026.	

Publicado por:
Camila Berto Borges
Código Identificador:1BE39D7F

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 097/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 097/2026	
CONTRATADO (A):	Edilson Xavier da Silva
OBJETO:	O (a) CONTRATADO (a) prestará seus serviços ao CONTRATANTE como Auxiliar de Serviços Públicos obrigando a executar os trabalhos designados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas.
CARGA HORÁRIA:	O (a) CONTRATADO (a) se obriga a cumprir a carga horária de 40

	(quarenta) horas semanais, conforme determina obrigações da secretaria.
VALOR MENSAL:	O (a) CONTRATADO (a) perceberá o valor mensal de R$ 1.727,24 (Um mil, setecentos e vinte e sete reais e vinte e quatro centavos) que será pago nas mesmas condições do pessoal efetivo, com as deduções e descontos previstos na legislação em vigor.
VIGÊNCIA:	O presente Contrato Administrativo de Trabalho terá sua vigência a partir de 13/08/2026, com término em 31/12/2026.
Campanha, 13 de agosto de 2026.	

Publicado por:
Camila Berto Borges
Código Identificador:8F352B23

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 099/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 099/2026	
CONTRATADO (A):	Kelen Rezende Moura
OBJETO:	O (a) CONTRATADO (a) prestará seus serviços ao CONTRATANTE como Professor PEB II obrigando a executar os trabalhos designados pela Secretaria Municipal de Educação.
CARGA HORÁRIA:	O (a) CONTRATADO (a) se obriga a cumprir a carga horária de 24 (vinte e quatro) horas semanais, conforme determina obrigações da secretaria.
VALOR MENSAL:	O (a) CONTRATADO (a) perceberá o valor mensal de R$ 3.219,81 (Três mil, duzentos e dezenove reais e oitenta e um centavos) que será pago nas mesmas condições do pessoal efetivo, com as deduções e descontos previstos na legislação em vigor.
VIGÊNCIA:	O presente Contrato Administrativo de Trabalho terá sua vigência a partir de 03/08/2026, com término em 01/09/2026.
Campanha, 03 de agosto de 2026.	

Publicado por:
Camila Berto Borges
Código Identificador:C96EC959

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 100/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 100/2026	
CONTRATADO (A):	Tereza Cristina Santiago de Souza
OBJETO:	O (a) CONTRATADO (a) prestará seus serviços ao CONTRATANTE como Auxiliar de Serviços Gerais obrigando a executar os trabalhos designados pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.
CARGA HORÁRIA:	O (a) CONTRATADO (a) se obriga a cumprir a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme determina obrigações da secretaria.
VALOR MENSAL:	O (a) CONTRATADO (a) perceberá o valor mensal de R$ 1.645,00 (Um mil, seiscentos e quarenta e cinco reais) que será pago nas mesmas condições do pessoal efetivo, com as deduções e descontos previstos na legislação em vigor.
VIGÊNCIA:	O presente Contrato Administrativo de Trabalho terá sua vigência a partir de 19/08/2026, com término em 19/11/2026.
Campanha, 19 de agosto de 2026.	

Publicado por:
Camila Berto Borges
Código Identificador:33653A58

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 00199/2026

A Prefeitura Municipal da Campanha – MG, CNPJ N° 18.712.174/0001-42. Torna Público o Extrato da Ata de Registro de Preços nº 00199/2026 – Processo nº 0097/2026 – Pregão nº 0038/2026 - Contratada empresa **Auto Posto Campanha Ltda - CNPJ n° 21.641.121/0001-92** - Praça Cel Zoroastro De Oliveira, 17 - Centro - Campanha - MG - 37400-000, com valor total de **R$ 822.000,00** (Oitocentos e vinte e dois mil reais) - **Objeto: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS NÃO RENOVÁVEIS E/OU RENOVÁVEIS (GASOLINA, ÓLEO DIESEL COMUM, ÓLEO DIESEL BS-10, ETANOL, REAGENTE ARLA 32).** Vigência: 18/08/2026 a 18/08/2027.

Campanha/MG, 18 de Agosto de 2026.

LUCAS CARVALHO BRANDÃO
Departamento de Compras

Publicado por:
Lucas Carvalho Brandao
Código Identificador:69A3C2EE

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 00200/2026

A Prefeitura Municipal da Campanha – MG, CNPJ N° 18.712.174/0001-42. Torna Público o Extrato da Ata de Registro de Preços nº 00200/2026 – Processo nº 0097/2026 – Pregão nº 0038/2026 - Contratada empresa **Auto Posto Sheep Ltda - CNPJ n° 00.938.501/0001-13** - Rua Carlos Luz, 229 - Centro - Campanha - MG - 37400-000, com valor total de **R$ 1.237.600,00** (Um milhão duzentos e trinta e sete mil e seiscentos reais) - **Objeto: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS NÃO RENOVÁVEIS E/OU RENOVÁVEIS (GASOLINA, ÓLEO DIESEL COMUM, ÓLEO DIESEL BS-10, ETANOL, REAGENTE ARLA 32).** Vigência: 18/08/2026 a 18/08/2027.

Campanha/MG, 18 de Agosto de 2026.

LUCAS CARVALHO BRANDÃO
Departamento de Compras

Publicado por:
Lucas Carvalho Brandao
Código Identificador:F74599F0

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 292/2026 - PROCESSO Nº 93/2026 - PREGÃO Nº 35/2026

A Prefeitura Municipal da Campanha – MG, CNPJ N° 18.712.174/0001-42. Torna Público o extrato do contrato nº 292/2026 referente ao Processo nº 093/2026- Pregão nº 035/2026 – Contratada: SISTEMAS INTELIGENTES LTDA, inscrita no CNPJ 00.455.458/0001-35
- Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CESSÃO TEMPORÁRIA DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PONTO ELETRÔNICO EM AMBIENTE WEB, COM APURAÇÃO ON-LINE, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, INTEGRAÇÃO COM OS SISTEMAS UTILIZADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPANHA/MG, TREINAMENTO DE USUÁRIOS, SUPORTE TÉCNICO LOCAL E REMOTO, MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÃO LEGAL E SUPORTE OPERACIONAL ESPECIALIZADO.**

Item	Descrição	Unidade de medida	Quant.	Preço unitário mensal	Valor total anual
1	LICENÇA DE USO DO SOFTWARE DE GESTAO DE PONTO ELETRONICO AMBIENTE WEB	mensal	12	R$ 1.000,000	R$ 12.000,00

Vigência: 12 meses.

Campanha, 18/08/ 2026

MÁRCIA CRISTINA S. BORGES
Chefe do Setor de Compras

Publicado por:
Márcia Cristina Silva Borges
Código Identificador:F9B08945

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 020/2026

A Prefeitura Municipal da Campanha – MG, Torna Público o Extrato do Termo de Fomento Nº 020/2026 – Edital de Chamamento Público Nº 006/2026
OSC: Instituto Histórico e Geográfico da Campanha
Objeto: FOMENTAR ATIVIDADES E AÇÕES DE PESQUISA, REGISTRO, CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS DOS REGISTROS HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO DA CAMPANHA -MG.
Valor: R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).
Dotação Orçamentária: 02.10.01.13.392.0031.4.101.3350.41.00
Fonte de Recursos: 1.500.99 – Recursos não vinculados de impostos
Vigência: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura do termo.

LÁZARO ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

LILIANE APARECIDA PEREIRA ALVES
Secretária Municipal de Cultura eTurismo

MARIA THEREZA GAMA PIRES
Instituto Histórico e Geográfico da Campanha

Publicado por:
Juliana de Castro Arantes
Código Identificador:B1F40C0D

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
PORTARIA Nº 5.298/2026

Portaria nº 5.298/2026

O Prefeito do Município da Campanha, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o a Lei Complementar Municipal nº 079, de 30 de dezembro de 2014, a qual Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta do Município da Campanha, Cria e Extingue Cargos e dá outras providências;

Resolve:

Art. 1º- Nomear, interinamente, o Sr. **Daniel Silva Rodrigues,** no cargo de Procurador Geral do Município.

Art. 2º-Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2026.

Campanha, 03 de agosto de 2026

LÁZARO ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Berto Borges
Código Identificador:3E067CDF

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
PORTARIA Nº 5.300/2026

Portaria nº 5.300/2026

O Prefeito do Município da Campanha, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o a Lei Complementar Municipal nº 079, de 30 de dezembro de 2014, a qual Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta do Município da Campanha, Cria e Extingue Cargos e dá outras providências;

Resolve:

Art. 1º- Exonerar, a pedido, o Sr. **Welington Almeida dos Santos,** do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Públicos.

Art. 2º-Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 10 de agosto de 2026.

Campanha, 10 de agosto de 2026

LÁZARO ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Berto Borges
Código Identificador:7F452665

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
PORTARIA Nº 5.301/2026

Portaria nº 5.301/2026

O Prefeito do Município da Campanha, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o a Lei Complementar Municipal nº 079, de 30 de dezembro de 2014, a qual Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta do Município da Campanha, Cria e Extingue Cargos e dá outras providências;

Resolve:

Art. 1º- Exonerar, a Sra. **Marcia Cristina Pego,** do Cargo de Provimento Efetivo de Instrutor de Formação Profissional, por motivo de aposentadoria.

Art. 2º-Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 10 de agosto de 2026.

Campanha, 10 de agosto de 2026

LÁZARO ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Berto Borges
Código Identificador:32D39C23

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
PORTARIA Nº 5.302/2026

Portaria nº 5.302/2026

O Prefeito do Município da Campanha, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o a Lei Complementar Municipal nº 079, de 30 de dezembro de 2014, a qual Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta do Município da Campanha, Cria e Extingue Cargos e dá outras providências;

Resolve:

Art. 1º- Exonerar, o Sr. **Nicolas Dinamarco dos Reis,** do Cargo de Secretário de Governo.

Art. 2º-Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 17 de agosto de 2026.

Campanha, 17 de agosto de 2026

LÁZARO ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Berto Borges
Código Identificador:D829F1E8

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
PORTARIA Nº 5.303/2026

Portaria nº 5.303/2026

O Prefeito do Município da Campanha, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o a Lei Complementar Municipal nº 080, de 30 de dezembro de 2014, a qual Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta do Município da Campanha, Cria e Extingue Cargos e dá outras providências;

Resolve:

Art. 1º- Exonerar, a Sra. **Thainara Santos Moreira,** do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro 40 horas.

Art. 2º-Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 17 de agosto de 2026.

Campanha, 17 de agosto de 2026

LÁZARO ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Berto Borges
Código Identificador:4A66262F

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
PORTARIA Nº 5.304/2026

Portaria nº 5.304/2026

O Prefeito do Município da Campanha, no uso de suas atribuições legais, e, considerando que o servidor, Silvano Domingos da Silveira, ocupante do cargo de Chefe do Setor de Licitações, estará de férias no período de 17/08/2026 a 05/09/2026,

Resolve:

Art. 1º - Designar Lucas Carvalho Brandão, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, para substituir o titular no referido cargo, podendo o mesmo desempenhar todas as atribuições do cargo, durante o período estabelecido no preâmbulo desta Portaria.
Art. 2º- Autorizar o pagamento da diferença de vencimento entre os dois cargos, durante o período citado acima, de conformidade com o artigo 43, § 2º, da Lei Municipal 1463/1990 e Art. 24 da Lei Municipal 079/2014.
Art. 3º- Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 17 de agosto de 2026.

Campanha, 17 de agsoto de 2026

LÁZARO ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Berto Borges
Código Identificador:7D309AD5

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO

RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO

O Município da Campanha, pessoa jurídica de direito público, sito a Rua Dr. Brandão, 59 - Centro no município de Campanha, Estado de Minas Gerais, CNPJ nº 18.712.174/0001-42, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Senhor **Lázaro Roberto da Silva**, inscrito no CPF sob n.º 681.***.***-** denominado **CONTRATANTE**, resolve **RESCINDIR UNILATERALMENTE O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0116/2026** oriundo do Processo Licitatório nº 002/2026 - Pregão nº 001/2026 firmado com a empresa DISTRIBUIDORA NORTE ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com endereço à R Rua Joaquim Francisco Mauricio, 32a - Bela Vista - Espinosa - MG - 39510-000, inscrita no CNPJ sob nº. 47.888.974/0001-17, a seguir denominada **CONTRATADA,** pelos motivos expostos:
Considerando os Memorandos nº 062/2026 e 073/2026 oriundo da Procuradoria Geral do Município.

Considerando a Manifestação do Gestor e Fiscais Setorais de Contrato.

RESOLVE:

Art. 1°. Rescindir unilateralmente o Contrato Administrativo de Fornecimento nº 0116/2026 do Processo Licitatório nº 002/2026 - Pregão nº 001/2026, cujo objeto é o **FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE**.

O Presente Termo de Rescisão será publicado, no Diário Oficial dos Municípios Mineiros AMM.

Campanha/MG, 18 de Agosto de 2026

LÁZARO ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas Carvalho Brandao
Código Identificador:56212AE4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPESTRE

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATO AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO 056/2026

ATO AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO 056/2026 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE – M.G. – Torna pública a instauração do Processo Administrativo 160/2026 - Pregão Eletrônico 056/2026, SRP 026/2026, que tem por finalidade Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos novos, tipo vans e ônibus, destinados ao transporte de estudantes da rede municipal de ensino e ao transporte de atletas do Município para participação em competições, treinamentos, eventos esportivos e demais deslocamentos necessários ao desenvolvimento das ações esportivas municipais, visando atender às necessidades das Secretarias Municipais competentes. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Data/hora limite para envio das propostas: Até às 13h do dia 28/08/2026. Abertura sessão/julgamento: Às 13h do dia 28/08/2026 (Horário de referência de Brasília). Realização da sessão: Plataforma AMM Licita – www.ammlicita.org.br. Telefone de contato setor de licitação: (35) 98423 5170 – Obtenção do edital: www.campestre.mg.gov.br e www.pncp.goc.br.

RAFAELA REGINA DE SOUZA_
Pregoeira .

Publicado por:
Rafaela Mendes
Código Identificador:077737B2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPO FLORIDO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPALDE CAMPO FLORIDO/MG
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 011/2026

A Prefeitura Municipal de Campo Florido MG torna público a realização do Processo Licitatório nº 056/2026 – Pregão Eletrônico nº 011/2026, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** para "**SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES, MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E ÓRGÃOS VINCULADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FLORIDO/MG**". O certame será realizado pela plataforma "PLATAFORMA DE LICITAÇÕES AMM LICITA – https://ammlicita.org.br/" cuja sessão será realizada no dia 01 DE SETEMBRO DE 2026 AS 09:00. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacao@campoflorido.mg.gov.br ou pelo telefone 34-3322-0213.

Campo Florido-MG 19 de agosto de 2026.

ALEX FELIX AMAD.
Pregoeiro.

Publicado por:
Alex Félix Amad
Código Identificador:45B25BE7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPALDE CAMPO FLORIDO/MG
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2026
CONCORRÊNCIA 006/2026

Prefeitura Municipal de Campo Florido MG Torna público o Edital do PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 054/2026 – CONCORRÊNCIA Nº 006/2026 - **CONSTRUÇÃO DE UM PÁTIO COM ESTRUTURA METÁLICA E TELHADO CERÂMICO NA ESCOLA MUNICIPAL CÁRITA BELLA DE BARROS ALVES, LOCALIZADA NA RUA ADEMIR SINATRA MARQUES, Nº 58, BAIRRO TÉRCIO WANDERLEY, NA CIDADE CAMPO FLORIDO/MG, NO PROGRAMA FORTALECIMENTO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.** O certame será realizado pela plataforma "PLATAFORMA DE LICITAÇÕES AMM LICITA – https://ammlicita.org.br/" cuja sessão será realizada no dia 04 DE SETEMBRO DE 2026 as 09:00. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacao@campoflorido.mg.gov.br ou pelo telefone 34-3322-0213.

Campo Florido-MG 19 de agosto de 2026.

ALYSSON EDUARDO DA SILVA.

Publicado por:
Alex Félix Amad
Código Identificador:3BA50189

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPOS ALTOS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO - PROCESSO Nº 38/2026 - INEXIGIBILIDADENº 08/2026.

Prefeitura Municipal de Campos Altos – MG – EXTRATO DO CONTRATO - PROCESSO Nº 38/2026 - Inexigibilidade Nº 08/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Campos Altos – MG. Objeto: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, LUBRIFICANTES, PNEUS E ACESSÓRIOS GENUÍNOS OU ORIGINAIS DE FÁBRICA, APLICANDO O MAIOR DESCONTO SOBRE AS TABELAS TRAZEM VALOR PARA PEÇAS, PNEUS E ACESSÓRIOS, E TEMPARIO PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, DESTINADOS AOS VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS, MÁQUINAS E MOTOCICLETAS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS ALTOS - MG. Contratado: JKA AUTO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA. Contrato nº. 73/2026. Vigência: 18/08/2026 a 30/04/2027. Data assinatura 18/08/2026.

Campos Altos – MG, 18/08/2026.

VICENTE DE PAULO MATEUS
Pref. Mun.

Publicado por:
Paulo Junior da Silva
Código Identificador:25DD9097

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO - PROCESSO Nº 75/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2026

Prefeitura Municipal de Campos Altos – MG – EXTRATO DO CONTRATO - PROCESSO Nº 75/2026 - Pregão Eletrônico Nº 39/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Campos Altos – MG. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO DE UNIFORMES QUE SERÃO UTILIZADOS NOS EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICIPIO DE CAMPOS ALTOS-MG.. Contratado: HB PROTECTION LTDA. Contrato nº. 152/2026. Vigência: 18/08/2026 a 18/08/2027. Data assinatura 18/08/2026. Valor Contrato: R$ 37.465,40. Contratado: JULIA COELHO MEDEIROS SANTOS. Contrato nº. 153/2026. Vigência: 18/08/2026 a 18/08/2027. Data assinatura 18/08/2026. Valor Contrato: R$ 5.775,00. Contratado: DIAS MELLO LTDA. Contrato nº. 154/2026. Vigência: 18/08/2026 a 18/08/2027. Data assinatura 18/08/2026. Valor Contrato: R$ 4.858,00.

Campos Altos – MG, 18/08/2026

VICENTE DE PAULO MATEUS –
Pref. Mun.

Publicado por:
Paulo Junior da Silva
Código Identificador:3E330934

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO - PROCESSO Nº 99/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 27/2026

Prefeitura Municipal de Campos Altos – MG – EXTRATO DO CONTRATO - PROCESSO Nº 99/2026 - Inexigibilidade Nº 27/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Campos Altos – MG. Objeto: CONTRATAÇÃO DA DUPLA DELMIR E DELMON E BANDA QUEBRA TOPETE PARA REALIZAÇÃO DE SHOW MUSICAL COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 03H00MIN (TRÊS HORAS), PREVISTO PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 13/09/2026 (DOMINGO), DURANTE O ENCONTRO DE CARREIROS E DESFILE DE CARROS DE BOI. Contratado: DELFIM COSTA. Contrato nº. 156/2026. Vigência: 18/08/2026 a 18/11/2026. Data assinatura 18/08/2026. Valor Contrato: R$ 3.500,00.

Campos Altos – MG, 18/08/2026.

VICENTE DE PAULO MATEUS –
Pref. Mun.

Publicado por:
Paulo Junior da Silva
Código Identificador:149285E5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAPITÃO ANDRADE

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026

Face à Ata de Abertura e Julgamento das Propostas e ao Mapa de Apuração das Propostas junto aos presentes autos, ADJUDICO como vencedora da presente licitação a seguinte licitante: 40.946.126 JAINY DA SILVA NEVES – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 40.946.126/0001-78, vencedora dos lotes de nº 01, 02, 03, 05, 06, 07, 08 e 09, perfazendo um valor final total de R$ 148.230,00 (cento e quarenta e oito mil e duzentos e trinta reais), visando a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavagem geral e higienização externa e interna da frota de veículos e máquinas pertencentes ao Município de Capitão Andrade/MG.

Prefeitura Municipal de Capitão Andrade/MG, 18 de agosto de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:0D1E266A

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADJUDICAÇÃO

CHAMADA PUBLICA Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 004/2026

Face à Ata de Abertura e Julgamento das Propostas junto aos presentes autos, considerando cumprimentos das exigências legais e demais exigências constantes do ofício e instrumento de contrato, ***ADJUDICO*** *como vencedor da presente licitação as seguintes empresas:* ***ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MACUCO E COMUNIDADES VIZINHAS****, vencedora dos itens contatados em sua proposta, os itens de nº 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 36, 37, 38, 39 e 40, perfazendo um valor final total de R$ 308.750,77(trezentos e oito mil, setecentos e cinquenta reais e setenta e sete centavos); e* ***OTONIEL MIRANDA ROCHA OLIVEIRA****, vencedora dos itens contatados em sua proposta, o item de nº 28, perfazendo um valor total de R$ 7.028,75(sete mil e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos), visando à Aquisição de produtos de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e de empreendedores familiares rurais, organizados em cooperativas, associações ou grupos informais, visando ao atendimento das demandas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para oferta nas escolas da rede municipal de ensino durante o ano letivo de 2026, bem como das demais Secretarias Municipais de Capitão Andrade/MG.*

Prefeitura Municipal de Capitão Andrade/MG, 14 de agosto de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:33F54AF1

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ANULAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE/MG – EXTRATO DE ANULAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2026, modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2026, menor preço por valor total, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada em engenharia e serviços de eficiência energética para execução de Obra de Modernização do Sistema de Iluminação Pública do Município de Capitão Andrade/MG. Por intermédio do seu prefeito, Sr. Jackson de Oliveira Machado, no uso de suas atribuições legais, e na forma do art. 5, 18 e 40, da Lei 14.133/2021, em razão dos motivos de interesse público que o revestem.

Prefeitura Municipal de Capitão Andrade/MG, 18 de agosto de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:8B289DB5

LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026

Em cumprimento ao disposto no art. 71, IV, da Lei Federal nº 14.133/21 e, considerando cumprimentos das exigências legais e demais exigências constantes do ofício e instrumento de contrato, HOMOLOGO como vencedora da presente licitação a seguinte licitante: 40.946.126 JAINY DA SILVA NEVES – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 40.946.126/0001-78, vencedora dos lotes de nº 01, 02, 03, 05, 06, 07, 08 e 09, perfazendo um valor final total de R$ 148.230,00 (cento e quarenta e oito mil e duzentos e trinta reais), visando a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavagem geral e higienização externa e interna da frota de veículos e máquinas pertencentes ao Município de Capitão Andrade/MG, e autorizo a publicação do instrumento de contrato no Quadro de Avisos da Prefeitura para que surtam os jurídicos efeitos esperados.

Ciência aos interessados observados as prescrições legais pertinentes.

Prefeitura Municipal de Capitão Andrade/MG, 18 de agosto de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:E001E69E

LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO

CHAMADA PUBLICA Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 004/2026

Em cumprimento ao disposto no art. 71, IV, da Lei Federal nº 14.133/21 e, considerando cumprimentos das exigências legais e demais exigências constantes do ofício e instrumento de contrato, ***HOMOLOGO*** *o presente Processo Licitatório em epígrafe, como vencedora as seguintes empresas:* ***ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MACUCO E COMUNIDADES VIZINHAS; e, OTONIEL MIRANDA ROCHA OLIVEIRA,*** *visando à Aquisição de produtos de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e de empreendedores familiares rurais, organizados em cooperativas, associações ou grupos informais, visando ao atendimento das demandas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para oferta nas escolas da rede municipal de ensino durante o ano letivo de 2026, bem como das demais Secretarias Municipais de Capitão Andrade/MG.*

Prefeitura Municipal de Capitão Andrade/MG, 14 de agosto de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:4B5629F5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARANGOLA

PREFEITURA DE CARANGOLA
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 1050/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA – Processo Licitatório nº1050/2026 – **Pregão Eletrônico** nº049/2026. Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de vidros canelado, liso, temperados e espelhados para atender a demanda da Secretaria de Municipal de Educação e Esportes (**creches/escolas urbanas, distritais e rurais**), conforme quantitativos constantes neste Termo de Referência. **Recebimento das Propostas:**até as 09h29min do dia 02/09/2026– **Início da Sessão de disputa de preços:** 02/09/2026, as 09hrs e 30min – Informações: Prefeitura Municipal, Praça Coronel Maximiano, 88, Centro, Carangola/MG – Tel: (32) 3741-9600.

Carangola/MG, 18/08/2026 –

ANA CAMILA PACHECO DE MOURA,
Agente de Contratação.

Publicado por:
Juliana Mesquita Biajoli
Código Identificador:D28BD4B0

PREFEITURA DE CARANGOLA
EXTRATO DE RESULTADO DE DISPENSA ELETRÔNICA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1039/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 072/2026

EXTRATO DE RESULTADO DE DISPENSA ELETRÔNICA

O Agente de Contratação, no desempenho de suas atribuições legais, em conformidade com todo o processado no Processo Administrativo nº 1039/2026, modalidade Dispensa Eletrônica nº 072/2026, e em atenção a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados, o seguinte **RESULTADO FINAL, CONTRATO E ENCERRAMENTO:**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1039/2026 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 072/2026.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de balança corporal digital e otoscópio, destinados ao atendimento das necessidades da unidade, conforme especificações técnicas e quantitativos estabelecidos no termo de referência.

CONTRATADA: SOLIDTECH COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 51.115.136/0001-88.

VALOR DO CONTRATO: R$ 6.211,95 (seis mil duzentos e onze reais e noventa e cinco centavos).

PRAZO: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA: 18/08/2026

Pelo presente, promovo a publicação imediata deste Extrato nesta data, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, procedendo consequente arquivamento desta Licitação.

Carangola/MG, 18 de agosto de 2026.

ERYCK CHRYSTYAN RAVAIANI DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Juliana Mesquita Biajoli
Código Identificador:28D5E306

PREFEITURA DE CARANGOLA
EXTRATO FINAL PROCESSO 775/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 775/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Agente de Contratação, no desempenho de suas atribuições legais, em conformidade com todo o processado no Processo Administrativo nº 775/2026, modalidade Pregão Eletrônico nº 037/2026, e em atenção a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados, o seguinte **RESULTADO FINAL, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E ENCERRAMENTO:**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 775/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026.

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de materiais pré-fabricados para construções, em atendimento às demandas da secretaria de obras, conforme quantitativos constantes deste Termo de Referência.

CONTRATADA: PRIME ATACADISTA E VAREJISTA LTDA , inscrito no CNPJ sob o nº 57.131.692/0001-14.
VALOR DA ATA: R$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais).

PRAZO: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA: 18/08/2026.

CONTRATADA: ATRION COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 67.201.291/0001-57.
VALOR DA ATA: R$ 1.114.875,00 (um milhão cento e quatorze mil oitocentos e setenta e cinco reais).

PRAZO: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA: 18/08/2026.

CONTRATADA: PEREIRA & CUNHA PREMOLDADOS E CONSTRUÇÕES LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 19.788.965/0001-19.
VALOR DA ATA: R$ 108.750,00 (cento e oito mil setecentos e cinquenta reais).

PRAZO: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA: 18/08/2026.

Pelo presente, promova a publicação imediata deste Extrato nesta data, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, procedendo consequente arquivamento desta Licitação.

Carangola/MG, 18 de agosto de 2026.

ANA CAMILA PACHECO DE MOURA
Agente de Contratação

Publicado por:
Juliana Mesquita Biajoli
Código Identificador:6DC84A69

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARLOS CHAGAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE ARP´S - PRC 65.2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS CHAGAS – MG PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 25/2026 - Extrato de Atas de Registro de Preços de Processo. **Contratante:** Município de Carlos Chagas. **Processo N°.** 65/2026 – referente ao Registro de Preços para eventual e futura aquisição de materiais e enfeites de natalinos para ornamentação de Natal do município de Carlos Chagas, projeto Carluz Chagas, ação elencada no calendário anual da Secretaria Municipal de Cultura, Lazer e Turismo – Ata De Registro De Preços **Nº. 175/2026** – JP Equipamentos Ltda, Ata De Registro De Preços **Nº. 176/2026** – Yan Goncalves Dos Santos Ltda; Ata De Registro De Preços **Nº. 177/2026** – D&A Comercio Exportação, Importação Transporte E Locação; Ata de Registro de Preços Nº. **178/2026** - RV Materiais Elétricos Ltda; Ata de Registro de Preços Nº. **179/2026** - F&P Assessoria E Promoção Em Vendas Ltda e Ata de Registro de Preços Nº. **180/2026** - Hause Neon Paineis Luminosos Ltda. Data da Assinatura: 18/08/2026. Vigência: 12(doze) meses a contar do dia subsequente a data da publicação – Data da Homologação: 07 de agosto de 2026.

DAGMAR SOARES DE OLIVEIRA MARTINS -
Secretária Municipal de Cultura.

Publicado por:
Aline Teixeira de Almeida
Código Identificador:EB2A6B62

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ARP - PRC 82.2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS CHAGAS – MG, Pregão Eletrônico nº. 30/2026 – Processo Licitatório nº. 82/2026 – Extrato da Homologação. **Objeto:** "Registro de preço para futura e eventual aquisição de marmitex e refeições tipo self-service, para eventos institucionais, corporativos, de representação e promocionais, envolvendo servidores a serviço da Administração Pública, visando atender as necessidades das Secretarias Municipais"**. Contratante**: Município de Carlos Chagas, **Favorecido:** Terezinha Joaquina Silva Ltda. Data da Homologação: 18 de agosto de 2026.

JOSÉ AMADEU NANAYOSKI TAVARES -
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS CHAGAS – MG, PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 30/2026 - Extrato de Ata de Registro de Preços de Processo. **Contratante:** Município de Carlos Chagas. **Favorecido:** Terezinha Joaquina Silva Ltda. Processo N°. 82/2026 – referente ao Registro de preço para futura e eventual aquisição de marmitex e refeições tipo self-service, para eventos institucionais, corporativos, de representação e promocionais, envolvendo servidores a serviço da Administração Pública, visando atender as necessidades das Secretarias Municipais – Ata De Registro De Preços Nº. 181/2026 – Terezinha Joaquina Silva Ltda. Data da Assinatura: 18/08/2026. Vigência: 12(doze) meses a contar da data da publicação – Data da Homologação: 18 de agosto de 2026.

JOSÉ AMADEU NANAYOSKI TAVARES–
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Aline Teixeira de Almeida
Código Identificador:4FAB6534

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRTAO HOMOLOGAÇÃO PRC 65.2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS CHAGAS – MG, Pregão Eletrônico nº. 25/2026 – Processo Licitatório nº. 65/2026 – Extrato da Homologação, referente ao Registro de Preços para eventual e futura aquisição de materiais e enfeites de natalinos para ornamentação de Natal do município de Carlos Chagas, projeto Carluz Chagas, ação elencada no calendário anual da Secretaria Municipal de Cultura, Lazer e Turismo. Contratante: Município de Carlos Chagas. Favorecidos: JP Equipamentos Ltda, Yan Goncalves Dos Santos Ltda, D&A Comercio Exportação, Importação Transporte E Locação, RV Materiais Elétricos Ltda, F&P Assessoria E Promoção Em Vendas Ltda e Hause Neon Paineis Luminosos Ltda. Data da Homologação: 07 de agosto de 2026.

DAGMAR SOARES DE OLIVEIRA MARTINS -
Secretária Municipal de Cultura.

Publicado por:
Aline Teixeira de Almeida
Código Identificador:CDEA68D2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARMO DA MATA

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG. Aviso de Licitação – Concorrência Eletrônica n.º 009/2026 – Processo Licitatório n.º 111/2026. O Município de Carmo da Mata-MG, torna público nos termos das Lei Federal n.º 14.133/21, por intermédio de sua Prefeita, o Processo Licitatório n.º 111/2026, Concorrência Eletrônica n.º 009/2026, visando a Contratação de empresa especializada em construção civil para a execução de obra de pavimentação poliédrica e drenagem pluvial em trechos de ruas diversas no Povoado dos Campos – Zona Rural - município de Carmo da Mata-MG, incluindo mão de obra e materiais, conforme especificações constantes no projeto básico, planilhas orçamentárias, projetos existentes e demais documentos. Data e Horário de início da sessão: 31/08/2026, 09:00. Portal: **www.licitardigital.com.br.** Maiores informações e Edital completo no site: www.carmodamata.mg.gov.br e **www.licitardigital.com.br**.

MÔNICA BORGES DE SOUSA –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Ruan de Castro Silva
Código Identificador:57B5E4BB

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
DISPENSA DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG. Aviso de Dispensa de Licitação n.º 031/2026 – Processo Licitatório n.º 116/2026. o município de Carmo da Mata - MG, torna público a dispensa de licitação nº 031/2026. Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO AUTOMOTIVO PARA 01 (UM) VEÍCULO DA FROTA MUNICIPAL (PLACA: TEU9D14), UTILIZADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Empresa admitida para contratação direta: SEGUROS SURA LTDA, CNPJ: 33.065.699/0001-27, com valor global de R$3.453,97 (três mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e noventa e sete centavos), nos termos do artigo 75, inciso III, alínea "a" da Lei 14.133/2021. Maiores informações no site: www.carmodamata.mg.gov.br.

MÔNICA BORGES DE SOUSA –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Raíssa Karolyna Alves Santos
Código Identificador:CFA80C20

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO. O MUNICÍPIO DE CARMO DA MATA/MG TORNA PÚBLICO O EXTRATO DE ATA CUJA DESPESA CORREU À CONTA DE DOTAÇÕES PRÓPRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE: DETENTOR DA ATA: **ZENITTI SOLUCOES E SERVICOS LTDA,** CNPJ Nº 44.222.010/0001-47. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KITS DE UNIFORME ESPORTIVO PARA AULAS DE JUDÔ VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS PEDAGÓGICAS DAS UNIDADES ESCOLARES NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ESPORTIVAS E EDUCACIONAIS, EM ATENDIMENTOS ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CARMO DA MATA/MG. DATA: 17/08/2026.

MÔNICA BORGES DE SOUSA –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Ruan de Castro Silva
Código Identificador:74BBF8D6

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG – EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO. O MUNICÍPIO DE CARMO DA MATA/MG TORNA PÚBLICO O EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO CUJA DESPESA CORREU À CONTA DE DOTAÇÕES PRÓPRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE: CONTRATADO: **IDEAL LOCAÇÕES LTDA**, CNPJ: 04.904.860/0001-00. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE

EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS PLANEJAMENTO E GESTÃO. DATA: 17/08/2026.

MÔNICA BORGES DE SOUSA –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Ruan de Castro Silva
Código Identificador:90A0D63A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARMO DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 049/2026

EXTRATO DO TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 049/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 038/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CARMO DE MINAS - MG, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede de sua Prefeitura Municipal na Rua Luiz Gomes, nº 150, Centro, CNPJ 18.188.243/0001-60.

CONTRATADA: PILARES INDÚSTRIA, COMÉRCIO E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA inscrita no CNPJ sob nº 31.295.340/0001-10.

OBJETO DO ADITIVO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a inclusão de serviço necessário à adequada execução da obra, em estrita observância aos preceitos da *Lei Federal nº 14.133/2021*.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este **Termo Aditivo** fundamenta-se no **art. 124, inciso I, alínea "b"**, e no **art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como nas justificativas constantes do **Processo Licitatório nº 38/2026.**

DATA DA ASSINATURA: 18/08/2026.

DARCI PALMA DE MELO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Silva de Freitas
Código Identificador:1D240B5C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CÁSSIA

MUNICÍPIO DE CÁSSIA
PREGAO ELETRONICO Nº 033/2026 - MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁSSIA/MG PROCESSO LICITATORIO 130/26 – PREGAO ELETRÔNICO 033/26 – REGISTRO DE PREÇO Nº 028/2026. A Prefeitura de Cássia/MG torna público que realizará o seguinte Processo Administrativo Licitatório: Pregão Eletrônico nº 033/2026. Objeto: "Futura e Eventual Aquisição de Material de Limpeza e de Higienização para a Manutenção das Atividades da Administração Municipal", sendo recebidas as propostas até às 8h do dia 31 de AGOSTO de 2.026, e início da disputa de lances às 8h30min do mesmo dia, cujo critério de julgamento será o de "Menor Preço Por Lote (ITEM)", conforme anexo I. O Edital do Pregão Eletrônico está à disposição dos interessados nos sites www.bnc.org.br e www.cassia.mg.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal, na sala da Seção de Licitações, nos dias úteis das 7h às 11h e das 13h às 17h – informações pelo tel. (0**35) 3541-5709 / 5710 ou pelos e-mails licitacoes@cassia.mg.gov.br, cleiton.batista@cassia.mg.gov.br e vinicius.melo@cassia.mg.gov.br. Para tirar dúvidas técnicas (35) 3541-5700 (Ezequias Rodrigues – Educação) ou pelo e-mail ezequias.rodrigues@cassia.mg.gov.br.

Cássia/MG, 18 de AGOSTO de 2.026.

DONIZETE VILELA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Vinicius Portela Melo
Código Identificador:69DE17EB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CATAS ALTAS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS & CONVÊNIOS
ATO DE AUTORIZAÇÃO

Ref: Aquisição de medicamentos.

Assunto: Compra de medicamentos por meio do Programa Estadual Farmácia de Todos e Compra Estadual de Medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica de Minas Gerais, através da Ata de Registro de Preços nº 52/2026, gerida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, Subsecretaria de Compras Públicas.

Diante da apresentação da Requisição, Termo de Referência e ETP pela Secretaria Municipal de Saúde fica autorizado a abertura de processo para distribuição gratuita de medicamentos e insumos a população.

Catas Altas/MG, 18 de agosto de 2026.

Autoridade Superior:
SAULO MORAIS DE CASTRO
Prefeito

Publicado por:
Dândara Cristina Barbosa
Código Identificador:883DE89A

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS & CONVÊNIOS
ATO DE AUTORIZAÇÃO

Ref: Aquisição de medicamentos.

Assunto: Compra de medicamentos por meio do Programa Estadual Farmácia de Todos e Compra Estadual de Medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica de Minas Gerais, através da Ata de Registro de Preços nº 93/2026, gerida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, Subsecretaria de Compras Públicas.

Diante da apresentação da Requisição, Termo de Referência e ETP pela Secretaria Municipal de Saúde fica autorizado a abertura de processo para distribuição gratuita de medicamentos e insumos a população.

Catas Altas/MG, 18 de agosto de 2026.

Autoridade Superior:
SAULO MORAIS DE CASTRO
Prefeito

Publicado por:
Dândara Cristina Barbosa
Código Identificador:782FFC1A

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS & CONVÊNIOS
ATO DE AUTORIZAÇÃO

Ref: Aquisição de medicamentos.

Assunto: Compra de medicamentos por meio do Programa Estadual Farmácia de Todos e Compra Estadual de Medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica de Minas Gerais, através da Ata de Registro de Preços nº 323/2025, gerida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, Subsecretaria de Compras Públicas.

Diante da apresentação da Requisição, Termo de Referência e ETP pela Secretaria Municipal de Saúde fica autorizado a abertura de processo para distribuição gratuita de medicamentos e insumos a população.

Catas Altas/MG, 18 de agosto de 2026.

Autoridade Superior:
SAULO MORAIS DE CASTRO
Prefeito

Publicado por:
Dândara Cristina Barbosa
Código Identificador:F2635CCB

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS & CONVÊNIOS
AUTORIZAÇÃO ADESÃO ATA RP CONSÓRCIO CIDRUS

GABINETE DO PREFEITO E ASSESSORIAS
ATO DE AUTORIZAÇÃO
Ref: Abertura do processo para adesão a ata de registro de preços nos moldes da lei 14.133/2021.
Assunto: Adesão à Ata de Registro de Preços no 015/2024 — Concorrência Eletrônica no 001/2024, gerenciada pelo CIDRUS — Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, em favor da empresa PLATOR ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA.
Diante da apresentação de Requisição, Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar apresentada pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Obras e Mação, faz-se necessária a contratação dos serviços técnicos especializados.
Sendo assim, fica autorizada a abertura do processo de adesão, nos moldes da Lei no 14.133/2021 e da Resolução CIDRUS no 07/2021.

Catas Altas/MG, 15 de julho de 2026.

Autoridade Superior:
SAULO M AIS DE CASTRO
Prefeito

Praça Monsenhor Mendes, 136 - Centro, Catas Altas - MG, 35969-000
Tel.: 0800 031 7140 - www.catasaltas.mg.gov.br

Publicado por:
Evlen Silva Gomes
Código Identificador:D1D15614

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 782/2026

PORTARIA Nº 782/2026

Designa servidor para análise e decisão dos pedidos de inscrição no Programa Municipal de Prestação de Serviços Mecanizados Rurais, instituído pelo Decreto Municipal nº 973/2026.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DE CATAS ALTAS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e;
CONSIDERANDO o disposto no art. 6º, §2º, do Decreto Municipal nº 973, de 30 de julho de 2026, que regulamenta o Programa Municipal de Prestação de Serviços Mecanizados Rurais e estabelece a necessidade de designação expressa de servidor para a análise dos pedidos de inscrição;
CONSIDERANDO a necessidade de dar celeridade e formalidade aos procedimentos de análise dos requerimentos apresentados pelos pequenos produtores rurais;

RESOLVE

Art. 1º Designar o servidor Flávio Lataliza Franca, portador da matrícula funcional nº 29106/2, para, em caráter primário, analisar e decidir os pedidos de inscrição no Programa Municipal de Prestação de Serviços Mecanizados Rurais, conforme as regras e critérios estabelecidos no Decreto Municipal nº 973/2026.

Parágrafo único. As atribuições do servidor designado incluem a verificação do cumprimento dos requisitos de elegibilidade, dos limites de atendimento e da correta apresentação do Formulário de Inscrição Padronizado, nos termos dos Capítulos II e III do Decreto Municipal nº 973/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Catas Altas/MG, 17 de agosto de 2026.

RONALDO BENTO MARTINS
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Publicado por:
Bruna Rodrigues da Fonseca
Código Identificador:961C6CB2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CENTRALINA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2026 FUNDAMENTO LEGAL: ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021 EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAI

INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2026
FUNDAMENTO LEGAL: ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021
EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS.
O Município de Centralina, em conformidade com Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados Dispensa de Licitação para**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE DE MATERIAIS DE CONSUMO (DESCARTÁVEIS EM GERAL)** COM FUNDAMENTO LEGAL NO ART. 75, II, DA LEI 14.133 DE 01/04/2021,podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços e Documentação de Habilitação, até o dia 21/08/2024 às 23:59 horas. A proposta de Preços deverá ser protocolizada na Prefeitura Municipal de Centralina, na Praça Alceu Virgílio dos Santos, nº 1 – Centro – Cep: 38.390-000, ou enviadas no E-mail: licitacao.centralina@gmail.com. O Edital de Intenção completo está disponível no site:https://centralina.mg.gov.br/licitanew.html
Maiores informações pelos telefones (34) 3267-8000/99643-2900, e-mail: licitacao.centralina@gmail.com.

Centralina, 17 de agosto de 2026.

SUELÂINE DE FÁTIMA MOURA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Suelâine Fátima Moura Silva
Código Identificador:EC7679AA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CIPOTÂNEA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E CONTROLE
PROCESSO Nº. 030/2026-PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 016/2026-DESPACHO DE ARQUIVAMENTO

DESPACHO DE ARQUIVAMENTO

O Prefeito do Município de Cipotânea, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigência, **DETERMINA O ARQUIVAMENTO** do Processo Administrativo/Licitatório Nº. 030/2026 – Pregão Eletrônico Nº. 016/2026, sob o fundamento de que o aludido processo licitatório não apresentou propostas válidas, assim como não houveram Empresas Licitantes habilitadas neste referido certame, resultando o mencionado processo como sendo fracassado, razão pela qual não restou alternativa senão o encerramento e o consequente arquivamento do presente feito.

Remetam-se os autos ao Agente de Contratação/Pregoeiro, bem como a Equipe de Apoio para providenciarem a publicação do procedimento de arquivamento junto aos órgãos de divulgação oficial/imprensa deste Município.

Publique-se.

Cipotânea, 13 de agosto de 2026.

ROBERTO HENRIQUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandre Sebastião Rodrigues
Código Identificador:4C23E5B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E CONTROLE
PROCESSO Nº. 030/2026-PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 016/2026-TERMO DE ARQUIVAMENTO

TERMO DE ARQUIVAMENTO

O Agente de Contratação e os Senhores Integrantes da Equipe de Apoio, com fulcro na decisão emanada por parte do Senhor Prefeito Municipal, procedem ao ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo/Licitatório Nº. 030/2026 – Pregão Eletrônico Nº. 016/2026.

Publique-se.

Cipotânea, 13 de agosto de 2026.

ALEXANDRE SEBASTIÃO RODRIGUES
Agente de Contratação

Publicado por:
Alexandre Sebastião Rodrigues
Código Identificador:9D5C3FA9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E CONTROLE
PROCESSO Nº.054/2022 - DISPENSA Nº. 009/2022 - DESPACHO

DESPACHO

O Prefeito do Município de Cipotânea, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigência, AUTORIZA o 04º. (Quarto) Termo de Prorrogação/Aditivo e o Reajuste ao Contrato Nº. 037/2022, Processo Nº. 054/2022 – Dispensa Nº. 009/2022, em consonância com os termos e as demais manifestações apresentadas por parte da Comissão de Contratação desta aludida Prefeitura.

Publique-se.

Cipotânea, 17 de agosto de 2026

ROBERTO HENRIQUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandre Sebastião Rodrigues
Código Identificador:AB2DE1B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E CONTROLE
PROCESSO Nº.054/2022 - DISPENSA Nº. 009/2022 - EXTRATO DE TERMO ADITIVO/PRORROGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIPOTÂNEA – Quarto Termo Aditivo ao Contrato Nº. 037/2022 – Processo Nº. 054/2022 – Dispensa Nº. 009/2022 – Contratante: Município de Cipotânea – Contratada: Empresa FACILITA TELECOM LTDA. – Objeto: Contratação de Empresa para Assessoria e Consultoria Técnica Especializada na Gestão de Telecomunicação em Telefonia fixa, Móvel e Internet, juntamente com a cessão de 16 (dezesseis) linhas móveis, com 80 GB de dados de internet e ligações ilimitadas para todo o território nacional, em Atendimento às Necessidades Exaradas por parte da Secretaria Municipal de Governo da Prefeitura da Cidade de Cipotânea – Valor Mensal: R$ 1.603,21 – Valor Global: R$ 19.238,52 –Vigência: 02/09/26 a 02/09/27.

Publicado por:
Alexandre Sebastião Rodrigues
Código Identificador:62A3A536

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CLÁUDIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS PÚBLICOS PARA O QUADRO DE PESSOAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIO/MG - EDITAL Nº 01/2026

EXTRATO RETIFICAÇÃO Nº 01

O Exmo. Sr. José Rodrigues Barroso de Araújo, DD. Prefeito do Município de Cláudio/MG, torna público a disponibilização da **Retificação nº 01**, referente ao Edital nº 01/2026 do Concurso Público do Município de Cláudio/MG e esclarece que o extrato será afixado no Quadro de Avisos e Publicações da Prefeitura Municipal de Cláudio/MG. A **Retificação nº 01** será publicada, em sua íntegra, no endereço eletrônico: **www.ibgpconcursos.com.br**.

Cláudio/MG, 18 de agosto de 2026.

JOSÉ RODRIGUES BARROSO DE ARAÚJO
Prefeito do Município

Publicado por:
Lorena Goncalves da Silva Fonseca
Código Identificador:F6428B16

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATAS 269 A 271 2026 - PRC 130 2026 - PE 038 2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO: O Prefeito do Município de Cláudio, faz publicar o extrato da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** referente ao **PROCESSO LICITATÓRIO N° 130/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO - SRP**

Nº 038/2026. Objeto: O objeto da presente licitação é o registro de preços para futura e eventual aquisição de bombas d'água submersas, tubos, conexões, peças hidráulicas e materiais complementares destinados à instalação, manutenção corretiva e preventiva de poços artesianos, sistemas de abastecimento de água e redes hidráulicas das comunidades rurais e demais unidades atendidas pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município. A licitação será dividida em lotes, devendo o licitante apresentar proposta contemplando a totalidade dos itens que compõem cada lote para o qual optar por concorrer, conforme tabela constante do Termo de Referência, sendo-lhe facultada a participação em um ou mais lotes. **ATA Nº 269/2026, C & X DISTRIBUICAO DE PRODUTOS HIDRAULICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 38.349.410/0001-15, no valor global de R$128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais); **ATA Nº 270/2026, HIDRO COMERCIAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 47.735.745/0001-62, no valor global de R$62.800,00 (sessenta e dois mil e oitocentos reais); **ATA Nº 271/2026, RUMO ELETROTECNICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 49.173.485/0001-04, no valor global de R$61.900,00 (sessenta e um mil e novecentos reais). Vigência: 13/08/2026 a 13/08/2027. Fundamentação Legal: Art. 28, I, da Lei 14.133/21.

Cláudio, 18 de agosto de 2026.

JOSÉ RODRIGUES BARROSO DE ARAÚJO -
Prefeito do Município.

Publicado por:
Lorena Goncalves da Silva Fonseca
Código Identificador:25907E5D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO 166 2026 - PRC 117 2026 - PE 030 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO, PROCESSO LICITATÓRIO N° 117/2026, PREGÃO ELETRÔNICO N° 030/2026. O Prefeito do Município de Cláudio, faz publicar o extrato do **CONTRATO Nº 166/2026**. Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a contratação de instituição financeira, pública ou privada, para operar os serviços e gerenciamento de créditos provenientes da folha de pagamento dos servidores do Município de Cláudio/MG, através das empresas **CCLA DA REGIÃO DO CIRCUITO CAMPOS DAS VERTENTES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.232.383/0001-59, no valor total de **R$ 905.000,00 (novecentos e cinco mil reais)**. Vigência 13/08/2026 a 13/08/2031. Fundamentação Legal: Art. 28, I da Lei 14.133/21.

Cláudio, 18 de agosto de 2026.

JOSÉ RODRIGUES BARROSO DE ARAÚJO -
Prefeito do Município.

Publicado por:
Lorena Goncalves da Silva Fonseca
Código Identificador:C1A54A48

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO 168 2026 - PRC 201 2025 - DISP 062 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO, PROCESSO LICITATÓRIO N° 201/2025, DISPENSA N° 062/2025. O Prefeito do Município de Cláudio, faz publicar o extrato do **CONTRATO Nº 168/2026**. Objeto: A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos, itens e ferramentas de rede, no atendimento à demanda de instalações, adequações e manutenções na infraestrutura de rede dos locais de atendimento ao público sem infraestrutura, bem como agilizar situações de mudanças de endereço dos diversos setores e departamentos em funcionamento fora da sede da Prefeitura Municipal de Cláudio, através das empresas **TAVARES E FONSECA EQUIPAMENTOS DE PROTAÇÃO E ACESSÓRIOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.652.834/0001-35, no valor total de **R$ 48.834,15 (quarenta e oito mil, oitocentos e trinta e quatro reais e quinze centavos)**. Vigência 12/08/2026 a 04/09/2026.

Cláudio, 18 de agosto de 2026.

JOSÉ RODRIGUES BARROSO DE ARAÚJO -
Prefeito do Município.

Publicado por:
Lorena Goncalves da Silva Fonseca
Código Identificador:8EA6D135

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO - CONTRATO 164 2026 - PRC 240 2025 - PE 055 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO: O Prefeito do Município de Cláudio, faz publicar o extrato de **PRIMEIRO TERMO ADITIVO** referente ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 240/2025, PREGÃO ELETRÔNICO N° 055/2025.** Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresas especializadas em aluguel de equipamentos para eventos diversos, atendendo todas as demandas das secretarias, assessorias e departamentos da prefeitura municipal de Cláudio. **CONTRATO N° 164/2026**, **SOM STEREO MIX LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n° **18.127.274/0001-01**. Objeto do aditivo: Por força do presente termo, fica acrescido o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais); Considerando o acréscimo descrito no presente termo aditivo, o Contrato passa a vigorar com o valor global de R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

Cláudio, **18** de **agosto** de 2026.

JOSÉ RODRIGUES BARROSO DE ARAÚJO -
Prefeito do Município.

Publicado por:
Lorena Goncalves da Silva Fonseca
Código Identificador:3B34CC42

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO - CONTRATO 168 2026 - PRC 201 2025 - DISP 062 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO: O Prefeito do Município de Cláudio, faz publicar o extrato de **PRIMEIRO TERMO ADITIVO** referente ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 201/2025, DISPENSA N° 062/2025.** Objeto: A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos, itens e ferramentas de rede, no atendimento à demanda de instalações, adequações e manutenções na infraestrutura de rede dos locais de atendimento ao público sem infraestrutura, bem como agilizar situações de mudanças de endereço dos diversos setores e departamentos em funcionamento fora da sede da Prefeitura Municipal de Cláudio. **CONTRATO N° 168/2026**, **TAVARES E FONSECA EQUIPAMENTOS DE PROTAÇÃO E ACESSÓRIOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n° **10.652.834/0001-35**. Objeto do aditivo: fica prorrogado até 04 de setembro de 2027.

Cláudio, **18** de **agosto** de 2026.

JOSÉ RODRIGUES BARROSO DE ARAÚJO -
Prefeito do Município.

Publicado por:
Lorena Goncalves da Silva Fonseca
Código Identificador:EC960881

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CÔNEGO MARINHO

COMISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 116-2025

Processo Administrativo de Compras nº. 066/2025

Licitação Dispensada nº. 012/2025

Objeto: A prorrogação da vigência contratual, por mais 12 (doze) meses a partir do dia 16/07/2026 com término em 15/07/2027.

Contratada: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE - CIMAMS, inscrito no CNPJ nº 21.505.692/0001-08

Vigência: 12 (doze) meses

Dotação Orçamentária: Projeto/Atividade: 05.01.02.10.301.0010.2029 Manutenção da Atenção Básica - Elemento/Item: 33903900 Outros Serv. Terc. - P. Jurídica - Fonte: 1621000000 Transferências Fundo a Fundo - Ficha: 0262.
Projeto/Atividade: 06.01.01.12.122.0015.2037 Manutenção das Ações da Secretaria Munic. de Educação - Elemento/Item: 33903500 Serviços de Consultoria - Fonte: 1500001001 Recursos Não Vinculados de Impostos - Ficha: 0377.

Publicado por:
Pollyane Borges Gomes Niz
Código Identificador:D5523CAE

COMISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 120/2025

Processo Administrativo de Compras nº.068/2025

Adesão nº. 011/2025 à Ata de Registro de Preços nº. 002/2025 - PROCESSO LICITATORIO Nº 003/2025- PREGÃO ELETRÔNICO N° 003/2025, realizado pelo Consórcio CIMVALES

Objeto: A promoção do acréscimo ao quantitativo dos itens inicialmente contratados, correspondente a até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, em razão da necessidade da Administração e do interesse público devidamente justificado.

Contratada: PROJEMINAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº.25.372.472/0001-04

Valor estimado: 136.880,00 (cento e trinta e seis mil, oitocentos e oitenta reais).

Dotação Orçamentária: Projeto/Atividade: 07.01.01.13.392.0020.2047 Manutenção das Festividades Cívicas, Culturais e Populares – Elemento/Item: 33903900 Outros Serv. Terc. - P. Jurídica – Fonte: 1500000000 Recursos Não Vinculados de Impostos – Ficha: 0475.

Publicado por:
Pollyane Borges Gomes Niz
Código Identificador:6BBBB51C

COMISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 110/2025

Processo Administrativo de Compras nº. 019/2025

Inexigibilidade de Licitação nº. 007/2025

Objeto: A prorrogação da vigência contratual, por mais 12 (doze) meses a partir do dia 15/07/2026 com término em 14/07/2027.

Contratada: PETRONÍLIO RAMOS DE OLIVEIRA COSTA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 57.639.652/0001-98

Vigência: 12 (doze) meses.

As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

Publicado por:
Pollyane Borges Gomes Niz
Código Identificador:C2ACAE46

COMISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 111/2025

Processo Administrativo de Compras nº. 019/2025

Inexigibilidade de Licitação nº. 007/2025

Objeto: A prorrogação da vigência contratual, por mais 12 (doze) meses a partir do dia 15/07/2026 com término em 14/07/2027.

Contratada: R & V CONSULTORIOS MEDICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 61.138.250/0001-87

Vigência: 12 (doze) meses.

As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

Publicado por:
Pollyane Borges Gomes Niz
Código Identificador:3F214E18

COMISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 112/2025

Processo Administrativo de Compras nº. 019/2025

Inexigibilidade de Licitação nº. 007/2025

Objeto: A prorrogação da vigência contratual, por mais 12 (doze) meses a partir do dia 16/07/2026 com término em 15/07/2027.

Contratada: FELIPE CORREA MENEZES NETO, inscrito no CPF sob o nº. ***.085.636-**

Vigência: 12 (doze) meses.

As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

Publicado por:
Pollyane Borges Gomes Niz
Código Identificador:FF137325

COMISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 113/2025

Processo Administrativo de Compras nº. 019/2025

Inexigibilidade de Licitação nº. 007/2025

Objeto: A prorrogação da vigência contratual, por mais 12 (doze) meses a partir do dia 15/07/2026 com término em 14/07/2027.

Contratada: KESSIA LUIANNE DAMASCENO DIAS, inscrita no CPF sob o nº. ***.036.326-**

Vigência: 12 (doze) meses.

As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

Publicado por:
Pollyane Borges Gomes Niz
Código Identificador:953A86A4

COMISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 114/2025

Processo Administrativo de Compras nº. 019/2025

Inexigibilidade de Licitação nº. 007/2025

Objeto: A prorrogação da vigência contratual, por mais 12 (doze) meses a partir do dia 15/07/2026 com término em 14/07/2027.

Contratada: POLLYANA MOTA OLIVEIRA, inscrita no CPF sob o nº. ***.063.426-**

Vigência: 12 (doze) meses.

As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

Publicado por:
Pollyane Borges Gomes Niz
Código Identificador:7E8C72D9

COMISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 118/2025

Processo Administrativo de Compras nº. 019/2025

Inexigibilidade de Licitação nº. 007/2025

Objeto: A prorrogação da vigência contratual, por mais 12 (doze) meses a partir do dia 19/07/2026 com término em 18/07/2027.

Contratada: TIAGO GUSMAO FREITAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 61.347.935/0001-33

Vigência: 12 (doze) meses.

As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

Publicado por:
Pollyane Borges Gomes Niz
Código Identificador:A2D90004

COMISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 125/2025

Processo Administrativo de Compras nº. 019/2025

Inexigibilidade de Licitação nº. 007/2025

Objeto: A prorrogação da vigência contratual, por mais 12 (doze) meses a partir do dia 02/08/2026 com término em 01/08/2027.

Contratada: GABRIELA DE OLIVEIRA BRITO SERVICOS MEDICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 61.686.460/0001-00

Vigência: 12 (doze) meses.

As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

Publicado por:
Pollyane Borges Gomes Niz
Código Identificador:8EDABC3D

COMISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 126/2025

Processo Administrativo de Compras nº. 019/2025

Inexigibilidade de Licitação nº. 007/2025

Objeto: A prorrogação da vigência contratual, por mais 12 (doze) meses a partir do dia 02/08/2026 com término em 01/08/2027.

Contratada: GABRIELA DE OLIVEIRA BRITO SERVICOS MEDICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 61.686.460/0001-00

Vigência: 12 (doze) meses.

As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

Publicado por:
Pollyane Borges Gomes Niz
Código Identificador:6F2A1D16

COMISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 050/2026

Processo Administrativo de Compras nº 007/2026

Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 004/2026, Ata de Registro de Preços nº 16/2026

Objeto: REGISTRAR a inclusão de nova DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 06.01.03.12.361.0016.3025 Investimento nas Ações do Ensino Fundamental – Elemento/Item: 44905200 Equipamentos e Mat.Permanentes – Fonte: 1710003210 Transferência Especial dos Estados – Ficha: 0732.

Contratada: R.E SILVA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 50.273.443/0001-24

Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais.

Publicado por:
Pollyane Borges Gomes Niz
Código Identificador:5402E092

COMISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 055/2026

Processo Administrativo de Compras nº 007/2026

Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 004/2026, Ata de Registro de Preços nº 024/2026

Objeto: REGISTRAR a inclusão de nova DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 06.01.03.12.361.0016.3025 Investimento nas Ações do Ensino Fundamental – Elemento/Item: 44905200 Equipamentos e Mat.Permanentes – Fonte: 1710003210 Transferência Especial dos Estados – Ficha: 0732.

Contratada: SC INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESSÓRIOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 29.583.709/0001-49

Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais.

Publicado por:
Pollyane Borges Gomes Niz
Código Identificador:866ED192

COMISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 057/2026

Processo Administrativo de Compras nº 007/2026

Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 004/2026, Ata de Registro de Preços nº 026/2026

Objeto: REGISTRAR a inclusão de nova DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 06.01.03.12.361.0016.3025 Investimento nas Ações do Ensino Fundamental – Elemento/Item: 44905200 Equipamentos e Mat.Permanentes – Fonte: 1710003210 Transferência Especial dos Estados – Ficha: 0732.

Contratada: SANDRO VILMAR PIRES ME, inscrita no CNPJ sob o nº 09.253.952/0001-91

Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais.

Publicado por:
Pollyane Borges Gomes Niz
Código Identificador:210CDF65

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CONGONHAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAL/MG - AVISO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO Nº 033/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0108/2026.

Ana Paula de Oliveira, Pregoeira Municipal do Município de Congonhal/MG, no uso de suas atribuições legais, torna público a todos os interessados a retificação do Edital do Pregão Eletronico – Pregão Eletronico nº 0033/2026, Processo Licitatório nº 0108/2026 – Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE CONGONHAL/MG**, cujo extrato foi publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros na data de 03 de agosto de 2026. Fica **suprimida a exclusividade de participação de Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP** anteriormente estabelecida no Edital, passando o certame a admitir a participação de **todas as empresas que atendam integralmente às condições de habilitação e demais exigências estabelecidas no instrumento convocatório**, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Complementar nº 123/2006.Dessa forma, onde constar no Edital disposição que estabeleça a participação **exclusiva de Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP**, deverá ser considerada **suprimida**, passando a participação no certame a ocorrer de forma **ampla**, nos termos das condições estabelecidas no Edital e seus anexos. Diante da alteração, será disponibilizado um novo edital com as retificações aqui previstas no site: https://congonhal.mg.gov.br e **www.portaldecompraspublicas.com.br.** Fica alterada a data da sessão pública para Início de Cadastramento das Propostas: **19/08/2026 – 08H00MIN**. Fim de Cadastramento das Propostas: **02/09/2026 – 08H15MIN**. Abertura das Propostas e análises: **02/09/2026 – 08H30MIN**. Fase de Disputa de Lances: **02/09/2026 – 09H00MIN.**Fica mantidos inalterados as demais clausulas publicados no edital anterior. Para maiores informações, os interessados deverão procurar á Prefeitura Municipal de Congonhal/MG, através do Setor de Licitações pelo Telefone (35) 3424-3000 ou (35) 99186-0024 ou pelo e-mail licitacao1@congonhal.mg.gov.br em horário comercial. Fica mantidos inalterados os demais itens publicados no edital anterior.

Congonhal/MG, 18 de agosto de 2026 -

ANA PAULA DE OLIVEIRA -
Pregoeira Municipal.

Publicado por:
Ana Paula de Oliveira
Código Identificador:42654984

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CONQUISTA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº043/2026

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

*A Secretaria Municipal de Cultura do Município de Conquista, Estado de Minas Gerais, no*uso de suas atribuições legais, nos permissivos termos do artigo 71 da Lei Federal n.º 14.133/21, resolve**ADJUDICAR e HOMOLOGAR** a**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 043/2026**Processo de Licitação Nº**118/2026, cujo objeto é aCONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM GESTÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, VISANDO APOIAR A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA ORGANIZAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO, PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO, CAPACITAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES VINCULADAS AO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SUAS, de acordo com o artigo 75, inciso XI Lei 14.133/21, Ficha 383, Fonte 1500/0000.**

EMPRESA:

GESCON CONSULTORIA LTDA - CNPJ: 516.657.969/0001-70

VALOR TOTAL R$ 64.800,00 (sessenta e quatro mil oitocentos reais)

Prefeitura Municipal de Conquista, Estado de Minas Gerais, aos 18 (dezoito) dias do mês de agosto de 2026.

MICHELLE ULHOA MARTINS MOURA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Keula Alves Soares
Código Identificador:EA67223C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESPOSTA ESCLARECIMENTO PE 034

RESPOSTA A PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 105/2026
Pregão Eletrônico nº034/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO E FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS DE LEGITIMAÇÃO DO VALE ALIMENTAÇÃO, NA FORMA DE CARTÃO ELETRÔNICO, MAGNÉTICO OU DE SIMILAR TECNOLOGIA, EQUIPADO COM MICROPROCESSADOR COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA, COM A FINALIDADE DE SER UTILIZADO PELOS COLABORADORES DA PREFEITURA DE CONQUISTA NUMA ESTIMATIVA DE 570 SERVIDORES.

Trata-se de solicitação de esclarecimento relativo ao Edital do Pregão Eletrônico acima mencionado, formulado por empresa interessada em participar do referido certame.

DA ADMISSIBILIDADE E DA TEMPESTIVIDADE DO PEDIDO
A Lei nº 14.133/21, estabelece em seu art.164, que *"qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame".*
Considerando que a abertura do certame está marcada para o dia 20/08/26 e que a impugnação foi protocolada no dia 17/08/2026, a mesma se encontra tempestiva, razão pela qual partiremos à análise do mérito.
O Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, estabelece em seu art. 17, inciso II, o seguinte:
Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial: [...] II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
Preliminarmente há que se esclarecer que o referido pedido de esclarecimento não tem efeito de recurso, portanto não há que se falar em efeito suspensivo, tampouco sua remessa à autoridade superior, tendo o Pregoeiro nesta fase processual, todos os poderes para averiguação de quaisquer contestações que se façam ao texto editalício, decidindo sobre cada caso, conforme a legislação pertinente.

DOS ESCLARECIMENTOS/RESPOSTA

Considerando o objeto do presente certame, qual seja a contratação de empresa para prestar serviço especializado na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de documentos de legitimação do vale alimentação, na forma de cartão eletrônico, magnético ou de similar tecnologia, equipado com microprocessador com chip eletrônico de segurança, com a finalidade de ser utilizado pelos colaboradores da prefeitura de conquista numa estimativa de 570 servidores. solicitamos o seguinte esclarecimento: 1) Atualmente, o Municipio De Conquista possui contrato vigente para a execução de objeto semelhante? Em caso positivo, solicitamos a gentileza de informar: a) Qual a empresa atualmente contratada; EMPRESA MEGA VALE b) Qual a taxa de administração praticada no contrato vigente. A TAXA ATUAL É 0% 2) Em relação à cláusula editalícia que estabelece a vedação à participação de "pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe foi imposta", Solicitamos esclarecer se está correto o entendimento de que tal restrição se aplica exclusivamente às sanções vigentes que impeçam a licitante de contratar com o próprio Municipio De Conquista que tenham abrangência geral (como a declaração de inidoneidade), não alcançando, portanto, penalidades de suspensão temporária aplicadas por outros órgãos ou entidades, cujos efeitos se limitam ao respectivo ente sancionador. O questionamento decorre do fato de a redação da cláusula apresentar caráter genérico, sendo necessário confirmar a sua correta interpretação à luz do entendimento jurisprudencial e doutrinário consolidado sobre a matéria. EMPRESAS INIDONIAS E AQUELAS QUE SOFRERAM ALGUMA PENALIZAÇÃO DO MUNICIPIO 3) O Edital prevê a obrigatoriedade de utilização de aplicativo nas plataformas IOS e ANDROID. No entanto, há soluções tecnológicas que operam integralmente em ambiente Web, acessíveis por meio de navegadores padrão amplamente utilizados em smartphones, sem necessidade de instalação de aplicativo específico. Nesse contexto, considerando que tais sistemas são desenvolvidos com tecnologia responsiva, permitindo acesso e plena operacionalização em desktops, tablets e smartphones, solicitamos esclarecer se soluções com essas características serão consideradas aptas a atender à exigência editalícia. SIM O PODERÁ SER ACEITO APP E TAMBÉM WEBAPP 4) Em relação ao item 7.20 e ao subitem 7.21.1, inciso I, do edital, que exigem a comprovação de experiência por meio de atestados de "serviço de gerenciamento de vale alimentação com órgão da administração municipal, estadual ou federal com quantitativo similar ou superior", solicitamos o seguinte esclarecimento: Será aceito, para fins de qualificação técnica, atestado de capacidade técnica que comprove a execução de serviços similares de administração e gerenciamento de benefícios ou de soluções de gestão por meio de sistema informatizado e rede credenciada, ainda que relacionados a objetos distintos, tais como gerenciamento de manutenção de frotas, abastecimento, benefícios corporativos ou outros serviços de intermediação e gestão operacional? Entendemos que a exigência de atestado exclusivamente voltado ao gerenciamento de vale-alimentação pode restringir indevidamente a competitividade do certame, uma vez que a atividade principal a ser comprovada consiste na capacidade de administrar, gerenciar, operacionalizar e controlar benefícios por meio de plataforma tecnológica, emissão de cartões, processamento de créditos e gestão de rede credenciada, características presentes em diversos contratos de natureza semelhante. Nesse sentido, considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que admite a comprovação de aptidão mediante serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, solicitamos a confirmação de que serão aceitos atestados relativos à prestação de serviços de gerenciamento informatizado, inclusive de manutenção de frotas e outros modelos de intermediação e administração, desde que demonstrem capacidade operacional compatível com o objeto licitado. Está correto o entendimento?**Resposta ao Questionamento nº 04**

Não está correto o entendimento de que serão automaticamente aceitos quaisquer atestados relativos a serviços de gerenciamento informatizado, manutenção de frotas, abastecimento, benefícios corporativos ou outros serviços de intermediação e administração, pelo simples fato de utilizarem plataforma tecnológica e rede credenciada.

Nos termos do art. 67, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a qualificação técnico-operacional poderá ser comprovada mediante atestados que demonstrem a execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior àquela do objeto licitado.

Nesse sentido, a exigência prevista nos itens 7.20 e 7.21.1, inciso I, do edital deverá ser interpretada à luz da legislação, não se exigindo identidade absoluta entre o objeto do atestado e o objeto da licitação. Serão admitidos, portanto, atestados relativos a serviços similares, desde que, mediante análise objetiva de seu conteúdo, demonstrem capacidade operacional compatível com as características e parcelas relevantes do objeto.

Entretanto, a mera utilização de sistema informatizado, emissão de cartões ou existência de rede credenciada não é suficiente, isoladamente, para caracterizar a similaridade exigida pela legislação. Deverão ser consideradas as características efetivamente relevantes da contratação, especialmente aquelas relacionadas ao gerenciamento de benefícios, administração de usuários, processamento e disponibilização de créditos, utilização de cartões ou meios eletrônicos de pagamento, gestão e controle de rede credenciada, processamento de transações e demais atividades operacionalmente relevantes ao objeto.

Assim, atestados referentes a gerenciamento de manutenção de frotas, abastecimento ou outros serviços de intermediação poderão ser analisados e eventualmente aceitos**desde que seu conteúdo demonstre, de forma objetiva, complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior às parcelas relevantes do serviço ora licitado**. Não haverá, portanto, aceitação automática de atestados apenas em razão da existência de plataforma informatizada ou rede credenciada.

Ressalta-se que a exigência não tem por finalidade restringir a competitividade do certame, mas assegurar que a futura contratada possua capacidade técnico-operacional suficiente para executar adequadamente o objeto, em observância ao art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e aos princípios da isonomia, competitividade, razoabilidade, proporcionalidade e seleção da proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso para a Administração.

Dessa forma,**serão aceitos atestados de serviços similares, ainda que não tenham exatamente a mesma denominação do objeto licitado, desde que comprovem experiência compatível em complexidade tecnológica e operacional com as parcelas relevantes da contratação**, cabendo à Administração realizar a análise individualizada do conteúdo e da efetiva similaridade dos serviços comprovados.

DA APRECIAÇÃO DOS ESCLARECIMENTOS

Conforme consta no Decreto n°. 10.024/2019, o Pregoeiro poderá requisitar subsídios dos responsáveis pela elaboração dos anexos que acompanham o instrumento convocatório, se não vejamos:

Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial: [...] II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos; Art. 23. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.

poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

Neste sendo, esta Pregoeira encaminhou a solicitação anexo aos autos, para a Secretaria Municipal de Administração e RH do Município com intuito de analisar e responder aos esclarecimentos apresentados.

Isto posto e considerando ter saneadas as dúvidas, o conteúdo deste expediente será publicado no Diário oficial do Município e na Plataforma Licitanet, de acordo com os termos do parágrafo único, do art. 164, da Lei Federal nº 14.133/21,

Conquista, 18 de agosto de 2026

IARA MARIA RIBEIRO
Agente de Contratação

Publicado por:
Iara Maria Ribeiro
Código Identificador:36762440

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESPOSTA ESCLARECIMENTO PE 036

RESPOSTA A PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 110/2026
Pregão Eletrônico nº036/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE INFRAESTRUTURA DE HARDWARE (SERVIDOR DE PROCESSAMENTO E ARMAZENAMENTO, ATIVOS DE ENERGIA E PERIFÉRICOS), JUNTAMENTE COM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MONITORAMENTO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E SUPORTE TÉCNICO PRESENCIAL E REMOTO PARA AMBIENTE DE VIRTUALIZAÇÃO BASEADO EM SOFTWARE LIVRE, COM ATENDIMENTO EM REGIME DE PLANTÃO (SOBREAVISO E PRESENCIAL) INCLUSIVE EM HORÁRIOS NOTURNOS, FINAIS DE SEMANA E FERIADOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

Trata-se de solicitação de esclarecimento relativo ao Edital do Pregão Eletrônico acima mencionado, formulado por empresa interessada em participar do referido certame.

DA ADMISSIBILIDADE E DA TEMPESTIVIDADE DO PEDIDO
A Lei nº 14.133/21, estabelece em seu art.164, que *"qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame".*
Considerando que a abertura do certame está marcada para o dia ,21/08/26 e que a impugnação foi protocolada no dia 12/08/26, a mesma se encontra tempestiva, razão pela qual partiremos à análise do mérito.
O Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, estabelece em seu art. 17, inciso II, o seguinte:
Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial: [...] II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
Preliminarmente há que se esclarecer que o referido pedido de esclarecimento não tem efeito de recurso, portanto não há que se falar em efeito suspensivo, tampouco sua remessa à autoridade superior, tendo o Pregoeiro nesta fase processual, todos os poderes para averiguação de quaisquer contestações que se façam ao texto editalício, decidindo sobre cada caso, conforme a legislação pertinente.

DOS ESCLARECIMENTOS
Solicitamos esclarecimentos sobre o Pregão Eletronico 036/2026, conforme segue abaixo.
1. Sobre o ambiente atual
Quantas máquinas virtuais (VMs) existem atualmente no ambiente da Prefeitura?
09 máquinas virtuais.
Qual o sistema operacional de cada máquina virtual atualmente em produção?
07 windows server e dois Linux. Inclusive um dos Windows Ad esta na versão 2008. E tem 2012 rodando e 2019.

Qual o volume atual utilizado de armazenamento (TB)?
Hojetem a disponibilidade de 12 terra pelo virtualizador. Mesmo não utilizando todo o armazenamento, ainda conta backups.
Qual a taxa média de crescimento anual dos dados armazenados?
2 a 3 terra ao ano.

Existe inventário da infraestrutura atual? Em caso positivo, solicitamos sua disponibilização.
Não. E no momento por ser infraestrutura própria não é possível liberar o ambiente por razões da lei LGPD. Visto que as máquinas possuem dados sensíveis.

2. Sobre migração e implantação
A contratada deverá realizar migração dos ambientes atualmente em produção para a nova infraestrutura?
Sim. A migração é por conta da contratada. O ambiente interno após tem que ser disponibilizado os acessos das consoles, e inclusive em caso de positivo a estrutura atual irá fornecedor os backups para restauração. Porém a restauração fica a cargo da empresa vencedora.

Em caso afirmativo, qual o volume estimado dos dados a serem migrados?

Deverá ser realizada migração P2V (Physical to Virtual)?
Não já são virtuais e são proxmox.

Existem bancos de dados que necessitem ser migrados? Quais tecnologias são utilizadas?
Nâo há necessidade pois a máquina virtual já esta previamente configurada.

Existe janela de migração previamente definida pela Administração?
Existe e estipulado em edital.

Haverá ambiente de homologação para testes antes da entrada em produção?
No caso possuímos dois active directory que não permite rodar duas máquinas em paralelo. E como já esta tudo configurado, não é possível. O processo é migrou, desligou o anterior e ver se ninguém fica sem login, sem internet e sem os serviços que estão instalado.

3. Sobre os servidores
O edital menciona em diversos pontos o fornecimento de "(02 Servidores)". Confirmamos que o quantitativo correto é de dois servidores físicos?
São dois físicos, onde serão vitualizadas 09 máquinas, e ainda existe um terceiro que é o servidor de backup com as informações

Os dois servidores deverão operar em cluster de alta disponibilidade (HA)?
Por hora estão em separado.

Caso não haja cluster, qual a finalidade operacional do segundo servidor?
Divisão de carga. Tenho um ad em cada máquina fora a divisão dos processos.

Existe exigência de redundância entre os servidores?
Não apenas backup
Qual a quantidade estimada de VMs que deverá ser suportada pelo ambiente virtualizado?
Conforme falado acima 09 dividas em 05 máuqinas no primeiro servidor e 04 no segundo

4. Sobre os nobreaks
Qual a potência mínima exigida para cada nobreak?
1500 va.

Os nobreaks deverão ser monofásicos ou senoidais?
Sim

Os nobreaks deverão ser novos de fábrica?
Sim.

Haverá necessidade de módulos externos de bateria?
Sim. Os nobreaks deve suportar o sistema em torno de 3 horas, pois é comum quedas.
Hojetem 2 nobreak 1500 va, porém são da empresa que presta serviço e consta no edital de licitação

Os nobreaks serão incorporados ao patrimônio do Município ao final do contrato ou permanecerão de propriedade da contratada?

Não são de responsabilidade da empresa vencedora inclusiva possíveis manutenções e trocas

5. Sobre o backup
O disco externo USB de 2TB deverá ser fornecido pela contratada?
Não faz parte da licitação para cada máquina e na realidadehojeusa 8 terra para backup em cada infraestrutura. Não caso são dois equipamentos sendo 16 terra para o backup.Hojea empresa que presta serviço fornece o equipamento de backup com os hds.

O HD externo deverá permanecer em posse da Prefeitura ao final do contrato?
Sim, por motivos de restauração na nova estrutura e LGPD.

Existe exigência de retenção mínima dos backups?
Sim é uma semana de cada máquina.

Qual a política de retenção esperada (diária, semanal, mensal e anual)?
Diária.

Existe necessidade de backup em local externo (offsite)?
Não.

O município possui solução de backup atualmente em funcionamento?

6. Sobre licenciamento
O edital exige a instalação de sistemas operacionais Windows Server 2008 e Windows Server 2012 legalizados. As respectivas licenças já pertencem ao Município?

Caso não pertençam ao Município, a contratada deverá fornecer as licenças?
Sim. Será informado mas dos 7 windows, tem 01 licença do server 2008, server 2012 são 04, server 2019 tem 02,

Existe comprovação de regularidade das licenças atualmente utilizadas?
Sim foram fornecidas e estão funcionando e atualizando na migração teremos que trocar as licenças, pois foram adquiridas pela empresa prestadora de serviço.

Existem outras licenças ou softwares que deverão ser disponibilizados pela contratada?
bçai

7. Sobre o suporte e SLA
Qual o SLA máximo para atendimento remoto?
Em tempo real.

Qual o SLA máximo para atendimento presencial?
De 2 a 3 horas em caso de desatre recory.

Qual o SLA máximo para solução dos incidentes?
Hojeo backup demora para restaurar em torno de 12 horas. Sendo que os dois ad tem que ser restaurado imediatamente, para que os sistema não pare de funcionar.

Existe histórico da quantidade de chamados registrados nos últimos 12 meses?
Não existe, pois o prestador é acionado a todo minuto que é necessário alguma interação. Esse controlehojeesta com a prestadora de serviço. No caso acionamos e solicitamos a correção.

Existe classificação de criticidade para os chamados?
Sim existe, em caso de não funcionamento do AD. Toda a rede fica indisponível, compartilhamentos de impressoras, autenticação, navegação, hash.

Quantas intervenções presenciais ocorreram nos últimos 12 meses?
Com falado anteriormente, é solicitado o problema é corrigido. Não possuo a quantidade de chamados que foram realizados.

8. Sobre o Hot Spare
O edital exige peças e hardware de contingência (Hot Spare). Quais componentes mínimos deverão ser mantidos em estoque pela contratada?
Em caso de pane a contratada tem que trocar o servidor
O estoque Hot Spare deverá permanecer dentro das dependências do Município ou poderá permanecer nas instalações da contratada?
Disponível para troca imediata em caso de problemas.

Existe SLA específico para substituição de hardware defeituoso?
Houve problemas de fonte de energia, watercooler que queimou, mas foram trocados com no máximo de 1 hora após o defeito.

9. Sobre o contrato vigente
Existe atualmente contrato ativo para prestação dos serviços objeto desta licitação?
Existe um técnico que administra todas as máquinas virtualizadas e deve possuir acesso ao ambiente de virtualização. Mas as manutenções são realizadas em conjunto para evitar problemas futuros.
Qual a empresa atualmente responsável pela prestação dos serviços?
Canassa e Valente Ltda
Qual o valor mensal praticado no contrato vigente?
R$ 3600,00 por servidor

Considerando que o ETP informa que a estimativa de preços utilizou o contrato vigente como referência, solicitamos a disponibilização do contrato atualmente em execução.
O Contrato encontra-se disponível no portal da transparência

10. Sobre possível restrição de competitividade
Qual a justificativa técnica para a exigência simultânea de:
Servidor biprocessado com mínimo de 48 núcleos;
GPU dedicada;
Compatibilidade com Linux, FreeBSD e Windows Server;
Sistema de refrigeração líquida (water cooler)?
Pois serem ambiente onde recebe várias conexões, é o mínimo que um equipamento necessita para que suporte as conexões e o funcionamento de 24/7.

Serão aceitas soluções equivalentes que atendam ou superem o desempenho exigido, independentemente da arquitetura adotada pelo fabricante? A arquitetura necessária para o funcionamento foi especificada em licitação.

Será aceita solução baseada em servidores corporativos de fabricantes tradicionais (Dell, HPE, Lenovo, Huawei ou equivalentes), desde que atendam ao desempenho mínimo especificado? Sim.

Existe estudo técnico que demonstre a necessidade operacional da GPU dedicada para execução das cargas atualmente existentes? Os equipamentoshojede acordo com a arquitetura possuem as configurações que são necessários uma gpu externa. E por estarem funcionando sem problemas o que se espera é um equipamento igual ou melhor.

Existe estudo técnico que justifique a exigência específica de refrigeração líquida em substituição a sistemas corporativos de refrigeração por ar utilizados por fabricantes de mercado?
Já realizamos testes com máquinas mais convencionais e as mesmas não suportaram a carga e aqueciam.Hojea estrutura possui watercoolers.

11. Sobre a composição de preços
O valor estimado de R$ 86.400,00 considera apenas a locação dos equipamentos ou contempla também todos os serviços de suporte, plantão, backup, fornecimento dos nobreaks, HD externo e manutenção?
Todo o processo de correção do ambiente virtualizado é feito em conjunto com o técnico responsável pelas máquinas e o suporte da empresa prestadora do serviço

O valor estimado foi calculado considerando dois servidores físicos ou apenas um servidor?
Dois servidores além do backup.

DA APRECIAÇÃO DOS ESCLARECIMENTOS

Conforme consta no Decreto n°. 10.024/2019, o Pregoeiro poderá requisitar subsídios dos responsáveis pela elaboração dos anexos que acompanham o instrumento convocatório, se não vejamos:
Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial: [...] II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos; Art. 23. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.
poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
Neste sendo, esta Pregoeira encaminhou a solicitação anexo aos autos, para a Secretaria requisitante com intuito de analisar e responder aos esclarecimentos apresentados.
Isto posto e considerando ter saneadas as dúvidas, o conteúdo deste expediente será publicado no Diário oficial do Município e na Plataforma Licitar Digital, de acordo com os termos do parágrafo único, do art. 164, da Lei Federal nº 14.133/21,

Conquista, 18 de agosto de 2026

IARA MARIA RIBEIRO
Agente de Contratação/Pregoeira

Publicado por:
Iara Maria Ribeiro
Código Identificador:B69CF18E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESPOSTA IMPUGNAÇÃO PE 034

RESPOSTA A PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 105/2026
Pregão Eletrônico nº034/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO E FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS DE LEGITIMAÇÃO DO VALE ALIMENTAÇÃO, NA FORMA DE CARTÃO ELETRÔNICO, MAGNÉTICO OU DE SIMILAR TECNOLOGIA, EQUIPADO COM MICROPROCESSADOR COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA, COM A FINALIDADE DE SER UTILIZADO PELOS COLABORADORES DA PREFEITURA DE CONQUISTA NUMA ESTIMATIVA DE 570 SERVIDORES.

DA ADMISSIBILIDADE

A empresa NEO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA, CNPJ:25.165.749/0001-10, inconformada com os termos do edital do procedimento licitatório, em epígrafe, apresentou impugnação por meio eletrônico.
A Lei nº 14.133/21, estabelece em seu art.164, que *"qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame".*
Considerando que a abertura do certame está marcada para o dia 20/08/2026 e que a impugnação foi protocolada no dia 17/08/2026, a mesma se encontra tempestiva, razão pela qual partiremos à análise do mérito.
DO MÉRITO

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO NEGATIVA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2026
Em análise à impugnação apresentada pela empresa**M&S SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA.**, especialmente quanto à possibilidade de apresentação de**taxa de administração negativa**, o Município de Conquista/MG apresenta os seguintes esclarecimentos.
I – DA INAPLICABILIDADE DA LEI Nº 14.442/2022 AO CASO CONCRETO, NOS TERMOS SUSTENTADOS PELA IMPUGNANTE
A impugnante sustenta que a Lei nº 14.442/2022 e o Decreto Federal nº 12.712/2025 teriam estabelecido vedação absoluta à apresentação de taxa de administração negativa.
Todavia, a interpretação não se aplica ao presente caso nos termos pretendidos pela impugnante.
O**Município de Conquista/MG não possui inscrição no Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, não participa do referido programa e não usufrui de qualquer benefício fiscal, tributário ou vantagem decorrente de sua adesão**.
A contratação objeto deste certame destina-se ao fornecimento de benefício alimentação aos**servidores públicos municipais**, submetidos ao regime jurídico próprio do Município, não se tratando de benefício concedido no âmbito do PAT ou de relação empregatícia regida pela CLT.
Essa distinção é expressamente reconhecida pela jurisprudência do**Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG**, órgão de controle externo competente para fiscalização do Município de Conquista.
II – DO ENTENDIMENTO ATUAL DO TCE-MG SOBRE A TAXA NEGATIVA
O entendimento sustentado pela impugnante não corresponde à jurisprudência atualmente adotada pelo**TCE-MG**.
No**Processo nº 1160591 – Denúncia**, julgado pela Segunda Câmara em**28/04/2026**, portanto já sob a vigência da regulamentação promovida pelo Decreto Federal nº 12.712/2025, o TCE-MG consignou expressamente:
"A Lei n. 14.442/2022 não obsta a aceitação de taxa de administração negativa em procedimentos licitatórios destinados à contratação de empresa para fornecimento de benefícios alimentação e refeição a servidores estatutários, por tratar exclusivamente de alterações no âmbito da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e da Lei n. 6.321/1976, que instituiu e regulamenta o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT."
O mesmo julgado reconheceu a**possibilidade de exigência de cartões bandeirados e arranjo aberto**, desde que a escolha administrativa esteja devidamente motivada.
Portanto, não procede a alegação de que os entendimentos anteriores do TCE-MG estariam superados simplesmente pela edição do Decreto nº 12.712/2025.
Ao contrário, o próprio TCE-MG,**já em 2026 e após a edição do referido Decreto**, reafirmou a possibilidade de taxa negativa para contratação destinada a servidores estatutários.
No**Processo nº 1181390**, também julgado em 2026, o Tribunal reiterou que a Lei nº 14.442/2022 não obsta a aceitação de taxa negativa em procedimentos dessa natureza.
Ademais, o TCE-MG possui entendimento consolidado no sentido de que, nas licitações destinadas ao fornecimento de vale-refeição ou alimentação,**é lícita, em regra, a fixação de taxa de administração negativa**, não sendo a taxa negativa, por si só, elemento suficiente para caracterizar inexequibilidade da proposta.
III – DA DISTINÇÃO ENTRE O PAT E A CONTRATAÇÃO REALIZADA PELO MUNICÍPIO
A impugnante menciona manifestação do Ministério do Trabalho e Emprego segundo a qual as regras do Decreto nº 12.712/2025 alcançariam empresas que operam benefícios de alimentação independentemente de inscrição no PAT.
Todavia, tal manifestação não altera o fato essencial de que**o Município de Conquista não é participante do PAT e não concede o benefício com fundamento naquele programa**.
O objeto da presente contratação é benefício instituído e custeado pelo próprio Município para seus servidores públicos, razão pela qual a análise jurídica deve considerar o regime jurídico dos beneficiários e, especialmente, a jurisprudência do Tribunal de Contas competente.
Nesse contexto, não se pode transformar a regulamentação do PAT e das relações trabalhistas privadas em uma vedação automática e absoluta às condições econômicas das contratações realizadas pela Administração Pública para seus servidores estatutários.
Essa é justamente a distinção reconhecida pelo TCE-MG no Processo nº 1160591.

IV – DA COMPETITIVIDADE E DA VANTAJOSIDADE

A manutenção da possibilidade de taxa de administração negativa também encontra fundamento nos princípios estabelecidos no**art. 5º e no art. 11 da Lei nº 14.133/2021**, especialmente quanto à competitividade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa.

A Administração não pode restringir antecipadamente a disputa mediante vedação que**não decorre de norma aplicável ao caso concreto e que, segundo o entendimento do órgão de controle externo competente, é juridicamente admissível**.

A taxa negativa constitui elemento econômico da disputa e permite que a Administração obtenha condições mais vantajosas, sem que sua apresentação implique, automaticamente, inexequibilidade.

Eventual proposta que apresente percentual excessivamente negativo poderá ser submetida à análise de sua exequibilidade, mediante critérios objetivos, conforme orientação do próprio TCE-MG.

V – DA OBSERVÂNCIA AO ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Importa destacar que o Município de Conquista está submetido à fiscalização do**Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG**, razão pela qual seus entendimentos constituem referência direta para a modelagem e fiscalização das contratações municipais.

No caso concreto, há pronunciamento**recente, específico e diretamente relacionado ao objeto desta contratação**, no qual o TCE-MG reconheceu que a Lei nº 14.442/2022 não impede a aceitação de taxa negativa em licitações destinadas ao fornecimento de benefícios alimentação e refeição a servidores estatutários.

Assim, a Administração Municipal não está simplesmente reproduzindo entendimento antigo ou anterior ao Decreto nº 12.712/2025, como afirma a impugnante. Está adotando orientação**expressamente reafirmada pelo TCE-MG em 2026**, já sob o atual marco normativo.

VI – CONCLUSÃO

Diante do exposto,**CONHECE-SE da impugnação**, por tempestiva, e, no mérito,**NÃO SE ACOLHE o pedido de exclusão da taxa de administração negativa**, pelos seguintes fundamentos:

a)o Município de Conquista/MG**não é inscrito no Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT e não usufrui de benefícios decorrentes do referido programa**;

b)a contratação destina-se aos servidores públicos municipais, submetidos ao regime jurídico próprio, não se confundindo com contratação realizada no âmbito do PAT ou de relação trabalhista regida pela CLT;

c)o**TCE-MG, no Processo nº 1160591, julgado em 28/04/2026**, reconheceu expressamente que a Lei nº 14.442/2022 não obsta a aceitação de taxa de administração negativa em contratações destinadas a servidores estatutários;

d)o entendimento foi reafirmado pelo TCE-MG em decisões recentes, inclusive no**Processo nº 1181390**, já sob o atual cenário normativo;

e)a taxa negativa, por si só, não caracteriza inexequibilidade da proposta, devendo eventual incompatibilidade econômica ser analisada concretamente e mediante critérios objetivos;

f)a manutenção da possibilidade de taxa negativa prestigia a competitividade, a economicidade e a busca da proposta mais vantajosa, em consonância com os arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma,**mantém-se a possibilidade de apresentação de taxa de administração negativa prevista no certame**, por estar em conformidade com o entendimento atual do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e com o regime jurídico aplicável à contratação.

Por consequência,**INDEFERE-SE o pedido de alteração do edital quanto à taxa de administração negativa**.

DA DECISÃO

Tendo em vista os argumentos apresentados pela licitante, bem como os fundamentos aqui demonstrados, conheço da impugnação, por tempestiva para, no mérito, negando o provimento.

Nos termos do parágrafo único, do art. 164, da Lei Federal nº 14.133/21, a resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial do Município

.

Conquista, 18 de agosto de 2026

IARA MARIA RIBEIRO
Agente de Contratação

Publicado por:
Iara Maria Ribeiro
Código Identificador:E296E74B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

RETIFICAÇÃO

NA PUBLICAÇÃO DA EDIÇÃO 4341 PUBLICADA NO DIA 18/08/2026 –
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026.
NAS INFORMAÇÕES INICIAIS
- ONDE SE LÊ PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2026
- LEIA-SE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2026
- ONDE SE LÊ PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
- LEIA-SE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

CONQUISTA – MG – 18/08/2026

KEULA ALVES SOARES TURRA

Publicado por:
Keula Alves Soares
Código Identificador:51F424F5

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 129/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2026

ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 085/2024 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS – CODONORTE – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2024 / PROCEDIMENTO LICITATÓRIO 053/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONQUISTA

CONTRATADO: **MABELÊ VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA**

OBJETO: É objeto do presente contrato a adesão à Ata de Registro de Preços nº 085/2024 do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas – CODONORTE – Pregão Eletrônico Nº 12/2024, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde de Conquista/MG, para aquisição dos seguintes veículos:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	QTDE	VALOR TOTAL
1	**VEÍCULO TIPO VAN** PASSAGEIRO - Veículo utilitário para transporte de passageiros OKM, ano de fabricação mínimo 2024, com capacidade de lotação de 15 passageiros + 01 motorista, motor a diesel, ar- condicionado, cintos de segurança individuais para todos os assentos e porta lateral de correr, potência mínima 135 CV, transmissão manual ou automática, direção hidráulica, freios ABS, airbag, alarme, rodas de aço aro 15 ou 16", pneus R15 ou R16, injeção eletrônica. Apresentar junto a essa proposta laudo de ensaio de cinto de três pontos para os bancos. MARCA: **RENAULT MASTER L2H2**	R$ 327.593,88	2	R$ 655.187,76

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta da **CONTRATADA**;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

VALOR: O valor total do presente contrato é de **R$ 655.187,76 (seiscentos e cinquenta e cinco mil, cento e oitenta e sete reais e setenta e seis centavos).**

VIGÊNCIA: A vigência do contrato será de 12 meses, contado da assinatura do presente.

CONQUISTA/MG,18 DE AGOSTO DE 2026.

ÃNDRIA MAIRA MANZAN CROSARA
Procuradora Geral Do Município

Publicado por:
Isis Vieira Abate
Código Identificador:E39BD084

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 128/2026.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONQUISTA

CONTRATADO: **LAMAR EVENTOS LTDA**

OBJETO: É objeto do presente contrato a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços na organização, execução e fornecimento de todo material necessário para a realização do evento "Queima do Alho" para um público estimado de 2.000 pessoas.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

O Termo de Referência;
1.2.2. O Edital da Licitação;
1.2.3. A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

VALOR: O valor total da prestação de serviços é de **R$ 46.800,00 (quarenta e seis mil e oitocentos reais)**

VIGÊNCIA: A vigência do contrato será de 02 (dois) meses, prorrogável nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

3.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Prefeitura, permitida a negociação com o contratado.

CONQUISTA/MG,18 DE AGOSTO DE 2026.

ÃNDRIA MAIRA MANZAN CROSARA
Procuradora Geral do Município

Publicado por:
Isis Vieira Abate
Código Identificador:4D3E1225

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 366/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONQUISTA

CONTRATADO: **CMT SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**

OBJETO: O presente Termo de Aditivo tem por objeto a primeira prorrogação da vigência do contrato.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 06/08/2026 com vencimento em 06/08/2027, nos termos do artigo 107 da Lei Federal 14.133/2021.

VALOR: Atribui-se para este termo aditivo a importância total estimado de **R$ 45.343,99 (quarenta e cinco mil, trezentos e quarenta e três reais e noventa e nove centavos).**

CONQUISTA/MG, 06 DE AGOSTO DE 2026.

FERNANDA NATÁLIA SOUZA SOARES
Procuradora Adjunta do Município

Publicado por:
Fernanda Natalia de Souza Soares
Código Identificador:21FBF95F

PROCURADORIA JURÍDICA
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO Nº 127/2026

Considerando que é retificar o valor do presente aditivo;

Fica retificado;

Onde SE LÊ'' O valor da Concessão referente ao uso do bem público será de **R$ 520,30 (quinhentos e vinte reais e trinta centavos)** mensais e **R$ 6.243,60 (seis mil, duzentos e quarenta e três reais e sessenta centavos)**, sendo que o pagamento deverá ser feito mensalmente, até o 05º dia útil do mês subsequente, através de Guia de Arrecadação.''

LEIA-SE *"*O valor da Concessão referente ao uso do bem público será de **R$ 525,00 (quinhentos e vinte e cinco reais)** mensais e **R$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais)**, sendo que o pagamento deverá ser feito mensalmente, até o 05º dia útil do mês subsequente, através de Guia de Arrecadação.

Por ser verdade, e para correção e resguardo desta Administração, lavrei a presente retificação.

CONQUISTA/MG, 18 DE AGOSTO DE 2026.

ÃNDRIA MAIRA MANZAN CROSARA
Procuradora Geral do Município

Publicado por:
Isis Vieira Abate
Código Identificador:DDE2AA83

PROCURADORIA JURÍDICA
TERMO DE INTENÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 085/2024 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS – CODONORTE

TERMO DE INTENÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 085/2024 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS – CODONORTE

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA/MG**, através do Processo Administrativo Interno, torna público o interesse em aderir à **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 085/2024 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS – CODONORTE – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2024 / PROCEDIMENTO LICITATÓRIO 053/2024**, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação de Conquista/MG para aquisição de novos veículos para o transporte escolar, conforme especificado no presente processo administrativo com um valor **ESTIMADO** de **R$ 655.187,76 (seiscentos e cinquenta e cinco mil, cento e oitenta e sete reais e setenta e seis centavos)** com a empresa **MABELÊ VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° 35.457.127/0001-19.

Sem mais para o presente momento, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Conquista/MG, aos 18 (dezoito) dias do mês de agosto de 2026.

SUELI APARECIDA SPIRANDELI DE SANTI
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Andria Maira Manzan Crosara
Código Identificador:329DCBF7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE COQUEIRAL

MUNICÍPIO DE COQUEIRAL
AVISO DE ADIAMENTO

O Município de Coqueiral/MG, por intermédio de sua Pregoeira, torna público o **ADIAMENTO da sessão pública do Pregão Eletrônico nº 033/2026, Processo Licitatório nº 079/2026, anteriormente designada para o dia 18/08/2026, às 08h00**, cujo objeto consiste no registro de preços para aquisição de veículos diversos, inclusive ambulância e Unidade Odontológica Móvel – UOM.
O adiamento decorre da necessidade de análise e adoção das providências decorrentes da impugnação apresentada ao Edital e respectivo Parecer Jurídico, incluindo manifestação da área técnica e eventual retificação do instrumento convocatório.
Nova data será oportunamente divulgada, observados os prazos e meios de publicidade legalmente aplicáveis.

Coqueiral/MG, 17 de agosto de 2026.

Publicado por:
Rafaela Lima Porto Rodrigues
Código Identificador:7FFC8079

MUNICÍPIO DE COQUEIRAL
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 108/2025

Processo Administrativo nº 084/2025 – Inexigibilidade nº 030/2025.
Contratante: Município de Coqueiral/MG.
Contratada: NP Tecnologia e Gestão de Dados Ltda., CNPJ nº 07.797.967/0001-95.
Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato nº 108/2025, referente à contratação de empresa especializada no fornecimento de assinatura de ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública – Banco de Preços.
Vigência: 19/08/2026 a 18/08/2027.
Valor: R$ 12.300,00 (doze mil e trezentos reais).
Motivo: Continuidade dos serviços.
Fundamentação: Lei Federal nº 14.133/2021.
Data de celebração: 18/08/2026.

Coqueiral/MG, 18 de agosto de 2026.

ROSSANO OLIVEIRA MARQUES
Secretário de Planejamento e Finanças.

Publicado por:
Rafaela Lima Porto Rodrigues
Código Identificador:7FAFBC1C

MUNICÍPIO DE COQUEIRAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FOMENTO Nº 005/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE COQUEIRAL – EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FOMENTO Nº 005/2026, INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO Nº 007/2026.
Objeto: O presente Termo de Fomento tem por finalidade formalizar a parceria entre a Administração Municipal e o Asilo Divino Espírito Santo, viabilizando o repasse de recursos financeiros destinados à aquisição de gêneros alimentícios, materiais de limpeza e higiene, utensílios diversos, medicamentos e fraldas. **Justificativa:** O Plano de Trabalho, "Realize V" está de acordo com intuito de preservar e promover o atendimento institucional recebido por idosos do município e imediações que de alguma forma tiveram seus vínculos familiares interrompidos e/ou rompidos. Os idosos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, necessitam de acolhimento adequado e humano, visto que por anos foram parte ativa da sociedade e que hoje por abandono ou impossibilidade de usufruírem da companhia de suas famílias, se encontram fragilizados e dependentes de Instituições Sociais que possam minimizar seu sofrimento e contribuir para uma nova reinserção social, efetiva e justa. O idoso, assim como qualquer ser humano, tem direito a uma vida digna à moradia e à saúde. Com o "Realize V", serão oferecidas aos idosos do Asilo melhores condições de atendimento, por meio da aquisição de gêneros alimentícios, materiais de limpeza e higiene, utensílios diversos, medicamentos e fraldas, essenciais ao cuidado diário, à promoção da saúde e à preservação da dignidade dos acolhidos. No momento, a instituição enfrenta dificuldades financeiras agravadas por alterações recentes na legislação aplicável às entidades de longa permanência e pela redução no número de internos, decorrente do falecimento de alguns residentes. Tais circunstâncias têm comprometido a capacidade da entidade de suprir suas necessidades básicas de consumo, afetando diretamente a qualidade do atendimento prestado. Com o apoio da Prefeitura Municipal de Coqueiral, será possível restabelecer a regularidade da assistência, garantindo melhores condições de vida aos idosos acolhidos, respeitando suas individualidades e assegurando-lhes maior conforto, segurança e bem-estar. **Base legal para efetivação do Termo de Fomento**, ademais, o Termo de Fomento formalizado está fundamentado no artigo 1º, caput da Lei Federal nº 13.019/2014 e 13.204/2015. Na Constituição da República que tem como um dos seus princípios fundamentais a dignidade do ser humano e destaca como uma das competências dos entes federados o dever de amparar as pessoas idosas assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida, conforme dispõe o artigo 230 da CF. Logo, vale destacar que para atender a referida solicitação, consideramos as especificidades da Lei Federal n.º 13.019/2014, e Lei Federal nº 13.204/2015, quanto à Inexigibilidade do Chamamento Público, ato respaldado na mesma lei. Firmado Termo de Fomento nº **005/2026,** com a associação privada denominada **ASILO DIVINO ESPÍRITO SANTO**, pessoa jurídica de direito privado, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 21.419.502/0001-21, com sede na rua Nassib Olímpio Lasmar, nº 235, Bairro Lasmar, nesta cidade de Coqueiral, Estado de Minas Gerais, Cep 37.235-000, firmado em **18 de agosto de 2026.** Valor do Repasse será de **R$ 100.000,00** (cem mil reais). Todos os atos praticados serão publicados no site www.coqueiral.mg.gov.br.

Coqueiral, 18 de agosto de 2026.

RÂNIA PATRÍCIA FERREIRA GARCIA –
Secretaria Municipal de Ação Social –

RENATO OLIVEIRA MARQUES –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rafaela Lima Porto Rodrigues
Código Identificador:90D16A62

MUNICÍPIO DE COQUEIRAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 010/2026
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 102/2026
Contratante: Município de Coqueiral/MG, CNPJ nº 18.239.624/0001-21.
Contratada: MEDSET SOLUÇÕES PARA SAÚDE LTDA, CNPJ nº 52.165.681/0001-41.
Objeto: Aquisição de 200 (duzentos) monitores de glicemia capilar (glicosímetros), conforme especificações técnicas definidas, destinados ao uso nas unidades da rede assistencial municipal de saúde do Município de Coqueiral/MG.

Valor unitário: R$ 126,24 (cento e vinte e seis reais e vinte e quatro centavos).
Valor global: R$ 25.248,00 (vinte e cinco mil duzentos e quarenta e oito reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Data de assinatura: 18 de agosto de 2026.
Fundamentação: Lei Federal nº 14.133/2021.

Coqueiral/MG, 18 de agosto de 2026.

RENATO OLIVEIRA MARQUES
Prefeito Municipal

SHIRLEY LASMAR LIMA
Secretaria Municipal de Saúde.

Publicado por:
Rafaela Lima Porto Rodrigues
Código Identificador:C4A9F0F8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORINTO

LICITAÇÕES E PREGÕES
EXTRATO DE CANCELAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORINTO/MG – EXTRATO DE CANCELAMENTO. Processo Licitatório nº 030/2026 – Concorrência Eletrônica nº 002/2026. Objeto: contratação de pessoa empresária para execução de obra de engenharia destinada à cobertura da quadra da Escola Municipal Antônio Maldini, no Distrito de Beltrão, Município de Corinto/MG. O Município de Corinto/MG torna público o CANCELAMENTO do certame, em razão da necessidade de reavaliação e adequação da documentação técnica, diante da ausência dos elementos relativos à fundação da estrutura no projeto. Após as adequações pertinentes, serão adotadas as providências cabíveis para nova publicação do procedimento licitatório.

Corinto/MG, 18 de agosto de 2026.

PAULO SÉRGIO -
Agente de Contratação.

Publicado por:
Marlon Felipe Pacheco Cavalcante
Código Identificador:FD2282A8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORONEL XAVIER CHAVES

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO 1° TERMO ADITIVO - PL75/2025

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO
Processo Licitatório nº 75/2025, Concorrência 02/2025 **– OBJETO:** contratação de empresa especializada para a continuidade da execução de serviços de engenharia na Escola Municipal "Sebastião Patrício Pinto", localizada no município de Coronel Xavier Chaves/MG, compreendendo: reforma e reforço estrutural do muro de arrimo; execução de revestimento em pastilhas nas paredes dos corredores; pintura geral da escola, da quadra poliesportiva e do auditório; bem como a pintura externa da edificação da biblioteca, entre outros. **Vencedora:WTL EMPREENDIMENTOS LTDA**, CNPJ nº 55.632.262/0001-60.**O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de item e do valor contratado, com a consequente alteração da Cláusula Quinta do Contrato Administrativo.** Fica acrescido ao valor originalmente contratado o montante de **R$ 2.626,10 (dois mil, seiscentos e vinte e seis reais e dez centavos),** correspondente à inclusão da composição adaptada para execução do serviço de escavação mecanizada com trado rotativo.O acréscimo ora promovido decorre da necessidade de adequação da composição referencial do serviço às condições efetivamente verificadas no local de execução, mantendo-se a natureza e a unidade de medição do objeto contratado. Juliana Jaques Camargos – Agente de Contratação**.**

Coronel Xavier Chaves/MG, 18 de agosto de 2026.

Publicado por:
Lohayne July Silva de Andrade
Código Identificador:7ADCE76D

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE ARP - PL73/2026

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves/MG. Extrato de Atas de Registro de Preços- Processo Licitatório 73/2026 – Pregão Eletrônico – 38/2026.Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TECIDOS E AVIAMENTOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CORONEL XAVIER CHAVES/MG.** Empresas vencedoras: **MERAKI SOLUÇÕES CRIATIVAS LTDA**, CNPJ 50.896.432/0001-09, com valor total estimado de **R$ 18.084,18 (dezoito mil e oitenta e quatro reais e dezoito centavos). ALAG COMÉRCIO E ATACADO LTDA**, CNPJ 63.514.106/0001-23, com valor total estimado de **R$ 14.836,74 (quatorze mil, oitocentos e trinta e seis reais e setenta e quatro centavos). PONTO OFFICE BRASIL LTDA**, CNPJ 62.234.516/0001-58, com valor total estimado de **R$ 6.820,20 (seis mil, oitocentos e vinte reais e vinte centavos). 53.896.598 JULIO CESAR CABRAL**, CNPJ 53.896.598/0001-05, com valor total estimado de **R$ 49.098,50 (quarenta e nove mil e noventa e oito reais e cinquenta centavos). MAGALHAES INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI**, CNPJ 17.403.267/0001-22, com valor total estimado de **R$ 8.688,00 (oito mil, seiscentos e oitenta e oito reais).**

Coronel Xavier Chaves/MG, 18 de agosto de 2026.

JULIANA JAQUES CAMARGOS,
Agente de Contratação Municipal.

Publicado por:
Lohayne July Silva de Andrade
Código Identificador:F7C9E2B8

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO N° 94/2026

Publicação

EXTRATO DE CONTRATO

Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves/MG. Extrato de Contrato- Participação no Processo Licitatório nº 49/2025, Pregão Eletrônico 07/2025 realizado pelo Consórcio CIGEDAS **– OBJETO: LOCAÇÃO DE MÁQUINA RETROESCAVADEIRA E DE CAMINHÃO PRANCHA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCAVAÇÃO DE VALA DESTINADOS AO MELHORAMENTO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA COMUNIDADE DE SOSSEGO DE CIMA, VISANDO GARANTIR O ACESSO REGULAR E ADEQUADO À ÁGUA POTÁVEL AOS MORADORES DA LOCALIDADE.** Vencedora: **TERRASA ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob n.º 11.553.360/0001-37. Valor total: **R$ 15.618,00 (quinze mil, seiscentos e dezoito reais)**. Juliana Jaques Camargos – Agente de Contratação**.**

Coronel Xavier Chaves/MG, 18 de agosto de 2026.

Publicado por:
Lohayne July Silva de Andrade
Código Identificador:CE403B39

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORREGO DANTA

ASSESSORIA JURIDICA
DECRETO Nº 204, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

"Institui o Protocolo Municipal para Solicitação de Exames Laboratoriais na Atenção Primária à Saúde no âmbito do Município de Córrego Danta e dá outras providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
Considerando que a saúde constitui direito de todos e dever do Estado, nos termos do art. 196 da Constituição da República;
Considerando a competência comum dos entes federativos para cuidar da saúde e da assistência pública, prevista no art. 23, II, da Constituição da República;
Considerando a competência do Município para prestar serviços de atendimento à saúde da população, nos termos do art. 30, VII, da Constituição da República;
Considerando os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde estabelecidos pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;
Considerando a competência da direção municipal do Sistema Único de Saúde para planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde;
Considerando a necessidade de estabelecer critérios técnicos uniformes para solicitação, realização e acompanhamento dos exames laboratoriais no âmbito da Atenção Primária à Saúde;
Considerando a necessidade de promover o uso racional dos recursos públicos, a segurança do paciente, a continuidade da assistência e a adequada organização dos fluxos da Rede Municipal de Saúde;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Rede Municipal de Saúde de Córrego Danta, o **Protocolo Municipal para Solicitação de Exames Laboratoriais na Atenção Primária à Saúde**, constante do Anexo Único deste Decreto.
§ 1º O protocolo constitui instrumento de organização administrativa e orientação técnico-assistencial destinado aos profissionais e unidades integrantes da Rede Municipal de Saúde.
§ 2º A aplicação do protocolo observará os princípios da universalidade, integralidade, equidade, eficiência, segurança do paciente e uso racional dos recursos públicos.

Art. 2º São objetivos do Protocolo Municipal para Solicitação de Exames Laboratoriais:
I – padronizar os critérios para solicitação de exames laboratoriais na Atenção Primária à Saúde;
II – orientar os profissionais quanto aos exames disponibilizados na rotina da Rede Municipal;
III – estabelecer critérios técnicos para solicitação, realização, priorização e acompanhamento dos exames;
IV – promover o uso racional e eficiente dos recursos públicos;
V – reduzir solicitações e repetições de exames sem indicação clínica;
VI – organizar os fluxos entre as unidades de Atenção Primária, Laboratório Municipal, Regulação Municipal e demais pontos da Rede de Atenção à Saúde;
VII – contribuir para a segurança do paciente e continuidade da assistência.

Art. 3º Os critérios, relações de exames e periodicidades previstos no protocolo constituem parâmetros ordinários de organização e orientação técnico-assistencial e não poderão ser interpretados como impedimento absoluto à realização de exame clinicamente necessário.
§ 1º Exame não contemplado na rotina municipal poderá ser solicitado quando houver necessidade clínica devidamente justificada pelo profissional competente, observados os fluxos de regulação, referência e encaminhamento estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde.
§ 2º A periodicidade estabelecida no protocolo poderá ser modificada quando a condição clínica do paciente, protocolo assistencial específico ou outra circunstância tecnicamente fundamentada justificar sua realização em intervalo diverso.
§ 3º A exigência de justificativa clínica, hipótese diagnóstica ou CID, quando prevista no protocolo e admitida pela legislação aplicável, destina-se à organização e regulação do serviço, não constituindo, isoladamente, fundamento para negativa de procedimento cuja necessidade clínica esteja devidamente demonstrada.

Art. 4º A definição de prioridades para realização dos exames observará os critérios estabelecidos no protocolo, a necessidade clínica, a urgência assistencial e as normas do Sistema Único de Saúde.
Parágrafo único. Os critérios de prioridade destinam-se à organização do atendimento e não importam exclusão dos demais usuários do acesso aos serviços de saúde.

Art. 5º A solicitação e repetição de exames deverão observar, sempre que aplicável:
I – a necessidade clínica;
II – os protocolos assistenciais vigentes;
III – a existência e data de exames anteriores;
IV – os resultados anteriormente obtidos;
V – a condição clínica atual do paciente;
VI – o tratamento em curso;
VII – a periodicidade tecnicamente recomendada;
VIII – os princípios da segurança do paciente e do uso racional dos recursos públicos.
Parágrafo único. A existência de exame anterior não impedirá sua repetição quando houver indicação clínica, alteração do quadro do paciente, necessidade de acompanhamento ou previsão em protocolo assistencial.

Art. 6º A aplicação do protocolo deverá respeitar a autonomia técnica dos profissionais de saúde, observadas as competências legalmente atribuídas a cada categoria profissional e as normas expedidas pelos respectivos conselhos profissionais.
§ 1º Os profissionais solicitantes são responsáveis pelos atos praticados no âmbito de suas atribuições profissionais, na forma da legislação aplicável.
§ 2º O protocolo não cria infrações ou penalidades disciplinares distintas daquelas previstas na legislação e regulamentação aplicáveis aos profissionais e servidores públicos.

Art. 7º Compete à Secretaria Municipal de Saúde:
I – coordenar a implantação e aplicação do protocolo;
II – orientar os profissionais e unidades integrantes da Rede Municipal de Saúde;
III – estabelecer os fluxos administrativos e assistenciais necessários à sua execução;
IV – promover integração entre as unidades de Atenção Primária, Laboratório Municipal, Regulação Municipal e demais serviços da Rede de Atenção à Saúde;
V – acompanhar e avaliar a aplicação do protocolo;
VI – promover sua revisão periódica, observadas as atualizações das diretrizes do Ministério da Saúde, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais e dos demais órgãos competentes.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Saúde poderá, mediante ato próprio e após manifestação dos responsáveis técnicos competentes, promover alterações de natureza estritamente técnica no protocolo, especialmente quanto:
I – à relação de exames integrantes da rotina municipal;
II – às periodicidades recomendadas;
III – aos critérios clínicos de solicitação;
IV – aos fluxos assistenciais e de regulação;
V – às referências e diretrizes técnicas aplicáveis.
§ 1º As alterações deverão ser tecnicamente fundamentadas e observar a legislação e as diretrizes do Sistema Único de Saúde.
§ 2º Alterações que modifiquem substancialmente o objeto, a finalidade ou as regras administrativas estabelecidas neste Decreto dependerão de alteração do próprio ato normativo.

Art. 9º Os casos excepcionais ou situações clínicas não expressamente contempladas no protocolo deverão ser avaliados de acordo com a necessidade assistencial do paciente, mediante atuação do profissional responsável e, quando necessário, encaminhamento à Regulação Municipal, Coordenação da Atenção Primária ou serviço de referência competente.

Art. 10. Nenhuma disposição do protocolo poderá ser interpretada de modo a afastar o atendimento necessário em situação de urgência ou emergência ou a impedir acesso a procedimento indispensável à

proteção da saúde do paciente, observadas as competências e os fluxos do Sistema Único de Saúde.

Art. 11. O conteúdo técnico e assistencial do protocolo será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, mediante atuação dos profissionais e órgãos técnicos competentes, sem prejuízo das responsabilidades individuais previstas em lei.

Art. 12. Integra este Decreto, como Anexo Único, o "Protocolo para Solicitação de Exames Laboratoriais na Atenção Primária à Saúde", elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 13. A Secretaria Municipal de Saúde poderá expedir normas complementares necessárias à execução deste Decreto.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Córrego Danta, 18 de agosto de 2026.

EDNEI MARTINS DE MATOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isis Cristina Leite Alvarenga
Código Identificador:125357C2

ASSESSORIA JURIDICA
LEI Nº 1651, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

"Autoriza abertura de créditos adicionais suplementares"

A Câmara Municipal de Córrego Danta, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, aprova, e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento-Programa do Exercício de 2026 - Lei Municipal nº 1.634/2025:

02 - EXECUTIVO
02.05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.03.01 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12 - EDUCAÇÃO
12.361 – ENSINO FUNDAMENTAL
12.361.0012 - ENSINO FUNDAMENTAL
12.361.0012.1015 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, MELHORIAS UNIDADE ESCOLARES
FICHA 178- 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações
FONTE REC: 1.571.000.0000 – Transf. Estado Ref. Conv Inst.Cong. Vinc a Educação – R$ 597.499,99

1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos..... 180.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS: R$ 180.000,00

Art. 2º. Como recurso para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º desta Lei será utilizado o Excesso de Arrecadação no exercício apurado na Fonte de Recursos 1.571.000.0000 – Transf. Estado Ref. Conv Inst.Cong. Vinc a Educação – registrado na Conta Bancária 22.791-9 – Agência 1090-1 – BANCO DO BRASIL S/A – LUZ MG.

Art. 3º. Fica também, o Poder Executivo autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento-Programa do Exercício de 2026 - Lei Municipal nº 1.634/2025:

02 - EXECUTIVO
02.11 - SECRETARIA MUN AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO
02.11.01 – PROMOÇÕ E EXTENSÃO RURAL
20 – AGRICULTURA
20.606 – EXTENSÃO RURAL
20.606.0039 – INCENTIVO A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGROPECUARIA
20.606.0039.1049 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, PARQUE MUN DE FEIRA E EXPOSIÇÕES
FICHA 357- 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações
FONTE REC: 1.701.000.3210 – Outras Transf. Conv. Conv. ou Inst.Cong dos Estados. – R$ 402.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos..... 180.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS: R$ 180.000,00

Art. 4º. Como recurso para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 3º desta Lei será utilizado o Excesso de Arrecadação no exercício apurado na Fonte de Recursos 1.701.000.3210 – Transf. Estado Ref. Conv Inst.Cong. Vinc a Educação – registrado na Conta Bancária 22.859-1 – Agência 1090-1 – BANCO DO BRASIL S/A – LUZ MG – Emenda Parlamentar Individual.

Art. 5º. Fica também, o Poder Executivo autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento-Programa do Exercício de 2026 - Lei Municipal nº 1.634/2025:

02 - EXECUTIVO
02.03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
02.03.01 – DIREÇÃO E COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
04 – ADMINISTRAÇÃO
04.122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
02.04.122.0004 - COORDENAÇÃO GERAL E PLANEJAMENTO DA ADM
04.122.0004.1183 – CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO DE PRÓPRIOS PUBLICOS
FICHA: 53 - 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações
FONTE REC: 2.706.000.3110 – Transferência Especial da União. – R$ 409.000,00

1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos..... 180.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS: R$ 180.000,00

Art. 6º. Como recurso para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 5º desta Lei será utilizado o Superávit Financeiro apurado ao final do exercício anterior na Fonte de Recursos 1.706.000.3110 – Transferência Especial da União – registrado na Conta Bancária 22.489-8 – Agência 1090-1 – BANCO DO BRASIL S/A – LUZ MG – Emenda Parlamentar Individual.

Art. 7º. Fica também, o Poder Executivo autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento-Programa do Exercício de 2026 - Lei Municipal nº 1.634/2025:

02 - EXECUTIVO
02.06. - SECRETARIA MUN DE ARTES, LAZER, DESPORTOS E CULTURA
02.06.02 – DESPORTOS E LAZER
27 – DESPORTOS E LAZER
27.812 – DESPORTO COMUNITÁRIO
27.812.0019 – INCENTIVO AO DESPORTO
27.812.0019.1025 – CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO DE PRAÇAS POLIESPORTIVAS
FICHA 258- 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações
FONTE REC: 1.701.000.3210 – Outras Transf. Conv. Conv. ou Inst.Cong dos Estados. – R$ 200.000,00

1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos..... 180.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS: R$ 180.000,00

Art. 8º. Como recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 7º desta Lei serão utilizadas as anulações totais dos créditos orçamentários da fonte indicada nas seguintes dotações orçamentárias:

02 - EXECUTIVO

02.06. - SECRETARIA MUN DE ARTES, LAZER, DESPORTOS E CULTURA
02.06.02 – DESPORTOS E LAZER
27 – DESPORTOS E LAZER
27.813 – LAZER
27.813.0113 – LAZER COMUNITÁRIO
27.813.0113.1032 – REFORMAS, CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE LAZER
FICHA 267- 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações
FONTE REC: 1.710.000.3210 – Outras Transf. Conv. Conv. ou Inst.Cong dos Estados. – R$ 100.000,00

02.09. - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
02.09.01 – COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO DA SECRETARIA DE OBRAS
04 – ADMINISTRAÇÃO
04.122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
04.122.0029. – ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE OBRAS
04.122.0029.1033 – MELHORIAS EM PROPRIOS PUBLICOS
FICHA 291- 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações
FONTE REC: 1.710.000.3210 – Outras Transf. Conv. Conv. ou Inst.Cong dos Estados. – R$ 100.000,00

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Córrego Danta, 18 de agosto de 2026.

EDNEI MARTINS DE MATOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isis Cristina Leite Alvarenga
Código Identificador:793A99C8

ASSESSORIA JURIDICA
PORTARIA Nº 455, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

"Dispõe sobre a cessão do servidor Júlio César Camargos Silva Couto, ocupante do cargo de Agente de Administração, para atuação como Farmacêutico substituto na Farmácia de Minas do Município de Córrego Danta/MG"

O Prefeito Municipal de Córrego Danta - MG, no uso de suas atribuições legais,
Considerando o disposto no artigo 17 da Lei nº 5.995/1973 e no artigo 20, §5º, inciso VII, da Resolução CCF nº 700/2021, que estabelecem a obrigatoriedade de designação de substituto quando o afastamento do servidor titular ultrapassar o prazo máximo permitido;
Considerando a comunicação formal dos servidores efetivos do cargo de Farmacêutico, referente à necessidade de designação de profissional habilitado para suprir a ausência do titular na Farmácia de Minas, tendo em vista a licença para tratamento de saúde da servidora Dayane Pedro da Silva Martins;
Considerando que o servidor Júlio César Camargos Silva Couto, ocupante do cargo de Agente de Administração, é graduado em Farmácia e encontra-se regularmente inscrito no Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais (CRF/MG) sob o nº 52.060 e apto a exercer as atividades do cargo de Farmacêutico;
Considerando a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços prestados à população pela Farmácia de Minas, bem como a conformidade com as exigências legais e regulamentares vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o servidor Júlio César Camargos Silva Couto, ocupante do cargo de Agente de Administração e inscrito no CRF/MG sob o nº 52.060, para atuar como substituto da servidora Dayane Pedro da Silva Martins, no exercício das funções de Farmacêutico na Farmácia de Minas, durante o período de sua licença para tratamento de saúde, iniciando-se a substituição no dia 17/08/2026.

Art. 2º O servidor designado exercerá as atividades inerentes ao cargo de Farmacêutico, devendo cumprir a jornada de trabalho respectiva e fazer jus aos vencimentos correspondentes ao referido cargo enquanto perdurar o afastamento da titular.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos em 17 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Córrego Danta/MG, 18 de agosto de 2026.

EDNEI MARTINS DE MATOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isis Cristina Leite Alvarenga
Código Identificador:54687C41

ASSESSORIA JURIDICA
PORTARIA Nº 456, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

"Dispõe sobre a cessão interna de servidora pública municipal para exercício junto à Secretaria Municipal de Saúde"

O Prefeito Municipal de Córrego Danta, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais e constitucionais, especialmente aquelas conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
Considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.624, de 24 de junho de 2025, que disciplina a cessão de servidores da Administração Pública Municipal;
Considerando o Ofício nº 69/2026/SMS, por meio do qual a Secretaria Municipal de Saúde solicita a cessão da servidora Letícia Michele de Araújo para atuação no setor de compras;
Considerando a necessidade de fortalecimento da equipe responsável pelos processos administrativos relacionados às aquisições e contratações da Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando o interesse público na adequada organização dos processos de aquisição de medicamentos, materiais, insumos e serviços necessários à continuidade dos serviços municipais de saúde;
Considerando a manifestação da Secretaria Municipal de Administração, a concordância da servidora e a certificação pelo Setor de Pessoal quanto à compatibilidade das atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada, pelo prazo de 1 (um) ano, a cessão interna da servidora efetiva **LETÍCIA MICHELE DE ARAÚJO**, ocupante do cargo de Agente Fazendário, atualmente lotada na Secretaria Municipal de Administração, para exercício junto à Secretaria Municipal de Saúde, especificamente no setor de compras.
§ 1º A servidora exercerá atividades administrativas compatíveis com as atribuições legais de seu cargo efetivo, especialmente aquelas relacionadas à organização documental, levantamento e formalização das demandas, acompanhamento administrativo dos processos de contratação e demais atividades correlatas compatíveis com o cargo de origem.
§ 2º A presente cessão não autoriza o exercício de atribuições privativas de cargo diverso daquele ocupado pela servidora.

Art. 2º A cessão não implica alteração do cargo efetivo, vínculo funcional, remuneração ou demais direitos e vantagens da servidora.

Art. 3º A atuação no setor de compras não importa, por si só, designação para exercício das funções de agente de contratação, pregoeiro, membro de equipe de apoio, gestor ou fiscal de contrato ou outras funções específicas disciplinadas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
Parágrafo único. O exercício das funções referidas no caput dependerá de ato específico da autoridade competente e do atendimento aos requisitos previstos na legislação aplicável.

Art. 4º A cessão poderá ser encerrada antes do término do prazo por interesse da Administração, mediante ato devidamente motivado, ou nas demais hipóteses previstas na Lei Municipal nº 1.624/2025.

Art. 5º A prorrogação da cessão dependerá de solicitação devidamente justificada, avaliação da permanência do interesse

público e autorização da Administração Municipal, observado o disposto na Lei Municipal nº 1.624/2025.

Art. 6º O Setor de Pessoal promoverá as anotações necessárias nos assentamentos funcionais da servidora.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos em 17 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Córrego Danta/MG, 18 de agosto de 2026.

EDNEI MARTINS DE MATOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isis Cristina Leite Alvarenga
Código Identificador:462E9F57

CÂMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 225, DE 17 DE AGOSTO DE 2026 "APROVA A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2027"

A Câmara Municipal de Córrego Danta, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e regimentais, para atender ao disposto no art. 29-A da CF/88, aprova e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Aprova a proposta orçamentária do exercício financeiro de 2027 da Câmara Municipal de Córrego Danta, no valor de R$ 1.976.000,00 (um milhão novecentos e setenta e seis mil reais), a ser realizada de acordo com a programação estabelecida nesta resolução, distribuída por Unidades Administrativas da Câmara, de acordo com o seguinte desdobramento:

I - CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA				
01.0000000 *01.0100000* 01.0103100	- - -	*CÂMARA MUNICIPAL* *LEGISLATIVA* . . . .Ação Legislativa . . .	R$ R$	1.976.000,00 1.976.000,00

II - DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA				
3000.00.00 4000.00.00	-- --	DESPESAS CORRENTES. . . . . . DESPESAS DE CAPITAL	R$ R$	1.945.500,00 30.500,00

Art. 2º. A aplicação dos recursos discriminados no art. 1º far-se-á por unidades orçamentárias da Câmara Municipal.

Art. 3º. A abertura de créditos adicionais suplementares no orçamento da Câmara Municipal observará o disposto na Constituição Federal, na Constituição do Estado de Minas Gerais, na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei Orgânica Municipal e na legislação orçamentária aplicável.

Art. 4º. A Classificação Econômica da despesa poderá estender-se até o item, quando couber.

Art. 5º. Esta resolução entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027.

Câmara Municipal de Córrego Danta, 17 de agosto de 2026.

JOSÉ COSTA DE MELO
Presidente da Câmara Municipal

VICTOR HENRIQUE DE OLIVEIRA CRESCÊNCIO
Vereador Secretário

ANEXO ÚNICO

PREMISSAS:
Receita Corrente Líquida do exercício de 2025: R$ 31.946.641,09 (realizado)
Receita Corrente Líquida do exercício de 2026: R$ 33.863.439,55 (estimativa até 31/12/2026)
Receita Corrente Líquida do exercício de 2027: R$ 35.556.611,53 (estimativa até 31/12/2027)
Limite de gastos com pessoal 6% da RCL (incisos I, II, III art. 20 da LRF):
R$ 35.556.611,53 x 6% = R$ 2.133.396,69
Limite prudencial de gastos com pessoal 5,70% da RCL (p.u. do art. 22 da LRF):
R$ 2.133.396,69 x 0,95 = R$ 2.026.726,86
Limite de alerta de gastos com pessoal 5,40% da RCL (inciso II do § 1º do art. 59 LRF):
R$ 2.133.396,69 x 0,90 = R$ 1.920.057,02
Receitas Tributárias (base de cálculo estimada para repasse do duodécimo): **R$ 28.238.571,42**
R$ 28.238.571,42 x 7% = **R$ 1.976.699,99 (estimativa de repasse do duodécimo 2027)**

DEMONSTRATIVO DA DESPESA FIXADA
ORÇAMENTO
ENTIDADE: CAMARA MUNICIPAL
2027

CÓDIGO DA DESPESA FICHA F.RECURSO ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA AUTORIZADO
01 LEGISLATIVO 1.976.000,00
01.01 CAMARA MUNICIPAL 1.976.000,00
01.01.01 CORPO LEGISLATIVO 1.976.000,00
01 Legislativa 1.025.000,00
01.031 Acao Legislativa 1.025.000,00
01.031.0001 PROCESSO LEGISLATIVO 1.014.000,00
01.031.0001.1001 Aquisição de Equipamentos 10.000,00
4.4.90.52.00 1 Equipamento e Material Permanente 10.000,00
1.500.00 Recursos Ordinários 10.000,00
01.031.0001.2001 Manutenção das Atividades do Plenário 1.004.000,00
3.1.90.11.00 2 Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil 785.000,00
1.500.00 Recursos Ordinários 785.000,00
3.1.90.13.00 3 Obrigações Patronais 166.000,00
1.500.00 Recursos Ordinários 166.000,00
3.1.90.92.00 4 Despesas de Exercícios Anteriores 1.000,00
1.500.00 Recursos Ordinários 1.000,00

3.3.90.30.00 5 Material de Consumo 15.000,00
1.500.00 Recursos Ordinários 15.000,00

3.3.90.35.00 6 Serviços de Consultoria 5.000,00
1.500.00 Recursos Ordinários 5.000,00
3.3.90.36.00 7 Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física 1.000,00
1.500.00 Recursos Ordinários 1.000,00
3.3.90.39.00 8 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica 30.000,00
1.500.00 Recursos Ordinários 30.000,00
3.3.90.47.00 9 Obrigações Tributárias e Contributivas 1.000,00
1.500.00 Recursos Ordinários 1.000,00
01.031.0109 EDIFICAÇÕES PUBLICAS 11.000,00
01.031.0109.1002 Construção, Ref., Ampl. Prédio da Câmara 11.000,00
3.3.90.36.00 10 Outros Serv. Terceiros – Pessoa Física 1.000,00
1.500.00 Recursos Ordinários 1.000,00
3.3.90.39.00 11 Outros Serv. Terceiros – Pessoa Jurídica 9.000,00
1.500.00 Recursos Ordinários 9.000,00

3.3.90.47.00 12 Obrigações Tributárias e Contributivas 500,00
1.500.00 Recursos Ordinários 500,00
4.4.90.51.00 13 Obras e Instalações 500,00
1.500.00 Recursos Ordinários 500,00

01.01.02 SECRETARIA DA CAMARA 951.000,00
01 Legislativa 951.000,00
01.031 Ação Legislativa 951.000,00
01.031.0002 ADMINISTRAÇÃO DA CÂMARA 951.000,00
01.031.0002.1003 Aquisição de Equipamentos Diversos 20.000,00
4.4.90.52.00 14 Equipamento e Material Permanente 20.000,00
1.500.00 Recursos Ordinários 20.000,00
01.031.0002.2004 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA CÂMARA 931.000,00

3.1.90.11.00 15 Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil 400.000,00
1.500.00 Recursos Ordinários 400.000,00
3.1.90.13.00 16 Obrigações Patronais 50.000,00
1.500.00 Recursos Ordinários 50.000,00

3.3.90.30.00 17 Material de Consumo 40.000,00
1.500.00 Recursos Ordinários 40.000,00
3.3.90.35.00 18 Serviços de Consultoria 75.000,00
1.500.00 Recursos Ordinários 75.000,00
3.3.90.36.00 19 Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física 5.000,00
1.500.00 Recursos Ordinários 5.000,00
3.3.90.39.00 20 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica 60.000,00
1.500.00 Recursos Ordinários 60.000,00
3.3.90.40.00 21 Serv. de TI e Comunicação - PJ 50.000,00
1.500.00 Recursos Ordinários 50.000,00
3.3.90.46.00 22 Auxílio-Alimentação 155.000,00
1.500.00 Recursos Ordinários 155.000,00

3.3.90.47.00 23 Obrigações Tributárias e Contributivas 1.000,00
1.500.00 Recursos Ordinários 1.000,00

3.1.91.13.00 24 Obrigações Patronais RPPS 95.000,00
1.500.00 Recursos Ordinários 95.000,00
TOTAL ORÇAMENTÁRIO: 1.976.000,00
TOTAL GERAL: 1.976.000,00

Córrego Danta, 17 de agosto de 2026 – Orçamento Exercício 2027

I - CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		
01.0000000	CÂMARA MUNICIPAL	
01.0100000	LEGISLATIVA	1.976.000,00
01.0103100	*Ação Legislativa*	*1.976.000,00*

II – DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA		
3000.00.00	Despesas Correntes	1.945.500,00
4000.00.00	Despesas de Capital	30.500,00

Publicado por:
Simone Edina Teixeira Ribeiro
Código Identificador:BCDDE64F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de Contrato
Contrato nº 038/2026
Origem: Processo Administrativo: Nº 049/2026
Adesão: 004/2026

Objeto: Adesão à ata de registro de preço nº 085/2024, referente ao processo 053/2024, pregão eletrônico 012/2024 para aquisição de 01 (uma) Van - Carroceria: fechada teto alto; número de lugares: mínimo de 15 lugares + motorista; número de portas: mínimo 03 portas laterais; potência mínima: 130 CV; cilindrada mínima: 2143 CC; direção: hidráulica; tração: conforme linha de produção; suspensão: conforme linha de produção; combustível: diesel; acessórios inclusos: ar-condicionado
Contratante: Município de Couto de Magalhães de Minas
Contratada: MABELE VEICULOS ESPECIAIS LTDA
Valor: R$ 327.593,88 (trezentos e vinte e sete mil quinhentos e noventa e três reais e oitenta e oito centavos).
Data de Assinatura: 16 de julho de 2026.
Vigência: Até 31/12/2026

Couto de Magalhães de Minas – MG, 18 de Agosto de 2026.

JOSÉ EDUARDO DE PAULA RABELO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ailton Firmiano Passos
Código Identificador:DCAAF76E

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de Contrato
Contrato nº 039/2026
Origem: Processo Administrativo: Nº 050/2026

Adesão: 005/2026

Objeto: Adesão à ata de registro de preço nº 085/2024, referente ao processo 053/2024, pregão eletrônico 012/2024 para aquisição de 01 (um) Veículo furgão original de fábrica, 0 km, adaptado para AMBULÂNCIA SIMPLES REMOÇÃO, com capacidade volumétrica não inferior a 7 metros cúbicos no total. Comprimento total mínimo. 4.740 mm; Comprimento mínimo do salão de atendimento 2.500 mm; Altura Interna mínima do salão de atendimento: 1.540 mm; Diesel; Equipado com todos os equipamentos de série não especificados e exigidos pelo CONTRAN; A estrutura da cabine e da carroceria será original, construída em aço.

Contratante: Município de Couto de Magalhães de Minas
Contratada: MABELE VEICULOS ESPECIAIS LTDA
Valor: R$ 319.078,78 (trezentos e dezenove mil e setenta e oito reais e setenta e oito centavos).
Data de Assinatura: 16 de julho de 2026.
Vigência: Até 31/12/2026

Couto de Magalhães de Minas – MG, 18 de agosto de 2026.

JOSÉ EDUARDO DE PAULA RABELO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ailton Firmiano Passos
Código Identificador:DDE05A5E

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de Contrato
Contrato nº 041/2026

Origem: Processo Administrativo: Nº 051/2026

Adesão: 006/2026

Objeto: Adesão à ata de registro de preço nº 007/2026, referente ao processo 011/2026, pregão eletrônico 008/2026 para aquisição de 01 (um) Ônibus Escolar – novo/ zero km, distância entre eixos: 4.800 M. Capacidade mínima de 45 (quarenta e cinco lugares): estudantes sentados e o condutor. Potência mínima de 130 cv, movido a diesel, PBT mínimo de 8.000 kg, câmbio 6 marchas, freio pneumático com ABS, Cinto de Segurança em todos os assentos. Contendo os equipamentos de segurança exigidos pelo SENATRAN
Contratante: Município de Couto de Magalhães de Minas
Contratada: ITALBUS CARROCERIAS DE ONIBUS LTDA
Valor: R$ 567.000,00 (quinhentos e sessenta e sete mil reais).
Data de Assinatura: 15 de julho de 2026.
Vigência: Até 31/12/2026

Couto de Magalhães de Minas – MG, 18 de agosto de 2026.

JOSÉ EDUARDO DE PAULA RABELO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ailton Firmiano Passos
Código Identificador:2F4FDA11

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 042/2026
PROCESSO N° 053/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 013/2026
OBJETO: Contratação de sociedade de advogados com notória especialização em Direito Público para prestação de assessoria e

consultoria jurídica de natureza singular, visando prover apoio técnico-estratégico diretamente ao Gabinete do Prefeito e Secretarias Municipais na análise de questões complexas e não rotineiras.
CONTRATADA: **BRUCE, COELHO & BELLICO SOCIEDADE DE ADVOGADOS**
CNPJ: 21.092.568/0001-50
Valor : R$ 10.400,00 (dez mil e quatrocentos reais) mensais
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS – MG
CNPJ: 17.754.177/0001-86
Assinatura: 15/07/2026
Vigência: 15/07/2027

JOSÉ EDUARDO DE PAULA RABELO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ailton Firmiano Passos
Código Identificador:9ACC20E6

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº036/2026
Processo Licitatório Nº 044/2026
Concorrência Pública Nº: 02/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Couto de Magalhães de Minas – MG
CNPJ nº: 17.754.177/0001-86
Contratada: AGROBLOCK SERVIÇOS LTDA
CNPJ nº: 41 209 572/0001-62
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DO MERCADO MUNICIPAL EM COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS, CONFORME PLANO DE AÇÃO Nº. 09032025-084043 / 2025, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO PROJETO BÁSICO E DEMAIS ANEXOS QUE INTEGRAM ESTE EDITAL DE LICITAÇÃO**.**
Valor Global: R$ 431.291,46 (quatrocentos e trinta e um mil e duzentos e noventa e um reais e quarenta e seis centavos)
Vigência: 08/07/2026 a 08/01/2027
Dotação Orçamentária: 10.02.01 2060500263057 44905100 Ficha 724
Fundamentação Legal: Lei nº 14.133/2021.
Data da Assinatura: 10/07/2026.
Signatários: José Eduardo de Paula Rabelo representante do Contratante e Bruna Ferreira Campos do representante da Contratada.

Couto de Magalhães de Minas, 11 de julho de 2026

Publicado por:
Ailton Firmiano Passos
Código Identificador:3ECF8EA6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CURVELO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTRATO N° 057/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 035/2026

Objeto: locação é um imóvel urbano localizado na Rua Pacífico Mascarenhas, no 594, Bairro Centro, Curvelo/MG, registrado sob a Matrícula no 26.093 do Registro De Imóveis da Comarca de Curvelo e inscrito no Cadastro Imobiliário Municipal sob o no 01.03.029.0335.001, destinado à prestação dos serviços de acolhimento institucional desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social. Dotação Orçamentária: 02.16.02.08.244.0804.2332.3.3.90.36.00.1.500.000.0000 - 815. - Prazo de vigência: O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da publicação de seu extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogado sucessivamente, mediante termo aditivo, até o limite de 05 (cinco) anos, desde que demonstrada a manutenção da necessidade administrativa e observada a legislação vigente. - Valor total: R$45.581,04. Data: 17/08/2026. PARTE: ROSA MALENA ALVARES CORREA - CPF: 446.xxx.xxx-04 E BERTHIER RIBEIRO ARAUJO NETO - CPF: 455.xxx.xxx-00.

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:08332B57

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 6.831, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR AUTORIZAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 4.042, DE 12 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Municipal nº 4.042, de 12 de agosto de 2026,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.10.02 SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA
12 Educação
12.361 Ensino Fundamental
12.361.1201 Educação e Comunidade pela Qualidade
12.361.1201.2138 Desenvolvimento de Atividades Curriculares
3.1.90.11.00 500 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$1.825.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$1.825.000,00
12.365 Educação Infantil
12.365.1202 Educação Infantil – Primeiros Passos
12.365.1202.2143 Desenvolvimento Infantil (0 a 5 anos)
3.1.90.11.00 525 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$680.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$680.000,00
12.365.1202.2255 Manutenção de Creches Municipais
3.1.90.11.00 537 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$130.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$130.000,00
12.367 Educação Especial
12.367.1201 Educação e Comunidade pela Qualidade
12.367.1201.2144 Manutenção do Atendimento Educação Especial
3.1.90.04.00 552 Contratação por Tempo Determinado R$575.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$575.000,00
13 Cultura
13.392 Difusão Cultural
13.392.1301 Busca do Saber
13.392.1301.2145 Manutenção da Biblioteca Pública Municipal
3.1.90.04.00 571 Contratação por Tempo Determinado R$20.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$20.000,00
02.10.03 FUNDEB
12 Educação
12.361 Ensino Fundamental
12.361.1201 Educação e Comunidade pela Qualidade
12.361.1201.2138 Desenvolvimento de Atividades Curriculares
3.1.90.04.00 586 Contratação por Tempo Determinado R$100.000,00
1.540.000.0000 Transferências do FUNDEB – Impostos e transferências de Impostos R$100.000,00
12.365 Educação Infantil
12.365.1202 Educação Infantil – Primeiros Passos
12.365.1202.2143 Desenvolvimento Infantil (0 a 5 anos)
3.1.90.04.00 599 Contratação por Tempo Determinado R$10.000,00
1.540.000.0000 Transferências do FUNDEB – Impostos e transferências de Impostos R$10.000,00
12.365.1202.2255 Manutenção de Creches Municipais
3.1.90.04.00 608 Contratação por Tempo Determinado R$70.000,00
1.540.000.0000 Transferências do FUNDEB – Impostos e transferências de Impostos R$70.000,00

TOTAL: R$3.410.000,00

Art. 2º Para atender ao disposto no art. 1º deste Decreto, utilizar-se-ão como recursos os abaixo descritos, nos termos do inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os resultantes de anulação parcial ou total:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.10.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12 Educação
12.122 Administração Geral
12.122.0405 Gestão Política/Intercâmbio do Conhecimento
12.122.0405.2133 Gestão Política Educacional no Município
3.1.90.11.00 472 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$530.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$530.000,00
3.3.90.30.00 478 Material de Consumo R$100.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$100.000,00
3.3.90.39.00 482 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$50.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$50.000,00
02.10.02 SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA
12 Educação
12.361 Ensino Fundamental
12.361.1201 Educação e Comunidade pela Qualidade
12.361.1201.1101 Construção de Prédios para Escola
4.4.90.51.00 492 Obras e Instalações R$300.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$300.000,00
12.361.1201.2138 Desenvolvimento de Atividades Curriculares
3.1.90.04.00 499 Contratação por Tempo Determinado R$20.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$20.000,00
3.3.90.39.00 506 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$500.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$500.000,00
12.361.1203 Transporte Escolar – Segurança e Eficiência
12.361.1203.2139 Manutenção do Transporte Escolar
3.1.90.11.00 511 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$1.630.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$1.630.000,00
12.365 Educação Infantil
12.365.1202 Educação Infantil – Primeiros Passos
12.365.1202.2255 Manutenção de Creches Municipais
3.1.90.04.00 536 Contratação por Tempo Determinado R$10.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$10.000,00
12.366 Educação de Jovens e Adultos
12.366.1201 Educação e Comunidade pela Qualidade
12.366.1201.2146 Erradicação do Analfabetismo
3.1.90.04.00 545 Contratação por Tempo Determinado R$30.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$30.000,00
3.1.90.11.00 546 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$20.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$20.000,00
12.367 Educação Especial
12.367.1201 Educação e Comunidade pela Qualidade
12.367.1201.2144 Manutenção do Atendimento da Educação Especial
3.1.90.11.00 553 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$10.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$10.000,00
12.367.1202 Educação Infantil – Primeiros Passos
12.367.1202.2144 Manutenção do Atendimento da Educação Especial
3.1.90.11.00 563 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$30.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$30.000,00
02.10.03 FUNDEB
12 Educação
12.367 Educação Especial
12.367.1201 Educação e Comunidade pela Qualidade
12.367.1201.2144 Manutenção do Atendimento da Educação Especial
3.1.90.11.00 632 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$180.000,00
1.540.000.0000 Transferências do FUNDEB – Impostos e transferências de Impostos R$180.000,00
TOTAL: R$3.410.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 18 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:5488721F

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 6.832, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR AUTORIZAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 4.043, DE 12 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 4.043, de 12 de agosto de 2026,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.09 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
02.09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10 Saúde
10.122 Administração Geral
10.122.1002 Fortalecimento da Gestão do SUS
10.122.1002.2105 Manutenção do Conselho Municipal de Saúde
3.3.90.30.00 297 Material de Consumo R$94,15
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$94,15
10.122.1002.2108 Gestão, Controle e Auditoria do SUS
3.1.90.11.00 300 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$26.699,93
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$26.699,93
02.09.02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 Saúde
10.301 Atenção Básica
10.301.1003 Atenção Primária à Saúde
10.301.1003.2110 Manutenção da Atenção Primária
3.1.90.04.00 314 Contratação por Tempo Determinado R$261.738,97
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$809,60
2.659.026.0000 Outros recursos vinculados à Saúde/Recursos recebidos no âmbito do projeto Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde R$2.188,64
2.659.027.0000 Outros recursos vinculados à Saúde/Recursos recebidos no âmbito do projeto Promove Minas R$258.740,73
3.1.90.11.00 315 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$4.085.386,14
2.600.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde R$3.000.000,00
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$245.409,64
2.604.000.0000 Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias R$839.976,50
3.3.90.30.00 319 Material de Consumo R$347.819,84
2.600.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde R$200.000,00
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$147.819,84
3.3.90.39.00 324 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$390.656,64

2.600.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde R$390.656,64
4.4.90.52.00 327 Equipamento e Material Permanente R$8.356,06
2.601.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde R$8.356,06
10.301.1003.2270 Manutenção das Ações do PNAISP
3.1.90.04.00 328 Contratação por Tempo Determinado R$130.188,66
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$130.188,66
10.302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
10.302.1005 Qualificação da Atenção Especializada do SUS
10.302.1005.2118 Manutenção da Atenção Especializada
3.1.90.04.00 345 Contratação por Tempo Determinado R$274.882,54
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$274.882,54
3.1.90.11.00 346 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$64.000,00
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$64.000,00
10.302.1005.2122 Manutenção da Rede Atenção Psicossocial
3.1.90.04.00 379 Contratação por Tempo Determinado R$183.971,92
2.659.028.0000 Outros recursos vinculados à Saúde/recursos recebidos no âmbito do projeto Aporte de recursos financeiros para custeio da manutenção dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (Raps) R$183.971,92
3.1.90.11.00 380 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$102.807,80
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$102.807,80
3.1.90.13.00 381 Obrigações Patronais R$20.000,00
2.659.028.0000 Outros recursos vinculados à Saúde/recursos recebidos no âmbito do projeto Aporte de recursos financeiros para custeio da manutenção dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (Raps) R$20.000,00
3.3.90.30.00 385 Material de Consumo R$18.000,00
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$18.000,00
10.302.1005.2196 Manutenção Serviços Prestadores de Saúde
3.3.90.39.00 394 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$1.248.937,16
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$1.214.570,61
2.706.000.0000 Transferência Especial da União R$34.366,55
10.302.1005.2313 Manutenção de Urgência e Emergência
3.3.90.30.00 408 Material de Consumo R$619,15
2.710.000.0000 Transferência Especial dos Estados R$619,15
10.303 Suporte Profilático e Terapêutico
10.303.1004 Assistência Farmacêutica
10.303.1004.2113 Fortalecimento da Assistência Farmacêutica
3.1.90.11.00 425 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$386.069,99
2.600.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde R$14.067,34
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$372.002,65
3.1.90.13.00 426 Obrigações Patronais R$50.000,00
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$50.000,00
3.1.90.94.00 427 Indenizações e Restituições Trabalhistas R$10.000,00
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$10.000,00
3.3.90.30.00 429 Material de Consumo R$843.965,28
2.710.000.0000 Transferência Especial dos Estados R$14.392,94
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$774.790,81
2.706.000.0000 Transferência Especial da União R$54.781,53
3.3.90.39.00 430 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$2.475,86
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$2.475,86
10.304 Vigilância Sanitária
10.304.1006 Vigilância em Saúde – Sanitária
10.304.1006.2124 Manutenção da Vigilância Sanitária
3.1.90.11.00 434 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$31.934,24
2.600.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde R$31.934,24
10.305 Vigilância Epidemiológica
10.305.1001 Vigilância em Saúde
10.305.1001.2126 Manutenção da Vigilância Epidemiológica e Ambiental
3.1.90.04.00 447 Contratação por Tempo Determinado R$173.881,38
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$173.881,38
3.3.90.30.00 453 Material de Consumo R$100.000,00
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$100.000,00
3.3.90.32.00 454 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita R$100.000,00
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$100.000,00
3.3.90.39.00 456 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$100.000,00
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$100.000,00
3.3.90.40.00 457 Serviços de TI e Comunicação – PJ R$30.000,00
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$30.000,00
10.306 Alimentação e Nutrição
10.306.1003 Atenção Primária à Saúde
10.306.1003.2129 Manutenção da Atenção Nutricional no SUS
3.1.90.11.00 465 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$31.800,54
2.600.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde R$31.800,54
TOTAL: R$9.024.286,25

Art. 2º Para atender ao disposto no art. 1º deste Decreto, utilizar-se-á como recurso, nos termos do inciso I do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o superávit financeiro no valor de R$9.024.286,25.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 18 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:13F60621

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 6.833, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO MUNICIPAL, A TÍTULO PRECÁRIO, AO NÚCLEO DE PROTEÇÃO ANIMAL DE CURVELO (NUPAC), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990, e na Lei Municipal nº 2.375, de 5 de julho de 2006;

Considerando o Ofício nº 147/SECADM/2026, da Secretaria Municipal de Administração,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada ao Núcleo de Proteção Animal de Curvelo (NUPAC), com inscrição no CNPJ sob o nº 21.947.207/0001-48,

permissão de uso, a título precário e gratuito, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, sem prejuízo de sua revogação a qualquer tempo por razões de interesse público, devidamente motivadas, da Sala nº 31, localizada no Terminal Rodoviário de Curvelo, situado na Praça Tancredo de Almeida Neves, s/nº, Bairro Tibira, em Curvelo, Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão de uso será formalizada mediante Termo de Permissão de Uso de bem público municipal, a ser lavrado em conformidade com o presente Decreto, observadas, dentre outras, as seguintes cláusulas:

I – a natureza gratuita e precária da permissão;

II – a destinação exclusiva do imóvel para funcionamento da sede administrativa do Núcleo de Proteção Animal de Curvelo (NUPAC);

III – a vedação à transferência, a qualquer título, dos direitos decorrentes da permissão sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal;

IV – a proibição de alterar a destinação do imóvel ou realizar modificações sem autorização prévia e expressa do Município;

V – a obrigação da Permissionária de conservar o imóvel, responsabilizando-se pelos danos que causar ao bem público;

VI – a responsabilidade da Permissionária pelas despesas de manutenção, uso e demais encargos previstos no Termo de Permissão de Uso;

VII – a possibilidade de realização de vistorias pelo Município, a qualquer tempo, para verificação do cumprimento das obrigações assumidas;

VIII – a plena revogabilidade da permissão por ato administrativo do Município, sem direito à indenização, especialmente:

a) quando o imóvel vier a ser necessário ao atendimento do interesse público;

b) quando houver descumprimento das condições estabelecidas no Termo de Permissão de Uso;

c) quando ocorrer qualquer hipótese que justifique a revogação do ato administrativo, hipótese em que o imóvel deverá ser imediatamente restituído ao patrimônio público municipal.

Art. 2º A presente permissão de uso de bem público municipal destina-se ao desenvolvimento das atividades institucionais do Núcleo de Proteção Animal de Curvelo (NUPAC), visando fortalecer as ações voltadas à proteção, ao bem-estar e à saúde animal, em atendimento ao interesse público.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 7 de agosto de 2026.

Curvelo, 18 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:EF2107AB

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
O MUNICÍPIO DE CURVELO TORNA PÚBLICO O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 20/2026

O Município de Curvelo torna público o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 20/2026. Período de inscrições: de 24/08/2026 a 29/08/2026. O edital completo e demais informações estão disponíveis no site da Prefeitura de Curvelo (www.curvelo.mg.gov.br) ou pelo telefone (38) 3722-2504.

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:7B195B8E

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.755, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

NOMEIA JOÃO ALVES DA FONSECA FILHO NO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Memorando nº 502/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Governo,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear João Alves da Fonseca Filho, de nacionalidade brasileira, com inscrição no CPF sob o nº 653.xxx.xxx-72, para exercer o cargo de Secretário Municipal, da Secretaria Municipal de Governo, pertencente ao Grupo de Direção Superior Municipal (DSM), conforme Anexo II da Lei Complementar nº 235, de 13 de maio de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de agosto de 2026.

Curvelo, 18 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:E34075C0

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.756, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

ALTERA A PORTARIA Nº 13.815, DE 27 DE JUNHO DE 2025, QUE NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (CAE), PARA O QUADRIÊNIO 2025/2029.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Memorando nº 70/2026/DEAG/SME, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o item 2 da alínea "a" do inciso II do art. 1º da Portaria nº 13.815, de 27 de junho de 2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

(...)

II – (...)

a) (...)

(...)

2. Lúcia do Rosário Pereira Gomes;"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Curvelo, 18 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:AD9753F5

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.757, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

EXONERA SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO MUNICIPAL (DAM), DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CURVELO.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Memorando nº 507/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar os servidores abaixo relacionados dos cargos de Direção e Assessoramento Municipal (DAM), constantes do Anexo III da Lei Complementar nº 235, de 13 de maio de 2026, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social:

I – Edna Vieira Gonçalves Froes, CPF nº 110.xxx.xxx-36, DAM 13, denominação complementar Coordenador, da Gerência de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade do Suas;

II – Maria Amélia Soares Costa, CPF nº 012.xxx.xxx-25, DAM 13, denominação complementar Coordenador, da Gerência de Proteção Social Básica do Suas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de agosto de 2026.

Curvelo, 18 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:4923E008

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.758, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

NOMEIA SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO MUNICIPAL (DAM), DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CURVELO.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Memorando nº 507/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados nos cargos de provimento em comissão de Direção e Assessoramento Municipal (DAM), constantes do Anexo III da Lei Complementar nº 235, de 13 de maio de 2026, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social:

I – Edna Vieira Gonçalves Froes, CPF nº 110.xxx.xxx-36, DAM 19, denominação complementar Gerente, na Gerência de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade do Suas;

II – Maria Amélia Soares Costa, CPF nº 012.xxx.xxx-25, DAM 19, denominação complementar Gerente, na Gerência de Proteção Social Básica do Suas;

III – Sabrina Tamara Vieira dos Santos Rocha, CPF nº 064.xxx.xxx-52, DAM 15, denominação complementar Assessor Chefe, no Departamento de Políticas para as Mulheres;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de agosto de 2026.

Curvelo, 18 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:D65194E3

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.759, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

CONCEDE FÉRIAS-PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o disposto no art. 91 da Lei nº 910, de 18 de novembro de 1976;

Considerando o Memorando nº 500/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias-prêmio à servidora Dirce Maria Cordeiro Praxedes, matrícula nº 6.015-5, ocupante do cargo público efetivo de Auxiliar de Serviços I, pelo período de 13 de agosto de 2026 a 11 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a 13 de agosto de 2026.

Curvelo, 18 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:4F66DA8F

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RECURSOS FINANCEIROS – EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Município de Curvelo, na conformidade do artigo 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, vem notificar, através do presente Edital, os partidos políticos, os sindicatos dos trabalhadores e as entidades empresariais, com sede neste Município, da liberação do recurso financeiro no valor abaixo discriminado:

Data do crédito	Conta corrente	Valor do crédito
17/08/26	62.525-6 - Fundeb	R$ 3.005,83
18/08/26	77.659-9 – FMS Custeio SUS	R$ 1.075.674,60
14/08/26	80.008-2 – CFEM	R$ 25.498,10

Curvelo, 18 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:2A7F4724

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIAMANTINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório n.º 052/2026, Modalidade: Concorrência Eletrônica n.º 003/2026. Processo SEI nº 25.1.000004072-0. Objeto: Contratação de empresa para execução das obras de requalificação urbanística e restauração da Praça Dom Joaquim e do Adro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, no Município de Diamantina (MG). Fonte de Recursos: Processo IPHAN nº 01450.005481/2024-90, Ação 153 do PAC Cidades Históricas. NOVO PAC, TRANSFEREGOV: Nº 963837, PROPOSTA 16872/2024. Verificada a regularidade procedimental [...], HOMOLOGO o presente processo a favor da empresa Restaurare Construtora Ltda, CNPJ nº. 03.120.306/0001-70, pelo valor global de R$ 2.450.000,00.

Diamantina, 18 de agosto de 2026.

GEFERSON GIORDANI BURGARELLI –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Augusto Meira
Código Identificador:FBE3EFC1

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EDITAL DE NOTIFICACAO DE DIVIDA ATIVA Nº 16/2026

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE DEBITOS LANCADOS EM DIVIDA ATIVA
O Prefeito Municipal de Diamantina/MG, usando das atribuições que lhe são conferidas em lei, notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, para comparecer a Prefeitura, no setor de Dívida Ativa, para tratar assuntos de relevante interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação deste. O não comparecimento acarretara o desenvolvimento de procedimentos administrativos, protesto e judiciais, conforme determina lei.

Controle	Contribuinte	CPF/CNPJ	Origem	Exercício (s)
116486	TRANSPORTADORA JANUARIA LTDA	17.XXX.XXX/0004-20	IPTU/TAXAS	2023 A 2025
117353	RAIMUNDA GERTRUDES SOARES	004.XXX.XXX-55	IPTU/TAXAS	2022 A 2025
141869	ELIZABETE TORRES MACEDO	007.XXX.XXX-49	IPTU/TAXAS	2022 A 2025
158564	MERCADO BIER LTDA	38.XXX.XXX/0001-82	TAXAS	2025 E 2026
126652	ANA PAULA RODRIGUES	092.XXX.XXX-50	IPTU/TAXAS	2022 A 2025
123906	GERALDINO MOACYR DE LIMA	270.XXX.XXX-20	IPTU/TAXAS	2022 A 2025
150602	VICENTE JUNIOR COSTA	080.XXX.XXX-05	IPTU/TAXAS	2022 A 2025
123049	HELENA ROSA DE ABREU ORLANDI – ESPOLIO	337.XXX.XXX-91	IPTU/TAXAS	2023
	HELENITA ORLANDI COSTA	196.XXX.XXX-04		
107979	MARIA DE SAO JOSE AGUIAR ROSCOE – ESPOLIO	246.XXX.XXX-15	IPTU/TAXAS	2022 A 2025
	BERNARDO JOSE ROSCOE	481.XXX.XXX-34		
113684	VLASTIMIL PISKATY - ESPOLIO	025.XXX.XXX-20	IPTU/TAXAS	2022 A 2025
110336	CARLOS RODRIGUES SILVEIRA ALAILDSON OLIVEIRA DE SOUZA	058.XXX.XXX-33	IPTU/TAXAS	2022 A 2025

DIAMANTINA, 18/08/2026

Publicado por:
André Ricardo Santos Silva
Código Identificador:5FCABB09

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIVINÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA DE Nº CM-119 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Nomeia a Comissão Especial da Câmara Municipal para emitir parecer à Emenda EMENDA Nº CM-045/2026, apresentada à PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA EM Nº 001/2026 – que Altera o inciso XII do art. 11 da Lei Orgânica do Município de Divinópolis, possibilitando a prestação de serviços funerários por cemitérios e crematórios particulares a terceiros não clientes.

O Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis Israel Mendonça, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE baixar a seguinte Portaria:

Art.1º Fica nomeada a composição *da Comissão Especial da Câmara Municipal para emitir parecer à Emenda EMENDA Nº CM-045/2026, apresentada à PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA EM Nº 001/2026 – que Altera o inciso XII do art. 11 da Lei Orgânica do Município de Divinópolis, possibilitando a prestação de serviços funerários por cemitérios e crematórios particulares a terceiros não clientes, ficando assim constituída a comissão*:
a) Vereador: Walmir Ribeiro;
b) Vereador: Rodyson do Zé Milton; e
c) Vereador: Matheus Dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 18 de agosto de 2026.

VEREADOR ISRAEL MENDONÇA
Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:12E97CAF

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

– Nos termos do art. 74, inciso II da Lei 14.133/2021, diante da justificativa apresentada, dos documentos nos autos do Processo Administrativo nº 193/2026, autorizo a conclusão do processo de Inexigibilidade de Licitação nº 028/2026, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DA EMPRESA NÚCLEO TRIII PRODUÇÕES ARTÍSITCAS LTDA, CNPJ nº 20.355.359/0001-99, PARA APRESENTAÇÃO MUSICAL "SHOW MIUDINHO" DO GRUPO TRIII NO DIA 23 DE AGOSTO DE 2026 EM RAZÃO DO EVENTO DIVINO INVERNO QUE ACONTECERÁ NO MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS – MG.

Divinópolis, 17 de agosto de 2026.

MARDEY SOUSA RUSSO.
Secretário Municipal de Cultura

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:741921DC

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

- Nos termos do art. 72 e 75 inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, diante da justificativa apresentada, dos documentos nos autos do processo, autorizo a conclusão do processo de dispensa de licitação, cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios (gêneros básicos: feijão carioca, margarina e óleo de soja), entrega única, destinados à alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino e das entidades filantrópicas vinculadas ao programa nacional de

alimentação escolar (PNAE), atendidas pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Divinópolis/MG, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência, e conforme descritivos apresentados no Processo Administrativo nº 167/2026, Dispensa de Licitação Eletrônica nº 053/2026, para a contratação da empresa HDR LICITA PRIME LTDA inscrita no CNPJ: 64.029.957/0001-43 para o item 01, a empresa CONFIANCA DISTRIBUIDORA LTDA inscrita no CNPJ: 52.091.344/0001-57 para o item 02 e empresa SABOR & GRAO COMERCIO E EMPACOTAMENTO LTDA inscrita no CNPJ: 62.559.089/000188 para o item 03.

Divinópolis, 14 de agosto de 2026.

JORDANA DE FREITAS BUENO.
Diretora Financeira Administrativa da Secretaria Municipal de Educação.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:57BBD794

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Nos termos do art. 72 e 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, diante da justificativa apresentada, dos documentos nos autos do processo, **autorizo a conclusão do processo de dispensa de licitação**, cujo objeto aquisição de grades metálicas de isolamento/contenção para atendimento a demandas da Secretaria Municipal de Transito, Segurança Pública e Mobilidade Urbana do Município de Divinópolis/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos, conforme descritivos apresentados no Processo Administrativo nº 158/2026, Dispensa de Licitação Eletrônica nº 049/2026, para **a contratação da empresa J. CALDEIRA DA SILVA LTDA CNPJ: 51.962.871/0001-27.**

Divinópolis, 14 agosto de 2026.

LUCAS LOPES ESTEVAM
Secretário Municipal de Trânsito, Segurança Pública e Mobilidade Urbana

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:9B294547

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

- Nos termos do art. 72 e 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, diante da justificativa apresentada, dos documentos constantes nos autos do processo, autorizo a conclusão do processo de dispensa de licitação, cujo objeto é o registro de preços para aquisições futuras e eventuais de aparelhos e insumos laboratoriais para atender à Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Divinópolis/MG, nas atividades de monitoramento da qualidade da água destinada ao consumo humano realizadas pelo programa Vigiágua, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, e conforme descritivos apresentados no Processo Administrativo nº 138/2026, Contratação (Nº da UASG - Nº no Portal Compras Governamentais) 984445 - 34/2026, Dispensa de Licitação Eletrônica nº 042/2026, para a contratação das empresas INOVALAB ARTIGOS LABORATORIAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 61.403.106/0001-20, para os itens 1, 2, 4 e 5, e SANCOMAR COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.220.288/0001-06, para os itens 6 e 7.

Divinópolis, 17 de agosto de 2026.

SHEILA SALVINO.
Secretaria Municipal de Saúde.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:794C4FD2

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

PL 129/2026 DL 38/2026 Nos termos do art. 75, inciso XV da Lei 14.133/2021, diante da justificativa apresentada, dos documentos nos autos do Processo Administrativo nº 148/2026, autorizo a conclusão do processo de Inexigibilidade de Licitação nº 45/2026, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE TREINAMENTOS E CONSULTORIAS VOLTADOS AO FORTALECIMENTO DO SETOR EMPRESARIAL DE DIVINÓPOLIS, NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO DA TRILHA DE INOVAÇÃO 2026, inscrito no CNPJ nº 16.589.137/0016-40, conforme condições e exigências estabelecidas no termo de referência, em favor do referido contratado.

LUCAS LOPES ESTEVAM,
Secretário Municipal de Trânsito, Segurança Pública e Mobilidade Urbana.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:2735865D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
COMUNICAÇÃO 82

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 01/2025– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar o não comparecimento em prazo hábil, eliminação por falta de comprovação de documentos ou a desistência da vaga dos candidatos convocados conforme resultado final do Processo Seletivo Edital n° 01/2025 – SEMUSA, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98 listados abaixo:

MÉDICO GENERALISTA PSF – 40 HS/SEMANAIS		
Classificação	**Nome**	**Motivo**
197º	MARIA GABRIELLI DE SOUZA	Não manifestou interesse na vaga.

Divinópolis, 13 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:C66F6EF0

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
COMUNICAÇÃO 92

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 03/2025– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar o não comparecimento em prazo hábil, eliminação por falta de comprovação de documentos ou a desistência da vaga dos candidatos convocados conforme resultado final do Processo Seletivo Edital n° 03/2025 – SEMUSA, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98 listados abaixo:

MÉDICO GENERALISTA PSF 04HS – 20 HS/SEMANAIS		
Classificação	**Nome**	**Motivo**
164º	GABRIELY MARTINS COUTINHO	Não manifestou interesse na vaga.

Divinópolis, 17 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:3786E302

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
COMUNICAÇÃO 93

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 03/2025– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar o não comparecimento em prazo hábil, eliminação por falta de comprovação de documentos ou a desistência da vaga dos candidatos convocados conforme resultado final do Processo Seletivo Edital n° 03/2025 – SEMUSA, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98 listados abaixo:

MÉDICO GENERALISTA PSF 04HS – 20 HS/SEMANAIS		
Classificação	**Nome**	**Motivo**
165º	JOÃO PLINIO PEÃO COLLA	Não manifestou interesse na vaga.

Divinópolis, 18 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:851CA53E

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONVOCAÇÃO 109

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 03/2025– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar a convocação dos abaixo relacionados conforme resultado do Processo Seletivo Simplificado N° **03/2025**- SEMUSA, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98:
02 vagas para o cargo de Médico Generalista PSF 04HS para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 02/09/2026 – Término: 28/02/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Projeto temporário: Manutenção do Projeto Saúde na Hora, para atendimento da população até as 22 horas na ESF Ermida I, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 15/09/2026 – Término: 13/03/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Projeto temporário: Manutenção do Projeto Saúde na Hora, para atendimento da população até as 22 horas na ESF Nossa Senhora das Graças, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

Candidatos convocados:

Médico Generalista PSF 04 – 20 HS SEMANAIS	
Classificação	**Nome**
166º	NATÁLIA RODRIGUES MORAES SILVA
167º	ANNA BARBARA VELOSO TOMAZ RODRIGUES

O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, Comprovante de endereço. **Deverá ainda trazer os documentos que comprovam sua pontuação no Processo Seletivo, sendo esses originais e cópias.** A não comprovação da pontuação e o não agendamento do (a) candidato (a) acarretará em sua eliminação ao Processo Seletivo n° **03/2025**.

Divinópolis, 18 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:62EEFA1B

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONVOCAÇÃO 109

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N º 001/2026

Comunicamos a quem possa interessar a convocação dos abaixo relacionados conforme resultado do Processo Seletivo Simplificado N° 01/2026- SEMUSA, para assumir contrato temporário de excepcional interesse público nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98, conforme cumprimento dos requisitos legais elencados:
05 vagas para o cargo de Técnico de Enfermagem – 200 horas para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 26/08/2026 – Término: 17/02/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Manutenção do serviço a fim de evitar a desassistência, diante das persistências das demandas na Gerência de Controle, aguardando posse de servidor efetivo, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 24/08/2026 – Término: 15/02/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Manutenção do serviço a fim de evitar a desassistência, diante das persistências das demandas na Gerência de Controle, aguardando posse de servidor efetivo, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 24/08/2026 – Término: 15/02/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Manutenção do serviço a fim de evitar a desassistência, diante das persistências das demandas na Gerência de Regulação, aguardando posse de servidor efetivo, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 24/08/2026 – Término: 15/02/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Manutenção do serviço a fim de evitar a desassistência, diante das persistências das demandas na Farmácia Central, aguardando posse de servidor efetivo, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 02/09/2026 – Término: 28/02/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Manutenção do serviço a fim de evitar a desassistência, diante das persistências das demandas no Serviço Residencial Terapêutico I, aguardando posse de servidor efetivo, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

Candidatos convocados:

TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 200 HS – 40 HS/SEMANAIS	
Classificação	**Nome**
119º	ERICA DAS GRAÇAS DE FÁTIMA BERTOLACCINI
120º	KATIA APARECIDA FRANCISCO
121º	RENATA APARECIDA GUEDES SALES
122º	REGINA RODRIGUES LOPES
123º	GENILDA MACHADO SANTOS

O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, Comprovante de endereço. Deverá ainda trazer os

documentos que comprovam sua pontuação no Processo Seletivo, sendo esses originais e cópias. A não comprovação da pontuação e o não agendamento do (a) candidato (a) acarretará sua eliminação ao Processo Seletivo n° 01/2026.

Divinópolis, 17 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:06E189A1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONVOCAÇÃO 96

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 01/2025– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar a convocação dos abaixo relacionados conforme resultado do Processo Seletivo Simplificado N° **01/2025**- SEMUSA, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98:
02 vagas para o cargo de Médico Generalista PSF para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 19/08/2026 – Término: 11/02/2027
• Necessidade temporária: Sim • Interesse público, excepcional: Sim • Contratação indispensável: Sim	Justificativa: Manutenção do serviço a fim de evitar a desassistência médica, durante a ausência do período de férias de médicos efetivos e do Programa Mais Médicos, atuando como ferista, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.

MÉDICO GENERALISTA PSF - 40 HS/SEMANAIS	
Classificação	**Nome**
198º	BRENDA DIAS FERREIRA
199º	ALEXANDRE FERREIRA LAMOUNIER
200º	ANA JULIA AMERICANO ZUBA

O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, Comprovante de endereço. **Deverá ainda trazer os documentos que comprovam sua pontuação no Processo Seletivo, sendo esses originais e cópias.** A não comprovação da pontuação e o não agendamento do (a) candidato (a) acarretará em sua eliminação ao Processo Seletivo n° **01/2025**.

Divinópolis, 18 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:084ECF19

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.526/26

Exonera servidores titulares dos cargos efetivos que especifica.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, considerando os pedidos formulados pelas servidoras, na forma dos processos administrativos digitais nº 000039443/2026, 000040088/2026, 000040411/2026, 000041378/2026, 000041772/2026;

DECRETA:
Art. 1º Ficam exoneradas dos cargos públicos de provimento efetivo nos quais se encontram investidas, as seguintes servidoras:
I - Renata da Silva Moura Fraga, matrícula 99043625-2, do cargo de Professor em Atuação na Educação Infantil Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a partir de 04.08.2026;
II - Nayara Santos Oliveira, matrícula 99043094-1, do cargo de Psicóloga, a partir de 05.08.2026;
III - Thamyris Stuart Gonçalves, matrícula 99035341-1, do cargo de Supervisor Orientador de Ensino, a partir de 06.08.2026;
IV - Jéssica Viana Almeida de Jesus Corrêa, matrícula 99044231-1, do cargo de Assistente Educacional, a partir de 13.08.2026;
V - Antonioni Alves dos Reis,matrícula 99035133, do cargo de Agente de Administração, a partir de 18.08.2026.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor com a sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 04.08.2026.

Divinópolis, 14 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Digitalmente)
THIAGO NUNES LEMOS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:D17E81C2

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.531/26

Exonera servidor em razão de aposentadoria compulsória.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, e considerando a Emenda Constitucional nº 103/2019,

DECRETA:
Art. 1º Fica exonerado por aposentadoria compulsória, o servidor AILTON RODRIGUES DO NASCIMENTO, matrícula 1009440, detentor da função pública de Auxiliar de Serviços, a partir de 19.10.2026.
Parágrafo único: A exoneração de que trata o caput é decorrente de aposentadoria compulsória, que extingue automaticamente o vínculo do referido servidor com o Município de Divinópolis.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir 19.10.2026.

Divinópolis, 14 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Digitalmente)
THIAGO NUNES LEMOS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:868FD666

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO REFERENTE AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026-SEMDS

A Secretária Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDS), no uso de suas atribuições legais, vem, por meio da Comissão de Seleção designada pela Portaria SEMDS nº 04, de 27 de janeiro de 2025, comunicar o resultado final de classificação relativo ao Edital de Chamamento Público nº 04/2026-SEMDS:

•
PÚBLICO MASCULINO (ATÉ 10 VAGAS)

Ações de prevenção, cuidado, acolhimento e reinserção social e econômica para homens que fazem uso, abuso ou apresentam quadro de dependência de álcool, tabaco e outras drogas.

Entidade	Classificação	Status
Associação Vem Viver	1º	Classificada

•
PÚBLICO FEMININO (ATÉ 05 VAGAS)

Ações de prevenção, cuidado, acolhimento e reinserção social e econômica para mulheres que fazem uso, abuso ou apresentam quadro de dependência de álcool, tabaco e outras drogas.

Entidade	Classificação	Status
Comunidade Terapêutica Vida Pela Vida	1º	Classificada

Em face desta classificação final, a Secretária Municipal de Desenvolvimento Social homologa o resultado final do Chamamento Público nº 04/2026-SEMDS.
Também convoca, a partir da data desta publicação, as OSCs Associação Vem Viver e Comunidade Terapêutica Vida Pela Vida para que, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do dia 19/08/2026, apresentem o plano de trabalho, em uma via, juntamente com a documentação exigida para a comprovação dos requisitos necessários à formalização da parceria e da inexistência de impedimentos legais, nos termos dos arts. 28, 33, 34 e 39 da Lei Federal nº 13.019/2014, conforme determina o item 17 do referido Edital.
Os documentos solicitados devem ser entregues pessoalmente, em envelope lacrado, mediante protocolo, das 08h00min às 11h30min e das 12h30min às 16h30min, na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDS), localizada na Rua Lincoln Machado, nº 59, Centro, nesta cidade de Divinópolis/MG. O envelope deverá trazer, em sua parte externa, a identificação da instituição e a seguinte inscrição: "*Fase de celebração – Edital de Chamamento Público nº 04/2026-SEMDS"*.
A homologação do resultado final do julgamento do Chamamento Público promovido nos termos deste Edital não obriga o Município a firmar o Termo de Colaboração.

Divinópolis, 18 de agosto de 2026

JULIANA COELHO
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:8B4AD8DE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
EDITAL PÚBLICO DE NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO / GUIA DE MULTA

O MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 18.291.351/0001-64, com endereço na Av. Paraná nº 2601 Bela Vista, Divinópolis – CEP: 35.501-170, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Cuidado Animal, tendo em vista a infringência da lei, pelo proprietário do imóvel abaixo discriminado e considerando o insucesso na notificação postal; vem por meio deste, NOTIFICAR da autuação/ multas conforme discriminado abaixo:

Contribuinte CPF/CNPJ	*Auto de Infração*	*Autuação*	*Valor da Penalidade*
FIRMA INDIVIDUAL NELSON FONCECA	*191/2026*	*Não cumprimento do Decreto 17.326/2026 de 02/07/2026 .– Limpeza*	*R$ 4.998,00*
FABRÍCIO ROCHA FARIA	*133/2026*	*Infração baseada na Lei/ Decreto pelo descumprimento do dispositivo: Lei 5451/02, Decreto 4748/02, alínea "T", sob pena do Artigo 136.*	*R$ 18.490,50*
FABRÍCIO ROCHA FARIA	*134/2026*	*Infração baseada na Lei/ Decreto pelo descumprimento do dispositivo: Lei 5451/02, Decreto 4748/02, alínea "T", sob pena do Artigo 136.*	*R$ 18.490,50*

Considerar-se-á autuado o proprietário/responsável acima descrito, 20 dias após a publicação deste Edital para apresentação de defesa. Após este prazo iniciará a contagem do prazo legal para pagamento e /ou lançamento em dívida ativa. O proprietário interessado poderá ter acesso ao processo administrativo respectivo comparecendo à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Cuidado Animal – SEMAC.

DANILO TEIXEIRA MORAES
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Cuidado Animal – SEMAC
Prefeitura Municipal de Divinópolis

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:F61F3890

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
JUSTIFICATIVA SEMC Nº 018/2026

JUSTIFICATIVA PARA A NÃO REALIZAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO PARA CUMPRIMENTO DE EMENDA PARLAMENTAR IMPOSITIVA APROVADA NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.

A **Secretaria Municipal de Cultura (SEMC)**, órgão da administração pública direta do Município de Divinópolis/MG, por meio de seu Secretário, no exercício de suas competências institucionais e legais, apresenta esta justificativa para formalizar a intenção de celebrar um Termo de Fomento com dispensa do procedimento de chamamento público, com base na exceção expressamente prevista no artigo 29 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para a execução de finalidade de relevante ***interesse público e social.***

1. INTRODUÇÃO E OBJETO DA JUSTIFICATIVA
O presente documento tem por finalidade demonstrar e fundamentar, de maneira detalhada e transparente, as razões de fato e de direito que autorizam a Administração Pública Municipal a celebrar parceria direta, via Termo de Fomento, com a **CONGREGAÇÃO DAS IRMANDADES CONGADEIRAS, DE REINADO, FESTA DE CRUZ, FOLIA DE REIS E CORRELATAS DE DIVINÓPOLIS, MG - CONGADIV**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 23.880.359/0001-04. A parceria visa a "Execução de ação cultural de apoio à realização da **Festa de Reinado da Irmandade do Alto São Vicente – 2026**, destinada à preservação e valorização das tradições do Congado e do Reinado no Município de Divinópolis, compreendendo a **aquisição de utensílios e materiais necessários, a ornamentação dos espaços e a oferta de almoço comunitário e gratuito aos participantes**, em conformidade com as metas, etapas, condições e demais especificações estabelecidas no Plano de Trabalho".
A fundamentação para a não realização do chamamento público, procedimento que ordinariamente precede a celebração de parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs), reside na natureza específica da origem dos recursos. Os fundos para a execução deste

projeto são provenientes de uma **Emenda Parlamentar Impositiva Municipal**, cuja alocação e beneficiário foram definidos pelo Poder Legislativo Municipal no processo de aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), configurando a hipótese de exceção prevista no **artigo 29 da Lei Federal nº 13.019/2014**, o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC).

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ORIGEM DOS RECURSOS

A verba orçamentária que fundamenta o futuro Termo de Fomento, no valor total de **R$ 15.000,00 (quinze mil reais)**, tem sua origem na **Emenda Impositiva nº 096/2025**, de autoria do Vereador Wellington Well, devidamente aprovada e integrada à Lei Orçamentária Anual do Município de Divinópolis para o exercício de 2026. É fundamental destacar o caráter *impositivo* de tal emenda. A legislação constitucional e orçamentária confere às emendas dessa natureza uma força vinculante, tornando a sua execução uma obrigação para o Poder Executivo, e não um ato de mera liberalidade ou discricionariedade do gestor público.

Dessa forma, a emenda parlamentar impositiva representa uma decisão soberana do Poder Legislativo, que, no exercício de sua função constitucional de alocar recursos orçamentários, optou por destinar um montante específico para uma finalidade clara e para um beneficiário predeterminado. No caso concreto, a referida emenda indicou nominalmente a **CONGREGAÇÃO DAS IRMANDADES CONGADEIRAS, DE REINADO, FESTA DE CRUZ, FOLIA DE REIS E CORRELATAS DE DIVINÓPOLIS, MG - CONGADIV** como a entidade executora do projeto cultural. Essa designação específica, realizada durante o processo legislativo orçamentário, é o fato gerador que atrai a aplicação da exceção ao chamamento público.

Ignorar a indicação nominal do beneficiário feita pelo parlamentar e aprovada em plenário, submetendo o recurso a um processo de seleção aberto (chamamento público), representaria um esvaziamento da prerrogativa do Legislativo e uma violação da própria sistemática do orçamento impositivo. A escolha do parlamentar, convertida em lei orçamentária, já constitui o ato de seleção da entidade, restando ao Poder Executivo a análise do cumprimento dos requisitos legais para a efetivação da parceria.

3.. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA PARA A DISPENSA DO CHAMAMENTO PÚBLICO

A Lei Federal nº 13.019/2014, ao instituir o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, estabeleceu o chamamento público como regra geral, garantindo a observância dos princípios da isonomia, impessoalidade, moralidade e eficiência na seleção das entidades parceiras. Contudo, o próprio legislador previu situações excepcionais em que o chamamento público não é exigido, reconhecendo a existência de contextos específicos que justificam a celebração direta da parceria.

A hipótese que se amolda perfeitamente ao caso em análise está disposta no *caput* do artigo 29 do referido diploma legal, com a redação dada pela Lei nº 13.204/2015:

Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei.

A clareza do dispositivo legal é incontestável. A norma determina que Termos de Fomento, como o que se pretende celebrar, financiados com recursos de emendas parlamentares, **serão celebrados sem chamamento público**. Trata-se de uma determinação legal expressa, que afasta a obrigatoriedade do procedimento seletivo justamente para conferir eficácia à alocação de recursos realizada pelo Poder Legislativo por meio de emendas. A celebração da parceria direta, neste cenário, não é uma opção, mas um dever do administrador público para cumprir a destinação específica estabelecida na lei orçamentária.

Portanto, a conduta desta Secretaria em dispensar o chamamento público não apenas encontra amparo legal, como é a única medida compatível com o ordenamento jurídico vigente, que busca harmonizar as normas do MROSC com as regras do orçamento impositivo.

4. ANÁLISE DA PROPOSTA DE PARCERIA

4.1. Interesse Público e Alinhamento: A ação possui relevante interesse público por contribuir para a preservação, valorização e promoção das tradições do Congado e do Reinado em Divinópolis, fortalecendo a identidade cultural, a participação comunitária e a transmissão de saberes, estando alinhada às políticas públicas municipais de cultura e às ações de valorização do patrimônio cultural imaterial, mediante apoio à aquisição de utensílios e materiais, ornamentação dos espaços e oferta de almoço comunitário e gratuito aos participantes, conforme previsto no Plano de Trabalho.

4.2. Capacidade Técnica e Operacional: A CONGADIV demonstrou regularidade jurídica e compatibilidade entre seus objetivos institucionais e o objeto da parceria. A entidade possui experiência prévia e equipe qualificada, evidenciando capacidade técnica e operacional para executar o projeto com eficiência e responsabilidade.

4.3. Conformidade do Plano de Trabalho: O Plano de Trabalho atende aos requisitos legais, apresentando metas, etapas, cronograma, indicadores e custos de forma clara e adequada. Os valores estão compatíveis com o mercado, e a proposta foi considerada viável e exequível pela análise técnica.

Destaca-se a emenda parlamentar:

Emenda	Vereador(a)	Valor (R$)	Beneficiário	Modalidade
096/2025	Wellington Well	15.000,00	**CONGREGAÇÃO DAS IRMANDADES CONGADEIRAS, DE REINADO, FESTA DE CRUZ, FOLIA DE REIS E CORRELATAS DE DIVINÓPOLIS, MG - CONGADIV**	Execução de ação cultural de apoio à realização da **Festa de Reinado da Irmandade do Alto São Vicente – 2026**, destinada à preservação e valorização das tradições do Congado e do Reinado no Município de Divinópolis, compreendendo a **aquisição de utensílios e materiais necessários, a ornamentação dos espaços e a oferta de almoço comunitário e gratuito aos participantes**, em conformidade com as metas, etapas, condições e demais especificações estabelecidas no Plano de Trabalho.

5. CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, fica demonstrado de forma inequívoca que a pretensão de celebrar Termo de Fomento direto com a **CONGREGAÇÃO DAS IRMANDADES CONGADEIRAS, DE REINADO, FESTA DE CRUZ, FOLIA DE REIS E CORRELATAS DE DIVINÓPOLIS, MG - CONGADIV** está em plena conformidade com a legalidade e o interesse público.

A dispensa do chamamento público fundamenta-se na exceção clara e objetiva do **artigo 29 da Lei Federal nº 13.019/2014**, uma vez que os recursos são decorrentes de **Emenda Parlamentar Impositiva nº 096/2025**, que indicou nominalmente a organização beneficiária, vinculando a atuação do Poder Executivo.

Além disso, o objeto da parceria possui relevante interesse social, alinhado às políticas públicas de cultura do município. A organização proponente demonstra ter capacidade técnica para executar o projeto, e o Plano de Trabalho apresentado foi considerado viável e consistente. Por fim, reafirma-se que todos os demais mecanismos de controle, fiscalização, transparência e prestação de contas previstos na legislação serão rigorosamente observados.

Assim, esta Secretaria justifica e ratifica a legalidade e a legitimidade da celebração direta do Termo de Fomento, por ser a medida que cumpre a deliberação do Poder Legislativo expressa na Lei Orçamentária Anual e atende ao interesse da comunidade de Divinópolis.

Este é o posicionamento desta Secretaria de Cultura.

Divinópolis, agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
MARDEY SOUSA RUSSO
Secretário Municipal de Cultura

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:D0B82D94

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
JUSTIFICATIVA SEMC Nº 22/2026

JUSTIFICATIVA PARA A NÃO REALIZAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO PARA CUMPRIMENTO DE EMENDA PARLAMENTAR IMPOSITIVA APROVADA NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.

A **Secretaria Municipal de Cultura (SEMC)**, órgão da administração pública direta do Município de Divinópolis/MG, por meio de seu Secretário, no exercício de suas competências institucionais e legais, apresenta esta justificativa para formalizar a intenção de celebrar um Termo de Fomento com dispensa do procedimento de chamamento público, com base na exceção expressamente prevista no artigo 29 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para a execução de finalidade de relevante ***interesse público e social.***

1. INTRODUÇÃO E OBJETO DA JUSTIFICATIVA

O presente documento tem por finalidade demonstrar e fundamentar, de maneira detalhada e transparente, as razões de fato e de direito que autorizam a Administração Pública Municipal a celebrar parceria direta, via Termo de Fomento, com a **IRMANDADE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 20.914.131/0001-91. A parceria visa a "E**xecução de ação cultural de apoio à Festa de Reinado da Irmandade Nossa Senhora do Rosário do bairro Porto Velho, prevista para o mês de agosto de 2027,destinada à preservação, valorização e fortalecimento das tradições culturais do Congado e do Reinado no Município, mediante a aquisição de bens permanentes e materiais de apoio necessários à estruturação e continuidade das atividades culturais desenvolvidas pelas Irmandades".**

A fundamentação para a não realização do chamamento público, procedimento que ordinariamente precede a celebração de parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs), reside na natureza específica da origem dos recursos. Os fundos para a execução deste projeto são provenientes de uma **Emenda Parlamentar Impositiva Municipal**, cuja alocação e beneficiário foram definidos pelo Poder Legislativo Municipal no processo de aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), configurando a hipótese de exceção prevista no **artigo 29 da Lei Federal nº 13.019/2014**, o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC).

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ORIGEM DOS RECURSOS

A verba orçamentária que fundamenta o futuro Termo de Fomento, no valor total de **R$ 21.000,00 (vinte um mil reais)**, tem sua origem na **Emenda Impositiva nº 084/2025**, de autoria do Vereador Rodyson do Zé Milton, devidamente aprovada e integrada à Lei Orçamentária Anual do Município de Divinópolis para o exercício de 2026. É fundamental destacar o caráter *impositivo* de tal emenda. A legislação constitucional e orçamentária confere às emendas dessa natureza uma força vinculante, tornando a sua execução uma obrigação para o Poder Executivo, e não um ato de mera liberalidade ou discricionariedade do gestor público.

Dessa forma, a emenda parlamentar impositiva representa uma decisão soberana do Poder Legislativo, que, no exercício de sua função constitucional de alocar recursos orçamentários, optou por destinar um montante específico para uma finalidade clara e para um beneficiário predeterminado. No caso concreto, a referida emenda indicou nominalmente a **IRMANDADE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO** como a entidade executora do projeto cultural. Essa designação específica, realizada durante o processo legislativo orçamentário, é o fato gerador que atrai a aplicação da exceção ao chamamento público.

Ignorar a indicação nominal do beneficiário feita pelo parlamentar e aprovada em plenário, submetendo o recurso a um processo de seleção aberto (chamamento público), representaria um esvaziamento da prerrogativa do Legislativo e uma violação da própria sistemática do orçamento impositivo. A escolha do parlamentar, convertida em lei orçamentária, já constitui o ato de seleção da entidade, restando ao Poder Executivo a análise do cumprimento dos requisitos legais para a efetivação da parceria.

3.. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA PARA A DISPENSA DO CHAMAMENTO PÚBLICO

A Lei Federal nº 13.019/2014, ao instituir o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, estabeleceu o chamamento público como regra geral, garantindo a observância dos princípios da isonomia, impessoalidade, moralidade e eficiência na seleção das entidades parceiras. Contudo, o próprio legislador previu situações excepcionais em que o chamamento público não é exigido, reconhecendo a existência de contextos específicos que justificam a celebração direta da parceria.

A hipótese que se amolda perfeitamente ao caso em análise está disposta no *caput* do artigo 29 do referido diploma legal, com a redação dada pela Lei nº 13.204/2015:

Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei.

A clareza do dispositivo legal é incontestável. A norma determina que Termos de Fomento, como o que se pretende celebrar, financiados com recursos de emendas parlamentares, **serão celebrados sem chamamento público**. Trata-se de uma determinação legal expressa, que afasta a obrigatoriedade do procedimento seletivo justamente para conferir eficácia à alocação de recursos realizada pelo Poder Legislativo por meio de emendas. A celebração da parceria direta, neste cenário, não é uma opção, mas um dever do administrador público para cumprir a destinação específica estabelecida na lei orçamentária.

Portanto, a conduta desta Secretaria em dispensar o chamamento público não apenas encontra amparo legal, como é a única medida compatível com o ordenamento jurídico vigente, que busca harmonizar as normas do MROSC com as regras do orçamento impositivo.

4. ANÁLISE DA PROPOSTA DE PARCERIA

4.1. Interesse Público e Alinhamento: A presente ação cultural reveste-se de relevante interesse público por contribuir para a preservação, valorização e continuidade das tradições do Congado e do Reinado, importantes manifestações do patrimônio cultural e da identidade do Município de Divinópolis. O apoio à Festa de Reinado da Irmandade Nossa Senhora do Rosário, do bairro Porto Velho, mediante a aquisição de bens permanentes e materiais de apoio, fortalecerá a estrutura e a continuidade das atividades desenvolvidas pela Irmandade, ampliando o acesso da população à cultura, fortalecendo a participação comunitária e promovendo a salvaguarda das tradições culturais transmitidas entre gerações.

4.2. Capacidade Técnica e Operacional: A Irmandade Nossa Senhora do Rosário demonstrou regularidade jurídica e compatibilidade entre seus objetivos institucionais e o objeto da parceria. A entidade possui experiência prévia e equipe qualificada, evidenciando capacidade técnica e operacional para executar o projeto com eficiência e responsabilidade.

4.3. Conformidade do Plano de Trabalho: O Plano de Trabalho atende aos requisitos legais, apresentando metas, etapas, cronograma, indicadores e custos de forma clara e adequada. Os valores estão compatíveis com o mercado, e a proposta foi considerada viável e exequível pela análise técnica.

Destaca-se a emenda parlamentar:

Emenda	Vereador(a)	Valor (R$)	Beneficiário	Modalidade
084/2025	Rodyson do Zé Milton	21.000,00	**IRMANDADE NOSSSA SENHORA DO ROSÁRIO**	**Execução de ação cultural de apoio à Festa de Reinado da Irmandade Nossa Senhora do Rosário do bairro Porto Velho, prevista para o mês de agosto de 2027,destinada à preservação, valorização e fortalecimento das tradições culturais do**

				Congado e do Reinado no Município, mediante a aquisição de bens permanentes e materiais de apoio necessários à estruturação e continuidade das atividades culturais desenvolvidas pelas Irmandades.

5. CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, fica demonstrado de forma inequívoca que a pretensão de celebrar Termo de Fomento direto com a **IRMANDADE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO** está em plena conformidade com a legalidade e o interesse público.

A dispensa do chamamento público fundamenta-se na exceção clara e objetiva do **artigo 29 da Lei Federal nº 13.019/2014**, uma vez que os recursos são decorrentes de **Emenda Parlamentar Impositiva nº 084/2025**, que indicou nominalmente a organização beneficiária, vinculando a atuação do Poder Executivo.

Além disso, o objeto da parceria possui relevante interesse social, alinhado às políticas públicas de cultura do município. A organização proponente demonstra ter capacidade técnica para executar o projeto, e o Plano de Trabalho apresentado foi considerado viável e consistente. Por fim, reafirma-se que todos os demais mecanismos de controle, fiscalização, transparência e prestação de contas previstos na legislação serão rigorosamente observados.

Assim, esta Secretaria justifica e ratifica a legalidade e a legitimidade da celebração direta do Termo de Fomento, por ser a medida que cumpre a deliberação do Poder Legislativo expressa na Lei Orçamentária Anual e atende ao interesse da comunidade de Divinópolis.

Este é o posicionamento desta Secretaria de Cultura.

Divinópolis, agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
MARDEY SOUSA RUSSO
Secretário Municipal de Cultura

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:B947AD50

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA SEMAG-SIM Nº 22 DE 06 DE JULHO DE 2026

DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS PARA O CONTROLE DA QUALIDADE DA ÁGUA DE ABASTECIMENTO PELOS ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL — SIM E SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE VERIFICAÇÃO OFICIAL.

A Secretária Municipal de Agronegócios, Cláudia Antônia Santana, e o Diretor de Agropecuária, Infraestrutura e Inspeção, Leandro Silva Guimarães, no uso das atribuições legais e,

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a potabilidade da água utilizada nos estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Municipal;

CONSIDERANDO que a manutenção do controle da qualidade da água utilizada nas áreas de produção industrial de produtos de origem animal é responsabilidade do estabelecimento e deve constar em seus Programas de Autocontrole;

CONSIDERANDO a necessidade de padronização dos procedimentos de verificação oficial do SIM, em consonância com as diretrizes do Ministério da Agricultura e Pecuária, do Ministério da Saúde e os requisitos de equivalência ao SISBI-POA;

RESOLVE:

Art. 1º Esta Portaria estabelece os requisitos mínimos para o controle da qualidade da água de abastecimento utilizada pelos estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Municipal de Divinópolis — SIM, bem como os procedimentos de verificação oficial documental e in loco a serem realizados pelo SIM.

Art. 2º A água utilizada na elaboração de produtos de origem animal, na higienização de instalações, equipamentos, utensílios e manipuladores, bem como na produção de gelo ou vapor que entre em contato direto ou indireto com os produtos, quando aplicável, deverá atender ao padrão de potabilidade estabelecido pelo Ministério da Saúde.

Parágrafo único. Quando houver utilização de água não potável para finalidades que não envolvam contato direto ou indireto com os produtos, deverá existir rede separada, identificada e mantida de forma a impedir conexões cruzadas ou qualquer risco de contaminação da água potável, dos produtos, das instalações e dos equipamentos.

Art. 3º É responsabilidade do estabelecimento controlar e monitorar a qualidade da água utilizada, independentemente da forma de abastecimento ou captação, devendo esse controle estar previsto em seus Programas de Autocontrole — PAC.

Art. 4º O estabelecimento deverá elaborar, implementar e manter atualizado, em seus Programas de Autocontrole — PAC, plano de amostragem para análises físico-químicas e microbiológicas da água de abastecimento, contemplando os pontos de consumo localizados nas áreas de produção industrial de produtos de origem animal.

§ 1º O plano de amostragem deverá ser elaborado com base na legislação sanitária vigente, especialmente nas normas do Ministério da Saúde relativas ao padrão de potabilidade da água para consumo humano, nas diretrizes do Ministério da Agricultura e Pecuária aplicáveis aos estabelecimentos de produtos de origem animal, no que couber, e nas normas que vierem a substituí-las.

§ 2º O plano de amostragem deverá conter, no mínimo, a forma de abastecimento ou captação da água, o tipo de manancial, a identificação dos reservatórios e dos pontos de consumo nas áreas de produção, os pontos de coleta, o número de pontos amostrados, os parâmetros analisados, a frequência mínima das análises, a identificação do responsável, os critérios de avaliação dos resultados, as ações corretivas, as recoletas e os registros correspondentes.

§ 3º O plano de amostragem deverá prever, obrigatoriamente, a coleta em pelo menos um ponto de consumo de água localizado em área de produção industrial de produtos de origem animal, sem prejuízo da inclusão de outros pontos considerados representativos da rede interna de abastecimento.

§ 4º O plano de amostragem poderá prever rodízio dos pontos de coleta, desde que seja mantida a coleta em, no mínimo, um ponto localizado em área de produção industrial de produtos de origem animal e que os pontos definidos sejam representativos da rede interna de abastecimento.

§ 5º Será admitido plano único de amostragem da água para atendimento às exigências sanitárias aplicáveis, desde que contemple os requisitos desta Portaria e os pontos de consumo da água nas áreas de produção industrial de produtos de origem animal.

Art. 5º O estabelecimento deverá realizar análises laboratoriais da água de abastecimento conforme plano de amostragem previsto em seu Programa de Autocontrole, mantendo os respectivos laudos, registros de monitoramento, ações corretivas e recoletas à disposição do SIM.

§ 1º As análises laboratoriais para controle da qualidade da água poderão ser realizadas em laboratórios próprios ou terceirizados, observadas as normas aplicáveis ao controle da qualidade da água para consumo humano.

§ 2º As metodologias analíticas deverão atender às normas nacionais ou internacionais reconhecidas, conforme previsto na legislação vigente do Ministério da Saúde sobre qualidade da água para consumo humano.

§ 3º O plano de amostragem da água previsto no Programa de Autocontrole deverá contemplar, no mínimo, os parâmetros e valores permitidos previstos no Anexo I desta Portaria, observadas as diretrizes do Ministério da Agricultura e Pecuária e do Ministério da Saúde.

Art. 6º Cabe ao SIM realizar a verificação oficial da manutenção da potabilidade da água utilizada pelo estabelecimento nos pontos de consumo das áreas de produção industrial de produtos de origem animal, considerando o risco de contaminação e os parâmetros definidos no Anexo I desta Portaria.

§ 1º A verificação oficial será realizada por meio de avaliação documental do plano de amostragem, dos laudos laboratoriais, dos registros de monitoramento e das ações corretivas adotadas pelo

estabelecimento, conforme normas específicas de verificação dos programas de autocontrole.

§ 2º A verificação oficial *in loco* incluirá, conforme aplicável e por amostragem, a avaliação dos pontos de consumo da água, das condições dos reservatórios, filtros e rede interna, bem como a mensuração direta do cloro residual livre ou de outro residual de desinfetante e do pH, devendo os resultados ser registrados no documento de fiscalização correspondente.

§ 3º A verificação oficial realizada pelo SIM é suplementar às ações de vigilância da qualidade da água executadas pela autoridade de saúde pública competente, restringindo-se ao âmbito da inspeção e fiscalização de produtos de origem animal.

Art. 7º O SIM poderá determinar a coleta oficial de amostras da água de abastecimento em situações excepcionais ou tecnicamente justificadas, especialmente quando houver suspeita de risco sanitário, histórico de não conformidades, falhas no controle da água, denúncia, investigação de doença transmitida por alimento ou necessidade de subsidiar ação fiscal.

§ 1º A coleta oficial deverá ser realizada por servidor designado pela Coordenação do SIM, com preenchimento da Solicitação Oficial de Análise ou documento equivalente.

§ 2º As análises determinadas pelo SIM observarão os parâmetros definidos nesta Portaria, podendo outros parâmetros ser exigidos mediante justificativa técnica.

§ 3º A coleta oficial determinada pelo SIM não substitui a responsabilidade do estabelecimento pela execução do plano de amostragem previsto em seu Programa de Autocontrole.

§ 4º As análises fiscais determinadas pelo SIM, serão custeadas pelo estabelecimento, ressalvada a possibilidade de custeio pelo Município ou por instituição parceira, conforme disponibilidade administrativa, orçamentária e normas complementares aplicáveis.

§ 5º As amostras deverão ser identificadas, lacradas, acondicionadas, conservadas e transportadas de modo a garantir sua integridade e rastreabilidade até a entrega ao laboratório, observadas as orientações da fiscalização e do laboratório executor.

§ 6º Quando o transporte for realizado pelo estabelecimento, deverão ser mantidos o lacre, a identificação da amostra e os registros mínimos de rastreabilidade da coleta.

§ 7º Quando forem constatados resultados não conformes, o estabelecimento deverá adotar imediatamente as ações corretivas previstas em seu Programa de Autocontrole, incluindo, conforme o caso, interrupção do uso do ponto de água afetado, correção da desinfecção, higienização de reservatórios ou rede interna, avaliação dos produtos elaborados no período, segregação de produtos quando houver risco sanitário e recoleta para comprovação do retorno à conformidade.

Art. 8º Nos casos de resultados de análises fiscais ou de autocontrole que indiquem não conformidade com os padrões legais de potabilidade, o SIM notificará o estabelecimento e adotará as medidas fiscais e administrativas cabíveis, considerando a natureza da não conformidade, o risco sanitário envolvido, os produtos elaborados e as ações corretivas adotadas.

§ 1º As medidas cautelares eventualmente adotadas poderão ser revistas após a comprovação da correção da não conformidade, apresentação de resultado conforme em recoleta e verificação pelo SIM do retorno das condições adequadas de potabilidade.

§ 2º Caso seja observada a ocorrência de resultados não conformes ou outros fatores de risco à saúde, o SIM poderá determinar, mediante justificativa técnica, a ampliação do número mínimo de amostras, o aumento da frequência de amostragem e a realização de análises laboratoriais de parâmetros adicionais, sem prejuízo da adoção das ações corretivas e medidas fiscais cabíveis.

§ 3º Quando a não conformidade puder estar relacionada ao sistema ou à solução alternativa de abastecimento ou indicar risco à saúde pública além do âmbito do estabelecimento, o SIM comunicará o fato à autoridade municipal de saúde competente, sem prejuízo das medidas fiscais e administrativas de sua competência.

Art. 9º O estabelecimento deverá manter disponíveis ao SIM os registros relacionados ao controle da qualidade da água de abastecimento, incluindo plano de amostragem, laudos laboratoriais, registros de cloro residual livre ou outro residual de desinfetante, pH, higienização de reservatórios, manutenção de filtros, ações corretivas, recoletas e demais documentos relacionados ao controle da água.

Art. 10. Os estabelecimentos registrados no SIM anteriormente à publicação desta Portaria terão o prazo de 6 (seis) meses, contado da data de sua publicação, para adequar seus Programas de Autocontrole às disposições nela previstas.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput não afasta a obrigação imediata de utilização de água potável nas áreas de produção industrial de produtos de origem animal, nem a adoção de ações corretivas imediatas quando identificada não conformidade que represente risco sanitário.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Divinópolis, julho de 2026.

(Assinado Digitalmente)
CLÁUDIA ANTÔNIA SANTANA
Secretária Municipal de Agronegócios

(Assinado Digitalmente)
LEANDRO SILVA GUIMARÃES
Diretor de Agropecuária, Infraestrutura e Inspeção

ANEXO I

Quadro para avaliação dos parâmetros microbiológicos e físico-químicos para água coletada em pontos de consumo das áreas de produção industrial de produtos de origem animal.

Parâmetros	**Fonte: Sistema de Abastecimento de Água para Consumo Humano - SAA, Solução alternativa coletiva de abastecimento de água para consumo humano - SAC (captação subterrânea ou superficial) ou carro-pipa**
E. coli (Indicador de contaminação fecal)	Ausência em 100 mL (1)
Coliformes totais (Indicador de integridade)	Ausência em 100 mL (1)
Turbidez	5,0 uT (1) (2)
Cor aparente	15 uH (1) (3)
pH	6,0 a 9,0 (4)
Residual de desinfetante	De acordo com o tipo de desinfetante utilizado (5)

1. VMP – Valor Máximo Permitido.
2. uT – Unidade de Turbidez.
3. Unidade Hazen (mgPt-Co/L).
4. Faixa extraída da validação constante nos Anexos 3 e 6 da Portaria GM/MS nº 888, de 2021.
5. Observar Anexo 8 da Portaria GM/MS nº 888, de 2021.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:C9529794

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA SEMAG-SIM Nº 24 DE 21 DE JULHO DE 2026

DISPÕE SOBRE AS ESTRATÉGIAS E OS PROCEDIMENTOS PARA PREVENÇÃO, IDENTIFICAÇÃO, COMUNICAÇÃO, ANÁLISE E MITIGAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – SIM.

A Secretária Municipal de Agronegócios, Cláudia Antônia Santana, e o Diretor de Agropecuária, Infraestrutura e Inspeção, Leandro Silva Guimarães, no uso das atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Esta Portaria estabelece diretrizes e procedimentos para prevenção, identificação, comunicação, análise e mitigação de conflitos de interesses no âmbito do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, com a finalidade de assegurar a imparcialidade, a independência técnica, a integridade, a objetividade e a credibilidade das atividades de inspeção, fiscalização e demais controles oficiais de produtos de origem animal.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, considera-se:

I – conflito de interesses: situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, a imparcialidade, a independência técnica ou o desempenho das atribuições dos agentes

públicos que atuem no Serviço de Inspeção Municipal, especialmente nas atividades de inspeção, fiscalização, registro, auditoria, supervisão e controle de produtos de origem animal;

II – informação privilegiada: informação obtida em razão do exercício das atribuições no Serviço de Inspeção Municipal que ainda não seja de conhecimento público e cuja divulgação ou utilização indevida possa proporcionar vantagem indevida a terceiros ou comprometer a atuação da Administração Pública;

III – informação sigilosa: informação submetida à restrição de acesso, nos termos da legislação vigente, cuja divulgação possa comprometer a efetividade das ações de inspeção, fiscalização, investigação, processos administrativos sanitários ou outros interesses protegidos pela Administração Pública;

IV – informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, protegida na forma da legislação vigente;

V – impedimento: situação em que o agente público deverá abster-se de atuar em processo administrativo, inspeção, fiscalização, auditoria, supervisão ou qualquer outro ato administrativo quando houver circunstância que possa comprometer sua imparcialidade, independência técnica ou objetividade;

VI – mitigação do conflito de interesses: conjunto de medidas destinadas à prevenção, identificação, comunicação e tratamento de situações que possam comprometer a imparcialidade, a independência técnica, a integridade e a credibilidade das atividades desenvolvidas pelo Serviço de Inspeção Municipal.

VII – agente público: todo aquele que exerça, ainda que transitoriamente, mediante nomeação, designação, contratação, estágio ou outra forma de vínculo, atividade relacionada ao Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 3º Os agentes públicos que atuem no Serviço de Inspeção Municipal deverão exercer suas atribuições com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, imparcialidade e independência técnica, prevenindo situações que possam caracterizar conflito de interesses.

Parágrafo único. Os agentes públicos que atuem no Serviço de Inspeção Municipal permanecem sujeitos aos deveres funcionais, às proibições, às responsabilidades e ao regime disciplinar aplicável ao respectivo vínculo, especialmente ao disposto na Lei Complementar Municipal nº 009, de 3 de dezembro de 1992, sem prejuízo das medidas preventivas e de mitigação estabelecidas nesta Portaria.

Art. 4º Os agentes públicos do Serviço de Inspeção Municipal deverão:

I – exercer suas atribuições com imparcialidade, independência técnica e objetividade;

II – preservar o sigilo das informações obtidas em razão do exercício de suas funções, observada a legislação aplicável;

III – utilizar as informações obtidas exclusivamente para o desempenho de suas atribuições institucionais;

IV – comunicar imediatamente à chefia imediata, mediante o formulário constante do Anexo II, qualquer situação que possa configurar conflito de interesses, sem prejuízo da comunicação verbal inicial em situações urgentes;

V – **declarar seu impedimento para atuar em procedimentos administrativos, inspeções, fiscalizações, auditorias, supervisões ou outras atividades oficiais quando houver interesse pessoal ou circunstância capaz de comprometer sua imparcialidade, objetividade ou independência técnica.**

Art. 5º Constituem situações que poderão caracterizar conflito de interesses, dentre outras:

I – atuar em processo administrativo, inspeção, fiscalização, supervisão ou decisão envolvendo estabelecimento de propriedade do próprio agente público, de seu cônjuge, companheiro, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau;

II – solicitar, receber ou aceitar presentes, vantagens, benefícios, favores, remuneração, brindes ou qualquer outra vantagem oferecida por estabelecimento fiscalizado, proprietário, responsável técnico, empregado, representante ou interessado em decisão do SIM, quando possa influenciar ou aparentar influenciar o exercício da função pública;

III – utilizar ou divulgar informação privilegiada para obtenção de benefício próprio ou de terceiros;

IV – exercer atividade privada incompatível com as atribuições desempenhadas no Serviço de Inspeção Municipal, nos termos da legislação aplicável;

V – praticar qualquer ato que possa comprometer a credibilidade, a imparcialidade, a independência técnica ou a confiança nas atividades desenvolvidas pelo Serviço de Inspeção Municipal;

VI – atuar em procedimento envolvendo pessoa física ou jurídica com a qual o agente público possua ou tenha possuído vínculo profissional, comercial, econômico ou contratual capaz de comprometer ou aparentar comprometer sua imparcialidade;

VII – manter relação pessoal, de amizade íntima, inimizade manifesta, dependência econômica ou outra circunstância que possa interferir ou aparentar interferir na atuação oficial;

VIII – receber ou sofrer pressão, interferência ou orientação externa destinada a influenciar indevidamente a conclusão de inspeção, fiscalização, auditoria, análise técnica ou decisão administrativa, devendo a situação ser imediatamente comunicada e registrada.

Parágrafo único. A caracterização das situações previstas neste artigo não afasta a análise de outras circunstâncias que possam configurar conflito de interesses.

Art. 6º Verificada situação que possa caracterizar conflito de interesses, o agente público deverá:

I – comunicar imediatamente o fato à chefia imediata, mediante o formulário constante do Anexo II, sem prejuízo da comunicação verbal inicial em situações urgentes;

II – declarar seu impedimento, quando aplicável;

III – abster-se provisoriamente de praticar atos relacionados ao procedimento, desde a identificação da situação até a manifestação da autoridade competente, ressalvada a adoção de medida urgente e inadiável destinada exclusivamente a afastar risco iminente à saúde pública;

IV – colaborar com a adoção das medidas necessárias para assegurar a imparcialidade e a continuidade das atividades do Serviço de Inspeção Municipal.

Parágrafo único. A medida urgente praticada na situação prevista no inciso III deverá ser imediatamente registrada, motivada e submetida à revisão de outro agente público, sempre que possível.

Art. 7º A Coordenação do SIM promoverá orientação inicial e, no mínimo, anual aos agentes públicos sobre prevenção e mitigação de conflitos de interesses, mantendo registros auditáveis das orientações realizadas, das declarações de ciência, das comunicações recebidas e das medidas adotadas.

Art. 8º Compete à Coordenação do SIM analisar as situações comunicadas, formalizar decisão motivada, adotar as medidas necessárias para prevenir ou mitigar o conflito de interesses e, quando necessário, redistribuir as atividades ou designar outro agente público para condução do procedimento.

§ 1º A análise e a decisão serão registradas no formulário constante do Anexo II, sem prejuízo da autuação de processo administrativo próprio quando a natureza ou a gravidade da situação assim exigir.

§ 2º Quando a situação comunicada envolver o Coordenador do SIM ou circunstância que possa comprometer sua imparcialidade, o expediente será encaminhado à autoridade hierarquicamente superior.

§ 3º O agente comunicante será cientificado da decisão e das medidas que deverá observar.

§ 4º A comunicação será analisada com prioridade, em prazo compatível com a natureza da situação, sem prejuízo da adoção imediata de medida provisória destinada a preservar a imparcialidade e a continuidade das atividades.

Art. 9º As comunicações de possíveis conflitos de interesses, as decisões administrativas e as medidas de mitigação adotadas serão registradas em formulário ou processo próprio, contendo, no mínimo:

I – identificação do agente;

II – data da comunicação;

III – descrição objetiva da situação;

IV – processo, estabelecimento ou atividade envolvida;

V – decisão da autoridade competente;

VI – medida de mitigação adotada;

VII – identificação do agente público substituto, quando houver;

VIII – número de identificação do registro ou processo;

I**X – data e identificação da autoridade responsável pela decisão;**

X – resultado do acompanhamento da medida, quando aplicável.

Parágrafo único. Os registros serão mantidos de forma organizada e rastreável e permanecerão disponíveis para supervisões, auditorias e avaliações de equivalência, observadas as

regras de proteção de dados pessoais, sigilo administrativo, acesso à informação e gestão documental do Município.

Art. 10 Os agentes públicos que atuem no Serviço de Inspeção Municipal deverão firmar a Declaração de Ciência e Compromisso com a Prevenção de Conflitos de Interesses constante do Anexo I:

I – antes do início de sua atuação no SIM;

II – no prazo de até 30 dias contado da publicação desta Portaria, para aqueles que já estejam em exercício;

III – sempre que houver alteração relevante nas informações anteriormente declaradas.

§ 1º A existência de possível conflito de interesses não impede a assinatura da declaração, devendo a situação ser simultaneamente comunicada por meio do formulário constante do Anexo II.

§ 2º As declarações permanecerão arquivadas no SIM, com acesso restrito quando contiverem informações pessoais ou sigilosas.

Art. 11 Fica revogada a Portaria SEMAG nº 31, de 27 de novembro de 2025.

Art. 12 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, julho de 2026.

(Assinado Digitalmente)
CLÁUDIA ANTÔNIA SANTANA
Secretária Municipal de Agronegócios

(Assinado Digitalmente)
LEANDRO SILVA GUIMARÃES
Diretor de Agropecuária, Infraestrutura e Inspeção

ANEXO I - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E COMPROMISSO COM A PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E COMPROMISSO COM A PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

Eu, _____, matrícula ou identificação funcional _____, ocupante do cargo ou função de _____, lotado(a) ou em exercício no Serviço de Inspeção Municipal de Divinópolis, **DECLARO** que:

☐ Li e compreendi a Portaria SEMAG-SIM nº 24/2026.

☐ Comprometo-me a comunicar imediatamente à chefia qualquer situação que possa configurar conflito de interesses.

Quanto à existência de situação de conflito de interesses, assinalo uma das opções abaixo:

☐ Declaro que, nesta data, não identifiquei situação que possa comprometer ou aparentar comprometer minha atuação funcional no Serviço de Inspeção Municipal.

☐ Declaro que identifiquei situação que poderá configurar conflito de interesses, a qual foi comunicada por meio do formulário constante do Anexo II.

Caso sobrevenha situação de conflito de interesses durante o exercício das atividades funcionais, comprometo-me a comunicar imediatamente à chefia imediata, abstendo-me de atuar no respectivo procedimento até manifestação da Administração, quando cabível.

Divinópolis, ____ de _____ de _____.

Assinatura do agente público: _____.

ANEXO II
FORMULÁRIO DE COMUNICAÇÃO, ANÁLISE E MITIGAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

REGISTRO Nº _____ / ANO _____	
1. IDENTIFICAÇÃO DO COMUNICANTE	
Nome *(informar o nome completo)*	
Matrícula ou identificação funcional *(informar o número de identificação)*	
Cargo ou função *(informar a função exercida no SIM)*	
Data da comunicação	____ / ____ / _____
2. SITUAÇÃO COMUNICADA	
Objeto relacionado *(identificar resumidamente o estabelecimento, processo, documento ou atividade)*	
Descrição da situação *(relatar brevemente o fato que poderá comprometer a imparcialidade)*	
A situação envolve *(assinalar uma ou mais opções)*	☐ vínculo familiar ou pessoal; ☐ interesse econômico, comercial ou profissional; ☐ atuação profissional anterior ou atual; ☐ informação privilegiada, pessoal ou sigilosa; ☐ pressão ou interferência externa; ☐ presente, brinde, favor, benefício ou vantagem; ☐ outra situação: _____.
3. ASSINATURA DO COMUNICANTE	
Agente público comunicante *(assinar após conferir as informações)*	Assinatura: _____ Data: ____ / ____ / _____
4. ANÁLISE E DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE	
Autoridade responsável pela análise e decisão *(assinalar quem realizou e proferiu a decisão final)*	☐ Coordenação do SIM; ☐ autoridade hierarquicamente superior; ☐ outra autoridade competente: _____.
Conclusão *(assinalar uma opção)*	☐ não configura conflito de interesses; ☐ configura conflito de interesses; ☐ necessita de informações complementares.
Medida definida *(assinalar a providência adotada)*	☐ manutenção do agente público na atividade; ☐ afastamento do procedimento específico; ☐ redistribuição da atividade; ☐ designação de outro agente público; ☐ restrição de acesso a documentos ou informações; ☐ acompanhamento ou revisão por outro agente público; ☐ outra medida: _____.
Agente público substituto *(informar o nome ou registrar "não se aplica")*	
Justificativa resumida *(registrar brevemente o motivo da decisão e da medida)*	
Autoridade que proferiu a decisão final *(preencher e assinar somente pela autoridade que decidiu)*	Nome: _____ Cargo/função: _____ Assinatura: _____ Data: ____ / ____ / _____
5. ACOMPANHAMENTO, CIÊNCIA E ENCERRAMENTO *(preenchimento pela autoridade que proferiu a decisão)*	
Ciência do comunicante *(indicar como a decisão foi comunicada)*	☐ Comunicação Interna nº _____, de ____ / ____ / _____; ☐ outro documento: _____.
Situação da medida *(assinalar o resultado do acompanhamento)*	☐ implementada; ☐ parcialmente implementada; ☐ necessita de nova providência; ☐ não se aplica.
Observações *(registrar somente informação complementar necessária)*	
Data de encerramento *(preencher quando a ocorrência estiver concluída)*	____ / ____ / _____

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:5F02DEBC

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA SEMED Nº 25/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO RESPONSÁVEL PARA REGULARIZAÇÃO DE VIDA ESCOLAR DE ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS/MG.

A Secretária Municipal de Educação, Senhora Andreia Carla Ferreira, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Considerando a Lei Municipal nº 7522, de 15 de março de 2012, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Divinópolis;

Considerando a Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;

Considerando a Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010, que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos;

Considerando a necessidade de estabelecer procedimentos para a regularização e o correto registro da vida escolar dos estudantes da Rede Municipal de Ensino;

Considerando que a regularização da vida escolar constitui procedimento destinado a sanar irregularidades ou lacunas identificadas no percurso escolar do estudante, observada a legislação educacional vigente e preservado o seu direito à continuidade dos estudos;

Considerando que a avaliação deve ser entendida como um processo contínuo e cumulativo do desempenho do estudante, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;

Considerando a necessidade de se salvaguardarem os direitos de cada estudante, evitando causar-lhe prejuízo pedagógico ou impedimento no prosseguimento de estudos;

Considerando a seriedade e responsabilidade com que devem ser tratadas as situações de vida escolar, assegurando a qualquer tempo a verificação da identidade de cada estudante, a regularidade de seus estudos e autenticidade da sua vida escolar;

RESOLVE:

Art. 1° Fica constituída a Comissão responsável pela análise e orientação dos procedimentos de regularização da vida escolar de estudantes da Rede Municipal de Ensino de Divinópolis/MG, composta pelos seguintes membros:

I - Representante do Conselho Municipal de Educação - COMED
Jéssica Pereira

II - Representantes da Secretaria Municipal de Educação - SEMED
Heloisa Carla Simões Amaral
Maria de Cássia Silveira Sousa

Parágrafo único. A Comissão escolherá, entre os pares, um representante que presidirá os trabalhos.
Art. 2° Caberá à Comissão responsável, coordenar os processos de regularização de vida escolar, expedir orientações, bem como, nos casos em que se fizerem necessários, emitir parecer para regularização de vida escolar, com os devidos embasamentos legais às soluções aplicadas em cada caso.
Art. 3° A regularização da vida escolar dos estudantes do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino que apresentem irregularidades no percurso escolar, lacunas na documentação escolar ou tenham sido matriculados indevidamente será realizada mediante análise do caso e indicação dos procedimentos cabíveis, observada a legislação educacional vigente, de modo a assegurar a continuidade dos estudos e evitar prejuízos ao estudante.
Art. 4° O procedimento de regularização da vida escolar será adotado somente quando a irregularidade constatada na documentação ou no percurso escolar do estudante não puder ser sanada por outros meios legalmente previstos, devendo ser observados, em qualquer hipótese, o direito à educação, a continuidade dos estudos e a preservação da trajetória escolar do estudante.
Art. 5° O processo de regularização da vida escolar deverá ser instruído com a documentação necessária à análise do caso, incluindo, quando couber, requerimentos, documentos escolares, registros acadêmicos, relatórios, atas, pareceres e demais documentos pertinentes.
§ 1º A Secretaria Municipal de Educação manterá arquivada uma via integral da documentação que compõe o processo de regularização da vida escolar.
§ 2º Concluído o procedimento de regularização, a direção da unidade escolar deverá providenciar o arquivamento de uma via da documentação pertinente na pasta individual do estudante, bem como realizar os registros necessários nos documentos e sistemas escolares oficiais.
Art. 6º Constatada irregularidade na vida escolar do estudante, a unidade escolar deverá comunicar a situação à Secretaria Municipal de Educação e adotar, com a maior brevidade possível, as providências necessárias à sua regularização, observadas as orientações da Comissão e a legislação educacional vigente.
Parágrafo único. A regularização deverá ocorrer, preferencialmente, no mesmo período letivo em que a irregularidade for constatada, sempre que houver condições legais e administrativas para sua conclusão, de modo a evitar prejuízos ao percurso escolar do estudante.
Art. 7° Ficam revogadas a Portaria SEMED nº 18, de 29 de novembro de 2022, e a Portaria SEMED nº 15, de 28 de março de 2025.
Art. 8° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 17 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
ANDREIA CARLA FERREIRA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:B9F57170

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PROCESSO SELETIVO SEPLAG N º 001/2025 EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 010/2025 CONVOCAÇÃO 274

Nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado SEPLAG Nº 01/2025 e considerando a Portaria SEPLAG 001/2025, que estabelece procedimentos para realização de contratação de pessoal por prazo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e Lei Municipal 4450/98, conforme resultado Definitivo das Provas Objetivas e Discursivas do Concurso Público Edital 01/2024, **CONVOCAMOS** os candidatos abaixo relacionados, **para assumirem contrato temporário de excepcional interesse público**, conforme cumprimento dos requisitos legais elencados.

01 vaga para o cargo de Técnico de Enfermagem PSF para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, V.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 08/09/2026 – Término: 06/03/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Substituição do servidor Dieyme Mendes Correa, matrícula 99036462, que ocupa a função gratificada de supervisor de unidade de saúde, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

Candidato convocado:

Técnico de Enfermagem PSF	
Classificação	**Nome**
243º	SARA ELIS MOREIRA VIEIRA

A convocação foi realizada mediante a manifestação de interesse na vaga publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 14/07/2026, Edição 4316.
O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, Comprovante de endereço. O não comparecimento e/ou agendamento do (a) candidato (a) implicará a **renúncia tácita para assumir o contrato temporário** nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado SEPLAG Nº 01/2025, não guardando relação com qualquer possível nomeação futura em Cargo Efetivo.

Divinópolis, 18 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:533E8B03

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PROCESSO SELETIVO SEPLAG N º 001/2025 EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 010/2025 CONVOCAÇÃO 275

Nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado SEPLAG Nº 01/2025 e considerando a Portaria SEPLAG 001/2025, que estabelece procedimentos para realização de contratação de pessoal por prazo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e Lei Municipal 4450/98, conforme resultado Definitivo das Provas Objetivas e Discursivas do Concurso Público Edital 01/2024, **CONVOCAMOS** os candidatos abaixo relacionados, **para assumirem contrato temporário de excepcional interesse público**, conforme cumprimento dos requisitos legais elencados.

01 vaga para o cargo de Enfermeiro PSF para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, V.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 01/09/2026 – Término: 27/02/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Substituição da servidora Fabiana de Castro Sampaio, matrícula 99039842, que ocupa função de supervisor de unidade de saúde, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

Candidato convocado:

Enfermeiro PSF	
Classificação	**Nome**
163º	LORRAINE ARAUJO DE ASSIS

A convocação foi realizada mediante a manifestação de interesse na vaga publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 13/08/2025, Edição 4084.
O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, Comprovante de endereço. O não comparecimento e/ou agendamento do (a) candidato (a) implicará a **renúncia tácita para assumir o contrato temporário** nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado SEPLAG Nº 01/2025, não guardando relação com qualquer possível nomeação futura em Cargo Efetivo.

Divinópolis, 18 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:5C29FA69

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO - SEMUSA/FMS - EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 004/2026

– Processo Administrativo Licitatório Nº 273/2022 – Dispensa de Licitação Nº 057/2022 – Contrato nº 014/2022 - **Contratada: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APROVEITAMENTO DE MÃO DE OBRA E APRENDIZAGEM DE DIVINÓPOLIS. Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Aditamento à prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado, para o período de 25 de agosto de 2026 a 24 de agosto de 2027, conforme permissivo legal constante no artigo 51 da Lei Federal 8.245/91.

Divinópolis, 13 de agosto de 2026 -

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
SHEILA SALVINO -
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:2498F9C0

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO - SEMUSA/FMS - EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 005/2026

– Processo Administrativo Licitatório Nº 212/2022 – Pregão Eletrônico Nº 105/2022 – Contrato/SEMUSA Nº 010/2022 - **Contratada: OSMAR TRANSPORTES E LOCAÇÕES LTDA. Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento o reajuste anual pelo Índice do IPCA de 4,4430%.

Divinópolis, 17 de Agosto de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
SHEILA SALVINO -
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:22CB311F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEPLAG ATO ADMINISTRATIVO N° 915/2026

CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

A Diretora de Recursos Humanos, Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, e o Gerente de Pessoal e Aposentadoria, Sr. Marcos Paulo Vieira, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 009, de 03 de dezembro de 1992, considerando a tarefa OFIC-37116-2026, encaminhada via Conecta, considerando o Formulário de Atividades Laborais, e considerando o Laudo de Insalubridade/Periculosidade nº 881/2026 da Equipe de Engenharia e Segurança do Trabalho, resolvem **CONCEDER** o adicional de insalubridade de grau médio, no percentual de 20% (vinte por cento), à servidora **MARIA HELENA DE CASTRO,** detentora do cargo efetivo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, matriculada sob o nº 99035084, **a partir de 01/09/2026.**
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Divinópolis, agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

(Assinado Digitalmente)
MARCOS PAULO VIEIRA
Gerente de Pessoal e Aposentadoria

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:3CCD5CA1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEPLAG – EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 1012/2026

– Contratado (a): JOSÉ SOARES FILHO. Cargo: Oficial de Serviços Pintor. Rescisão do contrato a partir de **NR 18**/08/2026. Ass. 13/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:8E813AC1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEPLAG – EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 1022/2026

– Contratado (a): LOHAINE HELLEN RODRIGUES SILVA. Cargo: Arquiteto. Rescisão do contrato a partir de **NR 18**/08/2026. Ass. 14/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:A33EAAEC

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO N° 1097/2026/SEMUSA

Contratado (a): Sr(a). Tatiane de Jesus Souza**. Cargo:** Atendente de Consultório Dentário 200h**. Objeto:** Contratação em caráter temporário, por prazo determinado, para atender a necessidade de excepcional interesse público, para exercício das funções próprias do cargo de Atendente de Consultório Dentário 200h, nos termos do **Edital nº 002/2026**, classificado na 08º colocação**. Lotação:** Secretária Municipal de Saúde – **SEMUSA /** SEO – Serviço Especializado de Odontologia**. Período:** 19/08/2026 a 14/02/2027**. Total:** R$ 2.115,06 (Dois mil cento e quinze reais e seis centavos). **Dotação Orçamentária:** 02.015.002.2150.2820 – Implementação das Políticas de Atenção Especializadas. **Ass.: 18/08/2026**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:CE26C782

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SEGOV – EXTRATO DO TA 01/2026 – TERMO DE COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO 221/2024

– Programa Adote Um Bem Público. Conveniado: Alvorada Fitness Ltda. Objeto: Prorrogação da vigência até 28/07/2027. Ass: 28/07/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:37D010B0

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SEGOV – EXTRATO DO TA 01/2026 – TERMO DE COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO 222/2024

– Programa Adote Um Bem Público. Conveniado: ACM Turismo Ltda – Azul Viagens. Objeto: Prorrogação da vigência até 19/07/2027. Ass: 16/07/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:63E1C0EF

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SEGOV – EXTRATO DO TA 01/2026 – TERMO DE COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO 62/2021

– Programa Adote Um Bem Público. Conveniado: Acender Soluções Elétricas Ltda. Objeto: Prorrogação da vigência até 05/08/2027. Ass: 03/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:8F500A2C

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SEMC – EXTRATO DO CONTRATO 152/2026 – PL 173/2026 – INEXIGIBILIDADE 27/2026.

Contratado: Mateus Marques Ordones Lemos, CNPJ 61.667.015/0001-00. Objeto: Prestação de serviços artísticos para apresentação de show musical, a ser realizada no dia 22/08/2026, Avenida 21 de Abril, Centro, Divinópolis/MG (Praça do Santuário), apresentação pública da banda "TEXAS RADIO" durante o evento "DIVINO INVERNO". Prazo: 60 dias. Valor: R$ 15.000,00. Dot. Orçamentária: 02.003.002.13.392.2030.2165.3.3.90.39.00 Ficha 168. Ass: 18/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:D3234CBE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SEMED –EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO – ATA 184/2025 – PL 30/2025.

Empresa: VASCONCELOS ALIMENTOS S.A. Objeto: Alteração da denominação empresarial, onde consta "VASCONCELOS INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA", passará a constar "VASCONCELOS ALIMENTOS S.A." Ass: 17/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:10BB26DF

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SEMUSA/FMS – COMUNICAÇÃO

– CONFORME determina o art. 2º da LEI 9.452/97, a Secretaria Municipal de Saúde, comunica ás entidades indicadas na citada lei os seguintes recursos provenientes da União:

	Competência	Valor
CBAF - RECURSOS FINANCEIROS A TRANSFERIR PARA AQUISICAO PELAS SECRETARIAS DE SAUDE DOS ESTADOS, MUNICIPIOS E DO DISTRITO FEDERAL	08/12 em 2026	R$ 167.610,20
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - COMPONENTE PER CAPITA DE BASE POPULACIONAL	08/12 em 2026	R$ 120.776,57
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	08/12 em 2026	R$ 771.596,00
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - ATENCAO A SAUDE DE PESSOAS EM CONFLITO COM A LEI - ADPF 347	08/12 em 2026	R$ 35.500,00
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA/ESF E EQUIPES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA/EAP	08/12 em 2026	R$ 1.627.900,00
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DEMAIS PROGRAMAS, SERVIÇOS E EQUIPES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	08/12 em 2026	R$ 53.056,00
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS – EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS – EMULTI	08/12 em 2026	R$ 150.000,00
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS – ATENÇÃO A SAÚDE BUCAL	08/12 em 2026	R$ 330.150,00

Divinópolis, 18 de Agosto de 2026.

Fundo Municipal de Saúde de Divinópolis.
SHEILA SALVINO.
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:8415F40E

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SEMUSA/FMS - EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 002/2026

– Processo Administrativo Licitatório Nº 212/2022 – Pregão Eletrônico Nº 105/2022 – Contrato/SEMUSA Nº 013/2022 - **Contratada: TRANSPORTES NITERÓI LTDA. Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento o reajuste anual pelo Índice do IPCA de 4,4430%.

Divinópolis, 14 de agosto de 2026 -

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
SHEILA SALVINO -
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:C8F07788

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/FMS – EXTRATO DE TERMO DECISÓRIO Nº 044/2026 – PL Nº 048/2025 – PE Nº 024/2025 – ARP Nº 223/2025 – CONTRATADA: MED LAGOS PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ Nº 41.703.093/0001-06.

O presente **Termo Decisório** tem por finalidade aplicar as seguintes sanções: **multa referente à Solicitação de Fornecimento nº 140/2026, no montante de R$ 748,80 (setecentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos); multa compensatória referente à Solicitação de Fornecimento nº 140/2026, no montante de R$ 20,50 (vinte reais e cinquenta centavos); Impedimento de licitar e contratar pelo período de 1 (um) ano e 9 (nove) meses e Rescisão Unilateral,** em conformidade com a **Instrução Normativa CGM nº 001/2025**, a **Lei nº 14.133/2021** e o **Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade – PAR nº 044/2026**. Fica concedido o prazo de 15 (quinze) dias úteis para interposição de Recurso Administrativo ou Pedido de Reconsideração (inidoneidade), em atenção aos princípios do contraditório, da ampla defesa.

Divinópolis, agosto de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
SHEILA SALVINO –
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:B4EC58A5

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 877/2026

– Karina da Silva Soares, UNICESUMAR, Serviço Social – Objeto: Estágio de 04 horas diárias. Prazo: 21/08/2026 até o dia 18/09/2026. Ass: 18/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:D719DDD1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TR DE ESTÁGIO – ESTAGIÁRIO (A): RENATO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR, TCE 259/2026.

Conforme cláusula 6ª – Letra D, fica rescindido o referido termo de compromisso de estágio a partir de 18/08/2026. Ass.: 18/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:7BD2ACCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
TERMO DE POSSE EM FUNÇÃO PÚBLICA-JACQUELINE ALVES SILVA DOS SANTOS

Em 17/08/2026, por ato da Prefeita Municipal, Janete Aparecida Silva, conforme nomeação por meio do Decreto nº. 17.473/2026, publicado aos 17/07/2026, para fins de contratação nos termos da Lei Federal nº. 11.350/06, tomou posse **JACQUELINE ALVES SILVA DOS SANTOS**, CPF **054.XXX.XXX-16**, na **função pública de Agente Comunitário de Saúde**, com carga horária de 200 horas mensais; sendo oficializado em razão do êxito obtido no Processo Seletivo Público regido pelo **Edital nº 01/2023**, publicado na Edição 3595 – Ano XV de 05 de setembro de 2023, com homologação do resultado final nos termos do Decreto nº 15.933/23, publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros aos 21/11/2023. **A sua data de admissão e o início de suas atividades oficiais será o dia 24/08/2026**, conforme encaminhamento expedido e assinado.
Conforme art. 39 da CF/88, aplica-se ao(a) ora contratado o regime único estatutário, cabendo-lhe observar os deveres funcionais e direitos, compatíveis com o exercício da função pública, previstos na Lei Complementar nº. 009/92, que cuida do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis.

Divinópolis, agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
THIAGO NUNES LEMOS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

(Assinado Digitalmente)
JACQUELINE ALVES SILVA DOS SANTOS
Agente Comunitário de Saúde

Observações:
1 - O servidor apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar as legislações vigentes.

(Assinado Digitalmente)
Gerência de Recursos Humanos

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:F937D256

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DE INTERESSE PÚBLICO NÚMERO 535-2026, PAEIAIEF – PROFESSOR EM ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, EDITAL NORMATIVO Nº. 01/2026

Fica rescindido o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário de Interesse Público Nº. 535-2026, a pedido do(a) Contratado(a), Sr(a) MARIA NILSIMAR DE SOUSA FERREIRA, brasileiro(a), estado civil CASADO, CPF 484.XXX.XXX-53, residente na RUA PLANALTO 170, MANOEL VALINHAS, DIVINOPOLIS/MG, 3500281 a partir de 18 de agosto de 2026, cargo de PAEIAIEF – PROFESSOR EM ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, lotada na Unidade Escolar denominada ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOSÉ, sendo contratante o Município de Divinópolis.
Matrícula nº 99040609/4.
Justificativa: Problemas pessoais.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:538A4DC8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DOM BOSCO

COMISSÃO DE PREGÃO E LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº. 020/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº. 083/2026.
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº. 020/2026.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO-MG, ATRAVÉS DE SUA PREGOEIRA, TORNA PÚBLICO QUE REALIZARÁ LICITAÇÃO SOB A MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO -SRP Nº 020/2026, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE. OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM, DIESEL S10 E ETANOL), CONTÍNUO E

FRACIONADO, CONFORME DEMANDA, PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E CONVENIADOS, NO PERÍMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICÍPIO. DATA E HORÁRIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:ATÉ AS 08H00MIN DO DIA: 01/09/2026. DATA E HORÁRIO DO INÍCIO DA DISPUTA: AS 09H00MIN DO DIA: 01/09/2026. EDITAL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.BNC.ORG.BR, E SITE HTTP://WWW.DOMBOSCO.MG.GOV. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PODERÃO SER OBTIDAS ATRAVÉS DOS TELEFONES: (38)9 9746-0028 OU E-MAIL:LICITACOESDOMBOSCO@GMAIL.COM.

DOM BOSCO/MG, 18 DE AGOSTO DE 2026.

***FERNANDA CRISTINA DA SILVA GONÇALVES*–**
Pregoeira

Publicado por:
Fernanda Cristina da Silva Gonçalves
Código Identificador:D10BC0E2

COMISSÃO DE PREGÃO E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ARP'S 034 A 038/2026

EXTRATO DE ARP's 034 a 038/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026
PROCESSO ADM: Nº 061/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO 061/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, hortifrutigranjeiros, carnes e derivados, para atender às necessidades das diversas Secretarias Municipais. CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO, Empresas contratadas: ARP 036/2026 HYAGO JUSTINO SOARES BATISTA 12886396605 (34124531000108) no valor total de R$ 1.111.007,15 (um milhão e cento e onze mil e sete reais e quinze centavos). ARP 034/2026 BURITIS ATACADO VAREJO E DISTRIBUIÇÃO EIRELI (23405990000143) no valor total de R$ 707.809,90 (setecentos e sete mil e oitocentos e nove reais e noventa centavos). ARP 037/2026 TUPIROTI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA (04536062000173) no valor total de R$ 821.198,00 (oitocentos e vinte e um mil e cento e noventa e oito reais). ARP 035/2026 COMERCIAL MINASFORT LTDA (41583896000166) no valor total de R$ 291.054,00 (duzentos e noventa e um mil e cinquenta e quatro reais). ARP 038/2026 SC GESTÃO DE FORNECIMENTO E SERVIÇOS (66430616000100), no valor total de R$ 6.696,00 (seis mil e seiscentos e noventa e seis reais). VALIDADE 18/08/2026 A 18/08/2027.

Publique-se na forma da lei.

DOM BOSCO (MG), Terça-feira, 18 de agosto de 2026

NELSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Cristina da Silva Gonçalves
Código Identificador:2E5934FF

COMISSÃO DE PREGÃO E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA 041/2026

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 086/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 041/2026

CONSIDERANDO, que o Processo Administrativo nº 086/2026, se encontra em conformidade com a legislação pertinente, art., 72, VII e art. 75, I, § 7 da Lei Federal nº. 14.133/2021, e considerando a regularidade dos documentos constantes dos autos e o parecer da Assessoria Jurídica, RATIFICO E HOMOLOGOa Dispensa de Licitação nº. 041/2026, em favor da empresa 59.886.873/0001-96 TIAGO KEOMA AGUIAR, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 59.886.873/0001-96, com sede a R Bernardino Dantasa, nº 1064, Bairro Centro, Brasilandia de Minas/MG. Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de pintura externa da sede da Prefeitura Municipal.Valor Global R$ 45.000,00(quarenta e cinco mil reais).

PUBLIQUE-SE, na forma da Lei.

Dom Bosco – MG, 18 de agosto de 2026

NELSON PEREIRA DE BRITO.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Fernanda Cristina da Silva Gonçalves
Código Identificador:EF432218

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 072/2026

PORTARIA Nº 072/2026, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Institui e nomeia a Comissão Organizadora de Seleção Estratégica da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB no âmbito do Município de Dom Bosco/MG, relativa à aplicação e execução da Lei Federal nº 14.399, de 8 de julho de 2022, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DOM BOSCO, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituída a Comissão Organizadora de Seleção Estratégica da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) no âmbito do Município de Dom Bosco/MG, relativa a aplicação de decentralizada de recursos relativos a Lei Federal n° 14.399 de 08 de julho de 2022.

Art. 2º. A Comissão Organizadora de Seleção Estratégica da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura do Município de Dom Bosco/MG, será responsável por selecionar os projetos apresentados, elaborar os pareceres conforme edital de chamamento público.

Art. 3º. A Comissão Organizadora de Gestão Estratégica da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento a Cultura do Município de Dom Bosco/MG, será composta pelos seguintes membros:

Membros Titulares:

1. Sara Gonçalves Carneiro;
2. Valquíria Aparecida da Cunha Ramos;
3. Thayane Costa Borges.

Membros Suplente:

1. Christian Mayck da Rocha de Souza Neto;
2. Márcio Phillippe da Rocha Ribeiro Filho.

Parágrafo único. A Comissão Organizadora de Seleção Estratégica da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura do Município de Dom Bosco/MG, poderá funcionar somente com a maioria absoluta de seus membros.
Art. 4º. A Comissão Organizadora será responsável pela recepção, avaliação e conclusão da escolha dos projetos que serão fomentados e/ou premiados, bem como outras modalidades de seleção previstas nos termos da Lei 14.399/2022 – PNAB.

Art. 5°. A Comissão terá prazo ficará vigente enquanto se for necessárias as seleções para a Politica Nacional Aldir Blanc – Ciclo II.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dom Bosco/MG, 18 de agosto de 2026.

NELSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Messias Correa
Código Identificador:561438F7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DONA EUZÉBIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 067/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026

O **MUNICÍPIO DE DONA EUZÉBIA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cidade de Dona Euzébia, Estado de Minas Gerais, na Av. Antônio Esteves Ribeiro, nº 340, Bairro Centro, inscrito no CNPJ nº 17.706.656/0001-27, por determinação do Excelentíssimo Prefeito Municipal Sr. **ADEILTON PASCOALINE MAGALHAES**, torna público que se acha aberta nesta unidade de licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO**, pelo modo de disputa **aberto e fechado**, com a finalidade de selecionar propostas mais vantajosas, objetivando a Aquisição de 01 (um) ônibus escolar, novo, zero quilômetro, destinado ao transporte de estudantes da rede municipal de ensino, conforme especificações constantes do Termo de Referência, com recursos oriundos do Convênio de Saída nº 1261000541/2026/SEE, decorrente da Resolução SEGOV nº 07/2026.

Regem a presente licitação, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: **das 09:00h do dia 19 de agosto de 2026, às 09:00h do dia 02 de agosto de 2026.**

Início da Sessão de Disputa de Preços: **às 09:01h do dia 02 de agosto de 2026**, no endereço eletrônico **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**, horário de Brasília - DF.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital Completo poderá ser obtido pelos interessados na Secretaria de Licitações sede na Cidade de Dona Euzébia, Estado de Minas Gerais, na Av. Antônio Esteves Ribeiro, nº 340, em arquivo digital, mediante entrega de um pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de: **08:00h às 11:00h e 12:30h às 16:00 horas**, ou pelo endereço eletrônico: **http://donaeuzebia.mg.gov.br/donaeuzebia/**. É necessário que, ao fazer download do Edital, seja informado, via e-mail: **licitacao.donaeuzebia@gmail.com**, a retirada do mesmo, para que possam ser comunicadas possíveis alterações que se fizerem necessárias. A Prefeitura Municipal não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone: **(32) 3453-1714**.

Prefeitura Municipal de Dona Euzébia, 18 de agosto de 2026.

RODOLFO CORREIA DE CASTRO
Presidente da CCM

Publicado por:
Marcelo Ferreira Souza
Código Identificador:DCE4C1F6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE NOVA RETIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 082/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026
REGISTRO DE PREÇO Nº 015/2026

OBJETO: O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO É **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FUTURA E EVENTUAL FORNECIMENTO DE PLANTAS E INSUMOS DIVERSOS PARA REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS E JARDINS**, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

O **MUNICÍPIO DE DONA EUZÉBIA**, por intermédio da **Comissão de Contratação Municipal - CCM**, na pessoa de seu Agente de Contratação Municipal que ao final assina, torna pública a **NOVA RETIFICAÇÃO** de **Correção de Data e Horário** da realização do Processo Administrativo Supra**,** a qual será realizada no dia e horário abaixo relacionado:

Onde se Lê:
Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:
- Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: **das 10:15 do dia 14 de agosto de 2026, às 10:15 do dia 28 de junho de 2026.**
- Início da Sessão de Disputa de Preços: **às 10:16 do dia 28 de junho de 2026**, no endereço eletrônico **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**, horário de Brasília - DF.

Leia-se:
Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:
- Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: **das 10:15 do dia 14 de agosto de 2026, às 10:15 do dia 26 de agosto de 2026.**
- Início da Sessão de Disputa de Preços: **às 10:16 do dia 26 de agosto de 2026**, no endereço eletrônico **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**, horário de Brasília - DF.

E a demais clausulas permanecem como no Edital.

Os interessados poderão obter maiores informações na Prefeitura Municipal de Dona Euzébia, com sede na Av. Antônio Esteves Ribeiro, Nº 340, Bairro Centro, pelo telefone: (32) 3453-1714, diariamente, das 08:00h às 11:00h e 12:30h às 16:00 horas, por e-mail: *licitacao.donaeuzebia@gmail.com* ou pelo site: ***www.donaeuzebia.mg.gov.br***.

Dona Euzébia, 18 de agosto de 2026.

MARCELO FERREIRA SOUZA -
Agente de Contratação Municipal

Publicado por:
Marcelo Ferreira Souza
Código Identificador:63019B2B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DORES DO INDAIÁ

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA - PROCESSO LICITATÓRIO N. º 087/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N. º 034/2026.

Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá - MG, Processo Licitatório n. º 087/2026, Pregão Eletrônico n. º 034/2026. EXTRATO

DE ATA – Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ARBITRAGEM ESPORTIVA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE ÁRBITROS, MESÁRIOS, ANOTADORES, CRONOMETRISTAS E DEMAIS OFICIAIS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE COMPETIÇÕES, EVENTOS, CAMPEONATOS, TORNEIOS, COPAS, FESTIVAIS, JOGOS ESCOLARES E DEMAIS ATIVIDADES ESPORTIVAS, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CULTURA, LAZER, EVENTOS E TURISMO, DE ACORDO COM AS MODALIDADES ESPORTIVAS E CONDIÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS. A Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá torna público o Resultado do Processo Licitatório e Extrato de Ata N°: 022/2026, tendo como vencedores os seguintes licitantes: FM BITTAR ASSESSORIA ESPORTIVA E ARBITRAGEM LTDA EPP - CNPJ N: 49.258.944/0001-52, no valor de R$ 123.300,00 (cento e vinte e três mil e trezentos); BRUNO RODRIGUES SANTOS - CNPJ N: 65.295.632/0001-75, no valor de R$ 240.850,00 (duzentos e quarenta mil oitocentos e cinquenta reais); MINEIA TAVARES DOS SANTOS BOTELHO ME - CNPJ N: 18.492.695/0001-31, no valor de R$ 47.700,00 (quarenta e sete mil e setecentos reais).

Publicado por:
Lara Gontijo Gil Correa Silva
Código Identificador:B814CA8D

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DE REAJUSTE AO CONTRATO Nº 188/2023 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2023 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2023.

Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá - MG, Processo Licitatório n° 155/2023, na modalidade Inexigibilidade nº 012/2023. EXTRATO DE TERMO ADITIVO – QUARTO TERMO ADITIVO DE REAJUSTE – **Objeto** Contratação de empresa especializada na ferramenta "Banco de Preços", em atendimento às demandas técnica da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças. O presente Termo Aditivo objetiva promover o reajuste contratual, nos termos da Cláusula 3ª do contrato celebrado entre as partes, estabelecendo a incidência do IGP-M (FGV) referente ao período de *28/07/2025 a 28/07/2026* (data atual disponível da última indexação deste índice), cuja variação anual perfaz o importe de **3,1777%** (conforme demonstrativo de cálculo anexo), passando o valor anual de **R$ 11.580,00** (onze mil quinhentos e oitenta reais) para **R$ 11.947,98** (onze mil, novecentos e quarenta e sete reais e noventa e oito centavos), nas mesmas condições contratuais originariamente celebradas, em plena observância aos limites do art. 65, §1º, da lei 8.666/93.

Dores do Indaiá-MG, 18 de agosto de 2026.

Publicado por:
Lara Gontijo Gil Correa Silva
Código Identificador:6293D01B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ESTRELA DALVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA
AVISO TERMO DE DISPENSA Nº. 031/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA-MG - PROCESSO Nº 099/2026 – DISPENSA 031/2026 TORNA PÚBLICO: recebimento de propostas complementares até às 10:00h do dia 24/08/2026 através do e-mail *licitacao@estreladalva.mg.gov.br*. O Termo de dispensa com as condições de participação está a disposição no site *www.estreladalva.mg.gov.br/licitacoes* e também pode ser requerido via e-mail. O objeto da presente DISPENSA de licitação é contratação de empresa especializada em seguros automotivos (seguradoras), conforme detalhamento técnico e condições de execução definidos no Termo de Dispensa e seus anexos que lhes são parte integrantes. FUNDAMENTAÇÃO: Art. 75, II da Lei Federal 14.133/2021. Maiores informações, através do telefone (32) 3464-1181, ramal 204.

Estrela Dalva/MG, 17/08/2026.

DIEGO COUTINHO DA COSTA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Tallita da Costa Tonázio
Código Identificador:D4199257

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ESTRELA DO INDAIÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 112/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO INDAIÁ - AVISO DE LICITAÇÃO - CREDENCIAMENTO Nº 004/2026. Objeto: **"CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS OU PROFISSIONAIS HABILITADOS PARA REALIZAÇÃO DE SHOWS ARTÍSTICOS (BANDAS, DUPLAS E/OU ARTISTAS, DJ, LOCUTOR DENTRE OUTROS), DESTINADOS A APRESENTAÇÕES MUSICAIS EM DIFERENTES ESTILOS PARA ATENDER EVENTOS/FESTIVIDADES PROMOVIDAS PELA MUNICIPALIDADE, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO"**. Recebimento das propostas: 11/09/2026 até o dia 11/09/2027. Referência de tempo: horário de Brasília. Local: portal AMM LICITA. Telefone de contato: (37) 3553-1171. Obtenção do edital licitacao@estreladoindaia.mg.gov.br.

Estrela do Indaiá, 19/08/2026.

MARLI APARECIDA VIEIRA FARIAS ROCHA -
Comissão de Contratação.

Publicado por:
Rylder Flávio Alves Cardoso
Código Identificador:D4AF2838

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FELIXLÂNDIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 87/2026, PREGÃO ELETRÔNICO 31/2026

A Prefeitura Municipal de Felixlândia/MG torna público o aviso de licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 31/2026 - Processo Licitatório n° 87/2026, do tipo Menor Preço por Item, cujo objeto é **aquisição de roçadeira hidráulica para atender às necessidades do Departamento Municipal de Meio Ambiente, conforme prazo, características e demais condições constantes do termo de referência do edital,** que será realizada na data de 01/09/2026 às 08h:00min, pela PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL –**www.licitardigital.com.br**. O edital poderá ser retirado no site acima, no site da prefeitura **www.felixlândia.mg.gov.br** e no endereço: Rua Menino Deus, nº 86, Centro, Felixlândia/MG – CEP 39.237.000, telefone (38) 3467-0010.

WARLEY GONÇALVES LIMA.
Pregoeiro

Publicado por:
Warley Gonçalves Lima
Código Identificador:5BDD95C3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FORMIGA

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
DECRETO Nº 11.243, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Altera dispositivo do Decreto nº 11.169, de 25 de junho de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORMIGA, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 61, VI, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º O inciso XI do art. 2º do Decreto nº 11.169, de 25 de junho de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação**:**

XI- Humberto Luís Arantes – Subsecretaria de Esportes;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Formiga, 18 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito de Formiga

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:2F712EDE

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
ERRATA: O EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO Nº: 001 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº: 082/2025

Errata:O extrato do termo de aditamento nº: 001 ao contrato de prestação de serviços nº: 082/2025, publicado neste diário, na edição 4341, de 18/08/2026, fica retificado da forma que segue:
*Onde se lê:*Da Vigência:A vigência do contrato original, com vencimento em29/08/2025, fica prorrogada até 18/12/2026, com fundamento no artigo 107 da Lei Federal nº. 14.133/2021.
*Leia-se:*Da Vigência:A vigência do contrato original, com vencimento em**29/08/2026**, fica prorrogada até 18/12/2026, com fundamento no artigo 107 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:0234E52A

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
ERRATA: O EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO Nº: 001 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº: 083/2025

Errata:O extrato do termo de aditamento nº: 001 ao contrato de prestação de serviços nº: 083/2025, publicado neste diário, na edição 4341, de 18/08/2026, fica retificado da forma que segue:
*Onde se lê:*Da Vigência:A vigência do contrato original, com vencimento em29/08/2025, fica prorrogada até 18/12/2026, com fundamento no artigo 107 da Lei Federal nº. 14.133/2021.
*Leia-se:*Da Vigência:A vigência do contrato original, com vencimento em**29/08/2026**, fica prorrogada até 18/12/2026, com fundamento no artigo 107 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:5755B191

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
ERRATA: O EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO Nº: 001 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº: 085/2025

Errata:O extrato do termo de aditamento nº: 001 ao contrato de prestação de serviços nº: 085/2025, publicado neste diário, na edição 4341, de 18/08/2026, fica retificado da forma que segue:
*Onde se lê:*Da Vigência:A vigência do contrato original, com vencimento em29/08/2025, fica prorrogada até 18/12/2026, com fundamento no artigo 107 da Lei Federal nº. 14.133/2021.
*Leia-se:*Da Vigência:A vigência do contrato original, com vencimento em**29/08/2026**, fica prorrogada até 18/12/2026, com fundamento no artigo 107 da Lei Federal nº. 14.133/2021

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:1C54C127

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
ERRATA: O EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO Nº: 001 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº: 086/2025

Errata:O extrato do termo de aditamento nº: 001 ao contrato de prestação de serviços nº: 086/2025, publicado neste diário, na edição 4341, de 18/08/2026, fica retificado da forma que segue:
*Onde se lê:*Da Vigência:A vigência do contrato original, com vencimento em29/08/2025, fica prorrogada até 18/12/2026, com fundamento no artigo 107 da Lei Federal nº. 14.133/2021.
*Leia-se:*Da Vigência:A vigência do contrato original, com vencimento em**29/08/2026**, fica prorrogada até 18/12/2026, com fundamento no artigo 107 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:00A7C1F2

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
ERRATA: O EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO Nº: 002 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº: 084/2025

Errata:O extrato do termo de aditamento nº: 002 ao contrato de prestação de serviços nº: 084/2025, publicado neste diário, na edição 4341, de 18/08/2026, fica retificado da forma que segue:
*Onde se lê:*Da Vigência:A vigência do contrato original, com vencimento em29/08/2025, fica prorrogada até 18/12/2026, com fundamento no artigo 107 da Lei Federal nº. 14.133/2021.
*Leia-se:*Da Vigência:A vigência do contrato original, com vencimento em**29/08/2026**, fica prorrogada até 18/12/2026, com fundamento no artigo 107 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:BE6CD676

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2026 DISPENSA SEM DISPUTA Nº 08/2026 – REGISTRO DE PREÇOS

SAAE – FORMIGA/MG

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2026
DISPENSA SEM DISPUTA Nº 08/2026 – REGISTRO DE PREÇOS

Fundamentação legal: Art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.
Objeto: Aquisição de materiais de limpeza, higiene, conservação e itens correlatos para o SAAE Formiga.
Vencedores: ALIANÇA UTILIDADES & SERVIÇOS LTDA – 52.429.342/0001-25
ATACADO E VAREJO MARIOLA LTDA – 35.198.153/0001-70
CICCI DISTRIBUIDORA LTDA – 65.434.585/0001-01

INDUPLASTIL – INDUSTRIA DE PLÁSTICOS ITUIUTABA LTDA – 03.660.686/0001-35
LICITA LEVE MAIS LTDA – 63.854.648/0001-45
Valor total da contratação: R$ 16.597,05 (Dezesseis mil, quinhentos e noventa e sete reais e cinco centavos.)
Homologação em: 17/08/2026,

HEYTOR MARCOS SILVA PIMENTA –
Diretor Geral

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:9170DC31

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 105/2026 – MOD. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/202

NOVA ABERTURA - PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA - MG – PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 105/2026 – MOD. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026 - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: Aquisição de 01 (uma) televisão de 70 (setenta) polegadas, destinada ao atendimento das ações institucionais do gabinete do prefeito, tais como reuniões, apresentações, videoconferências, exibição de relatórios e demais atividades correlatas. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:01 do dia 01/09/2026. MODO DE DISPUTA: ABERTO. REFERÊNCIA DE TEMPO: HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF. ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.licitanet.com.br. Informações: telefone (37) 3329-1844. CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: www.formiga.mg.gov.br; www.licitanet.com.br ou pelo e-mail: pregoeirospmformiga@gmail.com.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:923499DF

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 067/2026, INEXIGIBILIDADE Nº. 025/26, REFERENTE AO CREDENCIAMENTO 04/2026

HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE - HOMOLOGO o Processo Licitatório nº. 067/2026, Inexigibilidade nº. 025/26, referente ao Credenciamento 04/2026, estando credenciada a empresa **RM TURBO DIESEL LTDA,** para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos e máquinas pertencentes à frota do Município de Formiga, incluindo o fornecimento de mão de obra especializada para execução dos serviços necessários à manutenção e conservação dos bens, no valor total de R$963.986,60 (novecentos e sessenta e três mil, novecentos e oitenta e seis reais e sessenta centavos).

Formiga/MG, 18 de agosto de 2026.

LAERCIO DOS REIS GOMES –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:4276B22D

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE - HOMOLOGO A INEXIGIBILIDADE Nº 050/2026, PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 186/2026

HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE - HOMOLOGO a Inexigibilidade nº 050/2026, Processo Licitatório nº. 186/2026, em favor de: **MAX APOIO ADMINISTRATIVO LTDA – CNPJ-14.800.146/0001-26,** cujo objeto é a locação de um imóvel, situado na Rua Doutor Henrique Braga, nº 04 – Centro – Formiga – MG, para funcionamento do Almoxarifado Central. O valor total da referida Inexigibilidade será de **R$117.228,00(cento e dezessete mil, duzentos e vinte e oito reais**), pelo período de 12(doze) meses, sendo **R$ 9.769,00 (nove mil, setecentos e sessenta e nove reais**), mensais, conforme solicitação feita pela Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão.

Formiga (MG), 18 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:39316835

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Referência: Inexigibilidade de Chamamento Público - Repasse Financeiro ao Terceiro Setor

Inexigibilidade de Chamamento Público: 005/2026

Instrumento: Termo de Colaboração

Base legal: Artigos 31 e 32 da Lei Federal nº 13.019/2014; artigo 20 do Decreto Municipal nº 7.186, de 25 de outubro de 2017; Instrução Normativa nº 20, de 30 de junho de 2025; Lei Municipal nº 6.561, de 15 de maio de 2026; e Resolução nº 047/2026.

Organização da Sociedade Civil:
Associação Mão Amiga
CNPJ: 08.202.672/0001-91
Endereço: Rua Marechal Deodoro, nº 354 - Centro - Formiga MG.
CEP: 35.570-040

Objeto: Execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) conforme as diretrizes do Sistema Único de Assistência (SUAS), por meio do custeio da folha de pagamento de membro da equipe de referência do Serviço e a aquisição de insumos, compreendidos como gêneros alimentícios, necessários ao desenvolvimento das ações e atividades socioassistenciais previstas.

Valor total de repasse: R$15.000,00 (Quinze mil reais).

Período de repasse: Exercício 2026.

Vigência: O objeto será executado em 12 (doze) meses.

Tipo de Parceria: **COLABORAÇÃO**

JUSTIFICATIVA PELA INEXIGIBILIDADE:

Com o intuito de celebrar **TERMO DE COLABORAÇÃO** entre o Município de Formiga e a Associação Mão Amiga, inscrita no CNPJ sob o nº 08.202.672/0001-91, com sede na Rua Marechal Deodoro, nº 354 - Centro - Formiga MG, CEP 35.570-040, por meio do qual o Município repassará o valor de **R$ 15.000,00 (quinze mil reais)**, no exercício de 2026, o presente Plano de Trabalho tem por objeto a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) conforme as diretrizes do Sistema Único de Assistência (SUAS), por meio do custeio da folha de pagamento de membro da equipe de referência do Serviço e a aquisição de insumos, compreendidos como gêneros alimentícios, necessários ao desenvolvimento das ações e atividades socioassistenciais previstas.
Ressalta-se que o referido recurso, a título de Subvenções Sociais, encontra-se devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 6.561, de

15 de maio de 2026, e pela Resolução nº 047/2026, as quais identificam expressamente o nome da entidade beneficiária.

A luz da Lei Federal nº 13.019/2014, que vem normatizar e reger o assunto aprazado, esta prevê em seu Art. 31;

"Art. 31 Será considerado INEXIGÍVEL o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre organizações de sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto e de parceria ou se as metas a serem atingidas somente poderão ser feitas pela entidade específica quando:
II - A parceria decorrente de transferência para organização de sociedade civil que esteja AUTORIZADA POR LEI, na qual seja identificada expressamente a Entidade beneficiária, inclusive se tratar de subvenção social..."

Ademais, a Lei nº 13.019/2014, em seu art. 32, tipifica:"Art. 32. Nas hipóteses dos arts. 30 e 31 desta Lei, a ausência de realização de chamamento público será justificada pelo administrador público."

Diante do exposto, resta devidamente justificada a inexigibilidade de chamamento público, uma vez que a parceria encontra-se autorizada por lei, na qual está expressamente identificada a entidade beneficiária, atendendo, assim, aos preceitos estabelecidos nos artigos supracitados.
A presente justificativa, sob pena de nulidade do ato de formalização da parceria, será publicada no meio oficial de publicidade do Município, admitindo-se impugnação no prazo de 5 (cinco) dias, na forma da Lei.

Formiga, 19 de agosto de 2026.

PAULA CAROLINA COUTO LIMA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Humano

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:8F6053CE

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 139/2026 – MOD. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA - MG – PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 139/2026 – MOD. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026 - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: Aquisição de cafeteiras e climatizadores de ar portáteis para atender às necessidades das Secretarias solicitantes. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:01 do dia 02/09/2026. MODO DE DISPUTA: ABERTO. REFERÊNCIA DE TEMPO: HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF. ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.licitanet.com.br. Informações: telefone (37) 3329-1844. CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: www.formiga.mg.gov.br; www.licitanet.com.br ou pelo e-mail: pregoeirospmformiga@gmail.com.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:4B0A5B5A

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0047/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026

SAAE / Formiga / MG torna público que realizará o Processo Licitatório Nº **0047/2026**. Pregão Eletrônico Nº **034/2026** - registro de preços. Tipo: Menor Preço Unitário. Objeto: Aquisição de **gasolina comum e óleo diesel S500.** Abertura da sessão será às **08h00min,** do dia: **01/09/2026.** Informações nos sites: www.licitanet.com.br e www.saaeformiga.com.br -

WAINY TORRES –
Pregoeiro.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:43A5E7B2

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 043/2026

O Superintendente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Formiga - PREVIFOR, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso XVI do artigo 119 da Lei Municipal nº. 4172, de 31 de março de 2009, acrescentado pela Lei nº. 4901 de 16 de abril de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º. **CONCEDER** aposentadoria por invalidez com proventos integrais, calculados pela média aritmética simples, sem direito à paridade, ao servidor **RODINEI FERREIRA DOS SANTOS,** atualmente com 52 anos de idade, Inspetor de Alunos, Classe II, Grau C, matriculado sob o n° 15320, lotado na Secretaria Municipal de Educação de Formiga/MG, com fundamento no artigo 40, § 1º, I da CR/88, c/ redação dada pela EC 41/03 e nos artigos 28, I, "a"; 42; 43, inciso I; 44, § 3º; 45 e 82 da Lei Municipal nº. 4.172, de 31 de março de 2009, **a partir de 01 de agosto de 2026**.

Art. 2º. A aposentadoria por invalidez, de que trata o artigo anterior será revista no prazo de 02 (dois) anos, quando o servidor será submetido à nova perícia médica, a fim de que seja constatada a permanência do estado de incapacidade e insuscetibilidade de reabilitação para o exercício de atividade junto ao Município de Formiga, observado o disposto nos artigos 50, 51 e 52 da Lei Municipal 4172 de 30 de março de 2009.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **01 de agosto de 2026**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Formiga/MG, 18 de agosto de 2026.

RONALDO CÂNDIDO DA SILVA
Superintendente Executivo

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:8BC7B20C

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 044/2026

O Superintendente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Formiga - PREVIFOR, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso XVI do artigo 119 da Lei Municipal nº. 4172, de 31 de março de 2009, acrescentado pela Lei nº. 4901 de 16 de abril de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º. **CONCEDER** aposentadoria por invalidez com proventos integrais, calculados pela média aritmética simples, sem direito à paridade, ao servidor **FRANCISCO DE DEUS CALIXTO,** atualmente com 53 anos de idade, Operário de Serviços Gerais, Classe I, Grau D, matriculado sob o n° 4425, lotado na Secretaria Municipal de Educação de Formiga/MG, com fundamento no artigo 40, § 1º, I da CR/88, c/ redação dada pela EC 41/03 e nos artigos 28, I, "a"; 42; 43, inciso I; 44, § 3º; 45 e 82 da Lei Municipal nº. 4.172, de 31 de março de 2009, **a partir de 01 de agosto de 2026**.

Art. 2º. A aposentadoria por invalidez, de que trata o artigo anterior será revista no prazo de 02 (dois) anos, quando o servidor será submetido à nova perícia médica, a fim de que seja constatada a permanência do estado de incapacidade e insuscetibilidade de reabilitação para o exercício de atividade junto ao Município de

Formiga, observado o disposto nos artigos 50, 51 e 52 da Lei Municipal 4172 de 30 de março de 2009.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **01 de agosto de 2026**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Formiga/MG, 18 de agosto de 2026.

RONALDO CÂNDIDO DA SILVA
Superintendente Executivo

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:BE0A3AD6

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 045/2026

O Superintendente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Formiga - PREVIFOR, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso XVI do artigo 119 da Lei Municipal nº. 4172, de 31 de março de 2009, acrescentado pela Lei nº. 4901 de 16 de abril de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º. **CONCEDER** aposentadoria por invalidez com proventos proporcionais, calculados pela média aritmética simples, sem direito à paridade, ao servidor **GILSON BERNARDES DA SILVA,** atualmente com 63 anos de idade, Operário de Serviços Gerais, Classe I, Grau B, matriculado sob o n° 13206, lotado no Gabinete do Prefeito de Formiga/MG, com fundamento no artigo 40, § 1º, I da CR/88, c/ redação dada pela EC 41/03 e nos artigos 28, I, "a"; 45 e 82 da Lei Municipal nº. 4.172, de 31 de março de 2009, **a partir de 01 de agosto de 2026**.

Art. 2º. A aposentadoria por invalidez, de que trata o artigo anterior será revista no prazo de 02 (dois) anos, quando o servidor será submetido à nova perícia médica, a fim de que seja constatada a permanência do estado de incapacidade e insuscetibilidade de reabilitação para o exercício de atividade junto ao Município de Formiga, observado o disposto nos artigos 50, 51 e 52 da Lei Municipal 4172 de 30 de março de 2009.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **01 de agosto de 2026**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Formiga/MG, 18 de agosto de 2026.

RONALDO CÂNDIDO DA SILVA
Superintendente Executivo

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:550DB031

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 046/2026

O Superintendente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Formiga - PREVIFOR, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso XVI do artigo 119 da Lei Municipal nº. 4172 de 31 de março de 2009, acrescentado pela Lei nº. 4901 de 16 de abril de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º. **CONCEDER** aposentadoria voluntária por idade, com proventos proporcionais, calculados pela média aritmética simples, sem direito à paridade, à servidora **ROSA BORGES PINHEIRO DE CASTRO**, atualmente com 63 anos de idade, Oficial Administrativo II, Classe VI, Grau D, lotada na Secretaria Municipal de Saúde de Formiga/MG, matrícula nº. 4.292, com fundamento no artigo 40, § 1º, inciso III, alínea "b" da CR/88 e nos artigos 36 e 37 da Lei Municipal nº 4.172, de 31 de março de 2009, **a partir de 18 de agosto de 2026.**
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **18 de agosto de 2026**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Formiga/MG, 18 de agosto de 2026.

RONALDO CÂNDIDO DA SILVA
Superintendente Executivo

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:663C3FF3

PORTARIAS
PORTARIA Nº 4478 DE 14/08/2026

Nomeia servidores para as funções que menciona referentes ao Processo Licitatório na Modalidade Inexigibilidade de Licitação.

O DIRETOR GERAL DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE FORMIGA - S.A.A.E., usando de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - **NOMEAR** o(a) servidor(a) **FLÁVIO LEONILDO DE MELO**, Técnico Químico, como **GESTOR DO CONTRATO DE QUE TRATA O PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, referente à aquisição de peças de reposição e lubrificante para bombas dosadoras e peristálticas existentes na Estação de Tratamento de Água do SAAE de Formiga, e, como **FISCAL TÉCNICO** do referido Contrato, o(a) servidor(a) **LUIZ FÁBIO MIYAMOTO**, Operador de Sistemas de Água e Esgoto, e, como **FISCAL ADMINISTRATIVO** do referido Contrato, o(a) servidor **WELLINGTON JORGE LASMAR,** Supervisor de Almoxarifado, sem qualquer ônus adicional para o erário.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Formiga (MG), 14 de Agosto de 2026.

HEYTOR MARCOS SILVA PIMENTA
Diretor Geral

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:00BDECBE

PORTARIAS
PORTARIA Nº 4479 DE 17/08/2026

Exonera servidor de cargo em comissão.

O DIRETOR GERAL DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE FORMIGA - S.A.A.E., usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Complementar nº 41, de 24 de Fevereiro de 2011 e suas alterações posteriores,

Resolve:

Art. 1º - **EXONERAR** o servidor **JOSÉ OMERO DA COSTA**, matrícula nº **158**, do cargo em comissão de **DIRETOR DE OBRAS,**

PRODUÇÃO E OPERAÇÕES, a partir do dia **15/08/2026** em virtude de seu falecimento.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos conforme disposto no artigo 1º.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Formiga (MG), 17 de Agosto de 2026.

HEYTOR MARCOS SILVA PIMENTA
Diretor Geral

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:046AA3A0

PORTARIAS
PORTARIA Nº 4480 DE 17/08/2026

Finda designação de substituição a cargo em comissão.

O DIRETOR GERAL DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE FORMIGA - S.A.A.E., usando de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - **FINDAR** a **designação de substituição** do(a) servidor(a) **JULIANO EUSTÁQUIO DE ALMEIDA EUFRÁSIO**, Assessor Operacional, matrícula **1150**, a(o) servidor(a) José Omero da Costa, no cargo em comissão de **Diretor de Obras, Produção e Operações**, a partir do dia **15/08/2026**, término de sua licença médica.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos conforme disposto no artigo primeiro.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Formiga (MG), 17 de Agosto de 2026.

HEYTOR MARCOS SILVA PIMENTA
Diretor Geral

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:AECAE19B

PORTARIAS
PORTARIA Nº 6.561, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Designa servidor para a função que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORMIGA, usando das atribuições que lhe confere o art. 61, VI, da Lei Orgânica do Município, e considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana, por meio de Memorando – Conecta nº. 4001/2025;

RESOLVE:
Art. 1º Ficam designados os servidores abaixo relacionados para, sem ônus adicional ao erário e sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão para instrução de processos administrativos, com a finalidade de anulação, revogação e reversão das doações de imóveis públicos.
Samuel Vinícius Pires;
Ialys Tadeu Oliveira Barbosa;
Fábio de Almeida Cunha.
Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 6.182, de 09 de setembro de 2025.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Formiga, 18 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito de Formiga

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:5B6BE179

PORTARIAS
PORTARIA Nº 6.562, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Designa servidor para a função que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORMIGA, usando das atribuições que lhe confere o art. 61, VI, da Lei Orgânica do Município, e considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana, por meio de Memorando – Conecta nº. 7476/2026;

RESOLVE:
Art. 1º Ficam designados os servidores abaixo relacionados para, sem ônus adicional ao erário, comporem a Comissão destinada ao tratamento, estudo e análise dos assuntos inerentes aos lotes vagos localizados em núcleos urbanos regularizados por meio da Regularização Fundiária Urbana – REURB:
Ialys Tadeu Oliveira Barbosa;
Fábio de Almeida Cunha;
Isabel Cristina de Paula;
Vithor Henrique Figueiredo Costa.
Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 6.476, de 22 de junho de 2026.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Formiga, 18 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito de Formiga

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:A5D30018

PORTARIAS
PORTARIA Nº 6.563, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Designa servidor para a função que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORMIGA, usando das atribuições que lhe confere o art. 61, VI, da Lei Orgânica do Município, e considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, por meio de CI – Conecta nº. 513/2026;

RESOLVE:
Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para, sem ônus adicional ao erário, acompanharem e fiscalizarem a execução e cumprimento de todas as exigências da ata de registro de preços a ser firmada visando futuras e eventuais aquisições de materiais ambulatoriais, odontológicos e médico-hospitalares, atendendo as necessidades das secretarias solicitantes;
I. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano:
Robson José Vieira.
II. Secretaria Municipal de Saúde:
Geisiane Aparecida da Silva;
Silvânia Moreira Flávio dos Santos;
Brayan Jonas Mano Sousa;
Gabriela Vaz Reis;
Elaine Aparecida Alves;
Sandra Terezinha de Almeida Ferreira.
III. Secretaria Municipal de Educação:
Deize Graziela Arantes.
IV. Secretaria Municipal de Meio Ambiente:
Vanessa Fernandes Costa;
João Vitor de Mello.
Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 6.548, de 10 de agosto de 2026.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Formiga, 18 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito de Formiga

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:2971E8C0

PORTARIAS
PORTARIA Nº 6.564, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Designa servidor para a função que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORMIGA, usando das atribuições que lhe confere o art. 61, VI, da Lei Orgânica do Município, e considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Trânsito, por meio de Memorando – Conecta nº. 8389/2026;

RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor Darley Teixeira Silva, como responsável pela gestão do aeródromo, em atendimento a Regulamento Brasileiro Aviação Civil RBAC nº 153, Emenda nº 01, de 15 de junho de 2016, item 153.15 (a), (1), sem ônus adicional para o erário.
Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 4.206, de 09 de dezembro de 2020.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Formiga, 18 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito de Formiga

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:3DFF60D9

PORTARIAS
REPUBLICAÇÃO(*) PORTARIA Nº 6.560, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Designa servidor para a função que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORMIGA, usando das atribuições que lhe confere o art. 61, VI, da Lei Orgânica do Município, e considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, por meio de CI – Conecta nº. 506/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Fica determinada a instauração de processo administrativo, mediante a atuação dos servidores abaixo relacionados, sem ônus adicional ao erário, em face à empresa HNL Cozinha Industrial Formiga Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 11.572.605/0001-73, vencedora do Processo Licitatório nº 236/2025 - Pregão Eletrônico - Registro de Preços nº 44/2025, cujo objeto é a aquisição de refeições preparadas, do tipo marmitex e self-service, destinadas a suprir as necessidades das secretarias solicitantes, bem como atender aos convênios firmados pelo Município de Formiga;

Micheli Diniz Custódia;
Leopoldo Ribeiro de Castro Neto;
Lilian Silva Castro Figueiredo.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 6.543, de 03 de agosto de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Formiga, 17 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito de Formiga

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:6A69E2A9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FORMOSO

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 126/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 79/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 126/2026. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 79/2026. OBJETO: Aquisição de peças destinadas à manutenção e ao adequado funcionamento dos equipamentos médicos-odontológicos pertencentes às unidades de saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde e Humanização do Município de Formoso (MG). FUNDAMENTO LEGAL E JUSTIFICATIVA: Contratação Direta, por dispensa de licitação, em razão do valor, com fundamento no disposto no inciso II do artigo 75 da Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021. PUBLICAÇÃO DO AVISO: 07/08/2026. DECISÃO DA COMISSÃO: 13/08/2026. RATIFICAÇÃO EM 14/08/2026. VALOR GLOBAL: R$ 1.940,00 (mil e novecentos e quarenta reais). CONTRATADO: Rodrigo Borges dos Santos – CNPJ: 49.488.862/0001-02.

Formoso/MG, 14 de agosto de 2026.

DINARTE HENRIQUE GUEDES ORNELAS,
Prefeito.

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:E4587E5E

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 128/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 80/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 128/2026. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 80/2026. OBJETO: Aquisição de camisetas gráficas personalizadas a serem utilizadas por servidores da Vigilância em Saúde na Campanha de Vacinação Antirrábica, em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Saúde e Humanização do Município de Formoso (MG). FUNDAMENTO LEGAL E JUSTIFICATIVA: Contratação Direta, por dispensa de licitação, em razão do valor, com fundamento no disposto no inciso II do artigo 75 da Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021. PUBLICAÇÃO DO AVISO: 12/08/2026. DECISÃO DA COMISSÃO: 18/08/2026. RATIFICAÇÃO EM 18/08/2026. VALOR GLOBAL: R$ 456,00 (quatrocentos e cinquenta e seis reais). CONTRATADO: 41.981.722 Luis Filipe Pereira dos Reis – CNPJ: 41.981.722/0001-51.

Formoso/MG, 18 de agosto de 2026.

DINARTE HENRIQUE GUEDES ORNELAS,
Prefeito.

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:5B10654C

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 106/2026 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 106/2026. PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2026. OBJETO: Formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de recargas de oxigênio medicinal, cilindros para armazenamento de oxigênio medicinal e seus

respectivos componentes e acessórios, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde e Humanização do Município de Formoso/MG. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Formoso – CNPJ: 18.125.153/0001-20. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:
02.05.02.10.301.0015.2035.3.3.90.30.00 – Ficha 00242 – Fonte: 2.621.000.0000;
02.05.01.10.301.0015.2035.4.4.90.52.00 – Ficha 00249 – Fonte: 2.621.000.0000; e,
02.05.02.10.302.0017.2038.3.3.90.30.00 – Ficha 00267 – Fonte: 1.500.000.1002.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2026. DETENTORA DA ATA: Oxigênio Formosa Ltda – CNPJ: 03.498.838/0001-45. VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 968.500,00 (novecentos e sessenta e oito mil e quinhentos reais). VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. DATA DA ASSINATURA: 13/08/2026.

Formoso/MG, 18 de agosto de 2026.

GLEICIANE FERREIRA GOIS,
Gestora de Contratos.

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:A4EF0CCC

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E DO CONTRATO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 129/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FORMOSO/MG, no uso de suas atribuições legais, torna público o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 11/2026, fundamentado no artigo 74, inciso I, da Lei 14.133/2021, tendo como objeto a **Contratação de licenciamento de direito de uso de sistema informatizado (software) especializado em orçamentação eletrônica de peças destinadas à manutenção de máquinas pesadas, motocicletas, veículos leves, utilitários e caminhões da frota municipal, visando subsidiar a elaboração de orçamentos, pesquisas de preços, conferência de valores de mercado e maio eficiência na gestão das manutenções realizadas pelos órgãos e unidades administrativas vinculados ao Município de Formoso (MG)**. RATIFICAÇÃO: 14/08/2026. UNIDADE: Secretaria Municipal da Economia, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turístico, Cultura e Inovação. CONTRATADA: Empresa FL Ltda – CNPJ: 17.922.286/0001-65. VALOR ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 16.905,00 (dezesseis mil e novecentos e cinco reais). VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
02.03.01.04.122.0402.2016.3.3.90.39.00 – Ficha: 00108; Fonte: 1.500.000.0000. **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 83/2026**. DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 18/08/2026. Mais informações pelo telefone: (38) 3647-1552, e-mail: compraselicitacoes@formoso.mg.gov.br.

Formoso/MG, 18 de agosto de 2026.

DINARTE HENRIQUE GUEDES ORNELAS,
Prefeito.

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:EC373A64

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GRÃO MOGOL

SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PRC 065 PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 017/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO MOGOL/MG-Proc. 065/2026-Pregão 017/2026-Registro de preços, para aquisição de materiais de serralheria, incluindo chapas de aço, metalon, tubos, barras (chata, redonda e cantoneira), dobradiças para portão, eletrodos de solda, discos abrasivos (corte, desbaste e policorte), primer e demais materiais correlatos, destinados à manutenção e execução de serviços de serralheria em estruturas metálicas de prédios públicos, equipamentos e demais necessidades da administração municipal, no modo de disputa aberto. Credenciamento: 08/09/2026, 09h30min-licitagraomogol.mg@gmail.com-www.graomogol.mg.gov.br.

Publicado por:
Edilson Braz de Sousa
Código Identificador:834B875D

SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PRC 066 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 006/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO MOGOL/MG-Proc. 066/2026-Pregão Eletrônico 006/2026-Registro de Preço para futura e eventual aquisição de materiais de consumo, saneantes e bens duráveis de uso hospitalar, odontológico, laboratoriais e produtos de higiene pessoal para manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Grão Mogol/MG, observando os maiores descontos percentuais sobre a composição de custos iguais a mediana do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e o menor valor da tabela do RENEM, no modo de disputa aberto. Credenciamento: 04/09/2026, 09h30min-www.graomogol.mg.gov.br-www.portaldecompraspublicas.com.br.

Publicado por:
Edilson Braz de Sousa
Código Identificador:0BBC006B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUARACIABA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DA OITAVA ABERTURA DE ENVELOPE E ANÁLISE DE DOCUMENTAÇÃO - CREDENCIAMENTO 001/2026

O Município de Guaraciaba/MG, através da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Guaraciaba/MG, torna público para conhecimento dos interessados, nova abertura de envelope, análise e julgamento referente ao Credenciamento 001/2026, PRC 048/2026, Inexigibilidade 008/2026, cujo objeto é o Credenciamento para fins de eventual contratação de BANDAS, ARTISTAS MUSICAIS, APRESENTAÇÃO INFANTO-JUVENIL, DJ E LOCUTOR não detentores de consagração crítica a nível estadual ou nacional para apresentação nos diversos estilos musicais em eventos promovidos e/ou apoiados pela Prefeitura Municipal de Guaraciaba/MG.

Data da sessão: 24/08/2026, às 13 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Guaraciaba.

Os protocolos realizados após essa data serão avaliados em data a ser designada, nos termos do Decreto Municipal nº 060/2024.

Maiores informações: licitacao@guaraciaba.mg.gov.br

Guaraciaba/MG, 18/08/2026.

GISLENE EVANGELISTA FERREIRA
Secretária Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

Publicado por:
Diogia Nataele Bailon
Código Identificador:92D5CE31

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2026. INEXIGIBILIDADE Nº008/2026. CREDENCIAMENTO Nº 001/2026. OBJETO: Contratação de BANDAS, ARTISTAS MUSICAIS, APRESENTAÇÃO INFANTO-JUVENIL, DJ E LOCUTOR não detentores de consagração crítica a nível estadual ou nacional para

apresentação nos diversos estilos musicais em eventos promovidos e/ou apoiados pela Prefeitura Municipal de Guaraciaba/MG, nas condições estabelecidas no Termo de Referência. Fundamentação: Art.74 c/c artigo 79, I, Lei 14.133/2021. Contratante: Município de Guaraciaba/MG. Contratado conforme descrições abaixo:

CONTRATO N°	FORNECEDOR	VALOR TOTAL	VIGÊNCIA	ASSINATURA
0145/2026	Edenir José de Oliveira, inscrito no CPF sob o nº 068.***.***-70	R$ 1.606,81	60 dias a partir da assinatura do contrato	14/08/2026
0147/2026	57.050.469 SIRLEY APARECIDO DOS SANTOS inscrito no CNPJ sob o nº 57.050.469/0001-52	R$ 1.606,81	60 dias a partir da assinatura do contrato	14/08/2026

Guaraciaba/MG, 18 de agosto de 2026.

GISLENE EVANGELISTA FERREIRA
Secretaria Municipal De Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

Publicado por:
Taynara da Costa Rodrigues
Código Identificador:FA112C1B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUARANI

JURÍDICO
LEI Nº 1.272 DE 14 DE AGOSTO DE 2026

"INSTITUI O ESTATUTO MUNICIPAL DA PROMOÇÃO E IGUALDADE ETNICO-RACIAL DO MUNICÍPIO DE GUARANI".

A Câmara Municipal de Guarani aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DO ESTATUTO

Art. 1°. Esta Lei institui o Estatuto Municipal da Promoção e Igualdade Étnico-Racial, como ação municipal de desenvolvimento de Guarani, objetivando a superação do racismo, da discriminação e das desigualdades étnicas e raciais.
§1°. Para efeito deste Estatuto, considera-se:
I -discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão ou restrição baseada em raça, cor, descendência, procedência nacional ou étnico-racial que tenha por objetivo cercear o reconhecimento, o gozo ou o exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e das liberdades fundamentais;
II -desigualdade étnico-racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou procedência nacional ou étnica;
III -população negra: conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
IV -povos indígenas:indivíduos que se autoidentificam e são identificados como pertencentes a povo indígena, nos termos da normativa internacional aplicável;
V -povos ciganos: indivíduos que se consideram membro de um grupo étnico que se autodeclara como rom, sinti ou calon, ou um de seus inúmeros subgrupos, e é por ele reconhecido como membro;
VI -racismo institucional: ação ou omissão sistêmica caracterizada por normas, práticas, critérios e padrões formais e não formais de diagnóstico e atendimento, de natureza organizacional e institucional, pública e privada, resultantes de preconceitos, racismo ou estereótipos que resultam em discriminação e ausência de efetividade em prover e ofertar atividades e serviços qualificados às pessoas em função da sua raça, cor, ascendência, cultura, religião, origem racial ou étnico-racial;
VII -racismo estrutural: mecanismo de opressão enraizado na sociedade que coloca em disparidade indivíduos da mesma sociedade. Os grupos discriminados em razão do racismo estrutural são afetados estruturalmente pela união de práticas culturais, institucionais, históricas e interpessoais contidas no âmbito social, criando privilégios para determinado grupo social e discriminação e desvantagens para outros em razão de sua raça ou etnia, impedindo que estes ascendam socialmente ou ocupem locais de poder e representação na sociedade;
VIII -desigualdade racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnico-racial;
IX –mestras e mestres dos saberes e fazeres das culturas tradicionais afrobrasileiras, indígenas e dos povos ciganos: indivíduo que se reconhece e é reconhecido pela sua própria comunidade como representante e herdeiro(a) dos saberes e fazeres da cultura tradicional, que, através da oralidade, da corporeidade e da vivência dialógica, aprende, ensina e torna-se a memória viva e afetiva dessa cultura, transmitindo saberes e fazeres de geração em geração, garantindo a ancestralidade e a identidade do seu povo.
X –ações afirmativas: programas e medidas especiais adotados pelo Município e pela iniciativa privada para a redução das desigualdades étnico-raciais e a promoção da igualdade de oportunidades.
§2°. Este Estatuto será aplicado com observância da realidade demográfica e fática do Município de Guarani, competindo ao Poder Executivo, antes da regulamentação de qualquer ação afirmativa específica, verificar e certificar a existência, no território municipal, dos grupos e comunidades a que se destina cada medida.

Art. 2°.São objetivos deste Estatuto:
I -promover a igualdade de oportunidades e o combate ao racismo em todas as esferas de atuação municipal;
II -promover mecanismos que incentivem a participação representativa dos diversos segmentos étnico-raciais na formulação das políticas públicas;
III -valorizar a história, a cultura e a contribuição dos povos negro, indígena e cigano na formação da sociedade guaraniense;
IV -articular a atuação municipal com as estruturas já existentes de promoção da equidade, evitando a criação de estruturas paralelas ou duplicadas.

Art. 3º.A participação dos negros, das negras, dos indígenas e dos povos ciganos em igualdade de condições na vida social, econômica e cultural do Município de Guarani será promovida através de medidas que assegurem, entre outras:
I -o reconhecimento e a valorização da composição pluriétnica da sociedade guaraniense;
II -o combate às desigualdades étnico-raciais que atingem especialmente as mulheres negras, indígenas e ciganas;
III -o resgate, a preservação e a manutenção da memória histórica e das práticas socioculturais dos referidos grupos, quando identificados no território municipal;
IV -o apoio às iniciativas da sociedade civil voltadas à igualdade de oportunidades.

Art. 4°. As ações afirmativas previstas neste Estatuto serão implementadas, prioritariamente, mediante:
I -inclusão nas políticas públicas, programas de desenvolvimento e ações afirmativas já existentes;
II -incentivos e critérios de priorização, respeitados os princípios da isonomia e da razoabilidade;
III -eliminação de obstáculos institucionais à representação da diversidade étnico-racial.
Parágrafo único.A eventual instituição de reserva de vagas, critérios diferenciados de acesso ou quaisquer outras ações afirmativas que impliquem tratamento jurídico específico dependerá de lei própria, competindo ao Poder Executivo apenas regulamentar sua execução, mediante estudos técnicos fundamentados em dados oficiais, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, igualdade material e interesse público.
Art. 5°. Fica instituído o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (COMPIR), órgão colegiado de caráter consultivo, vinculado administrativamente ao Gabinete do Prefeito ou à Secretaria que este indicar, com as seguintes competências:
I -acompanhar a implementação das políticas previstas neste Estatuto;
II -propor ao Poder Executivo medidas de aprimoramento das ações afirmativas municipais;
III -articular-se com o Comitê Técnico de Políticas de Promoção da Equidade em Saúde (CTPPES) e com os demais conselhos municipais existentes, evitando duplicidade de estruturas.

§1º.O COMPIR será composto de forma paritária entre representantes do Poder Público e da sociedade civil, totalizando 08 (oito) membros titulares e seus respectivos suplentes, observada a representação dos segmentos relacionados à promoção da igualdade étnico-racial, na forma do regulamento.
§2º.O mandato dos membros do COMPIR será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.
§3º.A participação no COMPIR não será remunerada, sendo considerada serviço de relevância pública.
§4º.A forma de escolha dos representantes da sociedade civil, o funcionamento e as competências complementares do Conselho serão disciplinados em regulamento.

CAPÍTULO II
DO INCENTIVO ÀS INICIATIVAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE ÉTNICO- RACIAL

Art. 6°. Na implementação dos programas e das ações constantes do Plano Plurianual e dos orçamentos anuais do Município, poderão ser observadas as políticas de ação afirmativa a que se refere este Estatuto, condicionadas à disponibilidade orçamentária e financeira.
Parágrafo único.O Município buscará, sem prejuízo dos recursos ordinários, transferências voluntárias de outros entes federativos e doações de particulares, empresas e organizações, para o financiamento das ações previstas neste Estatuto, observada a legislação de convênios e parcerias aplicável.

CAPÍTULO III
DO DIREITO À SAÚDE

Art. 7°.O conjunto de ações de saúde voltadas à população negra, indígena e cigana no Município de Guarani serão executadas de forma articulada com o Comitê Técnico de Políticas de Promoção da Equidade em Saúde (CTPPES), ou por órgão que vier a sucedê-lo, sem prejuízo da competência da Secretaria Municipal de Saúde.
Parágrafo único. Caberá ao CTPPES, no exercício de suas atribuições regulamentares, sistematizar as diretrizes de que trata este Capítulo, submetendo-as ao Conselho Municipal de Saúde.

Art. 8°.São diretrizes da atenção à saúde da população negra, indígena e cigana no Município, a serem operacionalizadas pelo CTPPES:
I -reconhecimento do racismo como determinante social da saúde;
II -inclusão do quesito raça/cor/etnia, por autodeclaração, nos instrumentos de coleta de dados dos serviços municipais de saúde, observada a legislação de proteção de dados pessoais, quanto ao tratamento de dados sensíveis;
III -capacitação continuada dos profissionais de saúde para o enfrentamento do racismo institucional nos serviços municipais;
IV -implementação de ações voltadas à prevenção, diagnóstico e tratamento das doenças e agravos de maior incidência ou prevalência nessas populações, conforme protocolos técnicos do Sistema Único de Saúde e diretrizes estabelecidas pelo Comitê Técnico de Políticas de Promoção da Equidade em Saúde – CTPPES.

Art. 9º.É assegurada a liberdade de consciência e de crença, sendo vedada qualquer forma de discriminação ou recusa de atendimento nos serviços públicos municipais em razão da religião, da ausência de religião ou do uso de vestimentas, símbolos e manifestações religiosas, observado o disposto na Constituição Federal, na legislação vigente e nos protocolos técnicos aplicáveis aos serviços públicos de saúde.

CAPÍTULO IV
DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA E AO ESPORTE E LAZER

Art. 10.É obrigatório, na rede municipal de ensino, o ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena, em conformidade com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), com a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e com a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.
§1º.O Município poderá fomentar a formação inicial e continuada de professores para a elaboração de material didático específico sobre a temática.
§2º. As comemorações relacionadas à história e à cultura negra e indígena integrarão o calendário escolar da rede municipal de ensino.

Art. 11. As instituições integrantes da rede municipal de ensino deverão adotar protocolo para acolhimento, registro e encaminhamento de situações envolvendo discriminação étnico-racial, observadas as diretrizes expedidas pela Secretaria Municipal de Educação, a legislação educacional e a proteção integral da criança e do adolescente.

Art. 12.A Secretaria Municipal de Educação poderá editar plano de ação específico para a implementação das diretrizes previstas neste Capítulo, contendo metas, indicadores e cronograma próprios da rede municipal de ensino, observadas a disponibilidade orçamentária e as diretrizes curriculares nacionais aplicáveis.

Art. 13.O Município poderá promover programas e ações afirmativas destinadas à permanência e ao acesso à educação da população negra, indígena e cigana, incluindo:
I –reforço escolar e incentivo à leitura;
II –apoio ao acesso ao ensino técnico e superior;
III –ações de combate à evasão escolar.

Art. 14.O Município poderá incentivar, mediante seleção pública, a produção cultural de grupos e entidades representativas da população negra, indígena e cigana, observada a legislação de licitações e de fomento cultural aplicável.

Art. 15. Fica reconhecida a relevância social dos mestres e mestras dos saberes e fazeres das culturas tradicionais eventualmente identificadas no território municipal, podendo o Poder Executivo, mediante procedimento administrativo próprio, reconhecer tais pessoas e apoiar sua participação em atividades culturais, educacionais e de preservação do patrimônio imaterial do Município.

Art. 16.O Município poderá promover ações de democratização do acesso a espaços, atividades e iniciativas gratuitas de esporte e lazer, sem distinção étnico-racial.

CAPÍTULO V
DA DEFESA DA LIBERDADE RELIGIOSA

Art. 17.É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício de cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e às suas liturgias.

CAPÍTULO VI
DA MORADIA ADEQUADA

Art. 18.O Município poderá implementar, no âmbito de sua competência urbanística e habitacional, políticas de moradia adequada voltadas à população negra, indígena e cigana em situação de vulnerabilidade habitacional, sem prejuízo da competência federal para o reconhecimento e a titulação de terras indígenas e quilombolas, limitando-se o Município ao apoio técnico e institucional aos processos correspondentes, quando cabível.

CAPÍTULO VII
DO TRABALHO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL
Art. 19.O Município poderá instituir, mediante lei específica, políticas de ação afirmativa destinadas à promoção da igualdade de oportunidades no acesso aos cargos públicos municipais, observadas a Constituição Federal, a jurisprudência dos tribunais superiores, os princípios da administração pública e estudos técnicos fundamentados em dados oficiais acerca da realidade demográfica local, na forma do parágrafo único do art. 4º desta Lei.

Art. 20. Os candidatos classificados em concurso público municipal para cargos efetivos que se autodeclararem negros, indígenas ou ciganos, quando houver reserva de vagas regularmente instituída, poderão ser submetidos a procedimento de heteroidentificação, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§1°.O procedimento de heteroidentificação será disciplinado em edital e em decreto regulamentador, que definirá a composição da banca, os critérios de avaliação e o rito recursal.
§2°. Será assegurado recurso administrativo perante comissão recursal distinta daquela responsável pela decisão inicial, na forma prevista em regulamento.

Art. 21.O Município estimulará, no âmbito de suas próprias contratações e políticas de estágio, a inclusão da população negra, indígena e cigana, sem prejuízo da autonomia da iniciativa privada quanto à gestão de suas relações de trabalho, matéria de competência legislativa da União.

CAPÍTULO VIII
DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Art. 22.A publicidade institucional do Município observará o princípio da diversidade étnico-racial em suas peças, campanhas e materiais institucionais, podendo a Administração prever, em seus editais e contratos administrativos, critérios ou cláusulas de incentivo compatíveis com o objeto da contratação, desde que respeitados os princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, competitividade, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa, nos termos da legislação de licitações e contratos administrativos.
Parágrafo único.O disposto neste artigo restringe-se às ações promovidas pela Administração Pública Municipal, não alcançando atividades submetidas à competência legislativa privativa da União.

CAPÍTULO IX
DOS DIREITOS DAS MULHERES NEGRAS, INDÍGENAS E CIGANAS

Art. 23.O Município garantirá, no âmbito de sua competência, a plena participação das mulheres negras, indígenas e ciganas nos espaços de formulação e controle social das políticas públicas municipais, especialmente nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 24.O Município poderá desenvolver, em articulação com o CTPPES e demais órgãos competentes, ações de atenção à saúde da mulher negra, indígena e cigana, incluindo prevenção ao câncer ginecológico e de mama e assistência a mulheres em situação de violência, na forma da legislação de proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar.

CAPÍTULO X
DA JUVENTUDE NEGRA, INDÍGENA E CIGANA

Art. 25.O Município incentivará a representação da juventude negra, indígena e dos povos ciganos nos órgãos colegiados municipais afetos à juventude, à educação e à cultura.

CAPÍTULO XI
DO DIREITO DE ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS E DO COMBATE AO RACISMO INSTITUCIONAL

Art. 26.O Município promoverá a adequação dos serviços públicos ao princípio do reconhecimento da diversidade étnico-racial, religiosa e cultural.
Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no*caput* deste artigo, o Município promoverá, a cada 5 (cinco) anos, levantamento sobre a composição étnico-racial de seus servidores públicos, mediante autodeclaração voluntária, observada a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais quanto à coleta e ao tratamento de dado pessoal sensível.

Art. 27. O Município poderá oferecer aos servidores cursos de capacitação para o combate ao racismo institucional, sem prejuízo de outras medidas de aprimoramento da qualidade dos serviços públicos municipais.

CAPÍTULO XII
DO COMBATE À DISCRIMINAÇÃO

Art. 28. Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão encaminhar às autoridades competentes as situações que configurem indícios de prática de racismo, discriminação étnico-racial ou intolerância religiosa de que tiverem conhecimento no exercício de suas atribuições, observadas as competências legais da Polícia Judiciária, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais órgãos de controle e fiscalização.

CAPÍTULO XIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29.O Poder Executivo promoverá, sempre que possível, o monitoramento e a avaliação das ações previstas nesta Lei, mediante indicadores, estudos técnicos e relatórios periódicos, utilizando dados oficiais e informações produzidas pelos órgãos municipais, respeitada a legislação de proteção de dados pessoais.

Art. 30. Para o cumprimento das disposições contidas neste Estatuto, o Município poderá celebrar convênios, contratos, acordos ou instrumentos de cooperação com órgãos públicos ou instituições privadas.

Art. 31. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, e observada a compatibilidade com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

Art. 32.O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que lhe couber, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 33. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guarani, 14 de agosto de 2026.

EMERSON PATRICK VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raphaela da Silva Pereira
Código Identificador:10799A9B

JURÍDICO
LEI Nº 1.273 DE 14 DE AGOSTO DE 2026

"DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO, PRESERVAÇÃO E PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE GUARANI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Guarani/MG, por seus representantes legais na Câmara Municipal aprova, e o Prefeito sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º.O pleno exercício dos direitos culturais é assegurado a todo indivíduo pelo Município, em conformidade com as normas de política cultural estabelecidas nesta Lei.

Art. 2º.O conhecimento, estudo, proteção, preservação, conservação, valorização e divulgação do patrimônio cultural constituem um dever do Município.

Art. 3º. Constituem patrimônio cultural municipal os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, que contenham referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade local, entre os quais se incluem:
I -as formas de expressão;
II -os modos de criar, fazer e viver;
III -as criações científicas, tecnológicas e artísticas;
IV -as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados a manifestações artístico-culturais;
V -os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, espeleológico, paleontológico, ecológico, turístico e científico.

Parágrafo único. Integram também o patrimônio cultural o contexto em que estiverem incluídos os bens culturais, que pelo seu valor de testemunho, possua com estes uma relação interpretativa ou informativa.

TÍTULO II
DOS OBJETIVOS E PRINCÍPIOS DA POLÍTICA CULTURAL MUNICIPAL

Art. 4º.A política cultural do Município compreende o conjunto de ações desenvolvidas pelo Poder Público na área cultural e tem como principais objetivos:
I -criar condições para que todos exerçam seus direitos culturais e tenham acesso aos bens culturais;
II -incentivar a criação cultural;
III -proteger, conservar e preservar os bens que constituem o patrimônio cultural municipal, prevenindo a ocorrência de danos;
IV -promover a conscientização da sociedade com vistas à preservação do patrimônio cultural municipal;
V -divulgar e promover o patrimônio cultural do Município;
VI -promover a função sociocultural da propriedade.

Art. 5º. No planejamento e execução de ações na área da cultura, serão observados os seguintes princípios:
I -o respeito à liberdade de criação de bens culturais e à sua livre divulgação e fruição;
II -o respeito à concepção filosófica ou convicção política expressa em bem ou evento cultural;
III -a valorização, conservação e a preservação dos bens culturais como expressão da diversidade sociocultural do Município;
IV -o estímulo à sociedade para a criação, produção, preservação e divulgação de bens culturais, bem como para a realização de manifestações culturais;
V -a busca de integração do Poder Público com as entidades da sociedade civil e proprietários de bens culturais, para a produção de ações de promoção, defesa e preservação de bens culturais;
VI -a descentralização das ações administrativas;
VII- o incentivo às diversas manifestações culturais com vistas a seu fortalecimento e a sua intercomunicação;
VIII -promoção da função sociocultural da propriedade.

TÍTULO III
DAS DIRETRIZES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

Art. 6º.São diretrizes orientadoras da política municipal de patrimônio cultural:
I -a realização de inventários, assegurando-se o levantamento sistemático, atualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais existentes com vista à respectiva identificação e preservação;
II- o planejamento, assegurando que os instrumentos e recursos mobilizados e as medidas adotadas resultem de uma prévia planificação e programação;
III- a coordenação, articulando e compatibilizando o patrimônio cultural com as restantes políticas que se dirigem a idênticos ou conexos interesses públicos e privados, em especial as políticas de ordenamento do território, de ambiente, de educação e formação, de apoio à criação cultural;
IV- a eficiência, garantindo padrões adequados de cumprimento das imposições vigentes e dos objetivos previstos e estabelecidos;
V -a vigilância e prevenção, impedindo, mediante a instituição de órgãos, processos e controles adequados, a desfiguração, degradação ou perda de elementos integrantes do patrimônio cultural;
VI- a informação, promovendo o recolhimento sistemático de dados e facultando o respectivo acesso público;
VII- a equidade, assegurando a justa repartição dos encargos, ônus e benefícios decorrentes da aplicação do regime de proteção e valorização do patrimônio cultural;
VIII- a responsabilidade, garantindo prévia e sistemática ponderação das intervenções e dos atos suscetíveis de afetar a integridade ou circulação lícita de elementos integrantes do patrimônio cultural.

TÍTULO IV
DOS INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO

CAPÍTULO I
DO TOMBAMENTO

Seção I
Do Processo de Tombamento

Art. 7º. Para inscrição em qualquer dos Livros do Tombo, será instaurado o processo que se iniciará de ofício pelo Poder Público Municipal ou por iniciativa:
I -de qualquer pessoa física ou jurídica legalmente constituída;
II -do Ministério Público;
III -da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo ou de membro do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC).
Parágrafo único.O requerimento de solicitação de tombamento será dirigido ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC).

Art. 8º.O Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC) poderá propor e proceder ao tombamento de bens móveis e imóveis já tombados pelo Estado ou pela União.

Art. 9º. Sendo o requerimento para tombamento solicitado por qualquer uma das iniciativas descritas no art. 7º deferido, o proprietário será notificado pelo Correio, através de aviso de recebimento (A.R.), para, no prazo de 20 (vinte) dias, se assim o quiser, oferecer impugnação.
Parágrafo único. Quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontra o proprietário, ou quando este se ocultar ou colocar óbice ao andamento do processo, a notificação far-se-á por edital, publicado uma vez no Diário Oficial do Município ou periódico de grande circulação local ou regional e, pelo menos, duas vezes em jornal de circulação diária no Município.

Art. 10.O processo de tombamento será instruído com os estudos necessários à apreciação do interesse cultural do bem e com as características motivadoras do tombamento, devendo ser encaminhado ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC), para avaliação.
Parágrafo único. No processo de tombamento de bem imóvel, será delimitado obrigatoriamente o perímetro de proteção e o de entorno ou vizinhança, para fins de preservação de sua ambiência, harmonia e visibilidade.

Art. 11. Instaurado o processo de tombamento dos bens de interesse de preservação, passam a incidir sobre os bens as limitações ou restrições administrativas próprias do regime de preservação dos bens tombados, previstos no Decreto-Lei nº 25/1937, até a decisão final.

Art. 12. Decorrido o prazo determinado no art. 9º, havendo ou não impugnação, o processo será encaminhado ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC) para julgamento.

Art. 13.O Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC) poderá solicitar ao Órgão Municipal de Patrimônio Cultural da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, ou seu equivalente, novos estudos, pareceres, vistorias ou qualquer medida que julgue necessária para melhor orientar o julgamento.
§1º.O prazo final para julgamento, a partir da data de entrada do processo no Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC), será de 12 (doze) meses, prorrogáveis por mais 06 (seis) meses, mediante deliberação fundamentada do COMPAC, com indicação das diligências externas pendentes.
§2°. Decorrido o prazo previsto no §1°sem decisão do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC), ficam automaticamente suspensas as restrições cautelares de que trata o art. 11 desta Lei, sem prejuízo do prosseguimento do processo de tombamento, devendo o COMPAC deliberar no prazo máximo de 60 (sessenta) dias subsequentes, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.

Art. 14.A sessão de julgamento será pública e poderá ser concedida a palavra a qualquer pessoa física ou jurídica interessada que queira se manifestar, a critério do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC).

Parágrafo único. No caso de aprovação do processo de tombamento, a decisão do Conselho será encaminhada ao Prefeito para homologação e posterior publicação.

Art. 15. Na decisão do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC) que determinar o tombamento, deverá constar:
I -a descrição detalhada e a documentação do bem;
II -a fundamentação das características pelas quais o bem será incluído no Livro do Tombo;
III -as limitações impostas ao entorno e à paisagem do bem tombado, quando necessário;
IV -no caso de bens móveis, os procedimentos que deverão instruir a sua saída do Município;
V -no caso de tombamento de coleção de bens, a relação das peças componentes da coleção e definição de medidas que garantam sua integridade.

Art. 16.A decisão do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC) que determina a inscrição definitiva do bem no Livro do Tombo será publicada no Diário Oficial ou órgão equivalente, oficiado, quando for o caso, ao Registro de Imóveis para os bens imóveis e ao Registro de Títulos e Documentos para os bens móveis.

Art. 17. Se a decisão do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC) for contrária ao tombamento, imediatamente serão suspensas as limitações impostas pelo art. 11 da presente Lei.

Seção II
Da Proteção e Conservação de Bens Tombados

Art. 18. Cabe ao proprietário do bem tombado a proteção, manutenção e conservação do mesmo.

Art. 19. As Secretarias Municipais e demais órgãos da Administração Pública, Direta ou Indireta, deverão ser notificados dos tombamentos e, no caso de concessão de licenças, alvarás e outras autorizações para construção, reforma e utilização, desmembramento de terrenos, poda ou derrubadas de espécies vegetais, deverão consultar o Órgão Municipal de Patrimônio Cultural antes de qualquer deliberação, respeitando ainda as respectivas áreas envoltórias.

Art. 20. Cabe ao Poder Público Municipal a instituição de incentivos legais que estimulem o proprietário ao cumprimento de seus deveres em relação ao bem tombado.
Parágrafo único.A isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) para os imóveis tombados pelo Município rege-se pelo disposto no art. 171 da Lei Orgânica Municipal, sendo sua fruição condicionada ao requerimento anual do interessado e à comprovação de que o bem se encontra em boas condições de preservação, segundo aferição do Órgão Municipal de Patrimônio Cultural

Art. 21.O bem tombado não poderá, em nenhuma hipótese, ser destruído, demolido, mutilado ou descaracterizado.
Parágrafo único.A restauração, reparação, reforma ou adequação do bem tombado somente poderá ser feita em cumprimento aos parâmetros estabelecidos na decisão do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC), cabendo ao Órgão Municipal de Patrimônio Cultural a conveniente orientação e acompanhamento de sua execução.

Art. 22. As construções, demolições, paisagismo, no entorno ou próximas do bem tombado deverão seguir as restrições impostas por ocasião do tombamento.

Art. 23. Em caso de dúvida ou omissão em relação às restrições, deverá ser ouvido previamente o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC).

Art. 24. Ouvido o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC), o Órgão Municipal de Patrimônio Cultural poderá determinar ao proprietário a execução de obras imprescindíveis à permanência da integridade do bem tombado, fixando prazo para o seu início e término.
§1º. Este ato do Órgão Municipal de Patrimônio Cultural será de ofício, em função da fiscalização que lhe compete ou por solicitação de qualquer cidadão.
§2º. Se o órgão municipal não determinar as obras solicitadas por qualquer cidadão, no prazo de 30 (trinta) dias, caberá recurso ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC) que avaliará a sua efetiva necessidade e decidirá sobre a determinação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 25.Não cumprindo, o proprietário do bem tombado, o prazo fixado para início das obras recomendadas, a Prefeitura Municipal poderá executá-las, diretamente ou por terceiros.
§1°. Antes de iniciar as obras, o Órgão Municipal de Patrimônio Cultural notificará o proprietário, por escrito, concedendo-lhe prazo mínimo de 15 (quinze) dias para manifestação sobre o inadimplemento, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
§2°. Após a conclusão das obras, o Município apurará os custos incorridos mediante relatório técnico fundamentado, do qual será intimado o proprietário para pagamento voluntário no prazo de 30 (trinta) dias.
§3°. Transcorrido o prazo previsto no §2° sem pagamento e sem apresentação de impugnação, ou julgada improcedente a impugnação apresentada, o crédito será constituído por decisão administrativa fundamentada e inscrito em dívida ativa, para cobrança nos termos da Lei Federal n° 6.830, de 22 de setembro de 1980.
§4°. Comprovada a incapacidade financeira do proprietário, o Município poderá parcelar ou dispensar o ressarcimento, mediante deliberação fundamentada do COMPAC.
§5°.O Poder Executivo regulamentará, por decreto, os critérios técnicos de apuração dos custos das obras e o procedimento interno de constituição do crédito, observadas as disposições deste artigo.

Art. 26.O Poder Público Municipal poderá se manifestar quanto ao uso do bem tombado, de sua vizinhança e da paisagem, quando houver risco de dano, ainda que importe em cassação de alvarás.

Art. 27. No caso de extravio ou furto do bem tombado, o proprietário deverá dar conhecimento do fato ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC) no prazo de 48h (quarenta e oito horas), sob pena de multa de 2 (dois) a 5 (cinco) salários mínimos, calculados com base no salário mínimo nacional vigente na data da lavratura do auto de infração.

Art. 28.O deslocamento ou transferência de propriedade do bem móvel tombado deverá ser comunicado ao Órgão Municipal de Patrimônio Cultural da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo,ou seu equivalente, pelo proprietário, possuidor, adquirente ou interessado.
Parágrafo único. Qualquer venda judicial de bem tombado deverá ser autorizada pelo Município, cabendo a este o direito de preferência.

Art. 29. Aplicam-se aos bens tombados em nível municipal as demais disposições previstas no Decreto-Lei nº 25/1937.

CAPÍTULO II
DO INVENTÁRIO

Art. 30. Constitui forma de proteção ao patrimônio cultural municipal o inventário dos bens culturais.

Art. 31.O inventário é o procedimento administrativo pelo qual o Poder Público identifica e cadastra os bens culturais do Município, com o objetivo de subsidiar as ações administrativas e legais de preservação.

Art. 32. Instaurado o processo de inventário, o proprietário do bem a ser cadastrado será notificado pelo Órgão Municipal de Patrimônio Cultural, por meio de correspondência com aviso de recebimento (AR) ou, quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontre, por edital publicado no Diário Oficial do Município ou periódico de grande circulação local.
§1°.A notificação informará ao proprietário:
I -a identificação e a descrição sumária do bem objeto do processo de inventário;

II -os fundamentos preliminares do interesse cultural reconhecido no bem;
III -o prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de manifestação escrita, caso o proprietário assim o deseje**.**
§2°.A manifestação do proprietário, se apresentada, integrará os estudos técnicos que instruem o processo de inventário e será apreciada pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC) na deliberação sobre o cadastramento do bem.
§3°.A manifestação do proprietário não tem efeito suspensivo sobre o processo de inventário nem configura condição de validade para o cadastramento, preservada a natureza autônoma do inventário como instrumento de proteção cultural, nos termos da Constituição Federal.
§4°.A não manifestação do proprietário no prazo fixado não implica concordância com o inventário nem prejudica eventual questionamento administrativo posterior, nos limites desta Lei.
§5°.A proteção cautelar prevista no art. 33, §1°, desta Lei incide sobre o bem a partir da instauração do processo de inventário, independentemente da notificação de que trata este artigo.

Art. 33.O inventário tem por finalidade:
I -promover, subsidiar e orientar ações de políticas públicas de preservação e valorização do patrimônio cultural;
II -mobilizar e apoiar a sociedade civil na salvaguarda do patrimônio cultural;
III -promover o acesso ao conhecimento e à fruição do patrimônio cultural;
IV -subsidiar ações de educação patrimonial nas comunidades e nas redes de ensino pública e privada;
V -fornecer subsídios para o conhecimento e a adoção, quando couber, de outras formas de proteção, como o tombamento ou o registro de bens imateriais, sem que o inventário constitua etapa preliminar obrigatória.
§1º. Visando à proteção prévia, fica definido, em conformidade com a Constituição Federal, que os bens inventariados não poderão ser destruídos, inutilizados, deteriorados ou alterados sem prévia avaliação e autorização do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC).
§2º. Na execução do inventário serão adotados critérios técnicos, em conformidade com a natureza do bem, de caráter histórico, artístico, sociológico, antropológico e ecológico, respeitada a diversidade das manifestações culturais locais.
§3º.O Município deve dar ampla publicidade à relação de bens culturais inventariados através de seu sítio eletrônico.

CAPÍTULO III
DO REGISTRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

Art. 34. Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural do Município de Guarani/MG.

Art. 35. Os Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituam o patrimônio cultural municipal serão registrados da seguinte forma:
I -Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
II -Livro de Registro das Atividades e Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
III -Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; e
IV -Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritas as áreas urbanas, as praças, os locais e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas.
§1º. Poderá ser reconhecida como sítio cultural, área de relevante interesse para o patrimônio cultural da cidade, visando à implementação de política específica de inventário, no intuito de preservação e valorização desse patrimônio.
§2º. Caberá ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC) determinar a abertura de outros livros de registro para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural mineiro e não se enquadrem nos livros definidos neste artigo.
§3º.A inscrição em um dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância local para a memória, a identidade cultural e a formação social do Município.

Art. 36.São partes legítimas para provocar o pedido de registro:
I -o Secretário Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo;
II -o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC) ou seus Conselheiros;
III -as demais Secretarias Municipais ou órgãos da administração municipal;
IV -o Ministério Público;
V -o Poder Legislativo Municipal; e
VI -as sociedades ou associações civis.

Art. 37.A proposta de registro será encaminhada ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC), que determinará a abertura do processo de registro e, após parecer, decidirá sobre sua aprovação.
§1º.O processo de Registro conterá estudos complementares multimídia e definição de medidas de salvaguarda do bem cultural.
§2º. No caso de aprovação da proposta, a decisão do Conselho será encaminhada ao Prefeito para homologação e posterior publicação.
§3º. Negado o registro, o autor da proposta poderá apresentar, em 15 (quinze) dias contados da intimação, recurso da decisão, e o Conselho sobre ele decidirá no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data do recebimento do recurso.

Art. 38. Homologada pelo Prefeito a decisão do Conselho, o bem cultural será inscrito no livro correspondente, sob a guarda, em arquivo próprio, do órgão municipal de patrimônio cultural e receberá o título de Patrimônio Cultural de Guarani/MG.

Art. 39.À Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, por meio da Diretoria de Cultura e Turismo, cabe assegurar ao bem registrado:
I -documentação por todos os meios técnicos admitidos, cabendo ao órgão executivo municipal de patrimônio cultural manter banco de dados com o material produzido durante a instrução do processo; e
II -ampla divulgação e promoção.
Parágrafo único.A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, por meio da Diretoria de Cultura e Turismo, poderá propor a criação de outras formas de incentivo para a manutenção dos bens registrados.

Art. 40. Os processos de registro serão reavaliados, a cada 10 (dez) anos, pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC), que decidirá sobre a revalidação do título.
§1º. Em caso de negativa da revalidação, caberá recurso/impugnação, observados os prazos dispostos nos arts. 9º e 13,§§1° e 2°.
§2°. Negada a revalidação, será mantido apenas o registro do bem, como referência cultural de seu tempo.

CAPÍTULO IV
DA VIGILÂNCIA

Art. 41. Incumbe ao Poder Público Municipal exercer permanente vigilância sobre todos os bens culturais existentes no Município, adotando as medidas administrativas necessárias à sua preservação e conservação.

Art. 42.O Poder Público poderá inspecionar os bens culturais protegidos sempre que for julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção.

Art. 43. Em casos de urgência, poderá o Poder Público adotar medidas cautelares que assegurem a integridade dos bens culturais, promovendo inclusive obras ou intervenções emergenciais necessárias, resguardado o direito de regresso contra os proprietários ou responsáveis.

Art. 44.A vigilância poderá ser realizada por meio de ação integrada com a administração federal, estadual e as comunidades, podendo ainda serem celebrados convênios com entidades públicas ou privadas.

CAPÍTULO V
DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E DA DIFUSÃO

Art. 45. Incumbe ao Município promover e fomentar a educação patrimonial em seu território, objetivando a indução da coletividade a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de seu patrimônio cultural.

Art. 46.A educação patrimonial é um componente essencial e permanente da educação em nível municipal, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Art. 47. Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação patrimonial, incumbindo:
I- ao Poder Público:
a)definir políticas públicas que incorporem a defesa do patrimônio cultural, promovendo a educação patrimonial em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e promoção dos bens culturais;
b)estabelecer mecanismos de incentivo à aplicação de recursos privados em projetos de educação patrimonial;
c)implantar sinalização educativa em prédios, monumentos, logradouros e outros bens culturais protegidos;
d)divulgar amplamente, se houver, o calendário de eventos culturais do Município;
e)difundir, por meios diversos de comunicação, os patrimônios históricos e culturais do Município, as formas de salvaguarda, conservação e valorização dos mesmos;
f)possibilitar a acessibilidade de deficientes e portadores de necessidades especiais às informações sobre equipamentos e bens culturais.
II -às instituições educativas, promover a educação patrimonial de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;
III -aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre o meio ambiente cultural e incorporar a dimensão em sua programação;
IV -às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando a melhoria e o controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente cultural;
V -à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas que envolvam bens culturais.

Art. 48.A educação patrimonial será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

Art. 49.A educação patrimonial não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

Art. 50. Entendem-se por educação patrimonial não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões envolvendo o patrimônio cultural e a sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente cultural.

CAPÍTULO VI
DA PROTEÇÃO ARQUIVÍSTICA

Art. 51.É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elemento de prova e informação.

Art. 52. Consideram-se arquivos, para os fins da presente Lei, os conjuntos de documentos organicamente acumulados, produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

Art. 53. Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua tramitação, avaliação e arquivamento, em fase corrente e intermediária, visando à sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

Art. 54. Todos os cidadãos têm o direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas, no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Art. 55.A Administração Pública é obrigada a abrir à consulta dos documentos públicos e a facilitar o acesso a eles, na forma da presente Lei.

Art. 56. Fica resguardado ao cidadão o direito de indenização pelo dano material ou moral decorrente da violação do sigilo, sem prejuízo das ações penal, civil e administrativa.

Seção I
Dos Arquivos Públicos Municipais

Art. 57. Os arquivos públicos são o conjunto de documentos produzidos e recebidos no exercício de suas atividades por órgãos públicos municipais em decorrência de suas funções executivas e legislativas.
§1º.São também públicos os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por instituições de caráter público municipal, por entidades privadas encarregadas da gestão de serviços públicos municipais, e por agentes públicos municipais no exercício de suas atividades.
§2º.A cessação de atividades de instituições públicas municipais e de entidades de caráter público implica o recolhimento de sua documentação à instituição arquivista pública municipal ou a sua transferência à instituição sucessora.

Art. 58. Os documentos públicos são identificados como correntes, intermediários e permanentes.
§1º. Consideram-se documentos correntes aqueles em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituam objeto de consultas frequentes.
§2º. Consideram-se documentos intermediários aqueles que, não sendo de uso corrente nos órgãos produtores, por razões de interesse administrativo, aguardam sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.
§3º. Consideram-se documentos permanentes os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados.
§4º. Consideram-se documentos permanentes, pela força deste dispositivo, aqueles produzidos nos séculos XVIII e XIX e que estejam sob a guarda dos órgãos referidos no art. 63, parágrafo único, bem como os documentos que façam menção a elementos indígenas e à escravatura negra, independentemente do período que foram produzidos.

Art. 59.A eliminação de documentos produzidos por instituições públicas municipais, bem como por entidades de caráter público municipal, será realizada mediante autorização tecnicamente fundamentada da instituição arquivista pública municipal na sua específica esfera de competência.

Art. 60. Os documentos permanentes são inalienáveis, intransferíveis e imprescritíveis, e, especialmente, protegidos por esta Lei.

Seção II
Dos Arquivos Privados

Art. 61. Consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos, por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades.

Art. 62. Os arquivos privados podem ser identificados, pelo Poder Público Municipal, como de interesse público e social, desde que

sirvam como instrumento de apoio à história, à cultura e ao desenvolvimento científico do Município.
§1º. Os arquivos privados, localizados no Município e identificados pelo Poder Público Municipal como de interesse público e social, não poderão ser alienados com dispersão ou perda da unidade documental, nem transferidos para o exterior.
§2º. Na alienação desses arquivos, o Poder Público Municipal terá preferência na aquisição.

Seção III
Da Organização e Administração de Instituições Arquivísticas Públicas Municipais

Art. 63.A gestão dos documentos da Administração Pública direta, indireta e fundacional compete às instituições arquivistas municipais.
Parágrafo único.São arquivos municipais: o arquivo do Poder Executivo e o arquivo do Poder Legislativo.

Art. 64. Até a criação do Arquivo Público Municipal, cada órgão da Administração Municipal é responsável pela gestão, organização e conservação dos documentos produzidos e recebidos no exercício de suas atividades, observadas as disposições desta Lei e as normas técnicas aplicáveis.
§1°. Os documentos relativos ao patrimônio histórico e cultural do Município ficarão sob a guarda da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, em espaço por ela administrado.
§2°. Os demais documentos municipais poderão ser custodiados em instalações próprias ou em locais locados pelo Município para essa finalidade, mantida a responsabilidade do órgão produtor pela sua organização e integridade, observadas as condições mínimas de conservação e segurança.

Art. 65.O Município de Guarani criará o Arquivo Público Municipal, como órgão dotado de instalações e pessoal técnico próprios, mediante lei específica, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 66. Mediante assinatura de convênio, o Arquivo Público do Município de Guarani, quando criado, poderá receber documentos oriundos de órgãos públicos estaduais ou federais.

Art. 67. Aplicam-se supletivamente à política municipal de arquivos o disposto na Lei Federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e na Lei Estadual nº 11.726, de 30 de janeiro de 1995, bem como os seus respectivos atos regulamentares.

TÍTULO V
DOS ÓRGÃOS DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

CAPÍTULO I
DO ÓRGÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Art. 68.O Departamento ou Diretoria de Cultura e Turismo destina-se a cuidar das questões do patrimônio cultural do Município, subordinada à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo.
§1º. As funções técnicas especializadas previstas neste artigo serão desempenhadas pelos servidores lotados na Diretoria de Cultura e Turismo, podendo o Município, para suprir limitações técnicas, firmar convênios ou contratos com órgãos estaduais, federais ou entidades especializadas em patrimônio cultural.
§2º.São funções da Diretoria de Cultura e Turismo:
I -Executar as pesquisas e levantamentos do patrimônio cultural do Município;
II -Elaborar estudos e pareceres, bem como organizar vistorias ou quaisquer outras medidas destinadas a instruir e encaminhar os processos de tombamento;
III -Assessorar a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo na elaboração de projetos de educação patrimonial e difusão do patrimônio cultural, em conjunto com as demais secretarias municipais;
IV -Propor o estabelecimento de acordos de cooperação com outras instituições, públicas ou privadas, em especial às vinculadas a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo do Estado de Minas Gerais;
V -Avaliar a necessidade da execução de obras imprescindíveis à conservação de bens culturais protegidos, bem como orientar e acompanhar as obras de restauração ou reforma de bens culturais;
VI -Exercer o poder de polícia sobre bens culturais, adotando as medidas administrativas cabíveis.

Art. 69.O Poder Executivo promoverá, gradualmente e conforme a disponibilidade orçamentária, a qualificação técnica dos servidores lotados na Diretoria de Cultura e Turismo para o exercício das funções previstas neste artigo.

CAPÍTULO II
DO CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Art. 70.O Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Guarani (COMPAC), originalmente criado pela Lei Municipal nº 470, de 2009, passa a reger-se por esta Lei, que constitui seu novo fundamento normativo, mantida a continuidade institucional do órgão e a validade dos atos por ele praticados.

Art. 71.O Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC) é composto por 7 (sete) membros titulares e 7 (sete) respectivos membros suplentes, distribuídos da seguinte forma:
I -4 (quatro) membros representantes da sociedade civil; e
II -3 (três) membros da administração pública municipal, sendo 1 (um) representante do Poder Legislativo Municipal e 02 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal.
§1º. Os membros do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC) serão nomeados pelo Prefeito, que considerará as indicações encaminhadas pelas instituições partícipes, por meio de decreto para mandato de 2 (dois) anos, podendo ocorrer a recondução.
§2º. Os membros do Conselho não serão remunerados, sendo sua atuação considerada de alta relevância para o Município de Guarani.
§3º. Os Conselheiros e seus respectivos suplentes deverão ser indicados no prazo de 15 (quinze) dias, antes do término do mandato dos Conselheiros em atividade.

Art. 72. As sessões do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC) serão públicas.

Art. 73. Os atos do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC) tornar-se-ão públicos através dos meios usuais e disponíveis sem ônus financeiro para os cofres públicos.

Art. 74. Compete ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC):
I -propor as bases da política de preservação e valorização dos bens culturais do Município;
II -propor e acompanhar as ações de proteção ao patrimônio cultural do Município relacionadas nesta Lei;
III -emitir parecer prévio, do qual dependerão os atos de registro e tombamento, revalidação do título de registro e cancelamento de tombamento;
IV -emitir parecer prévio, atendendo à solicitação do órgão competente da Prefeitura, para:
a)a expedição ou renovação, pelo órgão competente, de licença para obra, afixação de anúncio, cartaz ou letreiro, ou para instalação de atividade comercial ou industrial em imóvel tombado pelo Município;
b)a concessão de licença para a realização de obra em imóvel situado em entorno de bem tombado ou protegido pelo Município e a modificação ou revogação de projeto urbanístico, inclusive de loteamento, que possa repercutir na segurança, na integridade estética, na ambiência ou na visibilidade de bem tombado, assim como em sua inserção no conjunto panorâmico ou urbanístico circunjacente;
c)a modificação, transformação, restauração, pintura, remoção ou demolição, no caso de ruína iminente, de bem tombado pelo Município;
d)a prática de ato que altere a característica ou aparência de bem tombado pelo Município;

V -receber e examinar propostas de proteção de bens culturais encaminhadas por indivíduos, associações de moradores ou entidades representativas da sociedade civil do Município;
VI -analisar o estudo prévio de impacto de vizinhança, de acordo com o "Estatuto da Cidade", Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, em relação aos aspectos de proteção da paisagem urbana e do patrimônio cultural;
VII -permitir o acesso, de qualquer interessado, a documentos relativos aos processos de tombamento e ao estudo prévio de impacto de vizinhança, a que se refere o inciso VI deste artigo;
VIII -elaborar novo regimento interno no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Lei, e atualizá-lo sempre que verificada a necessidade subsequente;
IX -fiscalizar o regular exercício do poder de polícia conforme o estabelecido nos incisos III e IV do art. 23 da Constituição Federal;
X -identificar a existência de agressões ao patrimônio cultural, denunciá-las à comunidade e aos órgãos públicos competentes federais, estaduais e municipais, propondo medidas que recuperem o patrimônio danificado;
XI -acompanhar o controle permanente do estado de conservação do patrimônio cultural, providenciando para que as ações que possam danificá-lo sejam evitadas e, caso haja danos, sejam eles reparados;
XII -receber denúncias formais de atentados contra o Patrimônio Cultural, feitas por pessoas físicas ou jurídicas e tomar as providências cabíveis para que os danos causados sejam reparados;
XIII -acionar o Ministério Público em caso de denúncia de crime contra o Patrimônio Cultural;
XIV -gerir o Fundo Municipal do Patrimônio Cultural (FUMPAC);
XV -exercer outras funções previstas nesta Lei ou em outras compatíveis com suas finalidades.

Art. 75.O Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC) terá espaço, equipamentos e o necessário suporte para o exercício de suas atribuições e competências.

Art. 76.O Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC) terá autoridade para requisitar informações do Poder Executivo e do Poder Legislativo, através de solicitação formal de seu Presidente.

Art. 77.A atuação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC) pautar-se-á pela estrita observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, motivação, razoabilidade, eficiência, ampla defesa, contraditório, transparência, probidade, decoro e boa-fé, estando os seus integrantes sujeitos à responsabilização administrativa, civil e penal em caso de prática de ato ilícito.

TÍTULO VI
DO FUNDO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Art. 78.O Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Guarani (FUMPAC), originalmente criado pela Lei Municipal nº 471, de 2009, passa a reger-se por esta Lei, que constitui seu novo fundamento normativo, mantida a continuidade do Fundo e a validade dos atos sob ele praticados.
Parágrafo único.O FUMPAC é fundo de natureza contábil-financeira, sem personalidade jurídica própria e de duração indeterminada, nos termos do art. 167, inciso IX, da Constituição Federal e dos arts. 71 a 74 da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, com a finalidade de prestar apoio financeiro, em caráter suplementar, a projetos e ações destinados à promoção, preservação, manutenção e conservação do patrimônio cultural local.

Art. 79.A movimentação e aplicação dos recursos do Fundo Municipal do Patrimônio Cultural (FUMPAC) serão deliberados pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC).
§1°.A movimentação financeira do FUMPAC será realizada pelo Diretor de Cultura e Turismo, na qualidade de gestor do Fundo, mediante prévia deliberação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC).
§2°.O Fundo funcionará junto à Diretoria de Cultura e Turismo, subordinada à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo.
§3°. Compete ao gestor do FUMPAC:
I -praticar os atos necessários à gestão financeira do Fundo, de acordo com as deliberações do COMPAC;
II -elaborar programas anuais e plurianuais de aplicação dos recursos, submetendo-os ao COMPAC para deliberação prévia;
III -submeter à apreciação e deliberação do COMPAC as contas relativas à gestão do Fundo, antes de seu encaminhamento aos órgãos de controle interno e externo;
IV -dar andamento aos programas em execução aprovados pelo COMPAC, submetendo eventuais alterações à sua prévia anuência.

Art. 80.O FUMPAC destina-se:
I -ao fomento das atividades relacionadas ao patrimônio cultural no Município, visando à promoção das atividades de resgate, valorização, manutenção, promoção e preservação do patrimônio cultural local;
II -à melhoria da infraestrutura urbana e rural dotadas de patrimônio cultural;
III -à guarda, conservação, preservação e restauração dos bens culturais protegidos existentes no Município;
IV -ao treinamento e capacitação de membros dos órgãos vinculados à defesa do patrimônio cultural municipal;
V -à manutenção e criação de serviços de apoio à proteção do patrimônio cultural no Município, bem como à capacitação de integrantes do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC) e servidores dos órgãos municipais de cultura;
VI -à promoção de eventos empresariais, artísticos, sociais e outros concernentes à demanda de atividades da cultura e turismo no Município;
VII -à manutenção e criação de novos serviços de apoio à cultura no Município.

Art. 81. Constituirão recursos do Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural do Município (FUMPAC):
I -dotações orçamentárias e créditos adicionais que lhes forem destinados pelo Município;
II -contribuições, transferências de pessoas físicas ou jurídicas, Instituição Pública ou Privada, subvenções, repasses e donativos em bens ou em espécie;
III -o produto das multas aplicadas em decorrência de infrações cometidas contra o patrimônio cultural;
IV -os rendimentos provenientes da aplicação dos seus recursos;
V –o valor integral dos repasses efetivamente recebidos pelo Município a título de ICMS Cultural (Lei Robin Hood - Lei Estadual n° 18.030/2009), quando realizados pelo Estado de Minas Gerais, observada a legislação estadual aplicável e a compatibilidade com a Constituição Federal;
VI -as resultantes de convênios, contratos ou acordos firmados com Instituições Públicas ou Privadas, nacionais ou estrangeiras;
VII -rendimentos provenientes de suas operações ou aplicações financeiras;
VIII -quaisquer outros recursos ou rendas que lhe sejam destinados.
§1º. Os recursos do Fundo Municipal do Patrimônio Cultural (FUMPAC) serão depositados em conta especial, em instituição financeira.
§2º.O eventual saldo não utilizado pelo Fundo Municipal do Patrimônio Cultural (FUMPAC) será transferido para o próximo exercício, a seu crédito.

Art. 82. Os recursos do Fundo Municipal do Patrimônio Cultural (FUMPAC) serão aplicados:
I -nos programas de promoção, conservação, restauração e preservação de bens culturais protegidos existentes no Município;
II -na promoção e financiamento de estudos e pesquisas do desenvolvimento cultural municipal;
III -nos programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos dos serviços de apoio à cultura e dos membros do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC);
IV -no custeio parcial ou total de despesas de viagens dos membros do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC) e dos servidores atuantes na Diretoria de Cultura e Turismo desde que comprovada a sua exclusiva destinação para o desenvolvimento cultural;
V -nos investimentos e em despesas com compra de material para obra de restauração de bem, mão de obra para reforma de bem protegido, projeto ou execução de obra para manutenção de bem,

roupas, acessórios e instrumentos musicais para a recriação de bem imaterial, alimentação dos integrantes que recriam o bem imaterial, fotos e vídeos que registram o projeto de educação para o patrimônio, transporte do público alvo para participação em projeto de educação para o patrimônio, entre outros assemelhados;
VI -em outros programas envolvendo o patrimônio cultural do Município, de acordo com deliberação específica de pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC);
VII -no custeio de eventos relacionados com o patrimônio histórico cultural;
VIII -no custeio das atividades/programas de prevenção, conservação, comunicação e divulgação do patrimônio histórico cultural, bem como de atividades/programas relacionadas com o turismo.
Parágrafo único. Na aplicação dos recursos do Fundo Municipal do Patrimônio Cultural (FUMPAC) deverá haver estrita observância das exigências licitatórias, fiscais, previdenciárias e trabalhistas.

Art. 83.A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo poderá abrir editais facultando a pessoas físicas e jurídicas apresentação de projetos a serem custeados pelo FUMPAC.
Parágrafo único. As pessoas beneficiadas pelo Fundo deverão comprovar previamente sua regularidade jurídica e fiscal, em conformidade com o marco civil regulatório vigente, bem como a qualificação técnica dos profissionais envolvidos com o projeto a ser executado.

Art. 84.O Projeto será apreciado pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC), o qual terá competência para dar parecer aprovando, reprovando ou propondo alterações ao projeto original.
§1º. Para avaliação dos projetos o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC) deverá levar em conta os seguintes aspectos:
I -aspecto orçamentário do projeto, pela relação custo-benefício;
II -retorno de interesse público;
III -clareza e coerência nos objetivos;
IV -criatividade;
V -importância para o Município;
VI -universalização e democratização do acesso aos bens culturais;
VII -enriquecimento de referências estéticas;
VIII -valorização da memória histórica da cidade;
IX -princípio de equidade entre as diversas áreas culturais possíveis de serem incentivadas;
X -princípio da não-concentração por proponente; e
XI -capacidade executiva do proponente, a ser aferida na análise de seu currículo.
§2º.A Diretoria de Cultura e Turismo, por meio de sua equipe técnica, deverá emitir parecer previamente à deliberação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC).

Art. 85. Havendo aprovação do Projeto na íntegra ou com as alterações sugeridas pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC), será o mesmo encaminhado à Diretoria citada, visando à homologação final para fins de liberação dos recursos.

Art. 86. Uma vez homologado o Projeto, será celebrado instrumento de convênio entre a municipalidade e o beneficiário dos recursos estabelecendo todas as obrigações das partes, nas quais constarão em especial a previsão de:
I -repasse dos recursos de acordo com cronograma e comprovação da execução das etapas do projeto aprovado;
II -devolução, ao FUMPAC, dos recursos não utilizados ou excedentes;
III -sanções cíveis, caso constatadas irregularidades na execução do projeto ou na sua prestação de contas, podendo haver inclusive a proibição do beneficiário de receber novos recursos do FUMPAC, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções administrativas e criminais cabíveis;
IV -observância das normas licitatórias.

Art. 87. Aplicar-se-ão ao Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural de Guarani/MG as normas legais de controle, prestação e tomadas de contas em geral, sem prejuízo de competência específica da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas.

Parágrafo único. Incumbe ao Município a realização de inspeções e auditorias, objetivando acompanhar a execução dos projetos aprovados e as respectivas prestações de contas, bem como solicitar dados e informações que otimizem o monitoramento, o aperfeiçoamento e a avaliação das ações e projetos vinculados ao FUMPAC.

Art. 88. Os relatórios de atividades, receitas e despesas do Fundo Municipal do Patrimônio Cultural de Guarani/MG serão apresentados semestralmente à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo.

Art. 89. Ocorrendo a extinção do Fundo Municipal do Patrimônio Cultural de Guarani/MG, os bens permanentes adquiridos com recursos públicos serão incorporados ao patrimônio público municipal.

Art. 90.O funcionamento, a gestão e a aplicação dos recursos do FUMPAC pautar-se-ão pela estrita observância aos princípios da legalidade, economicidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, motivação, razoabilidade, eficiência, ampla defesa, contraditório, transparência, probidade, decoro e boa-fé, estando os seus gestores e beneficiários sujeitos à responsabilização administrativa, civil e penal em caso de prática de ato ilícito.

TÍTULO VII
DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 91. Considera-se infração administrativa cultural toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do patrimônio cultural.

Art. 92. A infração a qualquer dispositivo da presente Lei implicará em multa graduada conforme a natureza e a gravidade da conduta, nos seguintes termos:
§1º. As infrações classificam-se em:
I -Leves: as que importem intervenção removível mediante simples restauro do bem cultural, sem comprometimento de suas características originais-multa de 2 (dois) a 5 (cinco) salários mínimos;
II -Médias: as que importem intervenção reversível mediante restauro, com alteração parcial mas sem desfiguração definitiva do bem cultural - multa de 6 (seis) a 15 (quinze) salários mínimos;
III -Graves: as que importem desfiguração irreversível, destruição parcial ou total, demolição ou mutilação do bem cultural protegido - multa de 16 (dezesseis) a 50 (cinquenta) salários mínimos.
§2º. Na aplicação das penalidades serão considerados:
I- a natureza e a extensão do dano causado ao bem cultural;
II -a relevância histórica, artística ou cultural do bem afetado;
III- a condição econômica do infrator;
IV- a existência de dolo ou culpa;
V -a reincidência.
§3°.A aplicação da multa não desobriga a conservação, restauração ou reconstrução do bem protegido, conforme determinação do COMPAC.
§4°.O valor das multas será calculado com base no salário mínimo nacional vigente na data da lavratura do auto de infração.

Art. 93. Em caso de reincidência, os valores das multas previstos no art. 92 poderão ser elevados ao dobro.
Parágrafo único. Considera-se reincidência a prática de nova infração da mesma natureza no prazo de 5 (cinco) anos contados da data em que se tornar definitiva a penalidade anterior.

Art. 94. As multas serão aplicadas pela Diretoria de Cultura e Turismo por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, devendo o montante ser recolhido ao FUMPAC, no prazo de até 5 (cinco) dias da notificação, ou no mesmo prazo ser interposto recurso ao COMPAC.

Art. 95. Sem prejuízo da aplicação das multas, poderão ser aplicadas também, pela Diretoria de Cultura e Turismo, fundamentadamente e de acordo com a natureza da infração, as seguintes sanções:

I -apreensão de instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;
II -embargo de obra ou atividade;
III -demolição de obra;
IV -suspensão parcial ou total das atividades.

Art. 96. Todas as obras e coisas construídas ou colocadas em desacordo com os parâmetros estabelecidos nesta Lei e nos atos administrativos pertinentes ou sem observação da ambientação ou visualização do bem de valor cultural, deverão ser demolidas ou retiradas.
Parágrafo único. Se o responsável não o fizer no prazo determinado pela Diretoria de Cultura e Turismo, o Poder Público o fará e será ressarcido pelo responsável.

Art. 97. Todo aquele que, por ação ou omissão, causar dano ao bem protegido responderá, independentemente da existência de culpa, pelos custos de restauração ou reconstrução e por perdas e danos, sem prejuízo da responsabilidade criminal, mediante comunicação formal ao Ministério Público, acompanhada dos documentos pertinentes.
Parágrafo único. Quando o dano ao patrimônio cultural decorrer de ato administrativo municipal, o Município, após eventual condenação judicial ou reconhecimento administrativo da responsabilidade, exercerá o direito de regresso contra os agentes públicos responsáveis, caso demonstrado dolo ou culpa grave, nos termos da Constituição Federal.

TÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 98. Fica criado, no âmbito do Município de Guarani, o prêmio anual "Amigo do Patrimônio Cultural", com o objetivo de reconhecer e valorizar as ações, projetos e iniciativas de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que tenham gerado comprovado e significativo impacto positivo na preservação, valorização, salvaguarda ou promoção do Patrimônio Cultural material ou imaterial local no ano civil imediatamente anterior.
Parágrafo único.O prêmio será outorgado anualmente como reconhecimento de mérito, sem qualquer vinculação pecuniária ou vantagem financeira direta aos agraciados, visando exclusivamente o reconhecimento público de sua contribuição social e cultural.

Art. 99.A premiação "Amigo do Patrimônio Cultural" será entregue em sessão pública e solene, a ser realizada, preferencialmente, no mês de agosto, integrando as celebrações do Mês do Patrimônio Cultural de Guarani.
§1º.O Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, definirá a data, o local e o formato da cerimônia de entrega.
§2.ºA solenidade deverá ter ampla divulgação pública, de modo a ressaltar a importância da preservação do patrimônio e a contribuição dos agraciados.

Art. 100.O prêmio poderá ser concedido nas seguintes categorias, ou outras que venham a ser definidas no regulamento:
I -Preservação de Bens Imóveis: Reconhecimento de obras de restauração, conservação ou manutenção de bens patrimoniais edificados ou sítios históricos guaraniense;
II -Salvaguarda de Bens Imateriais: Reconhecimento de projetos de registro, difusão, transmissão de saberes, celebrações, ou formas de expressão cultural tradicionais de Guarani;
III -Educação Patrimonial e Difusão Cultural: Reconhecimento de iniciativas de caráter educativo, de pesquisa, de produção de conteúdo ou de mobilização social que visem à conscientização sobre a importância do patrimônio cultural local.

Art. 101. Caberá ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC) promover a avaliação e julgamento das inscrições do prêmio "Amigo do Patrimônio Cultural", no âmbito de cada edição do prêmio, com a finalidade de analisar e selecionar os projetos e ações agraciadas.
Parágrafo únicoO regulamento deverá estabelecer as regras para o processo seletivo, garantindo a transparência, a publicidade de todas as fases, e a ausência de conflito de interesses dos membros do Conselho de Avaliação e Julgamento.

Art. 102.O Poder Público Municipal procederá à regulamentação da presente Lei por Decreto, naquilo que for necessário, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação.

Art. 103. Os mandatos dos membros do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC) em curso na data de publicação desta Lei ficam preservados até seu término, passando os conselheiros a exercê-los nos termos desta Lei, especialmente quanto às competências, vedações e regime de responsabilização previstos nos arts. 74 e 77.
Parágrafo único. Caso a composição do COMPAC em exercício na data de publicação desta Lei não corresponda ao previsto no art. 72, o Prefeito Municipal promoverá, no prazo de 30 (trinta) dias, a adequação necessária mediante novas nomeações para as vagas em desconformidade.

Art. 104. Os programas, convênios e instrumentos celebrados pelo FUMPAC sob a vigência das Leis Municipais n° 471/2009 e n° 1.050/2021 permanecem válidos e em plena execução até seu término, aplicando-se-lhes as disposições desta Lei no que não conflitar com as condições originalmente pactuadas.

Art. 105. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 106. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 470/2009, nº 471/2009 e Lei nº 1.050/2021.

Guarani, 14 de agosto de 2026.

EMERSON PATRICK VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raphaela da Silva Pereira
Código Identificador:7D497F19

JURÍDICO
LEI Nº 1.274 DE 14 DE AGOSTO DE 2026

"ACRESCENTA ARTIGOS À LEI MUNICIPAL Nº 1.000, DE 05 DE MARÇO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE INCENTIVOS À INSTALAÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS E À AMPLIAÇÃO DOS JÁ EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE GUARANI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Guarani, Estado de Minas Gerais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º.A Lei Municipal nº 1.000, de 05 de março de 2021, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

Art. 17-A.O beneficiário que, durante a vigência da concessão de direito real de uso outorgada nos termos desta Lei, transferir definitivamente para imóvel de sua propriedade ou de sua posse legítima a atividade econômica principal que justificou a concessão, mediante a construção e efetiva instalação de unidade industrial própria destinada ao exercício das atividades objeto do incentivo, ficará obrigado a restituir ao patrimônio do Município o imóvel público concedido, observadas as disposições deste artigo.
§1º. Considera-se efetivada a transferência prevista no*caput*quando verificados, cumulativamente:
I -a emissão do respectivo alvará de funcionamento definitivo pelo órgão municipal competente;
II -o efetivo início das atividades produtivas no imóvel próprio, atestado pela Secretaria Municipal responsável pelo acompanhamento dos incentivos; e
III -a comprovação de que o imóvel próprio passou a constituir o estabelecimento principal da empresa para o desenvolvimento da atividade econômica que fundamentou a concessão.

§2º. Verificada a ocorrência das condições previstas no § 1º, será instaurado procedimento administrativo destinado à apuração dos fatos, assegurados ao concessionário o contraditório e a ampla defesa, na forma da Constituição Federal e da legislação aplicável.
§3º. Da decisão que reconhecer a incidência da hipótese prevista neste artigo caberá recurso administrativo pelo concessionário, no prazo de 15 (quinze) dias contados de sua notificação pessoal, com efeito suspensivo, na forma do decreto regulamentador.
§4°. Concluído o procedimento administrativo e transitada em julgado administrativamente a decisão que reconhecer a incidência da hipótese prevista neste artigo, será formalizada a extinção da concessão de direito real de uso mediante termo administrativo próprio, no prazo de até 60 (sessenta) dias.
§5°.O disposto neste artigo aplica-se exclusivamente às concessões de direito real de uso formalizadas após a entrada em vigor desta Lei, não alcançando os contratos celebrados anteriormente, cujas cláusulas permanecem regidas pela legislação vigente ao tempo da respectiva celebração.

Art. 17-B. A empresa já contemplada com incentivos previstos nesta Lei poderá participar de novos chamamentos públicos destinados à concessão de benefícios, desde que atenda integralmente às condições estabelecidas nesta Lei e no respectivo edital.
Parágrafo único.A seleção dos interessados será realizada com base em critérios objetivos de julgamento previamente definidos no edital de chamamento público, especialmente aqueles relacionados:
I-à viabilidade técnica e econômica do empreendimento;
II-à geração de empregos diretos;
III-ao volume de investimentos privados;
IV-aos impactos econômicos e sociais para o desenvolvimento do Município; e
V-aos demais critérios de interesse público previamente definidos no edital.

Art. 2º.O inciso VI do art. 11 da Lei Municipal nº 1.000, de 05 de março de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11.(…)
(…)
VI -a concessão vigorará pelo prazo de 15 (quinze) anos a contar da formalização do contrato administrativo, podendo ser convertida em doação, desde que sejam atendidos os critérios e exigências preceituados nesta Lei, exceto na hipótese prevista no art. 17-A, caso em que prevalecerá a extinção da concessão e a reversão do imóvel ao patrimônio municipal.

Art. 3º.O art. 14 da Lei Municipal nº 1.000, de 05 de março de 2021, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

Art. 14.(…)
§1°.O direito de requerer a doação previsto no*caput*não se aplica ao beneficiário que houver construído e estabelecido unidade industrial própria nos termos do art. 17-A desta Lei, hipótese em que a concessão será extinta e o imóvel retornará ao patrimônio municipal.
§2°. Nos demais casos, a doação somente poderá ser efetivada quando destinada a fins de interesse social devidamente demonstrado, mediante prévia autorização legislativa da Câmara Municipal para cada caso específico, e desde que o instrumento de doação contenha, obrigatoriamente, os encargos correspondentes, o prazo de seu cumprimento e cláusula de retrocessão, nos termos da Lei Orgânica do Município, sob pena de nulidade do ato.

Art.4º. O art. 15 da Lei Municipal nº 1.000, de 05 de março de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15.O requerimento de doação será submetido à instauração de procedimento administrativo específico, no qual deverão ser obrigatoriamente demonstrados:
I -o cumprimento integral dos encargos, obrigações legais e contratuais assumidos pelo concessionário;
II -a manutenção das atividades econômicas que fundamentaram a concessão;
III -a inexistência da hipótese prevista no art. 17-A desta Lei;
IV -a inexistência de causa de reversão ou de extinção da concessão prevista nesta Lei ou no contrato administrativo;
V -a configuração de interesse social na transferência definitiva da propriedade do imóvel, mediante demonstração dos benefícios econômicos e sociais gerados pelo empreendimento para o Município.
§1º.A doação dependerá de decisão motivada da autoridade competente, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e interesse público.
§2º.A instauração do procedimento administrativo não gera direito subjetivo à doação. O deferimento da doação depende, cumulativamente:
I -do atendimento integral dos requisitos previstos neste artigo;
II -da demonstração do interesse social na transferência definitiva da propriedade do imóvel; e
III -de prévia autorização legislativa da Câmara Municipal, para cada caso específico, nos termos da Lei Orgânica do Município.
§3º. O instrumento de doação deverá conter, obrigatoriamente, nos termos do art. 95, § 3º, da Lei Orgânica do Município, sob pena de nulidade do ato:
I -os encargos assumidos pelo donatário;
II -o prazo de cumprimento dos encargos; e
III -cláusula de retrocessão do imóvel ao patrimônio municipal em caso de descumprimento dos encargos ou de desvio de finalidade.

Art.5º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, observado o prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Art.6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guarani, 14 de agosto de 2026.

EMERSON PATRICK VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raphaela da Silva Pereira
Código Identificador:62CF4258

JURÍDICO
LEI Nº 1.276 DE 14 DE AGOSTO DE 2026

"INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE COLABORAÇÃO EDUCACIONAL PARA A ALFABETIZAÇÃO, CRIA A GRATIFICAÇÃO DE ARTICULAÇÃO PEDAGÓGICA PARA OS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Guarani, Estado de Minas Gerais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Fica instituído o Programa Municipal deColaboração Educacional para a Alfabetização, destinado a apoiar a execução de políticas públicas de alfabetização, aprendizagem e fortalecimento da capacidade institucional do Município, na elaboração, monitoramento e avaliação das ações educacionais, em conformidade com as diretrizes do Selo Nacional de Compromisso com a Alfabetização.

Art. 2º.O Programa terá como objetivos:
I –apoiar a implementação de programas e políticas públicas de alfabetização no âmbito municipal;
II –promover a melhoria da qualidade da educação básica, em especial nos anos iniciais do ensino fundamental;
III –fortalecer a gestão educacional e pedagógica mediante a designação de profissionais do magistério para o exercício de funções de articulação pedagógica; e
IV –contribuir para o alcance das metas do Plano Municipal e Estadual de Educação.

CAPÍTULO II
DA GRATIFICAÇÃO DE ARTICULAÇÃO PEDAGÓGICA

Art. 3º. Fica criada a Gratificação de Articulação Pedagógica - GAP, devida aos profissionais do magistério municipal designados para o exercício de funções de articulação no âmbito do Programa Municipal de Colaboração Educacional para a Alfabetização.
§1º. A GAP corresponde ao percentual de 10% (dez por cento) calculado sobre o vencimento-base do cargo efetivo ocupado pelo servidor, ou, no caso de profissional contratado temporariamente, sobre o vencimento contratual correspondente ao cargo exercido.
§2º.A GAP não se incorpora à remuneração do servidor para nenhum efeito, não constituindo base de cálculo para quaisquer adicionais, gratificações, quinquênios, verbas indenizatórias ou benefícios previdenciários.
§3º.A GAP não é acumulável com o Adicional pela Alfabetização previsto no art. 24, § 3º, da Lei Complementar nº 943, de 22 de outubro de 2019, quando o servidor for simultaneamente beneficiário de ambos os institutos, prevalecendo, nessa hipótese, o que for mais favorável ao servidor.
§4º.A GAP é devida exclusivamente pelo período em que o servidor estiver efetivamente no exercício da função de articulação pedagógica, cessando automaticamente com o término da designação ou com a interrupção do exercício da função, por qualquer motivo.

Art. 4º.São elegíveis ao recebimento da GAP os servidores integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Municipal, efetivos ou contratados em caráter temporário, desde que:
I –estejam em pleno exercício das atribuições inerentes ao respectivo cargo ou função;
II –sejam formalmente designados para o exercício de função de articulação pedagógica no âmbito do Programa Municipal de Colaboração Educacional para a Alfabetização, por ato do Chefe do Poder Executivo;
III –não estejam afastados do exercício de suas funções, por qualquer motivo, à exceção das hipóteses previstas em lei que assegurem a percepção da remuneração integral.
Parágrafo único. Para fins desta Lei, considera-se função de articulação pedagógica o conjunto de atribuições de coordenação, acompanhamento, monitoramento e assessoramento das ações de alfabetização desenvolvidas no âmbito das unidades escolares municipais, compatíveis com as atribuições do cargo de origem do servidor.

Art. 5ºO número de profissionais do magistério designados para o exercício da função de articulação pedagógica e o percebimento da GAP observará os seguintes parâmetros mínimos:
I –ao menos 01 (um) profissional atuando em nível municipal, com funções de coordenação geral do Programa Municipal de Colaboração Educacional para a Alfabetização junto à Secretaria Municipal de Educação;
II –ao menos 02 (dois) profissionais atuando em regime de colaboração nas unidades escolares, quando houver disponibilidade orçamentária e financeira devidamente comprovada.

CAPÍTULO III
DO PROCESSO DE SELEÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES DOS DESIGNADOS

Art. 6º. Aseleção dos profissionais do magistério para designação às funções de articulação pedagógica será realizada mediante processo seletivo interno, conduzido pela Secretaria Municipal de Educação, que estabelecerá edital com os seguintes elementos:
I –o número de vagas disponíveis, compatível com a disponibilidade orçamentária;
II –os critérios objetivos de habilitação e seleção, priorizando formação em licenciatura, pedagogia ou áreas afins, e experiência comprovada em atividades de alfabetização;
III –a carga horária semanal de dedicação às funções de articulação;
IV –os critérios de avaliação periódica do desempenho do designado.

Art. 7º.O profissional designado para função de articulação pedagógica deverá apresentar relatórios periódicos de atividades à Secretaria Municipal de Educação, como condição para a continuidade da designação e da percepção da GAP.
§1º.A periodicidade, o formato e os critérios de avaliação dos relatórios serão definidos em regulamento.
§2º.A apresentação de relatório insatisfatório, a critério fundamentado da Secretaria Municipal de Educação, implicará advertência formal ao servidor, e, em caso de reincidência, o cancelamento da designação e a cessação do pagamento da GAP.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º.A Secretaria Municipal de Educação manterá registro atualizado de todos os profissionais designados para o exercício da função de articulação pedagógica, com indicação do cargo, da unidade de lotação, do período de designação e dos valores pagos a título de GAP.

Art. 9º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 10.O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 60 (sessenta) dias contados de sua publicação, disciplinando, entre outros aspectos:
I –o processo seletivo interno para designação dos profissionais;
II –as atribuições específicas da função de articulação pedagógica;
III –os critérios e a periodicidade dos relatórios de atividades;
IV –os procedimentos para concessão, manutenção, suspensão e cancelamento da GAP.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guarani, 14 de agosto de 2026.

EMERSON PATRICK VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raphaela da Silva Pereira
Código Identificador:77E57AA9

JURÍDICO
LEI Nº 1.277 DE 14 DE AGOSTO DE 2026

"AUTORIZA A CRIAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS EFETIVOS DE PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR, ALTERA O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DO MUNICÍPIO QUANTO AO CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, EXTINGUE CARGOS VAGOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Guarani, Estado de Minas Gerais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DA CRIAÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS DE PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR

Art. 1º. Ficam criados, no Quadro de Pessoal Efetivo da Secretaria Municipal de Educação, 35 (trinta e cinco) cargos públicos efetivos de PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR, a serem providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.
§1º. As atribuições, os requisitos para provimento e o vencimento básico do cargo criado por este artigo são os constantes do Anexo I desta Lei.
§2º. Fica assegurado o direito de os profissionais atualmente contratados sob regime de função pública temporária participarem do concurso público de que trata este artigo, em igualdade de condições com os demais candidatos, vedada qualquer forma de aproveitamento automático sem prévia aprovação em certame.

Art. 2º. Até a nomeação e efetiva posse dos aprovados no concurso público de que trata o art. 1º, fica autorizada a manutenção das contratações temporárias em curso, nos termos e limites da legislação municipal que autorizou tal modalidade de contratação, extinguindo-

se automaticamente essa autorização na data da posse dos novos servidores efetivos, respeitado o número de vagas providas.
Parágrafo único. Fica vedada, a partir da publicação desta Lei, a prorrogação ou a celebração de novos contratos temporários para a função de que trata este artigo além do estritamente necessário à transição prevista no*caput.*

CAPÍTULO II
DO CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS

Art. 3º. Fica criado mais 1 (um) cargo público efetivo deOPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, integrante do Plano de Cargos e Salários dos servidores públicos municipais, passando o referido cargo a contar com 5 (cinco) vagas no total, a serem providas na forma da legislação aplicável.

Art. 4º. Os requisitos de provimento, e a carga horária aplicáveis à vaga criada pelo art. 3º desta Lei são os constantes do Anexo II.

Art. 5º. Fica fixado o vencimento básico mensal do cargo de Operador de Máquinas Pesadas em R$ 3.242,00 (três mil, duzentos e quarenta e dois reais), aplicável a todas as 5 (cinco) vagas do cargo, inclusive às 4 (quatro) já existentes e providas na data de publicação desta Lei.

CAPÍTULO III
DA EXTINÇÃO DE CARGOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Art. 6º. Ficam extintos 5 (cinco) cargos públicos efetivos de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, atualmente vagos.

CAPÍTULO IV
DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 7°. As atribuições dos cargos criados nos termos desta Lei, são as constantes do Anexo III desta Lei.
CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8°. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário, observados os limites e condições estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 9°Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EMERSON PATRICK VIEIRA
Prefeito Municipal

ANEXO I – CARGO EFETIVO CRIADO				
CARGO	**VAGAS**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**	**REMUNERAÇÃO MENSAL**	**ESCOLARIDADE / PRÉ-REQUISITO**
PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR	35	23H40MIN	R$1.621,00	Ensino Médio Completo

ANEXO II – CARGO EFETIVO CRIADO				
CARGO	**VAGAS**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**	**REMUNERAÇÃO MENSAL**	**ESCOLARIDADE / PRÉ-REQUISITO**
Operador de Máquinas Pesadas	01	44H	R$3.242,00	Ensino Fundamental Completo, CNH categoria C e capacidade física compatível com a função

ANEXO III – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS
1.**PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR:**Prestar atendimento aos alunos público-alvo da Educação Especial que necessitem de apoio no âmbito da alimentação, higiene e locomoção; auxiliar o aluno nas atividades rotineiras, zelando pela satisfação de suas necessidades básicas; atuar como elo entre aluno, família e equipe escolar; auxiliar na locomoção do aluno, inclusive no embarque e desembarque do transporte escolar; comunicar à equipe da unidade educacional alterações de comportamento do aluno; atuar de forma articulada com professores da sala comum, da sala de recursos multifuncionais e demais profissionais da escola; executar outras atividades correlatas.

2.OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS: Executar serviços de escavação, terraplanagem e nivelamento de solos; executar serviços de construção, abertura, pavimentação e conservação de vias; executar abertura de valetas, reaterro e compactação; efetuar carregamento e descarregamento de materiais; limpar e lubrificar a máquina e seus implementos, de acordo com as instruções do fabricante;acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, após executados, efetuar os testes necessários;pôr em prática as medidas de segurança recomendadas para a operação e estacionamento da máquina; anotar, segundo normas estabelecidas, dados e informações sobre trabalhos realizados, consumo de combustível, consertos e outras ocorrências;
usar uniforme e equipamentos de EPI`s, mantendo-os em boas condições;atender a escala de plantão conforme designação da chefia imediata;conduzir veículo oficial da prefeitura municipal, conforme sua habilitação desde que tenha autorização conforme diretriz oficial da Administração para utilização de veículos; executar outras tarefas afins

Guarani, 14 de agosto de 2026.

EMERSON PATRICK VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raphaela da Silva Pereira
Código Identificador:706D6EEC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUAXUPÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA NOMEAÇÃO E POSSE N.º 69/2026 - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

Edital de Convocação para Nomeação e Posse n.º 69/2026

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

A Secretaria Municipal de Administração de Guaxupé, através de seu representante legal, Benedito Resende Neto, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a homologação do Concurso Público – Edital 01/2023, por meio do Decreto Municipal nº 2.817 de 28 de dezembro de 2023, CONVOCA os candidatos aprovados e classificados, para os cargos efetivos, seguindo rigorosamente a ordem de classificação.
Os candidatos abaixo relacionados deverão comparecer na Diretoria de Gestão de Pessoas, situada na Av. Conde Ribeiro do Valle, n.º 113, Centro, Guaxupé-MG, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados (do recebimento da notificação de convocação) a partir da data da publicação do Edital de convocação, para apresentação dos documentos originais e cópias, conforme Anexo I deste Edital.

Cargo	Classificação	Nome do candidato
PROFESSOR DE CONTEÚDO ESPECÍFICO (INGLÊS)	4º lugar	RAFAEL AUGUSTO VILAS BOAS

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência do classificado, podendo a Prefeitura Municipal convocar o candidato imediatamente posterior, obedecendo rigorosamente a ordem de classificação.

Guaxupé, 18 de agosto de 2026.

BENEDITO RESENDE NETO
Secretário de Administração

ANEXO I

Habilitação para o cargo:

( ) - Título de Eleitor (cópia e original);
( ) - Carteira de Identidade (cópia e original);

( ) - CPF (cópia e original); - Cartão PIS/PASEP para os já inscritos (cópia e original);
( ) - Certidão de nascimento e casamento (cópia e original);
( ) - Certidão de nascimento dos filhos dependentes (cópia e original);
( ) - Quitação com as obrigações militares, somente para homens (cópia e original);
( ) - Quitação com as obrigações eleitorais (cópia e original);
( ) - Comprovante de residência (cópia e original);
( ) - Declaração de bens e/ou Declaração de IRPF (cópia e original);
( ) - 2 fotos 3x4 recentes;
( ) - Diploma comprobatório da escolaridade exigida para o cargo (cópia e original);
( ) - Registro regular no Conselho Profissional conforme o caso (cópia e original);
( ) - Atestado Médico Admissional (original);
( ) Atestado de Antecedentes Criminais;
( ) - Laudo Médico no caso de candidato com deficiência;
( ) -Declaração de não-acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88;
( ) -Telefone fixo / Celular: **_____ / ___**
( ) - E-mail: _____

Publicado por:
Ana Márcia Magalhães Cândido
Código Identificador:FEC6986C

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 10/2026

Termo de Fomento que celebram o Município de Guaxupé, por meio da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo e a Associação Todas as Cores, inscrita no CNPJ sob nº 58.323.256/0001-10. Objeto: executar o projeto de promoção da cidadania e dos direitos da população LGBTQIAPN+, por meio a realização da 4ª Parada do Orgulho LGBT+ de Guaxupé, do Concurso Miss e Mister LGBT+, do Troféu Diversidade e de ações educativas, culturais e de conscientização. Vigência 18/08/2026 a 29/01/2027. Valor total R$ 65.000,00. Dotação orçamentária nº 02.08.02.13.392.0473.2616.3.3.50.39.00, Fonte 1.500.000, ficha 803 e CA 0000. Gestor da Parceria: Diretor de Cultura, Emerson Ricciardi de Souza, conforme portaria 733/2025.

Guaxupé, 18 de agosto de 2026

CASSIANO DA SILVA
Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

Publicado por:
Roberto Deodato Junior
Código Identificador:E5B3899F

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO 02º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – Extrato do 02º Termo Aditivo à ATA de Registro de Preços nº 021/2026, originado do Pregão Eletrônico nº 020/2026, firmado com a empresa **DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA. Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração de fornecedor, marca e valor do item **60** - CEFTRIAXONA I.M 1G FRASCO AMPOLA + DILUENTE LIDOCAINA, da Ata que tem por objeto a FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS E CORRELATOS PERTENCENTES À RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS (REMUME), DESTINADOS AOS MUNÍCIPES DE GUAXUPÉ, USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. **Fundamento Legal:** Artigo 124, II da Lei Federal nº 14.133/2021.

Guaxupé, MG, 18/08/2026

DANIELA BETTELLI LUTF
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Fabio de Araujo
Código Identificador:C47099D2

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO 04º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 079/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – Extrato do 04º Termo Aditivo ao Contrato nº 079/2023, originado da Inexigibilidade nº 045/2023, firmado com a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GUAXUPÉ – APAE. Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de valores no importe de **R$ 4.321,07** (quatro mil, trezentos e vinte e um reais e sete centavos), para inclusão do item "Fortalecimento do Programa Agora Tem Especialistas", que corresponde a 0,3846% do valor do Contrato que tem por objeto a execução dos Serviços Especializados de Reabilitação em Deficiência Intelectual (SERDI) e Transtorno do Espectro Autista da Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência do SUS/MG e execução das ações postas a serviço da criança que apresenta transtornos no seu desenvolvimento global através do Programa de Intervenção Precoce Avançada (PIPA) pela CONTRATADA, por intermédio da pactuação de metas e indicadores, em conformidade com o item contratual "DAS METAS E INDICADORES" E O "SISTEMA DE PAGAMENTO", conforme Credenciamento da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaxupé – APAE. **Fundamento Legal:** Artigos 124, II e 125 da Lei Federal n° 14.133/2021.

Guaxupé, MG, 18/08/2026

DANIELA BETTELLI LUTF
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Julia Modesto Candido
Código Identificador:08C8FBC4

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO 04º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 122/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – Extrato do 04º Termo Aditivo ao Contrato nº 122/2022, originado do Pregão Presencial nº 082/2022, firmado com a empresa **PANIFICADORA OFICINA DE PAES LTDA. Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses e o reajuste de valores conforme o Índice INPC acumulado entre julho de 2025 e junho de 2026, no percentual de 4,327080%, do contrato que tem por objeto a seleção e contratação de empresa para o fornecimento de pão francês, em atendimento as diversas Secretarias da Prefeitura de Guaxupé/MG. **Valor:** R$ 715.400,00. **Fundamento Legal:** Artigo 57, II da Lei Federal nº 8.666/93.

Guaxupé, MG, 18/08/2026

BENEDITO RESENDE NETO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Ana Julia Modesto Candido
Código Identificador:52462E5D

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 175/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – Extrato do Contrato nº 175/2026, originado do Pregão Eletrônico nº 053/2026, firmado com a empresa **TECNOLOGIA LTDA. Objeto:** O presente contrato tem por objeto a Aquisição de relé fotoeletrônico para atender as demandas da Divisão de Iluminação Pública da Secretaria de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura de Guaxupé/MG. **Valor:** R$ 26.700,00.

Guaxupé, MG, 17/08/2026

JOSÉ LUIZ RIBEIRO
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Publicado por:
Ana Julia Modesto Candido
Código Identificador:DFECC43C

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 035/2026

MUNICÍPIO DE GUAXUPÉ – MG, **HOMOLOGAÇÃO Dispensa de Licitação nº 035/2026,** pelo Chefe do Poder Executivo local do **Processo Administrativo nº 217/2026**. Objeto: **Contratação de empresa especializada para a implementação de cursos socioprofissionalizantes e realização de palestras no âmbito do Trabalho Social do Residencial Monte Verde, em consonância com Portaria 464 de 25 de julho de 2018 do Ministério das cidades. Contratada: FUNDACAO EDUCACIONAL GUAXUPE.Valor:R$ 156.597,24** Fundamento Legal: artigo 75, inciso XV, da Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 2.632/22.

Guaxupé/MG, 18 de Agosto de 2026.

JARBAS CORRÊA FILHO –
Prefeito de Guaxupé/MG.

Publicado por:
Suzan Gonçalves Tomaz
Código Identificador:3F092720

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2026 -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2026

DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA E REGISTRO DA JORNADA DE TRABALHO DOS SERVIDORES VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GUAXUPÉ.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GUAXUPÉ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência previstos no art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO os deveres dos servidores públicos de exercer suas atribuições com zelo e dedicação, observar as normas legais e regulamentares e ser assíduos e pontuais no serviço, nos termos do art. 6º, incisos I, II e V, da Lei Municipal nº 3.243, de 28 de outubro de 2025;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a correta aferição da jornada de trabalho, a fidedignidade dos registros de frequência e a adequada prestação dos serviços públicos;

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece normas e procedimentos para o controle de frequência e registro da jornada de trabalho dos servidores vinculados à Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se registro de frequência o realizado por meio do sistema oficial de controle de jornada adotado pela Administração Municipal.
Art. 3º O registro de frequência constitui documento oficial para controle da jornada de trabalho e deverá corresponder fielmente ao período de efetivo exercício das atividades funcionais.

CAPÍTULO II
DO REGISTRO DE FREQUÊNCIA

Art. 4º É obrigatória a realização dos registros de frequência correspondentes ao início e ao término da jornada de trabalho, bem como aos intervalos e demais afastamentos ocorridos durante o expediente, quando aplicáveis.
Art. 5º É responsabilidade do servidor realizar os registros de frequência de forma correta e nos horários correspondentes à sua jornada de trabalho.
Art. 6º É vedada a manutenção do registro de frequência ativo durante:
I – o intervalo destinado à refeição ou descanso previsto para a jornada de trabalho;
II – ausências para tratamento de assuntos particulares;
III – afastamentos das dependências da unidade de exercício não relacionados ao desempenho das atribuições do cargo ou função.

CAPÍTULO III
DAS AUSÊNCIAS DURANTE O EXPEDIENTE

Art. 7º As saídas durante a jornada de trabalho para atendimento de interesses particulares deverão ser previamente comunicadas e autorizadas pela chefia imediata, observadas as normas de frequência e jornada vigentes.
Art. 8º O servidor que se afastar das dependências de sua unidade de exercício durante o expediente deverá realizar os registros de saída e retorno no sistema oficial de controle de jornada, ressalvadas as hipóteses decorrentes do exercício regular de suas atribuições ou aquelas expressamente autorizadas pela Administração.
Parágrafo único. Considera-se incompatível com o efetivo exercício do cargo a permanência de registro de frequência ativo durante período em que o servidor não esteja à disposição da Administração Pública.

CAPÍTULO IV
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 9º Compete às chefias imediatas acompanhar, orientar e fiscalizar o cumprimento desta Instrução Normativa, comunicando aos setores competentes eventuais irregularidades verificadas.
Art. 10. Compete aos servidores zelar pela veracidade dos registros de frequência e pelo cumprimento integral da jornada de trabalho estabelecida para o respectivo cargo ou função.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. O descumprimento das disposições desta Instrução Normativa poderá ensejar a correção dos apontamentos de frequência, o desconto das horas não trabalhadas e a adoção das medidas administrativas cabíveis, observadas as disposições legais vigentes e garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Art. 12. Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação em conjunto com a Diretoria de Gestão de Pessoas.
Art. 13. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Guaxupé, 17 de agosto de 2026.

ALINE MONTEIRO MELO RIBEIRO
Secretária de Educação

Publicado por:
Ana Márcia Magalhães Cândido
Código Identificador:DC86DA4A

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
PORTARIA N° 392, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA N° 392, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Nomeia MAGDA APARECIDA PIZA Servidora Concursada PARA O CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

O **Prefeito do Município de Guaxupé**, Estado de Minas Gerais, no uso das suas atribuições legais, e com fundamento nas Leis Municipais nº 3.243/2025 e, na Lei complementar Municipal n°1.691, de 20 de setembro de 2005, alterada pela Lei n° 2.129, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora, abaixo elencada, aprovada no concurso público 001/2023, a partir de 12 de agosto 2026:

Nome	Cargo
MAGDA APARECIDA PIZA	**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Art. 2º A servidora ora nomeada cumprirá o estágio probatório, com efeito a partir da assinatura do termo de posse**, durante o qual eficiência e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, durante o período de 03 (três) anos.**

Art. 3º O cargo, carga horária e a remuneração são definidos na Lei Complementar n° 1.691, 20 de novembro de 2005, alterada pela Lei n° 2.129, de 04 de abril de 2012.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de agosto de 2026.

Guaxupé, 17 de agosto de 2026.

JARBAS CORRÊA FILHO
Prefeito de Guaxupé

LISIANE CRISTINA DURANTE
Procuradora-Geral do Município

Publicado por:
Ana Márcia Magalhães Cândido
Código Identificador:312951EB

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
PORTARIA N° 393, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA N° 393, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Nomeia LEONARDO INACIO CAROLA Para a função gratificada CHEFE DE SEÇÃO DE OFICINA E ABASTECIMENTO

O **Prefeito do Município de Guaxupé**, Estado de Minas Gerais, no uso das suas atribuições, e com fundamento na Lei Municipal nº 1.396/98, alterada pela Lei Municipal nº 1.952/09 e Lei Complementar nº 16/2019,

RESOLVE:

Art. 1° Nomear, a partir de 17 de agosto de 2026, o servidor **LEONARDO INACIO CAROLA,** matriculado sob o nº 34.690**,** para a função gratificada de **CHEFE DE SEÇÃO DE OFICINA E ABASTECIMENTO**, com subordinação hierárquica à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2° O servidor ora nomeado perceberá a gratificação de 30%, definida na referência FG-1 do ANEXO II, da Lei Complementar nº 16, de 20 de dezembro de 2019.

Art. 3° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Guaxupé, 17 de agosto de 2026.

JARBAS CORRÊA FILHO
Prefeito de Guaxupé

Publicado por:
Ana Márcia Magalhães Cândido
Código Identificador:9E2892AF

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
PORTARIA Nº 394, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 394, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Nomeia interinamente EDUARDO FERREIRA MATIAS para o cargo de GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DA EMURB

O **Prefeito do Município de Guaxupé**, Estado de Minas Gerais, no uso das suas atribuições, e com fundamento nos artigos 12, 13 e 14 da Lei Municipal n.1.592, de 27 de novembro de 2003, Lei Complementar Municipal n. 16, de 20 de dezembro de 2019 e Decreto Municipal n. 2.317 de 29 de dezembro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1o Nomear, interinamente, e no período de 28 de agosto a 06 de setembro de 2026, **EDUARDO FERREIRA MATIAS** para o cargo de **GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DA EMURB.**

Art. 2º O Gerente, ora nomeado, exercerá a interinidade acumulando as funções do seu cargo, com as funções do cargo de Coordenador de Cemitérios Municipais.

Art. 3o Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28 de agosto de 2026.

Guaxupé, 17 de agosto de 2026.

JARBAS CORRÊA FILHO
Prefeito de Guaxupé

Publicado por:
Ana Márcia Magalhães Cândido
Código Identificador:26B60FC4

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – MG. Processo de Licitação – Pregão nº 062/2026, **forma de realização: Eletrônica, LICITAÇÃO DESTINADA A AMPLA PARTICIPAÇÃO,** Processo nº 210/2026. Tipo: Menor Preço Por Item. Objeto: **Futura e Eventual aquisição de troféus e medalhas, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo pelo Sistema de Registro de Preço, para atender as demandas da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo.** As propostas e documentos pertinentes serão recebidos virtualmente no site www.ammlicita.org.br até o dia **02de SETEMBRO de 2026** às **09:00hs** (Horário de Brasília), quando iniciará a fase de lances, conforme especificações e normas contidas no Edital e seus Anexos, disponíveis no site www.ammlicita.org.br e no site www.guaxupe.mg.gov.br, onde o Edital poderá ser baixado a partir do dia **20de AGOSTO de 2026**. Maiores informações relativas a presente licitação: Secretaria Municipal de Administração do Município de Guaxupé, situada na Avenida Conde Ribeiro do Valle, 113 – pavimento superior, Centro – Guaxupé/MG, fone: (35) 3559-1021.

Guaxupé, 18 de agosto de 2026.

BENEDITO RESENDE NETO –
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Pedro Augusto Dos Santos Pereira
Código Identificador:966ACD13

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 064/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – MG. Processo de Licitação – Pregão nº 064/2026, **forma de realização: Eletrônica, AMPLA PARTICIPAÇÃO,** Processo nº 212/2026. Tipo: Menor Preço Global. Objeto: **Futura e Eventual aquisição de kits lanches, pelo Sistema de Registro de Preço, que serão distribuídos aos usuários do Sistema Único de Saúde em transporte fora do Município para tratamentos de saúde.** As propostas e documentos pertinentes serão recebidos virtualmente no site www.ammlicita.org.br até o dia **01 de setembro de 2026** às **09:00hs** (Horário de Brasília), quando iniciará a fase de lances, conforme especificações e normas contidas no Edital e seus Anexos, disponíveis no site www.ammlicita.org.br e no site www.guaxupe.mg.gov.br, onde o Edital poderá ser baixado a partir do dia **19 de agosto de 2026**. Maiores informações relativas a presente licitação: Secretaria Municipal de Administração do Município de Guaxupé, situada na Avenida Conde Ribeiro do Valle, 113 – pavimento superior, Centro – Guaxupé/MG, fone: (35) 3559-1021.

Guaxupé, 18 de agosto de 2026.

BENEDITO RESENDE NETO –
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Lisandra Maria Machiti Silva
Código Identificador:6782C477

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – MG. Processo de Licitação – Pregão nº 065/2026, **forma de realização: Eletrônica, LICITAÇÃO DESTINADA A AMPLA PARTICIPAÇÃO,** Processo nº 214/2026. Tipo: Menor Preço Por Item. Objeto: **Futura e Eventual contratação de empresa especializada em cessão de direito de uso de palco, gerador, painel de led, barricada de contenção, som e iluminação, trio elétrico e transmissão via internet on-line no formato de Lives para eventos a serem realizados pela Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo do Município de Guaxupé/MG.** As propostas e documentos pertinentes serão recebidos virtualmente no site www.ammlicita.org.br até o dia **03 de SETEMBRO de 2026** às **09:00hs** (Horário de Brasília), quando iniciará a fase de lances, conforme especificações e normas contidas no Edital e seus Anexos, disponíveis no site www.ammlicita.org.br e no site www.guaxupe.mg.gov.br, onde o Edital poderá ser baixado a partir do dia **19 de AGOSTO de 2026**. Maiores informações relativas a presente licitação: Secretaria Municipal de Administração do Município de Guaxupé, situada na Avenida Conde Ribeiro do Valle, 113 – pavimento superior, Centro – Guaxupé/MG, fone: (35) 3559-1021.

Guaxupé, 18 de AGOSTO de 2026.

BENEDITO RESENDE NETO –
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Pedro Augusto Dos Santos Pereira
Código Identificador:6E4D873E

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
RESOLUÇÃO CONJUNTA SME/CME Nº 01/2026 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

RESOLUÇÃO CONJUNTA SME/CME Nº 01/2026 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

APROVA O CURRÍCULO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, REFERENTE À EDUCAÇÃO INFANTIL E AO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE GUAXUPÉ, INCORPORA AS DIRETRIZES DE COMPUTAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA – COMPLEMENTO À BNCC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Secretária Municipal de Educação de Guaxupé e a **Presidente do Conselho Municipal de Educação de Guaxupé,** no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto nos arts. 205, 206, 211 e 214 da Constituição Federal;

Considerando a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Considerando a Base Nacional Comum Curricular – BNCC;

Considerando o Parecer CNE/CEB nº 2, de 17 de fevereiro de 2022 e a Resolução CNE/CEB nº 1, de 4 de outubro de 2022, que instituem normas sobre Computação na *Educação Básica;*

Considerando a Lei Federal nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que institui a Política Nacional de Educação Digital;

Considerando o Currículo Referência de Minas Gerais;

Considerando que o Município de Guaxupé integra o Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais;

Considerando a Lei Municipal nº 1.391, de 24 de novembro de 1997, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação;

Considerando que o Currículo de Computação – Educação Digital e Midiática foi aprovado pelo Conselho Municipal de Educação, conforme Ata nº 08/2025;

Considerando que o Conselho Municipal de Educação aprovou, em reunião realizada em 06 de agosto de 2026, o Currículo Municipal de Educação, consolidando em um único documento curricular as diretrizes pedagógicas da Rede Municipal de Ensino de Guaxupé, inclusive aquelas relativas à Educação Digital, à Computação e à Educação Midiática;

Considerando a necessidade de assegurar unidade, coerência e integração às diretrizes curriculares da Rede Municipal de Ensino de Guaxupé;

RESOLVEM:

Art. 1º Fica aprovado o Currículo Municipal de Educação, referente à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental – Anos Iniciais da Rede Municipal de Ensino de Guaxupé, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação, constituindo o documento curricular oficial da Rede Municipal de Ensino de Guaxupé**.**
§ 1º Integram o Currículo Municipal de Educação, para todos os fins, as competências, habilidades e orientações relativas à Computação, à Educação Digital e à Educação Midiática, anteriormente aprovadas pelo Conselho Municipal de Educação, conforme Ata nº 08/2025, ora incorporadas e consolidadas no documento curricular aprovado por esta Resolução.

Art. 2º O Currículo Municipal de Educação deverá ser observado por todas as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Guaxupé na elaboração, implementação e revisão dos Projetos Político-Pedagógicos, dos planejamentos, das práticas pedagógicas e dos processos de avaliação.

Art. 3º O Currículo Municipal de Educação contempla, de forma integrada, as diretrizes curriculares da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, incluindo as competências, habilidades e orientações relativas à Educação Digital, à Computação e à Educação Midiática, em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, com as Normas sobre Computação na Educação Básica, com a Política Nacional de Educação Digital e com as demais normas aplicáveis.

Art. 4º A versão oficial do Currículo Municipal de Educação ficará sob a guarda da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação, constituindo documento oficial de referência para fins pedagógicos, administrativos, de supervisão, monitoramento e prestação de informações aos órgãos de controle e às instâncias dos sistemas de ensino.

Art. 5º Compete à Secretaria Municipal de Educação promover a implementação, o acompanhamento, a avaliação e a atualização permanente do Currículo Municipal de Educação, assegurando ações de formação continuada aos profissionais da educação.

Art. 6º A implementação das aprendizagens e competências relacionadas à Computação, à Educação Digital e à Educação Midiática observará as diretrizes e a organização previstas no Currículo Municipal de Educação, cabendo à Secretaria Municipal de Educação assegurar sua progressiva efetivação nas práticas pedagógicas da Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo único. A ampliação de recursos tecnológicos, infraestrutura, projetos de programação e Robótica Educacional, bem como outras ações complementares, ocorrerá de forma gradativa, observados o planejamento pedagógico da Rede, a disponibilidade orçamentária, a infraestrutura existente e a formação dos profissionais envolvidos.

Art. 7º Os casos omissos na aplicação desta Resolução serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, ouvido o Conselho Municipal de Educação.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guaxupé, 17 de agosto de 2026.

ALINE MONTEIRO MELO RIBEIRO
Secretária Municipal de Educação

SUZAMARA SARRASSINI DA SILVA
Presidente do Conselho Municipal de Educação

Publicado por:
Ana Márcia Magalhães Cândido
Código Identificador:9603658E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GURINHATÃ

SETOR DE LICITAÇÕES
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO - DISPENSA 014/2026

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

Douglas Henrique Valente, Prefeito Municipal de Gurinhatã, e ordenador de despesas, no uso de suas atribuições que lhe são conferidos pela lei:

Considerando a necessidade de contratação de empresa para realização do transporte de alunos nas linhas rurais.

Considerando a escolha da empresa **RVJ TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA** inscrita no **CNPJ: 37.173.816/0001-27** pelo valor global de R$ 157.440,00 (cento e cinquenta e sete mil quatrocentos e quarenta reais).

Considerando a existência do interesse público, recursos financeiros e orçamentários para contratação dos serviços.

Considerando o parecer técnico do agente de contratação e parecer jurídico pela legalidade da contratação direta nos termos do art. 75, inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021.

Autorizo a contratação da empresa **RVJ TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA** inscrita no **CNPJ: 37.173.816/0001-27** pelo valor global de R$ 157.440,00 (cento e cinquenta e sete mil quatrocentos e quarenta reais).

Determino que o Setor de Licitações lavre o competente instrumento de contrato, e realize as publicões exigidas no art. 72, parágrafo único e art. 94, combinado com o art. 176, parágrafo único, inciso I da Lei Federal 14.133/2021.

Gurinhatã-MG, 28 de julho de 2026.

DOUGLAS HENRIQUE VALENTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mariane Azevedo Silva
Código Identificador:74B0B6D7

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 003/2026.

AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 003/2026.

O Município de Gurinhatã-MG, através da Agente de Contratação e Equipe de Apoio, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Concorrência Eletrônica n° 003/2026, do tipo Menor Preço, pelo Regime de Empreitada Global, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA **AMPLIAÇÃO DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE GURINHATÃ-MG**., em estrita conformidade com os Projetos Básicos, Planilhas Orçamentárias, Cronogramas Físico-Financeiro e demais documentos constantes nos autos. Regem a presente Licitação, a Lei Federal nº 14.133/2021, a Lei Complementar nº 123/2006, e demais legislações aplicáveis. Início da Sessão de Disputa de Preços: às 13:00h do dia 01/09/2026, no endereço eletrônico: Plataforma LICITANET - Licitações Eletrônicas (www.licitanet.com.br)., horário de Brasília. Poderão participar da Licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do Edital. O Edital Completo poderá ser obtido pelos interessados no site: www.gurinhata.mg.gov.br, via e-mail: licitacao@gurinhata.mg.gov.br.

HENRANI ALVES SOUZA
Agente de Contratação

Publicado por:
Mariane Azevedo Silva
Código Identificador:45E6218F

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO N° 116/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 116/2026

EXTRATO DE CONTRATO. Contrato nº 116/2026. Processo nº 064/2026. Dispensa 014/2026. Partes: CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GURINHATÃ – CONTRATADO: RVJ TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 37.173.816/0001-27, OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para realização do transporte de alunos nas linhas rurais para atender a demanda do Departamento de Educação e Cultura. Vigência: 28/07/2026 à 28/12/2026. Dotação orçamentária: 02.08.--.12.361.0003.2033 – MANUTENÇÃO DO TRANPORTE ESCOLAR – 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURIDICAS – FICHA 191.

DOUGLAS HENRIQUE VALENTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mariane Azevedo Silva
Código Identificador:8155DD8E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE HELIODORA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
EXTRATOS DE CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 272/2026

Contratante: Município de Heliodora-MG - CNPJ: 18.712.133/0001-56
Contratada: 67.561.972 CESAR HENRIQUE DOS REIS – CNPJ nº 67.561.972/0001-26. Objeto: Prestação de Serviços de Locação de Equipamentos de Sonorização de pequeno e médio porte, visando atender as necessidades das diversas secretarias do Município. Origem: Processo Licitatório nº 145/2026 – Chamada Pública nº 007/2026. Valor Estimado: R$ 58.500,00 (Cinquenta e oito mil e quinhentos reais). Vigência: 03/08/26 a 02/08/27. Data da Assinatura: 03/08/2026.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 274/2026

Contratante: Município de Heliodora-MG - CNPJ: 18.712.133/0001-56
Contratada: STRADA VEÍCULOS E PEÇAS LTDA – CNPJ nº 01.654.749/0001-15. Objeto: Aquisição de 01 (um) Veículo Utilitário Cabine Dupla, Cor Branca, 04 portas, Motor Flex, Zero Kilômetro, capacidade mínima 1.3 litros - Strada. Origem: Processo Licitatório nº 069/2025 – Adesão a Ata RP nº 153/25 - Pregão Eletrônico nº 026/2025 promovido pelo Consórcio CISREC. Valor: R$ 135.800,00 (Cento e trinta e cinco mil e oitocentos reais). Vigência: 12/08/26 a 31/12/26. Data da Assinatura: 12/08/2026.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 273/2026

Contratante: Município de Heliodora-MG - CNPJ: 18.712.133/0001-56
Contratada: SANDRA MARA DE PAIVA REIS ME – CNPJ nº 51.686.735/0001-51. Objeto: Prestação de Serviços de Confecção de Próteses dentárias destinadas a distribuição gratuita em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde. Origem: Processo Licitatório nº 134/2026 – Chamada Pública nº 006/2026. Valor Estimado: R$ 93.332,80 (Noventa e três mil trezentos e trinta e dois reais e oitenta centavos). Vigência: 24/07/26 a 23/07/27. Data da Assinatura: 24/07/2026.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 268/2026

Contratante: Município de Heliodora-MG - CNPJ: 18.712.133/0001-56
Contratada: EOG INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA – CNPJ nº 47.614.149/0001-24. Objeto: Fornecimento de Placas de Sinalização Vertical de Trânsito, Postes Metálicos Galvanizados e respectivos acessórios de Fixação, destinados a implantação e complementação da Sinalização Viárias em diversas vias públicas do Município. Origem: Processo Licitatório nº 158/2026 – Pregão Presencial nº 020/2026. Valor: R$ 51.000,00 (Cinquenta e um mil reais). Vigência: 06/08/26 a 31/12/26. Data da Assinatura: 06/08/2026.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 269/2026

Contratante: Município de Heliodora-MG - CNPJ: 18.712.133/0001-56
Contratada: CONDOR PRINT LTDA – CNPJ nº 38.480.498/0001-00. Objeto: Fornecimento de Placas de Sinalização Vertical de Trânsito, Postes Metálicos Galvanizados e respectivos acessórios de Fixação, destinados a implantação e complementação da Sinalização Viárias em diversas vias públicas do Município. Origem: Processo Licitatório nº 158/2026 – Pregão Presencial nº 020/2026. Valor: R$ 39.000,00 (Trinta e nove mil reais). Vigência: 06/08/26 a 31/12/26. Data da Assinatura: 06/08/2026.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 238/2026

Contratante: Município de Heliodora-MG - CNPJ: 18.712.133/0001-56
Contratada: IMAGEM COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA – CNPJ nº 11.314.088/0001-32. Objeto: Aquisição de Camisetas com personalização oficial, e conjunto de uniformes de futebol destinados ao uso das Secretarias Municipais, para atender as necessidades das diversas secretarias da Administração Pública. Origem: Processo Licitatório nº 127/2026 – Pregão Presencial nº 011/2026. Valor Global estimado: R$ 724.950,00 (Setecentos e vinte e quatro mil novecentos e cinquenta reais). Vigência: 13/07/26 a 12/07/27. Data da Assinatura: 13/07/2026.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 275/2026

Contratante: Município de Heliodora-MG - CNPJ: 18.712.133/0001-56
Contratado: RDA CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ nº 27.500.978/0001-79. Objeto: EXECUÇÃO DE TAPA BURACOS, EXECUÇÃO DE LOMBADAS E FAIXA ELEVADA NO MUNICÍPIO DE HELIODORA-MG, conforme Planilhas, de acordo com a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 005/2024, proveniente do Processo Licitatório Nº 013/2024, na modalidade Adesão a Concorrência Eletrônica Nº 003/2024. Origem: Processo Licitatório nº 035/2026 – Adesão a Concorrência nº 001/2026. Valor: R$ 174.548,43 (Cento e setenta e quatro mil quinhentos e quarenta e oito reais e quarenta e três centavos). Vigência: 12/08/26 a 30/09/26. Data da Assinatura: 12/08/2026.

Heliodora-MG, 19/08/2026

DEJAIR BATISTA DE AGUIAR
Agente de Contratação

Publicado por:
Michel Antunes Coutinho Dos Reis
Código Identificador:4FD9A833

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IBIÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

Extrato de Contrato 2° Aditivo

Origem: Dispensa de Licitação nº 026/2025 – P.A.L. 089/2025

Objeto: O presente instrumento visa prorrogar o prazo de vigência do contrato firmado em 04 de setembro de 2025, tendo como objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA URBANA, autos do processo nº 087/2025 credenciamento 048/2025. A celebração deste aditivo justifica-se pelo caráter contínuo dos serviços prestados, garantindo o atendimento satisfatório no que tange à prestação de serviços de sinalização viária urbana, assegurando a eficiência no uso do recurso público e a continuidade dos serviços para a população.

As partes resolvem prorrogar a vigência do Contrato original firmado em 04 de setembro de 2025, cujo encerramento estava previsto para 14/08/2026, passando este a vigorar até o dia 14/08/2027.

Contratada: CONSORCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS – CIMINAS – CNPJ: 19.493.732/0001-99

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ – 18.584.961/0001-56

Ibiá (MG), 18 de agosto de 2026

GILLIANNO GILLES FERREIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.

Publicado por:
Emilly Vitoria da Silva Andrade
Código Identificador:12C3C2E1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Origem: Pregão Eletrônico 029/2026

P.A.L: 094/2026

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E DIDATICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE IBIÁ - MG, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DESTE EDITAL.

VENCEDOR - 1: RAFA PAPER DISTRIBUIDORA LTDA - 30.735.649/0001-11
Valor Total: R$ 572.290,65 quinhentos e setenta e dois mil, duzentos e noventa reais e sessenta e cinco centavos.

VENCEDOR - 2: GONÇALVES E TEIXEIRA LTDA - 08.422.075/0001-72
Valor Total: R$ 108.162,65 cento e oito mil, cento e sessenta e dois reais e sessenta e cinco centavos.

VENCEDOR - 3: PAPELARIA PAPEL CARTAZ LTDA - 24.005.316/0001-34
Valor Total: R$ 26.306,92 vinte e seis mil, trezentos e seis reais e noventa e dois centavos.

VENCEDOR - 4: DISTRIBUIDORA E PAPELARIA ARCO-IRIS LTDA - 58.939.850/0001-30
Valor Total: R$ 66.949,68 sessenta e seis mil, novecentos e quarenta e nove reais e sessenta e oito centavos.

VENCEDOR – 5: SOLUCAO EM NEGOCIOS LTDA - 21.529.392/0002-31
Valor Total: R$ 141.538,70 cento e quarenta e um mil, quinhentos e trinta e oito reais e setenta centavos.

VENCEDOR – 6: COMERCIAL TERRA LTDA - 08.659.585/0001-68
Valor Total: R$ 193.482,00 cento e noventa e três mil, quatrocentos e oitenta e dois reais.

VENCEDOR – 7: INTER MASTER SERVICOS E COMERCIO LTDA - 14.013.647/0001-62
Valor Total: R$ 11.710,49 onze mil, setecentos e dez reais e quarenta e nove centavos.

VENCEDOR – 8: HAUSE NEON PAINEIS LUMINOSOS LTDA - 47.782.287/0001-12
Valor Total: R$ 86.966,93 oitenta e seis mil, novecentos e sessenta e seis reais e noventa e três centavos.

VENCEDOR – 9: PONTO OFFICE BRASIL LTDA - 62.234.516/0001-58
Valor Total: R$ 27.968,02 vinte e sete mil, novecentos e sessenta e oito reais e dois centavos.

VENCEDOR – 10: HORIZONTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - 19.977.585/0001-22
Valor Total: R$ 27.608,00 vinte e sete mil, seiscentos e oito reais.

VENCEDOR – 11: MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA - 47.484.691/0001-00
Valor Total: R$ 55.784,62 cinquenta e cinco mil, setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e dois centavos.

VENCEDOR – 12: RC RAMOS COMERCIO LTDA - 07.048.323/0001-02
Valor Total: R$ 21.224,00 vinte e um mil, duzentos e vinte e quatro reais.

VENCEDOR – 13: VGC COMERCIO DE PECAS E MAQUINAS DE COSTURA LTDA - 23.342.051/0001-05
Valor Total: R$ 5.822,88 cinco mil, oitocentos e vinte e dois reais e oitenta e oito centavos.

VENCEDOR – 14: HIGOR SILVA CANEDO - 28.915.430/0001-52
Valor Total: R$ 6.240,68 seis mil, duzentos e quarenta reais e sessenta e oito centavos.

VENCEDOR – 15: ADMAQ LTDA - 71.359.939/0001-95
Valor Total: R$ 1.377,00 mil trezentos e setenta e sete reais.

VENCEDOR – 16: L. MOHR LTDA - 07.261.562/0001-38
Valor Total: R$ 1.479,60 mil quatrocentos e setenta e nove reais e sessenta centavos.

VENCEDOR – 17: ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA - 52.429.342/0001-25
Valor Total: R$ 3.840,00 três mil oitocentos e quarenta reais.

Tendo em vista o parecer jurídico favorável emitido pela Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos desta Prefeitura ao respectivo processo licitatório em epígrafe, ADJUDICO e HOMOLOGO para os devidos fins legais a licitação supra, determinando a consequente lavratura dos Contratos.

Ibiá (MG), 18 de agosto de 2026.

GILLIANNO GILLES FERREIRA
Prefeito Municipal

Publique-se

Publicado por:
Emilly Vitoria da Silva Andrade
Código Identificador:3D9E7318

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Origem: Pregão Eletrônico 031/2026

P.A.L: 101/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE TANQUE-PIPA E CAÇAMBA METÁLICA BASCULANTE NOVOS, INCLUINDO SUA FABRICAÇÃO, TRANSPORTE, INSTALAÇÃO, MONTAGEM, TESTES OPERACIONAIS, GARANTIA E TODOS OS MATERIAIS, COMPONENTES, ACESSÓRIOS, EQUIPAMENTOS, INSUMOS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS À ENTREGA DOS BENS EM PLENO FUNCIONAMENTO, DESTINADOS À INSTALAÇÃO EM CAMINHÕES PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO DE IBIÁ/MG.

VENCEDOR - 1: NEW REPRESENTACAO LTDA - 57.742.317/0001-10
Valor Total: R$110.000,00 (cento e dez mil reais.)

VENCEDOR – 2: BRAZIL FERRO E AÇO LTDA - 25.381.151/0001-68
Valor Total: R$ 47.250,00 (quarenta e sete mil, duzentos e cinquenta reais.)

Tendo em vista o parecer jurídico favorável emitido pela Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos desta Prefeitura ao respectivo processo licitatório em epígrafe, ADJUDICO e HOMOLOGO para os devidos fins legais a licitação supra, determinando a consequente lavratura dos Contratos.

Ibiá (MG), 18 de agosto de 2026

GILLIANNO GILLES FERREIRA
Prefeito Municipal

Publique-se

Publicado por:
Emilly Vitoria da Silva Andrade
Código Identificador:C12503BF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IGUATAMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO 048/2026
PROCESSO 094/2026

O Município de Iguatama, torna público o pregão eletrônico, objetivando o registro de preços para aquisição de ferramentas e equipamentos para atender as necessidades das diversas secretarias do município de Iguatama/MG. Abertura: 31/08/2026 às 09:00h. Edital disponível: 19/08/2026 no Setor de Licitações: (037) 3353-2289 e site www.iguatama.mg.gov.br e www.licitanet.com.br .

Iguatama, 19 de agosto de 2026.

LUCAS VIEIRA LOPES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:B1323941

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DE REVOGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Iguatama torna público a revogação da dispensa de licitação referente ao processo 092/2026, dispensa de licitação 026/2026, tendo como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de equipe de apoio e brigadista para atender as necessidades da secretaria municipal de esportes e secretaria municipal de cultura e turismo do municipio de Iguatama/MG.

Iguatama, 19 de agosto de 2026.

LUCAS VIEIRA LOPES –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:3FE374EC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE INDIANÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
DECRETO S/N, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a exoneração do cargo em comissão de Assessor I, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS-MG, no uso das atribuições que lhe confere o art. 77, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Indianópolis,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a senhora Geovana Carolayne Rodrigues no cargo em comissão de Assessor I, Símbolo CC-2.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indianópolis, 18 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Prefeito Municipal

VANESSA NATÁLIA MORAES
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Afonso Borges de Souza
Código Identificador:EC98E73A

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
DECRETO S/N, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação no cargo em comissão de Diretora de Departamento de Vigilância em Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS-MG, no uso das atribuições que lhe confere o art. 77, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Indianópolis, e considerando a Lei Municipal nº 2.377, de 12 de agosto de 2026, que altera a Lei Municipal nº 2.031, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Indianópolis, promove adequações na organização administrativa, cria cargos de provimento em comissão e funções gratificadas, altera os respectivos anexos, e dá outras providências,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora Geovana Carolayne Rodrigues no cargo em comissão de Diretora de Departamento de Vigilância em Saúde, Símbolo CC-2.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indianópolis, 18 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Prefeito Municipal

VANESSA NATÁLIA MORAES
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Afonso Borges de Souza
Código Identificador:C1EDA05F

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
DECRETO S/N, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Designa a servidora Kelly Victoria Dias, para o exercício da função gratificada que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS-MG, no uso de suas atribuições, conforme disposto no art.77, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal – LOM e com base na Lei Municipal n.º 2.031, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Indianópolis e dá outras providências e suas alterações, bem como na Lei Municipal nº 2.377, de 12 de agosto de 2026, que altera a Lei Municipal nº 2.031, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Indianópolis, promove adequações na organização administrativa, cria cargos de provimento em comissão e funções gratificadas, altera os respectivos anexos, e dá outras providências,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora Kelly Victoria Dias para o exercício da Função Gratificada de Coordenadora de Difusão Cultural , Símbolo FG-3.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indianópolis, 18 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Afonso Borges de Souza
Código Identificador:DC2F691A

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
DECRETO S/N, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Designa a servidora Vera Lúcia Rodrigues Costa, para o exercício da função gratificada que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS-MG, no uso de suas atribuições, conforme disposto no art.77, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal – LOM e com base na Lei Municipal n.º 2.031, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Indianópolis e dá outras providências e suas alterações, bem como na Lei Municipal nº 2.377, de 12 de agosto de 2026, que altera a Lei Municipal nº 2.031, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Indianópolis, promove adequações na organização administrativa, cria cargos de provimento em comissão e funções gratificadas, altera os respectivos anexos, e dá outras providências,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora Vera Lúcia Rodrigues Costa para o exercício da Função Gratificada de Coordenadora de Fomento ao Empreendedorismo, Símbolo FG-6.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indianópolis, 18 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Afonso Borges de Souza
Código Identificador:8A662AC8

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 089/2026

O Município de Indianópolis torna público o contrato administrativo objetivando contratação de empresa para fornecimento de licença de uso de Software de Tratamento e Gestão de Ponto Eletrônico incluindo serviços de implantação e instalação local (Offine), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração de Finanças do Município de Indianópolis/MG, nos termos da Dispensa n° 116/2026, tendo como contratada a empresa **MARCEL ROBERTO BORGES DOS SANTOS 09857470645**, inscrita no CNPJ nº 28.137.062/0001-69, nas dotações orçamentárias: Ficha: Ficha: 16/01.0500.0000.0000–02.02.04.122.001.2.010.3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica, com vigência a partir da assinatura e término em 31 de dezembro de 2026.

Indianópolis-MG, 18 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Derimar Borges da Silva
Código Identificador:AC4AAB4F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE INHAÚMA

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 77/2025

Processo nº 61/2025 – Pregão Eletrônico nº 27/2025. Objeto: prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 77/2025, cujo objeto é a futura e eventual prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em veículos leves e pesados, motocicletas e roçadeiras que compõem a frota da Prefeitura Municipal de Inhaúma/MG, abrangendo serviços mecânicos, de lanternagem, pintura, torneamento, hidráulicos, elétricos, de escapamento, alinhamento e balanceamento, conforme necessidade e demanda da Administração. Prazo: 12 (doze) meses. Fundamentação Legal: Lei nº 14.133/2021, especialmente art. 84. Órgão Gerenciador: Município de Inhaúma/MG. Detentora: Sertanejo Peças e Serviços Ltda., CNPJ nº 55.570.663/0001-33. Data da assinatura: 12/08/2026. Signatários: Max Oliveira dos Santos – Prefeito Municipal; Davi Roberto Alves – Secretário Municipal de Infraestrutura; Lany Mariniello de Matos – Representante Legal da detentora.

Inhaúma, 12 de agosto de 2026.

MAX OLIVEIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Graziele Santos de Paula
Código Identificador:5FD3C77D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IPUIÚNA

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de contrato- Nº 99/2026, com a empresa APPLAUSO VEICULOS LTDA, CNPJ nº 02.084.388/0001-81– Decorrência: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026- Objeto: O objeto do presente contrato é a AQUISIÇÃO DE DOIS VEÍCULO PASSEIO 5 LUGARES 0KM, COM TODOS OS ACESSÓRIOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUIUNAMG, RESOLUÇÃO SESMG Nº 10.045 DE 25032025, de acordo com as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Valor do Contrato: R$ 206.000,00 (duzentos e seis mil reais). Vigência: 12 (doze) meses. De acordo com a Lei nº 14.133/21. Dotação Orçamentária nº 10.122.0014.2.235 – 4490.52.00 – Ficha 285- Equipamentos e Material Permanente – Atividades da Secretaria de Saúde.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:EDC5F875

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA/MG –EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA N.º 108/2026. Objeto: **AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE ESCOLAR E PRÉ ESCOLA DO MUNICÍPIO DE IPUIUNA-MG.** O prefeito municipal de Ipuiuna/MG resolve HOMOLOGAR o processo de Dispensa 170/2026 à empresa JL CONSULTORIA E LICITAÇÕES, inscrita no CNPJ sob nº 60.757.542/0001-35, pelo valor total de R$ 13.980,00 (TREZE MIL NOVECENTOS E OITENTA REAIS).

ELDER CASSIO DE SOUZA OLIVA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Olivia Floriano Dos Reis Alcantra
Código Identificador:BE06EA01

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA/MG –EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA N.º 106/2026 – PROCESSO Nº 168/2026. Objeto: **AQUISIÇÃO DE MANGUITOS COMPATÍVEL COM APARELHO DYNA NG UTILIZADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE**

IPUIÚNA/MG. A seguinte empresa: SHD HOLTER DIGITAL LTDA, pelo valor total de R$ 1.170,00 (HUM MIL CENTO E SETENTA REAIS). Com fundamento no Art. 75, II, da Lei Federal 14.133 de 2021.

ELDER CASSIO DE SOUZA OLIVA-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Olivia Floriano Dos Reis Alcantra
Código Identificador:01D0836E

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO

Nº 09/2026

Referente à execução CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS REMANESCENTES NECESSÁRIOS À CONCLUSÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE – UBS DO MUNICÍPIO DE IPUIÚNA/MG, INCLUINDO RECUPERAÇÃO, ADEQUAÇÃO, COMPLEMENTAÇÃO E FINALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA PENDENTES, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS, EM CONFORMIDADE COM OS PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ELABORADOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Local de execução: Conforme Planilha em Orçamentária em Anexo.

REFERÊNCIA
TERMO DE CONTRATO N° 095/2026
PROCESSO Nº 121/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2026
Valor do Contrato: R$ 189.900,00 (CENTO E OITENTA E NOVE MIL E NOVECENTOS REAIS).
Contratada: CARLOS DONIZETE BERNARDES HP CONSTRUÇÕES; CNPJ: 28.497.605/0001-59.
Prazo Contratual: Até 30 de novembro de 2026.
Valor de Execução: R$ 189.900,00 (CENTO E OITENTA E NOVE MIL E NOVECENTOS REAIS).
Prazo de Execução: 3 (três) meses.
Data de início da execução: 24 de Agosto de 2026.
Data Prevista de conclusão: 24 de Novembro de 2026.
Fiscal: Cibeles A. de Freitas Carvalho - CREA SP 5070445752/D MG

Pela presente Ordem de Serviços, autorizamos a CARLOS DONIZETE BERNARDES HP CONSTRUÇÕES, a iniciar na data de 24 de Agosto de 2026 os serviços, objeto do contrato acima epigrafado, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Ipuiúna e a empresa acima.

Ipuiúna, 18 de Agosto de 2026.

ELDER CASSIO DE SOUZA OLIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:E1417078

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 198/2024
CHAMADA PÚBLICA Nº 07/2024

O Exmo. Sr. Elder Cassio de Souza Oliva, DD. Prefeito Municipal de Ipuiuna, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

HOMOLOGAR

Esse processo licitatório, que tem por objeto o credenciamento PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, ELÉTRICOS, FUNILARIA E PINTURA PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS DA FROTA MUNICIPAL DE IPUIÚNA/MG.

Credenciado	CNPJ Nº
JACKSON JUNIOR LOPES ME	24.176.191/0001-05

Prefeitura Municipal de Ipuiuna/MG, aos 18 de agosto de 2026.

ELDER CASSIO DE SOUZA OLIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mainara Franco Melo
Código Identificador:B4C83B69

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 086/2025
CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2025

O Exmo. Sr. Elder Cassio de Souza Oliva, DD. Prefeito Municipal de Ipuiuna, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

HOMOLOGAR

Esse processo licitatório, que tem por objeto o credenciamento DE ATENDIMENTO AMBULATÓRIO DE PSIQUIATRIA, PSIQUIATRIA E PSIQUIATRIA E/OU PSIQUIATRIA INFANTIL PARA ATENDER PACIENTES USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS.

Credenciados	CPF/CNPJ Nº	ESPECIALIZAÇÃO
MED CHAPARRO LTDA	60.611.077/0001-20	PSIQUIATRIA

Prefeitura Municipal de Ipuiuna/MG, aos 18 de agosto de 2026.

ELDER CASSIO DE SOUZA OLIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mainara Franco Melo
Código Identificador:DDF4C87E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO - Processo n° 171/2026 - Inexigibilidade 025/2026- Objeto: LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA JOÃO BATISTA EUSTÁQUIO, Nº 25, BAIRRO VILA DO MARINO, DE PROPRIEDADE DA SRA. JULIA FRUGULI, PARA A MORADIA DA SRA. SARA DALILA CALDEIRA E FAMÍLIA, EM CUMPRIMENTO AO RELATÓRIO SOCIAL. Valor Total: R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Vigência: 03 (três) meses. De acordo com o art. 74, V, da Lei nº 14.133/21. Dotações Orçamentárias: n º 02.08.08.0244.0002.2.261.3.3.90.36.00 – Programa de Benefícios Eventuais.

Publicado por:
Mainara Franco Melo
Código Identificador:0D10C4D8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAGUARA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 240/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA/MG – extrato do 1º Termo de Apostilamento à Ata de Registro de Preços nº 240/2025.**Contratada:**MEGADEC DISTRIBUIDORA LTDA.**Objeto:**Ficam alterados os seguintes preços anteriormente registrados a partir da data de assinatura deste termo, conforme planilha abaixo:

Item	Especificação	Preço Atual (R$)	Preço Unitário Novo(R$)
66	Leite longa vida integral, UHT, leite com processo de ultra pasteurização (UHT). Registro no Ministério da agricultura, SIF ou SIE. Contendo 1 litro e com validade mínima de 60 dias.	4,38	5,20

PROCESSO Nº 124/2025; PREGÃO Nº 31/2025. LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS – Prefeito Municipal.**Data de assinatura:**18/08/2026.

Publicado por:
Maria Clara de Oliveira Morais
Código Identificador:BEBD6E41

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 342/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA/MG – extrato do 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 342/2023. **Contratada:** JOSE LUCIANO DOS REIS – ME. **Objeto:** Contratação de empresa para prestação de serviços odontológicos de moldagem e confecção de próteses dentárias sob medida em atendimento à solicitação da Secretaria M. de Saúde do Município e no âmbito do Programa Federal de Saúde Bucal LRPD, conforme Portaria GM/MS 1.825, de 24 de agosto de 2012.**Aditivo de Prazo e Valor**. **Valor:** R$ 171.432,00. **Vigência**: 13/09/2026 a 12/09/2027. Processo nº 122/2023; Pregão nº 85/2023. LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS – Prefeito Municipal. **Data de assinatura:** 18/08/2026.

Publicado por:
Maria Clara de Oliveira Morais
Código Identificador:1F392E39

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 3º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA/MG – extrato do 3º Termo de Apostilamento à Ata de Registro de Preços nº 127/2026. **Contratada:** 3 PODERES COMÉRCIO LTDA-ME. **Objeto:** Ficam alterados os seguintes preços anteriormente registrados a partir da data de assinatura deste termo, conforme planilha abaixo:

Item	Especificação	Preço Atual (R$)	Preço Unitário Novo(R$)
54	Mangueira 1/2 para jardim, flexível, possuindo 3 camadas distintas: interna em PVC, intermediária em fio de poliéster trançado e externa em PVC. Rolo com 30 metros.	61,58	73,30
60	Pá com cabo para lixo em metal, tamanho mínimo 22 cm de largura, comprimento mínimo do cabo 80 cm.	6,21	6,92

PROCESSO Nº 195/2025; PREGÃO Nº 55/2025. LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS – Prefeito Municipal. **Data de assinatura:** 18/08/2026.

Publicado por:
Maria Clara de Oliveira Morais
Código Identificador:D64E9E90

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAMARATI DE MINAS

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO-INEXIGIBILIDADE Nº044/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

Av. Cel. Araujo Porto, 506, Itamarati de Minas - MG, 36788-000
CNPJ: 17.706.813/0001-02 - Fone: (32) 3452-1212

Extrato de Termo Aditivo

NÚMERO DO TERMO: 00004/26

NÚMERO DO CONTRATO: 0254/25

PROCESSO: 000148/25

FORNECEDOR: OLMERINDO JACINTO MUNIZ 119.515.757-68

VALOR DO ADITIVO: 1.160,00

DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

VIGÊNCIA: 18/08/2026 até 18/10/2026

HISTÓRICO: Acréscimo

TIPO DE ALTERAÇÃO: Bilateral

DESCRIÇÃO: O beneficiário em questão permanece sem condições clínicas de exercer suas atividades laborativas, encontrando-se em processo de requerimento de benefício por incapacidade junto ao INSS. Ressalta-se que a autarquia prorrogou a data da perícia médica em razão de problemas técnicos, o que tem retardado a análise e a concessão do benefício.

OBJETO: Beneficio emergencial de aluguel social em favor do Sr. Leonardo

Publicado por:
Haroldo Lourenço da Rocha
Código Identificador:AB643CB3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAMBÉ DO MATO DENTRO

COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 070/2026 AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 023/2026

RECEBIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO:
INICIO: Do dia 18/08/2026
FIM: Até dia 24/08/2026 as 10h00min. (horário de Brasília)
LOCAL DE LANÇAMENTO DAS PROPOSTAS: SITE DA PREFEITURA
SITE DA PREFEITURA – Prefeitura de Itambé do Mato Dentro - MG

1. DO OBJETO:

O objeto da presente dispensa eletrônica é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FABRICAÇÃO, FORNECIMENTO, TRANSPORTE E MONTAGEM DE MÓVEIS PLANEJADOS SOB MEDIDA, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ITAMBÉ DO MATO DENTRO/MG, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Publicado por:
Joziele da Silva Lima
Código Identificador:6D282E38

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAPECERICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECERICA/MG - Pregão Eletrônico 48/2026. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de câmeras de vídeomonitoramento e gravadores de vídeo em rede (NVR) para ampliação e atualização tecnológica de Sistema de Monitoramento "Olho Vivo"**.** Recebimento de propostas e

documentação até às 12h59 do dia 31/08/2026. Início da Sessão de lances: às 13h00 do mesmo dia. Local: Plataforma: https://comprasbr.com.br/. O edital encontra-se publicado nos sites www.itapecerica.mg.gov.br, https://comprasbr.com.br/, e https://www.gov.br/pncp/pt-br.

ANDRÉA VILANO GUIMARÃES–
Pregoeira.

Publicado por:
Patricia Moreira Diniz Fernandes
Código Identificador:32786AC4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITATIAIUÇU

SECRETARIA DE CULTURA
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 003/2026

PARTES: A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS E PRODUTORES CASEIROS DE ITATIAIUÇU E REGIÃO (ACIRPA).

OBJETO: O PRESENTE TERMO DE FOMENTO TEM COMO OBJETO, O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS À REFERIDA ORGANIZAÇÃO, QUE DEVERÃO SER DESTINADOS EXCLUSIVAMENTE PARA CUSTEIO DE EXECUÇÃO DE PROJETOS E REALIZAÇÃO DE EVENTOS EXTERNOS DA SEDE DA ENTIDADE, ATENDENDO A EMENDA IMPOSITIVA DO SENHOR VEREADOR WANDERSON RONALDO SIMÕES, COM BASE NO ART. 29 DA LEI FEDERAL Nº 13.019, DE 2014 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.
VALOR: R$25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS) - INDICAÇÃO DO SENHOR VEREADOR WANDERSON RONALDO SIMÕES REFERENTE AO ORÇAMENTO IMPOSITIVO;
VIGÊNCIA: AGOSTO/2026.
ASSINATURA: 27 DE JULHO DE 2026.
FORO: COMARCA DE ITAÚNA.

Publicado por:
Milene Cristina de Sousa Queiroz
Código Identificador:1B591F58

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JACUÍ

CONTRATOS E LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 73/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 28/2026

O Município de Jacuí/MG, por intermédio do Agente de Contratação, torna público, para conhecimento dos interessados, que, após análise de impugnação apresentada ao instrumento convocatório, foram promovidas alterações no Edital, Termo de Referência e respectivos anexos, visando ao aprimoramento das especificações técnicas e à adequação das exigências às necessidades da Administração.

As alterações realizadas encontram-se consolidadas na versão retificada do Edital e seus anexos, que passam a integrar o instrumento convocatório para todos os fins.

Em razão das alterações promovidas, fica **alterada** a data da sessão pública para o dia **25 de agosto de 2026, às 08h:00**, devendo os interessados observar integralmente as disposições constantes da versão atualizada do instrumento convocatório.

A íntegra do Edital Retificado e seus anexos encontra-se disponível nos mesmos meios de divulgação do procedimento.

Jacuí/MG, 18 de agosto de 2026.

VINÍCIUS APARECIDO PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
João Pedro Alves Clarismunde
Código Identificador:0D95A5A3

CONTRATOS E LICITAÇÕES
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 56/2026

Município de Jacuí/MG torna público Extrato de Ata de Registro de Preços n°. 56/2026, referente ao Processo n° 107/2025, Pregão n°. 45/2025 – DETENTORA: **LASTROSEG SEGURANÇA PRIVADA LTDA,** inscrita no CNPJ: 39.366.977/0002-43. Valor total estimado em R$ 17.008,50 (dezessete mil e oito reais e cinquenta centavos). **Objeto:** Constitui o objeto da presente licitação o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviço de equipe de apoio (seguranças não armados) e brigadistas para manutenção das atividades culturais do município. **Vigência:** 17/08/2026 a 17/08/2027.

MARIA CONCEIÇÃO DOS REIS PEREIRA.
Prefeita

Publicado por:
Joice Cristiane da Silva Vidigal
Código Identificador:1FF2D699

CONTRATOS E LICITAÇÕES
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

O MUNICÍPIO DE JACUÍ – MG. TORNA PÚBLICO AS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO TEMPORÁRIO Nº 07/2026. Obj:**Contratação Temporária de Vigia com remuneração mensal:** R$ 1.621,00 **Edital completo e demais** informações: site www.jacui.mg.gov.br – telefone (35) 99734-2273.

VIVIANA CRISTINA AGUIAR,
Departamento Pessoal e RH.

Publicado por:
João Pedro Alves Clarismunde
Código Identificador:FD7BA1EA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JAPARAIBA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº238/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 114/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2026 REGISTRO DE PREÇO Nº 035/2026

OBJETO: Contratação de empresa para futura e eventual prestação de serviços de borracharia, alinhamento, balanceamento, lanternagem, diagnóstico eletrônico e solda, para manutenção da frota de veículos da Prefeitura de Japaraíba-MG
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Japaraíba – MG.
CONTRATADA: SILVA & LOPES COMERCIO DE PEÇAS LTDA
CNPJ: 13.060.341/0001-02
VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: R$399.270,00 (Trezentos e noventa e nove mil, duzentos e setenta reais)
PRAZO DE VALIDADE: O prazo de vigência será de 12 meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado.

Japaraíba, 12 de agosto de 2026

HELDER DE CARVALHO REIS
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Amanda Caroline Soares
Código Identificador:F8D75E2E

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO DE FOMENTO Nº 239/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 130/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 028/2026

OBJETO: "O presente instrumento tem por objeto a execução do repasse financeiro a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE JAPARAÍBA – APRJ visando a aquisição de 01 (uma) Colhedora de Forragens marca JF, modelo C112 AT S5, nova, acompanhada de nota fiscal e garantia de fábrica, destinada ao fortalecimento da agricultura familiar e à ampliação da capacidade operacional da entidade."

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Japaraíba/MG

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE JAPARAÍBA - APRJ

VALOR TOTAL: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 17 de agosto de 2027, podendo ser prorrogado

Japaraíba, 18 de agosto de 2026

JOELMA DE FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES
Secretária Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico e Turismo

Publicado por:
Maria Cecilia Alves Pereira
Código Identificador:CEC42351

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 237/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 048/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de planejamento, execução e acompanhamento de atividades esportivas e de lazer, voltadas para atender crianças, jovens, adultos e idosos. E, também contratação de salva-vidas. Em conformidade com as necessidades do departamento de esportes do município de Japaraíba para o projeto "TELA ZERO".
CONTRATADA: LAGOA ESPORTES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 27.449.579/0001-20
VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: R$330.000,00 (Trezentos e trinta mil reais)
PRAZO DE VALIDADE: O prazo de vigência será de 12 meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado.

ONDE SE LÊ: VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: R$330.000,00 (Trezentos e trinta mil reais)
LEIA-SE: VALOR DO CONTRATO: R$330.000,00 (Trezentos e trinta mil reais)

Japaraíba, 18 de agosto de 2026.

ROBERTA APARECIDA LOPES RABELO
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Amanda Caroline Soares
Código Identificador:783DCF8C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO MONLEVADE

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
RETIFICAÇÃO 01 - AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 034/2026 - PROCESSO Nº 196/2026

O Município de João Monlevade torna público, realização de licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico Nº. 034/2026 - Processo Nº 196/2026**. Objeto: Aquisição de EQUIPAMENTO DE ULTRASSOM DIAGNÓSTICO com instalação e treinamento operacional inclusos, para atendimento a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de João Monlevade, em conformidade com o disposto na Resolução SES/MG 8.183/2022 e as condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência. **NOVA Data de abertura: 02/09/2026 às 08:30h**. Edital e anexos disponíveis através dos links: https://pmjm.mg.gov.br/filter/11886; https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/109224; Mais informações: (31) 3859-2509 / 3859-2510.

João Monlevade, 18 de agosto de 2026.

RICARDO ALEXANDRE DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:4FC14BE2

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital do **Dispensa sem fase recursal** nº **000010/2026**, Processo Administrativo nº **000215/2026**, após análise, conferência e deliberação, resolve **ADJUDICAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: Aquisição de ACESSÓRIOS DESTINADOS À CONDUÇÃO SEGURA DE MOTOCICLISTAS, para os servidores ocupantes do Cargo de Agente e Trânsito habilitados, para a CONndução de motociclistas oficiais do Município de João Monlevade.

Fornecedor	Estimado	Adjudicado	Diferença
A M M CORREA - 53.169.506/0001-95 licitacoescaixeiroviajante@gmail.com - (62) 99184-9795	20.940,00	15.000,00	5.940,00 Proveito (28,37%)
CMSP LTDA - 28.702.879/0001-32 distribuidoracmsp@gmail.com - (62) 3318-3674	1.788,00	1.455,96	332,04 Proveito (18,57%)
COMERCIAL ITABIRANO DE VARIEDADES LTDA - 04.678.809/0001-28 itabirafogos@yahoo.com.br - (31) 99914-0055	6.420,00	5.131,92	1.288,08 Proveito (20,06%)
Totais	**29.148,00**	**21.587,88**	**7.560,12 Proveito (25,94%)**

João Monlevade, 18 de Agosto de 2026.

LAÉRCIO JOSE RIBEIRO
Autoridade Competente

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:E451F2EC

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de **Dispensa sem fase recursal** nº **000010/2026**, Processo Administrativo nº **000215/2026**, após análise, conferência e deliberação, resolve **HOMOLOGAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: Aquisição de ACESSÓRIOS DESTINADOS À CONDUÇÃO SEGURA DE MOTOCICLISTAS, para os servidores ocupantes do Cargo de Agente e Trânsito habilitados, para a CONndução de motociclistas oficiais do Município de João Monlevade.

Fornecedor	Estimado	Homologado	Diferença
A M M CORREA - 53.169.506/0001-95 licitacoescaixeiroviajante@gmail.com - (62) 99184-9795	20.940,00	15.000,00	5.940,00 Proveito (28,37%)
CMSP LTDA - 28.702.879/0001-32 distribuidoracmsp@gmail.com - (62) 3318-3674	1.788,00	1.455,96	332,04 Proveito (

			18,57%)
COMERCIAL ITABIRANO DE VARIEDADES LTDA - 04.678.809/0001-28 itabirafogos@yahoo.com.br - (31) 99914-0055	6.420,00	5.131,92	1.288,08 Proveito (20,06%)
Totais	**29.148,00**	**21.587,88**	**7.560,12 Proveito (25,94%)**

João Monlevade, 18 de Agosto de 2026.

LAÉRCIO JOSE RIBEIRO
Autoridade Competente

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:2C0E0483

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 330/2025 - DERIVADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 173/2025 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 049/2025.

O MUNICÍPIO DE JOÃO PINHEIRO, inscrito no CNPJ sob o nº 16.930.299/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Gláucon Cézar Cardoso**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e o Sr. **Décio Coelho de Lima**, brasileiro, portador do CPF 258.904.336-87 e RG MG – 2.978.041 SSP/MG, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, têm entre si justo e avençado, e resolvem celebrar o presente termo aditivo, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n° 14.133/21 e alterações posteriores, pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇÃO da vigência do contrato nº 330/2025, até 12 de agosto de 2027**, a fim de dar continuidade na locação do imóvel urbano localizado à Rua Deputado Quintino Vargas, n° 258, Centro, na cidade de João Pinheiro/MG, CEP: 38.770-000, que destina-se atender às necessidades funcionais da Secretaria Municipal do Trabalho, Ação e Desenvolvimento Social – Conselho Tutelar.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO
2.1 - O presente aditamento do contrato nº 330/2025 atende os limites prescritos na Lei nº 14.133/2021, bem como parecer referencial da Procuradoria Municipal, em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA - SETOR REQUISITANTE
3.1 - Este aditivo atende pedido da Secretaria Municipal de Ação Social, através da Sra. Secretária Jessinaider Helena Couto Lima Lopes, conforme solicitado através do DFD - Documento de Formalização de Demanda, em anexo.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO
4.1 - Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do Contrato Administrativo nº 330/2025, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO
5.1 - A Prefeitura Municipal de João Pinheiro/MG providenciará a publicação do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, consoante ao que dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021.

E, por assim estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente termo aditivo.

Publicado por:
Natália Cordeiro Macedo
Código Identificador:35B266D8

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 124/2026 - DERIVADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 108/2026, MODALIDADE DISPENSA FÍSICA Nº 032/2026.

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº 124/2026
Espécie: Contrato
Contratada: AMNOR – Associação Dos Municípios Do Noroeste De Minas
Objeto: A presente contratação tem por objeto a locação de um trator de esteira com o operador, pertencente ou sob responsabilidade da AMNOR à Prefeitura de João Pinheiro, destinado à execução dos serviços operacionais do aterro controlado do Município de João Pinheiro/MG.
Fundamentação: O presente contrato decorre do edital de Dispensa nº 32/2026, aplicando-se subsidiariamente o que consta no Processo nº 108/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis.
Valor: R$ 92.617,60 (noventa e dois mil, seiscentos e dezessete reais).
Dotação Orçamentária:
Dotação orçamentária: 04.122.1501.2027 3.3.90.39.00 Ficha 183
Vigência: De 05 de agosto de 2026 até 05 de fevereiro de 2027.

Publicado por:
Natália Cordeiro Macedo
Código Identificador:328662C5

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
LEI Nº. 4.544 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

LEI Nº. 4.544 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre o parcelamento e reparcelamento de débitos do Município de João Pinheiro com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, de que tratam os arts. 115 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, com a redação conferida pela Emenda Constitucional nº 136, de 9 de setembro de 2025; e dá outras providencias.

A Câmara Municipal de João Pinheiro-MG, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica do Município aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizado o parcelamento e o reparcelamento das contribuições previdenciárias e dos demais débitos do Município de João Pinheiro, incluídas suas autarquias e fundações, com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, em até trezentas prestações mensais, iguais e sucessivas, observado o disposto no Anexo XVII da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, que trata do parcelamento especial autorizado com base nos arts. 115 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, na redação dada pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 136, de 9 de setembro de 2025.
§ 1º As contratações a que se refere o caput poderão abranger quaisquer tipos de débitos, inclusive de contribuições não repassadas dos segurados e beneficiários do RPPS, relativos às competências até agosto de 2025.
§ 2º Os acordos de parcelamento e de reparcelamento deverão ser firmados até 31 de agosto de 2026 e estão condicionados:
I - à adesão, junto à Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social, ao Programa de Regularidade Previdenciária de que trata o Anexo XVIII da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022; e
II -às adequações do RPPS à Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, e à instituição e vigência do Regime de Previdência Complementar dos servidores filiados ao RPPS, nos termos do disposto no art. 115, *caput*, incisos I a IV, do ADCT.

Art. 2º Para apuração dos montantes devidos a serem parcelados, os valores originais serão atualizados pelo IPCA, acrescidos de juros simples de 0,50% (cinquenta centésimo por cento) ao mês,

acumulados desde a data de vencimento até a data da consolidação do termo de acordo de parcelamento.
Parágrafo único. Em caso de inclusão, nos parcelamentos de que trata esta lei, de débitos já parcelados anteriormente, para apuração dos novos saldos devedores, aplicam-se os critérios previstos no *caput* aos valores dos montantes consolidados dos parcelamentos ou reparcelamentos anteriores deduzidos das respectivas prestações pagas, acumulados desde a data da consolidação dos parcelamentos ou reparcelamentos anteriores até a data da nova consolidação dos termos de reparcelamento.

Art. 3º As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA, acrescido de juros simples de 0,50% (cinquenta centésimo por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação dos montantes devidos nos termos de acordo de parcelamento ou reparcelamento até o mês do pagamento.

Art. 4º As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA, acrescido de juros simples de 0,50% (cinquenta centésimo por cento) ao mês e multa de 2,00% (dois por cento), acumulados desde a data do seu vencimento, até o mês do efetivo pagamento.

Art. 5º O pagamento das prestações dos acordos de parcelamento e de reparcelamento previstos nesta Lei será realizado por meio de retenção no Fundo de Participação dos Municípios - FPM, na forma prevista no art. 117 do ADCT e no Anexo XVII da Portaria MTP nº 1.467, de 2022.
§ 1º A retenção dos valores das parcelas no FPM deverá constar de cláusula dos termos de parcelamento ou reparcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pela liberação dos recursos do Fundo, concedida no ato de formalização desses termos, e vigorará até a quitação das prestações nestes acordadas.
§ 2º Caso a vinculação do FPM para pagamento das prestações dos acordos de parcelamento e reparcelamento, embora já autorizada, ainda esteja pendente de implementação, ou não seja suficiente para quitação das parcelas, ou não ocorra por qualquer outro motivo, o Município é responsável pelo seu pagamento integral ou de seu complemento, na data de vencimento de cada parcela prevista nos acordos, inclusive dos respectivos acréscimos legais.

Art. 6º O vencimento da primeira prestação das contratações de que trata esta Lei será no dia dez do segundo mês subsequente ao da assinatura dos termos de acordo de parcelamento, e o das demais prestações vincendas, no dia dez dos meses seguintes.

Art. 7º Os acordos de parcelamento ou reparcelamento de que trata esta Lei ficarão suspensos em caso de não comprovação, até o dia 10 de dezembro de 2026, à Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social, das condições cumulativas previstas nos incisos I a IV do *caput* do art. 115 do ADCT.
Parágrafo único. A suspensão de que trata o *caput* implica a impossibilidade de renegociação das respectivas dívidas até ulterior cumprimento das condições a que ele se refere.

Art. 8º Os acordos de parcelamento ou reparcelamento de que trata esta Lei ficarão suspensos no caso de inadimplência no pagamento das prestações devidas por 3 (três) meses consecutivos ou por seis meses alternados ou de descumprimento do Programa de Regularidade Previdenciária.
Parágrafo único. Na hipótese de inadimplência de que trata o *caput*, ficam mantidos a obrigatoriedade de adimplemento das prestações em atraso e o vencimento das parcelas vincendas, sem prejuízo de sanções e penalidades a que estejam sujeitos os responsáveis.

Art. 9º O Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de João Pinheiro – PREVIJOP deverá rescindir os parcelamentos de que trata esta lei:
I - em caso de revogação da autorização fornecida ao agente financeiro para vinculação do FPM prevista no art. 5º;
II - caso não seja possível a comprovação das condições a que se refere o art. 7º, *caput*, pelo Município, até 31 de dezembro de 2026;
III - se o Município, após ter comprovado as condições a que se refere o art. 7º, *caput*, vier a descumpri-las, inclusive por meio de alteração da legislação de seu RPPS; e
IV – Em caso de atrasos de pagamento de no mínimo três parcelas consecutivas.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro/MG, 17 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:774C88BC

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
LEI Nº. 4.545 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

LEI Nº. 4.545 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a forma de amortização do déficit técnico atuarial para obtenção do equilíbrio atuarial do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de João Pinheiro – PREVIJOP.

A Câmara Municipal de João Pinheiro-MG, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica do Município aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar aporte periódico mensal de recursos financeiros ao Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de João Pinheiro – PREVIJOP, na forma estabelecida nesta Lei.
Parágrafo único. O aporte referido no caput deste artigo diz respeito à contribuição do Município, através da Administração Direta, Indireta e Poder Legislativo, para equacionamento do déficit atuarial do RPPS do servidor público municipal.

Art. 2º. O aporte mensal de recursos financeiros ao Regime Próprio de Previdência Social disposto nesta Lei visa garantir o equilíbrio atuarial do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de João Pinheiro – PREVIJOP, observando-se as normas estabelecidas pela Secretária da Previdência Social para o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Art. 3º. O RPPS Municipal, gerido pelo Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de João Pinheiro – PREVIJOP, entidade autárquica com personalidade jurídica de direito público interno, possui atualmente déficit atuarial reconhecido de R$ 320.527.825,49 (trezentos e vinte milhões, quinhentos e vinte e sete mil, oitocentos e vinte e cinco reais, e quarenta e nove centavos), valor posicionado em 31 de dezembro de 2024, cuja quantia deve ser revista anualmente a cada avaliação atuarial, correspondente ao déficit técnico atuarial total, gerados pela ausência ou insuficiência de alíquotas de contribuição, inadequação da metodologia ou hipóteses atuariais ou outras causas que ocasionaram a insuficiência de ativos necessários às coberturas das reservas matemáticas previdenciárias.

Art. 4º. Para os efeitos desta Lei considera-se:
I - Atuária: profissional técnico com formação acadêmica em ciências atuariais e legalmente habilitado para o exercício da profissão;
II - Avaliação Atuarial: estudo técnico desenvolvido por atuária, baseado nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos pelo plano previdenciário;
III - Equilíbrio Atuarial: garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, a longo prazo;
IV- Equilíbrio Financeiro: garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro;

V- Passivo Atuarial: representado pelas reservas matemáticas previdenciárias que correspondem aos compromissos líquidos do plano de benefícios;
VI- Provisão Matemática: montante calculado atuarialmente, em determinada data, que expressa, em valor presente, o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos do plano de benefícios ao longo do tempo, considerando também as contribuições futuras;
VII- Resultado Atuarial: diferença entre o passivo atuarial e o ativo real líquido, sendo este representativo dos recursos já acumulados pelo RPPS.

Art. 5º. O Poder Executivo, Autarquias, Fundações e Poder Legislativo, a fim de alcançar o equilíbrio atuarial nos termos do caput do artigo 1º da Lei Federal nº 9.717/98 e Portaria MTP nº 1.467/2022, a qual possibilitou a amortização do Déficit Atuarial com adoção de prazo fixo para o equacionamento, assim como possibilitou o reinício de contagem deste prazo a partir da Avaliação Atuarial 2023, implementará o plano de amortização com o prazo inicial em 2025, a contar da implementação em Lei pelo ente federativo.
Parágrafo único. Como a projeção de amortização do déficit técnico atuarial considerou a duração do passivo como parâmetro para o cálculo do Limite do Déficit Atuarial – LDA, o prazo do plano de amortização corresponderá ao dobro da duração, qual seja, 37 anos, demonstrado no Anexo I, cuja quitação se dará no exercício anual de 2061.

Art. 6º. O aporte periódico de recursos financeiros será repassado mensalmente ao RPPS do Município de João Pinheiro (PREVIJOP) em 12 (doze) aportes por ano, nos prazos e valores constantes no Anexo I desta Lei.
§1º. O valor será atualizado financeiramente de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA publicado pelo IBGE.

§2º. O valor do aporte será proporcionalizado, mensalmente, de acordo com o valor da folha de remuneração de cada um dos órgãos/entidades do Município de João Pinheiro em relação ao valor total, de modo a caracterizar a responsabilidade solidária na participação do pagamento do déficit atuarial.

Art. 7º. O Município de João Pinheiro, incluídos seus órgãos e entidades, se obriga a consignar no orçamento de cada exercício as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e amortização.

Art. 8º. O aporte periódico de recursos para amortização do déficit atuarial de que trata esta Lei não será computado no cálculo da despesa com pessoal, por não se enquadrar como contribuição patronal nos termos do artigo 18 da Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 9º. A responsabilidade pelo desconto, recolhimento ou repasse das contribuições previdenciárias ocorrerá até o dia 25 do mês subsequente, da remuneração, do abono anual ou da decisão judicial ou administrativa.

Art. 10. Ficam revogadas todas as disposições em contrário, em especial a Lei Ordinária nº 2.200 de 06 de novembro de 2018.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro/MG, 17 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:3E5BD9E1

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
REAJUSTE DE VALORES – CREDENCIAMENTO 02/2025 PREVIJOP

REAJUSTE DE VALORES – CREDENCIAMENTO 02/2025
Período de referência: julho/2025 a junho/2026
Índice aplicado: INPC – 4,327080%
Considerando a previsão de reajuste constante dos instrumentos que regem o Credenciamento nº 02/2025, foram atualizados os valores dos serviços mediante aplicação do INPC acumulado de **4,327080%**, referente ao período de julho/2025 a junho/2026.
A íntegra da memória de cálculo e dos valores reajustados encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico:
https://www.previjop.mg.gov.br/licitacao/detalhe/158/p11-constitui-objeto-deste-edital-de-credenciamento-a-prestacao-de-servico-em-pericia-medica-conformebrlegislacao-vigente-tendo-como-escopo-atestar-as-condicoes-de-saude-diagnostico-prognosticobrterapeutica-e-outras-dos-servidores-publicos-municipais-segurados-do-previjop-com-finali/

O reajuste produzirá efeitos a partir de **18 de agosto de 2026**, permanecendo inalteradas as demais condições do Credenciamento nº 01/2025.

João Pinheiro, 18 de agosto de 2026.

Publicado por:
Flavio Geraldo da Silva
Código Identificador:F41A7B29

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2026 PREVIJOP

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2026
Contratante: Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de João Pinheiro – MG
Contratado: FERNANDA ALVES DE SOUZA - CNPJ 66.089.929/0001-47
Objeto: Prestação de serviço na área de perícia médica, conforme legislação vigente, tendo como escopo atestar as condições de saúde, diagnóstico, prognóstico, terapêutica e outras dos servidores públicos municipais segurados do PREVIJOP.
Vigência: 12 meses a partir de 19/06/2026
Valor unitário de cada pericia:
Item9 Preço Unitário R$ 250,00

Descrição dos serviços consta no edital de credenciamento 02/2025
Fundamento Legal: Art78, I c/c art. 79 da lei 14.133/2021
Data de credenciamento: 19/06/2026

Publicado por:
Flavio Geraldo da Silva
Código Identificador:2FBE1047

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2026 PREVIJOP

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2026
Contratante: Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de João Pinheiro – MG
Contratado: GONÇALVES ANDRADE SERVIÇOS MEDICOS LTDA - CNPJ 63.931.518/0001-69
Objeto: Prestação de serviço na área de perícia médica, conforme legislação vigente, tendo como escopo atestar as condições de saúde, diagnóstico, prognóstico, terapêutica e outras dos servidores públicos municipais segurados do PREVIJOP.
Vigência: 12 meses a partir de 27/07/2026
Valor unitário de cada pericia:
Item 1 R$ 358,34; Item2 R$ 339,34; Item3 R$ 308,34; Item4 R$ 300,00; Item 5 R$ 358,34.
Descrição dos serviços consta no edital de credenciamento 02/2025
Fundamento Legal: Art78, I c/c art. 79 da lei 14.133/2021
Data de credenciamento: 27/07/2026

Publicado por:
Flavio Geraldo da Silva
Código Identificador:79319BED

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATAS – PREGÃO ELETRÔNICO 009/2026.

EXTRATO DE ATA firmado entre a MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS e **CONSTRUTORA THAJAMUR EIRELI, ATA Nº 044, Valor Global: R$ 136.160,00; EREMASTER DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA. ATA Nº 045, Valor Global: R$ 96.803,00; FECON ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA 09425773610, ATA Nº 046; JEFERSON GOMES FIGUEIREDO**, **ATA Nº 047 Valor Global:** R$ **139.700,00**; **LUZ DO BRASIL COMERCIO DE ARTIGOS DE ILUMINACAO LTDA ATA Nº 048, Valor Global: R$ 28.650,00; Valor Global: R$ 804.730,00**; **SS INDUSTRIA METALURGICA DE TELAS LTDA. ATA Nº 049, Valor Global: R$ 21.675,00. OBJETO**: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO, COMPREENDENDO BLOCOS ESTRUTURAIS, PISOS INTERTRAVADOS, MEIOS-FIOS, CANALETAS E DEMAIS MATERIAIS COMPLEMENTARES DESTINADOS À EXECUÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL, BEM COMO À MANUTENÇÃO DOS BENS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS/MG; **LICITAÇÃO:** Pregão Eletrônico (14.133/21) 009/2026 - Vigência: 14/08/2026 Até: 14/08/2027.

VALDÍCIO DA VEIGA LEITE **-**
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Valdício da Veiga Leite
Código Identificador:101A6F28

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATAS – PREGÃO ELETRÔNICO 010/2026.

EXTRATO DE ATA firmado entre a MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS e EMPLACAR LTDA – ME, **ATA Nº 50 Valor Global:** R$ 16.899,90; JOCCAR SERVICOS LTDA. **ATA Nº 51, Valor Global:** R$ 22.380,00; RONI ALVES BOTELHO 09425773610, ATA Nº 52, **Valor Global:** R$ 13.800,00. OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de despachante, compreendendo emplacamento, emissão de placas veiculares, registro de veículos, transferência de propriedade, baixa de veículos, inspeção técnica de veículos do transporte escolar e demais procedimentos de regularização documental da frota oficial do Município de José Gonçalves de Minas/MG; LICITACAO: Pregão Eletrônico (14.133/21) 010/2026 - Vigência: 18/08/2026 Até: 18/08/2027.

VALDÍCIO DA VEIGA LEITE **-**
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Valdício da Veiga Leite
Código Identificador:F3C1E246

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGAMAR

LICITAÇÕES, CONTRATOS E EXTRATOS DE CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 69/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 69/2026

CONTRATANTE: Município de Lagamar/MG.

CONTRATADA: WEDER ALVES EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ: 11.054.577/0001-00.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para planejamento, organização, execução e gerenciamento integral da **47ª Festa do Fazendeiro do Município de Lagamar/MG**.

VALOR GLOBAL: R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).

FORMA DE PAGAMENTO: Em 03 (três) parcelas, sendo R$ 216.666,67 após a assinatura e apresentação da nota fiscal; R$ 216.666,67 após a execução parcial dos serviços; e R$ 216.666,66 após a conclusão integral dos serviços, observadas as condições contratuais.

PRAZO DE PAGAMENTO: Até 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota Fiscal devidamente atestada.

VIGÊNCIA: Da data de assinatura até 31 de dezembro de 2026.

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por preço global.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Publicado por:
Vinicius de Paulo Correa
Código Identificador:5C13FC75

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA DA PRATA

MARCO REGULATÓRIO DO MUNÍCIPIO DE LAGOA DA PRATA
1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO 024/2026

Termo de Apostilamento

APOSTILA PARA ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO
1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO 032/2026
PROCESSO 035/2026

O presente Apostilamento tem por objetivo formalizar a alteração do Plano de Trabalho integrante do **Termo de Fomento nº 032/2026**, decorrente do **Processo Administrativo nº 035/2026**, celebrado entre o **Município de Lagoa da Prata** e o **América Futebol Clube**, tendo em vista a necessidade de alteração da data prevista para a realização do campeonato, conforme cronograma atualizado e ofício apresentados pela Organização da Sociedade Civil.
Portanto:
Onde se lê:
A realização do campeonato ocorrerá nos dias **12, 13, 19, 20 e 27 de setembro de 2026**, conforme previsto no Plano de Trabalho aprovado.
Leia-se:
A realização do campeonato ocorrerá no dia **30 de agosto de 2026, a partir das 06h30min**, conforme cronograma atualizado e ofício apresentados pela Organização da Sociedade Civil.
A presente alteração refere-se exclusivamente à data e ao horário de realização do campeonato, permanecendo **inalterados os demais termos, condições, metas, obrigações e demais disposições constantes do Termo de Fomento nº 032/2026 e de seu respectivo Plano de Trabalho**, salvo aquelas que forem expressamente modificadas por este Apostilamento.
DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se, neste ato, as demais cláusulas e condições do **Termo de Fomento nº 032/2026**, bem como as disposições de seu Plano de Trabalho que não tenham sido expressamente alteradas pelo presente Apostilamento.

Lagoa da Prata, 13/08/2026.

CARLOS HENRIQUE XAVIER
Secretário Municipal de Desportos

ALEX ANTÔNIO DO CARMO JUNIOR
Presidente do América Futebol Clube

Publicado por:
Ivana Dalvani Campos de Almeida Freitas
Código Identificador:0E0090D3

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO Nº 184/2026

DECRETO Nº 184/2026

Dispõe sobre Cancelamento de Restos a Pagar.

O Prefeito Municipal de Lagoa da Prata, no uso de suas atribuições legais, considerando a existência de valores inscritos em restos a pagar e a solicitação da Contadoria Municipal através do Ofício Contab./PMLP nº 040/2026,

DECRETA:

Art. 1º A Secretaria Municipal de Fazenda adotará as providências necessárias ao cancelamento do valor de R$ 325.639,93 (trezentos e vinte e cinco mil, seiscentos e trinta e nove reais e noventa e três centavos), referente aos empenhos:

-Empenho Estimativo nº 6.448/2024
Favorecido: AC Campos Construções LTDA
Valor a cancelar: R$ 0,84

-Empenho Ordinário nº 7.164/2025
Favorecido: AMP Comércio e Distribuidora LTDA
Valor a cancelar: R$ 1.834,96

-Empenho Ordinário nº 7.165/2025
Favorecido: AMP Comércio e Distribuidora LTDA
Valor a cancelar: R$ 1.347,30

-Empenho Estimativo nº 4.869/2025
Favorecido: AMP Comércio e Distribuidora LTDA
Valor a cancelar: R$ 33,78

-Empenho Estimativo nº 10.006/2022
Favorecido: Associação de Proteção e Assistência aos Condenados
Valor a cancelar: R$ 1.168,00

-Empenho Estimativo nº 3.580/2025
Favorecido: Caçambas Lacerda LTDA-ME
Valor a cancelar: R$ 1.360,00

-Empenho Estimativo nº 14.303/2025
Favorecido: Caçambas Lacerda LTDA-ME
Valor a cancelar: R$ 3.440,00

-Empenho Estimativo nº 6.960/2022
Favorecido: Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais
Valor a cancelar: R$ 41.424,00

-Empenho Estimativo nº 5.667/2025
Favorecido: Copyusa Comercial LTDA
Valor a cancelar: R$ 311,00

-Empenho Estimativo nº 4.979/2025
Favorecido: Cleber Botelho de Bastos
Valor a cancelar: R$ 32,60

-Empenho Ordinário nº 2.276/2021
Favorecido: Daniel Levi da Costa Vicente
Valor a cancelar: R$ 350,00

-Empenho Ordinário nº 2.312/2022
Favorecido: Desing Artes Gráficas LTDA
Valor a cancelar: R$ 10.880,00

-Empenho Estimativo nº 12.541/2022
Favorecido: Editora FTD SA
Valor a cancelar: R$ 2.045,53

-Empenho Estimativo nº 12.542/2022
Favorecido: Editora FTD SA
Valor a cancelar: R$ 18.239,00

-Empenho Estimativo nº 10.977/2025
Favorecido: Facilita Telecom LTDA
Valor a cancelar: R$ 159,60

-Empenho Ordinário nº 12.223/2021
Favorecido: Gilson Pereira Eireli
Valor a cancelar: R$ 450,00

-Empenho Ordinário nº 14.713/2024
Favorecido: Hemarcon Engenharia de Ar Condicionado LTDA
Valor a cancelar: R$ 421,00

-Empenho Ordinário nº 14.716/2024
Favorecido: Hemarcon Engenharia de Ar Condicionado LTDA
Valor a cancelar: R$ 492,98

-Empenho Ordinário nº 14.717/2024
Favorecido: Hemarcon Engenharia de Ar Condicionado LTDA
Valor a cancelar: R$ 579,00

-Empenho Ordinário nº 14.718/2024
Favorecido: Hemarcon Engenharia de Ar Condicionado LTDA
Valor a cancelar: R$ 579,00

-Empenho Ordinário nº 14.724/2024
Favorecido: Hemarcon Engenharia de Ar Condicionado LTDA
Valor a cancelar: R$ 1.849,00

-Empenho Ordinário nº 15.932/2024
Favorecido: Hemarcon Engenharia de Ar Condicionado LTDA
Valor a cancelar: R$ 496,00

-Empenho Ordinário nº 15.935/2024
Favorecido: Hemarcon Engenharia de Ar Condicionado LTD
Valor a cancelar: R$ 1.155,00

-Empenho Ordinário nº 16.088/2024
Favorecido: Hemarcon Engenharia de Ar Condicionado LTDA
Valor a cancelar: R$ 579,00

-Empenho Estimativo nº 12.895/2024
Favorecido: JW Perícia e Consultoria LTDA
Valor a cancelar: R$ 400,00

-Empenho Estimativo nº 1.664/2024
Favorecido: Lagoa Tendas LTDA
Valor a cancelar: R$ 41.172,00

-Empenho Estimativo nº 3.524/2025
Favorecido: Lucas Rafael Carvalho Pinto
Valor a cancelar: R$ 155,00

-Empenho Estimativo nº 2.985/2022
Favorecido: LB Liberty Assessoria e Consultoria LTDA
Valor a cancelar: R$ 40.000,00

-Empenho Estimativo nº 10.373/2021
Favorecido: Mayara Tur LTDA
Valor a cancelar: R$ 320,00

-Empenho Estimativo nº 333/2022
Favorecido: Norio Momoi-EPP
Valor a cancelar: R$ 120,00

-Empenho Estimativo nº 335/2022
Favorecido: Norio Momoi-EPP
Valor a cancelar: R$ 420,00

-Empenho Estimativo nº 336/2022
Favorecido: Norio Momoi-EPP
Valor a cancelar: R$ 420,00

-Empenho Estimativo nº 337/2022
Favorecido: Norio Momoi-EPP
Valor a cancelar: R$ 3.420,00

-Empenho Estimativo nº 340/2022
Favorecido: Norio Momoi-EPP
Valor a cancelar: R$ 1.650,00

-Empenho Estimativo nº 341/2022
Favorecido: Norio Momoi-EPP
Valor a cancelar: R$ 150,00

-Empenho Estimativo nº 5.076/2025
Favorecido: Nutrilar Express LTDA
Valor a cancelar: R$ 11,64

-Empenho Estimativo nº 5.077/2025
Favorecido: Nutrilar Express LTDA
Valor a cancelar: R$ 69,84

-Empenho Ordinário nº 9.196/2025
Favorecido: Nutrilar Express LTDA
Valor a cancelar: R$ 50,00

-Empenho Estimativo nº 5.086/2025
Favorecido: Nutrilar Express LTDA
Valor a cancelar: R$ 69,84

-Empenho Ordinário nº 14.739/2024
Favorecido: Otimizar Manutenção Técnica em Refrigeração LTDA
Valor a cancelar: R$ 380,00

-Empenho Ordinário nº 14.741/2024
Favorecido: Otimizar Manutenção Técnica em Refrigeração LTDA
Valor a cancelar: R$ 745,00

-Empenho Ordinário nº 5.113/2025
Favorecido: Oxi Química LTDA
Valor a cancelar: R$ 120,42

-Empenho Estimativo nº 5.125/2025
Favorecido: Oxi Química LTDA
Valor a cancelar: R$ 72,27

-Empenho Ordinário nº 12.986/2022
Favorecido: Sempre Telecomunicações LTDA
Valor a cancelar: R$ 57,03

-Empenho Estimativo nº 6.979/2024
Favorecido: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial-SENAC Minas
Valor a cancelar: R$ 16.000,00

-Empenho Estimativo nº 9.227/2023
Favorecido: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-Departamento Regional de Minas Gerais
Valor a cancelar: R$ 116.613,06

-Empenho Estimativo nº 6.961/2022
Favorecido: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-Departamento Regional de Minas Gerais
Valor a cancelar: R$ 53.979,13

-Empenho Estimativo nº 6.515/2023
Favorecido: Surface Engenharia e Topografia LTDA
Valor a cancelar: R$ 57.000,00

-Empenho Estimativo nº 14. 951/2025
Favorecido: Smartech Info Centro Oeste LTDA
Valor a cancelar: R$ 311,35

-Empenho Estimativo nº 5.464/2025
Favorecido: Tristão Alimentos LTDA
Valor a cancelar: R$ 608,25

-Empenho Estimativo nº 5.475/2025
Favorecido: Tristão Alimentos LTDA
Valor a cancelar: R$ 1.832,46

-Empenho Estimativo nº 5.152/2025
Favorecido: Usuai Produtos de Limpeza Distribuidora e Comércio LTDA
Valor a cancelar: R$ 2.691,88

-Empenho Estimativo nº 4.912/2025
Favorecido: Wtrade Intermediação de Negócios LTDA
Valor a cancelar: R$ 12,00

-Empenho Estimativo nº 4.920/2025
Favorecido: Wtrade Intermediação de Negócios LTDA
Valor a cancelar: R$ 1.699,00

-Empenho Estimativo nº 4.924/2025
Favorecido: Wtrade Intermediação de Negócios LTDA
Valor a cancelar: R$ 12,00

-Empenho Estimativo nº 4.802/2025
Favorecido: 3 Poderes Comércio LTDA
Valor a cancelar: R$ 154,21

-Empenho Estimativo nº 4.808/2025
Favorecido: 3 Poderes Comércio LTDA
Valor a cancelar: R$ 19.395,77

-Empenho Estimativo nº 4.836/2025
Favorecido: 3 Poderes Comércio LTDA
Valor a cancelar: R$ 8.564,04

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa da Prata, 06 de Agosto de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinícius Alves Maciel
Código Identificador:04BBDD5E

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO Nº 198/2026

DECRETO Nº 198/2026

Permite a utilização Precária do Bem Público que Menciona.

O Prefeito Municipal de Lagoa da Prata, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 44, VI da Lei Orgânica do Município e considerando o Memorando nº 187/2026/SEDE, proveniente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitida a utilização de um espaço na Rua José Pereira da Silva, s/nº (em frente a Estação Saúde), imóvel pertencente ao patrimônio público municipal, à empresa LUCIANO DEIVID DE OLIVEIRA, nome fantasia "GORDIN LANCHES" inscrito no CNPJ sob o nº 60.213.575/0001-14, sediada na Rua Duque de Caxias, nº 06, Bairro Gomes, neste ato representada pelo Sr. Luciano Deivid de Oliveira, inscrito no CPF sob o nº xxx.206.996-xx, residente nesta cidade de Lagoa da Prata-MG., cujo uso será a título precário, para utilização de um "Trailer" (Serviço Ambulante de Alimentação), nas condições e prazos estabelecidos no Termo de Permissão de Uso, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º A presente permissão terá vigência até 31/12/2026 e enquanto a Permissionária estiver cumprindo as determinações contidas no Termo de Permissão de Uso.
Art. 3º A permissionária, findo o prazo estabelecido no artigo 2º deste Decreto, compromete-se a se abster da utilização do imóvel, devolvendo-o em perfeitas condições de uso, não lhe cabendo nenhuma indenização por benfeitoria, eventualmente efetuada ou a qualquer título.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa da Prata, 17 de agosto de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinícius Alves Maciel
Código Identificador:5F023552

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO Nº 199/2026

DECRETO Nº 199/2026

-Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 1.016.096,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista a autorização contida na Lei nº 4.442, de 17 de agosto de 2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata, no montante de R$ R$ 1.016.096,00 (um milhão dezesseis mil e noventa e seis reais), para atender às seguintes dotações orçamentárias:

10.002 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Setor de Parques e Jardins
18.541.1003.3027 – Implantação e Construção de Nova Célula no Aterro Sanitário
449051 – Obras e Instalações ……...… R$ 1.016.096,00
Total ....….....….... R$ 1.016.096,00

Art. 2º Como recurso para abertura do crédito especificado será anulada a seguinte dotação orçamentária:

10.002 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Setor de Parques e Jardins
18.541.1003.4107 – Gestão dos Resíduos Sólidos do Município
339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica …. R$ 1.016.096,00
Total ....….....….....……. R$ 1.016.096,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa da Prata, 17 de agosto de 2026.

DI-GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinícius Alves Maciel
Código Identificador:28089A6E

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO Nº 200/2026

DECRETO Nº 200/2026

-Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 600.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista a autorização contida na Lei nº 4.443, de 17 de agosto de 2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata, no montante de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), para atender às seguintes dotações orçamentárias:

08.002 – Secretaria Municipal de Educação – Ensino Municipal
12.365.0803.4040 – Construção, Ampliação e Reforma da Infraestrutura das Creches
449051 – Obras e Instalações .....… R$ 600.000,00
Total .....….....….…..….…..... R$ 600.000,00

Art. 2º Como recurso para abertura do crédito especificado serão utilizados os seguintes recursos provenientes do Convênio nº 1261004585/2026/SEE, vinculados à rubrica de receita 2.4.2.2.51.0.1 –Transferências de Convênios do Estado destinadas a Programas de Educação:

- Excesso de arrecadação ……..……..……. R$ 150.000,00
- Tendência de Excesso de Arrecadação para o Exercício de 2026 ……..…..…….. R$ 450.000,00
Total .....….....….….... R$ 600.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa da Prata, 17 de agosto de 2026.

DI-GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinícius Alves Maciel
Código Identificador:B033DFEA

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO Nº 201/2026

DECRETO Nº 201/2026

-Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 2.741.947,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista a autorização contida na Lei nº 4.444, de 17 de agosto de 2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata, no montante de R$ 2.741.947,00 (dois milhões, setecentos e quarenta e um mil, novecentos e quarenta e sete reais), para atender às seguintes dotações orçamentárias:

12.001 – Secretaria Municipal de Saúde – Atividades Administrativas da Gestão
10.122.1201.8026 – Gestão Administrativa da Secretaria de Saúde
449052 – Equipamentos e Material Permanente ..…...… R$ 732.581,00
12.003 – Secretaria Municipal de Saúde – Setor de Saúde
10.301.1202.8034 - Gestão das Unidades de Atenção Primária à Saúde
339030 – Material de Consumo .....… R$ 278.555,00

339039 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica ...……...… R$ 200.000,00
12.003 – Secretaria Municipal de Saúde – Setor de Saúde
10.302.1207.8037 – Pareceria com Entidades de Atenção à Saúde
335043 – Subvenções Sociais .....……. R$ 400.000,00
12.003 – Secretaria Municipal de Saúde – Setor de Saúde
10.302.1207.8038 – Gestão dos Estabelecimentos Prestadores dos Serviços de Saúde – MAC
335039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica .....… R$ 350.000,00
335041 – Contribuições .....… R$ 180.000,00
445042 – Auxílios .....… R$ 600.811,00
Total .....…….. R$ 2.741.947,00

Art. 2º Como recurso para abertura do crédito especificado será utilizado o Excesso de Arrecadação nas Rubricas: 2.4.2.1.50.0.1.21; 2.4.2.1.50.0.1.20; 2.4.2.1.50.0.1.22; 2.4.2.1.50.0.1.24; 1.7.2.3.50.0.1.69; 1.7.1.3.50.1.1.06; 1.7.1.3.50.2.1.04 e 2.4.2.1.50.0.1.23.

Total .....…..... R$ 2.741.947,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa da Prata, 17 de agosto de 2026.

DI-GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinícius Alves Maciel
Código Identificador:64B1B694

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 177/2026

PORTARIA No 177/2026

O Prefeito Municipal de Lagoa da Prata, no uso de suas atribuições legais e em conformidade o art. 44, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, resolve nomear o SR. CARLOS EDUARDO ALVES DE SOUSA para o Cargo em Comissão de Chefe do Setor de Esportes desta Prefeitura, com efeito a partir de 04 de agosto de 2026.

Lagoa da Prata, 18 de agosto de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinícius Alves Maciel
Código Identificador:9560BC7A

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 178/2026

PORTARIA No 178/2026

O Prefeito Municipal de Lagoa da Prata, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 44, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, resolve exonerar o SR. CARLOS EDUARDO ALVES DE SOUSA do Cargo em Comissão de Chefe do Setor de Esportes desta Prefeitura, a partir de 13 de agosto de 2026.

Lagoa da Prata, 18 de agosto de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinícius Alves Maciel
Código Identificador:280B1CA4

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 179/2026

PORTARIA No 179/2026

O Prefeito Municipal de Lagoa da Prata, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 44, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, resolve exonerar o SR. MATHEUS FIRMINO FERREIRA do Cargo em Comissão de Coordenador desta Prefeitura, a partir de 08 de setembro de 2026.

Lagoa da Prata, 18 de agosto de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinícius Alves Maciel
Código Identificador:B1ED9E18

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 180/2026

PORTARIA No 180/2026

O Prefeito Municipal de Lagoa da Prata, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 44, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, resolve nomear o SR. MATHEUS FIRMINO FERREIRA para o Cargo em Comissão de Assessor Administrativo desta Prefeitura, a partir de 09 de setembro de 2026.

Lagoa da Prata, 18 de agosto de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinícius Alves Maciel
Código Identificador:C3212EFA

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 181/2026

PORTARIA No 181/2026

O Prefeito Municipal de Lagoa da Prata, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 44, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, resolve nomear a SRA. NATÁLIA DE MORAIS PEREIRA AZEVEDO para o Cargo em Comissão de Chefe do Setor de Esportes desta Prefeitura, a partir de 17 de agosto de 2026.

Lagoa da Prata, 18 de agosto de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinícius Alves Maciel
Código Identificador:C4A7761C

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 182/2026

PORTARIA Nº 182/2026

Altera Portaria nº 172/2026 que Cria Comissão de Sindicância Administrativa 03-2026.

O Prefeito Municipal de Lagoa da Prata, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º A Ementa da Portaria nº 172/2026 passa a vigorar com a seguinte redação:

Designa Membros Para Compor a Comissão da Corregedoria da Guarda Civil Municipal de Sindicância Administrativa – 03/2026.

Art. 2º O art. 1º da Portaria nº 172/2026 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Ficam designados os servidores municipais: GRACIELA ALMEIDA AMARAL, corregedora da Guarda Civil Municipal, CARLOS EDUARDO ALVES DE SOUSA, Agente de Serviços Administrativos e VALÉRIA APARECIDA FERREIRA DE PAULA, Auxiliar de Serviços Administrativos para, sob a presidência da primeira, compor a Comissão de Sindicância Administrativa, a fim de apurar extensão de eventuais irregularidades acerca dos fatos descritos no Despacho de Abertura de Sindicância Administrativa, proveniente da Secretaria Municipal de Administração e Governo, bem como para proceder ao exame dos atos e fatos que emergirem no curso dos trabalhos.

Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a consolidar na Portaria nº 172/2026 o teor desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa da Prata, 18 de agosto de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinícius Alves Maciel
Código Identificador:6AC27BA0

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 183/2026

PORTARIA No 183/2026

O Prefeito Municipal de Lagoa da Prata, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 44, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, resolve nomear a **Sra. Ana Claudia Fonseca de Melo** para o Cargo em Comissão de **Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico** do Município, com efeitos a partir de 14 de Agosto de 2026.

Lagoa da Prata, 18 de agosto de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinícius Alves Maciel
Código Identificador:5B2FA378

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 184/2026

PORTARIA Nº 184/2026

Designa Membros Para Compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar - PAD nº 02/2026 da Corregedoria da Guarda Civil Municipal.

O Prefeito Municipal de Lagoa da Prata, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei Municipal nº 2.353/2014 e o Despacho proveniente da Secretaria Municipal de Administração e Governo,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os servidores municipais: GRACIELA ALMEIDA AMARAL, Corregedora da Guarda Civil Municipal, CARLOS EDUARDO ALVES DE SOUSA, Agente de Serviços Administrativos e VALÉRIA APARECIDA FERREIRA DE PAULA, Auxiliar de Serviços Administrativos para, sob a presidência da primeira, compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, a fim de apurar eventuais responsabilidades administrativas descritas no Despacho proferido pelo Secretário Municipal de Administração e Governo, bem como para proceder ao exame dos atos e fatos que emergirem no curso dos trabalhos.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos da referida comissão, com elaboração de relatório final a ser encaminhado ao Secretário Municipal de Administração e Governo para julgamento do processo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa da Prata, 18 de agosto de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinícius Alves Maciel
Código Identificador:30B084A8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA DOS PATOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOS PATOS
AVISO DE RETIFICAÇÃO E REABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 010/2026

O Município de Lagoa dos Patos/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serv. Urbanos, torna público a Retificação e Reabertura do Processo Licitatório Nº 049/2026 PREGÃO Eletrônico POR SRP nº 010/2026, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE TODAS AS SECRETARIAS E DOS DEMAIS ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, BEM COMO À EXECUÇÃO DE REFORMAS, MANUTENÇÕES E MELHORIAS NOS PRÉDIOS, ESPAÇOS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS ESTRUTURAS PÚBLICAS, INCLUSIVE NAS COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE LAGOA DOS PATOS/MG**. A participação na presente licitação se dará mediante Sistema de Pregão Eletrônico integrante da Plataforma Licitar Digital, disponível no endereço eletrônico https://licitardigital.com.br.

REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 08h30min (oito horas e trinta minutos) do dia 31/08/2026.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item.
LOCAL: PLATAFORMA LICITAR DIGITAL https://licitardigital.com.br.
MODO DE DISPUTA: FECHADO E ABERTO

O Edital na integra está disponível no Site do Município (www.lagoadospatos.mg.gov.br) e Plataforma Licitar Digital (https://licitardigital.com.br). Maiores informações através do e-mail: licitaldp@yahoo.com.br ou pelo telefone: (38)3426-0398.

Lagoa dos Patos/MG, 14 de agosto de 2026

JOSE CAMILO NETO
Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serv. Urbanos

Publicado por:
Valeria Tamires Soares
Código Identificador:E0FE1058

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOS PATOS
DECISÃO PAD SANCIONADOR 04/2026.

REF: Descumprimento de obrigações contratuais, consistente na não entrega de produtos identificados na ordem de compra no. 47991, de 14.11.2025, dentro de ata de registro de preços no. 132/2025.
EMPRESA INFRATORA: pela LUNAR LICITAÇÕES LTDA., CNPJ no. 58.135.528/0001-58

O prefeito de Lagoa dos Patos, no uso de suas atribuições legais, consoante o 14.133, de 01.04.2021, regulamentada no âmbito do Município de Lagoa dos Patos, pelo Decreto Municipal no. 10, de 09.04.2024, alterados pelos Decretos nos. 17, de 15.06.2026 e 21, de

17.07.2026, editais e contratos expedidos no processo acima referenciado, **DECIDE**, com base em relatório apresentado pela comissão de processo administrativo sancionador:

1 –pelosatos manifestamente ilegais, afrontosos as cláusulas da ata de registro de preços que foi celebrado, com base nos artigos 155, incisos III e IV, face a inadimplência da empresa **LUNAR LICITAÇÕES LTDA., CNPJ no. 58.135.528/0001-58**, aplicar em seus desfavor, as sanções previstas nos incisos II e IV, do artigo 156, todos da Lei 14.133, de 01.04.2021, sendo a multa fixada no mesmo valor da ordem de compra expedida e não cumprida e o prazo de inidoneidade, fixado em 3 anos, podendo, este último, ser suprimido, em havendo cumprimento da ordem de compras, no prazo de 48 horas, da intimação desta decisão.

2 – pela rescisão unilateral, pela comissão de licitações, a ata de registro de preços firmado com a empresa, face a inadimplência na entrega dos produtos;

3 – que, do prazo de declaração de inidoneidade, seja efetivada a publicação do ato n o CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pelo Governo Federal no Portal da Transparência e outros cadastras equivalentes, ato este que será providenciado pela Comissão de Licitações, de forma a publicizar a decisão;

4 – que seja remetido cópia, digitalizada, deste PAD sancionador a Procuradoria do Município para que, analisando tudo quanto processado, possa definir ações de ressarcimento, execuções e outras, conforme seu entendimento e conclusões.

5 – a presentedecisão deverá ser juntado ao processo acima referenciado e, para que produza seus leais e regulares efeitos.

6 -a empresa deverá ser intimada (pelo correio e/ou no seu endereço eletrônico lunarlicitacoes@gmail.com), para que tome ciência da rescisão e sanções lhe imposta, para que possa exercer o seu direito de recurso, recomendando-se, pois, que se manejados, sejam recepcionados tão somente no efeito devolutivo, bem como possa, querendo, exercer o direito de entrega, sem aplicação de sanção de inidoneidade, previsto no item 1 (um) acima.

Lagoa dos Patos, 10 de agosto de 2026.

HÉCULESVANDY DURÃES DA FONSECA
Prefeito de Lagoa Dos Patos

Publicado por:
Weverton Barbosa Silva
Código Identificador:A079C211

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOS PATOS
DECISÃO REF.: PAD SANCIONADOR 05/2026.

descumprimento de obrigações contratuais em relação ao CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 135/2025 – ORDEM DE COMPRA NO. 047993 e 47994, de 14.11.2025, nos valores de R$344,00 e R$R$1.580,40, oriundas do processo de licitação no. 55/2025, pregão eletrônico 26/2025, pela empresa PASCELLY E CIA LTDA. CNPJ no. 09.208.586/0001-59, com endereço à Rua Sete de Setembro, no. 546, Bairro Maracanã, Montes Claros – MG, cep 39.403.072

O prefeito de Lagoa dos Patos, no uso de suas atribuições legais, consoante o 14.133, de 01.04.2021, regulamentada no âmbito do Município de Lagoa dos Patos, pelo Decreto Municipal no. 10, de 09.04.2024, alterados pelos Decretos nos. 17, de 15.06.2026 e 21, de 17.07.2026, editais e contratos expedidos no processo acima referenciado, **DECIDE**, com base em relatório apresentado pela comissão de processo administrativo sancionador:

1 –pelos atos manifestamente ilegais, afrontosos as cláusulas da ata de registro de preços que foi celebrado, com base nos artigos 155, incisos III e IV, face a inadimplência da empresa **acima referenciada**, aplicar em seus desfavor, as sanções previstas nos incisos II e IV, do artigo 156, todos da Lei 14.133, de 01.04.2021, sendo a multa fixada no mesmo valor da ordem de compra expedida e não cumprida e o prazo de inidoneidade, fixado em 3 anos, podendo, este último, ser suprimido, em havendo cumprimento da ordem de compras, no prazo de 48 horas, da intimação desta decisão.

2 – pela rescisão unilateral, pela comissão de licitações, a ata de registro de preços firmado com a empresa, face a inadimplência na entrega dos produtos;

3 – que, do prazo de declaração de inidoneidade, seja efetivada a publicação do ato n o CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pelo Governo Federal no Portal da Transparência e outros cadastras equivalentes, ato este que será providenciado pela Comissão de Licitações, de forma a publicizar a decisão;

4 – que seja remetido cópia, digitalizada, deste PAD sancionador a Procuradoria do Município para que, analisando tudo quanto processado, possa definir ações de ressarcimento, execuções e outras, conforme seu entendimento e conclusões.

5 – a presentedecisão deverá ser juntado ao processo acima referenciado e, para que produza seus leais e regulares efeitos.

6 -a empresa deverá ser intimada (pelo correio e/ou no seu endereço eletrônico lunarlicitacoes@gmail.com), para que tome ciência da rescisão e sanções lhe imposta, para que possa exercer o seu direito de recurso, recomendando-se, pois, que se manejados, sejam recepcionados tão somente no efeito devolutivo, bem como possa, querendo, exercer o direito de entrega, sem aplicação de sanção de inidoneidade, previsto no item 1 (um) acima.

Lagoa dos Patos, 10 de agosto de 2026.

HÉCULESVANDY DURÃES DA FONSECA
Prefeito de Lagoa Dos Patos

Publicado por:
Weverton Barbosa Silva
Código Identificador:25377BEA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOS PATOS
DECISÃO REF.: PAD SANCIONADOR 06/2026.

descumprimento de obrigações contratuais em relação ao CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 042/2026 – ORDEM DE COMPRA n. 051494, de 15.04.2026, no(s) valor(es) de R$4.640,00, oriundas do processo de licitação no. 11/2026, pregão eletrônico 02/2026, pela empresa MAIS ESPORTES COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA., CNPJ no. 47.484.696/0001-00, com endereço à Travessa Hum, no. 83, bairro Arroio Feliz, sala 02, Município de Feliz, RS, cep 95.770.000.

O prefeito de Lagoa dos Patos, no uso de suas atribuições legais, consoante o 14.133, de 01.04.2021, regulamentada no âmbito do Município de Lagoa dos Patos, pelo Decreto Municipal no. 10, de 09.04.2024, alterados pelos Decretos nos. 17, de 15.06.2026 e 21, de 17.07.2026, editais e contratos expedidos no processo acima referenciado, **DECIDE**, com base em relatório apresentado pela comissão de processo administrativo sancionador:

1 –pelos atos manifestamente ilegais, afrontosos as cláusulas da ata de registro de preços que foi celebrado, com base nos artigos 155, incisos III e IV, face a inadimplência da empresa **acima referenciada**, aplicar em seus desfavor, as sanções previstas nos incisos II e IV, do artigo 156, todos da Lei 14.133, de 01.04.2021, sendo a multa fixada no mesmo valor da ordem de compra expedida e não cumprida e o prazo de inidoneidade, fixado em 3 anos, podendo, este último, ser suprimido, em havendo cumprimento da ordem de compras, no prazo de 48 horas, da intimação desta decisão.

2 – pela rescisão unilateral, pela comissão de licitações, a ata de registro de preços firmado com a empresa, face a inadimplência na entrega dos produtos;

3 – que, do prazo de declaração de inidoneidade, seja efetivada a publicação do ato n o CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pelo Governo Federal no Portal da Transparência e outros cadastras equivalentes, ato este que será providenciado pela Comissão de Licitações, de forma a publicizar a decisão;

4 – que seja remetido cópia, digitalizada, deste PAD sancionador a Procuradoria do Município para que, analisando tudo quanto processado, possa definir ações de ressarcimento, execuções e outras, conforme seu entendimento e conclusões.

5 – a presente decisão deverá ser juntado ao processo acima referenciado e, para que produza seus leais e regulares efeitos.

6 -a empresa deverá ser intimada (pelo correio e/ou no seu endereço eletrônico lunarlicitacoes@gmail.com), para que tome ciência da rescisão e sanções lhe imposta, para que possa exercer o seu direito de recurso, recomendando-se, pois, que se manejados, sejam recepcionados tão somente no efeito devolutivo, bem como possa, querendo, exercer o direito de entrega, sem aplicação de sanção de inidoneidade, previsto no item 1 (um) acima.

Lagoa dos Patos, 10 de agosto de 2026.

HÉCULESVANDY DURÃES DA FONSECA
Prefeito de Lagoa Dos Patos

Publicado por:
Weverton Barbosa Silva
Código Identificador:E31C78B5

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOS PATOS
EXTRATO DE ATAS REGISTRO DE PREÇO

PROCESSSO LICITATÓRIO Nº 035/2026
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 008/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA OU EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE UNIFORMES E ACESSÓRIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA DOS PATOS/MG.

O **MUNICÍPIO DE LAGOA DOS PATOS/MG** com endereço na Praça 31 de Março, 111, Centro, Lagoa dos Patos/MG, CEP 39.360-000, inscrito no CNPJ nº 16.601.381/0001-10, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, neste ato representado pelo Sr. Secretário, Sebastião Claudio Reis, portador do CPF Nº ***.330.066-**.

DAS DETENTORAS:
ATA REGISTRO DE PREÇO 019/2026: EXITO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA sediada à Rua das Erveiras, 63 - Petropólis, Concórdia/ SC - licitacao@exitoic.com.br - (49)3030-5599, inscrita no CNPJ sob o N.º 63.015.288/0001-98, neste ato representada legalmente por Mirela Lazzari, inscrito(a) no CPF sob o N.º ***571949**, Valor total estimado R$ 64.960,00 (sessenta e quatro mil e novecentos e sessenta reais), conforme proposta e documentos anexos.

ATA REGISTRO DE PREÇO 020/2026: GRAFICA SANTA RITA DE CORACAO DE JESUS LTDA sediada à AV MONTES CLAROS, 1471 - centro, Coração de Jesus/ MG - grafica.santarita@hotmail.com - (38)9912-4667, inscrita no CNPJ sob o N.º 05.562.748/0001-00, neste ato representada legalmente por Walquíria Rodrigues Durães, inscrito(a) no CPF sob o N.º ***182956**, valor total estimado R$ 25.835,00 (vinte e cinco mil e oitocentos e trinta e cinco reais), conforme proposta e documentos anexos.

ATA REGISTRO DE PREÇO 021/2026: HB PROTECTION LTDA sediada à Rua Santo André, 132 - Parque Caravelas, Santana do Paraíso/ MG - hbprotection2@gmail.com - (31)99513-4778, inscrita no CNPJ sob o N.º 40.276.871/0001-57, neste ato representada legalmente por Edson Goncalves, inscrito(a) no CPF sob o N.º ***880056**, valor total estimado R$ 320.830,00 (trezentos e vinte mil e oitocentos e trinta reais), conforme proposta e documentos anexos.

Data de Assinatura: 14 de agosto de 2026.
Vigência: 12 meses.

Lagoa dos Patos-MG, 14 de agosto de 2026.

VALERIA TAMIRES SOARES
Agente de Contratação

Publicado por:
Valeria Tamires Soares
Código Identificador:E72ACC6B

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOS PATOS
EXTRATO DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 008/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOS PATOS-MG, pessoa jurídica de direito público, com endereço a Praça 31 de Março, 111, Centro, CNPJ n° 16.901.381/0001-10, através da Comissão de Licitações, torna público o resultado do Processo Licitatório nº. 035/2026 Pregão Eletrônico por sistema Registro de Preço nº. 008/2026, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA OU EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE UNIFORMES E ACESSÓRIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA DOS PATOS/MG**, nos termos da Lei 14.133/2021 e suas alterações ADJUDICADO e HOMOLOGADO em favor dos licitantes que abaixo se descreve:

EXITO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA sediada à Rua das Erveiras, 63 - Petropólis, Concórdia/SC - licitacao@exitoic.com.br - (49)3030-5599, inscrita no CNPJ sob o N.º 63.015.288/0001-98, neste ato representada legalmente por Mirela Lazzari, inscrito(a) no CPF sob o N.º ***571949**, Valor total estimado R$ 64.960,00 (sessenta e quatro mil e novecentos e sessenta reais), conforme proposta e documentos anexos.

GRAFICA SANTA RITA DE CORACAO DE JESUS LTDA sediada à AV MONTES CLAROS, 1471 - centro, Coração de Jesus/ MG - grafica.santarita@hotmail.com - (38)9912-4667, inscrita no CNPJ sob o N.º 05.562.748/0001-00, neste ato representada legalmente por Walquíria Rodrigues Durães, inscrito(a) no CPF sob o N.º ***182956**, valor total estimado R$ 25.835,00 (vinte e cinco mil e oitocentos e trinta e cinco reais), conforme proposta e documentos anexos.

HB PROTECTION LTDA sediada à Rua Santo André, 132 - Parque Caravelas, Santana do Paraíso/MG - hbprotection2@gmail.com - (31)99513-4778, inscrita no CNPJ sob o N.º 40.276.871/0001-57, neste ato representada legalmente por Edson Goncalves, inscrito(a) no CPF sob o N.º ***880056**, valor total estimado R$ 320.830,00 (trezentos e vinte mil e oitocentos e trinta reais), conforme proposta e documentos anexos.

Conforme extrato acima, publicado no quadro de avisos oficial da Prefeitura Municipal, site oficial (https://www.lagoadospatos.mg.gov.br/) no dia 14 de agosto de 2026.

VALÉRIA TAMIRES SOARES
Agente de Contratação

Publicado por:
Valeria Tamires Soares
Código Identificador:AF3B11F3

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOS PATOS
VISO DE INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO Nº 007/2026

AVISO DE INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO Nº 007/2026

O Município de Lagoa dos Patos/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serv. Urbanos, torna público o Processo Licitatório Nº 052/2026 INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO nº 007/2026, cujo objeto é o **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS, SOB DEMANDA, DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA DESTINADA À EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E PREDITIVA, CONSERVAÇÃO, REPAROS, ADAPTAÇÕES, PEQUENAS CONSTRUÇÕES E RECUPERAÇÃO DE BENS PÚBLICOS MUNICIPAIS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE PEDREIRO, AUXILIAR DE SERVIÇOS TÉCNICOS, PINTOR, BOMBEIRO HIDRÁULICO, ELETRICISTA, MARCENEIRO/CARPINTEIRO, SERRALHERIA, CAPINA E ROÇADA, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA DOS PATOS/MG.**

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS Á PARTIR: 20/08/2026 às 08h00min
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 09h00min (nove horas) do dia 02/09/2026.
ENCERRAMENTO DO CREDENCIAMENTO: 02/09/2027

O Aviso de Contratação Direta na integra está disponível no Site do Município (www.lagoadospatos.mg.gov.br). Maiores informações através do e-mail: licitaldp@yahoo.com.br ou pelo telefone: (38)3426-0398.

Lagoa dos Patos/MG, 18 de agosto de 2026

JOSE CAMILO NETO
Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serv. Urbanos

Publicado por:
Valeria Tamires Soares
Código Identificador:D97C1A57

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA SANTA

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO – ATA RP Nº 135/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025

Partes: Município de Lagoa Santa e **ITOGRASS AGRÍCOLA ALTA MOGIANA LTDA -** CNPJ: 62.046.735/0044-43

Finalidade: prorrogação do prazo de vigência por 12 (doze) meses, para uso do saldo remanescente, conforme Processo Administrativo 15943-26-LST-ADT, nos termos do artigo 84, da Lei Federal n° 14.133/21.

ALESSANDRO JORGE SALVINO
Secretário Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente

Publicado por:
Isabella Rodrigues Costa Guedes
Código Identificador:13A240AC

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO – CONTRATO Nº 142/2026 – CONCORRÊNCIA Nº 007/2026

Partes: Município de Lagoa Santa/MG e **ULTRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES S.A.** – CNPJ: 13. 118.774/0001-63

Objeto: Contratação semi-integrada de empresa especializada para execução dos serviços necessários para elaboração dos projetos complementares executivos de engenharia e execução da obra de ampliação do Complexo Educacional José Avelar, com a construção de quadra na Creche, Foyer e Copa no Auditório, com fornecimento de materiais, equipamentos necessários e mão de obra, conforme relação constante neste projeto básico.

Valor: R$ 3.022.000,00

Vigência: 12/08/2026 a 12/03/2027

Dotação Orçamentária:

Ficha	Dotação
696	02.007.001.12.365.0010.2170.4.4.90.51.00
714	02.007.001.12.365.0010.2174.4.4.90.51.00

ALESSANDRO JORGE SALVINO
Secretário Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente

GABRIEL LEITE MENDES
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Júlio César Santos Almeida
Código Identificador:79919EA0

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO – ATA RP 001/2026 – PREGÃO RP 029/2025

Partes: Município de Lagoa Santa/MG e **COMERCIAL OTTO LTDA -** CNPJ nº 31.374.156/0001-66

Finalidade: Alteração do endereço e dos representantes legais da CONTRATADA, passando a vigorar da Alteração e Consolidação do Contrato Social certificada em 11/05/2026 e retroagindo seus efeitos a data da assinatura do instrumento contratual.

KARINA ROCHA DE OLIVEIRA TARANTO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Isabella Rodrigues Costa Guedes
Código Identificador:5981A28E

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO – CONTRATO 094/2026 – PREGÃO RP 029/2025

Partes: Município de Lagoa Santa/MG e **COMERCIAL OTTO LTDA -** CNPJ nº 31.374.156/0001-66

Finalidade: Alteração do endereço e dos representantes legais da CONTRATADA, passando a vigorar da Alteração e Consolidação do Contrato Social certificada em 11/05/2026 e retroagindo seus efeitos a data da assinatura do instrumento contratual.

KARINA ROCHA DE OLIVEIRA TARANTO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Isabella Rodrigues Costa Guedes
Código Identificador:6BF36C9A

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
COMUNICADO Nº 03 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 003/2026

A Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão – SEPLAG, no uso de suas atribuições legais, **COMUNICA** aos candidatos do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2026/SEPLAG que, em razão da constatação de inconsistências na análise de algumas inscrições, que demandaram a revisão do Resultado Preliminar do certame, fica **ANULADO** o Resultado Preliminar publicado em **11/08/2026**, bem como os atos subsequentes que dele tenham decorrido diretamente.
A medida tem por finalidade assegurar a regularidade do certame e a observância dos critérios e condições estabelecidos no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2026/SEPLAG, garantindo tratamento isonômico aos candidatos e a adequada análise das inscrições.
Em decorrência da anulação, serão realizadas as revisões e adequações necessárias, observados os critérios previstos no Edital, e,

após a conclusão dos procedimentos, será publicado **novo Resultado Preliminar**, que substituirá integralmente aquele divulgado em 11/08/2026.

Informa-se, ainda, que foi **retificado o Anexo IV – Cronograma** do Edital, com a adequação dos prazos das etapas subsequentes, em razão da necessidade de revisão e republicação do Resultado Preliminar. O **Anexo IV – Cronograma**, devidamente atualizado, será publicado juntamente com este Comunicado e deverá ser observado para o regular prosseguimento do certame.

Ressalta-se que, em razão da anulação do Resultado Preliminar, os recursos eventualmente interpostos contra o referido resultado ficam prejudicados em razão da anulação do ato contra o qual foram interpostos. Será assegurado aos candidatos, novo prazo para interposição de recursos após a publicação do novo Resultado Preliminar, nos termos do Cronograma retificado e observados os procedimentos estabelecidos no item 7 do Edital.

A presente anulação **não implica alteração dos requisitos, critérios de avaliação, condições de participação ou demais disposições previstas no Edital**, que permanecem integralmente vigentes, ressalvadas as alterações expressamente estabelecidas em atos de retificação regularmente publicados.

A Administração Municipal reafirma seu compromisso com a observância dos princípios da **legalidade, impessoalidade, isonomia, transparência e da segurança jurídica**, bem como com a regularidade e a adequada condução do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2026/SEPLAG.

Lagoa Santa/MG, 18 de agosto de 2026.

FREDERIC HENRIQUE MAGALHÃES DE ALBUQUERQUE
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:46704386

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
ERRATA Nº 03 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 003/2026

ONDE SE LÊ:
ANEXO IV – CRONOGRAMA

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATA
01	Publicação do Edital	**30/06/2026**
02	Prazo para impugnação do Edital	**01/07/2026**
03	Prazo para resposta da impugnação do Edital	**07/07/2026**
04	Período de inscrição	**08/07/2026 a 19/07/2026**
05	Divulgação do resultado preliminar	**11/08/2026**
06	Interposição de recursos contra o resultado preliminar	**12/08/2026**
07	Decisão relativa a recursos	**25/08/2026**
08	Divulgação da classificação final	**26/08/2026**
09	Homologação	**28/08/2026**

Lagoa Santa, 30 de junho de 2026.

ONDE SE LÊ:

ANEXO IV – CRONOGRAMA

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATA
01	Publicação do Edital	**30/06/2026**
02	Prazo para impugnação do Edital	**01/07/2026**
03	Prazo para resposta da impugnação do Edital	**07/07/2026**
04	Período de inscrição	**08/07/2026 a 19/07/2026**
05	Divulgação do resultado preliminar	**20/08/2026**
06	Interposição de recursos contra o resultado preliminar	**21/08/2026**
07	Decisão relativa a recursos	**09/09/2026**
08	Divulgação da classificação final	**15/09/2026**
09	Homologação	**16/09/2026**

Lagoa Santa, 18 de agosto de 2026

FREDERIC HENRIQUE MAGALHÃES DE ALBUQUERQUE
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:9DF77FEC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2.043, DE 13 DE AGOSTO DE 2026.

Designa servidores para atuarem como gestores da parceria firmada entre o Município de Lagoa Santa e a Associação de Recreação Sócio Cultural Bloco Prevenir e Preservar, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e na forma prevista no Decreto nº 3.366, de 07 de junho de 2017, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA**, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 68 da Lei Orgânica do Município; e

Considerando a Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração pública e as organizações da sociedade civil;

Considerando o Decreto Municipal nº 3.366, de 07 de junho de 2017, que regulamenta a Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre o Município e as organizações da sociedade civil;

RESOLVE:

Art. 1º Designar agentes públicos municipais responsáveis pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização para atuar na gestão do Termo de Fomento celebrado entre o Município de Lagoa Santa e a Associação de Recreação Sócio Cultural Bloco Prevenir e Preservar, para execução do "Evento cultural para resgate da história da Capoeira e do Circo", com a aplicação de recursos oriundos das Emendas Impositivas nº 15/2026, Processo Administrativo nº 8151-26-LST-EMENDAS.

I - Gestor da Parceria: Luiz Fernando Avelar Costa, matrícula nº 290555;

II - Suplente: Alexssandra Rodrigues Batista Silva, matrícula nº 29200.

Art. 2º Compete ao gestor de parceria exercer as atribuições previstas na Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014, e em especial:

I - acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - emitir parecer técnico sobre os relatórios de execução do objeto e de prestação de contas apresentados pela organização parceira;

III - informar ao órgão competente quaisquer irregularidades identificadas na execução da parceria;

IV - zelar pelo cumprimento dos objetivos pactuados e pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

V - adotar providências para garantir a transparência da parceria, conforme as normas vigentes.

Art. 3º A atuação dos servidores designados não ensejará remuneração de qualquer espécie e será considerada como de serviço público relevante.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa em, 13 de agosto de 2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:4A0A0ADD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2.044, DE 13 DE AGOSTO DE 2026.

Institui Comissão de Monitoramento e Avaliação na forma prevista no Decreto Municipal nº 3.366 de 2017, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA**, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 68, da Lei Orgânica do Município; e

Considerando o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que determina a designação de Comissão para monitoramento e avaliação de parcerias celebradas com o Poder Público;

Considerando o Decreto Municipal nº 3.366, de 07 de junho de 2017, que regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre o Município e as organizações da sociedade civil;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão de Monitoramento e Avaliação no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura, que será responsável pelo monitoramento do conjunto de parceria, proposta de aprimoramento dos procedimentos e produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, tendo como competência a avaliação e homologação de relatórios de monitoramento e avaliação, referentes ao Termo de Fomento a ser celebrado com a Associação de Recreação Sócio Cultura Bloco Prevenir e Preservar, instruído pelo Processo Administrativo nº 8151-26-LST-EMENDAS.

Art. 2º A Comissão de Monitoramento e Avaliação será composta pelos seguintes servidores:

I - Isadora Senra Prado, matrícula nº 285454;

II - Gabriel Castro Lambert, matrícula nº 291364;

III - Cleito Pinto Ribeiro, matrícula nº 005509.

Parágrafo único. Os trabalhos da Comissão serão presididos pela servidora Isadora Senra Prado.

Art. 3º Ficam atribuídas à Comissão de Monitoramento e Avaliação as funções previstas na Lei Federal nº 13.019, de 2014, e no Decreto Municipal nº 3.366, de 2017.

Art. 4º Os trabalhos realizados por esta Comissão são considerados como serviço público relevante, não ensejando remuneração de qualquer espécie aos seus membros.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa em, 13 de agosto de 2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:166AB2F1

SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE/COPEFOR-COMISSÃO PERMANENTE PROCESSANTE DE FORNECEDORES
INTIMAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA – torna pública a **INTIMAÇÃO** enviada à **DISTRIBEM MED. E MAT. HOSP. LTDA**. – CNPJ: 34.771.531/0001-08 **–** Ata ARP Nº 011/2026. A **intimação** encontra-se disponibilizada no site www.lagoasanta.mg.gov.br e no Processo Interno nº **1634/2026.** Em **18/08/2026.**

LEANDRA CARVALHO
Membro da COPEFOR

Publicado por:
Leandra Márcia de Carvalho
Código Identificador:FFF3781F

SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE/COPEFOR-COMISSÃO PERMANENTE PROCESSANTE DE FORNECEDORES
INTIMAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA – torna pública a **INTIMAÇÃO** enviada à **TERCEIRICERT LTDA**– CNPJ: **47.880.031/0001-48 –** Contrato de Prestação de Serviços Nº 042/2025. A **intimação** encontra-se disponibilizada no site www.lagoasanta.mg.gov.br e no Processo Interno nº **1565/2026.** Em **18/08/2026.**

DEBORAH VIEIRA
Membro da COPEFOR

Publicado por:
Deborah Vieira Costa
Código Identificador:BCC59FAA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LEOPOLDINA

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DO CONTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026 - PRC Nº 104/2026.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026 - PRC nº 104/2026.
Objeto: A aquisição e instalação de gerador trifásico 55 KVA com quadro de transferência automática para atender a Secretaria Municipal de Saúde, conforme quantidades, exigências e estimativas contidas neste Termo de Referência.
Empresa Vencedora :
SILMÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA /CNPJ: 24.035.925/0001-36/Valor Total: R$ 82.800,00
Recursos: ESTSUS – RESOLUÇÃO 10360/25
Condições de pagamento: O pagamento devido será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal, juntamente com a certidão negativa do INSS e FGTS, caso a empresa tenha empregados e caso não tenha, declaração no corpo da Nota Fiscal, em conformidade com as instruções normativas da Previdência Social.
Data da Assinatura da Homologação: 02/07/2026
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026 - PRC nº 104/2026.
Objeto: A aquisição e instalação de gerador trifásico 55 KVA com quadro de transferência automática para atender a Secretaria Municipal de Saúde, conforme quantidades, exigências e estimativas contidas neste Termo de Referência.
.
Empresa Vencedora :

CONTRATO Nº: 145/2026 - SILMÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA /CNPJ: 24.035.925/0001- 36/Valor Total: R$ 82.800,00
Recursos: ESTSUS – RESOLUÇÃO 10360/25
Condições de pagamento: O pagamento devido será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal, juntamente com a certidão negativa do INSS e FGTS, caso a empresa tenha empregados e caso não tenha, declaração no corpo da Nota Fiscal, em conformidade com as instruções normativas da Previdência Social.

Data da Assinatura do contrato: 21/07/2026
Vigência: 12 meses
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz – Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina de Oliveira Lima
Código Identificador:06BF2926

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
DECRETO N.º 5.678, 17 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância e institui a Comissão Municipal encarregada de promover e coordenar a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e, em conformidade com o disposto:

- na Constituição Federal, arts. 30, VI; 204; 211, § 2º; 212 e, em especial, no art. 227, que determina prioridade absoluta ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

- na Lei n.º 8.069, de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, em especial sobre a política de atendimento dos direitos e a diretriz da municipalização do atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

- na Resolução n.º 171/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), que estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal;

- na Lei n.º 13.257, de 2016 – Marco Legal da Primeira Infância, que estabelece princípios e diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas pela Primeira Infância, particularmente seu art. 8º;

- Lei n.º 8.080/1990 – SUS - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como sobre a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, instituindo o Sistema Único de Saúde (SUS) e garantindo o acesso universal, igualitário e integral às ações e serviços de saúde;

- Lei n.º 9.394/1996 – LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a organização da educação brasileira, os princípios e fins do ensino, bem como os deveres do Estado e da família, assegurando o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

- Lei n.º 12.435/2011 - Altera a Lei n.º 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), dispondo sobre a organização da assistência social e instituindo o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com a finalidade de garantir a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos, especialmente no atendimento a famílias, crianças, adolescentes e demais pessoas em situação de vulnerabilidade social;

- Lei n.º 13.431/2017 - Institui a escuta especializada e o depoimento especial como formas de oitiva, visando assegurar atendimento humanizado e evitar a revitimização;

- Lei n.º 13.010/2014 – Dispõe sobre o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, dispondo ainda sobre medidas de proteção e orientação aos responsáveis, bem como sobre a atuação articulada do poder público na prevenção da violência;

- Decreto n.º 99.710/1990 – Convenção sobre os Direitos da Criança - Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Organização das Nações Unidas, assegurando sua execução e cumprimento no Brasil, com o objetivo de garantir a proteção integral, o desenvolvimento e os direitos fundamentais de crianças e adolescentes;

- Lei n.º 12.343, de 2 de dezembro de 2010 – Institui o Plano Nacional de Cultura (PNC), estabelecendo diretrizes para o desenvolvimento cultural do país, com metas voltadas à democratização do acesso à cultura, inclusive para crianças e adolescentes.

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar às crianças o pleno desenvolvimento integral na primeira infância, em consonância com o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e no Marco Legal da Primeira Infância;

CONSIDERANDO a importância do planejamento intersetorial para a formulação e implementação de políticas públicas voltadas à primeira infância no âmbito municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de constituir comissão representativa, com participação dos diferentes órgãos e segmentos da sociedade, para a construção coletiva do Plano Municipal da Primeira Infância;

CONSIDERANDO os compromissos internacionais firmados pelo Brasil, em especial a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, das Nações Unidas, promulgadas, respectivamente, pelos Decretos n.º 99.710/1990 e n.º 6.949/2009, bem como outros documentos internacionais dos quais o Brasil é signatário;

CONSIDERANDO os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, aprovados pela Cúpula da ONU em 2015, com destaque para os que dizem respeito direto às crianças, n.º 1, n.º 2 e n.º 10, sobre a redução da pobreza e das desigualdades a partir da infância; n.º 3, sobre saúde e bem-estar; n.º 4, sobre educação de qualidade a partir da educação infantil e n.º 6, sobre água limpa e saneamento;

CONSIDERANDO os princípios e as diretrizes do Plano Nacional pela Primeira Infância, bem como seus objetivos e suas metas, elaborado pela Rede Nacional Primeira Infância e aprovado pelo Conanda em dezembro de 2010; e

CONSIDERANDO os Planos Municipais de Saúde, de Educação e de Assistência Social e demais planos setoriais.

DECRETA

Art. 1° Seja elaborado o Plano Municipal pela Primeira Infância – PMPI deste Município de Leopoldina, de duração decenal, abrangendo os vários direitos da criança de até 6 anos de idade, com abordagem intersetorial e a participação das instituições e setores do governo municipal e da sociedade civil, em consonância com o Plano Nacional pela Primeira Infância 2026-2036.

§ 1° Os órgãos e serviços públicos municipais darão apoio técnico e logístico, dentro de suas possibilidades e competências, à elaboração do Plano referido neste artigo.

§ 2° São conteúdos prioritários do Plano Municipal pela Primeira Infância: a saúde, a alimentação e nutrição, a educação infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança e à própria criança conforme suas necessidades, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o meio ambiente, a proteção contra toda forma de violência, a prevenção de acidentes, medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica e a indução ao consumismo.

Art. 2° Fica instituída a Comissão Municipal Intersetorial com a finalidade de promover e coordenar a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância de Leopoldina, que será integrada por representantes, sendo 1(um) titular e 1(um) suplente dos seguintes órgãos e segmentos:

I - Secretarias Municipais:

a) Educação;
b) Saúde;
c) Assistência Social;
d) Obras;
e) Esporte e Lazer;
f) Cultura;
g) Meio Ambiente;
h) Fazenda.

II - Conselhos Municipais:
a) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
b) Conselho Tutelar;
c) Conselho Municipal de Educação;
d) Conselho Municipal de Saúde; e,
e) Outros Conselhos representativos da defesa dos direitos de crianças.

III - Representantes das Entidades da Sociedade Civil:
a) Associação representativa de pessoas com deficiência e seus familiares;
b) Associação representativa da defesa dos direitos das pessoas com transtorno do espectro autista; e,
c) Outras entidades da sociedade civil voltadas à promoção, proteção e garantia dos direitos de crianças.

IV – Poder Legislativo Municipal:
Câmara Municipal de Leopoldina.

§1° Os membros titulares e seus respectivos suplentes relacionados no art. 2º deste Decreto, serão indicados pelos titulares das pastas e entidades referidas neste artigo e nomeados por meio de Portaria específica do Chefe do Poder Executivo.

§2° Representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Poder Judiciário e de outras instituições públicas poderão participar da Comissão Intersetorial na condição de convidados em caráter permanente, com direito a voz e voto.

§3° A Comissão poderá convidar profissionais e especialistas das diferentes áreas e direitos da criança para reuniões, debates, palestras, seminários, com o objetivo de aprofundar a análise dos temas e propor sugestões para o PMPI.

Art. 3º Será solicitado a cada órgão e segmento, através de ofício, encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação, os nomes escolhidos e indicados para formação da Comissão para Elaboração do Plano Município da Primeira Infância.

Art. 4º Compete à Comissão Municipal para Elaboração do PMPI:
I - Elaborar o Plano Municipal da Primeira Infância, observando as diretrizes da legislação vigente e as especificidades locais;
II - Promover a articulação entre os diversos setores envolvidos na política da primeira infância;
III - Realizar consultas públicas, audiências e escuta da comunidade;
IV - Produzir relatórios técnicos e documentos necessários à aprovação e implementação do Plano.

§ 1°A Comissão Municipal Intersetorial apresentará a versão preliminar do PMPI às organizações governamentais e da sociedade civil que participaram de sua elaboração e à sociedade em geral, para debate, aperfeiçoamento e aprovação.

§ 2° A apresentação poderá ser feita sob a forma, entre outras, de consulta pública, audiência pública, seminário, fóruns temáticos.

§ 3° O PMPI de Leopoldina deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme sua competência legal de órgão deliberativo e controlador das ações relacionadas à criança e ao adolescente.

Art. 5° Crianças de 3 a 6 anos de idade participarão da construção do PMPI em conformidade com suas características etárias e de desenvolvimento, por meio de atividades que, por suas diferentes linguagens, possam expressar seus sentimentos, suas percepções, seus desejos e suas ideias em relação aos assuntos que lhes dizem respeito.

§ 1° A participação das crianças será organizada e conduzida por profissionais qualificados em processo de escuta de crianças dessa faixa etária, segundo as diretrizes estabelecidas pelo Marco Legal da Primeira Infância, Lei n.º 13.257/2016, em seu art. 4º, caput e parágrafo único.

§ 2° As contribuições das crianças serão levadas em conta na redação do Plano Municipal pela Primeira Infância e elas serão informadas sobre o aproveitamento de suas ideias.

Art. 6° O Plano Municipal pela Primeira Infância de Leopoldina será enviado pelo Prefeito Municipal à Câmara de Vereadores, acompanhado de exposição de motivos e minuta de Projeto de Lei de sua aprovação.

Art. 7º A participação na Comissão será considerada serviço público relevante, não remunerado.

Art. 8° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Leopoldina, Minas Gerais, 17 de agosto de 2026.
172º da Emancipação Político – Administrativa do Município de Leopoldina.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito Municipal

LÚCIA LOPES HORTA
Secretária Municipal de Educação

DANILO DE AZEVEDO SILVA
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Laura Valentim Rosa
Código Identificador:B6ED3777

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA SMS EDITAL 01/2026

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Leopoldina, Pedro Augusto Junqueira Ferraz, no uso de suas atribuições legais, e em obediência ao disposto nos incisos I e II do artigo 37 da Constituição Federal e artigo 81 da Lei Orgânica do Município, tendo em vista a homologação da relação de candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado SMS, regulado pelo Edital nº 01/2026 para atender programas da Secretaria Municipal de Saúde.

FAZ SABER aos interessados e aos demais que o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que ficam **CONVOCADOS (AS)** os (as) candidatos (as) constantes da relação em anexo, a qual faz parte integrante deste instrumento, aprovados (as) e classificados (as) no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO** objeto do Edital nº 01/2026 e suas alterações, **homologado em 05 de maio de 2026**, a comparecem no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Leopoldina, situado à Praça Professor Botelho Reis, 28, 1º andar, Centro, nesta cidade, no período de **24 horas a contar da data de publicação deste Edital e e-mail**, no horário das 12:00 às 17:00 horas, para início dos procedimentos preparatórios aos atos de provimento e investidura nas respectivas funções, munidos da seguinte documentação:
a) 01 retrato ¾ atual; b) xerox de certidão de nascimento ou casamento; c) Xerox do CPF do cônjuge d) xerox da certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos; e) xerox da carteira de vacinação dos filhos menores de 05 anos; f) declaração escolar os filhos maiores de 06 anos e menores de 14 anos apresentar CPF dos filhos independentemente da idade g) xerox do diploma autenticado ou certificado de conclusão dos cursos exigidos para comprovação da

escolaridade; h) xerox da carteira profissional; i) xerox da carteira de identidade; j) xerox do título de eleitor; k) xerox do comprovante de votação da última eleição; l) xerox do CPF;
m) xerox do certificado de reservista (se do sexo masculino); n) Xerox do cartão do PIS ou PASEP; o) tipo de sangue, fator RH; p) declaração de bens; q) comprovante de estar devidamente inscrito no órgão fiscalizador da profissão; r) atestado médico favorável fornecido pelo serviço médico desta Prefeitura; s) xerox do comprovante de residência; t) fotocópia autenticada do Certificado de Conclusão do curso exigido para o cargo; u) fotocópia autenticada de registro junto ao Conselho da Categoria Profissional ou Órgão Regulador respectivo, se for o caso; v) Declaração Negativa de Acumulação de Cargos, sob as penas da lei e para os fins do art. 37, incisos XVI e XVII, da CF/88; w) certidão de antecedentes criminais expedida pela Comarca; x) certidão de antecedentes criminais expedida pela Polícia Civil y) Preenchimento do Formulário Completo de Cadastro do Trabalhador e Preenchimento do Formulário Completo de Cadastro do Dependente.
O (a) candidato (a) que não comparecer no prazo acima determinado ou não atender aos requisitos legais, não poderá ser admitido (a) e em consequência perderá a sua vaga para o (a) candidato (a) imediatamente classificado (a), em absoluta obediência à ordem de classificação.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
CUMPRA-SE.

Paço da Prefeitura Municipal de Leopoldina, MG, 17 de agosto de 2026.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito Municipal

MÁRCIO VIEIRA MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO ÚNICO - RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA SMS EDITAL 01/2026

FUNÇÃO: CIRURGIÃO- DENTISTA

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO
8º	ALESSANDRA DOS S. T. VIEIRA	60

• **Convocação em razão da desistência de** MARINA S. CASAGRANDE.

Publicado por:
Layla Ribeiro Avila
Código Identificador:662A2E4F

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EDITAL DE DIVULGAÇÃO DE VAGA PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA CONVOCAÇÃO 004 - REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – SME – 001/2026

A Secretaria Municipal de Educação, torna público que será realizado aos 27 (VINTE E SETE) dias do mês de AGOSTO de 2026 a contratação temporária de excepcional interesse público de 1 (UM) PSICÓLOGO para admissão em caráter temporário e por contrato de tempo determinado. A contratação será processada observando a ordem de classificação dos candidatos classificados no Processo Seletivo 001/2026.
Os candidatos classificados interessados nas vagas divulgadas deverão comparecer à sede da Secretaria Municipal de Educação, situado na rua Lucas Augusto nº 88, bairro Centro.
O candidato selecionado deverá apresentar no ato do Processo de Contratação, todos os documentos originais encaminhados no ato da inscrição. Caso o candidato não apresente a documentação prevista no Edital e encaminhada na inscrição, será desclassificado passando para o candidato subsequente que esteja presente.

1 – Da vaga:

1.1 - PSICÓLOGO
Total de vaga: 01 (UMA)

Horário de trabalho: Manhã e Tarde

1.2.2 Do Processo de Contratação:
O processo de conferência dos documentos enviados durante a inscrição e seleção dos candidatos e admissão acontecerá conforme informações abaixo:

Data: 27/08/2026
Horário: 15h
Local: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
Rua Lucas Augusto, 88, Centro, Leopoldina – MG.

2 - DOCUMENTAÇÃO
Conferência de Documentação para o Processo de Contratação:
O Processo de conferência dos documentos originais que foram enviados durante a inscrição
e seleção dos candidatos acontecerá conforme informações :
2.1 - DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA NO ATO DA CONTRATAÇÃO:
Apresentar toda a documentação original que foi anexada em PDF no formulário de inscrição do Processo Seletivo Simplificado SME 001/2025.
2.2 DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:
Apresentar no ato da convocação os documentos necessários para admissão, na ordem especificada abaixo:
a) 01 retrato ¾ atual;
b) Xerox de certidão de nascimento ou casamento;
c) Xerox do CPF do cônjuge
d) Xerox da certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;
e) Xerox da carteira de vacinação dos filhos menores de 14 anos;
f) Comprovante de escolaridade do dependente;
g)Xerox do diploma ou certificado de conclusão dos cursos exigidos para Comprovação da escolaridade;
h)Xerox da carteira profissional;
i) Xerox da carteira de identidade;
j) Xerox do título de eleitor;
k)Xerox da certidão de quitação eleitoral;
l) Xerox do cartão do CPF
m)Xerox do certificado de reservista (se do sexo masculino);
n) Xerox do cartão do PIS ou PASEP;
o) tipo de sangue, fator RH;
p) declaração de bens;
q) Xerox do comprovante de residência;
r) certidão negativa de antecedentes criminais, expedida pela Comarca (Site TJMG – Internet)
s) Atestado de antecedentes criminais, emitido pela Polícia Civil de Minas Gerais (Internet)
2.3 – DA DESCLASSIFICAÇÃO:
Caso o candidato não apresente toda a documentação anexada no ato da inscrição será desclassificado passando para o candidato subsequente que esteja presente.
3 - DA CONTRATAÇÃO
A contratação será processada observando a ordem de classificação dos candidatos e procedimentos a seguir:
3.1O candidato selecionado deverá apresentar no ato do Processo de Contratação, os documentos originais encaminhados no ato da inscrição;
3.2Caso o candidato não apresente a documentação prevista no Edital, será desclassificado passando para o candidato subsequente;
3.3 Caso o contrato tenha sido firmado em tempo inferior à 06 (seis) meses, dentro de 05 (cinco) dias letivos de seu término e houver necessidade de uma nova contratação, o candidato poderá assinar novo contrato, desde que o tempo total de ambos os contratos não ultrapassem o prazo máximo de contratação previsto na Lei 2.620/94;

Prefeitura do Município de Leopoldina, MG, 17/08/2026

LUCIA LOPES HORTA
Secretária Municipal de Educação

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Layla Ribeiro Avila
Código Identificador:7E3A79FD

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SMAS N° 007/2026 RESULTADO PRELIMINAR DA PRIMEIRA ETAPA

Orientador Social

CANDIDATOS	PONTUAÇÃO
GIOVANA TEIXEIRA SILVA	8,0
MARIA EDUARDA SANTOS DIAS	8,0
POLLYANNE FERREIRA DE FREITAS	4,0
ROSANIA APARECIDA MODESTO CORRÊA OLIVEIRA	4,0
GABRIELA GONÇALVES DE SIQUEIRA COSTA	4,0
THAYLA MONTES CARNEIRO	2,0
MATEUS VIEIRA COUTINHO	0
GUILHERME BARBOSA ZAINHO	0
MARIA EDUARDA FERNANDES	DESCLASSIFICADO (A)
ATHALISSON PAULINELY DA SILVA	DESCLASSIFICADO (A)
JULIO BATISTA VELOSO PINHEIRO	DESCLASSIFICADO (A)

Facilitador de Oficina de Capoeira

CANDIDATOS	PONTUAÇÃO
GUSTAVO DE SOUZA BRITTO	8,0

Facilitador de Oficina de Música

CANDIDATOS	PONTUAÇÃO
DANIELLE GUIMARÃES GONÇALVES	6,0
LUISA CUNHA BONIN	5,0
JOÃO VITOR TEIXEIRA GOUVÊA	5,0

Facilitador de Oficina de Artes

CANDIDATOS	PONTUAÇÃO
DILANE DAS GRAÇAS OLIVEIRA LAMOIA	8,0
NATALIA DE ALMEIDA	7,0
JOÃO VITOR TEIXEIRA GOUVÊA	5,0
POLLYANNE FERREIRA DE FREITAS	4,0
ROSEANE ALVES OLIVEIRA	DESCLASSIFICADO (A)
MARIA EDUARDA FERNANDES	DESCLASSIFICADO (A)

Facilitador de Oficina de Dança, Zumba e Dança Sênior

CANDIDATOS	PONTUAÇÃO
DILANE DAS GRAÇAS OLIVEIRA LAMOIA	8,0
NATALIA DE ALMEIDA	7,0

Facilitador de Oficina de Convívio por meio do Esporte e Lazer

CANDIDATOS	PONTUAÇÃO
DILANE DAS GRAÇAS OLIVEIRA LAMOIA	8,0
NARATIANA ROGEL BARROS	8,0
GUSTAVO DE SOUZA BRITTO	2,0
PATRICK MARINHO	1,0

Ausência de indicação do cargo pretendido no ato da inscrição

CANDIDATOS	PONTUAÇÃO
ANA CAROLINA BARBOSA FERREIRA	DESCLASSIFICADO (A)
GABRIELLE LAMOIA DA SILVA	DESCLASSIFICADO (A)
SAMUEL DO NASCIMENTO COSTA	DESCLASSIFICADO (A)
LARA LOPES SILVA	DESCLASSIFICADO (A)
SAMARA DA SILVA MAGALHÃES	DESCLASSIFICADO (A)
ATAIS ALMEIDA DO NASCIMENTO VALE	DESCLASSIFICADO (A)
CLARA BOLINA CAMPOS	DESCLASSIFICADO (A)
PRISCILIANE PEIXOTO AUGUSTO	DESCLASSIFICADO (A)
BEATRIZ OLIVEIRA LIMA	DESCLASSIFICADO (A)
LIDIA GUIMARÃES DOS SANTOS	DESCLASSIFICADO (A)
ANA BEATRIZ DA SILVA GOMES	DESCLASSIFICADO (A)
MARIA EDUARDA BRANQUES CORRÊA	DESCLASSIFICADO (A)
SAULO FURTADO NUNES	DESCLASSIFICADO (A)
WILLIANA SILVA	DESCLASSIFICADO (A)
GUSTAVO BARROS PRAXEDES DOS SANTOS	DESCLASSIFICADO (A)

Leopoldina, 18 de agosto de 2026.

ANA PAULA SALVADOR PEDRONI CASTRO
Secretária Mun. de Assistência Social

Publicado por:
Layla Ribeiro Avila
Código Identificador:52C3FA4A

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº37/2026 – PRC Nº 097/2025

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de SERVIÇOS DE BUFFET para atender a demanda das Secretarias Municipais de Educação, Fazenda, Meio Ambiente, Agricultura, Assistência Social; Turismo, Gabinete do Prefeito; Administração e Saúde, especificado no item do Termo de Referência, anexo I do Edital de licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta cujo preço tenha sido registrado, independente de transcrição.
– Ata de Registro de Preços nº. 131/2026 - BAR E RESTAURANTE DA AMIZADE LTDA
CNPJ nº. 14.507.148/0001-21
- valor total: R$ 143.208,00
Vigência: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de divulgação no PNCP.
Condições de pagamento: O pagamento será efetuado num prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, entrega dos documentos na Contabilidade/Tesouraria e o visto da Secretaria requisitante, comprovando os serviços e deverão observar as disposições dos arts. 215 e seguintes do Decreto Municipal nº 5.188/23.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina de Oliveira Lima
Código Identificador:835200EC

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATO DE CONTRATO EMPENHO: OR 10136

Contratante: Município de Leopoldina
Contratado: MASUY TRANSPORTES LTDA – CNPJ 35.333.605/0001-89
Objeto: contratação de empresa para prestação de serviço de transbordo (ida e volta) de unidade móvel de castração animal (castra móvel), Valor Total: R$ 2.200,00 (dois mil, duzentos reais).
Recursos: Próprio.
Vigência: 30 dias.
Condições de pagamento: Após a prestação dos serviços, o pagamento devido será efetuado 30 dias úteis após o evento, juntamente com a Nota Fiscal, certidão negativa de INSS e FGTS, caso a empresa tenha empregados e caso não tenha, declaração no corpo da nota fiscal, em conformidade com as instruções normativas da Previdência Social.
Data da Nota de empenho: 12/08/2026
Processo Licitatório – n°. PRC 139/2026
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz
MASUY TRANSPORTES LTDA – CNPJ 35.333.605/0001-89

Publicado por:
Marina de Oliveira Lima
Código Identificador:B184BCF0

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATO DE CONTRATO EMPENHO: OR 10138

Contratante: Município de Leopoldina

Contratado: LEOPOLDINA RITZ HOTEL LTDA – CNPJ 18.990.044/0001-71
Objeto: contratação de empresa para prestação de serviço de hospedagem
para atender a equipe ampar/cimpar que atuara na unidade do castra móvel, conforme solicitado Valor Total: R$ 1.785,00 (um mil, setecentos e oitenta e cinco reais).
Recursos: Próprio.
Vigência: 30 dias.
Condições de pagamento: Após a prestação dos serviços, o pagamento devido será efetuado 30 dias úteis após o evento, juntamente com a Nota Fiscal, certidão negativa de INSS e FGTS, caso a empresa tenha empregados e caso não tenha, declaração no corpo da nota fiscal, em conformidade com as instruções normativas da Previdência Social.
Data da Nota de empenho: 12/08/2026
Processo Licitatório – n°. PRC 145/2026
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz
LEOPOLDINA RITZ HOTEL LTDA – CNPJ 18.990.044/0001-71

Publicado por:
Marina de Oliveira Lima
Código Identificador:3F3EC8C0

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO CREDENCIAMENTO 001/2025

Objeto: Credenciar interessados em prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças (quando necessário), em equipamentos eletrodomésticos, incluindo fogões, bebedouros, geladeiras, freezers, máquinas de lavar e micro-ondas, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Saúde, Desenvolvimento Econômico, Obras, Educação, Administração e Assistência Social (conforme especificações/quantitativos na descrição dos itens, no Termo de referência, em anexo), nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e dos Decretos Municipais nº 5.570/25, 5.189/23, 5.190/23 e das Leis Complementares nº 123/2006, nº 147/2014, e n° 155/2016, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Credenciado: André Freire Vieria – CNPJ nº.58.927.960/0001-81
Valor Unitário: Item 1 – R$147,01 ; Item 2 – R$197,13; Item 3 – R$141,05 ; Item 4 – R$269,97; Item 5 – R$199,62; Item 6 – R$164,23;Item 7 – R$196,7; Item 8 – R$148,99;
Item 9 – R$153,14.
Condições de pagamento: O pagamento será efetuado num prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, entrega dos documentos na Contabilidade/Tesouraria e o visto da Secretaria requisitante, comprovando os serviços e deverão observar as disposições dos arts. 215 e seguintes do Decreto Municipal nº 5.570/25. Data da assinatura da adjudicação homologação:29/07/2026

Publicado por:
Marina de Oliveira Lima
Código Identificador:4590C6A9

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 146/2025 (UNILATERAL) PROCESSO LICITATÓRIO Nº 153/2025 PREGÃO ELETRÔNICO 69/2025

Partes: JOSÉ MARCELO PEREIRA DE FREITAS JÚNIOR. e Prefeitura Municipal de Leopoldina.
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:Fica estabelecido o acréscimo no valor de R$15.288,00 (quinze mil e duzentos e oitenta e oito reais), conforme solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Obras (memorando n° 15/26) e de acordo com art. 124, I, b da Lei Federal n° 14.133/21.

ITEM	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
6	168	LOCAÇÃO DE RETROESCAVADEIRA I	R$91,00	R$15.288,00

Data de assinatura: 30/07/2026
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz – Prefeito de Leopoldina

Publicado por:
Marina de Oliveira Lima
Código Identificador:A9EA7112

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº.06/2025

Credenciamento nº.03/2025 - Processo Licitatório nº 126/2025.
Partes: NILSON BARTOLE DE CARVALHO e Prefeitura Municipal de Leopoldina.
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Conforme solicitação do Credenciado,
devidamente aprovada com documentos acostados ao Processo nº 1756/2026, o
Credenciado passa para pessoa jurídica, 66.141.796 NILSON BARTOLE DE CARVALHO,
através do CNPJ nº 66.141.796/0001-00.
Data de assinatura: 17/08/2026
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz – Prefeito de Leopoldina
Nilson Bartole de Carvalho

Publicado por:
Marina de Oliveira Lima
Código Identificador:CFC67B93

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
PORTARIA Nº 188, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

EXONERAÇÃO QUE FAZ.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o teor do e-mail datado de 17/08/2026, advindo da Secretaria Municipal de Fazenda;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor Sr. Ricardo Ávila de Almeida, do cargo de Chefe do Departamento de Fiscalização Tributária, na Secretaria Municipal de Fazenda.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor a partir da presente data, retroagindo seus efeitos à 16/08/2026.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 64, de 3 de janeiro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Leopoldina, Minas Gerais, 17 de agosto de 2026.
172º da Emancipação Político – Administrativa do Município de Leopoldina.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito Municipal

AILTON SOARES DUTRA
Secretário Municipal de Fazenda

DANILO DE AZEVEDO SILVA
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Laura Valentim Rosa
Código Identificador:58C768D8

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
PORTARIA Nº 189, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

NOMEAÇÃO QUE FAZ.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o teor do e-mail datado de 17/08/2026, advindo da Secretaria Municipal de Fazenda;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora pública, Sra. Sebastiana Célia Robert Tavares para exercer o cargo de Chefe do Departamento de Fiscalização Tributária na Secretaria Municipal de Fazenda.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na presente data, produzindo seus efeitos a partir do dia 17/08/2026.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Leopoldina, Minas Gerais, 17 de agosto de 2026.
172º da Emancipação Político – Administrativa do Município de Leopoldina.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito Municipal

AILTON SOARES DUTRA
Secretário Municipal de Fazenda

DANILO DE AZEVEDO SILVA
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Laura Valentim Rosa
Código Identificador:7F76920B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LIMEIRA DO OESTE

LICITAÇÃO
ERRATA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2025

O **MUNICÍPIO DE LIMEIRA DO OESTE**, estado de Minas Gerais, através do seu Prefeito Municipal, faz a seguinte correção no título da publicação do dia 08 de abril de 2026.

Onde se lê: "EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2025".

Ler-se-á: "EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2025".

Limeira do Oeste - MG, 18 de agosto de 2026.

LEANDRO DE SOUZA CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Miliane Freitas Nogueira
Código Identificador:0047EBFC

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 66/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LIMEIRA DO OESTE - MG.

CONTRATADA: CUNHA & SAVAZI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES A SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POR UM PERIODO DE 12 (DOZE) MESES

FUNDAMENTO: Decretos Municipais nº 6.654/2024 e nº 6.691/2024 e Lei Federal nº 14.133/2021 e suas demais alterações.

VALOR GLOBAL: R$ 230.586,00 (Duzentos e trinta mil, quinhentos e oitenta e seis reais).

PRAZO: 29 de julho de 2026 a 13 de maio de 2027.

Limeira do Oeste - MG, 29 de julho de 2026

LEANDRO DE SOUZA CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Miliane Freitas Nogueira
Código Identificador:4001E7FE

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA DO OESTE
DECRETO Nº 7.257, DE 15 DE JULHO DE 2026

DISPÕE SOBRE A NÃO CONTINUIDADE DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LIMEIRA DO OESTE/MG NO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – CINDEMG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEANDRO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de Limeira do Oeste, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que determina a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a participação do Município de Limeira do Oeste/MG na reunião realizada em 19 de fevereiro de 2025, destinada à constituição do Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais – CINDEMG e à formalização do respectivo Protocolo de Intenções;

CONSIDERANDO que o Município de Limeira do Oeste/MG, posteriormente, editou a Lei Municipal nº 1.145, de 23 de maio de 2025, que autorizou sua participação no CINDEMG e ratificou o Protocolo de Intenções e as cláusulas do Estatuto do Consórcio;

CONSIDERANDO que, embora tenha sido autorizada a participação do Município, não houve o prosseguimento das medidas necessárias à efetiva operacionalização da participação municipal no Consórcio, especialmente a formalização de contrato de rateio;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 1.145/2025 estabelece, em seu art. 4º, que o Município somente entregará recursos ao Consórcio Público mediante contrato de rateio;

CONSIDERANDO que não houve interesse do Município de Limeira do Oeste/MG em dar continuidade à participação no CINDEMG, não tendo sido formalizado contrato de rateio para a execução das obrigações financeiras previstas;

CONSIDERANDO, por fim, a conveniência de formalizar administrativamente a decisão do Município de não prosseguir com sua participação no referido Consórcio, conferindo segurança jurídica e administrativa à situação;

DECRETA:

Art. 1º. Fica formalizada a decisão do Município de Limeira do Oeste/MG de não prosseguir com sua participação no Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais – CINDEMG, em razão da ausência de interesse na continuidade do consorciamento.

Art. 2º. Para fins administrativos, fica determinada a adoção das providências necessárias à formalização da retirada do Município do CINDEMG, observadas as disposições do Protocolo de Intenções, do Estatuto, da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e do Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Art. 3º. Registra-se que, após a autorização legislativa prevista na Lei Municipal nº 1.145, de 23 de maio de 2025, não houve a formalização de contrato de rateio pelo Município de Limeira do Oeste/MG, nem o prosseguimento das medidas administrativas necessárias à execução da participação financeira no Consórcio.

Art. 4º. O Município de Limeira do Oeste/MG encaminhará ao Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais – CINDEMG, por meio de ofício, a comunicação formal de seu desligamento, para adoção das providências administrativas pertinentes.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Limeira do Oeste - MG, 15 de julho de 2026.

LEANDRO DE SOUZA CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Geovana Freitas Fortunato
Código Identificador:C2D1DA9E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LUZ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4035/2026, DE 1 DE JULHO DE 2026

DECRETO Nº 4035/2026, de 1 de Julho de 2026.

Remanejamento de recursos orçamentários, no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO(A) MUNICIPAL DE LUZ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de LUZ e autorização contida na Lei Municipal nº 2985/2025, de 24 de Junho de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 450.093,16, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):
06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.003 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
06.003.8.243.14.2135-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado

R$10.500,00

1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 10.500,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2121-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$300,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 300,00

- SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- GABINETE SEC. MUNIC. OBRAS PÚBLICAS E TRANPORTES
08.001.4.122.5.2019-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$1.200,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.200,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.452.17.2076-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$1.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.000,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA
08.003.17.512.18.2134-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$61.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 61.000,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.001 - GAB. SEC. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.001.20.122.5.2093-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$2.300,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.300,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.002 - SERVIÇO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
02.002.4.122.5.2013-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$4.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 4.500,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.003 - EDUCAÇÃO BÁSICA - RECURSOS FUNDEB
04.003.12.365.8.2190-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$44.000,00
1.540.000.1070 Transf. do FUNDEB - Impostos e Transf. de Impostos - 70% 44.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2108-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$9.200,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 9.200,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.304.24.2050-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$23.900,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 23.900,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.003 - SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
02.003.4.122.5.2014-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado

R$2.400,00

1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.400,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2234-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$24.000,00
1.600.000.0000 Transf. Fundo a Fundo-SUS prov. União-Bloco de Manutenção das Ações e Serviços 24.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.305.24.2181-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$1.600,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 1.600,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2121-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$2.800,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.800,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.003 - EDUCAÇÃO BÁSICA - RECURSOS FUNDEB
04.003.12.365.8.2190-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$44.000,00
1.540.000.1070 Transf. do FUNDEB - Impostos e Transf. de Impostos - 70% 44.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2234-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$7.600,00
1.600.000.0000 Transf. Fundo a Fundo-SUS prov. União-Bloco de Manutenção das Ações e Serviços 7.600,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$21.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 21.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$15.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 15.000,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2121-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$300,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 300,00

- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$3.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.500,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SERVIÇO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
02.002.4.122.5.2197-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$350,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 350,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
02.003.4.122.5.2014-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$5.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 5.500,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.003 - SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
02.003.4.122.5.2014-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$400,00

1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 400,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2234-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$600,00
1.605.000.0000 Assistência financ. União destinada à compl. ao pagto dos pisos salariais para prof. da 600,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$4.300,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 4.300,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2238-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$1.500,00
1.604.000.0000 Transf. do Gov. Fed. dest. aos agentes comunitários-saúde e de ombate às endemias. 1.500,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.001 - GABINETE DO PREFEITO
01.001.6.182.23.2167-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 500,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.006 - SERVICO DE PROMOÇÃO DO ESPORTE
04.006.27.812.10.2089-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$8.000,00
1.706.000.3110 Transferência Especial da União 8.000,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.001 - GABINETE DO PREFEITO
01.001.6.181.23.2008-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$50,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 50,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.002 - SERVIÇO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
02.002.4.122.5.2013-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$200,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 200,00

- SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
- GAB. SEC. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.001.20.122.5.2093-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$250,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 250,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
- SERVIÇO DE AGRICULTURA
09.002.20.606.20.2192-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$1.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.500,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2121-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$700,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 700,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$190,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 190,00

- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo

R$820,00

1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 820,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.16.2137-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$1.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.500,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.004 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
09.004.18.541.22.2129-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$70,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 70,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$5.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 5.000,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SERVIÇO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
02.002.4.122.5.2197-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$50,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 50,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2220-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$3.700,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.700,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.004 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
09.004.18.541.22.2129-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$400,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 400,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.003 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
06.003.8.243.14.2135-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$1.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.500,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$2.500,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 2.500,00

10.000 - SEC MUNIC DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO DE ESTEIOS
10.001 - SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO
10.001.4.122.5.2214-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$1.150,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.150,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2114-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$1.420,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 1.420,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.006 - SERVICO DE PROMOÇÃO DO ESPORTE
04.006.27.812.10.2089-3.3.90.31.00.00.00.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Cient., Desport R$7.000,00
2.706.000.3110 (SF) - Transferência Especial da União 7.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2115-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

R$12.000,00

1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 12.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.004 - ENSINO GERAL
04.004.12.361.8.2120-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$600,00
1.550.000.0000 Transferência do Salário-Educação 600,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.004 - ENSINO GERAL
04.004.12.361.8.2120-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$3.090,00
1.550.000.0000 Transferência do Salário-Educação 3.090,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$6.300,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 6.300,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$3.260,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 3.260,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.001 - GABINETE DO PREFEITO
01.001.6.181.23.2008-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$370,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 370,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.305.24.2052-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$400,00
2.621.000.0000 (SF) - Transf. Fundo a Fundo-SUS provenientes do Governo Estadual 400,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$200,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 200,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$850,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 850,00

- SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.122.5.2138-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$6.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 6.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.004 - ENSINO GERAL
04.004.12.361.8.2331-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$23.210,00
1.576.000.0000 Transf. de Recursos dos Estados para programas de educação 23.210,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$210,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 210,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.002 - SERVIÇO DE CONTABILIDADE
03.002.4.121.5.2026-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

R$700,00

1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 700,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.002 - SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.452.17.2076-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$410,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 410,00

- SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.122.5.2138-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$6.200,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 6.200,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2114-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$3.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 3.000,00

30.000 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
30.002 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
30.002.17.512.2023.2221-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$8.520,00
1.753.000.0000 Recursos provenientes de taxas e contribuições 8.520,00

30.000 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
30.002 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
30.002.17.512.2023.2221-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$1.195,24
1.753.000.0000 Recursos provenientes de taxas e contribuições 1.195,24

30.000 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
30.002 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
30.002.17.512.2023.2221-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$1.480,00
1.753.000.0000 Recursos provenientes de taxas e contribuições 1.480,00

30.000 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
30.002 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
30.002.17.512.2023.2221-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$7.317,92
1.753.000.0000 Recursos provenientes de taxas e contribuições 7.317,92

30.000 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
30.002 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
30.002.17.512.2023.2221-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$12.000,00
1.753.000.0000 Recursos provenientes de taxas e contribuições 12.000,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.001.28.846.7.0030-3.3.90.93.00.00.00.00 - Indenizações e Restituições R$1.980,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.980,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.001 - GABINETE SEC. MUNIC. OBRAS PÚBLICAS E TRANPORTES
08.001.4.122.5.2019-3.3.91.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$2.400,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.400,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2121-3.3.91.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$300,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 300,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2114-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente

R$3.380,00

1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 3.380,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2189-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$3.380,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 3.380,00

- SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.122.5.2138-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$2.150,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 2.150,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$340,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 340,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$9.600,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 9.600,00
Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:
- SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.122.5.2138-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$2.150,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 2.150,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.305.24.2181-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$1.600,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 1.600,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2234-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$24.000,00
1.600.000.0000 Transf. Fundo a Fundo-SUS prov. União-Bloco de Manutenção das Ações e Serviços 24.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2234-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$7.600,00
1.600.000.0000 Transf. Fundo a Fundo-SUS prov. União-Bloco de Manutenção das Ações e Serviços 7.600,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2114-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$3.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 3.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2114-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$1.420,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 1.420,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$6.300,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 6.300,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$3.260,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 3.260,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.003 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
06.003.8.243.14.2135-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$10.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 10.500,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2121-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$300,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 300,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2121-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$2.800,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.800,00

- SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- GABINETE SEC. MUNIC. OBRAS PÚBLICAS E TRANPORTES
08.001.4.122.5.2019-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$1.200,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.200,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.452.17.2076-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$1.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.000,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA
08.003.17.512.18.2134-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$61.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 61.000,00

- SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
- GAB. SEC. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.001.20.122.5.2093-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$2.300,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.300,00

- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$3.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.500,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SERVIÇO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
02.002.4.122.5.2013-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$4.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 4.500,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
02.003.4.122.5.2014-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$350,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 350,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.003 - SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
02.003.4.122.5.2014-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$5.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 5.500,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.003 - SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
02.003.4.122.5.2014-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$400,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 400,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- EDUCAÇÃO BÁSICA - RECURSOS FUNDEB
04.003.12.365.8.2190-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$44.000,00
1.540.000.1070 Transf. do FUNDEB - Impostos e Transf. de Impostos - 70% 44.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- EDUCAÇÃO BÁSICA - RECURSOS FUNDEB
04.003.12.365.8.2190-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$44.000,00
1.540.000.1070 Transf. do FUNDEB - Impostos e Transf. de Impostos - 70% 44.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2234-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$600,00
1.605.000.0000 Assistência financ. União destinada à compl. ao pagto dos pisos salariais para prof. da 600,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$21.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 21.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$4.300,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 4.300,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2238-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$1.500,00
1.604.000.0000 Transf. do Gov. Fed. dest. aos agentes comunitários-saúde e de ombate às endemias. 1.500,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$15.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 15.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2108-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$9.200,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 9.200,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.304.24.2050-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$23.900,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 23.900,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.003 - SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
02.003.4.122.5.2014-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$2.400,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.400,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2121-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$300,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 300,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$9.600,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 9.600,00

- SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.122.5.2138-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$6.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 6.000,00

10.000 - SEC MUNIC DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO DE ESTEIOS
10.001 - SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO
10.001.4.122.5.2214-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$1.150,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.150,00

- SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.122.5.2138-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$6.200,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 6.200,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$340,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 340,00

30.000 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
30.002 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
30.002.17.512.2023.2221-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$7.317,92
1.753.000.0000 Recursos provenientes de taxas e contribuições 7.317,92

30.000 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
30.002 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
30.002.17.512.2023.2221-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$12.000,00
1.753.000.0000 Recursos provenientes de taxas e contribuições 12.000,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE

- SERVIÇO DE AGRICULTURA
09.002.20.606.20.2192-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$1.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.500,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2220-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$3.700,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.700,00

- SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
- SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.001.28.846.7.0030-3.1.90.94.00.00.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas R$1.980,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.980,00

- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-3.3.90.14.00.00.00.00 - Diárias - Pessoal Civil R$190,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 190,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2115-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$12.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 12.000,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.001 - GABINETE DO PREFEITO
01.001.6.181.23.2008-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$20,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 20,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2114-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$3.380,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 3.380,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2189-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$3.380,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 3.380,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.305.24.2052-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$400,00
2.621.000.0000 (SF) - Transf. Fundo a Fundo-SUS provenientes do Governo Estadual 400,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$200,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 200,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
- SERVIÇO DE CONTABILIDADE
03.002.4.121.5.2026-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$700,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 700,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2121-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$700,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 700,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.004 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
09.004.18.541.22.2129-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$70,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 70,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.004 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
09.004.18.541.22.2129-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$400,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 400,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.003 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
06.003.8.243.14.2135-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$1.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.500,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- ENSINO GERAL
04.004.12.361.8.2331-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$23.210,00
1.576.000.0000 Transf. de Recursos dos Estados para programas de educação 23.210,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.001 - GABINETE DO PREFEITO
01.001.6.182.23.2167-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 500,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.006 - SERVICO DE PROMOÇÃO DO ESPORTE
04.006.27.812.10.2089-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$8.000,00
1.706.000.3110 Transferência Especial da União 8.000,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.001 - GABINETE DO PREFEITO
01.001.6.181.23.2008-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$50,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 50,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.006 - SERVICO DE PROMOÇÃO DO ESPORTE
04.006.27.812.10.2089-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$7.000,00
2.706.000.3110 (SF) - Transferência Especial da União 7.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- ENSINO GERAL
04.004.12.361.8.2120-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç R$600,00
1.550.000.0000 Transferência do Salário-Educação 600,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.004 - ENSINO GERAL

04.004.12.361.8.2120-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç R$3.090,00
1.550.000.0000 Transferência do Salário-Educação 3.090,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SERVIÇO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
02.002.4.122.5.2197-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç R$50,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 50,00

- SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- GABINETE SEC. MUNIC. OBRAS PÚBLICAS E TRANPORTES
08.001.4.122.5.2019-3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio-alimentação R$2.400,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.400,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio-alimentação R$820,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 820,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio-alimentação R$5.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 5.000,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio-alimentação R$850,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 850,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio-alimentação R$2.500,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 2.500,00

30.000 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
30.002 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
30.002.17.512.2023.2221-3.3.90.47.00.00.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas R$1.195,24
1.753.000.0000 Recursos provenientes de taxas e contribuições 1.195,24

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2121-3.3.90.47.00.00.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas R$300,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 300,00

- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-3.3.90.47.00.00.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas R$210,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 210,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.16.2137-3.3.90.48.00.00.00.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas R$1.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.500,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.001 - GABINETE DO PREFEITO
01.001.6.181.23.2008-3.3.91.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$350,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 350,00

30.000 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
30.002 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
30.002.17.512.2023.2221-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$8.520,00
1.753.000.0000 Recursos provenientes de taxas e contribuições 8.520,00

30.000 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
30.002 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
30.002.17.512.2023.2221-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$1.480,00
1.753.000.0000 Recursos provenientes de taxas e contribuições 1.480,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.001 - GAB. SEC. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.001.20.122.5.2093-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$250,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 250,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SERVIÇO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
02.002.4.122.5.2013-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$200,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 200,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.452.17.2076-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$410,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 410,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO(A) MUNICIPAL, 1 de Julho de 2026.

AILTON DUARTE
..936-**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:950EC8AE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4036/2026, DE 1 DE JULHO DE 2026

DECRETO Nº 4036/2026, de 1 de Julho de 2026.

Transferência de recursos orçamentários, no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO(A) MUNICIPAL DE LUZ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de LUZ e autorização contida na Lei Municipal nº 3117/2025, de 30 de Dezembro de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 2.453.833,95, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):
09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.002 - SERVIÇO DE AGRICULTURA
09.002.20.606.20.0136-3.3.50.43.00.00.00.00 - Subvenções Sociais

R$39.050,00

1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 39.050,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.0015-3.3.50.43.00.00.00.00 - Subvenções Sociais R$30.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 30.000,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.0016-3.3.50.43.00.00.00.00 - Subvenções Sociais R$71.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 71.500,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.006 - SERVICO DE PROMOÇÃO DO ESPORTE
04.006.27.812.10.2229-3.3.50.43.00.00.00.00 - Subvenções Sociais R$107.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 107.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2108-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$20.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 20.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.004 - ENSINO GERAL
04.004.12.306.8.2118-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$10.660,00
2.552.000.0000 (SF) - Transf. de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação 10.660,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.005 - SERVIÇO DE TRANSPORTE E TRÂNSITO
08.005.26.782.17.2131-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$15.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 15.000,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2220-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$270,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 270,00

10.000 - SEC MUNIC DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO DE ESTEIOS
10.001 - SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO
10.001.4.122.5.2214-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$970,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 970,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$25.000,00
1.501.000.0000 Outros Recursos não Vinculados 25.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.004 - ENSINO GERAL
04.004.12.306.8.2225-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo

R$5.100,00

1.550.000.0000 Transferência do Salário-Educação 5.100,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO
06.002.4.482.13.2151-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$110,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 110,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2114-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$850,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 850,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$4.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 4.000,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$2.200,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.200,00

10.000 - SEC MUNIC DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO DE ESTEIOS
10.001 - SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO
10.001.4.122.5.2214-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$1.400,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.400,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.002 - SERVIÇO DE AGRICULTURA
09.002.20.606.20.2192-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$1.690,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.690,00

30.000 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
30.002 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
30.002.17.512.2023.2221-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$35.000,00
1.753.000.0000 Recursos provenientes de taxas e contribuições 35.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.303.25.2042-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita R$5.600,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 5.600,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.303.25.2042-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita R$7.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 7.000,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO
06.002.16.482.13.2204-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita R$10.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 10.000,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO

06.002.16.482.13.2204-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita R$1.900,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.900,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO
06.002.16.482.13.2204-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita

R$1.300,00

1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.300,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2108-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$500,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 500,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES - ENSINO GERAL
04.004.12.361.8.2164-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$10.349,00
2.553.000.0000 (SF) - Transf. de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao 10.349,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.004 - ENSINO GERAL
04.004.12.361.8.2164-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$29.000,00
1.553.000.0000 Transf. de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte 29.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2071-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$11.300,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 11.300,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2040-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$1.600,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 1.600,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.001 - GABINETE DO PREFEITO
01.001.4.122.5.2001-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$7.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 7.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2108-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$4.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 4.000,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.16.2137-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$20,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 20,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2040-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$5.500,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 5.500,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2072-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$25.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 25.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2108-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$40.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 40.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.004 - ENSINO GERAL
04.004.12.361.8.2331-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

R$100.000,00

2.576.000.0000 (SF) - Transf. de Recursos dos Estados para programas de educação 100.000,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.001 - GAB.SEC. MUNICIPAL BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.001.8.244.5.2105-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$600,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 600,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.005 - SERVIÇO DE TRANSPORTE E TRÂNSITO
08.005.26.782.17.2131-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$29.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 29.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$500,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 500,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.305.24.2181-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$500,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 500,00

- SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
- GAB. SEC. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.001.20.122.5.2093-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$600,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 600,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.16.2137-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$200,00

1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 200,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
- SERVIÇO DE AGRICULTURA
09.002.20.606.20.2192-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$12.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 12.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2108-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$250.000,00
1.600.000.0000 Transf. Fundo a Fundo-SUS prov. União-Bloco de Manutenção das Ações e Serviços 250.000,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.002 - SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.452.17.2076-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$6.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 6.500,00

- SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
- GAB.SEC. MUNICIPAL BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.001.8.244.5.2105-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$4.250,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 4.250,00

- SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.122.5.2138-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$3.020,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 3.020,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.005 - SERVIÇO DE TRANSPORTE E TRÂNSITO
08.005.26.782.17.2131-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

R$18.000,00

1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 18.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2207-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$200.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 200.000,00

- GABINETE DO PREFEITO
- GABINETE DO PREFEITO
01.001.6.181.23.2008-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$180,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 180,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2207-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$173.600,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 173.600,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2207-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$20.875,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 20.875,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2207-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$107.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 107.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2207-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$277.900,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 277.900,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.003 - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA
08.003.17.512.18.2134-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$1.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.500,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 500,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$600,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 600,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$100,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 100,00

- SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
- GAB.SEC. MUNICIPAL BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.001.8.244.5.2105-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$3.200,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.200,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.002 - SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.452.17.2076-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

R$21.100,00

1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 21.100,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2207-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$8.200,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 8.200,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.303.25.2226-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$890,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 890,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2040-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$300,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 300,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.241.15.2122-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$1.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.500,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.002 - SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.452.17.2076-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$100,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 100,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$890,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 890,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.002 - SERVIÇO DE AGRICULTURA
09.002.20.606.20.2192-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$700,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 700,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2207-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$10.320,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 10.320,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
- ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS
01.002.4.122.5.2004-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$60.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 60.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.004 - ENSINO GERAL
04.004.12.361.8.2120-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$1.800,00
1.550.000.0000 Transferência do Salário-Educação 1.800,00

30.000 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
30.002 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
30.002.17.512.2023.2221-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$25.000,00
1.753.000.0000 Recursos provenientes de taxas e contribuições 25.000,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2154-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç
R$6.000,00

1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 6.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.303.12.2231-3.3.90.91.00.00.00.00 - Sentenças Judiciais R$23.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 23.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.303.12.2231-3.3.90.91.00.00.00.00 - Sentenças Judiciais R$5.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 5.000,00

- SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
- SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.001.28.846.7.0030-3.3.90.93.00.00.00.00 - Indenizações e Restituições R$20.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 20.000,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2121-3.3.91.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$4.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 4.000,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.003 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
06.003.8.243.14.2135-3.3.91.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$2.200,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.200,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2220-3.3.91.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$3.750,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.750,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
- FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO
06.002.16.482.13.1193-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R$21.910,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 21.910,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- SERVICO DE PROMOÇÃO DO ESPORTE
04.006.27.812.10.1001-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R$450.000,00
2.710.000.0000 (SF) - Transferência Especial dos Estados 450.000,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
- FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO
06.002.16.482.13.1193-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R$29.472,73
2.500.000.0000 (SF) - Recursos não Vinculados de Impostos 29.472,73

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2046-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$2.604,61

1.621.000.0000 Transf. Fundo a Fundo-SUS provenientes do Governo Estadual 2.604,61

- SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.122.5.2138-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$2.042,61
1.621.000.0000 Transf. Fundo a Fundo-SUS provenientes do Governo Estadual 2.042,61

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.006 - SERVICO DE PROMOÇÃO DO ESPORTE
04.006.27.812.10.2088-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente

R$1.000,00

1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.1091-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$5.860,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 5.860,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$1.500,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 1.500,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2176-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$2.100,00
2.660.000.0000 (SF) - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS 2.100,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2176-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$2.100,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.100,00
Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de: Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$100.000,00
2.576.000.0000 (SF) - Transf. de Recursos dos Estados para programas de educação 100.000,00

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$10.349,00
2.553.000.0000 (SF) - Transf. de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao 10.349,00

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$10.660,00
2.552.000.0000 (SF) - Transf. de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação 10.660,00

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R$29.000,00
1.553.000.0000 Transf. de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte 29.000,00

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R$2.604,61
1.621.000.0000 Transf. Fundo a Fundo-SUS provenientes do Governo Estadual 2.604,61

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R$2.042,61
1.621.000.0000 Transf. Fundo a Fundo-SUS provenientes do Governo Estadual 2.042,61

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R$250.000,00
1.600.000.0000 Transf. Fundo a Fundo-SUS prov. União-Bloco de Manutenção das Ações e Serviços 250.000,00

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$450.000,00
2.710.000.0000 (SF) - Transferência Especial dos Estados 450.000,00

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$29.472,73
2.500.000.0000 (SF) - Recursos não Vinculados de Impostos 29.472,73

- SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.122.5.2138-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$500,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 500,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2186-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$25.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 25.000,00

- SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.122.5.2138-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$600,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 600,00

- SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.122.5.2138-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$200,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 200,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2238-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$21.910,00

1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 21.910,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2238-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$20.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 20.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2238-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$7.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 7.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2238-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$10.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 10.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2238-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$12.290,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 12.290,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2115-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$15.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 15.000,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.004 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
09.004.18.542.22.2128-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$1.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.500,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.004 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
09.004.18.542.22.2128-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$2.700,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.700,00

- SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.122.5.2138-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$5.500,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 5.500,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$40.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 40.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$20.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 20.000,00

- SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- GABINETE DA SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
04.001.12.361.5.2054-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$29.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 29.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$500,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 500,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$500,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 500,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.004 - SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
02.004.4.122.5.2194-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$12.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 12.000,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2220-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$4.080,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 4.080,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2189-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$270,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 270,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2189-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$970,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 970,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$5.600,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 5.600,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$3.020,00

1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 3.020,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$30.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 30.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$71.500,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 71.500,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$160.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 160.000,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2220-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$110,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 110,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.004 - SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
02.004.4.122.5.2194-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$20.875,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 20.875,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2189-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$107.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 107.000,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.002 - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS
01.002.4.122.5.2004-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$85.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 85.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2189-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$35.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 35.000,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
- SERVIÇO DE CONTABILIDADE
03.002.4.121.5.2026-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$40.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 40.000,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
- SERVIÇO DE TESOURARIA
03.003.4.123.5.2028-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$10.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 10.000,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.004 - SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
02.004.4.122.5.2195-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$8.700,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 8.700,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.002 - SERVIÇO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
02.002.4.122.5.2013-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$7.700,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 7.700,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
- SERVIÇO DE CADASTRO, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
03.004.4.129.5.2031-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$4.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 4.000,00

10.000 - SEC MUNIC DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO DE ESTEIOS
10.001 - SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO
10.001.4.122.5.2213-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$1.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.500,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.004 - SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
02.004.4.122.5.2194-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$100,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 100,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.004 - SERVIÇO DE CADASTRO, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
03.004.4.129.5.2031-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$800,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 800,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2220-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$2.935,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.935,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.004 - SERVIÇO DE CADASTRO, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
03.004.4.129.5.2031-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$2.100,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.100,00

10.000 - SEC MUNIC DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO DE ESTEIOS
10.001 - SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO
10.001.4.122.5.2213-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$1.400,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.400,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.004 - SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
02.004.4.122.5.2194-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$890,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 890,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$10.320,00

1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 10.320,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$60.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 60.000,00

- GABINETE DO PREFEITO
- GABINETE DO PREFEITO
01.001.4.122.5.2002-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$7.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 7.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$4.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 4.000,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2220-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$20,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 20,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2220-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$600,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 600,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2189-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$15.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 15.000,00

- SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- GABINETE DA SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
04.001.12.361.5.2055-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$1.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 1.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2189-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$39.050,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 39.050,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2220-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$170,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 170,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$5.860,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 5.860,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$107.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 107.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2115-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$18.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 18.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$40.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 40.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$23.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 23.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$44.600,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 44.600,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2189-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$116.710,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 116.710,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
- ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS
01.002.4.122.5.2004-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$26.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 26.500,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.004 - SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
02.004.4.122.5.2194-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$18.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 18.000,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.004 - COORDENADORIA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
01.004.4.124.5.2007-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 500,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.003 - SERVIÇO DE TESOURARIA

03.003.4.123.5.2028-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$2.300,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.300,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.003 - SERVIÇO DE TESOURARIA
03.003.4.123.5.2028-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$300,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 300,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.004 - SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
02.004.4.122.5.2195-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$1.600,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.600,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.004 - COORDENADORIA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
01.004.4.124.5.2007-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$100,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 100,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2238-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$5.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 5.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2114-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$11.300,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 11.300,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2186-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$10.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 10.000,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.004 - SERVIÇO DE CADASTRO, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
03.004.4.129.5.2030-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$13.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 13.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001 - GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.122.5.2138-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$600,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 600,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2114-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$5.700,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 5.700,00
04.002.12.361.8.2115-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$6.150,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 6.150,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.004 - SERVIÇO DE CADASTRO, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
03.004.4.129.5.2031-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$3.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.500,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001 - GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.122.5.2138-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$2.400,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 2.400,00

- SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
- SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.001.4.123.5.2200-3.3.90.14.00.00.00.00 - Diárias - Pessoal Civil R$2.200,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.200,00

- SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
- SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.001.4.123.5.2200-3.3.90.14.00.00.00.00 - Diárias - Pessoal Civil R$2.200,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.200,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.004 - ENSINO GERAL
04.004.12.361.8.2120-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$5.100,00
1.550.000.0000 Transferência do Salário-Educação 5.100,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.004 - SERVIÇO DE CADASTRO, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
03.004.4.129.5.2031-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$9.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 9.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2186-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$850,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 850,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2186-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$4.150,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 4.150,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.001 - GABINETE DO PREFEITO
01.001.4.122.5.2001-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$890,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 890,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.001 - GABINETE DO PREFEITO
01.001.4.122.5.2001-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$100,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 100,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO
06.002.4.482.13.2151-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$1.300,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.300,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.004 - ENSINO GERAL
04.004.12.361.8.2193-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$1.800,00
1.550.000.0000 Transferência do Salário-Educação 1.800,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.003 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
06.003.8.243.14.2135-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$1.900,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.900,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.004 - SERVIÇO DE CADASTRO, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
03.004.4.129.5.2030-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç R$25.000,00
1.501.000.0000 Outros Recursos não Vinculados 25.000,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.001 - GABINETE DO PREFEITO
01.001.4.122.5.2001-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç R$180,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 180,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.002 - SERVIÇO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
02.002.4.122.5.2196-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç R$365,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 365,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.001 - GABINETE DO PREFEITO
01.001.4.122.5.2001-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç R$1.400,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.400,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.004 - COORDENADORIA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
01.004.4.124.5.2007-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç R$2.100,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.100,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
- SERVIÇO DE CONTABILIDADE
03.002.4.121.5.2026-3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio-alimentação R$4.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 4.000,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
- SERVIÇO DE CONTABILIDADE
03.002.4.121.5.2026-3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio-alimentação R$3.750,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.750,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.002 - SERVIÇO DE CONTABILIDADE
03.002.4.121.5.2026-3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio-alimentação R$4.300,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 4.300,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.002 - SERVIÇO DE AGRICULTURA
09.002.20.606.20.2123-3.3.90.47.00.00.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas R$1.690,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.690,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.004 - SERVIÇO DE CADASTRO, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
03.004.4.129.5.2031-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$6.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 6.500,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.004 - SERVIÇO DE CADASTRO, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
03.004.4.129.5.2031-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$3.200,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.200,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.002 - SERVIÇO DE AGRICULTURA
09.002.20.606.20.2123-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$700,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 700,00

30.000 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
30.001 - ADMINISTRAÇÃO GERAL (SAAE)
30.001.99.999.9999.9999-9.9.99.99.00.00.00.00 - Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS R$35.000,00
1.753.000.0000 Recursos provenientes de taxas e contribuições 35.000,00

30.000 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
30.001 - ADMINISTRAÇÃO GERAL (SAAE)
30.001.99.999.9999.9999-9.9.99.99.00.00.00.00 - Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS R$25.000,00
1.753.000.0000 Recursos provenientes de taxas e contribuições 25.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO(A) MUNICIPAL, 1 de Julho de 2026.

AILTON DUARTE
..936-**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:63853134

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4053/2026, DE 22 DE JULHO DE 2026

DECRETO Nº 4053/2026, de 22 de Julho de 2026.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO(A) MUNICIPAL DE LUZ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de LUZ e autorização contida na Lei Municipal nº 3117/2025, de 30 de Dezembro de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 403.274,08, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.305.24.2181-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

R$25.200,00

1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 25.200,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-3.3.90.14.00.00.00.00 - Diárias - Pessoal Civil R$500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 500,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2121-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$50,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 50,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.003 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.003.11.332.21.2126-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$67.300,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 67.300,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2121-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$5.162,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 5.162,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2114-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$1.600,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 1.600,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.241.15.2122-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$4.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 4.000,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.002 - SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.452.17.2076-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$3.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.303.25.2042-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita R$650,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 650,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO
06.002.16.482.13.2204-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita R$2.600,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.600,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.303.25.2042-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita

R$17.600,00

1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 17.600,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO
06.002.16.482.13.2204-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita R$300,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 300,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.303.25.2042-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita R$44.455,08
1.600.000.0000 Transf. Fundo a Fundo-SUS prov. União-Bloco de Manutenção das Ações e Serviços 44.455,08

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO
06.002.16.482.13.2204-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita R$4.900,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 4.900,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.303.25.2042-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita R$160,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 160,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$1.890,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 1.890,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$50,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 50,00

- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$4.153,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 4.153,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.001 - GABINETE DO PREFEITO
01.001.4.122.5.2001-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$20.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 20.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2207-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$59.510,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 59.510,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.001 - GABINETE DO PREFEITO
01.001.6.181.23.2008-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$215,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 215,00

- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 500,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.303.12.2231-3.3.90.91.00.00.00.00 - Sentenças Judiciais

R$45.000,00

1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 45.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.303.12.2231-3.3.90.91.00.00.00.00 - Sentenças Judiciais R$730,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 730,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.003 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
06.003.8.243.14.2158-3.3.91.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$2.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.000,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.005 - SERVIÇO DE TRANSPORTE E TRÂNSITO
08.005.26.782.17.2131-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$90.900,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 90.900,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2121-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$849,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 849,00
Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de: Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R$44.455,08
1.600.000.0000 Transf. Fundo a Fundo-SUS prov. União-Bloco de Manutenção das Ações e Serviços 44.455,08

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.003 - ASSESSORIA JURÍDICA
01.003.4.122.5.2005-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$1.890,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.890,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.003 - ASSESSORIA JURÍDICA
01.003.4.122.5.2005-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$650,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 650,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.003 - ASSESSORIA JURÍDICA
01.003.4.122.5.2005-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$50,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 50,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.003 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.003.11.332.21.2090-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$4.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 4.000,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.004 - COORDENADORIA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
01.004.4.124.5.2007-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$2.600,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.600,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.004 - SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
02.004.4.122.5.2194-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$849,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 849,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.002 - SERVIÇO DE CONTABILIDADE
03.002.4.121.5.2026-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$25.200,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 25.200,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2116-3.3.50.43.00.00.00.00 - Subvenções Sociais R$4.153,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 4.153,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2116-3.3.50.43.00.00.00.00 - Subvenções Sociais R$17.600,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 17.600,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2206-3.3.50.43.00.00.00.00 - Subvenções Sociais R$20.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 20.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2206-3.3.50.43.00.00.00.00 - Subvenções Sociais R$5.162,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 5.162,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2116-3.3.50.43.00.00.00.00 - Subvenções Sociais R$300,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 300,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2116-3.3.50.43.00.00.00.00 - Subvenções Sociais R$1.600,00

1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 1.600,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2176-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$2.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.000,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.003 - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA
08.003.17.512.18.2134-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$4.900,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 4.900,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.303.25.2226-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$160,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 160,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2071-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$90.900,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 90.900,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2071-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$45.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 45.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2071-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$67.300,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 67.300,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2071-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$59.510,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 59.510,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.004 - COORDENADORIA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
01.004.4.124.5.2007-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç R$50,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 50,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.004 - COORDENADORIA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
01.004.4.124.5.2007-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç R$730,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 730,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SERVIÇO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
02.002.4.122.5.2196-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç R$500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 500,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.001 - GABINETE DO PREFEITO
01.001.4.122.5.2001-3.3.90.47.00.00.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas R$215,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 215,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.002 - SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.452.19.1027-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R$3.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.000,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SERVIÇO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
02.002.4.122.5.2013-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 500,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO(A) MUNICIPAL, 22 de Julho de 2026.

AILTON DUARTE
..936-**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:0E8BC667

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 4.066, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO N.º 4.066, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

ALTERA O ART. 1°, DO DECRETO 3.354/2022 QUE NOMEIA MEMBROS DO COMITÊ MUNICIPAL DE PREVENÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA, INFANTIL E FETAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Considerando o disposto no Artigo 2º, inciso XI, da Lei Federal N.º 13.019/2014, bem como o disposto no Artigo 5º, inciso XVI, do Decreto Municipal N.º 2.332/2017;

O **Prefeito Municipal de Luz**, no uso de suas atribuições previstas no Artigo 162, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 4º, parágrafo primeiro, do Decreto N.º 3.353/2022;

D E C R E T A:

Art. 1º. O artigo 1° do Decreto N° 3.354/2022 passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 1º. (...)
I – Referência Técnica / Coordenação da Atenção Primária à Saúde da Secretaria Municipal de Saúde:

*• Titular: Lais Inácio Silva e Silva, CPF: ***.367.646-03*
*• Suplente: Chádia Silva Abreu, CPF: ***.188.616-07*
*• Titular: Morgana Batista de Castro Leal, CPF: ***.068.716-42*
*• Suplente: Riane Pereira Moura, CPF: ***.084.456-38*

II – Referência Técnica / Coordenação da Epidemiologia à Saúde da Secretaria Municipal de Saúde:

*• Titular: Fabiano Barbosa da Silva, CPF: ***.848.926-66*
*• Suplente: Izabel Cristina Gontijo Camargos Rodrigues, CPF: ***.070.756-34*

III – Referência Técnica / Coordenação da Área da VISA – Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde:

*• Titular: Elivanir Elaine da Cruz, CPF: ***.396.176-78*

• *Suplente: Camila Guimarães Souza, CPF: ***.020.126-26*

IV – Profissional Médico com Conhecimento na Área de Atenção à Saúde da Mulher:

• *Titular: Deiber Costa Silva, CPF: ***.045.866-04*
• *Suplente: Marco Heleno Salgado, CPF: ***.961.106-20*

V – Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

• *Titular: Sarah Rezende Chaves Xavier, CPF: ***.593.266-31*
• *Suplente: Bianca Oliveira Ribeiro, CPF: ***.536.666-40*

VI – Representantes do Conselho Municipal de Saúde:

• *Titular: Luana Duarte Leandro Rocha Tonaco, CPF: ***.700.166-55*
• *Suplente: Amanda Santos Carvalho, CPF: ***.040.116-21*

VII – Representantes do Hospital Responsável por Prestar Assistência à Saúde da Mulher e da Criança:

• *Titular: Douglas Henrique Pereira, CPF: ***.669.486-78*
• *Suplente: Paula Célia Costa Teixeira Garcia, CPF: ***.397.056-03*

VIII – Representantes de Organização Não Governamental Relacionada à Saúde da Criança / Conselho Tutelar:

• *Titular: Juliana Jaqueline Nascimento, CPF: ***.837.696-64*
• *Suplente: Daniela Trindade Carvalho, CPF: ***.741.746-25*

Art. 2º. Revoga-se o Decreto Municipal nº 3.818, de 28 de abril de 2025
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Luz, 18 de agosto de 2026.

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:981B2E0A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 4067/2026, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº. 4067/2026, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

"DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE VENDA DE BEBIDAS EM RECIPIENTES DE VIDRO DURANTE O PERÍODO DA FESTA DO ROSÁRIO REALIZADA NAS ADJACÊNCIAS DA PRAÇA CONGADEIRO ANTÔNIO EUGÊNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONSIDERANDO as festividades municipais de Festa do Rosário, as medidas de segurança são necessárias para que se evitem acidentes ou brigas durante este período, no entorno dos locais dedicados às apresentações artísticas, culturais e religiosas com grande aglomeração de pessoas; sendo as medidas preventivas, orientadas e/ou solicitadas pela Polícia Militar, para segurança dos cidadãos presentes nesta festividade.
,
O PREFEITO MUNICIPAL DE LUZ, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 162, inciso IX da Lei orgânica Municipal, e o que dispõe o art. 84, IV da Constituição da República de 1988;

DECRETA:
Art. 1º. Fica proibida, a venda em recipientes de vidro, de bebidas alcoólicas, refrigerantes, sucos e similares e a disponibilização de copos de vidro, nos estabelecimentos comerciais, barracas ou *trailers* instalados nas adjacências da Praça Congadeiro Antônio Eugênio em todo o perímetro do fechamento para a realização do evento, no período de 26 a 30 de agosto de 2026.

Art. 2º. Fica autorizado, aos agentes fiscais do Setor de Fiscalização do Município de Luz, a procederem à fiscalização quanto à retirada dos recipientes de vidros nos estabelecimentos comerciais, barracas ou *trailers* instalados ou localizados nas adjacências da Praça Congadeiro Antônio Eugênio em todo o perímetro do fechamento para a realização do evento no período de 26 a 30 de agosto de 2026; bem como, a suspenderem o funcionamento do estabelecimento com a consequente cassação do alvará de funcionamento, sendo que, em caso de resistência ao descumprimento da medida, caso necessário, pode ser requerido apoio da Polícia Militar.

Art. 3º. Todos os estabelecimentos comerciais, barracas ou *trailers* instalados ou localizados nas adjacências da Praça Congadeiro Antônio Eugênio em todo o perímetro do fechamento para a realização do evento no período de 26 a 30 de agosto de 2026 deverão ser notificados acerca do contido neste Decreto pela Associação da Congada de Nossa Senhora do Rosário da Paróquia de Nossa Senhora da Luz, mediante entrega de cópia, com protocolo de recebimento.
Parágrafo único – Obrigatoriamente também deve ser observada, a previsão da legislação municipal e outras leis pertinentes sobre posturas, cadastro de atividades e licença para funcionamento.

Art. 4º. Fica proibido a todos os cidadãos o porte de bebidas em garrafa, materiais cortantes e qualquer tipo de armamento exceto este último as autoridades policiais nas vias públicas das adjacências da Praça Congadeiro Antônio Eugênio em todo o perímetro do fechamento para a realização do evento no período de 26 a 30 de agosto de 2026.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Luz, 18 de agosto de 2026.

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:84D1117B

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO S/N.º, DE 18 DE AGOSTO DE 2026 - ADENILSON ROGERIO DOS SANTOS

DECRETO S/N.º, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

CONCEDE PROMOÇÃO POR TITULAÇÃO NA CARREIRA O SERVIDOR ESTÁVEL, OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando as disposições dos artigos 14 e 15, incisos I e II, da Lei Complementar nº 030/2013, de 12/6/2013 e tendo em vista a documentação apresentada no Processo nº 25.238/2026;
O Prefeito Municipal de Luz, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 162. Incisos IX e XIII, e o arti. 189, inciso II, alínea "a", todos da Lei Orgânica do Município de Luz;

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido promoção por titulação na carreira o servidor estável sr. **ADENILSON ROGERIO DOS SANTOS,** matrícula Nº 5889**,** ocupante de cargo de provimento efetivo de Assistente de Serviços Urbanos I – ASSUI – Motorista Nível I, Referência D para o **Nível III, Referência D.**

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Luz/MG, 18 de agosto de 2026

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:EDC09D22

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO S/N.º, DE 18 DE AGOSTO DE 2026 - BRUNA GEOVANA RIBEIRO DE SOUSA

DECRETO S/N.º, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

CONCEDE PROMOÇÃO POR TITULAÇÃO NA CARREIRA A SERVIDORA ESTÁVEL, OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**.**

Considerando as disposições dos artigos 14 e 15, incisos I e II, da Lei Complementar nº 030/2013, de 12/6/2013 e tendo em vista a documentação apresentada no Processo nº 25.215 /2026;
O Prefeito Municipal de Luz, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 162. Incisos IX e XIII, e o arti. 189, inciso II, alínea "a", todos da Lei Orgânica do Município de Luz;

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido promoção por titulação na carreira a servidora estável sra. **BRUNA GEOVANA RIBEIRO DE SOUSA,** matrícula Nº 7159**,** ocupante de cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo - Recepcionista Nível I, Referência A para o **Nível III, Referência A.**

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Luz/MG, 18 de agosto de 2026

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:98CFEA0A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO S/N.º, DE 18 DE AGOSTO DE 2026 - RUTIELLE DE OLIVEIRA SERAFIM

DECRETO S/N.º, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

CONCEDE PROMOÇÃO POR TITULAÇÃO NA CARREIRA A SERVIDORA ESTÁVEL, OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**.**

Considerando as disposições dos artigos 14 e 15, incisos I e II, da Lei Complementar nº 013/2010, de 22/11/2010 e tendo em vista a documentação apresentada no Processo nº 25.214/2026;
O Prefeito Municipal de Luz, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 162. Incisos IX e XIII, e o art. 189, inciso II, alínea "a", todos da Lei Orgânica do Município de Luz;

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida promoção por titulação na carreira à servidora estável sra. **RUTIELLE DE OLIVEIRA SERAFIM,** matrícula Nº 7257**,** ocupante de cargo de provimento efetivo Técnico Superior de Saúde 2 – TSS2 - Fisioterapeuta Nível I, Referência A para o **Nível II, Referência A.**

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Luz/MG, 18 de agosto de 2026

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:1C68DA00

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO- SAAE
EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026 – OBJETO: execução de via em pavimento poliédrico, em estrada que liga o Bairro Zita Chaves à Estação de Tratamento de Esgoto de Luz/mg, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência.
CONTRATO: 08/2026
CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE LUZ MG
CONTRATADA: RODRIGO XAVIER ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA
VIGÊNCIA: 3 (três) meses, iniciando em 17 de agosto de 2026.
VALOR GLOBAL: R$53.853,60 (cinquenta três mil, oitocentos e cinquenta três reais e sessenta centavos)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 30.002.17.512.2023.2221.28.3.3.90.39 – FICHA 28

Luz/MG, 17 de agosto de 2026.

LÍVIA DUARTE DE MIRANDA SILVA
Diretora Presidente do SAAE/Luz

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:D50F9BD1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MATUTINA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 053, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 053, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE GESTOR E ATENDENTE DO PONTO DE ATENDIMENTO VIRTUAL (PAV) NO MUNICÍPIO DE MATUTINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Matutina, Estado de Minas Gerais no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que foi celebrado entre o Município de Matutina-MG e a União, por intermédio da Delegacia da Receita Federal do Brasil em 30/06/2021, Acordo de Cooperação Técnica visando a instalação do Ponto de Atendimento Virtual da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (PAV) nas dependências do município,

Resolve:

Art. 1° - Designar o servidor público municipal José Maria de Borba, CPF ***.122.***-**, ocupante do cargo Auxiliar Administrativo, matrícula 038, para exercer a função de gestor do Ponto de Atendimento Virtual da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (PAV), ficando responsável por coordenar, organizar, articular, acompanhar, monitorar e supervisionar as ações que serão tomadas para o fiel cumprimento do Acordo de Cooperação Técnica supracitado.

Art. 2° - Designar o servidor José Maria de Borba, CPF ***.122.***-**, ocupante do cargo Auxiliar Administrativo, matrícula 038, para exercer o encargo de atendente do Ponto de Atendimento Virtual da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (PAV), cujas atribuições estão previstas no Acordo de Cooperação Técnica supracitado.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Matutina/MG, 18 de agosto de 2026.

GILBERTO ERNANE DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sonia Francisca da Silva
Código Identificador:A29DED32

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MENDES PIMENTEL

GABINETE DO PREFEITO/PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL
DECRETO Nº 1.297, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Homologa resultado e nomeia Conselheiro Tutelar.

O Prefeito Municipal de Mendes Pimentel, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 57, II, VIII e XI, e art. 78, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, com amparo na Lei Federal n° 8.069, de 13 de julho de1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e suas alterações posteriores, e na Lei Municipal 1.626, de 12 de janeiro de 2018, e suas alterações posteriores, **considerando** o disposto no Edital CMDCA n° 01/2023, deflagrado para eleição do Conselho Tutelar de Mendes Pimentel/MG, **considerando** o resultado alcançado no referido processo público de escolha e que foi devidamente comunicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ao Poder Executivo,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado da eleição suplementar para o Conselho Tutelar do município de Mendes Pimentel, realizada no dia 16 de agosto de 2026, objeto do Edital nº 001/2026/CMDCA, que obteve o seguinte resultado:

a) Primeiro Lugar (Titular): Késia de Souza Santos Neves, com 467 (quatrocentos e noventa e sete) votos;

b) Segundo Lugar (1º Suplente): Miquéias de Moura Cordeiro, com 47 (quarenta e sete) votos;

c) Terceiro Lugar (2º Suplente): Lorrayne Camille Carvalho da Silva Oliveira, com 32 (trinta e dois) votos;

d) Quarto Lugar (3º Suplente): Maria Aparecida Natalino do Carmo, com 28 (vinte e oito) votos;

e) Quinto Lugar (4º Suplente): Fabiana de Laet Simões Brandão, com 25 (vinte e cinco) votos.

Art. 2º. Fica nomeada Sra. **Késia de Souza Santos Neves**, classificada em primeiro lugar, para o cargo de Conselheiro Tutelar, para mandato até 09 de janeiro de 2028, que deverá ser convocada, apresentar documentos previstos no Edital nº 001/2026/CMDCA e tomar posse, mediante assinatura do termo respectivo.

Art. 3º. Os demais classificados serão mantidos em lista para provimento definitivo, em caso de vacância, ou temporário, em caso de afastamento dos titulares.

Art. 4º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, constantes do orçamento vigente.

Art. 5º. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mendes Pimentel, MG, aos 17 dias do mês de agosto do ano de 2026.

PAULO ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Soraia Elena de Oliveira Almeida Botelho
Código Identificador:3577B778

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MINAS NOVAS

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE TORNAR SEM EFEITO

AVISO DE TORNAR SEM EFEITO – AVISO DE LICITAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Minas Novas/MG, por intermédio da Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que torna SEM EFEITO a publicação do Aviso de Licitação referente ao Processo Administrativo de Licitação nº 105/2026, Pregão Eletrônico nº 042/2026, cujo objeto é a eventual PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE TRIO ELÉTRICO PARA REALIZAÇÃO DO CARNAVAL BOM DEMAIS 2027.

MARIA APARECIDA ALECRIM DA COSTA
Pregoeira

Publicado por:
Maria Aparecidaalecrim da Costa
Código Identificador:EAE7AB43

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO - PAL Nº 037/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - EXTRATO DE CONTRATO N°234/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 0037/2025, Nº 0018/2025. OBJETO: REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BAIRRO SAUDADE. CONTRATADA(O): JOÃO PAULO ALVES DA SILVA. VALOR: R$10.087,28. DATA DE ASSINATURA: 18/08/2026. VIGÊNCIA: 18/08/2026 A 18/02/2027.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Odair José Barbosa
Código Identificador:F2B12C03

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PAL 037/2025 CONTRATO 289

EXTRATO DE TERMO ADITiVO

PREFEITURA DE MINAS NOVAS. EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 02. PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 037/2025, INEXIGIBILIDADE Nº 018/2025. CONTRATO Nº 289/2025. OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA REFORMA E MANUTENÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL DO DISTRITO DE LAGOA GRANDE, GINÁSIO POLIESPORTIVO DEMI MACEDO, QUADRA DA BARRA E ESTÁDIO MUNICIPAL DR. PEDRO ANÍSIO MAIA, NA SEDE DO MUNICÍPIO. 63.547.933 MATHEUS BRANDAO BARBOSA. CNPJ Nº 63547933000113 TERMO ADITIVO ASSINADO: 14/08/2026. VIGÊNCIA: 18/08/2026 A 18/10/2026.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carlos Fabiano Correia Dos Santos
Código Identificador:D78346FF

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PAL 095/2025

EXTRATO DE TERMO ADITiVO
PREFEITURA DE MINAS NOVAS. EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01. PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 095/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2025. CONTRATO Nº 193/2025. OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SONDAGEM DE SOLO DO TIPO PERCUSSÃO A TRADO, PARA REALIZAÇÃO DE SONDAGENS NO MUNICÍPIO DE MINAS NOVAS-MG, INCLUINDO MOBILIZAÇÃO, EXECUÇÃO DAS SONDAGENS, REGISTRO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS CONFORME NORMAS TÉCNICAS VIGENTES. EVOLUCAO ENGENHARIA CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO LTDA. CNPJ Nº 11.892.959/0001-03. TERMO ADITIVO ASSINADO: 17/08/2026. VIGÊNCIA: 18/08/2026 A 18/08/2027.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carlos Fabiano Correia Dos Santos
Código Identificador:48986DA6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MIRABELA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRABELA/MG– Dispensa Eletrônica nº 022/2026, recebimento das propostas de 19/08/2026 às 08:00hrs até 24/08/2026 às 7:59hrs – Prazo para lances dia 24/08/2026 das 08:00 hrs até às 14:00 hrs. Objeto:**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA ELETRÔNICA TIPO OLHO VIVO, PARA UTILIZAÇÃO NA TRADICIONAL FESTA DE AGOSTO DE 2026.** Edital disponível no sítio oficial do município https://mirabela.mg.gov.br/licitacoes-mirabela-mg-2/ e no portal de compras públicas www.portaldecompraspublicas.com.br. Dúvidas e esclarecimentos pelo e-mail licitacao@mirabela.mg.gov.br ou pelo telefone (38) 93300-5965.

FERNANDA CRISTINA VIEIRA E SILVA RODRIGUES –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Fernanda Cristina Vieira e Silva Rodrigues
Código Identificador:8D145BA5

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRABELA/MG – 1º Termo aditivo ao Contrato nº 197/2025. Partes: Município de Mirabela/MG e a empresa **PAULO ANTONIO REFRIGERACAO E PRESTACAO DE SERVICOS LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 02.025.700/0001-66. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM BOMBAS D'AGUA SUBMERSAS; FORNECIMENTO DE PEÇAS; E LIMPEZA DE POÇOS PROFUNDOS, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE GERENCIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E RURAIS NO MUNICIPIO DE MIRABELA-MG,** iniciando tal prorrogação em **18 de agosto de 2026 pelo período de 12 meses (até 17 de agosto de 2027).**

FERNANDA CRISTINA VIEIRA E SILVA RODRIGUES –
Agente de Contratação

Publicado por:
Fernanda Cristina Vieira e Silva Rodrigues
Código Identificador:A60CD0C5

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRABELA/MG – 1º Termo aditivo ao Contrato nº 198/2025. Partes: Município de Mirabela/MG e a empresa **CASA DO MOTOR LTDA-EPP**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 03.150.785/0001-77. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM BOMBAS D'AGUA SUBMERSAS; FORNECIMENTO DE PEÇAS; E LIMPEZA DE POÇOS PROFUNDOS, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE GERENCIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E RURAIS NO MUNICIPIO DE MIRABELA-MG,** iniciando tal prorrogação em **20 de agosto de 2026 pelo período de 12 meses (até 19 de agosto de 2027).**

FERNANDA CRISTINA VIEIRA E SILVA RODRIGUES –
Agente de Contratação

Publicado por:
Fernanda Cristina Vieira e Silva Rodrigues
Código Identificador:F5E1F2C1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MIRADOURO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 547, DE 14 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a Convocação de Candidatos aprovados no Concurso Público- Edital n° 001/2023.

Cloves da Silva Botelho, Prefeito Municipal de Miradouro, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, conferidas na forma da legislação em vigor, etc...

Considerando o disposto no inciso 12.1 do Edital nº 01/2023 do Concurso Público, cujas provas foram realizadas em 21 de maio de 2023;

Considerando que o candidato aprovado em 10º lugar, devidamente convocado, não compareceu, sendo considerado desistente.

Decreta:

Art. 1º - Fica convocado o candidato aprovado no Concurso Público, cujas provas foram realizadas em 21 de maio de 2023, e que teve seu resultado homologado conforme Decreto nº 1.193/2023, de 22 de setembro de 2023, publicado no Diário Oficial do Município, para preenchimento dos seguintes cargos, de acordo com a ordem de classificação e número de vagas abertas pelo Edital e pelo Decreto nº 294.2025:
I – Cargos Nível Fundamental Incompleto:

NOME DO CARGO	CLASSIFIFICADOS CONVOCADOS
Auxiliar de Serviços Gerais	11º lugar

Art. 2º - Os candidatos deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Miradouro, à Praça Santa Rita, nesta cidade, até o dia 28 de agosto próximo, prazo limite para apresentação dos documentos exigidos por lei, constantes do subitem 13.6 do Edital do Concurso Público nº 01/2023, sob pena de tornar a sua convocação sem efeito, e será imediatamente convocado o candidato subsequente.

§ 1º - Os candidatos deverão se submeter à avaliação médica de que trata o item 12.1, devendo apresentar os exames médicos constantes do item 12.6 do Edital, com exceção dos exames denominados raio-X de tórax padrão OIT, audiometria – via aérea, e videolaringoscopia, sendo o primeiro substituído por raio-X de tórax.

Art. 3º - O candidato que não comparecer, dentro do prazo constante do artigo 2º deste Decreto, para tomar posse ou assinar o Termo de Desistência, será considerado desistente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Miradouro-MG, 14 de agosto de 2026.

CLOVES DA SILVA BOTELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Allan Martins Raposo
Código Identificador:F21C957E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE REVOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N.º 059/2026. Pregão Eletrônico N.º 025/2026 Objeto: Contratação de empresa para Aquisição de Material tipo Mobiliário e Afins - Título: Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência - Centro Dia - Número de Plano de Trabalho: 4251001214/2024. Data da revogação: 17/08/2026 .O inteiro teor está disponível no site www.miradouro.mg.gov.br .

Publicado por:
Alessandra Romualdo Mendes
Código Identificador:9D97E926

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1° ADITIVO AO CONTRATO Nº 083/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N.º 063/2025. Pregão Eletrônico N.º 032/2025. EMPRESA: **PLANEJAR CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA**-Objeto Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos profissionais de cessão de uso dos softwares de Gestão Pública nas áreas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Tesouraria, Patrimônio, Compras, Almoxarifado, Frotas, Folha de Pagamento, eSocial, Portal de Transparência e EFD-REINF. Vigência: 01/09/2026 a 01/09/2027

Publicado por:
Alessandra Romualdo Mendes
Código Identificador:D7817E5D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 2° ADITIVO AO CONTRATO Nº 083/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N.º 063/2025. Pregão Eletrônico N.º 032/2025. EMPRESA: **PLANEJAR CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA**- Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos profissionais de cessão de uso dos softwares de Gestão Pública nas áreas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Tesouraria, Patrimônio, Compras, Almoxarifado, Frotas, Folha de Pagamento, eSocial, Portal de Transparência e EFD-REINF. Valor R$ 67.679,04(sessenta e sete mil, seiscentos e setenta e nove reais e quatro centavos) -Vigência: 01/09/2026 a 01/09/2027

Publicado por:
Alessandra Romualdo Mendes
Código Identificador:C80EC847

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 085/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N.º 057/2026. Concorrência Pública Eletrônica N.º 004/2026. EMPRESA: **DANIEL JUNIO DOS SANTOS CUNHA**. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra pública para construção de passeio em estrutura de concreto armado conforme projetos basico executivos, incluindo a execução de todos os serviços, fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais insumos necessários, visando à implantação de infraestrutura moderna, segura e acessível no Município de Miradouro/MG, em conformidade com os projetos, especificações técnicas, normas vigentes e diretrizes da Administração Pública Municipal- Valor: R$93.330,00 (noventa e três mil, trezentos e trinta reais).Vigência do Contrato: 18/08/2026 a 18/02/2027).

Publicado por:
Alessandra Romualdo Mendes
Código Identificador:26A13692

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MONTE CARMELO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA N° 01/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. AVISO DE EDITAL CHAMADA PUBLICA. Chamada Pública nº 01/2026– Processo nº 101/2026. O Secretário Municipal de Fazenda, torna público que fará realizar no dia 10 de setembro de 2026, às 09:00 horas no Setor de Licitações, da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, situado à Avenida Olegário Maciel nº 129 – 2º Andar Bairro Centro, perante Comissão para tal designada, Chamada Pública nº 01/2026. Cujo Objeto: Refere-se à Chamada Pública para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, para atender aos alunos da Rede Pública de Ensino do Município de Monte Carmelo/MG, solicitado pela Secretaria Municipal de Educação. Para obterem maiores informações os interessados poderão procurar o Setor de Licitação, de 08:00 às 11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue (34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail licitacao@montecarmelo.mg.gov.br. O edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.montecarmelo.mg.gov.br, ou na sede da Prefeitura. Data do Edital: 12/08/2026.

Monte Carmelo, 18 de agosto de 2026.

MARCO TÚLIO SALGADO GAMA –
Secretário Municipal de Fazenda.

Publicado por:
Denner Cândido Lima
Código Identificador:436EFCC0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MURIAÉ

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
DECRETO Nº 14.404, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Regulamenta o Governo Digital no Município de Muriaé, nos termos da Lei Federal nº 14.129/2021, e dispõe sobre a transformação digital dos serviços públicos municipais.

O Prefeito Municipal de Muriaé, Estado de Minas Gerais, Sr. Marcos Guarino de Oliveira, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a modernização administrativa e a transformação digital da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.129/2021, que estabelece princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública;

CONSIDERANDO a necessidade de ampliar a oferta de serviços públicos digitais, simplificar processos administrativos e fortalecer a transparência e a participação social;

CONSIDERANDO o interesse público na adoção de mecanismos tecnológicos voltados à eficiência, economicidade, inovação e melhoria contínua da prestação dos serviços públicos; e

CONSIDERANDO a proposta de regulamentação apresentada pela Controladoria-Geral do Município de Muriaé.

DECRETA

Art. 1º. Fica regulamentada, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Muriaé, a aplicação dos princípios, regras e instrumentos previstos na Lei Federal nº 14.129/2021, observadas as disposições deste Decreto.

Art. 2º. Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - Governo Digital: uso estratégico das tecnologias digitais e de dados na prestação de serviços públicos;

II - Serviço digital: atividade administrativa disponibilizada por meio eletrônico;

III - Plataforma digital: ambiente tecnológico utilizado para oferta de serviços públicos;

IV - Usuário: pessoa física ou jurídica que utilize serviço público municipal;

V - Dados abertos: dados acessíveis ao público, processáveis por máquina e disponibilizados em formato aberto;

VI - Transformação digital: processo de modernização administrativa mediante uso de tecnologias digitais.

Art. 3°. A Política Municipal de Governo Digital observará os seguintes princípios:

I - desburocratização;

II - simplificação administrativa;

III - eficiência e economicidade;

IV - transparência pública;

V - proteção de dados pessoais;

VI - acessibilidade digital;

VII - participação social;

VIII - inovação;

IX - interoperabilidade entre sistemas;

X - sustentabilidade administrativa e tecnológica.

CAPÍTULO I
DOS OBJETIVOS DO GOVERNO DIGITAL

Art. 4º. São objetivos da Política Municipal de Governo Digital:

I - ampliar o acesso da população aos serviços públicos digitais;

II - reduzir custos operacionais da Administração Pública;

III - promover a integração de sistemas e bases de dados;

IV - aumentar a transparência e o controle social;

V - fortalecer a governança digital;

VI - estimular a cultura de inovação no serviço público;

VII - promover a transformação digital dos processos administrativos.

CAPÍTULO II
DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DIGITAIS

Art. 5º. As Unidades Administrativas da Administração Pública Direta e Indireta Municipal deverão, gradativamente, disponibilizar seus serviços em meio digital, observadas as capacidades técnicas e orçamentárias do Município.

Art. 6º. Os serviços públicos digitais deverão:

I - permitir acesso remoto pelo usuário;

II - utilizar linguagem simples e clara;

III - garantir acessibilidade às pessoas com deficiência;

IV - disponibilizar acompanhamento eletrônico das solicitações;

V - observar normas de segurança da informação e proteção de dados pessoais.

Art. 7º. Sempre que possível, os documentos e processos administrativos deverão tramitar em formato eletrônico.

Parágrafo Único. As Unidades Administrativas municipais deverão priorizar:

I - assinatura eletrônica;

II - processos administrativos digitais;

III - atendimento eletrônico;

IV - comunicação oficial eletrônica;

V - integração entre plataformas digitais governamentais.

CAPÍTULO III
DA GOVERNANÇA DIGITAL

Art. 8º. A implementação e o acompanhamento das ações de governo digital no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município observarão a estrutura administrativa vigente, competindo à Controladoria-Geral do Município promover a implementação e sua articulação com a Secretaria Municipal de Administração e os demais órgãos e entidades envolvidos, na forma da legislação aplicável.

Art. 9º. Compete à Governança Digital Municipal:

I - definir diretrizes para transformação digital;

II - promover integração tecnológica entre Unidades Administrativas;

III - acompanhar indicadores de eficiência digital;

IV - fomentar inovação administrativa;

V - propor normas complementares relativas ao Governo Digital.

Art. 10. As Unidades Administrativas deverão cooperar entre si para fins de interoperabilidade, integração de sistemas e compartilhamento de dados e soluções tecnológicas, nos limites das respectivas competências legais e regimentais, observado o interesse público e a finalidade específica de execução de políticas públicas, de prestação de serviços públicos ou de cumprimento de atribuição legal, com respeito às normas aplicáveis de proteção de dados pessoais, segurança da informação e sigilo legal.

§ 1º. O compartilhamento de dados pessoais deverá restringir-se ao mínimo necessário ao atendimento da finalidade declarada, observados os princípios da finalidade, adequação, necessidade e segurança.

§ 2º. O acesso, a utilização e o compartilhamento de dados pessoais deverão ser controlados por mecanismos de registro de acesso, rastreabilidade e proteção contra uso indevido, nos termos da legislação aplicável.

§ 3º. O tratamento e o compartilhamento de dados pessoais somente poderão ocorrer quando necessários à prestação do serviço público ou ao cumprimento de atribuição legal, vedado o uso incompatível com a finalidade informada.

CAPÍTULO IV
DA TRANSPARÊNCIA E DOS DADOS ABERTOS

Art. 11. O Município promoverá a transparência ativa mediante disponibilização de informações públicas em ambiente digital, observadas as disposições da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 12. Os dados públicos municipais serão disponibilizados em formato aberto, observados:

I - proteção de dados pessoais;

II - sigilo legal;

III - segurança da informação;

IV - interesse público.

CAPÍTULO V
DA PROTEÇÃO DE DADOS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Art. 13. As Unidades Administrativas deverão adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger dados pessoais e informações institucionais, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Art. 14. Compete às Unidades Administrativas implementar políticas internas de segurança da informação, controle de acesso e integridade de dados.

Art. 15. As comunicações eletrônicas oficiais, quando necessária a utilização de correio eletrônico, realizadas no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município deverão utilizar, preferencialmente, contas de correio eletrônico institucionais vinculadas a domínio oficial ou corporativo disponibilizado pela Administração Pública Municipal.

Parágrafo Único. As Unidades Administrativas deverão adotar medidas para restringir a utilização de contas de correio eletrônico pessoais nas comunicações institucionais, ressalvadas situações excepcionais devidamente justificadas.

CAPÍTULO VI
DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS E DA PARTICIPAÇÃO DO USUÁRIO

Art. 16. Aos usuários de serviços digitais municipais são assegurados os direitos previstos no art. 8º da Lei nº 14.129/2021, aplicando-se, no que couber, as regras deste decreto para sua efetivação no âmbito municipal.

Parágrafo único. O Município divulgará, em linguagem clara e de fácil acesso, o rol de direitos do art. 8º da Lei nº 14.129/2021 e os canais de atendimento para garantia desses direitos.

Art. 17. Fica assegurada a manutenção de canais alternativos de atendimento presencial e/ou telefônico aos usuários que não disponham de acesso à internet, meios digitais ou habilidade para utilização das plataformas eletrônicas disponibilizadas pela Administração Pública Municipal.

§ 1º. O atendimento presencial ou telefônico deverá garantir acesso integral aos serviços públicos disponibilizados em meio digital, observados os princípios da universalidade, acessibilidade, inclusão digital e eficiência administrativa.

§ 2º. A Administração Pública poderá promover ações de orientação e apoio ao cidadão para utilização dos serviços digitais, sem prejuízo da oferta dos canais alternativos previstos no caput.

§ 3º. O disposto neste artigo observará o art. 14, caput, da Lei Federal nº 14.129/2021.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. O Município estimulará mecanismos digitais de participação social, avaliação de serviços públicos e manifestação do usuário.

Art. 19. Os usuários poderão apresentar sugestões, reclamações, denúncias e elogios à Ouvidoria, vinculada à Controladoria-Geral do Município.

Art. 20. As unidades administrativas poderão expedir instruções operacionais internas, no âmbito de suas respectivas competências, para a execução deste Decreto, observadas as diretrizes estabelecidas pela autoridade central competente e a legislação aplicável.

Art. 21. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Muriaé, 17 de agosto de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:A384EBD4

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
DECRETO Nº 14.405, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

"Altera o Decreto nº 14.389, de 13 de agosto de 2026, que versa sobre símbolos de vencimentos de Diretores e de Vice Diretores de Estabelecimento Escolar"

O Prefeito Municipal de Muriaé, Estado de Minas Gerais, Sr. MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o Decreto nº 14.389, de 13 de agosto de 2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros em 14 de agosto de 2026 (Edição 4339), promovendo alteração de símbolo de vencimento de Diretores e Vice Diretores Escolares da Rede Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO a Comunicação Interna nº 245, de 17 de agosto de 2026, da Secretaria Municipal de Educação, solicitando a retificação do Decreto nº 14.389, de 13 de agosto de 2026, com relação ao quadro de nomeações e designações de Diretores e Vice Diretores de Estabelecimento Escolar, respectivamente;

DECRETA

Art. 1º Fica retificado o quadro constante do Artigo 1º, do Decreto nº 14.389, de 13 de agosto de 2026, passando a vigorar com a seguinte redação:

***"Art. 1º** Ficam alterados os símbolos de vencimentos dos servidores abaixo indicados, ocupantes de Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Estabelecimento Escolar e de Função Gratificada de Vice-Diretor de Estabelecimento Escolar, conforme o quadro a seguir:*

NOMEAÇÕES/DESIGNAÇÕES				
Nº	**Escola**	**Cargo de Diretor**	**Função Gratificada de Vice**	**Símbolo de vencimento**
01	EM Cléria Ticon	Ludimily Aparecida	Marisa Vieira de Lima	

	Carneiro	Cabral MASPs: 473001 e 473003	Gomes MASP: 57742 Mônica de Abreu Vecchia MASP: 53402	F
02	EM Dr. Antonio Canêdo	Marcelina Sevenini Silvério Moreira MASPs: 153601 e 153612	Cristiane Moreira Martins Vital MASP: 65706 Fernanda de Araujo Grossi Kuhn MASP: 469801	C
03	EM José Miguel Muahad	Vanessa Aparecida da V. Vargas Almeida MASP: 444201	Raquel Sanche Nogueira da Silva MASP: 581602	C
04	EM Profª Odaléia Oliveira Moraes Azevedo	Andreá Bonato Gonçalves Almeida MASP: 473303	Daniely de Souza Zen MASP: 392203	B

“

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições contidas no Decreto nº 14.389, de 13 de agosto de 2026.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Muriaé, 18 de agosto de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:D139F4AF

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 30, DE 18 DE AGOSTO DE 2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Convoca os candidatos para a realização de atos necessários para a contratação temporária para o exercício de funções junto à Rede Municipal de Ensino.

O Município de Muriaé, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, convoca os candidatos aprovados no concurso público 01/2024, homologado pelo Decreto 12.789 de 26 de Junho de 2024, e demais interessados, para realização de escolha de vaga conforme a classificação com a apresentação dos documentos necessários para ocupação da respectiva função temporária , Perícia Médica Oficial, e assinatura do respectivo contrato temporário, observadas as seguintes condições:

1. DA CLASSIFICAÇÃO:

I – Ser aprovado no Concurso Público regido pelo Edital n.º 001/2024 e homologado pelo Decreto n.º 12.789/2024 para o cargo equivalente à função pleiteada, observada a ordem de classificação daquele cargo, desde que comprovada a habilitação profissional específica (na forma do Edital n.º 001/2024).

II – Não ser aprovado no Concurso Público regido pelo Edital n.º 001/2024 e homologado pelo Decreto n.º 12.789/2024 para o cargo equivalente à função pleiteada, observando-se a seguinte prioridade:

a) Maior tempo de serviço, até 30 de setembro de 2025, na função pleiteada em Escola Pública Municipal de Muriaé, desde que comprovada a habilitação profissional específica;

b) Maior tempo de serviço, até 30 de setembro de 2025, na função pleiteada em Escola Estadual em funcionamento no Município de Muriaé, desde que comprovada a habilitação profissional específica;

c) Maior tempo de serviço, até 30 de setembro de 2025, na função pleiteada em Escola da Rede Particular de Ensino em funcionamento no Município de Muriaé, desde que comprovada a habilitação profissional específica;

d) Maior tempo de serviço, até 30 de setembro de 2025, na função pleiteada em Escola Pública Municipal e/ou Estadual em funcionamento em outros Municípios, desde que comprovada a habilitação profissional específica;

III – Persistindo o empate, terá preferência o candidato de maior idade, observado o disposto no art. 27, parágrafo único, da Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), quando aplicável.

2. DOS DOCUMENTOS QUE DEVERÃO SER APRESENTADOS NO ATO CONVOCAÇÃO

2.1. Os candidatos deverão comparecer **no horário, data e local estipulados na relação constante do Anexo I deste Edital**, para realizar **a escolha de vagas e a apresentação da seguinte documentação:**

a) Diploma, Registro Profissional ou Declaração de Conclusão, acompanhados de Histórico Escolar, hábeis a comprovar a habilitação profissional mínima exigida para o exercício da função pública pleiteada;

b) Carteira de Identidade;

c) Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Certidão de Situação Regular emitida pelo site: https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp

d) Comprovante de quitação com as obrigações militares (somente para candidatos do sexo masculino) ;

e) CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL EMITIDA PELO SITE: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidao-de-quitacao-eleitoral

f) Certidão de Contagem de Tempo, emitida em modelo próprio e com o tempo computado somente até 30 de setembro de 2024, para os candidatos que possuirem tempo de serviço em Escola Pública Municipal e/ou Estadual;

g) CTPS e Declaração emitida pela Instituição de Ensino com o tempo computado somente até 30 de setembro de 2025, para os candidatos que possuirem tempo de serviço em Escola da Rede Particular de Ensino em funcionamento no Município de Muriaé.;

2.2. Os candidatos que tiverem a documentação aprovada pela Comissão de Avaliação realizarão, em ato contínuo, a escolha da vaga a ser ocupada temporariamente, **conforme relação de vagas disponíveis constantes do Anexo I deste Edital e observada a ordem de classificação.**

2.3. O candidato que se considerar preterido poderá interpor recurso de imediato, devendo a resposta ser apresentada em até 24 (vinte e quatro) horas.

2.4. Após a escolha das vagas, o candidato deverá comparecer no Departamento Pessoal, na Av. Maestro Sansão, 236, 3º andar, Centro, Muriaé/MG com as cópias dos seguintes documentos:

a) Diploma, Registro Profissional ou Declaração de Conclusão, acompanhados de Histórico Escolar, hábeis a comprovar a habilitação profissional mínima exigida para o exercício da função pública pleiteada;

b) Carteira de Identidade;

c) Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Certidão de Situação Regular emitida pelo site: https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp;

d) Comprovante de quitação com as obrigações militares (somente para candidatos do sexo masculino);

e) Cópia do Titulo de Eleitor **E** a Certidão de quitação eleitoral emitida pelo site: https://www.tse.jus.br/servicoseleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral;

f) Certidão de Nascimento ou Casamento; (caso houver alteração no nome devido ao casamento ou divórcio, o mesmo deverá estar atualizado junto a Receita Federal- CPF E CI;

g) Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP, emitido pela Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil;

h) Comprovante de residência atualizado;

i) Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;

j) Declaração do Posto de Saúde de estar em dia com a vacinação para filhos menores de 14 (quatorze) anos;

k) Declaração de matrícula em escola para filhos menores de 14 (quatorze) anos;

l) 01 (uma) fotos 3x4; XV - Para fins de IRRF- deverá apresentar documento de identidade e CPF dos filhos menores de 21 anos;

m) Certidão de Antecedentes Criminais, emitida no site da Polícia Civil de Minas Gerais - https://wwws.pc.mg.gov.br/atestado/solicitarsel.do?evento=x&fwPlc=s

n) Resultado da Perícia Médica Oficial assegurando que o candidato ostenta perfeitas condições para a assunção e exercício da função pública que pretende ocupar temporariamente;

3. DA PERÍCIA MÉDICA OFICIAL

3.1. Após a realização da convocação o candidato ficará sujeito à realização da Perícia Médica Oficial, cujo **local, data e horário serão divulgados no momento da convocação**. O candidato deverá comparecer a Perícia munido dos exames constantes do item 3 deste Edital, realizados em até **60 (sessenta)** dias antes da data da perícia, assegurando que o candidato ostenta perfeitas condições para a assunção e exercício da função pública que pretende ocupar temporariamente.

3.2. Somente serão autorizados a ingressarem no local de realização da Perícia Médica Oficial a equipe responsável pelos atos decorrentes da convocação e o candidato designado para aquele horário, sendo **vedada a entrada de terceiros e de candidatos designados para outros horários.**

4. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À PERÍCIA MÉDICA OFICIAL

4.1. Para a realização da **Perícia Médica Oficial**, de caráter eliminatório, todos os candidatos deverão apresentar o BIM – Boletim de Inspeção Médica e o resultado dos exames quais sejam:

I - Hemograma completo, com eritograma, leucograma e contagem de plaquetas;
II- Tempo de tromboplastina pericial ativa (TTPA);
III- Gamaglutamiltransferaze (GamaGT);
IV - Glicemia de Jejum;
V - Creatinina;
VI - Urina (rotina);
VII – TGO
VIII - TGP
IX - Laringoscopia indireta ou videonasolaringoscopia (somente para a função de Professor).

4.2. O prazo para a realização da Perícia Médica Oficial é terminativo, não fazendo jus à contratação o candidato que não apresentar seu resultado dentro do prazo legal de 05 (cinco) dias úteis.

4.3. Os candidatos cuja documentação for aprovada pela Comissão de Avaliação, após a escolha da vaga a ser ocupada temporariamente e ser declarado apto na Perícia Médica Oficial, deverão comparecer a Secretaria Municipal de Educação para receber o encaminhamento e proceder à assinatura do respectivo contrato temporário.

4.4. **Implicará em perda do direito à contratação**:

a) A não apresentação dos documentos necessários à contratação;

b) A constatação de inveracidade das informações prestadas para fins de classificação;

c) A constatação de falsidade da documentação apresentada para fins de classificação e/ou contratação;

d) A declaração de inaptidão na Perícia Médica Oficial;

e) O não preenchimento dos requisitos para ocupação da respectiva função temporária; e/ou

f) O não comparecimento para assinatura do contrato dentro do prazo legal de 05 (cinco) dias úteis após a Perícia Médica Oficial.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. As publicações que regem esta convocação estarão disponíveis no endereço eletrônico *https:// www.digiescola.muriae.mg.gov.br/contratacao2026*, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o seu acompanhamento.

5.2. O marco classificatório utilizado para as convocações temporárias corresponderá à última classificação alcançada pelas nomeações efetivadas para o respectivo cargo;

5.3. Os candidatos nomeados que não tomaram posse ou foram eliminados não serão considerados remanescentes aptos ao critério prioritário fundado na aprovação no concurso.

5.4. Os casos omissos deste Edital serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação.

Muriaé-MG,18 de Agosto de 2026.

MARIA CRISTINA NAVARRO DE AQUINO RIBEIRO
Secretária Municipal de Educação

PROFESSOR ANOS FINAIS - ARTE
Local: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Av. Maestro Sansão 236
Data: 19/08/2026
Horário: 14h 30min

ESCOLA	AULAS	TURNO	PERÍODO 21/08/2026 a
EM Gilberto José Tanus braz (João XXIII)	06	Vespertino 2ª (01) 6º (05)	31/10/2026

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS
Local: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Av. Maestro Sansão 236
Data: 19/08/2026
Horário: 14h 30min

ESCOLA	TURMA	TURNO	PERÍODO 21/08/2026 a
EM Gilberto José Tanus Braz (João XXIII)	6º ano LIBRAS	Vespertino	18/12/2026

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:EA262B0D

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
LEI N.º 7.747 /2026

Dá denominação de Centro de Atendimento Educacional Especializado Guilherme José Rocha de Freitas ao Centro de Atendimento Educacional Especializado localizado no Bairro Dornelas, no Município de Muriaé, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Muriaé:
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica oficializado e denominado, por força desta Lei, de "Centro de Atendimento Educacional Especializado Guilherme José Rocha de Freitas", o Centro de Atendimento Educacional Especializado localizado na Rua Wilson Amaral, n.º 170, Bairro Dornelas, no Município de Muriaé.

Art. 2º. O Poder Executivo deverá comunicar aos órgãos e concessionárias de serviços públicos, bem como determinar a confecção de placa indicativa, afixando-a no referido local.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MANDO, PORTANTO, a todos as autoridades a quem o conhecimento de execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Muriaé/MG, 18 de agosto de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:181F7168

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO
AVISO DE SUSPENSÃO DE ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026 - SERVIÇOS DE LIMPEZA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO PUBLICA O ATO DE SUSPENSÃO DE SESSÃO PÚBLICA E PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2026

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento Municipal de Saneamento Urbano – DEMSUR, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, torna pública a SUSPENSÃO temporária do procedimento licitatório em epígrafe, cuja sessão pública de lances estava originalmente designada para o dia 24 de agosto de 2026, às 13:00 horas.

A presente medida fundamenta-se na necessidade de análise detalhada, saneamento e resposta formal à Notificação Extrajudicial protocolada pelo Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Minas Gerais – SEAC/MG.

O documento apresentado pela entidade representativa da categoria traz apontamentos complexos e relevantes quanto à aplicação da tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 1.118 (RE 1.298.647), que versa sobre a exigência de comprovação de capital social integralizado correlacionado ao dimensionamento de mão de obra (Lei nº 6.019/1974), bem como controvérsias atinentes ao correto enquadramento sindical e Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) balizadora do certame.

Considerando que as normas disciplinadoras da licitação devem ser interpretadas em favor da ampliação da disputa, resguardando sempre a segurança jurídica e a integridade financeira da autarquia municipal contra futuras responsabilizações subsidiárias de índole trabalhista, o DEMSUR entende prudente e indispensável a paralisação momentânea do feito para a devida manifestação da Assessoria Jurídica e do Setor de Licitações.

Desta forma, informa-se a todos os interessados e potenciais licitantes sobre a suspensão da sessão pública agendada na Portal BNC (www.bnc.org.br) e uma vez sanadas as dúvidas técnicas e publicada a respectiva resposta de mérito à manifestação sindical, o DEMSUR definirá e publicará uma nova data para a realização do certame com reabertura de prazos.

Caso os esclarecimentos resultem em modificações que afetem diretamente a formulação das propostas comerciais, o prazo legal de publicidade será integralmente reaberto, nos exatos termos do § 1º do art. 55 da Lei nº 14.133/2021.

Este ato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no site institucional do DEMSUR (www.demsur.com.br/licitacao) e no Portal BNC para ampla e imediata ciência de todos.

Muriaé – MG, 18 de agosto de 2026.

SUELI PAULINO RIBAS COSTA
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Sueli Ribas Paulino Costa
Código Identificador:7A884ECC

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO
NOTIFICAÇÃO 034/2026 – SEGUNDA NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO 034/2026 – SEGUNDA NOTIFICAÇÃO

NOTIFICADA: MATHEUS GABRIEL NEVES DE SOUZA

CNPJ: 60.632.749/0001-83

END: RUA JÚLIO FRANCISCO DO NASCIMENTO, Nº 501 A, BAIRRO MATINHA, NA CIDADE DE ABREU E LIMA-PE, CEP 53.585-800.

REPRESENTANTE LEGAL: SR. MATHEUS GABRIEL NEVES DE SOUZA

REFERENTE: ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 067/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2025.

Na qualidade de Diretora Administrativa e Financeira do DEMSUR - Departamento Municipal de Saneamento Urbano, sirvo-me do presente para **RATIFICAR A PRIMEIRA NOTIFICAÇÃO** extrajudicialmente sobre o descumprimento das obrigações dispostas na Ata de Registro de Preço nº 067/2025 - Pregão Eletrônico nº 040/2025, em razão dos fatos a seguir
O DEMSUR celebrou com a empresa MATHEUS GABRIEL NEVES DE SOUZA a Ata de Registro de Preço nº 067/2025, para contratação de microempresa - ME, empresa de pequeno porte - EPP ou equiparadas especializada para aquisição de materiais, acessórios, equipamentos de informática, leitor de código de barras e outros para atender as necessidades dos diversos setores desta autarquia.
Conforme Ordem de Compra nº 091/2026, datada de 05/01/2026, e enviada no dia 26/01/2026, sem nenhuma resposta da notificada, a empresa teria até a data de 26/02/2026 para realizar a entrega do material.
Na Ata de Registro de Preço nº 067/2025, mais especificamente no item 2.2.8, é possível aferir que "A entrega do material será em até 30 (trinta) dias para cada pedido, a contar da emissão de Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras/ Licitações do DEMSUR. Por se tratar de um Processo regido pelo Sistema de Registro de Preços, onde não há obrigatoriedade de aquisição global do objeto licitado, a entrega será parcelada, devendo a empresa a cada pedido obedecer ao limite de 30 (trinta) dias para entrega."
Desta forma, o não cumprimento por parte da Empresa ora notificada das cláusulas estabelecidas tem gerado inúmeros transtornos ao bom funcionamento desta Autarquia.
Agindo desta maneira a empresa notificada está infringindo os dispositivos contratuais, bem como os previstos na Lei 14.133/2021, colocando-se em posição de sofrer sanções por tal descumprimento, podendo a empresa ser penalizada pelo enquadramento nas hipóteses dos artigos 155 e 156 da referida Lei, observado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
Desta forma, diante do descumprimento acima relatado, o Departamento Municipal de Saneamento Urbano **RATIFICA A**

PRIMEIRA NOTIFICÃO (ocorrida em 24/03/2026, via o endereço de e-mail fornecido pela empresa, à empresa **MATHEUS GABRIEL NEVES DE SOUZA para que cumpra fielmente com o contrato celebrado, entregando o material solicitado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento desta.**
Advertimos, ainda, que, em caso de novo descumprimento, a Autarquia promoverá a abertura de **processo administrativo** para aplicação das sanções cabíveis, incluindo **multa, rescisão do contrato e suspensão do direito de participar de licitações e contratos futuros, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.**
Fica a empresa notificada para, querendo, oferecer resposta formal sobre o conteúdo desta notificação, **no prazo de 05 (cinco) dias a partir do recebimento desta.**
Ao fim, arquive-se.

Muriaé, 17 de agosto de 2026.

GLENDA FURLANI ASSAD
Diretora Administrativa e Financeira
DEMSUR

Publicado por:
Débora Ribeiro Lopes Carneiro Moreira
Código Identificador:E246FC98

FUNDARTE - FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTE DE MURIAÉ
PORTARIA Nº 141, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

"Concede Progressões por merecimento a servidores públicos da FUNDARTE".

O Diretor-Geral da FUNDARTE – Fundação de Cultura e Artes de Muriaé, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a lei nº 3.824/2009 de 01 de dezembro de 2009 e com a lei nº 4.184/2011 de 28 de dezembro de 2011;
CONSIDERANDO, que o direito a progressão por merecimento deve ser concedida de acordo com as regras da lei vigente à época em que os requisitos foram preenchidos;
CONSIDERANDO, portanto, o cumprimento do tempo exigido e dos demais requisitos estabelecidos para a obtenção do direito a progressão por merecimento, durante a vigência da Lei Municipal nº 4.419/2012;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas a progressões por merecimento aos servidores a baixos nomeados:

MASP	Nome do Servidor	Cargo	Símbolo	Retroativo
1695-1	EROTILDE FRANCISCA DE SOUZ	AUX GERAL SERVIÇOS E OBRAS	PEF 14	01/07/2026
3837-1	LEIRIANE SOUZA MENDES CARVALHO	ASS BIBLIOTECA	PEF25	01/08/2026
401-01	ROGERIA CRISTINA CASTRO FALCI	ASSIST ADMINISTRATIVO	16-PAA18-00ESP	01/08/2026
2944-1	ALESSANDRA SEXTO BERNARDES	SUPERV PEDAGOGICO (MESTRE)	41-001-NSO06	01/08/2026

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de julho de 2026.

Muriaé, 18 de agosto de 2026.

SANDRO AREAL CARRIZO
Diretor Geral da FUNDARTE

Publicado por:
Sebastião Álvaro Vasconcelos Júnior
Código Identificador:8448E462

FUNDARTE - FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTE DE MURIAÉ
PORTARIA N.º 142 DE 16 DE AGOSTO DE 2026

"*Nomeia os servidores para composição da Comissão de Monitoramento e Avaliação, para monitoramento e avaliação dos Convênios, com atuação, principalmente, na homologação das análises de contas e os relatórios de visitas, no âmbito desta Fundação."*

O Diretor-Geral da FUNDARTE, no uso de suas atribuições conferidas por Lei;
CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 12.783, de 24 de junho de 2024;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 14.113 de 18 de março de 2026;
CONSIDERANDO que a Comissão de Monitoramento e Avaliação é órgão colegiado destinado à monitorar e avaliar as parcerias firmadas com as organizações da sociedade civil, em nível macro, competindo-lhe, primordialmente, homologar (validar) o Parecer Técnico Conclusivo acerca da prestação de contas, bem como os Relatórios de Visita *in loco* elaborados pelo Gestor da Parceria; e que sua instituição formal se dá mediante ato publicado em veículo oficial de comunicação;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Monitoramento e Avaliação, composta pelos seguintes membros:
I – Vanderleia Aparecida de Castro Souza - Presidente da Comissão;
II – Fernando Paixão Duarte – Membro;
III – Luiz Gustavo Vilela - Membro;

Art. 2º As atribuições da Comissão de Monitoramento e Avaliação são aquelas constantes no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), Lei Federal nº 13.019/2014, principalmente nos arts. 2º, inciso XI, art. 59 e art. 66, Parágrafo único, inciso II.
Parágrafo único. Além disso, no âmbito das emendas impositivas municipais, o Decreto Municipal nº 14.113, de 18 de março de 2026, principalmente nos arts. 36 também dispõe sobre as atribuições da referida comissão.

Art. 3º Fica revogado a Portaria nº 51 de 12 de maio de 2026.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Muriaé, 18 de agosto de 2026.

SANDRO AREAL CARRIZO
Diretor-Geral da FUNDARTE

Publicado por:
Sebastião Álvaro Vasconcelos Júnior
Código Identificador:9D175254

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE MURIAÉ
AVISO DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO MURIAÉ-PREV

AVISO DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO MURIAÉ-PREV
Ficam os Ilmos. Srs. Membros do Comitê de Investimentos do Muriaé-Prev, convocados a participar, de forma presencial, da reunião de agosto de 2026, que acontecerá na data de 20/08/2026 (quinta-feira – 14:00 h) – na sede do Fundo Previdenciário de Muriaé – Muriaé-Prev. Avenida Juscelino Kubitscheck, 601 – Centro – Muriaé – MG. Fone: 32 3721-3284.

Publicado por:
Nancy Lieta Lima
Código Identificador:72600400

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE MURIAÉ
PORTARIA Nº 057 DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 057 DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL DENOMINADO CENSO PREVIDENCIÁRIO 2026 DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE MURIAÉ – MURIAÉ-PREV.

O PRESIDENTE DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE MURIAÉ - MURIAÉ-PREV, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em observância ao que dispõe o artigo 9° da Lei Federal nº 10.887 de 18 de junho de 2004, e o art. 10, inciso IV da Lei Municipal nº 3.432 de 27 de março de 2007; e

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar a base de dados e o cadastro funcional dos aposentados e pensionistas vinculados ao Muriaé-Prev, conferindo legalidade e eficiência à manutenção dos benefícios;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecida a realização do programa **Censo Previdenciário dos aposentados e pensionistas** vinculados ao Fundo Previdenciário de Muriaé - Muriaé-Prev, **no exercício de 2026**, destinado a promover a atualização cadastral dos beneficiários, e a melhoria das informações constantes no banco de dados do Muriaé-Prev.

Art. 2º - O Censo Previdenciário será realizado no período de **1º de agosto a 10 de outubro de 2026.**

Art. 3º - Para efetivação do Censo Previdenciário os aposentados e pensionistas deverão comparecer pessoalmente à sede do Muriaé-Prev, localizada à Avenida Juscelino Kubsticheck, nº 601- Bairro Centro- Muriaé-MG, de segunda a sexta-feira, (exceto as terças-feiras) das 12:00 horas às 18:00 horas, nos prazos estabelecidos no art. 2º, munidos dos seguintes documentos (original e fotocópia):

a) Documento de identificação válido com foto: Carteira de Identidade (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida, ou Carteira Profissional com validade no território nacional;
b) Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, podendo ser substituído por CNH válida;
c) Comprovante de residência atualizado, podendo ser: contas de água, energia elétrica, ou telefônica;
d) Documento de identificação dos dependentes menores; (CPF, RG);
e) Comprovante do NIT e ou PIS/PASEP.
f) Telefone para contato.

Art. 4º - O aposentado ou pensionista que residir em outro município, estado ou país, poderá realizar o Censo Previdenciário por correspondência, postando os documentos exigidos no art. 3º, incisos a, b, c, d, e, f devidamente autenticados em cartório, acrescidos de declaração de vida firmada em cartório, nos prazos estabelecidos no art. 2º.

Art. 5º - Poderá também realizar o Censo Previdenciário, através de procuração devidamente autenticada em cartório, acrescidos da documentação constante no art. 3º.

Art. 6º - **O Programa de atualização cadastral Censo Previdenciário é obrigatório aos aposentados e pensionistas, caso o beneficiário deixe de realizar o Censo Previdenciário nos prazos estabelecidos no art. 2º, o pagamento do benefício será suspenso até o efetivo recadastramento.**

Art. 7º - As situações não regulamentadas por esta Portaria serão analisadas individualmente pelo Setor de Benefícios e pela Presidência do Muriaé-Prev.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos produzidos a partir de 01/08/2026.

Muriaé, 17 de agosto de 2026.

ALESSANDRO RODRIGUES CAMPOS
Presidente do Muriaé-Prev.

Publicado por:
Nancy Lieta Lima
Código Identificador:905B089B

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 066/2021 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 161/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ TORNA PÚBLICO **EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 066/2021 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 161/2021** – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES E ALVARÁS NO MUNICÍPIO DE MURIAÉ, COM FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO TEMPORÁRIA PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, DISPONIBILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM NUVEM, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE. **CONTRATADA: APROVA DIGITAL S/A – MOTIVO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO, COM AMPARO NA LEI 8.666/1993 - VIGÊNCIA:**
05/08/2026 A 04/02/2027.

MURIAÉ/MG, 03/08/2026

MAURÍCIO JOSÉ CARNEIRO
Secretário Municipal de Obras Públicas e Urbanismo

Publicado por:
Alanne Christina Rocha Trotta
Código Identificador:1C9F4CF6

LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2026

Aviso de licitação – Pregão Eletrônico nº 078/2026 – Objeto: Aquisição de cestas básicas em atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Muriaé-MG.. Fica marcada a sessão de licitação para o dia 01/09/2026 às 13:00 h, por meio do Portal Bolsa Nacional de Compras – https://bnc.org.br/. O edital poderá ser obtido nos sites https://bnc.org.br/ e https://muriae.atende.net Informações complementares: Setor de Licitação - situado no Centro Administrativo “Pres. Tancredo Neves”, Av. Maestro Sansão, 236, 3º andar, Centro, Muriaé – MG. Telefone (32) 3696.

Publicado por:
Lucas Paulo Sabino
Código Identificador:B37297CA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NAQUE

PREFEITURA DE NAQUE
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 011/2026

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 011/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 062/2026

O Município de Naque, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.208/0001-49, com sede na Av. José Martins Morais Júnior, nº 75, Centro, CEP 35.117-000, torna público, em observância ao art. 75, inciso II, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e ao Decreto Municipal nº 016/2024, a realização de Dispensa Eletrônica destinada à contratação de serviços especializados de coleta e destinação final de resíduos de serviços de saúde (RSS).
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos perfurocortantes, materiais de enfermaria e resíduos sépticos classificados nos Grupos A, B, D e E, conforme Resolução RDC/ANVISA nº 222/2018 e normas correlatas, em

atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Naque/MG, com execução continuada e custeio por recursos próprios e/ou vinculados.
Critério de julgamento: Menor preço por item.
Valor global estimado: R$ 7.320,00 (sete mil, trezentos e vinte reais).
Participação: Exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP), nos termos do art. 48 da LC nº 123/2006.
Prazos:
• Início do recebimento de propostas: 20/08/2026, às 00h01;
• Encerramento do recebimento de propostas: 25/08/2026, às 08h50;
• Abertura e análise das propostas: 25/08/2026, às 09h00;
• Período de lances: 1 (uma) hora, contado da liberação do item para disputa.
Todas as referências de tempo observam o horário de Brasília/DF, conforme registrado no sistema eletrônico.
Local e acesso: A disputa será realizada no Portal Eletrônico https://naque-pm-scpi.sigmix.net/comprasedital/. O aviso e a documentação estão disponíveis em https://www.naque.mg.gov.br/licitacoes e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Esclarecimentos: licitacao@naque.mg.gov.br ou (33) 99134-0853, em dias úteis, no horário comercial.

Naque/MG, 18 de agosto de 2026.

ROBSON DE SENA MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Delano Sergio Soares de Oliveira
Código Identificador:3FC7ED6B

PREFEITURA DE NAQUE
EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAQUE-MG – EXTRATO **QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2025, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2025, REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2025** — O MUNICÍPIO DE NAQUE/MG E empresa WALL CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 20.213.473/0001-84, com sede na Rua Bahia, nº 65, Bairro Novo Oriente, CEP 35195-000, Belo Oriente/MG, neste ato representada por WALACE LUIZ DA SILVA, RG nº M-6859848 e CPF nº 040.064.466-59, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Quarto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 043/2025. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação, pelo período de 12 (doze) meses, do prazo de execução e da vigência do Contrato Administrativo nº 043/2025, cujo objeto é a reforma e ampliação da Escola Municipal Pedro Fernandes Mafra, localizada no Município de Naque/MG, permanecendo inalterado o escopo contratado e sem acréscimo de quantitativos ou valores por este instrumento. Fica prorrogado por 12 (doze) meses o prazo contratual previsto na Cláusula Terceira do contrato originário, contado a partir do término da vigência atualmente estabelecida no processo administrativo, passando o contrato a vigorar até 11 de agosto de 2027. A prorrogação deverá ser formalizada antes do término da vigência vigente e observará o cronograma físico-financeiro atualizado, quando cabível. Data da assinatura 10 de agosto de 2026.

ROBSON DE SENA MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson de Sena Moreira
Código Identificador:FED0116D

PREFEITURA DE NAQUE
EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 044/202, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2024 — DISPENSA ELETRÔNICA Nº 012/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAQUE-MG – EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 044/202, *PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2024 — DISPENSA ELETRÔNICA Nº 012/2024* — MUNICÍPIO DE NAQUE/MG E empresa SILVA RAMOS FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 41.775.700/0001-35, com sede na Rua Ailton Sperandio, Centro, Naque/MG, neste ato representada pelo Sr. Jefferson Da Silva Ramos, portador da Carteira de Identidade RG nº 530.206.821 e inscrito no CPF sob o nº 107.909.016-92, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, com fundamento no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos termos do Processo Administrativo nº 017/2024 — Dispensa Eletrônica nº 012/2024, celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 044/2024, firmado em 01 de abril de 2024. O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo quantitativo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre os quantitativos originalmente pactuados para cada um dos itens constantes da planilha de preços do Contrato nº 044/2024, nos termos e limites estabelecidos pelo art. 125 da Lei nº 14.133/2021, mantidas inalteradas as demais condições contratuais, especificações técnicas e valores unitários vigentes. O acréscimo ora pactuado observa o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, aplicável às contratações de serviços e compras, conforme caput do art. 125 da Lei nº 14.133/2021; A presente alteração contratual justifica-se pela necessidade de ampliação do fornecimento dos equipamentos e serviços de locação já contratados, em razão da continuidade e do incremento da demanda das obras e serviços municipais em curso; Os valores unitários dos itens permanecem inalterados, aplicando-se o acréscimo exclusivamente sobre os quantitativos, na forma detalhada no quadro constante da Cláusula Terceira. Data da assinatura 10 de agosto de 2026.

ROBSON DE SENA MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson de Sena Moreira
Código Identificador:D4C841DB

PREFEITURA DE NAQUE
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 051/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAQUE-MG – EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 051/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2025, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2025, REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2025 — O MUNICÍPIO DE NAQUE/MG E empresa WALL CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 20.213.473/0001-84, com sede na Rua Bahia, nº 65, Bairro Novo Oriente, CEP 35195-000, Belo Oriente/MG, neste ato representada por WALACE LUIZ DA SILVA, RG nº M-6859848 e CPF nº 040.064.466-59, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 051/2025. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 051/2025, que tem por objeto a execução de serviços de instalação de guarda-corpos e corrimãos no município de Naque, em atendimento à Secretaria Municipal de Obras, conforme justificativa técnica e documentos anexos. 2.1. A prorrogação será de 12 (doze) meses, sustentada nas seguintes razões: a) em atendimento às exigências técnicas da área em que a Contratada vem prestando seus serviços em conformidade com o contrato em vigor;
b) dada a satisfação dos serviços prestados pela Contratada até a presente data;
c) em conformidade com a previsão legal contida no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, para prorrogação de contratos de serviços e obras. Data da assinatura 10 de agosto de 2026.

ROBSON DE SENA MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson de Sena Moreira
Código Identificador:1E185B89

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NATALÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATALÂNDIA
AVISO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO 011/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATALÂNDIA/MG – AVISO DE CONTRATO – CREDENCIAMENTO nº 011/2026. OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços gráficos e de comunicação visual, compreendendo a criação, confecção, impressão, acabamento, personalização e fornecimento de materiais gráficos diversos, destinados ao atendimento das necessidades institucionais da Administração Pública, conforme especificações e quantitativos constantes neste Termo de Referência. Partes: Prefeitura Municipal de Natalândia e a empresa **52.287.342 CAIO CORDEIRO LINA**, inscrita no CNPJ sob o nº 52.287.342/0001-38 – Valor Global: R$ 190.691,58. Vigência: até 12 meses – Data da assinatura: 18/8/2026.

Natalândia/MG, 18 de agosto de 2026.

PAULO SÉRGIO LAURINDO MODESTO -
Prefeito.

Publicado por:
Bruna Adaleia
Código Identificador:D9543189

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATALÂNDIA
AVISO DE CONTRATO DISPENSA N° 032/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATALÂNDIA/MG – AVISO DE CONVÊNIO – DISPENSA nº 032/2026. OBJETO: Rateio dos recursos financeiros necessários ao custeio das despesas administrativas do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba – CISALP, abrangendo despesas com pessoal civil, encargos e obrigações patronais, materiais de consumo, materiais permanentes, serviços de terceiros (pessoas físicas e jurídicas), bem como todas as demais despesas indispensáveis à manutenção, ao funcionamento e ao desenvolvimento de sua estrutura administrativa, necessárias ao desempenho de suas competências institucionais.. Partes: Prefeitura Municipal de Natalândia e a empresa: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA – CISALP, inscrito no CNPJ sob o nº 02.319.394/0001-70 **–** Valor Global R$ 7.977,20, Vigência: de 12 (doze) meses – Data da assinatura: 03/8/2026.

Natalândia/MG, 18 de agosto de 2026.

(A) PAULO SÉRGIO LAURINDO MODESTO -
Prefeito.

Publicado por:
Bruna Adaleia
Código Identificador:DAF9855F

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATALÂNDIA
AVISO DE CONTRATO DISPENSA N° 035/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATALÂNDIA/MG – AVISO DE CONTRATO – DISPENSA nº 035/2026. OBJETO: Prestação de serviços de modificação em rede trifásica de distribuição urbana, contendo construção e extensão de redes elétricas, para atender as solicitações de ligações novas do Município de Natalândia/MG. Partes: Prefeitura Municipal de Natalândia e a empresa CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A, inscrito no CNPJ sob o nº 06.981.180/0001-16**–** Valor Global R$ 101.947,60, Vigência: de 12 (doze) meses – Data da assinatura: 18/08/2026.

Natalândia/MG, 18 de agosto de 2026.

(A) PAULO SÉRGIO LAURINDO MODESTO -
Prefeito.

Publicado por:
Bruna Adaleia
Código Identificador:88410DB7

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATALÂNDIA
AVISO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE N° 021/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATALÂNDIA/MG – AVISO DE CONTRATO – INEXIGIBILIDADE nº 021/2026. OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento, formatação, publicação, consolidação, compilação, versionamento e atualização dos atos oficiais do Município de Natalândia/MG, abrangendo a Lei Orgânica, Leis Complementares, Leis Ordinárias e Decretos, com disponibilização em sistema de pesquisa jurídica on-line integrado ao Portal Leis.org, contemplando a legislação municipal, estadual e federal correlata. Partes: Prefeitura Municipal de Natalândia e a Pessoa Jurídica: LEIS LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 03.725.725/0001-35- Valor Global: R$ 8.550,00. Vigência: 12 (doze) meses – Data da assinatura: 17/08/2026.

Natalândia/MG, 18 de agosto de 2026.

(A) PAULO SÉRGIO LAURINDO MODESTO -
Prefeito.

Publicado por:
Bruna Adaleia
Código Identificador:CFF9256A

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATALÂNDIA
AVISO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N° 027/2026

AVISO PREGÃO ELETRÔNICO N° 027/2026

A Prefeitura Municipal de Natalândia-MG, através de sua Pregoeira, torna público que realizará a licitação sob a modalidade de Pregão Eletrônico, nº 027/2026, do tipo Menor Preço Por Item/Lote. **Objeto:** A presente licitação tem por objeto Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais de papelaria, expediente, pedagógicos e correlatos destinados ao atendimento das necessidades da Administração Municipal, por meio de suas diversas Secretarias, órgãos, departamentos, setores e unidades vinculadas, visando atender às possíveis, futuras e eventuais demandas. Data e horário do recebimento das propostas: até às 07h00min do dia 04/09/2026. Data e horário do início da disputa: às 09h00min do dia 04/09/2026. Edital no endereço eletrônico www.bnc.org.br e site http://www.natalandia.mg.gov. Informações complementares poderão ser obtidas através dos telefones: (38) 3458-0000.

Natalândia/MG, 18 de agosto de 2026.

RANGEL AFONSO GOMES DOS REIS
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Publicado por:
Bruna Adaleia
Código Identificador:272D76D1

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATALÂNDIA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO CREDENCIAMENTO 011/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 077/2026.

CREDENCIAMENTO Nº 011/2026.

INEXIGIBILIDADE Nº 018/2026.

DESPACHO HOMOLOGATÓRIO.

Acolho, homologo e ratifico a decisão da Comissão descrita na Ata de julgamento do Processo Administrativo Licitatório nº 077/2026, Credenciamento nº 011/2026, Inexigibilidades nº 018/2026.

ADJUDICANDO A PESSOA JURÍDICA: ITEM 20 (CANECAS PERSONALIZADA RESISTENTECAPACIDADE: 330 ML PESO: 350 G ALTURA: 10 CM DIÂMETRO DE BORDA: 8 CM CIRCUNFERÊNCIA: 27 CM MATERIAL: 100% PORCELANA) – VALOR R$ 1.666,70; ITEM 21 (PASTA PERSONALIZADA, MATERIAL: PAPEL COUCHÊ 230G, TAMANHO: 30X40 CM (TAMANHO ABERTO/FECHADO, A SER ESPECIFICADO), COM 1 DOBRA, IMPRESSÃO COLORIDA (4X0 CORES), ACABAMENTO INCLUSO) – VALOR R$ 3.015,00; ITEM 22 (PASTAS EM PAPEL COUCHE BRILHO 300GR COM LAMINAÇÃO,4X0, BOLSA INTERNA, MEDIDAS DE 22X30CM. - PASTAS EM PAPEL COUCHE BRILHO 300GR COM LAMINAÇÃO,4X0, BOLSA INTERNA, MEDIDAS DE 22X30CM) – VALOR R$ 4.644,00; ITEM 23 (CARIMBO AUTOMÁTICO **Nº 10** – PERSONALIZADO CONFORME NECESSIDADE, AUTO ENTINTADO, PLÁSTICO RESISTENTE, ALMOFADA INTERNA, EMBUTIDA COM TINTA RECARREGÁVEL) – VALOR R$ 211,65; ITEM 24 (CARIMBO AUTOMÁTICO **Nº 20** - PERSONALIZADO CONFORME NECESSIDADE, AUTO ENTINTADO, PLÁSTICO RESISTENTE, ALMOFADA INTERNA, EMBUTIDA COM TINTA RECARREGÁVEL) – VALOR R$ 218,35; ITEM 25 (CARIMBO AUTOMÁTICO **Nº 30** - PERSONALIZADO CONFORME NECESSIDADE, AUTO ENTINTADO, PLÁSTICO RESISTENTE, ALMOFADA INTERNA, EMBUTIDA COM TINTA RECARREGÁVEL) – VALOR R$ 235,80; ITEM 26 (CARIMBO AUTOMÁTICO **Nº 40** - PERSONALIZADO CONFORME NECESSIDADE, AUTO ENTINTADO, PLÁSTICO RESISTENTE, ALMOFADA INTERNA, EMBUTIDA COM TINTA RECARREGÁVEL) – VALOR R$ 279,95; ITEM 27 (CARIMBO AUTOMÁTICO **Nº 50** - PERSONALIZADO CONFORME NECESSIDADE, AUTO ENTINTADO, PLÁSTICO RESISTENTE, ALMOFADA INTERNA, EMBUTIDA COM TINTA RECARREGÁVEL) – VALOR R$ 308,35; ITEM 28 (CARIMBO AUTOMÁTICO **Nº 55** - PERSONALIZADO CONFORME NECESSIDADE, AUTO ENTINTADO, PLÁSTICO RESISTENTE, ALMOFADA INTERNA, EMBUTIDA COM TINTA RECARREGÁVEL) – VALOR R$ 379,90; ITEM 29 (CONFECÇÃO DE CARTAZES- IMPRESSOS, COLORIDO, 4/0 CORES, FORMATO A3, TAMANHO: 32X46CM, EM PAPEL COUCHÉ, 115 G/M) – VALOR R$ 924,80; ITEM 30 (CONFECÇÃO DE PANFLETO - FRENTE E VERSO, 4/0 CORES, COM IMPRESSÃO COLORIDA EM PAPEL COUCHÉ. GRAMATURA: 115G/M. MEDIDAS: 15X21CM) – VALOR R$ 522,00; ITEM 32 (CRACHÁS + CORDÃO PERSONALIZADO PVC**,** CRACHÁS EM PVC RESISTENTE, FORMATO PADRÃO DE 8,6 CM X 5,4 CM. IMPRESSÃO DIGITAL FRENTE E VERSO SEM LIMITE DE CORES) – VALOR R$ 2.068,00; ITEM 33 (ENVELOPE TIMBRADO – ENVELOPE SACO, COM IMPRESSÃO COLORIDA, PACOTE COM 100 UNIDADE. GRAMATURA: 75 G/M MEDIDAS: OFÍCIO (240MM X 340MM) – VALOR R$ 6.800,00; ITEM 34 (ENVELOPE TIMBRADO – ENVELOPE SACO, COM IMPRESSÃO COLORIDA, GRAMATURA: 75 G/M MEDIDAS: (183MM X 245MM) – VALOR R$ 112,80; ITEM 44 (ATESTADO DE BRUCELOSE TAMANHO: 15X21 50X02 CARBONADO IMPRESSO 01) – VALOR R$ 1.260,00; ITEM 45 (RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL – 50X2 – F18 – AUTO COPIATIVO) – VALOR R$ 5.964,00; ITEM 46 (CARTÃO DE ACOMPANHAMENTO DA GESTANTE, MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA, COM 20 FOLHAS - IMPRESSÃO, EM TAMANHO 294X179 MM, 4X4 COLORIDA, EM PAPEL 180 G/M², COM DOBRA) – VALOR R$ 2.654,00; ITEM 82 (PAPEL TIMBRADO COM IMPRESSÃO COLORIDA A4 (210MMX297MM) – VALOR R$ 12.600,00, **CRISTINA ARTES GRAFICAS LTDA, CNPJ nº 18.866.608/0001-69 – VALOR GLOBAL: R$ 43.865,30.** Objeto credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços gráficos e de comunicação visual, compreendendo a criação, confecção, impressão, acabamento, personalização e fornecimento de materiais gráficos diversos, destinados ao atendimento das necessidades institucionais da Administração Pública, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência.

Formalize os contratos respectivos com início de execução de acordo com as necessidades da Administração Municipal, e anote as demais providências junto aos proponentes adjudicados.

Publique-se na forma legal.

Prefeitura Municipal de Natalândia/MG, 18 de agosto de 2026.

PAULO SERGIO LAURINDO MODESTO
Prefeito

Publicado por:
Bruna Adaleia
Código Identificador:36AD3C64

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATALÂNDIA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO CREDENCIAMENTO 011/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 077/2026.

CREDENCIAMENTO Nº 011/2026.

INEXIGIBILIDADE Nº 018/2026.

DESPACHO HOMOLOGATÓRIO.

Acolho, homologo e ratifico a decisão da Comissão descrita na Ata de julgamento do Processo Administrativo Licitatório nº 077/2026, Credenciamento nº 011/2026, Inexigibilidades nº 018/2026.

ADJUDICANDO A PESSOA JURÍDICA: ITEM 1 (CONFECÇÃO BANNER 1 X 150 LONA IMPRESSA 440 GR) – VALOR R$ 1.200,00; ITEM 2 (CONFECÇÃO BANNER 80 X 120 LONA IMPRESSA 440 GR) – VALOR R$ 900,00; ITEM 3 (CONFECÇÃO BANNER 200 X 100 LONA IMPRESSA 440 GR) – VALOR R$ 1.550,00; ITEM 4 (CONFECÇÃO BANNER 1,20 X 0,90 LONA IMPRESSA 440 GR) – VALOR R$ 949,90; ITEM 5 (CONFECÇÃO FAIXA 1 X 3 LONA IMPRESSA 440 GR) – VALOR R$ 3.720,00; ITEM 6 (CONFECÇÃO FAIXA 1 X 4 LONA IMPRESSA 440 GR) – VALOR R$ 4.350,00; ITEM 7 (CONFECÇÃO FAIXA 1 X 2 LONA IMPRESSA 440 GR) – VALOR R$ 1.685,00; ITEM 31 (CREDENCIAIS EM PVC – RÍGIDO 0,76MM, COM IMPRESSÃO COLORIDA FRENTE, 100X150MM COM FURAÇÃO PARA ENCAIXE DE CORDÃO, E SUPORTE PARA PORTA CRACHÁ EM PVC OU POLIPROPILENO, CORDÃO POLIÉSTER COM 10MM A 20MM DE LARGURA E 90CM DE COMPRIMENTO, CONTENDO FECHO DE SEGURANÇA, A PERSONALIZAÇÃO CONFORME NECESSIDADE) - VALOR R$ 2.490,00; ITEM 35 (PLACAS COM CHAPA PVC 1MM E ADESIVO COM IMPRESSÃO DIGITAL, ACABAMENTO CORTE RETO) – VALOR R$ 3.069,00; ITEM 36 (PLACAS COM CHAPA PVC 2MM E ADESIVO COM IMPRESSÃO DIGITAL, ACABAMENTO CORTE RETO) – VALOR R$ 5.895,00; ITEM 37 (PLACA EM CHAPA PS 2MM EM POLIESTIRENO E ADESIVO IMPRESSO DIGITAL, ACABAMENTO CORTE RETO) – VALOR R$ 4.933,40; ITEM 39 (PLACAS INDICAÇÃO PORTAS ACRÍLICO 10X25CM PERSONALIZADA CARACTERÍSTICAS: IMPRESSÃO A LASER UV TAMANHO: 10X25CM MATERIAL: ACRÍLICO 2MM FÁCIL APLICAÇÃO TINTA QUE NÃO DESBOTA) – VALOR R$ 1.005,80; ITEM 40 (PLACAS INDICAÇÃO ACM 40X25CM PERSONALIZADA CARACTERÍSTICAS: IMPRESSÃO A LASER UV TAMANHO: 40X25CM MATERIAL: ACRÍLICO 2MM FÁCIL APLICAÇÃO TINTA QUE NÃO DESBOTA) - VALOR R$ 1.523,00; ITEM 41 (PLACA DE OBRA EM PERFIL METÁLICO METALON GALVANIZADO, CHAPA GALVANIZADA 26, FIXADA COM ARREBITES DE FIXAÇÃO EM ALUMÍNIO, APLICAÇÃO DE DIZERES EM VINIL ADESIVO IMPRESSÃO DIGITAL) - VALOR R$ 5.616,70; ITEM 79 (LETREIROS FACHADA - CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE LETREIROS E LOGO EM ALTO RELEVO MATERIAL ACM PINTADO NA COR A ESCOLHER, MEDIDAS A DEFINIR CONFORME SOLICITAÇÃO) - VALOR R$ 5.880,00; ITEM 80 (PLACA DE FACHADA EM ACM BRILHO DE 3 MM DE ESPESSURA, PERSONALIZADA CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA. ACM COM DURABILIDADE NO AMBIENTE EXTERNO DE ATÉ 05 ANOS. DURABILIDADE DA PERSONALIZAÇÃO IMPRESSA ATÉ 2 ANOS) - VALOR R$ 3.857,10, **TOLDOS BRASIL LTDA, CNPJ nº 12.278.276/0001-15 – VALOR GLOBAL: R$ 48.624,90.** Objeto credenciamento de

pessoas jurídicas para prestação de serviços gráficos e de comunicação visual, compreendendo a criação, confecção, impressão, acabamento, personalização e fornecimento de materiais gráficos diversos, destinados ao atendimento das necessidades institucionais da Administração Pública, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência.
Formalize os contratos respectivos com início de execução de acordo com as necessidades da Administração Municipal, e anote as demais providências junto aos proponentes adjudicados.
Publique-se na forma legal.

Prefeitura Municipal de Natalândia/MG, 18 de agosto de 2026.

PAULO SERGIO LAURINDO MODESTO
Prefeito

Publicado por:
Bruna Adaleia
Código Identificador:96D7BC0C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NATÉRCIA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0146/26

PARTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE NATERCIA MG, 17.935.412/0001-16
FORNECEDOR - J MACEDO OLIVEIRA, 63.028.558/0001-03
OBJETO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL E MATERIAIS PERMANENTES DESTINADOS À CRECHE MUNICIPAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DO SETOR DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NATÉRCIA (MG).
PREGÃO ELETRÔNICO - 0006/26
PROCESSO ADMINISTRATIVO:000076/26
VIGÊNCIA:03/08/2026 À 02/08/2027
VALOR: 17.180,00
NATERCIA - MG - DATA 03/08/2026

GABRIEL TIAGO DE VILAS BOAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Janaina da Silva
Código Identificador:FC381D85

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NEPOMUCENO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
EXTRATO DE ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO/MG – Extrato do 4º Aditivo de prazo e valor ao Contrato n° 062/2022. Pregão Presencial nº 032/2022. Processo Licitatório nº 083/2022. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria especializada de consultoria e assessoria de apuração do Valor Adicionado Fiscal – VAF, junto a Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Minas Gerais que é fator determinante do índice de participação dos Municípios na parcela do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS, a ser destinada aos mesmos, para a Prefeitura Municipal de Nepomuceno. Vigência: 01 (Um) ano. Valor global: R$ 20.467,08 (Vinte mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e oito centavos). Permanecem inalteradas todas as cláusulas que não foram alteradas. Partes: Prefeitura Municipal de Nepomuceno/MG e R.D. Assessoria Ltda.

Nepomuceno, 27/07/2026.

ELIAS NATAL LIMA DE MENEZES –
Prefeito.

Publicado por:
Renata Serra Negra
Código Identificador:866259C7

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO/MG – Extrato de Contrato nº 20260051/2026. Objeto: Arrendamento de uma gleba de terras de 2,0 hectares, contendo uma jazida de cascalho, localizado na Fazenda Nova Esperança, na estrada municipal Nepomuceno/Porto Faria, zona rural do Município de Nepomuceno/MG. Prazo: até 31/12/2028. Valor global: 31.875,00 (Trinta e um mil oitocentos e setenta e cinco reais). Partes: Prefeitura Municipal de Nepomuceno e Edson Baratti Lima – CPF nº 342.288.616-87.

Nepomuceno, 24/07/2026.

ELIAS NATAL LIMA DE MENEZES –
Prefeito.

Publicado por:
Renata Serra Negra
Código Identificador:924D3266

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NOVA PONTE

CAMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO PUBLICIDADE DE CONTRATO

A **CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE - MG**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, cadastrada no CNPJ sob o n.º 21.241.542/0001-26, torna público o extrato do Contrato Administrativo nº. 037/2026, do Processo Licitatório nº. 037/2026, sob modalidade de Inexigibilidade nº. 020/2026; **OBJETO:** Contratação de Serviços especializados de capacitação e desenvolvimento do Poder Legislativo Municipal para atualização e qualificação dos Servidores e Vereadores: no curso "DESENVOLVIMENTO URBANO SEGURO: ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS PARA CIDADES MAIS RESILIENTES" nos dias 18/08/2026 a 21/08/2026, na cidade de Brasília, DF, para a Câmara Municipal de Nova Ponte, MG. **CONTRATADO**: Instituto Conecta Brasil Capacitação em Gestão Pública LTDA, CNPJ 58.457.287/0001-63. **VALOR GLOBAL**: R$ 4.350,00 (quatro mil trezentos e cinquenta reais). **VIGÊNCIA DO CONTRATO**: 18/08/2026 a 28/08/2026.

Câmara Municipal de Nova Ponte – MG, 18 de agosto de 2026.

DAVID ALBERT SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Nova Ponte/MG

Publicado por:
Nayara Angelo Malfer Santos
Código Identificador:C33A1474

CAMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PUBLICIDADE DA HOMOLOGAÇÃO

A **CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE - MG**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, cadastrada no CNPJ sob o n.º 21.241.542/0001-26 – HOMOLOGAÇÃO. **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 020/2026**. **OBJETO**: Contratação de Serviços especializados de capacitação e desenvolvimento do Poder Legislativo Municipal para atualização e qualificação dos Servidores e Vereadores: no curso "DESENVOLVIMENTO URBANO SEGURO: ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS PARA CIDADES MAIS RESILIENTES" nos dias 18/08/2026 a 21/08/2026, na cidade de

Brasília, DF, para a Câmara Municipal de Nova Ponte, MG. **CONTRATADO**: Instituto Conecta Brasil Capacitação em Gestão Pública LTDA, CNPJ 58.457.287/0001-63. **VALOR GLOBAL**: R$ 4.350,00 (quatro mil trezentos e cinquenta reais). **VIGÊNCIA DO CONTRATO**: 18/08/2026 a 28/08/2026. **FUNDAMENTO:** Homologo a condição de Inexigibilidade de Licitação enquadrando-a nos dispositivos legais previstos no art. 74, III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações.

Nova Ponte – MG, 18 de agosto de 2026.

DAVID ALBERT SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Nova Ponte/MG

Publicado por:
Nayara Angelo Malfer Santos
Código Identificador:F85CFC24

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
ERRATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE-MG
ERRATA
Extrato do Termo Aditivo ao Contrato n.º 035/2026, publicado em 02 de julho de 2026, no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, página 178,

ONDE SE LÊ:

"CONTRATO N. º 035/2026. PREGÃO PRESENCIAL N. º 006/2026. Foi firmado, em 12/06/2026 o 3º Termo Aditivo, para prorrogar a vigência contratual até a data de 31 de julho de 2026. CONTRATADA: ELIEL ARAUJO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA."

SE LÊ:

"CONTRATO N. º 035/2026. PREGÃO PRESENCIAL N. º 006/2026. Foi firmado, em 02/06/2026 o 1º Termo Aditivo, para prorrogar a vigência contratual até a data de 31 de julho de 2026. CONTRATADA: ELIEL ARAUJO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA."

Publicado por:
Talita Ferreira Castro
Código Identificador:13DFD094

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
EXTRATO

Contrato nº 336/2025 – Dispensa nº 034/2025 - Foi firmado em 17/08/2026, o 1º Termo Aditivo para prorrogar o prazo de vigência do referido contrato até 16/08/2027 e reajustar o valor contratual em 4,4430%, correspondente à variação do IPCA referente ao período compreendido entre agosto de 2025 a julho de 2026. Contratada: O2 PLUS GESTÃO ESG LTDA.

Publicado por:
Talita Ferreira Castro
Código Identificador:E13B4579

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
EXTRATO

Contrato n.º 035/2026 – Pregão Presencial n.º 006/2026. Foi firmado em 27.07.2026, o 2° Termo Aditivo para alteração da planilha quantitativa do objeto e prorrogação de vigência do contrato até a data de 15 de setembro de 2026. Constitui alteração da planilha relativa ao instrumento de origem o acréscimo quantitativo de R$ 127.162,92 (cento e vinte e sete mil, cento e sessenta e dois reais e noventa e dois centavos), equivalente a aproximadamente 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato e supressão quantitativa de R$ 61.940,18 (sessenta e um mil, novecentos e quarenta reais e dezoito centavos), equivalente a aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato. Contratada: ELIEL ARAUJO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

Publicado por:
Talita Ferreira Castro
Código Identificador:2C4D1747

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE OURO BRANCO

PREFEITURA DE OURO BRANCO
2º TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 08/2020/OBR

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 08/2020/OBR QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS - CAMPUS OURO BRANCO E O MUNICÍPIO DE OURO BRANCO. Objeto:O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência e a alteração do Acordo de Cooperação nº 08/2020/OBR e seu Plano de Trabalho vinculado, relativo ao projeto de implementação, consolidação e execução compartilhada do Projeto Unidade 2 - Campus Ouro Branco, nos termos previstos inicialmente, conforme o Plano de Trabalho atualizado (Documento SEI nº 2825058). Fica prorrogada a vigência do Acordo de Cooperação nº 08/2020/OBR por 24 (vinte e quatro) meses, compreendendo o período de 18/08/2026 a 18/08/2028. Altera a tabela 03 do plano de trabalho passando o valor total mensal repassado para R$ 22.995,00 (vinte e dois mil, novecentos e noventa e cinco reais). Valor total: R$ 551.880,00 (quinhentos e cinquenta e um mil, oitocentos e oitenta reais). Assinatura: 17/08/2026

Publicado por:
Josemar Ivo Pereira da Silva
Código Identificador:76EFCC5E

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/335, DE 30 DE JULHO DE 2026 EXONERA ASSESSOR DE SERVIÇOS I

PREFEITO DE OURO BRANCO, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 77 da Lei Orgânica do Município, fundamentado na Lei Municipal 2.848, de 28 de fevereiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1°. Exonerar, com efeitos retroativos a 5 de novembro de 2025, Geraldo Taveira da Silva do cargo comissionado de Assessor de Serviços I, nomeado pela Portaria PMOB/047, de 8 de janeiro de 2025.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Branco, 30 de julho de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:68E355BA

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/336, DE 30 DE JULHO DE 2026 EXONERA E NOMEIA SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ouro Branco, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.77 da Lei Orgânica do Município, fundamentado na Lei Municipal 2.848, de 28 de fevereiro de 2025 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Exonerar, com efeitos retroativos a 1º de novembro de 2025, Diego Andrade Costa do cargo em comissão de Gerente I, e nomeá-lo, também com efeitos retroativos a 1º de novembro de 2025, para exercer o cargo em comissão de Gerente II, fazendo jus à percepção

do vencimento correspondente ao Nível TV010, constante da Lei Municipal nº 2.848, de 28 de fevereiro de 2025.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de publicação.

Ouro Branco, 30 de julho de 2026

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:DC35805A

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/337, DE 30 DE JULHO DE 2026 EXONERA E NOMEIA SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ouro Branco, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.77 da Lei Orgânica do Município, fundamentado na Lei Municipal 2.848, de 28 de fevereiro de 2025 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Exonerar, com efeitos retroativos a 1º de novembro de 2025, Romana Roberta Figueiredo Fittipaldi do cargo em comissão de Assessor de Serviços II, e nomeá-la, também com efeitos retroativos a 1º de novembro de 2025, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Serviços III, fazendo jus à percepção do vencimento correspondente ao Nível TV007, constante da Lei Municipal nº 2.848, de 28 de fevereiro de 2025.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de publicação.

Ouro Branco, 30 de julho de 2026

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:CDAB7425

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/338, DE 30 DE JULHO DE 2026 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO EM COMISSÃO E CONVALIDA OS ATOS PRATICADOS NO EXERCÍCIO DAS RESPECTIVAS ATRIBUIÇÕES.

O Prefeito Municipal de Ouro Branco, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.77 da Lei Orgânica do Município, fundamentado na Lei Municipal 2.848, de 28 de fevereiro de 2025 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º Nomear, com efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2025, Daniela Julia de Souza Mendes para exercer o cargo em comissão de Assessor de Serviços II, fazendo jus à percepção do vencimento correspondente ao Nível TV005, constante da Lei Municipal nº 2.848, de 28 de fevereiro de 2025.

Art. 2º Exonerar Daniela Julia de Souza Mendes, com efeitos retroativos a 2 de julho de 2026, do cargo em comissão de Assessor de Serviços II.

Art. 3º Ficam convalidados os atos administrativos, funcionais e financeiros praticados pela servidora Daniela Julia de Souza Mendes no período compreendido entre 3 de fevereiro de 2025 e 2 de julho de 2026, no exercício das atribuições do cargo de Assessor de Serviços II, inclusive quanto ao exercício das funções e à percepção da remuneração correspondente, reconhecendo-se a boa-fé do agente e a inexistência de prejuízo ao erário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos retroativos na forma dos arts. 1º e 2º.

Ouro Branco, 30 de julho de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:BCD1805F

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/339, DE 30 DE JULHO DE 2026 NOMEIA GERENTE II

O Prefeito Municipal de Ouro Branco, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.77 da Lei Orgânica do Município, fundamentado na Lei Municipal 2.848, de 28 de fevereiro de 2025 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º Nomear, com efeitos retroativos a 6 de outubro de 2025, Sebastião Augusto Salomão para exercer o cargo em comissão de Gerente II, fazendo jus à percepção do vencimento Nível TV0010, constante da Lei Municipal 2.848, de 28 de fevereiro de 2025.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de publicação.

Ouro Branco, 30 de julho 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:0ADE362C

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/340, DE 30 DE JULHO DE 2026 EXONERA E NOMEIA SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ouro Branco, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.77 da Lei Orgânica do Município, fundamentado na Lei Municipal 2.848, de 28 de fevereiro de 2025 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Exonerar, com efeitos retroativos a 1º de dezembro de 2025, Dyonathan Rafael Campos do cargo em comissão de Gerente II, e nomeá-lo, também com efeitos retroativos a 1º de dezembro de 2025, para exercer o cargo em comissão de Gerente I, fazendo jus à percepção do vencimento correspondente ao Nível TV008, constante da Lei Municipal nº 2.848, de 28 de fevereiro de 2025.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de publicação.

Ouro Branco, 30 de julho de 2026

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:1AD487A1

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/341, DE 3 DE AGOSTO DE 2026 NOMEIA CORREGEDOR DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Ouro Branco, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.77 da Lei Orgânica do Município, fundamentado na Lei Municipal 2.800, de 9 de maio de 2024 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Nomear, com efeitos retroativos a 1 de agosto de 2026, Richard Cleydeman Zioto Friggi para exercer o cargo de Corregedor da Guarda Civil Municipal, fazendo jus à percepção do vencimento Nível TV010, constante da Lei Municipal 2.800, de 9 de maio de 2024.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de publicação.

Ouro Branco, 3 de agosto de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:F3FC1DE0

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/342, DE 3 DE AGOSTO DE 2026 NOMEIA INTERINAMENTE GERENTE III E COORDENADOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

O Prefeito Municipal de Ouro Branco, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.77 da Lei Orgânica do Município, fundamentado na Lei Municipal 2.848, de 28 de fevereiro de 2025 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º Nomear, interinamente, Cristiane Campos Lopes para exercer o cargo em comissão de Gerente III e Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2026, fazendo jus à percepção do vencimento correspondente ao Nível TV012, constante da Lei Municipal nº 2.848, de 28 de fevereiro de 2025.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de publicação.

Ouro Branco, 3 de agosto de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:6A4B32B9

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/343, DE 3 DE AGOSTO DE 2026 ALTERA NOME CONSTANTE NA PORTARIA PMOB/07, DE 9 DE JANEIRO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Ouro Branco, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.77 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE,

Art. 1º Alterar a Liquidante da Secretaria Municipal de Governo, Unidade 05.001, contido no art. 1º. da Portaria PMOB/07, de 9 de janeiro de 2026, que designa Ordenadores e Liquidantes de Despesas da Administração Pública Municipal:

05.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

[...]

Liquidante: Manoel Luiz Zacarias – Unidade 05.001 – COORD. SEC. GOVERNO

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições contidas na referida Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a 24 de junho de 2026.

Ouro Branco, 3 de agosto de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:A7D0FE00

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/351, DE 11 DE AGOSTO DE 2026
INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVO REFERENTE À CONSTRUÇÃO DO DENOMINADO "MERCADO DOS TROPEIROS"

O Prefeito Municipal de Ouro Branco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 77 da Lei Orgânica do Município,

Considerando o Memorando vindouro da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de nº 035/2026, que solicita abertura de Procedimento Administrativo, referente à construção do denominado "Mercado dos Tropeiros";

Considerando a necessidade de apuração dos fatos e das inconsistências apontadas, bem como de eventual responsabilidade e possível ocorrência de dano ao erário;

Considerando a necessidade de adoção das medidas administrativas cabíveis;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar sindicância administrativa destinado a apurar as inconsistências apontadas no Relatório de Controle Interno nº 03/2026, relativas à prestação de contas da ADESIAP – Agência de Desenvolvimento Econômico e Social dos Inconfidentes e Alto Paraopeba, referente à construção do denominado "Mercado dos Tropeiros".

Art. 2º. Designar os seguintes servidores para comporem o Processo Administrativo:
I – Emanuele Almeida de São José – Presidente;
II – Dalton Rodrigues de Oliveira – Membro; e
III – Gislene Giorgia Tavares de Aguiar – Membro.

Art. 3º. Compete à Comissão Processo Administrativo:
I - promover as diligências necessárias à apuração dos fatos, podendo, para tanto:
II – analisar documentos e informações relacionados à execução do projeto e à respectiva prestação de contas;
II – requisitar documentos e informações aos órgãos e setores da Administração Municipal e aos demais envolvidos;
III – ouvir servidores, representantes da entidade e demais pessoas que possam contribuir para o esclarecimento dos fatos;
IV – apurar eventual irregularidade, responsabilidade e ocorrência de dano ao erário, quando cabível; e
V – apresentar relatório conclusivo, com a indicação das providências administrativas que entender pertinentes.

Art. 4º. Caso sejam constatados elementos que indiquem a existência de dano ao erário, a Comissão deverá consignar tal circunstância em seu relatório, com a indicação dos responsáveis e dos valores eventualmente envolvidos, para subsidiar a adoção das medidas cabíveis, inclusive a instauração de Tomada de Contas Especial, se presentes os pressupostos legais.

Art. 5º. O prazo para conclusão dos trabalhos será de 60 (vinte) dias úteis, prorrogável mediante justificativa.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Branco, 11 de agosto de 2026

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:FD3F20FF

PREFEITURA DE OURO BRANCO
TORNA PÚBLICA A ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 015/2026 – PRC Nº 079/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO **TORNA PÚBLICA A ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 015/2026 – PRC Nº 079/2026**, QUE TEM COMO OBJETO **AQUISIÇÃO DE POLTRONAS RECLINÁVEIS HOSPITALATES PARA ACOMPANHAMTES COM MOVIMENTO, DESTINADOS AO HOSPITAL RAYMUNDO CAMPOS.** Fica adjudicado o item e homologado o processo tendo como vencedor a empresa: **STARMEDICAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, no valor total de **R$ 11.280,00** (Onze mil, duzentos e oitenta reais); Data da homologação: **17/08/2026**.

Publicado por:
Davidson Vinício Lima da Silva
Código Identificador:F1804691

PREFEITURA DE OURO BRANCO
TORNA PÚBLICO O CONTRATO PMOB 084/2026, FIRMADO COM A EMPRESA STARMEDICAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO **TORNA PÚBLICO O CONTRATO PMOB 084/2026,** FIRMADO COM A EMPRESA **STARMEDICAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, ORIUNDO DA **DISPENSA ELETRÔNICA Nº 015/2026 – PRC Nº 079/2026**, QUE TEM COMO OBJETO **AQUISIÇÃO DE POLTRONAS RECLINÁVEIS HOSPITALATES PARA ACOMPANHANTES COM MOVIMENTO, DESTINADOS AO HOSPITAL RAYMUNDO CAMPOS**. Valor da contratação: **R$ 11.280,00** (Onze mil, duzentos e oitenta reais). Vigência: **12 meses** de sua assinatura. Data de assinatura: **18/08/2026.**

Publicado por:
Davidson Vinício Lima da Silva
Código Identificador:2CBA744E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE OURO FINO

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PROCESSO LICITATÓRIO N.º 167/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 065/2026

O Município de Ouro Fino torna público que o Processo Licitatório n.º 167/2026 – Pregão Eletrônico n.º 065/2026, cujo objeto é a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de 2º nível (recarga) em extintor de incêndio de Pó Químico Seco (PQS) classe ABC, capacidade 6kg, com fornecimento de selo de conformidade do INMETRO)**, restou fracassado por ausência de interessados na referida disputa, realizada na data de 17/08/2026, conforme previsto em edital.

Publicado por:
Gislaine Cristina Batista Teixeira
Código Identificador:82A16314

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

O Município de Ouro Fino, torna público aos interessados, que nos termos do art. 75, I, § 3º da Lei nº 14.133/2023, estará recebendo de pessoas jurídicas do ramo, por e-mail ou protocolo presencial em sua sede, entre os dias 19/08/2026 ao dia 24/08/2026, até às 16h, proposta de preços, para dispensa de licitação, pelo menor preço ofertado, para contratação de empresa para execução dos serviços de despachante (emplacamento) dos veículos pertencentes à frota municipal. A documentação inerente a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentadas após aceitação da proposta de preços e no ato da assinatura do contrato. O Termo de Referência, encontra-se disponível no site: www.ourofino.mg.gov.br. O e-mail de contato para fins de recebimento das cotações é licitacoes@ourofino.mg.gov.br. A contratação será regida pela Lei nº 14.133/2023.

Publicado por:
Gislaine Cristina Batista Teixeira
Código Identificador:918EA58F

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

O Município de Ouro Fino, torna público aos interessados, que nos termos do art. 75, I, § 3º da Lei nº 14.133/2023, estará recebendo de pessoas jurídicas do ramo, por e-mail ou protocolo presencial em sua sede, entre os dias 19/08/2026 ao dia 24/08/2026, até às 16h, proposta de preços, para dispensa de licitação, pelo menor preço ofertado, para Contratação de empresa especializada para afinação dos pianos localizados no Teatro Municipal de Ouro Fino e na Escola Municipal de Música (Casa Café Com Leite). A documentação inerente a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentadas após aceitação da proposta de preços e no ato da assinatura do contrato. O Termo de Referência, encontra-se disponível no site: www.ourofino.mg.gov.br. O e-mail de contato para fins de recebimento das cotações é licitacoes@ourofino.mg.gov.br. A contratação será regida pela Lei nº 14.133/2023.

Publicado por:
Gislaine Cristina Batista Teixeira
Código Identificador:CEC9DF3E

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

MUNICÍPIO DE OURO FINO – MG. 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 123/2026. Processo Licitatório nº 119/2026. Pregão Eletrônico nº 041/2026. Objeto: supressão do Item 04 – Mesa de Pebolim, no quantitativo de 01 (uma) unidade, marca BATTA, no valor de R$ 2.197,00 (dois mil cento e noventa e sete reais), integrante do Contrato nº 123/2026. Contratado: PREQUIP – COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ nº 04.879.948/0001-10. Valor: com a supressão, o valor global do contrato passa de R$ 11.382,00 (onze mil trezentos e oitenta e dois reais) para R$ 9.185,00 (nove mil cento e oitenta e cinco reais). Data assinatura: 18/08/2026. –

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Natã Leonardo Pereira
Código Identificador:6298FBD8

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO FINO – MG - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/2026 - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2026

Prefeitura Municipal de Ouro Fino – MG - Processo Licitatório nº 137/2026 - Modalidade Pregão Eletrônico nº 053/2026 – Registro de Preços nº 038/2026 -Extrato de Ata de Registro de Preços – Objeto. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para manutenção da frota de veículos pesados a diesel em geral do município.Ata de Registro de Preços nº 152/2026 – Signatário: Fabiano Faria Diesel Limitada – Valor Estimado R$ 588.000,00 – Data: 06/08/2026 - Validade (12) meses após assinatura do contrato -

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Edmar Pinto de Carvalho
Código Identificador:9A2C1175

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 184/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 070/2026

O Município de Ouro Fino torna público que fará realizar o **Processo Licitatório n.º 184/2026 - Pregão Eletrônico n.º 070/2026,** cujo Edital se encontra à disposição dos interessados no site: **www.ourofino.mg.gov.br,** na aba Licitações**. Objeto: Aquisição de computadores para utilização no Pronto Atendimento Municipal,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital. Início de Cadastramento das Propostas: 19/08/2026 às 08h00min. Fim de Cadastramento das Propostas: 31/08/2026 às 08h00min. Abertura das Propostas e análises: 31/08/2026 às 08h15min. Fase de Disputa de Lances: 31/08/2026 às 08h30min. Formulação de consultas e obtenção do Edital: Endereço Eletrônico:licitacoes@ourofino.mg.gov.br.

Publicado por:
Gislaine Cristina Batista Teixeira
Código Identificador:07E22103

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 185/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 071/2026– REGISTRO DE PREÇOS N.º 055/2026

O Município de Ouro Fino torna público que fará realizar o **Processo Licitatório n.º 185/2026 - Pregão Eletrônico n.º 071/2026,** cujo Edital se encontra à disposição dos interessados no site: **www.ourofino.mg.gov.br,** na aba Licitações**. Objeto: Aquisição de kits de trabalho destinados aos voluntários da Defesa Civil do Município de Ouro Fino/MG, com o objetivo de garantir a identificação, a padronização e melhores condições para o desempenho das atividades relacionadas às ações de prevenção, preparação, resposta e recuperação em situações de emergência e desastres, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital**. Início de Cadastramento das Propostas: 19/08/2026 às 08h00min. Fim de Cadastramento das Propostas: 03/09/2026 às 08h00min. Abertura das Propostas e análises: 03/09/2026 às 08h15min. Fase de Disputa de Lances: 03/09/2026 às 08h30min. Formulação de consultas e obtenção do Edital: Endereço Eletrônico:licitacoes@ourofino.mg.gov.br.

EDMAR PINTO DE CARVALHO
Pregoeiro

Publicado por:
Gislaine Cristina Batista Teixeira
Código Identificador:06BF215C

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 187/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 073/2026

O Município de Ouro Fino torna público que fará realizar o **Processo Licitatório n.º 187/2026 - Pregão Eletrônico n.º 073/2026,** cujo Edital se encontra à disposição dos interessados no site: **www.ourofino.mg.gov.br,** na aba Licitações**. Objeto: Aquisição de Bota de compressão pneumática para utilização nos atendimentos realizados pela Clínica Municipal de Fisioterapia de Ouro Fino**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital e seus anexos. Início de Cadastramento das Propostas: 12/08/2026 às 08h00min. Fim de Cadastramento das Propostas: 01/09/2026 às 08h00min. Abertura das Propostas e análises: 01/09/2026 às 08h15min. Fase de Disputa de Lances: 01/09/2026 às 08h30min. Formulação de consultas e obtenção do Edital: Endereço Eletrônico:licitacoes@ourofino.mg.gov.br.

EDMAR PINTO DE CARVALHO
Pregoeiro

Publicado por:
Gislaine Cristina Batista Teixeira
Código Identificador:F7DDA093

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 189/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 074/2026– REGISTRO DE PREÇOS N.º 056/2026

O Município de Ouro Fino torna público que fará realizar o **Processo Licitatório n.º 189/2026 - Pregão Eletrônico n.º 074/2026,** cujo Edital se encontra à disposição dos interessados no site: **www.ourofino.mg.gov.br,** na aba Licitações**. Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento, com e sem instalação, de vidros comuns e temperados e materiais correlatos, visando atender às demandas do Departamento de Obras, Infraestrutura, Meio Ambiente e Trânsito, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital e seus anexos**. Início de Cadastramento das Propostas: 19/08/2026 às 08h00min. Fim de Cadastramento das Propostas: 02/09/2026 às 08h00min. Abertura das Propostas e análises: 02/09/2026 às 08h15min. Fase de Disputa de Lances: 02/09/2026 às 08h30min. Formulação de consultas e obtenção do Edital: Endereço Eletrônico:licitacoes@ourofino.mg.gov.br.

EDMAR PINTO DE CARVALHO
Pregoeiro

Publicado por:
Gislaine Cristina Batista Teixeira
Código Identificador:7A53CA0C

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 190/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 075/2026

O Município de Ouro Fino torna público que fará realizar o **Processo Licitatório n.º 190/2026 - Pregão Eletrônico n.º 075/2026,** cujo Edital se encontra à disposição dos interessados no site: **www.ourofino.mg.gov.br,** na aba Licitações**. Aquisição de equipamentos destinados à entidade Escola Esperança e Vida, visando à utilização do saldo remanescente da Programação SIGTV nº 314600820230004 e à conclusão da execução dos recursos autorizados pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social – MDS, conforme o Parecer nº 483/2026/SNAS/DEFNAS/CGGTV/CAM, referente ao Processo nº 71000.079126/2023-50, observadas as quantidades, condições e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do Objeto do Edital.** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital. Início de Cadastramento das Propostas: 20/08/2026 às 08h00min. Fim de Cadastramento das Propostas: 04/09/2026 às 08h00min. Abertura das Propostas e análises: 04/09/2026 às 08h15min. Fase de Disputa de Lances: 04/09/2026 às 08h30min. Formulação de consultas e obtenção do Edital: Endereço Eletrônico:licitacoes@ourofino.mg.gov.br.

EDMAR PINTO DE CARVALHO
Pregoeiro

Publicado por:
Gislaine Cristina Batista Teixeira
Código Identificador:1FB528BB

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PRORROGAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

MUNICÍPIO DE OURO FINO – MG. Prorrogação da Ata de Registro de Preço. Processo Licitatório Nº 161/2025. Pregão nº 090/2025. Ata de Registro de Preço nº 216/2025 - Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de madeira de Eucalipto Cerne Vermelho, destinada a atender demandas de obras públicas no município de Ouro Fino, atendendo às demandas do Departamento de Obras, Infraestrutura e Meio Ambiente do Município de Ouro Fino. - Contratado: empresa CERNE COMÉRCIO DE MADEIRAS ARARAQUARA LTDA EPP CNPJ Nº18.671.271/0001-34. Data assinatura: 12/08/2026. Vigência: 12/08/2026 à 12/08/2027 –

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Natã Leonardo Pereira
Código Identificador:FC569591

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PARACATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RETIFICAÇÃO DE DECISÃO DE INSTAURAÇÃO

NÚCLEO URBANO INFORMAL CONSOLIDADO: CHÁCARAS 4A
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: 0001584/2026
MODALIDADE: REURB-E – Regularização Fundiária Urbana de Interesse Específico

O Senhor FERNANDO ALVES FIRMO, Secretário Municipal de Habitação e Regularização Fundiária do Município de Paracatu/MG, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 14 da Lei Federal nº 13.465/2017 e no art.7º do Decreto Federal nº 9.310/2018, DECIDE pela aprovação da abertura do procedimento administrativo para instauração da Regularização Fundiária Urbana – REURB, na modalidade de Interesse Específico (REURB-E), no núcleo urbano informal consolidado denominado
CHÁCARAS PARAÍSO 4A.

Publicado por:
Beatriz Oliveira Xavier
Código Identificador:DE20BFC7

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO – COMPHAP Nº 001/2025 – MANIFESTAÇÕES CULTURAIS - 2026

Considerando que o Edital de Chamamento Público – COMPHAP nº 001/2025 que tem como objetivo a premiação das manifestações culturais registradas como bens imateriais do Município, em consonância com as diretrizes da Política Municipal de Proteção, Preservação e Promoção do Patrimônio Cultural;

Considerando a Portaria Nº 02/2026 de 27 de maio de 2026 que prorroga por interesse público e com base na legislação os efeitos e regras do Edital de Chamamento Público – COMPHAP Nº 001/2025 e dá outras providências;

Considerando as Resoluções dispõe sobre o regramento e as condições para a apresentação de propostas visando apoio as manifestações culturais consideradas patrimônios imateriais de Paracatu e dá outras providências;

Considerando a importância da valorização e preservação das manifestações culturais de Paracatu reconhecidas como patrimônio imaterial do Município visando fomentar, apoiar e dar visibilidade aos Grupos e Coletivos Culturais;

Considerando a Resolução Nº 07/2026 que dispõe sobre a prorrogação do prazo estabelecido para apresentação das propostas visando apoio as manifestações culturais;

Considerando os recursos disponíveis conforme deliberação do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico de Paracatu – COMPHAP;

Considerando os protocolos e entregas de documentações referente ao presente aditivo de forma tempestiva na Prefeitura de Paracatu nos termos das Resoluções publicizadas pelo COMPHAP através da Secretaria de Cultura;

A Secretaria Municipal de Cultura de Paracatu no uso de suas competências torna público o **RESULTADO FINAL** do Edital de Chamamento Público COMPHAP Nº 001/2025 e Resoluções de 2026, visando premiar as manifestações culturais registrada como bens imateriais do Município de Paracatu através de Recursos do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural:

1) TAPUIADA DE PARACATU: SALVAGUARDA E TRADIÇÃO
Proponente: Camila Gouveia Gonzaga Lobo
Valor: R$ 25.000,00

Paracatu | MG, 18 de junho de 2026.

THIAGO DOS REIS GOMES VENÂNCIO
Presidente do COMPHAP e Secretário de Cultura

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:58133393

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU – MG
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 160/2026

Primeiro Termo de Apostilamento ao Termo de Colaboração Nº 160/2026 entre si celebram o município de Paracatu – MG e o **Conselho Central de Políticas de Segurança Pública de Paracatu - CENTRALSEG. Processo**: 4860/2026 **Objeto:** Configura-se como o objeto deste Termo de Apostilamento, autorização para realocação de prazo referente ao Termo de Colaboração entre o Município de Paracatu – MG e o **Conselho Central de Políticas de Segurança Pública de Paracatu - CENTRALSEG**, em que o cronograma de desembolso estava previsto para o mês de maio de 2026, realocando para o mês de agosto de 2026. Ficam mantidas e ratificadas, em seu interior teor, todas as Cláusulas que integram o Termo de Colaboração nº 160/2026. Fund. Legal: Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 6.707/2023. **Data:** 11/08/2026.

WILIAN BATISTA DE AMORIM,
Superintendente de Segurança Pública e Defesa Social.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:D979AA5F

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU – MG TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 159/2026 PROCESSO: 4865/2026

CONVENENTES: Município de Paracatu/MG e a **Conselho Central de Políticas de Segurança Pública de Paracatu - CENTRALSEG**, CNPJ nº: **27.189.586/0001-30**. **DATA:** 11/08/2026. Nome do Parlamentar Municipal da Emenda Parlamentar, modalidade Emenda Impositiva, do Parlamentar Vereadora Claudirene Rodrigues de Sousa, **indicação nº** 27/2026, **FUNDAMENTO**: LEI Orgânica Municipal dada pela Emenda N° 28 de 19.06.2000, em seu artigo 86°, inciso XIX c/c parágrafo único, Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 6.707/2023 anexos e demais normas correlatas. **PROCESSO:** 4865/2026. **OBJETO DA PARCERIA:** Promover estruturação de Alojamento da Policia Militar de Minas gerais, informatização do Tiro de guerra e Policia Civil de minas gerais, atuante na circunscrição do Município de Paracatu /MG, por meio de destinação de recurso para aquisição de bens Permanentes no Município de Paracatu-MG. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.01.01.06.122.0006.2176.4.4.50.42, Ficha: 95 Fonte: 1.500 CONTA CORRENTE nº 49.819-0, Agência: 4033-9, Banco: SICOOB CREDICOPA PRAZO DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA: 19/08/2027. VALOR**: **R$ 13.214,48. ASSINATURAS:** Wilian Batista de Amorim, Superintendente, convenente, e, Regis Machado Couto, representante OSC, conveniada.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:3953A3BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU – MG TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 160/2026 PROCESSO: 4860/2026

CONVENENTES: Município de Paracatu/MG e o **Conselho Central de Políticas de Segurança Pública de Paracatu - CENTRALSEG**, CNPJ nº: **27.189.586/0001-30**. **DATA:** 11/08/2026. Nome do Parlamentar Municipal da Emenda Parlamentar, modalidade Emenda Impositiva, do Parlamentar Gesiel Dias Magalhães, **indicação nº** 73/2026, **FUNDAMENTO**: LEI Orgânica Municipal dada pela Emenda N° 28 de 19.06.2000, em seu artigo 86°, inciso XIX c/c parágrafo único, Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 6.707/2023 anexos e demais normas correlatas. **PROCESSO:** 4860/2026. **OBJETO DA PARCERIA:** Promover apoio institucional ao Corpo de Bombeiro Militar de Minas Gerais, sediado em Paracatu/MG por meio da Implantação do Projeto Kit Salvamento, voltado para o fortalecimento da infraestrutura operacional utilizada nas atividades de resgate, salvamento e atendimento a ocorrência de emergência. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.01.01.06.122.0006.2176.4.4.50.42, Ficha: 95 Fonte: 1.500 CONTA CORRENTE nº 49.703-7, Agência: 4033-9, Banco: SICOOB CREDICOPA PRAZO DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA: 19/08/2027. VALOR**: **R$ 20.000,00. ASSINATURAS:** Wilian Batista de Amorim, Superintendente, convenente, e, Regis Machado Couto, representante OSC, conveniada.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:41259338

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
RESULTADO - CHAMAMENTO PÚBLICO - COMPHAP Nº 002/2025

Considerando que a Lei Municipal nº 2.814/2010 dispõe sobre a proteção, preservação e promoção do patrimônio cultural do Município de Paracatu, estabelecendo como princípios fundamentais a valorização dos bens culturais, o fortalecimento das manifestações tradicionais e a garantia dos direitos culturais das comunidades detentoras dos saberes e práticas culturais;

Considerando que o patrimônio cultural imaterial constitui importante instrumento de preservação da memória coletiva, da identidade cultural e da diversidade das expressões tradicionais do Município de Paracatu, representando conhecimentos, práticas, modos de fazer, celebrações e manifestações culturais transmitidas entre gerações;

Considerando que o **Edital de Chamamento Público – COMPHAP nº 002/2025** foi instituído com recursos do **FUMPAC – Fundo Municipal do Patrimônio Cultural**, tendo como objeto a **seleção de projetos culturais de proteção, preservação e promoção aos modos tradicionais de fazer registrados como patrimônio imaterial do Município de Paracatu**, em consonância com as diretrizes da Política Municipal de Proteção, Preservação e Promoção do Patrimônio Cultural;

Considerando que os bens culturais imateriais registrados no Município demandam ações permanentes de salvaguarda, envolvendo iniciativas de valorização, documentação, transmissão de saberes, fortalecimento das comunidades detentoras, promoção cultural e garantia da continuidade das práticas tradicionais;

Considerando que os projetos selecionados por meio do Edital COMPHAP nº 002/2025 possuem relevante papel na valorização dos saberes e fazeres tradicionais de Paracatu, contribuindo para a manutenção das referências culturais, fortalecimento das identidades locais e preservação da memória cultural coletiva;

Considerando que a execução das ações previstas nos planos de trabalho dos projetos culturais requer condições adequadas de planejamento, articulação e realização das atividades propostas, especialmente aquelas relacionadas às manifestações culturais, mestres, grupos e comunidades detentoras dos bens registrados;

Considerando que a prorrogação do prazo de execução possibilitará maior efetividade das ações previstas, garantindo a adequada realização das atividades de salvaguarda, promoção e valorização do patrimônio cultural imaterial de Paracatu;

Considerando que a Deliberação do CONEP nº 01/2021 e a Deliberação CONEP nº 34/2024 estabelecem diretrizes técnicas e metodológicas voltadas à preservação do patrimônio cultural e à correta aplicação dos recursos vinculados ao Programa ICMS Patrimônio Cultural;

Considerando que o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico de Paracatu – COMPHAP, no exercício de suas atribuições legais e deliberativas, reconhece a importância da continuidade das políticas públicas de fomento e salvaguarda dos bens culturais registrados como patrimônio imaterial do Município;

Considerando a disponibilidade orçamentária e financeira do Fundo Municipal do Patrimônio Cultural – FUMPAC, bem como o interesse público na continuidade das ações de valorização e preservação das manifestações culturais tradicionais de Paracatu;

Considerando o disposto na Lei Federal nº 14.903, de 27 de junho de 2024, que estabelece o marco regulatório do fomento à cultura no âmbito da Administração Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente quanto à promoção de políticas públicas culturais continuadas e ao fortalecimento das ações de fomento cultural;

Considerando os protocolos e entregas de documentações referente ao presente aditivo de forma tempestiva na Prefeitura de Paracatu nos termos das Resoluções publicizadas pelo COMPHAP através da Secretaria de Cultura;

A Secretaria Municipal de Cultura, no exercício de suas atribuições legais e administrativas, considerando os princípios da eficiência, interesse público e continuidade das políticas culturais, publica os valores recebidos pelas Associações referente a **prorrogação do Edital de Chamamento Público – COMPHAP nº 002/2025**, visando garantir a execução adequada dos projetos culturais destinados à proteção, preservação e promoção dos modos tradicionais de fazer registrados como patrimônio imaterial do Município de Paracatu.

ASSOCIAÇÃO DAS QUITANDEIRAS DE PARACATU – AQUIP
Valor: R$ 99.252,00 (noventa e nove mil duzentos e cinquenta e dois reais)
Subcategoria: Tecer e Fiar
ASSOCIAÇÃO ESTHER SIQUEIRA TILLMANN - ASSOCEST
Valor: R$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais)
Subcategoria: Modos de Fazer Quitandas de Paracatu

Paracatu | MG, 17 de agosto de 2026.

THIAGO DOS REIS GOMES VENÂNCIO
Presidente do COMPHAP e Secretário de Cultura

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:904B6FBB

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 139/2026

CONVENENTES: Município de Paracatu/MG e a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**, CNPJ nº: **19.784.131/0001-35.** DATA**:** 11/08/2026. **FUNDAMENTO**: LEI Orgânica Municipal dada pela Emenda N° 28 de 19.06.2000, em seu artigo 86°, inciso XIX c/c parágrafo único, Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 6.707/2023 e; anexos e demais normas correlatas. **PROCESSO:** 5230/2026. **OBJETO DA PARCERIA:** Repasse financeiro através

de Emenda Impositiva, do Vereador Luiz George Linderski, Indicação nº 58/2026, a realizar adequações na quadra de esportes da APAE de Paracatu, visando a melhoria das condições para prática esportiva. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.08.01.27.812.0018.2038.4.4.50.42, Ficha: 986. PRAZO DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA: 2(dois) meses após assinatura e publicação**. **VALOR**: R$ 25.000,00**. ASSINATURAS:** Thiago Batista Ramos, Secretário Municipal de Esportes, convenente, e, Maria Magali Carneiro Caldas, representante OSC, conveniada.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:0928484C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PEDRA DO INDAIÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 023/2026 PROCESSO Nº. 039/2026

Nos termos do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, com fundamento no art. 74, inciso II, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 004/2024, e considerando as razões apresentadas na justificativa constante do processo em epígrafe,**RATIFICO o ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, cujo objeto é a contratação da dupla**"VINÍCIUS E RUFINI"**para apresentação artística no dia06 de setembro de 2026, durante o evento"42ª Festa da Igrejinha de Pedra do Indaiá".

A contratação será realizada por intermédio da empresaVINICIUS E RUFINI PRODUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº60.594.756/0001-38, pelo valor global deR$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), em atendimento ao Ofício de Formalização de Demanda da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer.

Pedra do Indaiá, 14 de agosto de 2026.

MATEUS MARCIANO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Luiza Morais Silva
Código Identificador:5006C62C

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 056/2024, PROCESSO Nº. 023/2024, PREGÃO Nº 003/2024.

Contratante: **MUNICÍPIO DE PEDRA DO INDAIÁ / MG** – CNPJ: 18.308.759/0001-00.

Contratada: **CME PROMOCOES E EVENTOS LTDA., -** CNPJ n° 35.238.712/0001-28.

Objeto: Prestação de serviços de locação de palco, equipamentos de sonorização, iluminação, gradil, fechamento metálico, gerador de energia, painel de LED, estruturas, tendas e sanitários químicos, destinados ao atendimento dos diversos eventos promovidos pelo Município de Pedra do Indaiá, por intermédio de suas Secretarias Municipais;

Termo Aditivo referente a prorrogação da vigência contratual por mais 12 (doze) meses com vencimento em 15/08/2027.

Pedra do Indaiá, 14 de agosto de 2026.

MATEUS MARCIANO DOS SANTOS.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Eduarda Elmantina Silva
Código Identificador:9B8048E6

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ EXTRATO DO 7° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 079/2023, PROCESSO Nº. 034/2023, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2023.

Contratante: **MUNICÍPIO DE PEDRA DO INDAIÁ / MG** – CNPJ: 18.308.759/0001-00.

Contratada: **DEUSDETE MARTINS., -** CNPJ n° 10.569.404/0001-54.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar conforme calendário escolar, dos alunos da rede municipal e estadual de ensino de Pedra do Indaiá, durante todo período letivo, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação;

Termo Aditivo referenterecomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, relativamente ao valor praticado para aLinha 1 - Transporte escolar - Pedra do Indaiá x Camargos de Baixo, Via MG164 e Prainha, passando de R$ R$ 4,49 (quatro reais e quarenta e nove centavos) para R$ 5,10 (cinco reais e dez centavos).

Pedra do Indaiá, 03 de agosto de 2026.

MATEUS MARCIANO DOS SANTOS.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Eduarda Elmantina Silva
Código Identificador:B38E6742

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ EXTRATO DO 7° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 083/2023, PROCESSO Nº. 034/2023, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2023.

Contratante: **MUNICÍPIO DE PEDRA DO INDAIÁ / MG** – CNPJ: 18.308.759/0001-00.

Contratada: **ELIZANGELA APARECIDA NOGUEIRA SOUZA., -** CNPJ n° 17.460.492/0001-09.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar conforme calendário escolar, dos alunos da rede municipal e estadual de ensino de Pedra do Indaiá, durante todo período letivo, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação;

Termo Aditivo referenterecomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, relativamente ao valor praticado para aLinha 3 - Transporte Escolar - Coqueiros x Pedra do Indaiá - Via Zé do Quita, Paiol, Mata dos Lemos, passando de R$ 5,24 (cinco reais e vinte e quatro centavos) para R$ 5,96 (cinco reais e noventa e seis centavos).

Pedra do Indaiá, 03 de agosto de 2026.

MATEUS MARCIANO DOS SANTOS.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Eduarda Elmantina Silva
Código Identificador:65E03AB9

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ EXTRATO DO CONTRATO Nº. 084/2026 - PROCESSO Nº. 028/2026 – CREDENCIAMENTO Nº. 010/2026.

Contratante: **MUNICÍPIO DE PEDRA DO INDAIÁ / MG – CNPJ: 18.308.759/0001-00.**

Contratada: **CLÍNICA MONTE SIÃO - CNPJ n°. 41.197.812/0001-56.**

Objeto: Contratação de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços médicos, para disponibilização de profissionais legalmente

habilitados na especialidade de Clínica Médica/Clínico Geral, visando à execução de plantões médicos presenciais de 12 (doze) horas no Centro Municipal de Saúde "Senhor Bom Jesus".

Vigência: 12 (doze) meses.

Valor global: R$ 12.515,40 (Doze mil e quinhentos e quinze reais e quarenta centavos).

Pedra do Indaiá, 12 de agosto de 2026.

MATEUS MARCIANO DOS SANTOS.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Eduarda Elmantina Silva
Código Identificador:1E9503AE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 086/2026 - PROCESSO Nº. 039/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº. 023/2026.

Contratante: **MUNICÍPIO DE PEDRA DO INDAIÁ / MG – CNPJ: 18.308.759/0001-00.**

Contratada: **VINICIUS E RUFINI PRODUCOES LTDA, - CNPJ n°. 60.594.756/0001-38.**

Objeto: Contratação da apresentação musical no dia 06 de setembro de 2026 da dupla "VINICIUS E RUFINI" para a 42ª edição da tradicional festa cultural "Festa da Igrejinha" em Pedra do Indaiá/MG.

Vigência: 12 (doze) meses.

Valor global: R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

Pedra do Indaiá, 14 de agosto de 2026.

MATEUS MARCIANO DOS SANTOS.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Eduarda Elmantina Silva
Código Identificador:BD7C30D0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PEDRINÓPOLIS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO ADITIVO 038

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO N° 038/2026.

ADITANTE-CONTRATANTE:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINÓPOLIS.**
GESTOR	**RAFAEL FERREIRA SILVA**
ADITANTE-CONTRATADA:	**PULHIEZ TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA-ME**
OBJETO:	**PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL PELO PERÍODO DE 05 (CINCO) MESES, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE CONTINUAÇÃO DA OBRA DE DRENAGEM DE REDE PLUVIAL NO LOTEAMENTO RESIDENCIAL DO VALLE NO MUNICÍPIO DE PEDRINÓPOLIS-MG, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CARACTERÍSTICAS CONSTANTES DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2026 E DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026 E SEUS ANEXOS.**
PROCESSO Nº:	**017/2026**
MODALIDADE:	**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026.**
TERMO DE CONTRATO Nº:	**038/2026.**
TERMO ADITIVO:	**002/2026**
DATA DA ASSINATURA	**31/07/2026**

Publicado por:
Igor Cardoso de Oliveira
Código Identificador:B080D26F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO ADITIVO 040

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO N° 040/2026.

ADITANTE-CONTRATANTE:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINÓPOLIS.**
GESTOR	**RAFAEL FERREIRA SILVA**
ADITANTE-CONTRATADA:	**PULHIEZ TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA-ME**
OBJETO:	**PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL PELO PERÍODO DE 05 (CINCO) MESES, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), DE PARTES DAS RUAS: 01 E 02; RUA 03 COMPLETA, CONTINUAÇÃO DA RUA ANA CARNEIRO DE OLIVEIRA, E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL DE TODAS AS RUAS DO LOTEAMENTO RESIDENCIAL DO VALLE, NO MUNICÍPIO DE PEDRINÓPOLIS-MG, PARA ATENDER O CONVÊNIO Nº 9328522, TRANSFERÊNCIA ESPECIAL, Nº DA INDICAÇÃO: 97362, Nº DO PLANO SIGCON: 937131, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CARACTERÍSTICAS CONSTANTES DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2026 E DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026 E SEUS ANEXOS.**
PROCESSO Nº:	**020/2026**
MODALIDADE:	**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026.**
TERMO DE CONTRATO Nº:	**040/2026.**
TERMO ADITIVO:	**001/2026**
DATA DA ASSINATURA	**31/07/2026**

Publicado por:
Igor Cardoso de Oliveira
Código Identificador:61940B35

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO ADITIVO 042

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO N° 042/2026.

ADITANTE-CONTRATANTE:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINÓPOLIS.**
GESTOR	**RAFAEL FERREIRA SILVA**
ADITANTE-CONTRATADA:	**PULHIEZ TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA-ME**
OBJETO:	**PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL PELO PERÍODO DE 05 (CINCO) MESES, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), DE PARTE DA RUA 01 NO LOTEAMENTO RESIDENCIAL DO VALLE, NO MUNICÍPIO DE PEDRINÓPOLIS-MG, PARA ATENDER O PLANO DE AÇÃO Nº 09032024-069362 – PROGRAMA Nº 09032024, TRANSFERÊNCIA ESPECIAL FEDERAL, MINISTÉRIO DA FAZENDA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CARACTERÍSTICAS CONSTANTES DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2026 E DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026 E SEUS ANEXOS.**
PROCESSO Nº:	**018/2026**
MODALIDADE:	**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026.**
TERMO DE CONTRATO Nº:	**042/2026.**
TERMO ADITIVO:	**001/2026**
DATA DA ASSINATURA	**31/07/2026**

Publicado por:
Igor Cardoso de Oliveira
Código Identificador:27C1F2DD

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO ADITIVO 043

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO N° 043/2026.

ADITANTE-CONTRATANTE:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINÓPOLIS.**
GESTOR	**RAFAEL FERREIRA SILVA**
ADITANTE-CONTRATADA:	**PULHIEZ TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA-ME**
OBJETO:	**PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL**

	PELO PERÍODO DE 05 (CINCO) MESES, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), DE PARTE DA RUA 02 NO LOTEAMENTO RESIDENCIAL DO VALLE, NO MUNICÍPIO DE PEDRINÓPOLIS-MG, PARA ATENDER O PLANO DE AÇÃO Nº 09032024 – 065399 – PROGRAMA Nº 09032024, TRANSFERÊNCIA ESPECIAL FEDERAL, MINISTÉRIO DA FAZENDA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CARACTERÍSTICAS CONSTANTES DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2026 E DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026 E SEUS ANEXOS.
PROCESSO Nº:	**018/2026**
MODALIDADE:	**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026.**
TERMO DE CONTRATO Nº:	**043/2026.**
TERMO ADITIVO:	**001/2026**
DATA DA ASSINATURA	**31/07/2026**

Publicado por:
Igor Cardoso de Oliveira
Código Identificador:1E46550B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO ADITIVO 41

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO N° 041/2026.

ADITANTE-CONTRATANTE:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINÓPOLIS.**
GESTOR	**RAFAEL FERREIRA SILVA**
ADITANTE-CONTRATADA:	**PULHIEZ TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA-ME**
OBJETO:	**PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL PELO PERÍODO DE 05 (CINCO) MESES, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), NA CONTINUAÇÃO DA AVENIDA GERALDO CATULINO E PARTE DA CONTINUAÇÃO DA RUA ANA CARNEIRO DE OLIVEIRA NO LOTEAMENTO RESIDENCIAL DO VALLE, NO MUNICÍPIO DE PEDRINÓPOLIS-MG, PARA ATENDER O PLANO DE AÇÃO Nº 09032024-067765 – PROGRAMA Nº 09032024, TRANSFERÊNCIA ESPECIAL FEDERAL, MINISTÉRIO DA FAZENDA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CARACTERÍSTICAS CONSTANTES DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2026 E DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026 E SEUS ANEXOS.**
PROCESSO Nº:	**018/2026**
MODALIDADE:	**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026.**
TERMO DE CONTRATO Nº:	**041/2026.**
TERMO ADITIVO:	**001/2026**
DATA DA ASSINATURA	**31/07/2026**

Publicado por:
Igor Cardoso de Oliveira
Código Identificador:A239ED59

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 078

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO 078/2026
A Prefeitura Municipal de Pedrinópolis – MG, torna público o Extrato Do Termo de Contrato sendo:

CONTRATANTE:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINOPOLIS**
GESTOR:	**RAFAEL FERREIRA SILVA**
CONTRATADA:	**THOMMES ENGENHARIA LTDA-EPP**
CNPJ Nº:	**45 230.660/0001-05**
OBJETO:	**REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓDULOS DE EQUIPAMENTO DE TRATAMENTO BIOLÓGICO DE ESGOTO PARA EFLUENTES SANITÁRIOS (ÁGUA CINZA E ÁGUA NEGRA), FABRICADOS EM FIBRA DE VIDRO REVESTIDA DE POLIÉSTER, nos moldes DA LEI 14.133/2021 - ATRAVÉS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0111/2024-PREFEITURA DE BAEPENDI-MG (ORGÃO GERENCIADOR) - ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0125/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0055/2024. PROCESSO ADMINISTRATIVO DO ORGÃO ADERENTE MUNICIPIO DE PEDRINÓPOLIS-MG Nº. 010/2026. - AQUISIÇÃO DE 1(UM) MÓDULO DE EQUIPAMENTO DE TRATAMENTO BIOLÓGICO DE ESGOTO, INCLUINDO MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO, FABRICADO EM FIBRA DE VIDRO REVESTIDA COM POLIÉSTER, COM VAZÃO DIÁRIA DE TRATAMENTO DE 30M³ DE EFLUENTE, CADA MÓDULO. COMPOSTO POR PRÉ-TRATAMENTO E REATOR. MÓDULO DE EQUIPAMENTO DE TRATAMENTO BIOLÓGICO DE ESGOTO, INCLUINDO MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO, FABRICADO EM FIBRA DE VIDRO REVESTIDA COM POLIÉSTER, COM VAZÃO DIÁRIA DE TRATAMENTO DE 30M³ DE EFLUENTE, CADA MÓDULO. COMPOSTO POR PRÉ-TRATAMENTO E REATOR**
VIGÊNCIA:	**O PRAZO DE VIGÊNCIA DESTE INSTRUMENTO DE CONTRATO É DE 12 (DOZE) MESES, A PARTIR DE SUA ASSINATURA.**
PROCESSO Nº:	**010/2026**
MODALIDADE:	**ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 0125/2024 - PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 0111/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0055/2024.**
VALOR:	**R$ 157.500,00 (CENTO E CINQUENTA E SETE MIL, E QUINHENTOS REAIS)**
CONTRATO Nº:	**078/2026**
DATA DE ASSINATURA:	**18/08/2026**

Publicado por:
Igor Cardoso de Oliveira
Código Identificador:0362DBBD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PERDIGÃO

DEPARTAMENTO PESSOAL
PROCESSO SELETIVO 12-2026

A Prefeitura Municipal de Perdigão/MG torna público o edital do Processo Seletivo nº 12/2026 para a função de Técnico em Enfermagem, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde. As inscrições serão realizadas através do Aplicativo Conecta Perdigão que está disponível gratuitamente no endereço eletrônico: https://perdigaomg.appcidades.com.br/access/ a partir das 08:00 horas do dia 20 de agosto de 2026 até as 17:00 horas do dia 24 de agosto de 2026, observando o horário oficial de Brasília/DF. O Edital está publicado na integra no site: https://perdigao.mg.gov.br/arquivo/concursos-e-processos-seletivos.

Perdigão/MG 17 de agosto de 2026.

Publicado por:
Laura Luisa Alves
Código Identificador:5049E506

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO I DO EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIGÃO-MG, torna público a Retificação I do Edital do Processo Licitatório nº: 00055/2026, Pregão Eletrônico n°: 00012/2026. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL, DESTINADA AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERDIGÃO/MG, VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DAS AMBULÂNCIAS MUNICIPAIS, DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO, DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DOS PACIENTES SUBMETIDOS À OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR ACOMPANHADOS PELO SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR (SAD). Recebimento das propostas: 01/09/2026 às 09:00 pela plataforma: https://licitar.digital/. Mais informações pelo e-mail: licitacao@perdigao.mg.gov.br ou website: https://perdigao.mg.gov.br/arquivo/licitacoes.

Perdigão/MG, 18 de agosto de 2026.

ROSÁRIA MORATO LEMOS RODRIGUES **–**
Agente de Contratações.

Publicado por:
Rosária Morato Lemos Rodrigues
Código Identificador:9163C129

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PERDIZES

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE SUSPENSÃO

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO O Município de Perdizes/MG torna público que fica SUSPENSO, o Processo Licitatório nº 098/2026 – Pregão Eletrônico nº 026/2026, que tem por objeto Contratação de empresa para aquisição de curativos diversos,para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde de Perdizes/MG, e conforme condições e exigênciasestabelecidas no

termo de referência anexo I, deste edital. A suspensão decorre da necessidade de ajustar descritivos de determinados itens objeto de impugnação. Novas informações acerca da continuidade do processo licitatório serão oportunamente divulgadas pelos meios oficiais.

Perdizes/MG, 18 de Agosto de 2026.

KATIUCIA FERREIRA AGUIAR
Pregoeiro(a)

Publicado por:
Wilson Antonio Fraga Junior
Código Identificador:3BBA69EE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PERDÕES

CÂMARA MUNICIPAL DE PERDÕES
PORTARIA 46/2026

HOMOLOGA AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO PARA FINS DE PROMOÇÃO POR MERECIMENTO NA CARREIRA.

Art. 1º - Ficam homologadas as Avaliações de Desempenho dos servidores abaixo relacionados, conforme disposto no art. 16 da Resolução n. 997/2016, para fins de promoção por merecimento na carreira.
Arthur Marques da Silva **–** Matrícula 78
Lívia Guimarães Rodarte **–** Matrícula 108
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Perdões, 17 de agosto de 2025.

FLORISVALDO DINIZ
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Lívia Guimarães Rodarte
Código Identificador:97DD3D8A

PREVIPER
PORTARIA APOSENTADORIA Nº 13/2026

A Superintendente da Autarquia Municipal Instituto de Previdência Municipal de Perdões - PREVIPER, nas atribuições que lhe confere o Art. 3º, §1º, IV e VIII da Lei Municipal nº 2.503 de 06 de junho de 2007, após análise das condições para concessão do benefício de aposentadoria voluntária por idade com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, pela presente Portaria, *resolve:*

Art. 1º - Conceder o benefício de Aposentadoria Voluntária por Idade com **PROVENTOS PROPORCIONAIS** ao tempo de contribuição, sem paridade, nos termos do Art. 33 da Lei Municipal nº 2.503 de 06 de junho de 2007 c/c Art. 40, § 1º, III, "b" da CF/1988, a servidora Sra. **VANILDA DO ROSARIO GAMA**, inscrita no CPF sob o nº 96X.XXX.XXX-00, matrícula 1XXX-7, no cargo efetivo de Ajudante Geral, Nível I, Padrão F, lotada na Secretaria Municipal de Obras, Meio Ambiente e Serviços Públicos, a partir de 04 de agosto de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Perdões, 04 agosto de 2026.

GLÍCIA GARCIA PEREIRA
Superintendente do PREVIPER

Publicado por:
Francisco de Jesus Pereira
Código Identificador:8FD4A3C3

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
APVN - EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 016/2026

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 016/2026

PARTÍCIPES: Município de Perdões/MG e Associação Projeto Vida Nova.

OBJETO: Execução de projeto mediante transferência de recursos financeiros oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, destinados à aquisição, instalação, montagem, configuração e operacionalização inicial dos materiais, utensílios e equipamentos permanentes previstos no Plano de Trabalho aprovado, visando à consecução de finalidade de interesse público e social.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações; Lei Orgânica do Município; Lei Orçamentária vigente; Dispensa de Chamamento Público nº 015/2026; Plano de Trabalho aprovado e demais normas aplicáveis.

VALOR:R$ 16.596,11 (dezesseis mil quinhentos e noventa e seis reais e onze centavos).

FONTE DOS RECURSOS: Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA.

VIGÊNCIA:12 (doze) meses, contados da data de assinatura, admitida prorrogação nos termos da legislação aplicável.

DATA DA ASSINATURA:06 de agosto de 2026.

SIGNATÁRIOS: Guilherme Pereira Freitas – Prefeito Municipal de Perdões/MG; Silvana Freire Alvarenga – Presidenta da Associação Projeto Vida Nova.

Perdões/MG, 06 de agosto de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Guilherme de Souza Komaroff
Código Identificador:85BA627D

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CAAPRE - EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 018/2026

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 018/2026

PARTES: Município de Perdões/MG e Casa de Apoio Renascer – CAAPRE.

OBJETO: Execução de projeto destinado à aquisição de materiais e utensílios, mediante transferência de recursos financeiros oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, conforme Plano de Trabalho aprovado.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações; Lei Orgânica Municipal; Lei Orçamentária vigente; Dispensa de Chamamento Público nº 017/2026; Plano de Trabalho aprovado e demais normas aplicáveis.

VALOR:R$ 4.995,85 (quatro mil, novecentos e noventa e cinco reais e oitenta e cinco centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Recursos consignados no orçamento vigente do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA.

VIGÊNCIA:12 (doze) meses, contados da data de assinatura, admitida prorrogação nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

DATA DA ASSINATURA:11 de agosto de 2026.

SIGNATÁRIOS: Guilherme Pereira Freitas – Prefeito Municipal de Perdões/MG; Luciene de Fátima Melo – Vice-Presidenta da Casa de Apoio Renascer – CAAPRE.

Perdões/MG, 11 de agosto de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Guilherme de Souza Komaroff
Código Identificador:C0286B6C

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO N.º 5.584 DE 18 DE AGOSTO DE 2026 APROVA DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO DE PROPRIEDADE DE JOSÉ EDUARDO RODRIGUES E OUTRA

DECRETO N.º 5.584 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

APROVA DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO DE PROPRIEDADE DE JOSÉ EDUARDO RODRIGUES E OUTRA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERDÕES DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 71, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Perdões,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o Desmembramento de terreno urbano de propriedade de JOSÉ EDUARDO RODRIGUES E OUTRA, situado na Rua Vereador Sebastião Americo de Andrade no bairro Santa Terezinha R-19.009 livro n°2 folhas nº1 município de Perdões MG.

Art. 2º - Desmembramento a que se refere o Art. 1º deste decreto, tem uma área total de 336,00m² (trezentos e trinta e seis metros quadrados), que fica assim discriminado:

DESCRIÇÃO

Ficando assim desmembrada a área:

LOTE 11A - COM 168,00 m² (cento e sessenta e oito metros quadrados)

FRENTE – 8,00m para a Rua Vereador Sebastião Américo de Andrade
FUNDOS – 4,00m com Fernando de Melo Lopes (matrícula 8785) + 4,00m com Maria da Penha Carvalho Santos (matrícula 8019)
L. DIREITO – 21,00m com Samila Bastos (matrícula 18952)
L. ESQUERDO – 21,00m com Lote 11B

LOTE 11B - COM 168,00 m² (cento e sessenta e oito metros quadrados)

FRENTE – 8,00m para a Rua Vereador Sebastião Américo de Andrade
FUNDOS – 8,00m com Maria da Penha Carvalho Santos (matrícula 8019)
L. DIREITO – 21,00m com Lote 11A
L. ESQUERDO – 21,00m com Marco Antônio Barbosa (matrícula 8405)

Art. 3º - Este decreto possui validade de 90 (noventa dias) entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. A responsabilidade técnica pelas informações, dados, dimensões, especificações e demais elementos constantes nos projetos e memoriais apresentados será exclusiva do responsável técnico, bem como do proprietário, respondendo estes civis, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações prestadas

Prefeitura Municipal de Perdões/MG, 18 de agosto de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

LUCIANA MARIA ARRIEL SOARES
Secretária Municipal de Obras e Serviços Públicos

Publicado por:
Sávio Carvalho Dos Santos
Código Identificador:9B97C118

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO N.º 5.586 DE 18 DE AGOSTO DE 2026 APROVA DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO DE PROPRIEDADE DE MARCIO CARVALHO DE RESENDE E OUTRO

DECRETO N.º 5.586 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

APROVA DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO DE PROPRIEDADE DE MARCIO CARVALHO DE RESENDE E OUTRO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERDÕES DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 71, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Perdões,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido o Desmembramento de terreno urbano de propriedade de MARCIO CARVALHO DE RESENDE E OUTRO, Situado na rua Geraldo da Silva Rodrigues no bairro: Novo Horizonte R-6.561 livro n°2 folhas nº1 município de Perdões MG.

Art. 2º. Desmembramento a que se refere o Art. 1º deste decreto, tem uma área total de - 13.800,00 m² (treze mil e oitocentos metros quadrados), que fica assim discriminado:

DESCRIÇÃO

Ficando assim desmembrada a área:

Lote-1=200,00m²
Frente –20,00m para a Rua Geraldo da Silva Rodrigues.
Lado direito – 10,00 com o lote-2.
Lado esquerdo – 10,00,00m com a Área Remanescente.
Fundo-20,00m com a Área Remanescente.

Lote-2=200,00m²
Frente –10,00m para a Rua Geraldo da Silva Rodrigues.
Lado direito – 20,00 com o lote-3.
Lado esquerdo – 10,00m com o lote-1 + 10,00m com a Área Remanescente.
Fundo-10,00m com a Área Remanescente.

Lote-3=200,00m²
Frente –10,00m para a Rua Geraldo da Silva Rodrigues.
Lado direito – 20,00 com a Área remanescente.
Lado esquerdo – 20,00m com o lote-2.
Fundo-10,00m com a Área Remanescente.

Área Remanescente = 13.200,00m²- Consta nesta área, uma área não edificante, conforme lei vigente.
Frente-42,00m para Rua Calil Lasmar
Lado direito-20,00m + 30,00m + 50,00m com os lotes:2,3,4,5,7,8,9 e 10 da Quadra-J.
Lado esquerdo-toda extensão com a área não edificante.
Fundo-20,00m com a Rua Geraldo da Silva Rodrigues+10,00m + 20,00m com o lote-1+ 10,00m+ 10,00m com o lote-2+ 10,00m +20,00m com o lote 3 + 30,00m com a Rua Projetada + 66,75m com Águas Claras Incorporadora e Empreendimentos Imobiliários SPE LTDA.+ 131,50m com Clube Campestre

Art. 3º. Este decreto possui validade de 90 (noventa dias) entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. A responsabilidade técnica pelas informações, dados, dimensões, especificações e demais elementos constantes nos projetos e memoriais apresentados será exclusiva do responsável técnico, bem como do proprietário, respondendo estes civis, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações prestadas

Art. 5º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº5.497/2026, de 08 de abril 2026.

Prefeitura Municipal de Perdões/MG, 18 de agosto de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

LUCIANA MARIA ARRIEL SOARES
Secretária Municipal de Obras e Serviços Públicos

Publicado por:
Sávio Carvalho Dos Santos
Código Identificador:1A7DBCC9

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 141/2026 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 10/2026

A Prefeitura Municipal de Perdões/MG torna pública a abertura do Edital de Credenciamento nº 30/2025, com fundamento nos arts. 78 e 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, visando o **CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS EM GASTROENTEROLOGIA E REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DIAGNÓSTICOS E TERAPÊUTICOS EM ENDOSCOPIA DIGESTIVA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, INSUMOS, MEDICAMENTOS, SEDAÇÃO, APOIO ANESTÉSICO E EQUIPAMENTOS**

Os interessados deverão atender a todas as exigências previstas no edital e apresentar a documentação necessária, disponível no site oficial:https://www.perdoes.mg.gov.br.

O credenciamento terá início em 21 de Agosto de 2026 e permanecerá aberto pelo prazo de 12 (doze) meses, nos termos estabelecidos no edital.*Outras informações poderão ser obtidas pelo e-mail: licitacao@perdoes.mg.gov.br*.

Perdões, 18 de Agosto de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Bertoni
Código Identificador:54680A32

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO: CONVOCA CANDIDATA APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 005/2026 PARA O CARGO DE MÉDICO DE PSF: KEZYA TRIGO MARTINS.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O município de Perdões, através de seu representante legal Guilherme Pereira Freitas, Prefeito Municipal, vem por este edital convocar a candidata abaixo, aprovada no processo seletivo simplificado edital 005/2026 para o cargo de **MÉDICO DE PSF**:

KEZYA TRIGO MARTINS

A candidata acima, deverá comparecer de 12:00 às 18:00 horas no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da publicação deste Edital de Convocação portando todos os documentos pessoais e os requisitos de formação exigida para o cargo no setor de Recursos Humanos situado na sede da Prefeitura Municipal de Perdões na Praça 1.º de Junho, n.º 103, Centro – Perdões/MG.

Recursos Humanos – WhatsApp (35) 3864 1142
rh@perdoes.mg.gov.br

Prefeitura Municipal de Perdões, 19 de agosto de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elenize de Fátima Carvalho Luiz
Código Identificador:2C672059

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIEDADE DE PONTE NOVA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DE PONTE NOVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 061/2026
PREGÃO ELETRÔNICO 015/2026

Pregão Eletrônico 015/2026 – Processo Licitatório 061/2026 – Edital - A prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova torna pública a licitação referente ao Pregão em epígrafe, cujo objeto é a **Permissão de uso para exploração comercial do espaço de eventos, a título oneroso e precário, com disponibilização de pontos comerciais e área coberta de praça de alimentação, e organização e exploração de área destinada a estacionamento durante a realização da XXXIV Festa do Piedadense Ausente, que acontecerá no período dos dias 11 a 13 de setembro de 2026**. Data da sessão: 03/09/2026 às 09:00 horas. Informações: licitacao@piedadedepontenova.mg.gov.br, Tel: (31) 3871-5203 ou no endereço Sala de Licitações, Praça Dr. José Pinto Vieira, 36, Centro, Piedade de Ponte Nova, Minas Gerais. De segunda a sexta, das 12:00h às 18:00h.

Piedade de Ponte Nova, 18 de agosto de 2026 -

GERALDO NOBRE NETO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Vanilce Das Graças Oliveira Souza
Código Identificador:355EE7ED

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRANGA

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA/MG. AVISO DE HOMOLOGAÇÃO Processo Licitatório Nº. 141/2026, Pregão Eletrônico Nº. 90044/2026. O Prefeito do Município de Piranga/MG, no uso e gozo de suas atribuições legais e, com base na Lei 14.133/2021, HOMOLOGA o Pregão Eletrônico que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DESTINADOS AO TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS, EM ESTRADAS PAVIMENTADAS E NÃO PAVIMENTADAS, NO MUNICÍPIO DE PIRANGA/MG. Contratada: LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA 00749481641 - 32.450.457/0001-94 no valor total de R$ 26.048,00 (vinte e seis mil, quarenta e oito reais). Período de 12 (doze) meses.

Piranga/MG, 18/08/2026

LUÍS HELVÉCIO SILVA ARAÚJO
Prefeito Municipal de Piranga/MG

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:BFA17A52

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA/MG. EXTRATO DE CONTRATO. Proc. Licitatório nº. 146/2026, Dispensa nº. 025/2026. Objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E EXECUÇÃO DA PNAB – POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC – CICLO 2 EM

PIRANGA/MG. Contratada: 46.288.986 MARLUCE ALBINO DOS REIS - 46.288.986/0001-48, Valor Total de R$3.350,00 (três mil e trezentos e cinquenta reais). Prazo: até 31/12/2026

Piranga/MG, 12/08/2026

VITOR TIAGO DE SOUZA
Secretário Municipal de Cultura e Turismo
Por Delegação – Decreto Municipal nº 5370/2026

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:E6AF78E0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRAPETINGA

SETOR DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 160/2025 PROCESSO N° 104/2025 INEXIGIBILIDADE 045/2025 08 DE JULHO DE 2026

OBJETO: O presente termo aditivo visa a PRORROGAÇÃO E ACRÉSCIMO DE VALOR do Contrato firmado entre as partes, que tem por objeto a contratação de pessoa física para o fornecimento da mão de obra exclusiva para **prestação de serviços de OFICINEIROS DO PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL.**
CONTRATADA: MARIA EDUARDA ARRUDA SILVA, CPF: 137.622.546-80, Rua Otto Ruback, 307, Bairro 2000, Pirapetinga – MG, CEP: 36.730-000.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PIRAPETINGA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Praça Dirceu de Oliveira Martins, 01, Bairro centro, nesta cidade de Pirapetinga, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.092.825/0001-49.
VALOR: O valor do acréscimo corresponde a R$ 6.726,96 (seis mil setecentos e vinte e seis reais e noventa e seis centavos), referente ao período adicional de execução dos serviços.
PRAZO DO ADITIVO: 04 meses, referente ao período de 08/07/2026 a 08/11/2026
DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE Nº: 02.07.00.12.361.0010.2.0033-3.3.90.39 Fonte de recursos 1.500.000 - Manutenção Ensino Fundamental.
Publique-se.

LUIZ HENRIQUE PEREIRA DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aquila de Mattos Brum Pereira
Código Identificador:49514346

SETOR DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 161/2025 PROCESSO N° 104/2025 INEXIGIBILIDADE 045/2025 08 DE JULHO DE 2026

OBJETO: O presente termo aditivo visa a PRORROGAÇÃO E ACRÉSCIMO DE VALOR do Contrato firmado entre as partes, que tem por objeto a contratação de pessoa física para o fornecimento da mão de obra exclusiva para **prestação de serviços de OFICINEIROS DO PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL.**
CONTRATADA: SAMILA DE LIMA B. ROCHA CERQUEIRA, CPF: 089.268.396-13, Av. Otavio Cardoso de Melo, 176, Bairro Planalto, Pirapetinga – MG, CEP: 36.730-000.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PIRAPETINGA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Praça Dirceu de Oliveira Martins, 01, Bairro centro, nesta cidade de Pirapetinga, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.092.825/0001-49.
VALOR: O valor do acréscimo corresponde a R$ 6.726,96 (seis mil setecentos e vinte e seis reais e noventa e seis centavos), referente ao período adicional de execução dos serviços.
PRAZO DO ADITIVO: 04 meses, referente ao período de 08/07/2026 a 08/11/2026
DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE Nº: 02.07.00.12.361.0010.2.0033-3.3.90.39 Fonte de recursos 1.500.000 - Manutenção Ensino Fundamental.
Publique-se.

LUIZ HENRIQUE PEREIRA DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aquila de Mattos Brum Pereira
Código Identificador:FF12A779

SETOR DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 098/2026 DISPENSA 030/2026 CONTRATO Nº 144/2026 DATA: 26 DE JUNHO DE 2026.

OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é a Contratação de empresa para Consultoria e Assessoria para suporte administrativo na área de gestão de convênios, transferências voluntárias e sistemas governamentais ligados a estes temas, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.
CONTRATADO: **VICTOR BARROS MARTINS**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 23.644.089/0001-24, sediado(a) na Rua Largo da Matriz, 136, CENTRO, SÃO SEBATIÃO DO ALTO - RJ, CEP 28.550-000, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) VICTOR BARROS MARTINS, portador da Carteira de Identidade nº 291020428, expedida pela (o) DETRAN RJ, e CPF nº 109.213.377-10.
CONTRATANTE: Município de Pirapetinga, Estado de Minas Gerais, com sede na Praça Dirceu de Oliveira Martins, 01, Centro, na cidade de Pirapetinga/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.092.825/0001-49, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luiz Henrique Pereira da Costa, inscrito no CPF nº 680.687.867-91, portador da Carteira de Identidade nº 06100057-6 IFP/RJ.
DO VALOR GLOBAL: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).
PRAZO DO CONTRATO: 12 MESES.
DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE Nº: 02.03.00.04.122.0003.2.0011- 3.3.90.39 - Fonte de Recursos 1.500.000
Publique-se.

LUIZ HENRIQUE PEREIRA DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aquila de Mattos Brum Pereira
Código Identificador:89CE2A3D

SETOR DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 074/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 016/2026 CONTRATO Nº 143/2026 DATA: 12 DE AGOSTO DE 2026

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a adesão a ata de registro de preços para aquisição de veiculos automotores diversos.
CONTRATADO: DEVA VEÍCULOS LTDA, situada na Rua Teonilio Niquini, 32, Bairro Bairro Jardim Piemont, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 23.762.552/0003-02, daqui por diante denominada CONTRATADA**,** neste ato representado por Abner Saldanha de Rezende, portador do CPF de n° 972.263.786-04.
CONTRATANTE: Município de Pirapetinga, Estado de Minas Gerais, com sede na Praça Dirceu de Oliveira Martins, 01, Centro, na cidade de Pirapetinga/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.092.825/0001-49, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luiz Henrique Pereira da Costa, inscrito no CPF nº 680.687.867-91, portador da Carteira de Identidade nº 06100057-6 IFP/RJ.
DO VALOR GLOBAL de R$ 339.157,90 (trezentos e trinta e nove mil, cento e cinquenta e sete reais e noventa centavos)
PRAZO DO CONTRATO: 12 meses.
DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE Nº: 02.07.00.12.361.0010.2.0033 – 4.4.90.52 – Fonte de Recursos: 1.571.000.

Publique-se.

LUIZ HENRIQUE PEREIRA DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aquila de Mattos Brum Pereira
Código Identificador:02E3840F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRAPORA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2026

A Prefeitura de Pirapora/MG torna público o Pregão Eletrônico nº 016/2026, objetivando a aquisição de 01 (um) automóvel, tipo hatch, zero quilômetro, para transporte de passageiros, destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Esportes, Juventude e Cultura – SEJUC, na seguinte forma: **menor valor POR ITEM**; Data/horário: **01/09/2026 às 08:00h** (horário de Brasília). A íntegra deste Edital e seus anexos poderão ser obtidas nos seguintes endereços eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br - UASG 985023 ou: https://www.pirapora.mg.gov.br/licitacao. Demais esclarecimentos na Rua Antônio Nascimento, 274 - Centro, nos dias úteis de segunda a sexta-feira das 09:00h às 18:00h ou pelo telefone (38) 3740-6121.

Pirapora/MG, 18/08/2026 –

RAPHAEL ANTONIO LINO –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Poliana Alves Araujo Martins
Código Identificador:F3343D57

DIRETORIA DE CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº 087/2026

*PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA – **Processo licitatório nº 005/2026 - Pregão Eletrônico com Registro de Preços nº 001/2026 - Extrato da Ata de Registro de Preços** nº 087/2026 **– Contratante:** 2WE CORPORATIVOS LTDA, CNPJ 61.331.581/0001-39 – **Objeto**:aquisição de mobiliário para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Pirapora/MG - VALOR TOTAL R$ 57.109,00 **(cinquenta e sete mil e cento e nove reais) - Vigência:** 1 (um) ano, a contar da data de publicação*
Contratante: MUNICÍPIO DE PIRAPORA
Contratada: 2WE CORPORATIVOS LTDA

Publicado por:
Neide Aparecida da Silva Freire
Código Identificador:BC525EC3

DIRETORIA DE CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº 088/2026

*PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA – **Processo licitatório nº 005/2026 - Pregão Eletrônico com Registro de Preços nº 001/2026 - Extrato da Ata de Registro de Preços** nº 088/2026 **– Contratante:** C NOVAKOWSKI MESAS ECADEIRAS EIRELI, CNPJ 34.762.944/0001-18 – **Objeto**:aquisição de mobiliário para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Pirapora/MG - VALOR TOTAL R$ 66.737,25 **(sessenta e seis mil e setecentos e trinta e sete reais e vinte e cinco centavos) - Vigência:** 1 (um) ano, a contar da data de publicação*
Contratante: MUNICÍPIO DE PIRAPORA
Contratada: C NOVAKOWSKI MESAS ECADEIRAS EIRELI

Publicado por:
Neide Aparecida da Silva Freire
Código Identificador:BF81FAD5

DIRETORIA DE CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº 090/2026

*PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA – **Processo licitatório nº 005/2026 - Pregão Eletrônico com Registro de Preços nº 001/2026 - Extrato da Ata de Registro de Preços** nº 090/2026 **– Contratante:**ECOPLANEJADOS LTDA, CNPJ nº: 27.671.316/0001-61 – **Objeto**:aquisição de mobiliário para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Pirapora/MG - VALOR TOTAL R$ 306.310,00 **(trezentos e seis mil e trezentos e dez reais) - Vigência:** 1 (um) ano, a contar da data de publicação*
Contratante: MUNICÍPIO DE PIRAPORA
Contratada: ECOPLANEJADOS LTDA

Publicado por:
Neide Aparecida da Silva Freire
Código Identificador:63DA9453

DIRETORIA DE CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº 091/2026

*PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA – **Processo licitatório nº 005/2026 - Pregão Eletrônico com Registro de Preços nº 001/2026 - Extrato da Ata de Registro de Preços** nº 091/2026 **– Contratante:** ESPAÇO A MÓVEIS, CNPJ: 34.329.066.0001-41 – **Objeto**:aquisição de mobiliário para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Pirapora/MG - VALOR TOTAL R$ 50.086,00 **(cinquenta mil e oitenta e seis reais) - Vigência:** 1 (um) ano, a contar da data de publicação*
Contratante: MUNICÍPIO DE PIRAPORA
Contratada: ESPAÇO A MÓVEIS

Publicado por:
Neide Aparecida da Silva Freire
Código Identificador:E8CEDC6A

DIRETORIA DE CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº 092/2026

*PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA – **Processo licitatório nº 005/2026 - Pregão Eletrônico com Registro de Preços nº 001/2026 - Extrato da Ata de Registro de Preços** nº 092/2026 **– Contratante:** JWR MÓVEIS LTDA CNPJ: 63.531.583/0001-05 – **Objeto**:aquisição de mobiliário para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Pirapora/MG - VALOR TOTAL R$ 337.577,89 **(trezentos e trinta e sete mil e quinhentos e setenta sete reais e oitenta e nove centavos) - Vigência:** 1 (um) ano, a contar da data de publicação*
Contratante: MUNICÍPIO DE PIRAPORA
Contratada: JWR MÓVEIS LTDA

Publicado por:
Neide Aparecida da Silva Freire
Código Identificador:69194B50

DIRETORIA DE CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº 093/2026

*PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA – **Processo licitatório nº 005/2026 - Pregão Eletrônico com Registro de Preços nº 001/2026 - Extrato da Ata de Registro de Preços** nº 093/2026 **– Contratante:** LD BRAZIL COMÉRCIOS E SERVIÇOS, CNPJ: 48.486.184/0001-52 – **Objeto**:aquisição de mobiliário para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Pirapora/MG - VALOR TOTAL R$ 11.550,00 **(onze mil e quinhentos e cinquenta reais) - Vigência:** 1 (um) ano, a contar da data de publicação*

MUNICÍPIO DE PIRAPORA
Contratante

LD BRAZIL COMÉRCIOS E SERVIÇOS
Contratada

Publicado por:
Neide Aparecida da Silva Freire
Código Identificador:EAAF81AE

DIRETORIA DE CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº 094/2026

*PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA – **Processo licitatório nº 005/2026 - Pregão Eletrônico com Registro de Preços nº 001/2026 - Extrato da Ata de Registro de Preços** nº 094/2026 – **Contratante:** MARCELO MOHALLEM EPP, CNPJ: 13.579.783/0001-51 – **Objeto**:aquisição de mobiliário para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Pirapora/MG - VALOR TOTAL R$ 20.996,22 **(vinte mil e novecentos e noventa e seis reais e vinte e dois centavos) - Vigência:** 1 (um) ano, a contar da data de publicação*
Contratante: MUNICÍPIO DE PIRAPORA
Contratada:MARCELO MOHALLEM EPP

Publicado por:
Neide Aparecida da Silva Freire
Código Identificador:DF705B97

DIRETORIA DE CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº 095/2026

*PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA – **Processo licitatório nº 005/2026 - Pregão Eletrônico com Registro de Preços nº 001/2026 - Extrato da Ata de Registro de Preços** nº 095/2026 – **Contratante:** METALMONTES IND. E COM. DE MÓVEIS LTDA CNPJ: 17.008.058/0001-84 – **Objeto**:aquisição de mobiliário para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Pirapora/MG - VALOR TOTAL R$ 46.415,80 **(quarenta e seis mil e quatrocentos e quinze reais e oitenta centavos) - Vigência:** 1 (um) ano, a contar da data de publicação*
Contratante: MUNICÍPIO DE PIRAPORA
Contratada: METALMONTES IND. E COM. DE MÓVEIS LTDA

Publicado por:
Neide Aparecida da Silva Freire
Código Identificador:B1EA322D

DIRETORIA DE CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº 096/2026

*PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA – **Processo licitatório nº 005/2026 - Pregão Eletrônico com Registro de Preços nº 001/2026 - Extrato da Ata de Registro de Preços** nº 096/2026 – **Contratante:** MOBILHE MÓVEIS CORPORATIVOS LTDA CNPJ: 15.011.572/0001-43 – **Objeto**:aquisição de mobiliário para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Pirapora/MG - VALOR TOTAL R$ 79.853,40 **(setenta e nove mil e oitocentos e cinquenta e três reais e quarenta centavos) - Vigência:** 1 (um) ano, a contar da data de publicação*
Contratante: MUNICÍPIO DE PIRAPORA
Contratada: MOBILHE MÓVEIS CORPORATIVOS LTDA

Publicado por:
Neide Aparecida da Silva Freire
Código Identificador:4C9FB650

DIRETORIA DE CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº 097/2026

*PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA – **Processo licitatório nº 005/2026 - Pregão Eletrônico com Registro de Preços nº 001/2026 - Extrato da Ata de Registro de Preços** nº 097/2026 – **Contratante:** MOVEART INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME, CNPJ: 05.306.211/0001-70 – **Objeto**:aquisição de mobiliário para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Pirapora/MG - VALOR TOTAL R$ 21.449,00 **(vinte e um mil e quatrocentos e quarenta e nove reais) - Vigência:** 1 (um) ano, a contar da data de publicação*
Contratante: MUNICÍPIO DE PIRAPORA
Contratada: MOVEART INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME

Publicado por:
Neide Aparecida da Silva Freire
Código Identificador:F4588199

DIRETORIA DE CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº 098/2026

*PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA – **Processo licitatório nº 005/2026 - Pregão Eletrônico com Registro de Preços nº 001/2026 - Extrato da Ata de Registro de Preços** nº 098/2026 – **Contratante:** P C P G DE JESUS CNPJ: 57.693.866/0001-42 – **Objeto**:aquisição de mobiliário para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Pirapora/MG - VALOR TOTAL R$ 24.333,40 **(vinte e quatro mil e trezentos e trinta e três reais e quarenta centavos) - Vigência:** 1 (um) ano, a contar da data de publicação*
Contratante: MUNICÍPIO DE PIRAPORA
Contratada: P C P G DE JESUS

Publicado por:
Neide Aparecida da Silva Freire
Código Identificador:675C8C49

DIRETORIA DE CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº 099/2026

*PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA – **Processo licitatório nº 005/2026 - Pregão Eletrônico com Registro de Preços nº 001/2026 - Extrato da Ata de Registro de Preços** nº 099/2026 – **Contratante:** PÉROLA MOVEIS FABRICAÇÃO DE MOVEIS LTDA CNPJ: 36.580.941/0001-99 – **Objeto**:aquisição de mobiliário para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Pirapora/MG - VALOR TOTAL R$ 44,890,00 **(quarenta e quatro mil e oitocentos e noventa reais) - Vigência:** 1 (um) ano, a contar da data de publicação*
Contratante: MUNICÍPIO DE PIRAPORA
Contratada: PÉROLA MOVEIS FABRICAÇÃO DE MOVEIS LTDA

Publicado por:
Neide Aparecida da Silva Freire
Código Identificador:CAB7BBF8

DIRETORIA DE CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº 100/2026

*PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA – **Processo licitatório nº 005/2026 - Pregão Eletrônico com Registro de Preços nº 001/2026 - Extrato da Ata de Registro de Preços** nº 100/2026 – **Contratante:** PERSIMINAS DECOR LTDA, CNPJ: 59.240.824/0001-81 – **Objeto**:aquisição de mobiliário para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Pirapora/MG - VALOR TOTAL R$ 61.857,00 **(sessenta e um mil oitocentos cinquenta e sete reais) - Vigência:** 1 (um) ano, a contar da data de publicação*
Contratante: MUNICÍPIO DE PIRAPORA
Contratada: PERSIMINAS DECOR LTDA

Publicado por:
Neide Aparecida da Silva Freire
Código Identificador:73EE7E7F

DIRETORIA DE CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº 101/2026

*PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA – **Processo licitatório nº 005/2026 - Pregão Eletrônico com Registro de Preços nº 001/2026 - Extrato da Ata de Registro de Preços** nº 101/2026 – **Contratante:** RF REZENDE COMERCIO E SERVICOS LTDA –CNPJ Nº 47.854.165/0001 -94 – **Objeto**:aquisição de mobiliário para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Pirapora/MG - VALOR TOTAL R$ 73.744,00 **(setenta e três mil setecentos e quarenta e quatro reais) - Vigência:** 1 (um) ano, a contar da data de publicação*
Contratante: MUNICÍPIO DE PIRAPORA
Contratada: RF REZENDE COMERCIO E SERVICOS LTDA

Publicado por:
Neide Aparecida da Silva Freire
Código Identificador:C4ECE528

DIRETORIA DE CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº 102/2026

*PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA – **Processo licitatório nº 005/2026 - Pregão Eletrônico com Registro de Preços nº 001/2026 - Extrato da Ata de Registro de Preços** nº 102/2026 – **Contratante:** S & K INFORMÁTICA LTDA CNPJ: 03.655.629/0001-68 – **Objeto**:aquisição de mobiliário para atender as necessidades da*

Prefeitura Municipal de Pirapora/MG - VALOR TOTAL R$ 9.923,76 ***(nove mil novecentos e vinte e três reais e setenta e seis centavos)*** *-* ***Vigência:*** *1 (um) ano, a contar da data de publicação*
Contratante: MUNICÍPIO DE PIRAPORA
Contratada: S & K INFORMÁTICA LTDA

Publicado por:
Neide Aparecida da Silva Freire
Código Identificador:426C22BF

DIRETORIA DE CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº 103/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA – ***Processo licitatório nº 005/2026 - Pregão Eletrônico com Registro de Preços nº 001/2026 - Extrato da Ata de Registro de Preços*** *nº 103/2026* ***– Contratante:*** *VERTICE COMERCIO DE ARTIGOS DE PLASTICO LTDA, CNPJ Nº: 66.712.923/0001-84 –* ***Objeto****:aquisição de mobiliário para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Pirapora/MG - VALOR TOTAL R$ 50.036,58* ***(cinquenta mil trinta e seis reais e cinquenta e oito centavos)*** *-* ***Vigência:*** *1 (um) ano, a contar da data de publicação*
Contratante: MUNICÍPIO DE PIRAPORA
Contratada: VERTICE COMERCIO DE ARTIGOS DE PLASTICO LTDA

Publicado por:
Neide Aparecida da Silva Freire
Código Identificador:7EBEDB93

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO 073/2026 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO 073/2026 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Abre Crédito Suplementar na importancia de R$ 12.000,00 (doze mil reais) e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAPORA/MG, ALEXANDRO COSTA CESAR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal 2811/2025,

DECRETA:

Art 1. - Fica aberto Crédito Suplementar na importância de R$ 12.000,00 (doze mil reais) sob a seguinte classificação econômica e programática

3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO
3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO
0001 – AMORTIZAÇÃO PARCELAMENTO DE DÍVIDAS
3.3.9.0.91.00.00.00 – Sentenças Judiciais
15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7935) 9.000,00

3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO
3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO
0001 – AMORTIZAÇÃO PARCELAMENTO DE DÍVIDAS
3.3.9.0.93.00.00.00 – Indenizações e Restituições
15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7936) 3.000,00

_____
12.000,00

Art 2. - Para cobertura do Crédito aberto de acordo com o Art 1., será usado como recurso as seguintes reduções orçamentárias:

3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO
3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO
3090 – AMP. REAPARELHAMENTO SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA
4.4.9.0.52.00.00.00 – Equipamento e Material Permanente
15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7827) 2.000,00

3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO
3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO
3078 – CONSTR. AMPLIAÇÃO E REFORMA DE EDIF.
4.4.9.0.51.00.00.00 – Obras e Instalações
15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7891) 2.000,00

3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO
3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO
3091 – AMP. REF. REAPARELHAMENTO SISTEMA DE ÀGUA
4.4.9.0.51.00.00.00 – Obras e Instalações
15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7932) 4.000,00

3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO
3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO
9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA
3.3.9.0.30.00.00.00 – Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS
15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7941) 4.000,00

_____
12.000,00

Art 3. - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 31 de JULHO de 2026.

Pirapora/MG, 14 de agosto de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:E6673AC4

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA Nº 263/2026

PORTARIA Nº 263/2026

Nomeação para Cargos Efetivos por Concurso Público Edital 01/2023.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAPORA**, Alexandro Costa Cesar, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1.782/2005, e em especial pelos artigos 77, inciso XI e 125, II "a", ambos da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, em caráter efetivo e em virtude de aprovação em concurso público de que tratam o edital n° 01/2023, os candidatos relacionados no anexo I desta portaria, para respectivos cargos.

Art. 2º. O nomeado deverá tomar posse em até 15 dias (quinze) dias, contados da data de publicação desta portaria, devendo, para tanto, seguir as orientações constantes do edital 01/2023 e do ofício de convocação enviado ao endereço indicado quando da inscrição no concurso público, sob pena de ser tornada sem efeito a nomeação.

Art.**3º.** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Pirapora, 04 de agosto de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Prefeito Municipal

ANEXO I DA PORTARIA Nº 263/2026

ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO

• MARIA FERNANDA DA SILVA COSTA

• BIANCA APARECIDA MELO DE ALBUQUERQUE

• ELAINE APARECIDA SOARES DE BRITO CAMPOS

• ANGELICA BEATRIZ SILVA RODRIGUES

• GRACIELA MUNIZ NASCIMENTO

• FRANCIELLE DAS NEVES FERNANDES

MOTORISTA (OSP)

• EDUARDO MIRANDA SANTOS

• OZIEL PEREIRA DE QUIROZ

• AROLDO HERBERTH NEVES MACIEL

PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHES

• FABIANE APARECIDA DE SOUZA FERNANDES

• ALESSANDRA MAIA MORAES

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:6A0E3AE5

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA Nº 271/2026

Portaria Nº 271/2026

Exonera servidor efetivo a pedido.

O **Prefeito do Municipal,** no uso de suas atribuições conferidas pelos artigos 77, inciso XI e 125, II "a", ambos da Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Municipal nº 1.729/03,

Resolve:
Art. 1º. Conceder exoneração a pedido ao servidor efetivo, Fabrício dos Santos Silva – matrícula 15137 ocupante do cargo de MOTORISTA.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de Julho **de 2026**.

Pirapora, 16 de agosto de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:4500DAFE

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA Nº 272/2026

Portaria Nº 272/2026

Exonera servidor efetivo a pedido.

O **Prefeito do Municipal,** no uso de suas atribuições conferidas pelos artigos 77, inciso XI e 125, II "a", ambos da Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Municipal nº 1.729/03,

Resolve:
Art. 1º. Conceder exoneração a pedido à servidora efetiva, **Larissa Cardoso De Carvalho** – matrícula 15781 ocupante do cargo de Farmacêutico.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 27 de Julho **de 2026**.

Pirapora, 11 de agosto de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:E645E844

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA Nº 273/2026

Portaria Nº 273/2026

Exonera servidor efetivo a pedido.

O **Prefeito do Municipal,** no uso de suas atribuições conferidas pelos artigos 77, inciso XI e 125, II "a", ambos da Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Municipal nº 1.729/03,

Resolve:
Art. 1º. Conceder exoneração a pedido a servidor efetivo, **Luiz Gomes Do Carmo** – matrícula 16205 ocupante do cargo de PROFESSOR BILINGUE - LÍNGUA PORTUGUESA E LÍNGUA DE SINAIS - LIBRAS.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de Julho **de 2026**.

Pirapora, 11 de agosto de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:E2F63961

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA Nº 274/2026

Portaria Nº 274/2026

Exonera servidor efetivo a pedido.

O **Prefeito do Municipal,** no uso de suas atribuições conferidas pelos artigos 77, inciso XI e 125, II "a", ambos da Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Municipal nº 1.729/03,

Resolve:
Art. 1º. Conceder exoneração a pedido à servidora efetiva, **Necy Hanane De Sousa Almeida** – matrícula 15962 ocupante do cargo de Assistente Tecnico Administrativo.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de Julho **de 2026**.

Pirapora, 11 de agosto de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:D82BAD35

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA Nº 275/2026

Portaria Nº 275/2026

Exonera servidor efetivo a pedido.

O **Prefeito do Municipal,** no uso de suas atribuições conferidas pelos artigos 77, inciso XI e 125, II "a", ambos da Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Municipal nº 1.729/03,

Resolve:
Art. 1º. Conceder exoneração a pedido à servidora efetiva, **Tatiane Filomeno Da Silva** – matrícula 13216 ocupante do cargo de Assistente Tecnico Educacional - Magistério.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 30 de junho **de 2026**.

Pirapora, 11 de agosto de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:7D3DE664

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA Nº 276/2026

Portaria Nº 276/2026

"Concede licença sem vencimento a servidor efetivo".

O **Prefeito do Município de Pirapora,** Alexandro Costa Cesar, no uso de suas atribuições, especialmente aquela conferida pelo art. 125, II, "a" da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a Barbara Barbosa Martins**,** servidora efetiva no cargo de TEC N SUPERIOR-ESF II - matrícula nº 13.733, licença sem vencimento a pedido da servidora, no período de 08 de setembro de 2026 a 07 de setembro de 2029.
Art. 2º. A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse da administração.
Art.3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 08/09/2026.

Pirapora, 14 de agosto de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:E20CC1DE

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA Nº 278/2026

PORTARIA Nº 278/2026

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 01/2023, PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRAPORA/MG.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAPORA, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, com a Lei Municipal nº 2.479/2021, a Lei Municipal nº xxx/2026 e demais normas aplicáveis.

CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público, em razão de abertura de novos serviços públicos ofertados à população (CAPS's ADIII e Equipe de Atenção Primária Prisional-AEPP), que ocasionam demanda imediata de profissionais na Rede Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO a existência de candidatos aprovados no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2023, já homologado, que poderão suprir a necessidade temporária;

RESOLVE:
Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados no Concurso Público – Edital nº 01/2023, obedecida a ordem de classificação, para fins de contratação temporária nos cargos de:

MÉDICO CLÍNICO – CAPS

• RONALDO DE SOUSA SILVA JUNIOR

MÉDICO CLINICO GERAL

• IGOR DA SILVA PEREIRA

ODONTÓLOGO – ESF

• LEONILDO MARQUES BARBOSA

PSICOLOGO (ES)

• RENATO DO CARMO FREITAS

• FRANCIELE RODRIGUES MAGALHES SILVA

• KELBER CASTRO LOPES SILVA

ENFERMEIRO

• MATHEUS SIEGA NEPOMUCENO MATHEUS

• MARIA LUCIA JOSE DE CARVALHO

• KARINE MOREIRA JESUS

• JOSEMAR FERREIRA DE JESUS

• LAERCIO BARBOSA PINTO DE OLIVEIRA

ASSISTENTE SOCIAL

• VERISSIMO ANTONIO MENDES JUNIOR

• GEOVANNA RODRIGUES DOS SANTOS

• MARIA MARLEY ROCHA LEITE

FARMACÊUTICO

• LUCAS EMANUEL FREITAS PEREIRA

EDUCADOR FÍSICO

• BRENO HENRIQUE DE SOUZA ARAUJO

•LUCAS VASCONCELOS PAULINO

• TALES CALIXTO DE CARVALHO

• FRANCISCO JOSE OLIVEIRA CAIRES

TECNICO EM ENFERMAGEM (ATS)

• TATIANE DA CRUZ PEGO

• ANNE CRISTINA PINHEIRO DE DEUS

• RAIANE ALVES GUEDES DA SILVA

• WDHEMERSON CARDOS ARAUJO DO NASCIMENTO

• ROSAMIRIAM RODRIGUES DE SOUZA

• RIANE APARECIDA SOARES

• PATRICIA RAMOS DOS SANTOS

• DAYANA FERREIRA DE CARVALHO PEREIRA

• FERNANDA BRASIL SANTOS

• ADRIELE RODRIGUES PEREIRA

Art. 2º**.** A contratação ocorrerá exclusivamente em caráter temporário, pelo prazo de até **06 (seis) meses**, prorrogável nos termos da Lei, conforme necessidade da Administração, sem geração de vínculo efetivo ou direito à estabilidade.

Art. 3º. Os candidatos convocados deverão apresentar-se no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Pirapora, situado à Rua Antônio Nascimento, nº 274, Centro, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da publicação desta Portaria, munidos da documentação exigida no Edital de Convocação nº 002/2026.

Art. 4º. O não comparecimento do candidato dentro do prazo fixado implicará em renúncia à contratação temporária, sem prejuízo de sua classificação no concurso público vigente.

Art. 5º. Compete à Secretaria Municipal de Saúde e ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura adotar as medidas necessárias para a execução desta Portaria, inclusive o disposto no art. 4º, §2º da Lei 2479/2021.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pirapora/MG, 14 de agosto de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:930084FD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PITANGUI

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 193/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 193/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 215/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026

OBJETO: Ata de Registro de preços para aquisição de cones de sinalização viária com sapata, destinados ao atendimento das demandas da Defesa Civil do Município de Pitangui/MG.
ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Pitangui/MG – Prefeitura Municipal de Pitangui.
DETENTORA DA ATA: Souza e Amaral Esportes LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.176.661/0001-66
VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ 4.300,00
VIGÊNCIA: de 12 de agosto de 2026 a 11 de agosto de 2027.

Publicado por:
Pompeia Leao Caldas
Código Identificador:D33A9FAE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE POÇO FUNDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CREDENCIAMENTO 17-26

A Prefeitura Municipal de Poco Fundo, atraves do Departamento de Licitacoes, informa ao publico em geral que, encontra-se aberto o Processo Licitatorio n 166/2026, na modalidade Credenciamento n 17/2026, tendo como Objeto do proposto certame o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS PARA A PRESTACAO DE SERVICOS PARA REALIZACAO DE CONSULTAS COM ENDOCRINOLOGISTA PEDIATRICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS USUARIOS DO SUS DESTE MUNICIPIO, conforme descrito neste edital. A data para recebimento do envelope sera a partir de 24 de agosto de 2026, as 13:00 horas. O edital encontra-se no site http://pe.pocofundo.mg.gov.br.

PATRICIA S. C. ABRAHAO
Agente de Contratacao

Publicado por:
Patricia Sarkis Carneiro Abrahao
Código Identificador:1F72AF11

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE POUSO ALEGRE

SECRETARIA DE POLÍTICA SOCIAIS
RESULTADO PRELIMINAR EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026/SMPS/CMDPI

A Comissão Temática Temporária de Seleção de Projetos dos Editais de Chamamento Público do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, Resolução nº. 03/2026/CMDPI, **divulga o Resultado Preliminar do Edital de Chamamento Público nº 02/2026/SMPS/CMDPI**, que tem por objetivo a seleção de até 07 (sete) propostas de Organizações da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, constituídas na forma da Lei Federal nº. 13.019/14 e alterações, no ato da celebração da parceria inscrita junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI) de Pouso Alegre/MG, para a celebração de Termo de Fomento com o Município de Pouso Alegre, através da Secretaria Municipal de Políticas Sociais, para a execução, em regime de parceria, de projetos consistentes em atividades, projetos, programas e/ou ações que atuem para assegurar a proteção e atendimento voltados para a pessoa idosa no Município de Pouso Alegre/MG, que visem o protagonismo; a promoção do envelhecimento ativo; a prevenção e enfrentamento da violência; a promoção de acessibilidade, inclusão e reinserção social da pessoa idosa; pesquisas, estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da pessoa idosa; capacitação e formação profissional dos operadores do sistema de garantia dos direitos do idoso e outros profissionais na temática do envelhecimento, da geriatria e da gerontologia; desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da pessoa idosa; e fortalecimento do sistema de garantia dos direitos do idoso, com ênfase na mobilização social e na articulação para defesa dos direitos da pessoa idosa, conforme Lei Municipal nº. 6.235/2020 e Termo de Referência do Edital de Chamamento Público.

EIXO 1 – ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE IDOSOS

Proponente	CNPJ	Pontuação Total	Classificação
Congregação das Missionárias Filhas do Coração de Maria	42.481.770/0001-43	120	1º
Associação de Caridade de Pouso Alegre – Asilo Betânia da Providência	23.953.730/0002-93	114	2º
Asilo Nossa Senhora Auxiliadora	18.191.411/0001-77	107,5	3º

EIXO 2 – PROJETOS DE DEFESA E PROMOÇÃO DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Proponente	CNPJ	Pontuação Total	Classificação
Movimento Social São José Pró Tuberculosos	23.954.266/0001-79	120*	1º
Congregação das Irmãs Salesianas dos Sagrados Corações	04.834.065/0006-06	120*	2º
PROSSAN – Projeto Santo Antônio	05.369.990/0001-53	95	3º

As propostas foram classificadas de acordo com a pontuação obtida na avaliação realizada pela Comissão de Seleção, observados os critérios e procedimentos estabelecidos no Edital de Chamamento Público nº 02/2026/SMPS/CMDPI.
Conforme item 10.9.9 foram utilizados os critérios de desempate para propostas com a mesma pontuação. *
As informações adicionais acerca do processo seletivo, bem como o detalhamento das avaliações de cada item das propostas podem ser encontradas na ata de reunião de análise e julgamento.

Pouso Alegre, 18 de agosto de 2026.

ADRIANA BENEDITO SANTOS SILVA
AMARILDO BATISTA FERNANDES
ÉDINA APARECIDA FRANCISCO PERUGINI
SANDRA SUELI DOS SANTOS

Publicado por:
Laerte Henrique Piza
Código Identificador:2E8096A8

SECRETARIA DE TRANSPORTE E TRÂNSITO
PORTARIA Nº 03/2026/SMTT, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Determina a instauração de Sindicância Administrativa e designa membros para compor a comissão incumbida de apurar possíveis infrações funcionais cometidas.

O SECRETÁRIO DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE, Estado de Minas Gerais, Marcio Eli Barbosa Júnior, no uso das atribuições legais, em conformidade com o artigo 72, § 1º, alíneas "a" e "f", da Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de apurar possíveis irregularidades cometidas por servidor público municipal, em observância aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa;
CONSIDERANDO a **Comunicação Interna nº 03/2026-DepTran, de 10 de agosto de 2026**, que relata a ocorrência de sinistro de trânsito envolvendo agentes de trânsito municipal, no exercício de suas funções;
CONSIDERANDO a necessidade de apuração detalhada dos fatos para o devido esclarecimento e responsabilização, se for o caso;
CONSIDERANDO que a instauração do procedimento de averiguação é requisito para o acionamento do seguro do veículo oficial envolvido, conforme disposto nas cláusulas contratuais e editalícias;

RESOLVE:
Art. 1º Determinar a instauração de Sindicância Administrativa, em face dos servidores públicos municipais. Sr. **J.R.C**., matrícula funcional nº 6.912, Agente de Trânsito e **W.S.F**., matrícula funcional nº 14.375, Agente de Trânsito, lotados na Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes, para apurar possíveis condutas irregulares do servidores, que em tese, foram cometidas e caso haja necessidade, de aplicar a penalidade adequada, garantindo o atendimento aos Princípios Constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.
Art. 2º Designar para compor a Comissão de Sindicância Administrativa os seguintes servidores públicos municipais:
I - Presidente: Marcelo Rezende Moutinho, matrícula funcional sob o nº 18.981-1, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado na Procuradoria Geral do Município.
II – Membro: Jéssica Rezende Silva Ferreira, matrícula nº 17.774-1, Agente administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração.
III - Membro: Marcelo Luiz Garcia, matrícula nº 14310-1, Agente administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas.
Art. 3° O prazo para a conclusão da Sindicância Administrativa não excederá 30 (trinta) dias, **contados da data da instalação da comissão sindicante**, admitida a sua prorrogação por igual período, a critério da autoridade superior.
Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Pouso Alegre/MG, 18 de agosto de 2026.

MARCIO ELI BARBOSA JÚNIOR
Secretario Municipal de Trânsito e Transportes

Publicado por:
Ana Luiza Boson de Castro Ribeiro
Código Identificador:6B791725

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 72/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – Pregão Eletrônico para registro de preços nº 72/2026 – Objeto: Aquisição de materiais para área externa da piscina. A sessão pública será realizada no dia 02 de setembro de 2026 as 09h00min. O edital poderá ser consultado e obtido gratuitamente através do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br) e do site da Prefeitura (www.pousoalegre.mg.gov.br/licitacao). Informações: (35) 3112-2416 ou e-mail licitapamg@gmail.com. Gilbert Pereira Castro – Pregoeiro Municipal.

Pouso Alegre/MG, 18 de agosto de 2026.

Publicado por:
Cyntia Conceição Matoso
Código Identificador:2BCFDD6B

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 380/2025 - PREGÃO ELETRONICO Nº 62/2025

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG – Prorrogação contrato Nº 380/2025– PREGÃO ELETRONICO Nº 62/2025 – OBJETO: LOCAÇÃO DE VEICULOS AUTOMOTORES COM QULOMETRAGEM LIVRE, INCLUINDO SEGURO E MANUTENÇÃO. O contrato obriga-se a continuar por mais 12(doze) meses, com inicio em 12/08/2026 e termino previsto para 12/08/2027. CONTRATADA: SMART VEICULOS LTDA. Data assinatura: 12/08/2026. Dotação orçamentária: nº 02.009.0004.0122.0029.2050.3.3.90.39.00 – FICHA 618.

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:0A3AB9C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 386/2025 - PREGÃO ELETRONICO Nº 51/2025

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG – Prorrogação contrato Nº 386/2025– PREGÃO ELETRONICO Nº 51/2025 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR DE RESPONSABILIDADE DO MUNICIPIO. O contrato obriga-se a continuar por mais 12(doze) meses, com inicio em 29/08/2026 e termino previsto para 29/08/2027. CONTRATADA: SARTASA TURISMO LTDA. Data assinatura: 04/08/2026.
Dotação orçamentária:
nº 02.007.000.0012.0361.0027.2070.3.3.90.39.00 – FICHA 515 / 02.007.000.0012.0361.0027.2075.3.3.90.39.00 - FICHA 1441.

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:16DAA998

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
REAJUSTE CONTRATO Nº 233/2025 - PREGÃO ELETRONICO Nº 33/2025

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG – Termo de reajuste de preços CONTRATO nº 233/2026– PREGÃO EELETRONICO Nº 33/2025 – Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS MEDICOS HOSPITALARES DE USO

VETERINÁRIO. Contratada : ANIMALFORCE MEDICAMENTOS LTDA. Indice de reajuste 5,16%. Dotação orçamentária nº 002.018.0004.0122.0011.2121.3.3.90.30.00– ficha 1229. Data de assinatura: 11/08/2026.

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:1D2F13F8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PRATA

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO Nº 4518 DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

ALTERA O DECRETO Nº 4.395, DE 06 DE MAIO DE 2026 QUE "APROVA O CONDOMÍNIO FECHADO HABITACIONAL PORTAL DO CERRADO."

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA, Prefeito do Município de Prata/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e;
D E C R E T A:
Art. 1º. Fica alterado na sua integralidade a redação do Art. 04º do Decreto n. 4395 de 06 de maio de 2026, passando a vigorar da seguinte forma:

Art. 4º Como forma de garantia para execução das obras de infraestrutura, bem como acerca de defeitos que porventura venham a existir decorrentes de projetos, fabricação, solidez e segurança das infraestruturas executadas pela incorporadora,ficam caucionados as Quadras "B" Lotes 01;02;03;04;05;06;07;08;09;10;11 e a Quadra "C" Lotes 10;11;12 do Condomínio Fechado Habitacional Portal do Cerrado constituído de uma parte de terras matriculado sob o nº 15.826.

§ 1º A área caucionada não será objeto de comercialização até o Termo de Recebimento Final das Obras de infra-estruturas a ser emitido pelo Município, o após a conclusão das obras citadas no artigo 2º deste decreto, se concluídas no prazo menor que o previsto, mediante expedição de alvará;

§ 2º É do Município a responsabilidade de informar, através de profissional técnico, a Loteadora as infraestruturas que se apresentarem defeituosa para a devida correção e indicar o prazo necessário para sua correção.

Art. 2º. Fica alterado o **ANEXO I** do **Decreto n. 4395 de 06 de maio de 2026 - Termo de Garantia para a Execução de Obras de Infraestrutura** ao qual passará a vigorar na forma do **ANEXO** I do presente Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prata (MG), 18 de maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

ANEXO I - ***TERMO DE GARANTIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA***

Valor: R$ 1.968.963,52 (um milhão novecentos e sessenta e oito mil, novecentos e sessenta e três reais e cinquenta e dois centavos)
São partes:

I – EMPREENDIMENTO PORTAL DO CERRADO SPE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede estabelecida na cidade de Prata (MG), na Rua Jose Benjamim Guimarães, 466, Sala 08, Centro, inscrita no CNPJ nº 38.218.612/0001-28, neste ato representada por seu proprietário JEFFERSON VIEIRA DE CARVALHO; nacionalidade BRASILEIRO, Engenheiro de Produção, Casado, regime de bens Comunhão Parcial, nº do CPF 085.344.666-02, documento de identidade, MG - 15.510.198, SSP, MG, com domicílio / residência a ALAMEDA OTON FLEURY, número, 192, bairro / distrito JARDIM KARAIBA, município UBERLANDIA - MINAS GERAIS, CEP 38.411-212, nesta cidade e município de Prata (MG), aqui simplesmente denominado Outorgante **DEVEDOR** e,

II - MUNICÍPIO DE PRATA, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 18.260.505/0001-50, situado na Praça XV de Novembro, n.º 35, Centro, neste ato, devidamente representado pelo seu Prefeito Municipal MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA, brasileiro, casado, agente político, portador da Cédula de Identidade Civil n.º MG.14081990, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o n.º 079.142.526-62, residente e domiciliado nesta cidade e Comarca de Prata-MG, à Rua Mestre Olímpio, n.º 30, Centro, aqui simplesmente chamado Outorgado **CREDOR.**

CONSIDERANDO-SE QUE:

A Outorgante Devedor está promovendo a construção de um empreendimento no referido imóvel, onde será implantado um condomínio denominado **CONDOMÍNIO FECHADO HABITACIONAL PORTAL DO CERRADO,** constituído por 07 (sete) quadras denominadas de A a G, subdivididas em 116 (cento e dezesseis) unidades autônomas, cujo projeto foi apresentado à Prefeitura Municipal de Prata e já houve parecer prévio favorável à sua aprovação, uma vez que os outorgantes se comprometeram a executar todas as obras de infraestrutura do referido empreendimento, tal como definidas na LEI COMPLEMENTAR Nº 007,DE11 DE JUNHO DE 2018 do Município e alterações posteriores;

Que as obras e serviços de infraestrutura que serão executadas pelo outorgante **DEVEDOR,** seja implementado no período de 24 (vinte e quatro) meses, orçada no valor total de **R$ 1.968.963,52 (um milhão novecentos e sessenta e oito mil, novecentos e sessenta e três reais e cinquenta e dois centavos);**

Por este instrumento e na melhor forma de direito, deliberam constituir **GARANTIA DE EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA**, o que fazem mediante as cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA: O Outorgante Devedor assume a obrigação de promover a execução das obras e serviços de infraestrutura que serão executadas conforme PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CUSTO DA INFRAESTRUTURA DO CONDOMÍNIO no valor estimado de **R$ 1.968.963,52 (um milhão novecentos e sessenta e oito mil, novecentos e sessenta e três reais e cinquenta e dois centavos)** importância esta, da garantia a ser prestada ao MUNICÍPIO DE PRATA para assegurar a realização das obras de infraestrutura, área de recreação, área verde do aludido projeto.

CLÁUSULA SEGUNDA: De conformidade com o cronograma de execução já apresentado e aprovado pelo Município de Prata, as obras e os serviços de infraestrutura previstas no item anterior deverão estar concluídos em até 24 (vinte e quatro) meses, a contar desta data, prazo que poderá ou não ser prorrogado pelo Município de Prata, a critério exclusivamente seu, mediante requerimento e justificação apresentados pela outorgante;

CLÁUSULA TERCEIRA: Para garantir a execução das obras de infraestrutura, bem como acerca de defeitos que porventura venham a existir decorrentes de projetos, fabricação, solidez e segurança das infraestruturas executadas pela incorporadora,ficam caucionados as Quadras "B" Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e a Quadra "C" Lotes 10, 11, 12 do Condomínio Fechado Habitacional Portal do Cerrado constituído de uma parte de terras matriculado sob o nº 15.826.

CLÁUSULA QUARTA: O Município de Prata fica, desde já, autorizado a fiscalizar a execução das obras e serviços a cargo do outorgante, inclusive quanto à qualidade dos materiais empregados,

cabendo ao outorgante comunicar à Municipalidade o andamento das obras e a facilitar a realização das vistorias que forem por ela consideradas necessárias;

CLÁUSULA QUINTA: Caso as obras não sejam realizadas dentro do prazo definido neste instrumento, o MUNICIPIO DE PRATA poderá considerar vencida a garantia e executar as obras por sua conta, cobrando da outorgante os custos das mesmas, acrescidos de 10% (dez por cento), a título de administração, por meio administrativo ou judicial, este através de execução hipotecária;

CLÁUSULA SEXTA: Independente das ações previstas na clausula quinta, não concluídas as obras até o termino do prazo prevista na Clausula Segunda, será aplicado independente da nova prorrogação de prazo ou execução das garantias multa administrativa ao loteador no valor de até 20.000 UFM`s por descumprimento nos termos do Artigo 80 da Lei Complementar nº 07/2018.

CLÁUSULA SÉTIMA: Concluídas todas as obras e serviços de infraestrutura do condomínio e após a sua vistoria, aprovação e recebimento, o MUNICIPIO DE PRATA, a requerimento do outorgante devedor, liberará as garantias constituídas;

CLÁUSULA OITAVA: A Área Institucional referente aos **1821,74** m² avaliadas mediante estudo técnico e laudo de avaliação para efeito de disponibilização da área institucional a correspondente conversão em área, totalizando o valor de R$ 218.608,80 (duzentos e dezoito mil, seiscentos e oito reais e oitenta centavos) que serão revertidas em obras e matérias para a Construção de um ECOPONTO MUNICIPAL sob a supervisão e fiscalização da Secretaria Municipal de Obras, cujas obras devem ser concluídas em até 12 meses podendo ser prorrogada por mais 12 meses a critério da administração publica., ficando vinculada a liberação do Loteamento a execução das referidas obras.

CLÁUSULA NONA: O MUNICIPIO DE PRATA poderá, a seu critério, liberar parceladamente o loteamento, proporcionalmente à execução dos serviços e obras de infraestrutura previstos, mediante requerimento do outorgante devedor e após a competente vistoria;

CLÁUSULA DECIMA: A garantia constituída se considerará vencida e se tornará desde logo exigível, independentemente de qualquer aviso ou interpelação, não só na falta do cumprimento por parte do outorgante de qualquer das cláusulas ou condições do presente instrumento, como ainda nas seguintes hipóteses:
a) falta de pagamento, nas épocas devidas, dos impostos, taxas e contribuições que recaiam ou venham a recair sobre o imóvel ora hipotecado;
b) se contra o outorgante for movida qualquer ação judicial que possa afetar os direitos do **MUNICIPIO DE PRATA** ou de sua garantia;
c) em caso de falência da outorgante;
d) a outorgante devedora, por qualquer título, onerar ou gravar o imóvel ou gravar seus frutos e rendimentos, sem expressa anuência do MUNICIPIO DE PRATA;

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA: O foro deste contrato é o da situação do imóvel, ou seja, o da comarca de Prata (MG), para todas as questões oriundas desta hipoteca, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que seja;

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA: Fica a SRI da Comarca de Prata (MG), autorizada a proceder todos os registros, averbações e/ou cancelamentos que se fizerem necessários para possibilitar o registro do presente instrumento.
E, por estarem, assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento, dispensando-se as testemunhas instrumentárias.

Prata (MG), 18 de agosto de 2026.

EMPREENDIMENTO PORTAL DO CERRADO SPE LTDA
Outorgante Devedor

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Município de Prata
Outorgante Credor

Testemunhas:

Nome:_____
CPF:

Nome:_____
CPF:

Publicado por:
Lauriane Valeria Vieira Gomes
Código Identificador:35AD5B97

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO Nº 4518DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

ALTERA O DECRETO Nº 4.395, DE 06 DE MAIO DE 2026 QUE "APROVA O CONDOMÍNIO FECHADO HABITACIONAL PORTAL DO CERRADO."

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA, Prefeito do Município de Prata/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e;
D E C R E T A:
Art. 1º. Fica alterado na sua integralidade a redação do Art. 04º do Decreto n. 4395 de 06 de maio de 2026, passando a vigorar da seguinte forma:

Art. 4º Como forma de garantia para execução das obras de infraestrutura, bem como acerca de defeitos que porventura venham a existir decorrentes de projetos, fabricação, solidez e segurança das infraestruturas executadas pela incorporadora,ficam caucionados as Quadras "B" Lotes 01;02;03;04;05;06;07;08;09;10;11 e a Quadra "C" Lotes 10;11;12 do Condomínio Fechado Habitacional Portal do Cerrado constituído de uma parte de terras matriculado sob o nº 15.826.

§ 1º A área caucionada não será objeto de comercialização até o Termo de Recebimento Final das Obras de infra-estruturas a ser emitido pelo Município, o após a conclusão das obras citadas no artigo 2º deste decreto, se concluídas no prazo menor que o previsto, mediante expedição de alvará;

§ 2º É do Município a responsabilidade de informar, através de profissional técnico, a Loteadora as infraestruturas que se apresentarem defeituosa para a devida correção e indicar o prazo necessário para sua correção.

Art. 2º. Fica alterado o **ANEXO I** do **Decreto n. 4395 de 06 de maio de 2026 - Termo de Garantia para a Execução de Obras de Infraestrutura** ao qual passará a vigorar na forma do **ANEXO** I do presente Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prata (MG), 18 de maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

ANEXO I - ***TERMO DE GARANTIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA***

Valor: R$ 1.968.963,52 (um milhão novecentos e sessenta e oito mil, novecentos e sessenta e três reais e cinquenta e dois centavos)
São partes:

I – EMPREENDIMENTO PORTAL DO CERRADO SPE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede estabelecida na cidade de Prata (MG), na Rua Jose Benjamim Guimarães, 466, Sala 08, Centro, inscrita no CNPJ nº 38.218.612/0001-28, neste ato representada por

seu proprietário JEFFERSON VIEIRA DE CARVALHO; nacionalidade BRASILEIRO, Engenheiro de Produção, Casado, regime de bens Comunhão Parcial, nº do CPF 085.344.666-02, documento de identidade, MG - 15.510.198, SSP, MG, com domicílio / residência a ALAMEDA OTON FLEURY, número, 192, bairro / distrito JARDIM KARAIBA, município UBERLANDIA - MINAS GERAIS, CEP 38.411-212, nesta cidade e município de Prata (MG), aqui simplesmente denominado Outorgante **DEVEDOR** e,

II - MUNICÍPIO DE PRATA, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 18.260.505/0001-50, situado na Praça XV de Novembro, n.º 35, Centro, neste ato, devidamente representado pelo seu Prefeito Municipal MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA, brasileiro, casado, agente político, portador da Cédula de Identidade Civil n.º MG.14081990, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o n.º 079.142.526-62, residente e domiciliado nesta cidade e Comarca de Prata-MG, à Rua Mestre Olímpio, n.º 30, Centro, aqui simplesmente chamado Outorgado **CREDOR.**

CONSIDERANDO-SE QUE:

A Outorgante Devedor está promovendo a construção de um empreendimento no referido imóvel, onde será implantado um condomínio denominado **CONDOMÍNIO FECHADO HABITACIONAL PORTAL DO CERRADO,** constituído por 07 (sete) quadras denominadas de A a G, subdivididas em 116 (cento e dezesseis) unidades autônomas, cujo projeto foi apresentado à Prefeitura Municipal de Prata e já houve parecer prévio favorável à sua aprovação, uma vez que os outorgantes se comprometeram a executar todas as obras de infraestrutura do referido empreendimento, tal como definidas na LEI COMPLEMENTAR Nº 007,DE11 DE JUNHO DE 2018 do Município e alterações posteriores;

Que as obras e serviços de infraestrutura que serão executadas pelo outorgante **DEVEDOR,** seja implementado no período de 24 (vinte e quatro) meses, orçada no valor total de **R$ 1.968.963,52 (um milhão novecentos e sessenta e oito mil, novecentos e sessenta e três reais e cinquenta e dois centavos);**

Por este instrumento e na melhor forma de direito, deliberam constituir **GARANTIA DE EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA**, o que fazem mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O Outorgante Devedor assume a obrigação de promover a execução das obras e serviços de infraestrutura que serão executadas conforme PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CUSTO DA INFRAESTRUTURA DO CONDOMÍNIO no valor estimado de **R$ 1.968.963,52 (um milhão novecentos e sessenta e oito mil, novecentos e sessenta e três reais e cinquenta e dois centavos)** importância esta, da garantia a ser prestada ao MUNICÍPIO DE PRATA para assegurar a realização das obras de infraestrutura, área de recreação, área verde do aludido projeto.

CLÁUSULA SEGUNDA: De conformidade com o cronograma de execução já apresentado e aprovado pelo Município de Prata, as obras e os serviços de infraestrutura previstas no item anterior deverão estar concluídos em até 24 (vinte e quatro) meses, a contar desta data, prazo que poderá ou não ser prorrogado pelo Município de Prata, a critério exclusivamente seu, mediante requerimento e justificação apresentados pela outorgante;

CLÁUSULA TERCEIRA: Para garantir a execução das obras de infraestrutura, bem como acerca de defeitos que porventura venham a existir decorrentes de projetos, fabricação, solidez e segurança das infraestruturas executadas pela incorporadora,ficam caucionados as Quadras “B” Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e a Quadra “C” Lotes 10, 11, 12 do Condomínio Fechado Habitacional Portal do Cerrado constituído de uma parte de terras matriculado sob o nº 15.826.

CLÁUSULA QUARTA: O Município de Prata fica, desde já, autorizado a fiscalizar a execução das obras e serviços a cargo do outorgante, inclusive quanto à qualidade dos materiais empregados, cabendo ao outorgante comunicar à Municipalidade o andamento das obras e a facilitar a realização das vistorias que forem por ela consideradas necessárias;

CLÁUSULA QUINTA: Caso as obras não sejam realizadas dentro do prazo definido neste instrumento, o MUNICIPIO DE PRATA poderá considerar vencida a garantia e executar as obras por sua conta, cobrando da outorgante os custos das mesmas, acrescidos de 10% (dez por cento), a título de administração, por meio administrativo ou judicial, este através de execução hipotecária;

CLÁUSULA SEXTA: Independente das ações previstas na clausula quinta, não concluídas as obras até o termino do prazo prevista na Clausula Segunda, será aplicado independente da nova prorrogação de prazo ou execução das garantias multa administrativa ao loteador no valor de até 20.000 UFM`s por descumprimento nos termos do Artigo 80 da Lei Complementar nº 07/2018.

CLÁUSULA SÉTIMA: Concluídas todas as obras e serviços de infraestrutura do condomínio e após a sua vistoria, aprovação e recebimento, o MUNICIPIO DE PRATA, a requerimento do outorgante devedor, liberará as garantias constituídas;

CLÁUSULA OITAVA: A Área Institucional referente aos **1821,74** m² avaliadas mediante estudo técnico e laudo de avaliação para efeito de disponibilização da área institucional a correspondente conversão em área, totalizando o valor de R$ 218.608,80 (duzentos e dezoito mil, seiscentos e oito reais e oitenta centavos) que serão revertidas em obras e matérias para a Construção de um ECOPONTO MUNICIPAL sob a supervisão e fiscalização da Secretaria Municipal de Obras, cujas obras devem ser concluídas em até 12 meses podendo ser prorrogada por mais 12 meses a critério da administração publica., ficando vinculada a liberação do Loteamento a execução das referidas obras.

CLÁUSULA NONA: O MUNICIPIO DE PRATA poderá, a seu critério, liberar parceladamente o loteamento, proporcionalmente à execução dos serviços e obras de infraestrutura previstos, mediante requerimento do outorgante devedor e após a competente vistoria;

CLÁUSULA DECIMA: A garantia constituída se considerará vencida e se tornará desde logo exigível, independentemente de qualquer aviso ou interpelação, não só na falta do cumprimento por parte do outorgante de qualquer das cláusulas ou condições do presente instrumento, como ainda nas seguintes hipóteses:

a) falta de pagamento, nas épocas devidas, dos impostos, taxas e contribuições que recaiam ou venham a recair sobre o imóvel ora hipotecado;

b) se contra o outorgante for movida qualquer ação judicial que possa afetar os direitos do **MUNICIPIO DE PRATA** ou de sua garantia;

c) em caso de falência da outorgante;

d) a outorgante devedora, por qualquer título, onerar ou gravar o imóvel ou gravar seus frutos e rendimentos, sem expressa anuência do MUNICIPIO DE PRATA;

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA: O foro deste contrato é o da situação do imóvel, ou seja, o da comarca de Prata (MG), para todas as questões oriundas desta hipoteca, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que seja;

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA: Fica a SRI da Comarca de Prata (MG), autorizada a proceder todos os registros, averbações e/ou cancelamentos que se fizerem necessários para possibilitar o registro do presente instrumento.

E, por estarem, assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento, dispensando-se as testemunhas instrumentárias.

Prata (MG), 18 de agosto de 2026.

EMPREENDIMENTO PORTAL DO CERRADO SPE LTDA
Outorgante Devedor

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Município de Prata
Outorgante Credor

Testemunhas:

Nome:_____
CPF:

Nome:_____
CPF:

Publicado por:
Lauriane Valeria Vieira Gomes
Código Identificador:6236EE65

ASSESSORIA JURÍDICA
ERRATA AO EDITAL DE SELEÇÃO DE BENEFICIÁRIOS Nº 02/2026 – VAGAS REMANESCENTES – PROGRAMA SOCIAL BOLSA APRENDIZAGEM PROFISSIONAL

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO do Município de Prata, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, torna pública a presente **ERRATA** ao Edital nº 02/2026 – Programa Social Bolsa Aprendizagem Profissional – Vagas Remanescentes, publicado em 31/07/2026, para promover a prorrogação do prazo para realização das inscrições, nos seguintes termos:

1 – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INSCRIÇÕES
Fica**prorrogado o prazo para realização das inscrições**previsto no Edital nº 02/2026, passando o período de inscrições a ser:

Onde se lê:
"Os interessados em participar do Programa Social Bolsa Aprendizagem Profissional deverão entregar o seu requerimento e documentação comprobatória para o seguinte endereço, no seguinte período:
Período: De 10 de agosto a 18 de agosto de 2026 das 07h30 às 11 e das 13h às 16h30. Endereço: Rua Presidente Antônio Carlos, n° 185 – Centro."

Leia-se:
"Os interessados em participar do Programa Social Bolsa Aprendizagem Profissional deverão entregar o seu requerimento e documentação comprobatória para o seguinte endereço, no seguinte período:
Período: De 10 de agosto a 21 de agosto de 2026 das 07h30 às 11 e das 13h às 16h30. Endereço: Rua Presidente Antônio Carlos, n° 185 – Centro."

2 – DA JUSTIFICATIVA
A presente prorrogação tem por finalidade**assegurar maior oportunidade de participação aos estudantes que atendam aos requisitos estabelecidos no Edital nº 02/2026**, considerando a existência de vagas remanescentes no Programa Social Bolsa Aprendizagem Profissional.

3 – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem**inalteradas e ratificadas todas as demais disposições do Edital nº 02/2026**que não tenham sido expressamente modificadas por esta Errata.
Esta Errata passa a integrar o Edital nº 02/2026 para todos os fins de direito.

Prata/MG, 18 de agosto de 2026.

POLLIANA OLIVEIRA TANNUS BERNARDES
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Bruna Silva Ferreira Nunes
Código Identificador:1D617FE5

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE 032/2026 TERMO DE FOMENTO 045/2026.

O Município de Prata/MG torna pública a justificativa de inexigibilidade de chamamento público referente à celebração de parceria com a Organização da Sociedade Civil **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E FOLCLORE DA CIA UNIDOS DOS REIS DE Nª SRA APARECIDA DE PRATA CNPJ nº 10.238.652/0001-12**
Objeto: Repasse de recursos financeiros oriundos de Emenda Impositiva, destinados à execução do plano de trabalho da entidade beneficiária, visando à realização de atividades de interesse público e social, mediante a aquisição de gêneros alimentícios, reforma e adequação do espaço interno da entidade, reforma do cômodo destinado à guarda de instrumentos musicais e pintura do barracão, bem como à contratação de serviços contábeis e pagamento de despesas relacionadas à manutenção e execução das atividades institucionais, conforme cronograma de execução e plano de aplicação dos recursos.
Valor: R$ 45.003,85 (quarenta e cinco mil, três reais e oitenta e cinco centavos)
A inexigibilidade fundamenta-se na **inviabilidade de competição**, nos termos do **art. 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014**, tendo em vista tratar-se de entidade **única no Município com atuação específica no objeto da parceria**, apta a executar as atividades propostas.
Nos termos do **art. 32 da Lei Federal nº 13.019/2014**, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para impugnação.

Prata/MG, 18 de agosto de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samara Aissa Silva
Código Identificador:A1199D65

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI COMPLEMENTAR N.º 011 DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

"*ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N°02/2014, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014*, DISPÕE SOBRE O QUADRO DE PESSOAL, O PLANO DE CARGOS, SALÁRIOS E CARREIRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATA*"*

O Povo do Município de Prata, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Fica alterado o número de vagas dos seguintes cargos na estrutura administrativa da Prefeitura do Prata/MG estabelecidos no Anexo II, Tabelas I, II - Cargos da Gestão da Saúde da Lei Complementar n°02/2014, de 25 de fevereiro de 2014:

TABELA I - CARGOS DA GESTÃO ADMINISTRATIVO

Cargo	Nº. Vagas Existentes	Nº. Vagas Novas	Nº. Vagas Total
Nutricionista	5	1	6

TABELA II - CARGOS DA GESTÃO DA SAÚDE

Cargo	Nº. Vagas Existentes	Nº. Vagas Novas	Nº. Vagas Total
Técnico em Enfermagem	70	12	82

Art. 2º Fica criado o cargo no quadro de servidores do Município,Enfermeiro II no total de 05 (cinco) vagas que passam a fazer parte dos Anexos I, II e III da Lei Complementar n° 02/2014, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014 "DISPÕE SOBRE O QUADRO DE PESSOAL, O PLANO DE CARGOS, SALÁRIOS E CARREIRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATA nos seguintes termos:
TABELA II - CARGOS DA GESTÃO DA SAÚDE

DENOMINAÇÃO	Carga Horária	Nº de Cargos	Nº Cargos Novos	Nº Cargos Total	VALOR INICIAL
Enfermeiro II	40		05	05	R$ 7.438,24

Art. 3º Fica criada as atribuições do Cargo de Enfermeiro II a que passa a fazer parte do Anexo III da Lei Complementar n° 02/2014, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014 "DISPÕE SOBRE O QUADRO DE PESSOAL, O PLANO DE CARGOS, SALÁRIOS E CARREIRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATA nos seguintes termos:
CARGO: Enfermeiro II
REQUISITO: Conclusão de Curso Superior de acordo com a denominação do Cargo e Registro no respectivo Conselho Regional
HABILITAÇÃO ESPECÍFICA: Conclusão do Curso Superior em Enfermagem e Registro no Conselho Regional de Enfermagem.
ATRIBUIÇÕES: Executar a supervisão e coordenação da equipe de auxiliares de enfermagem, avaliando os serviços prestados; Desenvolver treinamentos e reciclagem; Efetuar consultas de enfermagem como: avaliação das condições físicas e psíquicas do paciente, elaborando diagnóstico e tratamento dos casos evidenciados, verificando as dúvidas com o médico; Desenvolver o programa de saúde da mulher, fornecendo orientação sobre planejamento familiar, orientação das gestantes sobre os cuidados na gravidez, a importância do pré-natal, etc, Efetuar trabalho com crianças para prevenção da desnutrição, desenvolvendo programa de suplementação alimentar; Executar programas de prevenção de doenças em adultos, identificação e controle de doenças, como diabetes e a hipertensão; Desenvolver programas com adolescentes, tais como: trabalho de integração familiar, educação sexual, prevenção de drogas, etc, Efetuar o controle de boletins de produtividade e quanto ao número de exames e consultas, avaliando a quantidade e qualidade de trabalho; Avaliar a qualidade técnica do serviço de enfermagem, orientando e supervisionando os trabalhos; Participar de reuniões de caráter administrativo e de reuniões de caráter técnico de enfermagem, visando o aperfeiçoamento dos serviços prestados; Executar outras tarefas correlatas, que lhe forem atribuídas pelo superior imediato; Executar outras atividades correlatas que lhes foram atribuídas.
Art. 4º Fica incluído no artigo 06º, inciso II da Lei Complementar n° 02/2014, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014 "DISPÕE SOBRE O QUADRO DE PESSOAL, O PLANO DE CARGOS, SALÁRIOS E CARREIRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATA o cargo de Enfermeiro II, nos seguintes termos:
II - Gestão da Saúde:
40. Enfermeiro II
Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das Dotações Orçamentárias específicas.
Art. 6º Caso não existam aprovados em certame para ingresso no serviço público, fica o Chefe do Executivo autorizado a contratar mediante contrato administrativo, o servidor para ocupar a vaga ora acrescida, por tempo determinado, até realização do concurso público.
Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prata-MG, 18 de agosto de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lauriane Valeria Vieira Gomes
Código Identificador:9CEBF609

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI N.º 3.078 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO, NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Câmara Municipal de Prata, Estado de Minas Gerais, aprova, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização (PMA), no âmbito do município do Prata, que tratará do acompanhamento do Ciclo de Alfabetização (1º e 2º anos do ensino fundamental), em conformidade com a Política Nacional de Alfabetização.
Parágrafo único.A PMA implementará ações voltadas à promoção da alfabetização baseada em evidências científicas, com a finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização no território municipal e combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional, no âmbito das diferentes etapas e modalidades da educação básica e da educação não formal.
CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES
Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:
- alfabetização - desenvolvimento das habilidades de leitura, compreensão e produção autônoma da escrita em um sistema alfabético;
- analfabetismo absoluto - condição daquele que não sabe ler nem escrever;
- analfabetismo funcional - condição daquele que possui habilidades limitadas de leitura e de compreensão de texto;
- consciência fonêmica - conhecimento consciente das menores unidades fonológicas da fala e a habilidade de manipulá-las intencionalmente;
- consciência fonológica - conhecimento consciente dos sons das palavras, dissociando-as do seu significado e de segmentar as palavras nos sons que as constituem, no caso, as sílabas;
- fluência em leitura oral - capacidade de ler com precisão, velocidade e prosódia;
- literacia - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a prática social da leitura, da escrita e da oralidade (letramento);
- literacia familiar - conjunto de práticas e experiências de letramento manifestadas no ambiente familiar;
- literacia emergente - conjunto de práticas e experiências de letramento que se manifestam naturalmente antes da escolarização formal;
- numeracia - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a matemática que trabalham, estimulam e estruturam o raciocínio lógico;
- educação não formal - designação dos processos de ensino e aprendizagem que ocorrem fora dos sistemas regulares de ensino; e multiletramento - prática de leitura e produção de textos construídos a partir de diferentes linguagens (sonoras, visuais, escritas, corporais e digitais) e que, por isso, exigem letramentos diversificados.
CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS
Art. 3º São princípios da Política Municipal de Alfabetização:
- integração e cooperação entre os entes federativos, respeitado o disposto no § 1º do art. 211 da Constituição;
- adesão voluntária a programas e ações do Ministério da Educação;
- fundamentação de programas e ações voltadas à alfabetização no âmbito da rede municipal de ensino;
- ênfase no ensino de seis componentes essenciais para a alfabetização:
a) consciência fonêmica e fonológica;
b) fluência em leitura oral;
c) desenvolvimento de vocabulário;
d) compreensão de textos;
e) produção autônoma de texto;
f) prática social da leitura e da escrita;
g) aquisição da estrutura ortográfica e das notações léxicas.
- adoção de referenciais de políticas públicas exitosas voltadas à alfabetização e ao letramento, nacionais e internacionais, baseadas em evidências científicas;
- integração entre as práticas pedagógicas de literacia, numeracia e multiletramentos;
- reconhecimento de que o desenvolvimento integral da criança pressupõe a inter-relação e a interdependência dos domínios físico, socioemocional, cognitivo e cultural da linguagem, da literacia e da numeracia;
- aprendizagem da leitura, da escrita e da matemática como instrumento de superação de vulnerabilidades sociais e condição para o exercício pleno da cidadania;
- igualdade de oportunidades educacionais;
- reconhecimento da prática social como um dos agentes potencializadores do processo de alfabetização;
XI - valorização e desenvolvimento de programas de formação continuada de professores alfabetizadores.
Art. 4º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
- elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem no âmbito da alfabetização, da literacia e da numeracia, sobretudo nos primeiros

anos do ensino fundamental, por meio de abordagens cientificamente fundamentadas;
- contribuir para a consecução das Metas 5 e 9 do Plano Nacional de Educação de que trata o Anexo à Lei nº 13.005/2014;
– executar as diretrizes previstas na Lei nº 810/2022, que aprova a revisão do Plano Municipal de Educação com ênfase nas metas de alfabetização;
- implementar programas e ações voltadas à alfabetização no âmbito da rede municipal de ensino;
- assegurar o direito à alfabetização a fim de promover a cidadania e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do município de Cardoso Moreira;
- oportunizar o oferecimento de tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, à organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades tradicionais;
- fomentar as tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, segundo as diversas abordagens metodológicas;
- fomentar pesquisas voltadas ao desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação;
- selecionar e ampliar a aquisição de tecnologias educacionais para a alfabetização de estudantes, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos;
- promover ações que visem a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal;
- impactar positivamente a aprendizagem no decorrer de toda a trajetória educacional, em suas diferentes etapas e níveis;
- promover o estudo, a divulgação e a aplicação do conhecimento científico sobre literacia, alfabetização e numeracia;
- incentivar a produção e publicação de estudos científicos a partir de trabalho de estudo de caso e desenvolvimento de metodologias e estratégias de alfabetização inovadoras;
- divulgar as experiências e produções em alfabetização e letramento desenvolvidas nas salas de aula;
- assegurar, na Proposta Curricular Municipal, os processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças estudantes;
- garantir, na Proposta Curricular Municipal, a alfabetização de crianças estudantes do campo, com a produção de materiais didáticos específicos, além de desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna;
- promover, semestralmente, a avaliação da alfabetização dos estudantes, bem como estimular as escolas a criarem os respectivos instrumentos de monitoramento e avaliação, considerando a realidade de cada comunidade escolar, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todas os estudantes até o final do segundo ano do ensino fundamental;
- implementar ações de alfabetização de jovens, adultos(as) e idosos(as), com garantia de continuidade da escolarização básica.

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES

Art. 5º Constituem diretrizes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização:
I - priorização da alfabetização no primeiro ano do ensino fundamental;
II - incentivo a práticas de ensino para o desenvolvimento da linguagem oral e da literacia emergente na educação infantil;
III - integração de práticas motoras, musicalização, expressão dramática e outras formas artísticas ao desenvolvimento de habilidades fundamentais para a alfabetização;
IV - participação das famílias no processo de alfabetização por meio de ações de cooperação e integração entre a comunidade escolar;
V - estímulo aos hábitos de leitura e escrita e à apreciação literária por meio de ações que os
integrem à prática cotidiana das famílias, escolas, bibliotecas e de outras instituições educacionais, com vistas à formação de uma educação literária;
VI - respeito e suporte às particularidades da alfabetização nas diferentes modalidades especializadas de educação;
VII - incentivo à identificação precoce de dificuldades de aprendizagem de leitura, de escrita e de matemática, inclusive dos transtornos específicos de aprendizagem;
VIII - valorização do professor da educação infantil e do professor alfabetizador.

CAPÍTULO IV
DO PÚBLICO-ALVO

Art. 6º A Política Municipal de Alfabetização tem por público-alvo:
I - crianças na primeira infância;
II - alunos dos anos iniciais do ensino fundamental;
III - alunos dos anos finais do ensino fundamental que apresentam níveis insatisfatórios de alfabetização;
IV - alunos da educação de jovens e adultos;
VI - alunos das modalidades especializadas de educação.
Parágrafo único. São beneficiários prioritários da Política Municipal de Alfabetização os grupos a que se referem os incisos I e II do caput.
Art. 7º São agentes envolvidos na Política Municipal de Alfabetização:
I - professores da educação infantil;
II - professores atuantes nas turmas de primeiro e segundo ano do ensino fundamental;
III - professores das diferentes modalidades especializadas de educação;
IV - demais professores da rede de ensino
V – Equipe escolar;
VI – dirigente da rede públicas de ensino;
VII - instituições de ensino;
VIII – famílias;
IX – Equipe multiprofissional;

CAPÍTULO V
DA IMPLEMENTAÇÃO

Art. 8º A Política Municipal de Alfabetização será implementada por meio de programas e ações que incluam:
I - orientações curriculares e estabelecimento de metas claras e objetivas para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental;
II - capacitação de professores de educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental e educação de jovens e adultos voltada para a alfabetização e letramento;
III - seleção e/ou produção de materiais didático-pedagógicos cientificamente fundamentados para a alfabetização, literacia e numeracia, com promoção de capacitação de professores para o uso desses materiais;
IV - recuperação para alunos que não tenham sido plenamente alfabetizados nos anos iniciais do ensino fundamental ou que apresentem dificuldades de aprendizagem de leitura, escrita e matemática;
V - promoção de práticas de literacia familiar;
VI - seleção e/ou produção de materiais didático-pedagógicos específicos para a alfabetização de jovens e adultos da educação formal e da educação não formal;
VII - produção e disseminação de sínteses de evidências científicas e de boas práticas de alfabetização, de literacia e de numeracia;
VIII - ênfase no ensino de conhecimentos linguísticos e de metodologia de ensino de língua portuguesa e matemática em programas de formação continuada de professores da educação infantil e de professores dos anos iniciais do ensino fundamental;
IX - promoção de mecanismos de certificação de professores alfabetizadores;
X - difusão de recursos educacionais, preferencialmente com licenças autorais abertas, para ensino e aprendizagem de leitura, de escrita e de matemática;
XI - incentivo à produção e à edição de livros de literatura para diferentes níveis de literacia;

XII - formação de gestores educacionais para dar suporte pedagógico aos professores alfabetizadores da educação infantil, aos professores do ensino fundamental e aos alunos;
XIII - incentivo à elaboração e à validação de instrumentos de avaliação e diagnóstico interno;
XIV - elaboração, organização e aplicação de avaliação externa de larga escala nas turmas de primeiro a segundo ano do ensino fundamental em unidades municipais de ensino;
XV - incentivo à organização de Programa de Apoio à Alfabetização;
XVI - incentivo à aplicação de avaliação externa de larga escala em unidades públicas e privadas do município do Prata;
Art. 9º Os estudantes do 1º ano do Ensino Fundamental utilizarão material didático específico para alfabetização, selecionado ou elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, alinhado ao currículo da rede e às habilidades previstas para a etapa de ensino.
Art. 10. Fica instituído o Comitê Municipal de Governança da Alfabetização, de caráter consultivo e de acompanhamento.
§1º O Comitê será regulamentado por Portaria da Secretaria Municipal de Educação.
§2º O Comitê terá representantes, dentre outros:
I - 2 professores alfabetizadores, sendo um do primeiro e, outro, do segundo ano do ensino fundamental;
II - 2 professores atuantes nas turmas de Pré-Escola em instituições públicas;
III - 2 supervisores escolares;
IV - 2 técnicos de educação da Secretaria Municipal de Educação;
V - 2 gestores de unidades escolares;
Art. 11. Compete ao Comitê:
I – acompanhar a implementação da Política Municipal;
II – monitorar indicadores;
III – propor aperfeiçoamentos;
IV – elaborar relatórios anuais.
Parágrafo único. O Comitê Municipal de Governança da Alfabetização atuará conforme regimento próprio com ações alinhadas à Secretaria Municipal de Educação do Prata.

CAPÍTULO VI
DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
Art. 12. Constituem mecanismos de monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização:
I - monitoramento e avaliação de eficiência, eficácia e efetividade de programas e ações implementados por meio de instrumentos criados pelo Comitê Municipal de Governança da Alfabetização;
II - incentivo à difusão tempestiva de análises devolutivas de avaliações externas e ao seu uso nos processos de ensino e de aprendizagem;
III - desenvolvimento de indicadores municipais para avaliar a eficácia escolar na alfabetização, que priorizem a fluência em leitura oral e proficiência em escrita e matemática;
IV - incentivo ao desenvolvimento de pesquisas acadêmicas para avaliar programas e ações desta Política.
Art. 13. O monitoramento da Política Municipal de Alfabetização será realizado pela Secretaria Municipal de Educação mediante:
I – análise dos resultados das avaliações diagnósticas e processuais;
II – acompanhamento dos indicadores de aprendizagem;
III - da Avaliação da Fluência em Leitura;
IV - das Avaliações do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública – SIMAVE;
V - dos indicadores do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
VI – observação das práticas pedagógicas;
VII – reuniões técnicas com gestores e professores;
VIII – utilização dos dados registrados na plataforma digital.
Art. 14. A Secretaria Municipal de Educação adotará plataforma digital específica para o lançamento, sistematização, acompanhamento e análise dos resultados das avaliações, possibilitando o monitoramento contínuo do desempenho dos estudantes, das turmas, das escolas e da rede municipal de ensino.
Art. 15. A avaliação da Política Municipal de Alfabetização será realizada anualmente, considerando:
I – indicadores de alfabetização;
II – evolução da aprendizagem dos estudantes;
III – desempenho das unidades escolares;
IV – resultados das avaliações internas e externas;
V – efetividade das ações de formação continuada.
Art. 16. Os resultados deverão subsidiar:
I – o planejamento anual do Município;
II – os planos de ação das escolas;
III – as formações continuadas;
IV – a recomposição das aprendizagens;
V – a revisão das metas municipais.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 17. Compete à Secretaria Municipal de Educação a coordenação estratégica dos programas e das ações decorrentes desta Política Municipal de Alfabetização.
Art. 18. A colaboração das redes pertencentes ao Sistema Municipal de Educação, na Política Municipal de Alfabetização, dar-se-á por meio de adesão voluntária, na forma a ser definida em instrumentos específicos dos respectivos programas e ações do Ministério da Educação e próprias da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 19. Compete à Secretaria Municipal de Educação, juntamente ao Conselho Municipal de Educação, acompanhar e monitorar a execução desta Política Municipal de Alfabetização.
Art. 20. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal do Prata-MG

Publicado por:
Lauriane Valeria Vieira Gomes
Código Identificador:7FF45A6E

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 479/2026

DESIGNA PARA O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

O Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha, Prefeito Municipal de Prata, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal, e conforme disposto na Lei Complementar nº 002/2021, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Prata.

RESOLVE:
Art. 1º - Designar a Sra. MARIVONE VIANA SILVÉRIO ocupante do cargo de OFICIAL ADMINISTRATIVA **,** para exercer interinamente as funções inerentes ao cargo de **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS INTERINA,** percebendo vencimento do cargo referente ao período de **01/09/2026 a 30/09/2026** em substituição a Sra.LUANNY CARLA CARDOSO SILVA que se encontrará em gozo de suas férias regulamentares.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos em 01/09/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, em 18 de agosto de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samara Aissa Silva
Código Identificador:E5963F37

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 480/2026

EXONERA E DECLARA VAGO CARGO PÚBLICO QUE MENCIONA.

O Prefeito do Município de Prata, Estado de Minas Gerais no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no art. 58, inciso I da Lei Complementar nº 002/2006, de 31 de janeiro de 2006 e Art. 82, Inciso II, Letra “a” da Lei Orgânica do Município de Prata-MG.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a partir de **01/09/2026 a Sra. SILVANIRA DA SILVA SANTOS** servidor público ocupante do cargo efetivo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.**

Art. 2º - *Declarar vago*, a partir de 01/09/2026 nos termos do inciso I, do art. 58, da Lei Complementar nº 002, de 31 de janeiro de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Prata-MG, o cargo efetivo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE** ocupado por **SILVANIRA DA SILVA SANTOS** em virtude de sua exoneração.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Prata, em 18 de agosto de 2026

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samara Aissa Silva
Código Identificador:8327928C

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 481/2026

EXONERA E DECLARA VAGO CARGO PÚBLICO QUE MENCIONA.

O Prefeito do Município de Prata, Estado de Minas Gerais no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no art. 58, inciso I da Lei Complementar nº 002/2006, de 31 de janeiro de 2006 e Art. 82, Inciso II, Letra "a" da Lei Orgânica do Município de Prata-MG.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a partir de **01/09/2026 o Sr. BENEDITO DE ASSIS JUNQUEIRA COSTA** servidor público ocupante do cargo efetivo de **VIGIA.**

Art. 2º - *Declarar vago*, a partir de 01/09/2026 nos termos do inciso I, do art. 58, da Lei Complementar nº 002, de 31 de janeiro de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Prata-MG, o cargo efetivo de **VIGIA** ocupado por **BENEDITO DE ASSIS JUNQUEIRA COSTA** em virtude de sua exoneração.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos em 01/09/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, em 18 de agosto de 2026

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samara Aissa Silva
Código Identificador:91857ABE

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 482/2026

EXONERA E DECLARA VAGO CARGO PÚBLICO QUE MENCIONA.

O Prefeito do Município de Prata, Estado de Minas Gerais no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no art. 58, inciso I da Lei Complementar nº 002/2006, de 31 de janeiro de 2006 e Art. 82, Inciso II, Letra "a" da Lei Orgânica do Município de Prata-MG.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a partir de **01/09/2026 o Sr. NILTON NATAL DE CARVALHO** servidor público ocupante do cargo efetivo de **MOTORISTA CATEGORIA D.**

Art. 2º - *Declarar vago*, a partir de 01/09/2026 nos termos do inciso I, do art. 58, da Lei Complementar nº 002, de 31 de janeiro de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Prata-MG, o cargo efetivo de **MOTORISTA CATEGORIA D** ocupado por **NILTON NATAL DE CARVALHO** em virtude de sua exoneração.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos em 01/09/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, em 18 de agosto de 2026

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samara Aissa Silva
Código Identificador:AA02F154

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 483/2026

EXONERA E DECLARA VAGO CARGO PÚBLICO QUE MENCIONA.

O Prefeito do Município de Prata, Estado de Minas Gerais no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no art. 58, inciso I da Lei Complementar nº 002/2006, de 31 de janeiro de 2006 e Art. 82, Inciso II, Letra "a" da Lei Orgânica do Município de Prata-MG.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a partir de **01/09/2026 o Sr. ABADIO LIMA NOGUEIRA** servidor público ocupante do cargo efetivo de **OPERÁRIO.**

Art. 2º - *Declarar vago*, a partir de 01/09/2026 nos termos do inciso I, do art. 58, da Lei Complementar nº 002, de 31 de janeiro de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Prata-MG, o cargo efetivo de **OPERÁRIO** ocupado por **ABADIO LIMA NOGUEIRA** em virtude de sua exoneração.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos em 01/09/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, em 18 de agosto de 2026

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samara Aissa Silva
Código Identificador:E5A5B219

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 484/2026

EXONERA E DECLARA VAGO CARGO PÚBLICO QUE MENCIONA.

O Prefeito do Município de Prata, Estado de Minas Gerais no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no art. 58, inciso I da Lei Complementar nº 002/2006, de 31 de janeiro de 2006 e Art. 82, Inciso II, Letra "a" da Lei Orgânica do Município de Prata-MG.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a partir de **03/08/2026 o Sr. HELI LOPES PIRES JUNIOR** servidor público ocupante do cargo efetivo de **AGENTE DE INSPEÇÃO SANITÁRIA.**

Art. 2º - *Declarar vago*, a partir de 03/08/2026 nos termos do inciso I, do art. 58, da Lei Complementar nº 002, de 31 de janeiro de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Prata-MG, o cargo efetivo de **AGENTE DE INSPEÇÃO SANITÁRIA** ocupado por **HELI PIRES JUNIOR** em virtude de sua exoneração.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos em 03/08/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, em 18 de agosto de 2026

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samara Aissa Silva
Código Identificador:D1940CC8

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 485/2026

NOMEIA CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Prata, Estado de Minas, no uso de suas atribuições legais, e considerando a homologação do resultado final de candidatos aprovados no concurso público n. 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os candidatos aprovados em concurso público, abaixo discriminados para proverem o seguinte cargo:

AGENTE INSPEÇÃO SANITÁRIA

ANTÔNIO CARLOS DA SILVA

Art. 2º - A posse dos candidatos aprovados e nomeados no art. 1º ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação deste ato de provimento (Art. 35 § 1º do Estatuto dos Servidores Público do Município de Prata).

Art. 3º - No ato da posse o candidato deve apresentar toda a documentação exigida no item 8.3 do Edital de Concurso nº 001/2022, declaração pública de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função publica (art. 35 § 3º da Lei Complementar n. 002/2006, de 31 de janeiro de 2006).

§ 1º - O candidato será submetido, para efeito de posse, a exame médico oficial conforme item 8.3.1 do edital.

§ 2º - O candidato que no ato da posse não apresentar o documento previsto no caput será eliminado conforme item 8.4 do edital.

Art. 4º - O prazo para o candidato entrar em exercício é de 15 (quinze) dias, contados da data da posse, sob pena de exoneração (art. 37 § 3º do Estatuto do Servidor Público Municipal).

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prata-MG, 18 de agosto de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samara Aissa Silva
Código Identificador:C0F96C64

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE EDITAL

A Prefeitura Municipal do Prata-MG, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, avisa a quem possa interessar que fará realizar, PREGÃO ELETRONICO nº 037/2026, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "LICITANET", constante da página eletrônica do LICITANET – Licitações *On Line*, no endereço https://licitanet.com.br, no dia 03/09/2026, às 08 horas, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL (menor oferta ao município), para o devido objeto: "Locação de imóvel/espaço urbano destinado à instalação, operacionalização e funcionamento da Rodoviária Municipal do Município de Prata-MG, compreendendo a disponibilização de estrutura física adequada, segura, funcional e compatível com a prestação do Serviço Público de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros". Para participar da presente Licitação Pública, formalizar consultas e edital acessar https://licitanet.com.br ou pelo site www.prata.mg.gov.br. Demais informações a respeito do processo, favor comparecer à Divisão de Licitação da Prefeitura Municipal do Prata, situada à Praça XV de Novembro, nº 35, Bairro Centro, Prata-MG, ou através do e-mail licitacao@prata.mg.gov.br ou pelo tel. (34) 3431-8705.

Prata-MG, 18 de agosto de 2026.

JUSCELEN NOVAES ALVES.
Pregoeira.

Publicado por:
Juscelen Novaes Alves
Código Identificador:F27AFE85

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PRATINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO CONTRATO Nº 071/2024 PROCESSO Nº 098/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2024

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 071/2024
PROCESSO Nº 098/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2024

OBJETO: **Contratação de Serviços Laboratoriais para confecção de próteses parcial mandibular removível, parcial maxilar removível com estrutura metálica, próteses total mandibular e total maxilar feitas de resina acrilica termoativada e dentes acrilicos de es toque. Confecção e moldagem por conta da empresa contratada, a partir de modelos de gesso fornecidos por cirurgião dentista, para atendimento aos pacientes do município de Pratinha**

DATA DO CONTRATO INICIAL: 14/08/2024

CONTRATANTE: Município de Pratinha- Prefeitura Municipal

CONTRATADA: ODONTO PRÓTESE- LABORATÓRIO DE PROTESE DENTÁRIA LTDA, tendo sido aditado os itens do contrato inicial conforme clausula contratual reajustando os valores conforme o IGPM.
VALOR GLOBAL DO ADITIVO: R$ 70.092,96 (setenta mil e noventa e dois reais e noventa e seis centavos).

VIGÊNCIA: 13/08/2026 a 13/08/2027

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA-MG Em 17 de agosto de 2026.

WELLINGTON JOSE CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dione Fernando Ferreira
Código Identificador:9FF6C6EC

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA
EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO Nº064/2026
PROCESSO Nº 050/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº064/2026
PROCESSO Nº 050/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO POR CÂMERAS DE SEGURANÇA (CFTV), INCLUINDO MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO, DESTINADOS AOS DEPARTAMENTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE PRATINHA/MG
CONTRATADA: 2 IRMAOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 64.729.622/0001-38
VALOR GLOBAL: R$ 37.997,99 (trinta e sete mil e novecentos e noventa e sete reais e noventa e nove centavos)
DATA DO CONTRATO: 12 de agosto de 2026
Término do Contrato: 12 de agosto de 2027

Pratinha (MG), 17 de agosto de 2026

WELLINGTON JOSÉ CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dione Fernando Ferreira
Código Identificador:6B4C461E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE QUARTEL GERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

–PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARTEL GERAL/ MG – Processo licitatório nº 237/2026 – Pregão Eletrônico: 42/2026. Torna publico para conhecimento dos interessados o Extrato do contrato do processo licitatório cujo objeto: AQUISIÇÃO DE 02 VEICULOS AUTOMOTORES 0 KM, SENDO 01 MINIVAN CAPACIDADE MÍNIMA 07 LUGARES ANO 2026/2026 EM ATENDIMENTO DA RESOLUÇÃO SES 11.028/2026 E 01 VEÍCULO TIPO HATCH 0 KM ANO 2026/2026 EM ATENDIMENTO DA RESOLUÇÃO SES 11.042/2026 CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. Fornecedor: GNC Automotores Ltda, valor total do contrato: R$ 158.440,00 (Cento e cinquenta e oito mil quatrocentos e quarenta reais), referente ao item Minivan capacidade mínima 07 lugares ano 2026/2026 em atendimento da Resolução Ses 11.028/2026. Vigência do contrato: 17/08/2026 a 09/11/2026. Informações (37) 999575102–

CIBELE DE ASSIS CAMPOS –
Presidente da Comissão Permanente de Licitação 17/08/2026.

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:BF094F66

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO.

–PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARTEL GERAL/ MG – Processo licitatório nº 232/2026 – Concorrência: 06/2026. Torna publico para conhecimento dos interessados o Extrato do contrato do processo licitatório cujo objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço com fornecimento de materiais para construção de um imóvel situado a Rua José Gregorio, 175 bairro: Lagoa, em Quartel Geral em atendimento ao plano de ação 09032026-091748/2026. Fornecedor: Construtora Lagoa Ltda, valor total do contrato: R$ 154.441,00, vigência: 18/08/2026 a 17/11/2026. Informações (37) 999575102–

CIBELE DE ASSIS CAMPOS –
Presidente da Comissão Permanente de Licitação – 18/08/2026

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:310E6849

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARTEL GERAL/MG – PROCESSO LICITATÓRIO N° 222/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO: 38/2026 – TORNA PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS O **EXTRATO DO CONTRATO** DO PROCESSO LICITATÓRIO CUJO OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES DESTINADOS AOS ALUNOS MATRICULADOS NO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA MADALENA MEDEIROS E NA ESCOLA MUNICIPAL ADAIR DE OLIVEIRA PINTO, PERTENCENTES À REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE QUARTEL GERAL/MG, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. **CONTRATADO: WS UNIFORMES LTDA -** VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R$ 39.269,45 (Trinta e Nove Mil e Duzentos e Sessenta e Nove Reais e Quarenta e Cinco Centavos) - VIGÊNCIA: **18/08/2026 À 17/08/2027.** –

CIBELE DE ASSIS CAMPOS –
Presidente da Comissão Permanente de Licitação – 18/08/2026.

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:9B1A7D9C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE QUELUZITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 62/2026 ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2026.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 62/2026
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2026.

OBJETO – Adesão a Ata de Registro de Preços Nº 05/2025, Processo Licitatório Nº 09/2025 – Pregão Eletrônico Nº 05/2025, realizado pelo Consórcio Público para o Desenvolvimento da Microrregião do Alto Paraopeba e Vertentes que possui como finalidade a contratação de mão de obra especializada para execução de prestação de serviços em atendimento às Secretarias Municipais de Queluzito - MG.

VALOR GLOBAL – R$ 300.707,00 (trezentos mil, setecentos e sete reais).

FUNDAMENTO: Art. 82 a 86 da Lei Federal 14.133/21.

DESPACHO: Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Administração, a informação da Comissão de Contratação e o Parecer jurídico favorável, venho mediante este ratificar o respectivo processo:

FORNECEDOR: **PAS SERVIÇOS LTDA - ME,** inscrita no CNPJ Nº 26.143.017/0001-91, estabelecida na Rua Joaquim Alves Coelho, nº 98 – Bairro Santa Luzia – Carandaí - MG – CEP 36.280-208.

Queluzito, 18 de agosto de 2026.

DANILO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:27D7EBD4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RECREIO

SETOR JURÍDICO
DECRETO Nº 221, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Homologa o resultado do Chamamento Público nº 005/2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RECREIO, **ESTADO DE MINAS GERAIS**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, incisos VI e IX da Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado final do Chamamento Público nº 005/2026.
D E C R ET A:
Art. 1º Fica homologado o resultado final do Chamamento Público nº 005/2026, objetivando a contratação de Professor II (Matemática), em caráter temporário, de excepcional interesse público, conforme resultado em anexo deste decreto.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Recreio, MG, 18 de agosto de 2026.

LEANDRO FERREIRA MEDEIROS
Prefeito Municipal

Anexo
(a que se refere o art. 1º)
RESULTADO OFICIAL CHAMAMENTO PÚBLICO 005/2026

	Professor II (Matemática)				
Classificação	Nome	Tempo de Serviço Público no cargo	Data de Nascimento	CPF	Resultado
1º	Priscila de Almeida Marins Ferreira	.....	18/08/1987	107.233.646-48	Aprovado

Publicado por:
Carolina Meira Ribeiro
Código Identificador:C1747BF4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

GERÊNCIA LICITAÇÃO
CREDENCIAMENTO 31/2026 – NOVA DATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG

Credenciamento 31/2026 – Nova Data

Torna público que se encontra disponível no site www.ribeiraodasneves.mg.gov.br, o edital do Chamamento Público **031/2026,** conforme novo cronograma, cujo objeto visa a seleção de projetos para firmar Termo de Execução Cultural com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB (lei nº 14.399/2022). As demais informações encontram-se no site citado acima.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO.

Publicado por:
Tatiele Cristina Ferreira de Souza
Código Identificador:AE15AFB0

GERÊNCIA LICITAÇÃO
CREDENCIAMENTO 32/2026 – NOVA DATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG

Credenciamento 32/2026 – Nova Data

Torna público que se encontra disponível no site www.ribeiraodasneves.mg.gov.br, o edital do Chamamento Público 032/2026, conforme novo cronograma, objeto: Seleção de 07 (sete) projetos de Pontos de Cultura que promovam o acesso da população aos bens e aos serviços culturais nos territórios e comunidades onde atuam, nos termos da Política Nacional de Cultura Viva. As demais informações encontram-se no site citado acima.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

Publicado por:
Tatiele Cristina Ferreira de Souza
Código Identificador:20F53C44

GERÊNCIA LICITAÇÃO
CREDENCIAMENTO 33/2026 – NOVA DATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG

Credenciamento 33/2026 – Nova Data

Torna público que se encontra disponível no site www.ribeiraodasneves.mg.gov.br, o edital do Chamamento Público 033/2026, conforme novo cronograma, objeto: Selecão de Projetos para Recebimento de Bolsas Culturais de Pesquisa com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento a Cultura PNAB (Lei N 14.399/2022). As demais informações encontram-se no site citado acima.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

Publicado por:
Tatiele Cristina Ferreira de Souza
Código Identificador:CB6C0341

GERÊNCIA LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E CELEBRAÇÃO DOS CONTRATOS Nº 103, 104, 105, 106 E 107 DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG – Torna público, o extrato dos atos de homologação, adjudicação e celebração de contrato de prestação de serviços de nº 103/2026, 104/2026 e 105/2026, 106/2026 e 107/2026. Referente ao processo Nº 17529/2025, Pregão eletrônico Nº 141/2025.

Objeto: AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS MUSICAIS.

Partes: Município de Ribeirão das Neves (Contratante) com Interveniência da Secretaria Municipal de Esporte Cultura e Turismo e a pessoa jurídica:

DANIELLE FERNANDA GUEDES inscrita no **CNPJ** sob o nº **(64.092.509/0001-94)**, vencedora do item 1, 9, 22 e 23 perfazendo o valor total de R$ 23.569,14 (vinte e três mil, quinhentos e sessenta e nove reiais e quatorze centavos).

ALESSANDRA B. TONIETTI INST. MUSICAIS, inscrita no **CNPJ** sob o nº **(18.047.657/0001-70)**, vencedora dos itens 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 27, 28, 31, 34 perfazendo o valor total de R$ 16.150,30 (dezesseis mil, cento e cinquenta reais e trinta centavos).

ESTAÇÃO DA MÚSICA EIRELI-ME, inscrita no **CNPJ** sob o nº **(20.971.821/0001-82)**, vencedora do item 10, 30, 32 e 33 perfazendo o valor total de R$ 9.257,00 (nove mil, duzentos e cinquenta e sete reais).

MARCELO ARAUJO SILVA E CIA LTDA ME , inscrita no **CNPJ** sob o nº **(71.107.320/0001-93)**, vencedora do item 17, 20 e 26 perfazendo o valor total de R$ 2.620,00 (dois mil, seissentos e vinte reais).

SOM E CIA INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA , inscrita no **CNPJ** sob o nº **(25.099.482/0001-00)**, vencedora do item 25, 29, 35 perfazendo o valor total de R$ 11.560,00 (onze mil, quinhentos e sessenta reais).

ADALBERTO ALVES DA COSTA /
Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Turismo

Publicado por:
Tatiele Cristina Ferreira de Souza
Código Identificador:0DC8E7E0

GERÊNCIA LICITAÇÃO
INTENÇÃO DE ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 01/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG – Intenção de Adesão da Ata de Registro de Preço n.º 01/2026, Processo Licitatório n.º 091/2025, Pregão Eletrônico n.º30/2025, gerenciada pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde e de Política de Desenvolvimento da Região do Calcário - CISREC

Objeto: Registro de Preços para futura e eventualcontratação de empresa especializada no fornecimento de solução integrada de gerenciamento, controle e gestão de ativos patrimoniais.

Através da empresa: Aplicar Tecnologia LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.975.133/0001-37, perfazendo o valor de **R$5.727.178,04(**cinco milhões, setecentos e vinte e sete mil, cento e setenta e oito reais e quatro centavos**).**

DOLORES KÍCILA ALVES CARLOS/
Secretária Municipal de Educação.

ALEX DE ALMEIDA FERREIRA SILVA/
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Tatiele Cristina Ferreira de Souza
Código Identificador:EC84C904

GERÊNCIA LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 169/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES – MG

Pregão Eletrônico 169/2024

Torna público que se encontra disponível no site www.ribeiraodasneves.mg.gov.br, o edital do Pregão Eletrônico 169/2024, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de recarga e manutenção de extintores de incêndio. A data para realização da sessão será dia 03/09/2026 às 09:00 hrs.

DENISE ALVES ALBERTO/
Pregoeira

Publicado por:
Tatiele Cristina Ferreira de Souza
Código Identificador:C4F468B7

SECRETARIA DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTE
EDITAL DE PUBLICAÇÃO 168/2026 RESULTADO DE RECURSO – 1ª INSTÂNCIA – 2ª JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES- JARI

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO DAS NEVES
Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes
EDITAL DE PUBLICAÇÃO –168/2026
RESULTADO DE RECURSO – 1ª INSTÂNCIA – 2ª JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES- JARI

075ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª JUNTA DE 2026

A Junta Julgou os recursos abaixo, com as seguintes decisões dos processos impetrados nesta JARI.

PLACA	DATA DECISÃO	DATA DA INFRAÇÃO	PROTOCOLO	NRO INFRAÇÃO	RESULTADO
RUC4B96	18/08/2026	29/07/2025	RJ-132/2026	AG10210973	INDEFERIDO
FOV2G93	18/08/2026	23/07/2025	RJ-133/2026	R100209933	INDEFERIDO
FOV2G93	18/08/2026	21/07/2025	RJ-134/2026	R100209167	INDEFERIDO
RMW8I34	18/08/2026	04/08/2025	RJ-135/2026	R100212726	INDEFERIDO
QRF8D43	18/08/2026	06/10/2025	RJ-136/2026	R100228919	INDEFERIDO
FDR5J00	18/08/2026	02/07/2025	RJ-138/2026	AG10211007	INDEFERIDO
QPI8907	18/08/2026	09/07/2025	RJ-139/2026	R100206612	INDEFERIDO
RVV1I27	18/08/2026	07/08/2025	RJ-140/2026	R100213434	INDEFERIDO
TCD7F31	18/08/2026	03/08/2025	RJ-141/2026	R100212622	INDEFERIDO
DQV3D60	18/08/2026	22/09/2024	RJ-142/2026	R100139817	INDEFERIDO
OWP1J70	18/08/2026	14/09/2025	RJ-143/2026	R100222653	INDEFERIDO
OWP1J70	18/08/2026	14/09/2025	RJ-144/2026	R100222604	INDEFERIDO
QQF9G88	18/08/2026	07/09/2025	RJ-145/2026	R100221012	INDEFERIDO
SHT4A87	18/08/2026	17/08/2025	RJ-146/2026	R100216061	INDEFERIDO
HFG0873	18/08/2026	05/09/2025	RJ-147/2026	R100220005	INDEFERIDO

Total de Registros: 15

Das decisões da JARI cabem recursos tempestivamente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação, ao Conselho Estadual de Trânsito de Minas Gerais - CETRAN / MG. O Recurso deverá ser protocolado na JARI/ RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, Rua Ari Teixeira da Costa, n° 1.100, Bairro Savassi, RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, CEP: 33880-630.

Presidência da JARI/RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, 18 de agosto de 2026.

Publicado por:
Michele Viana de Freitas
Código Identificador:672A1935

SECRETARIA DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTE
RECURSOS LANÇADOS NA 085° SESSÃO ORDINÁRIA DA JARIT DE 2026

Nos termos e conformidade dos dispositivos regulamentares vigentes, faz-se público, para conhecimento dos interessados que esta Junta Administrativa de Recursos de Infrações do Transporte - (JARIT) / RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, quando da sessão realizada no dia 18/08/2026 julgou os recursos abaixo especificados, com as seguintes decisões.

NRO. DO ANI	ENQUADRAMENTO	PROTOCOLO	DATA DE JULGAMENTO	MOVIMENTO
2600	4045	743	18/08/2026	INDEFERIMENTO DO RECURSO- JARIT
2601	4045	744	18/08/2026	INDEFERIMENTO DO RECURSO -JARIT

TOTAL DE REGISTROS LISTADOS: 02

Presidência da JARIT/ RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, 18 de agosto de 2026.

Publicado por:
Ana Paula Lima Barros
Código Identificador:92E8491C

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
13ª CONVOCAÇÃO PSS 001/2026 – ENTREVISTADOR SOCIAL - SMDSC

REGIONAL JUSTINÓPOLIS – 02 VAGAS			
CLASSIFICAÇÃO	**NOME**	**DATA DA CONVOCAÇÃO**	**HORÁRIO**
25º Ampla	MICHELE BATISTA LOPES DE SOUZA	21/08/2026	08:30
26º Ampla	ARLETE RAUSCH FONSECA ARAUJO		

Os candidatos deverão comparecer à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, localizada à Rua Ari Teixeira da Costa, nº 1.100 - Savassi - Ribeirão das Neves-MG, na data e horário informados acima, munidos de toda a documentação de acordo com o item 11 e seus subitens do edital Processo Seletivo Simplificado 001/2026 – SMDSC, para comprovação das informações fornecidas no ato da inscrição.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:52A59E32

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
DESCLASSIFICADOS 12ª CONVOCAÇÃO PSS 001/2026 – ENTREVISTADOR SOCIAL - SMDSC

REGIONAL JUSTINÓPOLIS – 02 VAGAS				
CLASSIFICAÇÃO	**NOME**	**DATA DA CONVOCAÇÃO**	**HORÁRIO**	**MOTIVO**
23º Ampla	Débora Cristina Ferreira Rodrigues	18/08/2026	09:30	**Item 5.8 do Edital PSS 001/2026.**
24º Ampla	Maria Aparecida Simões			**Não compareceu à convocação.**

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:069D3B18

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
TERMO DE APOSTILAMENTO

<u>REFERÊNCIA</u>: TERMO DE APOSTILAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PROCESSO LICITATÓRIO N° 025 /2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES.

Pelo presente instrumento, O **MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.314.609/0001-09, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, por sua titular**, VANUSA PEREIRA,** tendo em vista a alteração preterida no apostilamento não constitui alteração ideológica do contrato, por não lhe transformar a substância, nem lhe afetar o equilíbrio econômico-financeiro, mas tão somente para confirmar o seu sentido e conteúdo e considerando que a lei não considera alteração contratual tal correção, facultando a **INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** por apostila, celebra-se o presente instrumento em conformidade com o disposto no inciso IV, do artigo 136, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, para que se faça constar:

A Dotação Orçamentária necessária à execução do referido contrato é:

• 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESEN. SOCIAL E CIDADANIA – 001 – GAB. SECRETARIA MUNI. DESEN. SOCIAL E CIDADANIA - 08.422.0101.2662 – GESTÃO SEC. MUN. DES..SOCIAL E CIDADANIA – 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO – FICHA 175– FONTE 1.500.000.0000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

Fica apostilada a modificação de ordem material acima descritas, mantidas as demais cláusulas constantes do Contrato e aditivo (s) posterior (es).
Assim, assina o presente instrumento, para que se produzam os seus efeitos legais, extraindo-se as cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar na forma da Lei.

Ribeirão das Neves, 13 de agosto de 2026.

VANUSA PEREIRA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:FD52C5E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
TERMO DE APOSTILAMENTO

Inclusão/atualização de dotação orçamentária

CONTRATO Nº: 007/2024

CONTRATADA: CONSTRUTORA SINARCO LTDA.

PROCESSO Nº: 279/2023 – Contratação de empresa com qualificação técnica para a prestação de serviços comuns de engenharia, pautados na manutenção e reforma de próprios municipais, onde funcionam escolas municipais e setores administrativos da Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão das Neves.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES**, por meio da Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.314.609/0001-09, neste ato, representado pela Secretaria Municipal de Obras, em conformidade com o disposto no § 8o, do artigo 65, da Lei 8.666/93, de Licitações e Contratos Administrativos, que permite às atualizações contratuais, mantidas as condições originárias, **APOSTILA** o instrumento contratual supramencionado, **para inclusão/atualização das seguintes dotações/classificações orçamentárias e fontes de recursos da Secretaria Municipal de Obras:**

• 09.002.15.451.0109.2835 – 3.3.90.39 – Despesa 442

Fontes: 1.500.500.0000 – Emenda parlamentar
1.500.501.0000 – Emenda parlamentar
1.500.502.0000 – Emenda parlamentar
1.500.503.0000 – Emenda parlamentar
1.500.504.0000 – Emenda parlamentar
1.500.505.0000 – Emenda parlamentar
1.500.506.0000 – Emenda parlamentar
1.500.507.0000 – Emenda parlamentar
1.500.508.0000 – Emenda parlamentar
1.500.509.0000 – Emenda parlamentar
1.500.510.0000 – Emenda parlamentar
1.500.511.0000 – Emenda parlamentar
1.500.512.0000 – Emenda parlamentar
1.500.513.0000 – Emenda parlamentar

• 09.002.15.451.0109.2835 – 4.4.90.51 – Despesa 444

Fontes: 1.500.500.0000 – Emenda parlamentar
1.500.501.0000 – Emenda parlamentar
1.500.502.0000 – Emenda parlamentar
1.500.503.0000 – Emenda parlamentar
1.500.504.0000 – Emenda parlamentar
1.500.505.0000 – Emenda parlamentar
1.500.506.0000 – Emenda parlamentar
1.500.507.0000 – Emenda parlamentar
1.500.508.0000 – Emenda parlamentar
1.500.509.0000 – Emenda parlamentar
1.500.510.0000 – Emenda parlamentar
1.500.511.0000 – Emenda parlamentar
1.500.512.0000 – Emenda parlamentar
1.500.513.0000 – Emenda parlamentar
1.500.514.0000 – Emenda parlamentar
1.500.515.0000 – Emenda parlamentar
1.500.516.0000 – Emenda parlamentar
1.500.517.0000 – Emenda parlamentar
1.500.518.0000 – Emenda parlamentar
1.500.519.0000 – Emenda parlamentar
1.500.520.0000 – Emenda parlamentar
1.500.521.0000 – Emenda parlamentar
1.500.522.0000 – Emenda parlamentar
1.500.523.0000 – Emenda parlamentar

Ficam mantidas as demais cláusulas constantes do referido instrumento, como se aqui estivessem transcritas, desde que não contrariem as disposições constantes deste.

Assina o presente instrumento, em 2 (duas) vias, para que se produzam seus efeitos legais, extraindo-se as cópias necessárias para documento e controle.

Ribeirão das Neves, 18 de agosto de 2026.

ANDRÉ ALEXANDRE DA SILVA MOTTA
Secretário Municipal de Obras

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:1D85F06C

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR Nº SFUP: 614/2026

AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR		**Nº SFUP:** 614/2026
1-IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR:		**DATA:** 14/07/2026
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): CONTRIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.		**NOME FANTASIA:**
CNPJ/CPF: 17.766.106/0001-01	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:** 3.0154.039.0008.000
ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA (Rua, Nº, Complemento, Bairro, CEP, Cidade): RUA DESEMBARGADOR JORGE FONTANA, 476, SALA 1601, BELVEDERE – BELO HORIZONTE/MG. CEP: 30.320-670.		
2-TERMOS DA NOTIFICAÇÃO:		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: Manter terrenos/lotes cobertos de mato, pantanosos, com água estagnada ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites do município.		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: Artigo 11, § 1º, DA Lei Complementar nº 40/2006, que dispõe sobre o código de posturas do município de ribeirão das neves.		
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: realizar a limpeza do lote.		
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: 30 (TRINTA) DIAS.	**PRAZO PARA RECURSO:** **(x) Lei Complementar 40/2006, Artigo 170 – 7 (sete) dias.** **( ) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 - Mesmo prazo fixado para sanar a irregularidade ("Prazo para cumprimento").**	
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: LOTE VAGO SITUADO A AVENIDA MARIA DA SILVA CORREA (ANTIGA AVENIDA A), PRÓXIMO AO NÚMERO 982, BAIRRO SAN MARINO, RIBEIRÃO DAS NEVES/MG.		
PENALIDADE QUE ESTARÁ SUJEITO PELO NÃO CUMPRIMENTO DA NOTIFICAÇÃO: Multa referente a 50 UFM (CINQUENTA Unidades Fiscais do Município), em conformidade com o DECRETO MUNICIPAL Nº 061/2025, anexo único, item 13.		
3- OBSERVAÇÕES: Em atendimento A DENÚNCIA registrada JUNTO a ouvidoria municipal, nup: 03927.2026.001573-80, processo sei: 2026-96.		
4- ASSINATURAS:		
_____ **FISCAL DE OBRAS E POSTURAS**		
Matrícula: 26.168		

ATENÇÃO!

Caso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado neste auto de notificação.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:D9F48EA8

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR Nº SFUP: 615/2026

AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR		**Nº SFUP:** 615/2026
1-IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR:		**DATA:** 14/07/2026
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): CONTRIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.		**NOME FANTASIA:**
CNPJ/CPF: 17.766.106/0001-01	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:** 3.0154.039.0009.000
ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA (Rua, Nº, Complemento, Bairro, CEP, Cidade): RUA DESEMBARGADOR JORGE FONTANA, 476, SALA 1601, BELVEDERE – BELO HORIZONTE/MG. CEP: 30.320-670.		
2-TERMOS DA NOTIFICAÇÃO:		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: Manter terrenos/lotes cobertos de mato, pantanosos, com água estagnada ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites do município.		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: Artigo 11, § 1º, DA Lei Complementar nº 40/2006, que dispõe sobre o código de posturas do município de ribeirão das neves.		
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: realizar a limpeza do lote.		
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: 30 (TRINTA) DIAS.	**PRAZO PARA RECURSO:** **(x) Lei Complementar 40/2006, Artigo 170 – 7 (sete) dias.** **( ) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 - Mesmo prazo fixado para sanar a irregularidade ("Prazo para cumprimento").**	
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: LOTE VAGO SITUADO A AVENIDA MARIA DA SILVA CORREA (ANTIGA AVENIDA A), PRÓXIMO AO NÚMERO 982, BAIRRO SAN MARINO, RIBEIRÃO DAS NEVES/MG.		
PENALIDADE QUE ESTARÁ SUJEITO PELO NÃO CUMPRIMENTO DA NOTIFICAÇÃO: Multa referente a 50 UFM (CINQUENTA Unidades Fiscais do Município), em conformidade com o DECRETO MUNICIPAL Nº 061/2025, anexo único, item 13.		
3- OBSERVAÇÕES: Em atendimento A DENÚNCIA registrada JUNTO a ouvidoria municipal, nup: 03927.2026.001573-80, processo sei: 2026-96.		
4- ASSINATURAS:		
_____ **FISCAL DE OBRAS E POSTURAS** **MATRÍCULA: 26.168**		

ATENÇÃO!

Caso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado neste auto de notificação.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:F3AAB73B

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR Nº SFUP: 616/2026

AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR		**Nº SFUP:** 616/2026
1-IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR:		**DATA:** 14/07/2026
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): CONTRIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.		**NOME FANTASIA:**
CNPJ/CPF: 17.766.106/0001-01	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:** 3.0154.039.0010.000
ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA (Rua, Nº, Complemento, Bairro, CEP, Cidade): RUA DESEMBARGADOR JORGE FONTANA, 476, SALA 1601, BELVEDERE – BELO HORIZONTE/MG. CEP: 30.320-670.		
2-TERMOS DA NOTIFICAÇÃO:		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: Manter terrenos/lotes cobertos de mato, pantanosos, com água estagnada ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites do município.		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: Artigo 11, § 1º, DA Lei Complementar nº 40/2006, que dispõe sobre o código de posturas do município de ribeirão das neves.		
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: realizar a limpeza do lote.		
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: 30 (TRINTA) DIAS.	**PRAZO PARA RECURSO:** **(x) Lei Complementar 40/2006, Artigo 170 – 7 (sete) dias.** **( ) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 - Mesmo prazo fixado para sanar a irregularidade ("Prazo para cumprimento").**	
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: LOTE VAGO SITUADO A AVENIDA MARIA DA SILVA CORREA (ANTIGA AVENIDA A), PRÓXIMO AO NÚMERO 982, BAIRRO SAN MARINO, RIBEIRÃO DAS NEVES/MG.		
PENALIDADE QUE ESTARÁ SUJEITO PELO NÃO CUMPRIMENTO DA NOTIFICAÇÃO: Multa referente a 50 UFM (CINQUENTA Unidades Fiscais do Município), em conformidade com o DECRETO MUNICIPAL Nº 061/2025, anexo único, item 13.		
3- OBSERVAÇÕES: Em atendimento A DENÚNCIA registrada JUNTO a ouvidoria municipal, nup: 03927.2026.001573-80, processo sei: 2026-96.		
4- ASSINATURAS:		
_____ **FISCAL DE OBRAS E POSTURAS** **MATRÍCULA: 26.168**		

ATENÇÃO!

Caso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado neste auto de notificação.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:45520822

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR Nº SFUP 620/2026

AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR		**Nº SFUP 620/2026**
1-IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR		**Data: 17/07/2026**
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): MARCO ALVES PINTO MACIEL		**NOME FANTASIA:**
CNPJ/CPF: 041.XXX.296-XX	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA: 1.0003.043.0010.000**
ENDEREÇO COMPLETO PARA ONDE SERÁ ENVIADA A NOTIFICAÇÃO (Rua, Nº, Complemento, Bairro, CEP, Cidade): RUA SAO LUCAS Nº325 CEP: 33930-160, BAIRRO: MARIA HELENA (JUSTINOPOLIS)-RIBEIRÃO DAS NEVES- MG		
2-TERMOS DA NOTIFICAÇÃO		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: Manter Lote, Sob Sua Propriedade, Sujo		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: ***Art. 11*** *Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis, são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terrenos e edificações e manter fechada a caixa d`água, sob pena de multa não inferior a 50 (cinquenta) Unidade Fiscais do Município - UFM.*		
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES		

EXIGÊNCIAS: § 1º Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos, com água estagnada ou servindo como depósito de lixo dentro dos limites do Município.	
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: Artigo 11° - 30 dias.	**PRAZO PARA RECURSO:** **(X) Lei Complementar 040/2006, Artigo 170 - 7 dias** **( ) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 - Mesmo prazo fixado para sanar a irregularidade ("Prazo para cumprimento")**
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: Rua SAO LUCAS BAIRRO: MARIA HELENA (JUSTINOPOLIS), QUADRA: 00043, LOTE: 0011	
PENALIDADE QUE ESTARÁ SUJEITO PELO NÃO CUMPRIMENTO DA NOTIFICAÇÃO MANTER TERRENOS / LOTES COBERTOS DE MATO - 50 UFM – conforme DECRETO Nº 061/2025 Altera o Anexo I do Decreto n° 028, de 11 de março de 2019, que "Regulamenta os dispositivos da Lei Complementar nº 40, de 29 de dezembro de 2006 (Código de Posturas do Município de Ribeirão das Neves), e dá outras providências".	
3- OBSERVAÇÕES: RECLAMAÇÃO OUVIDORIA NUP - 03927.2026.002442-75	
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS **MATRÍCULA: 27.789**	

ATENÇÃO!

C aso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado neste auto de notificação.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:B3FFE0FD

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR Nº SFUP 626/2026

AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR		**Nº SFUP 626/2026**
1-IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR		**Data: 17/07/2026**
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): JOSE DE ANCHEITA MARTINS SOARES		**NOME FANTASIA:**
CNPJ/CPF: 112.854.436-XX	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:** **2.0057.010.0034.000**
ENDEREÇO COMPLETO PARA ONDE SERÁ ENVIADA A NOTIFICAÇÃO (Rua, Nº, Complemento, Bairro, CEP, Cidade): **RUA DOUTOR PEDRO RUELA,Nº315 BAIRRO LETÍCIA, CEP 31570100 BELO HORIZONTE, MG**		
2-TERMOS DA NOTIFICAÇÃO		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: Manter Lote, Sob Sua Propriedade, Sujo		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: ***ARTIGO 11**, Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis, são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terrenos e edificações e manter fechada a caixa d`água, sob pena de multa não inferior a 50 (cinquenta) Unidade Fiscais do Município - UFM. (Redação dada pela Lei Complementar nº 200/2019*)		
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: § 1º Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos, com água estagnada ou servindo como depósito de lixo dentro dos limites do Município.		
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: 30 DIAS		**PRAZO PARA RECURSO:** **(X) Lei Complementar 040/2006, Artigo 170 - 7 dias** **( ) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 - Mesmo prazo fixado para sanar a irregularidade ("Prazo para cumprimento")**
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: **Rua AUGUSTO TEIXEIRA CAMARGOS, SN BAIRRO: SANTA MARTA, QUADRA: 00010, LOTE: 0034**		
PENALIDADE QUE ESTARÁ SUJEITO PELO NÃO CUMPRIMENTO DA NOTIFICAÇÃO MANTER TERRENOS / LOTES COBERTOS DE MATO - 50 UFM – conforme DECRETO Nº 061/2025 Altera o Anexo I do Decreto n° 028, de 11 de março de 2019, que "Regulamenta os dispositivos da Lei Complementar nº 40, de 29 de dezembro de 2006 (Código de Posturas do Município de Ribeirão das Neves), e dá outras providências".		
3- OBSERVAÇÕES: RECLAMAÇÃO OUVIDORIA - NUP - 03927.2026.002510-51		
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS **MATRÍCULA: 27.789**		

C aso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado neste auto de notificação.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:A3A64E4E

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR Nº SFUP 628/2026

AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR		**Nº SFUP 628/2026**
1-IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR		**Data: 17/06/2026**
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): **MARIA MADALENA PINTO FERREIRA**		**NOME FANTASIA:**
CNPJ/CPF: **746.XXX.086-XX**	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:** **2.0057.011.0023.000**
ENDEREÇO COMPLETO PARA ONDE SERÁ ENVIADA A NOTIFICAÇÃO (Rua, Nº, Complemento, Bairro, CEP, Cidade): **RUA SOLDADO RAIMUNDO PEREIRA DA COSTA Nº154 CEP: 33880-000, BAIRRO: SANTA MARTA, RIBEIRÃO DAS NEVES - MG**		
2-TERMOS DA NOTIFICAÇÃO		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO:		
Artigo 70 A construção do passeio deve considerar, conforme regulamento: - III - faixa ajardinada, facultativo, mas caso exista não deve interferir na faixa reservada ao trânsito de pedestres.		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: ***Artigo. 69** A utilização do passeio deverá priorizar a circulação de pedestres, com segurança, conforto e, em especial nas áreas com grande fluxo de pedestres." Lei 212/2021*		
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: **Manter o passeio desobstruído, com atenção à mobilidade urbana e à acessibilidade.**		
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: **60 DIAS**		**PRAZO PARA RECURSO:** **( ) Lei Complementar 040/2006, Artigo 170 - 7 dias** **(X) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 - Mesmo prazo fixado para sanar a irregularidade ("Prazo para cumprimento")**
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: **Rua SOLDADO RAIMUNDO P DA COSTA 154 BAIRRO: SANTA MARTA, QUADRA: 00011, LOTE: 0023**		
PENALIDADE QUE ESTARÁ SUJEITO PELO NÃO CUMPRIMENTO DA NOTIFICAÇÃO - INFRAÇÃO **LEVE - 25UFM** **Execução De Passeio Em Desacordo Com A Legislação Vigente – Anexo III -** **Tabela De Multas - Lei Complementar Nº 212/2021.**		
3- OBSERVAÇÕES: RECLAMAÇÃO OUVIDORIA - NUP - 03927.2026.002024-32		
4- ASSINATURAS		
Fiscal de Obras e Posturas		
Matrícula: 27.789		

ATENÇÃO!

Caso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado neste auto de notificação.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:0C314677

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR Nº SFUP 629/2026

AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR		**Nº SFUP 629/2026**
1-IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR		**Data: 17/06/2026**
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): **MATOS LOPES ROCHA**		**NOME FANTASIA:**
CNPJ/CPF: **279.XXX.206-XX**	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:** **2.0057.011.0024.000**
ENDEREÇO COMPLETO PARA ONDE SERÁ ENVIADA A NOTIFICAÇÃO (Rua, Nº, Complemento, Bairro, CEP, Cidade): **RUA SOLDADO RAIMUNDO PEREIRA DA COSTA Nº166 CEP: 33880-000, BAIRRO: SANTA MARTA, RIBEIRÃO DAS NEVES - MG**		
2-TERMOS DA NOTIFICAÇÃO		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: **Artigo 70 A construção do passeio deve considerar, conforme regulamento: - III - faixa ajardinada, facultativo, mas caso exista não deve interferir na faixa reservada ao trânsito de pedestres.**		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: ***Artigo. 69** A utilização do passeio deverá priorizar a circulação de pedestres, com segurança, conforto e, em especial nas áreas com grande fluxo de pedestres." Lei 212/2021*		
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: **Manter o passeio desobstruído, com atenção à mobilidade urbana e à acessibilidade.**		
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: **60 DIAS**		**PRAZO PARA RECURSO:** **( ) Lei Complementar 040/2006, Artigo 170 - 7 dias** **(X) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 - Mesmo prazo fixado para sanar a irregularidade ("Prazo para cumprimento")**
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: **Rua SOLDADO RAIMUNDO P DA COSTA 166 BAIRRO: SANTA MARTA, QUADRA: 00011, LOTE: 0024**		
PENALIDADE QUE ESTARÁ SUJEITO PELO NÃO CUMPRIMENTO DA NOTIFICAÇÃO - INFRAÇÃO **LEVE - 25UFM** **Execução De Passeio Em Desacordo Com A Legislação Vigente - Anexo III - Tabela De Multas - Lei Complementar Nº 212/2021.**		
3- OBSERVAÇÕES: RECLAMAÇÃO OUVIDORIA - NUP - 03927.2026.002024-32		
4- ASSINATURAS		
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS **MATRÍCULA: 27.789**		

ATENÇÃO!

Caso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado neste auto de notificação.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:3F02A0D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR Nº SFUP 661/2026

AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR	**Nº SFUP 661/2026**
1-IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR	**Data: 30/07/2026**

NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): PRO - PAINEL LTDA		**NOME FANTASIA:**
CNPJ/CPF: 23.xxx.xxx.448/001-05	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:** 2.0083.107..0028.000
ENDEREÇO COMPLETO PARA ONDE SERÁ ENVIADA A NOTIFICAÇÃO (Rua, Nº, Complemento, Bairro, CEP, Cidade): RUA: Prentice Coelho Nº 420 Bairro Alto Caiçaras - Belo Horizonte – CEP: 30750300		
2-TERMOS DA NOTIFICAÇÃO		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: Falta de limpeza do lote, lote coberto de mato alto e ausência de pavimentação do passeio.		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: "Art. 6º – Os moradores, os comerciantes e os industriais são responsáveis pela limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços à sua residência ou estabelecimento.(…)" Art. 11º – Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis, são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terrenos e edificações. § 1º. Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos, com água estagnada ou servindo como depósito de lixo dentro dos limites do Município.(…)" Art. 66° - Os proprietários de imóveis que tenham frente para logradouros pavimentados ou beneficiados pela construção de meio – fios, são obrigados a construir os respectivos muros, cercas ou grades, bem como pavimentar os passeios."		
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: Providenciar a Limpeza do lote e limpeza e pavimentação do passeio.		
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: Artigo 11° - 30 dias Artigo 66° - 60 dias.	**PRAZO PARA RECURSO:** **(X) Lei Complementar 040/2006, Artigo 170 - 7 dias** **( ) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 - Mesmo prazo fixado para sanar a irregularidade ("Prazo para cumprimento")**	
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: Rua das Perpetuas ao lado do nº 120 - Bairro Rosa Neves - Ribeirão das Neves – Quadra 107 lote 0028		
PENALIDADE QUE ESTARÁ SUJEITO PELO NÃO CUMPRIMENTO DA NOTIFICAÇÃO MULTA NÃO INFERIOR A 80 UNIDADES FISCAIS DO MUNICÍPIO – UFM.		
3- OBSERVAÇÕES:		
4- ASSINATURAS		
Fiscal De Obras E Posturas		
Matrícula: 18669		

ATENÇÃO!

Caso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado neste auto de notificação.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:7D9FC1AF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RODEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE RODEIRO
ATA DA 24ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2026 DA CÂMARA MUNICIPAL DE RODEIRO-MG

ATA DA 24ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2026 DA CÂMARA MUNICIPAL DE RODEIRO-MG.

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às 19 horas, nesta cidade de Rodeiro, Estado de Minas Gerais, à Rua Sebastião Contin, 192, no Plenário "Vereador Frontino Amorin Teixeira" da Câmara Municipal, devidamente convocada pelo Presidente Gilberto Guerra Mendonça para a vigésima quarta reunião ordinária do ano de 2026. Iniciado os trabalhos, o Presidente Gilberto Guerra Mendonça fez a chamada do Vereador 1º Secretário Talles Costa e Souza e determinou que ele procedesse a chamada. Procedida a chamada, os demais vereadores responderam Antônio Carlos Cordeiro, Edivaldi Leonel, Gilberto Guerra Mendonça, Gilson Corrêa das Neves, Jorge Filgueiras da Silva, Luiz Geraldo da Silva Junior, Matheus Ferreira Teixeira e Paulo Sergio Pereira de Mendonça.

EXPEDIENTE: Havendo número legal de vereadores, conforme o art. 101, § 3º, do Regimento Interno, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Em seguida, foi concedida a palavra ao Sr. Wellinton Augusto dos Santos, pelo prazo de cinco minutos, para uso da Tribuna José Luiz de Almeida. Tendo cumprido o requisito de apresentação de requerimento com a devida antecedência, nos termos do Regimento Interno desta Casa, fez uso da palavra para tratar da necessidade de regularização e fiscalização das estradas da zona rural de Rodeiro. Em seguida, foi concedida a palavra ao Sr. Fábio Paiva, que também cumpriu o requisito de apresentação de requerimento com a devida antecedência e fez uso da Tribuna José Luiz de Almeida para tratar dos Projetos de Lei nº 040/2026, nº 041/2026 e nº 042/2026. Na oportunidade, manifestaram-se os vereadores Jorge e Matheus.

Na sequência, procedeu-se à leitura dos requerimentos e indicações que, se aprovados, serão encaminhados ao Poder Executivo: Requerimento 077/2026, de autoria do Vereador Gilberto Guerra Mendonça, referente à solicitação de limpeza, manutenção, proteção e fiscalização de áreas públicas municipais. **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO:** Em discussão, manifestaram-se os vereadores Gilson, Luiz Geraldo e Talles. Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, com 8 (oito) votos favoráveis. Requerimento 078/2026, de autoria do Vereador Gilberto Guerra Mendonça, referente à solicitação de execução de obras, adequação de espaço público e providências em imóvel público municipal. **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO:** Em discussão, manifestou-se o vereador Gilberto. Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, com 8 (oito) votos favoráveis. Requerimento 079/2026, de autoria do Vereador Luiz Geraldo da Silva Junior, referente à solicitação de inclusão da construção de Restaurante Popular na LDO e nos orçamentos futuros, com possibilidade de parcerias com empresas, indústrias e comércio local. **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO:** Não houve discussão. Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, com 8 (oito) votos favoráveis. Requerimento 080/2026, de autoria do Vereador Luiz Geraldo da Silva Junior, referente à solicitação de informações detalhadas sobre filas de espera, atendimentos e investimentos na área da Saúde. **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO:** Em discussão, manifestaram-se os vereadores Luiz Geraldo, Gilberto e Paulo Sérgio. Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, com 8 (oito) votos favoráveis. Requerimento 081/2026, de autoria do Vereador Edivaldi Leonel, que solicita a limpeza de bueiros na rua Ari Raimundo Santos, no bairro Vista Alegre. **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO:** Não houve discussão. Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, com 8 (oito) votos favoráveis. Requerimento 082/2026, de autoria do Vereador Edivaldi Leonel, que solicita a instalação de grades de proteção na Secretaria Municipal de Saúde. **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO:** Em discussão, manifestou-se o vereador Luiz Geraldo. Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, com 8 (oito) votos favoráveis. Indicação 036/2026, de autoria do Vereador Gilberto Guerra Mendonça, que solicita a atualização da Lei Municipal nº 898/2008, que "institui o Auxílio-Transporte aos servidores público municipais". **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO:** Em discussão, manifestaram-se os vereadores Gilberto, Jorge e Talles. Em votação, a indicação foi aprovada por unanimidade, com 8 (oito) votos favoráveis. Indicação 037/2026, de autoria do Vereador Paulo Sérgio Pereira de Mendonça, que solicita estudo para verificar a possibilidade de mudança do trânsito na Praça São Sebastião. **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO:** Em discussão, manifestaram-se os vereadores Paulo Sérgio, Gilson, Jorge, Luiz Geraldo e Talles. Em votação, a indicação foi aprovada por unanimidade, com 8 (oito) votos favoráveis.

Na sequência, o Procurador-Geral realizou a leitura dos seguintes projetos: Projeto de Lei nº 043/2026, de autoria do Vereador Luiz Geraldo da Silva Junior, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos valores gastos pelo Município de Rodeiro na realização de shows, eventos, festividades e demais atividades promovidas ou custeadas pelo Poder Público Municipal, e dá outras providências."; Projeto de Lei nº 044/2026, de autoria do Vereador Luiz Geraldo da Silva Junior, que "Institui o Programa Municipal "Rodeiro Protege", destinado à criação de canal de comunicação para recebimento, registro, encaminhamento e acompanhamento de denúncias e solicitações relacionadas à proteção de crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e animais, bem como à prevenção da violência e à melhoria da segurança e iluminação pública no Município de Rodeiro, e dá outras providências."; e Projeto de Lei nº 045/2026, de autoria do Vereador Luiz Geraldo da Silva Junior, que "Institui o Programa Municipal "Família Atípica" no Município de Rodeiro, destinado ao apoio, acolhimento, orientação e promoção de direitos das famílias de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista – TEA, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH, Transtorno Opositivo-Desafiador – TOD e outras condições do neurodesenvolvimento, e dá outras providências.".

Foi colocado em discussão e votação o Projeto de Lei nº 039/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei Municipal nº 519, de 30 de dezembro de 1994, que institui o Código de Posturas do Município

de Rodeiro, para suprimir as alíneas “f” e “g” do inciso IV do art.10.”. **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO.** Em discussão, manifestou-se o vereador Jorge. Em votação o projeto foi aprovado por unanimidade, com 8 (oito) votos favoráveis.

Foi colocado em discussão e votação o Projeto de Lei nº 040/2026, de autoria do Vereador Luiz Geraldo da Silva Junior, que “Institui o Programa Municipal de Conscientização Ambiental e Descarte Correto de Resíduos Sólidos no Município de Rodeiro/MG e dá outras providências.”. **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO.** Em discussão, manifestou-se o vereador Luiz Geraldo. Em votação o projeto foi aprovado por unanimidade, com 8 (oito) votos favoráveis.

Foi colocado em discussão e votação o Projeto de Lei nº 041/2026, de autoria do Vereador Luiz Geraldo da Silva Junior, que “Inclui no Calendário Oficial de Eventos e Festividades do Município de Rodeiro/MG as Festas dos Padroeiros das Comunidades de Santa Rita, São José Operário e Moradinha, autoriza o apoio institucional por meio da Secretaria Municipal de Cultura, e dá outras providências.”. **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO.** Em discussão, manifestaram-se os vereadores Luiz Geraldo, Gilberto e Talles. O Presidente, vereador Gilberto, solicitou vista do projeto pelo prazo de 05 (cinco) dias, a fim de apresentar emenda ao projeto, sendo o pedido concedido pelo Vice-Presidente.

Foi colocado em discussão e votação o Projeto de Lei nº 042/2026, de autoria do Vereador Luiz Geraldo da Silva Junior, que “Dispõe sobre a reserva mínima de espaço para comerciantes, empreendedores, artesãos e expositores residentes no Município de Rodeiro/MG em eventos, festivais, feiras e exposições realizados com apoio ou autorização do Poder Público Municipal, e dá outras providências.”. **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO.** Em discussão, manifestaram-se os vereadores Luiz Geraldo, Paulo Sérgio e Matheus. O vereador Matheus solicitou vista do projeto pelo prazo de 05 (cinco) dias, a fim de apresentar emenda, sendo o pedido concedido pelo Presidente.

Fizeram uso da Tribuna Livre os vereadores Gilberto, Matheus e Talles.

ENCERRAMENTO: Não havendo mais matéria a ser discutida o Senhor Presidente declarou encerrado os trabalhos e mandou que se lavrasse a presente ata. Talles Costa vereador que secretariou os trabalhos mandou que lavrasse a presente ata, que lida e se aprovada vai por todos assinada. Plenário “Vereador Frontino Amorin Teixeira”, 17 de agosto de 2026.

A íntegra da reunião está disponível no link: https://youtube.com/live/610V3NfxMw8?feature=share

Publicado por:
Mayra Cação da Silva
Código Identificador:CA384E58

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 096/2026 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2026 EDITAL Nº 061/2026

Publicação

O Município de Rodeiro torna público que se realizará:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 096/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2026
EDITAL Nº 061/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO ESTIMADA DE DIETAS INDUSTRIALIZADAS DESTINADAS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES NUTRICIONAIS DE PACIENTES ACOMPANHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO: 31/08/2026 ÀS 09H00MIN
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
MODO DE DISPUTA: ABERTO
EXCLUSIVIDADE PARA ME/EPP/EQUIPARADAS, EXCETO PARA O ITEM 25.

Link: www.ammlicita.org.br

O Edital completo encontra-se disponível no site da Prefeitura Municipal de Rodeiro:
https://www.rodeiro.mg.gov.br/, na plataforma de realização da fase de lances: www.ammlicita.org.br e PNCP.
Informações pelos telefones: 32 3435-0135 ou e-mail: licitacao@rodeiro.mg.gov.br

Publicado por:
Lilian Aparecida da Silva Medina
Código Identificador:56E68ABC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2026 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2026 EDITAL Nº 062/2026

Publicação

O Município de Rodeiro torna público que se realizará:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2026
EDITAL Nº 062/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO ESTIMADA DE FRALDAS DESCARTÁVEIS GERIÁTRICAS, DESTINADAS À DISTRIBUIÇÃO A PACIENTES DO MUNICÍPIO DE RODEIRO, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO: 01/09/2026 ÀS 09H00MIN
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
MODO DE DISPUTA: ABERTO
EXCLUSIVIDADE PARA ME/EPP/EQUIPARADAS

Link: www.ammlicita.org.br

O Edital completo encontra-se disponível no site da Prefeitura Municipal de Rodeiro:
https://www.rodeiro.mg.gov.br/, na plataforma de realização da fase de lances: www.ammlicita.org.br e PNCP.
Informações pelos telefones: 32 3435 0135 ou e-mail: licitacao@rodeiro.mg.gov.br

Publicado por:
Lilian Aparecida da Silva Medina
Código Identificador:92FC710E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 098/2026 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2026 EDITAL Nº 063/2026

Publicação

O Município de Rodeiro torna público que se realizará:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 098/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2026
EDITAL Nº 063/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAVEIRO (CÓPIAS DE CHAVE, ABERTURA DE FECHADURA, TROCA DE CILINDRO E SUBSTITUIÇÃO E INSTALAÇÃO DE FECHADURA), PARA ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DEMANDANTE.

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO: 02/09/2026 ÀS 09H00MIN
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS
MODO DE DISPUTA: ABERTO

EXCLUSIVIDADE PARA ME/EPP/EQUIPARADAS

Link: www.ammlicita.org.br

O Edital completo encontra-se disponível no site da Prefeitura Municipal de Rodeiro:
https://www.rodeiro.mg.gov.br/, na plataforma de realização da fase de lances: www.ammlicita.org.br e PNCP.
Informações pelos telefones: 32 3435 0135 ou e-mail: licitacao@rodeiro.mg.gov.br

Publicado por:
Lilian Aparecida da Silva Medina
Código Identificador:049F8E89

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
DESPACHO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 088/2026 PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2026

DESPACHO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 088/2026
PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2026
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO EM JORNAL: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO – DOE, DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO – DOU E JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS.

RELATÓRIO
Trata-se de impugnação ao edital do processo em epígrafe, apresentada pela empresa W&M PUBLICIDADE LTDA. EPP, CNPJ 01.527.405/0001-45 solicitando a retificação do edital para adotar o critério de julgamento pelo menor preço por grupo de itens e exigir balanço patrimonial na qualificação econômico-financeira.
A Impugnante sustenta que os serviços objeto da contratação deveriam ser reunidos em lote único, com julgamento pelo menor preço global, sob o argumento de que haveria integração entre os serviços de publicação e que o parcelamento poderia ocasionar perda de economia de escala, aumento dos custos administrativos e risco de propostas inexequíveis.
Requer, ainda, a inclusão da exigência de apresentação de balanço patrimonial dos dois últimos exercícios sociais como requisito de qualificação econômico-financeira.

FUNDAMENTOS
Em que pese os argumentos apresentados pela empresa os mesmos não devem prosperar.
Inicialmente, cumpre destacar que a Administração Pública possui discricionariedade para definir os requisitos e condições necessárias à adequada execução do objeto licitado, observados os princípios da legalidade, da razoabilidade, da proporcionalidade, da competitividade e da busca pela proposta mais vantajosa.
A Lei nº 14.133/2021 não transfere ao particular interessado na contratação o poder de definir qual solução técnica deverá ser adotada pela Administração.
Ao contrário, a fase preparatória da contratação pressupõe que o Poder Público identifique sua necessidade e estabeleça as especificações necessárias e suficientes para o seu atendimento, observando-se, simultaneamente, os princípios da eficiência, economicidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e seleção da proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso.
Neste contexto, a sistemática adotada pela Administração encontra respaldo na própria legislação aplicável ao Sistema de Registro de Preços, segundo a qual o agrupamento de itens não constitui a regra, exigindo justificativa específica quando a Administração optar pela adjudicação conjunta.
Assim dispõe o art.82, § 1º da Lei 14.133/21:

§ 1º O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverá ser indicado no edital.

Da leitura do dispositivo, verifica-se que a adoção do critério de julgamento por grupo de itens pressupõe a demonstração cumulativa de circunstâncias específicas, quais sejam: a inviabilidade da adjudicação por item e a comprovação de que o agrupamento apresenta vantagem técnica e econômica para a Administração.
A reunião de itens em lote não pode decorrer de mera conveniência, preferência do mercado fornecedor ou simples alegação de que determinadas empresas possuem capacidade para executar a integralidade do objeto.
A opção pelo agrupamento exige fundamentação, demonstrando-se, no caso concreto, que a adjudicação individualizada é inviável e que a contratação conjunta proporcionará efetiva vantagem técnica e econômica à Administração.
No presente caso, a Impugnante sustenta que a reunião dos serviços em lote único seria mais adequada sob o argumento de que os serviços de publicidade legal seriam usualmente prestados de forma integrada e que a divisão poderia ocasionar perda de economia de escala.
Todavia, tais alegações não demonstram, a inviabilidade da adjudicação por item, requisito exigido para justificar o agrupamento.
Ao contrário, os itens objeto da contratação são divisíveis e admitem disputa autônoma, sendo plenamente possível que licitantes apresentem propostas para cada serviço.
Também não foi demonstrado, que a reunião obrigatória dos itens em lote único proporcionaria vantagem técnica e econômica superior àquela que poderá ser obtida mediante a competição individualizada.
Não basta, portanto, a afirmação genérica de que determinados fornecedores atuam de forma integrada ou possuem capacidade para executar todos os serviços. A existência de empresas aptas a executar a totalidade do objeto não torna inviável a adjudicação por item e tampouco constitui, justificativa suficiente para restringir a participação de empresas que possuam capacidade para executar apenas determinadas parcelas da contratação.
Cumpre ressaltar, ainda, que o julgamento por item não impede que uma única licitante participe da disputa de todos os itens e seja declarada vencedora na totalidade deles.
O parcelamento do objeto não significa, portanto, que cada item será obrigatoriamente adjudicado a empresas distintas.
Portanto, a adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item não prejudica as empresas que possuem capacidade para executar todos os itens.
Assim, considerando que a adjudicação individualizada é plenamente viável e que o agrupamento dos itens exige fundamentação específica quanto à sua necessidade e vantagem para a Administração, deve ser mantido o critério de julgamento pelo menor preço por item previsto no instrumento convocatório.
Também não merece acolhimento a alegação de que o julgamento por item, por si só, aumentaria o risco de apresentação de propostas inexequíveis.
A legislação prevê mecanismos específicos para análise da exequibilidade das propostas, cabendo à Administração, sempre que identificados indícios concretos de inexequibilidade, promover as diligências necessárias para verificar a viabilidade da oferta apresentada.
Quanto ao pedido de inclusão do balanço patrimonial como requisito de habilitação econômico-financeira, também não assiste razão à Impugnante.
A definição dos documentos e requisitos de qualificação econômico-financeira deve guardar proporcionalidade com a natureza, o vulto e a complexidade do objeto licitado.
A Administração deve exigir apenas os documentos efetivamente necessários para a adequada aferição da capacidade do futuro contratado, evitando a imposição de exigências desnecessárias ou excessivas que possam restringir indevidamente a competitividade.
A possibilidade legal de exigência do balanço patrimonial não significa que tal documento deva ser obrigatoriamente exigido em toda e qualquer contratação, independentemente das características do objeto.

No presente caso, considerando as características e o vulto da contratação, a Administração estabeleceu os requisitos de habilitação entendidos como adequados e proporcionais.
Assim, realizando um juízo administrativo de adequação, necessidade e proporcionalidade, não vislumbrou o Município de Rodeiro, para o Pregão em tela, a necessidade de alteração do edital, estabelecendo-se os requisitos que tem pertinência com a garantia do cumprimento do contrato objeto da presente licitação de acordo com as necessidades e interesse público.
Destarte, o Município está adstrito aos princípios que regem a Administração Pública e os processos licitatórios, dentre eles o princípio da busca da proposta mais vantajosa, eficácia, igualdade e competividade, devendo o edital ser mantido em sua integralidade.

CONCLUSÃO
Considerando que o Município está adstrito aos princípios que regem a Administração Pública e os processos licitatórios, em especial eficiência, interesse público, eficácia, motivação, vinculação ao edital, julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade e da proporcionalidade.
CONSIDERANDO todas as peças que instruem o presente processo licitatório, a Comissão de Contratação, **DECIDE**:

INDEFERIR a impugnação apresentada por W&M Publicidade Ltda EPP, inscrita no CNPJ nº 01.527.405/0001-45, mantendo as exigências do edital em sua integralidade.
PROSSIGA-SE o Processo Licitatório.

Rodeiro, 18 de agosto de 2026.

LILIAN APARECIDA DA SILVA MEDINA
Pregoeira

IOHANA DE OLIVEIRA NOGUEIRA
Equipe de Apoio

PATRÍCIA APARECIDA DO NASCIMENTO DEBORTOLI
Equipe de Apoio

Publicado por:
Lilian Aparecida da Silva Medina
Código Identificador:9617BE61

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RUBELITA

GABINETE
LEI N° 1080 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

"Declara como Zona especial de interesse social - ZEIS, para fins de inclusão em programa habitacional de interesse social, as areas que mencionam, e dá outras providencias"

O POVO DO MUNICÍPIO DE RUBELITA, ESTADO DE MINAS GERAIS, POR SEUS REPRESENTANTES NA CÂMARA DE VEREADORES, APROVOU, E EU, PREFEITA MUNICIPAL, EM SEU NOME, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica declarada como Zona Especial de Interesse Social programa habitacional de interesse social, do municipio de Rubelita/MG, assim, descritos:

A comunidade de Barra das Caraíbas com as coordenadas, limites e confrontações:

I – Rua José Ferreira Batista (antiga Rua A), com início nas coordenadas geográficas **16°18'31.21"S / 42°16'35.08"O** e término nas coordenadas **16°18'31.08"S / 42°16'30.54"O**, possuindo **135 metros de comprimento** e **3,50 metros de largura**.

II – Rua Emídio Dias dos Santos (antiga Rua B), com início nas coordenadas geográficas **16°18'26.78"S / 42°16'34.82"O** e término nas coordenadas **16°18'26.37"S / 42°16'26.15"O**, possuindo **270 metros de comprimento** e **5,00 metros de largura**.

III – Rua Eva Maria de Jesus (antiga Rua C), com início nas coordenadas geográficas **16°18'26.80"S / 42°16'26.80"O** e término nas coordenadas **16°18'30.94"S / 42°16'26.45"O**, possuindo **131 metros de comprimento** e **4,00 metros de largura**.

IV – Rua Manoel Martins Cardoso (antiga Rua D), com início nas coordenadas geográficas **16°18'22.71"S / 42°16'32.92"O** e término nas coordenadas **16°18'23.36"S / 42°16'27.34"O**, possuindo **164 metros de comprimento** e **7,00 metros de largura**.

V – Rua Maria Madalena de Jesus (antiga Rua E), com início nas coordenadas geográficas **16°18'23.45"S / 42°16'27.27"O** e término nas coordenadas **16°18'26.37"S / 42°16'26.56"O**, possuindo **95 metros de comprimento** e **4,00 metros de largura**.

VI – Rua José Nasticia de Oliveira (antiga Rua F), com início nas coordenadas geográficas **16°18'27.14"S / 42°16'33.68"O** e término nas coordenadas **16°18'16.47"S / 42°16'33.23"O**, possuindo **336 metros de comprimento** e **5,00 metros de largura**.

VII – Rua José Luis de Oliveira (antiga Rua G), com início nas coordenadas geográficas **16°18'22.95"S / 42°16'29.62"O** e término nas coordenadas **16°18'15.90"S / 42°16'31.30"O**, possuindo **231 metros de comprimento** e **5,30 metros de largura**.

VIII – Rua Davi Pereira Reis (antiga Rua H), com início nas coordenadas geográficas **16°18'16.09"S / 42°16'34.94"O** e término nas coordenadas **16°18'13.58"S / 42°16'27.93"O**, possuindo **236 metros de comprimento** e **5,00 metros de largura**.

IX – Rua José Antonio da Silva (antiga Rua I), com início nas coordenadas geográficas **16°18'15.94"S / 42°16'35.91"O** e término nas coordenadas **16°18'22.42"S / 42°16'45.68"O**, possuindo **366 metros de comprimento** e **5,00 metros de largura**.

X – Rua Dos Anjos Fernandes Pessoa (antiga Rua J), com início nas coordenadas geográficas **16°18'22.13"S / 42°16'44.97"O** e término nas coordenadas **16°18'27.78"S / 42°16'44.33"O**, possuindo **173 metros de comprimento** e **4,00 metros de largura**.

XI – Rua Rosalina Maria de Jesus (antiga Rua K), com início nas coordenadas geográficas **16°18'14.87"S / 42°16'43.88"O** e término nas coordenadas **16°18'26.18"S / 42°16'41.20"O**, possuindo **360 metros de comprimento** e **7,00 metros de largura**.

XII – Rua José Adaildo Pereira (antiga Rua L), com início nas coordenadas geográficas **16°18'37.89"S / 42°16'36.10"O** e término nas coordenadas **16°18'35.80"S / 42°16'40.33"O**, possuindo **151 metros de comprimento** e **3,50 metros de largura**.

XIII – Rua Marcos Junior Lima (antiga Rua M), com início nas coordenadas geográficas **16°18'33.74"S / 42°16'35.08"O** e término nas coordenadas **16°18'33.70"S / 42°16'31.79"O**, possuindo **99,60 metros de comprimento** e **6,50 metros de largura**.

XIV – Rua Etelvina Maria de Jesus (antiga Rua N), com início nas coordenadas geográficas **16°18'38.08"S / 42°16'34.92"O** e término nas coordenadas **16°18'40.26"S / 42°16'24.57"O**, possuindo **314 metros de comprimento** e **5,00 metros de largura**.

XV – Rua Pedro Antonio da Silva (antiga Rua O), com início nas coordenadas geográficas **16°18'38.08"S / 42°16'34.31"O** e término nas coordenadas **16°18'36.52"S / 42°16'24.97"O**, possuindo **290 metros de comprimento** e **4,00 metros de largura**.

Art. 2°. - O Poder Executivo adotará os procedimentos necessários a regularização urbanistica e fundiáia, aprovando projetos de parcelamento da terra e estabelecendo normas que respeitem a tipicidade da ocupação e as condições de urbanização.

Art. 3° - A área de que se trata o art. 1° será urbanizada e regularizada pelo Poder Executivo, respeitando os seguintes padrões de urbanização, parcelamento de terra, uso e ocupação do solo:

Sistema Viário e de circulação com acesso satisfatório as moradias, compreendendo ruas, vielas, escadarias e servidões de passagens;

Condições satisfatórias de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e iluminação pública;

Dimensões do lote mínimo definidas em função da especificidade da ocupação já existente e de condições de segurança e higiene;

Restrições de uso e ocupação estabelecidas por normas municipais.

Art. 4° - Esta lei entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rubelita/MG, 18 de agosto de 2026

OSMARY DAVID MIRANDA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Edna Aparecida Silva Reis
Código Identificador:A5FD0CAF

GABINETE
LEI Nº 1081 DE 18 DE AGOSTO 2026.

Institui a Carteira de Identificação da Pessoa com Fibromialgia – CIPFIBRO, no âmbito do Município de Rubelita/MG, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Rubelita, Estado de Minas Gerais, aprova, e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a emissão da Carteira de Identificação da Pessoa com Fibromialgia pelo Município de Rubelita, destinada à identificação de seu titular e ao acesso aos direitos e às prioridades previstos na legislação aplicável.

§ 1º Na aplicação desta Lei, serão observadas as disposições da legislação federal e estadual relativas à proteção e à garantia dos direitos das pessoas com deficiência, inclusive aquelas aplicáveis às pessoas com fibromialgia.

§ 2º Farão jus à Carteira de Identificação da Pessoa com Fibromialgia os residentes no Município de Rubelita que possuam cadastro municipal e Cartão Nacional de Saúde (CNS) atualizados e apresentem laudo médico contendo o diagnóstico de fibromialgia, com a indicação do respectivo Código Internacional de Doenças (CID).

§ 3º A CIPFIBRO constitui instrumento de identificação e de apoio administrativo, não substituindo laudos médicos, avaliação biopsicossocial, credenciais de estacionamento, documentos ou demais requisitos específicos exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal para acesso a benefícios próprios.

Art. 2º A CIPFIBRO deve conter as seguintes informações: nome completo; data de nascimento; número da Carteira de Identidade Civil; número do CPF; fotografia 3x4; a informação “Pessoa com Fibromialgia”; assinatura ou impressão digital do identificado; data de expedição e validade; assinatura do responsável pela expedição.

§ 1º A CIPFIBRO será expedida pela Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social, mediante requerimento da parte interessada, com os seguintes documentos: cópia do RG; cópia do CPF; comprovante de endereço atual; fotografia 3x4; laudo médico indicando o Diagnóstico com o respectivo CID, cabendo a Secretaria Municipal de Saúde, através de seu corpo técnico, a emissão dos referidos laudos médicos necessários.

§ 2º Os dados pessoais coletados para emissão da Carteira de Identificação da Pessoa com Fibromialgia serão utilizados exclusivamente para as finalidades previstas nesta Lei, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), sendo vedado o compartilhamento, a divulgação ou a utilização indevida dessas informações.

§ 3º A Carteira de Identificação da Pessoa com Fibromialgia (CIPFIBRO) terá validade de 5 (cinco) anos, contados da data de sua emissão.

§ 4º A renovação da CIPFIBRO ficará condicionada à apresentação de laudo médico atualizado que comprove o diagnóstico de fibromialgia, bem como dos demais documentos exigidos para sua emissão.

§ 5º O procedimento para solicitação, análise, emissão e entrega da Carteira de Identificação da Pessoa com Fibromialgia será definido em regulamento próprio, a ser elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social do Municipio.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rubelita/MG, 18 de Agosto de 2026.

OSMARY DAVID MIRANDA
Prefeita Municipal de Rubelita

Publicado por:
Maria Gabriela Pereira da Silva
Código Identificador:34217416

GABINETE
PORTARIA Nº 106 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

"Designa servidor para exercer a função de Fiscal de contratos do Município de Rubelita/MG, sem prejuízo do exercício do cargo de Assessor de tributações e fiscalizações."

A PREFEITA MUNICIPAL DE RUBELITA, ESTADO DE MINAS GERAIS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E DEMAIS LEGISLAÇÕES PERTINENTES,

RESOLVE:
Art. 1º. Designar o Sr. Alan Tulio Loiola, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 15995346652, para exercer a função de fiscal de contratos do Município de Rubelita/MG.

Parágrafo único. O servidor permanecerá no exercício do cargo de Assessor de tributações e fiscalizações, acumulando as atribuições de fiscal de contratos, sem prejuízo das funções inerentes ao cargo de Assessor de tributações e fiscalizações , observada a compatibilidade das atribuições e da jornada, na forma da legislação vigente.

Art. 2º. A remuneração do servidor permanecerá aquela prevista para o cargo de Assessor de tributações e fiscalizações.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagiando seus efeitos para 02 de junho de 2026 e revogando as disposições contidas na portaria 040 de 20 de março de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Rubelita/MG, 18 de agosto de 2026

OSMARY DAVID MIRANDA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Gabriela Pereira da Silva
Código Identificador:45E07E40

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA BARBARA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 165/2026

Processo Licitatório n. º 089/2026
Ata Compartilhada n.º 003/2026
Contrato nº 165/2026

Contratada: **COTAÇÃO COM REPRESENTAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**
CNPJ: 58.950.775/0001-08

Objeto: Aquisição de insumos através de licitação compartilhada com o Estado de Minas Gerais através da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão / Centro de Serviços Compartilhados – SEPLAG /CSC, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme descritivo abaixo.

Valor: Dá-se a este contrato o valor de R$3.980,00 (três mil novecentos e oitenta reais), para todos os fins legais.

Vigência: 17/08/2026 a 08/01/2027.

Data da assinatura: 17 de agosto de 2026.

Santa Bárbara, 18 de agosto 2026.

WANESSA DE LANA ALVES REZENDE
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Fabricio José Mota de Oliveira
Código Identificador:B42C80FF

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 174/2026

Processo Licitatório n. º 139/2026
Pregão n.º 062/2026
Contrato nº 174/2026

Contratada: DARIO HUMBERTO DE MELO CASTRO, CNPJ: 71.181.184/0001-81

Objeto: Aquisição de móveis e eletrodomésticos para atender as demandas das diversas Secretarias do Município de Santa Bárbara/MG, de acordo com as especificações e detalhamentos do Termo de Referência e demais anexos do edital, os quais passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

Valor: Dá-se a este contrato o valor de R$ 3.610,00 (Três mil seiscentos e dez reais), para todos os fins legais.

Vigência: 12/08/2026 a 31/12/2026.

Data da assinatura: 12 de agosto de 2026.

Santa Bárbara, 18 de agosto 2026.

SIMONE DO ROSÁRIO GERMANO
Secretária Municipal de Administração Pública

Publicado por:
Fabricio José Mota de Oliveira
Código Identificador:8FA473E4

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 186/2026

Processo Licitatório n. º 139/2026
Pregão n.º 062/2026
Contrato nº 186/2026

Contratada: PAULO HENRIQUE LUCIANO COMÉRCIO DE MÓVEIS, CNPJ: 35.263.905/0001-39

Objeto: Aquisição de móveis e eletrodomésticos para atender as demandas das diversas Secretarias do Município de Santa Bárbara/MG, de acordo com as especificações e detalhamentos do Termo de Referência e demais anexos do edital, os quais passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

Valor: Dá-se a este contrato o valor de R$ 5.886,72 (Cinco mil oitocentos e oitenta e seis
reais e setenta e dois centavos), para todos os fins legais.

Vigência: 18/08/2026 a 31/12/2026.

Data da assinatura: 18 de agosto de 2026.

Santa Bárbara, 18 de agosto 2026.

SIMONE DO ROSÁRIO GERMANO
Secretária Municipal de Administração Pública

Publicado por:
Fabricio José Mota de Oliveira
Código Identificador:2872AE57

CONTABILIDADE
DECRETO 6668/2026

UF: MINAS GERAIS

MUNICÍPIO: SANTA BARBARA

DECRETO No:06668 /2026

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

O PREFEITO MUNICIPAL de SANTA BARBARA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei No 4320/64 e, Lei Municipal Nº 2192 / 2025
CONSIDERANDO:
O Prefeito Municipal de Santa Barbara.MG, de acordo com a autorização contida no Art. 4 da Lei Orçamentária Anual 2192.2025.
Decreta: SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR excesso de arrecadação.
DECRETA:
Artigo 1º - Ficam abertos creditos Adicionais SUPLEMENTARES para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:
02 PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA-MG
02.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
02.07.01 ADMINISTRACAO DO ENSINO FUNDAMENTAL
12 Educacao
12.361 Ensino Fundamental
12.361.0008 GESTAO DA EDUCACAO BASICA
12.361.0008.2040 MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS
4.4.90.52.00 1138 Equipamento e Material Permanente 503.150,84
1.571.000.0000 Transf. Estado Ref. Conv.Inst Cong. 503.150,84
TOTAL: R$ 503.150,84
Artigo 2º - Para Atender ao disposto no(s) artigo(s) acima, utilizar-se-a como recurso o abaixo descrito, nos termos do artigo 43, parágrafo 1º da Lei 4320/64.
Por Excesso de Arrecadação:
R$ 503.150,84

Art. 3º - A justificativa para a abertura dos créditos suplementares de que trata o art. 1º, encontra-se disposta no Anexo I.

Art. 4º - A demonstração dos saldos de créditos passíveis de abertura no presente exercício e o percentual e utilização do limite anual total autorizado, nos termos do art. 2º da Lei nº 2.095, de 1 de agosto de 2023, encontram-se dispostos no Anexo II.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

SANTA BARBARA, 14 DE AGOSTO DE 2026

ALCEMIR JOSE MOREIRA
Prefeito Municipal

Parte das Justificativas
Anexo I
EXPOSIÇÃO DE JUSTIFICATIVAS
I.1 - Exposição dos motivos que justificam a abertura dos créditos suplementares, conforme inciso I do art. 2º da Lei nº 2095, de 01 de agosto de 2023:
I.1.1 – Conforme autorização contida no §1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, as suplementações, visam atender os seguintes objetivos:
Secretaria Municipal de Educação

A suplementação visa atender a aquisição de equipamentos e mobiliário escolar destinados a atender as unidades escolares conforme emenda parlamentar através do convênio nº 1261004599/2026/SEE.
ANEXO II
SALDO ATUAL DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES
III.1 - Demonstração dos saldos de créditos suplementares passíveis de abertura no presente exercício e o percentual de utilização do limite anual total autorizado no art. 4 da Lei nº 2192, de 29 de dezembro de 2025.

DEMONSTRATIVO DOS SALDOS DE CRÉDITO SUPLEMENTARES POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ,AUTORIZADOS 2026	
Limite total anual autorizado (4%)	R$ 10.475.941,31
Valor de créditos suplementares por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO abertos anteriormente	R$ -
Valor dos Decretos publicados nesta data	R$ 503.150,84
Valor dos créditos suplementares por excesso de arrecadação abertos no exercício	R$ 503.150,84
Saldo de créditos suplementares por Excesso de arrecadação	R$ 9.972.790,47
Percentual utilizado	0,19%
Atualizado em 18/08/2026	

Publicado por:
Daniela Aparecida Borges
Código Identificador:B42E1896

CONTABILIDADE
DECRETO 6669/2026

UF: MINAS GERAIS

MUNICÍPIO: SANTA BARBARA

DECRETO No:06669 /2026

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

ABRE CREDITO ADICIONALSUPLEMENTAR

O PREFEITO MUNICIPAL de SANTA BARBARA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei No 4320/64 e, Lei Municipal Nº 2212 / 2026
CONSIDERANDO:
Crédito Suplementar autorizado para o orçamento vigente do Município (Lei nº 2.192/2025), no valor de R$ 1.650.000,00 (um milhão e seiscentos e cinquenta mil reais), destinado à implementação das ações previstas no Edital de Chamamento Público nº 01/2026, do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI). Aprovado pela lei 2212/2026.
DECRETA:
Artigo 1º - Ficam abertos creditos Adicionais SUPLEMENTARES para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:
02 PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA-MG
02.05 SECRETARIA DE DES MOBE PROTECAO SOCIAL
02.05.04 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA
08 Assistencia Social
08.241 Assistencia a Pessoa Idosa
08.241.0028 ASSISTÊNCIA A PESSOA IDOSA
08.241.0028.2253 ASSISTÊNCIA AOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
3.3.50.43.00 256 Subvenções Sociais 1.650.000,00
2.759.000.0000 Recursos vinculados a fundos 1.650.000,00
TOTAL: R$ 1.650.000,00
Artigo 2º - Para Atender ao disposto no(s) artigo(s) acima, utilizar-se-a como recurso o abaixo descrito, nos termos do artigo 43, parágrafo 1º da Lei 4320/64.
Por Superavit Financeiro:
R$ 1.650.000,00

Art. 3º - A justificativa para a abertura dos créditos suplementares de que trata o art. 1º, encontra-se disposta no Anexo I.

Art. 4º - A demonstração dos saldos de créditos passíveis de abertura no presente exercício e o percentual e utilização do limite anual total autorizado, nos termos do art. 2º da Lei nº 2.095, de 1 de agosto de 2023, encontram-se dispostos no Anexo II.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

SANTA BARBARA, 18 DE AGOSTO DE 2026

ALCEMIR JOSE MOREIRA
Prefeito Municipal

Parte das Justificativas
Anexo I
EXPOSIÇÃO DE JUSTIFICATIVAS
I.1 - Exposição dos motivos que justificam a abertura dos créditos suplementares, conforme inciso I do art. 2º da Lei nº 2095, de 01 de agosto de 2023:
I.1.1 – Conforme autorização contida no §1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, as suplementações, visam atender os seguintes objetivos:

Secretaria Municipal de Mobilização e Proteção Social

A suplementação se faz necessária para atender a Lei 2212/2026 publicada em 14/08/2026, destinada a implementação das ações previstas no Edital de chamamento Público nº 01/2026 do conselho da Pessoa Idosa.

ANEXO II
SALDO ATUAL DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES
III.1 - Demonstração dos saldos de créditos suplementares passíveis de abertura no presente exercício e o percentual de utilização do limite anual total autorizado no art. 4 da Lei nº 2192, de 29 de dezembro de 2025.

DEMONSTRATIVO DOS SALDOS DE CRÉDITO SUPLEMENTARES POR SUPERÁVIT,AUTORIZADOS 2026	
Limite total anual autorizado (8%)	R$ 20.951.882,62
Valor de créditos suplementares por SUPERÁVIT FINANCEIRO abertos anteriormente	R$ 18.871.114,85
Valor dos Decretos publicados nesta data	R$ 220.707,00
Valor dos créditos suplementares por superávit financeiro abertos no exercício	R$ 19.091.821,85
Saldo de créditos suplementares por SUPERÁVIT FINANCEIRO	R$ 1.860.060,77
Percentual utilizado	7,29%
Atualizado em 18/08//2026	

Publicado por:
Daniela Aparecida Borges
Código Identificador:25470D07

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL N.º 6671/2026

Dispõe sobre o funcionamento do Sistema de Compras Expressas (Sicx) no âmbito da Administração Pública Municipal, hipótese de

credenciamento por meio de comércio eletrônico de que trata o art. 79, IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observado o sistema instituído pelo art. 174, § 3º, VII, da mesma Lei, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no inciso VII do § 3º do art. 174 e no inciso VII do § 1º do art. 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o funcionamento do Sistema de Compras Expressas (Sicx), previsto no inciso VII do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e regulamenta o disposto no inciso IV do art. 79 da referida Lei no âmbito da Administração Pública Municipal.
§ 1º As disposições deste Decreto compreendem:
I – os princípios, definições, diretrizes e parâmetros mínimos aplicáveis à adoção da sistemática de comércio eletrônico por órgãos e entidades da Administração Pública Municipal para a contratação de bens e serviços comuns padronizados;
II – a disciplina específica do Sicx no âmbito da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional.
§ 2º Nos termos do § 2º do art. 79 da Lei nº 14.133, de 2021, o Sicx poderá ser disponibilizado para empresas públicas, para sociedades de economia mista e suas subsidiárias e para entidades privadas sem fins lucrativos.

Das definições

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, consideram-se:
I - Sistema de Compras Expressas (Sicx): conjunto de elementos interdependentes destinados ao desenvolvimento e à sustentação das contratações públicas por meio da sistemática de comércio eletrônico de que trata o inciso IV do art. 79 da Lei nº 14.133, de 2021, constituindo funcionalidade integrante da infraestrutura de contratações públicas digitais do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), observado o disposto no art. 174 da referida Lei;
II - edital de credenciamento: instrumento convocatório por meio do qual a Administração Pública estabelece as regras, condições e requisitos para que interessados possam se habilitar e integrar um cadastro de credenciados aptos a futuras contratações;
III - seleção de oferta: indicação eletrônica, pelo usuário comprador por meio da plataforma que operacionaliza o Sicx, da aquisição de bem ou serviço;
IV - seleção de oferta singular: seleção de um único item;
V - seleção de oferta múltipla: seleção de dois ou mais itens;
VI - seleção de oferta imediata: seleção da melhor proposta para o item no exato momento da indicação;
VII - seleção de oferta diferida: seleção da melhor proposta para o item em data e hora estipulada pelo usuário comprador, período no qual os fornecedores do item do catálogo serão notificados e poderão realizar ajuste das suas propostas;
VIII - órgão central: órgão responsável por editar as normas complementares concernentes ao Sicx, disponibilizar as plataformas para sua operacionalização, elaborar os editais de credenciamento e realizar o alinhamento das contratações concernentes ao Sicx ao planejamento estratégico do Município e às leis orçamentárias, podendo se tratar de Secretaria, Departamento ou Setor responsável pela coordenação das compras no âmbito do Município, sem prejuízo da possibilidade de utilização do Sicx por outros órgãos, sejam a ela vinculados ou não vinculados hierarquicamente;
IX - órgão credenciante: órgão ou entidade delegatária da competência de elaboração dos editais de credenciamento para o Sicx, com a definição dos respectivos objetos e universos de fornecedores;
X - comprador: órgãos e entidades que recebam atribuição para realizar ordem de compra e formalizar contratações no âmbito do Sicx;
XI - fornecedor: pessoa física ou jurídica interessada em fornecer bens ou serviços comuns padronizados para a Administração Pública;
XII - credenciante: órgão responsável pela realização do credenciamento de fornecedores;
XIII - credenciado: fornecedor que preenche os requisitos necessários para executar o objeto quando convocado;
XIV - bens e serviços comuns padronizados: bens e serviços cujas características, padrões de qualidade, condições de fornecimento ou execução e critérios de desempenho possam ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado e disponibilizados em plataformas de comércio eletrônico em larga escala;
XV - documento de formalização da demanda (DFD): documento elaborado pelo comprador por meio da plataforma que operacionaliza o Sicx destinado a:
a) justificar a necessidade administrativa;
b) realizar, de acordo com a complexidade da contratação, a indicação simplificada da solução pretendida ou, se avaliado como necessário, elaborar de modo individualizado Termo de Referência (TR), Edital, Estudo Técnico Preliminar (ETP) ou outros documentos da fase preparatória;
c) delimitar o quantitativo estimado;
d) delimitar as condições essenciais de fornecimento ou execução do objeto;
XVI - usuário comprador: servidor designado para pesquisar itens no catálogo eletrônico, montar listas de compras e encaminhar carrinhos para aprovação;
XVII - usuário autoridade: agente público delegatário do ordenador de despesas, designado para aprovar ordens de compra encaminhadas, verificar a regularidade da contratação e concluir o processo de contratação;
XVIII - plataforma pública de comércio eletrônico: ambiente virtual baseado em software administrado por pessoa jurídica de direito público interno, nos termos do art. 41 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
XIX – plataforma privada de comércio eletrônico: ambiente virtual baseado em software administrado por pessoa jurídica de direito privado, nos termos do art. 44 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e dos artigos 3º e 4º da Lei n. 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei das Empresas Estatais);
XX – operadora: pessoa jurídica que administra a plataforma de comércio eletrônico.

CAPÍTULO II
COMPETÊNCIAS E DESIGNAÇÕES

Art. 3º Compete ao órgão central a coordenação geral do uso das plataformas para funcionamento do Sicx no âmbito do Município, incluindo:
I – a designação dos agentes públicos com perfis de acesso à plataforma;
II – a supervisão do cumprimento deste Decreto pelos demais órgãos;
III – a interlocução com os operadores das plataformas para questões operacionais, técnicas e contratuais; e
IV – a elaboração de relatórios periódicos de uso.

Art. 4º Cada Secretaria ou unidade administrativa compradora designará, entre seus servidores, pelo menos um usuário comprador e um usuário autoridade.
Parágrafo único. A designação dos usuários será formalizada por ato normativo infralegal, comunicando a operadora para habilitação dos respectivos acessos, ou por meio de designação de usuário master, mediante login e senha, na plataforma.

Art. 5º O Município designará, nos termos do art. 117 da Lei n. 14.133/2021, gestor e fiscal dos contratos com as plataformas, responsáveis, entre outras atribuições, por:
I – monitorar os indicadores de nível de serviço da plataforma;
II – receber e analisar os relatórios periódicos fornecidos pela operadora;
III – registrar ocorrências e notificar a operadora em caso de descumprimentos; e
IV – atestar a regularidade da execução contratual para fins de controle interno e externo.

CAPÍTULO III
PLATAFORMAS DE COMÉRCIO ELETRÔNICO

Disposições gerais sobre as plataformas

Art. 6º As contratações de que trata este Decreto poderão ser realizadas por:
I – plataformas públicas de comércio eletrônico; e
II – plataformas privadas de comércio eletrônico.

Art. 7º O cadastramento em plataforma de comércio eletrônico, para fins de sua utilização na qualidade de comprador, deverá ser precedido de:
I – em caso de plataforma pública, negócio jurídico específico formalizado por Termo de Contrato, Acordo de Cooperação Técnica, Termo de Adesão ou instrumentos congêneres;
II – em caso de plataforma privada, negócio jurídico específico formalizado por Termo de Contrato, sendo vedada a utilização de Termo de Adesão ou instrumentos congêneres que importem manifestação unilateral de vontade.
§ 1º Os instrumentos de formalização de negócio jurídico de que tratam este artigo, qualquer que seja a sua forma, deverão ser assinados pelo Chefe do Poder Executivo ou por pessoa que possua representação legal mediante ato de delegação formal.
§ 2º A validade jurídica dos instrumentos de formalização de negócio jurídico de que trata este artigo requer:
I - assinatura física com firma reconhecida por autenticidade; ou
II - assinatura eletrônica, nos termos do art. 4º da Lei n. 14.063, de 23 de setembro de 2020.

Art. 8º O cadastramento em plataforma de comércio eletrônico, para fins de sua utilização na qualidade de entidade ou órgão comprador, é condicionado às seguintes avaliações:
I - avaliação jurídica sobre o cumprimento da formalização de negócio jurídico conforme disposto no art. 7º deste Decreto;
II - avaliação técnica sobre a observância, pela plataforma, dos requisitos de que trata o art. 11 deste Decreto;
III - avaliação econômica sobre a vantajosidade da plataforma, conforme artigos 14, 15 e 16 deste Decreto.
Parágrafo único. As avaliações de que trata este artigo serão realizadas por meio de Estudo Técnico Preliminar que caracterize o interesse público envolvido na solução adotada em comparação com alternativas disponíveis, sendo permitida a utilização ad referendum de ETP realizado por outras pessoas jurídicas integrantes da Administração Pública direta ou indireta, ou de entidades sem fins lucrativos, caso em que deverá ser ratificado por autoridade competente da entidade ou órgão comprador, preferencialmente servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública.

Art. 9º O poder público poderá cadastrar-se, na qualidade de comprador, em mais de uma plataforma de comércio eletrônico, bem como pesquisar ofertas livremente em quaisquer das plataformas em que estiver cadastrado, sendo vedadas práticas que restrinjam, direta ou indiretamente, o exercício dessa prerrogativa.

Art. 10. As plataformas de comércio eletrônico são caracterizadas, para fins jurídicos, como meio de contratação, não substituindo as competências dos agentes designados para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei n. 14.133, de 2021, como agente de contratação, gestor e fiscal do contrato, nem eximindo os agentes públicos de suas responsabilidades legais nas fases de contratação, execução e controle.

Princípios e requisitos mínimos das plataformas

Art. 11. As plataformas de comércio eletrônico, públicas ou privadas, deverão observar os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, concretizados pelos seguintes requisitos mínimos e obrigatórios:
I – legalidade, com a conformidade às normas da legislação aplicável, em especial com a Lei nº 14.133, de 2021, e com o presente Decreto;
II – impessoalidade e igualdade, com a vedação de:
a) qualquer forma de identificação dos fornecedores durante a realização de uma seleção de oferta ou de contato entre compradores e fornecedores antes da homologação da contratação;
b) participação da operadora como fornecedora dos bens ou serviços nela ofertados;
III – moralidade e probidade administrativa, com a manutenção de Programa de Integridade pela operadora, nos termos do § 4º do art. 25 da Lei nº 14.133, de 2021;
IV – publicidade e transparência, com:
a) manutenção da integração e observância da publicidade dos atos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), aplicando-se, no que couber, as condições e os requisitos estabelecidos nos regulamentos de que tratam o art. 87 e o § 1º do art. 175 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) mecanismos de denúncia e comunicação de indícios de ilícitos ou desconformidades;
V – eficiência e interesse público, aferidos na forma do art. 8º deste Decreto;
VI – segregação de funções, não podendo o agente responsável pela seleção da oferta a ser contratada ser o mesmo que autoriza a realização da compra;
VII – segurança jurídica, com as garantias de:
a) controles de acesso, autenticação e autorização compatíveis com o perfil do usuário;
b) registros e trilhas de auditoria das operações realizadas no sistema, com rastreabilidade das contratações por meios tecnológicos que assegurem integridade e não repúdio dos registros;
c) monitoramento automatizado de transações, comportamentos atípicos ou padrões indicativos de irregularidade;
d) proteção de dados pessoais, com obediência à Lei n. 13.709, de 2018, e designação de Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais;
e) pagamento com o recebimento definitivo;
VIII – competitividade, sendo assegurados:
a) o acesso permanente de fornecedores ao credenciamento por meio de Registro Cadastral Unificado ou edital permanente, sem cláusulas restritivas à participação;
b) a atualização contínua do cadastro de fornecedores;
c) a atualização contínua do catálogo eletrônico de padronização de compras para bens e serviços comuns;
d) adoção de filtros e critérios de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da legislação aplicável;
IX – razoabilidade e proporcionalidade, com a adoção de modelos de custeio vantajosos tanto para o comprador quanto para o fornecedor, com preservação do equilíbrio econômico-financeiro na relação entre comprador, fornecedor e operadora;
X – desenvolvimento nacional sustentável, com a adoção ou desenvolvimento de soluções logísticas eficientes que gerem benefícios sistêmicos à população e ao meio ambiente.
§ 1º A integração com o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), os padrões de interoperabilidade e as diretrizes do Sicx deverão ser implementados em articulação institucional com o Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas (CGRNCP), de que trata o § 1º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, observadas as disposições do Decreto Federal nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.
§ 2º As disposições previstas neste artigo terão caráter preventivo e corretivo, e poderão ser utilizadas para subsidiar medidas acauteladoras, processos administrativos e ações de aprimoramento do Sicx.

Art. 12. As plataformas de comércio eletrônico, públicas ou privadas, observarão preferencialmente as seguintes diretrizes:
I – certificações e conformidade: obtenção de certificações técnicas ou apresentação de relatórios de conformidade emitidos por entidade independente, atestando os níveis de segurança, disponibilidade e desempenho da plataforma;
II – interoperabilidade: integração com sistemas de pagamento, nota fiscal eletrônica e cadastros de fornecedores;
III – continuidade e contingência: manutenção de plano de continuidade do serviço e de plano de contingência operacional;
IV – auditorias: permissão para realização de auditorias periódicas de segurança, integridade e desempenho;

V – avaliação de fornecedores: adoção de mecanismos de avaliação de desempenho e reputação dos fornecedores, com base em indicadores objetivos e verificáveis;
VI – sanções: auxílio ao ente público com o fornecimento de dados necessários para a parametrização das sanções aplicáveis, em conformidade com a legislação vigente;
VII – compras compartilhadas: incentivo à realização de compras compartilhadas entre entes públicos, com vistas à obtenção de economia de escala e à racionalização de recursos.

Formas de custeio das plataformas

Art. 13. O custeio das plataformas poderá ocorrer das seguintes formas:
I – custeio direto: quando os recursos destinados ao funcionamento da plataforma forem provenientes do orçamento público ou o onerarem diretamente por meio de financiamentos públicos ou privados;
II – custeio indireto: quando os recursos destinados ao funcionamento da plataforma forem provenientes dos fornecedores, mediante cobrança de comissões por transação, taxas de assinatura ou outras formas de cobrança;
III – custeio híbrido: quando o financiamento da plataforma combinar custeio direto e indireto.

Art. 14. A avaliação econômica de vantajosidade de que trata o art. 8º, relativamente às plataformas de custeio direto, deverá:
I – analisar o alcance da plataforma e ponderar as vantagens e desvantagens de sua adoção em comparação com as soluções para contratação de bens e serviços comuns padronizados já utilizadas pelo órgão central; e
II – na hipótese de plataforma própria, comparar os investimentos necessários à sua criação, uso e manutenção com os impactos projetados ao orçamento decorrentes da eventual utilização de plataforma operada por terceiro.

Art. 15. A avaliação econômica de vantajosidade de que trata o art. 8º, relativamente às plataformas de custeio indireto, deverá:
I – analisar o alcance da plataforma e ponderar as vantagens e desvantagens de sua adoção em comparação com as soluções já utilizadas pelo órgão central; e
II – analisar os impactos indiretos da utilização da plataforma ao orçamento público, sendo vedada a utilização de plataformas cujas cobranças impostas a licitantes ou fornecedores sejam excessivas.
Parágrafo único. Para os fins deste Decreto, consideram-se excessivas as formas de cobrança que:
I – frustrem a competitividade ou a isonomia na contratação;
II – extrapolem:
a) os custos relativos a armazenamento de dados, tráfego, suporte técnico, segurança digital e customizações; e
b) remuneração da operadora e encargos operacionais a ela associados, devendo sempre ser preservado o equilíbrio econômico-financeiro na relação entre comprador, fornecedor e operadora, além de observado o inciso I do art. 40 da Lei nº 14.133, de 2021;
III – no caso de comissão por transação, é vedada a cobrança:
a) cujo percentual supere o das comissões de transação habitualmente praticadas no comércio eletrônico privado, conforme pesquisa a ser realizada pelo órgão central; e
b) cujo valor, em moeda corrente, independentemente do percentual adotado, seja superior a 10% (dez por cento) do valor previsto para a dispensa de licitação no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, adotado como parâmetro objetivo de economicidade para efeitos deste Decreto;
IV – no caso de taxa de assinatura cobrada exclusivamente para participação em processos licitatórios, é vedada a cobrança cujo valor, em moeda corrente, seja superior a 1% (um por cento) do valor previsto para a dispensa de licitação no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, adotado como parâmetro objetivo para efeitos deste Decreto; e
V – no caso de outras formas de cobrança, são vedadas todas aquelas que violem os princípios do art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021, incluídos os requisitos mínimos e obrigatórios de sua concretização previstos no art. 11 deste Decreto, ou que superem os valores habitualmente praticados no comércio eletrônico privado para cobranças equivalentes, conforme pesquisa a ser realizada pelo órgão central.
§ 1º Enquanto não realizada a pesquisa de que trata a alínea "a" do inciso III, considera-se como limite o percentual de 5% (cinco por cento) do valor da transação.
§ 2º É vedada a utilização do limite de que trata a alínea "b" do inciso III por unidade ou lote de contratação, devendo ele ser considerado:
I - por oferta de compra singular, no caso de compra de item único;
II - por oferta de compra múltipla, no caso de compra de mais de um item;
III - por ente comprador, no caso de compras coletivas ou em consórcio.
§ 3º Sem prejuízo do disposto na alínea "b" do inciso III e no § 1º deste artigo, é permitida a cobrança de comissão de transação mínima, em moeda corrente, para compras de valor ínfimo, assim consideradas aquelas de valor igual ou inferior a 5% (cinco por cento) do valor de pequenas compras previsto no § 2º do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, contanto que esta comissão não seja superior a 0,5% (cinco décimos por cento) deste valor.
§ 4º O limite referido no inciso IV para a taxa de assinatura é considerado para cobrança em periodicidade mensal, devendo ser calculado proporcionalmente em caso de adoção de outras periodicidades.
§ 5º Em condições equivalentes, a comissão de transação deve ser adotada preferencialmente à taxa de assinatura, com vistas ao aumento da competitividade, à maior participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas e à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, nos termos do art. 47 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Art. 16. A avaliação econômica de vantajosidade de que trata o art. 8º, relativamente às plataformas de custeio híbrido, deverá observar, cumulativamente, o disposto nos arts. 14 e 15 deste Decreto.

CAPÍTULO IV
SISTEMA DE COMPRAS EXPRESSAS

Art. 17. A participação no Sicx no âmbito do Município presume:
I - conhecimento sobre as regras deste Decreto;
II - entendimento de que a plataforma que operar o Sicx deve ser compreendida como ferramenta tecnológica de auxílio, não substituindo as atividades administrativas da Administração Pública na contratação de bens e serviços.

Seção I
Condições de admissão e permanência dos fornecedores

Art. 18. O acesso pelos fornecedores ao Sicx ficará permanentemente aberto, sendo o credenciamento condição para participação nas oportunidades de negócio, não gerando direito subjetivo à contratação.

Art. 19. O interessado em fornecer bens ou prestar serviços à Administração Pública por meio do Sicx deverá requerer o seu credenciamento eletronicamente na plataforma, sendo o credenciamento condicionado a:
I – cadastro na plataforma, com aceitação dos Termos e Condições de Uso, incluindo autorização do interessado para utilização de seus dados e recebimento de notificações;
II – apresentação dos documentos de habilitação previstos na Lei n. 14.133, de 2021, realizada mediante integração com o Registro Cadastral Unificado ou mediante outras formas de carregamento de arquivos;
III - a indicação dos bens e serviços fornecidos;
IV - a localidade ou localidades de atendimento.
§ 1º O fornecedor poderá cadastrar ofertas para os objetos de sua linha de fornecimento, indicando, para cada localidade atendida, valores, prazos de entrega e condições de pagamento, conforme critérios, especificações técnicas e condições estabelecidas no edital e nos parâmetros do Sicx.
§ 2º O cadastro das ofertas poderá se dar por meio de integração com plataformas em que o fornecedor credenciado já ofereça seus bens ou serviços.

§ 3º O fornecedor poderá cadastrar ofertas escalonadas conforme a quantidade de itens demandada para cada objeto para um mesmo local de entrega.

Art. 20. A efetivação do credenciamento dependerá de verificação e habilitação, pela autoridade competente de cada comprador, dos documentos de habilitação e das demais exigências previstas em edital, de acordo com a natureza e as especificidades do objeto da contratação, sendo vedado ao comprador estabelecer requisitos de habilitação adicionais na ordem de compra.
Parágrafo único. Salvo disposição em contrário na estrutura de cargos do Município, o órgão central atuará como órgão credenciante, podendo delegar a competência para outros órgãos, conforme objeto de contratação.

Seção II
Inclusão de bens e serviços e formação e alteração de preços

Inclusão de bens e serviços

Art. 21. A incorporação de objetos ao Sicx observará a padronização definida pelo órgão central em catálogo eletrônico de atualização contínua, com vistas a:
I – viabilizar a integração com diferentes plataformas de contratação;
II – permitir estimativas de preços; e
III – assegurar a comparabilidade entre objetos semelhantes.
§ 1º Para fins do disposto neste artigo, a Administração Pública poderá:
I - adotar para a seleção e a execução de suas contratações catálogo eletrônico de padronização de itens elaborados por outros compradores e disponíveis na plataforma, sendo admitida a adesão integral ou parcial, mediante seleção específica dos itens de interesse;
II - requisitar a inclusão de novos itens no catálogo eletrônico, desde que demonstrada a necessidade pública e atendidos os requisitos técnicos de:
a) especificação precisa do bem ou serviço comum;
b) justificativa da vantagem econômica ou administrativa;
c) compatibilidade com os padrões de sustentabilidade e inovação tecnológica vigentes.
§ 2º A plataforma poderá disponibilizar mecanismos de inteligência artificial e recursos visuais, como ilustrações e fotografias, para auxiliar o comprador na elaboração ou adesão a catálogo eletrônico, bem como na fundamentação de atos que exijam motivação.

Art. 22. Compete ao comprador selecionar os objetos e características que melhor atendam às suas necessidades, considerando os seguintes aspectos:
I – atributos dos produtos;
II – atributos dos fornecedores;
III – requisitos de sustentabilidade;
IV – condições e locais de entrega;
V – rótulos e certificações;
VI – faixas de preços;
VII – desempenho; e
VIII - marca.
§ 1º A indicação de marca observará as hipóteses do art. 41 da Lei nº 14.133, de 2021.
§ 2º Quando a marca for indicada apenas como referência (art. 41, I), é direito do fornecedor comprovar a qualidade do produto nos termos do art. 42 da Lei nº 14.133, de 2021.

Formação e alteração dos preços

Art. 23. A formação dos preços no Sicx atrela-se às ofertas disponibilizadas pelos fornecedores.

Art. 24. A alteração dos preços pode ser realizada pelos fornecedores, salvo em relação às ofertas já selecionadas.
§ 1º As informações de preço disponibilizadas pelos fornecedores serão atualizadas diretamente na plataforma.
§ 2º A plataforma de Sicx poderá disponibilizar estimativa de preços praticados fora de seu âmbito, caso em que utilizará, dentre outros:
I - os parâmetros previstos no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
II - mecanismos de busca automatizada de preços no mercado privado.
§ 3º Para fins de acesso à pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, de que tratam o art. 23, § 1º, V, e o art. 174, § 2º, VI, da Lei nº 14.133, de 2021, o Sicx poderá integrar-se aos sistemas da Secretaria de Fazenda do Estado e da Receita Federal do Brasil.

Art. 25. Os custos relativos ao frete deverão ser incorporados ao preço dos produtos oferecidos para efeito de julgamento das ofertas.

Seção III
Prazos, métodos para entrega e recebimento dos bens e serviços

Prazos e métodos para entrega

Art. 26. Os prazos de entrega dos bens e serviços serão:
I – informados pelo fornecedor no momento da inclusão da oferta no catálogo;
II – compatíveis com a complexidade do objeto e as condições de mercado; e
III – contados a partir da emissão da ordem de fornecimento ou nota de empenho.
Parágrafo único. O prazo máximo de entrega para cada categoria de bem ou serviço será estabelecido pelo comprador, e o seu descumprimento sujeitará o fornecedor às sanções previstas neste Decreto.

Art. 27. A entrega dos bens observará o endereço e o horário de funcionamento do órgão contratante, as condições adequadas de acondicionamento e transporte e a documentação fiscal correspondente.

Art. 28. O fornecedor poderá registrar a entrega no Sicx inclusive por meio de transportadores ou operadores logísticos.

Recebimento dos bens e serviços

Art. 29. O recebimento dos bens e serviços será realizado:
I – provisoriamente, para verificação da conformidade com a especificação e a quantidade contratadas, no prazo de até 2 (dois) dias úteis após o registro da entrega;
II – definitivamente, após verificação da qualidade e da quantidade, em até 10 (dez) dias após o recebimento provisório, salvo disposição em contrário no edital, respeitado o limite máximo de 30 (trinta) dias.
§ 1º O recebimento definitivo será registrado no sistema pelo gestor do contrato e constitui condição para a liberação do pagamento ao fornecedor.
§ 2º A recusa no recebimento deverá ser fundamentada e registrada no sistema.
§ 3º A ausência de manifestação nos prazos previstos implicará presunção de recebimento tácito.

Art. 30. Os bens e serviços recebidos em desacordo com as especificações contratadas serão rejeitados, total ou parcialmente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
§ 1º O recebimento parcial ou a recusa do recebimento deverão ser justificados, com detalhamento do problema identificado.
§ 2º Recusas imotivadas ou inconsistentes poderão impactar a reputação do órgão comprador.

Art. 31. Na hipótese de entrega em desconformidade, com defeito ou divergência em relação ao contratado, ou outro motivo justificado, o fornecedor será responsável pela logística reversa.
§ 1º A responsabilidade pela coleta do bem em desconformidade será do fornecedor, inclusive nos casos de devolução parcial do pedido.
§ 2º A responsabilidade pela coleta de que trata o §1º não impede que o Sicx providencie alternativas visando a ampliar acesso ao sistema, especialmente para os pequenos e médios fornecedores.
§ 3º Mediante acordo, o fornecedor poderá desonerar-se da coleta do bem, que ficará com o comprador para uso, destinação ou descarte, sem a liberação do pagamento ao fornecedor.

Seção IV
Regras de instrução processual e de uso das plataformas

Edital e fluxo de contratação

Art. 32. O edital de credenciamento para as contratações realizadas por meio do Sicx conterá os elementos essenciais previstos na regulamentação aplicável e definirá os limites de utilização do sistema, conforme respectivas linhas de fornecimento, bem como os critérios e condições da contratação.
Parágrafo único. O edital poderá ter vigência indeterminada e ser acrescido de anexos, que incorporarão novos bens e serviços ao Sicx sob o mesmo regramento, admitida a adesão integral ou parcial a edital de outros compradores, mediante seleção específica dos itens de interesse.

Art. 33. A contratação via Sicx observará o seguinte fluxo:
I - elaboração ou adoção de catálogo eletrônico;
II - publicação de edital de credenciamento;
III - credenciamento de fornecedores, o que poderá ocorrer após o julgamento automático pelo sistema no caso de o fornecedor com a melhor oferta ainda estar com o credenciamento pendente de análise;
IV - pesquisa de disponibilidade do item;
V - seleção da oferta pelo usuário comprador, a qual poderá ser imediata ou diferida, com julgamento automático pelo sistema, conforme art. 36 deste Decreto;
VI - envio da oferta selecionada para o usuário autoridade;
VII- verificação, pelo usuário autoridade, da:
a) regularidade do fornecedor;
b) adequação do preço; e
c) vantajosidade da contratação;
VIII - aprovação da oferta selecionada, com finalização da compra;
IX - envio automático, pela plataforma:
a) do processo administrativo para publicação no PNCP, o qual poderá ocorrer automaticamente com o registro de saída da plataforma, quando não realizado manualmente;
b) da ordem de fornecimento ao fornecedor; e
X - confirmação da entrega do bem ou serviço via plataforma, como condição para liberação do pagamento ao fornecedor.
§ 1º O procedimento de que trata este artigo poderá ser realizado para seleção de oferta singular ou múltipla.
§ 2º Caso o usuário autoridade não aprove a oferta selecionada, deverá, conforme o caso e nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades, revogar o processo de contratação por motivo de conveniência e oportunidade ou proceder à sua anulação, se presente ilegalidade insanável.
§ 3º O processo administrativo de que trata o inciso IX, alínea "a", poderá, a critério do comprador, ser publicado no PNCP sob a modalidade de credenciamento ou de inexigibilidade, neste caso com a geração de autos eletrônicos separados para cada contratação.
§ 4º A confirmação de entrega prevista no inciso X deverá ser realizada até o prazo do recebimento definitivo.
§ 5º Para auxílio na realização do fluxo de contratação de que trata este artigo, as plataformas de comércio eletrônico poderão disponibilizar:
a) integrações com a fase preparatória da contratação;
b) opções de campos de tela para confecção ou para carregamento de arquivos externos que sejam necessários à contratação, incluindo a possibilidade de inserção de DFD, TRR ou ETP nos casos em que a Administração Pública Municipal entender, excepcionalmente, necessários;
c) mecanismos de inteligência artificial para auxiliar na contratação, na fundamentação de atos que o exijam bem como na revisão do processo.

Exibição das ofertas

Art. 34. A plataforma deverá exibir cada item do catálogo em uma janela única, com ilustração e preço, na qual deverão estar reunidas todas as propostas para o respectivo item dos diferentes fornecedores, os quais não poderão estar identificados, sendo vedada a criação de janelas diferentes para o mesmo item de catálogo ou qualquer outra forma que possa identificar o fornecedor, incluindo a exibição de diferentes preços.
§ 1º Na janela única de exibição do item, o padrão adotado para o preço exibido será o da média de preço da oferta.
§ 2º Apenas em casos nos quais a impessoalidade não seja afetada, será admitido padrão diferente para a exibição do preço, como o menor preço da oferta, sendo vedada, em qualquer caso, a visualização de diferentes preços para cada fornecedor.

Ranqueamento das ofertas

Art. 35. A plataforma procederá ao ranqueamento das ofertas habilitadas para o comprador, com base no objeto e nas características selecionadas, critérios de ordenação das ofertas e indicadores de reputação.
§ 1º O ranqueamento de que trata este artigo será realizado de forma automatizada, objetiva e auditável, observados os critérios definidos no edital e na parametrização do sistema.
§ 2º Todas as ofertas aptas ao fornecimento do objeto com as características indicadas pelo comprador serão listadas no ranqueamento.
§ 3º Não será considerado apto para fornecer no âmbito do Sicx o fornecedor que, no momento da seleção da oferta, apresente impedimento registrado no sistema de registro cadastral unificado de que trata o art. 87 da Lei nº 14.133, de 2021, ou que esteja sujeito a sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade.
§ 4º Os critérios, pesos e metodologias aplicáveis ao ranqueamento serão dinâmicos e ajustáveis pelo órgão central, com o objetivo de:
I - buscar o encontro das melhores ofertas para cada demanda; e
II – promover a isonomia e a governança das transações realizadas.
§ 5º Os critérios automatizados de ranqueamento deverão observar transparência, rastreabilidade, auditabilidade e tratamento isonômico dos fornecedores.
§ 6º Em caso de empate, o Sicx aplicará os critérios de desempate previstos no art. 60, incisos II a IV e § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.
§ 7º Mantido o empate, será realizado sorteio para ordenação das ofertas.

Seleção da oferta

Art. 36. A seleção da oferta mais bem ranqueada independe de justificativa.
§ 1º A seleção de oferta que esteja ranqueada abaixo da primeira dependerá de justificativa.
§ 2º A justificativa de que trata o § 1º poderá lastrear-se, entre outros motivos, em:
I - legislação aplicável ao órgão comprador;
II - o produto ou serviço não obedecerem às características contidas na requisição de compra;
III - o produto ou o serviço apresentar preços inexequíveis ou acima do preço máximo definido para a contratação;
IV - experiência pretérita negativa com o mesmo fornecedor ou com o mesmo produto formalmente registradas em mecanismos objetivos de avaliação de desempenho.

Uso das plataformas

Art. 37. A constatação de condutas que violem a integridade do Sicx poderá ensejar, conforme a gravidade e a natureza da infração:
I – adoção de medidas preventivas ou acauteladoras, inclusive a inativação temporária do credenciamento do fornecedor;
II – instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade;
III – aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021; e
IV – comunicação aos órgãos competentes, quando cabível.

Art. 38. A inativação temporária do credenciamento é a providência acauteladora que paralisa temporariamente as atividades do fornecedor no Sicx para assegurar a higidez das futuras oportunidades de negócios.

Art. 39. A inativação temporária poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:
I - caso o fornecedor não mantenha suas informações de cadastro atualizadas ou não aceite as atualizações dos termos e condições;
II - caso o fornecedor não responda às tentativas de contato em relação a uma oferta cadastrada; e
III - caso haja indícios de materialidade e autoria de que o fornecedor tenha cometido alguma das seguintes infrações administrativas:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
b) dar causa à inexecução total do contrato;
c) apresentar declaração ou documentação falsa na oferta ou na execução do contrato;
d) fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o credenciamento, prestar declaração falsa em sua oferta ou na execução do contrato;
f) fraudar sua oferta ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do Sicx; e
i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
IV - caso o fornecedor já tenha sido condenado por qualquer infração administrativa prevista no artigo 155 da Lei nº 14.133, de 2021, e haja indícios de materialidade e autoria de que o fornecedor tenha cometido alguma das seguintes infrações administrativas:
a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
b) não manter a oferta, salvo em decorrência de fato superveniente justificável; ou
c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
§ 1º A inativação temporária prevista no inciso I perdurará até que o fornecedor atualize suas informações de cadastro.
§ 2º A inativação temporária prevista no inciso II perdurará até que o fornecedor requeira sua reativação.
§ 3º A inativação temporária prevista nos incisos III e IV perdurará até que se encerre o processo administrativo sancionador, observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias e desde que este processo seja iniciado no prazo de 10 (dez) dias após a inativação.
§ 4º Na hipótese dos incisos III e IV, caso o fornecedor venha a ser sancionado com a penalidade de impedimento de licitar e contratar ou com a penalidade de declaração de inidoneidade, o período de inativação temporária será computado na totalização do cumprimento da penalidade.

Art. 40. A inativação temporária ocorrerá da seguinte forma:
I - será automática e realizada via sistema, no caso do inciso I do art. 39; ou
II - será comunicada ao fornecedor nas hipóteses dos incisos II, III e IV do art. 39, com a indicação da ocorrência da hipótese incidente.
§ 1º Na hipótese do inciso II do caput, o fornecedor será notificado por meio da plataforma sobre a intenção de inativação temporária e poderá apresentar manifestação no prazo estabelecido.
§ 2º Realizada a notificação prevista no §1º:
I - caso o órgão administrador ou comprador acate a manifestação do fornecedor, a inativação temporária não será efetivada; ou
II - caso o fornecedor não se manifeste ou caso a manifestação não seja acatada, a inativação temporária será efetivada.
§ 3º Nos casos de risco iminente, ou quando a ciência prévia do fornecedor puder frustrar a medida, o órgão administrador ou comprador poderá efetivar a inativação temporária sem a prévia manifestação do fornecedor.
§ 4º Na hipótese do § 3º, o fornecedor poderá manifestar-se após ser notificado da inativação temporária e, caso suas razões sejam acatadas, a inativação temporária será cancelada.

Art. 41. O fornecedor poderá solicitar o seu descredenciamento no Sicx a qualquer tempo, não servindo a mera solicitação para se desincumbir do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles decorrentes.

Seção V
Condições de pagamento

Art. 42. O pagamento ao fornecedor será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento definitivo do bem ou serviço contratado.

Art. 43. O pagamento deverá ser processado com utilização de conta escrow ou mecanismo equivalente de segregação em instituição financeira indicada pela operadora, devendo ser liberado apenas após o recebimento definitivo do bem ou serviço contratado, sendo vedada qualquer transferência de valores do comprador à operadora.

Art. 44. Na hipótese de cobrança de comissão por transação, os valores devidos à operadora serão descontados por meio de split de pagamento, concomitantemente ao pagamento ao fornecedor, sem que isso configure transferência de valores do comprador à operadora para os fins do art. 43.

Art. 45. As retenções tributárias devidas serão realizadas de acordo com a legislação vigente, com base nas informações constantes da nota fiscal eletrônica emitida pelo fornecedor.
Parágrafo único. Sempre que tecnicamente possível, o comprador e o fornecedor deverão ser previamente informados sobre os valores estimados das retenções tributárias incidentes sobre cada transação.

Seção VI
Sanções aplicáveis

Art. 46. O credenciado ou fornecedor que cometer infrações no âmbito do Sicx ficará sujeito às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Parágrafo único. O regime sancionatório previsto nesta Seção não se aplica às negociações e aos contratos celebrados sob regime de direito privado.

Art. 47. Constituem infrações puníveis no âmbito do Sicx:
I – fornecer bem ou prestar serviço em desacordo com as especificações contratadas;
II – atrasar injustificadamente a entrega ou a prestação do serviço;
III – não substituir bem rejeitado no prazo estabelecido;
IV – fraudar a execução do contrato;
V – comportar-se de modo inidôneo;
VI – declarar informações falsas; e
VII – descumprir obrigações trabalhistas, previdenciárias ou fiscais.

Art. 48. As sanções aplicáveis são:
I – advertência, por escrito;
II – multa:
a) de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, por inexecução parcial;
b) de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato, por inexecução total;
c) de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) do valor do contrato, por atraso injustificado na entrega;
III – impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021; e
IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.
§ 1º As sanções dos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
§ 2º A aplicação de qualquer sanção será precedida de notificação ao fornecedor, com prazo de 15 (quinze) dias úteis para defesa prévia, e de decisão fundamentada.
§ 3º Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, à autoridade superior àquela que proferiu a decisão, nos termos do art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.
§ 4º Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade caberá pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, nos termos do art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 49. A dosimetria das sanções observará:
I – a natureza e a gravidade da infração;
II – as peculiaridades do caso concreto;
III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV – os danos resultantes da infração; e
V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo infrator.

Art. 50. As sanções aplicadas no Sicx serão registradas no PNCP e no sistema de registro cadastral unificado, nos termos do art. 87 da Lei n. 14.133/2021.

Seção VII
Outras disposições

Planejamento dos compradores públicos

Art. 51. O comprador público poderá realizar planejamento abrangente, indicando os objetos que serão preferencialmente contratados pelo Sicx, até determinado limite.
§ 1º O planejamento abrangente de que trata este artigo deverá assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico do comprador público e às leis orçamentárias, nos termos do parágrafo único do art. 11 da Lei 14.133, de 2021.
§ 2º O planejamento abrangente de que trata este artigo permite a vinculação prévia dos recursos à contratação por meio do Sicx, com a pré-autorização das compras nele planejadas até o limite dos recursos previamente vinculados.

Art. 52. A operacionalização do Sicx observará lógica de simplificação procedimental proporcional ao risco, à complexidade e ao valor da contratação.
§ 1º As contratações realizadas por meio do Sicx ficam dispensadas da elaboração individualizada de Termo de Referência e de instrumento convocatório específico para cada contratação.
§ 2º O Estudo Técnico Preliminar (ETP) somente será exigido em caráter excepcional, quando a natureza da demanda, a complexidade da solução ou o valor da contratação demandarem a avaliação de alternativas disponíveis no mercado ou a apresentação de justificativas técnicas adicionais que não possam ser satisfatoriamente contempladas no fluxo de que trata o art. 33 deste Decreto.
§ 3º Quando exigido, o ETP poderá limitar-se aos elementos estritamente necessários à indicação e ao dimensionamento da solução a ser contratada, observadas as diretrizes de simplificação procedimental definidas pelo órgão central.

Reserva de recursos financeiros ao fornecedor

Art. 53. As contratações realizadas por meio do Sicx observarão os limites orçamentários e a disponibilidade financeira dos órgãos contratantes.

Art. 54. O fluxo financeiro das contratações realizadas no Sicx será estruturado de modo a garantir a vinculação prévia dos recursos à contratação, com retenção do valor correspondente até o recebimento definitivo do objeto.
Parágrafo único. O valor retido de que trata o caput será tratado conforme legislação orçamentária, descontados os custos operacionais.

Reputação dos fornecedores

Art. 55. O Sicx utilizará mecanismos de reputação de fornecedores e de bens ou serviços como instrumentos auxiliares para o ranqueamento das ofertas e para o aprimoramento da qualidade das contratações realizadas em seu âmbito.
Parágrafo único. Os mecanismos de reputação possuem caráter exclusivamente classificatório e informativo, não se equiparando nem se confundindo com sanções administrativas.

Art. 56. Os critérios, métricas e metodologias de cálculo da reputação serão parametrizados pelo órgão central de forma auditável, com possibilidade de revisão periódica.

Art. 57. Será assegurado ao fornecedor:
I - acesso às informações que compõem sua reputação e a reputação de bens ou serviços que forneçam; e
II - a possibilidade de contestação ou solicitação de revisão dessas informações, nos termos definidos pelo órgão central.

Art. 58. O órgão central avaliará, periodicamente, a reputação dos compradores no âmbito da Administração Pública Municipal, prevendo critérios relativos, entre outros, a:
I – prazos de pagamento;
II – recusas de recebimento; e
III – comportamento na plataforma.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 59. Na hipótese de não haver integração com o registro cadastral unificado, caberá aos fornecedores, como condição de credenciamento, manter seus dados cadastrais atualizados nas plataformas que pretendam utilizar.

Art. 60. Enquanto não disponibilizada a pesquisa de preços de que trata o § 2º do art. 24 deste Decreto, para fins de verificação da adequação e compatibilidade dos valores da contratação, o comprador deverá considerar ofertas disponíveis para bens ou serviços equivalentes em ambiente externo ao Sicx, observada a similaridade das condições padronizadas de fornecimento ou execução, preferencialmente em ambientes de comércio eletrônico, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo.
Parágrafo único. A verificação da adequação dos preços deverá considerar, sempre que possível, indicadores institucionais ou meios equivalentes aptos a mensurar os custos administrativos e transacionais decorrentes da realização de procedimento de contratação sem a utilização do Sicx.

Art. 61. Enquanto não disponibilizada a reserva financeira na conclusão da compra de que trata o art. 54, o pagamento será feito segundo o rito ordinário da execução da despesa pública, respeitado o prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento, conforme o art. 79, § 1º, VII, alínea “e”, da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 62. As plataformas que operem o Sicx deverão disponibilizar capacitações para sua utilização, observadas as seguintes condições:
I – para os agentes públicos dos entes compradores, a capacitação é obrigatória, constituindo requisito prévio para a habilitação dos respectivos perfis de acesso à plataforma; e
II – para os representantes dos fornecedores, a capacitação é recomendável, sem caráter compulsório.
Parágrafo único. As capacitações de que trata este artigo poderão ser ofertadas em formato presencial, semipresencial ou a distância, devendo seu conteúdo abranger, no mínimo, as funcionalidades operacionais da plataforma e as normas aplicáveis às contratações públicas realizadas por seu intermédio.

Art. 63. A operadora deverá disponibilizar manual operacional de sua plataforma contendo instruções detalhadas sobre o cadastramento de fornecedores, a inclusão de bens e serviços, a realização de contratações, os procedimentos de recebimento e a aplicação de sanções.

Art. 64. Observadas as regras deste Decreto, em especial as avaliações do art. 8º, a Administração poderá contratar e utilizar diferentes plataformas de comércio eletrônico para a realização das contratações de que trata este Decreto.

Art. 65. Compete ao Município, no exercício da autonomia que lhe é assegurada pelos artigos 1º e 18 da Constituição Federal, escolher, de forma motivada, a plataforma ou as plataformas de comércio eletrônico que utilizará para as contratações de que trata este Decreto, observadas as avaliações de vantajosidade do art. 8º.
§ 1º Será considerada nula qualquer disposição ou cláusula, em ato normativo, edital, contrato ou instrumento congênere, que imponha exclusividade para operar em uma plataforma de comércio eletrônico, pública ou privada, ou que restrinja, direta ou indiretamente, a faculdade de o Município se cadastrar em outras plataformas.
§ 2º A disposição ou cláusula que contrarie o disposto no § 1º é nula de pleno direito, não produzindo efeitos perante o Município, sem prejuízo das medidas cabíveis perante os órgãos competentes.

Art. 66. O descumprimento das disposições deste Decreto por servidores municipais implicará responsabilização administrativa nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e da Lei n. 14.133, de 2021.
Parágrafo único. Será considerada falta grave, para fins de instauração de processo administrativo disciplinar e apuração de penalidade, a autorização ou realização de contratação de plataforma:
I - sem a observância das regras previstas nos artigos 7º e 8º deste Decreto;
II - que não atenda aos princípios e os requisitos mínimos de sua concretização previstos no art. 11 deste Decreto.

Art. 67. As regras deste Decreto aplicam-se, no que couber, às demais hipóteses de credenciamento previstas nos incisos I, II e III do art. 79 da Lei n. 14.133, de 2021, podendo a operadora realizar contratações a elas relativas na plataforma.

Art. 68. O Sicx, no âmbito do Município, observará, no que couber, as diretrizes e objetivos da Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (ENCP), bem como os princípios da política de inovação, considerando suas dimensões nacional, regional e local.

Art. 69. Na ausência de regras específicas neste Decreto, aplicar-se-ão subsidiariamente, nesta ordem:
I – as orientações normativas, instruções e atos equivalentes editados pelo órgão central do Município para disciplinar o uso do Sicx no âmbito da Administração Pública Municipal;
II – o Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024, e os demais atos normativos infralegais editados pelo Poder Executivo federal sobre a matéria, nos termos do art. 187 da Lei nº 14.133, de 2021, aplicados no que couber e desde que compatíveis com a autonomia municipal assegurada pelos arts. 1º e 18 da Constituição Federal; e
III – os princípios gerais do direito administrativo e as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, aplicáveis por analogia.
Parágrafo único. As orientações normativas de que trata o inciso I serão publicadas pelo órgão central com observância dos princípios da publicidade e da motivação, sendo comunicadas à operadora para fins de adequação operacional da plataforma.

Art. 70. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Bárbara, data de publicação.

ALCEMIR JOSÉ MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Braulio Lopes de Assis
Código Identificador:8063CB9F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA BÁRBARA DO LESTE

COMISSAO DE LICITAÇAO
MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO LESTE
PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA Nº 125/2026

Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Leste – Extrato da Homologação - Processo Administrativo nº 1125/2026 – Dispensa n° 125/2026 objetivando a **Contratação de Clínica Psiquiátrica para internação, tratamento e acompanhamento terapêutico aos munícipes CRISTIANO SOUZA DA SILVA, em atendimento a ordem judicial**. **Clínica de Tratamento Mendonça e Daros Ltda**, inscrita no CNPJ sob o nº 40.181.001/0001-02, no valor de R$ 20.600,00 (vinte mil e seiscentos reais). Dotação: 0208.1030100082.027.33909100000-150/15000001002 –

Santa Bárbara do Leste, 12 de agosto de 2026 –

JOSÉ GERALDO DE OLIVEIRA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Enilson Gonçalves Leite
Código Identificador:EA98B868

COMISSAO DE LICITAÇAO
MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO LESTE
PUBLICAÇÃO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA Nº 125/2026

Prefeitura Municipal de Santa Barbara do Leste – Extrato da Ratificação - Processo Administrativo nº 1125/2026 – Dispensa n° 125/2026 objetivando a **Contratação de Clínica Psiquiátrica para internação, tratamento e acompanhamento terapêutico aos munícipes CRISTIANO SOUZA DA SILVA, em atendimento a ordem judicial**. **Clínica de Tratamento Mendonça e Daros Ltda**, inscrita no CNPJ sob o nº 40.181.001/0001-02, no valor de R$ 20.600,00 (vinte mil e seiscentos reais). Dotação: 0208.1030100082.027.33909100000-150/15000001002 –

Santa Bárbara do Leste, 12 de agosto de 2026 –

JOSÉ GERALDO DE OLIVEIRA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Enilson Gonçalves Leite
Código Identificador:7A70E1C2

COMISSAO DE LICITAÇAO
MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO LESTE
PUBLICAÇÃO DO CONTRATO DISPENSA Nº 125/2026

Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Leste – Extrato do Contrato nº 037/2026 - Processo Administrativo nº 1125/2026 – Dispensa n° 125/2026 objetivando a **Contratação de Clínica Psiquiátrica para internação, tratamento e acompanhamento terapêutico aos munícipes CRISTIANO SOUZA DA SILVA, em atendimento a ordem judicial**. **Clínica de Tratamento Mendonça e Daros Ltda**, inscrita no CNPJ sob o nº 40.181.001/0001-02, no valor de R$ 20.600,00 (vinte mil e seiscentos reais). Dotação: 0208.1030100082.027.33909100000-150/15000001002 – Prazo: 06 (seis) meses.

Santa Bárbara do Leste, 12 de agosto de 2026 –

JOSÉ GERALDO DE OLIVEIRA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Enilson Gonçalves Leite
Código Identificador:3932D232

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTANA DA VARGEM

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
1º TERMO DE APOSTILAMENTO PARA ACRÉSCIMO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1º TERMO DE APOSTILAMENTO PARA ACRÉSCIMO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Por este instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE SANTANA DA VARGEM/MG**, entidade de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.245.183/0001-70, com sede na Praça Padre João Maciel Neiva, nº 15, Centro, em Santana da Vargem – MG, neste ato representado por seu prefeito, Argemiro Rodrigues Galvão RG nº MG– 7.364.468-7, CPF nº 721.104.148-04, RESOLVE unilateralmente acrescentar as dotações orçamentárias do Processo Licitatório N° 116/2025, Pregão Eletrônico Nº 44/2025.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1 Constitui objeto do presente termo o acréscimo da dotação orçamentária para fazer frente dos contratos oriundos do Processo Licitatório N° 116/2025, Pregão Eletrônico Nº 44/2025, que versa sobre o "Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de óleos lubrificantes, graxas e fluidos, destinados à manutenção da

frota de veículos e máquinas do Município de Santana da Vargem - MG."

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
2.1 O presente termo de apostilamento altera na íntegra o processo licitatório e seus anexos, para fazer face a alteração para correção da dotação orçamentária, conforme dispõe o Art. 136, inciso IV, da Lei Federal, n° 14.133, de 01 de Abril de 2021:
Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:
I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;
IV - empenho de dotações orçamentárias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
3.1 Em virtude do acréscimo da dotação orçamentária, acompanhado da dotação já existente no processo, as demais despesas constantes serão:
FICHA 479: 02.071.10.301.1003.2315.3.3.90.30.00.00 / 2.621.000.0000.000 – Material de Consumo – Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO:
4.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato original, não alteradas pelo presente Termo de Apostilamento.

Santana da Vargem, 18 de agosto de 2026.

ARGEMIRO RODRIGUES GALVÃO
Prefeito de Santana da Vargem/MG

Publicado por:
Larissa Araujo Miranda de Paula
Código Identificador:AD1F1B5D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
3º TERMO DE APOSTILAMENTO PARA ACRÉSCIMO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3º TERMO DE APOSTILAMENTO PARA ACRÉSCIMO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Por este instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE SANTANA DA VARGEM/MG**, entidade de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.245.183/0001-70, com sede na Praça Padre João Maciel Neiva, nº 15, Centro, em Santana da Vargem – MG, neste ato representado por seu prefeito, Argemiro Rodrigues Galvão RG nº MG– 7.364.468-7, CPF nº 721.104.148-04, RESOLVE unilateralmente acrescentar as dotações orçamentárias do Processo Licitatório N° 024/2026, Pregão Eletrônico Nº 04/2026.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1 Constitui objeto do presente termo o acréscimo da dotação orçamentária para fazer frente dos contratos oriundos do Processo Licitatório N° 024/2026, Pregão Eletrônico Nº 04/2026., que versa sobre o "Pregão Eletrônico para Registro de Preços, destinado à futura e eventual aquisição de material permanente de informática, a fim de atender às demandas das Secretarias Municipais de Santana da Vargem/MG."

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
2.1 O presente termo de apostilamento altera na íntegra o processo licitatório e seus anexos, para fazer face a alteração para correção da dotação orçamentária, conforme dispõe o Art. 136, inciso IV, da Lei Federal, n° 14.133, de 01 de Abril de 2021:
Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:
I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;
IV - empenho de dotações orçamentárias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
3.1 Em virtude do acréscimo da dotação orçamentária, acompanhado da dotação já existente no processo, as demais despesas constantes serão:
FICHA 501: 02.071.10.301.1003.2410.4.4.90.52.00.00 / 2.621.000.0000.000 – Equipamentos e Material Permanente – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual – Secretaria Municipal de Saúde

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO:
4.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato original, não alteradas pelo presente Termo de Apostilamento.

Santana da Vargem, 18 de agosto de 2026.

ARGEMIRO RODRIGUES GALVÃO
Prefeito de Santana da Vargem/MG

Publicado por:
Larissa Araujo Miranda de Paula
Código Identificador:86798F7F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
5º TERMO DE APOSTILAMENTO PARA ACRÉSCIMO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5º TERMO DE APOSTILAMENTO PARA ACRÉSCIMO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Por este instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE SANTANA DA VARGEM/MG**, entidade de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.245.183/0001-70, com sede na Praça Padre João Maciel Neiva, nº 15, Centro, em Santana da Vargem – MG, neste ato representado por seu prefeito, Argemiro Rodrigues Galvão RG nº MG– 7.364.468-7, CPF nº 721.104.148-04, RESOLVE unilateralmente acrescentar as dotações orçamentárias do Processo Licitatório N° 138/2024, Pregão Eletrônico Nº 43/2024.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1 Constitui objeto do presente termo o acréscimo da dotação orçamentária para fazer frente dos contratos oriundos do Processo Licitatório N° 138/2024, Pregão Eletrônico Nº 43/2024, que versa sobre o "Pregão Eletrônico para registro de preços para futura e eventual aquisição de material de consumo – suprimentos e acessórios – de informática para atender as necessidades das Secretarias do Município de Santana da Vargem/MG."

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
2.1 O presente termo de apostilamento altera na íntegra o processo licitatório e seus anexos, para fazer face a alteração para correção da dotação orçamentária, conforme dispõe o Art. 136, inciso IV, da Lei Federal, n° 14.133, de 01 de Abril de 2021:
Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:
I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;
IV - empenho de dotações orçamentárias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
3.1 Em virtude do acréscimo da dotação orçamentária, acompanhado da dotação já existente no processo, as demais despesas constantes serão:
FICHA 433: 02.071.10.301.1003.2390.3.3.90.30.00.00 / 2.621.000.0000.000 – Material de Consumo – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual – Secretaria Municipal de Saúde

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO:

4.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato original, não alteradas pelo presente Termo de Apostilamento.

Santana da Vargem, 18 de agosto de 2026.

ARGEMIRO RODRIGUES GALVÃO
Prefeito de Santana da Vargem/MG

Publicado por:
Larissa Araujo Miranda de Paula
Código Identificador:3DA5C6A3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 135/2025

TERMO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 135/2025

Termo de Prorrogação à Ata de Registro de Preços nº 135/2025 celebrada entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM e a empresa DARLU INDÚSTRIA TEXTIL LTDA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM,** inscrita no CNPJ sob nº 18.245.183/0001-70, com sede localizada na Praça João Maciel Neiva nº 15 – Centro, de Santana da Vargem/MG, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Argemiro Rodrigues Galvão, e a empresa DARLU INDÚSTRIA TEXTIL LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 40.223.106/0001-79, localizada na Rua Floresta, nº 440, Centro, Barão de Cotegipe/RS, neste ato representado por Ligiane Paula Giacomel Yzycki Haiduki, inscrita no CPF sob o n.º 015.919.100-99, que tem por objeto a prorrogação da vigência da ata de registro de preços n.º 135/2025, referente ao Pregão nº 16/2025, em decorrência do Processo nº 59/2025, mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. Constitui objeto do presente termo a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 135/2025 por 1 (um) ano;

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO
2.1. Fica prorrogada por 12 (doze) meses, até **18/08/2027**, a vigência da Ata de Registro de Preços ora aditada.
§ 1º. Os quantitativos da Ata de Registro de Preços serão o restante do inicialmente contratado, tendo por valores:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
75	APOIO DE PULSO GEL PARA MOUSE	UN	114	R$11,99	R$1.366.86
76	APOIO DE PULSO GEL PARA TECLADO	UN	114	R$25,99	R$2.962,86

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
3.1 Ficam ratificadas as demais condições da ata de registro de preços ora aditada.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO
4.1. A Prefeitura Municipal de Santana da Vargem providenciará a publicação deste termo no Diário Oficial do Município (DOEM), Diário Oficial dos Municípios Mineiros (AMM) e no Portal de Compras Públicas para disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a fim de garantir a ampla publicidade.

Santana da Vargem, 17 de agosto de 2026.

ARGEMIRO RODRIGUES GALVÃO	***DARLU INDÚSTRIA TEXTIL LTDA***
Prefeito Municipal	CNPJ n.º 40.223.106/0001-79

Publicado por:
Larissa Araujo Miranda de Paula
Código Identificador:74ACAB6C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 141/2025

TERMO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 141/2025

Termo de Prorrogação à Ata de Registro de Preços nº 141/2025 celebrada entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM e a empresa V.C. DA ROCHA DISTRIBUIDORA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM,** inscrita no CNPJ sob nº 18.245.183/0001-70, com sede localizada na Praça João Maciel Neiva nº 15 – Centro, de Santana da Vargem/MG, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Argemiro Rodrigues Galvão, e a empresa V. C. DA ROCHA DISTRIBUIDORA., inscrita no CNPJ sob o n.º 05.809.979/0001-42, localizada na Rua Antônio Olímpio, nº 32, bairro Vila Aurora, São José do Rio Preto/SP, neste ato representado por Vanessa Corrêa da Rocha, inscrita no CPF sob o n.º295.979.838-42, que tem por objeto a prorrogação da vigência da ata de registro de preços n.º 141/2025, referente ao Pregão nº 16/2025, em decorrência do Processo nº 59/2025, mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. Constitui objeto do presente termo a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 141/2025 por 1 (um) ano;

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO
2.1. Fica prorrogada por 12 (doze) meses, até **18/08/2027**, a vigência da Ata de Registro de Preços ora aditada.
§ 1º. Os quantitativos da Ata de Registro de Preços serão o restante do inicialmente contratado, tendo por valores:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	CARTUCHO DE CILINDRO BROTHER DR3440	UN	10	R$34,00	R$340,00
04	CARTUCHO DE TONER HP 85A COMPATÍVEL	UN	40	R$22,98	R$919,20
13	CILINDRO BROTHER DR3440	UN	08	R$34,00	R$272,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
3.1 Ficam ratificadas as demais condições da ata de registro de preços ora aditada.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO
4.1. A Prefeitura Municipal de Santana da Vargem providenciará a publicação deste termo no Diário Oficial do Município (DOEM), Diário Oficial dos Municípios Mineiros (AMM) e no Portal de Compras Públicas para disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a fim de garantir a ampla publicidade.

Santana da Vargem, 17 de agosto de 2026.

ARGEMIRO RODRIGUES GALVÃO	***V. C. DA ROCHA DISTRIBUIDORA***
Prefeito Municipal	CNPJ n.º 05.808.979/0001-42

Publicado por:
Larissa Araujo Miranda de Paula
Código Identificador:82736E1F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTANA DE CATAGUASES

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 85/2025

O MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Agostinho Alves de Araújo, nº 26, centro, nesta cidade de Santana de Cataguases, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.702.515/0001-36, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **MARCOS ANTÔNIO FERREIRA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 380.293.756-20, portador da cédula de Identidade nº M 2.396.684 SSP/MG e o locatário **JOÃO VITOR MACHADO LACERDA**, residente a Avenida Antônio Baesso, nº 2,B Centro, Santana de

Cataguases- MG, CEP: 36.795-000, doravante denominado LOCADOR, resolvem entre si, celebram SEGUNDO TERMO ADITIVO, ao contrato número 85/2025, tendo em vista o que consta no Processo Licitatório nº 029/2025 e em observância às disposições das Leis nº 14.133/2021, nº 8.245/1991 e do Decreto 11.878/2024, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir:

As partes acima qualificadas, com base no Contrato nº 85/2025, firmado em 23 de julho de 2025 e considerando a necessidade de prorrogação da vigência por 06 (seis), meses, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO, solicitação encaminhada através de oficio, assinado pela senhora Ana Paula Mariquito Montes, Secretaria Municipal de Assistência Social, e Ana Paula Mariquito Montes Psicóloga, a locação de imóvel urbano residencial situado a Rua Américo Ferreira Marques, 168, São Francisco, Santana de Cataguases- MG, com a finalidade de atender às famílias em situação de vulnerabilidade social com fulcro nas Leis Municipais nº 374/2013 e nº 424/2016, senhora Luana Ramiro de Souza, CPF: 159.492.696-40, MG- 22.423.851, conforme encaminhamento em anexo.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DOS PRAZOS
1.1**.**Conforme previsão da **CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO** do contrato nº 85/2025, fica prorrogado a vigência do contrato, através deste termo aditivo, por mais 06 (seis) meses, a contar de 27/07/2026, com previsão de termino em 27/01/2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS
2.1. O valor do presente Termo Aditivo ao Contrato 85/2025, mantem as mesmas condições do contrato original.

CLAUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do instrumento particular ora alterado**.**

E por assim ajustados, assinam o presente aditivo ao contrato, em duas vias, que segue com a concordância de duas testemunhas.

Santana de Cataguases-MG, 18 de agosto de 2026.

MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES
Contratante

JOÃO VITOR MACHADO LACERDA
Contratada

_____
TESTEMUNHA
CPF:

_____
TESTEMUNHA
CPF:

Publicado por:
Ana Maria Pereira de Oliveira
Código Identificador:7CE77064

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA VITÓRIA

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES E CONTRATOS
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 090/2026; PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2026, CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026.

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 090/2026; Processo Licitatório nº 021/2026, Concorrência Eletrônica nº 003/2026. Partes: Prefeitura Municipal de Santa Vitória/MG | CNPJ nº 18.457.226/0001-81 e a empresa GWM Empreendimentos Ltda. | CNPJ nº 43.625.075/0001-70. Objeto: aditivo quantitativo/qualitativo no percentual de aproximadamente 4,51% no valor do contrato. Valor acrescido: R$ 22.733,48. Recursos financeiros e Dotação Orçamentária: do ano em curso – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. Publicação em acatamento à lei nº 14.133/2021.

SÉRGIO MOREIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Joicineia Ferreira Gonçalves
Código Identificador:A587BB8E

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2026 | PL Nº 053/2026

O Prefeito Municipal, Sérgio Moreira de Oliveira Júnior, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Nº 14.133/2021, homologa o Processo Licitatório nº 053/2026 na modalidade Concorrência Eletrônica nº 007/2026. Tipo: Execução. Objeto: Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil, visando a construção de uma estrutura de apoio para pescadores e turistas, nas margens do Rio Paranaíba, no distrito de Perdilândia, município de Santa Vitória, MG, mediante Transferência Especial do Tesouro Nacional - Emenda Parlamentar nº 202543000001, regime de empreitada por preço unitário, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital, Projeto Básico (Anexo I) e demais anexos. O adjudica e homologa para a empresa: Perfil Engenharia e Construtora Ltda., com sede à Rua Tomaz Florentino de Araújo, nº 61, Bairro Brasil, no município de Santa Vitória - MG, CEP 38.320-000, inscrita no CNPJ/MF nº 21.667.975/0001-48, neste ato representada pelo proprietário Sr. Júlio Silva Neto, inscrito no CPF nº 064.854.606-32, RG nº M-12.118.887 SSP/MG, doravante denominada CONTRATADA, celebram, nos termos da Lei 14.133/21, com a com proposta no valor de R$ 622.000,00 (seiscentos e vinte e dois mil reais). O faz, amparado na decisão da Comissão de Contratação e no Parecer Jurídico.

Município de Santa Vitória - MG, em 18 de agosto de 2026.

SÉRGIO MOREIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marilucia Aparecida Lorena Binato
Código Identificador:96AED938

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO/MG. EXTRATO DE TERMO ADITIVO. Processo de Licitação nº 066/2025. Inexigibilidade de Licitação nº 010/2025. Primeiro Termo Aditivo do Contrato Administrativo nº 070/2025. Contratada: MINAS MAIS TECNOLOGIA ASSESSORIA LTDA. Objeto: Prorrogação de vigência da contratação de licença de uso de software, na modalidade SaaS (Software as A Service), em ambiente Web, compreendendo os módulos de gestão, capacitação, fornecimento de alertas e possibilidade de consultas/atendimentos para a Secretaria Municipal de Educação, juntamente com o reajuste de valor previsto no contrato, referente ao acumulado dos últimos 12 meses do IPCA/IBGE. Vigência: 12 meses. Valor Total: R$ 24.600,00 + valor apurado após conhecimento do IPCA/IBGE do período. Dotação Orçamentária: 3.3.90.40.00.2.05.00.12.122.0002.2.0019 – 1.500.000. Justificativa: cláusula terceira do contrato ora aditado e art. 107 e art. 136, I, ambos da Lei Federal nº 14133/2021.

Santo Antonio do Aventureiro, 18/08/2026.

JÚLIA MARA SILVA COSTA –
Agente de Contratação.

AMAURY DE SÁ FERREIRA –
Prefeito.

Publicado por:
Rodrigo da Costa Bittencourt
Código Identificador:C48A6AE3

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO/MG. **EXTRATO DE TERMO ADITIVO.** Processo de Licitação nº 061/2025. Pregão Presencial nº 015/2025. Primeiro Termo Aditivo do Contrato Administrativo nº 068/2025. Contratada: DENILSON FERRAZ ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONVÊNIOS LTDA. Objeto: Prorrogação de vigência da PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA PARA INSTRUMENTALIZAÇÃO ADEQUADA DE PROPOSTAS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS, EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ORIENTAÇÃO ADMINISTRATIVA E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS ESTADUAIS E FEDERAIS, ALÉM DE SUPORTE INSTITUCIONAL AO CHEFE DO EXECUTIVO EM COMPROMISSOS OFICIAIS, juntamente com o reajuste de valor previsto no contrato, referente ao acumulado dos últimos 12 meses do IPCA/IBGE. Vigência: 12 meses. Valor Total: R$ 82.800,00 + valor apurado após conhecimento do IPCA/IBGE do período. Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.00.02.03.00.04.122.0002.2.0009 – 1.500.000. Justificativa: cláusula segunda do contrato ora aditado e art. 107 e art. 136, I, ambos da Lei Federal nº 14133/2021.

Santo Antonio do Aventureiro, 18/08/2026.

JÚLIA MARA SILVA COSTA –
Agente de Contratação.

AMAURY DE SÁ FERREIRA –
Prefeito.

Publicado por:
Rodrigo da Costa Bittencourt
Código Identificador:A238BF18

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO/MG. **EXTRATO DE TERMO ADITIVO.** Processo de Licitação nº 102/2022. Dispensa de Licitação nº 045/2022. Quinto Termo Aditivo do Contrato Administrativo nº 073/2022. Contratada: MATEUS SILVA ROCHA - MEI. Objeto: Prorrogação de vigência da prestação de serviços de apoio administrativo a ser executado junto à Secretaria Municipal de Administração, sobretudo, no Departamento de Pessoal, juntamente com o reajuste de valor previsto no contrato, referente ao acumulado do período do IPCA/IBGE. Vigência: 12 meses. Valor Total: R$ 36.000,00 + valor apurado após conhecimento do IPCA/IBGE do período. Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.00.02.03.00.04.122.0002.2.0009 – 1.500.000. Justificativa: cláusula doze do contrato ora aditado e art. 107 e art. 136, I, ambos da Lei Federal nº 14133/2021.

Santo Antonio do Aventureiro, 18/08/2026.

JÚLIA MARA SILVA COSTA –
Agente de Contratação.

AMAURY DE SÁ FERREIRA –
Prefeito.

Publicado por:
Rodrigo da Costa Bittencourt
Código Identificador:13D72808

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO/FINANCEIRO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO - MG. **EXTRATO DE TERMO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO/FINANCEIRO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**. Processo Licitatório Nº 003/2026. Pregão Eletrônico Nº 001/2026. Termo de Reequilíbrio Econômico/Financeiro nº 001/2026 da Ata de Registro de Preço nº 010/2026. Detentora da Ata de Registro de Preço: ATACADÃO RENDE MAIS LTDA. Objeto: Manutenção do equilíbrio econômico/financeiro da Ata de Registro de Preço para o fornecimento de cestas básicas. Vigência: 14/08/2026 a 18/01/2027. Valor reajustado: cesta básica 01 de R$ 171,78 para R$ 248,77 e cesta básica 02 de R$ 100,70 para R$ 150,47. Justificativa: art. 124, II, "d", da Lei Federal 8.666/93, item 7.1 da cláusula sétima do contrato ora aditado e parecer da Assessoria Jurídica do Município.

14/08/2026.

JÚLIA MARA SILVA COSTA -
Pregoeira.

AMAURY DE SÁ FERREIRA –
Prefeito.

Publicado por:
Rodrigo da Costa Bittencourt
Código Identificador:35055AC8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO ITAMBÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

Sistema de Registro de Preços

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé torna público aos órgãos e entidades da Administração Pública a **INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS**, objetivando **"AQUISIÇÃO DE CONCENTRADORES DE OXIGÊNIO PARA OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE ACOMPANHADOS PELA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG."**. Os órgãos interessados em participar do referido processo deverão encaminhar suas intenções até o 8º dia útil após a circulação dessa publicação, nos termos do art. 86, da Lei 14.133/21, informando as quantidades com as pesquisas de preços para Setor de Licitações e Contratos, no e-mail cotacao@santoantoniodoitambe.mg.gov.br. Mais informações podem ser obtidas pelos telefones: (33) 9 9915-6221 – Prefeitura, 33 9 9968-7233 (WhatsApp) – Setor de Licitações e Contratos. O ETP está disponível mediante solicitação no e-mail: cotacao@santoantoniodoitambe.mg.gov.br.

Santo Antônio do Itambé/MG, terça-feira, 18 de agosto de 2026.

NELCÍLIA DO ROSÁRIO SANTOS PEREIRA
Orçamentista

Publicado por:
Nelcília do Rosário Santos Pereira
Código Identificador:3F8A8A84

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0092/2026

Processo Licitatório nº 0071/2026
Inexigibilidade nº 0024/2026

Processo Licitatório nº 0071/2026 — Inexigibilidade nº 0024/2026.**PARTES**: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG X 65.342.756 MARIA RITA DIAS NEPOMUCENO.**Valor do Contrato:**R$ 5.000,00 (cinco mil reais).**Objeto:**CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA (SHOW MUSICAL) DA BANDA "JOÃO DE

BARRO", PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 03 DE SETEMBRO DE 2026, DURANTE O XXI ITA ARTE A SER REALIZADO ENTRE OS DIAS 04 E 07 DE SETEMBRO DE 2026.**Assinatura**: Segunda-feira , 17 de Agosto de 2026.**Vigência**: De Segunda-feira , 17 de Agosto de 2026 a Terça-feira , 17 de Novembro de 2026. **Fundamento Legal:** Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Santo Antônio do Itambé/MG, Segunda-feira , 17 de Agosto de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:BFC6C1EF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0093/2026

Processo Licitatório nº 0072/2026
Inexigibilidade nº 0025/2026

Processo Licitatório nº 0072/2026 — Inexigibilidade nº 0025/2026.**PARTES**: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG X Whoter Júnior Brandão Gonzaga.**Valor do Contrato:**R$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).**Objeto:**LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA AGENOR DUARTE, Nº 244, CENTRO, SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG, SELECIONADO POR ATENDER ÀS ESPECIFICAÇÕES NECESSÁRIAS, DESTINADO À INSTALAÇÃO E AO FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE AOS USUÁRIOS DO SUS..**Assinatura**: Segunda-feira , 17 de Agosto de 2026.**Vigência**: De Segunda-feira , 17 de Agosto de 2026 a Terça-feira , 17 de Agosto de 2027. **Fundamento Legal:** Art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

Santo Antônio do Itambé/MG, Segunda-feira , 17 de Agosto de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:E379DF06

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0094/2026

Processo Licitatório nº 0073/2026
Inexigibilidade nº 0026/2026

Processo Licitatório nº 0073/2026 — Inexigibilidade nº 0026/2026.**PARTES**: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG X ANA PAULA DOS SANTOS.**Valor do Contrato:**R$ 18.000,00 (dezoito mil reais).**Objeto:**LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO DESTINADO À INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS), VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, GARANTINDO ESPAÇO FÍSICO ADEQUADO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS.**Assinatura**: Terça-feira , 18 de Agosto de 2026.**Vigência**: De Terça-feira , 18 de Agosto de 2026 a Quarta-feira , 18 de Agosto de 2027. **Fundamento Legal:** Art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

Santo Antônio do Itambé/MG, Terça-feira , 18 de Agosto de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:18F2A9F1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO BENTO ABADE

SETOR DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 177/2024 – PREGÃO PRESENCIAL 029/2024
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATO 008/2025

O Prefeito Municipal de São Bento Abade – MG, Eneias Machado de Souza, torna público que formalizou Termo Aditivo ao Contrato nº 008/2025, referente ao Processo Licitatório nº 177/2024, Pregão Presencial nº 029/2024, Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRA A PRODUÇÃO DE PUBLICAÇOES DIARIAS E NAO DIARIAS, COM VEICULAÇÃO EM PLATAFORMAS DIGITAIS E IMPRESSAS, E COBERTURA FOTOGRAFICA E AUDIOVISUAL E AÇÕES E EVENTOS PROMOVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA". conforme informações que se seguem: CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Bento Abade – MG e CONTRATADA: CATAVENTO TREINAMENTOS E ASSESSORIA LTDA, CNPJ 31.759.801/0001-69.
objeto do termo aditivo: prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, bem como reajuste do valor contratual, conforme o índice ipca, nos termos das condições estabelecidas no contrato.
Vigência: Prorrogada até 03/08/2027.

ENEIAS MACHADO DE SOUZA
Prefeito Municipal.

São Bento Abade, 29 de julho de 2026

ESTE EXTRATO FOI PUBICADO NO SITE E NO MURAL EM 29/07/2026

Publicado por:
Edson Donizete
Código Identificador:D5207001

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG. **EXTRATO DE CONTRATO**. Extrato do contrato do Pregão Eletrônico nº 009/2026 – Processo Licitatório nº 059/2026. OBJETO: Locação de aparelho de Raio X fixo digital, incluindo instalação, manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento integral e contínuo de peças, componentes, detectores, softwares, licenças, insumos técnicos e quaisquer acessórios indispensáveis ao pleno funcionamento do sistema, visando atender as demandas do Setor de Radiologia do Hospital geral Dr. Brício de Castro Dourado. CONTRATADA: **Contrato nº 160/2026**: Marques Rodrigues Pimentel - Valor: R$ 145.800,00. CONTRATANTE: Município de São Francisco/MG. Prazo de Vigência: 12 (doze) meses. Data da Assinatura: 17/08/2026.

São Francisco/MG, 18 de agosto de 2026.

Ass.: Andressa Vieira Rodrigues - Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Márcio Valdeir Leal
Código Identificador:461CEC4F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 068/2024 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO E A EMPRESA C&R ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

Processo Licitatório nº 0131/2023
Concorrência Pública nº 005/2023
Vigência: 02 (dois) de julho de 2026 até 30 (trinta) de outubro de 2026

Pelo presente instrumento as partes, de um lado, o MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO, com sede na Avenida Montes Claros, nº 243, inscrito no CNPJ nº 22.679.153/0001-40, por delegação, através do Decreto nº. 021/2022, ora representado pelo Senhor Secretário Municipal de Obras e Gestão de Convênios neste ato representado pelo Sr. **CÉZAR BOTELHO FILHO**, brasileiro, Solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.791.256, expedida pela SSP/MG e do CPF nº 098.418.276-46, residente e domiciliado na Rua Arnaldo Vieira, nº 824, Bairro João Aguiar, na cidade de São Francisco/MG, Estado de Minas Gerais, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **C&R ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, estabelecida na cidade Brasília de Minas, Estado minas Gerais, na Rodovia MG 202, nº 803, loteamento vale verde I inscrita no CNPJ nº 18.666.391/0001-43, Inscrição Estadual sob nº 002202222.00-48, representada neste ato pelo Sr. Edilson Junior Rodrigues, portador do RG nº MG 17.340.886 SSP/MG e CPF nº 102.127.826-22, residente e domiciliado na cidade de Brasília de Minas, na Rua K nº 87, Bairro Vila Atlântida, doravante denominada **CONTRATADA**, lastreado na Lei Federal nº 8.666/93 conforme o artigo 57, inciso II, §2º, firmam o presente termo aditivo, nos termos e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica a Cláusula Quinta do contrato original aditivada quanto ao prazo de vigência, prorrogada de **02 (dois) de julho de 2026 até 30 (trinta) de outubro de 2026**, justifica se em razão das chuvas sazonais intensas, ocorridas durante o período de execução da obra, os quais impactaram diretamente no andamento dos serviços e ainda devido as dificuldades de logísticas no fornecimento e transportes de materiais essenciais a execução da obra, resultando em atrasos na entrega dos insumos indispensáveis ao andamento da Obra.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato original.
E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Francisco/MG, 02 de julho de 2026.

Município de São Francisco
CÉZAR BOTELHO FILHO
Contratante

C&R Engenharia e Construções LTDA
CNPJ nº 18.666.391/0001-43
EDILSON JUNIOR RODRIGUES -
CPF nº 102.127.826-22
Contratado (a)

TESTEMUNHAS:

_____
Nome:
CPF:

_____
Nome:
CPF:

Publicado por:
Roberto Eder Alves da Rocha
Código Identificador:7F3C0344

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 057/2025 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO E A EMPRESA C&R ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2025
CONCORRÊNCIA nº 01/2025

Pelo presente instrumento as partes, de um lado, o MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO, com sede na Avenida Montes Claros, nº 243, inscrito no CNPJ nº 22.679.153/0001-40, por delegação, através do Decreto nº. 021/2022, ora representado pelo Senhor Secretário Municipal de Obras e Gestão de Convênios Sr. **CÉZAR BOTELHO FILHO**, brasileiro, Solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº nº 15.791.256, expedida pela SSP/MG e do CPF nº 098.418.276-46, residente e domiciliado na Rua Arnaldo Vieira, nº 824, Bairro João Aguiar, na cidade de São Francisco/MG, Estado de Minas Gerais, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa, C**&R ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, estabelecida na cidade Brasília de Minas, Estado minas Gerais, na Rodovia MG 202, nº 803, loteamento vale verde I inscrita no CNPJ nº 18.666.391/0001-43, Inscrição Estadual sob nº 002202222.00-48, representada neste ato pelo Sr**. Edilson Junior Rodrigues**, portador do RG nº MG 17.340.886 SSP/MG e CPF nº 102.127.826-22, residente e domiciliado na cidade de Brasília de Minas, na Rua K nº 87, Bairro Vila Atlântida, doravante designado respectivamente CONTRATADA, lastreado na Lei de Licitações nº 14.133/21 conforme o artigo 107, firmam o presente termo aditivo, nos termos e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica a Cláusula terceira do contrato original aditivada quanto ao prazo de vigência prorrogado por mais 07 (sete) meses ou seja, de **14 (quatorze) de julho de 2026 até 11 (Onze) de novembro de 2026**, justifica se o pedido tendo em vista o prazo programado não foi suficiente para cumprir o cronograma de abras previstos, e ainda dificuldades logísticas para fornecimento de materiais, decorrentes das condições precárias das vias de acesso durante o período chuvoso, ocasionando atrasos na entrega de insumos indispensáveis ao andamento da obra.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato original.
E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Francisco/MG, 13 de julho de 2026.

Município de São Francisco
CEZAR BOTELHO FILHO
Contratante

C&R Engenharia e Construções LTDA
CNPJ nº 18.666.391/0001-43
EDILSON JUNIOR RODRIGUES -
CPF nº 102.127.826-22
Contratado (a)

TESTEMUNHAS:

_____
Nome:
CPF:

_____
Nome:
CPF:

Publicado por:
Roberto Eder Alves da Rocha
Código Identificador:D46189C9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 121/2025 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO E FRANCISLAINE BORGES DA ROCHA.

Processo Licitatório nº 108/2025
Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 011/2025
A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO-MG**, com sede em Av. Montes Claros, nº 243 – Centro, inscrita no CNPJ sob o nº. 22.679.153/0001-40, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, o Sr. **RODRIGO ANDRÉ SÁ TELES DA SILVA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Lia Nery, nº 06 no Bairro Vila de Dó, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade nº MG-16.352.535, expedida pela SSP/MG e do CPF nº 095.209.806-79, na cidade de São Francisco/MG, Estado de Minas Gerais, nos termos da delegação constante do Decreto nº. 21/2022, a seguir denominada apenas **CONTRATANTE**, e **FRANCISLAINE BORGES DA ROCHA,** brasileira, portadora do CPF Nº 268.289.688-08, RG nº MG- 303807891, com endereço Rua das Esmeraldas, nº 158, Casa, Bairro Vila de Dó, São Francisco/MG, CEP: 39.300 - 000, doravante designados respectivamente **CONTRATADA**, lastreado na Lei Federal 14.133/21 conforme os artigos 106 e 107, firma o presente **TERMO ADITIVO**, nos termos e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica a **Clausula sétima** do Contrato original, aditivado quanto ao prazo de vigência, prorrogado por mais **12 (doze) meses, ou seja, até 08 (oito) de julho de 2027**, justifica se o presente aditivo visando à continuidade da locação pelo período necessário, garantindo a manutenção e a regular execução do serviço, em observância ao interesse público e aos princípios da eficiência e da continuidade dos serviços públicos.

CLÁUSULA SEGUNDA
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato original.
E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Francisco/MG, 08 de julho de 2026.

RODRIGO ANDRÉ SÁ TELES DA SILVA
Secretário Municipal De Desenvolvimento Social
Contratante

FRANCISLAINE BORGES DA ROCHA
CPF nº 268.289.688-08
Contratado

TESTEMUNHAS

NOME:_____CPF:_____

NOME:_____CPF:_____

Publicado por:
Roberto Eder Alves da Rocha
Código Identificador:A57B8CC6

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO
ADESÃO Nº 08/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG – torna público para o conhecimento de todos a ADESÃO a Ata de Registro de Preço Nº 001/2026 referente ao Pregão Eletrônico nº 04/2026, Processo Licitatório nº 016/2026 da Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha cujo objeto é a Aquisição de 01 (uma) Pá Carregadeira, destinada a atender as demandas da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento no Município de São Francisco/MG, Empresa contratada: **BAMAQ SA BANDEIRANTES MAQUINAS E EQUIPAMENTOS CNPJ: 18.209.965/0001-54 VALOR ESTIMADO GLOBAL R$ 590.000,00 (quinhentos e noventa mil reais).**

São Francisco/MG. 18 de agosto de 2026.

MIGUEL PAULO SOUZA FILHO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rafaela Rodrigues Freire
Código Identificador:144D3E4F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO E RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 13/2.026. Processo n.º 59/2.026. Ratifico por este termo a Dispensa de Licitação n.º 13-2026, Contratação de pessoa jurídica visando aquisição de fórmula hipercalórica para consumo da paciente menor buscando cumprir o plano de Alta Hospitalar qualificada e prescrição medico-nutricional, garantindo a continuidade da assistência à saúde e à preservação da vida, considerando que a mesma apresenta quadro complexo conforme memorando e documentação anexa e demais especificações constantes do Termo de Referência que é parte integrante do Edital, por solicitação da Secretaria de Saúde, em favor da Empresa: CNPJ: 21.212.730/0001-26, FARMA VIDA RIBEIRO LTDA End.: Av. Doze, Nº 3623, Centro, CEP: 38.260.000 São Francisco de Sales-MG, Dotação Orçamentaria: 02.10.02.10.301.0008.2011.3.3.90.30.00 Ficha (367) Recursos não vinculados de Impostos, no valor de R$ 4.144,00 (Quatro mil cento e quarenta e quatro reais). Com fundamento Legal: Art. 75, II, §3º da Lei 14.133 DE 01/04/2021. São Francisco de Sales-MG, 14 de agosto 2.026. Gilmar Aparecido Leonel Souto Prefeito Municipal. *PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE SALES ESTADO DE MINAS GERAIS EXTRATO DO CONTRATO N º 63/2026* A *Sr.ª*. Diretora do Departamento de Material da Prefeitura Municipal de São Francisco de Sales, Por intermédio do presente, torna público, para amplo conhecimento dos interessados o extrato do contrato em epígrafe: Contratante: *MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE SALES-MG* Contratado: FARMA VIDA RIBEIRO LTDA. Processo licitatório nº 59/2026 DISPENSA Nº 13/2026 Objeto: Contratação de pessoa jurídica visando aquisição de fórmula hipercalórica para consumo da paciente menor buscando cumprir o plano de Alta Hospitalar qualificada e prescrição medico-nutricional, garantindo a continuidade da assistência à saúde e à preservação da vida, considerando que a mesma apresenta quadro complexo conforme memorando e documentação anexa e demais especificações constantes do Termo de Referência que é parte integrante do Edital, por solicitação da Secretaria de Saúde. Vigência: A vigência do contrato será de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura, ou até a entrega de todas as peças, sendo que neste período a Contratada se obriga a entregar as peças, podendo o Contratante conceder dilação no prazo da entrega das mesmas, com motivo plenamente justificado e aceito pelo mesmo, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021. Dotação orçamentaria: 02.10.02.10.361.0008.2011.3.3.90.30.00 Ficha (367). Recursos não vinculados de Impostos. Valor Total: R$ 4.144,00 (Quatro mil cento e quarenta e quatro reais). Fundamento Legal: 14.133/21 Data da assinatura: 17/08/2026.

São Francisco de Sales-MG, 17 de agosto de 2.026.

JUCIANA LOPES DA SILVA-
Diretora do Departamento de Compras e Materiais-
CPF 084.576.446-29.

Publicado por:
Luciana Prado de Matos
Código Identificador:CC14B68B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO GOTARDO

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 117/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO/MG, TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO. OBJETO:

CONSTITUI OBJETO DO 1° TERMO ADITIVO A PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO 117/2026 POR MAIS 12 (DOZE) MESES ATÉ 25/07/2027 . PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 117/2026, DISPENSA Nº 156/2026. DATA DO ADITIVO:25/07/2026.

Contratada:
Consórcio Interfederativo Minas Gerais- CIMINAS:
MAKOTO EDISON SEKITA–
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Caroline Oliveira
Código Identificador:87A1A344

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DOS CONTRATOS N° 133 E 134/2026 DECORRENTES DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO N° 82 E 83/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO/MG, TORNA PÚBLICO O EXTRATO DOS CONTRATOS N° 133 E 134/2026 DECORRENTE DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO Nº 82 E 83/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 144/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2025. OBJETO: "FORNECIMENTO DE MATERIAIS VISANDO À MANUTENÇÃO DAS VIAS E ESTRADAS DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIAMUNICIPALDE DESENVOLVIMENTO URBANO /OBRAS PÚBLICAS". VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 1.807.945,72 (UM MILHÃO, OITOCENTOS E SETE MIL, NOVECENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS). VIGÊNCIA DO CONTRATO: 13/08/2026 A 12/08/2027. ASSINANTES: MAKOTO EDISON SEKITA – PREFEITO MUNICIPAL. CÉSAR JOSÉ BARBOSA – SECRETARIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO- CLEITON DIEGO DE CAMARGOS E PAULO FERNANDO DE OLIVEIRA- REPRESENTANTE DAS CONTRATADAS.

Publicado por:
Geisimara Junia Frazão
Código Identificador:EFFEB063

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DA PONTE

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

O Prefeito Municipal de São João da Ponte - MG, no uso de suas atribuições legais, homologa e adjudica o julgamento da Agente de Contratação ao Processo Licitatório Nº 078/2026 – Concorrência Eletrônica n° 005/2026 , que tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL (CASAS POPULARES), CONFORME CONVÊNIO /TERMO DE COMPROMISSO Nº 998155/2025/MCIDADES/CAIXA, CONFORME ESPECIFICADO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, PROJETO BÁSICO, DETALHADO NOS MEMORIAIS DESCRITIVOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS, PROJETOS ARQUITETÔNICOS, BEM COMO CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS**, a empresa: **AUTENTICA EDIFICAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº: 17.818.109/0001-33, R$2.550.000,00 (Dois milhões quinhentos e cinquenta mil reais).**
Publique-se o resultado para conhecimento público.

São João da Ponte, 11 de agosto de 2026.

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:5E66C668

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

O Municipio de São João da Ponte - MG, por intermédio da Agente de Contatação do Município, nomeada através da Portaria n°: 073 de 07 de julho de 2026 torna se público o extrato do Contrato Administrativo do Processo Licitatório Nº 078/2026 – Concorrência Eletrônica n° 005/2026, que tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL (CASAS POPULARES), CONFORME CONVÊNIO /TERMO DE COMPROMISSO Nº 998155/2025/MCIDADES/CAIXA, CONFORME ESPECIFICADO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, PROJETO BÁSICO, DETALHADO NOS MEMORIAIS DESCRITIVOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS, PROJETOS ARQUITETÔNICOS, BEM COMO CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS**.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE – MG

CONTRATADA: AUTENTICA EDIFICAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº: **17.818.109/0001-33.**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 195/2026
VALOR GLOBAL ESTIMADO **R$2.550.000,00 (Dois milhões quinhentos e cinquenta mil reais).**

Publique-se o resultado para conhecimento público.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: **11/08/2026 à 10/02/2028.**
Publique-se o resultado para conhecimento público.

São João da Ponte, 11 de agosto de 2026.

CAMILA RUAS FERREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:C1CDDA0A

INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE-PREVPONTE
PORTARIA Nº 15, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, com proventos Integrais, nos termos do art. 52, §2º, I da Lei Municipal nº 2.236/2022 de 25 de maio de 2022, e art. 20 da Emenda Constitucional nº 103/2019 à servidora.

A **Diretoria Executiva** do Instituto de Previdência Municipal de São João da Ponte – PREVPONTE, no uso das atribuições legais previstas no artigo 79, II, "c" e parágrafo único da Lei Orgânica Municipal e nos termos dos art. 30, incisos I e VII, art. e art. 68 da Lei Municipal nº. 2.236/2022;

R E S O L V E

Art. 1° - Concede o benefício de "**APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO"** com **Proventos Integrais**, correspondentes à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, à servidora **GERALDA MARTINS DA SILVA SANTOS,** portadora do RG nº MG-5.878.651, inscrita no **CPF n° 049.836.406-32**, PIS/PASEP sob o nº 19006842411, Matrícula Funcional nº 871, titular do cargo de provimento efetivo de Serviçal Escolar, desde 31/08/2001, sob o regime jurídico estatutário, lotada na

Secretaria Municipal de Educação, com fundamento legal no art. 52, § 2º, I da Lei Municipal nº 2.236, de 25 de maio de 2022, e art. 20 da Emenda Constitucional nº 103/2019.

Art. 2° - Os proventos do benefício concedido no art. 1º, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, na forma do inciso I, do § 3º do art. 52 da Lei Municipal nº 2.236, de 25 de maio de 2022, em conformidade com o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Art. 3° - O Pagamento do benefício que trata este ato, correrá por conta do Instituto de Previdência Municipal de São João da Ponte – PREVPONTE.

Art. 4° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, fixando-se como data de início do benefício o dia 18/08/2026, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

São João da Ponte/MG, 18 de agosto de 2026.

AMANDA PAULA SILVA
Diretora Executiva do PREVPONTE

Publicado por:
Amanda Paula Silva
Código Identificador:CED56A40

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO GOIABAL

SETOR DE LICITAÇÕES
CREDENCIAMENTO 009-2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO GOIABAL/MG – Extrato de Processo de Licitatório nº 131/2026, Credenciamento Nº 009/2026, tendo como objeto credenciamento de pessoas físicas e jurídicas para compor a equipe técnica multidisciplinar, para atendimento de crianças atípicas, visando o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde do município São José do Goiabal, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência. As propostas serão recebidas a partir dia 19/08/2026 as 08:00, até a data de 30/12/2028. Os interessados poderão retirar edital no site oficial da Prefeitura Municipal de São José do Goiabal, no site NOVO BBMNET LICITAÇÕES ou Site PNCP. Publica-se, 18/08/26.

AILTON GERALDO DOS SANTOS -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lucivan Jose da Cruz
Código Identificador:C7919369

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO LOURENÇO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO EDITAL PROCESSO 0265/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 0102/2026

Objeto: Fornecimento de pneus, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação (Transporte Escolar) de São Lourenço, para eventual e futura aquisição, com inscrição em Ata de Registro de Preços. Sessão Pública às 13:00h do dia 02/09/2026. Credenciamento: até as 13:00h do dia 02/09/2026. Apresentação das propostas: até as 13:00h do dia 02/09/2026. Início dos lances: sob comando da pregoeira após completar a análise das propostas. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF. Editais e informações complementares na sede da Prefeitura Municipal, na Gerência de Licitações pelo telefone (35) 99893-9005, ou no site www.saolourenco.mg.gov.br –

JANAÍNA OLIVEIRA DOS SANTOS –
Pregoeira Oficial e

CLÁUDIA NOGUEIRA DE SOUZA -
Pregoeira Substituta.

Publicado por:
Juliana Rangel de Oliveira Assis
Código Identificador:BE7B952C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 10.728 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 356.856,49 DOTAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO.

DECRETO Nº 10.728

Abre Crédito Suplementar no Valor de R$ 356.856,49 dotações do Município de São Lourenço.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições, e devidamente autorizado pelo disposto na Lei Municipal nº. 3.821, 30 de dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Suplementar no valor de R$ 356.856,49 (trezentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e quarenta e nove centavos)
Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO
Unidade 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Sub-Unidade 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
2.03.00.04.122.0001.2.0015-1.500.000 - 3.3.90.30.00 GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - - - - - - - R$ 8.000,00
2.03.00.04.122.0001.2.0015-1.500.000 - 3.3.90.40.00 GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - - - - - - - R$ 45.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - R$ 53.000,00

Sub-Unidade 03 - DIRETORIA DE CONTABILIDADE
2.03.03.28.846.0000.9.0004-1.500.000 - 3.3.90.47.00 CONTRIBUIÇÕES AO PASEP - - - - -- - - - - R$ 150.000,00

Total da Sub-Unidade 03 - - -- - - - - - R$ 150.000,00

Total da Unidade 03 - - - - - - - - - - R$ 203.000,00

Unidade 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA
Sub-Unidade 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA
2.04.00.04.122.0005.2.0031-1.500.000 - 3.3.90.30.00 MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS - - - -- R$ 6.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - R$ 6.000,00

Sub-Unidade 01 - DIRETORIA DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS
2.04.01.15.122.0005.2.0033-1.500.000 - 4.4.90.51.00 MANUTENÇÃO E REFORMA DE VIAS PÚBLICAS E PRAÇAS - - - - - -- - R$ 48.008,54

Total da Sub-Unidade 01 - - - - - R$ 48.008,54

Total da Unidade 04 - - - - - - - - - - - - - - - R$ 54.008,54

Continua folha 02
DECRETO Nº 10.728
Folha 02

Unidade 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Sub-Unidade 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2.05.00.12.122.0002.2.0039-1.500.000 - 3.3.90.14.00 GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - - - - - - R$ 5.000,00
2.05.00.12.122.0002.2.0039-1.500.000 - 3.3.90.30.00 GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - - - - - - - -- - R$ 1.600,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - - - R$ 6.600,00

Sub-Unidade 01 - EDUCAÇÃO BÁSICA
2.05.01.12.365.0002.2.0042-1.500.000 - 3.3.90.39.00 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE - - - -- - - R$ 10.000,00

Total da Sub-Unidade 01 - - - - - - - - - R$ 10.000,00

Total da Unidade 05 - - - - - - - - - - - R$ 16.600,00

Unidade 06 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub-Unidade 00 - FUNDO MUNCIPAL DE SAÚDE
2.06.00.10.301.0003.2.0058-1.600.000 - 3.3.90.30.00 ATENÇÃO BÁSICA - - - -- - -R$ 205,00
2.06.00.10.302.0003.2.0061-1.500.000 - 3.3.90.39.00 APOIO E DIAGNÓSTICO -- - - - - - - -- - - R$ 5.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - -- - - - - - - - R$ 5.205,00

Total da Unidade 06 - - - - - - - - - - - - - - R$ 5.205,00

Unidade 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Sub-Unidade 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
2.07.05.08.122.0014.2.0074-1.500.000 - 3.3.90.30.00 GESTÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - - - - - - - - R$ 46.000,00
2.07.05.08.244.0014.2.0076-1.500.000 - 3.3.90.32.00 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - - - - -- - - - - - - - R$ 22.000,00

Total da Sub-Unidade 05 - - - - -- - - - - - - R$ 68.000,00

Total da Unidade 07 - - - - - - - - - - - - R$ 68.000,00

Unidade 08 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Unidade 00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.08.00.08.244.0013.2.0084-1.500.000 - 3.3.90.30.00 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA E ALTA - - - - - - R$ 3.300,00

Continua folha 03
DECRETO Nº 10.728
Folha 03

Total da Sub-Unidade 00 - - -- - - - - - - - -- - - - - R$ 3.300,00

Total da Unidade 08 - R$ 3.300,00

Unidade 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Sub-Unidade 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
2.10.00.27.122.0006.2.0095-1.500.000 - 3.3.90.39.00 GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - -R$ 6.742,95

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - - - - - - - - - R$ 6.742,95

Total da Unidade 10 - - - - - - - - - - - - - - - R$ 6.742,95

Total da Instituição 02 - - - - - - - - - - - - - - - - - - R$ 356.856,49

Total Geral Acrescido - - - - - - - - - - - - - - R$ 356.856,49

Art. 2º Para atender o que prescreve o artigo anterior, será utilizada como fonte de recurso: ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES do Orçamento do Município na forma do parágrafo 1°, inciso I a IV do artigo 43 da Lei Federal 4.320.
Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO
Unidade 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Sub-Unidade 01 - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
2.03.01.04.122.0001.2.0019-1.500.000 - 3.3.90.39.00 GESTÃO DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - - - - -- - - - R$ 150.000,00
2.03.01.04.122.0001.2.0017-1.500.000 - 3.3.90.49.00 GESTÃO DA DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS - - - - - - R$ 6.742,95

Total da Sub-Unidade 01 - - - - - - R$ 156.742,95

Sub-Unidade 02 - DIRETORIA DE FAZENDA
2.03.02.04.123.0001.2.0021-1.500.000 - 3.3.90.39.00 GESTÃO DA DIRETORIA DE FAZENDA - - - - - R$ 8.000,00

Total da Sub-Unidade 02 - - - - - - - - - - R$ 8.000,00

Sub-Unidade 04 - DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO URBANA
2.03.04.26.782.0001.2.0028-1.500.000 - 3.3.90.40.00 GESTÃO DE TRÂNSITO E TRANSPORTE PÚBLICO - - - - --- - - R$ 45.000,00

Total da Sub-Unidade 04 - - - - - - - R$ 45.000,00

Total da Unidade 03 - - - - - - - - - - R$ 209.742,95

Continua folha 04
DECRETO Nº 10.728
Folha 04

Unidade 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA
Sub-Unidade 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA
2.04.00.15.122.0005.2.0032-1.500.000 - 3.3.90.39.00 GESTÃO DA SECRETARIA MUN INFRAESTRUTURA URBANA - - - - --- - - - R$ 54.008,54

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - - - - - - - - R$ 54.008,54

Total da Unidade 04 - - - - - - - - - - - - - - R$ 54.008,54

Unidade 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Sub-Unidade 01 - EDUCAÇÃO BÁSICA
2.05.01.12.361.0002.2.0040-1.500.000 - 3.3.90.39.00 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - - - - - - - R$ 16.600,00

Total da Sub-Unidade 01 - - - - - - - - - - - - - - - R$ 16.600,00

Total da Unidade 05 - - - - - - - - - - - - - - - - - R$ 16.600,00

Unidade 06 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub-Unidade 00 - FUNDO MUNCIPAL DE SAÚDE
2.06.00.10.301.0003.2.0059-1.600.000 - 3.3.72.30.00 FARMÁCIA BÁSICA - - - - - R$ 205,00
2.06.00.10.122.0020.2.0056-1.500.000 - 3.3.90.30.00 CONTROLE E GESTÃO DE ZOONOSES E VETERINÁRIA - - - - - - R$ 5.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - -- - - - - R$ 5.205,00

Total da Unidade 06 - - - - - - - - - - - - - - - - - R$ 5.205,00

Unidade 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Sub-Unidade 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
2.07.05.16.482.0012.2.0079-1.500.000 - 3.3.90.30.00 REFORMA E MELHORIAS HABITACIONAIS - - - - - - - - - - - - - - R$ 33.500,00

Total da Sub-Unidade 05 - - - - - - - - - - - - - - R$ 33.500,00

Total da Unidade 07 - - - - - - - - - - - - - - - - R$ 33.500,00

Unidade 08 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Unidade 00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.08.00.08.244.0013.2.0088-1.500.000 - 3.3.90.32.00 GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS - - - - - - - - - - - - - R$ 34.500,00
2.08.00.08.122.0013.2.0080-1.500.000 - 3.3.90.39.00 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMAS - - - - - - - - - - - - - R$ 3.300,00

Continua folha 05
DECRETO Nº 10.728
Folha 05

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - - - - - - - - - - R$ 37.800,00

Total da Unidade 08 - - - - - - - - - - - - - - - - R$ 37.800,00

Total da Instituição 02 - - - - - - - - - - - - - - - R$ 356.856,49

Total Geral Anulado - - - - - - - - - - - - - R$ 356.856,49

.
Prefeitura Municipal de São Lourenço, 11 de agosto de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

MARCOS RAMIRO MENDES
Diretor de Contabilidade

WJL/GCJ/cmv

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:CD8620BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº. 10.734 EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

DECRETO Nº. 10.734

Exonera Servidor Público Municipal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições legais constantes dos incisos IX, XII, XIII e XVII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal - LOM; **considerando** que ao Chefe do Executivo compete decidir sobre assuntos que envolvem a vida funcional dos servidores públicos do município; **considerando** o requerimento formulado por servidor público municipal, concursado, junto à Diretoria de Recursos Humanos, através do protocolo nº. 672/D.R.H, datado de 14/08/2026; **considerando** que cabe ao Prefeito dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor público municipal, **Sr. Leon da Costa Silveira,** nomeada através do Decreto nº 6.460, de 11/05/2017, das atribuições do cargo de **"Engenheiro Civil",** previsto no Anexo V da Lei Complementar nº. 002/11, de 01/08/2011, e suas alterações, a partir de 25/08/2026.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 17 de agosto de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

WJL/ACAR/ssc

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:8A36352C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº. 10.734 - EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

DECRETO Nº. 10.734

Exonera Servidor Público Municipal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições legais constantes dos incisos IX, XII, XIII e XVII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal - LOM; **considerando** que ao Chefe do Executivo compete decidir sobre assuntos que envolvem a vida funcional dos servidores públicos do município; **considerando** o requerimento formulado por servidor público municipal, concursado, junto à Diretoria de Recursos Humanos, através do protocolo nº. 672/D.R.H, datado de 14/08/2026; **considerando** que cabe ao Prefeito dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor público municipal, **Sr. Leon da Costa Silveira,** nomeada através do Decreto nº 6.460, de 11/05/2017, das atribuições do cargo de **"Engenheiro Civil",** previsto no Anexo V da Lei Complementar nº. 002/11, de 01/08/2011, e suas alterações, a partir de 25/08/2026.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 17 de agosto de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

WJL/ACAR/ssc

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:7BB990F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº. 4.106 DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO A TÍTULO PRECÁRIO E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 4.106

Dispõe sobre autorização de uso de bem público a título precário e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, § 4º, combinado com o art. 88, incisos IX, X, XII e XVII, ambos da Lei Orgânica Municipal - LOM; **considerando** que compete ao Poder Executivo Municipal a autorização para a utilização dos bens públicos que se encontram sob sua responsabilidade; **considerando** a solicitação formulada através do Requerimento nº. 97.224 de 13/08/2026, protocolizado junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de São Lourenço, que obteve a autorização da Secretaria Municipal de Governo; **considerando** nova solicitação para prorrogação por mais 90 (noventa) dias da utilização do referido espaço público; **considerando** que cabe ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida, a título precário, à pessoa jurídica **COOPERATIVA DE CREDITO DOS PROFISSIONAIS DA AREA DA SAUDE E DE LIVRE ADMISSAO LTDA - UNICRED ALIANCA**, inscrito no CNPJ sob o nº. 70.937.271/0006-68, situada à Av Antônio Junqueira de Sousa, 486, Centro, São Lourenço, representada pela Srª. **Daniela de Lemos Costa Real**, inscrita no CPF nº. 983.232.706-78, a autorização de uso de bem público de parte da área pertencente a Esquina da Rua Wenceslau Braz, a ser delimitada pela Gerência de Fiscalização e Posturas.

Art. 2º A pessoa jurídica autorizada utilizará a área mencionada no artigo anterior para colocação de Relógio/Termômetro de publicidade, pelo período de 90 (noventa) dias.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente autorização, tais como: ECAD, segurança, instalação de ligações provisórias e os valores atribuídos ao consumo de energia elétrica, contratadas junto a CEMIG, além dos alvarás da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros etc, correrão por conta e expensas da referida pessoa física.

Art. 4º A empresa autorizada deverá apresentar à Secretaria Municipal de Turismo a guia de pagamento dos valores devidos ao ECAD, caso haja a exibição de obras fonográficas, os alvarás expedidos pela Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, até o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do evento, apurada a necessidade dos Órgãos Fiscalizadores.

§ 1º A empresa autorizada deverá apresentar à Gerência de Fiscalização de Tributos as guias quitadas dos valores relativos ao Preço Público pela utilização do espaço e ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, quando couber, de forma antecipada ao evento, conforme disposto nos Decretos nos. 10.287/2025 e 5.376/2014.

§ 2º O não atendimento ao estabelecido neste artigo impedirá a emissão da Licença de Funcionamento do evento, implicando no cancelamento do mesmo, cabendo ao Poder Executivo Municipal revogar a presente autorização, através de Portaria.

Continua folha 02
PORTARIA Nº 4.106
Folha 02

§ 3º Cabe à Gerência de Fiscalização de Posturas a devida fiscalização do evento, impedindo ou interrompendo o mesmo até a devida regularização.

Art. 5º A empresa autorizada responderá por todos os atos praticados por si mesma ou através de seus representantes e/ou prepostos, nos termos da Lei Civil e Penal, arcando, financeiramente, com possíveis danos causados ao bem público utilizado, devendo este ser entregue nas condições em que foi encontrado, inclusive quanto à limpeza do local, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a data prevista para encerramento de suas atividades.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 17 de agosto de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

WJL/ACAR/scs

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:4DE766DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº. 4.107 NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL ORGANIZADORA E COMISSÃO ESPECIAL DE APOIO PARA ORGANIZAÇÃO, AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS E JULGAMENTO DE RECURSOS DO PROCESSO SELETIVO Nº 004/2026.

PORTARIA Nº. 4.107

Nomeia os membros da Comissão Especial Organizadora e Comissão Especial de Apoio para organização, avaliação de documentos e julgamento de recursos do Processo Seletivo nº 004/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições legais constantes dos incisos IX, XII e XVII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal - LOM, **considerando** as disposições contidas no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 004/2026; **considerando** a necessidade de designação das referidas comissões a fim de dar início aos trabalhos ao andamento do Processo Seletivo nº 004/2026; **considerando** a necessidade de substituição de membro da comissão especial organizadora; **considerando** que ao Chefe do Poder Executivo Municipal incumbe dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados para compor a Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo nº 004/2026, os seguintes membros:

I – Ana Carla Nogueira Ferreira Guimarães Ribeiro
Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

II – Cássia Carneiro Mangia
Represente da Secretaria Municipal de Educação

III – Paulo Aparecido Cota
Representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças

Art. 2º Ficam nomeados para compor as Comissões Especiais de Apoio no Processo Seletivo nº 004/2026, os seguintes membros:

I – Aldair José Balde
Represente da Secretaria Municipal de Educação

II – Jozilene Araújo da Silva
Representante da Secretaria Municipal de Governo

III – Leandro Caetano Correa
Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Art. 2º Constituem atribuições da Comissão Organizadora:

I – orientar e dirimir dúvidas que lhe forem submetidas sobre o Processo Seletivo;

Continua folha 02
PORTARIA Nº. 4.107
Folha 02

II – analisar de critérios de avaliação e desempate dos candidatos e elaboração do resultado preliminar e definitivo de classificação;

III – julgar recursos apresentados ao resultado preliminar de seleção;

Art. 3º Constituem atribuições da Comissão de Apoio:

I – identificar, analisar, avaliar e selecionar documentação dos candidatos inscritos no Processo Seletivo;

II – receber e encaminhar os recursos à Comissão organizadora

III – prestar o suporte necessário à Comissão Organizadora, com ênfase nos processos de avaliação e pontuação dos candidatos.

Art. 4º Os trabalhos realizados pelas referidas comissões serão remunerados, sendo assegurado o pagamento de gratificação de função, exceto aos cargos de agentes políticos, nos termos do art. 109 da Lei Complementar nº.002/11, de 01/08/2011, e suas alterações.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 17 de agosto de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

WJL/ACAR/scs

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:4D24C7D1

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
EXTRATO DA HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

O Diretor Presidente do SAAE, no uso de suas atribuições, adjudica às empresas:

Ciap Terraplanagem Ltda. – CNPJ: 27.402.904/0001-08
Valor total de R$ 1.450.942,05 (um milhão, quatrocentos e cinquenta mil, novecentos e quarenta e dois reais e cinco centavos)

E homologa o**Processo Licitatório nº 106/2026**,**Concorrência Eletrônica nº 001/2026**, que tem como objetoa contratação de empresa especializada para execução de obra de canalização do córrego Esperança.

EDUARDO RODRIGUES DA SILVA

São Lourenço/MG, 17/08/2026.

Publicado por:
Fabiana Aparecida de Castro Brito
Código Identificador:C3CA9EAB

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
EXTRATO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº012/2026

Em decorrência da recusa da primeira colocada em assinar a Ata de Registro de Preços, e considerando a posterior habilitação da segunda colocada, nos termos do art. 90, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, o Diretor Presidente do SAAE, no uso de suas atribuições, adjudica o objeto à empresa:

IDEAL ASFALTO RAPIDO LTDA - CNPJ: 47.816.435/0001-72
Valor Total de R$ 69.600,00 (sessenta e nove mil e seiscentos reais)

E homologa o **Processo Licitatório nº082/2026**, **Pregão Eletrônico nº 012/2026**, que tem como objeto o registro de preços para futuras e eventuais aquisições de massa asfáltica.

EDUARDO RODRIGUES DA SILVA,
São Lourenço/MG, 14/08/2026.

Publicado por:
Fabiana Aparecida de Castro Brito
Código Identificador:E7EAC3EB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EDITAL RESUMIDO PREGÃO 079/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG. Processo nº 12125/2026, Registro de preço, modalidade Pregão nº 079/2026, na forma eletrônica, do tipo MENOR PREÇO. Critério de Julgamento: POR ITEM. Objeto: Registro de preços para aquisição de produtos de limpeza e manutenção de piscinas, destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais de Esporte e lazer, Saúde e Obras, por um período de 12 (doze) meses, com itens exclusivos para ME, EPP E MEI.. As propostas serão recebidas até o dia 03/09/2026 e o horário para início da sessão será às 09:30 hs do mesmo dia. O edital completo e as demais informações relativas a presente licitação encontram-se a disposição no site: http://ammlicita.org.br;
http://transparencia.ssparaiso.mg.gov.br/licitacoes;
https://www.gov.br/pncp/pt-br, e na Prefeitura Municipal, Gerência de Compras e Licitações, na Praça dos Imigrantes, nº 100, Lagoinha, nesta cidade, fone (0xx35) 3539-7000 ou fone (0xx35) 3539-7015, diariamente das 08:30 às 16:30 hs, onde poderão ser lidos, examinados e adquiridos.

São Sebastião do Paraíso – MG, 17 de agosto de 2026.

FERNANDA CRISTINA PEREIRA –
Pregoeira.

Publicado por:
Fernanda Cristina Pereira
Código Identificador:1FEFF394

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EXTRATO DO CONTRATO 125/2026 - TITONELI VEICULOS LTDA

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso - MG. Extrato de Contrato. Adesão Registro de Preço Externo Nº 024/2026. Processo: 12248/2026 – Contrato nº 125/2026. Objeto: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2025, DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2025 - PREGÃO ELETRONICO Nº 014/2025, GERNCIADO PELO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS - CIMINAS, OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO D 02 (DOIS) VEÍCULOS AUTOMOTORES ZERO-QUILOMETRO, DA LINHA LEVE, PARA A INCORPORAÇÃO À FROTA MUNICIPAL COM DESTINAÇÃO ESPECIFICA E EXCLUSIVA AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG. Vigência: 18/08/2026 a 17/10/2026. Contratada: TITONELI VEICULOS LTDA. Valor total: 191740,0000 (Cento e Noventa e Um Mil e Setecentos e Quarenta Reais), sendo que os valores unitários serão aqueles constantes das planilhas orçamentárias em anexo ao contrato.

Contratante:
Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso-MG.
Prefeito Municipal
MARCELO DE MORAIS.
18/08/2026

Publicado por:
Rosiely Merces de Souza
Código Identificador:6A446E99

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONVOCAÇÃO E REEQUILÍBRIO

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso – MG. **Extrato do Termo de Convocação e Reequilíbrio de Preços.** Pregão Eletrônico nº 091/2025, Processo nº 16192/2025. **Objeto do processo**: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO

DE FORNECEDOR DE ARTIGOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DOS DIVERSOS SETORES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL, CONFORME PLANEJAMENTO ANUAL, PELO PERÍODO DE 12 MESES, COM ITENS EXCLUSIVOS PARA ME, EPP E MEI, ITENS DE COTA RESERVADA PARA ME, EPP E MEI E ITENS DE LIVRE PARTICIPAÇÃO. **Convocação**: Nos termos do § 3º do artigo 18 do Decreto Municipal 6.468/2024, fica convocado, obedecendo à ordem de registro classificatória, o Fornecedor SOUZA & RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA, detentora do cadastro de reserva do item: "CÓDIGO 1143 – DETERGENTE 500ML", para assumir o compromisso de fornecimento do quantitativo remanescente do processo. **Alteração: 1) Do Reequilíbrio –** altera-se o valor registrado do item de código 1143, firmado mediante o Pregão Eletrônico nº 091/2025, em razão da convocação do fornecedor de R$1,55/unidade para R$2,58/unidade. **2) Do Valor**: Em decorrência das negociações realizadas, o valor total do item e da Ata de Registro de Preços do fornecedor SOUZA & RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA está estimado em R$33.718,02 (trinta e três mil setecentos e dezoito reais e dois centavos).

Detentora do Registro de Preço: **SOUZA & RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA.**
Contratante: Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso/MG.

A data de início da vigência do presente termo fica estabelecida em 18/08/2026.

ALEXANDRE DA SILVA MAGALHÃES
SECRETÁRIO MUNICIPAL PLANEJAMENTO E GESTÃO
Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

São Sebastião do Paraíso – MG, 18 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Sabrina Alves Lovo
Código Identificador:3D6A6230

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EXTRATO DO TERMO DE LIBERAÇÃO DE FORNECIMENTO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2025

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso – MG, **Extrato do Termo de Liberação de Fornecimento.** Ata de Registro de Preços (ARP) nº 057/2026, Pregão Eletrônico nº 091/2025, Processo nº 16192/2025. **Objeto do processo**: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE FORNECEDOR DE ARTIGOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DOS DIVERSOS SETORES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL, CONFORME PLANEJAMENTO ANUAL, PELO PERÍODO DE 12 MESES, COM ITENS EXCLUSIVOS PARA ME, EPP E MEI, ITENS DE COTA RESERVADA PARA ME, EPP E MEI E ITENS DE LIVRE PARTICIPAÇÃO. **Liberação de Fornecimento de Item Registrado**: Nos termos do Decreto Municipal nº 6.468/2024, a favor do detentor do registro de preço da ARP nº 057/2026, e pautado no despacho decisório contido nos autos do processo, fica liberado de fornecimento da quantidade remanescente do item abaixo:

Código	Descrição Parcial	UN	Quantidade Licitada	Quantidade Remanescente
1143	DETERGENTE 500 ML	FR	18.060	13.069

Detentora da Ata de Registro de Preços nº 057/2026: **OXI QUÍMICA LTDA EPP.**
Contratante: Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso/MG.

A data de início da vigência do presente termo fica estabelecida em 18/08/2026.

ALEXANDRE DA SILVA MAGALHÃES
Secretário de Planejamento e Gestão
Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

São Sebastião do Paraíso – MG, 18 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Sabrina Alves Lovo
Código Identificador:231E08A0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SEM PEIXE

DIVISÃO DE COMPRAS
EXTRATO DO ADITIVO DE CONTRATO PRC 087/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEM PEIXE – Extrato do 1º Aditivo - Processo Dispensa Nº 087/2025. Objeto: Realização de prorrogação contratual até 03 de setembro de 2027. Contratado(a): **STRADA VEICULOS E PECAS LTDA,** pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 01.654.749/0001-15, que tem sede na Rua Major Delfino de Paula, nº 1090 – São Francisco, Belo Horizonte - Minas Gerais, CEP: 31.255-170.

Sem Peixe, 11 de agosto de 2026.

Publicado por:
Andreza Cris Alves da Silva
Código Identificador:D85B219A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SENADOR CORTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CORTES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 127/2026 DISPENSA PRESENCIAL Nº 033/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA PRESENCIAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 127/2026
DISPENSA PRESENCIAL Nº 033/2026

A Prefeitura Municipal de Senador Cortes – MG, está publicando Dispensa Presencial acima informada, tipo menor preço global, nos termos do Art. 75, inciso II, c/c § 3º, da Lei nº 14.133/21, e, manifesta interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM APARELHOS DE AR-CONDICIONADO**. *Recebimento das Propostas e Documentação: até o dia 25/08/2026 às 11:00 hs. Início da sessão pública de análise das propostas e documentação, às 11:01 hs do dia 25/08/2026.* Informações: Tel.: (32) 3490-0700. Íntegra do Aviso de Contratação: o Edital Completo poderá ser obtido pelos interessados na Sede da Prefeitura, localizada na Avenida Antônio de Souza Rabelo, nº 179, Centro, Senador Cortes – MG. CEP: 36.650-000, ou pelo endereço eletrônico www.senadorcortes.mg.gov.br, ou pelo e-mail: licitacao@senadorcortes.mg.gov.br.

Senador Cortes – MG, 18 de agosto de 2026.

JOSÉ LUIS GARCIA FERNANDEZ.
Agente de Contratação.

Publicado por:
José Luiz Garcia Fernandez
Código Identificador:F0052046

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SERRA AZUL DE MINAS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL E REABERTURA DE PRAZO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026
O Município de Serra Azul de Minas/MG, por intermédio de sua Pregoeira Oficial, torna público, para conhecimento dos interessados,

que foi RETIFICADO o Edital do Pregão Eletrônico nº 014/2026 – Processo Licitatório nº 043/2026, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na disponibilização de profissionais de enfermagem e, quando houver indicação clínica expressa, profissional médico, destinados ao acompanhamento de pacientes durante transferências inter-hospitalares eletivas, de urgência e emergência, realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Serra Azul de Minas/MG.

A retificação decorre da necessidade de adequações no instrumento convocatório e no Termo de Referência, conforme decisão proferida em sede de impugnação, com alterações que interferem na formulação das propostas, razão pela qual fica reaberto o prazo para apresentação das propostas.

NOVA DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 01 DE SETEMBRO DE 2026, ÀS 09h00.

Recebimento das propostas: até às 09h00 do dia 01/09/2026.

Abertura das propostas: 01/09/2026, às 09h00.

Local: Plataforma de Licitações Licitar Digital.

O Edital Retificado e seus anexos encontram-se disponíveis nos mesmos meios de divulgação do instrumento convocatório original.

Serra Azul de Minas/MG, 18 de agosto de 2026.

CÁSSIA CRISTINA COSTA FRANÇA
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Cassia Cristina Costa França Pacheco
Código Identificador:B7BC9606

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DECISÃO SOBRE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026
IMPUGNANTE: A&G SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

I – RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa **A&G SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.** em face do Edital do Pregão Eletrônico nº 014/2026, cujo objeto consiste no registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na disponibilização de profissionais de enfermagem e, quando houver indicação clínica expressa, profissional médico, destinados ao acompanhamento de pacientes durante transferências inter-hospitalares eletivas, de urgência e emergência.

A impugnante sustenta, em síntese, que as exigências de qualificação técnica previstas no instrumento convocatório seriam insuficientes, requerendo a inclusão obrigatória de:

registro da empresa e de responsável técnico perante o Conselho Regional de Administração – CRA;

certificações ISO 9001 e ISO 45001; e

inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES.

Ao final, requer a retificação e republicação do edital.

A impugnação foi apresentada em 13/08/2026, anteriormente à sessão prevista para 18/08/2026, razão pela qual é conhecida como tempestiva, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

Passa-se ao mérito.

II – FUNDAMENTAÇÃO

1. Da exigência de registro perante o Conselho Regional de Administração – CRA

O pedido não merece acolhimento.

O art. 67, V, da Lei nº 14.133/2021 admite a exigência de registro ou inscrição na entidade profissional competente **quando for o caso**, o que pressupõe relação entre o conselho profissional e a atividade básica ou predominante compreendida no objeto da contratação.

No caso em exame, o objeto não consiste em atividade típica ou privativa da Administração, mas na prestação de serviços assistenciais de saúde durante transferências inter-hospitalares, executados por profissionais de enfermagem e, conforme indicação clínica, médicos.

Por essa razão, o edital exige registros perante os Conselhos profissionais diretamente relacionados à atividade objeto da contratação – COREN e CRM.

A jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais tem afastado a tese de que a simples disponibilização ou terceirização de mão de obra torne obrigatório o registro da empresa perante o CRA. A exigência somente se mostra legítima quando a atividade básica objeto da contratação estiver efetivamente sujeita à fiscalização daquele Conselho.

Exigir cumulativamente CRM/COREN e CRA, sem demonstração de que o objeto envolva atividade profissional privativa da área de Administração, representaria acréscimo de requisito de habilitação sem demonstração de necessidade e proporcionalidade, com potencial restritivo à competitividade.

Rejeita-se, portanto, o pedido de inclusão obrigatória de registro da licitante e de responsável técnico perante o CRA.

2. Das certificações ISO 9001 e ISO 45001

Também não merece acolhimento o pedido.

A impugnante sustenta que as certificações ISO 9001 e ISO 45001 deveriam constituir requisito obrigatório de habilitação por demonstrarem sistemas estruturados de gestão da qualidade e segurança.

Embora tais certificações possam constituir instrumentos relevantes de gestão empresarial, sua utilidade não as transforma automaticamente em requisito obrigatório para participação em licitação.

No âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, permanece como orientação a **Súmula nº 117**, segundo a qual as Administrações Públicas estadual e municipais não devem exigir certificado de qualidade ISO ou documento de mesmas especificidades como requisito de habilitação ou classificação das propostas.

Registre-se que existem julgados do Tribunal de Contas da União, sob a Lei nº 14.133/2021, examinando situações específicas em que certificações de qualidade foram admitidas, inclusive para demonstração de capacidade técnica, assim como precedentes que as admitem para fins de pontuação técnica, mas não como condição automática de habilitação. Isso demonstra que a matéria depende da pertinência, proporcionalidade, motivação e características concretas de cada objeto, não havendo norma que imponha à Administração a exigência de ISO 9001 ou ISO 45001 em toda contratação dessa natureza.

No presente certame, a Administração optou por aferir a aptidão da contratada mediante registros nos respectivos Conselhos profissionais e demais requisitos técnicos diretamente relacionados aos serviços de saúde.

Não há demonstração técnica no processo de que somente empresas certificadas pela ISO 9001 ou ISO 45001 sejam capazes de executar satisfatoriamente o objeto.

Consequentemente, a inclusão das certificações postuladas, além de não constituir exigência legal obrigatória, poderia restringir indevidamente a competição.

Rejeita-se o pedido.

3. Da exigência de inscrição no CNES

A impugnante requer, ainda, que seja exigida de todas as licitantes inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES.

O CNES constitui cadastro destinado aos estabelecimentos públicos e privados que realizam serviços de atenção à saúde. A regulamentação do Ministério da Saúde estabelece a obrigatoriedade de cadastramento dos estabelecimentos de saúde sujeitos à referida disciplina.

Entretanto, a obrigatoriedade de cadastramento de determinado estabelecimento não autoriza concluir, automaticamente, que **toda pessoa jurídica que disponibilize profissionais de saúde em contratação pública deva apresentar CNES como requisito universal de habilitação**.

No presente caso, a contratação não tem por objeto a disponibilização de clínica, hospital ou estabelecimento físico pertencente à empresa licitante. O transporte será realizado em veículo disponibilizado pelo Município ou pela rede assistencial, competindo à contratada essencialmente disponibilizar os profissionais habilitados.

Assim, eventual exigência de CNES deve decorrer da efetiva caracterização da estrutura ou atividade da empresa como estabelecimento sujeito obrigatoriamente ao cadastro, não podendo ser criada indistintamente como condição de participação sem demonstração de sua pertinência para todos os potenciais licitantes.

Por força dos princípios da competitividade, razoabilidade, proporcionalidade e julgamento objetivo, não se acolhe a pretensão de

inclusão do CNES como requisito obrigatório e indistinto de habilitação.
Ressalva-se que a empresa contratada deverá manter todas as inscrições, licenças e autorizações que lhe sejam legalmente exigíveis em razão de sua efetiva forma de atuação.
4. Da análise de ofício do instrumento convocatório
Embora os pedidos formulados pela impugnante não sejam acolhidos, a análise do instrumento convocatório revelou inconsistências que devem ser corrigidas pela Administração antes da realização da sessão pública.
A primeira refere-se aos itens 7.8, 8.1 e 8.1.2 do edital.
O item 7.8 determina a anexação dos documentos de habilitação juntamente com a proposta antes da abertura da sessão, enquanto os itens 8.1 e 8.1.2 estabelecem que a documentação será apresentada apenas pelo licitante vencedor, mediante solicitação da Pregoeira.
A matéria foi recentemente examinada pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais na **Consulta nº 1.188.139, Tribunal Pleno, sessão de 10/06/2026**, que fixou entendimento de que, conforme o art. 63, II, da Lei nº 14.133/2021, a regra é a exigência da habilitação apenas do vencedor. A inversão de fases somente poderá ocorrer excepcionalmente, mediante previsão expressa e motivação adequada, nos termos do art. 17, §1º. Os documentos de regularidade fiscal, em qualquer hipótese, somente poderão ser exigidos após o julgamento e do licitante mais bem classificado.
Deverá, portanto, ser suprimida a incompatibilidade, adotando-se a sistemática ordinária prevista nos arts. 17 e 63 da Lei nº 14.133/2021.
Também foram constatadas:
descrição incompleta do item 1 da planilha de serviços;
inconsistência entre as localidades indicadas na tabela e o item 3.6 do Termo de Referência;
ausência de definição da categoria do profissional de enfermagem exigido nos itens 1 e 2;
previsão aberta de atendimento a "outros municípios integrantes da rede SUS", sem delimitação geográfica ou critério de remuneração correspondente;
ausência de disciplina específica sobre eventual permanência prolongada dos profissionais no destino ou retransporte;
cláusulas referentes a marca, modelo, fabricante, procedência e catálogo técnico, incompatíveis com o objeto de prestação de serviços.
Tratando-se de aspectos capazes de interferir na formulação e comparação das propostas, não se recomenda sua correção exclusivamente mediante esclarecimento interpretativo.
III – DECISÃO
Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 9º, 17, 18, 63, 67 e 164 da Lei Federal nº 14.133/2021 e na jurisprudência dos Tribunais de Contas:
I – CONHEÇO da impugnação, por tempestiva;
II – NO MÉRITO, JULGO-A IMPROCEDENTE quanto aos pedidos formulados pela A&G SERVIÇOS MÉDICOS LTDA., mantendo-se:
a inexistência de exigência de registro da empresa e responsável técnico perante o CRA;
a inexistência de exigência das certificações ISO 9001 e ISO 45001 como requisito obrigatório de habilitação; e
a inexistência de exigência genérica e indistinta de CNES, sem prejuízo da obrigação da futura contratada de possuir todas as inscrições e autorizações que lhe sejam legalmente exigíveis em razão de sua efetiva estrutura e atividade.
III – DETERMINO, DE OFÍCIO, a retificação do Edital e do Termo de Referência, para:
compatibilizar as regras relativas ao momento da apresentação dos documentos de habilitação com os arts. 17 e 63 da Lei nº 14.133/2021;
corrigir e completar a descrição das rotas correspondentes aos itens licitados;
definir expressamente a categoria profissional de enfermagem exigida nos itens 1 e 2;
delimitar objetivamente as localidades abrangidas pelos preços registrados ou estabelecer critério objetivo para eventuais destinos extraordinários;
esclarecer o alcance da unidade de serviço e o tratamento de eventual permanência prolongada ou retransporte, caso tais situações integrem a necessidade da Administração;
excluir cláusulas referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e catálogo que não sejam aplicáveis ao objeto.
IV – Em razão de as alterações acima interferirem diretamente na formulação das propostas, determino a suspensão da sessão pública prevista para 18/08/2026 e a posterior republicação do instrumento convocatório, com reabertura do prazo legal.
Dê-se ciência à impugnante.
Publique-se a presente decisão pelos mesmos meios de divulgação do edital.

Serra Azul de Minas/MG, 18 de agosto de 2026.

CÁSSIA CRISTINA COSTA FRANÇA
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Cassia Cristina Costa França Pacheco
Código Identificador:FC76308F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SERRANIA

PREFEITURA DE SERRANIA
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANIA/MG. Extrato de homologação. Dispensa de licitação n.º 38/2026. Processo nº. 81/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do município de Serrania/MG, em observância às diretrizes da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). A Prefeita Municipal de Serrania/MG, no uso de suas atribuições legais, torna pública a homologação do procedimento e adjudica o objeto a empresa Letícia Daniele Puras - Puras Consultoria Ambiental E Sanitária, portadora do CNPJ n.º 63.917.722/0001-25. Valor: R$ 30.000,00.

Serrania, 18 de agosto de 2026.

ALEXANDRA MARIA DE OLIVEIRA DIAS BUENO,
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Frederico Holanda Csizmar
Código Identificador:FE92448D

PREFEITURA DE SERRANIA
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANIA – Extrato de Autorização e Ratificação. Dispensa de licitação n.º 41/2026. Processo nº. 87/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços e fornecimento de peças para revisão do veículo Renault Duster, placa TWZ-8I85, revisão obrigatória para cobertura do período de garantia de acordo com o manual do fabricante. A Prefeita Municipal de Serrania/MG, no uso de suas atribuições, em especial o artigo 72, VIII, torna público que autorizou a contratação e ratificou o procedimento de acordo com art. 75, inciso IV, "a" da Lei nº 14.133/21. Vencedora: Saint Emilion Automoveis Peças E Serviços Ltda, CNPJ n.º 12.579.490/0001-01. Valor: R$ 2.447,00.

Serrania-MG, 18 de agosto de 2026.

ALEXANDRA MARIA DE OLIVEIRA DIAS BUENO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Frederico Holanda Csizmar
Código Identificador:6EFE8EE2

PREFEITURA DE SERRANIA
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANIA. Extrato de Contratos. Processo n.º 70/2026. Chamada Pública n.º 02/2026. OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e/ ou empreendedores familiares rurais ou suas organizações, visando atender a demanda do Departamento de

Educação do Município de Serrania/MG. Contrato n.º 106/2026 - Cassio Mesquita Barbosa CPF nº 266.252.488-00 valor R$ 11.882,60. Contrato n.º 107/2026 - Douglas Caputti Vidal CPF nº 053.887.816-90 valor R$ 19.988,10. Contrato n.º 108/2026 - Messias Aparecido De Carvalho CPF nº 744.928.456-15 valor R$ 5.820,00. Contrato n.º 109/2026 Rosana Mara Swerts Figueiredo Moreira CPF n.º 081.591.366-41 valor R$ 2.419,20. Contrato n.º 110/2026 - Thiago De Avila Ramos CPF nº 078.470.126-18 valor R$ 6.960,00. Vigência: 6 meses a partir da assinatura.

Serrania, 18 de agosto de 2026.

ALEXANDRA MARIA DE OLIVEIRA DIAS BUENO.
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Frederico Holanda Csizmar
Código Identificador:715DC2C2

PREFEITURA DE SERRANIA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANIA/MG. Extrato de homologação. Dispensa de licitação n.º 38/2026. Processo nº. 81/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do município de Serrania/MG, em observância às diretrizes da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). A Prefeita Municipal de Serrania/MG, no uso de suas atribuições legais, torna pública a homologação do procedimento e adjudica o objeto a empresa Letícia Daniele Puras - Puras Consultoria Ambiental E Sanitária, portadora do CNPJ n.º 63.917.722/0001-25. Valor: R$ 30.000,00.

Serrania, 18 de agosto de 2026.

ALEXANDRA MARIA DE OLIVEIRA DIAS BUENO,
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Frederico Holanda Csizmar
Código Identificador:9E9AFF92

PREFEITURA DE SERRANIA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

MUNICIPAL DE SERRANIA/MG. Extrato de homologação. Dispensa de licitação n.º 41/2026. Processo nº. 87/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços e fornecimento de peças para revisão do veículo Renault Duster, placa TWZ-8I85, revisão obrigatória para cobertura do período de garantia de acordo com o manual do fabricante. A Prefeita Municipal de Serrania/MG, no uso de suas atribuições legais, torna pública a homologação do procedimento e adjudica o objeto á empresa Saint Emilion Automoveis Peças E Serviços Ltda, CNPJ n.º 12.579.490/0001-01. Valor: R$ 2.447,00.

Serrania-MG, 18 de agosto de 2026.

ALEXANDRA MARIA DE OLIVEIRA DIAS BUENO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Frederico Holanda Csizmar
Código Identificador:9BC3983F

PREFEITURA DE SERRANIA
EXTRATO DE INTENÇÃO DE DISPENSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANIA. Extrato de Intenção de dispensa n.º 42/2026. Processo nº 88/2026. O Município De Serrania/MG, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.243.261/0001-06, nos termos do art. 75, inciso II, combinado com o seu § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, torna público que tem interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços para realização de show pirotécnico para as festividades do Réveillon 2026/2027, incluindo material, transporte, montagem, execução e retirada do material detonado. Data limite para apresentação das propostas e documentações: 24/08/2026 às 17:30 horas. Edital de intensão no site www.serrania.mg.gov.br.

Serrania, 18 de agosto de 2026.

FREDERICO HOLANDA CSIZMAR.
Agente de Contratação.

Publicado por:
Frederico Holanda Csizmar
Código Identificador:214B4292

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SERRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO
TORNA PÚBLICA A FORMALIZAÇÃO DO 1º APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 01/2025, PROVENIENTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PRÓPRIO N° 00094/2024, PREGÃO ELETRÔNICO N.º 000034/2024

Objeto: Concessão de reajuste no percentual de 7,772350 % (período de janeiro/2025 a junho/2026), conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ao Contrato cujo objeto é Contratação de Pessoa Jurídica para futura e eventual aquisição de Gêneros Alimentícios, para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Serro/MG e suas Secretarias. **Contratada:** Supermercado Paladar Ltda EPP - Rede Smart – CNPJ: 65.274.573/0001-59;

Publicado por:
Lady Natalie Machado Nunes Rocha
Código Identificador:D32F7564

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO
TORNA PÚBLICA A FORMALIZAÇÃO DO 1º APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 02/2025, PROVENIENTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PRÓPRIO N° 00094/2024, PREGÃO ELETRÔNICO N.º 000034/2024

Objeto: Concessão de reajuste no percentual de 7,772350 % (período de janeiro/2025 a junho/2026), conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ao Contrato cujo objeto é contratação de Pessoa Jurídica para futura e eventual aquisição de Gêneros Alimentícios, para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Serro/MG e suas Secretarias. **Contratada:** Nutrilar Express Ltda – CNPJ: 46.653.513/0001-00.

Publicado por:
Lady Natalie Machado Nunes Rocha
Código Identificador:07E0D6D3

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO
TORNA PÚBLICA A FORMALIZAÇÃO DO 6º ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2025, PROVENIENTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PRÓPRIO N° 00094/2024, PREGÃO ELETRÔNICO N.º 000034/2024

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato cujo objeto é Contratação de Pessoa Jurídica para futura e eventual aquisição de Gêneros Alimentícios, para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Serro/MG e suas Secretarias. **Contratada:** Supermercado Paladar Ltda EPP - Rede Smart – CNPJ: 65.274.573/0001-59; **Vigência:** Passa a vigorar de 24 de julho de 2026 até 24 de janeiro de 2027;

Publicado por:
Lady Natalie Machado Nunes Rocha
Código Identificador:E74BE100

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO
TORNA PÚBLICA A FORMALIZAÇÃO DO 6º ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2025, PROVENIENTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PRÓPRIO N° 00094/2024, PREGÃO ELETRÔNICO N.º 000034/2024

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato cujo objeto é contratação de Pessoa Jurídica para futura e eventual aquisição de Gêneros Alimentícios, para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Serro/MG e suas Secretarias. **Contratada:** Nutrilar Express Ltda – CNPJ: 46.653.513/0001-00 **Vigência:** Passa a vigorar de 24 de julho de 2026 até 24 de janeiro de 2027.

Publicado por:
Lady Natalie Machado Nunes Rocha
Código Identificador:82C72947

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO
TORNA PÚBLICA A FORMALIZAÇÃO DO 7º ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2025, PROVENIENTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PRÓPRIO N° 00094/2024, PREGÃO ELETRÔNICO N.º 000034/2024

Objeto: Aditivo para concessão de reequilíbrio ao Contrato cujo objeto é Contratação de Pessoa Jurídica para futura e eventual aquisição de Gêneros Alimentícios, para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Serro/MG e suas Secretarias. **Contratada:** Supermercado Paladar Ltda EPP - Rede Smart – CNPJ: 65.274.573/0001-59; **Valor total atualizado:** R$ 3.822.937,7600 (três milhões e oitocentos e vinte e dois mil novecentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos);

Publicado por:
Lady Natalie Machado Nunes Rocha
Código Identificador:66192F8A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TAPIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA RESULTADO DA SEGUNDA SESSÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 10.0011/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 088/2026

RESULTADO DA SEGUNDA SESSÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 10.0011/2026,PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 088/2026

A Prefeitura Municipal de Tapira/MG, através da Agente de Contratações/Comissão de Contratação, torna público o resultado da segunda sessão do Processo nº 088/2026, Edital de Credenciamento n. 10.011/2026, na forma que segue:

Interessados**habilitados**:

Nome	Item	Descrição	Situação
Lucas Rocha LTDA	03	Facilitador de Oficina de Música	Habilitado
Lucas Rocha LTDA	04	Facilitador de Oficina de Música (especialidade baterista)	Habilitado
Nei Cardoso Diniz Neto MEI	02	Facilitador de Oficina de Artes Marciais	Habilitado

Mais informações em licitacao@tapira.mg.gov.br.

MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES –
Prefeita Municipal – 18/8/2026

Publicado por:
Suellen Mary Ferreira
Código Identificador:F3E5E782

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TEÓFILO OTONI

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
EXTRATO DE DECISÃO DE ADMINISTRATIVA - CORREGEDORIA

EXTRATO DE DECISÃO DE ADMINISTRATIVA
Sindicância Administrativa Disciplinar - SAD

SAD N°: 004 - **Ano:** 2025
Portaria Instauração: 042 de 25 de agosto de 2025, publicada no saguão no dia 25 de agosto de 2025 e DOMM dia 25 de agosto de 2025, edição 3907.
Servidores:WARLICE MEDINA CHAVES MARTINS (Secretária Municipal de Administração – SMA), CÍCERO MARCELO SARAIVA SANTANA (Secretário Municipal de Saúde – SMS) e MARCONE DE OLIVEIRA GUSMÃO (Chefe do Setor de Transporte da Saúde).
DECISÃO:A Corregedora Geral do Município de Teófilo Otoni/MG, no uso de suas atribuições legais, e considerando a regularidade da Sindicância Administrativa Disciplinar 004/2025; **RESOLVE:** Acolher Integralmente o relatório final da Comissão Processante, com fundamento no parágrafo único do artigo 50 e inciso I do artigo 51 ambos Lei Municipal nº 6.209/2011 e nos elementos constantes dos autos**. DECIDE:**
1. ACOLHER o Relatório Final da Comissão Processante pelos seus próprios fundamentos, os quais adoto como razão de decidir, por se encontrarem em perfeita consonância com o ordenamento jurídico vigente e com os princípios que regem a Administração Pública e em especial a Lei 6.209/2011;

2. DETERMINAR O ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa Disciplinar nº 004/2025, diante da ausência de elementos que justifiquem a responsabilização disciplinar dos investigados;

3. DETERMINAR a ciência desta decisão ao denunciante e aos investigados, com disponibilização de cópia integral, observadas as disposições aplicáveis quanto ao acesso aos autos e à proteção das informações neles contidas.

Publique-se, registre-se e intime-se.

Teófilo Otoni/MG, 18 de agosto de 2026.

EDIÉLEM LOURENÇO DOS SANTOS
Corregedora Geral do Município

Publicado por:
Richard Eweis Chagas Adine Cury
Código Identificador:BCD91A97

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
EXTRATO DO CONTRATO 001/2026 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL – DEPUTADO LEONARDO GENARO – NÚMERO DA INDICAÇÃO PARLAMENTAR: 195290

Objeto: Repasse de recurso financeiro, previsto em **RESOLUÇÃO SES Nº 11.050, 24 DE ABRIL DE 2026,** que Definir regras para financiamento e execução do projeto de saúde para a Política de Estruturação da Atenção Hospitalar e de Urgência e Emergência, visando à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde e municípios de Minas Gerais que menciona. Tipo Investimento - Kit 5 Camas Tipo Fawler Elétrica, 4123 - ESTRUTURAÇÃO DA ATENÇÃO HOSPITALAR DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA. Contratado: Hospital Santa Rosália, CNES 2208172. Referência: Contrato 001/2026; plano de trabalho fornecido pelo beneficiário; Fonte de recurso: Ficha: 980. Fonte: 1.621. Valor: **R$ 627.500,00 (Seiscentos e vinte e sete mil e quinhentos reais)**. Da Vigência: 12 meses a partir do recebimento do recurso.

Publicado por:
Emerson Gomes Campos
Código Identificador:FCD0CE17

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
EXTRATO DO CONTRATO 001/2026 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL – DEPUTADO LEONARDO GENARO – NÚMERO DA INDICAÇÃO PARLAMENTAR: 195291

Objeto: Repasse de recurso financeiro, previsto em **RESOLUÇÃO SES Nº 11.059, 27 DE ABRIL DE 2026,** que defini regras para financiamento e execução do projeto de saúde para a Política de Estruturação da Atenção Hospitalar e de Urgência e Emergência, visando à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde e municípios de Minas Gerais que menciona. Tipo Investimento - Kit Valor em Saúde, Ação Orçamentária 4123 - ESTRUTURAÇÃO DA ATENÇÃO HOSPITALAR DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA. Contratado: Hospital Santa Rosália, CNES 2208172. Referência: Contrato 001/2026; plano de trabalho fornecido pelo beneficiário; Fonte de recurso: Ficha: 980. Fonte: 1.621. Valor: **R$ 360.000,00 (Trezentos e sessenta mil reais)**. Da Vigência: 12 meses a partir do recebimento do recurso.

Publicado por:
Emerson Gomes Campos
Código Identificador:15B5A82A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DA REUNIÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO RELATIVOS AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 052/2024 – CREDENCIAMENTO – Nº. 001/2024

Ao décimo oitavo dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis às 12h:00 min. (doze horas), no edifício sede da Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni, reuniu-se a Agente de Contratação e Equipe de Apoio abaixo assinados, para proceder aos trabalhos relativos ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 052/2024 – CREDENCIAMENTO Nº. 001/2024**, que tem como objeto o **"CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NAS UNIDADES DE SAÚDE NO ATENDIMENTO À REDE DE ATENÇÃO PRIMARIA PSF'S E PROGRAMA SAÚDE NA HORA NO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONIMG".** Aberta a sessão, verificou que foi protocolado via e-mail à documentação, da seguinte empresa no respectivo dia e horário: Varejão Serviços Médicos LTDA-CNPJ nº 47.188.648/0001-05 do dia 18/08/2026 às 11h:48 min. . Após detida análise foi julgada**HABILITADA**a empresa: Varejão Serviços Médicos LTDA-CNPJ nº 47.188.648/0001-05, por cumprir todas as exigências do edital. Em obediência ao item 4.3 do instrumento convocatório, fica aberto o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de recurso quanto o credenciamento ou não credenciamento, que começa a contar do próximo dia útil da publicação desta decisão no Portal AMM/MG ou no Portal Nacional de Contratações Públicas-PNCP e/ou Diário Oficial do Município. Não tendo nada mais a tratar, encerramos a sessão às 12:05 min. (doze horas e cinco minutos) e lavramos a presente Ata que depois de lida e achada conforme será assinada pelos presentes.

ISABELA FERRAZ DE OLIVEIRA COSTA
Agente de Contratação

OLAVO AZEVEDO
Servidor Público
Credenciamentos

Publicado por:
Olavo Azevedo
Código Identificador:1F6D4640

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DA REUNIÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO RELATIVOS AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 198/2024 – CREDENCIAMENTO – Nº. 006/2024

Ao décimo sétimo dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis às 17h:00 min. (dezessete horas), no edifício sede da Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni, reuniu-se a Agente de Contratação e Equipe de Apoio abaixo assinados, para proceder aos trabalhos relativos ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 198/2024 – CREDENCIAMENTO Nº. 006/2024 o** "**CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS PARA ATUAÇÃO JUNTO AO HOSPITAL MUNICIPAL DR RAIMUNDO GOBIRA E A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24H, NO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI/MG".** Aberta à sessão, verificou-se que foi PROTOCOLADA a documentação da seguinte empresa no dia e horário: Serviços Médicos Dr. Dênio José Soares-CNPJ nº18.583.327/0001-07 do dia 17/08/2026 às 13h:58 min. Após detida análise foi julgada **HABILITADA** a empresa: Serviços Médicos Dr. Dênio José Soares-CNPJ nº18.583.327/0001-07, por cumprir todas as exigências do edital. Em obediência ao item 4.3 do instrumento convocatório, fica aberto o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de recurso quanto o credenciamento ou não credenciamento, que começa a contar do próximo dia útil da publicação desta decisão no Portal AMM/MG ou no Portal Nacional de Contratações Públicas-PNCP e/ou Diário Oficial do Município. Não tendo nada mais a tratar, encerramos a sessão às 17:15 min. (Dezessete horas e quinze minutos) e lavramos a presente Ata que depois de lida e achada conforme será assinada pelos presentes.

CLARISSA MOURA
Agente de Contratação

OLAVO AZEVEDO
Agente Público

Publicado por:
Olavo Azevedo
Código Identificador:ABD36A5D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 037/2025

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 037/2025 - **Contratante**: Município de Teófilo Otoni/MG. **Contratada SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO) Referência:** Inexigibilidade nº 003/2025. **Data da Assinatura:** 07/07/2026. **Do Objeto**: O presente Termo Aditivo tem como objeto é **o aditamento de Prazo ao Contrato nº 037/2026. Do Prazo:** Fica o prazo de vigência prorrogado por 12 (doze) contados a partir de 12 de julho de 2026 findando em 11 de julho 2027, sendo correspondente ao valor global de R$ 72.600,00 (setenta e dois mil e seiscentos reis).

Teófilo Otoni/MG. 83 de agosto de 2026.

IVONIL DE SOUZA CAMPOS –
Secretário Municipal de Segurança Pública.

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:FC266768

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 096/2025

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 096/2025 **- Contratante:** Município de Teófilo Otoni/MG – **Contratada: COFARMINAS COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 02.537.890/0001-09 **- Referência**: Na modalidade Adesão a Ata de Registro de Preços n.º 013/2025 **- Data de Assinatura:** 04/08/2026 **– Do Objeto:** O presente Termo tem como objeto o **aditamento quantitativo** ao Contrato nº 096/2025 – **Do Prazo:** O presente aditamento produzirá seus efeitos a partir da data de sua assinatura, vigorando até o término do prazo contratual, fixado em 12 de novembro de 2026. **Do Valor:** O valor atual do Contrato n° 096/2025 é R$ 5.145.175,00 (cinco milhões cento e quarenta e cinco mil cento e setenta e cinco reais), e sofrerá um acréscimo de 27,08%, equivalente ao montante de R$ 1.393.544,13 (um milhão trezentos e noventa e três mil quinhentos e quarenta e quatro reais e treze centavos) passando, portanto, ao valor global de R$ 6.538.719,13 (seis milhões quinhentos e trinta e oito mil setecentos e dezenove reais e treze centavos).

Teófilo Otoni/MG, 18 de agosto de 2026.

JORGE GUEDES BORBOREMA –
Secretário Municipal de Saúde.

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:3BD5AB8E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 081/2022

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 081/2022 **- Contratante:** Município de Teófilo Otoni/MG – **Contratada: OCULAR SERVIÇOS MÉDICOS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 28.318.338/0001-05 **- Referência**: Processo Licitatório n.º 127/2022, na modalidade Inexigibilidade n.º 025/2022 **- Data de Assinatura:** 27/07/2026 **– Do Objeto:** O presente Termo tem como objeto **o aditamento de prazo** do Contrato n° 081/2022- **Do Prazo –** O contrato nº 081/2022 fica prorrogado por 12 (doze) meses contados a partir de 31 de agosto de 2026, findando em 30 de agosto de 2027**. Do Valor**: O valor global do contrato é de R$ 837.417,55 (oitocentos e trinta e sete mil quatrocentos e dezessetes reais e cinquenta e cinco centavos).

Teófilo Otoni/MG, 17 de agosto de 2026.

JORGE GUEDES BORBOREMA –
Secretário Municipal de Saúde.

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:670CF7CE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 054/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 054/2026 – **Objeto: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2026, ORIUNDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA/MG, VISANDO À FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM CAMINHÃO TANQUE A VÁCUO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10.000 LITROS, DESTINADO À SUCÇÃO, REMOÇÃO, TRANSPORTE E DESCARTE DE RESÍDUOS, INCLUINDO MOTORISTA, AJUDANTE, COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI/MG. Contratada: COOPERATIVA DE TRANSPORTES E SERVICOS - COOPTES**, inscrita no CNPJ sob o nº 57.745.709/0001-33. **Referência:** Adesão à Ata de Registro de Preços n° 011/2026. **Da Dotação Orçamentária:** 02.14.02.18.542.2037.4128.3.3.90.39.00 – Ficha: 621 – Fonte: 2.759.005. **Do valor**: O valor total da contratação é de R$ 204.094,80 (Duzentos e quatro mil, noventa e quatro reais e oitenta centavos). **Da Vigência:** O presente contrato terá prazo vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação. **Data da Assinatura**: 17/08/2026.

Teófilo Otoni/MG, 18/08/2026.

PEDRO LACONI CARDOSO RAMOS –
Secretário Municipal de Meio Ambiente.

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:45170145

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS CORAÇÕES

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. AVISO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO: N.º 0100/2026.

Prefeitura municipal de Três Corações. Aviso de publicação do edital do pregão eletrônico: n.º 0100/2026. Processo n.° 0376/2026. Objeto: Aquisição de um trator cortador de grama e um soprador de gama, com o objetivo de melhorar a manutenção e limpeza dos espaços públicos, para cumprimento de emenda impositiva conforme projeto de lei nº 6169/2026, de autoria do vereador Elias Pereira, sob responsabilidade da secretaria municipal de obras e serviços públicos. O município de Três Corações/prefeitura municipal de Três Corações, com sede na Av. Brasil, n.º 225, bairro Jardim américa, cep 37.410-900,torna pública a licitação na modalidade pregão eletrônico. Data de julgamento das propostas: 03/09/2026 às 09h:30min. Local: plataforma de licitações ammlicita – www.ammlicita.org.br. Conforme lei federal n.º 14.133 de 01.04.2021 e alterações, decreto municipal n.° 4.767/23 e pelas demais condições fixadas neste edital. Requisitante: secretaria municipal de obras e serviços públicos. O edital completo, seus anexos, impugnações, recursos, decisões e demais atos deverão ser acompanhados pelos interessados para ciência através do site www.ammlicita.org.br ou no departamento de licitação das 09:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

Três Corações, 18 de Agosto de 2026.

LUIS CARLOS SILVA CARVALHO.
Pregoeiro

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:711BB579

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. AVISO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO: N.º 0102/2026.

Prefeitura municipal de Três Corações. Aviso de publicação do edital do pregão eletrônico: n.º 0102/2026. Processo n.° 0383/2026. Objeto: contratação de empresa especializada para o fornecimento de fraldas descartáveis de uso infantil, infanto-juvenil e adulto, abrangendo tamanhos variados, destinadas ao abastecimento do programa "protocolo municipal de dispensação de fraldas descartáveis" no âmbito das unidades pertencentes ao sistema único de saúde de Três Corações - mg, para atendimento das demandas da secretaria municipal de saúde. O município de Três Corações/prefeitura municipal de Três Corações, com sede na av. Brasil, n.º 225, bairro jardim américa, cep 37.410-900,torna pública a licitação na modalidade pregão eletrônico. Data de julgamento das propostas: 31/08/2026 às 09h:30min. Local: plataforma de licitações ammlicita – www.ammlicita.org.br. Conforme lei federal n.º 14.133 de 01.04.2021 e alterações, decreto municipal n.° 4.767/23 e pelas demais condições fixadas neste edital. Requisitante: secretaria municipal de saúde. O edital completo, seus anexos, impugnações, recursos, decisões e demais atos deverão ser acompanhados pelos interessados para ciência através do site www.ammlicita.org.br ou no departamento de licitação das 09:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

Três Corações, 18 de agosto de 2026.

ALZIRA ARAÚJO DE OLIVEIRA.
Pregoeira

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:AD54A178

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. AVISO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO: N.º 0104/2026.

Prefeitura municipal de Três Corações. Aviso de publicação do edital do pregão eletrônico: n.º 0104/2026. Processo n.° 0368/2026. Objeto: Aquisição complementar de material médico-hospitalar (espéculo vaginal collin descartável), para atender às necessidades de todas as unidades da secretaria municipal de saúde. O município de Três Corações/prefeitura municipal de Três Corações, com sede na Av. Brasil, n.º 225, bairro Jardim américa, cep 37.410-900,torna pública a

licitação na modalidade pregão eletrônico. Data de julgamento das propostas: 01/09/2026 às 14h:00min. Local: plataforma de licitações ammlicita – www.ammlicita.org.br. Conforme lei federal n.º 14.133 de 01.04.2021 e alterações, decreto municipal n.° 4.767/23 e pelas demais condições fixadas neste edital. Requisitante: Secretaria municipal de saúde. O edital completo, seus anexos, impugnações, recursos, decisões e demais atos deverão ser acompanhados pelos interessados para ciência através do site www.ammlicita.org.br ou no departamento de licitação das 09:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

Três Corações, 18 de Agosto de 2026.

ALZIRA ARAÚJO DE OLIVEIRA.
Pregoeira

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:CF51CB14

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. AVISO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO: N.º 099/2026.

Prefeitura municipal de Três Corações. Aviso de publicação do edital do pregão eletrônico: n.º 099/2026. Processo n.° 0375/2026. Objeto: Aquisição de bloquetes/piso intertravado de concreto, para cumprimento de emenda impositival projeto de lei nº 6169/2025, de autoria do vereador Wesley Michel Rezende Dardaque, sob responsabilidade da secretaria municipal de obras e serviços públicos. O município de Três Corações/prefeitura municipal de Três Corações, com sede na Av. Brasil, n.º 225, bairro Jardim américa, cep 37.410-900,torna pública a licitação na modalidade pregão eletrônico. Data de julgamento das propostas: 02/09/2026 às 09h:30min. Local: plataforma de licitações ammlicita – www.ammlicita.org.br. Conforme lei federal n.º 14.133 de 01.04.2021 e alterações, decreto municipal n.° 4.767/23 e pelas demais condições fixadas neste edital. Requisitante: Secretaria municipal de obras e serviços públicos. O edital completo, seus anexos, impugnações, recursos, decisões e demais atos deverão ser acompanhados pelos interessados para ciência através do site www.ammlicita.org.br ou no departamento de licitação das 09:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

Três Corações, 18 de Agosto de 2026.

LUIS CARLOS SILVA CARVALHO.
Pregoeiro

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:A6DA9238

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. AVISO DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO: N.º 096/2026. PROCESSO N.° 0295/2026

Prefeitura municipal de Três Corações. Aviso de revogação do pregão eletrônico: n.º 096/2026. Processo n.° 0295/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada em locação de cilindros para oxigênio medicinal e recarga de oxigênio, para oxigenoterapia nas ubs's, no transporte em ambulâncias e uso domiciliar, com fornecimento continuado e abastecimento conforme demanda parcelada, com manutenção inclusa dos equipamentos, nas quantidades necessárias ao desenvolvimento das atividades da secretaria municipal de saúde e de acordo com as normas da abnt/inmetro/anvisa. O município de Três Corações/prefeitura municipal de Três Corações, com sede na Av. Brasil, n.º 225, bairro Jardim américa, cep 37.410-900,torna pública a revogação do pregão eletrônico: n.º 096/2026. Processo n.° 0295/2026. Com fundamento no art. 71, da lei nº 14.133/2021, por razões de interesse público devidamente justificadas nos autos do processo.

Três Corações, 18 de Agosto de 2025.

LUIS CARLOS SILVA CARVALHO.
Pregoeiro

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:F8548D16

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 83/2026.

Prefeitura municipal de três corações. departamento de compras e licitação – extrato da ata de registro de preços do pregão eletrônico nº 83/2026. objeto: aquisição de peças para motocicletas via tabela + catálogo de preços traz valor marca honda - motocicleta, para atender a semobtermo: nº 243/2026. partes: prefeitura municipal de três corações x ativa empreendimentos ltda valor r$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) o prazo deste termo será de 12(doze) meses publicado no quadro de avisos da prefeitura de três corações em 11/08/2026.

três corações, 11 de agosto de 2026.

ANDRÉ LUIS RIBEIRO
Secretaria Municipal de Segurança Pública e Mobilidade Urbana

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:D051828D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO . EXTRATO DO CONTRATO DA ADESÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2024

Prefeitura municipal de Três Corações. Departamento de compras e licitação . Extrato do contrato da adesão ao pregão eletrônico nº 12/2024. Objeto: Fornecimento de medicamentos de "a" à "z" com base no maior percentual de desconto sobre o banco de preços do tribunal de contas do estado de minas gerais – tce mg, conforme especificações e condições descritas no anexo i e demais disposições do edital, em atendimento aos municípios consorciados ao consórcio intermunicipal multifinalitário dos municípios do lago de furnas – cimlago, para uso da secretaria municipal de saúde de Três Corações/mg. contrato: nº 232/2026. Partes: Prefeitura municipal de três corações x Medh Distribuidora de Medicamentos Ltda valor: r$1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais) o prazo deste contrato será de 12(doze) meses. Publicado no quadro de avisos da prefeitura de Três Corações em 30/07/2026.

Três Corações, 30 de Julho de 2026

RACHID GADBEM NETO
Secretaria Municipal de Saúde.

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:5481829F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO – EXTRATO DO CONTRATO DA DISPENSA Nº 23/2026

Prefeitura municipal de três corações. departamento de compras e licitação – extrato do contrato da dispensa nº 23/2026. objeto: aquisição e instalação de carroceria de madeira para veículo caminhão iveco daily 6012 cc1 de placa jfq-0635, o qual se encontra em atividade na frota da secretaria municipal de obras e serviços públicos. contrato: nº 226/2026. partes: prefeitura municipal de três corações x costa ind. e com. de carrocerias ltda valor: r$23.000,00(vinte e três mil reais) o prazo deste contrato será de 12(doze) meses. publicado no quadro de avisos da prefeitura de três corações em 27/07/2026.

três corações, 27 de julho de 2026

CARLOS HENRIQUE XAVIER VILANI
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:513AAF75

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO –
EXTRATO DO CONTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/202

Prefeitura municipal de três corações. departamento de compras e licitação – extrato do contrato do pregão eletrônico nº 75/2026. objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro para a frota de veículos da secretaria municipal de saúde. contrato: nº 238/2026. partes: prefeitura municipal de três corações x gente seguradora s.a. valor: r$ 23.152,50 (vinte e três mil cento e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos)o prazo deste contrato será de 12(doze) meses. publicado no quadro de avisos da prefeitura de três corações em 11/08/2026.

três corações, 11 de agosto de 2026

RACHID GADBE NETO
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:AA63608F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS MARIAS

PROCURADORIA JURIDICA
CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – REURB

Núcleo Urbano Informal – Bairro Chico Alexandre
O Município de Três Marias/MG convida todos os moradores, proprietários, possuidores e demais interessados do Bairro Chico Alexandre para participarem da Audiência Pública, realizada no âmbito do processo de Regularização Fundiária Urbana – REURB do núcleo.
A presente audiência será realizada em atendimento à exigência formulada pelo Cartório de Registro de Imóveis de Três Marias/MG, no curso do procedimento de regularização fundiária, com a finalidade de dar publicidade à demarcação urbanística do núcleo e possibilitar a manifestação dos interessados.
Durante a audiência, serão apresentados os limites e a área abrangida pela demarcação urbanística, sendo oportunizado aos moradores, proprietários, possuidores e demais interessados o esclarecimento de dúvidas e a apresentação de eventuais impugnações, manifestações ou questionamentos quanto à demarcação apresentada.
Data: 20 de agosto de 2026 (quinta-feira)
Horário: 18 horas
Local: Escola Municipal Rosa Pedroso de Almeida
Endereço: Rua F, nº. 21 – Bairro Ermírio de Morais

PAUTA DA AUDIÊNCIA
- Apresentação do procedimento de Regularização Fundiária Urbana – REURB do Bairro Chico Alexandre;
- Apresentação da demarcação urbanística do núcleo;
- Esclarecimentos quanto à área, aos limites e aos imóveis abrangidos;
- Oportunidade para apresentação de eventuais impugnações ou manifestações quanto à demarcação urbanística;
- Esclarecimentos sobre o prosseguimento do procedimento de regularização fundiária.

A participação dos moradores é fundamental.
Equipe de Regularização Fundiária – REURB

Publicado por:
Kely Aparecida da Silva
Código Identificador:A5AF7AE1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMUNICADO DE SUSPENSÃO

ROCESSO LICITATÓRIO Nº 118/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/2026
O Município de Três Marias, Minas Gerais, através da Pregoeira, torna público aos interessados a **SUSPENSÃO, em caráter *sine die*,** da licitação referente ao Pregão Eletrônico em epígrafe, objetivando a **aquisição de 01 (uma) VAN escolar com DPM (Dispositivo de Poltrona Móvel), com capacidade mínima para 15+1 lugares, nova, zero quilômetro, ano/modelo no mínimo 2026/2026, destinada ao transporte de estudantes da rede pública de ensino do Município de Três Marias/MG, conforme quantitativos e especificações contidas no Edital e seus anexos,** para **reanálise em virtude das impugnações e dos pedidos de esclarecimento apresentados, bem como para eventual readequação do edital e de seus anexos.**
O Edital será republicado com nova data para abertura do certame, em momento oportuno, através dos meios de divulgação anteriormente utilizados, observadas as disposições e os prazos aplicáveis da **Lei Federal nº 14.133/2021.**
Informações pelos telefones: **(38) 3754–8832 / (38) 3754–8929**.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Três Marias/MG, **17 de agosto de 2026**.

LUCIENE MENDES DA CUNHA OLIVEIRA
Pregoeira

Publicado por:
Luciene Mendes da Cunha Oliveira
Código Identificador:A45E57AA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS PONTAS

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
AUTORIZAÇÃO

Adesão nº 009/2026
Processo nº 133/2026

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, **AUTORIZA** a formalização do contrato oriundo da adesão a Ata de Registro de Preços de n.º 30010/2024, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, nas condições de órgão não participante, sendo detentora da ata a empresa **TECNO2000 INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, inscrita no CNPJ nº **21.306.287/0007-52**, que tem como objeto a aquisição de 46 (quarenta e seis) unidades do Conjunto Aluno CJA-05 - ABS, bem como 02 unidades do Conjunto Professor CJP-01 por meio de adesão à Ata de Registro de Preços nº 24/2024, gerenciada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), visando atender às necessidades das unidades escolares da rede municipal de ensino,no valor de **R$ 23.605,72 (vinte e três mil seiscentos e cinco reais e setenta e dois centavos),** conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação e demais documentos pertinentes anexo aos autos.

Três Pontas/MG.,18 de agosto de 2026.

CLAUDINEA MESQUITA
Secretária Municipal de Educação/Interina

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:84D7CB72

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 127/2026

Considerando a instrução do presente processo administrativo, especialmente a formalização da demanda, a justificativa da necessidade da contratação, a caracterização da situação emergencial, a pesquisa de preços, a justificativa do preço, a justificativa para a contratação direta e os demais documentos que integram os autos, **AUTORIZO** a contratação direta, por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.
A presente contratação tem por objeto a **aquisição emergencial de materiais ambulatoriais**, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, visando assegurar o regular funcionamento das unidades e serviços de saúde da rede pública municipal, a continuidade dos atendimentos e procedimentos assistenciais e a adequada prestação dos serviços de saúde à população, evitando o desabastecimento e a consequente interrupção ou comprometimento dos serviços públicos.
Fica autorizada a contratação das empresas **Alfalagos Ltda**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.194.502/0001-14; **Dimebras Comercial Hospitalar Ltda**, inscrita no CNPJ sob o nº 56.081.482/0001-06; **Equipar Médico e Hospitalar Limitada**, inscrita no CNPJ sob o nº 25.725.813/0001-70; **GC LAB Diagnostica Ltda**, inscrita no CNPJ sob o nº 20.352.354/0001-02; **Hans Shop Suprimentos Médicos e Terapêuticos Ltda**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.267.908/0001-66; **IMX Industria e Comercio Ltda**, inscrita no CNPJ sob o nº 51.577.256/0001-05; **Medsonda – Industria e Comercio de Produtos Hospitalares Descartáveis Ltda**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.150.338/0001-43; e **Promedical Equipamentos Médicos Ltda**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.829.779/0001-06, por terem apresentado as propostas mais vantajosas para os respectivos itens, em conformidade com as especificações técnicas exigidas e com valores compatíveis com os preços praticados no mercado, conforme documentação constante nos autos.
O valor total da contratação é de **R$ 64.237,43 (sessenta e quatro mil, duzentos e trinta e sete reais e quarenta e três centavos)**, conforme propostas comerciais apresentadas e demais documentos que instruem a contratação.
Determino o prosseguimento do feito, com a adoção das providências necessárias à formalização da contratação, observadas as exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive quanto à publicidade dos atos pertinentes à contratação direta e às demais medidas administrativas cabíveis.

Três Pontas, 18 de agosto de 2026.

GIOVANIA RABELLO PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:E19C97C3

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 15/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 115/2026

Considerando a documentação constante dos autos do Processo, especialmente o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência, a documentação comprobatória da exclusividade, a proposta comercial, a justificativa de preços e a Justificativa da Inexigibilidade de Licitação;
Considerando a necessidade de aquisição de peças originais destinadas à manutenção corretiva dos controladores semafóricos digitais microprocessados da marca CONTRANSIN, modelo R03, instalados no sistema de sinalização semafórica do Município de Três Pontas/MG, visando assegurar a continuidade do funcionamento dos equipamentos, a segurança viária e a adequada prestação dos serviços públicos;
Considerando que a empresa **CONTRANSIN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA** é fabricante dos referidos equipamentos e possui exclusividade para o fornecimento das peças originais objeto da contratação, conforme documentação constante dos autos, caracterizando a inviabilidade de competição;
Considerando que a contratação direta encontra amparo no **art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, e que o preço proposto foi devidamente analisado e justificado em conformidade com o art. 23 da mesma Lei;
Considerando, ainda, o atendimento aos requisitos previstos no **art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como a existência de disponibilidade orçamentária para suportar a despesa;
AUTORIZO a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da empresa **CONTRANSIN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, para o fornecimento de peças originais destinadas à manutenção corretiva dos controladores semafóricos digitais microprocessados da marca CONTRANSIN, modelo R03, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência, pelo valor global de **R$ 14.850,00 (quatorze mil, oitocentos e cinquenta reais)**.

Determino o prosseguimento do processo para a adoção das providências necessárias à formalização da contratação, observando-se as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive quanto à publicidade dos atos e demais exigências legais aplicáveis.

Três Pontas, 18 de agosto de 2026.

ALISSON RODOLFO DA SILVEIRA
Secretário Municipal de Transportes e Obras

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:05B8AAD3

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO REF.: CREDENCIAMENTO N.º 006/2026 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 007/2026 PROCESSO N.º 005/2026

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos, no uso de suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, especialmente a Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores, e o Decreto Municipal n.º 13.645/2025, tendo em vista o Credenciamento de pessoas jurídicas e Microempreendedores Individuais – MEIs, especializados na execução de pequenos serviços de manutenção predial corretiva, mediante disponibilização de profissionais habilitados para o exercício das funções de pedreiro e/ou ajudante de pedreiro, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Três Pontas.

RESOLVE:

HOMOLOGAR, com lastro no disposto no inciso IV, do art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/21, o procedimento administrativo do INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 007/2026 para que produza seus jurídicos e legais efeitos, confirmando o seu resultado no bojo do Processo Administrativo n.º 006/2026, **ADJUDICANDO** seu objeto a seguinte empresa:

REGINALDO DE OLIVEIRA LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 66.095.425/0001-30, com sede R. DOUTOR PEDRO MEINBERG- N° 173- CEP: 37.185-064 – Três Pontas- MG, com valor total estimado de R$ 1.148.450,00 (um milhão, cento e quarenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta reais);

Publique-se, registre-se, e intime-se, com o cumprimento das formalidades legais.

Três Pontas/MG, 18 de agosto de 2026.

ERIKA MESQUITA
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:B41861B5

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2026

O SAAE de Três Pontas – MG, torna público o PREGÃO ELETRÔNICO nº 024/2026, tipo menor preço, para A**quisição de ferramentas elétricas, a gasolina, ferramentas manuais, e demais materiais de consumo para atender as necessidades da autarquia**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos, a abertura da sessão será dia **08 de setembro de 2026,** às 08h01min, no site https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

Três Pontas, 18 de agosto de 2026.

JANAINA APARECIDA DE SOUSA
Pregoeira

Publicado por:
Janaina Aparecida de Sousa
Código Identificador:D9DFD475

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TUPACIGUARA

CÂMARA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 051/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Tupaciguara, no uso de suas atribuições legais, pelo presente, vem ***RATIFICAR a Dispensa de Licitação 051/2026***, com fundamento no Art. 74 da Portaria 023/2025 e suas alterações, que regulamenta no âmbito da Câmara Municipal a Lei n° 14.133/2021, para a contratação da empresa:

Empresa: DISK GÁS NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA
CNPJ:39.329.872/0002-14
Valor: 126,60 (cento e vinte e seis reais e sessenta centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL SEM GÁS PARA O VIII ENCONTRO REDE MINEIRA DE ESCOLAS DO LEGISLATIVO.

Tupaciguara, 18 de agosto de 2026

MOACIR JUNIOR CAD VIEIRA
Presidente da Câmara Municipal de Tupaciguara

Publicado por:
Francivaldo Herminio da Silva
Código Identificador:4694636D

CÂMARA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
RESOLUÇÃO Nº 730, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

CONCEDE TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA TUPACIGUARENSE

Autoria: Vereador Jerônimo Romualdo Batista Filho "Jerominho Enfermeiro".
O Povo de Tupaciguara, Estado de Minas Gerais, pelos seus representantes, aprovou e eu, Presidente da Câmara Municipal, promulgo a seguinte **RESOLUÇÃO:**

Art. 1º É concedido a Ilma. Sra. Selma da Cunha Martins Rodrigues, o título de Cidadania Honorária Tupaciguarense.

Art. 2º As despesas de execução do disposto nesta Resolução correm por conta de dotações próprias do vigente orçamento da Câmara Municipal.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Tupaciguara/MG, 18 de agosto de 2026.

VER. MOACIR JÚNIOR CAD VIEIRA
Presidente

VER. TÚLLIO SANTANA PINHAL
Vice Presidente

VER. GERSON PÉRICO JÚNIOR
1º Secretário

VERª. KÉZIA NOEMI GOMES
2ª Secretária

Publicado por:
Renata Fabiana Silva
Código Identificador:59415268

CÂMARA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
RESOLUÇÃO Nº 731, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

CONCEDE TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA TUPACIGUARENSE

Autoria: Vereador Fernando do Vale Borges "Sorriso".

O Povo de Tupaciguara, Estado de Minas Gerais, pelos seus representantes, aprovou e eu, Presidente da Câmara Municipal, promulgo a seguinte **RESOLUÇÃO:**

Art. 1º É concedido ao Ilmo. **Sr. Gerber Rodrigues dos Santos**, o título de Cidadania Honorária Tupaciguarense.

Art. 2º As despesas de execução do disposto nesta Resolução correm por conta de dotações próprias do vigente orçamento da Câmara Municipal.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Tupaciguara/MG, 18 de agosto de 2026.

VER. MOACIR JÚNIOR CAD VIEIRA
Presidente

VER. TÚLLIO SANTANA PINHAL
Vice Presidente

VER. GERSON PÉRICO JÚNIOR
1º Secretário

VERª. KÉZIA NOEMI GOMES
2ª Secretária

Publicado por:
Renata Fabiana Silva
Código Identificador:5E39B345

CÂMARA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
RESOLUÇÃO Nº 732, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

CONCEDE TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA TUPACIGUARENSE

Autoria: Vereador Fernando do Vale Borges "Sorriso".

O Povo de Tupaciguara, Estado de Minas Gerais, pelos seus representantes, aprovou e eu, Presidente da Câmara Municipal, promulgo a seguinte **RESOLUÇÃO:**

Art. 1º É concedido a Ilma. **Sra. Jordana de Paula Sousa Gomes**, o título de Cidadania Honorária Tupaciguarense.

Art. 2º As despesas de execução do disposto nesta Resolução correm por conta de dotações próprias do vigente orçamento da Câmara Municipal.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Tupaciguara/MG, 18 de agosto de 2026.

VER. MOACIR JÚNIOR CAD VIEIRA
Presidente

VER. TÚLLIO SANTANA PINHAL
Vice Presidente

VER. GERSON PÉRICO JÚNIOR
1º Secretário

VERª. KÉZIA NOEMI GOMES
2ª Secretária

Publicado por:
Renata Fabiana Silva
Código Identificador:99EB1485

CÂMARA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
RESOLUÇÃO Nº 733, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

CONCEDE TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA TUPACIGUARENSE

Autoria: Vereador Fernando do Vale Borges "Sorriso".

O Povo de Tupaciguara, Estado de Minas Gerais, pelos seus representantes, aprovou e eu, Presidente da Câmara Municipal, promulgo a seguinte **RESOLUÇÃO:**

Art. 1º É concedido a Ilma. **Sra. Elyene Schneidereit Silva**, o título de Cidadania Honorária Tupaciguarense.

Art. 2º As despesas de execução do disposto nesta Resolução correm por conta de dotações próprias do vigente orçamento da Câmara Municipal.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Tupaciguara/MG, 18 de agosto de 2026.

VER. MOACIR JÚNIOR CAD VIEIRA
Presidente

VER. TÚLLIO SANTANA PINHAL
Vice Presidente

VER. GERSON PÉRICO JÚNIOR
1º Secretário

VERª. KÉZIA NOEMI GOMES
2ª Secretária

Publicado por:
Renata Fabiana Silva
Código Identificador:F1DD53BE

CÂMARA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
RESOLUÇÃO Nº 734, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

CONCEDE HOMENAGEM ESPECIAL AO DIA DOS PAIS.

Autoria: Mesa Diretora – Gestão 2026.

O Povo de Tupaciguara, Estado de Minas Gerais, pelos seus representantes, aprovou e eu, Presidente da Câmara Municipal, promulgo a seguinte **RESOLUÇÃO:**

Art. 1º Fica concedida homenagem especial ao ***"Dia dos Pais"***, na forma da Resolução nº 414, de 17 de setembro de 2014, aos pais relacionados no Anexo I desta Resolução.

Art. 2º A Câmara Municipal providenciará a confecção de uma placa ou outra condecoração que conterá a descrição da homenagem.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Tupaciguara/MG, 18 de agosto de 2026.

VER. MOACIR JÚNIOR CAD VIEIRA
Presidente

VER. TÚLLIO SANTANA PINHAL
Vice Presidente

VER. GERSON PÉRICO JÚNIOR
1º Secretário

VERª. KÉZIA NOEMI GOMES
2ª Secretária

ANEXO I

Apresentado por	Homenageado
Adalcino Antonio Gomes	Não apresentou
Ana Thereza P. Cartolano Castro	Dalmo Salviano Santana Fernando Prudente de Angelis
Enir Ferreira de Lima Júnior	Não apresentou
Fernando do Vale Borges	Rogério da Silva José Arnaldo Fonseca
Gerson Pério Júnior	Lorival Marcelino Agnaldo Redovaldo da Silva
Jerônimo Romualdo Batista Filho	Sebastião Alves Gomes Joaquim do Carmo Santana
Josenildo Soares de Melo	Rubenildo Antônio Dias Antônio Soares de Melo
Kezia Noemi Gomes	Não apresentou
Moacir Júnior Cad Vieira	Wellington Humberto Lopes Pacheco Ronei Ferreira de Aniceto
Talita Alves Pereria	Luciano Pereira de Carvalho Alexssandro Ferreira Gomes
Túllio Santana Pinhal	Jaime Machado dos Passos Robson Alves Prudente

Publicado por:
Renata Fabiana Silva
Código Identificador:D817E64A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 083 DE 2026

O MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 083/2026,** RESULTANTE DO **PROCESSO LICITATÓRIO** Nº 050/2026, **DISPENSA** Nº 016/2026, **RATIFICADO EM** 06/08/2026, CUJO **OBJETIVO É A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS VETERINÁRIOS PARA SUPRIR A DEMANDA DO SETOR DE EPIDEMIOLOGIA E DO SETOR DE ZOONOSES E SEUS SETORES, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS EM DFD.**

EMPRESA CONTRATADA: CASA RURAL DE TUPACIGUARA LTDA.
CNPJ Nº. 06.890.239/0001-60
VIGÊNCIA:
11/08/2026 À 11/08/2027.
VALOR CONTRATADO:
R$ 44.026,00
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:
02.05.02.10.305.0003.2.0134-3.3.90.30 – Material de consumo
Ficha 327 – 01.0500.0000.0000

BRUNO RODRIGUES MACHADO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Publicado por:
Grasiela Lopes Dos Santos
Código Identificador:3CF85B65

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 3.435, 18 DE AGOSTO DE 2026.

LEI Nº 3.435, 18 DE AGOSTO DE 2026.

INSTITUI O TORNEIO DE PESCA NAS ÁGUAS DO LAGO DA UHE DE ITUMBIARA E SEUS AFLUENTES NOS LIMITES DO MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Autoria: Poder Executivo.
A Câmara Municipal de Tupaciguara, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica instituído, no âmbito do Município de Tupaciguara, o Torneio Municipal de Pesca, a ser realizado nas águas do Lago da UHE de Itumbiara e seus afluentes localizados nos limites do Município, com a finalidade de fomentar o turismo, incentivar a pesca esportiva, promover o desenvolvimento econômico local e valorizar as potencialidades naturais do Município.
Parágrafo único. O Torneio poderá contar com feira gastronômica, apresentações culturais, atividades esportivas, ações de educação ambiental e demais eventos correlatos que contribuam para o fortalecimento do turismo e da economia local.
Art.2º A organização, coordenação e execução do Torneio ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Turismo e Cidadania, podendo contar com o apoio de outros órgãos da Administração Pública, entidades públicas ou privadas e organizações da sociedade civil.
Art.3º O Poder Executivo poderá realizar uma ou mais edições do Torneio de Pesca no ano, observada a conveniência e o interesse da Administração Pública.
Art.4º A participação no Torneio poderá ocorrer mediante:
I – pagamento de taxa de inscrição;
II – inscrição gratuita;
III – doação de alimentos não perecíveis;
IV – doação de ração para animais;
V – doação de materiais, produtos ou bens destinados a ações de interesse público ou social; ou
VI – outra modalidade definida no regulamento de cada edição.
§1º A modalidade de inscrição será definida no regulamento específico de cada edição do Torneio.
§2º Quando houver cobrança de taxa de inscrição, os valores arrecadados serão repassados, em sua integralidade, a organizações da sociedade civil que comprovadamente tenham finalidade social, em observância às disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.
§3º Quando a inscrição consistir em doações de alimentos, ração ou outros bens, estes serão destinados às entidades, programas ou ações de interesse público definidos no regulamento da respectiva edição do Torneio.
Art.5º O regulamento de cada edição disciplinará as inscrições, categorias, regras de participação, critérios de classificação, procedimentos de fiscalização, forma de pagamento das premiações e demais normas necessárias à realização do evento.
§1º A premiação do Torneio de Pesca será de até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), cuja distribuição entre as categorias e colocações será definida no regulamento de cada edição.
§ 2º O regulamento poderá prever premiações especiais, observados os critérios nele estabelecidos e o limite da premiação total prevista no § 1º deste artigo.
Art.6º Fica o Município autorizado a firmar parcerias, celebrar convênios, termos de colaboração, termos de fomento, acordos de cooperação ou outros instrumentos congêneres com pessoas físicas ou jurídicas, órgãos públicos, entidades da administração pública direta e indireta, organizações da sociedade civil, associações, federações, clubes, empresas patrocinadoras e demais instituições públicas ou privadas, visando à organização, promoção, execução, apoio e desenvolvimento do Torneio Municipal de Pesca, observada a legislação vigente.
§1º. Para a realização do Torneio, o Município fica autorizado a efetuar repasse financeiro no valor de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) à Associação do Circuito Turístico Rota do Triângulo, inscrita no CNPJ nº 05.062.489/0001-40, entidade da qual é associado, mediante instrumento jurídico adequado, destinado a logística e demais despesas necessárias à organização e execução do evento.
§2º. O repasse de que trata o § 1º não impede a celebração de parcerias com outras pessoas ou entidades públicas ou privadas, nem o recebimento de patrocínios, apoios institucionais, doações ou outras formas de cooperação destinadas à realização do Torneio.
§3º. Os recursos financeiros, bens, serviços e patrocínios obtidos ou repassados para a realização do evento deverão observar a legislação vigente e serão objeto de prestação de contas.
Art.7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.
Art.8º O Poder Executivo regulamentará esta Lei por Decreto, no que couber.
Art.9º Fica revogada a Lei nº 3.170, de 07 de outubro de 2022, bem como a Lei nº 3.212 de 28 de abril de 2023.
Art.10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Tupaciguara/MG, 18 de agosto de 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gustavo Cardoso Fernandes
Código Identificador:63E718CB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TURMALINA

MUNICÍPIO DE TURMALINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURMALINA/MG, AVISO DO 1° TERMO ADITIVO DE QUANTITATIVO DO CREDENCIAMENTO 001/2026, INEXIGIBILIDADE Nº 001/2026.

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto o aumento de quantitativo decorrente do acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) na quantidade de serviços referentes aos itens 29, 31, 34 e 36, originalmente previsto no Edital. O presente instrumento perfaz o valor global estimado de R$ 104.025,46 (cento e quatro mil, vinte e cinco reais e quarenta e seis centavos). Data 18/08/2026. Demais informações à disposição na Av. Lauro Machado, nº 230 – Centro, telefone nº (38) 3527-1257 (atendimento em h. comercial) e no e-mail: licitacao@turmalina.mg.gov.br, bem como nos links: https://www.turmalina.mg.gov.br/licitacoes/1 e https://licitar.digital/.

PREFEITURA MUN. DE TURMALINA/MG, 18 de agosto de 2026.

GABRIEL GOMES CORDEIRO.
Agente de Contratação.

Publicado por:
Gabriel Gomes Cordeiro
Código Identificador:BFFF683B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE URUCUIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 045/2026 – PREGÃO SRP Nº 011/2026, NA FORMA PRESENCIAL

O Município de Urucuia/MG torna pública a Ata de Registro de Preços nº 005/2026, firmada com a empresa **PANIFICADORA E COMERCIAL FAMILIAR LTDA**, inscrita no CNPJ nº 57.717.933/0001-11, cujo objeto é o registro de preços para aquisição, de forma parcelada, de produtos de padaria e confeitaria para uso das Secretarias do Poder Executivo Municipal, conforme condições estabelecidas no edital e seus anexos. Valor global estimado da Ata: **R$ 675.780,00 (seiscentos e setenta e cinco mil setecentos e oitenta reais)**. Vigência: **12 (doze) meses**, contados da assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor e desde que comprovado o preço vantajoso. Data da assinatura: **18 de agosto de 2026**.

JOSÉ AILSON DANTAS QUEIROZ –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maysa Alves de Souza
Código Identificador:198A8478

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCUIA – MG
AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA Nº 001/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2026 (IPMUR)

Torna-se público que o IPMUR INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE URUCUIA-MG, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.715.411/0001-63, situada à Rua Flonora Ramos, nº 29, Bairro Centro, Urucuia MG, realizará Dispensa, do tipo (menor preço) com critério de julgamento (por lote), na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 062/2023 e demais legislações aplicáveis e exigências estabelecidas neste Aviso. **DATA DA PUBLICAÇÃO:** 18 de agosto de 2026. **DATA DO INÍCIO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:** 19 de agosto de 2026. **DATA FINAL DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:** 21 de agosto de 2026. **HORÁRIO DE ENCERRAMENTO:** 23:59 (Horário de Brasília-DF). **FORMA DE RECEBIMENTO:** Via e-mail: capsurucuia2011@gmail.com **OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA: Contratação de empresa especializada para a confecção, fornecimento e instalação de elemento de comunicação visual institucional, compreendendo 01 (um) Totem Back Light luminoso em ACM e 01 (uma) lona vinílica institucional, destinados à identificação visual e à sinalização da sede do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Urucuia/MG IPMUR**.

Urucuia/MG, 18 de agosto de 2026.

(A) ROSE ABIRRIAN NOBRE,
Presidente do IPMUR

Publicado por:
Maysa Alves de Souza
Código Identificador:7048F55A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VERÍSSIMO

DEPARTAMENTO CONTABIL E FINANCEIRO
1º ADITIVO CONTRATO 30/2026

Prefeitura Municipal de Veríssimo. Extrato I Termo Aditivo de Contrato 30/2026 - Processo Licitatório 18/2026 – Dispensa 06/2026. Objeto: Alteração da Cláusula Quinta – Preço do Contrato supra referenciado, em razão da adequação do quantitativo de licenças efetivamente utilizadas pelo Município, passando a contratação de 04 (quatro) para 03 (três) licenças, atualizando o valor mensal para R$909,00(novecentos e nove reais), perfazendo o valor global de R$ 10.908,00 (dez mil, novecentos e oito reais). Ficam mantidas todas as demais condições originais pactuadas quando da celebração do contrato administrativo.

Veríssimo MG, 11 de agosto de 2026.

MARCO AURÉLIO DOS SANTOS HORTÊNCIO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carla Betânia Fernandes Silva
Código Identificador:939650B9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VESPASIANO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PL 075/2026 – DISPENSA 015/2026. AVISO DE DISPENSA

Torna-se público aos interessados que a Administração Municipal pretende realizar a aquisição de materiais de higiene e limpeza, conforme justificativa em anexo nos autos, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação. O recebimento das propostas ocorrerá até **21/08/2026**, às 09:30, na plataforma www.vespasiano.mg.gov.br.

CLEONICE DOS SANTOS COSTA,
Agente de Contratação

Publicado por:
Cleonice Dos Santos Costa
Código Identificador:88F98CFC

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VESPASIANO
PORTARIA N° 896 DE 04 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ.

O Diretor Presidente e a Diretora de Previdência e Atuária do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Vespasiano – **IPSV**, no uso das suas atribuições conferidas pelo art. 58 Inciso IX, e o art. 59 da Lei nº1.920, de 05/07/2001, **resolvem**:

Art. 1º - De acordo com o art. 40, § 1º, I, da CF/88, com redação dada pela EC nº 103/19, art. 10, § 1º, I c/c art. 1º da LC 84/23 e art. 26 da EC 103/19; fica concedido o benefício de Aposentadoria por Invalidez com Proventos Proporcionais, à servidora **ELIANA APARECIDA LOPES**, matrícula nº 26562-5, CPF nº 817.27.056-87, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, na Prefeitura Municipal de Vespasiano.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir de 1º setembro de 2026.

Vespasiano, 04 de agosto de 2026

AMARILDO CRUZ
Diretor-Presidente

SIMONE CRISTINE RIBEIRO
Diretora de Previdência e Atuária

Publicado por:
Clermon Augusto Drumond
Código Identificador:A94328AE

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VESPASIANO
PORTARIA N° 898 DE 05 DE AGOSTO DE 2026

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE".

O Diretor Presidente e o Diretor de Previdência e Atuária do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Vespasiano – **IPSV**, no uso das suas atribuições conferidas pelo art. 58 Inciso IX, e o art. 59 da Lei nº1.920, de 05/07/2001, **resolvem**:

Art. 1º - De acordo com o art. 1º da Lei Complementar 084/23 c/c art. 23 da Emenda Constitucional 103/19, fica concedido o benefício de Pensão Vitalícia a **MARIA DAS DORES FIGUEREDO**, CPF 573.384.266-00, cônjuge de HELIO DE FIGUEREDO, CPF 127.929.856-15, matrícula nº 59-0, servidor inativo, PORTARIA 063/06.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo os seus efeitos à data de 09 de junho de 2026.

Vespasiano, 05 de agosto de 2026

AMARILDO CRUZ
Diretor-Presidente

SIMONE CRISTINE RIBEIRO
Diretor de Previdência e Atuária

Publicado por:
Clermon Augusto Drumond
Código Identificador:E2495DC9

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VESPASIANO
PORTARIA Nº 897 DE 04 DE AGOSTO DE 2026

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE COM PROVENTOS INTEGRAIS."

O Diretor Presidente e o Diretor de Previdência e Atuária do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Vespasiano – **IPSV**, no uso das suas atribuições conferidas pelo art. 58 Inciso IX, e o art. 59 da Lei nº1.920, de 05/07/2001, **resolvem**:

Art. 1º - De acordo com o Art. 1º da lei Complementar Municipal nº 084/2023, c/c com o art. 20,§ 1º, I da Emenda Constitucional nº 103/2019; fica concedido o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Idade com Proventos Integrais calculados pela última remuneração à servidora **ANDREA SEVERO DOS SANTOS,** CPF 747.287.846-49, matrícula nº 3648-5, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III 24 HORAS, na Prefeitura Municipal de Vespasiano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir de **01 de setembro de 2026**.

Vespasiano, 04 de agosto de 2026

AMARILDO CRUZ
Diretor- Presidente

SIMONE CRISTINE RIBEIRO
Diretor de Previdência e Atuária

Publicado por:
Clermon Augusto Drumond
Código Identificador:ACA9381A

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VESPASIANO
PORTARIA Nº 899 DE 05 DE AGOSTO DE 2026

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE COM PROVENTOS INTEGRAIS."

O Diretor Presidente e o Diretor de Previdência e Atuária do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Vespasiano – **IPSV**, no uso das suas atribuições conferidas pelo art. 58 Inciso IX, e o art. 59 da Lei nº1.920, de 05/07/2001, **resolvem**:

Art. 1º - De acordo com o Art. 1º da lei Complementar Municipal nº 084/2023, c/c com o art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 fica concedido o benefício de Aposentadoria, por Tempo de Contribuição e Idade com Proventos Integrais calculados pela última remuneração, à servidora **FRANCISLENE NOGUEIRA SILVA,** CPF 008.746.656-20, matrícula nº 697-3, ocupante do cargo de PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA III, na Prefeitura Municipal de Vespasiano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir de **01 de setembro de 2026**.

Vespasiano, 05 de agosto de 2026

AMARILDO CRUZ
Diretor- Presidente

SIMONE CRISTINE RIBEIRO
Diretor de Previdência e Atuária

Publicado por:
Clermon Augusto Drumond
Código Identificador:872C0E45

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VESPASIANO
PORTARIA Nº 900 DE 06 DE AGOSTO DE 2026

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE COM PROVENTOS INTEGRAIS."

O Diretor Presidente e o Diretora de Previdência e Atuária do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Vespasiano – **IPSV**, no uso das suas atribuições conferidas pelo art. 58 Inciso IX, e o art. 59 da Lei nº1.920, de 05/07/2001, **resolvem**:

Art. 1º - De acordo com o Art. 1º da lei Complementar Municipal nº 084/2023, c/c com o art. 20 da Emenda Constitucional nº 103/2019; fica concedido o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Idade com Proventos Integrais calculados pela última remuneração à servidora **TEREZINHA DARCENA JOSÉ,** CPF 610.726.646-15, matrícula nº 1002-4, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III 24 HORAS, na Prefeitura Municipal de Vespasiano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2026.

Vespasiano, 06 de agosto de 2026

AMARILDO CRUZ
Diretor- Presidente

SIMONE CRISTINE RIBEIRO
Diretor de Previdência e Atuária

Publicado por:
Clermon Augusto Drumond
Código Identificador:A4C31F42

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VESPASIANO
PORTARIA Nº 901 DE 14 DE AGOSTO DE 2026

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE COM PROVENTOS INTEGRAIS."

O Diretor Presidente e o Diretor de Previdência e Atuária do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Vespasiano – **IPSV**, no uso das suas atribuições conferidas pelo art. 58 Inciso IX, e o art. 59 da Lei nº1.920, de 05/07/2001, **resolvem**:

Art. 1º - De acordo com o Art. 1º da lei Complementar Municipal nº 084/2023, c/c com o art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 fica concedido o benefício de Aposentadoria, por Tempo de Contribuição e Idade com Proventos Integrais calculados pela última remuneração, à servidora **JOANA DARC ROCHA DE ALMEIDA,** CPF 764.130.716-72, matrícula nº 729-6, ocupante do cargo de PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA III, na Prefeitura Municipal de Vespasiano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir de **01 de setembro de 2026**.

Vespasiano, 14 de agostode 2026

AMARILDO CRUZ
Diretor- Presidente

SIMONE CRISTINE RIBEIRO
Diretor de Previdência e Atuária

Publicado por:
Clermon Augusto Drumond
Código Identificador:37725DFC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO PARCIAL DO EDITAL N 004-2026 - PRÊMIO LITERÁRIO VESPASIANO

RESULTADO PARCIAL
EDITAL Nº 004/2026 – PRÊMIO LITERÁRIO VESPASIANO
POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB

A COMISSÃO GESTORA DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB, no uso de suas atribuições, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Lazer de Vespasiano, torna público o Resultado Parcial do Processo Administrativo nº 004/2026, referente ao Edital nº 004/2026 – Prêmio Literário Vespasiano, financiado com recursos da PNAB. Das 19 (dezenove) inscrições recebidas, 02 (duas) foram identificadas em duplicidade, totalizando 17 (dezessete) inscrições efetivamente avaliadas, das quais 16 (dezesseis) foram aprovadas, sendo 13 (treze) da Categoria Adulto e 03 (três) das categorias destinadas a menores de idade, e 01 (uma) foi inabilitada, conforme as condições estabelecidas no edital.

1. RESULTADO – CATEGORIA ADULTO

Proponente	Pontuação Final	Situação
Valdete Souza de Brito Leite	80 pontos	APROVADA
Karen dos Santos Cerutti	77 pontos	APROVADA
Mardônio Ferreira e Silva	72 pontos	APROVADO
Raul Saborita dos Santos	66 pontos	APROVADO
Marcos Rogério Diniz Santos	64 pontos	APROVADO
Kerollen Suelen Martins Pinto	59 pontos	APROVADA
Marcelo Diniz Santos	58 pontos	APROVADO
Nilson Ferreira Neto	58 pontos	APROVADO
Maycon Vieira de Sousa	58 pontos	APROVADO
Bárbara Aguiar Rodrigues Mrad	50 pontos	APROVADA
Robson Silva de Moraes	48 pontos	APROVADO
Deone Vieira da Silva	45 pontos	APROVADO
Samuel Douglas Martins Marques	43 pontos	APROVADO
Leonardo Tadeu Brito da Costa	31 pontos	INABILITADO

2. RESULTADO – CATEGORIA INFANTIL

A proponente encontra-se devidamente enquadradas na Categoria Infantil, conforme a faixa etária estabelecida no Edital nº 004/2026.

Proponente	Pontuação Final	Situação
Priscilla Emanuelle Vitória Souza Silva	44 pontos	APROVADA

A proponente encontra-se devidamente enquadrada na Categoria Infantil, conforme a faixa etária estabelecida no Edital nº 004/2026.

3. RESULTADO – CATEGORIA INFANTOJUVENIL

As proponentes encontram-se devidamente enquadradas na Categoria Infantojuvenil, conforme a faixa etária estabelecida no Edital nº 004/2026.

Proponente	Pontuação Final	Situação
Ana Beatriz Vitória Souza Silva	51 pontos	APROVADA
Katley Cristiane Borges Francisco	48 pontos	APROVADA

4. CONSOLIDAÇÃO DO RESULTADO

O **Resultado Parcial do Edital nº 004/2026** fica consolidado da seguinte forma:

Categoria Adulto:
13 (treze) proponentes aprovados e 01 (um) proponente desclassificado.
Categoria Infantil:
01 (uma) proponente aprovada.
Categoria Infantojuvenil:
02 (duas) proponentes aprovadas.
Total de inscrições realizadas: 19 (dezenove).
Inscrições em duplicidade: 02 (duas).
Total de inscrições avaliadas: 17 (dezessete).
Total de proponentes aprovados: 16 (dezesseis).
Total de proponentes inabilitado: 01 (um).

Todos os proponentes considerados aprovados alcançaram a pontuação mínima estabelecida no Edital nº 004/2026.

5. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E DA SUPLEMENTAÇÃO

Considerando a existência de saldo remanescente de recursos da Política Nacional Aldir Blanc – PNAB, decorrente da execução do edital destinado ao segmento de Artes Visuais, e a disponibilidade orçamentária e financeira da Administração Pública, serão adotadas as providências administrativas necessárias para a suplementação dos recursos do Edital nº 004/2026 – Prêmio Literário Vespasiano, de modo a possibilitar a premiação dos proponentes aprovados, observadas as normas aplicáveis. A suplementação terá caráter exclusivamente orçamentário e não implicará alteração das notas, dos critérios de avaliação ou do resultado da análise técnica e artística, preservando-se as condições e os critérios estabelecidos no edital.

6. DO CARÁTER PARCIAL DO RESULTADO E DOS RECURSOS

O presente resultado possui caráter parcial, sendo assegurado aos interessados o direito de apresentar recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, contado a partir do primeiro dia útil seguinte à publicação, conforme as regras e os procedimentos estabelecidos no Edital nº 004/2026. Encerrado o prazo e concluída a análise dos recursos eventualmente apresentados, será publicado o Resultado Final do Edital nº 004/2026 – Prêmio Literário Vespasiano, nos meios oficiais de divulgação do Município.

Vespasiano, 12 de agosto de 2026.

COMISSÃO GESTORA DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO E LAZER DE VESPASIANO

Publicado por:
Sarah Gabrielle Icardo Serafim
Código Identificador:44C3253D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VOLTA GRANDE

LICITAÇÕES E EXTRATOS
AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE - PROCESSO 088/2026 - DISPENSA 043/2026

AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

PROCESSO Nº 088/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 043/2026
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM E ESCORAMENTO ESTRUTURAL PARA CONFECÇÃO DE LAJE EM CONCRETO ARMADO DA AMPLIAÇÃO DO VESTIARIO DO CAMPO MUNICIPALANTONIO SOARES ALVIM NO BAIRRO BONSUCESSO**, de acordo com as condições e especificações do Termo de Referência.

O MUNICÍPIO DE VOLTA GRANDE/MG torna público, nos termos do art. 75, § 3º, da Lei Federal Nº 14.133/2021, a MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa, visando a contratação de empresa, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I).
Os interessados deverão encaminhar suas propostas até às 18h00min do dia 21 de agosto de 2026, para o e-mail: licitacao@voltagrande.mg.gov.br ou as apresentar na sede da prefeitura, localizada na Av. Arthur Pedras, nº 120, Centro, neste Município de Volta Grande.
Fazem parte deste aviso os seguintes anexos:
Anexo I – Termo de Referência;
Anexo I do TR – Estimativa de Despesa;
Anexo II – Modelo de Proposta;
Anexo III – Minuta de Contrato;
Anexo IV – Declaração Unificada;

Prefeitura de Volta Grande – MG, 18 de agosto de 2026.

YTALLO JARDIM DE SOUZA
Agente de Contratação

Publicado por:
Ytallo Jardim de Souza
Código Identificador:952C2CCE

LICITAÇÕES E EXTRATOS
AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PROCESSO 089/2026

AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

PROCESSO Nº 089/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 044/2026
OBJETO: Aquisição de troféus e medalhas personalizados para premiação dos participantes e vencedores do Campeonato Rural 2026, promovido pelo Município de Volta Grande/MG, de acordo com as condições e especificações do Termo de Referência.

O MUNICÍPIO DE VOLTA GRANDE/MG torna público, nos termos do art. 75, § 3º, da Lei Federal Nº 14.133/2021, a MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa, visando a contratação de empresa, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I).

Os interessados deverão encaminhar suas propostas até às 18h00min do dia 24 de agosto de 2026, para o e-mail: licitacao@voltagrande.mg.gov.br ou as apresentar na sede da prefeitura, localizada na Av. Arthur Pedras, nº 120, Centro, neste Município de Volta Grande.
Fazem parte deste aviso os seguintes anexos:
Anexo I – Termo de Referência;
Anexo I do TR – Estimativa de Despesa;
Anexo II – Modelo de Proposta;
Anexo III – Minuta de Contrato;
Anexo IV - Documentação Exigida Para Habilitação;
Anexo V – Declaração Unificada;

Prefeitura de Volta Grande – MG, 18 de agoto de 2026.

ALESSANDRA RIBEIRO DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva
Código Identificador:00B3E0D7

LICITAÇÕES E EXTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO - Nº 105

/PREFEITURA MUNICIPAL VOLTA GRANDE/MG - EXTRATO DE CONTRATO - Processo de Licitação nº 082/2026. Dispensa de Licitação nº 040/2026. Contrato Administrativo nº 105/2026 Justificativa: Art. 75, II, da Lei Federal 14.133/2021. SOCIDADE ALEM-PARAIBANA DE EDUCAÇÃO. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, MEDIANTE O PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CURSOS NAS ÁREAS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS E COSTURA INDUSTRIAL, DESTINADOS AOS MUNÍCIPES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E/OU ECONÔMICA, COMPREENDENDO A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUALIFICADOS, DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES TEÓRICAS E PRÁTICAS, FORNECIMENTO DOS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS RECURSOS NECESSÁRIOS À ADEQUADA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES, ACOMPANHAMENTO E PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE CONCLUSÃO**: R$ 58.000,00. Pagamento: Em até 10 dias após a emissão da nota fiscal. Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.00.2.08.01.244.0016.2.0055 – 2.706.000

THIAGO ALVES BASTOS –
Agente de Contratação.

IVAN SOARES PULLIG –
Prefeito.

Certifico para os devidos fins de direito que, de conformidade com o disposto no art. 106 da Lei Orgânica Municipal, cópia do Extrato supra, foi devidamente afixado no mural desta Prefeitura, nesta data, o qual permanecerá por quinze dias consecutivos.

Volta Grande-MG, 18 de agosto de 2026.

P/ Equipe de Apoio

Publicado por:
Thiago Alves Bastos
Código Identificador:CA804650

LICITAÇÕES E EXTRATOS
ORDEM DE INÍCIO/SERVIÇO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE/MG. ORDEM DE INÍCIO/SERVIÇO. O Prefeito do Município de Volta Grande, Estado de Minas Gerais, nos termos da Lei Federal Nº 14.133/2021, de conformidade com o Processo de Licitação Nº 075/2026, Concorrência Nº 003/2026, de acordo com o disposto no item 6.4 da Cláusula sexta do Contrato Administrativo Nº 104/2026, autoriza a firma ANGULAR CONSTRUÇÕES LTDA. – ME inscrita no CNPJ nº 11.050.943/0001-45, através de seu representante legal, a iniciar os serviços atinentes às OBRAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E REVITALIZAÇÃO DA RUA DIONÍZIO PEREIRA DOS SANTOS NO BAIRRO BEIRA RIO, conforme projeto, memorial descritivo, memória de cálculo, cronograma físico/financeiro e planilha de custos e quantitativos, obedecidas as formalidades insertas nos dispositivos legais acima citados.

Volta Grande-MG, 18 de agosto de 2026.

IVAN SOARES PULLIG -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rodrigo da Costa Bittencourt
Código Identificador:F8168227

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETÉ

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS DO MUNICÍPIO DE ABAETÉ, ESTADO DE MINAS GERAIS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE PREVISTO NOS INCISOS VI, VIII E XIII DO ART. 72 C/C O DISPOSTO NO INCISO I DO ART. 98, AMBOS DA LEI ORGÂNIC

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 25/09/2026 e 24/10/2026 para a servidora pública municipal

Aparecida Maria de Sales, ocupante do cargo público de Serviços Gerais, matrícula funcional nº 02094-1, referente ao período aquisitivo de 22/01/2024 e 21/02/2025.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 12 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:7CD608F8

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2026

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário de Gestão Pública dos Municípios do Centro Oeste Mineiro - CIMGEP, torna pública a prorrogação de prazo para realização do procedimento de Intenção de Registro de Preços, visando a contratação de empresa de engenharia especializada para elaboração de adequações de edificações às normas do CBMMG, mediante apresentação de projeto aprovado, em diversas localidades, nos municípios consorciados do CIMGEP.

Os órgãos interessados deverão manifestar o interesse e encaminhar suas intenções ao setor de licitações, até 21 de agosto de 2026, no e-mail: cimgepconsorciopublico@gmail.com.

Mais informações poderão ser obtidas através do e-mail: cimgepconsorciopublico@gmail.com.

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:D851DD4A

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCEDE ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO – TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO EM CARGO PÚBLICO – POSSE EM NOVO CARGO PÚBLICO DO MUNICÍPIO - PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições, considerando-se o disposto no caput do art. 70 da Lei Municipal nº 1.660/97 (Estatuto Servidores do Município de Abaeté), considerando-se o Parecer Jurídico nº 012/2026/PMA, tendo em vista a exoneração e posse simultânea em cargo público do quadro de agentes públicos do Município de Abaeté, **RESOLVE***:*

Art. 1º - O Município de Abaeté, Estado de Minas, declara o tempo de efetivo exercício em cargo público dos agentes públicos municipais com exoneração e posse de forma simultânea, em razão de concurso público no quadro de agentes públicos do Município de Abaeté, exclusivamente para fins de continuidade de recebimento de adicional por tempo de serviço (Quinquênio), à seguinte agente pública municipal, ocupante de cargo público de provimento efetivo:

Item	Agente Público	Cargo Atual	Matrícula	Quantidade Adicionais
01	Jéssica Tais Lamounier Pereira	Assistente Técnico Educacional	02970-3	1

Art. 2º - O tempo de efetivo exercício em cargo anterior deve ser somado ao tempo de efetivo exercício em novo cargo no âmbito da administração pública municipal, exclusivamente para os fins de contagem para manutenção ou obtenção de Adicional de Tempo de Serviço (Quinquênio).

Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Administração, através do Departamento de Recursos humanos, deve promover a inclusão e registro da declaração, objeto desta Portaria.

Art. 3º - O valor do adicional de tempo de serviço, previsto nesta Portaria, incide sobre o vencimento base do agente público municipal e se aplica a partir da competência de agosto de 2026.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 11 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:CD845D0F

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ - PODER EXECUTIVO – CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL - SERVIDOR PÚBLICO - PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, tendo em vista o disposto no Decreto Municipal nº 194/2025, considerando-se o atendimento dos documentos exigidos para a concessão, nos termos previstos no art. 60 da Lei Complementar Municipal nº 106/2023, **RESOLVE***:*

Art. 1º - O Município de Abaeté, por seu Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos concede progressão vertical à agente pública municipal, **Silvana Vilas Boas de Sousa,** ocupante do cargo público de provimento efetivo de **Professor da Educação Infantil,** lotada na **Secretaria Municipal de Educação,** no quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Abaeté.
Art. 2º - A Agente Pública Municipal, com vencimento determinado pelo enquadramento no **Nível IV e Grau B,** permanecendo no **Grau B** que se encontrava antes desta concessão e sendo reposicionado(a) no **Nível V,** a partir da competência do mês de **agosto de 2026** para todos os fins de direito.

Art. 3º - Concluída a concessão da Progressão Vertical, a Agente Pública Municipal enquadra-se e faz jus ao vencimento correspondente ao **Nível V e Grau B,** a partir da competência de **agosto de 2026.**

Art. 4º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro na folha funcional da Agente Pública Municipal, bem como os registros em sistema de Recursos Humanos e informativo junto ao Sistema de Previdência Social (E-social).

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação

Abaeté, 11 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:F2BB6A07

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 15/08/2026 e 13/09/2026 para a servidora pública municipal **Rosemary Amorim Santos,** ocupante do cargo público de Auxiliar de Limpeza Urbana, matrícula funcional nº 02293-9, referente ao período aquisitivo de 10/06/2024 e 09/06/2025.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 12 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:9ED23402

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias ao servidor que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 10/09/2026 e 09/10/2026 para o servidor público municipal **Diego Felipe Ferreira,** ocupante do cargo público de Auxiliar Administrativo, matrícula funcional nº 03028-9, referente ao período aquisitivo de 01/07/2025 e 30/06/2026.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional do servidor para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 12 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:0B89E969

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias ao servidor que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 01/09/2026 e 30/09/2026 para o servidor público municipal **Geraldo Magela Marques,** ocupante do cargo público de Motorista, matrícula funcional nº 01965-5, referente ao período aquisitivo de 10/05/2025 e 09/05/2026.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional do servidor para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 12 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:78BB68F7

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo

*único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), **RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias ao servidor que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 14/09/2026 e 13/10/2026 para o servidor público municipal **Fabrício Pereira de Almeida,** ocupante do cargo público de Auxiliar Administrativo, matrícula funcional nº 03027-1, referente ao período aquisitivo de 01/07/2024 e 30/06/2025.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional do servidor para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 12 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:3587BD27

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

*A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), **RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias ao servidor que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 14/09/2026 e 13/10/2026 para o servidor público municipal **Fabrício Pereira de Almeida,** ocupante do cargo público de Auxiliar Administrativo, matrícula funcional nº 03027-1, referente ao período aquisitivo de 01/07/2024 e 30/06/2025.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional do servidor para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 12 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:6AF96B04

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

*A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), **RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 28/09/2026 e 27/10/2026 para a servidora pública municipal **Camila Gomes da Cunha Amaral,** ocupante do cargo público de Técnico em Enfermagem, matrícula funcional nº 2799-7, referente ao período aquisitivo de 05/03/2025 e 04/03/2026.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 12 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:1347CA0B

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

*A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), **RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 01/09/2026 e 30/09/2026 para a servidora pública municipal **Zélia Alves da Silva,** ocupante do cargo público de Serviços Gerais, matrícula funcional nº 03390-2, referente ao período aquisitivo de 06/06/2025 e 05/06/2026.

Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 12 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:9398E9A1

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 08/09/2026 e 07/10/2026 para a servidora pública municipal **Luísa Cristina Pereira,** ocupante do cargo público de Auxiliar Administrativo, matrícula funcional nº 02357-3, referente ao período aquisitivo de 26/08/2023 e 25/08/2024.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 12 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:7D290542

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, , tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando- se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***
Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona, em período reduzido em razão de faltas injustificadas na forma do § 2º do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997, conforme disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 14/09/2026 e 03/10/2026 para a servidora pública municipal **Jéssica Alves da Silva,** ocupante do cargo público de Bioquímico, matrícula funcional nº 03147-7, referente ao período aquisitivo **22/05/2025 e 21/02/2026.**

Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 12 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:D5141816

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 08/09/2026 e 07/10/2026 para a servidora pública municipal, ocupante do cargo público de Agente de Combate a Endemias, matrícula funcional nº 02926-6, referente ao período aquisitivo de 18/02/2025 e 17/02/2026.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 12 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:9F1AC4B4

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 08/09/2026 e 07/10/2026 para a servidora pública municipal **Thais Almeida dos Santos,** ocupante do cargo público de Auxiliar Administrativo, matrícula funcional nº 03193-0, referente ao período aquisitivo de 22/11/2024 e 21/11/2025.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 12 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:733A09B8

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 08/09/2026 e 07/10/2026 para a servidora pública municipal **Lidiane Maria Neri,** ocupante do cargo público de Coordenador em Saúde, matrícula funcional nº 01317-8, referente ao período aquisitivo de 06/03/2024 e 05/03/2025.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 12 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:986FB977

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 08/09/2026 e 07/10/2026 para a servidora pública municipal **Rosilda Maria das Chagas Silva,** ocupante do cargo público de Serviços Gerais, matrícula funcional nº 2028-0, referente ao período aquisitivo de 16/03/2025 e 15/03/2026.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 12 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:BB669EC2

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 08/09/2026 e 07/10/2026 para a servidora pública municipal **Tatiana Sabrina Silva,** ocupante do cargo público de Agente Comunitário de Saúde, matrícula funcional nº 1825-1, referente ao período aquisitivo de 09/07/2025 e 08/07/2026.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 12 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:16B38BBB

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 08/09/2026 e 07/10/2026 para a servidora pública municipal **Rosilane Aparecida de Castro,** ocupante do cargo público de Agente Comunitário de Saúde, matrícula funcional nº 1342-5, referente ao período aquisitivo de 18/02/2025 e 17/02/2026.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 12 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:255A35EB

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 08/09/2026 e 07/10/2026 para a servidora pública municipal **Claudinéia Aparecida de Matos,** ocupante do cargo público de Agente Comunitário de Saúde, matrícula funcional nº 02919-1, referente ao período aquisitivo de 18/02/2025 e 17/02/2026.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 12 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:F03ED5FE

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo

*único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), **RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 08/09/2026 e 07/10/2026 para a servidora pública municipal **Rita de Cássia Pereira,** ocupante do cargo público de Agente Comunitário de Saúde, matrícula funcional nº 02788-0, referente ao período aquisitivo de 18/02/2025 e 17/02/2026.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 12 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:69AF1025

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

*A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), **RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 08/09/2026 e 07/10/2026 para a servidora pública municipal **Acácia Silva da Costa,** ocupante do cargo público de Técnico em Enfermagem, matrícula funcional nº 2891-1, referente ao período aquisitivo de 01/07/2025 e 30/06/2026.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 12 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:A496830E

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

*A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), **RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 08/09/2026 e 07/10/2026 para a servidora pública municipal **Isabel Cristina da Silva,** ocupante do cargo público de Auxiliar Administrativo, matrícula funcional nº 1652-8, referente ao período aquisitivo de 20/08/2024 e 19/08/2025.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 12 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:BEA66792

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

*A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), **RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias ao servidor que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 08/09/2026 e 07/10/2026 para o servidor público municipal **Luciano Lana do Carmo,** ocupante do cargo público de Motorista, matrícula funcional nº 2580-0, referente ao período aquisitivo de 26/08/2024 e 25/08/2025.

Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional do servidor para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 12 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:45E52EDC

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias ao servidor que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 08/09/2026 e 07/10/2026 para o servidor público municipal **Sérgio Reis Santos,** ocupante do cargo público de Serviços Gerais, matrícula funcional nº 1007-5, referente ao período aquisitivo de 20/01/2024 e 19/01/2025.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional do servidor para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 12 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:06BB8E38

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias ao servidor que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 08/09/2026 e 07/10/2026 para o servidor público municipal **Wellington de Oliveira Campos,** ocupante do cargo público de Auxiliar de Atendimento, matrícula funcional nº 1010-8, referente ao período aquisitivo de 26/07/2024 e 25/07/2025.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional do servidor para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 12 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:CEE2A344

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 08/09/2026 e 07/10/2026 para a servidora pública municipal **Lauri Ferreira da Rocha,** ocupante do cargo público de Agente Comunitário de Saúde, matrícula funcional nº 2189-0, referente ao período aquisitivo de 18/02/2025 e 17/02/2026.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 12 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:5FCF67DD

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 02/09/2026 e 01/10/2026 para a servidora pública municipal **Juliana Melo Rodrigues,** ocupante do cargo público de Agente Administrativo, matrícula funcional nº 1550-4, referente ao período aquisitivo de 29/01/2022 e 28/01/2023.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 12 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:B0FB760B

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – NOMEIA COMISSÕES – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL – PROGRESSÃO VERTICAL – CARGOS PÚBLICOS – PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições, consoante lhe autoriza a Lei Orgânica do Município; tendo em vista a necessidade de constituição de Comissões para processo avaliação funcional para fins de progressão funcional vertical, em cumprimento ao disposto no Decreto Municipal nº 088/2024, **DECRETA***:*

Art. 1º - O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo e por este Decreto, nomeia os membros para composição das comissões de avaliação funcional para fins de progressão funcional.

Parágrafo Único. A avaliação funcional de que trata o caput deste artigo se refere à progressão funcional na modalidade vertical dos agentes públicos que ocupam cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - A avaliação de desempenho funcional far-se-á por Unidade de Secretaria, sendo as respectivas comissões compostas na forma determinada nas Leis Complementares nº 106/2023, nº 107/2023 e nº 108/2023, nomeando-se as respectivas comissões para avaliação nas respectivas áreas de atuação do agente público municipal sob avaliação funcional de desempenho para fins de progressão funcional vertical.

Art. 3º - A Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional Geral nomeada para realização de avaliação no âmbito da Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, Secretaria Municipal de Planejamento e Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte é composta pelos seguintes servidores públicos municipais:

– Marina Alvares da Silva (Presidente), matrícula funcional nº 03207-9.

– Ivanete Aparecida Pereira (Membro), matrícula funcional nº 01499-4 (Representante do Poder Público Municipal).

– Jaqueline Alves Machado (Membro), matrícula funcional nº 0885-6 (Representante do Poder Público Municipal).

- Isabel Cristina Ferreira (Membro), matrícula funcional nº 02208-8 (Representante dos Servidores Públicos Municipais).

– Dalton José da Silva (Membro), matrícula funcional nº 2127-0 (Representante dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 4º - A Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional para fins de progressão vertical no âmbito geral da Secretaria Municipal de Saúde é composta pelos seguintes servidores:

– Diva Laila Alvares (Presidente), matrícula funcional nº 01871-4.

– Lidiane Maria Neri (Membro), matrícula funcional nº 01317-8 (Representante do Poder Público Municipal).

– Marina Campos de Oliveira (Membro), matrícula funcional nº 01659-4 (Representante do Poder Público Municipal).

– Lucinei Alves Cunha (Membro), matrícula funcional nº 00346-8 (Representante dos Servidores Públicos Municipais).

– Renata Danila de Oliveira (Membro), matrícula funcional nº 01193-2 (Representante dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 5º - A Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional para fins de progressão vertical no âmbito geral da Secretaria Municipal de Educação é composta pelos seguintes servidores nas respectivas unidades:

I – Na unidade administrativa da Secretaria Municipal de Educação:

Ivone Ferreira Pires Silva (Presidente), matrícula funcional nº 00184-2 (Secretária Municipal de Educação).

Maria Luziane da Cunha Toledo (Membro), matrícula funcional nº 00679-3 (Representante do Poder Público Municipal).

Maria Inez Pereira Álvares da Silva (Membro), matrícula funcional nº 02864-8 (Representante do Poder Público Municipal).

Mércia Maria Da Silva (Membro), matrícula funcional nº 00133-9 (Representante dos Servidores Públicos Municipais).

Raquel De Oliveira Lino Couto (Membro), matrícula funcional nº 00707-2 (Representante dos Servidores Públicos Municipais).

II – Na Unidade Escolar denominada Escola Municipal Senador Souza Viana:

Antonia Gomes da Silva (Membro), matrícula funcional nº 00654-5 (Diretora da Unidade Escolar).

Maria Luziane da Cunha Toledo (Membro), matrícula funcional nº 00679-3 (Representante do Poder Público Municipal).

Maria Inez Pereira Álvares da Silva (Membro), matrícula funcional nº 02864-8 (Representante do Poder Público Municipal).

Janaina de Carvalho Faria (Membro), matrícula funcional nº 00912-7 (Representante dos Servidores Públicos Municipais).

Ana Lúcia Corrêa da Silva (Membro), matrícula funcional nº 01227-9 (Representante dos Servidores Públicos Municipais).

III – Na Unidade Escolar denominada Escola Municipal Tenente Ezequiel:

Iara Campos Antunes (Membro), matrícula funcional nº 00685-0 (Diretora da Unidade Escolar).

Maria Luziane da Cunha Toledo (Membro), matrícula funcional nº 00679-3 (Representante do Poder Público Municipal).

Maria Inez Pereira Álvares da Silva (Membro), matrícula funcional nº 02864-8 (Representante do Poder Público Municipal).

Raquel Maria De Sousa Gomes (Membro), matrícula funcional nº 01437-4 (Representante dos Servidores Públicos Municipais).

Aline Tavares De Oliveira (Membro), matrícula funcional nº 00672-7 (Representante dos Servidores Públicos Municipais).

IV – Na Unidade Escolar denominada Escola Municipal Irmã Maria de Lourdes:

Erika Fabiani De Sousa Coelho (Membro), matrícula funcional nº 03087-5 (Diretora da Unidade Escolar).

Maria Luziane da Cunha Toledo (Membro), matrícula funcional nº 00679-3 (Representante do Poder Público Municipal).

Maria Inez Pereira Álvares da Silva (Membro), matrícula funcional nº 02864-8 (Representante do Poder Público Municipal).

Mercia Maria Da Silva (Membro), matrícula funcional nº 00133-9 (Representante dos Servidores Públicos Municipais).

Beatriz Aparecida De Oliveira (Membro), matrícula funcional nº 01952-2 (Representante dos Servidores Públicos Municipais).

V – Na Unidade Escolar denominada Escola Municipal Chico Cirilo:

Vanessa Maria Silva Couto (Membro), matrícula funcional nº 02698-1 (Diretora da Unidade Escolar).

Maria Luziane da Cunha Toledo (Membro), matrícula funcional nº 00679-3 (Representante do Poder Público Municipal).

Maria Inez Pereira Álvares da Silva (Membro), matrícula funcional nº 02864-8 (Representante do Poder Público Municipal).

Deyvson Ismailler De Menezes Amaral (Membro), matrícula funcional nº 02967-0 (Representante dos Servidores Públicos Municipais).

Shirley Ferreira Da Cruz (Membro), matrícula funcional nº 00692-5 (Representante dos Servidores Públicos Municipais).

VI – Na Unidade Escolar denominada Centro Municipal de Educação Infantil Conceição Corgozinho:

Lilian Juliane De Souza (Membro), matrícula funcional nº 02460-4 (Diretora da Unidade Escolar).

Maria Luziane da Cunha Toledo (Membro), matrícula funcional nº 00679-3 (Representante do Poder Público Municipal).

Maria Inez Pereira Álvares da Silva (Membro), matrícula funcional nº 02864-8 (Representante do Poder Público Municipal).

Andreza Paula Silva Gonçalves (Membro), matrícula funcional nº 02365-6 (Representante dos Servidores Públicos Municipais).

Edi Pereira Da Trindade (Membro), matrícula funcional nº 00667-8 (Representante dos Servidores Públicos Municipais).

VII – Na Unidade Escolar denominada Centro Municipal de Educação Infantil Dona Ina:

Caroline De Oliveira Campos (Membro), matrícula funcional nº 01768-3 (Diretora da Unidade Escolar).

Maria Luziane da Cunha Toledo (Membro), matrícula funcional nº 00679-3 (Representante do Poder Público Municipal).

Maria Inez Pereira Álvares da Silva (Membro), matrícula funcional nº 02864-8 (Representante do Poder Público Municipal).

Lalia Fernanda Ferreira Silva (Membro), matrícula funcional nº 03394-4 (Representante dos Servidores Públicos Municipais).

Noesia Monteiro De Sousa (Membro), matrícula funcional nº 02085-0 (Representante dos Servidores Públicos Municipais).

VIII – Na Unidade Escolar denominada Creche Municipal Geralda Ferreira da Silva:

Silvana Alves Ferreira Vales (Membro), matrícula funcional nº 03035-4 (Diretora da Unidade Escolar).

Maria Luziane da Cunha Toledo (Membro), matrícula funcional nº 00679-3 (Representante do Poder Público Municipal).

Maria Inez Pereira Álvares da Silva (Membro), matrícula funcional nº 02864-8 (Representante do Poder Público Municipal).

Carina Da Silva Costa (Membro), matrícula funcional nº 02706-2 (Representante dos Servidores Públicos Municipais).

Rosiane Nogueira De Oliveira (Membro), matrícula funcional nº 03004-9 (Representante dos Servidores Públicos Municipais).

IX – Na Unidade Escolar denominada Creche Municipal Dona Alvarina:

Pacifica Maria Da Costa Leao (Membro), matrícula funcional nº 00185-0 (Diretora da Unidade Escolar).

Maria Luziane da Cunha Toledo (Membro), matrícula funcional nº 00679-3 (Representante do Poder Público Municipal).

Maria Inez Pereira Álvares da Silva (Membro), matrícula funcional nº 02864-8 (Representante do Poder Público Municipal).

Carla Rejane Da Cunha (Membro), matrícula funcional nº 03063-5 (Representante dos Servidores Públicos Municipais).

Marcia Helena Albino (Membro), matrícula funcional nº 00312-9 (Representante dos Servidores Públicos Municipais).

X – Na Unidade Escolar denominada Centro De Estudos Supletivos Dona Lulu:

Joana Meire Rodrigues Da Cunha (Membro), matrícula funcional nº 01639-6 (Diretora da Unidade Escolar).

Maria Luziane da Cunha Toledo (Membro), matrícula funcional nº 00679-3 (Representante do Poder Público Municipal).

Maria Inez Pereira Álvares da Silva (Membro), matrícula funcional nº 02864-8 (Representante do Poder Público Municipal).

Marlucia Aparecida Dos Santos (Membro), matrícula funcional nº 00634-7 (Representante dos Servidores Públicos Municipais).

Claudia Alves Machado (Membro), matrícula funcional nº 00009-2 (Representante dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 6 - A Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional para fins de progressão vertical no âmbito da Secretaria Municipal de Infraestrutura é composta pelos seguintes servidores:

– César Henrique Silva (Presidente), matrícula funcional nº 02542-0.

– Leandro Alves De Oliveira (Membro), matrícula funcional nº 00255-1 (Representante do Poder Público Municipal).

– Sergio Reis Dos Santos (Membro), matrícula funcional nº 01007-5 (Representante do Poder Público Municipal).

– Fernando Nicoli (Membro), matrícula funcional nº 02091-7 (Representante dos Servidores Públicos Municipais).

– João Lourenço Rodrigues (Membro), matrícula funcional nº 00735-3 (Representante dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 7 - A Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional para fins de progressão vertical no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente é composta pelos seguintes servidores:

I – Marlon Jose De Oliveira (Presidente), matrícula funcional nº 02769-0.

II - Rosemar Da Silva (Membro), matrícula funcional nº 01035-6 (Representante do Poder Público Municipal).

III - Raquel Ferreira Do Amaral (Membro), matrícula funcional nº 01973-8 (Representante do Poder Público Municipal).

IV - Vaneide Barbosa Da Silva (Membro), matrícula funcional nº 02067-8 (Representante dos Servidores Públicos Municipais).

V - Maria Da Conceição Silva (Membro), matrícula funcional nº 02093-3 (Representante dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 8 - Os trabalhos das Comissões de Avaliação de Desempenho Funcional far-se-ão de forma autônoma e independente em relação a cada Unidade de Secretaria, na forma, prazos e condições dispostas no Decreto Municipal nº 088/2024.

Art. 9º - As comissões devem orgnizar o cronograma de trabalho avaliativo para conclusão das avaliações trimestralmente, nos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano, analisando-se as progressões ocorridas em cada trimestre, segundo os requisitos previsto em lei para concessão do benefício.

Art. 10 – Revoga-se o Decreto nº 234/2025.

Art. 11 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 17 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

IVANIR DELADIER DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:19DDCDB5

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
PROCEDIMENTO PÚBLICO DE INTENÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2026

Processo 1DOC – ID 306.517.859.502.147.046
O **Consórcio Intermunicipal Multifinalitário de Gestão Pública dos Municípios do Centro-Oeste Mineiro – CIMGEP**, na qualidade de **Órgão Gerenciador**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará **Procedimento Público de Intenção de Registro de Preços (IRP)** visando à formação de Ata de Registro de Preços destinada à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAQUINÁRIO (HORA MÁQUINA) PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DOS ENTES CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DO CENTRO OESTE MINEIRO – CIMGEP**, nos termos do art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

I - DO OBJETO

1.1. O presente Edital tem por objeto a **coleta e consolidação das intenções de adesão** dos órgãos e entidades dos entes da Federação **consorciados, não consorciados e/ou cooperados** ao CIMGEP, relativamente ao item a ser licitado para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAQUINÁRIO (HORA MÁQUINA) PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DOS ENTES CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DO CENTRO OESTE MINEIRO – CIMGEP**

1.2. A Ata de Registro de Preços a ser decorrente do futuro certame terá **vigência de até 12 (doze) meses**, **prorrogável enquanto vantajosa**, nos termos da legislação aplicável.

1.3. A previsão de início da execução contratual, caso concluídas as etapas necessárias, é **20 de outubro de 2026**.

1.4. **Esta Chamada Pública (IRP) não é dirigida a fornecedores**, mas exclusivamente a **órgãos e entidades públicas** interessados em participar do futuro procedimento licitatório a ser conduzido pelo Órgão Gerenciador.

1.5. A IRP **não se confunde com procedimento licitatório**, não gera obrigação de contratação e **não assegura** a participação automática dos interessados no futuro certame, o qual observará edital próprio.

II - DO PRAZO

2.1. O prazo para apresentação das manifestações de interesse na IRP **inicia-se em 19 de agosto de 2026** e **encerra-se em 03 de setembro de 2026**, podendo ser prorrogado mediante decisão do Órgão Gerenciador.

III - DO PROCEDIMENTO

3.1. A manifestação de interesse deverá ser formalizada por **documento oficial** do órgão/entidade interessada, dirigida à **Coordenadoria de Licitações, Contratos e Compras do CIMGEP**, e encaminhada para os e-mails: cimgepconsorciopublico@gmail.com ou licitacao@cimgep.mg.gov.br.

3.2. **Não há número máximo de participantes.** Poderão se manifestar **órgãos e entidades públicas** dos entes da Federação **consorciados, não consorciados e/ou cooperados.**

3.3. O Órgão Gerenciador poderá **aceitar ou recusar, de forma motivada,** quantitativos considerados ínfimos ou superestimados, bem como **recusar a inclusão de novos itens** não compatíveis com o escopo da IRP.

3.4. É facultado aos órgãos e entidades interessados, **antes da deflagração de seus próprios processos licitatórios**, consultar a IRP em andamento e deliberar sobre a conveniência de **participação como órgão participante** do registro de preços a ser promovido.

3.5. Esclarecimentos poderão ser solicitados por meio eletrônico, pelo e-mail cimgepconsorciopublico@gmail.com, ou, de **segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h**, pelos telefones **(37) 99834-4050** e **(37) 99812-4931**, ou presencialmente na **Sede do CIMGEP**, situada na **Avenida Dr. Guido, nº 297, Centro, Abaeté/MG, CEP 35620-000.**

Abaeté, 17 de agosto de 2026.

DANIELA FERREIRA MENDES
Diretora Executiva

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:5B25A8AF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
CONTRATOS

Contrato: 1032026/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
Contratada : MIDAS COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
VALOR: R$173.540,00
Vigência:: 17/08/2026
Término: 17/08/2027
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 32/2026
Objeto da Contratação: REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES DIVERSOS, QUE SERÃO DESTINADOS À MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO, REPOSIÇÃO E FORTALECIMENTO DA ESTRUTURA ASSISTENCIAL DAS UNIDADES MUNICIPAIS DE SAÚDE.

Alterosa, 18 de Agosto de 2026.

Contrato: 1042026/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
Contratada : AC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA
Valor: R$ 104.325,00
Vigência:: 17/08/2026
Término: 17/08/2027
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 32/2026
Objeto da Contratação: REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES DIVERSOS, QUE SERÃO DESTINADOS À MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO, REPOSIÇÃO E FORTALECIMENTO DA ESTRUTURA ASSISTENCIAL DAS UNIDADES MUNICIPAIS DE SAÚDE.

Alterosa, 18 de Agosto de 2026.

Contrato: 1052026/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
Contratada : C E C IMPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA.
VALOR: R$ 1.748,00
Vigência:: 17/08/2026
Término: 17/08/2027
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 32/2026
Objeto da Contratação: REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES DIVERSOS, QUE SERÃO DESTINADOS À MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO, REPOSIÇÃO E FORTALECIMENTO DA ESTRUTURA ASSISTENCIAL DAS UNIDADES MUNICIPAIS DE SAÚDE.

Alterosa, 18 de Agosto de 2026.

Contrato: 150/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
Contratada : OLIVEIRA & ANDRADE DISTRIBUIDORA LTDA
Valor: R$ 8.214,60
Vigência:: 17/08/2026
Término: 17/08/2027
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 35/2026
Objeto da Contratação: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO ESCOLAR PARA A ESCOLA NOVA QUE ESTÁ SENDO CONSTRUÍDA NA RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA, Nº 255, CENTRO DE ALTEROSA/MG, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONTIDAS NESTE PROCESSO.

Alterosa, 18 de Agosto de 2026.

Contrato: 151/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
Contratada : ODETE MARIA FREITAS
Valor: R$ 18.858,00
Vigência:: 17/08/2026
Término: 17/08/2027
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 35/2026
Objeto da Contratação: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO ESCOLAR PARA A ESCOLA NOVA QUE ESTÁ SENDO CONSTRUÍDA NA RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA, Nº 255, CENTRO DE ALTEROSA/MG, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONTIDAS NESTE PROCESSO.

Alterosa, 18 de Agosto de 2026.

Contrato: 152/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
Contratada : AFOX EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA
Valor: R$ 14.250,00
Vigência:: 17/08/2026
Término: 17/08/2027
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 35/2026
Objeto da Contratação: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO ESCOLAR PARA A ESCOLA NOVA QUE ESTÁ SENDO CONSTRUÍDA NA RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA, Nº 255, CENTRO DE ALTEROSA/MG, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONTIDAS NESTE PROCESSO.

Alterosa, 18 de Agosto de 2026.

Contrato: 153/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
Contratada : GF MOVEIS DE ESCRITORIO LTDA
Valor: R$ 5.276,00
Vigência:: 17/08/2026
Término: 17/08/2027
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 35/2026
Objeto da Contratação: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO ESCOLAR PARA A ESCOLA NOVA QUE ESTÁ SENDO CONSTRUÍDA NA RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA, Nº 255, CENTRO DE ALTEROSA/MG, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONTIDAS NESTE PROCESSO.

Alterosa, 18 de Agosto de 2026.

Contrato: 154/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
Contratada : JWR MOVEIS LTDA
Valor: R$ 34.204,00
Vigência:: 17/08/2026
Término: 17/08/2027
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 35/2026
Objeto da Contratação: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO ESCOLAR PARA A ESCOLA NOVA QUE ESTÁ SENDO CONSTRUÍDA NA RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA, Nº 255, CENTRO DE ALTEROSA/MG, CONFORME

ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONTIDAS NESTE PROCESSO.

Alterosa, 18 de Agosto de 2026.

Contrato: 155/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
Contratada : LEFTEC COMERCIO E SERVICOS LTDA
Valor: R$ 255.640,00
Vigência:: 17/08/2026
Término: 17/08/2027
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 35/2026
Objeto da Contratação: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO ESCOLAR PARA A ESCOLA NOVA QUE ESTÁ SENDO CONSTRUÍDA NA RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA, Nº 255, CENTRO DE ALTEROSA/MG, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONTIDAS NESTE PROCESSO.

Alterosa, 18 de Agosto de 2026.

Contrato: 156/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
Contratada : WESLEY SILVA AMORIM
Valor: R$ 7.562,00
Vigência:: 17/08/2026
Término: 17/08/2027
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 35/2026
Objeto da Contratação: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO ESCOLAR PARA A ESCOLA NOVA QUE ESTÁ SENDO CONSTRUÍDA NA RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA, Nº 255, CENTRO DE ALTEROSA/MG, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONTIDAS NESTE PROCESSO.

Alterosa, 18 de Agosto de 2026.

Aditivo: 6 - Contrato: 206/2022
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
Contratada : HJ3 EMPREENDIMENTOS LTDA CNPJ 33.971.746/0001-00.
Vigência:: 17/08/2026
Término: 31/12/2026
Licitação: Concorrência Nº.: 1/2022
Objeto do Aditivo: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA E URBANISMO REFERENTE À CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ALTEROSA, NUMA ÁREA DE 2.972,68 M², (DOIS MIL, NOVECENTOS E SETENTA E DOIS VIRGULA SESSENTA E OITO METROS QUADRADOS) A SER CONSTRUÍDA AS MARGENS DA RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA, CIDADE DE ALTEROSA/MG.

Alterosa, 18 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Simone Aparecida Nogueira
Código Identificador:120E1DDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N°: 150/2026
HOMOLOGAÇÃO: 17/08/2026 09:53
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
OBJETO: REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES DIVERSOS, QUE SERÃO DESTINADOS À MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO, REPOSIÇÃO E FORTALECIMENTO DA ESTRUTURA ASSISTENCIAL DAS UNIDADES MUNICIPAIS DE SAÚDE.

CONTRATADO: MIDAS COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 173.540,00 (cento e setenta e três mil equinhentos e quarenta reais)

CONTRATADO: AC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 104.325,00 (cento e quatro mil e trezentos e vinte e cinco reais)

CONTRATADO: C E C IMPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 1.748,00 (um mil e setecentos equarenta e oito reais)

18/08/2026

MARCELO NUNES DE SOUZA -
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N°: 158/2026
HOMOLOGAÇÃO: 17/08/2026 14:32
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
OBJETO: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO ESCOLAR PARA A ESCOLA NOVA QUE ESTÁ SENDO CONSTRUÍDA NA RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA, Nº 255, CENTRO DE ALTEROSA/MG, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONTIDAS NESTE PROCESSO.

CONTRATADO: GF MOVEIS DE ESCRITORIO LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 5.276,00 (cinco mil e duzentos e setenta e seis reais)

CONTRATADO: WESLEY SILVA AMORIM
VALOR DA DESPESA: R$ 7.562,00 (sete mil e quinhentos e sessenta e dois reais)

CONTRATADO: ODETE MARIA FREITAS
VALOR DA DESPESA: R$ 18.858,00 (dezoito mil e oitocentos e cinquenta e oito reais)

CONTRATADO: LEFTEC COMERCIO E SERVICOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 255.640,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos e quarenta reais)

CONTRATADO: AFOX EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 14.250,00 (quatorze mil e duzentos ecinquenta reais)

CONTRATADO: JWR MOVEIS LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 34.204,00 (trinta e quatro mil eduzentos e quatro reais)

CONTRATADO: OLIVEIRA & ANDRADE DISTRIBUIDORA LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 8.214,60 (oito mil e duzentos e quatorze reais, com sessenta centavos)

18/08/2026

MARCELO NUNES DE SOUZA -
Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE Nº 77/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N°: 184/2026
HOMOLOGAÇÃO: 18/08/2026 10:18
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAESPECIALIZADA EM EXAMES LABORATORIAIS.

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO INSTITUTO DE PRESERVAÇÃO
DESENVOLVIMENTO - IPD
VALOR DA DESPESA: R$ 1.405.123,70 (um milhão e quatrocentos e cinco mil e cento e vinte e três reais, com setenta centavos)

18/08/2026

MARCELO NUNES DE SOUZA -
Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE Nº 84/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N°: 198/2026
HOMOLOGAÇÃO: 17/08/2026 10:50
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
OBJETO: CONSULTA MÉDICA ORTOPÉDICA COM MÉDICO ESPECIALISTA, VISANDO À AVALIAÇÃO DO QUADRO APRESENTADO PELO PACIENTE LEONARDO FERREIRA RIAL, nascido em 02/08/1995, residente na Rua são Vicente de Paula, número 51, Distrito do Divino Espírito Santo e DEFINIÇÃO DA CONDUTA TERAPÊUTICA ADEQUADA, ESPECIALMENTE QUANTO À INDICAÇÃO E PLANEJAMENTO DO TRATAMENTO CIRÚRGICO NECESSÁRIO PARA CORREÇÃO DA PSEUDOARTROSE E REALIZAÇÃO DE ALONGAMENTO ÓSSEO.

CONTRATADO: ORTHO & HEALTH LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 600,00 (seiscentos reais)

18/08/2026

MARCELO NUNES DE SOUZA –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Simone Aparecida Nogueira
Código Identificador:EABA001B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA
EXTRATO DE ADITIVO

PROCESSO 049/2023 – INEXIGIBILIDADE 002/2023. OBJETO: **CREDENCIAMENTO** DESTINADO PARA FINALIDADE DE HABILITAÇÃO POR ADESÃO AOS PREÇOS FIXADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PELO PADRÃO DA REGIÃO, E CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS DE MÉDICOS PARA ATENDIMENTO DE COBERTURA DOS PLANTÕES NOTURNOS E DIURNOS EM FINAIS DE SEMANA. **3º ADITIVO: CONTRATADO:** I.C.G SERVIÇOS LTDA, CNPJ 29.834.667/0001-71. **VIGÊNCIA**: 24/08/2026 À 23/08/2027. **VALOR**: R$ 168.000,00. **CONTRATADO:** VALADARESMED LTDA, CNPJ 29.834.667/0001-71. **VIGÊNCIA**: 24/08/2026 À 23/08/2027. **VALOR**: R$ 144.000,00.

Publicado por:
Cristiane Vieira de Souza
Código Identificador:E37C93DA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
DECRETO Nº 790, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 790, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA, AS FAIXAS DE TERRA QUE ESPECIFICA, NECESSÁRIAS À IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDE COLETORA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO DISTRITO DE SANT'ANA DO CAMPESTRE, MUNICÍPIO ASTOLFO DUITRA/MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ASTOLFO DUTRA/MG,** WESLEY CORDEIRO DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, tendo em vista os arts. 5º, inciso XXIII, 23, inciso IX, 30, incisos I e V, 196 e 225 da Constituição Federal; os arts. 2º e 8º, inciso I, da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007; e os arts. 2º, 5º, alíneas "d" e "h", 6º, 7º, 10-A e 40 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

CONSIDERANDO a competência comum dos entes federativos para promover a melhoria das condições de saneamento básico e a competência municipal para organizar e prestar os serviços públicos de interesse local;

CONSIDERANDO que os serviços públicos de saneamento básico devem observar, entre outros, os princípios da universalização do acesso, da efetiva prestação do serviço e da realização do esgotamento sanitário de forma adequada à saúde pública, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente;

CONSIDERANDO que o projeto de engenharia elaborado para a implantação da rede coletora de esgotamento sanitário identifica e delimita as faixas de terra necessárias à execução do empreendimento, incidentes sobre os imóveis particulares descritos no Anexo I deste Decreto, conforme os elementos técnicos que o integram;

CONSIDERANDO que a implantação e a operação da rede coletora de esgotamento sanitário atendem à salubridade pública e à exploração e conservação de serviço público, enquadrando-se nas hipóteses previstas no art. 5º, alíneas "d" e "h", do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941;

CONSIDERANDO que a finalidade pública pretendida não exige a transferência integral da propriedade dos imóveis, sendo suficiente a constituição de servidão administrativa restrita às faixas indispensáveis à implantação, operação, inspeção, manutenção, reparação e substituição da infraestrutura;

CONSIDERANDO que o art. 40 do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941, autoriza o expropriante a constituir servidões mediante indenização na forma prevista no referido diploma legal;

D E C R E T A:

Art. 1º. Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de constituição de servidão administrativa, as faixas de terra incidentes sobre os imóveis particulares individualizados no Anexo I deste Decreto, necessárias à implantação, operação e manutenção de rede coletora de esgotamento sanitário no Distrito de Sant'Ana do Campestre, no Município de Astolfo Dutra/MG.

§1º. As faixas atingidas são definidas pelos respectivos memoriais descritivos, plantas, coordenadas georreferenciadas, vértices, confrontações, extensões, larguras e áreas constantes do Anexo I, todos aprovados pela autoridade técnica competente.

§2º. O Anexo I constitui parte integrante deste Decreto.

§3º. A declaração de utilidade pública limita-se às faixas de terra expressamente delimitadas no Anexo I, não abrangendo a integralidade dos imóveis em que estiverem inseridas.

Art. 2º. A servidão administrativa a ser constituída compreenderá o direito de implantar e manter tubulações e demais estruturas necessárias à rede coletora de esgotamento sanitário no subsolo das faixas delimitadas, bem como o direito de acesso de agentes públicos, empregados, contratados e prepostos devidamente identificados para a execução de obras e para a operação, inspeção, manutenção, reparação, substituição e fiscalização das instalações.

§1º. Na faixa de servidão, ficam vedadas edificações, fundações profundas, escavações, piscinas, depósitos permanentes, plantio de árvores de grande porte e/ou quaisquer outras intervenções que possam comprometer a integridade, a segurança, o acesso ou o funcionamento da infraestrutura de saneamento.

§2º O proprietário poderá utilizar e dispor do imóvel, inclusive da área onerada, desde que o uso seja compatível com a servidão e sejam observadas as restrições deste Decreto, do instrumento constitutivo e das normas técnicas aplicáveis.

§3º. O acesso para atividades programadas de operação, inspeção ou manutenção será precedido, sempre que possível, de comunicação ao proprietário ou possuidor, ressalvadas as situações emergenciais que exijam atuação imediata.

§4º. Concluídas as obras ou intervenções, o responsável pela execução deverá recompor a superfície da área afetada e reparar ou indenizar os danos adicionais diretamente causados pelos serviços, sem prejuízo de eventual indenização correspondente à constituição do ônus permanente, se assim for o caso.

§5º. A ocupação temporária de área situada fora dos limites da faixa permanente de servidão dependerá de instrumento jurídico próprio e da reparação ou indenização dos prejuízos comprovadamente causados.

Art. 3º. A servidão administrativa será efetivada por acordo ou pela via judicial, mediante prévia avaliação técnica e eventual indenização dos prejuízos e da desvalorização, se assim for o caso, comprovadamente decorrentes do ônus imposto ao imóvel, observadas as disposições do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941.

§1º. Na tentativa de constituição amigável da servidão, o proprietário será formalmente notificado e receberá oferta de indenização, se esta for devida, acompanhada de cópia deste Decreto, da planta ou descrição da faixa e de suas confrontações, observado, no que couber, o procedimento previsto no art. 10-A do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941.

§2º. Aceita a oferta e efetuado o pagamento, será celebrado instrumento administrativo ou acordo próprio, com a descrição precisa da faixa onerada, das restrições incidentes, dos direitos de acesso e das obrigações das partes, promovendo-se o respectivo registro no Cartório de Registro de Imóveis competente.

§3º. Rejeitada a oferta, transcorrido o prazo legal sem manifestação ou frustrada a composição amigável, serão adotadas as medidas judiciais cabíveis para a constituição da servidão e a fixação da indenização.

Art. 4º. Compete à Administração Pública, por meio de setor competente, adotar as providências técnicas e administrativas necessárias à execução deste Decreto, especialmente a identificação e notificação dos proprietários, a avaliação das faixas, a formulação das ofertas de indenização, a negociação dos acordos e o encaminhamento dos instrumentos ao registro imobiliário.

§1º. Quando a execução do empreendimento couber a órgão da administração direta, competirá ao Setor Jurídico do Município promover as eventuais medidas judiciais necessárias à constituição da servidão.

§2º. Quando a execução couber a autarquia municipal, as medidas administrativas e judiciais serão adotadas pela própria entidade, por meio de seus órgãos competentes, observada sua legislação instituidora e sem prejuízo da cooperação dos órgãos municipais.

Art. 5º. Para fins de inspeções, levantamentos de campo, medições, avaliações e demais atividades preparatórias, ficam as autoridades administrativas do Município ou da entidade executora e seus representantes devidamente identificados autorizados a ingressar nas áreas abrangidas por este Decreto, nos termos do art. 7º do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941.

§1º. Os danos decorrentes de excesso, abuso ou das atividades de inspeção e levantamento serão indenizados na forma da legislação aplicável.

§2º. O ingresso autorizado por este artigo não permite o início das obras de implantação antes da constituição amigável da servidão ou da correspondente autorização judicial.

Art. 6º. A implantação e a operação da rede deverão observar o projeto técnico aprovado, as normas de segurança, as regras de uso e ocupação do solo e as licenças e autorizações ambientais, urbanísticas e setoriais exigíveis.

Art. 7º. Fica o Poder Público autorizado a invocar imediatamente o caráter de urgência no processo judicial de Desapropriação ou de Servidão Administrativa na forma disposta no art. 15, art. 40 e demais dispositivos pertinentes do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução deste Decreto, inclusive as relativas às eventuais avaliações, eventuais indenizações, registros e demais atos necessários à constituição das servidões administrativas, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dado e passado no Gabinete do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Astolfo Dutra/MG, Wesley Cordeiro de Souza, aos 18 dias do mês de agosto de 2026

REGISTRE-SE; PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

WESLEY CORDEIRO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodolpho da Silva Messias
Código Identificador:896B6B04

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA

ASSESSORIA JURIDICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 143/2026

PORTARIA MUNICIPAL Nº 143/2026

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA PORTARIA MUNICIPAL Nº 099/2026, QUE INSTAUROU O PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA AVERIGUAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE FINALIDADE DO IMÓVEL E RETROCESSÃO, RELATIVO À ASSOCIAÇÃO JUVENTUS FUTEBOL CLUBE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOCAIUVA, Estado de Minas Gerais, no exercício da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais disposições correlatas, e

CONSIDERANDO a necessidade de conclusão das investigações e elaboração do relatório final nos autos do processo administrativo nº 01/2026, conforme reportado pelo Presidente da Comissão de Processo Administrativo;

CONSIDERANDO que é facultado a prorrogação do prazo para conclusão do referido processo administrativo por igual período, a critério da autoridade superior, conforme previsto na legislação municipal vigente;

CONSIDERANDO, por fim, a solicitação subscrita pelo Sr. José Paulo Alves Carvalho, Presidente da Comissão, objetivando a

prorrogação da Portaria Municipal nº 099/2026 por mais 60 (sessenta) dias, para fins de conclusão dos trabalhos do processo administrativo nº 01/2026 e memorando nº 255/2026, subscrito pela secretária municipal de governo solicitando edição de ato normativo;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogada, por mais 60 (sessenta) dias, a Portaria Municipal de nº 099/2026, que instaurou o Processo Administrativo nº 01/2026, tendo por objeto a averiguação do cumprimento de finalidade do imóvel e retrocessão, referente à doação realizada à **ASSOCIAÇÃO JUVENTUS FUTEBOL CLUBE.**

Art. 2º - O prazo a que se refere o artigo 1º desta Portaria poderá ser prorrogado por igual período, a requerimento da Comissão.

Art. 3º - Ficam mantidos todos os demais termos da Portaria Municipal de nº 099/2026.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bocaiúva-MG, 18 de agosto de 2026

ROBERTO JAIRO TORRES
Prefeito Municipal de Bocaiúva – MG

Publicado por:
Patrocino Caetano de Oliveira Neto
Código Identificador:BAF325EE

ASSESSORIA JURIDICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 144/2026

PORTARIA MUNICIPAL Nº 144/2026

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA PORTARIA MUNICIPAL Nº 108/2026, QUE INSTAUROU O PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA AVERIGUAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE FINALIDADE DO IMÓVEL E RETROCESSÃO, RELATIVO AO INTERNACIONAL FUTEBOL CLUBE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOCAIUVA, Estado de Minas Gerais, no exercício da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais disposições correlatas, e

CONSIDERANDO a necessidade de conclusão das investigações e elaboração do relatório final nos autos do processo administrativo nº 03/2026, conforme reportado pelo Presidente da Comissão de Processo Administrativo;

CONSIDERANDO que é facultado a prorrogação do prazo para conclusão do referido processo administrativo por igual período, a critério da autoridade superior, conforme previsto na legislação municipal vigente;

CONSIDERANDO, por fim, a solicitação subscrita pelo Sr. José Paulo Alves Carvalho, Presidente da Comissão, objetivando a prorrogação da Portaria Municipal nº 108/2026 por mais 60 (sessenta) dias, para fins de conclusão dos trabalhos do processo administrativo nº 03/2026 e memorando nº 254/2026, subscrito pela secretária municipal de governo solicitando edição de ato normativo;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogada, por mais 60 (sessenta) dias, a Portaria Municipal de nº 108/2026, que instaurou o Processo Administrativo nº 03/2026, tendo por objeto a averiguação do cumprimento de finalidade do imóvel e retrocessão, referente à doação realizada ao **INTERNACIONAL FUTEBOL CLUBE.**

Art. 2º - O prazo a que se refere o artigo 1º desta Portaria poderá ser prorrogado por igual período, a requerimento da Comissão.

Art. 3º - Ficam mantidos todos os demais termos da Portaria Municipal de nº 108/2026.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bocaiúva-MG, 18 de agosto de 2026

ROBERTO JAIRO TORRES
Prefeito Municipal de Bocaiúva – MG

Publicado por:
Patrocino Caetano de Oliveira Neto
Código Identificador:0304E434

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA e S PORTO DA SILVA EVENTOS. CONTRATO nº 161; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO PARA APRESENTAÇÃO NA 1ª EDIÇÃO DA EXPO BOCAIÚVA, NO DIA 12 DE SETEMBRO DE 2026; LICITACAO: Inexigibilidade 29 / 2026 Valor Global: R$ 85.000,00 Vigência:10/08/2026 Até: 06/02/2027.

Publicado por:
Bianca Souza Rodrigues
Código Identificador:86BE7DC8

LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Prefeitura Municipal de Bocaiúva/MG. EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0171/2025. Processo Licitatório 0152/2025, Inexigibilidade 0044/2025. Objeto: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Fornecedor: TRANSNORTE S/A. Renovação da vigência para 19/08/2027.

ROBERTO JAIRO TORRES.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Karen Maria de Lima Barboza
Código Identificador:E0BFE290

LICITAÇÃO
EXTRATRO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE ATA firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA e NEIDA ALMEIDA SANTOS LIMITADA. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 212; OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E MOCHILAS ESCOLARES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; LICITACAO: Pregão Eletrônico (14.133/21) 19/2026 Valor Global:R$ 252.366,38. Vigência:11/08/2026 Até:10/08/2027.

Publicado por:
Bianca Souza Rodrigues
Código Identificador:865A7A7D

LICITAÇÃO
EXTRATRO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. Processo Licitatório: 68/2026 – Pregão Eletrônico: 39/2026. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA A VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA/MG.
Ata nº 209/2026. Fornecedor: BH SOLDAS EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL LTDA. Valor total: R$ 1.637,00.

Ata nº 210/2026. Fornecedor: MOC SUPRIMENTOS LTDA. Valor total: R$ 16.128,40.
Ata nº 211/2026. Fornecedor: NUCLEO EPI, SALVAMENTO E OUTROS LTDA. Valor total: R$ 2.457,50.
Vigência da(s) ata(s): 10/08/2026 até 09/08/2027.

Publicado por:
Bianca Souza Rodrigues
Código Identificador:8C6029E8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 195/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E AFINS. EMPRESA REGISTRADA: A & Z COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 37.216.387/0001-28. VALOR ESTIMADO: R$ 141.411,00 (cento e quarenta e um mil, quatrocentos e onze reais). . DATA DE ASSINATURA: 18/08/2026. PERÍODO DE VIGÊNCIA: 18/08/2026 a 18/08/2027.

Borda da Mata – MG, 18 de agosto de 2026.

JOSÉ EPAMINONDAS DA SILVA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:9D23EDFA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 196/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E AFINS. EMPRESA REGISTRADA: A.J. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 67.869.724/0001-47. VALOR ESTIMADO: R$ 850.990,00 (oitocentos e cinquenta mil, novecentos e noventa reais). . DATA DE ASSINATURA: 18/08/2026. PERÍODO DE VIGÊNCIA: 18/08/2026 a 18/08/2027.

Borda da Mata – MG, 18 de agosto de 2026.

JOSÉ EPAMINONDAS DA SILVA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:1E3126A7

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 197/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E AFINS. EMPRESA REGISTRADA: AURELIANO E COSTA COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCOES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 46.076.567/0001-42. VALOR ESTIMADO: R$ 11.300,00 (onze mil e trezentos reais). . DATA DE ASSINATURA: 18/08/2026. PERÍODO DE VIGÊNCIA: 18/08/2026 a 18/08/2027.

Borda da Mata – MG, 18 de agosto de 2026.

JOSÉ EPAMINONDAS DA SILVA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:33177D06

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 198/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E AFINS. EMPRESA REGISTRADA: DRAGASUL MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.573.082/0001-26. VALOR ESTIMADO: R$ 1.082.668,70 (um milhão, oitenta e dois mil, seiscentos e sessenta e oito reais e setenta centavos). . DATA DE ASSINATURA: 18/08/2026. PERÍODO DE VIGÊNCIA: 18/08/2026 a 18/08/2027.

Borda da Mata – MG, 18 de agosto de 2026.

JOSÉ EPAMINONDAS DA SILVA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:F4475F9D

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 199/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E AFINS. EMPRESA REGISTRADA: EPINET COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 14.984.352/0001-33. VALOR ESTIMADO: R$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais). . DATA DE ASSINATURA: 18/08/2026. PERÍODO DE VIGÊNCIA: 18/08/2026 a 18/08/2027.

Borda da Mata – MG, 18 de agosto de 2026.

JOSÉ EPAMINONDAS DA SILVA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:CD9E7AFB

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 200/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E AFINS. EMPRESA REGISTRADA: GABRIELA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.184.646/0001-27. VALOR ESTIMADO: R$ 1.163.435,80 (um milhão, cento e sessenta e três mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos). . DATA DE ASSINATURA: 18/08/2026. PERÍODO DE VIGÊNCIA: 18/08/2026 a 18/08/2027.

Borda da Mata – MG, 18 de agosto de 2026.

JOSÉ EPAMINONDAS DA SILVA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:5F20EDEC

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 201/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E AFINS. EMPRESA REGISTRADA: MADEIREIRA BRAUNA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.727.577/0001-50. VALOR ESTIMADO: R$ 215.438,50 (duzentos e quinze mil, quatrocentos e trinta e oito

reais e cinquenta centavos). . DATA DE ASSINATURA: 18/08/2026. PERÍODO DE VIGÊNCIA: 18/08/2026 a 18/08/2027.

Borda da Mata – MG, 18 de agosto de 2026.

JOSÉ EPAMINONDAS DA SILVA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:737C8B03

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 202/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E AFINS. EMPRESA REGISTRADA: WALMIR C. DA ROSA MAT. DE CONSTRUCAO, inscrita no CNPJ sob o nº 00.461.961/0001-01. VALOR ESTIMADO: R$ 892.131,25 (oitocentos e noventa e dois mil, cento e trinta e um reais e vinte e cinco centavos). . DATA DE ASSINATURA: 18/08/2026. PERÍODO DE VIGÊNCIA: 18/08/2026 a 18/08/2027.

Borda da Mata – MG, 18 de agosto de 2026.

JOSÉ EPAMINONDAS DA SILVA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:8AFCD8B6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
COMISSÃO DE LICITAÇÕES - PROCESSO LICITATÓRIO 154/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 065/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS torna público o Edital de Licitação referente ao Processo Licitatório nº 154/2026 – Pregão Eletrônico 065/2026. Objeto: **REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE EPIS, MANGUITO, INSUMOS E EQUIPAMENTOS DESERTOS EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL,** Abertura: 14/09/2026 às 09:00h, através do sistema ComprasBR, no sítio eletrônico https://comprasbr.com.br/pregao-eletronico/. Edital à disposição no site da Prefeitura Municipal de Brazópolis, sendo este www.brazopolis.mg.gov.br e no site https://comprasbr.com.br/pregao-eletronico/. Esclarecimentos preferencialmente através da plataforma ComprasBR, ou pelo e-mail licitacao@brazopolis.mg.gov.br ou pelo telefone 35 3641-1373 / 98421-9093 (WhatsApp).

Brazópolis, 18/08/2026.

HELEN G. AP. DE AZEVEDO FERNANDES –
CPL.

Publicado por:
Helen Gabriele A. de Azevedo Fernandes
Código Identificador:C53B1D19

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
DESPACHO RETIFICADOR - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 163/2025 PREGÃO ELETRONICO Nº 049/2025

DESPACHO RETIFICADOR
Processo Licitatório nº 163/2025 - Pregão Eletrônico nº 049/2025
Vistos.
Considerando o despacho anteriormente proferido que determinou a instauração do **Processo Administrativo Sancionador nº 01/2026** em face da empresa **OXI QUÍMICA LTDA. – EPP**, para apuração de possíveis infrações relacionadas ao descumprimento das Ordens de Fornecimento nº 002322/2026, 002360/2026, 002910/2026, 002921/2026, 002953/2026 e 002963/2026;
Considerando que, no curso da instrução preliminar, a Comissão Especial Processante Permanente, instituída pela **Portaria nº 229/2026**, expediu diligência ao Departamento de Compras para complementação das informações e documentos;
Considerando que, em resposta, o Departamento de Compras encaminhou o Memorando nº 019/2026, acompanhado de Certidão Circunstanciada e documentos;
Considerando que, da análise dessa documentação, foram identificadas outras três Ordens de Fornecimento emitidas em favor da mesma empresa, igualmente não atendidas, quais sejam: **OC 3380, de 07/07/2026; OC 3464, de 09/07/2026; e OC 3610, de 15/07/2026**;
Considerando que os respectivos e-mails de encaminhamento e as ordens correspondentes foram juntados aos autos;
Considerando que os fatos novos possuem conexão direta com o objeto originário do PAS nº 01/2026, por envolverem a mesma empresa, o mesmo Processo Licitatório nº 163/2025, o mesmo Pregão Eletrônico nº 049/2025 e a mesma natureza de possível inadimplemento;
Considerando que a Portaria nº 229/2026 determina que a Comissão observe os limites objetivos do ato de instauração, sem prejuízo de comunicar à autoridade competente a existência de fatos novos que recomendem a ampliação do objeto;
Considerando a manifestação da Comissão Especial Processante Permanente, que recomendou a ratificação da ampliação do objeto do PAS nº 01/2026;
RETIFICO o despacho inaugural, para fazer constar que o objeto do Processo Administrativo Sancionador nº 01/2026 passa a abranger também as seguintes Ordens de Fornecimento:
I – OC 3380, expedida em 07/07/2026;
II – OC 3464, expedida em 09/07/2026;
III – OC 3610, expedida em 15/07/2026.
Ficam, portanto, submetidas à apuração conjunta todas as Ordens de Fornecimento abaixo relacionadas:

• 002322/2026;
• 002360/2026;
• 002910/2026;
• 002921/2026;
• 002953/2026;
• 002963/2026;
• 3380/2026;
• 3464/2026;
• 3610/2026.

A ampliação ora determinada não implica antecipação de culpa ou reconhecimento definitivo de infração, destinando-se apenas à adequada delimitação objetiva dos fatos submetidos à instrução, com preservação integral do contraditório e da ampla defesa.
Determino à Comissão Especial Processante Permanente que:
a) prossiga com a instrução conjunta de todas as ordens acima relacionadas;
b) faça constar expressamente da notificação à empresa OXI QUÍMICA LTDA. – EPP todas as nove Ordens de Fornecimento abrangidas pela apuração;
c) assegure à investigada conhecimento integral dos fatos, acesso aos autos e prazo de **15 (quinze) dias úteis** para apresentação de defesa escrita e especificação das provas que pretenda produzir;
d) caso a notificação inicial já tenha sido expedida antes deste despacho, providencie **notificação complementar**, com restituição ou reabertura de prazo suficiente para que a empresa exerça plenamente o contraditório quanto às novas ordens;
e) mantenha nos autos, como elemento de histórico contratual, a documentação relativa ao Processo Licitatório nº 158/2024 – Pregão Eletrônico nº 025/2024, sem atribuir-lhe, nesta fase, natureza de penalidade ou antecedente sancionador definitivamente constituído;
Empresa investigada: OXI QUÍMICA LTDA. – EPP - **CNPJ:** 65.271.868/0001-71

f) prossiga na apuração dos fatos, inclusive quanto à existência de justificativa, eventual entrega superveniente, prejuízos, antecedentes, circunstâncias agravantes e atenuantes e possíveis consequências administrativas.
Ficam mantidos e ratificados os demais termos do despacho inaugural que não forem incompatíveis com a presente retificação.
Cientifique-se a Comissão Especial Processante Permanente.
Junte-se aos autos do PAS nº 01/2026.
Cumpra-se.

Brazópolis/MG, 17 de agosto de 2026.

JOÃO TORRES PEREIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Alves de Freitas
Código Identificador:F9A78612

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS-MG
EXTRATO DE ADITIVO R.P CONSTRUBASE- CONCORRÊNCIA 05-2025

EXTRATO DO 4º ADITIVO- PERÍODO

CONTRATO Nº213/2025 – CONCORRÊNCIA N°05/2025- PROCESSO 197/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS/MG
CONTRATADO: **R.P. CONSTRUBASE MOGI GUAÇU LTDA**
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM ESTRADA VICINAL NO MUNICÍPIO DE CALDAS - BAIRRO RIO PARDO, CONFORME CONVÊNIO FEDERAL Nº 965858/2024 DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.
NOVA VIGÊNCIA APÓS O ADITIVO: 10/08/2026 a 24/08/2026
DATA DE CELEBRAÇÃO DO ADITIVO: 07/08/2026

HENDY LINCE FONSECA DE SOUZA
Gerente de Contratos

_____

Publicado por:
Hendy Lince Fonseca de Souza
Código Identificador:653EB02B

PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS-MG
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ADITIVO GL SANTOS 2º ADITIVO- CONCORRÊNCIA 02-2026

EXTRATO DO 2º ADITIVO – PERÍODO

CONTRATO Nº 59/2026 – CONCORRÊNCIA N° 02/2026- PROCESSO Nº 70/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS/MG
CONTRATADO: **GL SANTOS E CIA LTDA**
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO PARA A VIA QUE LIGA CALDAS A POCINHOS DO RIO VERDE, NO MUNICÍPIO DE CALDAS - MG, CONFORME CONVÊNIO FEDERAL Nº 965341/2024 DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.
PERÍODO: 10/08/2026 a 24/08/2026
DATA DE CELEBRAÇÃO: 07/08/2026

HENDY LINCE FONSECA DE SOUZA
Gerente de Contratos

_____

Publicado por:
Hendy Lince Fonseca de Souza
Código Identificador:5D27BE82

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ
DECRETO N.º 135/2026

"ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO MUNICIPAL Nº 29, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026, QUE REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 3.312, DE 2025, QUE INSTITUI O PROGRAMA AUXÍLIO ATLETA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMBUÍ/MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A PREFEITA MUNICIPAL DE CAMBUÍ, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO que a aplicação dos recursos públicos deve pautar-se pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e razoabilidade;

CONSIDERANDO a necessidade de estimular a prática esportiva no Município e garantir o pleno desenvolvimento dos atletas locais;

CONSIDERANDO que a devolução voluntária de saldos financeiros não utilizados aos cofres públicos constitui prática alinhada ao princípio da economicidade e à preservação do erário, não devendo configurar óbice ou restrição à participação futura dos atletas no Programa;

CONSIDERANDO a necessidade de saneamento da ordem numérica dos artigos do Decreto Municipal nº 29, de 26 de fevereiro de 2026;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o art. 3º do Decreto Municipal nº 29, de 26 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Em razão da revogação disposta no art. 1º e do saneamento da ordem numérica dos dispositivos, o Decreto Municipal nº 29, de 26 de fevereiro de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação e ordenamento:

"Art. 1º Fica regulamentado, por meio deste Decreto, o Programa Auxílio Atleta, instituído pela Lei Municipal nº 3.312, de 2025, no âmbito do Município de Cambuí.

Art. 2º Para o exercício financeiro de 2026, o valor máximo anual do Auxílio Atleta a ser disponibilizado a cada atleta contemplado fica fixado em R$ 7.000,00 (sete mil reais).

§ 1º O valor do Auxílio Atleta será pago em parcela única, observado o limite estabelecido no caput e a disponibilidade orçamentária, mediante transferência nominal ao atleta beneficiário por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

§ 2º A concessão do benefício observará os critérios, requisitos e prazos estabelecidos na Lei Municipal nº 3.312, de 2025, neste Decreto e em regulamentos complementares expedidos pela Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer.

§ 3º O valor estabelecido neste artigo deverá respeitar os limites da dotação orçamentária consignada na Lei Orçamentária Anual vigente.

DA CONDUTA DO ATLETA BENEFICIÁRIO

Art. 3º O atleta beneficiário deverá prestar contas de cada utilização à Comissão de Avaliação para Concessão do Auxílio Atleta da Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer, nomeada pela Portaria nº 323/2025 de acordo com o art. 7º da Lei nº 3.312/2025, aplicando-se os prazos e sanções estabelecidos na referida lei.

Parágrafo único. A aprovação e rejeição da prestação de contas ficará a cargo dos servidores nomeados através da Portaria nº 323/2025.

Art. 4º O atleta beneficiário deverá fazer a devolução de quaisquer valores restantes que não forem utilizados dentro do estabelecido pelos arts. 1º e 7º da Lei nº 3.312/2025 ao final do ano fiscal de 2026, até o dia 14 de dezembro de 2026.

Parágrafo único. A não devolução de valores não utilizados e devidamente comprovados através de prestação de contas resultará na aplicação do previsto no § 2º do art. 10 da Lei nº 3.312/2025.

Art. 5º O atleta beneficiário do Programa Auxílio Atleta deverá manter conduta compatível com os princípios da legalidade, ética esportiva e respeito à ordem pública, zelando pela boa imagem do Município de Cambuí e da Administração Pública Municipal.

§ 1º A comprovação de condutas incompatíveis com os valores esportivos e sociais que prejudiquem a imagem do Município poderá ensejar:

I - a suspensão imediata do benefício;
II - o cancelamento da concessão;
III - a obrigatoriedade de restituição dos valores recebidos, nos termos da legislação vigente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º A aplicação das medidas previstas neste artigo será precedida de procedimento administrativo, garantindo-se ao beneficiário o contraditório e a ampla defesa.

Art. 6º Fica expressamente revogado o Decreto nº 114, de 13 de agosto de 2025, que regulamentou, para o exercício financeiro de 2025, os valores do Programa Auxílio Atleta no âmbito do Município de Cambuí.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26 de fevereiro de 2026, resguardados os direitos dos beneficiários contemplados no exercício financeiro de 2026.

Prefeitura Municipal de Cambuí, aos 18 de agosto de 2026.

CINTHIA SANCHES SILVA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Leonardo Fabrício da Rosa
Código Identificador:A789DFFA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ
PORTARIA N.º 206/2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE CAMBUÍ, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais;

Considerando, o disposto no Artigo 5º e seu §2º da Lei Municipal 2.846/2020;

Considerando, o disposto no Art. 8º do Decreto Municipal n.º 081/2021.

RESOLVE

Art. 1º - DESIGNAR as pessoas, abaixo relacionadas, para constituir a Comissão do Setor Operativo da Defesa Civil, a saber:

- Orlando Antônio de Oliveira - Matrícula 6289

- Hamilton Mário de Moura - Matrícula 1748

- Reginaldo Aparecido Mota - Matrícula 4238

- João Pedro Mazzucato Júnior - Matrícula 4231

- Josimar dos Santos - Matrícula 4817

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando em sua totalidade a Portaria n.º 205/2026.

Prefeitura Municipal de Cambuí, aos 17 dias do mês de agosto de 2026.

CINTHIA SANCHES SILVA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Leonardo Fabrício da Rosa
Código Identificador:EB3E913F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAS ALTAS DA NORUEGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAS ALTAS DA NORUEGA
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL E REABERTURA DO PRAZO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026
OBJETO: Aquisição de material de informática para atender às demandas operacionais, administrativas e tecnológicas das diversas Secretarias do Município de Catas Altas da Noruega, visando garantir a continuidade dos serviços públicos, a modernização da infraestrutura tecnológica e o adequado funcionamento dos equipamentos utilizados pelos servidores municipais.
O Município de Catas Altas da Noruega/MG, por meio de seu representante legal, **torna público, para conhecimento dos interessados, que foram promovidas alterações nas especificações técnicas constantes do Edital do Processo Licitatório nº 060/2026 – Pregão Eletrônico nº 039/2026**, especificamente sobre o prazo de entrega dos produtos.
As alterações passam a vigorar da seguinte forma:
1. DA ALTERAÇÃO
Fica alterada a Cláusula 15.1 do Termo de Referência, correspondente à Cláusula 3.1 do Termo de Referência que integra o Edital como Anexo, passando a vigorar com a seguinte redação:
Onde se lê: O prazo de entrega dos materiais será de 05 (cinco) dias.
Leia-se: O prazo de entrega dos materiais será de 11 (onze) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

2. DA NOVA DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Em observância ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, fica reaberto o prazo para apresentação das propostas, permanecendo as demais condições do edital inalteradas.
Recebimento das propostas: até às 08h55 do dia 01 de setembro de 2026.
Abertura da sessão pública: às 09h00 do dia 01 de setembro de 2026.
LOCAL/LINK DA SESSÃO ELETRÔNICA: https://catasaltasdanoruega.licitapp.com.br/

3. DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES
Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas, condições e anexos do Edital do Processo Licitatório nº 060/2026.

Catas Altas da Noruega/MG, 18 de agosto de 2026.

CLEVERSON MAGNO
(Agente de Contratação) /
Prefeitura Municipal de Catas Altas da Noruega/MG

Publicado por:
Cleverson Magno Pinto Sobreira
Código Identificador:52A5A406

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 088/2026 DISPENSA PRESENCIAL Nº 033/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA PRESENCIAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 088/2026
DISPENSA PRESENCIAL Nº 033/2026

Encontra-se aberto junto a Prefeitura Municipal de Chiador – MG, o processo acima descrito, tipo menor preço por item, nos termos do **Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21**, e, manifesta interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL** Recebimento das Propostas até o dia 25/08/2026 às 09:00 hs. Início da sessão: 09:01 hs do dia 25/08/2026. Informações Tel. (32) 8407-3499. Íntegra do Aviso de Contratação: o Edital Completo poderá ser obtido pelos interessados na Sede da Prefeitura, localizada na Rua Padre Carlos Dondero, nº 16 – Centro. Chiador / MG – CEP: 36.630-000, de segunda a sexta-feira, no horário de 09:00 às 16:00 horas ou pelo endereço eletrônico www.chiador.mg.gov.br, ou pelo e-mail: licitacao@chiador.mg.gov.br.

Chiador – MG. **Em 18/08/2026**.

MAURÍCIO BARBOSA MONTEIRO.
Agente de Contratação.

Publicado por:
Maria Regina Costa de Souza Reis
Código Identificador:2F1C5713

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº81 E Nº82 DE 2026.

EXTRATO DE ATA- AMM

Nº DA ATA 81/2026.
Tipo de ata: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
Processo Licitatório nº:103/2026.
Forma de Contratação:PREGÃO ELETRONICO Nº 036/2026
Contratante:PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA - CNPJ: 18.132.464/0001-17
Contratada:PAULO HENRIQUE SOARES TEIXEIRA – CNPJ 41.362.598/0001-46
Objeto: Locação de máquinas (retroescavadeira, escavadeira hidráulica, pá carregadeira, rolo compactador e máquina motoniveladora), com todas as despesas inclusas, visando auxiliar na conservação das vias urbanas, aplicação de melhorias nas estradas vicinais, manutenção e criação de pavimentos flexíveis (obras de recapeamento) e contribuir nas diversas obras de infraestrutura do município de Coimbra.
Vigência: 18/08/2026 - 18/08/2027

Coimbra, 18 de agosto de 2026.

JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS
Chefe Geral de Obras

EXTRATO DE ATA - AMM

Nº DA ATA 82/2026.
Tipo de ata: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
Processo Licitatório nº:103/2026.
Forma de Contratação:PREGÃO ELETRONICO Nº 036/2026
Contratante:PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA - CNPJ: 18.132.464/0001-17
Contratada:TEIXEIRA EMPREENDIMENTOS E LOCAÇÕES LTDA – CNPJ 57.915.959/0001-74
Objeto: Locação de máquinas (retroescavadeira, escavadeira hidráulica, pá carregadeira, rolo compactador e máquina motoniveladora), com todas as despesas inclusas, visando auxiliar na conservação das vias urbanas, aplicação de melhorias nas estradas vicinais, manutenção e criação de pavimentos flexíveis (obras de recapeamento) e contribuir nas diversas obras de infraestrutura do município de Coimbra.
Vigência: 18/08/2026 - 18/08/2027

Coimbra, 18 de agosto de 2026.

JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS
Chefe Geral de Obras

Publicado por:
Kauan Galego Ribeiro
Código Identificador:B64D50C2

PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA
AVISO DE LICITAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 111/2026,PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 111/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026
Órgão/Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA - CNPJ: 18.132.464/0001-17
PROCESSO ADMINISTRATIVO N º 111/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026

OBJETO: Aquisição de 1 (um) veículo automotor, zero quilômetro, destinado ao atendimento das demandas do Departamento Municipal de Cultura, Desporto e Turismo de Coimbra/MG, conforme Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar e a tabela abaixo:

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

4.4.90.52.00.2.04.02.13.392.0009.2.0033-FONTE-1.500.000-Manutenção das Atividades Culturais;
4.4.90.52.00.2.04.01.12.361.0008.2.0022-FONTE-1.710.000-Manutenção das Atividades Culturais

VALOR ESTIMADO R$ 118.013,33 (cento e dezoito mil, treze reais e trinta e três centavos)

PERÍODO DE PROPOSTAS:
DE: 20/08/2026, ÀS 08:00 HS
ATÉ:01/09/2026, ÀS 08:00 HS

DATA DE JULGAMENTO:01/09/2026 ÀS 08:30HS
Contato: licitacao.prefeituracoimbra@gmail.com - (32) 3555-1214
O certame será realizado de forma eletrônica, pelo Portal de Compras, https://www.portaldecompraspublicas.com.br/, estando o edital disponível no endereço https://www.coimbra.mg.gov.br/licitacoes/detalhe/47878 .

Publicado por:
Andreia Dos Santos Alves
Código Identificador:0CB0F426

PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA
AVISO DE LICITAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 112/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 112/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026
Órgão/Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA - CNPJ: 18.132.464/0001-17
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 112/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026

OBJETO: Aquisição de lubrificantes automotivos, graxas, fluidos, aditivos, Arla 32 e demais derivados destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, pesados, máquinas e equipamentos pertencentes às diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Coimbra/MG.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:
3.3.90.30.00.2.02.01.04.122.0026.2.0008-Fonte-1.500.000-Manutenção dos Serviços Administrativos;
3.3.90.30.00.2.04.01.12.361.0008.2.0022-Fonte-1576.001-Manutenção do Tranporte Escolar;
3.3.90.30.00.2.06.01.10.301.0006.2.0041-Fonte 1.500.000-Manutenção da Rede de Atenção Primária em Saúde;
3.3.90.30.00.2.07.01.15.122.0026.2.0053-Fonte-1.500.000-Administração do Serviço Municipal de Obras;
3.3.90.30.00.2.07.01.26.122.0026.2.0062-Fonte-1.500-000-Manutenção do Departamneto de Transportes;
3.3.90.30.00.2.11.11.20.122.0017.2.0079-Fonte-1.500-000-Manutenção do Departamento de Agropecuária;
3.3.90.30.00.2.10.02.08.122.0010.2.0066-Fonte-1.660-000-Gestão Administrativa do FMAS.

VALOR ESTIMADO: R$ 332.671,45 (trezentos e trinta e dois mil, seiscentos e setenta e um reais e quarenta e cinco centavos).

PERÍODO DE PROPOSTAS:
DE:24/08/2026, ÀS 08:00HS
ATÉ:03/09/2026, ÀS 08H:00

DATA DE JULGAMENTO:03/09/2026 ÀS 08H:30MIN
Contato: licitacao.prefeituracoimbra@gmail.com - (32) 3555-1214
O certame será realizado de forma eletrônica, pelo Portal de Compras, https://www.portaldecompraspublicas.com.br/, estando o edital disponível no endereço https://www.coimbra.mg.gov.br/licitacoes/detalhe/47878 .

Publicado por:
Andreia Dos Santos Alves
Código Identificador:E705C68B

PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

REF:
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 103/2026
PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 036/2026

OBJETO: Locação de máquinas (retroescavadeira, escavadeira hidráulica, pá carregadeira, rolo compactador e máquina motoniveladora), com todas as despesas inclusas, visando auxiliar na conservação das vias urbanas, aplicação de melhorias nas estradas vicinais, manutenção e criação de pavimentos flexíveis (obras de recapeamento) e contribuir nas diversas obras de infraestrutura do município de Coimbra.

O Chefe geral de obras no uso de suas atribuições legais, e com fundamento do artigo 7, HOMOLOGO a Inexigibilidade de Licitação recomendada com base no artigo 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, referente ao Processo Administrativo nº 103/2026 e Pregão Eletrônico nº 036/2026, e, não havendo óbice de ordem legal, administrativa ou judicial quanto à regularidade do processo, resolve HOMOLOGAR o resultado da presente licitação no dia 13/08/2026.

CONTRATADA:

PAULO HENRIQUE SOARES TEIXEIRA – CNPJ 41.362.598/0001-46

TEIXEIRA EMPREENDIMENTOS E LOCAÇÕES – LTDA – CNPJ 57.915.959/0001/74

Valor:R$ 754.400,00 (Setecentos e cinquenta e quatro mil e quatrocentos reais).

COIMBRA-MG, 18 de agosto de 2026

JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS
Chefe Geral de Obras

Publicado por:
Kauan Galego Ribeiro
Código Identificador:08157065

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS
ATO DE HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA PROCESSO LICITATÓRIO N° 079/2026 MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 015/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE, COM FUNDAMENTO NO INCISO II DO ART. 74 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA CONTÁBIL APLICADA AO SETOR PÚBLICO MUNICIPAL, COMPREENDENDO ASSESSORAMENTO CONTÁBIL, FISCAL, ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, CONTROLE INTERNO, PRESTAÇÕES DE CONTAS E APOIO TÉCNICO À GESTÃO MUNICIPAL, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS/MG.
Estando cumpridas as formalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, **HOMOLOGO** o processo de **Inexigibilidade nº 015/2026 e** o **ADJUDICO** a **CONPLAN ASSESSORIA LTDA CNPJ 18.966.236/0001-42**, com sede Rua Pau Brasil , n° 140, Bairro Morada dos Angicos, Confins- MG - CEP 33252-678, Tel: (31) 9192-7626 e email nixoncosta@gmail.com, neste ato representada pelo único sócio titular da empresa, **Sr.Nixon Richard Gomes da Costa**, neste mesmo ato, a sua contratação, nos termos do inciso IV, do art. 71 da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 68 do Decreto Municipal nº 1.324, de 09 de março de 2021, que dispõe sobre os regulamentos da fase preparatória de compras, licitações, locações e serviços, no âmbito do Poder Executivo do Município de Confins – MG, de acordo com a Lei Federal n. 14.133/2021.
O valor mensal da contratação é de **R$ 8.740,12 (oito mil setecentos e quarenta reais e doze centavos)**, totalizando o valor anual de **R$ 104.881,44 (cento e quatro mil oitocentos e oitenta e um reais e quarenta e quatro centavos).**
O prazo de vigência do contrato será de 12(doze) meses a contar da assinatura do contrato podendo ser prorrogado nos termos dos artigos 105 e 107 da Lei n° 14.133/2021.

Em atendimento ao art. 69 do Decreto Municipal nº 1.324, de 09 de março de 2021, publique-se a íntegra deste ato no PNCP e no site oficial da Prefeitura Municipal de Confins/MG na Internet.

Confins/MG, 18 Agosto de 2026.

UALES LUCAS RIBEIRO
Prefeito Municipal de Confins/MG

Publicado por:
Suzana Maciel Fraga
Código Identificador:0C2E13F2

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 108/2022

CONTRATANTE: Município de Confins/MG**, CNPJ:** 01.006.232/0001-10, com interveniência da:**Secretário Municipal de Saúde.**
CONTRATADA: GROWTH CONSULTORIA EM SAÚDE LTDA-ME, inscrito no **CNPJ 19.439.163/0001-01**
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA (PESSOA JURÍDICA) ESPECIALIZADA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, PARA ASSISTÊNCIA E APOIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFINS – MG, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I", nos termos do processo licitatório nº 034/2022, modalidade Tomada de Preço nº 005/2022.
Fundamentação Legal: A alteração de prorrogação de vigência possui fundamento jurídico no inciso II, do art. 57 da Lei 8.666/93, observado o § 2º do art. 57 e o inciso I do art. 58, todos da Lei 8.666/93, bem como na Cláusula Primeira do Contrato nº 108/2022.
OBJETO DO TERMO ADITIVO: CLÁUSULA PRIMEIRA - DA RENOVAÇÃO DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO C/C RENOVAÇÃO DE SALDO
Por este termo fica prorrogado o prazo de vigência Contrato nº 108/2022, por 12 (doze) meses, a partir de 11 de agosto de 2026, ATÉ 11 DE AGOSTO DE 2027, bem como, renovado o saldo proporcional para o referido período, permanecendo inalterado o valor mensal do serviço.
DATA DE ASSINATURA: 10/08/2026
VALOR TOTAL: R$ 85.200,00 (oitenta e cinco mil e duzentos reais)
CONTRATANTE: Secretário Municipal de Saúde, Sr. Weslei Denis Ramos
CONTRATADA: neste ato representada pela **Sócia Administradora, Sra.** Simone Dias Cardoso, **Carteira de Identidade** nº MG-3.XXX.X85 SSP/MG e **CPF** nº 591.XXX.XXX-72.
DATA DA PUBLICAÇÃO: 19/08/2026
LOCAL DA PUBLICAÇÃO: Órgão Oficial de Publicação – http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg

Publicado por:
Pamela Aparecida Calazans Silva
Código Identificador:EB22C819

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 6° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 051/2021

CONTRATANTE: Município de Confins/MG**, CNPJ:** 01.006.232/0001-10, com interveniência da:**Secretario Municipal de Obras e Serviços.**
CONTRATADA: ORBIS AMBIENTAL S.A, inscrito no **CNPJ 06.984.726/0004-35**
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E DEVIDAMENTE LICENCIADA PELOS ÓRGÃOS COMPETENTES, PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEPÇÃO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL, AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS (CLASSE II), PROVENIENTES DA LIMPEZA PÚBLICA URBANA DO MUNICÍPIO DE CONFINS/MG, COMPREENDENDO O LIXO COMERCIAL E O LIXO PÚBLICO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DESTE EDITAL, conforme Processo Licitatório nº 061/2021, na modalidade Pregão Presencial nº 007/2021.
Fundamentação Legal: A prorrogação ora promovida possui natureza excepcional, encontrando amparo jurídico no art. 57, inciso II, c/c § 2º e § 4º, da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como na Cláusula Terceira do Contrato nº 051/2021.
OBJETO DO TERMO ADITIVO: CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO EXCEPCIONAL DA VIGÊNCIA, DA EXECUÇÃO E DA RENOVAÇÃO DO SALDO
1.1. Com fundamento no art. 57, inciso II, c/c §§ 2º e 4º, da Lei Federal nº 8.666/1993, fica excepcionalmente prorrogado o prazo de vigência e de execução do Contrato nº 051/2021 por 12 (doze) meses, compreendidos entre 21 de julho de 2026 e 21 DE JULHO DE 2027, NÃO PODENDO MAIS SER PRORROGADO, bem como renovado o saldo contratual correspondente ao período, conforme quantitativos e valores abaixo discriminados.
1.2.A presente prorrogação possui caráter excepcional, constituindo a única prorrogação autorizada além do limite previsto no inciso II do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993.
DATA DE ASSINATURA: 17/07/2026
VALOR TOTAL: R$ 204.385,00 (Duzentos e quatro mil, trezentos e oitenta e cinco reais)
CONTRATANTE: Secretario Municipal de Obras e Serviços, Sr. Helton Wanderson Lino de Souza
CONTRATADA: Neste ato representada por seus atuais Diretores, **Sr.** Sebastião da Costa Pereira Neto, **CPF** nº 469.801.487-53 e **portador da identidade** nº 83.100.461-5 CREA/RJ e pelo **Sr. André Luis Pereira Gomes, CPF** nº 045.312.247-79 e **portador da identidade** nº 20.49857-8 CRA/RJ.
DATA DA PUBLICAÇÃO: 19/08/2026
LOCAL DA PUBLICAÇÃO: Órgão Oficial de Publicação – http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg

Publicado por:
Pamela Aparecida Calazans Silva
Código Identificador:EFE38137

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS

DIRETORIA DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 133/2026. Processo Licitatório Nº 47/2026 – Pregão Presencial Nº 98/2026. TIPO: Menor Preço Unitário – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - OBJETO: FUTURA E EVENTUAL CONTRAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS EM JORNAL IMPRESSO, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS. R$ 159.200,00 (cento e cinquenta e nove mil e duzentos reais). Vigência: 18/08/2026 à 17/08/2027. Signatários: Município de Córrego do Bom Jesus e **DONIZETI DE LIMA CAZELATO LTDA**

Certifico que este Extrato de Contrato foi publicado em conformidade com a Lei Municipal 818/2002 de 18/02/2002

Publicado no mural em 18 de agosto de 2026

SEBASTIÃO TEODORO DA SILVA
Chefe do Departamento de Compras, Licitações, Patrimônio e Informática

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 132/2026. Processo Licitatório Nº 122/2026 – Pregão Presencial Nº 053/2026. TIPO: Menor Preço Unitário – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - OBJETO: Futura e Eventual Contratação de Empresa de Locação de Smartphones, com linhas telefônicas ativas; Locação de Impressoras, compreendendo a cessão de direito de uso de equipamentos laser monocromáticos novos e sem uso, incluindo a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de todas as peças, partes ou componentes necessários, bem como, de todos os suprimentos (Tonners), serviços de assistência técnica; e Prestação de Serviços de impressão/fotocópia por folha (sem franquia), para atender à solicitação das Secretarias Municipais de Administração, Assistência Social, Educação e Saúde. R$ 204.188,00 (duzentos e quatro mil, cento e oitenta e oito reais). Vigência: 17/08/2026 à 16/08/2027. Signatários: Município de Córrego do Bom Jesus e **UNICOPIA LTDA**

Certifico que este Extrato de Contrato foi publicado em conformidade com a Lei Municipal 818/2002 de 18/02/2002

Publicado no mural em 17 de agosto de 2026

SEBASTIÃO TEODORO DA SILVA
Chefe do Departamento de Compras, Licitações, Patrimônio e Informática

Publicado por:
Beatriz Garcia
Código Identificador:240ABB61

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLANDIA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 098/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS – MG: EXTRATO DE CONTRATO N° 098/2026. Torna público o extrato do contrato N° 098/2026, firmado entre a Prefeitura Municipal de Divinolândia De Minas/MG e **MARKA VEÍCULOS E PEÇAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº** 18.707.422/0001-67**.** Objeto: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2024, DO CONSÓRCIO INTEGRADO MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO JEQUITINHONHA (CIM-JEQUITINHONHA), VISANDO À AQUISIÇÃO DE VEÍCULO LEVE, COM RECURSOS ORIUNDOS DA INDICAÇÃO Nº 190692, PARA ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS-MG. Adesão: 015/2026. Valor: R$ 152.604,61 (cento e cinquenta e dois mil, seiscentos e quatro reais e sessenta e um centavos). Vigência: 18/08/2026 até 31/12/2026.

Divinolândia de Minas/MG, 18 de agosto de 2026,

GEUBER DE PINHO CAMPOS –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Paloma de Souza Figueiredo
Código Identificador:13CC77F5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVÁLIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVÁLIA
PREGÃO ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVÁLIA/MG - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026. Torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 047/2026, na data de 31/08/2026, às 09h00min, Processo Licitatório nº. 097/2026, objetivando o Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais de uso odontológico e médico/hospitalar, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Ervália/MG. O Edital poderá ser retirado no site: www.ervalia.mg.gov.br. O processo será realizado por meio da plataforma www.bllcompras.org.br. Informações pelo telefone (32) 3554-2503.

Ervália/MG, 18/08/2026.

JOSÉ MAURO GODINHO.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Matheus José Braga
Código Identificador:704196CE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIRITO SANTO DO DOURADO

SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA 00004/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO DOURADO-MG. Concorrência nº 00004/2026. Processo administrativo nº 00125/2026. Termo de Adjudicação e Homologação. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação do trecho I da Estrada Principal do Bairro Douradinho, incluindo o fornecimento de materiais, insumos, equipamentos e a mão de obra necessária à execução da obra, em atendimento às necessidades do Município de Espírito Santo do Dourado/MG. Tendo em vista as informações constantes dos autos em epigrafe e constatada a regularidade dos atos procedimentais, adjudico e homologo o objeto em favor da empresa: Art-con industria e comercio de artefatos de cimento ltda, inscrita no Cnpj nº 08.738.826/0001-64, no valor global de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), nos termos do art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Espírito Santo do Dourado/MG, 18 de agosto de 2026.

HÉRICA ALVARENGA,
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Wualley Yuri Ribeiro Serapião
Código Identificador:1711F921

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTIVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTIVA
AVISO DO DISPENSA Nº 15/2026

AVISO DE DISPENSA nº 15/2026
O Município de Estiva, torna público aos interessados, que nos termos do Art. 75, Inciso II da Lei nº 14.133/2021, estará recebendo de pessoas jurídicas do ramo, por e-mail ou protocolo presencial em sua sede, entre os dias 18/08/2026 ao dia 25/08/2026, proposta de preços, para dispensa de licitação, pelo menor preço ofertado, para **"DISPENSA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE METROLÓGICOS DE VERIFICAÇÃO, AFERIÇÃO E SELAGEM DE TACÓGRAFOS NOS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL DE ESTIVA/MG"**, a documentação inerente a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentadas concomitantemente à apresentação da proposta, a empresa deverá encaminhar/protocolar a documentação, sob pena de inabilitação. O Termo de Referência, encontra-se disponível no site: http://www.estiva.mg.gov.br. O e-mail de contato para fins de recebimento das compras@estiva.mg.gov.br cotações. A contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021.

Estiva, 18 de agosto de 2026.

DÉBORA BÚLGARO DOS SANTOS-
Agente de Contratação

Publicado por:
Sebastião Tadeu de Almeida
Código Identificador:233A8637

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCÓPOLIS
AVISO DE CANCELAMENTO / ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2026

MODALIDADE: Pregão Eletrônico Nº 006/2026

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de leites, fórmulas infantis, suplementos alimentares especiais e dietas enterais destinados aos pacientes usuários do sus atendidos nas unidades municipais de saúde de Franciscópolis/MG.

O Município de Franciscópolis/MG, por meio do chefe de gabinete, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna público aos interessados que a licitação em referência foi **CANCELADA / ANULADA**.

A decisão pauta-se nos princípios do interesse público, da oportunidade, da conveniência administrativa e do julgamento objetivo, haja vista a necessidade de readequação técnica do Termo de Referência e das especificações do Edital, evidenciada a partir das ambiguidades e inconsistências apontadas nos pedidos de esclarecimento apresentados pelos licitantes.

Com fundamentação no art. 71, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, o procedimento será reformulado para posterior reabertura e republicação com as devidas adequações.

Aos interessados, fica franqueado o acesso aos autos do processo licitatório.

Franciscópolis, 18 de agosto de 2026.

WANDERCI SCHIAVO TOLEDO
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Adriana Pereira Macedo
Código Identificador:2397DA6F

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCÓPOLIS
TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 043/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 013/2025

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 007/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Franciscópolis, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.394/0001-16, com sede na Avenida Presidente Kennedy, n.º 67, Centro, Franciscópolis/MG, neste ato representado por Nilton dos Santos Coimbra, Prefeito Municipal, CPF 997.***.***-68.

FORNECEDOR: JRM COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº. 50.937.032/0001-96, estabelecida na Al Rafael Freire de Melo, n.º 243, Bairro Castro Pires, na cidade de Teófilo Otoni/MG, CEP 39.801723, neste ato representada por Janine de Marchi Pimenta, brasileira, casada, empresário, residente e domiciliado na Av. Dr. Julio Rodrigues, n.º 207, Bairro Marajoara, na cidade de Teófilo Otoni/MG, CPF nº. 050.***.***-28.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da Ata de Registro de Preços nº 043/2025 da **aquisição de materiais de copa e cozinha, descartáveis, higiene e limpeza visando atender as necessidades das secretarias municipais**, visando a prorrogação da vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO
Fica prorrogado o prazo de vigência da referida Ata por mais 12 (doze) meses, com início em 03/09/2026 e término em 03/09/2027, nos termos do Art. 844 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços original que não colidirem com as disposições deste Termo Aditivo.

Franciscópolis, 13 de agosto de 2026.

NILTON DOS SANTOS COIMBRA	***JANINE DE MARCHI PIMENTA***
Prefeito Municipal	JRM Comercio Varejista E Atacadista LTDA
Órgão Gerenciador	Fornecedor Registrado

Publicado por:
Adriana Pereira Macedo
Código Identificador:C561D9BB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANÉSIA

PREFEITURA
EXTRATO DE EDITAIS

Processo nº. 125/2026, Pregão Eletrônico nº. 76/2026. Objeto: Registro de preço para locação de cilindros e recargas de oxigênio medicinal. Data e hora da abertura: 03/09/2026 às 09h.

O(s) edital(is) na íntegra e demais arquivos complementares está(ão) disponível(is) na plataforma AMM Licita através do endereço https://ammlicita.org.br/ e no site oficial da Prefeitura Municipal de Guaranésia através do link.

JOÃO CARLOS MINCHILLO -
Prefeito

Publicado por:
Vitoria Labibe Ferreira
Código Identificador:AF582493

PREFEITURA
EXTRATO DE EDITAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANÉSIA

EXTRATO DE EDITAIS.

Processo nº. 123/2026, Pregão Eletrônico nº. 74/2026. Objeto: Aquisição de computadores e notebooks em atendimento às demandas das secretarias municipais. Data e hora da abertura: 31/08/2026 às 09h.

O(s) edital(is) na íntegra e demais arquivos complementares está(ão) disponível(is) na plataforma AMM Licita através do endereço https://ammlicita.org.br/ e no site oficial da Prefeitura Municipal de Guaranésia através do link.

JOÃO CARLOS MINCHILLO -
Prefeito

Publicado por:
Flaviana Cristina da Silva
Código Identificador:3CE9110B

PREFEITURA
HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATO

Processo nº. 112/2026, Pregão Eletrônico nº. 66/2026. Objeto: aquisição de materiais escolares para atender à demanda da rede municipal de ensino de Guaranésia, através do convênio estadual "Mãos Dadas". Empresas vencedoras: ANA VALERIA TONELOTTO EPP, ATUAL PAPELARIA E INFORMATICA EIRELI, COMERCIAL ARTIGOS DE ESCRITORIO E PAPELARIA BARCELONA LTDA, KOPU B2B LTDA, KOPU B2B LTDA, PAPELARIA LUANA LTDA EPP e JOAO VALENTIM OROSCO JUNIOR.

19/08/2026 -

JOÃO CARLOS MINCHILO –
Prefeito

Publicado por:
Vitoria Labibe Ferreira
Código Identificador:A8E004AC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARÁ
AVISO CREDENCIAMENTO

Prefeitura Municipal de Guarará - Credenciamento N° 001/2026. O Município de Guarará, na forma da lei, faz saber, que a partir das 09h00min do dia 19 de agosto de 2026 até as 16h00min do dia 19 de agosto de 2027, na Prefeitura Municipal na sala da comissão de

contratação, será realizado o Credenciamento de Pessoas Jurídicas para prestação de serviços de mão de obra específica, para execução de obras e serviços específicos e determinados no Município de Guarará/MG, sob supervisão técnica da equipe de engenharia da Administração Municipal, conforme o disposto no art. 6º, inciso XLIII, e no art. 74 da Lei nº 14.133/2021, conforme condições, quantitativos e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, que se encontra a disposição de todos os interessados no site www.guarara.mg.gov.br e na Prefeitura Municipal, onde poderão obtê-lo. Para conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente que será afixado no lugar de costume, publicando-se na forma da lei.

Guarará, 18 de agosto de 2026.

Publicado por:
Lucas Willian Soares
Código Identificador:32B5D7A5

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARÁ
EXTRATO ATA DE REGISTRO

Prefeitura Municipal de Guarará – Extrato Ata de registro de Preço - Processo n° 070/2026: contratado: 53.057.649 Walter Miguel da Silva Paula, inscrita no CNPJ n° 53.057.649/0001-05, Ata de Registro nº Ata 028/2026, valor estimado R$ 56.300,00. Vigência 22/07/2027.

Extrato Ata de registro de Preço - Processo n° 072/2026: contratado: A & E Produtos Óticos LTDA, inscrita no CNPJ n° 44.042.773/0001-06, Ata de Registro nº Ata 029/2026, valor estimado R$ 32.015,00. Vigência 22/07/2027.

Publicado por:
Lucas Willian Soares
Código Identificador:574EB532

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARÁ
EXTRATO CONTRATO

Prefeitura Municipal de Guarará – Extrato Contrato - Processo n° 079/2025: contratado: Lanchonete e Restaurante Grande Sabor LTDA, inscrita no CNPJ n° 09.560.928/0001-03, contrato nº 169/2026, valor R$ 27.000,00. Vigência 31/12/2026.

Extrato Contrato - Processo n° 125/2025: contratado: A C Monteiro & Cia LTDA, inscrita no CNPJ n° 64.389.851/0001-50, contrato nº 159/2026, valor R$ 3.808,41. Vigência 30/09/2026.

Extrato Contrato - Processo n° 125/2025: contratados: Auto Center Araújo LTDA, inscrita no CNPJ n° 40.760.679/0001-31, contrato nº 161/2026, valor R$ 182.210,00; Antônio Teixeira de Rezende, inscrita no CNPJ n° 25.960.824/0001-34, contrato nº 162/2026, valor R$ 42.640,00; 51.109.041 Robson Batista de Araújo, inscrita no CNPJ n° 51.109.041/0001-51, contrato nº 163/2026, valor R$ 10.400,00; Delizia Aparecida da Silva Ferreira - ME, inscrita no CNPJ n° 26.893.166/0001-78, contrato nº 164/2026, valor R$ 23.950,00; Machado e Machado Serviços Elétricos Automotivos LTDA, inscrita no CNPJ n° 15.159.038/0001-89, contrato nº 165/2026, valor R$ 14.040,00; 44.336.525 Paulo Fernando Moreira, inscrita no CNPJ n° 44.336.525/0001-78, contrato nº 166/2026, valor R$ 22.000,00; A C Monteiro & Cia LTDA, inscrita no CNPJ n° 64.389.851/0001-50, contrato nº 167/2026, valor R$ 54.800,00. Vigência 31/12/2026.

Extrato Contrato - Processo n° 126/2025: contratado: Rodrigo Henrique de Souza LTDA, inscrita no CNPJ n° 31.603.874/0001-67, contrato nº 168/2026, valor R$ 57.600,00. Vigência 03/08/2027.

Extrato Contrato - Processo n° 071/2026: contratado: GRM Máquinas e Locações LTDA, inscrita no CNPJ n° 97.541.831/0001-02, contrato nº 160/2026, valor R$ 19.300,00, Vigência 31/12/2026.

Publicado por:
Lucas Willian Soares
Código Identificador:B7703DA3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIÚRA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIÚRA DE MINAS
ATO DE ADJUDICAÇÃO-HOMOLOGAÇÃO-PRC Nº 097/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIURA DE MINAS(MG) – Processo nº 097/2026 –Dispensa Nº. 065/2026. Torna público o ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO, com a empresa IMPACTO VARIEDADES LTDA. Objeto: constitui objeto da presente contratação a aquisição integral de copos térmicos personalizados com tirantes e kits de garrafa térmica com xícara personalizados, destinados à distribuição aos participantes dos eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do Município de Ibitiúra de Minas/MG. Fundamento legal: Art. 75, Inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações e da Lei Municipal nº 313/2023 e alterações, Lei Municipal nº 553/2003 e alterações e do Decreto Municipal nº 313/2023. Data: 18.08.2026.

DANILO LIPARINI MORAES-
Presidente da Comissão de Contratação.

RONY WILSON LEONARDO-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Danilo Liparini Moraes
Código Identificador:F46CB70F

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIÚRA DE MINAS
AVISO DE LICITAÇÃO-PRC Nº 096/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIURA DE MINAS(MG) – Processo Nº 096/2026 - Dispensa Eletrônica Nº 065/2026. Torna público o edital e seus anexos. Objeto: constitui objeto da presente contratação a aquisição de troféus, medalhas e materiais correlatos de premiação, de forma parcelada e conforme a necessidade da Administração Municipal, destinados aos eventos esportivos, recreativos, culturais, turísticos e comemorativos promovidos pela Secretaria Municipal de Esportes e pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura do Município de Ibitiúra de Minas/MG, de natureza COMUM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos. Fundamento legal: Art. 75 Inciso II da Lei Federal nº 14.1332023 e alterações e Decreto Municipal nº 313/2023. Data do início do recebimento de proposta: 19.08.2026. Data final do recebimento de proposta: 24.08.2026, às 17 horas. Data do julgamento, 25.08.206, às 09:00 horas. O edital e seus anexos estão disponíveis no site: www.ibitiurademinas.mg.gov.br e na Plataforma ammlicita.org.br - Informações: via e-mail: licitaibitiura@gmail.com - Data: 18.08.2026.

DANILO LIPARINI MORAES -
Pregoeiro –

RONY WILSON LEONARDO-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Danilo Liparini Moraes
Código Identificador:EC6DC90A

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIÚRA DE MINAS
EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO - PRC Nº 062/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIURA DE MINAS(MG) – Processo nº 062/2023 - Edital nº 039/2023 - Pregão Presencial nº 038/2023. Torna público o extrato de 3º Termo Aditivo ao contrato celebrado com a empresa **CARDIOCENTER ESPECIALIDADES MÉDICAS LTDA**. Objeto: constitui objeto do presente a contratação de empresa especializada para a locação de veículos para transporte de pacientes em ambulância UTI móvel, tipo "D", para transferência entre referencias hospitalares e para cobertura de eventos festivos, culturais e esportivos do município de Ibitiura de Minas, Minas Gerais, de acordo com as especificações do Anexo I-Modelo de Proposta. Fundamento legal: Lei Federal 10.520/2002, de 17.07.2002

e alterações, Art. 61, §1º da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações e da Lei Municipal nº 553/2003. Informações: via e-mail: licitaibitiura@gmail.com - Data: 18.08.2026.

DANILO LIPARINI MORAES-
Pregoeiro –

RONY WILSON LEONARDO-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Danilo Liparini Moraes
Código Identificador:DD6E08E2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE INIMUTABA

PREFEITURA MUNICIPAL DE INIMUTABA
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 09/2026 - TREMG

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
RUA XAVIER ROLIM, 100 - Bairro CENTRO - CEP 35790117 - Curvelo - MG

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
"ELEIÇÕES"
"SEU VOTO IMPORTA"

SEI nº0000089-93.2026.6.13.8100
Cartório Eleitoral da 100ª Zona Eleitoral de Curvelo/MG
Acordo de Cooperação Técnica nº 09/2026- TREMG

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A **UNIÃO**, POR INTERMÉDIO DO **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS** E O MUNICÍPIO DE INIMUTABA/MG, NA FORMA ABAIXO:

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**, Órgão do Poder Judiciário da União, CNPJ nº 05.940.740/0001-21, com sede na Av. Prudente de Morais, nº 100, Bairro Cidade Jardim, em Belo Horizonte/MG, doravante denominado **TRE-MG**, neste ato representado por Sua Excelência a Senhora Juíza Eleitoral desta 100ª Zona de Curvelo, Erlânia Zica e Silva Lucas Pereira, de acordo com a delegação de competência contida no art. 1º, da Portaria nº 176, de 08, de junho de 2025, da Presidência deste Tribunal, e do outro lado o **MUNICÍPIO DE INIMUTABA**, CNPJ nº 17.694.860/0001-75, com sede na Praça Coronel Francisco Mascarenhas, nº76, Bairro Centro, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Senhor Emersomm Danezzi, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, nos termos da Lei nº 14.113, de 1º de abril de 2021, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente acordo visa à cooperação técnico-administrativa a ser prestada pelo MUNICÍPIO ao TRE-MG, em atividades relacionadas ao Programa Seu Voto Importa - Eleições de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

I. Para viabilizar o objeto deste instrumento, o **TRE-MG** obriga-se a:
1. Prestar informações claras aos eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida sobre os serviços disponíveis e os procedimentos para sua realização;
2. Disponibilizar e divulgar amplamente o canal de comunicação a ser utilizado para a solicitação do serviço de transporte especial, sem prejuízo do atendimento presencial no cartório eleitoral;
3. Realizar a análise individual das solicitações de transporte, considerando, entre outros critérios:
3.1. o grau de limitação funcional da pessoa solicitante,
3.2. a inexistência ou inadequação de transporte público acessível no trajeto até o local de votação,
3.3. a distância entre a residência e o local de votação;
4. Organizar e disponibilizar os roteiros e horários a serem seguidos pelos motoristas que farão o transporte de eleitores;
5. Fornecer lista contendo nome, endereço e contato telefônico dos eleitores que serão transportados no dia da Eleição;
6. Comunicar formalmente aos eleitores que solicitaram o serviço, até 48 (quarenta e oito) horas antes do dia da votação, acerca da disponibilidade do serviço e dos dados do transporte a ser oferecido;
7. Oferecer apoio técnico e operacional aos órgãos e às entidades parceiras, inclusive para esclarecimento de dúvidas e ajustes na execução das medidas previstas;
8. Remeter ao Ministério Público Eleitoral, no prazo de 5 (cinco) dias após a assinatura, cópias integrais do acordo firmado.

II. Para viabilizar o objeto deste instrumento, o(a) **(partícipe 2)** obriga-se a:
1. Ceder veículo(s), motorista(s) e combustível para transporte de eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida, no dia da eleição;
2. Fornecer alimentação ao(s) motorista(s) no dia da eleição, desde que o(s) destinatário(s) não receba(m) qualquer benefício similar;
3. Executar gratuita e diretamente o transporte dos eleitores cujos pedidos foram deferidos para o dia das eleições (1º e 2º turno, quando aplicável), observando o trajeto de ida e volta (residência do eleitor - local de votação), incluindo o transporte de acompanhante nos casos indicados no formulário próprio e em que o apoio seja indispensável ao exercício do voto;
3. Ter postura isenta, não podendo o(s) motorista(s) utilizar nenhum tipo de vestimentas ou objetos que remetam a partidos ou candidatos;
4. Responsabilizar-se, nos limites de suas atribuições operacionais e ressalvadas hipóteses de caso fortuito, força maior ou fatos alheios à sua governabilidade, pela execução dos transportes previamente confirmados, devendo comunicar imediatamente ao TRE-MG eventual intercorrência que possa comprometer a prestação do serviço;
5. Remeter ao TRE-MG, até 18 de novembro de 2026, relatório estatístico contendo o quantitativo de veículos utilizados e de eleitores transportados.

Parágrafo Primeiro. As despesas com conservação e manutenção do(s) veículo(s), bem como aquelas referentes a motorista(s), são responsabilidade do cedente.

Parágrafo Segundo. É vedada a cessão de pessoas, inclusive a prevista no art. 94-A, II, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 e ao art. 12 da Resolução TSE 23.523, de 27 de junho de 2017, por meio de Acordo de Cooperação Técnica.

Parágrafo Terceiro. É facultado aos partidos políticos, às coligações e às federações exercer fiscalização quanto à regularidade do serviço de transporte especial, observada a vedação de qualquer forma de interferência, patrocínio, promoção ou benefício político decorrente da sua prestação (Lei nº 6.091/1974, art. 9º).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação Técnica será a partir da data de sua publicação até 60 (sessenta) dias após o pleito.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXTINÇÃO

Faculta-se aos partícipes, a seu exclusivo critério e a salvo de multa ou sanção, dar por findo o presente Acordo de Cooperação Técnica a qualquer momento, devendo o partícipe interessado notificar por escrito o outro, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único. Na hipótese de extinção deste acordo, os partícipes obrigam-se a cumprir todos os compromissos e obrigações pendentes.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

A celebração do presente Acordo de Cooperação Técnica não acarretará despesas diretas aos partícipes, salvo aquelas decorrentes do cumprimento das obrigações estabelecidas na cláusula segunda.

CLÁUSULA SEXTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Os partícipes reconhecem a importância da proteção de dados pessoais e comprometem-se a tratar todos os dados pessoais obtidos, armazenados, tratados ou compartilhados em virtude da execução deste Acordo de Cooperação Técnica em estrita conformidade com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD —, e legislação aplicável à proteção de dados e privacidade.

Parágrafo Primeiro. Os partícipes comprometem-se a:
I. tratar os dados pessoais exclusivamente para os fins estabelecidos neste Acordo de Cooperação Técnica;
II. implementar medidas de segurança técnicas e administrativas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito;
III. garantir a confidencialidade dos dados pessoais tratados e o acesso somente a pessoas autorizadas, para a execução deste Acordo de Cooperação Técnica;
IV. assegurar a transparência e o direito de informação às(aos) titulares dos dados, fornecendo todas as informações necessárias sobre o tratamento de seus dados pessoais de maneira clara, precisa e acessível.

Parágrafo Segundo. Qualquer transferência de dados pessoais entre os partícipes ou para terceiros, quando necessária à execução deste Acordo de Cooperação Técnica, deverá ser realizada em conformidade com a LGPD, garantindo-se a proteção dos dados transferidos.

Parágrafo Terceiro. Os partícipes asseguram o respeito aos direitos das(dos) titulares dos dados, conforme previsto na LGPD.

Parágrafo Quarto. Em caso de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante às(aos) titulares dos dados, os partícipes comprometem-se a comunicar uma à outra, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data da ciência do ocorrido, sem prejuízo da comunicação às autoridades competentes, conforme exigido pela LGPD, e a tomar todas as medidas necessárias para a mitigação dos efeitos do incidente, nos termos do art. 48 da LGPD.

Parágrafo Quinto. Os partícipes comprometem-se a manter registros completos e detalhados de todas as atividades de tratamento de dados pessoais realizadas no âmbito deste Acordo de Cooperação Técnica e a disponibilizá-los para auditoria pelas autoridades competentes, quando solicitado.

Parágrafo Sexto. As obrigações relativas ao tratamento de dados pessoais previstas nesta cláusula permanecerão vigentes após a extinção ou conclusão deste Acordo de Cooperação Técnica, pelo período necessário para a preservação de direitos ou conforme exigido pela legislação aplicável.

Parágrafo Sétimo. Os partícipes deverão cumprir e fazer cumprir o disposto na Resolução TSE nº 23.650, de 9 de setembro de 2021, que trata da Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito da Justiça Eleitoral, e na Resolução TSE nº 23.656, de 7 de outubro de 2021, que dispõe sobre o acesso a dados pessoais constantes dos sistemas informatizados da Justiça Eleitoral, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

Parágrafo Oitavo. Cada partícipe será responsável pelos prejuízos que ocasionar às(aos) titulares dos dados, além de arcar com eventuais multas administrativas decorrentes do descumprimento da LGPD.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O TRE-MG publicará o extrato do presente Acordo de Cooperação Técnica no Diário Oficial da União, no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar de sua assinatura, conforme art. 10 da Portaria SEGES/MGI nº 3.506, de 08 de maio de 2025.

Parágrafo Único. Os partícipes publicarão, nos sítios eletrônicos oficiais, o inteiro teor do acordo celebrado.

CLÁUSULA OITAVA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Acordo de Cooperação Técnica é celebrado com fundamento no art. 184 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Presidencial nº 11.531, de 16 de maio de 2023, na Resolução TSE nº 23.753/2026 e na Portaria PRE nº 176/2026, no que tange à autorização para celebração do acordo.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I. Os partícipes garantem e declaram mutuamente que:
a) as atividades referentes ao Acordo de Cooperação Técnica ora celebrado serão conduzidas de forma ética, obedecendo aos mais rigorosos princípios de integridade e da boa-fé;
b) valorizam a diversidade e repudiam toda e qualquer forma de preconceito e assédio, comprometendo-se a não praticar qualquer forma de discriminação ou constrangimento, sejam elas relacionadas a cor, raça, sexo, orientação sexual, língua, religião, opinião política, nacionalidade ou origem social;
II. os partícipes poderão, a qualquer tempo e de comum acordo, modificar este Acordo de Cooperação Técnica através de Termo Aditivo, mediante prévia e expressa comunicação, observando-se a forma legal;
III. para acompanhar o desenvolvimento do presente acordo, o MUNICÍPIO e o TRE-MG indicam, respectivamente como seus representantes o Prefeito e a chefe de cartório, ficando acordado que todas as comunicações entre as(os) signatárias(os) deverão ser formalmente encaminhadas às(aos) representantes indicadas(os).

CLÁUSULA DEZ – DO FORO

Conforme o disposto no inciso I do art. 109 da Constituição Federal e no § 1º do art. 92 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais será o competente para dirimir questões resultantes do presente acordo.

E, por estarem ajustados e acordados, os partícipes assinam o presente Acordo de Cooperação Técnica.

Curvelo, 11 de agosto de 2026.

ERLÂNIA ZICA E SILVA LUCAS PEREIRA
Juíza Eleitoral da 100ª Zona de Curvelo/MG

EMERSOMM DANEZZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marilene Mendes Dos Santos
Código Identificador:01718396

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU

MUNICIPIO DE IPIAÇU
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 022/2026
O Município de Ipiaçu/MG torna público, nos termos do inciso IV, artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, a HOMOLOGAÇÃO do PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 044/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 022/2026. Objeto: Contratação, por inexigibilidade de licitação, da dupla artística Dyogo e Deluca, consagrada pela crítica especializada e pela opinião pública, para a realização de apresentação musical ao vivo no dia 05 de setembro de 2026, durante as festividades comemorativas do aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Ipiaçu/MG. Adjudicatária: DYOGO & DELUCA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 29.557.126/0001-43. Valor: R$78.000,00 (setenta e oito mil reais). Por este ato, procedo à

HOMOLOGAÇÃO do presente processo nos termos da legislação em vigor.

Ipiaçu/MG, 14 de agosto de 2026.

RAFAEL EVANGELISTA CAPANEMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anna Julia Borges Rezende
Código Identificador:B21ED499

MUNICIPIO DE IPIAÇU
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 023/2026
O Município de Ipiaçu/MG torna público, nos termos do inciso IV, artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, a HOMOLOGAÇÃO do PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 045/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 023/2026. Objeto: Contratação, por inexigibilidade de licitação, da banda Paqua, consagrada pela crítica especializada e pela opinião pública, para a realização de apresentação musical ao vivo no dia 06 de setembro de 2026, durante as festividades comemorativas do aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Ipiaçu/MG. Adjudicatária: PAQUA PROMOCOES E PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 20.792.860/0001-12. Valor: R$50.000,00 (cinquenta mil reais). Por este ato, procedo à HOMOLOGAÇÃO do presente processo nos termos da legislação em vigor.

Ipiaçu/MG, 14 de agosto de 2026.

RAFAEL EVANGELISTA CAPANEMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anna Julia Borges Rezende
Código Identificador:95B5AC6E

MUNICIPIO DE IPIAÇU
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
Processo Administrativo nº 044/2026
Inexigibilidade nº 022/2026, contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU
Contratado: DYOGO E DELUCA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Objeto: Contratação, por inexigibilidade de licitação, da dupla artística Dyogo e Deluca, consagrada pela crítica especializada e pela opinião pública, para a realização de apresentação musical ao vivo no dia 05 de setembro de 2026, durante as festividades comemorativas do aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Ipiaçu/MG.
VIGÊNCIA: 17/08/2026 a 17/09/2026.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$78.000,00 (setenta e oito mil reais).
DATA DE ASSINATURA: 18/08/2026.
ASSINARAM: MUNICIPIO DE IPIAÇU E REPRESENTANTE DA EMPRESA DYOGO E DELUCA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ 29.557.126/0001-43.

Publicado por:
Anna Julia Borges Rezende
Código Identificador:F0F82337

MUNICIPIO DE IPIAÇU
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
Processo Administrativo nº 045/2026
Inexigibilidade nº 023/2026, contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU.
Contratado: PAQUA PROMOÇÕES E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Objeto: Contratação, por inexigibilidade de licitação, da banda Paqua, consagrada pela crítica especializada e pela opinião pública, para a realização de apresentação musical ao vivo no dia 06 de setembro de 2026, durante as festividades comemorativas do aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Ipiaçu/MG.
VIGÊNCIA: 17/08/2026 a 17/09/2026.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$50.000,00 (cinquenta mil reais).
DATA DE ASSINATURA: 18/08/2026.
ASSINARAM: MUNICIPIO DE IPIAÇU E REPRESENTANTE DA EMPRESA PAQUA PROMOÇÕES E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ 20.792.860/0001-12.

Publicado por:
Anna Julia Borges Rezende
Código Identificador:0DF9127B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA-MG
ADITIVO AOS CONTRATOS 222 E 223/2025

Extrato de Termo aditivos aos contratos:
2º Termo aditivo ao Contrato nº 222/2025, Pregão Eletrônico: 037/2025, PROCESSO: 095/2025, Contratada: Supermercado e Panificadora Gabiroba Ltda, CNPJ 41.945.791/0001-00, Acréscimo de item.
5º Termo aditivo ao Contrato nº 223/2025, Pregão Eletrônico: 037/2025, PROCESSO: 095/2025, Contratada: A&M Soluções Integradas LTDA, CNPJ nº 57.601.967/0001-46. Acréscimo de Item.

Lagoa Formosa-MG, 18 de agosto de 2026.

JOSÉ WILSON AMORIM.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Bruna Cristina Lima Oliveira
Código Identificador:6436037E

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA-MG
ADITIVO CONTRATO 261/2025

Extrato de Termo aditivo de contrato: 1º Aditivo ao Contrato nº 0261/2025, Concorrência 010/2025, Processo nº 0100/2025.
Contratados (as): IC Construções Ltda, CNPJ nº 19.589.446/0001-21 Reequilibrio Financeiro de R$ 34.999,35.

Lagoa Formosa 18 de agosto de 2026.

JOSÉ WILSON AMORIM.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Bruna Cristina Lima Oliveira
Código Identificador:68EA8BDB

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA-MG
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRONICO 022/2026

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026
Homologo o Pregão acima citado, cujo objeto é: Registro de preços para futura e eventual aquisição de troféus e medalhas destinados à premiação em eventos, projetos, concursos, competições e demais atividades promovidas ou apoiadas pela Administração Pública Municipal de Lagoa Formosa/MG, exclusiva para participação de ME, EPP e Equiparadas. A favor de: FMG SOLUÇÕES E FORNECIMENTOS LTDA - 48.159.432/0001-76, valor R$ 11.900,00; AK INOVACOES LTDA - 53.696.164/0001-61, valor R$ 3.247,20 e DSP BRINDES PERSONALIZADOS LTDA - 55.358.183/0001-03, valor R$ 6.750,00. Informações pelo e-mail licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

JOSE WILSON AMORIM.
Prefeito Municipal.

Lagoa Formosa, MG, 18 de agosto de 2026.

Publicado por:
Carlos Alberto Coelho
Código Identificador:9A64850F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA
PORTARIA Nº 053/2026

PORTARIA N° 053 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

NOMEIA E DISPENSA SERVIDORES PARA INSTALAÇÃO DO PONTO DE ATENDIMENTO VIRTUAL – PAV RECEITA FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LEANDRO FERREIRA, Estado MINAS GERAIS, da República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que foi celebrado entre o Município de LEANDRO FERREIRA e a União, por intermédio da Delegacia da Receita Federal do Brasil em LEANDRO FERREIRA, Acordo de Cooperação Técnica visando instalação do Ponto de Atendimento Virtual da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (PAV) nas dependências do município,

RESOLVE:

Art 1º - Dispensar o servidor público municipal NÚBIA MARIS RABELO, CPF 140.713.946-09, ocupante do cargo TELEFONISTA, matrícula 1478-8, da função de gestor do Ponto de Atendimento Virtual da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (PAV).
Art 2º - Designar o servidor público municipal SABRINA REIS LIBÉRIA SANTANA, CPF 128.034.106-80, ocupante do cargo TELEFONISTA, matrícula 1457-2, para exercer a função de gestor do Ponto de Atendimento Virtual da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (PAV), ficando responsável por coordenar, organizar, articular, acompanhar, monitorar e supervisionar as ações que serão tomadas para o fiel cumprimento do Acordo de Cooperação Técnica supracitado.
Art. 3º - Dispensar o servidor público municipal CÍCERA CONCEIÇÃO ALVES TEIXEIRA, CPF 066.683.626-48, ocupante do cargo OPERÁRIA, matrícula 223-8, do encargo de atendente do Ponto de Atendimento Virtual da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (PAV).
Art. 4º - Designar o servidor público municipal SABRINA REIS LIBÉRIA SANTANA, CPF 128.034.106-80, ocupante do cargo TELEFONISTA, matrícula 1457-2, para exercer o encargo de atendente do Ponto de Atendimento Virtual da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (PAV), cujas atribuições estão previstas no Acordo de Cooperação Técnica supracitado.
Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.
Art. 6° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

LEANDRO FERREIRA/MG, 18 de AGOSTO de 2026

NIVALDO RODRIGUES DE CARVALHO
Prfeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Cassio Martins Rabelo da Cruz
Código Identificador:6C144805

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISBURGO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISBURGO
CONVOCAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2026 CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2026

CONVOCAÇÃOPROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2026 CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2026À empresaCONSTRUTORA ANDRADE E MOZZER LTDA. CNPJ nº 19.371.347/0001-79Considerando a extinção unilateral do Contrato Administrativo nº 165/2026, firmado com a primeira colocada do certame, em razão do descumprimento das obrigações contratuais, hipótese prevista no art. 137, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme Ato Administrativo de Extinção Unilateral devidamente formalizado nos autos do processo;Considerando que a segunda colocada, ED BLOCOS LTDA., foi convocada para manifestar interesse em assumir a execução do objeto licitado, tendo sido posteriormente desclassificada em razão do não atendimento às exigências de qualificação técnica estabelecidas no Edital;Considerando a necessidade de assegurar a continuidade da execução do objeto licitado e a observância da ordem de classificação do certame;Fica a empresa CONSTRUTORA ANDRADE E MOZZER LTDA., terceira colocada no Processo Licitatório nº 076/2026 – Concorrência Pública nº 001/2026, CONVOCADA para manifestar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do envio desta convocação, seu interesse em assumir a execução do objeto licitado, nas condições estabelecidas no Edital e nas mesmas condições comerciais propostas pelo licitante classificado em primeiro lugar, no valor global correspondente a R$ 809.600,00.Após o eventual aceite, será disponibilizado prazo para envio da documentação de habilitação, observadas as exigências estabelecidas no Edital e na legislação aplicável.

Luisburgo/MG, 18 de agosto de 2026.

Setor de Licitações
Prefeitura Municipal de Luisburgo

Publicado por:
Camila Rhodes Mafort
Código Identificador:B284ECD4

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISBURGO
EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISBURGO
EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2026
O Município de Luisburgo, Estado de Minas Gerais, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, para Registro de Preços, tendo como objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de tubos e conexões, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Administração de Luisburgo - MG, para serem utilizados no Serviço Municipal de Água e Esgoto - SMAE.
Critério de julgamento: Menor Preço por Lote.
Modo de disputa: Aberto.
Data da sessão pública: 01 de setembro de 2026.
Horário: 09h00min.
Local: Plataforma AMM Licita - https://ammlicita.org.br/
Referência de horário: Horário de Brasília.
O edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na plataforma AMM Licita e poderão ser obtidos junto ao Município de Luisburgo, na Rua Orlando Muniz de Carvalho, nº 59, Centro, Luisburgo - MG, CEP 36.923-000, telefone (33) 3378-7000.

Luisburgo - MG, 18 de agosto de 2026.

ALAIR FIGUEIREDO DE ASSUNÇÃO JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Rhodes Mafort
Código Identificador:411726ED

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISBURGO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 159/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 159/2026

Contratante: Município de Luisburgo, por intermédio da Prefeitura Municipal de Luisburgo, inscrito no CNPJ sob o nº 01.615.423/0001-89.
Contratada: Tira o Pê Produções Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 59.268.570/0001-00.,

Objeto: Contratação de show musical do artista Guilherme Silva, com duração mínima de 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos, para apresentação no dia 25 de setembro de 2026, com previsão de início às 23h59, durante a "Festa do Produtor Rural e Feira da Paz – 25ª Festa do Produtor Rural e Feira da Paz de Luisburgo", a ser realizada no Município de Luisburgo/MG.
Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/2021, mediante contratação direta por dispensa de licitação, conforme os documentos integrantes do processo de contratação.
Valor: R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).
Vigência: Da data de assinatura até a conclusão das obrigações decorrentes da apresentação contratada, restrita ao dia e horário do objeto contratual.
Dotação orçamentária: 020901 23 695 0022 2028 339039 – Ficha 644.
Data de assinatura: 12 de julho de 2026.
Signatários: Henrique do Carmo Moreira, pelo Contratante, e Tira o Pê Produções Ltda., pela Contratada.

Publicado por:
Camila Rhodes Mafort
Código Identificador:55420700

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS
AVISO DE EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO Nº 122/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026 LEI 14133/2021

AVISO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 122/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026
LEI 14133/2021

A Prefeitura Municipal de Luminárias – MG torna público aos interessados que às 8 (oito) horas e 30 (trinta) minutos do dia 4 (quatro) de setembro de 2026, o Pregoeiro e sua equipe de apoio realizarão a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026, autorizado nos autos do Processo Licitatório n.º 116/2026, tendo por finalidade o "contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de dispositivos móveis portáteis para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Luminárias". Cópia do Edital e seus anexos poderão ser obtidos através do e-mail licitaçãoluminarias@gmail.com, através do site http://www.luminarias.mg.gov.br e na plataforma: https://luminarias.licitapp.com.br//login/novoUsuario, a partir desta data. Luminárias - MG, 18 de agosto de 2026. Écio Carvalho de Rezende

Este aviso foi publicado no site e mural na data de 18/08/2026

RAUL MAGNUM TADEU SOUZA
Agente de Contratação/Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Cristiane Paula Mendonça Nauderer
Código Identificador:A460B7FF

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2025, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE LUMINÁRIAS E EMPRESA SIMONE APARECIDA DA SILVEIRA-ME, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO N°.008/2025.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2025, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE LUMINÁRIAS E EMPRESA SIMONE APARECIDA DA SILVEIRA-ME, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO N°.008/2025.

O Município de Luminárias, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Coronel Francisco Diniz, 172, Centro, CEP 37.240-000, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 18.244.301/0001-26, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Ecio Carvalho Rezende**, brasileiro, casado, Produtor Agropecuário, portador da Carteira de Identidade nº MG – 1.231.349, inscrito no CPF sob o nº 352.991.426-68, residente e domiciliado nesta cidade na Rua Coronel Francisco Diniz, nº185, Centro, e a empresaSIMONE APARECIDA DA SILVEIRA-ME, inscrita sob o CNPJ nº10.221.930/0001-29, situada à Avenida Minas Gerais, nº261, A, Bairro: Rezende, na cidade de Varginha/MG, CEP 37062-190, tendo como sua representante legal a Sra. Simone Aparecida Da Silveira, brasileira, empresária, casada, portadora da cédula de identidade M 7807926 SSP/MG e inscrita sob o CPF nº 002.832.296-75, RESOLVEM firmar, de comum acordo o Termo Aditivo, fazendo-o sob as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO.
Fundamenta-se o presente aditamento no art. 84da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO
As partes, de comum acordo pactuam a prorrogação da vigência da Ata de Registro de preços 030/2025, a partir do dia 17 de fevereirode 2026e término previsto para 15 de fevereirode 2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA.
A renovação da ata de que tem por objetooregistro de preços para futuro e possível fornecimento de óleos lubrificantes, ARLA e produtos assemelhados, destinados à manutenção da frota de veículos do Município de Luminárias, sendo uma medida essencial para garantir a continuidade do fornecimento dos produtossupracitado e também prezando pelo valor ofertado, que se encontra dentro do valor cotado no mercado.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO.
Permanecem inalteradas, ratificadas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições do contrato originalnão alteradas pelo presente instrumento.

E, assim justas e avençadas, firmam este Termo Aditivo em 3(três) vias de igual teor e forma, com 2(duas) testemunhas abaixo assinadas.

Prefeitura Municipal de Luminárias, em 16de fevereirode 2026.

ECIO CARVALHO REZENDE
Município de Luminárias/MG
Prefeito Municipal

SIMONE APARECIDA DA SILVEIRA
Simone Aparecida da Silveira-ME
Detentora da Ata

Testemunhas:

1)Nome:_____.
CPF:

2)Nome:_____.
CPF:

Publicado por:
Glener Lorans da Silva Carvalho
Código Identificador:3E465DE4

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2025, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE LUMINÁRIAS E EMPRESA L & J DOMINGUES DISTRIBUIDORA LTDA, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO N°.008/2025.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2025, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE LUMINÁRIAS E EMPRESA L & J DOMINGUES DISTRIBUIDORA LTDA, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO N°.008/2025.

O Município de Luminárias, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Coronel Francisco Diniz, 172, Centro, CEP 37.240-000, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 18.244.301/0001-26, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Ecio Carvalho Rezende**, brasileiro, casado, Produtor Agropecuário, portador da Carteira de Identidade nº MG – 1.231.349, inscrito no CPF sob o nº 352.991.426-68, residente e domiciliado nesta cidade na Rua Coronel Francisco Diniz, nº185, Centro, e a empresaL & J DOMINGUES DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ nº28.523.774/0001-16, com sede na Rua Amilton Pereira Machado, nº41, Bairro Fatima III, em Pouso Alegre/MG, CEP 37555-006, neste ato representada pelo Sra. Francisleni Maria do Nascimento Domingues, portadora da cédula de identidade nº MG-13218114 e inscrito no CPF nº:067.811.476-50, RESOLVEM firmar, de comum acordo o Termo Aditivo, fazendo-o sob as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO.
Fundamenta-se o presente aditamento no art. 84da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO
As partes, de comum acordo pactuam a prorrogação da vigência da Ata de Registro de preços 030/2025, a partir do dia 17 de fevereirode 2026e término previsto para 15 de fevereirode 2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA.
A renovação da ata de que tem por objetooregistro de preços para futuro e possível fornecimento de óleos lubrificantes, ARLA e produtos assemelhados, destinados à manutenção da frota de veículos do Município de Luminárias, sendo uma medida essencial para garantir a continuidade do fornecimento dos produtossupracitado e também prezando pelo valor ofertado, que se encontra dentro do valor cotado no mercado.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO.
Permanecem inalteradas, ratificadas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições do contrato originalnão alteradas pelo presente instrumento.

E, assim justas e avençadas, firmam este Termo Aditivo em 3(três) vias de igual teor e forma, com 2(duas) testemunhas abaixo assinadas.

Prefeitura Municipal de Luminárias, em 16de fevereirode 2026.

ECIO CARVALHO REZENDE
Município de Luminárias /MG
Prefeito Municipal

FRANCISLENI MARIA DO NASCIMENTO DOMINGUES
L & J Domingues Distribuidora LTDA
Detentora da Ata

Testemunhas:

1)Nome:_____.
CPF:

2)Nome:_____.
CPF:

Publicado por:
Glener Lorans da Silva Carvalho
Código Identificador:748B1021

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2025, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE LUMINÁRIAS E EMPRESA CONFIANÇA DISTRIBUIDORA LTDA, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO N.º008/2025.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2025, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE LUMINÁRIAS E EMPRESA CONFIANÇA DISTRIBUIDORA LTDA, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO N.º008/2025.

O Município de Luminárias, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Coronel Francisco Diniz, 172, Centro, CEP 37.240-000, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 18.244.301/0001-26, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Ecio Carvalho Rezende**, brasileiro, casado, Produtor Agropecuário, portador da Carteira de Identidade nº MG – 1.231.349, inscrito no CPF sob o nº 352.991.426-68, residente e domiciliado nesta cidade na Rua Coronel Francisco Diniz, nº185, Centro, e a empresaCONFIANÇA DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 52.091.344/0001-57, com sede na Rua João Batista dos Reis, 442, Cerrado, São Tiago/MG, CEP: 36350-000, neste ato representada pelo Sr. Ryan Antonio Resende Palumbo, brasileiro, empresário, solteiro, portador da cedula de identidade nº MG- 18.406.895 SSP/MG e inscrito no CPF nº 125.877.386-44, RESOLVEM firmar, de comum acordo o Termo Aditivo, fazendo-o sob as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO.
Fundamenta-se o presente aditamento no art. 84da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO
As partes, de comum acordo pactuam a prorrogação da vigência da Ata de Registro de preços 030/2025, a partir do dia 17 de fevereiro de 2026e término previsto para 15 de fevereiro de 2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA.
A renovação da ata de que tem por objeto o registro de preços para futuro e possível fornecimento de óleos lubrificantes, ARLA e produtos assemelhados, destinados à manutenção da frota de veículos do Município de Luminárias, sendo uma medida essencial para garantir a continuidade do fornecimento dos produtos supracitado e também prezando pelo valor ofertado, que se encontra dentro do valor cotado no mercado.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO.
Permanecem inalteradas, ratificadas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições do contrato original não alteradas pelo presente instrumento.

E, assim justas e avençadas, firmam este Termo Aditivo em 3(três) vias de igual teor e forma, com 2(duas) testemunhas abaixo assinadas.

Prefeitura Municipal de Luminárias, em 16de fevereirode 2026.

ECIO CARVALHO REZENDE
Município de Luminárias/MG
Prefeito Municipal

RYAN ANTONIO RESENDE PALUMBO
Confiança Distribuidora LTDA
Detentora da Ata

Testemunhas:

1)Nome:_____.
CPF:

2)Nome:_____.
CPF:

Publicado por:
Glener Lorans da Silva Carvalho
Código Identificador:3DC2CAA7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ

GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ
PORTARIA Nº 117, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

ESTABELECE CRITÉRIOS MUNICIPAIS PARA A PRÉ-SELEÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO DE FAMÍLIAS A SEREM INDICADAS COMO BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA – ENTIDADES (PMCMV-E), NO MUNICÍPIO DE MARIA DA FÉ.

O Prefeito Municipal de Maria da Fé, ADILSON DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que o Município de Maria da Fé apresentou a documentação necessária e foi contemplado, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades (PMCMV-E/2025), com a construção de 100 (cem) unidades habitacionais;

CONSIDERANDO as disposições da Portaria MCID nº 969, de 25 de agosto de 2025, especialmente o disposto nos arts. 5º, inciso V, e 6º, inciso V;

CONSIDERANDO a atuação conjunta do Município com a Entidade Organizadora (EO) Instituto Habitacional Médio Piracicaba – IHMP, responsável pela indicação das famílias habilitadas à seleção como beneficiárias do Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades;
CONSIDERANDO que compete ao Conselho Municipal de Assistência Social de Maria da Fé (CMAS), na condição de instância de controle social, nos termos dos princípios e diretrizes constitucionais e da legislação aplicável, exercer o acompanhamento e a participação na formulação e implementação das políticas públicas de assistência social;
CONSIDERANDO que, no exercício de suas atribuições, o Conselho Municipal de Assistência Social de Maria da Fé, em reunião realizada em 20 de julho de 2026, conforme registrado na Ata nº 25/2026, estabeleceu os critérios municipais destinados à habilitação das famílias, com o objetivo de assegurar uma seleção equânime e transparente, considerando as peculiaridades e a realidade socioeconômica local das famílias inscritas;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios objetivos, transparentes e impessoais para a pré-seleção e a hierarquização das famílias interessadas;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam estabelecidos os critérios municipais para a pré-seleção e a hierarquização das famílias a serem indicadas para habilitação e seleção como beneficiárias do Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades (PMCMV-E), no Município de Maria da Fé;

Art. 2º - Na pré-seleção das famílias, será reservado o percentual de 50% (cinquenta por cento) do total das unidades habitacionais destinadas ao Município, correspondente a 50 (cinquenta) unidades, para famílias que tenham como responsável familiar mãe solo, observados os requisitos e critérios de habilitação estabelecidos pela legislação federal aplicável ao Programa.

Art. 3º - Para fins de hierarquização das famílias pré-selecionadas, serão considerados, como critério de ordenação:
a) Quantidade de filhos;
b) o valor do benefício recebido pela família no âmbito do Programa Bolsa Família, conforme informações constantes do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico.
Parágrafo único. A aplicação destes critérios observará a ordem decrescente, do maior para o menor, de quantidade de filhos e de valor, sem prejuízo da verificação dos demais requisitos legais e regulamentares para habilitação e seleção das famílias.

Art. 4º - A aplicação dos critérios estabelecidos nesta Portaria não afasta a necessidade de cumprimento, pelas famílias, dos requisitos, condições, vedações e demais critérios previstos na legislação federal e nos atos normativos que regulamentam o Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades.

Art. 5º - A pré-seleção e a hierarquização realizadas com base nos critérios nacionais estabelecidos na Portaria MCID nº 969, de 25 de agosto de 2025 e os critérios municipais estabelecidos nesta Portaria serão realizados pela Entidade Organizadora – Instituto Habitacional Médio Piracicaba – IHMP, para prosseguimento dos procedimentos de habilitação e seleção das famílias, na forma da regulamentação aplicável.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADILSON DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Lúcia de Souza
Código Identificador:A6BB9E79

GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ
PORTARIA Nº 120, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS-PRÊMIO À SERVIDORA JUSARA LUIZA DA SILVA NASCIMENTO CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Maria da Fé, Sr. ADILSON DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 61, VII da Lei Orgânica Municipal em conjunto com o art. 61, da Lei Complementar nº 06/2022 que "Dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Magistério Público Municipal e dá outras providências" e a Lei nº 1.691, de 30 de setembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas férias-prêmio à servidora JUSARA LUIZA DA SILVA NASCIMENTO, lotada no cargo de provimento efetivo de Professora Municipal, Mat. E-0273, admitida em 01/02/1995, pelo período de 17/08/2026 a 14/12/2026.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta portaria correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADILSON DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Lúcia de Souza
Código Identificador:C10C8739

GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ
PORTARIA Nº 121, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS-PRÊMIO AO SERVIDOR DANIEL FERNANDES RAIMUNDO CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Maria da Fé, Sr. ADILSON DOS SANTOS, no uso das atribuições conferidas pelo art. 61, inc. VII, da Lei Orgânica Municipal e com fundamento no art. 127, da Lei Municipal nº 819/92 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maria da Fé combinado com as disposições do Decreto nº 2.446/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida férias-prêmio ao servidor DANIEL FERNANDES RAIMUNDO, lotado no cargo de provimento efetivo de Motorista, Mat. E-1882, admitido em 01/02/2017, pelo período de 17/08/2026 a 15/09/2026.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta portaria correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADILSON DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Lúcia de Souza
Código Identificador:10A3DE13

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIPÁ DE MINAS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
032/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIPÁ DE MINAS – Extrato do contrato nº.154/2026 - Processo nº.090/2026 – Inexigibilidade n°.032/2026 – Partes: Município de Maripá de Minas e Líder Produções e Eventos Artísticos Eireli - ME. – CNPJ.: 09.567.442/0001-99. Objeto: Contratação de show de rodeio para a apresentação durante o evento da "9ª. Festa do Peão de Maripá de Minas", a ser realizado no dia 17/09/2026 à 20/09/2026, no Complexo Municipal de Eventos "Prefeito Renato Manoel (Irio)", no município de Maripá de Minas/MG. Valor: R$300.000,00 (trezentos mil reais). Vigência: 11/08/2026 à 22/09/2026.

VAGNER FONSECA COSTA.
Prefeito

Publicado por:
Eduardo Augusto Silva Santos
Código Identificador:908A9D41

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL

A Prefeitura Municipal de Mateus Leme, por intermédio da Assessoria de Licitação e Contratos, torna público para o conhecimento dos interessados, a celebração do CONTRATO DE ADMINISTRATIVO Nº 37/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026 – PROCESSO Nº 45/2026.

Contratante: Prefeitura Municipal de Mateus Leme, CNPJ nº 18.715.433/0001-99.

Contratado: Stratura Asfaltos Ltda., inscrita no CNPJ nº 59.128.553/0036-05.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE EMULSÃO ASFÁLTICA RL-1C PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

Vigência: 14/08/2026 a 13/08/2027
Valor contratado: R$ 1.573.200,00 (Um milhão, quinhentos e setenta e três mil e duzentos reais)
Data da assinatura: 14/08/2026

Fundamentação Legal: Lei n° 14.133, de 2021.

A íntegra do processo está disponível na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Pereira Guimarães, nº 08, Centro, na Assessoria de Licitações e Contratos, no horário de 08:00 às 16:00h. Outras informações pelo telefone (31) 3537-5805 ou pelo e-mail licitacao@mateusleme.mg.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME.

Designação de fiscal do pregão eletrônico n° 07/2026, Marcos Barcelos, Secretário de Obras, faço saber, nos termos do art. 67 da Lei n° 14.133/2021, por meio da presente publicação, que o servidor Davi Santana fica designado como fiscal do pregão eletrônico nº 07/2026, decorrente do processo licitatório n° 45/2026, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE EMULSÃO ASFÁLTICA RL-1C PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS. Conforme especificações constantes no Termo de Referência do Edital do Processo Licitatório supracitado. A responsabilidade do exercício da fiscalização supramencionada aplicar-se-á a partir do início da vigência do pregão eletrônico, sem prejuízo da execução de suas respectivas atividades rotineiras, e sem acréscimo de remuneração. O encargo permanecerá até o fim da vigência do contrato, ou até ulterior decisão.

Mateus Leme, 18 de agosto de 2026.

Assessoria de Licitações e Contratos

Publicado por:
Vitoria Stefany de Oliveira
Código Identificador:A6E116D3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA
AVISO DE LICITAÇÃO/EDITAL REPUBLICADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL REPUBLICADO
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO - Nº 055/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada visando a **Prestação de Serviços de Rebaixamento de teto de gesso com mão de obra e materiais inclusos.**

Endereço para consulta ou obtenção do edital:
Av. Cardoso Saraiva, 305 – Centro / Matias Barbosa
Setor de Licitações: 13:00 às 17:00 horas
site: www.matiasbarbosa.mg.gov.br
tel: (32) 3771-0143/ 3771-0144
ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
Dia 24/08/2026 até às 15:00 horas

EVANILTON DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Jennifer Peres Querino de Medeiros
Código Identificador:465AA74D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026

A Prefeitura Municipal de Moeda/MG, torna pública a adjudicação e homologação do Pregão Eletrônico nº 018/2026, referente ao Processo de Contratação nº 037/2026, cujo objeto é a AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PLAYGROUNDS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MOEDA/MG, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DO CONVÊNIO Nº 833/2025 CELEBRADO JUNTO AO MINISTÉRIO DO ESPORTE. Fica adjudicado e homologado o objeto do certame em favor da empresa SECTRAL SERVICOS E COMERCIO EM GERAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 32.898.151/0001-03, pelo valor total de R$ 149.100,00 (cento e quarenta e nove mil e cem reais). A adjudicação e homologação foram assinadas em 13 de agosto de 2026.

DÉCIO VANDERLEI DOS SANTOS
Prefeito

Publicado por:
Kaique Felix Barbosa
Código Identificador:E533363A

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

A Prefeitura Municipal de Moeda/MG, torna pública a adjudicação e homologação do Pregão Eletrônico nº 028/2026, referente ao Processo de Contratação nº 060/2026, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO UTILITÁRIO, TIPO CAMINHONETE, EM ATENDIMENTO AO PLANO DE TRABALHO Nº 001821/2026 DA TRANSFERÊNCIA ESPECIAL, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DE MOEDA/MG. Fica adjudicado e homologado o objeto do certame em favor da empresa FOCO AUTOMOVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.376.703/0002-53, pelo valor total de R$ **226.950,00** (**duzentos e vinte e seis mil, novecentos e cinquenta reais**). A adjudicação e homologação foram assinadas em 10 de agosto de 2026.

DÉCIO VANDERLEI DOS SANTOS
Prefeito

Publicado por:
Kaique Felix Barbosa
Código Identificador:C414558E

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO 0143/2024

Extrato do quarto termo aditivo ao contrato firmado entre o MUNICIPIO DE MOEDA e DJARDIM LTDA. Contrato nº 0143/2024; Objeto: CREDENCIAMENTO DE MEDICO CLINICO EM REGIME DE PLANTÃO; Licitação: 006/2021. Justificativa: Renovação. Vigência: 27/08/2026.

Moeda/MG, 17 de agosto de 2026.

Publicado por:
Natalia Morais do Carmo
Código Identificador:54F5C615

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
EXTRATO DE CONTRATO N° 057/2026

Extrato de contrato firmado entre o MUNICIPIO DE MOEDA e SECTRAL SERVICOS E COMERCIO EM GERAL LTDA. Contrato nº 0057/2026; Objeto: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PLAYGROUNDS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MOEDA/MG, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DO CONVÊNIO Nº 833/2025 CELEBRADO JUNTO AO MINISTÉRIO DO ESPORTE.; Licitação: Pregão Eletrônico (14.133/21) 0018/2026 Valor Global: R$149.100,00, Vigência: 17/08/2026 Até: 17/08/2027.

Moeda/MG, Segunda-feira , 17 de Agosto de 2026

Publicado por:
Kaique Felix Barbosa
Código Identificador:62A7788A

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 056/2026

Extrato de contrato firmado entre o MUNICIPIO DE MOEDA e JULIANA DE OLIVEIRA OTAVIO LTDA. Contrato nº 056/2021; Objeto: Credenciamento de pessoas Física e/ou jurídica especializados em diversas áreas médicas, a fim de realizarem consultas em atendimento a população do município de Moeda; Licitação: 006/2021 Valor Global: R$120.000,00, Vigência: 17/08/2026 Até: 17/08/2027.

Moeda/MG, Segunda-feira , 17 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Natalia Morais do Carmo
Código Identificador:B25F2004

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORATÓRIOS

PREFEITURA DE ORATÓRIOS
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

O Município de Oratórios/MG, por intermédio de seu Prefeito Municipal, **CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA**, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, **ADJUDICA e HOMOLOGA** o Processo Licitatório nº **064/2026**, Pregão Eletrônico nº **032/2026**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E LOCAÇÃO DE SISTEMA (SOFTWARE) INTEGRADO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS RELACIONADAS A SERVIÇOS DE SANEAMENTO, ENVOLVENDO CONVERSÃO DE DADOS, COMPROVAÇÃO DE SUA CONSISTÊNCIA E TREINAMENTO DE USUÁRIOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE AUTOMAÇÃO DO SETOR COMERCIAL E OPERACIONAL DO ÓRGÃO MUNICIPAL DE SANEAMENTO, NA OFERTA DE SERVIÇOS DE GESTÃO E GERENCIAMENTO DO SANEAMENTO BÁSICO, CONFORME QUANTIDADES, QUALIDADES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.**
Vencedora: GESTCOM INFORMÁTICA LIMITADA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **09.666.624/0001-17**, com sede na Rua Lagoa da Prata, nº 41, Bairro Muarama, Passos/MG, CEP 37.902-326.
Valor total adjudicado e homologado: R$ 23.210,00 (vinte e três mil, duzentos e dez reais).
Data da Adjudicação e Homologação: 18 de agosto de 2026.

Oratórios/MG, 18 de agosto de 2026.

CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida Lina Dos Santos
Código Identificador:31999B6E

PREFEITURA DE ORATÓRIOS
PREFEITURA DE ORATÓRIOS EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/ CONTRATO - PROCESSO 067/2026

RATIFICA: Dispensa de Licitação: Processo Licitatório nº: 067/2026, Dispensa nº: 15/2026, Chamada Pública 002/2026. Objeto: A REFERIDA AQUISIÇÃO VISA O FORNECIMENTO DE ALIMENTOS VARIADOS E SEGUROS, QUE CONTRIBUAM PARA O CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL DOS ALUNOS MATRICULADOS NAS UNIDADES DE ENSINO

DO MUNICÍPIO DE ORATORIOS, GARANTINDO MELHORIA DO RENDIMENTO ESCOLAR E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, BEM COMO, CONDIÇÕES DE SAÚDE ÀQUELES QUE NECESSITEM DE ATENÇÃO ESPECIFICA E EM VULNERABILIDADE SOCIAL, COM ACESSO IGUALITÁRIO, RESPEITANDO AS DIFERENÇAS BIOLÓGICAS ENTRE AS FAIXAS ETÁRIAS.
Contrato nº 114/2026 - **Contratada: Sr. Marcos José Santos de Souza**, CPF: 700.888.346-38, residente no Sítio Congonhas, S/N Zona Rural de Oratórios/MG, CEP: 35439-000, com o valor global de **R$ 6.990,00** (seis mil, novecentos e noventa reais);
Contrato nº 115/2026 - **Contratada: Sr. Dimas Tadeu da Silveira,** CPF**:** 537.413.826-04, residente ao Sitio Morro da Estrela, S/N, Zona Rural, CEP: 35439-000, Oratórios/MG. com o valor global de **R$ 5.165,20 (**cinco mil, cento e sessenta e cinco reais e vinte centavos);
Contrato nº 116/2026 - **Contratada: Sr. José Geraldo Machado,** CPF: 559.919.206-72, residente Rua José Pires da Luz Sobrinho, nº 105, Bairro São José, CEP: 35439-000, Oratórios/MG. com o valor global de **R$ 2.852,50** (dois mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos**)**;
Contrato nº 117/2026 - **Contratada: Sra. Maria Aparecida os Santos Gomes,** CPF**:** 448.401.526-91, residente ao Sitio Meia Légua, S/N, Zona Rural, CEP: 35439-000, Oratórios/MG. com o valor global de **R$ 10.769,00 (**dez mil, setecentos e sessenta e nove reais);
Contrato nº 118/2026 - **Contratada: Sra. Maria Geralda Machado Jorge**, CPF: 583.917.466-15, residente ao Sitio Morro da Estrela, S/N, Zona Rural, CEP: 35439-000, Oratórios/MG. com o valor global de R$ **4.015,30** (quatro mil, quinze reais e trinta centavos)**;**
Contrato nº 119/2026 - **Contratada: Sra. Decoelis Tomaz Pires,** CPF: 037.799.386-77, residente ao Sitio Morro da Estrela, S/N, Zona Rural, CEP: 35439-000, Oratórios/MG. com o valor global de **R$ 815,00** (oitocentos e quinze reais**)**;
Contrato nº 120/2026 - **Contratada: Sra. Maria Doroteia de Paula Caetano,** CPF: 056.677.596-40, residente no sítio Jacu, s/n, Zona Rural de Oratórios/MG, CEP 35.439-000, com o valor global de **R$ 3.617,30** (três mil, seiscentos e dezessete reais e trinta centavos);
Contrato nº 121/2026 - **Contratada: Sr. Denise Neves da Luz de Carvalho**, CPF: 056.019.056-57, residente a Rua José Pires da Luz Sobrinho, nº 80, Bairro São José, CEP: 35439-000, Oratórios/MG. com o valor global de **R$ 6.290,90** (seis mil, duzentos e noventa reais e noventa centavos);
Contrato nº 122/2026 - **Contratada: Sr. Edis Carlos da Luz**, CPF: 010.123.498-83, residente no Sítio Caminho Novo, S/N Zona Rural de Oratórios/MG, CEP: 35439-000, com o valor global de **R$ 2.944,10** (dois mil, novecentos e quarenta e quatro reais e dez centavos).
Data do Contrato: 18/08/2026, com vigência até 18/02/2027.

Publicado por:
Maria Aparecida Lina Dos Santos
Código Identificador:036CA7D8

PREFEITURA DE ORATÓRIOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORATÓRIOS/MG EXTRATO DE CONTRATO

Processo Licitatório nº **064/2026** – Pregão Eletrônico nº **032/2026**.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E LOCAÇÃO DE SISTEMA (SOFTWARE) INTEGRADO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS, RELACIONADO A SERVIÇOS DE SANEAMENTO, ENVOLVENDO CONVERSÃO DE DADOS, COMPROVAÇÃO DE SUA CONSISTÊNCIA E TREINAMENTO DE USUÁRIOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE AUTOMAÇÃO DO SETOR COMERCIAL E OPERACIONAL DO ÓRGÃO MUNICIPAL DE SANEAMENTO, NA OFERTA DE SERVIÇOS DE GESTÃO E GERENCIAMENTO DO SANEAMENTO BÁSICO, VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES PRECÍPUAS DO DEPARTAMENTO, CONFORME QUANTIDADES, QUALIDADES E CONDIÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.
Contrato nº 123/2026. Contratada: **GestCom Informática Limitada**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **09.666.624/0001-17**, com sede na Rua Lagoa da Prata, nº 41, Bairro Muarama, Passos/MG, CEP 37.902-326, neste ato representada pelo Sr. **André Rodrigues Fonseca**, CPF nº **012.440.346-81**, Sócio Administrador.
Valor do Contrato: R$ **23.210,00** (vinte e três mil, duzentos e dez reais).
Data do Contrato: 18 de agosto de 2026.
Vigência: 12 (doze) meses.

Oratórios/MG, 18 de agosto de 2026.

MARLLON SAMMER DE FREITAS ALVES
Agente de Contratação

Publicado por:
Maria Aparecida Lina Dos Santos
Código Identificador:68B1AA90

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
EXTRATO DE CONTRATO N.º 319/2026

A Prefeitura de Paraisópolis, através do Departamento Municipal de Educação, torna público o extrato do contrato oriundo do Processo Licitatório n.º 170/2026 – Dispensa de Licitação n.º 053/2026, cujo objeto a contratação de empresa para aquisição de padrões elétricos para instalação de sistema de geração de energia por fonte solar fotovoltaica nas Escolas Municipais de Ensino Infantil, Fundamental e Creche Municipal, em atendimento ao Departamento Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, em conformidade, quantitativos e critérios estabelecidos no Termo de Referência. Contratada: DEPÓSITO PARAISO LTDA.; CNPJ n.º 25.864.208/0001-80. Data de assinatura: 18/08/2026, vigência de 18/08/2026 até 18/08/2027.

MARLENE CARVALHO –
Diretora de Educação.

Publicado por:
Agnaldo Costa Manso
Código Identificador:6DCAED0D

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº. 375, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Exonera servidor efetivo, a pedido.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais previstas no art. 65, incisos VI e IX da Lei Orgânica Municipal, ***RESOLVE,***

Art. 1º Exonerar, a pedido, **THALES PEREIRA SALGADO,** matricula 6139, do cargo efetivo de Fiscal Municipal, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, constante do Anexo II da Lei Complementar nº 5, de 1º de junho de 1995, a partir de 17 de agosto de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de agosto de 2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, aos 18 de agosto de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:A2803F27

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº 376, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Altera a redação do art. 1º da Portaria nº 305/2026.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 65, incisos VI e IX da Lei Orgânica Municipal, **RESOLVE,**
Art. 1º O artigo 1º da Portaria nº 305, de 14 de julho de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 1º Designar **JOSÉ RENATO REIS FONSECA,** funcionário público municipal para atuar como fiscal do Contrato N.º 215/2026, objeto do Processo Licitatório N.º 137/2026 - Inexigibilidade N.º 013/2026**,** firmado com a **46.925.820 CAIO AUGUSTO ROCHA ROSSETTI DIAS DA SILVA,** inscrita no CNPJ sob o n.º 46.925.820/0001-95, sediada rua Emilio Winther, n.º 597 ap. 83 B, jardim das Nações, Taubaté/SP, que tem por objeto a contratação para apresentação da banda Black Jack no evento festivo "Réveillon 2027" no ano de 2026."*

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de julho de 2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, aos 18 de agosto de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:58F47FF8

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº. 377, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Designa Gestor e Fiscal de Contrato.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Artigo 65, incisos VI da Lei Orgânica Municipal, ***RESOLVE,***
Art. 1º Ficam designados os servidores Marlene Carvalho e Jésus Messias Rodolfo de Faria, para atuarem, respectivamente, como Gestora e Fiscal dos contratos objeto do Processo Administrativo N.º 134/2026 - Pregão Eletrônico 026/2026, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar rural e transporte universitário, com disponibilização de veículos adequados, motoristas devidamente habilitados, combustível, manutenção preventiva e corretiva, seguro de passageiros e terceiros, bem como todos os demais custos necessários à execução dos serviços, destinados ao atendimento dos alunos da Rede Municipal de Ensino de Paraisópolis/MG e dos estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino técnico e superior situadas em municípios vizinhos:

Contrato	Empresa
298	**JOÃO DE FÁTIMA MOURA VIEIRA LTDA**, Rua Geraldo Vitório, nº 11, bairro Residencial Santa Fé, Paraisópolis/MG, CEP n.º 37.660-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.284.385/0001-91
299	**MARCELO REGINALDO SILVA & CIA LTDA**, Rua Silviano Brandão, nº 200 - Garagem, bairro Centro, Paraisópolis/MG, CEP n.º 37.660-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.169.700/0001-30
300	**MARIA APARECIDA VIEIRA CARDOSO E CIA LTDA**, Rua Geraldo Ribeiro Mendes, nº 90: A, bairro Residencial Paraíso, Paraisópolis/MG, CEP n.º 37.660-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.982.842/0001-75
301	**R & A TURISMO LTDA**, situada à Rod MG 295, s/nº - Km 28 CXPST 114, bairro Cruz Vera, Brasópolis/MG, CEP n.º 37.530-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.74.625/0001-11

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de agosto de 2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, aos 18 de agosto de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:4B4DD62A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº. 378, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Designa Gestor e Fiscal de Contrato.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Artigo 65, incisos VI da Lei Orgânica Municipal, ***RESOLVE,***
Art. 1º Ficam designados os servidores Alex Ferreira e Rayara Isabele de Andrade Silva, para atuarem, respectivamente, como Gestor e Fiscal dos contratos objeto do Processo Administrativo N.º 143/2026 - Pregão Eletrônico 031/2026, que tem por objeto a aquisição de luvas destinadas ao atendimento das necessidades das Unidades de Saúde do Departamento Municipal de Saúde:

CONTRATO	EMPRESA
289	**ARLIMED DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA**, situada à Rua Dom Luiz, nº 171, bairro Vila Real, no município de Balneário Camboriú/SC, CEP n.º 88.337-100, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.362.195/0001-85
290	**BEAGA HOSPITALAR LTDA**, situada à Rua Doutor Cinyras Ladeira, nº 54, bairro Heliópolis, no município de Belo Horizonte/MG, CEP n.º 31.741-525, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.478.755/0001-50
291	**F V P COELHO**, situada à Travessa José Rosa de Lima Viana, nº 99, bairro Barro Branco, no município de Serecita/MG, CEP n.º 35.368-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 26.294.192/0001-80
292	**L & J DOMINGUES DISTRIBUIDORA LTDA**, situada à Rua Amilton Pereira Machado, nº 41, bairro Fátima III, no município de Pouso Alegre/MG, CEP n.º 37.555-006, inscrita no CNPJ sob o n.º 28.523.774/0001-16
293	**SAN CAMILO HOSPITALAR LTDA**, situada à Rua das Carmelitas, nº 838, bairro Hauer, no município de Curitiba /PR, CEP n.º 81.60-070, inscrita no CNPJ sob o n.º 40.813.690-0002-01

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de agosto de 2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, aos 18 de agosto de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:8D4CFCD2

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº. 379, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Designa Gestor e Fiscal de Contrato.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Artigo 65, incisos VI da Lei Orgânica Municipal, ***RESOLVE,***
Art. 1º Ficam designados os servidores Alex Ferreira e Vilmar Aparecido de Almeida Marques, para atuarem, respectivamente, como Gestor e Fiscal do Contrato Nº 295/2026 objeto do Processo Administrativo N.º 159/2026 - Adesão 012/2026, firmado com a empresa MARKA VEÍCULOS E PEÇAS LTDA, com sede na avenida Autorama, nº 1200 – Bairro Santa Luzia, na cidade de Divinópolis, CEP 35501-221 – MG, inscrita no CNPJ N.º 18.707.422/0001-67 que tem por objeto a aquisição de 02 veículos Minivan destinadas ao atendimento das necessidades do Departamento Municipal de Saúde:
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de agosto de 2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, aos 18 de agosto de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:F0937728

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº. 380, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Designa Gestor e Fiscal de Contrato.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Artigo 65, incisos VI da Lei Orgânica Municipal, ***RESOLVE,***
Art. 1º Ficam designados os servidores Fernanda Campos Brasil e Ana Caroline de Souza Machado e Vinícius Antônio Barbosa, para atuarem, respectivamente, como Gestora e Fiscais do Contrato Nº 297/2026 objeto do Processo Administrativo N.º 162/2026 - Inexigibilidade 018/2026, firmado com instituição RECANTO SÃO BENEDITO**,** inscrita no CNPJ sob o n.º 45.702.644/0001-60, estabelecida à Rua Joaquim da Costa Manso Neto, n.º 920, bairro Centro, no município de São Bento do Sapucaí/SP, eu tem por objeto a Prestação de serviços de acolhimento em Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), com complementação financeira mensal destinada à manutenção da vaga da Sra. V. L. R., incluindo hospedagem, alimentação, cuidados de higiene, administração de medicamentos, acompanhamento multiprofissional, assistência integral 24 horas e demais serviços previstos na RDC ANVISA nº 502/2021:
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de agosto de 2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, aos 18 de agosto de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:2ADE50C8

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº. 381, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Designa Gestor e Fiscal de Contrato.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Artigo 65, incisos VI da Lei Orgânica Municipal, ***RESOLVE,***
Art. 1º Ficam designados os servidores Handerson Alex Ribeiro e Fernanda Paula dos Santos, para atuarem, respectivamente, como Gestor e Fiscal do Contrato Nº 302/2026 objeto do Processo Administrativo N.º 163/2026 - Dispensa 048/2026, firmado com a empresa **RENAN SILVA CASTRO**, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.588.212/0001-10, sediada na rua José Maria Gonçalves, n.º 88, bairro Residencial Paraíso, na cidade de Paraisópolis/MG, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de brinquedos infláveis, equipamentos recreativos e estruturas de apoio, sob demanda, para utilização nas campanhas, ações e eventos institucionais promovidos pelo Departamento Municipal de Administração.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de agosto de 2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, aos 18 de agosto de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:A7E7C265

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE EDITAL RESUMIDO PROCESSO Nº: 170/2026 MODALIDADE: PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS EDITAL Nº: 116/2026

AVISO DE EDITAL RESUMIDO

Processo nº: 170/2026
Modalidade: Pregão – Registro de Preços
Edital nº: 116/2026
Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS, **COM OPERADOR**, PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG.

A Prefeitura Municipal de Patrocinio torna público que no **dia 03 de setembro de 2026 às 09:00 hs**, realizará Pregão na Modalidade Eletrônica através da plataforma Licitanet licitações on-line, disponível no endereço https://www.licitanet.com.br/.

Cópias de Edital e informações complementares serão obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, no e-mail: *licitacao@patrocinio.mg.gov.br*, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br e na plataforma Licitanet: https://www.licitanet.com.br/ .

Patrocínio/MG, 18 de agosto de 2026.

VANESSA PATRÍCIA FERREIRA
Pregoeira

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:B1255258

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SUSPENSÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO PROCESSO Nº: 158/2026 MODALIDADE: PREGÃO EDITAL Nº: 108/2026

SUSPENSÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Processo nº: 158/2026
Modalidade: Pregão
Edital nº: 108/2026
Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE TÊNIS PERSONALISADO PARA ATENDER A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG.

Fica suspenso o processo licitatório supracitado para análise técnica das impugnações apresentadas e disponibilizada na plataforma Licitanet. A nova data para a abertura do processo licitatório será publicada nos termos da Lei 14.133/21.

Patrocínio, 18 de agosto de 2026.

UIARA DE SOUZA MONTEIRO PINHEIRO
Agente de Contratação

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:80ACCCE6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO DO MURIAÉ

MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO DO MURIAÉ
ADESÃO 004/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO DO MURIAÉ – Publica a Adesão 004/2026 - Referente a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 020/2025, oriunda do Pregão Eletrônico Nº 012/2025 - SRP, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2025, DO CONSÓRCIO PÚBLICO PARA DESENVOLVIMENTO DO ALTO PARAOPEBA – CODAP. Objeto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de veículos. Tendo como contratada a empresa: DEVA VEICULOS LTDA - CNPJ: 23.762.552/0003-02, através do Contrato Administrativo nº 056/2026, no valor total de R$ 756.700,00 (Setecentos e Cinquenta e Seis Mil Setecentos Reais). Recurso: Convênio Nº S.E.E 1261001614/2025. Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.00.2.06.00.12.361.0029.1.0015. Vigência de 10/08/2026 até 31/12/2026.

Patrocínio do Muriaé. 07/08/2026.

GOLDSTEIN AGOSTINI DA MATTA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Moises de Souza Piteira
Código Identificador:10AE25B1

MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO DO MURIAÉ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 084/2026 - RETIFICADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO DO MURIAÉ – Publica a RETIFICAÇÃO do Pregão Eletrônico Nº 084/26 – Objeto: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento parcelado de fórmulas infantis, leites e outros em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde. Tipo de Julgamento: Menor Preço Unitário, com itens Exclusivos para Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI. Nova data de recebimento das propostas até às 08h50min do dia 31/08/26. Nova data de Início da Sessão: 31/08/26 às 09h00min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF. Informações complementares pelo 0800 032 1233 – Ramal 3008 ou e-mail: licitacao3@patrociniodomuriae.mg.gov.br. Edital Retificado disponível a partir de 19/08/2026.

GOLDSTEIN AGOSTINI DA MATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Moises de Souza Piteira
Código Identificador:7F28A02D

MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO DO MURIAÉ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 087/2026 - RETIFICADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO DO MURIAÉ – Publica a RETIFICAÇÃO do Pregão Eletrônico Nº 087/26 – Objeto: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais elétricos e outros, em atendimento de demandas de diversas Secretarias do Município de Patrocínio do Muriaé/MG. Tipo de Julgamento: Menor preço por Item, com Itens Exclusivos para Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI. Nova data de Recebimento das propostas até às 08h50min do dia 01/09/26. Nova data de Início da Sessão: 01/09/26 às 09h00min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF. Informações complementares pelo 0800 032 1233 – Ramal 3008 ou e-mail: licitacao3@patrociniodomuriae.mg.gov.br. Edital Retificado disponível a partir de 20/08/2026.

GOLDSTEIN AGOSTINI DA MATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Moises de Souza Piteira
Código Identificador:9FEFD34E

MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO DO MURIAÉ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 088/2026 - RETIFICADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO DO MURIAÉ – Publica a RETIFICAÇÃO do Pregão Eletrônico Nº 088/26 – Objeto: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de Instalação de aparelhos de ar-condicionado, conforme a necessidade apresentada pelas Secretarias Demandantes. Tipo de Julgamento: Menor Preço por Lote, com Lotes de Ampla Concorrência. Nova data de Recebimento das propostas até às 08h50min do dia 03/09/26. Nova data de Início da Sessão: 03/09/26 às 09h00min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF. Informações complementares pelo 0800 032 1233 – Ramal 3008 ou e-mail: licitacao3@patrociniodomuriae.mg.gov.br. Edital Retificado disponível a partir de 20/08/2026.

GOLDSTEIN AGOSTINI DA MATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Moises de Souza Piteira
Código Identificador:D2F5B4D7

MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO DO MURIAÉ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 093/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO DO MURIAÉ – Publica o Pregão Eletrônico Nº 093/26 – Objeto: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado de equipamentos médico hospitalares, em atendimento à demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Patrocínio do Muriaé/MG. Tipo de Julgamento: Menor preço por Unitário, com Itens de Ampla Concorrência e Itens Exclusivos para Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI. Recebimento das propostas até às 08h50min do dia 01/09/26. Início da Sessão: 01/09/26 às 09h00min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF. Informações complementares pelo 0800 032 1233 – Ramal 3008 ou e-mail: licitacao3@patrociniodomuriae.mg.gov.br. Edital disponível a partir de 20/08/2026.

GOLDSTEIN AGOSTINI DA MATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Moises de Souza Piteira
Código Identificador:D6806809

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA AZUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO CMDCA Nº 002/2026 MODALIDADE FINANCIAMENTO DIRETO

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pedra Azul – CMDCA, em conjunto com a Prefeitura Municipal de Pedra Azul/MG, torna público o Edital de Chamamento Público CMDCA nº 002/2026 – Modalidade Financiamento Direto, destinado à seleção de projetos apresentados por Organizações da Sociedade Civil – OSCs, regularmente registradas no CMDCA de Pedra Azul/MG, para celebração de Termo de Fomento com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA.
Os projetos deverão estar voltados à promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos de crianças e adolescentes, em consonância com as políticas públicas municipais, o Plano de Ação do CMDCA e o

Plano de Aplicação do FMDCA, tendo como beneficiários crianças e adolescentes residentes no Município de Pedra Azul/MG.
VALOR DO REPASSE: até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por projeto, conforme disponibilidade orçamentária e financeira do FMDCA e as condições estabelecidas no Edital.
PERÍODO DE INSCRIÇÃO: de 20/08/2026 a 19/09/2026.
LOCAL PARA PROTOCOLO DOS DOCUMENTOS
Av. Joaquim Antunes, nº 67, Centro, Pedra Azul/MG, das 8h às 11h e das 13h às 17h.
CONSULTA AO EDITAL
O Edital encontra-se disponível, na íntegra, no site oficial da Prefeitura Municipal de Pedra Azul/MG, no endereço eletrônico https://www.pedraazul.mg.gov.br, bem como no quadro de avisos localizado no hall (térreo) do Edifício da Prefeitura Municipal, situado na Praça Theopompo de Almeida, nº 250, Centro.
ESCLARECIMENTOS
Informações e esclarecimentos poderão ser solicitados pelo e-mail:cmdca@pedraazul.mg.gov.br.

Publicado por:
Renato Dias de Melo
Código Identificador:56EE120E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA - MG
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 075/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 045/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA/MG – AVISO DE LICITAÇÃO - Processo nº 075/2026 - Pregão Eletrônico n° 045/2026. Tipo menor preço por item. Objeto: Aquisição de veículo, conforme convênio de saída n° 1491000717/2026 em atendimento à Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer. A data de início e abertura será 01/09/2026 às 08:00h no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br. O edital e seus anexos estão disponíveis nos sites: www.comprasnet.gov.br e www.pedradoanta.mg.gov.br -

Pedra do Anta, 18/08/2026.

MICHELLY CRISTINA DA SILVA –
Pregoeira.

Publicado por:
Michelly Cristina
Código Identificador:0A120CBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA - MG
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento n° 001/2026 – Inexigibilidade n° 009/2026 – Processo n° 011/2026. O Prefeito do Município de Pedra do Anta no uso de suas atribuições legais AUTORIZA o credenciamento da empresa RAVEN DIESEL PECAS E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 64.710.811/0001-69, em serviços de mecânica, funilaria, pintura, elétrica/eletrônica, alinhamento e balanceamento e troca de óleo e filtro a fim de atender as demandas da frota da Prefeitura de Pedra do Anta. Fundamentação legal: Art. 74. Inciso IV e Art. 79, inciso I da Lei Federal n° 14.133/2021 e suas alterações.

Pedra do Anta, 18 de aqgosto de 2026.

ODIRLEI ROCHA VIANA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Magna Reis
Código Identificador:2F9B4874

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA - MG
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

Credenciamento n° 001/2026 – Inexigibilidade n° 009/2026 – Processo n° 011/2026. O Prefeito do Município de Pedra do Anta no uso de suas atribuições legais AUTORIZA o credenciamento da empresa LINDOMAR PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ nº 41.662.076/0001-60, em serviços de mecânica, alinhamento e balanceamento e troca de óleo e filtro a fim de atender as demandas da frota da Prefeitura de Pedra do Anta. Fundamentação legal: Art. 74. Inciso IV e Art. 79, inciso I da Lei Federal n° 14.133/2021 e suas alterações.

Pedra do Anta, 18 de agosto de 2026.

ODIRLEI ROCHA VIANA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Magna Reis
Código Identificador:4471DF69

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA - MG
EXTRATO DE TERMO DE DESCREDENCIAMENTO

Termo de Descredenciamento referente ao PROCESSO Nº 108/2025 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 032/2025 – TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026. Fundamentação: O presente descredenciamento fundamenta-se no fato de que o instrumento de credenciamento firmado no âmbito do Processo nº 108/2025 apresenta preços superiores para os mesmos itens contemplados no Processo nº 072/2026 – Inexigibilidade de Licitação nº 009/2026 – Credenciamento nº 001/2026**,** tendo a CREDENCIADA interesse em se credenciar no novo procedimento, com a aplicação dos preços nele estabelecidos. Descredenciada: RAVEN DIESEL PECAS E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 64.710.811/0001-69. Fundamentação legal: Cláusula oitava do Termo de Credenciamento e Lei 14.133/2021.

Pedra do Anta, 18 de agosto de 2026.

ODIRLEI ROCHA VIEIRA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Magna Reis
Código Identificador:C493C538

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RETIFICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026 - O Município de Planura torna pública a RETIFICAÇÃO do Edital do Processo Licitatório n° 068/2026, Pregão Eletrônico n° 021/2026, cujo objeto Constitui o objeto desta licitação a aquisição de veículos Tipo Hatch, Tipo minivan e Ambulância Tipo A, novos, zero km, de acordo com as Resoluções SES/MG nº 10.611/2025, 11.042/2026 e 11.058/2026, e conforme as condições e especificações técnicas contidas no edital e seus anexos, publicado em 06/08/2026 no Diário dos Municípios Mineiros, Pág. 8, no Diário Oficial dos Municípios Mineiros - edição 4333, no átrio e no site do município. Desta forma, designou-se NOVAS DATAS PARA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Inicio do recebimento de Propostas: 20/08/2026 às 08H00. Abertura e Julgamento das Propostas: 01/09/2026 às 08H00. Início da Sessão de Disputa de Preços: 01/09/2026 às 09H00. A sessão do Pregão Eletrônico ocorrerá através da página eletrônica da Bolsa Nacional de Compras www.bnc.org.br. ESCLARECIMENTOS através do telefone (34) 3427-7014 e e-mail: licitacao@planura.mg.gov.br, no horário das 13H às 16:00H, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos. DOWNLOAD de Editais através dos sites: www.planura.atende.net e www.bnc.org.br .

Planura/MG, 19 de agosto de 2026

LUIZ FERNANDO GOMES –
Pregoeiro.

Publicado por:
Luiz Fernando Gomes
Código Identificador:795E986C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
2º EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 178/2025

2º Extrato de Atas de Registro de Preços. Processo Licitatório Nº: 178/2025 – Pregão Eletrônico Nº 096/2025. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Contratada: Ata de Registro de Preços Nº 247/2026, CIRURGICA FRATELLI, CNPJ: 37.180.839/0001-69. Valor total: R$ 159.123,20 (cento e cinquenta e nove mil e cento e vinte e três reais e vinte centavos). Publique-se.

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR
(Prefeito Municipal).

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:DD3DDF3B

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
AVISO DE SUSPENSÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 217/2026

AVISO DE SUSPENSÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 217/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/2026 cujo o objeto Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Equipamentos de Informática. O Município de Ponte Nova, torna público a SUSPENSÃO DA ABERTURA a qual iria realizar-se às 09:00 horas do dia 19/08/2026 (dezenove de agosto de dois mil e vinte e seis). A suspensão se faz necessária para avaliação dos pedidos de esclarecimentos. Portanto a sessão fica suspensa sine die. A nova data da sessão pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente.

JÚLIO PIRES MONTEIRO
(Pregoeiro).

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:6F2B3C3A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO O MUNICÍPIO DE PONTE NOVA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO, em conformidade com o § 1o do artigo 32 da Lei Federal no 13.019/2014, torna público que foi autorizada a dispensa de chamamento público, em razão de emenda parlamentar impositiva, em favor da ACADEMIA DE LETRAS, CIÊNCIAS E ARTES DE PONTE NOVA – ALEPON, inscrita no CNPJ sob o no 00.371.947/0001-09. A parceria será formalizada por meio de Termo de Fomento, no valor global de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), tendo como objeto a modernização administrativa, preservação, catalogação e digitalização do acervo documental e bibliográfico, melhorias estruturais da sede e difusão de atividades culturais e literárias, visando ao atendimento de finalidades de relevante interesse público e recíproco. A ALEPON, Organização da Sociedade Civil (OSC) sem fins lucrativos, atende integralmente aos requisitos de habilitação jurídica e qualificação técnica estipulados pela Lei Federal no 13.019/2014, pela Lei Federal no 14.903/2024 e pelo Decreto Municipal no 11.119/2018. Com mais de três décadas de destacada atuação no município, a entidade apresenta histórico idôneo na salvaguarda da memória e no fomento às letras e artes em Ponte Nova. Conforme preceitua o § 2o do artigo 32 da Lei Federal no 13.019/2014, abre-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de eventuais impugnações à presente justificativa, a contar da data de sua publicação oficial, as quais deverão ser formalizadas e protocoladas junto ao setor de Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Ponte Nova. O inteiro teor da justificativa e o plano de trabalho encontram-se disponíveis para consulta na sede administrativa e na página oficial do Município.

Ponte Nova/MG, 17 de agosto de 2026.

CAMILA MONTEIRO TAVARES SOTERO
Secretária Municipal de Cultura e Patrimônio

Publicado por:
Camila Monteiro Tavares Sotero
Código Identificador:8C7D3D66

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DE 1ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO – ADITAMENTO PROCESSO 056/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026.

Extrato de 1ª Alteração de Contrato – Aditamento Processo 056/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026. A Prefeitura Municipal de Ponte Nova – MG torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que está publicando o Extrato de 1ª Alteração Contratual referente ao Processo Licitatório 056/2026 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026 cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para construção de unidade básica de saúde (UBS) no bairro Novo Horizonte, CONSTRUTORA LAFER LTDA, CNPJ Nº 02.094.448/0001-47, no valor de R$ 366.756,62 (trezentos e sessenta e seis mil, setecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos); totalizando aproximadamente 17% do valor do contrato. Publique-se.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
(Prefeito Municipal).

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:A6284C04

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO Nº 250/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 057/2026

Extrato de Homologação - Processo nº 250/2026 – Inexigibilidade nº 057/2026. A Prefeitura Municipal de Ponte Nova/MG torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que está publicando a Homologação referente ao Processo nº 250/2026 – Inexigibilidade nº 057/2026 cujo objeto é o Pagamento de franquia de troca de vidro para-brisa Voyage placa QNQ - 4890. Contratado: EKI SOM LTDA, CNPJ nº 22.063.770/0001-16, no valor de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais). Publique-se.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
(Prefeito Municipal).

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:D3223271

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO. PROCESSO Nº 016/2023 INEXIGIBILIDADE Nº 002/2023

Extrato de Termo de Credenciamento. Processo Nº 016/2023 Inexigibilidade nº 002/2023. Objeto: Contratação de artistas nas seguintes categorias: cantor solo, banda, DJ e locutor de eventos para atender aos diversos eventos e atividades do município de Ponte Nova. Termo de Credenciamento 028/2026 - Credenciado: 55.480.110 FLAVIO FONSECA MARQUES, CNPJ/CPF sob no

55.480.110/0001-90. Valor unitário: R$ 6.700,91 (seis mil e setecentos reais e noventa e um centavos). Publique-se.

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR
(Prefeito Municipal).

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:895CD8A2

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
PORTARIA288

PORTARIA Nº 288/2026

O Prefeito Municipal de Ponte Nova, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, previstas no Art. 129, inciso XL da Lei Orgânica do Município,
Considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 8º do Decreto Municipal nº 12.805/2022,
Considerando o poder disciplinar da Administração Pública consistente no vínculo de subordinação e hierarquia que existe entre a Autoridade Administrativa e os servidores municipais;

Resolve:
Art. 1º - Designar como fiscal e gestora do contrato ou instrumento equivalente decorrente do processo licitatório nº 251/2026, cujo objeto é a Contratação de Serviços Técnicos para Atendimento ao Rider Técnico do Cantor Thiaguinho, os seguintes servidores:
Fiscal:
Matheus de Oliveira, cultura@pontenova.mg.gov.br, (31) 99828-3213

Gestora:
Thaiza Maira Gama Sarti, cultura@pontenova.mg.gov.br, (31) 99828-3213

Art. 2º - A vigência desta portaria coincidirá com a vigência contratual e suas sucessivas prorrogações, ou, ainda, enquanto perdurarem pendências relacionadas ao contrato ou instrumento equivalente;

Art. 3° - Em caso de ausência do titular, a autoridade competente, Secretário (a) Municipal requisitante, deverá informar a ausência do fiscal e/ou gestor e a indicação do substituto, para ser designado pela autoridade máxima do município.

Art. 4º - Fica garantido aos fiscais e gestores, amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos contratos ou instrumentos equivalentes sob fiscalização.

Art. 5º - As atribuições de fiscalização e gestão estão previstas do Decreto Municipal nº 12.805/2022.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Ponte Nova, 18 de agosto de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:BB0AE852

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
PORTARIA289

PORTARIA Nº289/2026

O Prefeito Municipal de Ponte Nova, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, previstas no Art. 129, inciso XL da Lei Orgânica do Município,
Considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 8º do Decreto Municipal nº 12.805/2022,
Considerando o poder disciplinar da Administração Pública consistente no vínculo de subordinação e hierarquia que existe entre a Autoridade Administrativa e os servidores municipais;

Resolve:
Art. 1º - Designar como fiscal e gestor do contrato ou instrumento equivalente decorrente do processo licitatório nº 250/2026, cujo objeto é o Pagamento de franquia de troca de vidro para-brisa Voyage placa QNQ – 4890, os seguintes servidores:
a) Fiscal do Contrato:
• Juliana Joyce Carla de Almeida, semob@pontenova.mg.gov.br, (31)3817-4239 - RAMAL 3

b) Gestor do Contrato:
• Washington Delmiro Ferreira, semob@pontenova.mg.gov.br, (31)3817-4239 - RAMAL 3

Art. 2º - A vigência desta portaria coincidirá com a vigência contratual e suas sucessivas prorrogações, ou, ainda, enquanto perdurarem pendências relacionadas ao contrato ou instrumento equivalente;

Art. 3° - Em caso de ausência do titular, a autoridade competente, Secretário (a) Municipal requisitante, deverá informar a ausência do fiscal e/ou gestor e a indicação do substituto, para ser designado pela autoridade máxima do município.

Art. 4º - Fica garantido aos fiscais e gestores, amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos contratos ou instrumentos equivalentes sob fiscalização.

Art. 5º - As atribuições de fiscalização e gestão estão previstas do Decreto Municipal nº 12.805/2022.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Ponte Nova, 18 de agosto de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:97D7A476

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
PORTARIA290

PORTARIA Nº 290/2026

O Prefeito Municipal de Ponte Nova, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, previstas no Art. 129, inciso XL da Lei Orgânica do Município,
Considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 8º do Decreto Municipal nº 12.805/2022,
Considerando o poder disciplinar da Administração Pública consistente no vínculo de subordinação e hierarquia que existe entre a Autoridade Administrativa e os servidores municipais;
Resolve:
Art. 1º - Designar como fiscais e gestores do contrato ou instrumento equivalente decorrente do processo licitatório nº 243/2026, cujo objeto é o **registro de preços para futura e eventual Aquisição de Café em pó,** os seguintes servidores:
a) Fiscais do contrato:
• Anna Chistina de Paiva Gonçalves, almoxsemsa01@gmail.com - (31) 3817 1120
• Rodolfo Pereira Guimarães, semam@pontenova.mg.gov.br - (31) 3817-1896
• Jeandro da Silva Vianna, semas@pontenova.mg.gov.br – (31) - 99513-3868
• Nivalda Azevedo Freitas, almoxarifado@edu.pontenova.mg.gov.br – (31) 9 7139-3571
• Issac Borges Augusto, patrimonio@pontenova.mg.gov.br - (31) 7227-2316
• Mateus Diniz Silva, sedru@pontenova.mg.gov.br - (31) 99624-7410
b) Gestores do contrato:

• Titular: Maria Allice Edy Souza Romagnoli, patrimonio@pontenova.mg.gov.br - (31) 7227-2316
• Suplente: Janaina Barbosa Sete e Silva, gabinetesaude@pontenova.mg.gov.br - (31) 3817 1120

Art. 2º - A vigência desta portaria coincidirá com a vigência contratual e suas sucessivas prorrogações, ou, ainda, enquanto perdurarem pendências relacionadas ao contrato ou instrumento equivalente;
Art. 3° - Em caso de ausência do titular, a autoridade competente, Secretário (a) Municipal requisitante, deverá informar a ausência do fiscal e/ou gestor e a indicação do substituto, para ser designado pela autoridade máxima do município.
Art. 4º - Fica garantido aos fiscais e gestores, amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos contratos ou instrumentos equivalentes sob fiscalização.
Art. 5º - As atribuições de fiscalização e gestão estão previstas do Decreto Municipal nº 12.805/2022.
Art. 6º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Ponte Nova, 18 de agosto de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:C98C23DD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
Processo Licitatório n.º 071/2026
Dispensa de Licitação n.º 018/2026
O MUNICÍPIO DE PRADOS, por intermédio da Prefeitura Municipal, situado na Rua José Silva Filho, n° 11, inscrita no CNPJ 18.5.57.538/0001-67, torna público a Dispensa n° 018/2026, que tem por objeto: **Contratação de serviços especializados de "Assessoria e consultoria técnica para o desenvolvimento e execução da Política Nacional Aldir Blanc de fomento à Cultura, Lei Rouanet, Sistema Municipal de Cultura, Sistema Nacional de Cultura e demais setores da Cultura" para o Município de Prados/MG.** Nos termos do inciso VIII do art. 72 da Lei nº 14.133/2021, foi AUTORIZADA a contratação da empresa **INOVITÀ**, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.815.416/0001-47. O valor total será de R$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais). Fundamento: Art. 75, VIII, da Lei 14.133/2021.

Prados, 18 de agosto de 2026.

Publicado por:
Lívia Carvalho de Sousa
Código Identificador:4B5DCCB1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS
LEI Nº 2.448/2026 "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE ACORDO JUDICIAL, ADQUIRIR IMÓVEL POR MEIO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL/PERMUTA, RECEBER IMÓVEL DANIFICADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PUBLICAÇÃO – LEI Nº 2.448/2026
A Administração Pública do Município de Pratápolis, Minas Gerais, torna público nos termos da Lei 2.000/2020, que realizou a publicação da Lei Ordinária nº 2.448/2026, que "*AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE ACORDO JUDICIAL, ADQUIRIR IMÓVEL POR MEIO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL/PERMUTA, RECEBER IMÓVEL DANIFICADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."* junto ao Portal da Transparência do Município e afixada no átrio da sede da Prefeitura Municipal no dia 18 de agosto de 2026. A íntegra do texto legal poderá ser conferido através do sítio eletrônico do Portal da Transparência sob o link: https://pratapolis.mg.gov.br/leis/

Publicado por:
Rafael Corrêa Ramos
Código Identificador:EA4E9F10

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS
LEI Nº 2.449/2026 "INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PRATÁPOLIS – MG, DEFINE SEUS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, EIXOS ESTRUTURANTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PUBLICAÇÃO – LEI Nº 2.449/2026
A Administração Pública do Município de Pratápolis, Minas Gerais, torna público nos termos da Lei 2.000/2020, que realizou a publicação da Lei Ordinária nº 2.449/2026, que "*INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PRATÁPOLIS – MG, DEFINE SEUS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, EIXOS ESTRUTURANTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."* junto ao Portal da Transparência do Município e afixada no átrio da sede da Prefeitura Municipal no dia 18 de agosto de 2026. A íntegra do texto legal poderá ser conferido através do sítio eletrônico do Portal da Transparência sob o link: https://pratapolis.mg.gov.br/leis/

Publicado por:
Rafael Corrêa Ramos
Código Identificador:288FD8EC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS
AVISO DE LICITAÇÃO

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

ÓRGÃO
Município de Prudente de Morais/MG — CNPJ nº 18.314.625/0001-93
PROCESSO LICITATÓRIO
Nº 114/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 37/2026
FUNDAMENTO LEGAL
Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, c/c o art. 4º, § 2º, do Decreto Municipal nº 2.604, de 2 de janeiro de 2023
OBJETO: Aquisição de 08 (oito) esculturas decorativas em tamanho real, confeccionadas em fibra de vidro e resina poliéster de alta resistência, destinadas à composição, ambientação e valorização temática da Cidade das Crianças, espaço público construído no Município de Prudente de Morais/MG, conforme especificações e condições do Termo de Referência.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO
Menor preço
VALOR TOTAL ESTIMADO
R$ 49.013,33 (quarenta e nove mil, treze reais e trinta e três centavos)
O Município de Prudente de Morais/MG TORNA PÚBLICO, nos termos do art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, a intenção de contratação direta acima especificada, ficando facultado a eventuais interessados apresentar propostas adicionais no prazo abaixo indicado.
PRAZO PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO
Início: 20/08/2026, às 09h00
Término: 28/08/2026, às 08h30
Abertura das propostas e sessão pública: 28/08/2026, às 09h00
LOCAL DE PROTOCOLO OU ENVIO
Setor de Licitações — Rua Prefeito João Dias Jeunnon, nº 56, Centro, Prudente de Morais/MG, CEP 35738-000, ou e-mail licitacoes@prudentedemorais.mg.gov.br

ÍNTEGRA DO PROCESSO: o edital, o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência e a minuta de contrato encontram-se disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos dos arts. 54 e 174, § 2º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, e no sítio eletrônico oficial do Município.

INFORMAÇÕES

Mariana Gomes da Silva — telefone (31) 2222-0100, ramal licitações 108

LOCAL E DATA

Prudente de Morais/MG, 18 de agosto de 2026

CLAUDINEY ARAÚJO
Agente de Contratação

Publicado por:
Mariana Gomes da Silva
Código Identificador:B62FFA05

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS CREDENCIAMENO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 112/2026

CONTRATANTE: Município de Prudente de Morais/MG, inscrito no CNPJ nº 18.314.625/0001-93, com sede na Rua Prefeito João Dias Jeunnon, nº 56, Centro, em Prudente de Morais/MG.

OBJETO: Credenciamento de profissionais barbeiros, pessoas físicas ou jurídicas regularmente constituídas, para prestação de serviços de corte de cabelo masculino durante ações itinerantes promovidas pela Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, especialmente no âmbito do Projeto CRAS Mais Perto de Você, visando promover ações de cidadania, fortalecimento de vínculos comunitários, valorização da autoestima, inclusão social e aproximação dos serviços socioassistenciais junto à população, conforme especificações constantes neste Termo de Referência e no Edital de Credenciamento.

PRAZOS

• Início do recebimento da documentação: 18/08/2026, às 09h00;
• Fim do recebimento da documentação: 08/09/2026, às 09h00;

Nos termos do art. 74 inciso IV da Lei nº 14.133/2021, será permitida a habilitação de novos interessados enquanto vigente o edital.

Após o decurso do prazo legal de publicação e divulgação do presente edital, o procedimento de credenciamento permanecerá aberto para o recebimento de novos pedidos no período compreendido entre 18 de agosto de 2026 e 08 de setembro de 2026, observado o horário de expediente da Comissão Permanente de Licitação.

Findo esse prazo, não serão mais aceitos novos pedidos de credenciamento, ressalvada a possibilidade de reabertura por ato motivado da Administração, mediante novo edital ou comunicado oficial.

De acordo com a preço imposto pela Prefeitura FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.

VALOR TOTAL: R$ 9.000,99

Publicado por:
Kenia Barbosa Rodrigues
Código Identificador:D3A20508

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS EXTRATO DE AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO

EXTRATO DE AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO

Órgão: Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Prudente de Morais/MG

Objeto: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 003/2024 do CIEDEPAR – Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná, para aquisição de módulos para transporte interno com capacidade para 8 (oito) lugares, destinados ao transporte de crianças em eventos e ocasiões diversas do Município de Prudente de Morais/MG.

Empresa: WPB COMÉRCIO, SERVIÇOS E ASSESSORIA LTDA
CNPJ: 28.610.644/0001-10
Quantidade: 6 módulos
Valor unitário: R$ 14.900,00
Valor total: R$ 89.400,00
Fundamento: Art. 86 da Lei nº 14.133/2021
Condição: Adesão sujeita à anuência do CIEDEPAR – Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná.

Prudente de Morais, 18 de agosto de 2026.

CLAUDINEY ARAÚJO
Agente de Contratações
Prudente de Morais/MG

Publicado por:
Mariana Gomes da Silva
Código Identificador:961711B6

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 207/2026

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 207/2026
Processo Licitatório nº 106/2026 Adesão nº 012/2026 Ata de Registro de Preços nº 001/2025 do CIMCENTRAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRUDENTE DE MORAIS/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.314.625/0001-93, com sede administrativa localizada na Rua Prefeito João Dias Jeunnon, nº 56, Centro, Prudente de Morais/MG, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. Emiliane Alves França, inscrita no CPF sob o nº 076.486.256-10, doravante denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA: AUTOMAX COMERCIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Padre Pedro Evangelista, nº 44, Bairro Coração Eucarístico, Belo Horizonte/MG, CEP 30535-490, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.994.976/0004-87, neste ato representado por sua Procuradora, Sra. Monica Cristina Martins Parpinelli Moutinho, portadora do CPF nº 080.991.026-81, doravante denominada CONTRATADA.

OBJETO: Este contrato tem por objeto a aquisição de 3 (três) VEÍCULOS DE PASSEIO – 5 LUGARES – ZERO KM: Veículo biocombustível, direção hidráulica ou elétrica, 04 portas, câmbio manual ou automático. Distância entre eixos mínima de 2.370mm. 4 cilindros Ar condicionado. Trio elétrico 1 UND Quantidade Complementação: 0km, fabricado, no máximo, há 6 (seis) meses, com todos os acessórios mínimos obrigatórios, conforme legislação em vigor. Controle de estabilidade, controle de tração, e CAMINHONETA – VEÍCULO PICK-UP ZERO KM, CARACTERISTICAS MÍNIMAS: Capacidade mínima de 650 kg, Cabine dupla, Veículo utilitário tipo pick-up leve ou média, cor preferencialmente branca padrão original da fábrica, Bancos: vinil/tecido ou qualidade igual ou superior; Motorização mínima 1.0; Potência mínima 85 cv; Tipo de combustível: Bicombustível/Flex; Câmbio: manual; Direção: Elétrica ou Hidráulica; Ocupantes: mínimo 05 lugares. Itens de Segurança: Air bag motorista e passageiro, freio ABS, travas elétricas, vidros elétricos dianteiro e traseiro, farol de neblina, controle de estabilidade e demais itens obrigatórios determinados pelos órgãos de controle. Itens de Conforto: Ar Condicionado, Rádio e Tapete. MARCA FIAT, MODELO STRADA VOLCANO a ser realizada por meio da adesão à Ata de Registro de Preço, destinadas ao atendimento das demandas da Administração Pública Municipal de Prudente de Morais/MG.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Valor Total: R$ 434.546,34 (quatrocentos e trinta e quatro mil quinhentos e quarenta e seis reais e trinta e quatro centavos)

PUBLICAÇÃO: Realizada conforme os princípios da publicidade e da
transparência previstos na Lei nº 14.133/2021.

Prudente de Morais / MG, 18 de agosto de 2026.

Assinam Digitalmente:

CHEILA REIS DE SOUZA –
Secretário (a) Municipal

EMILIANE ALVES FRANÇA –
Secretário (a) Municipal

MIGUEL ARCANJO DA SILVA JESUS -
Secretário (a) Municipal

FABIANA RODRIGUES PEREIRA -
Representante Legal da Empresa
Contratada

Publicado por:
Mariana Gomes da Silva
Código Identificador:1A6FCFAC

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 207/2026

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 207/2026
Processo Administrativo nº 108/2026
Dispensa de Licitação nº 34/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRUDENTE DE MORAIS/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.314.625/0001-93, com sede administrativa localizada na Rua Prefeito João Dias Jeunnon, nº 56, Centro, Prudente de Morais/MG, **neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação e Cultura , Sr.(a) Cheila Reis de Souza,** inscrito(a) no CPF sob o nº 646.845.986-91, doravante denominado **CONTRATANTE.**
MAURICIO ALVES ME com sede administrativa localizada na Rua Antônio Barbosa Neto, n.º 1256, bairro Maracanã, CEP nº 35.738-000, na cidade de Prudente de Morais/MG, inscrito no CNPJ sob n.º 26.608.324/0001-14, neste ato representado pelo representante legal, Sr. Mauricio Alves, portador do CPF nº 026.367.726-50
OBJETO Este contrato tem por objeto a contratação de pessoa física (artista autônomo) ou pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de pintura artística (arte mural, pintura de muro e solo) nas escolas municipais de Prudente de Morais/MG, conforme condições, quantitativos e especificações constantes neste instrumento e no Termo de Referência.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
Valor Total: R$ 17.000,06 (dezesete mil reais e seis centavos).
PUBLICAÇÃO: Realizada conforme os princípios da publicidade e da
transparência previstos na Lei nº 14.133/2021.

Prudente de Morais / MG, 18 de agosto de 2026.

Assinam Digitalmente:

CHEILA REIS DE SOUZA –
Secretário (a) Municipal

MAURICIO ALVES -
Representante Legal da Empresa
Contratada

Publicado por:
Mariana Gomes da Silva
Código Identificador:3F0CC8D9

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 208/2026

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 208/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRUDENTE DE MORAIS/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.314.625/0001-93, com sede administrativa localizada na Rua Prefeito João Dias Jeunnon, nº 56, Centro, Prudente de Morais/MG, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. Emiliane Alves França, inscrita no CPF sob o nº 076.486.256-10, doravante denominado CONTRATANTE.
CONTRATADA: MARKA VEÍCULOS E PEÇAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Autorama, nº 1.200, Bairro Santa Luzia, Divinópolis/MG, CEP 35501-221, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.707.422/0001-67, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Hélcio Coutinho Gonçalves de Andrade, portador do CPF nº 590.171.476-87, doravante denominada CONTRATADA
OBJETO: Este contrato tem por objeto a aquisição de 02 (duas) unidades de VEÍCULO SETE LUGARES ZERO KM, conforme especificações técnicas do Item 1 da Ata de Registro de Preços nº 035/2024, para atender as necessidades da Administração Pública Municipal de Prudente de Morais/MG, conforme Processo Administrativo nº 115/2026, sendo: a) 01 (uma) unidade destinada à Secretaria Municipal de Educação; b) 01 (uma) unidade destinada à Secretaria Municipal de Saúde.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
Valor Total: R$ 305.209,22 (trezentos e cinco mil, duzentos e nove reais e vinte e dois centavos).
PUBLICAÇÃO: Realizada conforme os princípios da publicidade e da
transparência previstos na Lei nº 14.133/2021.

Prudente de Morais / MG, 18 de agosto de 2026.

Assinam digitalmente:

Cheila Reis de Souza – Secretário (a) Municipal

Emiliane Alves França - Secretário (a) Municipal

Hélcio Coutinho Gonçalves de Andrade - Representante legal da empresa
contratada

Publicado por:
Mariana Gomes da Silva
Código Identificador:0E156769

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS
INEXIGIBILIDADE 39/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 117/2026
FUNDAMENTAÇÃO ART. 74, INCISO I
CONTRATANTE: Município de Prudente de Morais/MG, inscrito no CNPJ nº 18.314.625/0001-93, com sede na Rua Prefeito João Dias Jeunnon, nº 56, Centro, em Prudente de Morais/MG.
OBJETO:Constitui objeto do presente Termo de Referência a contratação, por inexigibilidade de licitação, da empresa **Jungle Consultoria e Soluções Sociais Ltda.**, para renovação da licença de uso da **Plataforma GESUAS – Plataforma de Inteligência e Acompanhamento Permanente da Gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS**, em ambiente web e mobile, contemplando manutenção da base de dados existente, hospedagem, suporte técnico especializado, manutenção preventiva e corretiva, atualizações legais e tecnológicas, acompanhamento técnico permanente e acesso à Universidade GESUAS para formação continuada dos profissionais da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, pelo período de 12 (doze) meses.

De acordo com a preço imposto pela Prefeitura FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.
VALOR TOTAL:R$**20.800,59 (vinte mil, oitocentos reais e cinquenta e nove centavos)**

Publicado por:
Kenia Barbosa Rodrigues
Código Identificador:994DFE31

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHINHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHINHO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº 234/2026 – Processo Administrativo nº 064/2026 – Pregão Eletrônico nº 020/2026 – Adesão nº 014/2026 – numerações

de controle interno do sistema. Contratante: Município de Riachinho/MG. Contratada: TUDO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ nº 14.234.954/0001-73. Objeto: aquisição gradual de veículos novos/zero quilômetro, correspondentes ao Item 02 da Ata de Registro de Preços nº 007/2026, decorrente do Processo Administrativo Licitatório nº 009/2026 – Pregão Eletrônico nº 003/2026 – SRP do CINF-AMNOR, pelo Município de Riachinho/MG na condição de órgão participante. Valor global: R$ 530.000,00. Vigência: 12 (doze) meses. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Riachinho/MG, 17 de agosto de 2026.

NEIZON REZENDE DA SILVA –
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº 235/2026 – Processo Administrativo nº 064/2026 – Pregão Eletrônico nº 020/2026 – Adesão nº 014/2026 – numerações de controle interno do sistema. Contratante: Município de Riachinho/MG. Contratada: MOBILE AUTOMÓVEIS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 32.951.008/0001-20. Objeto: aquisição de 02 (dois) veículos tipo minivan, 7 lugares, novos/zero quilômetro, marca/modelo Citroën C3 Aircross 7L Feel Turbo 200 AT, correspondentes ao Item 03 da Ata de Registro de Preços nº 005/2026, decorrente do Processo Administrativo Licitatório nº 009/2026 – Pregão Eletrônico nº 003/2026 – SRP do CINF-AMNOR, pelo Município de Riachinho/MG na condição de órgão participante. Valor global: R$ 257.800,00. Vigência: 12 (doze) meses. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Riachinho/MG, 17 de agosto de 2026.

NEIZON REZENDE DA SILVA –
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº 236/2026 – Processo Administrativo nº 064/2026 – Pregão Eletrônico nº 020/2026 – Adesão nº 014/2026 – numerações de controle interno do sistema. Contratante: Município de Riachinho/MG. Contratada: RIO DOCE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ nº 13.426.763/0001-40. Objeto: aquisição gradual de veículos novos/zero quilômetro, correspondentes ao Item 01 da Ata de Registro de Preços nº 006/2026, decorrente do Processo Administrativo Licitatório nº 009/2026 – Pregão Eletrônico nº 003/2026 – SRP do CINF-AMNOR, pelo Município de Riachinho/MG na condição de órgão participante. Valor global: R$ 139.780,00. Vigência: 12 (doze) meses. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Riachinho/MG, 17 de agosto de 2026.

NEIZON REZENDE DA SILVA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Suely Aparecida Nunes
Código Identificador:B2494489

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHINHO
TERMO DE AUTORIZAÇAO

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE
Processo Administrativo nº 064/2026 – Pregão Eletrônico nº 020/2026 – Adesão nº 014/2026 – numerações de controle interno do sistema. Procedimento originário: Processo Administrativo Licitatório nº 009/2026 – Pregão Eletrônico nº 003/2026 – SRP – CINF-AMNOR. Objeto: autorização para formalização de contratações decorrentes das Atas de Registro de Preços do CINF-AMNOR, pelo Município de Riachinho/MG, na condição de órgão participante, compreendendo, nesta etapa, a aquisição de 09 veículos novos/zero quilômetro, sendo: 02 veículos hatch, ARP nº 006/2026, RIO DOCE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, valor unitário R$ 69.890,00; 05 veículos sedan, ARP nº 007/2026, TUDO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, valor unitário R$ 100.600,00; e 02 minivans de 7 lugares, ARP nº 005/2026, MOBILE AUTOMÓVEIS E SERVIÇOS LTDA, valor unitário R$ 128.900,00. Valor total autorizado: R$ 900.580,00.

Riachinho/MG, 18 de agosto de 2026.

(A) NEIZON REZENDE DA SILVA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Suely Aparecida Nunes
Código Identificador:27168CC8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – MG. EXTRATO DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO Nº 008/2026 AO CONTRATO Nº 035/2022, CONCORRÊNCIA Nº 02/2021. Contratado: CONTRUTORA R. FONSECA LTDA., inscrita no CNPJ n° 03.497.127/0001-56. Objeto do contrato: Contratação de empresa para execução de obras da segunda etapa de Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) da sede do município, composto pelas seguintes estruturas: interceptores, e redes coletoras e outros serviços complementares, conforme projeto e Pleito RICESOB06 aprovado, com recursos financiados pela Fundação Renova. O município de Rio Casca torna público a assinatura do Termo Aditivo nº 008/2026, objetivando a prorrogação e renovação do contrato, que terá vigência até 31/01/2026. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 31 3924-0010.

Rio Casca, 31 de julho de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES –
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA-MG – EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO DOS CONTRATOS N° 157/2026, 158/2026 e 159/2026 DO PREGÃO PRESENCIAL N° 020/2026, PROCESSO LICITATÓRIO 069/2026. Objeto: registro de preços para eventual e futura aquisição de materiais de expediente e escolares para atender as demandas das diversas secretarias do município de Rio Casca-MG. Contratada: DENISE SILVESTRE DE OLIVEIRA, inscrita no CNPJ n° 41.894.923/0001-11, no valor de R$ 220.018,00. MARCO LÚCIO BARBOSA TAVARES & CIA LTDA, inscrito no CNPJ n° 07.180.768/0001-33, no valor de R$ 260.934,33. COPMAYS LTDA, inscrito no CNPJ n° 08.300.595/0001-02, no valor de R$ 220.018,00. Vigência: 11/08/2026 A 19/06/2027. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 313924-0010.

Rio Casca, 11 de agosto de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES -
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – MG. EXTRATO DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO Nº 001/2026 AO CONTRATO Nº 067/2026, INEXIGIBILIDADE Nº 10/2026, PROCESSO 048/2026. Contratado: S. FRANCO CONSTRUTORA LTDA., inscrita no CNPJ n° 12.416.556/0001-42. Objeto do contrato: locação de imóvel situado as margens da BR 262 km 122 Bairro Sadonana Mendes, Rio Casca-MG, destinado a implantação e operação de usina para produção de massa asfáltica, com a finalidade de atender as necessidades operacionais da administração pública. O município de Rio Casca torna público a assinatura do Termo Aditivo nº 001/2026, objetivando a prorrogação e renovação do contrato, que terá vigência até 14/04/2027, fica aditivado ao contrato o valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), passando o valor final do contrato para R$

30.000,00 (trinta mil reais). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 31 3924-0010.

Rio Casca, 14 de agosto de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Fernanda Amorim Boseja de Morais
Código Identificador:C4C501C8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 50/2026 – RIO NOVO/MG

Contrato nº 050/2026. Processo nº 084/2026. Inexigibilidade nº 007/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Novo. Contratada: MARCIO ALEXANDRE DUMBROSCK LUZES. CNPJ nº 13.880.850/0001-73. Objeto: Contratação de Show Artísitico do Alan & Alisson a ser realizado no evento Rio Novo Fest no dia 12 de setembro de 2026. Valor Total: R$ 30.000,00. Vigência: 03 (três) meses. Data de assinatura: 18/08/2026.

Publicado por:
Gislene Aparecida Ferreira
Código Identificador:7F028F79

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 196/2026

O **MUNICÍPIO DE RIO POMBA-MG** torna público que realizará **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, para às **Locações de veículos e maquinários**. Data da sessão pública: 08/09/2026 às 10h00min. Informações gerais e edital: no site https://www.riopomba.mg.gov.br. e no site https://www.portaldecompraspublicas.com.br.

Rio Pomba-MG, 18 de agosto de 2026.

MARCOS ANTÔNIO VIEIRA GONÇALVES –
Chefe de Setor.

Publicado por:
Marcos Antônio Vieira Gonçalves
Código Identificador:F842D2F5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO

AVISO
RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL
O Prefeito Municipal de Rio Pomba, em cumprimento ao art. 94, parágrafo único da Lei 14.133/21, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:

Tipo	Contrato de Patrocínio
Número	140/2026
Contratante	Município de Rio Pomba - MG
Contratado	**COOPERATIVA DE CREDITO GUARANICREDI LTDA. – SICOOB GUARANICREDI**
Objeto	Captação de patrocínio para "XL Exposição Agropecuária e Industrial de Rio Pomba-MG".
Fundamento	Processo nº 121/2026 – Credenciamento nº 006/2026
Prazo	**17/08/2026 - 24/08/2026**
Valor	**R$ 5.000,00**
Signatário - Contratante	Alarcon Mendes Gomes - Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Signatário - Contratado	Rodrigo De Almeida Ramos - Representante legal

Rio Pomba, 17 de agosto de 2026.

ÁTHILA VIANA DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Gisely de Souza Gomes
Código Identificador:740CF1D6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO

AVISO
RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL
O Prefeito Municipal de Rio Pomba, em cumprimento ao art. 94, caput da Lei 14.133/21, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:

Tipo	Termo de Credenciamento
Número	Nº 141/2026
Contratante	Município de Rio Pomba - MG
Contratado	**67.699.015 GEAN DA COSTA DIAS**
Objeto	O objeto do CHAMAMENTO PÚBLICO em epígrafe é o credenciamento de fornecedores de produtos agroecológicos e/ou orgânicos, artesanais locais, produtos minimamente processados, previamente cadastrados na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Fundamento	Processo nº 193/2024 – Credenciamento nº 002/2024
Prazo	**17/08/2026 - 16/08/2027**
Valor	**SEM VALOR**
Dotação orçamentária	2.07.00.20.3334.0017.2.0103.33.90.46
Signatário - Contratante	Alarcon Mendes Gomes – Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Signatário - Contratado	Gean da Costa Dias – Sócio/Administrador

Rio Pomba, 17 de agosto de 2026.

ÁTHILA VIANA DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Gisely de Souza Gomes
Código Identificador:3F0CBBE2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO

AVISO
RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL
O Prefeito Municipal de Rio Pomba, em cumprimento ao art. 94, caput da Lei 14.133/21, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:

Tipo	Termo de Credenciamento
Número	Nº 142/2026
Contratante	Município de Rio Pomba - MG
Contratado	**SILVANA VAZ RIBEIRO CATAO**
Objeto	O objeto do CHAMAMENTO PÚBLICO em epígrafe é o credenciamento de fornecedores de produtos agroecológicos e/ou orgânicos, artesanais locais, produtos minimamente processados, previamente cadastrados na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Fundamento	Processo nº 193/2024 – Credenciamento nº 002/2024
Prazo	**17/08/2026 - 16/08/2027**
Valor	**SEM VALOR**
Dotação orçamentária	2.07.00.20.3334.0017.2.0103.33.90.46
Signatário - Contratante	Alarcon Mendes Gomes – Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Signatário - Contratado	Silvana Vaz Ribeiro Catao

Rio Pomba, 17 de agosto de 2026.

ÁTHILA VIANA DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Gisely de Souza Gomes
Código Identificador:EDDA50E0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO:

O Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Rio Pomba, do Estado de Minas Gerais, informa aos interessados que o Prefeito Municipal, no uso de atribuições que lhe confere o Art. 59, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital nº004/2025, homologado em 05/05/2025, convoca nesta data, observada a ordem de classificação, os relacionados abaixo:

CARGO: MONITOR ESCOLAR

88º LARISSA MESQUITA NASCIMENTO

CARGO: PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR

135º MAÍSA DE FÁTIMA DA SILVA

Os candidatos convocado terão prazo de 3 (três) dias úteis subsequentes à convocação, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Rio Pomba, localizado à Av. Raul Soares, n.º 15, Centro, com toda a documentação necessária à investidura do seu cargo. A não manifestação do candidato classificado e/ou a não apresentação dos documentos, implicará na sua eliminação do Processo Seletivo.

Publicado por:
Jacqueline Furtado
Código Identificador:D692DA34

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO:

O Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Rio Pomba, do Estado de Minas Gerais, informa aos interessados que o Prefeito Municipal, no uso de atribuições que lhe confere o Art. 59, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital nº004/2026, homologado em 13/04/2026, convoca nesta data, observada a ordem de classificação, os relacionados abaixo:

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

10º VALERIA LIMA DA SILVA

11º ANA MARIA DA SILVA

Os candidatos convocado terão prazo de 3 (três) dias úteis subsequentes à convocação, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Rio Pomba, localizado à Av. Raul Soares, n.º 15, Centro, com toda a documentação necessária à investidura do seu cargo. A não manifestação do candidato classificado e/ou a não apresentação dos documentos, implicará na sua eliminação do Processo Seletivo.

Publicado por:
Jacqueline Furtado
Código Identificador:38AD2F76

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO:

O Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Rio Pomba, do Estado de Minas Gerais, informa aos interessados que o Prefeito Municipal, no uso de atribuições que lhe confere o Art. 59, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital nº008/2025, homologado em 18/09/2025, convoca nesta data, observada a ordem de classificação, os relacionados abaixo:

CARGO: PROFESSOR REGENTE

15º APARECIDA ELIANE DE FARIA

Os candidatos convocado terão prazo de 3 (três) dias úteis subsequentes à convocação, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Rio Pomba, localizado à Av. Raul Soares, n.º 15, Centro, com toda a documentação necessária à investidura do seu cargo. A não manifestação do candidato classificado e/ou a não apresentação dos documentos, implicará na sua eliminação do Processo Seletivo.

Publicado por:
Jacqueline Furtado
Código Identificador:D786EED1

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE ABERTURA DE EDITAL

EXTRATO DE ABERTURA DO EDITAL: PROCESSO SELETIVO N°010/2026

A PREFEITURA DE RIO POMBA, Estado de Minas Gerais, na forma da lei e da Constituição Federal, objetivando a contratação temporária de 01 (um) Médico Especialista em Psiquiatria e 1(um) Médico Veterinário, por prazo de até 12 (doze) meses, permitida uma única prorrogação, visando atender a urgente exigência do serviço público, em decorrência da insuficiência de pessoal, nos termos da Lei Municipal nº 2.096, de 20 de maio de 2026. Torna público a abertura do Processo Seletivo Simplificado N°010/2026 para o quadro de pessoal do Município de Rio Pomba/MG. As inscrições para o Processo Seletivo Simplificado serão realizadas somente através do e-mail: **processoseletivo@riopomba.mg.gov.br**, no período de 21 de agosto a 27 de agosto de 2026, observado os critérios do Edital. O Edital Nº010/2026 será publicado em sua íntegra no site oficial do município, no endereço eletrônico: https://www.riopomba.mg.gov.br/

Rio Pomba, 17 de agosto de 2026.

Publicado por:
Jacqueline Furtado
Código Identificador:CA5A7E46

GABINETE DO PREFEITO
INSTITUI OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA EM ÁREA PARTICULAR PARA FINS DE EXECUÇÃO DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº. 3.413, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

"INSTITUI OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA EM ÁREA PARTICULAR PARA FINS DE EXECUÇÃO DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE RIO POMBA**, Estado de Minas Gerais, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Ação Civil Pública nº 0064701-64.2007.8.13.0558, ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais em face do Município de Rio Pomba, cujo objeto consiste na recuperação de área degradada situada às margens do Rio Pomba e na adoção das medidas necessárias à interrupção do processo erosivo;

CONSIDERANDO que, nos referidos autos, foi proferida sentença condenando o Município de Rio Pomba a realizar as obras necessárias à interrupção do processo erosivo do Rio Pomba, seja mediante retificação de seu curso, seja por obra similar tecnicamente adequada, decisão posteriormente confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais;

CONSIDERANDO que, no curso do cumprimento da sentença, foi apresentado laudo pericial técnico, ID 10110005601, no qual, embora reconhecida a eficiência parcial da intervenção anteriormente realizada na margem esquerda para mitigação da erosão, foi constatada a necessidade de adoção de novas providências para proteção da margem direita do Rio Pomba;

CONSIDERANDO que o referido laudo pericial recomendou expressamente que fosse projetada e executada obra de contenção da margem direita, na altura da ponte situada na Avenida Juvenal Pena, com a finalidade de evitar a continuidade do solapamento da ala da ponte da denominada "Estação Ferroviária" e os riscos geotécnicos dele decorrentes;

CONSIDERANDO que, por meio da decisão de ID 10223698826, o Juízo da Vara Única da Comarca de Rio Pomba reconheceu que a obrigação imposta judicialmente abrange as intervenções necessárias em ambas as margens do Rio Pomba e consignou que o Município ainda não havia cumprido integralmente a sentença, especificamente diante da ausência de execução das obras necessárias à contenção do solapamento da margem direita do rio, na Avenida Juvenal Pena;

CONSIDERANDO que, na mesma decisão, foi determinada a intimação do Município de Rio Pomba para cumprimento da obrigação de executar a obra de contenção da margem direita, ou apresentar plano de execução das obras necessárias, sob pena de adoção das medidas coercitivas previstas no art. 536, § 1º, do Código de Processo Civil;

CONSIDERANDO que, no desenvolvimento das providências técnicas destinadas ao cumprimento da obrigação judicial, verificou-se a necessidade de submissão do projeto de contenção e estabilização das margens do Rio Pomba ao procedimento de Autorização para Intervenção Ambiental, AIA, em razão de a intervenção alcançar Área de Preservação Permanente e implicar modificação de área ambientalmente protegida;

CONSIDERANDO que, na decisão de ID 10591304471, proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 0064701-64.2007.8.13.0558, o Juízo da Vara Única da Comarca de Rio Pomba reconheceu expressamente a necessidade de submissão do projeto de intervenção nas margens do Rio Pomba à autorização ambiental específica, determinando ao Município a observância integral das exigências do órgão ambiental competente;

CONSIDERANDO que a mesma decisão deferiu prazo adicional para que o Município procedesse à contratação de profissional técnico habilitado e promovesse o protocolo do requerimento de Autorização para Intervenção Ambiental junto ao órgão competente, ajustando o cronograma de cumprimento da sentença às exigências ambientais aplicáveis;

CONSIDERANDO que a intervenção a ser executada pelo Município deverá, portanto, observar tanto as determinações judiciais proferidas no processo nº 0064701-64.2007.8.13.0558 quanto as exigências técnicas e ambientais necessárias à obtenção da competente Autorização para Intervenção Ambiental;

CONSIDERANDO que as intervenções determinadas judicialmente possuem natureza distinta e complementar às obras anteriormente executadas no local, fazendo-se necessária nova atuação do Poder Público para contenção e estabilização da margem direita do Rio Pomba e proteção da estrutura da ponte e das áreas adjacentes;

CONSIDERANDO que a elaboração dos levantamentos, estudos e projetos técnicos, a realização das medidas preparatórias e, posteriormente, a execução da intervenção demandam acesso e utilização temporária de área particular situada junto ao trecho objeto das obras;

CONSIDERANDO que a parcela necessária à execução das providências municipais encontra-se inserida no imóvel objeto da Matrícula nº 5.238, Livro 2, Registro Geral, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Pomba/MG, especificamente na porção identificada tecnicamente como "ÁREA A", conforme delimitação constante dos documentos técnicos que integram o procedimento administrativo;

CONSIDERANDO que a Matrícula nº 5.238 descreve o imóvel denominado "Segunda (2ª) Gleba", situado na zona suburbana do Município de Rio Pomba, no lugar denominado "Ponta Verde", com área total matriculada de aproximadamente 03,65,38 ha;

CONSIDERANDO que, conforme o **R-3-5.238**, consta do Registro de Imóveis a aquisição do referido imóvel por **NELSON JUNIOR DE OLIVEIRA**, sem prejuízo da existência de posteriores negócios jurídicos, situações possessórias ou direitos de terceiros que deverão ser considerados para fins de ciência dos interessados;

CONSIDERANDO que a utilização da propriedade particular limitar-se-á à parcela efetivamente necessária aos levantamentos, estudos, acessos, serviços preparatórios e execução da intervenção destinada ao cumprimento da determinação judicial, pelo período estritamente indispensável à sua realização;

CONSIDERANDO o disposto no art. 36 do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que autoriza a ocupação temporária de terrenos necessários à realização de obras públicas, observadas as disposições legais relativas à medida;

CONSIDERANDO a necessidade de conciliar o efetivo cumprimento da decisão judicial com a observância da legislação ambiental, a proteção das margens do Rio Pomba, a segurança da infraestrutura pública existente e a prevenção de riscos geotécnicos às áreas e imóveis adjacentes;

CONSIDERANDO, por fim, que a instituição da ocupação temporária constitui providência administrativa necessária para viabilizar o cumprimento regular, seguro e tecnicamente adequado da obrigação imposta ao Município de Rio Pomba nos autos do processo nº 0064701-64.2007.8.13.0558;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída ocupação temporária para fins de execução das medidas, serviços e obras necessários ao cumprimento das determinações proferidas nos autos da Ação Civil Pública nº **0064701-64.2007.8.13.0558**, sobre os seguintes imóveis e áreas particulares:

I. imóvel objeto da Matrícula nº 4.873, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Pomba/MG, identificado como ÁREA "A", com área de 9,62,74 ha, situado na zona rural, no lugar denominado "Várzea da Estação", no Município de Rio Pomba/MG, tendo como proprietários constantes do Registro de Imóveis LUIZ GERMANO ARAÚJO RAMOS BARRA e CARLA PRISCILA ARAÚJO RAMOS BARRA;

II. parcela necessária do imóvel objeto da Matrícula nº 5.238, Livro 2, Registro Geral, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Pomba/MG, objeto do R-3-5.238, correspondente à Segunda (2ª) Gleba, situada na zona suburbana desta cidade de Rio Pomba/MG, no lugar denominado "Ponta Verde", com área matriculada de aproximadamente 03,65,38 ha, conforme delimitação constante dos documentos técnicos que integram o presente Decreto.

§ 1º A ocupação temporária prevista no inciso I deste artigo, embora recaia sobre área anteriormente objeto de intervenção municipal e de ocupação temporária instituída pelo Decreto Municipal nº 2.291/2020, constitui nova intervenção administrativa, autônoma e fundada na atual necessidade de execução das medidas determinadas no processo judicial nº 0064701-64.2007.8.13.0558, não configurando prorrogação ou continuidade jurídica da ocupação anteriormente instituída.

§ 2º Quanto ao imóvel indicado no inciso II, a ocupação temporária ficará restrita à parcela efetivamente necessária à realização dos levantamentos, acessos, serviços, obras e demais providências relacionadas à intervenção, conforme delimitação constante de croqui, planta, memorial descritivo, levantamento topográfico ou outro documento técnico integrante deste Decreto.

§ 3º A utilização dos imóveis previstos nos incisos I e II poderá ocorrer de forma concomitante ou sucessiva, de acordo com as necessidades técnicas da intervenção, ficando limitada às áreas e períodos efetivamente indispensáveis à execução dos serviços.

§ 4º A delimitação das áreas efetivamente atingidas pela ocupação temporária será estabelecida pelos documentos técnicos integrantes deste Decreto, os quais deverão identificar os locais de acesso, circulação de máquinas e equipamentos, execução dos serviços e demais áreas necessárias à intervenção.

Art. 2º A ocupação temporária instituída por este Decreto destina-se à realização das medidas necessárias ao cumprimento da obrigação

judicial relativa à contenção e interrupção do processo erosivo do Rio Pomba, compreendendo especialmente as providências necessárias à elaboração, implantação e execução do projeto de contenção e estabilização das margens do rio e à proteção das áreas e estruturas atingidas pelo processo de erosão e solapamento.

§ 1º A ocupação temporária compreenderá, conforme a necessidade técnica:

I. o acesso e a circulação de servidores públicos, técnicos, fiscais, trabalhadores, empresas contratadas e demais agentes autorizados pelo Município;

II. o ingresso, trânsito, estacionamento e operação temporária de máquinas, caminhões, veículos e equipamentos;

III. a realização de levantamentos topográficos, geotécnicos, ambientais e demais estudos necessários à elaboração e execução dos projetos;

IV. a realização de vistorias, medições, sondagens, inspeções e demais procedimentos preparatórios;

V. a implantação, utilização e manutenção de acessos provisórios;

VI, a movimentação, armazenamento temporário e utilização de materiais destinados à intervenção;

VII. a execução dos serviços de contenção, estabilização, reconformação, proteção, recuperação e demais obras necessárias à interrupção do processo erosivo;

VIII. a adoção de medidas destinadas à proteção das margens do Rio Pomba, da ponte existente na localidade e das áreas adjacentes;

IX. a realização de serviços complementares, inclusive recuperação das áreas utilizadas, retirada de materiais, desmobilização de equipamentos e estruturas provisórias; e

X. todas as demais atividades tecnicamente indispensáveis ao integral cumprimento da determinação judicial.

Art. 3º A instituição da ocupação temporária autoriza o Município a promover, desde logo, os levantamentos, vistorias, estudos, medições e demais atos preparatórios que possam ser regularmente executados, observadas as normas ambientais aplicáveis.

§ 1º As intervenções físicas sujeitas à prévia Autorização para Intervenção Ambiental, AIA, ou a qualquer outra autorização, licença ou anuência ambiental somente poderão ser executadas após a obtenção do respectivo ato autorizativo pelo órgão ambiental competente.

§ 2º A ocupação temporária prevista neste Decreto não dispensa o Município do cumprimento das condicionantes, restrições e demais exigências estabelecidas pelos órgãos ambientais competentes.

Art. 4º Ficam os órgãos municipais competentes autorizados a adotar todas as providências administrativas, técnicas e operacionais necessárias à efetivação da ocupação temporária dos imóveis indicados no art. 1º.

§ 1º Deverão ser formalmente notificados os proprietários constantes dos respectivos registros imobiliários, bem como os adquirentes, dando-lhes ciência:

I. da instituição da nova ocupação temporária;

II. da finalidade pública da intervenção;

III. da identificação e delimitação das áreas que poderão ser utilizadas;

IV. da necessidade de ingresso de servidores, técnicos, trabalhadores, contratados, máquinas, veículos e equipamentos; e

V. do caráter temporário da medida.

§ 2º A existência de escritura pública, contrato, cessão, posse, compromisso ou outro negócio jurídico ainda não refletido no registro imobiliário não prejudicará a efetivação da ocupação temporária, devendo os respectivos interessados conhecidos ser igualmente notificados.

Art. 5º Durante o período da ocupação temporária, fica assegurado ao Município de Rio Pomba, aos seus servidores, agentes, técnicos, empresas contratadas, prestadores de serviços e demais pessoas devidamente autorizadas o acesso e a utilização das áreas descritas no art. 1º, exclusivamente na extensão necessária à realização da intervenção.

§ 1º Os acessos aos imóveis deverão ser realizados pelos locais tecnicamente indicados, sempre que possível de forma a reduzir interferências sobre as áreas não necessárias aos serviços.

§ 2º Os proprietários, possuidores e ocupantes deverão permitir o ingresso dos agentes, máquinas, veículos e equipamentos devidamente autorizados pelo Município nas áreas objeto da ocupação temporária, observada a finalidade definida neste Decreto.

§ 3º O Município deverá restringir a utilização dos imóveis às áreas efetivamente necessárias, evitando intervenções desnecessárias em parcelas não relacionadas à execução das obras e serviços.

Art. 6º A ocupação temporária terá duração pelo período estritamente necessário à realização dos levantamentos, estudos, procedimentos preparatórios, execução e conclusão das obras e serviços necessários ao cumprimento da determinação judicial.

§ 1º A duração da ocupação poderá compreender o período necessário à obtenção das autorizações administrativas e ambientais, à execução das obras e à realização dos serviços complementares indispensáveis à conclusão da intervenção.

§ 2º Concluída a intervenção em determinado imóvel ou parcela e não subsistindo necessidade técnica de sua utilização, deverá ser encerrada a respectiva ocupação, ainda que permaneça necessária a ocupação temporária do outro imóvel abrangido por este Decreto.

§ 3º A ocupação somente permanecerá enquanto subsistir a necessidade pública concreta que justificou sua instituição.

Art. 7º Antes do início da utilização material das áreas, o Município deverá, sempre que possível, promover vistoria destinada ao registro das condições dos imóveis, mediante fotografias, vídeos, relatório técnico ou outro meio idôneo.

Art. 8º Eventuais danos ou prejuízos diretamente decorrentes da ocupação temporária serão apurados na forma da legislação aplicável, mediante comprovação de sua ocorrência e do respectivo nexo com a utilização da área pelo Município.

Art. 9º Os croquis que individualizam as áreas necessárias à intervenção integram o presente Decreto para todos os efeitos legais.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Pomba, 03 de agosto de 2026.
259º da Fundação e 194º da Emancipação.

FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Luis da Silva
Código Identificador:87CAD83B

GABINETE DO PREFEITO
NOMEIA COMISSÃO COORDENADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, REFERENTE AO EDITAL Nº 010/2026.

PORTARIA Nº 201/2026

"*Nomeia Comissão Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado, referente ao Edital nº 010/2026.*"

O Prefeito do Município de Rio Pomba/MG em exercício, no uso e gozo de suas atribuições previstas no art. 59 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º – Nomear **KAYQUE SOUZA SILVA, NÚBIA HELENA RIBEIRO DE ALMEIDA, CÍNTIA SILVA OLIVEIRA TOLEDO** e **JACQUELINE FURTADO VITAL**, como membros da Comissão Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado referente ao Edital nº 010/2026 para a Contratação Temporária por excepcional interesse, sendo o Presidente da Comissão o primeiro membro indicado.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se, Publique-se, Arquive-se e Cumpra-se.

Rio Pomba, 17 de Agosto de 2026;
259º da Fundação e 194º da Emancipação

FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO
Prefeito Municipal de Rio Pomba/MG

Publicado por:
Marcos Luis da Silva
Código Identificador:7C52E2DF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUBIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUBIM
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Rubim/MG torna público a realização do Pregão Eletrônico nº 020/2026 - Tipo Menor Preço Por Item, para**EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM GERAL EM ATENDIMENTO AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO**. A abertura será às 09h00min do dia 01/09/2026 no endereço eletrônico: https://bnc.org.br. O edital se encontra disponível nos endereços eletrônicos: www.rubim.mg.gov.br, https://bnc.org.br/editais/ e https://pncp.gov.br/app/editais. Maiores informações pelo telefone: (33) 999159373.

DÉBORA PINHEIRO
Pregoeira

Publicado por:
Debora Pinheiro da Silva
Código Identificador:776F96A1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO TUGÚRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO TUGÚRIO – MG
038 - 2026 - P.E. 011 - 2026 - R.P. 008 - 2026 - TRANSPORTE ESCOLAR

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2026 - O Município de Santa Bárbara do Tugúrio/MG torna público o Extrato do Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 028/2026, referente ao Processo Licitatório nº 038/2026, Pregão Eletrônico nº 011/2026 e Registro de Preços nº 008/2026, firmado entre o Município de Santa Bárbara do Tugúrio/MG e a empresa 49.547.554 THIAGO MENDES PAULINO. O presente Termo Aditivo tem por objeto a adequação do serviço de transporte escolar, mediante a exclusão do saldo remanescente do Item 1 e a redução de 11,4 km diários no Item 8, cuja quilometragem passa de 138 km para 126,6 km por dia, com o correspondente decréscimo proporcional do valor da diária. Consideram-se 56 (cinquenta e seis) diárias já executadas em cada item, restando 144 (cento e quarenta e quatro) diárias como saldo remanescente. No Item 1, ficam excluídas as 144 diárias restantes, ao valor unitário de R$ 219,00, correspondendo ao decréscimo de R$ 31.536,00. No Item 8, o valor da diária passa de R$ 590,00 para R$ 541,26, em razão da redução proporcional de 11,4 km por dia, de modo que o saldo das 144 diárias remanescentes passa de R$ 84.960,00 para R$ 77.941,44, correspondendo ao decréscimo de R$ 7.018,56. O decréscimo total incidente sobre o saldo remanescente é de R$ 38.554,56 (trinta e oito mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos). Considerando o valor de R$ 45.304,00 correspondente às 56 diárias já executadas e o saldo remanescente ajustado do Item 8, no valor de R$ 77.941,44, o valor global máximo de referência passa a ser de R$ 123.245,44 (cento e vinte e três mil duzentos e quarenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos). Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições aplicáveis da Ata de Registro de Preços nº 028/2026.

Santa Bárbara do Tugúrio/MG, 18 de agosto de 2026.

JOSÉ ANTÔNIO ALVES DONATO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Diego Eduardo Soares Melquiades
Código Identificador:0F255BC7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA JULIANA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA JULIANA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 232/2025
Concorrência Presencial nº 001/2025.
Contratada: Construtora Lima Ferraz Ltda
Objeto: Prorrogação dos prazos de vigência e de execução contratual.
Período do Aditivo: de 24 de julho de 2026 a 22 de setembro de 2026.

Data da assinatura: 21 de julho de 2026

Publicado por:
Fernanda Martins de Oliveira
Código Identificador:A03917D1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE ITABIRA

LICITAÇÕES
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026 - PROCESSO Nº 084/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE ITABIRA/MG – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026 - PROCESSO Nº 084/2026 – O Município de Santa Maria de Itabira/MG torna público que realizará Concorrência Eletrônica, cujo objeto é a **concessão onerosa de uso de bem público para implantação, operação, manutenção e exploração comercial de 03 (três) Totens Digitais de LED**, conforme especificações, condições e demais exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. A sessão pública será realizada no dia 10 de setembro de 2026, às 09h00min, com início da fase competitiva/lances às 09h00min, por meio da plataforma de licitações Licitar Digital, disponível em www.licitardigital.com.br. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos nos sites www.santamariadeitabira.mg.gov.br, www.licitardigital.com.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP -

S.M.I. 18/08/2026.

ANDRÉ LÚCIO TORRES -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Camila Dos Reis Ferreira
Código Identificador:CAD6E335

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE IBITIPOCA

SETOR DE LICITAÇÕES
1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 12/2026

EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 12/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 83/2025 – CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 07/2025. CONTRATANTE: Município de Santa Rita de Ibitipoca/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.094.862/0001-96. CONTRATADA: AP Engenharia e Construções Ltda. (AP Engenharia Eireli – EPP), inscrita no CNPJ sob o nº 22.580.382/0001-02. OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada para execução de obra de construção de Quadra Poliesportiva Modelo 02 na Escola Municipal situada na Rua 22 de Maio, nº 360, conforme Convênio de Saída nº 1261001485/2025/SEE. OBJETO DO APOSTILAMENTO: Registro do reajuste contratual em sentido estrito, referente ao 1º (primeiro) período de reajustamento, mediante aplicação do índice INCC-M sobre o saldo contratual remanescente, nos termos da Cláusula Quinta do Contrato nº 12/2026 e do art. 136, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, dispensada a celebração de termo aditivo. PERCENTUAL DE REAJUSTE: 6,40%. VALOR DO REAJUSTE: R$ 55.627,28 (cinquenta e cinco mil, seiscentos e vinte e sete reais e vinte e oito centavos). VALOR CONTRATUAL ORIGINAL: R$ 1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil reais). NOVO VALOR CONTRATUAL: R$ 1.105.627,68 (um milhão, cento e cinco mil, seiscentos e vinte e sete reais e sessenta e oito centavos). DATA DE EFEITOS FINANCEIROS DO REAJUSTE: 14/08/2026. FUNDAMENTO LEGAL: art. 92, inciso V e § 3º, c/c art. 136, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021; arts. 2º e 3º da Lei Federal nº 10.192/2001; e Cláusula Quinta do Contrato nº 12/2026. DATA DA ASSINATURA: 18 de agosto de 2026.

Publicado por:
Cristiano Ribeiro de Paula
Código Identificador:DE1AEC37

SETOR DE LICITAÇÕES
CREDENCIAMENTO Nº 003/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 52/2026 – CREDENCIAMENTO Nº 003/2026. O Município de Santa Rita de Ibitipoca/MG, através da Prefeitura Municipal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.094.862/0001-96, torna público, para conhecimento dos interessados, a abertura do **Credenciamento nº 003/2026**, cujo objeto é o **credenciamento de empresas para a prestação de serviços de pensão completa, hospedagem simples e fornecimento de refeições e lanches, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais**, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021. O Edital terá vigência de **12 (doze) meses, compreendida entre 19/08/2026 e 19/08/2027**, permanecendo aberto durante todo esse período para o ingresso de novos interessados que atendam às condições estabelecidas no instrumento convocatório. As solicitações de credenciamento e a respectiva documentação poderão ser apresentadas **a partir das 09h00 do dia 19/08/2026 até as 09h00 do dia 19/08/2027**, exclusivamente por meio da **Plataforma Licitar Digital**. A **primeira sessão para análise da documentação** apresentada pelos interessados será realizada no dia **26/08/2026, às 14h00**, por meio da Plataforma Licitar Digital.

Santa Rita de Ibitipoca/MG, 18 de agosto de 2026.

CRISTIANE CARLA DE ALMEIDA
Agente de Contratação

Publicado por:
Cristiano Ribeiro de Paula
Código Identificador:4C897E5D

SETOR DE LICITAÇÕES
CREDENCIAMENTO Nº 004/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2026 – CREDENCIAMENTO Nº 04/2026. O Município de Santa Rita de Ibitipoca/MG torna público, para conhecimento dos interessados, a abertura do **Credenciamento nº 04/2026**, cujo objeto é o **credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas para prestação de serviços de oficineiros, visando ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social**, conforme condições, especificações e demais exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. O Edital permanecerá vigente pelo período de **19 de agosto de 2026 a 19 de agosto de 2027**, período durante o qual os interessados poderão apresentar a documentação necessária ao credenciamento, exclusivamente por meio da **Plataforma Licitar Digital**, observadas as condições estabelecidas no instrumento convocatório. O Edital e seus anexos estarão disponíveis para consulta na Plataforma Licitar Digital e nos demais meios oficiais de divulgação do Município.

Santa Rita de Ibitipoca/MG, 18 de agosto de 2026.

CRISTIANE CARLA DE ALMEIDA
Agente de Contratação

Publicado por:
Cristiano Ribeiro de Paula
Código Identificador:6472013D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
DECRETO 30

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA/MG
EXTRATO DE DECRETO Nº 30/2026
DATA: 20/07/2026
EMENTA: Regulamenta a indicação qualificada aos cargos de Direção Escolar a partir de critérios técnicos de mérito e desempenho e dá outras providências.
OBJETO: Regulamentação dos critérios técnicos de mérito e desempenho para indicação aos cargos de Direção Escolar no âmbito da Rede Municipal de Ensino, nos termos da Lei Municipal nº 645/2023.
VIGÊNCIA: Na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do próximo provimento dos cargos em comissão de Direção Escolar.

MARCO AURÉLIO RAMINHO.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:C38F708E

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
DECRETO 38

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA/MG

EXTRATO DO DECRETO Nº 38/2026
Objeto: Instaura processo de seleção para provimento de cargos de **Direção Escolar**, visando ao cumprimento da condicionalidade referente à distribuição da complementação **VAAR/FUNDEB**, nos termos da legislação aplicável.
O processo de seleção será realizado mediante critérios técnicos de **mérito e desempenho**, observando, entre outros requisitos: formação em nível superior acrescida de pós-graduação na área de educação; mínimo de 03 (três) anos de experiência na área educacional; regularidade eleitoral; ausência de efeitos de sentença penal condenatória nos cinco anos anteriores à escolha; capacidade de liderança, trabalho em equipe, organização e solução de conflitos, além de capacidade de gerenciamento nos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros.
O processo possui **natureza habilitatória e não classificatória**, cabendo ao Chefe do Poder Executivo a escolha, dentre os candidatos habilitados, para nomeação ao cargo de Direção Escolar.
Inscrições: de **18/08/2026 a 21/08/2026**, na Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua João de Souza Brandão, nº 426, Centro, Santo Antônio do Grama/MG, das **08h às 11h e das 12h às 17h**.
Remuneração: R$ **2.913,99** mensais, conforme legislação municipal.
Validade do processo seletivo: 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período.
Data do Decreto: 17 de agosto de 2026.

MARCO AURÉLIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:2CC5B53D

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
EXTRATO 81

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 081/2026
DISPENSA Nº 032/2026

OBJETO: Contratação de prestação de serviços de Médico Veterinário e Juiz de Concurso de Marcha, (por item), visando atender à realização do Concurso de Marcha de Santo Antônio do Grama-MG, junto com a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

CONTRATADO: BERNARDO FERRAZ RIBEIRO, pessoa jurídica inscrito no CPF sob o nº 061.496.656-66, com sede na Av. Dom Bosco, nº 241, Bairro Palmeiras, Ponte Nova/MG.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R$4.800,00(quatro mil e oitocentos reais)

SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Padre João Coutinho, 121, Centro, nesta cidade de SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.836.973/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MARCO AURÉLIO RAMINHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade.
Publique-se.

Santo Antônio do Grama, 12 de agosto de 2026

MARCO AURÉLIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:8321088E

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
EXTRATO 94

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 094/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 016/2026

OBJETO: Contratação de prestação de serviços artísticos de DJ Caio Aguiar, para realização de apresentações musicais durante a Cavalgada (Festa do Peão), nos dias 04 e 05 de setembro de 2026, destinada a atender à programação da Secretaria Municipal de Turismo do Município de Santo Antônio do Grama/MG.

CONTRATADO: CAIO AGUIAR PETTERSEN DE MOURA 06629089618, inscrito no CNPJ nº. 46.938.480/0001-37, com sede na Rua DO Beija-Flor-DOURADO, Nº 333, Bairro Alto Caicaras, Belo Horizonte/MG, representada pelo Senhor(a) CAIO AGUIAR PETTERSEN DE MOURA , portador do CPF sob o nº 066.290.896-18.

CON**TRATANTE:** MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Padre João Coutinho, 121, Centro, nesta cidade de SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.836.973/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MARCO AURÉLIO RAMINHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade.
Publique-se.

Santo Antônio do Grama, 18 de agosto de 2026.

MARCO AURÉLIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:72BD92CF

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
EXTRATO 96

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 096/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 017/2026

OBJETO: Contratação de prestação de serviços de show artístico com a cantora "AMANDA MIHAI", para a festa do Peão, a ser realizado no dia 04 de setembro de 2026, com duração de 02hrs00min, para a Secretaria deTurismo da Cidade de Santo Antônio do Grama/MG.

CONTRATADO: 53.253.493 AMANDA DE OLIVEIRA SOUZA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 53.253.4930001-38, com sede na Rua Candia, nº 76, Bairro Nova Aclimação, Joao Monlevade/MG, representada pelo Senhor AMANDA DE OLIVEIRA SOUZA, portador do CPF sob o nº 019.683.056-70.

CON**TRATANTE:** MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Padre João Coutinho, 121, Centro, nesta cidade de SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.836.973/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MARCO AURÉLIO RAMINHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade.
Publique-se.

Santo Antônio do Grama, 18 de agosto de 2026.

MARCO AURÉLIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:B09D2BA3

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
EXTRATO DE TERMO DE ADJUDICAÇÃO - INSUMOS DE RADIOLOGIA

PROCESSO: 76/2026
MODALIDADE: Pregão Eletrônico (14.133/21)
Nº DA MODALIDADE: 13
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais, insumos e itens de radiologia, destinados ao pleno funcionamento dos serviços de diagnóstico por imagem da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santo Antônio do Grama/MG.
ADJUDICAÇÃO: Adjudicado o objeto às empresas:
OPUS MEDICAL E ELETRONICS LTDA – Itens 02 e 03 – **Valor total: R$ 6.792,30**.
SUTCARE LTDA – Item 01 – **Valor total: R$ 813,72**.
VALOR TOTAL ADJUDICADO: R$ 7.606,02.

Santo Antônio do Grama/MG, 11 de agosto de 2026.

MARCO AURELIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:16773B30

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - INSUMOS DE RADIOLOGIA

PROCESSO: 76/2026
MODALIDADE: Pregão Eletrônico (14.133/21)
Nº DA MODALIDADE: 13
DATA: 11/08/2026
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais, insumos e itens de radiologia, destinados ao pleno funcionamento dos serviços de diagnóstico por imagem da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santo Antônio do Grama/MG.
HOMOLOGAÇÃO: Marco Aurélio Raminho, Prefeito Municipal, homologa o procedimento licitatório em favor das empresas:
OPUS MEDICAL E ELETRONICS LTDA – Itens 02 e 03 – **Valor total: R$ 6.792,30**.
SUTCARE LTDA – Item 01 – **Valor total: R$ 813,72**.
VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$ 7.606,02.

Santo Antônio do Grama/MG, 11 de agosto de 2026.

MARCO AURELIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:258C2DCA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT
INEXIGIBILIDADE

PROCESSO 024/2026
INEXIGIBILIDADE 003/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT/MG – Inexigibilidade 003/2026. Torna público a inexigibilidade 003/2026 referente ao Processo 024/2026 ratificada em 18/08/2026. Contratada: GESTAO EFICIENTE CAPACITACAO E TREINAMENTO LTDA", CNPJ nº 04.909.787/0001-60. Obj: Inscrição de 03 (três) servidores da Câmara Municipal de Santos Dumont no curso de "Formação de Agente de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio", que será realizado nos dias 27 e 28 de agosto de 2026. Valor Total: R$2.100,00.

LUCIANO GOMES,
Presidente, CMSD.

Publicado por:
Karolini Aparecida da Silva Procópio
Código Identificador:878C661D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
"ALTERA A LEI Nº 4.317, DE 1º DE OUTUBRO DE 2013, NO MUNICÍPIO DE SANTOSD DUMONT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

LEI No. 4.800 DE 14 DE AGOSTO DE 2026

"Altera a Lei nº 4.317, de 1º de outubro de 2013, no Município de Santosd Dumont e dá outras providências."

O Povo do Município de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, Prefeito do Município, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 4.317/2013, passará a vigorar com o acréscimo do parágrafo único, nos seguintes termos:

Art. 1° ……..
Parágrafo único. Além dos alunos identificados no caput deste artigo, terão igualmente direito à alimentação adequada e diferenciada aqueles que, comprovadamente, forem diagnosticados com estado ou condição específica de saúde, devendo ser assegurado cardápio especial, observadas as recomendações médicas, nutricionais, a avaliação nutricional e as normas vigentes do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e será regulamentada por Decreto naquilo que couber.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da presente Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Registre-se e publique-se.

Palácio Alberto Santos Dumont
Sede da Prefeitura Municipal.
Santos Dumont, 14 de agosto de 2026

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JÚNIOR
Prefeito Municipal

ERNANE LUIZ DE ANDRADE
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Elizangela Maria Dos Santos Mendes
Código Identificador:0E2329C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
"ALTERA O ART. 4º DA LEI Nº 4.771, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025, QUE ESTIMA RECEITA E FIXA A DESPES DO NO MUNICÍPIO DE SANTOSD DUMONT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

LEI No. 4.801 DE 14 DE AGOSTO DE 2026

"Altera o art. 4º da Lei nº 4.771, de 22 de dezembro de 2025, que estima receita e fixa a despes do no Município de Santosd Dumont e dá outras providências."

O Povo do Município de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, Prefeito do Município, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 4.771, de 22 de dezembro de 2025, passará a vigorar a seguinte alteração:

"Art. 4° …….....

III – abrir créditos suplementares às dotações do orçamento para o exercício de 2026, podendo, para tanto, utilizar o superávit financeiro verificado no exercício anterior, até o limite de 30% (trinta por cento) do total do orçamento.
....."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da presente Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Registre-se e publique-se.

Palácio Alberto Santos Dumont
Sede da Prefeitura Municipal.
Santos Dumont, 14 de agosto de 2026

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JÚNIOR
Prefeito Municipal

ERNANE LUIZ DE ANDRADE
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Elizangela Maria Dos Santos Mendes
Código Identificador:A9C4E4D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA "QUADRA POLIESPORTIVA JOÃO FERREIRA DO NASCIMENTO" LOCALIZADO NO BAIRRO BOA VISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI No. 4.802 DE 14 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a denominação da "Quadra Poliesportiva João Ferreira do Nascimento" localizado no Bairro Boa Vista e dá outras providências

O Povo do Município de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, Prefeito do Município, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada "Quadra Poliesportiva João Ferreira do Nascimento" a quadra esportiva pública localizada no Bairro Boa Vista, neste Município.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal providenciará a confecção e instalação de placa indicativa no local, contendo o nome do homenageado.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da presente Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Registre-se e publique-se.

Palácio Alberto Santos Dumont Sede da Prefeitura Municipal.
Santos Dumont, 14 de agosto de 2026

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JÚNIOR
Prefeito Municipal

ERNANE LUIZ DE ANDRADE
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Elizangela Maria Dos Santos Mendes
Código Identificador:F93654E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO "DISPÕE SOBRE OS MEMBROS E SUPLENTES COMO REPRESENTANTES NA CONDIÇÃO DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DECRETO Nº 4094 DE 10 DE AGOSTO DE 2026

"Dispõe sobre os Membros e Suplentes como representantes na condição de Entidades Governamentais e Não Governamentais do Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o artigo 90, inciso IX da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 3.513, de 09 de junho de 2003,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros Titulares e Suplentes abaixo relacionados, na condição de Entidade Governamental do Conselho Municipal de Assistência Social:

MEMBROS GOVERNAMENTAIS

1. Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Combate às Drogas
Titulares – Paola França Giffoni Lemos
Suplente – Viatcheslav Maximiano Dousseaux

2. Secretaria Municipal de Saúde
Titular – Yasmim Raviery Escobar dos Anjos
Suplente – Zenaide Maria Mendes Dias

3 . Secretaria Municipal de Finanças
Titular - Luciana Gonçalves da Fonseca

Suplente – Vanessa Ferreira Formigon

4 . Secretaria Municipal de Educação
Titular- Renan de Souza e Silva
Suplente – Vitor Breno dos Santos Oliveira

MEMBROS NÃO GOVERNAMENTAIS

Entidades de Defesa de Direitos dos Usuários de Assistência Social

Titular – Ana Maria do Santos
Suplente – Marlene Aparecida Cordeiro dos Santos

Titular – Rita Valéria Divino
Suplente – Giovana Soares Coelho

Entidade Prestadores de Serviços na Área de Assistência Social
Titular – Fundação Futuro Brasil para Criança e Adolescente
Suplente – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santos Dumont - APAE

3 . Representante dos Trabalhadores na Área de Assistência Social
Titular- Rejaine Ribeiro Fonseca

Art. 2º - Fica designado a servidora **Sinoméa Catarina Gomes**, para atuar como Secretária Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Revogadas todas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente Decreto pertencer, que o cumpram e o façam cumprir tão inteiramente como nele se contém.

Registre-se e Publique-se

Palácio Alberto Santos Dumont, sede da Prefeitura Municipal
Santos Dumont (MG), 10 de agosto de 2026

PACIFICO ESTITES RODRIGUES JUNIOR
Prefeito Municipal

ERNANE LUIZ DE ANDRADE
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Elizangela Maria Dos Santos Mendes
Código Identificador:2EFA7D5B

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO E RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 31/2026 - PROCESSO Nº 160/2026

Dispensa de Licitação Presencial nº 31/2026
Processo nº 160/2026
Contrato nº: 156/2026
Contratante: Município de Santos Dumont
Empresa: Picinin Veículos SA - CNPJ – 38.156.041/0001-44
Objeto: Aquisição de peças e prestação de serviços de revisão obrigatória de 20.000 Km para o veículo Fiat Strada Freedom CD1.38 VFLEX ano 2026 com a placa UAA1C34 em atendimento à Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária.
Valor global: R$ 2.265,96 (Dois mil, duzentos e sessenta e cinco reais e noventa e seis centavos)
Fundamento legal: Inciso IV do art. 75 da Lei Federal 14.133/2021
Vigência: 60 dias a contar da data de assinatura do contrato; assinado em 17/08/2026
Ratificação em: 17 de Agosto de 2026

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JUNIOR -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ester Cantarino Alvim
Código Identificador:15345250

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES
RATIFICAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES-MG. RATIFICAÇÃO DA DISPENSA n° 04/2026 P n° 54/2026. EXTRATO DE CONTRATO n° 44/2026. **Objeto:** contratação de empresa especializada para prestação de serviços de formação continuada para diretores escolares e equipes pedagógicas, por meio de oficinas e atividades formativas voltadas ao aprimoramento da gestão escolar e das práticas pedagógicas de forma presencial, no município. **Contratado:** Zion Servicos Especializados Ltda, CNPJ: 44.666.248/0001-61. **Valor Global:** R$ 9.024,00 (nove mil e vinte e quatro reais). **Ass**: dia 17/08/2026, Vigência: 12 meses. **Dotação Orçamentária:** 339039000000 Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica 15400000 TRANSFERENCIAS DO FUNDEB-IMP 174.

18/08/2026.

JAIR CAVALCANTE BARBOSA,
Prefeito.

Publicado por:
João Pedro Guedes
Código Identificador:42EA4364

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
3097/2026

PORTARIA N.º: 3097/2026

CONCEDE ATIVIDADE GRATIFICADA

Ronaldo Aparecido Dias, Prefeito do Município de São Pedro da União, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal; e Art. 42, Anexo II, ÍTEM III da Lei N.º: 1.373/2026, (Estrutura Administrativa) da Prefeitura Municipal de São Pedro da União);

RESOLVE:

Art.1.º - Conceder, conforme ofício n.º: 107/2026, à YASMIM HELUANY CORRÊA, matrícula n.º: 001171, brasileira, solteira, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria de Saúde, um percentual de 80% (Oitenta por cento), sobre o vencimento base do Nível I da Tabela de Vencimentos do Plano de Cargos e Salários Lei n.º: 1.372/2026, a título de Atividade Gratificada, conforme determina no Anexo II, Ítem III da Lei n.º: 1.373/2026; devido a servidora, além de executar as atribuições inerentes ao cargo que ocupa, assumir a responsabilidade de Coordenar a Vigilância em Saúde neste Município.
Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º: 2987/2025 de 01/07/2025, retroagindo seus efeitos a 03/08/2026.

São Pedro da União, 11 de Agosto de 2026.

RONALDO APARECIDO DIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nadia Cristina Garcia Pinati
Código Identificador:04C700AA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO

EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

CONTRATO N.º: 74/2026	MG

CONTRATANTES

EMPREGADORA : PREFEITURA DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
CNPJ. : 18.666.172/0001-64
ENDEREÇO : RUA CEL. JOÃO FERREIRA BARBOSA, 46

CONTRATADO : LARA CAMILA MENDONÇA
ENDEREÇO : RUA SEBASTIÃO BARULHO, N.º: 62, SÃO PEDRO DA UNIÃO, MG
CPF: XXX.171.546 -XX

DATA ADMISSÃO : 17/08/2026
SECRETARIA : CULTURA, ESPORTE E TURISMO
CARGO/FUNÇÃO : AUXILIAR ADMINISTRATIVO
SALÁRIO : R$1.705,44 (HUM MIL, SETECENTOS E CINCO REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS)

O Prefeito Municipal, substanciado na Lei Municipal nº 1.238/2023 e tutela do inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal, autoriza a contratação de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, em caráter temporário, para atendimento das necessidades do Município que se caracterizam de excepcional interesse público, tendo em vista a demanda transitória pela manutenção de serviços mantidos através da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo.

CLÁUSULA PRIMEIRA

O (A) trabalhador (a) acima identificado (a), recrutado (a) pelo Processo Seletivo nº: 11/2026, é contratado (a) nesta data sob o regime celetista, nos termos do art. 10º da Lei nº 1.238/2023, e o sistema previdenciário o do Regime Geral da Previdência Social - RGPS do INSS, em caráter temporário, para prestar serviços à Empregadora na função de Auxiliar Administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA

O (A) trabalhador (a) receberá a remuneração de R$1.705,44 (Hum Mil, Setecentos e Cinco Reais e Quarenta e Quatro Centavos) por mês, que corresponde ao valor do salário base do cargo/função.

CLÁUSULA TERCEIRA

O (A) trabalhador (a) ficará lotado (a) na Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, podendo ser remanejado para outras Secretarias de acordo com as necessidades da Empregadora, submetendo-se ao cumprimento de horário que lhe for determinado dentro de uma jornada de trabalho de 40 horas semanais.

CLÁUSULA QUARTA

A duração do trabalho será controlada pelos meios legais permitidos, podendo ser em registro manual, mecânico ou eletrônico, com anotação da hora de entrada, do almoço e de saída.

CLÁUSULA QUINTA

Este Contrato de Trabalho tem início no dia 17 de Agosto de 2026 e término previsto para o dia 17 de Agosto de 2027, podendo ser prorrogado por até igual período.

CLÁUSULA SEXTA

O Contrato poderá ser rescindido de acordo com o artigo 11, incisos e parágrafos 1º e 2.º da Lei Municipal nº 1.238/2023, ou por infringência aos artigos 133 e ou 134, e seus incisos, e ainda faltar com as responsabilidades previstas nos artigos 138 a 143, todos da Lei Complementar Municipal nº 687/1999 (Estatuto do Servidor Municipal), podendo ainda ser rescindido até a data de Posse dos servidores aprovados no Concurso Público para o referido cargo ou Função.

CLÁUSULA SÉTIMA

É consenso entre as partes que o presente contrato é em caráter transitório, não gerando garantia de emprego ou cargo público ao contratado, porquanto a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público, como dispõe o inciso II, do art. 37, da Constituição Federal.

CLÁUSULA OITAVA

As despesas geradas com a execução deste contrato correrão por conta de dotação orçamentária própria, sob rubrica n.º: 02006001.2781227012.043 - 319004.

Partes acordadas firmam este Contrato por Prazo Determinado em duas vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que também assinam, elegendo como foro competente o da Comarca de Guaxupé/MG.

São Pedro da União (MG), 17 de Agosto de 2026.

Município De São Pedro Da União
RONALDO APARECIDO DIAS
Prefeito Municipal

LARA CAMILA MENDONÇA
Trabalhador Contratado

TESTEMUNHAS

_____
Nome:
CPF:

_____
Nome:
CPF:

Publicado por:
Nadia Cristina Garcia Pinati
Código Identificador:5FFEC92C

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 85/2026

PRC 147/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO 05/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO – PREFEITURA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO NA QUADRA DE ESPORTES AO LADO DA ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CAJUZINHO PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA, ESPORTE E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO.

CONTRATADA: NATALIA BANHOS ME - **CNPJ:** 07.912.053/0001-28.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 212.769,30 (Duzentos e doze mil e setecentos e sessenta e nove reais e trinta centavos).

VIGÊNCIA: 14/08/2026 a 14/08/2027

São Pedro da União-MG, 17 de agosto de 2026.

JULIANA REIS TERRA
Agente de Contratação | Mat 001289

Publicado por:
Juliana Reis Terra
Código Identificador:BAA6AD18

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÁS DE AQUINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÁS DE AQUINO
EXTRATO DE CONTRATAÇÃO

- Processo nº. 184/2026, Pregão Eletronico nº 021/2026, Contratante: Prefeitura Municipal de São Tomás de Aquino/MG. Objeto: **Aquisições de vestuários típicos, tamanhos adulto ao infantil, para à Festa da Congada e Moçambique de São Tomás de Aquino - MG.** Contratadas: **ANDRE QUEIROZ MAFRA E CIA LTDA - 54.102.326/0001-59**, foi considerada vencedora com o valor de **R$ 29.575,00 (vinte e nove mil quinhentos e setenta e cinco reais), e RODA VIVA MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA - 71.231.674/0001-45,** foi considerada vencedora com o valor de **R$ 6.704,30 (seis mil setecentos e quatro reais e trinta centavos).** Dotações: **0205002.1339213012.123 339030**. Em 18/08/2026.

DANIEL FERREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silval Aparecido de Melo
Código Identificador:57D5FB64

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÁS DE AQUINO
EXTRATO DE CONTRATAÇÃO RETIFICADO

-Processo nº. 182/2026, DISPENSA nº 126/2026, Contratante: Prefeitura Municipal de São Tomás de Aquino/MG. Objeto: **Contratação de empresa especializada para recebimento e disposição final de resíduos sólidos urbanos em aterro sanitário licenciado Classe II-A e B. Conforme Concorrência nº 001/2025, Processo Administrativo nº 046/2025 do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região de São Sebastião do Paraíso/MG - CIDASSP.** Contratadas: **TRANSER CENTRO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS LTDA, CNPJ: 17.712.643/0001-60,** foi considerada vencedora com o valor de **R$ 102.600,00 (cento e dois mil seiscentos reais).** Dotações: 02070207.1545215022.137.339039. Em 13/08/2026.

DANIEL FERREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silval Aparecido de Melo
Código Identificador:4AACD18F

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÁS DE AQUINO
HOMOLOGAÇÃO

- O Prefeito Municipal de São Tomás de Aquino/MG, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna público a Homologação do procedimento licitatório nº 184/2026, modalidade Pregão Eletronico nº. 021/2026, cujo objeto é a **Aquisições de vestuários típicos, tamanhos adulto ao infantil, para à Festa da Congada e Moçambique de São Tomás de Aquino - MG."**, e a Adjudicação de acordo com a ata e parecer jurídico, em favor das empresas: **ANDRE QUEIROZ MAFRA E CIA LTDA - 54.102.326/0001-59**, foi considerada vencedora com o valor de **R$ 29.575,00 (vinte e nove mil quinhentos e setenta e cinco reais), e RODA VIVA MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA - 71.231.674/0001-45,** foi considerada vencedora com o valor de **R$ 6.704,30 (seis mil setecentos e quatro reais e trinta centavos).**

São Tomás de Aquino/MG, 18 de agosto de 2026.

DANIEL FERREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silval Aparecido de Melo
Código Identificador:155B6111

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÁS DE AQUINO
HOMOLOGAÇÃO RETIFICADO

- O Prefeito Municipal de São Tomás de Aquino/MG, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna público a Homologação do procedimento licitatório 182/2026, modalidade DISPENSA nº. 126/2026, cujo objeto é a **Contratação de empresa especializada para recebimento e disposição final de resíduos sólidos urbanos em aterro sanitário licenciado Classe II-A e B. Conforme Concorrência nº 001/2025, Processo Administrativo nº 046/2025 do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região de São Sebastião do Paraíso/MG - CIDASSP."**, e a Adjudicação de acordo com a ata e parecer jurídico, em favor das empresas: **TRANSER CENTRO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS LTDA, CNPJ: 17.712.643/0001-60,** foi considerada vencedora com o valor de **R$ 102.600,00 (cento e dois mil seiscentos reais).**

São Tomás de Aquino/MG, 13 de agosto de 2026.

DANIEL FERREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silval Aparecido de Melo
Código Identificador:B8C0354D

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÁS DE AQUINO
TERMO ADITIVO

- **Processo Licitatório**: n.225/2025 - **Modalidade:** Inexigibilidade/Credenciamento n. 006/2025. **Contrato Administrativo 000077/2025, 000078/2025 e 000079/2025. Contratante:** Prefeitura Municipal de São Tomás de Aquino -MG - **Contratados: CUNHA & DELEFRATE LTDA, CNPJ: 51.328.555/0001-06, TIAGO FRANCISCO DE SOUZA 09268040654, CNPJ: 36.709.883/0001-50, e JC LIDER TERRAPLANAGEM LTDA, CNPJ: 60.849.389/0001-76**. **Objeto:** "**Prestação de Serviço eventual de retroescavadeira, pá carregadeira e caminhão basculante, ao município de São Tomás de Aquino."** O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo do contrato firmado entre as partes até 18/07/2027, para mais 12 meses. **Embasamento Legal:** conforme art. 107, da Lei 14.133/2021. **Dotação Orçamentária: 02060206.2678226062.061.339039; Data de Assinatura:** 18/08/2026. **Representantes dos Contratados**: EDSON MORAIS CUNHA, TIAGO FRANCISCO DE SOUZA e CLEBER REIS DOS SANTOS. **Autorização:** Daniel Ferreira da Silva– Prefeito Municipal.

Publicado por:
Silval Aparecido de Melo
Código Identificador:977371A6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA
EXTRATO CONTRATO PREGÃO 19/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026
EXTRATO DE CONTRATO
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA/MG.
Contratadas: 1). Auto Posto Reis Coelho Ltda, CNPJ 02.864.***/****-78, valor total adjudicado R$ 5.600,00; 2). Mais Peças Máquinas e Tratores Ltda., CNPJ 57.996.***/****-43, valor total adjudicado R$ 12.800,00 e 3). Pneus Realeza Ltda., CNPJ 24.021.***/****-30, valor total adjudicado R$ 105.137,00. Objeto: Registro de Preços para eventual e futura aquisição parcelada de óleos lubrificantes destinados à manutenção dos veículos leves, utilitários, Vans, Micro-Ônibus, Ônibus, caminhões e máquinas componentes da frota municipal. Data de assinatura do contrato 18/08/2026. Vigência 12 meses.

SEBASTIÃO ROBISON CRUZ DOS REIS,
Prefeito de Sericita/MG.

Publicado por:
Gilson Fonseca Bizarro
Código Identificador:2260D8C8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DOS AIMORÉS

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CREDENCIAMENTO

O Município de Serra dos Aimorés/MG torna público que se encontra aberto o Processo Administrativo nº 042/2026, Inexigibilidade nº 010/2026 - Credenciamento nº 005/2026, cujo objeto é o **Credenciamento de empresas privadas prestadoras de serviços médicos e profissionais de nível superior para realização de Consultas e Exames médicos em diversas especialidades, em pacientes do Sistema Único de Saúde, conforme necessidades da**

Secretaria Municipal de Saúde. As intenções de credenciamento e os documentos de habilitação serão recebidos exclusivamente por meio do sistema eletrônico http://licitardigital.com.br com início em 19 de agosto de 2026 a partir das 10h00. Informamos do Edital e seus anexos poderão ser lidos ou obtidos nos sites www.gov.br/pncp, www.pmsa.mg.gov.br e www.licitardigital.com.br. Mais informações estarão disponíveis pelo e-mail: compras@pmsa.mg.gov.br.

Serra dos Aimorés/MG 18 de agosto de 2026.

DENIZE LAGO PINTO SANTANA -
Agente de Contratação.

Publicado por:
Denise Lago Pinto Santana
Código Identificador:6CC7E027

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 156/2023
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 110/2023
MODALIDADE: ADESÃO DE REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2023

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 156/2023
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 110/2023
MODALIDADE: ADESÃO DE REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2023

Pelo presente **TERMO DE APOSTILAMENTO** que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DE MINAS/MG**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob n° 01.612.501/0001-91, com sede administrativa situada na Praça Nossa Senhora da Conceição, nº 01 - Centro, CEP 39.518-000, na Cidade de Serranópolis de Minas/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Ilmo. **Sr. Max Vinícius Aguiar Martins**, inscrito no CPF sob o nº **044.418.486-41**, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e, de outro lado a empresa **TRIVALE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA,** inscrita no **CNPJ** sob o N° 00604122000197**,** doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, celebram em comum acordo o presente **TERMO DE APOSTILAMENTO,** com base no art. 136 §8º da Lei Federal nº 14.133/2021, cujo objetivo é a **alteração da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, prevista no instrumento inicial, acrescentando nova dotação orçamentária, conforme o orçamento fiscal vigente: **FICHA 8196, 604, 603, 103.**
Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no Contrato inicial e, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai ser devidamente assinado pelo Contador, para que surtam todos os efeitos de direito, dando-se publicidade ao ato mediante publicação de seu resumo na Imprensa Oficial.

Serranópolis de Minas/MG, 01 de julho de 2026

JEAN CARLOS TOLENTINO
Contador

DESPACHO

Com efeito, diante a solicitação da **Secretaria de Administração**, informo a inclusão de nova dotação orçamentária:

05.02.10.301.5002.2504.3339030000000.26000000 – 8196 - MANUT. DAS ATIVIDADES DA ATENCAO BASICA - Material de Consumo.

06.02.08.245.6010.2619.3339030000000.16600000 – 604 - MANUT. ATIV.-PRIM.INFAN.NO SUAS-C.FELIZ - Material de Consumo.

06.02.08.245.6010.2619.3339030000000.15000000 – 603 - MANUT. ATIV.-PRIM.INFAN.NO SUAS-C.FELIZ - Material de Consumo.

04.01.12.122.4001.2402.3339030000000.15000001 – 103 - ADMINISTRACAO DA SEC.EDUCACAO - Material de Consumo.

para o **CONTRATO Nº 156/2023**, **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 110/2023, MODALIDADE ADESÃO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2023.**

Serranópolis de Minas/MG, 01 de julho de 2026.

JEAN CARLOS TOLENTINO
Contador

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:EFED9809

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 61/2026
Prefeitura Municipal de Tapiraí/MG – CONTRATO ADMINISTRATIVO 61/2026. OBJETO: **Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para a construção da Creche Municipal Terracini, no Distrito de Altolândia, no município de Tapiraí/MG, em atendimento ao Convênio nº 1261002774/2025/SEE, firmado no âmbito do Programa de Fortalecimento das Escolas Municipais, conforme projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos que integram o presente edital, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários à completa execução da obra.**CONTRATADA: ***TAGX CONSTRUTORA LTDA. Valor Total: R$ 1.142.999,99 (um milhão, cento e quarenta e dois mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos). Vigência: 18/08/2026 à 18/08/2027. Dotações Orçamentárias: 53 Código de despesas: 4.4.90.51.00.***

Tapiraí/MG, 18 de agosto de 2026.

ANA CAROLINA PEDROZA FERREIRA DE ASSIS.
Agente de Contratação

Publicado por:
Estevão Santana Barbosa
Código Identificador:CEE69BFB

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ/MG. Extrato de Homologação Processo Licitatório nº 030/2026, oriunda da Concorrência Eletrónica nº 002/2026, para a contratação de empresa especializada para a construção da Creche Municipal Terracini, no Distrito de Altolândia, no município de Tapiraí/MG, em atendimento ao Convênio nº 1261002774/2025/SEE, firmado no âmbito do Programa de Fortalecimento das Escolas Municipais, conforme projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos que integram o presente edital, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários à completa execução da obra. O prefeito do município de Tapiraí/MG, Vanderlei Cassiano de Resende, homologa o resultado do respectivo processo licitatório em favor da empresa, TAGX CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 65.761.982/0001-80, valor total de R$ 1.142.999,99 (um milhão,

cento e quarenta e dois mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).

Tapiraí/MG, 18 de agosto de 2026.

VANDERLEI CASSIANO DE RESENDE.
Prefeito.

Publicado por:
Estevão Santana Barbosa
Código Identificador:81AE6489

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIRADENTES

LICITAÇÃO TIRADENTES
EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 130/2025

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 130/2025

O Município de Tiradentes, torna público a todos os interessados o extrato de Termo aditivo.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2025
OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviços educacionais por meio de monitores de oficinas pedagógicas (culturais, esportivas, artísticas, tecnológicas, entre outras), bem como a disponibilização de monitores auxiliares para apoio às atividades escolares em tempo integral, destinadas ao atendimento de alunos das escolas da rede municipal de Tiradentes, durante os 200 (duzentos) dias letivos do ano, e monitores de reforço escolar, acionados conforme demanda da Secretaria Municipal de Educação.
CONTRATO: Nº 130/2025
CONTRATADA:Integraliza Consultoria Empresarial Ltda
CNPJ - 44.554.435/0001-53
ENDEREÇO: Rua Platina, nº 119, Bairro Nossa Senhora das Graças, Timóteo/MG, CEP 35.182-136
ADITIVO: 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2025
OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 130/2025 por mais 12 (doze) meses, por igual período ao originalmente estabelecido, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do item 11.8 do Edital do Pregão Eletrônico nº 037/2025.
Nova vigencia : 09/12/2027
(assinado nos autos)

Dou fé, Tiradentes, 18 de agosto de 2026.

DENÍLSON GERALDO DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Denilson Geraldo da Silva
Código Identificador:42370CA4

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIRADENTES
LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL N.º 3.686, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a criação do Parque Ecológico Municipal Bosque Mãe d'Água e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Tiradentes decreta, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei.
CAPÍTULO I - DA CRIAÇÃO E OBJETIVOS
Art. 1º Fica criado o Parque Ecológico Municipal Bosque Mãe d'Água, unidade de conservação de proteção integral, abrangendo a área ao longo de toda a extensão do aqueduto que alimenta o Chafariz de São José, desde a sua captação nas minas situadas na Serra de São José até o seu deságue no monumento.
Art. 2º A criação do Parque tem como objetivos fundamentais:
I - Preservar o ecossistema local, a flora e a fauna nativas da Serra de São José;
II - Proteger o patrimônio histórico e arquitetônico do aqueduto e das minas de abastecimento;
III - Garantir a pureza e o fluxo contínuo das águas que abastecem o Chafariz de São José;
IV - Fomentar o turismo ecológico sustentável e a educação ambiental;
V - Impedir ocupações irregulares ou atividades que degradem o entorno do monumento histórico.
CAPÍTULO II - DA DELIMITAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Art. 3º A área do Parque compreende uma faixa de proteção de 15 (quinze) metros para cada lado do eixo central do aqueduto, além da área de entorno imediato das minas de captação.
Parágrafo único: O Poder Executivo realizará o levantamento topográfico e o memorial descritivo da área.
Art. 4º A administração do Parque ficará a cargo da Secretaria Municipal de Obras, Meio Ambiente, Integração Rural e Agricultura em conjunto com a Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer podendo haver cooperação com o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, devido ao tombamento federal do conjunto e a COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais, conforme a art. 6º, VI, da Lei Ordinária Municipal n.º 2.536, de 24 de junho de 2010.
CAPÍTULO III - DAS PROIBIÇÕES E RESTRIÇÕES
Art. 5º No interior do Parque Ecológico Municipal Bosque Mãe d'Água, são proibidas atividades que possam comprometer a integridade dos recursos naturais e do patrimônio histórico, especialmente:
I - O corte, a retirada ou a degradação da vegetação nativa;
II - Qualquer tipo de construção civil não voltada à manutenção do aqueduto ou ao suporte do parque;
III - O descarte de resíduos sólidos ou efluentes;
IV - A alteração do curso ou do leito do aqueduto sem autorização técnica específica.
CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Local e data da assinatura eletrônica.

JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO
Prefeito do Município de Tiradentes – MG (PSDB)

Publicado por:
Marcelo José Ferreira Reis
Código Identificador:A4D0A436

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIRADENTES
LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL N.º 3.687, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

Autoriza abertura de crédito suplementar.

A Câmara Municipal de Tiradentes decreta, e eu, Prefeito Municipal de Tiradentes sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura de crédito suplementar no presente exercício até o valor de R$ 383.723,00 (trezenos e oitenta e três mil e setecentos e vinte e três reais) da seguinte dotação despesa:

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Tiradentes
Unidade: 004.002 – Fundo Municipal de Saúde
Função:10 – Saúde
Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 0027 – Gestão e Redes de Atenção
Projeto: 1.330 – Estruturação Unidade Atenção Especializada em Saúde
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
1.621.000 – Transferência Fundo a Fundo SUS Governo Estadual.....R$ 383.723,00

Parágrafo único. O crédito suplementar mencionado neste artigo será destinado para suplementar a dotação para à aquisição de veículo de transporte sanitário, com acessibilidade, destinado ao transporte de pacientes e ao fortalecimento da rede municipal de saúde, nos termos da Resolução SESMG n.° 11.032/2026.

Art.2º Servirá de recursos para a cobertura do crédito suplementar autorizado nesta Lei:

I – R$ 20.858,00 (vinte mil, oitocentos e cinquenta e oito reais) de anulação das seguintes dotações de despesa, nos termos do inciso III, §1° do art. 43 da Lei Federal n.° 4.320, de 17 de março de 1964:

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Tiradentes
Unidade:02.004.002 – Fundo Municipal de Saúde
Função:10 – Saúde
Subfunção:301- Atenção Básica
Programa: 0172 – Manutenção dos Serviços Laboratoriais
Atividade: 2.526 – Manut. Serviços Laboratoriais
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Juridica
1.621.000 – Transferência Fundo a Fundo SUS Governo Estadual.....R$ 20.858,00

II – R$ 362.865,00 (trezentos e sessenta e dois mil, oitocentos e sessenta e cinco reais) de excesso de arrecadação na fonte 1.621.000 - Transferência Fundo a Fundo SUS do Governo Estadual, nos termos das Resoluções SES/MG n° 11.032 de 17 de abril de 2026; inciso I, §1° do art. 43 da Lei Federal n.° 4.320, de 17 de março de 1964 e parágrafo único do art. 8° da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Local e data da assinatura eletrônica.

JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO.
Prefeito do Município de Tiradentes - MG (PSDB).

Publicado por:
Marcelo José Ferreira Reis
Código Identificador:5FB544A0

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIRADENTES
LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL N.º 3.688, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

Autoriza abertura de crédito suplementar.

A Câmara Municipal de Tiradentes decreta, e eu, Prefeito Municipal de Tiradentes sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura de crédito suplementar no presente exercício até o valor de R$ 331.399,00 (trezentos e trinta e um mil e trezentos e noventa e nove reais) da seguinte dotação despesa:

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Tiradentes
Unidade:004.002 – Fundo Municipal de Saúde
Função:10 – Saúde
Subfunção: 301 – Atenção Básica
Programa: 0132 – Estruturação da Rede de Atenção Primária
Projeto: 1.478 – Estruturação da Rede de Atenção Primária
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
1.621.000 – Transferência Fundo a Fundo SUS Governo Estadual.....R$ 331.399,00

Parágrafo único. O crédito suplementar mencionado neste artigo será destinado à suplementação de dotação para aquisição de veículo de Unidade Odontológica Móvel (UOM) destinado a estruturação da Atenção Primária à Saúde, nos termos da Resolução SESMG n.º 11.143/2026.

Art.2º Servirá de recursos para a cobertura do crédito suplementar autorizado nesta Lei:

I – R$139.142,00 (cento e trinta e nove mil, cento e quarenta e dois reais) de anulação das seguintes dotações de despesas, nos termos do inciso III, § 1º do art.43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964:

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Tiradentes
Unidade:02.004.002 – Fundo Municipal de Saúde
Função:10 – Saúde
Subfunção: 301-Atenção Básica
Programa: 0172 – Manutenção dos Serviços Laboratoriais
Atividade: 2.526 – Manut. Serviços Laboratoriais
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Juridica
1.621.000 – Transferência Fundo a Fundo SUS Governo Estadual.....R$ 39.142,00

Subfunção:303 – Suporte Profilatico e Terapeutico
Programa: 0035- Assistência Farmaceutica
Atividade: 2.156 – Manut.Produtos da Farmacia Basica
3.3.90.32.00 – Material Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita
1.621.000 – Transferência Fundo a Fundo SUS Governo Estadual.....R$ 100.000,00

II – R$ 192.257,00 (cento e noventa e dois mil, duzentos e cinquenta e sete reais) de excesso de arrecadação fonte 1.621.000 - Transferência Fundo a Fundo SUS do Governo Estadual, nos termos das Resoluções SES/MG nº 11.143/2026.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
.
Local e data da assinatura eletrônica.

JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO.
Prefeito do Município de Tiradentes - MG (PSDB).

Publicado por:
Marcelo José Ferreira Reis
Código Identificador:0D121816

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIRADENTES
LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL N.º 3.689, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

Autoriza abertura de crédito suplementar.

A Câmara Municipal de Tiradentes decreta, e eu, Prefeito Municipal de Tiradentes sanciono a seguinte Lei Ordinária:
Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura de crédito suplementar no presente exercício até o valor de R$ 437.743,00 (quatrocentos e trinta e sete mil e setecentos e quarenta e três reais) da seguinte dotação despesa:

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Tiradentes
Unidade:004.002 – Fundo Municipal de Saúde
Função:10 – Saúde
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa:0128 – Ações em Serviços de Saúde Básica
Projeto: 1.471 – Aquisição Veículos para Setor Saúde Municipal
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
1.621.000 – Transferência Fundo a Fundo SUS Governo Estadual.....R$ 437.743,00

Parágrafo único. O crédito suplementar mencionado neste artigo será destinado a suplementação a dotação orçamentária para aquisição de 03 (três) veículos de passeio e 01(um) veículo tipo minivan, destinados ao transporte das equipes da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos das Resoluções SESMG n.º 11.028/2026 e 11.042/2026.

Art.2º Servirá de recursos para a cobertura do crédito suplementar autorizado nesta Lei:

I – R$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) de anulação das seguintes dotações de despesa, nos termos do inciso III, §1° do art. 43 da Lei Federal n.° 4.320, de 17 de março de 1964:

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Tiradentes
Unidade:004.002 – Fundo Municipal de Saúde
Função:10 – Saúde
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa:0027 – Gestão e Redes de Atenção
Atividade: 2.133 –Manut.Veiculos Vinc. Ações da Saúde
3.3.90.30.00 – Material de Consumo
1.621.000 – Transferência Fundo a Fundo SUS Governo Estadual.....R$ 15.000,00
3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Juridica
1.621.000 – Transferência Fundo a Fundo SUS Governo Estadual.....R$ 15.000,00

Subfunção: 301-Atenção Básica
Programa: 0027 - Gestão e Redes de Atenção
Atividade: 2.134 – Manut. das Atividades da Atenção Básica
3.3.90.32.00 – Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
1.621.000 – Transferência Fundo a Fundo SUS Governo Estadual.....R$ 40.000,00
3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Fisica
1.621.000 – Transferência Fundo a Fundo SUS Governo Estadual.....R$ 12.000,00
3.3.90.39.00 – Outors Serviços de Terceiros – Pessoa Juridica
1.621.000 – Transferência Fundo a Fundo SUS Governo Estadual.....R$ 28.000,00
Programa: 0028- Atenção Primaria a Saúde
Atividade: 2.149 – Manut.Remun.Pessoal Atendimento Básico
3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado
1.621.000 – Transferência Fundo a Fundo SUS Governo Estadual.....R$ 20.000,00
3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixa – Pessoal Civil
1.621.000 – Transferência Fundo a Fundo SUS Governo Estadual.....R$ 100.000,00

II – R$ 207.743,00 (duzentos e sete mil, setecentos e quarenta e três reais) de excesso de arrecadação fonte 1.621.000 - Transferência Fundo a Fundo SUS do Governo Estadual, nos termos das Resoluções SES/MG n° 11.028/2026 e 11.042/2026 de 17 de abril de 2026; inciso I, §1° do art. 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e parágrafo único do art. 8° da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Local e data da assinatura eletrônica.

JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO.
Prefeito do Município de Tiradentes - MG (PSDB).

Publicado por:
Marcelo José Ferreira Reis
Código Identificador:F6CEDB07

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIRADENTES
LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL N.º 3.690, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

Autoriza abertura de crédito suplementar.

A Câmara Municipal de Tiradentes decreta, e eu, Prefeito Municipal de Tiradentes sanciono a seguinte Lei Ordinária:
Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abertura de crédito especial no presente exercício até o valor de R$ 86.500,00 (oitenta e seis mil e quinhentos reais) com a inclusão da seguinte dotação de despesa:

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal
Unidade: 02.006.003 – Superintendência de Integração Rural e Agricultura
Função: 04 – Administração
Subfunção: 0122 – Administração Geral
Programa:0069 – Promoção e Extensão Rural
Projeto: 1.559 – Aquisição Equipamentos e Material Permanente
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
Fonte 1.710.000 – Transferência Especial dos Estados ..... R$ 86.500,00
CO 3210

Parágrafo único. O crédito especial autorizado neste artigo será utilizado para aquisição de veículo de passeio para Superintendência de Integração Rural e Agricultura.

Art. 2º Servirá de recursos para abertura do crédito especial autorizado nesta lei o excesso de arrecadação na fonte 1.710.000 – Transferência Especial dos Estados, CO 3210, apurado no presente exercício, provenientes do recebimento de emenda parlamentar, nos termos do inciso II, §1° do art. 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e parágrafo único do art. 8° da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 3º Fica o Executivo autorizado a suplementar o crédito especial autorizado nesta lei, até o valor de R$1.500,00 (um mil e quinhentos reais) relativo a rendimentos de aplicação dos recursos mediante excesso de arrecadação nos termos do artigo anterior.

Art. 4º Fica autorizada a inclusão da despesa objeto desta Lei, na Lei Municipal n.º 3.618, de 02 de julho de 2025 que estabeleceu as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2025 e na Lei Municipal n° 3.651 de 02 de dezembro de 2025 que estabeleceu o Plano Plurianual – PPA, para o período de 2026/2029.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Local e data da assinatura eletrônica.

JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO.
Prefeito do Município de Tiradentes - MG (PSDB).

Publicado por:
Marcelo José Ferreira Reis
Código Identificador:211025A2

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIRADENTES
LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL N.º 3.691, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

Autoriza abertura de crédito especial.

A Câmara Municipal de Tiradentes decreta, e eu, Prefeito Municipal de Tiradentes sanciono a seguinte Lei Ordinária:
Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura de crédito especial no presente exercício até o valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) com a inclusão da seguinte dotação de despesa:

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal
Unidade: 004.002 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 0027 – Gestão e Redes de Atenção
Atividade :2.558 – Transp. Pacientes Prog.do Est. Trans. SUS CISVER
3.3.93.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte:1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos.....R$20.000,00
Fonte: 1.621.000 – Transferência Fundo a Fundo SUS Governo Estadual..... R$20.000,00

Parágrafo único. O crédito especial autorizado neste artigo destina-se à cobertura de despesa decorrente do repasse de recursos ao CISVER – Consórcio Intermunicipal de Saúde das Vertentes, visando ao custeio do transporte de pacientes no âmbito do Programa Transporta SUS, do Estado de Minas Gerais, conforme Resolução SES/MG nº 11.015/2026 e 11.228/2026.

Art. 2º Servirá de recursos para abertura do crédito especial autorizado nesta lei a anulação da seguinte dotação de despesa, nos termos do inciso III, §1° do art. 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964:

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal
Unidade: 02.004.002 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 301 – Atenção Básica
Programa:0172 – Manutenção dos Serviços Laboratoriais
Atividade: 2.526 – Manut. Serviços Laboratoriais
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte:1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos.....R$20.000,00
Fonte: 1.621.000 – Transferência Fundo a Fundo SUS Governo Estadual..... R$20.000,00

Art. 3º Fica o Executivo autorizado a suplementar o crédito especial autorizado nesta lei até o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) nos termos do artigo anterior.

Art. 4º Fica autorizada a inclusão da despesa objeto desta Lei, na Lei Municipal n.º 3.618, de 02 de julho de 2025 que estabeleceu as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2026 e na Lei Municipal n° 3.651 de 02 de dezembro de 2025 que estabeleceu o Plano Plurianual – PPA, para o período de 2026/2029.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Local e data da assinatura eletrônica.

JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO.
Prefeito do Município de Tiradentes - MG (PSDB).

Publicado por:
Marcelo José Ferreira Reis
Código Identificador:8660B5AF

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIRADENTES
LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL N.º 3.692, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

Autoriza abertura de crédito suplementar.

A Câmara Municipal de Tiradentes decreta, e eu, Prefeito Municipal de Tiradentes sanciono a seguinte Lei Ordinária:
Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abertura de crédito suplementar no presente exercício até o valor de R$ 449.880,62 (quatrocentos e quarente e nove mil, oitocentos e oitenta reais e sessenta e dois centavos) na seguinte dotação de despesa:

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal
Unidade: 02.004.000 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 301 – Atenção Básica
Programa:0027 – Gestão e redes de Atenção
Projeto: 2.134 – Manutenção das Atividades da Atenção Básica
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica.....R$449.880,62
Fonte 2.621-000 – Transferências Fundo a Fundo SUS/ Governo Estadual ..... R$ 249.880,62
Fonte 1.621-000 CO 3210- Transferências Fundo a Fundo SUS/Governo Estadual...R$200.000,00

Parágrafo único. A autorização prevista no caput deste artigo destina-se assegurar a disponibilidade de recursos orçamentários para manutenção e reformas de estabelecimentos de UBS Atenção Básica do Município.

Art. 2º Servirá de recursos para abertura do crédito suplementar autorizado nesta lei utilizar o valor de R$ 249.880,62 (duzentos e quarenta e nove mil, oitocentos e oitenta reais e sessenta e dois centavos) provenientes de superávit financeiro do exercício anterior apurado no balanço patrimonial de 2025 fonte 2.621.000 – Transferências Fundo a Fundo SUS/Governo Estadual, Resoluções 7734/2021, 8387/2022, 7553/2021,Plano de Transposição e transferência LC 171/2023 e o excesso de arrecadação no valor R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) na fonte 1.621.000 CO 3210 – Transferências Fundo a Fundo SUS/Governo Estadual como al dos Estados, CO 3210, apurado no presente exercício, provenientes do recebimento de recursos da Resolução 11061/2026 emenda parlamentar nº 202524 – Custeio UBS, nos termos do inciso II, §1° do art. 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e parágrafo único do art. 8° da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 3º Fica o Executivo autorizado a suplementar o crédito suplementar autorizado nesta lei, até o valor de R$3.000,00 (três mil reais) relativo a rendimentos de aplicação dos recursos mediante excesso de arrecadação nos termos do artigo anterior.

Art. 4º Fica autorizada a inclusão da despesa objeto desta Lei, na Lei Municipal n.º 3.618, de 02 de julho de 2025 que estabeleceu as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2025 e na Lei Municipal n° 3.651 de 02 de dezembro de 2025 que estabeleceu o Plano Plurianual – PPA, para o período de 2026/2029.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Local e data da assinatura eletrônica.

JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO.
Prefeito do Município de Tiradentes - MG (PSDB).

Publicado por:
Marcelo José Ferreira Reis
Código Identificador:3AD7929E

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIRADENTES
LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL N.º 3.693, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

Autoriza abertura de crédito especial.

A Câmara Municipal de Tiradentes decreta, e eu, Prefeito Municipal de Tiradentes sanciono a seguinte Lei Ordinária:
Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abertura de crédito especial no presente exercício até o valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) com a inclusão da seguinte dotação de despesa:

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal
Unidade: 02.008.001 – Sec.Mun.de Turismo, Cultura, Esporte Lazer
Função: 27 – Desporto e Lazer
Subfunção: 812 – Desporto Comunitário
Programa: 0074 – Gestão Municipal do Esporte e Lazer
Projeto: 1.560.000 – Obras e Instalações Parquinhos Infantil
4.4.90.51.00 – Obras e Instalações
Fonte 1.710.000 – Transferência Especial dos Estados ..... R$ 150.000,00
CO 3210

Parágrafo único. O crédito especial autorizado neste artigo será utilizado para aquisição de dois parquinhos a serem instalados na Quadra da Prefeitura Municipal, situada na Rua Belica nº 90, Parque das Abelhas e na Rua Alameda da Poesia, s/n, no distrito de Caixa D'Agua da Esperança.

Art. 2º Servirá de recursos para abertura do crédito especial autorizado nesta lei o excesso de arrecadação na fonte 1.710.000 – Transferência Especial dos Estados, CO 3210, apurado no presente exercício, provenientes do recebimento de emenda parlamentar estadual individual, nos termos do inciso II, §1° do art. 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e parágrafo único do art. 8° da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 3º Fica o Executivo autorizado a suplementar o crédito especial autorizado nesta lei, até o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) relativo a rendimentos de aplicação dos recursos mediante excesso de arrecadação nos termos do artigo anterior.

Art. 4º Fica autorizada a inclusão da despesa objeto desta Lei, na Lei Municipal n.º 3.618, de 02 de julho de 2025 que estabeleceu as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2025 e na Lei Municipal n° 3.651 de 02 de dezembro de 2025 que estabeleceu o Plano Plurianual – PPA, para o período de 2026/2029.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Local e data da assinatura eletrônica.

JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO.
Prefeito do Município de Tiradentes - MG (PSDB).

Publicado por:
Marcelo José Ferreira Reis
Código Identificador:B88BC3E8

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIRADENTES
PORTARIA PMT N.º116, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

"Dispõe sobre a exoneração de servidores públicos municipais e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIRADENTES, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:
Art. 1º Exonerar, a aprtir de 01 de agosto de 2026, o servidor ANDERSON FABRÍCIO MAIA BERNARDES, ocupante do cargo de Motorista, do quadro de servidores do Município de Tiradentes/MG.
Art. 2º Exonerar, a partir de 07 de agosto de 2026, o servidor VALDECIR DOS SANTOS MATTA, ocupante do cargo de Operador de Máquina, do quadro de servidores do Município de Tiradentes/MG.
Art. 3º Exonerar, a partir de 10 de agosto de 2026, o servidor CHARLES RIBEIRO GOMES, ocupante do cargo de Fiscal de Obras, do quadro de servidores do Município de Tiradentes/MG.
Art. 4º Exonerar, a partir de 17 de agosto de 2026, o servidor GERALDO KENNEDY RESENDE DA MATA, ocupante do cargo de Fiscal de Postura, do quadro de servidores do Município de Tiradentes/MG.
Art. 5º Compete ao Departamento de Recursos Humanos adotar as providências necessárias à formalização das exonerações, inclusive quanto aos registros funcionais e demais atos decorrentes.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir das respectivas datas de desligamento previstas nos artigos anteriores.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Tiradentes/MG, 17 de agosto de 2026

JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO
Prefeito do Município de Tiradentes/MG

Publicado por:
Marcelo José Ferreira Reis
Código Identificador:D8C14143

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIRADENTES
PORTARIA PMT N. º 117, DE 18 DE JUNHO DE 2026.

Faz nomeação de cargos comissionados, dá outras providências.

O prefeito Municipal de Tiradentes, no uso de suas atribuições legais e normas contidas na Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Fica nomeada a senhora Tatiana Aparecida de Andrade, inscrita no CPF sob n.º 102.213.186-90, para ocupar o cargo comissionado de chefe de serviço de administração, a partir de 01 de agosto de 2026.

Art. 2º Fica nomeada a Sra. Ariane Nascimento Magalhães, inscrita no CPF sob n.º 109.953.196-93, para ocupar o cargo de chefe de seção de atendimento médico, a partir de 03 de agosto de 2026.

Art. 2° -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir das respectivas datas de admissão previstas nos artigos anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Tiradentes-MG, 18 de JUNHO de 2026.

JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO.
Prefeito Municipal de Tiradentes-MG (PSDB).

Publicado por:
Marcelo José Ferreira Reis
Código Identificador:E0C291E6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCOS DO MOJI

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 141/2026 – INEXIBILIDADE Nº 026/2026

Objeto: Referente a Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de topografia, para atender as demandas do Departamento Municipal de Obras, Serviços Públicos, Meio Ambiente e Posturas Municio De Tocos Do Moji-MG, conforme especificado no anexo I do Edital. O Credenciamento poderá ser realizado a qualquer tempo, iniciando-se em 03/09/2026 até 02/09/2027, diretamente na Sede da Prefeitura Municipal de Tocos do Moji-MG sito à Rua Antônio Mariano da Silva, nº 36, Bairro Centro. O Edital e maiores informações estão disponíveis na Sede da Prefeitura Municipal sito à Rua Antônio Mariano da Silva, nº 36, Bairro Centro – e pelo site www.tocosdomoji.mg.gov.br. Informações (35) 3445-6900, –

VITOR ALVES DE MIRA
(Diretor do Departamento de Obras dos Serviços).

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:A9B6DB81

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE

Trata-se do Processo Licitatório nº 138/2026, Inexigibilidade nº 024/2026, cujo objeto é a Contratação de apresentação artística do show musical DJs Lekote, por meio de seu representante exclusivo A&P Produções de Eventos Artísticos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 58.363.018/0001-38, a ser realizada no dia 05 de setembro de 2026, no âmbito da Festa da Padroeira do município de Tocos do Moji – MG, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
A solicitação da contratação foi efetuada pelo Departamento de Cultura Esporte Lazer e Turismo, onde se expõe a necessidade da contratação do artista e as especialidades destes.
Devidamente autuado, o procedimento seguiu seu trâmite regular obtendo parecer jurídico favorável à contratação direta, por inexigibilidade.
Constam nos autos a justificativa da escolha do proponente e, onde se atesta estar o mesmo em conformidade com os valores de mercado.
Pelo exposto e considerando os documentos acostados aos autos, bem como o parecer jurídico da Procuradoria do Município, considero estarem presentes os requisitos para a contratação direta, por inexigibilidade, com fundamento no inciso II, do art. 74, da Lei Federal nº 14.133/2021 e **RATIFICO** o presente processo de inexigibilidade.
Após a publicação do presente, elaborar-se o contrato administrativo.

Tocos do Moji, 17 de agosto de 2026.

Publique-se;
Registre-se;
Autue-se.

JOSÉ MARIA CANTUÁRIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:E9BCA668

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Pelo presente instrumento, com base na Lei nº 14.133/2021, o Exmo. Prefeito Municipal de Tocos do Moji, Sr. José Maria Cantuária, no uso de suas atribuições legais, **adjudico e homologo** através de **Pregão Eletrônico nº 034/2026,** fundado no **Processo Licitatório n° 112/2026,** tendo como objeto a Contratação de empresa especializada em prestação de Serviços de Dedetização, Desinsetização e Desratização dos Prédios Públicos, Dedetização dos Bueiros do Município e Lavagem de Caixas D'água dos Prédios Públicos da Prefeitura Municipal de Tocos do Moji/MG, em favor da empresa **LIHMP DEDETIZADORA E HIGIENIZADORA LTDA,** portadora do CNPJ 43.895.847/0001-94, **D. D. MONTE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA,** portadora do CNPJ 01.759.999/0001-66, nos termos do Artigo 28, Inciso I, da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.
A homologação do presente Pregão Eletrônico é feita nos termos do artigo 28, inciso I da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a manifestação da Comissão de Contratação que, em análise aos documentos apresentados pelas empresas vencedoras, constatou o atendimento de todas as condições previstas na lei.
As empresas ficam obrigadas a cumprir integralmente as condições estabelecidas no Termo de Referência e anexos que foi celebrado, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados.

Por fim, autorizo a publicação deste Termo de **Adjudicação e Homologação**, para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 da Lei nº 14.133/2021.

Tocos do Moji – MG, 17 de agosto de 2026.

JOSÉ MARIA CANTUÁRIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:BB133E4B

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Pelo presente instrumento, com base na Lei n.º 14.133/2021, o Exmo. Prefeito Municipal de Tocos do Moji, Sr. José Maria Cantuária, no uso de suas atribuições legais, **adjudico e homologo** a contratação de empresa para a primeira revisão periódica para equipamento **TRATOR AGRICOLA YANMAR SOLIS 75 PAT-17795** para suprir a necessidade imediata devido esse maquinário ser utilizado nas demandas do Departamento de Obras da Prefeitura Municipal de Tocos do Moji-MG, junto com a empresa **GAMAN MAQUINAS LTDA** inscrito no **CNPJ n° 53.591.357/0003-10**, valor total é de **R$ 2.516,08 (dois mil, quinhentos e dezesseis reais e oito centavos),** nos termos do Artigo 75, Inciso IV, Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.
A homologação da presente Dispensa de Licitação é feita nos termos do Artigo 75, Inciso IV, da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021., tendo em vista a manifestação da Comissão de Contratação que, em análise aos documentos apresentados pela empresa vencedora, constatou o atendimento de todas as condições previstas na lei.
A contratada fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no Termo de Referência que foi celebrado, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados.

Por fim, autorizo a publicação deste Termo de **Adjudicação e Homologação**, para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 da Lei n.º 14.133/2021.

Tocos do Moji – MG, 18 de agosto de 2026.

JOSÉ MARIA CANTUÁRIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:F0405922

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO MG
RETIFICAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO

Torna-se público que **O MUNICÍPIO DE TOLEDO MG**, realizará PREGÃO ELETRÔNICO RP - 018/2026 Nº PROC. ADM. 059/2026 N° EDITAL 028/2026. OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de uniformes destinados aos servidores da Secretaria Municipal de Educação do Município de Toledo/MG, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo II) e demais Anexos deste Edital, INÍCIO REC. PROPOSTA: 19/08/2026 08h00min FIM REC. PROPOSTA: 03/09/2026 08h00min INÍCIO DISPUTA: 03/09/2026 10h00min TIPO DE LANCE: MENOR LANCE GLOBAL TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO. Em caso de dúvidas favor contatarem suporte ao fornecedor (41) 3097-4600 ou https://bll.org.br/. Para demais informações contato via e-mail: licitacaotoledomg@gmail.com, telefone: 3534361219.

18 de agosto de 2026.

ZILDO ALEXANDRO DE OLIVEIRA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Marcella Larissa Gomes Lopes
Código Identificador:83E81B44

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMBOS

LICITAÇÃO E CONTRATOS DO MUNICIPIO DE TOMBOS
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O **MUNICÍPIO DE TOMBOS** – Torna público o Extrato de Autorização de Inexigibilidade de Licitação **DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 030/2026 – INEXIGIBILIDADE N.º 009/2026** – Objeto: Contratação da empresa **OUTRO LUGAR PRODUÇÕES LTDA**., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º 28.759.526/0001-79, com sede na Rua Assis Brasil, n.º 176, aptº 701, Bairro Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.030-010, representante exclusiva da "Banda DETONAUTAS ROQUE CLUBE", que se apresentará no 2º Motofest Tombos/MG, no dia 06/11/2026, com fundamento Art. 74, II da Lei Federal n.º 14.133/2021. Valor: **R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).**

Prefeitura Municipal de Tombos, 18 de agosto de 2026.

TIAGO PEDROSA LAZZARONI DALPERIO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Tânia Monteiro Cheregato
Código Identificador:C03F9FC5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUANA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUANA DE MINAS
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 065/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 022/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE URUANA DE MINAS-MG, através de sua Pregoeira, comunica aos licitantes que retiraram via página oficial da Prefeitura, plataforma www.bnc.org.br, via e-mail ou receberam diretamente na sede da mesma, o Edital alusivo do PREGÃO ELETRONICO Nº. 022/2026, marcado o julgamento para dia 27 de agosto de 2026, às 08h30 min, fica PRORROGADO para o dia 01 de setembro de 2026, abertura às 13h30min. Edital no endereço eletrônico www.bnc.org.br, e site http://www.uruanademinas.mg.gov.br. Informações complementares poderão ser obtidas através do telefone: (038) 99924-8659 ou pelo e-mail: licitacoes@uruanademinas.mg.gv.br.

Uruana de Minas, 18 de agosto de 2026.

TASSIANY TEIXEIRA DE ALMEIDA
Pregoeira do Município

Publicado por:
Tassiany Teixeira de Almeida
Código Identificador:6D49DED9

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUANA DE MINAS
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 023/2026

A Prefeitura Municipal de Uruana de Minas-MG, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público que realizará licitação sob a modalidade de Pregão Eletrônico, para a aquisição de veículo de passeio bicombustível, veículo tipo pick-up cabine dupla 4x4 a diesel e ambulância Tipo A – Simples Remoção Tipo Furgão, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Uruana de Minas/MG, com recursos provenientes das Resoluções SES nº 11.028, de 16 de abril de 2026, SES nº 11.042, de 22 de abril de 2026, SES nº 11.148, de 15 de maio de 2026, e SES nº 11.408, de 19 de junho de 2026, conforme especificações, condições e quantitativos constantes no Termo de Referência. Data e horário do recebimento das propostas: até às 07h30min do dia 01/09/2026. Data e horário do início da disputa: 08h30min do dia 01/09/2026. Edital no endereço eletrônico www.bnc.org.br, e site http://www.uruanademinas.mg.gov.br. Informações complementares poderão ser obtidas através do telefone: (038) 99924-8659 ou pelo e-mail: licitacoes@uruanademinas.mg.gv.br.

Uruana de Minas, 18 de agosto de 2026.

TASSIANY TEIXEIRA DE ALMEIDA
Pregoeira do Município

Publicado por:
Tassiany Teixeira de Almeida
Código Identificador:C282F0C9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE - EXTRATO DE ADITIVO

- 1º Termo aditivo ao Contrato nº 112/2025
.Processo Licitatório nº 27/2024
Pregão Eletrônico nº 07/2024

Contratada: **CLICK DIGITAL SERVIÇOS LTDA-ME**
CNPJ: 07.287.887/0001-90
Objeto:A prorrogação do prazo de vigência do Contrato por mais 12 meses, a partir de 30/07/2026 até 29/07/2027.

Prefeitura Municipal de Vazante,18 de Agosto de 2026.

GABRIEL AFRÂNIO ROSA DE FARIA BARRA
Prefeito Municipal de Vazante-MG

Publicado por:
Scarlat Rocha
Código Identificador:FB0B25BC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE - EXTRATO DE ADITIVO

- 2º Termo aditivo ao Contrato nº 122/2025
.Processo Licitatório nº 57/2025
Dispensa nº 57/2025

Contratada: **INSTAR TECNOLOGIA LTDA**.
CNPJ: 08.225.893/0001-85
Objeto:I- A prorrogação do prazo de vigência do Contrato por mais 12 meses, a partir de 15/08/2026 até 14/08/2027. II- O reajuste contratual dos valores, mediante a aplicação do percentual de 5,16% (cinco vírgula dezesseis por cento).

Prefeitura Municipal de Vazante,18 de Agosto de 2026.

GABRIEL AFRÂNIO ROSA DE FARIA BARRA
Prefeito Municipal de Vazante-MG

Publicado por:
Scarlat Rocha
Código Identificador:0EA60336

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Vieiras/MG, torna público a assinatura da Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório nº 69/2026, Pregão nº 29/2026, Registro de Preços nº 24/2026 na data de 10/08/2026. Objeto: Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para locação de estrutura de Som, Palco, Iluminação, Sonorização, Tendas, geradores, banheiros, mobiliário e Estruturas Complementares, para o Município de Vieiras/MG. Empresas Contratadas: RC RODRIGUES -ME, pessoa jurídica inscrita no CNPJ de nº 19.597.029/0001-20 com o valor global estimado de R$ 958.430,00 (novecentos e cinquenta e oito mil e quatrocentos e trinta reais); GALO SONORIZAÇÃO DE MIRADOURO LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ de nº 31.853.622/0001-96 com o valor global estimado de R$ 2.954.275,00 (dois milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil e duzentos e setenta e cinco reais); VG LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ de nº 07.802.822/0001-35 com o valor global estimado de R$ 842.700,00 (oitocentos e quarenta e dois mil e setecentos reais); VIWER MÍDEAS DIGITAIS, pessoa jurídica inscrita no CNPJ de nº 35.968.512/0001-20 com o valor global estimado de R$ 51.120,00 (cinquenta e um mil e cento e vinte reais); SG DIAS PRODUÇÕES, pessoa jurídica inscrita no CNPJ de nº 47.636.648/0001-12 com o valor global estimado de R$ 728.760,00 (setecentos e vinte e oito mil e setecentos e sessenta reais).

Publicado por:
Rodolpho Olavo de Oliveira Pereira
Código Identificador:F6B88251

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 051/2026 - PROCESSO Nº 078/2026 – PREGÃO N° 011/2026 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: LABCOMPRAS LTDA – CNPJ: 15.398.703/0001-97 – OBJETO: Aquisição de materiais de laboratório, reagentes, insumos laboratoriais, materiais para microscopia, vidrarias, acessórios e equipamentos destinados ao atendimento das demandas do Laboratório Municipal, visando assegurar a continuidade dos serviços, a realização de exames e análises laboratoriais e a qualidade dos atendimentos prestados à população. Valor Total R$ 379.919,36 (Trezentos e dezenove mil, novecentos e dezenove reais e trinta e seis centavos)**. Data: 01/07/2026 – Vigência: 01/07/2027.**

Publicado por:
Luziane Aparecida Vieira
Código Identificador:7411EFBD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 052/2026 – PROCESSO N° 002/2026 – PREGÃO N° 002/2026 – CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: CONAST CONSULTORIA E ASSESSORIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA – CNPJ: 01.864.223/0001-60 – OBJETO: prestação de serviços e elaboração dos programas de saúde e segurança do trabalho, que atendam as Normas Regulamentadoras exigidas pela legislação trabalhista vigente. Valor Total R$ 673.091,35 (Seiscentos e setenta e três mil, noventa e um reais e trinta e cinco centavos). **Data: 16/07/2026 – Vigência: 16/07/2027.**

Publicado por:
Luziane Aparecida Vieira
Código Identificador:95F38F4A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 053/2026 - PROCESSO Nº 078/2026 – PREGÃO N° 011/2026 – REGISTRO DE PREÇOS N° 011/2026 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: VB COMÉRCIO LTDA – CNPJ: 44.716.156/000-49 – OBJETO: Aquisição de mobiliário, equipamentos, materiais pedagógicos, recursos para Atendimento Educacional Especializado (AEE), instrumentos musicais e demais itens necessários à estruturação física, pedagógica e funcional da Secretaria Municipal de Educação, com especial destinação ao Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE), visando ao atendimento das demandas administrativas, pedagógicas e terapêuticas, bem como à melhoria da qualidade dos serviços educacionais ofertados pelo Município. Valor Total R$ 185.640,00 (Cento e oitenta e cinco mil seiscentos e quarenta reais)**. Data: 24/07/2026 – Vigência: 24/07/2027.**

Publicado por:
Luziane Aparecida Vieira
Código Identificador:2E34BB70

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 054/2026 - PROCESSO Nº 073/2026 – PREGÃO N° 010/2026 – REGISTRO DE PREÇOS N° 010/2026 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: DEVA VEÍCULOS LTDA – CNPJ: 23.762.552/0003-02 – OBJETO: registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos automotores zero quilômetro, destinados ao atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Fazenda e Execução Fiscal, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Obras. Inclui-se, ainda, a aquisição de veículo tipo ônibus escolar rural com capacidade mínima para 45 lugares, vinculada ao Programa Fortalecimento das Escolas Municipais, referente ao Convênio nº 1261000070/2026, Proposta nº 000195/2026 e Plano de Trabalho nº 000130/2026, celebrado junto à Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, visando ao fortalecimento do transporte escolar e à ampliação das condições de acesso dos alunos da zona rural à rede municipal de ensino. Valor Total R$ **1.275.300,00 (Um milhão, duzentos e setenta e cinco mil e trezentos reais). Data: 30/07/2026 – Vigência: 30/07/2027.**

Publicado por:
Luziane Aparecida Vieira
Código Identificador:C425B10B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 055/2026 - PROCESSO Nº 073/2026 – PREGÃO N° 010/2026 – REGISTRO DE PREÇOS N° 010/2026 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: LIDER COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A – CNPJ: 22.776.132/0001-42 **– OBJETO:** registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos automotores zero quilômetro, destinados ao atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Fazenda e Execução Fiscal, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Obras. Inclui-se, ainda, a aquisição de veículo tipo ônibus escolar rural com capacidade mínima para 45 lugares, vinculada ao Programa Fortalecimento das Escolas Municipais, referente ao Convênio nº 1261000070/2026, Proposta nº 000195/2026 e Plano de Trabalho nº 000130/2026, celebrado junto à Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, visando ao fortalecimento do transporte escolar e à ampliação das condições de acesso dos alunos da zona rural à rede municipal de ensino. Valor Total R$ **1.290.000,00 (Um milhão, duzentos e noventa mil reais). Data: 30/07/2026 – Vigência: 30/07/2027.**

****
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 056/2026 - PROCESSO Nº 073/2026 – PREGÃO N° 010/2026 – REGISTRO DE PREÇOS N° 010/2026 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: GTL COMÉRCIO DE VEÍCULOS – CNPJ: 60.720.082/0001-70 – OBJETO: registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos automotores zero quilômetro, destinados ao atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Fazenda e Execução Fiscal, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Obras. Inclui-se, ainda, a aquisição de veículo tipo ônibus escolar rural com capacidade mínima para 45 lugares, vinculada ao Programa Fortalecimento das Escolas Municipais, referente ao Convênio nº 1261000070/2026, Proposta nº 000195/2026 e Plano de Trabalho nº 000130/2026, celebrado junto à Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, visando ao fortalecimento do transporte escolar e à ampliação das condições de acesso dos alunos da zona rural à rede municipal de ensino. Valor Total R$ **250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais). Data: 30/07/2026 – Vigência: 30/07/2027.**

****
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 057/2026 - PROCESSO Nº 073/2026 – PREGÃO N° 010/2026 – REGISTRO DE PREÇOS N° 010/2026 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: BMMOT COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA – CNPJ: 27.103.347/0007-01 **– OBJETO:** registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos automotores zero quilômetro, destinados ao atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Fazenda e Execução Fiscal, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Obras. Inclui-se, ainda, a aquisição de veículo tipo ônibus escolar rural com capacidade mínima para 45 lugares, vinculada ao Programa Fortalecimento das Escolas Municipais, referente ao Convênio nº 1261000070/2026, Proposta nº 000195/2026 e Plano de Trabalho nº 000130/2026, celebrado junto à Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, visando ao fortalecimento do transporte escolar e à ampliação das condições de acesso dos alunos da zona rural à rede municipal de ensino. Valor

Total R$ 523.800,00 (Quinhentos e vinte e três mil e oitocentos reais)**. Data: 30/07/2026 – Vigência: 30/07/2027.**

Publicado por:
Luziane Aparecida Vieira
Código Identificador:66578B15

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 098/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026 - CONTRATADA: GUILHERME ALMEIDA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA – CNPJ: 60.464.529/0001-98 - Valor total: R$ 1.489.500,00 - **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a locação de escavadeiras hidráulicas, destinadas à execução de serviços de escavação, movimentação de terra, limpeza, manutenção e apoio à realização de obras e serviços de infraestrutura, visando atender às demandas das Secretarias Municipais. **Data:** 14/08/2026 -

LUIZ FÁBIO ANTONUCCI FILHO.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luziane Aparecida Vieira
Código Identificador:8A78EF35

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO

RETIFICAÇÃO DE AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 017/2026 -PROCESSO Nº 108/2026 – OBJETO:A Administração Municipal de Visconde do Rio Branco, através da sua pregoeira, torna público a retificação da licitação na modalidade Pregão eletrônico, para aquisição de materiais de serralheria destinados à execução de obras civis, serviços de manutenção, fabricação e reparos de estruturas metálicas, bem como ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras e Mobilidade Urbana do Município de Visconde do Rio Branco/MG.**Início do recebimento de proposta: dia: 31/08/2026. Data da sessão pública: Dia 10/09/2026 às 09h00min**, quando será dado início aos trabalhos. Cópia do edital retificado já se encontra disponível para os interessados, no site: www.viscondedoriobranco.mg.gov.br e **viscondedoriobranco.licitapp.com.br** Informações: licitacaopmvrb@gmail.com**,** endereço à Praça 28 de Setembro, Centro.
(Ass.) Jordana Teixeira da Luz – Agente de Contratação.

Publicado por:
Luziane Aparecida Vieira
Código Identificador:E13C2C26

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNIIPAL DE SÃO TIAGO

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROC. 113/2026 - INEXIGIBILIDADE 044

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TIAGO-MG, AUTORIZAÇÃO DO PROC. 113/2026 – INEXIGIBILIDADE 044/2026. Obj.: Contratação da empresa **FINO TOM PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA, CNPJ: 19.499.619/0001-10,** visando a prestação de serviços artísticos para apresentação da banda **"3DIAS"** na "**XXVI Festa do Café-com-Biscoito"**, no Município de São Tiago. Fund. Legal: Art. 74, inciso II da Lei 14.133/21. Valor total: R$36.600,00. Decl. de Inexigibilidade: em 18/08/2026, por Laura V. Vivas, Proc. Jurídica. Autorização de Inexigibilidade: em 18/08/2026, por

ALEXANDRE N. A. VIVAS,
Pref. Municipal.

São Tiago, 18/08/2026.

Publicado por:
Imaculada Maria de Almeida Morais
Código Identificador:779ECC4F

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROC: 114/2026 - INEXIGIBILIDADE 045/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TIAGO-MG, AUTORIZAÇÃO DO PROC. 114/2026 – INEXIGIBILIDADE 045/2026. Obj.: Contratação da empresa **ALLISON VAZ PAIXÃO**, **CNPJ: 20.299.437/0001-85,** visando a prestação de serviços artísticos para apresentação da banda **"SAIDEIRA"** na "**XXVI Festa do Café-com-Biscoito"**, no Município de São Tiago. Fund. Legal: Art. 74, inciso II da Lei 14.133/21. Valor total: R$10.000,00. Decl. de Inexigibilidade: em 18/08/2026, por Laura V. Vivas, Proc. Jurídica. Autorização de Inexigibilidade: em 18/08/2026, por

ALEXANDRE N. A. VIVAS,
Pref. Municipal.

São Tiago, 18/08/2026.

Publicado por:
Imaculada Maria de Almeida Morais
Código Identificador:E6B94E68

ESTADO DE MINAS GERAIS
SAAE DE BOCAIUVA

SERVICO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
CREDENCIAMENTO 01/2026

AVISO DE LICITAÇÃO – CREDENCIAMENTO 01/2026
O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Bocaiuva – SAAE de Bocaiuva, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 13.118.506/0001-66, através da Comissão de Contratação torna pública a abertura do Processo Licitatório nº 086/2026 – Inexigibilidade nº 001/2026 – Credenciamento nº 001/2026; objetivando o CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS E/OU COOPERATIVAS DE CRÉDITO, AUTORIZADAS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEBIMENTO DE CONTAS DE ÁGUA, ESGOTO E DEMAIS SERVIÇOS PÚBLICOS, COM CÓDIGO DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN, EMITIDOS PELO SAAE DE BOCAIUVA-MG. Mais informações se encontram disponíveis no edital. Edital disponível em saaebocaiuva.com.br/licitacoes, portaldecompraspublicas.com.br e no pncp.gov.br.

MARLON ALEXSANDER SIQUEIRA
Comissão de Contratação

Publicado por:
Marlon Alexsander Silva Siqueira
Código Identificador:F0140231

SERVICO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PUBLICAÇÃO DE RESCISÃO ATA 59/2026

Rescisão parcial da Atanº59/2026, exclusivamente em relação ao item "contator auxiliar 24VCC", conforme condições e justificativas constantes do processo administrativo, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais não abrangidas pelo presente Termo da Lei nº 14.133/2021 e conforme justificativas constantes no processo administrativo.
Contratante: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Bocaiuva – **SAAE de Bocaiuva**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 13.118.506/0001-66, neste ato representado por sua Diretora Geral, Srta. IZABELLA SOUZA MEIRA.
Contratada: PIX LED COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº45966780000167.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO.
Origem: Processo nº 325/2026, modalidade Pregão Eletrônico nº. 48/2026

Bocaiuva/MG, 18 de agosto de 2026.

IZABELLA SOUZA MEIRA
Diretora Geral do SAAE

Publicado por:
Fernanda Santiago Librelon
Código Identificador:27F6E4EA

ESTADO DE MINAS GERAIS
SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PIRAPORA

SAAE PIRAPORA-MG
4º ADITIVO AO CONTRATO 42/2022

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pirapora-MG. 4º Termo Aditivo ao Contrato 42/2022. Contratado: Céltica Consultoria e Serviços Ltda – CNPJ 07.819.984/0001-86. Subordinação legal: §4º do art. 57 da Lei 8.666/1993. Objeto: Contratação de empresa especializada para locação, suporte e manutenção de Software de Georreferenciamento de cadastros e serviços para o setor de saneamento. Altera a vigência contratual que passa a ter término em 16/11/2026. Data assinatura do aditivo: 14/08/2026.

PATRICK CLÁUDIO NASCIMENTO VALIM –
Diretor SAAE/Pirapora-MG.

Publicado por:
Alessandra Barbosa Rocha Veloso
Código Identificador:3D0B80D3

SAAE PIRAPORA-MG
5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 43/2022

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pirapora-MG. 5º Aditivo ao Contrato 43/2022. Contratado: Construtora e Pavimentação GE Ltda – CNPJ 27.537.120/0001-89. Objeto: Contratação de serviços de recuperação de calçamento em paralelepípedos em vias públicas. Altera o prazo de vigência contratual, que passa a ter término em 17/08/2027. Base legal para este aditamento: inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93. Apostila-se o valor contratado, com base no índice INPC acumulado agosto/2025 a julho/2026 em 4,09805%. Valor:R$34,16/m². Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato inicial. Data assinatura aditivo: 17/08/2026.

PATRICK CLÁUDIO NASCIMENTO VALIM –
Diretor SAAE/Pirapora-MG.

Publicado por:
Alessandra Barbosa Rocha Veloso
Código Identificador:13DD364A

SAAE PIRAPORA-MG
5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 45/2022

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pirapora-MG. 5º Aditivo ao Contrato 45/2022. Contratado: Carvalho Engenharia e Serviços Ltda – CNPJ nº 47.036.200/0001-68. Objeto: Contratação de serviços de alvenaria em vias públicas. Altera o prazo de vigência contratual, que passa a ter término em 17/08/2027. Base legal para este aditamento: inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93. Apostila-se o valor contratado, com base no índice INPC acumulado agosto/2025 a julho/2026 em 4,09805%. Valor:R$56,21/m². Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato inicial. Data assinatura aditivo: 17/08/2026.

PATRICK CLÁUDIO NASCIMENTO VALIM –
Diretor SAAE/Pirapora-MG.

Publicado por:
Alessandra Barbosa Rocha Veloso
Código Identificador:CB86D5A3

SAAE PIRAPORA-MG
5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 46/2022

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pirapora-MG. 5º Aditivo ao Contrato 46/2022. Contratado: Carvalho Engenharia e Serviços Ltda – CNPJ nº 47.036.200/0001-68. Objeto: Contratação de serviços de concreto para contrapiso em vias públicas. Altera o prazo de vigência contratual, que passa a ter término em 17/08/2027. Base legal para este aditamento: inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93. Apostila-se o valor contratado, com base no índice INPC acumulado agosto/2025 a julho/2026 em 4,09805%. Valor:R$74,95/m². Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato inicial. Data assinatura aditivo: 17/08/2026.

PATRICK CLÁUDIO NASCIMENTO VALIM –
Diretor SAAE/Pirapora-MG.

Publicado por:
Alessandra Barbosa Rocha Veloso
Código Identificador:26BB50CB

SAAE PIRAPORA-MG
RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2026

Ratifica Processo – Aquisição de Placa Oficial de Identificação (PIV), padrão MERCOSUL, categoria veículo oficial (caracteres e contorno na cor azul), para transferência de propriedade do reboque tipo bebedouro conforme legislação vigente.

(Dispensa)

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pirapora-MG. Ratifica Processo Licitatório 46/2026 – Dispensa 27/2026. Objeto: Aquisição de Placa Oficial de Identificação (PIV), padrão MERCOSUL, categoria veículo oficial (caracteres e contorno na cor azul), para transferência de propriedade do reboque tipo bebedouro conforme legislação vigente. Processo de Dispensa artigo 75, inciso II – Lei 14.133/2021. Empresa Contratada: Oliveira Placas Automotivas LTDA – CNPJ: 26.596.842/0001-41, Valor total do processo: R$ 196,86. Data da ratificação: 18/08/2026.

Pirapora-MG, 18 de agosto de 2026.

PATRICK CLÁUDIO NASCIMENTO VALIM
Diretor Geral do SAAE/Pirapora-MG

Publicado por:
Suellen Nascimento Bezerra
Código Identificador:AC70A4CF

SAAE PIRAPORA-MG
RENOVAÇÃO APÓLICE SEGURO - GENTE SEGURADORA S.A.

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pirapora-MG. Aditamento Apólice Seguro para veículo – Apólice anterior 01.31.0155081 – Proposta 298436 – Apólice atual 01.31.0174196 – Proposta 1617801. Contratado: Gente Seguradora S.A. – CNPJ 90.180.605/0001-02. Processo Licitatório 57/2025 – Dispensa Eletrônica 27/2025. Subordinação legal: Lei Federal 14.133/2021, Decretos Municipais e demais legislações vigentes. Objeto: Seguro para o veículo Caminhão VW 17.250, carroceria – Placa HLF 6106. Vigência: 12/08/2026 a 12/08/2027. Valor total do Contrato: R$1.994,98. Data apólice: 12/08/2026.

PATRICK CLÁUDIO NASCIMENTO VALIM –
Diretor Geral SAAE/Pirapora-MG.

Publicado por:
Alessandra Barbosa Rocha Veloso
Código Identificador:F71857FF

SAAE PIRAPORA-MG
RENOVAÇÃO APÓLICE SEGURO - PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pirapora-MG. Aditamento Apólice Seguro para veículo – Apólice anterior 0531 6 26385099 – Proposta 20 2742776 – Apólice atual 0531 6 29694696 – Proposta 12 30244924. Contratado: Porto Seguro Cia de Seguros Gerais – CNPJ 61.198.164/0001-60. Processo Licitatório 57/2025 – Dispensa Eletrônica 27/2025. Subordinação legal: Lei Federal 14.133/2021, Decretos Municipais e demais legislações vigentes. Objeto: Seguro para os veículos VW Jetta 2.0, placa PUB 4593 e Fiat Strada 1.3, placa SHD8D12. Vigência: 12/08/2026 a 12/08/2027. Valor total do Contrato: R$1.898,97. Data apólice: 12/08/2026.

PATRICK CLÁUDIO NASCIMENTO VALIM –
Diretor Geral SAAE/Pirapora-MG.

Publicado por:
Alessandra Barbosa Rocha Veloso
Código Identificador:D766D75A

SAAE PIRAPORA-MG
SAAE PIRAPORA-MG AVISO DE NOVA SUSPENSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2026

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pirapora-MG. Torna público nova suspensão do Pregão Eletrônico nº 14/2026– Processo Licitatório nº 42/2026, em razão da necessidade da análise dos questionamentos feitos na plataforma licitar. Assim que respondido os questionamentos e caso necessários realizado os ajustes necessários, o certame será remarcado com nova contagem de prazo dando-se a devida publicidade, **Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de monitoramento e segurança eletrônica das instalações do SAAE Pirapora/MG, por meio de sistema de alarme e monitoramento de imagens, com fornecimento de equipamentos em comodato e aquisição e instalação de concertinas, conforme critérios e especificações definidos no Termo de Referência.** Referência de tempo: as referências de horários, nos instrumentos convocatórios e durante a sessão pública virtual, observarão o fuso horário oficial de Brasília-DF, o qual será registrado no sistema Licitar Digital e na documentação pertinente. O edital na íntegra e as informações complementares à licitação encontram-se à disposição dos interessados no endereço: av. Salmeron, nº 255 – Centro, CEP.: 39.270-068, na cidade de Pirapora-MG, telefone (38) 3741-1530, no site https://www.saaepirapora.com.br/compras ou https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/105977 ou https://pncp.gov.br/app/editais/23535271000147/2026/41.

Pirapora/MG., 18 de agosto de 2026.

PATRICK CLÁUDIO NASCIMENTO VALIM
Diretor do SAAE-Pirapora

Publicado por:
Cristiano Ribeiro da Silva
Código Identificador:2384FEF3

ESTADO DE MINAS GERAIS
SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE IBIÁ

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 039/2026- CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MARMITEX E REFRIGERANTES, DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO SAAE DE IBIÁ/ MG.

Origem: Processo administrativo Licitatório nº 113/2026 – Dispensa Eletrônica nº 011/2026.

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – CNPJ 20.842.100/0001-72.

Contratada: SUPERMERCADO SILVEIRA LTDA, inscrita no CNPJ nº 20.841.144/0003-40.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para o fornecimento de refeições prontas (marmitex) e refrigerantes em frascos de dois litros e seiscentos mililitros, para atender às necessidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto, conforme características, especificações e quantidades constantes do ANEXO I – Termo de Referência, da Dispensa Eletrônica nº 011/2026, e da Proposta da Contratada.

Valor total da Contratação: R$ 32.086,10 (Trinta e dois mil, oitenta e seis reais e dez centavos), conforme tabela:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	**Refeição tipo marmitex** Tamanho grande nº 9, com peso estimado entre 850 a 900 gramas, contendo: arroz branco, feijão, farofa, dois tipos de carne (bovina, suína, frango ou peixe) de primeira qualidade, dois tipos de guarnições (massa, tubérculo ou legumes cozidos, ensopados, fritos ou ao molho, maionese, etc.), salada em embalagem separada, entre 200 a 220 gramas, com no mínimo dois tipos de verduras (variadas) e tomate.	Unid.	1.000	R$29,90	R$29.900,00
02	**Refrigerante, acondicionado em frasco de 2 litros** Sendo de sabores, laranja, guaraná ou cola	Unid.	350	R$5,79	R$2.026,50
03	**Refrigerante, acondicionado em frasco de 600 ml** Sendo de sabores, laranja, guaraná ou cola.	Unid.	40	R$3,99	R$159,60
				TOTAL	R$32.086,10

Vigência: O prazo de vigência da contratação será 12 (doze) meses, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021, contados a partir da assinatura do contrato.

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato onerarão as dotações orçamentárias próprias do Serviço Autônomo de Água e Esgoto:
DOTAÇÃO:
Ficha - 730

17.512.0126.2434

Manut. dos Serv. do Sistema de Água

33.3.90.30.00 - Material de Consumo

1.753 - Recursos Prov. Taxas, Contrib. e Preços Públicos

Ibiá-MG, 31 de julho de 2026

ROGÉRIO GERALDO FERREIRA
Diretor Geral do SAAE- Ibiá/MG

Publicado por:
Rogério Geraldo Ferreira
Código Identificador:E4DFD307

SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 113/2026 DISPENSA Nº 011/2026

O SAAE, Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Ibiá-MG, através de seu Diretor Rogério Geraldo Ferreira, torna público despacho referente a RATIFICAÇÃO DE DISPENSA nº 011/2026, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para **"Fornecimento de refeições prontas (marmitex) e refrigerantes em frascos de 2 lts. (dois litros) e 600 ml (seiscentos mililitros)"** em atendimento às necessidades do SAAE de Ibiá/MG, nos termos do art. 75, Inciso II, da Lei 14.133/2021 e conforme inciso III do Art. 22, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021, através da empresa, SUPERMERCADO SILVEIRA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 20.841.144/0003-40, com valor total estimado de R$32.086,10 (trinta e dois mil, oitenta e seis reais e dez centavos).

Ibiá/MG, 28 de julho de 2026

ROGÉRIO GERALDO FERREIRA
Diretor Geral do SAAE de Ibiá-MG

Publicado por:
Rogério Geraldo Ferreira
Código Identificador:A58FBA9D

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAISÓPOLIS

SAAE DE PARAISÓPOLIS/MG
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO N.º 052/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 030/2026

O SAAE de Paraisópolis torna público que fará realizar o Processo Licitatório n.º 052/2026 - Pregão Eletrônico RP n.º 030/2026, cujo Edital se encontra à disposição dos interessados no site: www.paraisopolis.mg.gov.br, na aba Licitações. **Objeto: Pregão Eletrônico – Registro de Preços para Contratação de empresa para futura e eventual fornecimento de ferramentas específicas para instalação, manutenção, reparo e ampliação de redes de abastecimento de água em Polietileno de Alta Densidade – PEAD, destinadas ao atendimento das necessidades operacionais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Paraisópolis/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e no Anexo I - Termo de Referência**. Início de Cadastramento das Propostas: 19/08/2026 às 09h00min. Fim de Cadastramento das Propostas: 02/09/2026 às 08h00min. Abertura das Propostas e análises: 02/09/2026 às 08h15min. Formulação de consultas e obtenção do Edital: www.portaldecompraspublicas.com.br Canal de Suporte: 0800 730 5455.

ELEANDRO DE SOUZA FRAGA
Diretor

Publicado por:
Maiara Andressa Faria de Oliveira
Código Identificador:D62DAA2F

SAAE DE PARAISÓPOLIS/MG
EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATÓRIO N.º 045/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 027/2026

O SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Paraisópolis/MG, através de seu Diretor, torna público o Extrato das Atas de Registro de Preço, oriunda do Processo Licitatório n.º 045/2026 - Pregão Eletrônico n.º 027/2026, cujo objeto é: Contratação de empresa para futura e eventual aquisição de materiais hidráulicos, visando atende as atividades do SAAE de Paraisópolis/MG, durante 12 (doze) meses nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 087/2026
CONTRATADA: ALC TUBOS E CONEXÕES LTDA
CNPJ: 20.718.935/0001-04
VALOR GLOBAL: R$69.115,00 (sessenta e nove mil, cento e quinze reais).
VIGÊNCIA: 14/08/2026 à 14/08/2027

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 088/2026
CONTRATADA: CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA
CNPJ: 67.731.091/0001-06
VALOR GLOBAL: R$563.333,35 (quinhentos e sessenta e três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e cinco centavos).
VIGÊNCIA: 14/08/2026 à 14/08/2027

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 090/2026
CONTRATADA: EREMASTER DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS E FERRAMENTAA LTDA
CNPJ: 37.278.673/0001-18
VALOR GLOBAL: R$35.750,00 (trinta e cinco mil, setecentos e cinquenta reais).
VIGÊNCIA: 14/08/2026 à 14/08/2027

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 089/2026
CONTRATADA: FERRUM COMERCIO LTDA
CNPJ: 47.308.686/0001-46
VALOR GLOBAL: R$39.672,00 (trinta e nove mil, seiscentos e setenta e dois reais).
VIGÊNCIA: 14/08/2026 à 14/08/2027

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 091/2026
CONTRATADA: GIMETAL COMERCIO DE METAIS EIRELI
CNPJ: 08.659.349/0001-41
VALOR GLOBAL: R$3.500,00 (três mil e quinhentos reais).
VIGÊNCIA: 14/08/2026 à 14/08/2027

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 093/2026
CONTRATADA: HIDROGERAIS COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI
CNPJ: 34.640.774/0001-07
VALOR GLOBAL: R$13.790,50 (treze mil, setecentos e noventa reais e cinquenta centavos).
VIGÊNCIA: 14/08/2026 à 14/08/2027

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 092/2026
CONTRATADA: HIDROTAM INDUSTRIA E COMERCIO DE TUBOS E CONEXÕES LTDA
CNPJ: 66.832.825/0001-80
VALOR GLOBAL: R$54.645,35 (cinquenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e trinta e cinco centavos).
VIGÊNCIA: 14/08/2026 à 14/08/2027

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 094/2026
CONTRATADA: IRON MEDIDORES DE PRECISÃO LTDA
CNPJ: 46.917.659/0001-08
VALOR GLOBAL: R$100.000,00 (cem mil reais).
VIGÊNCIA: 14/08/2026 à 14/08/2027

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 095/2026
CONTRATADA: JULIUS TOOLS MAQUINAS FERRAMENTAS E SUPRIMENTOS INDUSTRIAIS LTDA
CNPJ: 34.724.905/0001-26
VALOR GLOBAL: R$95.885,00 (noventa e cinco mil, oitocentos e oitenta e cinco reais).
VIGÊNCIA: 14/08/2026 à 14/08/2027

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 098/2026
CONTRATADA: PLASMAB MANUFATURA REVERSA LTDA
CNPJ: 45.960.921/0001-34
VALOR GLOBAL: R$17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).
VIGÊNCIA: 14/08/2026 à 14/08/2027

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 095/2026
CONTRATADA: NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI
CNPJ: 33.540.866/0001-44
VALOR GLOBAL: R$142.897,40 (cento e quarenta e dois mil, oitocentos e noventa e sete reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA: 14/08/2026 à 14/08/2027

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 097/2026
CONTRATADA: PLASFIT INDUSTRIA DE TUBOS E CONEXOES LTDA
CNPJ: 55.249.515/0001-11
VALOR GLOBAL: R$39.514,00 (trinta e nove mil, quinhentos e quatorze reais).
VIGÊNCIA: 14/08/2026 à 14/08/2027

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 099/2026
CONTRATADA: POLYVIN PLASTICOS E DERIVADOS LTDA
CNPJ: 41.664.871/0001-97
VALOR GLOBAL: R$113.581,20 (cento e treze reais, quinhentos e oitenta e um reais e vinte centavos).
VIGÊNCIA: 14/08/2026 à 14/08/2027

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 100/2026
CONTRATADA: SAGA METAIS LTDA
CNPJ: 13.226.892/0001-95
VALOR GLOBAL: R$1.667,00 (hum mil, seiscentos e sessenta e sete reais).
VIGÊNCIA: 14/08/2026 à 14/08/2027

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 101/2026
CONTRATADA: SALVATI SANEAMENTO BASICO LTDA
CNPJ: 10.886.904/0001-10
VALOR GLOBAL: R$23.270,00 (vinte e três mil, duzentos e setenta reais).
VIGÊNCIA: 14/08/2026 à 14/08/2027

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 102/2026
CONTRATADA: TRANSPORTES E INDUSTRIA DE TUBOS LTDA
CNPJ: 07.011.402/0001-30
VALOR GLOBAL: R$52.790,00 (cinquenta e dois mil, setecentos e noventa reais).
VIGÊNCIA: 14/08/2026 à 14/08/2027

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 103/2026
CONTRATADA: VDA SANEAMENTO LTDA
CNPJ: 43.486.840/0001-19
VALOR GLOBAL: R$88.119,55 (oitenta e oito mil, cento e dezenove reais e cinquenta e cinco centavos).
VIGÊNCIA: 14/08/2026 à 14/08/2027

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 104/2026
CONTRATADA: VRM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 31.868.626/0001-48
VALOR GLOBAL: R$1.234,00 (hum mil, duzentos e trinta e quatro reais)
VIGÊNCIA: 14/08/2026 à 14/08/2027

ELEANDRO DE SOUZA FRAGA
Diretor

Publicado por:
Maiara Andressa Faria de Oliveira
Código Identificador:D4B2018A

SAAE DE PARAISÓPOLIS/MG
PORTARIA Nº 035, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

O Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, **RESOLVE**,

Art. 1.º - Designar **LUCIANO MATHEUS MOISES**, servidor público municipal, para atuar como fiscal das Atas de número nº 087/26 até nº 104/26, do Processo Licitatório nº 045/2026, Pregão eletrônico 027/2026, para contratação de empresa para futura e eventual aquisição de materiais hidráulicos, visando atender as atividades do SAAE de Paraisópolis/MG.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se

Paraisópolis, 18 de agosto de 2026.

ELEANDRO DE SOUZA FRAGA
Diretor do SAAE

Publicado por:
Jessica de Fatima Goria
Código Identificador:0E78A79B

SAAE DE PARAISÓPOLIS/MG
RETIFICAÇÃO AO PROCESSO N.º 049/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 029/2026

O SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Paraisópolis/MG, por intermédio do seu Diretor, torna público a **RETIFICAÇÃO** do Edital referente ao Pregão Eletrônico n.º 029/2026, cujo objeto é:Contratação de empresa para futura e eventual aquisição de produtos químicos destinados ao tratamento da água para consumo humano, a serem utilizados na Estação de Tratamento de Água – ETA do SAAE, conforme as condições estabelecidas neste Edital e no Anexo I - Termo de Referência.
Em razão da retificação, ficam alteradas as datas do certame, passando a sessão pública a ocorrer conforme segue:

Fim de Cadastramento das Propostas: 01/09/2026 às 08h45min.
Abertura das Propostas e Análise: 01/**09**/2026 às 09h00min.
Início da Fase de Disputa de Lances: 01/09/2026 às 09h15min.

A íntegra da Retificação e do Edital encontra-se disponível nos meios oficiais de divulgação e na plataforma Portal de Compras Públicas - PCP e no site do SAAE de Paraisópolis/MG (www.saaeparaisopolis.mg,gov.br)

ELEANDRO DE SOUZA FRAGA
Diretor

Publicado por:
Maiara Andressa Faria de Oliveira
Código Identificador:267A524D

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PASSOS

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PASSOS
EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO 024/2026

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Passos/MG fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços, do tipo Menor Preço por Lote, cujo objeto é: **Registro de Preços** para futura e eventual contratação de empresa especializada na locação de máquinas e caminhões pesados, por hora efetivamente trabalhada, incluindo operador, combustível, manutenção preventiva e corretiva, lubrificantes e demais custos necessários à perfeita execução dos serviços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Recebimento das propostas**: até às **09:00** horas de **02/09/2026**. **Abertura das propostas**: **09:00** horas de **02/09/2026**. **Local:** Plataforma de Licitações AMM LICITA: https://ammlicita.org.br. **Esclarecimentos:** Diretamente pela plataforma de licitações: https://ammlicita.org.br. Telefone do Setor de Licitações: (35) 3529-4256. E-mail: licitacao@saaepassos.com.br.

Passos/MG, 18 de agosto de 2026.

ANTONIO SERGIO FERNANDES DA SILVA –
Diretor Adjunto do SAAE.

Publicado por:
Rosa Cornélia Machado Baldini
Código Identificador:E8BE4495

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE RAUL SOARES

SAAE RAUL SOARES
EXTRATO DE ADITIVOS

Extrato do 2º Termo aditivo ao contrato 25/2025- Decorrente do pregão eletrônico 90015/2025, Data da assinatura: 18/08/2026, nos termos da Lei n°.14.133/2021, com suas posteriores alterações; Contratante SAAE, Contratada: CR Consultoria Ambiental e Civil LTDA, CNPJ 41.241.963/0001-64; Objeto: prorrogação da vigência e reajuste. Valor R$ 1.608,38 (Um mil e seiscentos e oito reais e trinta e oito centavos)por mês; Vigência: 18/08/2026 a 18/02/2027. Dotação orçamentária 17.122.0121.6001 33.90.39.62. Extrato do 1º Termo aditivo ao contrato 26/2025- Decorrente do pregão eletrônico 17/2025,

Data da assinatura: 17 /08/2026, nos termos da Lei n°.14.133/2021, com suas posteriores alterações; Contratante SAAE, Contratada: Impress Soluções em Outsourcing e Vendas LTDA-ME, inscrito(a) no CNPJ 15.155.577/0001-16; Objeto: prorrogação da vigência e reajuste. Valor R$ 640,24 (Seiscentos e quarenta reais e vinte e quatro centavos) por mês; Vigência: 18/08/2026 a 18/08/2027. Dotação orçamentária 17.122.0121.6001.3.3.90.39. Extrato do 5º Termo aditivo ao contrato 05/2025-Decorrente do Pregão Eletrônico 05/2025, data de assinatura: 17/08/2026, nos Termos da Lei nº 14.133/2021, com suas posteriores alterações, Contratante: Serviço Autônomo de Água e Esgoto – Raul Soares, Contratada: Auto Posto Wanderlei LTDA, CNPJ: 07.507.108/0001-14. Objeto: Alteração de valor: R$ 6,99 (Seis reais e noventa e nove centavos) por litro de óleo diesel S10 e R$ 6,59 (Seis reais e cinquenta e nove centavos) por litro de óleo diesel S500; Vigência: 17/08/2026 a 26/02/2027. Dotação orçamentária 17.512.0447.6002.3.3.90.30.

Raul Soares-MG, 18 de agosto de 2026.

CLÁUDIO ALVES DE BARROS -
Diretor do SAAE.

Publicado por:
Maria do Carmo Oliveira da Cunha Fernandes
Código Identificador:318A6462

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - LAGOA DA PRATA

SAAE LAGOA DA PRATA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lagoa da Prata-MG – SAAE, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a seguinte licitação:

Pregão Eletrônico nº 045/2026 – Objeto: Aquisição de Kit Detector Multigás, conforme exigências e quantidades estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência do edital.

Data de abertura: 31 de agosto de 2026, às 9h.

Edital encontra-se disponível nos sites www.saaelp.mg.gov.br e www.licitardigital.com.br e Portal Nacional de Contratações Públicas.

A sessão ocorrerá na Plataforma de Licitações Licitar Digital (www.licitardigital.com.br).

Lagoa da Prata, 18 de agosto de 2026.

Autoridade Competente:
HERMANO DRUMMOND -
Diretor do SAAE.

Publicado por:
Joana Resende de Oliveira Lacerda
Código Identificador:22DC2913

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA

CÂMARA DE MATIAS BARBOSA
AVISO DE INTENÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 20/2026 - PROCESSO 20/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO SRP 19/2026 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS, SANITÁRIOS E ELÉTRICOS

AVISO DE INTENÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2026

A Câmara Municipal de Matias Barbosa torna público, para conhecimento dos interessados, a intenção de Registro de Preço para futura e eventual aquisição de materiais hidráulicos, sanitários e elétricos destinados a pequenos reparos e à reposição de estoque do almoxarifado da Câmara Municipal de Matias Barbosa. A contratação será por item, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no respectivo Termo de Referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

O texto integral do Termo de Referência (contendo todas as informações sobre a contratação) e o modelo para envio da proposta comercial encontram-se à disposição dos interessados na Internet, no site https://www.matiasbarbosa.mg.leg.br/transparencia/editais-e-avisos-de-intencao-de-contratacao-direta/aviso-de-intencao-de-contratacao-direta/copy_of_2026-1

As propostas comerciais poderão ser enviadas para o endereço eletrônico licitacao@matiasbarbosa.mg.leg.br ou protocoladas diretamente no Setor de Licitações da CMMB, situada à Rua Engenheiro Paulo Brandão, 380 – Parque dos Sabiás, Matias Barbosa – MG, até o dia 25/08/2026.

O valor estimado da contratação encontra-se em tabela abaixo:

Item	Descrição	Und	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
1	Abraçadeira tipo U 1 ½	Und	04	R$ 3,20	R$ 12,80
2	Abraçadeira U ½	Und	06	R$ 1,13	R$ 6,78
3	Acabamento para registro C44 Cromado	Und	25	R$ 38,71	R$ 967,75
4	Acabamento para registro(ref. DECA ou similar)	Und	25	R$ 71,45	R$ 1.786,25
5	Adaptador de Tomada 20A 3 Pinos para 2 Pinos Redondo Universal Bob	Und	30	R$ 6,95	R$ 208,50
6	Adaptador De Tomada Padrão Novo E Antigo Universal 10 E 20A	Und	10	R$ 7,75	R$ 77,50
7	Anel de vedação com guia	Und	30	R$ 12,90	R$ 387,00
8	Assento almofadado básico branco	Und	20	R$ 68,38	R$ 1.367,60
9	Bloco de Iluminação de Emergência, 3000 Lumens – Autonomia maior de 2 horas, 120° ângulo abertura, farol retrátil, Bateria de Lítio 14,8 V 2000 mAh, 2 faróis × 70 LEDsautobrilho, 2 faróis × 11,5 W, 6500K	Und	08	R$ 280,80	R$ 2.246,40
10	Boia para caixa d'água ½	Und	04	R$ 19,89	R$ 79,56
11	Bucha fixação plástica nº08	Und	30	R$ 0,19	R$ 5,70
12	Caixa d'água 1000 L	Und	01	R$ 517,53	R$ 517,53
13	Canaleta 2 divisórias para cabos com fita dupla face branca 2 metros	Und	20	R$ 11,79	R$ 235,80
14	Chuveiro Elétrico 3 temperaturas 220 V (3200W até 6000W)	Und	03	R$ 89,76	R$ 269,28
15	Cola PU 40 branca 400g	Und	02	R$ 20,26	R$ 40,52
16	Cola PVC 75 gramas	Und	05	R$ 14,12	R$ 70,60
17	Conjunto kit mecanismo completo (vaso sanitário) caixa acoplada	Und	15	R$ 134,62	R$ 2.019,30
18	Disjuntor 20A monopolar monofásico termomagnético (padrão NEMA)	Und	03	R$ 37,90	R$ 113,70
19	Engate Flexível 40 cm metal	Und	10	R$ 29,57	R$ 295,70
20	Engate Flexível 40 cm PVC	Und	30	R$ 11,55	R$ 346,50
21	Engate Flexível 50 cm PVC	Und	30	R$ 10,90	R$ 327,00
22	Extensão Elétrica 10A 1,5 Metro 3 Pinos	Und	30	R$ 22,45	R$ 673,50
23	Fechadura indicadora de privacidade inox para banheiro	Und	20	R$ 84,55	R$ 1.691,00

24	Fita Isolante 20 m	**Und**	**16**	**R$ 14,70**	**R$ 235,20**
25	Flange 50 mm	**Und**	**02**	**R$ 34,45**	**R$ 68,90**
26	Globo redondo vidro transparente para poste externo 15x30 cm com colar	**Und**	**20**	**R$ 129,00**	**R$ 2.580,00**
27	Grelha inox com caixilho 15 x 15 cm	**Und**	**10**	**R$ 22,49**	**R$ 224,90**
28	Interruptor simples 4x2 branco	**Und**	**10**	**R$ 13,15**	**R$ 131,50**
29	Interruptor Simples de Sobrepor 16A	**Und**	**10**	**R$ 13,20**	**R$ 132,00**
30	Joelho 90 20 mm PVC soldável	**Und**	**06**	**R$ 0,72**	**R$ 4,32**
31	Joelho 90 25 mm PVC soldável	**Und**	**06**	**R$ 1,21**	**R$ 7,26**
32	Joelho 90 40 mm PVC esgoto	**Und**	**06**	**R$ 1,79**	**R$ 10,74**
33	Joelho 90 75 mm PVC esgoto	**Und**	**04**	**R$ 7,29**	**R$ 29,16**
34	Lâmpada de emergência luminária de emergência autônoma 30 Leds	**Und**	**30**	**R$ 32,46**	**R$ 973,80**
35	Lâmpada de Led Tub T8, Temperatura6500K (branca)bivolt, Potência igual ou maior que 16W (Dimensão 1212 mm comprimento)	**Und**	**150**	**R$ 18,55**	**R$ 2.782,50**
36	Lâmpada de Led Tub T8, Temperatura6500K (branca)bivolt, Potência igual ou maior que 8W (Dimensão: 602 mm comprimento)	**Und**	**50**	**R$ 15,95**	**R$ 797,50**
37	Lâmpada Led 6500k de rosca 20W E27 BIVOLT	**Und**	**20**	**R$ 12,27**	**R$ 245,40**
38	Luva 20 mm PVC soldável	**Und**	**06**	**R$ 1,22**	**R$ 7,32**
39	Luva 25 mm PVC soldável	**Und**	**06**	**R$ 0,98**	**R$ 5,88**
40	Massa Plástica branca 400gr	**Und**	**02**	**R$ 21,23**	**R$ 42,46**
41	Obturador para caixa acoplada com corrente	**Und**	**30**	**R$ 29,05**	**R$ 871,50**
42	Obturador para caixa acoplada sem corrente	**Und**	**30**	**R$ 18,27**	**R$ 548,10**
43	Parafuso p/ vaso bucha 12 mm (par)	**Und**	**30**	**R$ 13,14**	**R$ 394,20**
44	Parafuso Phillips 4.0 x 50 mm	**Und**	**30**	**R$ 0,45**	**R$ 13,50**
45	Refletor de Led 100W bivolt IP66 externo prova d'água branco frio	**Und**	**15**	**R$ 52,45**	**R$ 786,75**
46	Refletor de Led 50W bivolt IP66 externo prova d'água branco frio	**Und**	**20**	**R$ 46,57**	**R$ 931,40**
47	Refletor led RGB 400W – a prova d'água bivolt	**Und**	**10**	**R$ 140,00**	**R$ 1.400,00**
48	Rejunte branco	**Kg**	**10**	**R$ 11,18**	**R$ 111,80**
49	Reparo válvula descarga (ref. DOCOL ou similar)	**Und**	**03**	**R$ 104,62**	**R$ 313,86**
50	Resistência para chuveiro elétrico 220V (3200W até 6000W)	**Und**	**10**	**R$ 42,51**	**R$ 425,10**
51	Sensor de presença redondo fotocélula interruptor lâmpada 1200W sobrepor	**Und**	**10**	**R$ 52,00**	**R$ 520,00**
52	Sifão universal branco plástico	**Und**	**30**	**R$ 11,15**	**R$ 334,50**
53	Sifão universal Duplo	**Und**	**03**	**R$ 21,30**	**R$ 63,90**
54	Spot lâmpada quadrado 12w branco quentebivolt	**Und**	**20**	**R$ 12,00**	**R$ 240,00**
55	Te soldável 20 mm com rosca para torneira de jardim	**Und**	**03**	**R$ 9,90**	**R$ 29,70**
56	Tomada Externa 20A para canaleta	**Und**	**02**	**R$ 13,95**	**R$ 27,90**
57	Torneira cozinha mesa pia móvel (flexível) 2050 C69 color preta	**Und**	**02**	**R$ 139,90**	**R$ 279,80**
58	Torneira Link Cromada 451/4V baixa para lavatório (1197)	**Und**	**10**	**R$ 119,90**	**R$ 1.199,00**
59	Torneira para jardim ½ metal cromada	**Und**	**04**	**R$ 29,90**	**R$ 119,60**
60	Torneira para jardim ½ PVC	**Und**	**04**	**R$ 4,66**	**R$ 18,64**
61	Torneira Pia 18 cm com bico cromada	**Und**	**04**	**R$ 85,23**	**R$ 340,92**
62	Trinco Ferrolho para porta banheiro com parafuso	**Und**	**15**	**R$ 18,90**	**R$ 283,50**
63	Tubo esgoto PVC 40 MM6 metros	**Und**	**01**	**R$ 55,10**	**R$ 55,10**
64	Tubo soldável 50MM 6 metros	**Und**	**01**	**R$ 103,75**	**R$ 103,75**
65	Tubo Soldável PVC 20 MM6 metros	**Und**	**01**	**R$ 28,26**	**R$ 28,26**
66	Tubo Soldável PVC 25 MM 6 metros	**Und**	**20**	**R$ 37,97**	**R$ 37,97**
67	Válvula americana (1623)	**Und**	**02**	**R$ 35,12**	**R$ 70,24**
68	Veda rosca 18x50 metros	**Und**	**08**	**R$ 11,90**	**R$ 95,20**
Valor Total				**R$ 31.669,30**	

Pedidos de esclarecimentos ou impugnações deverão ser encaminhados para o endereço eletrônico licitacao@matiasbarbosa.mg.leg.br

Matias Barbosa, 18 de agosto de 2026.

DANIELA ROCHA PITTA
Agente de Contratação

Publicado por:
Daniela Rocha Pitta
Código Identificador:BCCB20DC

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

COMPRAS E LICITAÇÕES
REPUBLICAÇÃO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO PUBLICADO EM 07/08/2026- PROCESSO 80/2024 DISPENSA 49/2024 - FELIPE VILLARRUBIA ISAAC

SEGUNDO TERMO ADITIVO
Alteração contratual: Prorrogação e Reajuste em Sentido Estrito

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO E A EMPRESA FELIPE VILLARRUBIA ISAAC.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO, inscrita no CNPJ sob o nº 22.223.978.0001-55, com sede na Rua Joaquim Carlos dos Santos, nº 199, bairro Cidade Jardim, nesta cidade de Patrocínio/MG, CEP 38.747-056, denominada CONTRATANTE, representada por seu Presidente, o vereador NÍKOLAS DE QUEIROZ ELIAS, brasileiro, agente político, inscrito no CPF/MF sob o nº ***.323.006-** e na matrícula funcional nº 670.
CONTRATADA: FELIPE VILLARRUBIA ISAAC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.628.075/0001-61, com sede na Av. João Alves do Nascimento, nº 761, bairro Centro, nesta cidade de Patrocínio/MG, CEP 38.740-128, denominada CONTRATADA, neste ato representada por Felipe Villarrubia Isaac, inscrito no CPF/MF nº ***.713.666-**, conforme documentos juntados ao processo.
Os CONTRATANTES, tendo em vista o que consta no Processo nº 80/2024 - Dispensa nº 49/2024, cujo objeto é a contratação para a prestação do serviço contínuos de lavagem e higienização dos veículos da frota da Câmara Municipal de Patrocínio, observando as disposições da Lei nº

14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o Segundo Termo Aditivo de Prorrogação do Prazo de Vigência do Contrato e de Reajuste de Preço mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 11/2024, por mais 12 (doze) meses, do dia 23 de agosto de 2026 ao dia 22 de agosto de 2027, podendo ser prorrogado sucessivamente, até que se complete o prazo de 05 (cinco) anos, conforme os artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021, bem como da Cláusula Segunda do Contrato.

1.2. Além da prorrogação, este Termo Aditivo também tem por escopo o reajuste em sentido estrito do valor contratual, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA), no percentual de 4,64% (quatro inteiros e sessenta e quatro centésimos por cento) - (https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php), conforme previsão disposta no artigo 92, inciso V, e § 4º, da Lei nº 14.133/2021 e na Cláusula Sétima do Contrato.

CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO E DA DESCRIÇÃO DOS ITENS

ITEM	QTDE	UM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	12	SE	LAVAGEM COMPLETA DE MOTONETA. LAVAGEM DA PARTE EXTERNA DO VEÍCULO RETIRANDO TODA A SUJEIRA OBSERVADA NA PINTURA UTILIZANDO PRODUTOS ESPECIFICOS E BIODEGRADAVEIS ATINGINDO TODOS OS PONTOS VISIVEIS DA PINTURA. LAVAGEM DO BANCO E SECAGEM. HIGIENIZACAO DO BAU. APLICACAO DE SILICONE POPULARMENTE CONHECIDO COMO PRETINHO NOS PNEUS.	R$ 33,06	R$ 396,72
2	25	SE	LAVAGEM DE VEICULO DE PASSEIO E ENCERAMENTO. LAVAGEM COMPLETA. LAVAGEM DA PARTE EXTERNA DO VEICULO RETIRANDO TODA A SUJEIRA OBSERVADA NA PINTURA UTILIZANDO PRODUTOS ESPECIFICOS E BIODEGRADAVEIS INCLUINDO A PASSAGEM ENTRE AS PORTAS E PARACHOQUES E PARALAMAS E PNEUS AROS TELAS FAROIS ATINGINDO TODOS OS PONTOS VISIVEIS DA PINTURA. LIMPEZA DO INTERIOR. LIMPEZA INTERNA E SECAGEM E ACABAMENTO SOPRAGEM ASPIRACAO GERAL LAVAGEM DE CARPETES TAPETES PISO FORRO LATERAL E FORRO TETO. USO DE CERA DE CONSEVACAO DE CARNAUBA OU SIMILAR. COMPLEMENTO: LAVAGEM SERÁ FEITA COM ÁGUA E XAMPU APROPRIADO DE TODA A PARTE EXTERNA. APLICAÇÃO DE VASELINA. ENCERAMENTO COM CERA AUTOMOTIVA. APLICAÇÃO DE SILICONE NOS PNEUS. NA PARTE INTERNA, LIMPEZA DE TODO INTERIOR, INCLUINDO PORTA LUVAS, PORTA MALAS. LIMPEZA COMPLETA DO PAINEL. APLICAÇÃO DE SILICONE NAS PEÇAS DE VINIL, PARTES PLÁSTICAS OU EMBORRACHADAS. DESODORIZAÇÃO COM PRODUTO AROMATIZANTE ANTI-ALERGÊNICO. LIMPEZA DE VIDRO E RETROVISORES.	R$ 88,19	R$ 2.204,75
VALOR TOTAL				**R$ 2.601,47**	

2.1. O valor total deste Termo Aditivo é de R$ 115,29 (cento e quinze reais e vinte e nove centavos).

2.2. Após o procedimento de Prorrogação e Reajuste, o valor global do Contrato passará de **R$ 2.486,26** (dois mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e vinte e seis centavos) para **R$ 2.601,47** (dois mil, seiscentos e um reais e quarenta e sete centavos).

2.3. O valor acima é meramente estimado, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA 3ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3. Os recursos financeiros para atender as despesas decorrentes desta contratação estão previstos na dotação orçamentária sob a seguinte classificação funcional programática:

01.01.01.00.01.031.0001.00.2.001.3.3.90.39.61.001500 – LIMPEZA E CONSERVAÇÃO.

CLÁUSULA 4ª - DA RATIFICAÇÃO

4. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições, que não foram alteradas na sua substância, do Contrato base.

CLÁUSULA 5ª - DA PUBLICAÇÃO

5. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e nas condições previstas na Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem de pleno acordo, as partes lavram o presente Termo Aditivo que, lido e achado conforme, será assinado por seus representantes legais e por 2 (duas) testemunhas.

Patrocínio-MG,04 de agosto de 2026.

Contratante
Câmara Municipal de Patrocínio
NÍKOLAS DE QUEIROZ ELIAS

Contratada
Felipe Villarrubia Isaac
FELIPE VILLARRUBIA ISAAC

Testemunhas:

_____
CPF nº

_____
CPF nº

Publicado por:
Clara Beatriz Lisboa Ramos
Código Identificador:8037B676

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAPORA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
ANEXO I- ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

– INFORMAÇÕES BÁSICAS

Área Requisitante: Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Pirapora.

Número no Plano Anual de Contratações: Não previsto. A contratação não foi prevista porque dois dos objetos pretendidos (desktops e notebooks) foram realizados no ano de elaboração do PCA para o exercício 2026. E em relação aos scanners, estes não foram licitados em 2025 e tampouco eram previsíveis para execução em 2026, pois a Câmara funcionou mais de 40 (quarenta) anos sem aparelhos exclusivos para digitalização profissional.

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de *notebooks*, computadores *desktops* e *scanners* profissionais para atender às demandas da Câmara Municipal de Pirapora.

Introdução: O Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização de Demanda (DFD), bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

– DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A aquisição de *notebooks* se justifica para fins de operacionalização das atividades administrativas dos novos servidores que serão convocados no concurso, bem como para a eventual substituição dos equipamentos existentes que apresentarem danos que os tornem inutilizáveis. A escolha por *notebooks*, ao invés de equipamentos *desktop*, se deu pela praticidade, utilidade e padronização, já que desde o ano de 2023 a Câmara optou por investir em notebooks de uso profisisonal para os servidores, todos com características mínimas a serem observadas, para fins de garantia da celeridade na execução dos trabalhos. Os *notebooks* não dependem de conexões e/ou utilização de energia elétrica, o que facilita o desenvolvimento dos trabalhos em qualquer local, sobretudo para os servidores cujas atividades exigem dedicação integral, possibilitando o uso contínuo mesmo em situações de deslocamento de servidores.

Em relação à aquisição dos *scanners* profissionais, esta se justifica para fins de digitalização do acervo de leis, projetos, requerimentos e demais documentos públicos, que passarão a constar no site oficial da Câmara Municipal de Pirapora, garantindo o amplo atendimento ao direito à informação, à publicidade e transparência, bem como possibilitando a modernização da gestão documental, de modo a garantir a conservação e integridade dos documentos. As características descritas neste instrumento, que balizarão a contratação, se justificam para a otimização dos serviços e garantia da integridade da via física a ser digitalizada, pois aparelhos com maior capacidade possibilitam a garantia da agilidade da digitalização, com mecanismos que evitam que a documentação se rasgue ou amasse durante a digitalização, além de permitir a digitalização frente e verso de, no mínimo, de 80 (oitenta) folhas por minuto.

Por fim, a pretensão de aquisição de computadores *desktops* se justifica para fins de possibilitar a utilização como servidor central para o sistema de votação eletrônica, bem como para garantia de equipamentos reservas dos computadores usados para a gravação das reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Pirapora.

As especificações mínimas exigidas em todos os itens são essenciais à contratação, obedecem a critérios de padronização, de modo a garantir que todos os equipamentos da Câmara possuam, no mínimo, características similares aos já licitados, em termos de estrutura, e possibilitam a modernização e continuidade dos serviços públicos com agilidade e eficiência.

Ainda a respeito da justificativa para a aquisição de novos notebooks e desktops, registra-se que que a entrada de novos servidores não era previsível à época de elaboração do Plano Anual, que acontece em maio de cada ano. À época da elaboração, todas as 05 (cinco) vagas previstas para o cargo de Agente Administrativo já estavam preenchidas, como também estavam as duas vagas de Assessores Jurídicos, cargos que utilizam os objetos ora licitados. Diante da realidade da Presidência atual, que precisará equilibrar cargos efetivos e comissionados, passarão a ser convocados servidores para além do previsto no edital do concurso. Igualmente, jamais se imaginou que notebooks de marca renomada, como os que foram adquiridos em licitações anteriores, fossem apresentar defeitos/vícios que os tornassem impróprios ao uso contínuo. Assim, ciente destas realidades, o PCA que vigerá em 2027, trará esta contratação como renovação contratual, mas quando da elaboração do PCA 2026, não era possível prevê-las.

– QUANTITATIVO DOS MATERIAIS

Os quantitativos dos *notebooks* e computadores *desktops* foram definidos com base na realidade fática do órgão, notadamente considerando a entrada de novos servidores, bem como a necessidade de substituição de equipamentos que apresentaram defeito. Registra-se que a contratação anterior para objetos semelhantes já teve a vigência encerrada.

Em relação ao quantitativo de *scanners* profissionais, foi considerado 01 (um) *scanner* para uso pelos Agentes Administrativos que dão suporte ao Setor Legislativo, bem como 01 (um) *scanner* para uso pelo Departamento de de Arquivo e Conservação, para cumprimento das atribuições de digitalização de documentos, conservação e garantia de integridade dos documentos a serem digitalizados.

Foram quantificadas as seguintes necessidades:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO 1	PREÇO 2	PREÇO 3	VALOR UNITÁ-RIO ESTIMA-DO	VALOR TOTAL ESTI-MADO
01	COMPUTA-DOR PORTÁTIL TIPO *NOTEBOOK* COM AS SEGUINTES CARACTERÍS-TICAS MÍNIMAS: PROCESSADOR: INTEL® CORE™, NO MÍNIMO, I7, de 13ª GERAÇÃO OU AMD RYZEN 7, SÉRIE 5800 OU OUTRO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR, SISTEMA OPERACIONAL: WINDOWS 11 PRO;. MEMÓRIA RAM DE NO MÍNIMO: 16GB; TELA DE, NO MÍNIMO: 15,6" LED FHD, TN, WIDESCREEN. ARMAZENAMENTO: 500GB SSD; CARREGADOR COMPATÍVEL COM O MODELO. As características do produto devem ser de fábrica, não se admitindo a abertura do equipamento para fins de adaptação de softwares e hardwares. **GARANTIA *ON SITE* DE 12 (DOZE) MESES**	**Unidade**	**04**	**R$ 6.488,50 Edital do Pregão Eletrônico da Câmara Municipal de Santos Dumont-MG. ID PNCP: 19775709000197-1-000017/2026.**	**R$ 8.299,00 Loja Oficial Dell**	**R$ 8.799,12 Loja Infonet-work**	**R$ 7.862,20**	**R$ 31.448,80**

02	SCANNER DE USO PROFISSIONAL, DUPLEX, COM CICLO DIÁRIO MÍNIMO DE 8.000 FOLHAS, DIGITALIZAÇÃO COLORIDA E PRETO/BRANCO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE DIGITALIZA-ÇÃO DE ATÉ 80 FOLHAS POR MINUTO. ALIMENTA-DOR AUTOMÁTICO PARA ATÉ 200 FOLHAS.	**Unidade**	**02**	**R$ 7.267,05 Magalu**	**R$ 7.354,94 Kabum**	**R$ 5.225,00 Homolo-gação de Pregão Eletrôni-co da Câmara Municipal de Ferros-MG ID PNCP: 041.921.39000135-1-000015/2025.**	**R$ 6.615,66**	**R$ 13.231,32**
03	COMPUTADOR DE MESA (*DESKTOP*): Processador: no mínimo, INTEL I7, 14ª geração; OU AMD RYZEN 7, compatível, para uso profissional. Placa de vídeo UHD Intel ou AMD Ryzen. Sistema Operacional, no mínimo, Wiindows 11 Pro para empresa. MEMÓRIA mínima de 16GB: 1 DE 16 GB, DDR5; Armazenamento mínimo: SSD de 512 GB PCIe NVMe M.2; Portas: Parte frontal contendo, no mínimo: 1 portas USB 2.0 (480Mbit/s) 1 porta USB 3.2 de 1ª geração (5Gbit/s). **Parte traseira contendo, no mínimo:** 1 porta USB 2.0 (480Mbit/s); 1 portas USB 3.2 de 1ª geração (5 Gbit/s); 1 porta HDMI 2.1 (TDMS); 1 porta Ethernet RJ45 (1Gbit/s); Wireless: no mínimo: Placa de Rede local sem fio (WLAN) Rede local com fio (LAN) Ethernet RJ45 Gigabit 10/100/1000 Mbps com Bluetooth® 5.4 O produto deverá vir com todas as configurações de fábrica. **GARANTIA *ON SITE* DE 12 (DOZE) MESES.**	**Unidade**	**04**	**R$ 6.499,00 Loja oficial da Dell**	**R$ 9.505,52 Kabum**	**R$ 6.977,64 Ata de Registro de Preços nº 04/2025 do Conse-lho Regio-nal de Psicolo-gia da 4ª Região.**	**R$ 7.660,72**	**R$ 15.321,44**

VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 75.323,04 (setenta e cinco mil, trezentos e vinte e três reais e quatro centavos).

As especificações mínimas exigidas na tabela do subitem 3.3 são essenciais à contratação, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades Administrativas e o pleno funcionamento de todas as demandas exigidas nos setores com segurança, ergonomia e pleno funcionamento de *softwares* e *hardwares* nos sistemas utilizados na Câmara Municipal.
Em relação ao item 1, as especificações exigidas visam à tentativa de garantia de que todos os servidores detenham aparelhos com configurações semelhantes em termos de qualidade, capacidade de desempenho e velocidade. As características do item observaram a linha dos últimos notebooks licitados em 2025, devendo ser aceitos aparelhos que contenham as mesmas especificações mínimas.
– DA NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES E DOCUMENTOS ADICIONAIS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA

As empresas interessadas deverão apresentar, juntamente com a proposta, pelo menos um destes documentos: CATÁLAGOS, FOLHETOS TÉCNICOS, *FOLDERS* e PROSPECTOS, TODOS EMITIDOS PELA FABRICANTE, NÃO SENDO ADMITIDA A APRESENTAÇÃO DE FOLDERS ELABORADOS PELAS EMPRESAS PARTICIPANTES.

– DA NECESSIDADE DE GARANTIA *ON-SITE* PARA OS COMPUTADORES

A necessidade de garantia *on-site* garante a continuidade operacional, a produtividade, a redução dos custos logísticos, a agilidade, a segurança e proteção dos dados institucionais, da seguite forma:
Quanto à continuidade operacional e produtividade
Em equipamentos de uso diário, o envio do computador para conserto fora das dependências da Câmara pode gerar semanas de indisponibilidade. Através da garantia *on-site* o reparo ocorre no próprio local de uso. Isso evita a paralisação das atividades do servidor e reduz o tempo de indisponibilidade.
Quanto à redução de custos logísticos:
Deslocar equipamentos com defeito envolve custos com correios, seguro, além da mão de obra interna para cadastrar, embalar e controlar o envio. Através da garantia *on-site*, há a eliminação dos custos e riscos de transporte.
Segurança e Proteção de Dados Institucionais:
Computadores de órgãos públicos armazenam dados sigilosos. Enviar o computador para uma assistência comum ou retirá-lo fisicamente do prédio impõe riscos à segurança da informação.
Através da garanta *on-site*, os reparos são realizados sob a supervisão da instituição.
Quanto à agilidade:
A garantia *on-site* estipula prazos de atendimento e reparo (*Service Level Agreement* - SLA), tipicamente de 24 a 48 horas no local, assegurando que o parque tecnológico do órgão permaneça em pleno funcionamento.
– CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

O objeto a ser contratado, pelo seu impacto institucional, é considerado "bem comum", uma vez que se enquadra na classificação prevista no art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021.

– LEVANTAMENTO DE MERCADO: SOLUÇÕES IDENTIFICADAS E JUSTIFCATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

O levantamento de mercado foi realizado mediante pesquisas no comércio eletrônico de grandes varejistas, bem como através da consulta à editais de outros órgãos públicos.

Assim, para a resolução do problema apresentado, poderão ser elencadas as seguintes soluções:

SOLUÇÕES	DESCRIÇÃO
Solução 1: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	Aquisição de equipamentos de informática novos diretamente de fornecedores ou fabricantes, com especificações técnicas definidas pela instituição.
Solução 2: LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E PERIFÉRICOS	Locação dos equipamentos com manutenção inclusa e possibilidade de renovação ou troca ao longo do contrato.

Geralmente, a locação de equipamentos de informática se mostra vantajosa somente na hipótese de grande quantidade de equipamentos ou quando inexiste a necessidade de padronização. No caso da Câmara de Pirapora, a quantidade de equipamentos novos demandados é pequena, não sendo razoavel a locação de, aproximadamente, quatro notebooks, 2 desktops e 2 scanners, em um universo de mais de trinta equipamentos próprios no acervo da CMP.

Além disso, a almejada padronização de especificações técnicas permitirá que os novos equipamentos adquiridos sejam compatíveis com o acervo de equipamentos existente, facilitando eventuais manutenções e garantindo a compatibilidade de peças e componentes.

Nesse sentido, seria mais vantajoso para a Administração Pública adquirir equipamentos do mesmo padrão de qualidade do que locar os aludidos itens, já que, diferentemente da compra/aquisição, ao término do contrato de locação não haverá a propriedade dos bens para a Câmara, além de que os custos da locação, a longo prazo, é notadamente maior do que a aquisição. Registra-se, também, que considerando se tratar de registro de preços, a Câmara não terá a obrigação de comprar todos os itens estimados, o que gera enorme economia e a vantagem de disponibilidade dos itens, sob demanda.

Assim, considerando a necessidade de economia no setor público, a realização de um processo licitatório para a aquisição destes equipamentos de informática através de uma empresa especializada torna-se imprescindível, garantindo a economicidade, a isonomia entre os fornecedores e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Em relação ao uso do Sistema de Registro de Preço, este se torna mais vantajoso pois não compromete o orçamento da Câmara e garante que a demanda seja sanada a medida em que as necessidades surjam, garantindo aquisição certa e a economicidade com o dinheiro público.

Portanto, a solução mais viável que atenda a demanda é a aquisição dos equipamentos realizando a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, mais especificamente na forma de REGISTRO DE PREÇO, tendo em vista que esta solução atende às necessidades contínuas, durante o prazo de vigência da ata, sem implicar em obrigatoriedade de contratação. O regime de execução será o de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO pois, por se tratar de entrega sob demanda, é mais vantajoso o controle por preço certo para cada unidade específica, sobretudo cconsiderando que a quantidade total é incerta.O pagamento é feito com base no que é efetivamente solicitado.

– ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor total da contratação ficou projetado em R$ 75.323,04 (SETENTA E CINCO MIL, TREZENTOS E VINTE E TRÊS REAIS E QUATRO CENTAVOS). O valor estimado deverá ser referenciado pela Equipe de Planejamento com contratações semelhantes registradas no PNCP.
O valor unitário estimado foi composto a partir da média de valores obtidos em pesquisa de sites especializados e contratações semelhantes de outros órgãos do Estado.
– JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO

A justificativa para o parcelamento é, principalmente, a ampliação da competitividade e a consequente busca por economicidade, permitindo que mais empresas, participem e obtenham condições melhores de preços e prazos. Além disso, o parcelamento facilita a entrega gradual e evita problemas de armazenamento.
– RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se atender as demandas da Câmara Municipal de Pirapora, melhorando a eficiência operacional e a qualidade dos serviços prestados, através do aumento da confiabilidade dos equipamentos, a redução de custos com manutenção, o aprimoramento das condições de trabalho dos servidores e o suporte adequado para a execução de políticas públicas.A aquisição dos equipamentos SOB DEMANDA é uma medida válida de ECONOMICIDADE, permitindo a utilização eficiente dos recursos humanos, materiais e financeiros da Câmara com o menor custo possível.

– POSSÍVEIS PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO

Não foi identificada a necessidade de adoção de providências pela Câmara Municipal de Pirapora previamente à celebração do contrato. O objeto contratado não demanda a capacitação específica de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.

– CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas vigentes.

– POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Não foram identificados possíveis impactos ambientais diretamente decorrentes da contatação pretendida, valendo apenas ressaltar apenas a observância de alguns requisitos de sustentabilidade:
Nenhum dos equipamentos fornecidos poderá conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances);
Somente serão adquiridos equipamentos com certificações de eficiência energética (como *Energy Star*) ou selos de sustentabilidade (como *EPEAT*).
O fornecedor será o responsável pela logística reversa coleta, reciclagem ou descarte ecologicamente correto dos equipamentos substituídos e insumos (cartuchos, baterias) ao fim da vida útil.

– DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

REQUISITOS EDITALÍCIOS: Só poderão participar do procedimento as microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou equiparadas na forma da Lei, que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto desta contratação e que atendam aos requisitos mínimos exigidos de classificação das propostas e ainda as exigências para habilitação.

Será vedada a partcipação das interessadas que sejam ou estejam:

a)Estrangeiras que não funcionem no País;

b) Reunidas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

c)Suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com o Município de Pirapora-MG ou outro órgão/ente;

d)Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 10 da Lei nº 9.605/98;

e)Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;

f) Não consideradas microempresas ou empresas de pequeno porte nos termos da Lei Complementar n.º123/06, alterada pela Lei Complementar n.º147/14;

g) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

h) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessário;

i) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

j) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

k) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

l) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

m) Empresas que se enquadrem nas hipóteses de vedação ao nepotismo em contratações públicas previstas em orientações e decisões dos Tribunais de Contas, Tribunais de Justiça Superiores e recomendações de órgãos ministeriais;

n) O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os Servidores Municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer delas por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, inclusive ou por adoção, não poderão contratar com o Município, subsistindo a proibição até 6 (seis) meses após findas as respectivas funções.

As empresas interessadas deverão comprovar as condições de habilitação atendendo ainda aos demais requisitos editalícios:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

EMPRESÁRIO INDIVIDUAL: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

SOCIEDADE EMPRESÁRIA ESTRANGEIRA: Portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

SOCIEDADE SIMPLES: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

FILIAL, SUCURSAL OU AGÊNCIA DE SOCIEDADE SIMPLES OU EMPRESÁRIA: Inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

SOCIEDADE COOPERATIVA: Ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

HABILITAÇÃO TÉCNICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

HABILITAÇÃO TÉCNICA
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

Comprovação de aptidão paraa entrega de produtos semelhante com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, dentre outros documentos.

QUALIFICAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1 (um);

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao SPED;

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

A exigência de baçanço patrimonial com indice de liquidez igual ou superior a 1 se justifica por se tratar de contratação por 12 (doze) meses, admitida a prorrogação, o que impõe a demonstração de que a empresa possui saúde financeira e operacional para estar disponível e atender satisfatriamete ao longo período contratual.
– CONCLUSÃO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Conclui-se que, para a presente demanda, a opção mais viável disponível no mercado é a realização de contratação de fornecedor(es) externo(s) a partir de processo licitatório, considerando a maior agilidade e os menores custos, em detrimento da locação de equipamentos de informática.

A manutenção e a assistência técnica dos equipamentos de informática deverá observar procedimento próprio de acordo com a necessidade e as regras de controle do patrimônio móvel da Câmara.

Neste sentido, como um todo, a solução mais viável para o atendimento da demanda é a realização da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO na forma de REGISTRO DE PREÇO.

Finalmente, anota-se que o presente estudo técnico preliminar contemplou os elementos mínimos exigidos nos incisos I, IV, VI, VIII, e XIII do §1º do art 18 da Lei n. 14.133/2021, suficientes para identificar o problema a ser resolvido, sob a perspectiva do interesse público, e foi capaz de apontar dentre as opções disponiveis no mercado, aquela contratação que revela viabilidade técnica e econômica.

– RESPONSÁVEIS

São responsáveis pela elaboração deste Estudo Técnico Preliminar os membros da Equipe de Planejamento desta Casa, a saber: Brenda Christian Botelho Lopes e Helen Maria Silva Costa.

Pirapora, 22 de julho de 2026.

BRENDA CHRISTIAN BOTELHO LOPES-
Assessora Especial da Mesa Diretora

HELEN MARIA SILVA COSTA-
Membro da Equipe de Planejamento

Publicado por:
Marjorie Santos Siqueira
Código Identificador:E084EA13

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
ANEXO II- TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

DO SETOR REQUISITANTE:
Assessoria Especial da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Pirapora.

DO OBJETO:
Registro de Preços para futura e eventual aquisição de *notebooks*, computadores *desktops e scanners profisisonais para atender às demandas da Câmara Municipal de Pirapora.*
Os objetos licitados são considerados "*bens comuns*", conforme art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Edital e pelo Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado.

DO TIPO DE LICITAÇÃO
O critério de julgamento das propostas será o **MENOR PREÇO** por **ITEM**.
Considerando o valor médio apurado, em observância ao previsto no art.48, inciso I, da Lei Complementar n.º 123/2006, o certame deverá ser destinado **EXCLUSIVAMENTE** à participação de **MICROEMPRESAS** (ME), **MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS** (MEI), **EMPRESAS DE PEQUENO PORTE** (EPP) e demais empresas equiparadas.
Optou-se pelo sistema de **REGISTRO DE PREÇOS** (SRP) tendo em vista tratar-se de quantitativo estimado, com dispensação conforme demanda, não sendo esta Casa obrigada a adquiririr a integralidade dos itens ora licitados.
A Ata de Registro de Preços terá **prazo de vigência de 12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogada por igual período.

DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A aquisição de *notebooks* se justifica para fins de operacionalização das atividades administrativas dos novos servidores que serão convocados no concurso, bem como para a eventual substituição dos equipamentos existentes que apresentarem danos que os tornem inutilizáveis. A escolha por *notebooks*, ao invés de equipamentos *desktop*, se deu pela praticidade, utilidade e padronização, já que desde o ano de 2023 a Câmara optou por investir em notebooks de uso profisisonal para os servidores, todos com características mínimas a serem observadas, para fins de garantia da celeridade na execução dos trabalhos. Os *notebooks* não dependem de conexões e/ou utilização de energia elétrica, o que facilita o desenvolvimento dos trabalhos em qualquer local, sobretudo para os servidores cujas atividades exigem dedicação integral, possibilitando o uso contínuo mesmo em situações de deslocamento de servidores.
Em relação à aquisição dos *scanners* profissionais, esta se justifica para fins de digitalização do acervo de leis, projetos, requerimentos e demais documentos públicos, que passarão a constar no site oficial da Câmara Municipal de Pirapora, garantindo o amplo atendimento ao direito à informação, à publicidade e transparência, bem como possibilitando a modernização da gestão documental, de modo a garantir a conservação e integridade dos documentos. As características descritas neste instrumento, que balizarão a contratação, se justificam para a otimização dos serviços e garantia da integridade da via física a ser digitalizada, pois aparelhos com maior capacidade possibilitam a garantia da agilidade da digitalização, com mecanismos que evitam que a documentação se rasgue ou amasse durante a digitalização, além de permitir a digitalização frente e verso de, no mínimo, de 80 (oitenta) folhas por minuto.
Por fim, a pretensão de aquisição de computadores *desktops* se justifica para fins de possibilitar a utilização como servidor central para o sistema de votação eletrônica, bem como para garantia de equipamentos reservas dos computadores usados para a gravação das reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Pirapora.
As especificações mínimas exigidas em todos os itens são essenciais à contratação, obedecem a critérios de padronização, de modo a garantir que todos os equipamentos da Câmara possuam, no mínimo, características similares aos já licitados, em termos de estrutura, e possibilitam a modernização e continuidade dos serviços públicos com agilidade e eficiência.
DAS ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS DOS ITENS, DA ESTIMATIVA DAS NECESSIDADE E DA AVALIAÇÃO DE CUSTOS

Os quantitativos dos *notebooks* e computadores *desktops* foram definidos com base na realidade fática do órgão, notadamente considerando a entrada de novos servidores, bem como a necessidade de substituição de equipamentos que apresentaram defeito. Registra-se que a contratação anterior para objetos semelhantes já teve a vigência encerrada.
Em relação ao quantitativo de *scanners* profissionais, foi considerado 01 (um) *scanner* para uso pelos Agentes Administrativos que dão suporte ao Setor Legislativo, bem como 01 (um) *scanner* para uso pelo Departamento de de Arquivo e Conservação, para cumprimento das atribuições de digitalização de documentos, conservação e garantia de integridade dos documentos a serem digitalizados.
Foram quantificadas as seguintes necessidades:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO 1	PREÇO 2	PREÇO 3	VALOR UNITÁ-RIO ESTIMA-DO	VALOR TOTAL ESTI-MADO
01	COMPUTA-DOR PORTÁTIL TIPO *NOTEBOOK* COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTI-CAS MÍNIMAS: PROCESSA-DOR: INTEL® CORE™, NO MÍNIMO, I7, de 13ª GERAÇÃO OU AMD RYZEN 7, SÉRIE 5800 OU OUTRO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR, SISTEMA OPERACIONAL: WINDOWS	Unidade	04	R$ 6.488,50 Edital do Pregão Eletrônico da Câmara Municipal de Santos Dumont-MG. ID PNCP: 19775709000197-1-000017/2026.	R$ 8.299,00 Loja Oficial Dell	R$ 8.799,12 Loja Infonet-work	R$ 7.862,20	R$ 31.448,80

	11 PRO;. MEMÓRIA RAM DE NO MÍNIMO: 16GB; TELA DE, NO MÍNIMO: 15,6" LED FHD, TN, WIDESCREEN. ARMAZENA-MENTO: 500GB SSD; CARREGA-DOR COMPATÍVEL COM O MODELO. As características do produto devem ser de fábrica, não se admitindo a abertura do equipamento para fins de adaptação de softwares e hardwares. **GARANTIA *ON SITE* DE 12 (DOZE) MESES**							
02	SCANNER DE USO PROFISSIO-NAL, DUPLEX, COM CICLO DIÁRIO MÍNIMO DE 8.000 FOLHAS, DIGITALIZAÇÃO COLORIDA E PRETO/BRANCO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE DIGITALIZA-ÇÃO DE ATÉ 80 FOLHAS POR MINUTO. ALIMENTA-DOR AUTOMÁTICO PARA ATÉ 200 FOLHAS.	**Unidade**	**02**	**R$ 7.267,05 Magalu**	**R$ 7.354,94 Kabum**	**R$ 5.225,00 Homolo-gação de Pregão Eletrôni-co da Câmara Municipal de Ferros-MG ID PNCP: 041.921.39000135-1-000015/2025.**	**R$ 6.615,66**	**R$ 13.231,32**
03	COMPUTA-DOR DE MESA (*DESKTOP*): Processador: no mínimo, INTEL I7, 14ª geração; OU AMD RYZEN 7, compatível, para uso profissional. Placa de vídeo UHD Intel ou AMD Ryzen. Sistema Operacional, no mínimo, Wiindows 11 Pro para empresa. MEMÓRIA mínima de 16GB: 1 DE 16 GB, DDR5; Armazenamento mínimo: SSD de 512 GB PCIe NVMe M.2; Portas: Parte frontal contendo, no mínimo: 1 portas USB 2.0 (480Mbit/s) 1 porta USB 3.2 de 1ª geração (5Gbit/s). **Parte traseira contendo, no mínimo:** 1 porta USB 2.0 (480Mbit/s); 1 portas USB 3.2 de 1ª geração (5 Gbit/s); 1 porta HDMI 2.1 (TDMS); 1 porta Ethernet RJ45 (1Gbit/s); Wireless: no mínimo: Placa de Rede local sem fio (WLAN) Rede local com fio (LAN) Ethernet RJ45 Gigabit 10/100/1000 Mbps com Bluetooth® 5.4 O produto deverá vir com todas as configurações de fábrica. **GARANTIA *ON SITE* DE 12 (DOZE) MESES.**	**Unidade**	**04**	**R$ 6.499,00 Loja oficial da Dell**	**R$ 9.505,52 Kabum**	**R$ 6.977,64 Ata de Registro de Preços nº 04/2025 do Conse-lho Regio-nal de Psicolo-gia da 4ª Região.**	**R$ 7.660,72**	**R$ 15.321,44**

VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 75.323,04 (setenta e cinco mil, trezentos e vinte e três reais e quatro centavos).

As especificações mínimas exigidas são essenciais à contratação, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades Administrativas e o pleno funcionamento de todas as demandas exigidas nos setores com segurança, ergonomia e pleno funcionamento de *softwares* e *hardwares* nos sistemas utilizados na Câmara Municipal.

DA NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA PARA A ANÁLISE DE COMPATIBILIDADE QUANDO DO EXAME DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

As empresas interessadas deverão apresentar, juntamente com a proposta para cada item licitado, toda a documentação necessária a indicar o cumprimento das exigências Editalícias, como por exemplo: CATÁLAGOS, FOLHETOS TÉCNICOS, *FOLDERS* e PROSPECTOS, emitidos pela fabricante.

Os catálogos, folhetos técnicos, *folders*, prospectos e páginas na *web*, deverão ser apresentados em formatos perfeitamente legíveis, incluindo-se as figuras, para que possam ser comprovadas claramente as informações contidas na proposta com as especificações técnicas dos equipamentos.

As propostas apresentadas sem **ao menos 01 (uma) documentação específica comprobatória dos requisitos técnicos, serão sumariamente DESCLASSIFICADAS**.

Na hipótese em que os catálogos, folhetos técnicos, *folders*, prospectos ou páginas na *web* apresentadas não demonstrarem de plano a adequação dos equipamentos ofertados com a configuração/especificação exigida, poderão ser realizadas diligências adicionais pela Agente de Contratação para comprovar se as especificações técnicas dos equipamentos ofertados estão de acordo com as informações contidas nas propostas e se atendem às exigências do Edital.

A Agente de Contratação poderá ser solicitar a apresentação de documentação complementar pelo Licitante, a fim de comprovar que o equipamento ofertado atende as exigências editalícias.

DA GARANTIA *ON-SITE* PARA COMPUTADORES *NOTEBOOK* E *DESKTOP*

A garantia mínima de 12 (doze) meses "on-site" é de extrema necessidade por atender ao princípio da economicidade, evitando gastos desnecessários em manutenções por um prazo maior. Além da garantia de uma manutenção adequada aos equipamentos ao longo do seu ciclo de vida que será alongado para o melhor aproveitamento do investimento realizado em sua compra.

A garantia solicitada direto do fabricante para os equipamentos justifica-se pelo fato que vários componentes de hardware e software baseados em tecnologias próprias, de modo que somente seus respectivos fabricantes reúnem todas as condições técnicas, operacionais e o conhecimento necessário para resolver qualquer tipo de problema que venha a ocorrer na solução, abreviando a recuperação do ambiente no caso de indisponibilidade.

Este aspecto torna-se especialmente importante quando se trata de uma garantia de longa duração, onde é indispensável o compromisso do fabricante com o ciclo de garantia do equipamento até o final, assegurando o fornecimento de peças, componentes, além de atualizações e correções.

DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO
A descrição da solução, como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo do Edital.

DO MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO
DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA:
O fornecimento dos equipamentos de informática ocorrerá de forma parcelada, de acordo com a demanda da Câmara Municipal, sendo que cada item deverá ser entregue conforme a quantidade solicitada na Ordem de Compra.
A Câmara Municipal não responderá pelos custos de envio, frete ou deslocamento dos equipamentos.
A contratada deverá entregar os equipamentos de informática, na quantidade solicitada, no **PRAZOMÁXIMO** de **30 (TRINTA) DIAS**, contados a partir da **EMISSÃO** da respectiva **ORDEM DE COMPRA**.
A **ORDEM DE COMPRA** deverá ser emitida pela Câmara Municipal e imediatamente encaminhada aos endereços de contato da contratada, utilizando-se, preferencialmente, o meio digital para envio e recebimento de informações.
A entrega dos equipamentos deverá ocorrer na Sede da Câmara Municipal de Pirapora, Avenida Rodolfo Mallard, n.º 331, Centro, CEP: 39.270-074, Pirapora/MG, **em dias úteis, no horário compreendido entre 08:00 horas e 14:00 horas**.
Ocorrendo suspensão total ou parcial do expediente interno da Câmara Municipal no último dia do prazo a que se refere o item 9.1.3., o prazo fatal de entrega ficará automaticamente prorrogado para o dia útil imediatamente subsequente.

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO:
Os equipamentos fornecidos deverão vir acompanhados de Nota Fiscal respectiva, em condições de **IMEDIATO USO** pela Câmara Municipal e em absoluta conformidade com as especificações previstas na Ata de Registro de Preços e na Proposta Adjudicatória.
A conformidade inicial dos itens fornecidos (e da Nota Fiscal emitida pela contratada) será atestada pelo responsável pela fiscalização do contrato, devendo lavrar o competente **Termo de Recebimento Provisório** ou **Termo de Ocorrência**, conforme o caso.
Durante o período de **05 (cinco) dias úteis** a partir da data de expedição do **Termo de Recebimento Provisório**, os equipamentos entregues ficarão sob observação, de molde a se verificar detalhadamente o cumprimento das exigências técnicas.
Quaisquer ensaios, testes e demais provas necessárias à boa execução do objeto contratual, ocorrerão por conta da Contratada.
Os equipamentos entregues em desacordo com as especificações previstas na Ata de Registro de Preços e na Proposta Adjudicatória serão recusados parcial ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a licitante vencedora a repô-los, no prazo no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da ciência do Termo de Ocorrência ou da solicitação formal de substituição, sob pena de ser atestada sua inadimplência contratual.
Esgotado o prazo previsto no subitem 9.2.3. e restando comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais, os equipamentos serão recebidos definitivamente pela fiscalização, mediante **Termo de Recebimento Definitivo**.
O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da Ata.

DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal n.º 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
As comunicações entre a Câmara Municipal e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, utilizando-se, preferencialmente, o meio digital para envio e recebimento de informações, admitindo-se inclusive o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
Sempre que necessário, a Câmara Municipal poderá convocar representante da empresa para prestar esclarecimentos ou adotar providências urgentes ou que devam ser cumpridas de imediato.

A execução da Contratação será fiscalizada pelos fiscais elencados na Portaria nº 082/2025, observado o despacho de abertura quanto à designação especiífica.

O fiscal da contratação acompanhará a execução da contratação, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal da contratação anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução da contratação com a descrição do que for necessário para a regularização dasfaltas ou dos defeitos observados. (Lei Federal n.º 14.133/2021, art. 117, §1º).

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal da contratação emitirá notificações para a correção da execução da contratação, determinando prazo para a correção.

O fiscal da contratação informará ao gestor da contratação, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da contratação nas datas aprazadas,o fiscal da contratação comunicará o fato imediatamente ao gestor da contratação.

O fiscal da contratação comunicará ao gestor da contratação, em tempo hábil, o término da contratação sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

O fiscal da contratação verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e as glosas, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal da contratação atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da contratação para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

DA GESTÃO DO CONTRATO
A gestão da contratação será feita pela Diretoria de Contratos, que coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da contratação contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da contratação, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

O gestor da contratação acompanhará os registros realizados pelos fiscais da contratação, de todas as ocorrências relacionadas à execução da contratação e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
Igualmente,acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
Caberá ao gestor da contratação emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratação, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
O gestor da contratação tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal n.º 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
Entregar os equipamentos de acordo com as quantidades e condições estabelecidas.
Entregar os equipamentos na Sede da Câmara Municipal dentro do horário de expediente determinado para o recebimento.
Entregar os equipamentos em perfeito estado de funcionamento, prontos para o uso imediato, sem marcas, amassados, arranhões ou quaisquer outros problemas físicos.
Substituir às suas expensas, os objetos nos quais forem detectados defeitos, vícios ou que não se adequarem às especificações da Ata de Registro de Preço ou na Proposta Adjudicatória.
Respeitar os prazos fixados.
Responder por quaisquer danos que por sua culpa ou dolo venham ser causados à Câmara Municipal ou a terceiros, durante o fornecimento dos objetos, inclusive, por atos praticados pelos seus funcionários, ficando assim, afastada qualquer responsabilidade da Câmara Municipal.
Manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da contratação, bem como reapresentar os documentos com prazo de validade expirado.
Garantir que os equipamentos venham acompanhados da documentação completa e atualizada que seja necessária à sua operação (manuais, catálogos, *folders*, termos de garantia).
Providenciar para que os equipamentos de informática fornecidos possuam garantia integral durante o prazo de validade contra qualquer defeito de fabricação, incluindo avarias no transporte até o local de entrega mesmo após sua aceitação pelo fiscalizador do contrato, ficando às expensas da Contratada a substituição dos equipamentos que apresentarem anomalias, vícios ou defeitos.
Providenciar para que os computadores do tipo *notebook* e do tipo *desktop* possuam garantia *on-site* de 12 (doze) meses pela fabricante.
Não transferir ou ceder a presente contratação, no todo ou parte, nem subcontratar a execução do seu objeto, a não ser com prévia e expressa autorização, por escrito, da Câmara, sob pena de rescisão da contratação.
Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, bem como as cláusulas da Ata de Registro de Preço, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria dos resultados obtidos, preservando a Câmara Municipal de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da Contratada.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE – CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAPORA
Assegurar ao pessoal da contratada, devidamente identificado, o acesso ao local de entrega dos objetos na Sede da Câmara Municipal de Pirapora, respeitadas suas normas internas e dentro do horário de expediente determinado para o recebimento dos equipamentos.
Comunicar à contratada qualquer irregularidade no fornecimento dos equipamentos de informática e, se for o caso, interromper imediatamente o seu fornecimento.
Solicitar à contratada a substituição dos equipamentos de informática que não se adequarem às especificações .
Assegurar ao pessoal da contratada, devidamente identificado, o acesso para retirada/devolução dos equipamentos de informática que não apresentarem condições de serem utilizados ou que tenham sido rejeitados.
Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela contratada.
Efetuar os pagamentos devidos a cada ordem de fornecimento emitida.

DA SUBCONTRATAÇÃO:
Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO
Não haverá necessidade de garantia da contratação prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133/2021

DAS FORMAS E CONDIÇÕES DO PAGAMENTO
DA LIQUIDAÇÃO
Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e da Câmara Municipal; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Câmara Municipal;
A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal; prova de regularidade relativa à seguridade social, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, conforme documentação mencionada no art. 68 da Lei n° 14.133/2021.
A Câmara Municipal deverá realizar consulta às documentações apresentadas pela contratada para:
verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Câmara Municipal.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Câmara Municipal deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
Persistindo a irregularidade, a Câmara Municipal deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao registro cadastral.

DO PRAZO DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes desta contratação correção à conta da dotação orçamentária: 4.4.90.52.19 Equipamentos de processamento de dados. Reduzido: 4361.
O pagamento à contratada será efetuado pela Tesouraria/Contabilidade da Câmara Municipal, creditado em favor da contratada através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta e descrita abaixo, o qual ocorrerá prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis posteriores apresentação da competente nota fiscal/fatura e, em anexo a esta, o Atestado de Fiscalização emitido por serviidor responsável pela fiscalização da contratação.
O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à contratada, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
Qualquer atraso acarretado por parte da contratada na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.
Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.
Nos casos de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:
I = (TX/100),
365

EM = I x N x VP,
assim apurado:

I = (6/100)
365

I = 0,00016438
Em que:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP= Valor da parcela em atraso.

A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela Contratada em conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.
DO REAJUSTE
Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da homologação do certame.
Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado,caso haja prorrogação da vigência, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela Câmara Municipal, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou outro indicador que o venha substituir, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a Câmara Municipal pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
.Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:.
der causa à inexecução parcial do contrato;
der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
der causa à inexecução total do contrato;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
praticar ato fraudulento na execução do contrato;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se jus- tificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penali- dade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Multa:
Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso na execução do objeto, de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até 10 (dez) dias, calculados sobre o valor da contratação, por ocorrência;
Moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30 (trigésimo) dia, com a possível rescisão da contratação;
Moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor de sua proposta no caso da licitante deixar de assinar o contrato, não celebrar o Contrato ou outro instrumento correspondente quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta.
A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Câmara Municipal (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Câmara Municipal ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida admi- nistrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comuni - cação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para a Câmara Municipal;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
A Câmara Municipal deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

DA FORMA E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA
O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

DO REGIME DE EXECUÇÃO
O regime de execução do contrato será o de **FORNECIMENTO** de produto, com serviço associado, com entrega **IMEDIATA**, observado os prazos, condições e procedimentos de entrega, ficando o pagamento condicionado à entrega da totalidade do objeto demandado, em conformidade com o tipo de empenho emitido.

DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO
Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
HABILITAÇÃO JURÍDICA

EMPRESÁRIO INDIVIDUAL: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

SOCIEDADE EMPRESÁRIA ESTRANGEIRA: Portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

SOCIEDADE SIMPLES: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

FILIAL, SUCURSAL OU AGÊNCIA DE SOCIEDADE SIMPLES OU EMPRESÁRIA: Inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

SOCIEDADE COOPERATIVA: Ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

HABILITAÇÃO TÉCNICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

HABILITAÇÃO TÉCNICA
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

Comprovação de aptidão paraa entrega de produtos semelhantes com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, dentre outros documentos.

QUALIFICAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1 (um);

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao SPED;

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

A exigência de baçanço patrimonial com indice de liquidez igual ou superior a 1 se justifica por se tratar de contratação por 12 (doze) meses, admitida a prorrogação, o que impõe a demonstração de que a empresa possui saúde financeira e operacional para estar disponível e atender satisfatriamete ao longo período contratual.
Obs: É possível a participação de empresa em Recuperação Judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. (TCU, Ac. 8.271/2011-2a Cam., DOU de 04.10.2011);
A empresa em recuperação judicial deve apresentar comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do artigo 58 da Lei Federal n° 11.101/2005.
Serão considerados aceitos como na forma da Lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:
publicados em Diário Oficial; ou
publicados em Jornal; ou
por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.
Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1.078, da Lei Federal nº 10.406/2002.
Os documentos relativos ao subitem anterior deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da sociedade empresária e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publi - cação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Conta- bilidade – CRC – são indispensáveis.
Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

DOS REQUISITOS PREVISTOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06
Para a ME ou EPP definida pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, a comprovação de sua condição/enquadramento deverá ser feita por meio de Certidão Simplificada ou Declaração de Enquadramento expedida pela Junta Comercial da sede da ME ou EPP, ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, ou qualquer outro documento idôneo que comprove a condição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme instrução normativa do DREI vigente à época.
Para o Microempreendedor Individual, sua condição de ME ou EPP, poderá ser comprovada através do CCMEI – Certificado da Condição do Microempreendedor Individual, documento que certifica que a empresa está aberta e comprova a sua inscrição no CNPJ e na Junta comercial do seu Estado.
Para a sociedade cooperativa equiparada à ME ou EPP, por meio de comprovação de que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do art. 3° da Lei Complementar n° 123, de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados.

DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
O custo estimado total da contratação é de R$ 75.323,04 (setenta e cinco mil, trezentos e vinte e três reais e quatro centavos), conforme custos expressos no levantamento de mercado realizado pela Equipe de Planejamento.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Elege-se o foro da comarca de Pirapora-MG,para dirimir eventuais dúvidas e omissões referentes a este Termo de Referência.
Não serão admitidos aditivos quantitativos às atas oriundas da presente contratação. Admitir-sr-á apenas a renovação do quantitativo, caso haja a renovação da vigência. Os aditivos qualitativos, contudo, serão permitidos, desde que atendidos aos demais preceitos da Lei de Licitações.
A tramitação da licitação deverá ocorrer através da Plataforma AMM Licita, com ID disponibilizado no Edital.

Pirapora, 22 de julho de 2026.

BRENDA CHRISTIAN BOTELHO LOPES
Assessora Especial da Mesa Diretora

Publicado por:
Marjorie Santos Siqueira
Código Identificador:BCC543B7

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

PREÂMBULO

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAPORA**, inscrita no CNPJ sob o nº 25.213.679/0001-28, com sede na Avenida Rodolfo Mallard, nº 331, Centro, Pirapora-MG, CEP: 39.270-074, neste ato representada por seu presidente, Itamar Alves Mota, brasileiro, vereador, inscrito no CPF sob o nº 001.034.666-06, torna público que, no local, data e horário abaixo indicado,realizará a abertura do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2026**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026**, regido pelo Sistema de Registro de Preços, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM,** com regime de execução de **FORNECIMENTO, MODO DE DISPUTA ABERTO, EXCLUSIVO PARA ME/EPP,** regido, no que couber, pelo Decreto Municipal n° 050/2023; pela Lei Federal nº 14.133/2021; pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014; pela Lei Municipal nº 2.537/2022; e demais condições fixadas neste Edital e seus Anexos.

O pregão será realizado pela Pregoeira, Marjorie Santos Siqueira, designada na Portaria nº 089/2026, tendo como Equipe de Apoio os servidores: Enilson Duarte dos Reis, Lumarte Marques de Abreu, Michelle dos Reis Oliveira Nascimento, Thiago Cardoso Silva e Victor Amorim Corrêa da Silva, todos designados pela Portaria nº 085/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h30min do dia 31/08/2026, no endereço eletrônico https://ammlicita.org.br/, horário de Brasília-DF, ID 107871.

1. DO OBJETO

Objetiva-se o**:** *Registro de Preços para futura e eventual aquisição de notebooks, computadores desktop e scanners profissionais, para atender às demandas da Câmara Municipal de Pirapora*.
A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
Valendo-se da discricionariedade, a Câmara Municipal de Pirapora não permitirá a adesão à ata de registro de preços oriunda da presente contratação, em razão da inviabilidade técnica para atuação como órgão gerenciador.
A presente licitação objetiva o registro de preços para aquisições frequentes, com base em quantitativos estimados, nos termos do art 51, I e IV, do Decreto Municipal nº 050/2023. A quantidade mínima a ser proposta deve atender à previsão de consumo da Câmara Municipal de Pirapora/MG, não sendo admitida cotação inferior.
A licitação ocorrerá de forma eletrônica, através do Portal AMM Licita.
Constituem objeto do presente edital os seguintes itens, quantitativos e valores estimados:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	COMPUTADOR PORTÁTIL TIPO *NOTEBOOK* COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: PROCESSADOR: INTEL® CORE™, NO MÍNIMO, I7, de 13ª GERAÇÃO OU AMD RYZEN 7, SÉRIE 5800 OU OUTRO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR, SISTEMA OPERACIONAL: WINDOWS 11 PRO;. MEMÓRIA RAM DE NO MÍNIMO:	**Unidade**	**04**	**R$ 7.862,20**	**R$ 31.448,80**

	16GB; TELA DE, NO MÍNIMO: 15,6" LED FHD, TN, WIDESCREENARMAZENA-MENTO: 500 GB SSD; CARREGADOR COMPATÍVEL COM O MODELO. As características do produto devem ser de fábrica, não se admitindo a abertura do equipamento para fins de adaptação de softwares e hardwares. **GARANTIA *ON SITE* DE 12 (DOZE) MESES.**				
02	SCANNER DE USO PROFISSIONAL, DUPLEX, COM CICLO DIÁRIO MÍNIMO DE 8.000 FOLHAS, DIGITALIZAÇÃO COLORIDA E PRETO/BRANCO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE DIGITALIZA-ÇÃO DE ATÉ 80 FOLHAS POR MINUTO. ALIMENTADOR AUTOMÁTICO PARA ATÉ 200 FOLHAS.	**Unidade**	**02**	**R$ 6.615,66**	**R$ 13.231,32**
03	COMPUTADOR DE MESA (*DESKTOP*): Processador: no mínimo, INTEL I7, 14ª geração; OU AMD RYZEN 7, compatível, para uso profissional. Placa de vídeo UHD Intel ou AMD Ryzen. Sistema Operacional, no mínimo, Wiindows 11 Pro para empresa. MEMÓRIA mínima de 16GB: 1 DE 16 GB, DDR5; Armazenamento mínimo: SSD de 512 GB PCIe NVMe M.2; Portas: Parte frontal contendo, no mínimo: 1 portas USB 2.0 (480Mbit/s) 1 porta USB 3.2 de 1ª geração (5Gbit/s). **Parte traseira contendo, no mínimo:** 1 porta USB 2.0 (480Mbit/s); 1 portas USB 3.2 de 1ª geração (5 Gbit/s); 1 porta HDMI 2.1 (TDMS); 1 porta Ethernet RJ45 (1Gbit/s); Wireless: no mínimo: Placa de Rede local sem fio (WLAN) Rede local com fio (LAN) Ethernet RJ45 Gigabit 10/100/1000 Mbps com Bluetooth® 5.4 O produto deverá vir com todas as configurações de fábrica. **GARANTIA *ON SITE* DE 12 (DOZE) MESES.**	**Unidade**	**04**	**R$ 7.660,72**	**R$ 15.321,44**

VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 75.323,04 (setenta e cinco mil, trezentos e vinte e três reais e quatro centavos).

2 – DA ÁREA SOLICITANTE

– Assessoria Especial da Mesa Diretora.

3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Nos termos do inciso I do Art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, a presente licitação é destinada exclusivamente à participação de ME, MEI, EPP e a elas equiparadas, em cada item do certame.
Consideram-se Micro, MEI e Pequenas Empresas aptas à participação no presente certame aquelas que preenchem os requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não se enquadrem em nenhum das situações descritas no Parágrafo 4º do referido Art. 3º.
Para fins de comprovação da condição de Micro, MEI ou Empresas de Pequeno Porte assim definidas aquelas que se enquadram na classificação descrita no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, a Licitante deverá apresentar declaração.
Não será admitido o cadastro de reserva de fornecedores por se tratar de faculdade da Administração, bem como pelo fato de que o sistema AMM Licita somente permite a homologação para um único vencedor, não havendo possibilidade de habilitação de outros fornecedores no momento da sessão. Ademais, não há ferramentas de gerenciamento de diversas atas na integração entre a Plataforma AMM Licita com o Sistema e-cidades no ato da homologação. Assim, caso haja descumprimento contratual, a decisão sobre a imperiosidade da realização de outra contratação será avaliada pela Presidência da Casa.
Poderão participar deste Pregão as empresas interessadas que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão e que atenderem aos requisitos de habilitação e da proposta de preços.

3.5. Não poderá participar do presente certame a empresa:
a)Estrangeiras que não funcionem no País;

b) Reunidas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

c)Suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com o Município de Pirapora-MG ou outro órgão/ente;

d)Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 10 da Lei nº 9.605/98;

e)Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;

f) Não consideradas microempresas ou empresas de pequeno porte nos termos da Lei Complementar n.º123/06, alterada pela Lei Complementar n.º147/14;

g) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

h) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessário;

i) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

j) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

k) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

l) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

m) Empresas que se enquadrem nas hipóteses de vedação ao nepotismo em contratações públicas previstas em orientações e decisões dos Tribunais de Contas, Tribunais de Justiça Superiores e recomendações de órgãos ministeriais;

n) O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os Servidores Municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer delas por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, inclusive ou por adoção, não poderão contratar com o Município, subsistindo a proibição até 6 (seis) meses após findas as respectivas funções.

3.6. Considerando que é ato discricionário da Câmara Municipal, diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto e que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio" nesta licitação.

3.7. A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital.

- DO CREDENCIAMENTO

O fornecedor deverá fazer sua adesão ao **PORTAL AMM LICITA**, acessando o seguinte endereço eletrônico: **https://ammlicita.org.br/**, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse e apresente a documentação e condições exigidas terá acesso ao Portal.

O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

O credenciamento da proponente junto ao **PORTAL AMM LICITA** implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no **PORTAL AMM LICITA** que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória pregão, em sua forma eletrônica.

A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

Informações complementares a respeito do credenciamento serão obtidas no site do ***Portal AMM Licita,*** não cabendo à Câmara Municipal solucionar eventuais problemas a ele relacionados.

O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da **Câmara Municipal de Pirapora** por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL AMM LICITA** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico do **PORTAL AMM LICITA**, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, acompanhada dos documentos de habilitação, até a data e o horário estabelecidos no preâmbulo, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação.

O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

As licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas inseridos no sistema eletrônico do **PORTAL AMM LICITA**, até a abertura da sessão pública da presente licitação, no dia e horário estabelecidos.

Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

Os documentos complementares à proposta, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, em formato digital.

A pregoeira poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhe atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.

Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico do **PORTAL AMM LICITA** durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

As Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

A licitante que se enquadre como Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP e que queira usufruir do tratamento privilegiado assegurado pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico do **PORTAL AMM LICITA**que cumpre os requisitos previstos no referido diploma legal, especialmente no seu art. 3º, sob as penas da lei, em especial as do art. 299, do Código Penal.

A falta da declaração de enquadramento da licitante como Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

A declaração falsa de enquadramento da licitante como Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP implicará a sua inabilitação quando a falsidade for constatada no curso do certame, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

As propostas de preço serão ofertadas com base no **MENOR PREÇO POR ITEM** do objeto licitado.

As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. A Câmara Municipal de Pirapora, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os seus resultados.

DA NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA PARA A ANÁLISE DE COMPATIBILIDADE QUANDO DO EXAME DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

As empresas interessadas deverão apresentar, juntamente com a proposta para cada item licitado, toda a documentação necessária a indicar o cumprimento das exigências Editalícias, como por exemplo: CATÁLAGOS, FOLHETOS TÉCNICOS, *FOLDERS* e PROSPECTOS.

A documentação específica deverá estar acompanhada do endereço da respectiva página na *web* do fabricante, com vistas à conferência e constatação das especificações técnicas referentes aos equipamentos ofertados.

Os catálogos, folhetos técnicos, *folders*, prospectos e páginas na *web*, deverão ser apresentado sem formatos perfeitamente legíveis, incluindo-se as figuras, para que possam ser comprovadas claramente as informações contidas na proposta com as especificações técnicas dos equipamentos.

As propostas apresentadas sem **ao menos 01 (uma) documentação específica comprobatória dos requisitos técnicos, serão sumariamente DESCLASSIFICADAS**.

Na hipótese em que os catálogos, folhetos técnicos, *folders*, prospectos ou páginas na *web* apresentadas não demonstrarem de plano a adequação dos equipamentos ofertados com a configuração/especificação exigida, poderão ser realizadas diligências adicionais pela pregoeira para comprovar se as especificações técnicas dos equipamentos ofertados estão de acordo com as informações contidas nas propostas e se atendem às exigências do Edital.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento no sistema eletrônico do **PORTAL AMM LICITA**, dos seguintes campos:

Valor unitário e valor total dos itens;
Marca e modelo;
Descrição detalhada do objeto, contendo as informações especificadas no Edital e no Termo de Referência indicando, no que for aplicável, a marca, o modelo, o prazo de validade ou de garantia, quando for o caso;

O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital.

Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a **CONTRATADA**.

Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam, direta ou indiretamente, na execução dos serviços e no fornecimento dos equipamentos, os quais ficarão a cargo, única e exclusivamente, da **CONTRATADA**.

Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos,** contados da data de sua apresentação**.**

Caso esse prazo não esteja expressamente indicado ou a proposta apresente prazo de validade inferior a 90 (noventa) dias, a mesma não será desclassificada e será considerado o prazo de 90 (noventa) dias para efeito de julgamento.

Caso a empresa que apresentou a proposta com prazo de validade inferior a 90 (noventa) dias seja a vencedora do certame, obrigatoriamente, no momento da apresentação de sua proposta readequada, deverá constar prazo de validade não inferior a 90 (noventa) dias.

Serão aceitas propostas para um ou mais itens, assim como para a totalidade dos mesmos, sendo que a licitante somente deverá oferecer uma proposta.

Serão desclassificadas as propostas que, nos termos do art. 59, da Lei Federal n° 14.133/2021:

Contiverem vícios insanáveis;
Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital;
Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Câmara Municipal de Pirapora;
Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital, desde que insanável.

O VALOR GLOBAL DA PROPOSTA DEVERÁ CORRESPONDER AO SOMATÓRIO DOS PREÇOS TOTAIS DO ITEM OFERTADO, QUE, POR SUA VEZ, SERÁ O RESULTADO DA MULTIPLICAÇÃO DO PREÇO UNITÁRIO DO ITEM POR SUA QUANTIDADE, EXPRESSO EM NUMERAL E POR EXTENSO.

Os valores devem ser cotados em moeda nacional com 2 (duas) casas decimais após a vírgula.

As propostas não poderão impor condições ou conter opções.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

O CRITÉRIO DE JULGAMENTO SERÁ O DE MENOR PREÇO POR ITEM.

6.16. Para fins de aceitabilidade das propostas, serão considerados válidos preços que não ultrapassem 10% (dez) por cento, do preços médios unitários aferidos.
6.17. Ao final da etapa de lances, os preços unitários ofertados pelos proponentes não poderão ser superiores aos preços unitários levantados pela Câmara Municipal de Pirapora

7-DA HABILITAÇÃO

O julgamento da habilitação se processará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

Documentação relativa à habilitação jurídica;
Documentação relativa à habilitação fiscal;
Documentação relativa à habilitação social e trabalhista;
Documentação relativa à habilitação econômica–financeira;
Documentação relativa à qualificação técnica;
Documentação relativa ao cumprimento dos requisitos previstos na Lei Complementar n° 123/2006.
Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no Portal AMM Licita e ainda nos seguintes cadastros:

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União, através do link: Ceis – Portal da transparência (portaldatransparencia.gov.br);
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), através do link: Cnep – Portal da transparência (portaldatransparencia.gov.br)
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), através do link: Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (cnj.jus.br)

Para fins de habilitação, será observado o preenchimento **"SIM OU NÃO"**, em campo próprio do sistema eletrônico do **PORTAL AMM LICITA**, das declarações constantes nos subitens do **item 3.5** deste Edital.

Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

A pregoeira poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros e falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, com vistas ao saneamento, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

DOCUMENTOS QUE DEVERÃO SER APRESENTADOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;
Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício;
Cédula de Identidade e Registro Comercial, no caso de empresário individual;
A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.
Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

DOCUMENTOS QUE DEVERÃO SER APRESENTADOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado, com os mesmos efeitos da CNDT, se verificada a existência de débitos garantidos por penhora suficiente ou com exigibilidade suspensa, instituída pela Lei nº 12.440/2011.
O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Câmara Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.
A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo do disposto no art. 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

DOCUMENTOS QUE DEVERÃO SER APRESENTADOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);
Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1 (um);
As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao SPED;
As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
A exigência de baçanço patrimonial com indice de liquidez igual ou superior a 1 se justifica por se tratar de contratação por 12 (doze) meses, admitida a prorrogação, o que impõe a demonstração de que a empresa possui saúde financeira e operacional para estar disponível e atender satisfatriamete ao longo período contratual.
É possível a participação de empresa em Recuperação Judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. (TCU, Ac. 8.271/2011-2a Cam., DOU de 04.10.2011);
A empresa em recuperação judicial deve apresentar comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do artigo 58 da Lei Federal n° 11.101/2005.

Serão considerados aceitos como na forma da Lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:
publicados em Diário Oficial; ou
publicados em Jornal; ou
por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.
Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1.078, da Lei Federal nº 10.406/2002.

Os documentos relativos ao subitem anterior deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da sociedade empresária e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publi - cação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Conta- bilidade – CRC – são indispensáveis.
Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

– QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho a contento de objeto semelhante.
Não será admitida a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.
Os Atestados ou certidões recebidas estão sujeitos à verificação da pregoeira e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos arts. 169, § 3º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e 337–F do Código Penal.
O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legi- timidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Câmara Municipal e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS PREVISTOS NA LEI COMPLEMENTAR N° 123/2006:

Para a ME ou EPP definida pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, a comprovação de sua condição/enquadramento deverá ser feita por meio de Certidão Simplificada ou Declaração de Enquadramento expedida pela Junta Comercial da sede da ME ou EPP, ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, ou qualquer outro documento idôneo que comprove a condição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme instrução normativa vigente à época.
Para o Microempreendedor Individual, sua condição de ME ou EPP, poderá ser comprovada através do CCMEI – Certificado da Condição do Microempreendedor Individual, documento que certifica que a empresa está aberta e comprova a sua inscrição no CNPJ e na Junta comercial do seu Estado.

Para a sociedade cooperativa equiparada à ME ou EPP, por meio de comprovação de que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do art. 3° da Lei Complementar n° 123, de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados.

DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

Os documentos relacionados nos itens anteriores, quando possível, terão sua autenticidade certificada junto aos "sites" dos órgãos emissores ou de certificação, para fins de habilitação.
A verificação pelo órgão ou entidade promotora da licitação nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser (condição válida, também, para pagamento dos serviços, se for o caso):

se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou

se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

As Microempresas – ME e as Empresas de Pequeno Porte – EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que estes apresentem alguma restrição.
Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Câmara Municipal, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.
A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido à pregoeira.
Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.
A não regularização da documentação, no prazo previsto neste subitem, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Câmara Municipal convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
Não será inabilitado o licitante que apresentar documento com a validade expirada, desde que seja possível a verificação/atualização de sua validade via internet, através dos sítios eletrônicos dos órgãos emissores, na fase de habilitação. Todavia, ficará sob sua inteira responsabilidade a acessibilidade aos ditos documentos, podendo a impossibilidade de realização da consulta acarretar sua inabilitação.
SE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO NÃO ESTIVER COMPLETA OU CONTRARIAR QUALQUER DISPOSITIVO DESTE EDITAL, A PREGOEIRA CONSIDERARÁ A LICITANTE INABILITADA.
Não tendo a sociedade empresária classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada, então, a sociedade empresária seguinte na ordem de classificação.
Se o detentor da melhor proposta desatender às exigências previstas neste Edital será inabilitado e a pregoeira examinará as ofertas subsequentes e a habilitação do licitante seguinte, na ordem de classificação, até a seleção daquela que atenda ao Edital, cujo ofertante será declarado vencedor.
CONSTATADO O ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO FIXADAS NO EDITAL, O LICITANTE SERÁ DECLARADO VENCEDOR.
A pregoeira poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
É FACULTADO À PREGOEIRA OU À AUTORIDADE SUPERIOR, EM QUALQUER FASE DESTE PREGÃO, A PROMOÇÃO DE DILIGÊNCIA DESTINADA A ESCLARECER OU COMPLETAR A INSTRUÇÃO DO PROCESSO, VEDADA A INCLUSÃO POSTERIOR DE INFORMAÇÃO OU DE DOCUMENTOS QUE DEVERIAM CONSTAR ORIGINARIAMENTE DA PROPOSTA OU DA DOCUMENTAÇÃO.
É FACULTADO À PREGOEIRA OU À AUTORIDADE SUPERIOR, EM QUALQUER FASE DESTE PREGÃO SOLICITAR AOS SETORES COMPETENTES A ELABORAÇÃO DE PARECERES TÉCNICOS DESTINADOS A FUNDAMENTAR SUAS DECISÕES.
Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após a análise da proposta e da documentação habilitatória, tais documentos deverão ser apresentados em formato digital, exclusivamente via PORTAL AMM LICITA, observado o prazo de até 02 (duas) horas, contadas da solicitação da pregoeira no "*chat*" do sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA.
Para fins de habilitação, é facultada à Pregoeira a verificação das informações e a obtenção de documentos que constem de sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas Municipal, Estadual e Federal, emissores de certidões, devendo ser tais documentos juntados ao processo.
O sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA gerará ata circunstanciada da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, disponível para consulta em: tps://ammlicita.org.br/.

10.DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio do sistema eletrônico do **PORTAL AMM LICITA**, na data, horário e local indicados neste Edital.
A pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas neste Edital e seus anexos
Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema eletrônico do **PORTAL AMM LICITA** com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo na fase de aceitação.
O sistema eletrônico do **PORTAL AMM LICITA** ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

O sistema eletrônico do **PORTAL AMM LICITA** disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a pregoeira e os licitantes, no caso de diligência.

Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico do **PORTAL AMM LICITA**, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

O julgamento das propostas será feito pelo **MENOR VALOR POR ITEM.**

Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema eletrônico do **PORTAL AMM LICITA**.

O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, **SERÁ DE R$ 0,50 (CINQUENTA CENTAVOS DE REAL).**

Será adotado, para o envio de lances no pregão eletrônico, o **MODO DE DISPUTA "ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico do **PORTAL AMM LICITA** quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema eletrônico do **PORTAL AMM LICITA** ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), poderá a pregoeira assessorada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
No caso de desconexão com a pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico do **PORTAL AMM LICITA** poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízo dos atos realizados.
Quando a desconexão do sistema eletrônico do **PORTAL AMM LICITA** para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato pela pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta
As propostas de Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada, onde estará configurado o empate previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar nº 123/06.
A melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema eletrônico do **PORTAL AMM LICITA**, contados após a comunicação automática para tanto.
Apresentado novo lance pela ME ou EPP, nos termos do subitem anterior e, atendidas as exigências habilitatórias, o objeto do certame será adjudicado em seu favor.
Caso a Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no subitem anterior, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

Na hipótese da não contratação da ME ou EPP, o objeto licitado será adjudicado à licitante detentora da proposta originalmente vencedora da etapa de lances**.**

– Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto na ordem do art. 60, da Lei Federal nº 14.133/2021, nesta ordem:

Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos Lei Federal nº 14.133/2021;

Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

Para fins do disposto no subitem anterior, a pregoeira poderá abrir diligências para solicitar a documentação dos licitantes empatados, nos moldes do referido artigo.

. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

Empresas brasileiras;

Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

– Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico do **PORTAL AMM LICITA**, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico do **PORTAL AMM LICITA** podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
Nos itens não exclusivos para a participação de Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, sempre que a proposta não for aceita, e antes de a pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema eletrônico do **PORTAL AMM LICITA** da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
Será respeitado o prazo de até **02 (duas) horas**, contado da solicitação da pregoeira no sistema eletrônico do **PORTAL AMM LICITA**, para envio da proposta readequada e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.
– É facultado à pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante.
– Após a negociação do preço, a pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DIREITO DE PREFERÊNCIA

Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14, da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.
A verificação das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, será feita mediante a consulta aos seguintes cadastros:

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União, através do link: Ceis – Portal da transparência (portaldatransparencia.gov.br)

Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), através do link: Cnep – Portal da transparência (portaldatransparencia.gov.br)

Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), através do link: Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (cnj.jus.br)

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

– Constatada a existência de sanção, nos moldes legais, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

– Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado no Edital, desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

– Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

– Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

– Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a Pregoeira verificará se faz jus ao benefício.

Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

A pregoeira,, subsidiada pelos setores competentes, examinará a aceitabilidade da melhor oferta, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

Será desclassificada a proposta vencedora que:

contiver vícios insanáveis;

não obedecer às especificações técnicas contidas neste edital e no Termo de Referência;

apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanável.
Havendo necessidade, a pregoeira suspenderá a sessão, informando no "*chat*" do sistema eletrônico do **PORTAL AMM LICITA** a nova data e horário para a sua continuidade.
Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas e documentos de habilitação, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema eletrônico do **PORTAL AMM LICITA** com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a pregoeira verificará a habilitação do proponente, observado o disposto neste Edital.

12.DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA READEQUADA E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Após a etapa competitiva, o detentor da melhor proposta, independentemente de alteração do valor da proposta inicial, deverá encaminhar, exclusivamente via **PORTAL AMM LICITA,** no prazo de até **02 (duas) horas**, contados a partir da solicitação da pregoeira no "*chat*" do sistema eletrônico do **PORTAL AMM LICITA**, proposta comercial readequada e, se necessário, em igual prazo, após oportuna solicitação da pregoeira, eventuais documentos complementares.
A proposta readequada deverá ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo proponente ou seu representante legal.

Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
A proposta readequada deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução da contratação e aplicação de eventual sanção à **CONTRATADA**, se for o caso.
Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a **CONTRATADA**.
Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.
Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

DO RECURSO

13.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP se for o caso, a Pregoeira fixará o prazo para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, exclusivamente em campo próprio do sistema eletrônico do **PORTAL AMM LICITA.**
13.2. Havendo quem se manifeste, caberá à Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
13.3. Nesse momento, a pregoeira não entra no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
13.4. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
13.5. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **03 (três) dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico do **PORTAL AMM LICITA**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, também pelo sistema eletrônico do **PORTAL AMM LICITA**e m outros **03 (três) dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico do **PORTAL AMM LICITA** observados os prazos estabelecidos no subitem anterior.

Os recursos serão dirigidos à pregoeira, que poderá reconsiderar seu ato no prazo de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, nos moldes do art. 165, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Poderá ocorrer pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico, nos moldes do inciso II, do art. 165, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

O recurso será dirigido à pregoeira, que, não reconsiderando sua decisão, irá fazê-lo subir, acompanhado de informações, para decisão do **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,** a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente e o acolhimento do recurso importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

No tocante aos recursos relativos às sanções administrativas, devem ser observadas as disposições dos arts. 165 a 168, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

O resultado do recurso será disponibilizado no **PORTAL AMM LICITA.**

14.DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

A sessão pública poderá ser reaberta:

Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

– A convocação se dará por meio do "*chat*" do sistema eletrônico do **PORTAL AMM LICITA**, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15.DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO, DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DA VIGÊNCIA, DA NEGOCIAÇÃO, ALTERAÇÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Após a declaração do vencedor da licitação e decididos os recursos eventualmente interpostos, o Processo Licitatório será encaminhado ao **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAPORA** que poderá adjudicar o objeto da licitação à licitante vencedora e homologar o procedimento licitatório.
Após o julgamento da proposta e a homologação do certame será lavrada a Ata de Registro de Preços, assinada pelo **Presidente da Câmara Municipal** e pelas licitantes vencedoras.

APÓS A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DA LICITAÇÃO, RESPEITADA A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO E O NÚMERO DE FORNECEDORES A TEREM SEUS PREÇOS REGISTRADOS, A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAPORA CONVOCARÁ OS LICITANTES CLASSIFICADOS EM CADA ITEM, PARA ASSINAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, NO PRAZO DE ATÉ 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS, A CONTAR DA DATA DA CONVOCAÇÃO, OBSERVADO O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA, SOB PENA DE DECAIR DO DIREITO A TER SEU PREÇO REGISTRADO.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

O **DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES** poderá encaminhar ao adjudicatário a Ata de Registro de Preços, por intermédio do e-mail informado em sua proposta, para que, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da convocação, seja o referido instrumento assinado por meio de assinatura digital válida, ou devolvido através de via postal.

15.6.O **DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES** não se responsabilizará pelo não recebimento da Ata de Registro de Preços encaminhada para o e-mail informado na proposta, devendo o proponente mantê-lo em condições de receber as mensagens que lhe forem encaminhadas relativas ao presente certame. Em caso de fato superveniente que venha a inviabilizar o recebimento de e-mails, deverá o proponente, em tempo hábil, comunicar à Câmara Municipal.
15.7. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes neste Edital, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições pactuadas.
15.8. Se os licitantes classificados, convocados dentro do prazo de validade de suas propostas, deixarem de assinar a ARP, não tendo solicitado prorrogação de prazo com justificativa aceita pela Câmara Municipal, a Diretoria de Licitações dverá se unir com a autoridade máxima da Casa para deliberar sobre eventual possibilidade de reabertura da sessão com exame das propostas subsequentes ou abertura de novo certame.
15.9. A Ata de Registro de Preços – ARP não será objeto de reajuste antes do interregno de 12 meses.

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer aditivos qualitativos, revisionais por áleas extraoridnárias e de prorrogação de vigência, atendidas as demais condições da Lei de Licitações.

Os preços registrados deverão ser atualizados periodicamente a fim de verificar a vantajosidade do preço registrado em relação ao preço de mercado, conforme art. 82, §5º, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

O preço registrado poderá ser revisto de ofício pelo órgão ou pela entidade gerenciadora em decorrência de eventual redução do valor praticado no mercado ou de fato que eleve o custo do item registrado.

A alteração dos preços registrados deverá ser publicada no Diário Oficial Eletrônico do Legislativo.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador o cancelamento de seu preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que o impossibilite de cumprir o compromisso.

Para fins do disposto no caput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro de fornecedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Departamento de Contratos convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços registrados aos valores praticados pelo mercado.
Não havendo êxito nas negociações, deverá proceder o cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
Quando o preço registrado se tornar inferior ao preço praticado no mercado, será facultado ao fornecedor requerer ao Departamento de Licitações para negociar a majoração do preço registrado.
As alterações de preços em ata obedecerão às seguintes regras:

– o preço registrado na Ata não poderá ultrapassar o praticado no mercado;

– o órgão ou a entidade gerenciadora poderá conceder aumento do preço registrado na Ata, mediante pedido fundamentado do detentor da ARP, devidamente instruído com os documentos necessários à comprovação dos fatos alegados, devendo obedecer ao que se segue:

manter a diferença percentual apurada na época da licitação entre o preço ofertado pelo licitante e o preço de mercado;

considerar o valor solicitado pelo detentor da ARP como o máximo a ser concedido para a alteração;

poder deferir valor menor daquele solicitado pelo detentor.

O indeferimento total ou parcial do pedido de alteração não desobriga o detentor do compromisso assumido nem o exime do cancelamento de seu registro de fornecedor e da aplicação de eventuais penalidades administrativas por descumprimento da ARP.

O fornecedor não será liberado do compromisso assumido ainda que os preços de mercado se tornem superiores ao registrado.

A Câmara Municipal poderá cancelar o registro de preços do fornecedor, total ou parcialmente, observados o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

Descumprimento parcial ou total, por parte do fornecedor, das condições da ARP sem motivo justificado;

Quando o fornecedor não atender à convocação para firmar as obrigações contratuais decorrentes do registro de preços, não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Câmara Municipal, sem justificativa razoável;

Não aceitar manter seu preço registrado quando houver indeferimento total ou parcial do pedido de alteração;

Sofrer sanção prevista nos incisos III e IV, do caput do art. 156, da Lei nº 14.133/2021;

Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato decorrente da ARP; ou

Não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados no mercado, sendo que, neste caso, não haverá aplicação de penalidades administrativas;
Por razões de interesse público, devidamente comprovado em Processo Administrativo próprio;

A pedido do fornecedor, em caso de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado e justificado; ou

Se não houver êxito nas negociações;
Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Câmara Municipal;

Por ordem judicial.

O cancelamento, pela Câmara Municipal, de preço registrado, será precedido de regular Processo Administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

A comunicação do cancelamento de preço registrado será formalizada por despacho da Câmara Municipal, publicada no Órgão de Imprensa Oficial do Poder Legislativo Municipal e divulgado no site: www.pirapora.mg.leg.br juntando-se o comprovante nos autos do presente registro de preços.
O cancelamento da ARP não afasta a necessidade de apuração de responsabilidade do fornecedor, quando este der causa ao cancelamento.

A contratação com o detentor da ARP, caso seja celebrada, será formalizada por emissão de Nota de Empenho.

A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TERÁ A VIGÊNCIA DE UM ANO, CONTADO DO PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE À DATA DE DIVULGAÇÃO NO PNCP.
A ata de registro de poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.
A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.
A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os quantitativos mencionados são apenas para efeito de limites máximos. A Câmara Municipal reserva-se no direito de contratar as quantidades conforme sua necessidade durante o período de vigência da referida Ata.

DO REGIME, DO PRAZO E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

O fornecimento do objeto será de forma PARCELADA, conforme demanda requisitada.

Prazo máximo de entrega será de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento pela Contratada da ordem de fornecimento, após a assinatura da Ata de Registro de Preços.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 1 (um) dia de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Os bens deverão ser entregues definitivamente no seguinte endereço: Câmara Municipal de Pirapora-MG, situada na Avenida Rodolfo Mallard, nº 331, Centro, Pirapora-MG, CEP: 39.270-074. Em dias úteis, no horário de 8 às 14 horas.

Os produtos serão recebidos provisoriamente e definitivamente, nas condições descritas no Termo de Referência.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da contratação.

17– DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal n.º 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
As comunicações entre a Câmara Municipal e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, utilizando-se, preferencialmente, o meio digital para envio e recebimento de informações, admitindo-se inclusive o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
Sempre que necessário, a Câmara Municipal poderá convocar representante da empresa para prestar esclarecimentos ou adotar providências urgentes ou que devam ser cumpridas de imediato.
A execução da Contratação será fiscalizada pelos fiscais elencados na Portaria nº 082/2025, observado o despacho de abertura quanto à designação especiífica.
O fiscal da contratação acompanhará a execução da contratação, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
O fiscal da contratação anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução da contratação com a descrição do que for necessário para a regularização dasfaltas ou dos defeitos observados. (Lei Federal n.º 14.133/2021, art. 117, §1º).
Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal da contratação emitirá notificações para a correção da execução da contratação, determinando prazo para a correção.
O fiscal da contratação informará ao gestor da contratação, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da contratação nas datas aprazadas,o fiscal da contratação comunicará o fato imediatamente ao gestor da contratação.
O fiscal da contratação comunicará ao gestor da contratação, em tempo hábil, o término da contratação sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
O fiscal da contratação verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e as glosas, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal da contratação atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da contratação para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

DA GESTÃO DO CONTRATO
18.1.A gestão da contratação será feita pela Diretoria de Contratos, que coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da contratação contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da contratação, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
O gestor da contratação acompanhará os registros realizados pelos fiscais da contratação, de todas as ocorrências relacionadas à execução da contratação e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
Igualmente,acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
Caberá ao gestor da contratação emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratação, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
O gestor da contratação tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal n.º 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
Entregar os equipamentos de acordo com as quantidades e condições estabelecidas.
Entregar os equipamentos na Sede da Câmara Municipal dentro do horário de expediente determinado para o recebimento.
Entregar os equipamentos em perfeito estado de funcionamento, prontos para o uso imediato, sem marcas, amassados, arranhões ou quaisquer outros problemas físicos.
Substituir às suas expensas, os objetos nos quais forem detectados defeitos, vícios ou que não se adequarem às especificações da Ata de Registro de Preço ou na Proposta Adjudicatória.

Respeitar os prazos fixados.
Responder por quaisquer danos que por sua culpa ou dolo venham ser causados à Câmara Municipal ou a terceiros, durante o fornecimento dos objetos, inclusive, por atos praticados pelos seus funcionários, ficando assim, afastada qualquer responsabilidade da Câmara Municipal.
Manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da contratação, bem como reapresentar os documentos com prazo de validade expirado.
Garantir que os equipamentos venham acompanhados da documentação completa e atualizada que seja necessária à sua operação (manuais, catálogos, *folders*, termos de garantia).
Providenciar para que os equipamentos de informática fornecidos possuam garantia integral durante o prazo de validade contra qualquer defeito de fabricação, incluindo avarias no transporte até o local de entrega mesmo após sua aceitação pelo fiscalizador do contrato, ficando às expensas da Contratada a substituição dos equipamentos que apresentarem anomalias, vícios ou defeitos.
Providenciar para que os computadores do tipo *notebook* e do tipo *desktop* possuam garantia *on-site* de 12 (doze) meses pela fabricante.
Não transferir ou ceder a presente contratação, no todo ou parte, nem subcontratar a execução do seu objeto, a não ser com prévia e expressa autorização, por escrito, da Câmara, sob pena de rescisão da contratação.
Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, bem como as cláusulas da Ata de Registro de Preço, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria dos resultados obtidos, preservando a Câmara Municipal de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da Contratada.

DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Assegurar ao pessoal da contratada, devidamente identificado, o acesso ao local de entrega dos objetos na Sede da Câmara Municipal de Pirapora, respeitadas suas normas internas e dentro do horário de expediente determinado para o recebimento dos equipamentos.
Comunicar à contratada qualquer irregularidade no fornecimento dos equipamentos de informática e, se for o caso, interromper imediatamente o seu fornecimento.
Solicitar à contratada a substituição dos equipamentos de informática que não se adequarem às especificações .
Assegurar ao pessoal da contratada, devidamente identificado, o acesso para retirada/devolução dos equipamentos de informática que não apresentarem condições de serem utilizados ou que tenham sido rejeitados.
Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela contratada.
Efetuar os pagamentos devidos a cada ordem de fornecimento emitida.

DAS DESPESAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A dotação a ser utilizada na presente contratação é a: 4.4.90.52.19 Equipamento de processamento de dados Reduzido: 4361.
Deverão ser observadas todas as condições de liquidação e pagamento previstos no Termo de Referência, peça obrigatóriamente anexa a este Edital.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa a licitante ou adjudicatária que, nos termos do art. 155, da Lei Federal n° 14.133/2021:

der causa à inexecução parcial da contratação;

der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Câmara Municipal, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

der causa à inexecução total da contratação;

deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

não celebrar o Contrato, deixar de assinar a Ata de Registro de Preços, a Nota de Empenho ou outro instrumento correspondente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se jus- tificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penali- dade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Multa:

Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso na execução do objeto, de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até 10 (dez) dias, calculados sobre o valor da contratação, por ocorrência;
Moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30 (trigésimo) dia, com a possível rescisão da contratação;
Moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor de sua proposta no caso da licitante deixar de assinar o contrato, não celebrar o Contrato ou outro instrumento correspondente quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta.
A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Câmara Municipal (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Câmara Municipal ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida admi- nistrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comuni - cação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para a Câmara Municipal;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
A Câmara Municipal deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

23– CONDIÇÕES GERAIS

Serão utilizados, para a realização deste certame, recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes, com plena visibilidade para a pregoeira e total transparência dos resultados para a sociedade, através da **Rede Mundial de Computadores – INTERNET**.
A realização do procedimento estará a cargo do **DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES** e da Administradora do Pregão Eletrônico, o **PORTAL AMM LICITA**, entidade contratada para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.
Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico do **PORTAL AMM LICITA,** a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital.
O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema eletrônico do portal para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto ou serviço negociado.
Incumbirá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico do **PORTAL AMM LICITA** durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema eletrônico do **PORTAL AMM LICITA** ou de sua desconexão.
Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e ou apresentarem proposta relativa ao presente Pregão.
No julgamento das propostas e da habilitação, a pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas e documentos de habilitação, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema eletrônico do **PORTAL AMM LICITA** com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em Ata.
- Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico do **PORTAL AMM LICITA.**
Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela pregoeira.
A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento, observadas as disposições do art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.
O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
O **Presidente da Câmara Municipal**, poderá revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.
A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.
No interesse da Câmara Municipal, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

adiada sua abertura;

alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Pirapora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto ao DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES pelo telefone38- 3741-2011, em dias úteis, no horário de 08:00 as 14:00.

Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela **DIRETORIA DE LICITAÇÕES,** podendo ser assessorados pelos setores competentes, obedecida a legislação vigente.

O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este Edital poderão ser consultados no endereço eletrônico **https://ammlicita.org.br/**,que será atualizado a cada nova etapa do pregão.

Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;
ANEXO III– MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pirapora, 03 de agosto de 2026.

ITAMAR ALVES MOTA
Presidente da Câmara Municipal de Pirapora

Publicado por:
Marjorie Santos Siqueira
Código Identificador:EBF1A77D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BARROSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ADJUDICAÇÃO

Termo de Adjudicação do Pregão EletrônicoNº 0051/2026
Após averiguar o resultado do Pregão n°0051/2026 referente ao processo 00014826, a autoridade competente, Sr(a) ANDERSON GERALDO DE PAULA, ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação.
Resultado da Adjudicação

Item	Produto	Fornecedor	Marca	Melhor oferta	Estimado	Economia	Data adjudicação
1	Item - AMBU REANIMADOR MANUAL SILICONE ADULTO	A a Z Saúde Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares Eireli	MEDIX / ADULTO	125,00	241,37	48,21%	18/08/2026
2	Item - AMBU REANIMADOR MANUAL SILICONE INFANTIL	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	LUKEMEDICAL / INFANTIL	130,00	220,35	41,00%	18/08/2026
3	Item - AMBU REANIMADOR MANUAL SILICONE NEONATAL	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	FARMATEX / NEONATAL	130,00	223,58	41,86%	18/08/2026
4	Item - APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL ADULTO OBESO	minas saúde e conforto distribuidora ltda	ACCUMED/PREMIUM	79,00	126,62	37,61%	18/08/2026
5	Item - APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL ADULTO	minas saúde e conforto distribuidora ltda	ACCUMED/PREMIUM	58,00	122,73	52,74%	18/08/2026
6	Item - APARELHO DE PRESSÃO DIGITAL AUTOMÁTICO BRAÇO	A a Z Saúde Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares Eireli	ARM STYLE / DIGITAL	64,00	129,55	50,60%	18/08/2026
7	Item - APARELHO DE PRESSÃO NEONATAL	RJN Comercio de Maquinas, Aparelhos e Equipamentos Ltda	PREMIUM	90,00	127,62	29,48%	18/08/2026
8	Item - APARELHO P/ LASERTERAPIA E TERAPIA FOTODINÂMI	A a Z Saúde Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares Eireli	IBRAMED / LASERPULSE + 660. 808 NM	4.100,00	4.763,87	13,94%	18/08/2026
9	Item - AUTOCLAVE ANALÓGICA 21 LITROS INOX	F5 DISTRIBUIDORA LTDA	DIGITALE	4.880,00	6.249,41	21,91%	18/08/2026
10	Item - AUTOCLAVE FLEX 75 LITROS BRANCO	F5 DISTRIBUIDORA LTDA	DIGITALE	9.890,00	10.555,50	6,30%	18/08/2026
11	Item - AUTOCLAVE VERTICAL ANALÓGICA P/ LAB. 18 L	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	BS / VERTICAL	4.900,00	11.323,00	56,73%	18/08/2026
12	Item - BALANÇA ANTROPOMÉTRICA PARA OBESOS	K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP	LIDER	1.165,00	2.046,86	43,08%	18/08/2026
13	Item - BALANÇA DIGITAL ADULTO C/ RÉGUA ANTROP. 200KG	K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP	LIDER	895,00	1.641,52	45,48%	18/08/2026
14	Item - BALANÇA DIGITAL DE CONTROLE CORPORAL BIOIMPED	A a Z Saúde Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares Eireli	ORIGINAL / BIOIMPEDÂNCIA	650,00	931,73	30,24%	18/08/2026
15	Item - BALANÇA DIGITAL PARA BEBÊ 25KG	K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP	LIDER	599,00	845,44	29,15%	18/08/2026

16	Item - BALANÇA DIGITAL PORTÁTIL	K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP	LIDER	1.200,00	1.464,25	18,05%	18/08/2026
18	Item - BANDEJA EM INOX HOSPITALAR	A a Z Saúde Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares Eireli	ARTINOX / 31.5X21X4 CM	93,91	93,91	0%	18/08/2026
20	Item - BISTURI ELETRICO (ATÉ 150 W)	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	EMAI / BP	5.500,00	7.599,33	27,63%	18/08/2026
21	Item - CADEIRA DE RODAS P/ OBESO	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	PROLIFE / PLUS	1.150,00	1.477,50	22,17%	18/08/2026
22	Item - CADEIRA DE BANHO SIMPLES.	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	DELLAMED / D30	200,00	367,52	45,58%	18/08/2026
23	Item - CADEIRA DE RODAS 40CM	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	PROLIFE / SIMPLES	600,00	1.411,67	57,50%	18/08/2026
24	Item - CADEIRA DE RODAS INFANTIL	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	PROLIFE / INFANTIL	800,00	1.016,36	21,29%	18/08/2026
26	Item - CARRO DE CURATIVOS	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	LIFENOX / CURATIVO	850,00	873,78	2,72%	18/08/2026
27	Item - CARRO DE EMERGÊNCIA COM 4 GAVETAS	RJN Comercio de Maquinas, Aparelhos e Equipamentos Ltda	ORTOMED	3.300,00	3.344,04	1,32%	18/08/2026
28	Item - CONCENTRADOR DE OXIGENIO 5LPM	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	YUWELL / 7F5B	3.000,00	3.212,50	6,61%	18/08/2026
30	Item - CRIOCAUTÉRIO	V.L. FUZETI - COMERCIAL	NITROSPRAY	4.900,00	5.012,42	2,24%	18/08/2026
31	Item - DEA BÁSICO (C/ BATERIA RECARREGÁVEL)	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	CMOS DRAKE / ALIVE	6.520,00	6.989,60	6,72%	18/08/2026
32	Item - DEIONIZADOR	MARTE EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIO LTDA	PROPRIA	1.480,00	1.528,05	3,14%	18/08/2026
33	Item - DESTILADOR DE ÁGUA	MARTE EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIO LTDA	PROPRIA	2.435,00	2.314,34	-5,21%	18/08/2026
34	Item - DETECTOR FETAL DE MESA	BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	VCOMIN	580,00	1.059,90	45,28%	18/08/2026
36	Item - DOPPLER VASCULAR DE MESA BIVOLT	BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	VCOMIN	1.380,00	1.703,32	18,98%	18/08/2026
37	Item - ELETROCARDIÓGRAFO DIGITAL PORTÁTIL	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	CONTEC / ECG	3.700,00	12.242,88	69,78%	18/08/2026
38	Item - EQUIPAMENTO PARA TESTE ERGOMÉTRICO	MASTER COMERCIO DE EQUIPAMENTO LTDA	Inbramed HW	96.790,00	97.000,00	0,22%	18/08/2026
39	Item - ESCADA DOIS DEGRAUS	V.L. FUZETI - COMERCIAL	MORIVITA	115,00	251,72	54,31%	18/08/2026
40	Item - ESFIGMOMANÔMETRO ANERÓIDE ADULTO	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	PREMIUM / ADULTO	60,00	125,34	52,13%	18/08/2026
41	Item - ESFIGMOMANÔMETRO HOSPITALAR DE MESA E PAREDE	BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	PREMIUM	245,00	337,83	27,48%	18/08/2026
42	Item - ESFIGMOMANÔMETRO INFANTIL	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	PREMIUM / INFANTIL	60,00	109,40	45,16%	18/08/2026
43	Item - ESTADIÔMETRO COMPACTO PARA MEDIÇÃO DE ALTURA	A a Z Saúde Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares Eireli	MD / PORTÁTIL	90,00	249,05	63,86%	18/08/2026
44	Item - ESTETOSCÓPIO ADULTO.	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	PREMIUM / ADULTO	20,00	35,72	44,01%	18/08/2026
45	Item - ESTETOSCÓPIO INFANTIL.	A a Z Saúde Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares Eireli	PREMIUM / INFANTIL	17,00	34,38	50,55%	18/08/2026
46	Item - ESTUFA BACTERIOLÓGICA DIGITAL DE 40L	MARTE EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIO LTDA	PROPRIA	2.770,00	3.232,67	14,31%	18/08/2026
47	Item - FLUXÔMETRO DE OXIGÊNIO	RJN Comercio de Maquinas, Aparelhos e Equipamentos Ltda	IFAB	65,00	72,97	10,92%	18/08/2026
48	Item - FOCO CIRÚRGICO	minas saúde e conforto distribuidora ltda	MEDICATE	579,00	764,87	24,30%	18/08/2026
51	Item - KIT LARINGOSCÓPIO ADULTO	BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	DOCTOR DEVICES	400,00	796,00	49,75%	18/08/2026
52	Item - LANTERNA CLINICA DE LED	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	BIOLAND / LED	20,00	30,15	33,67%	18/08/2026
57	Item - MARTELO DE REFLEXO NEUROLÓGICO	A a Z Saúde Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares Eireli	AAZ SAÚDE / CÓD BUCK	35,00	65,92	46,91%	18/08/2026
59	Item - MESA AUXILIAR DE INOX	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	LIFENOX / AUXILIAR	600,00	659,28	8,99%	18/08/2026
60	Item - MESA GINECOLÓGICA ELÉTRICA	GIGANTE PRODUTOS MÉDICOS LTDA	PROPRIA	17.439,00	17.733,33	1,66%	18/08/2026
61	Item - MESA MAYO INOXIDÁVEL COM BANDEJA INOX.	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	LIFENOX / MAYO	150,00	289,28	48,15%	18/08/2026
64	Item - MINI INCUBADORA INDICADORES BIOLÓGICOS BIVOL	F5 DISTRIBUIDORA LTDA	biomeck	149,00	327,71	54,53%	18/08/2026
65	Item - OFTALMOSCÓPIO	BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	DOCTOR DEVICES	580,00	829,20	30,05%	18/08/2026
66	Item - OTOSCÓPIO	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	MIKATOS / PORTATIL	160,00	385,00	58,44%	18/08/2026
68	Item - OXÍMETRO DE PULSO PARA DEDO PORTÁTIL, É UM	A a Z Saúde Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares Eireli	LK87 / OXIMETER	16,00	89,76	82,17%	18/08/2026
69	Item - OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL E MESA	RJN Comercio de Maquinas, Aparelhos e Equipamentos Ltda	LEPU	990,00	1.073,51	7,78%	18/08/2026
70	Item - REGULADOR DE PRESSÃO.ESCALA DE PRESSÃO	RJN Comercio de Maquinas, Aparelhos e Equipamentos Ltda	IFAB	255,00	258,60	1,39%	18/08/2026
72	Item - TERMÔMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO TESTA SEM CO	RJN Comercio de Maquinas, Aparelhos e Equipamentos Ltda	PREMIUM	120,00	127,58	5,94%	18/08/2026

18 de agosto de 2026 13:39:11

ANDERSON GERALDO DE PAULA
CPF: 037.545.276-14
Autoridade Competente

Publicado por:
Erica Aparecida Cardoso Moreira
Código Identificador:CC5099EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOMOLOGAÇÃO

Termo de homologação do Pregão Eletrônico
Após averiguar a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente , Sr(a) ANDERSON GERALDO DE PAULA, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Pregão Nº 0051/2026.

Homologação		
Processo	**Autoridade**	**Data homologação**
00512026	ANDERSON GERALDO DE PAULA	18/08/2026

Item	**Produto**	**Fornecedor**	**Marca**	**Melhor oferta**	**Estimado**	**Economia**	**Data adjudicação**
1	Item - AMBU REANIMADOR MANUAL SILICONE	A a Z Saúde Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares Eireli	MEDIX / ADULTO	125,00	241,37	48,21%	18/08/2026

	ADULTO						
2	Item - AMBU REANIMADOR MANUAL SILICONE INFANTIL	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	LUKEMEDICAL / INFANTIL	130,00	220,35	41,00%	18/08/2026
3	Item - AMBU REANIMADOR MANUAL SILICONE NEONATAL	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	FARMATEX / NEONATAL	130,00	223,58	41,86%	18/08/2026
4	Item - APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL ADULTO OBESO	minas saúde e conforto distribuidora ltda	ACCUMED/PREMIUM	79,00	126,62	37,61%	18/08/2026
5	Item - APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL ADULTO	minas saúde e conforto distribuidora ltda	ACCUMED/PREMIUM	58,00	122,73	52,74%	18/08/2026
6	Item - APARELHO DE PRESSÃO DIGITAL AUTOMÁTICO BRAÇO	A a Z Saúde Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares Eireli	ARM STYLE / DIGITAL	64,00	129,55	50,60%	18/08/2026
7	Item - APARELHO DE PRESSÃO NEONATAL	RJN Comercio de Maquinas, Aparelhos e Equipamentos Ltda	PREMIUM	90,00	127,62	29,48%	18/08/2026
8	Item - APARELHO P/ LASERTERAPIA E TERAPIA FOTODINÂMI	A a Z Saúde Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares Eireli	IBRAMED / LASERPULSE + 660. 808 NM	4.100,00	4.763,87	13,94%	18/08/2026
9	Item - AUTOCLAVE ANALÓGICA 21 LITROS INOX	F5 DISTRIBUIDORA LTDA	DIGITALE	4.880,00	6.249,41	21,91%	18/08/2026
10	Item - AUTOCLAVE FLEX 75 LITROS BRANCO	F5 DISTRIBUIDORA LTDA	DIGITALE	9.890,00	10.555,50	6,30%	18/08/2026
11	Item - AUTOCLAVE VERTICAL ANALÓGICA P/ LAB. 18 L	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	BS / VERTICAL	4.900,00	11.323,00	56,73%	18/08/2026
12	Item - BALANÇA ANTROPOMÉTRICA PARA OBESOS	K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP	LIDER	1.165,00	2.046,86	43,08%	18/08/2026
13	Item - BALANÇA DIGITAL ADULTO C/ RÉGUA ANTROP. 200KG	K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP	LIDER	895,00	1.641,52	45,48%	18/08/2026
14	Item - BALANÇA DIGITAL DE CONTROLE CORPORAL BIOIMPED	A a Z Saúde Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares Eireli	ORIGINAL / BIOIMPEDÂNCIA	650,00	931,73	30,24%	18/08/2026
15	Item - BALANÇA DIGITAL PARA BEBÊ 25KG	K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP	LIDER	599,00	845,44	29,15%	18/08/2026
16	Item - BALANÇA DIGITAL PORTÁTIL	K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP	LIDER	1.200,00	1.464,25	18,05%	18/08/2026
18	Item - BANDEJA EM INOX HOSPITALAR	A a Z Saúde Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares Eireli	ARTINOX / 31.5X21X4 CM	93,91	93,91	0%	18/08/2026
20	Item - BISTURI ELETRICO (ATÉ 150 W)	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	EMAI / BP	5.500,00	7.599,33	27,63%	18/08/2026
21	Item - CADEIRA DE RODAS P/ OBESO	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	PROLIFE / PLUS	1.150,00	1.477,50	22,17%	18/08/2026
22	Item - CADEIRA DE BANHO SIMPLES.	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	DELLAMED / D30	200,00	367,52	45,58%	18/08/2026
23	Item - CADEIRA DE RODAS 40CM	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	PROLIFE / SIMPLES	600,00	1.411,67	57,50%	18/08/2026
24	Item - CADEIRA DE RODAS INFANTIL	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	PROLIFE / INFANTIL	800,00	1.016,36	21,29%	18/08/2026
26	Item - CARRO DE CURATIVOS	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	LIFENOX / CURATIVO	850,00	873,78	2,72%	18/08/2026
27	Item - CARRO DE EMERGÊNCIA COM 4 GAVETAS	RJN Comercio de Maquinas, Aparelhos e Equipamentos Ltda	ORTOMED	3.300,00	3.344,04	1,32%	18/08/2026
28	Item - CONCENTRADOR DE OXIGENIO 5LPM	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	YUWELL / 7F5B	3.000,00	3.212,50	6,61%	18/08/2026
30	Item - CRIOCAUTÉRIO	V.L. FUZETI - COMERCIAL	NITROSPRAY	4.900,00	5.012,42	2,24%	18/08/2026
31	Item - DEA BÁSICO (C/ BATERIA RECARREGÁVEL)	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	CMOS DRAKE / ALIVE	6.520,00	6.989,60	6,72%	18/08/2026
32	Item - DEIONIZADOR	MARTE EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIO LTDA	PROPRIA	1.480,00	1.528,05	3,14%	18/08/2026
33	Item - DESTILADOR DE ÁGUA	MARTE EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIO LTDA	PROPRIA	2.435,00	2.314,34	-5,21%	18/08/2026
34	Item - DETECTOR FETAL DE MESA	BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	VCOMIN	580,00	1.059,90	45,28%	18/08/2026
36	Item - DOPPLER VASCULAR DE MESA BIVOLT	BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	VCOMIN	1.380,00	1.703,32	18,98%	18/08/2026
37	Item - ELETROCARDIÓGRAFO DIGITAL PORTÁTIL	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	CONTEC / ECG	3.700,00	12.242,88	69,78%	18/08/2026
38	Item - EQUIPAMENTO PARA TESTE ERGOMÉTRICO	MASTER COMERCIO DE EQUIPAMENTO LTDA	Inbramed HW	96.790,00	97.000,00	0,22%	18/08/2026
39	Item - ESCADA DOIS DEGRAUS	V.L. FUZETI - COMERCIAL	MORIVITA	115,00	251,72	54,31%	18/08/2026
40	Item - ESFIGMOMANÔMETRO ANERÓIDE ADULTO	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	PREMIUM / ADULTO	60,00	125,34	52,13%	18/08/2026
41	Item - ESFIGMOMANÔMETRO HOSPITALAR DE MESA E PAREDE	BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	PREMIUM	245,00	337,83	27,48%	18/08/2026
42	Item - ESFIGMOMANÔMETRO INFANTIL	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	PREMIUM / INFANTIL	60,00	109,40	45,16%	18/08/2026
43	Item - ESTADIÔMETRO COMPACTO PARA MEDIÇÃO DE ALTURA	A a Z Saúde Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares Eireli	MD / PORTÁTIL	90,00	249,05	63,86%	18/08/2026
44	Item - ESTETOSCÓPIO ADULTO.	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	PREMIUM / ADULTO	20,00	35,72	44,01%	18/08/2026
45	Item - ESTETOSCÓPIO INFANTIL.	A a Z Saúde Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares Eireli	PREMIUM / INFANTIL	17,00	34,38	50,55%	18/08/2026
46	Item - ESTUFA BACTERIOLÓGICA DIGITAL DE 40L	MARTE EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIO LTDA	PROPRIA	2.770,00	3.232,67	14,31%	18/08/2026
47	Item - FLUXÔMETRO DE OXIGÊNIO	RJN Comercio de Maquinas, Aparelhos e Equipamentos Ltda	IFAB	65,00	72,97	10,92%	18/08/2026
48	Item - FOCO CIRÚRGICO	minas saúde e conforto distribuidora ltda	MEDICATE	579,00	764,87	24,30%	18/08/2026
51	Item - KIT LARINGOSCÓPIO ADULTO	BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	DOCTOR DEVICES	400,00	796,00	49,75%	18/08/2026
52	Item - LANTERNA CLINICA DE LED	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	BIOLAND / LED	20,00	30,15	33,67%	18/08/2026
57	Item - MARTELO DE REFLEXO NEUROLÓGICO	A a Z Saúde Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares Eireli	AAZ SAÚDE / CÓD BUCK	35,00	65,92	46,91%	18/08/2026
59	Item - MESA AUXILIAR DE INOX	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	LIFENOX / AUXILIAR	600,00	659,28	8,99%	18/08/2026
60	Item - MESA GINECOLÓGICA ELÉTRICA	GIGANTE PRODUTOS MÉDICOS LTDA	PROPRIA	17.439,00	17.733,33	1,66%	18/08/2026
61	Item - MESA MAYO INOXIDÁVEL COM BANDEJA INOX.	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	LIFENOX / MAYO	150,00	289,28	48,15%	18/08/2026
64	Item - MINI INCUBADORA INDICADORES BIOLÓGICOS BIVOL	F5 DISTRIBUIDORA LTDA	biomeck	149,00	327,71	54,53%	18/08/2026
65	Item - OFTALMOSCÓPIO	BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	DOCTOR DEVICES	580,00	829,20	30,05%	18/08/2026
66	Item - OTOSCÓPIO	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	MIKATOS / PORTATIL	160,00	385,00	58,44%	18/08/2026
68	Item - OXÍMETRO DE PULSO PARA DEDO PORTÁTIL, É UM	A a Z Saúde Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares Eireli	LK87 / OXIMETER	16,00	89,76	82,17%	18/08/2026
69	Item - OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL E MESA	RJN Comercio de Maquinas, Aparelhos e Equipamentos Ltda	LEPU	990,00	1.073,51	7,78%	18/08/2026
70	Item - REGULADOR DE PRESSÃO.ESCALA DE PRESSÃO	RJN Comercio de Maquinas, Aparelhos e Equipamentos Ltda	IFAB	255,00	258,60	1,39%	18/08/2026
72	Item - TERMÔMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO TESTA SEM CO	RJN Comercio de Maquinas, Aparelhos e Equipamentos Ltda	PREMIUM	120,00	127,58	5,94%	18/08/2026

18 de agosto de 2026

ANDERSON GERALDO DE PAULA
CPF: 037.545.276-14
Autoridade Competente

Publicado por:
Erica Aparecida Cardoso Moreira
Código Identificador:D0BEE6C8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPANHA

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
HOMOLOGAÇÃO PROCESSO Nº 093/2026 - PREGÃO Nº 035/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO			
Prefeitura Municipal da Campanha			
Prefeitura Municipal da Campanha			
Registro de Preços Eletrônico - 39/2026			
Resultado da Homologação			
0001 - BARRICADA DE CONTENCAO - N/C - Valor Referência: R$ 72,3600			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JULIO EVENTOS E PROMOCOES LTDA	72,0000	14.400,0000	Homologado em 18/08/2026 13:45:39 Por: LAZARO ROBERTO DA SILVA
0002 - ESTANDE 4 X 4 FECHAMENTO 2,2 M DE ALTURA COM PIA - N/C - Valor Referência: R$ 1.870,2500			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JMDT EMPREENDIMENTOS LTDA	1.500,0000	15.000,0000	Homologado em 18/08/2026 13:45:39 Por: LAZARO ROBERTO DA SILVA
0003 - ESTANDE 4 X 4 PARA CAMARIM FECHADO E COM PISO - N/C - Valor Referência: R$ 3.719,4700			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JULIO EVENTOS E PROMOCOES LTDA	2.950,0000	20.650,0000	Homologado em 18/08/2026 13:45:39 Por: LAZARO ROBERTO DA SILVA
0004 - GALPAO MEDIDA 50 X 20 - N/C - Valor Referência: R$ 14.150,0000			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JMDT EMPREENDIMENTOS LTDA	11.000,0000	110.000,0000	Homologado em 18/08/2026 13:45:39 Por: LAZARO ROBERTO DA SILVA
0005 - PALCO - MEDIDA 10 M X 8 M . - N/C - Valor Referência: R$ 8.431,6700			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
LEANDRO ISAQUE AULER	4.050,0000	60.750,0000	Homologado em 18/08/2026 13:45:39 Por: LAZARO ROBERTO DA SILVA
0006 - PALCO - MEDIDA 12 M X 10 M - N/C - Valor Referência: R$ 9.469,3300			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
LEANDRO ISAQUE AULER	4.100,0000	61.500,0000	Homologado em 18/08/2026 13:45:39 Por: LAZARO ROBERTO DA SILVA
0007 - PALCO - MEDIDA 8MX 6 M - N/C - Valor Referência: R$ 4.200,0000			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JULIO EVENTOS E PROMOCOES LTDA	2.350,0000	35.250,0000	Homologado em 18/08/2026 13:45:39 Por: LAZARO ROBERTO DA SILVA
0008 - PALCO MEDIDA 14M X 12 M - N/C - Valor Referência: R$ 8.884,1300			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
JULIO EVENTOS E PROMOCOES LTDA	6.550,0000	98.250,0000	Homologado em 18/08/2026 13:45:39 Por: LAZARO ROBERTO DA SILVA

LAZARO ROBERTO DA SILVA:68176953687
Assinado de forma digital por LAZARO ROBERTO DA SILVA:68176953687
Dados: 2026.08.18 15:10:19 -03'00'

LAZARO ROBERTO DA SILVA
Autoridade Competente

A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 18/08/2026 às 13:46:06.
Código verificador: 17055CE

Publicado por:
Márcia Cristina Silva Borges
Código Identificador:EABF8AFB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CONQUISTA

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 366/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONQUISTA

CONTRATADO: **CMT SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**

OBJETO: O presente Termo de Apostilamento tem por objeto o primeiro Reajuste Geral Anual do contrato.

VALOR: Os valores referente ao Reajuste Geral Anual do contrato n° 366/2025 passam a serem :

ITEM	DESCRIÇÃO MERCADORIA / SERVIÇO	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR CORRIGIDO	VALOR TOTAL CORRIGIDO
1	**MEDICO RADIOLOGISTA** Prestação de serviços médicos de radiologia, incluindo emissão de laudos e responsabilidade técnica, no Hospital Municipal de Saúde do município de Conquista-MG. A medida se justifica em razão da reabertura do único hospital municipal da cidade e visa assegurar	SV	R$ 3.778,67	**R$ 3.933,52**	**R$47.202,24**

	a continuidade, a eficiência e a integralidade dos serviços de diagnóstico por imagem aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, diante da crescente demanda e da necessidade de suporte técnico especializado durante o processo de reestruturação da rede municipal de saúde, por meio de programa online de laudos à distância com suporte técnico adequado. LAUDOS DE EXAMES RESPONSABILIDADE TÉCNICA PROGRAMA ONLINE DE LAUDOS A DISTÂNCIA E SUPORTE AO PROGRAMA				

CONQUISTA/MG, 18 DE AGOSTO DE 2026.

FERNANDA NATÁLIA SOUZA SOARES
Procuradora Adjunta do Município

Publicado por:
Fernanda Natalia de Souza Soares
Código Identificador:374E106D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIVINÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA SEMAG Nº 23 DE 17 DE JULHO DE 2026

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO CONTINUADA DA EQUIPE DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS, ESTABELECENDO DIRETRIZES, RESPONSABILIDADES E PROCEDIMENTOS AUDITÁVEIS.

A Secretária Municipal de Agronegócios, Cláudia Antônia Santana, e o Diretor de Agropecuária, Infraestrutura e Inspeção, Leandro Silva Guimarães, no uso das atribuições legais e,
Considerando a Lei Federal nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, a Lei Federal nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, o Decreto Federal nº 5.741, de 30 de março de 2006, o Decreto Federal nº 9.013, de 29 de março de 2017, e a Portaria MAPA nº 672, de 8 de abril de 2024, e suas alterações, no que couber ao Serviço de Inspeção Municipal;
Considerando a necessidade de assegurar a competência técnica, a atualização profissional e a padronização dos procedimentos executados pela equipe do Serviço de Inspeção Municipal;
Considerando que as ações de capacitação devem ser planejadas com base nas necessidades do Serviço, nas lacunas de competência identificadas, nas alterações normativas, nos resultados de supervisões e auditorias e nas dificuldades observadas durante a execução das atividades;
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituído o Programa de Capacitação Continuada da Equipe do Serviço de Inspeção Municipal de Divinópolis – SIM, com a finalidade de manter e aprimorar a competência técnica dos servidores, promover sua atualização permanente e assegurar a padronização dos procedimentos oficiais de inspeção, fiscalização, auditoria, supervisão, verificação oficial, educação sanitária e demais atividades relacionadas às competências do Serviço, contribuindo para a integração ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI-POA e para a manutenção da conformidade aos seus requisitos.
CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES
Art. 2º Para fins desta Portaria, são adotadas as seguintes definições:
I – capacitação continuada: processo permanente de atualização, aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências técnicas, administrativas e interpessoais necessárias ao exercício das atividades do Serviço de Inspeção Municipal;
II – ação de capacitação: atividade de aprendizagem realizada por meio de treinamento interno, curso presencial ou virtual, reunião técnica, seminário, palestra, congresso, oficina, estudo de caso, visita técnica ou outra modalidade compatível com os objetivos do Programa;
III – avaliação da eficácia: verificação, realizada quando aplicável, destinada a identificar a compreensão do conteúdo e sua aplicação nas atividades do servidor, mediante método compatível com os objetivos e a complexidade da capacitação;
IV – multiplicador: servidor designado para compartilhar com os demais integrantes da equipe os conhecimentos adquiridos em capacitação externa;
V – avaliação da capacitação: instrumento destinado a registrar a percepção do participante quanto ao conteúdo, à carga horária, ao instrutor, às condições de realização, ao aprendizado e à aplicabilidade da ação de capacitação;
VI – registro de capacitação: documento destinado a registrar cada ação de capacitação realizada, contendo, no mínimo, o tema, a data, a carga horária, a modalidade, o conteúdo abordado, a identificação do responsável, os participantes e a forma de comprovação;
VII – plano anual de capacitação: instrumento de planejamento que consolida as ações de capacitação previstas para o respectivo ciclo anual;
VIII – ciclo anual de capacitação: período compreendido entre 1º de abril de cada ano e 31 de março do ano subsequente, ao qual se referem o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação das ações de capacitação;
IX – formulário de controle individual de capacitação: documento destinado a manter o histórico das capacitações de cada servidor, incluindo a participação, a forma de comprovação, a reposição e o resultado da avaliação, quando aplicáveis;
X – relatório anual de avaliação do programa de capacitação: documento destinado a consolidar e avaliar, ao final de cada ciclo anual de capacitação, as ações executadas, os resultados alcançados, as deficiências identificadas, as medidas corretivas adotadas ou propostas e as prioridades para o ciclo subsequente.
CAPÍTULO II
DAS RESPONSABILIDADES
Art. 3º Compete à Secretaria Municipal de Agronegócios:
I – assegurar, observada a disponibilidade administrativa, financeira e orçamentária, as condições necessárias à execução do Programa de Capacitação Continuada;
II – apoiar a realização de ações de capacitação técnica e de atualização profissional da equipe do SIM;
III – aprovar o Plano Anual de Capacitação (Anexo III) e o Relatório Anual de Avaliação do Programa de Capacitação (Anexo V);
IV – promover a articulação com órgãos públicos, instituições de ensino e entidades técnicas para a realização de ações de capacitação;
V – assegurar que a execução das ações de capacitação não comprometa a continuidade das atividades oficiais de inspeção e fiscalização.
Art. 4º Compete à Coordenação do Serviço de Inspeção Municipal:
I – acompanhar as atualizações normativas aplicáveis às atividades de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal;
II – realizar o levantamento das necessidades de capacitação;
III – elaborar, executar, monitorar e revisar o Plano Anual de Capacitação;

IV – organizar as ações de capacitação interna e orientar a participação dos servidores em capacitações externas;
V – definir, quando aplicável, o método de avaliação da capacitação e de sua eficácia;
VI – avaliar a necessidade de reposição ou de realização de capacitação equivalente;
VII – elaborar o Relatório Anual de Avaliação do Programa de Capacitação;
VIII – propor medidas corretivas diante das deficiências identificadas.
Art. 5º Compete aos servidores da equipe do SIM:
I – participar das capacitações para as quais forem designados ou convocados;
II – cumprir as atividades de avaliação, quando previstas;
III – aplicar os conhecimentos adquiridos no exercício de suas atribuições;
IV – encaminhar à Coordenação do SIM os certificados, declarações ou outros comprovantes das capacitações externas realizadas;
V – compartilhar com a equipe os conhecimentos adquiridos em capacitações externas, quando solicitado pela Coordenação;
VI – comunicar e justificar previamente, quando possível, eventual impossibilidade de participação;
VII – colaborar com a avaliação da eficácia das capacitações e com a aplicação dos conhecimentos adquiridos.
§ 1º A participação nas capacitações promovidas ou determinadas pelo SIM será considerada atividade de serviço.
§ 2º A necessidade e a forma de reposição serão avaliadas pela Coordenação do SIM, observado o disposto no art. 11 desta Portaria.

CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS

Art. 6º São objetivos do Programa de Capacitação Continuada:
I – manter e aprimorar as competências necessárias ao exercício das atividades do SIM;
II – atualizar a equipe quanto à legislação, aos procedimentos oficiais e aos conhecimentos técnicos aplicáveis à inspeção de produtos de origem animal;
III – padronizar a interpretação e a execução dos procedimentos de inspeção, fiscalização, supervisão e verificação oficial;
IV – aprimorar a qualidade, a coerência, a imparcialidade e a eficiência das atividades oficiais;
V – desenvolver habilidades de comunicação institucional, elaboração de documentos técnicos, trabalho em equipe e gestão de conflitos;
VI – corrigir lacunas de competência identificadas em auditorias, supervisões, verificações oficiais ou durante a rotina do Serviço;
VII – contribuir para o atendimento e a manutenção dos requisitos de equivalência ao SISBI-POA.

CAPÍTULO IV
DO PÚBLICO-ALVO

Art. 7º Constituem público-alvo do Programa os servidores públicos que integram a equipe técnica, fiscal e administrativa do SIM, incluindo médicos-veterinários, agentes sanitários, servidores administrativos e outros agentes públicos que exerçam atividades relacionadas à inspeção e à fiscalização de produtos de origem animal no âmbito do SIM.
Parágrafo único. As ações de capacitação poderão ser destinadas a toda a equipe ou a grupos específicos, conforme as atribuições, as responsabilidades e as necessidades de desenvolvimento identificadas.

CAPÍTULO V
PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

Art. 8º O planejamento das ações de capacitação considerará, entre outros:
I – alterações na legislação e nos procedimentos oficiais;
II – resultados de auditorias, supervisões, verificações oficiais e avaliações internas;
III – implantação ou revisão de programas, sistemas, formulários e procedimentos;
IV – ingresso ou alteração das atribuições de servidores;
V – dificuldades técnicas, dúvidas recorrentes, falhas de padronização ou deficiências identificadas na execução das atividades;
VI – necessidades relacionadas ao escopo de atuação do SIM e aos estabelecimentos registrados;
VII – disponibilidade de cursos e eventos promovidos por órgãos oficiais, instituições de ensino ou entidades técnicas;
VIII – sugestões fundamentadas apresentadas pelos servidores.

CAPÍTULO VI
DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO

Art. 9º As ações previstas no Programa poderão ser realizadas por meio de:
I – cursos, treinamentos, oficinas, palestras, seminários e congressos;
II – reuniões técnicas, estudos de casos e discussões orientadas;
III – capacitações práticas e acompanhamentos supervisionados;
IV – visitas técnicas e intercâmbios com outros Serviços de Inspeção, órgãos públicos, laboratórios, instituições de ensino ou entidades técnicas;
V – ensino a distância, videoconferências e outras ferramentas de aprendizagem;
VI – elaboração e estudo orientado de materiais técnicos e normativos.
§ 1º As ações poderão ocorrer nas modalidades presencial, remota ou híbrida.
§ 2º Os instrutores deverão possuir conhecimento, formação ou experiência compatível com o conteúdo ministrado, podendo ser servidores públicos, profissionais convidados ou instituições contratadas.
§ 3º As reuniões técnicas poderão ser consideradas ações de capacitação quando forem previamente organizadas e possuírem registro do tema, dos assuntos tratados, da data, da carga horária e dos participantes.
§ 4º Nas reuniões técnicas destinadas ao alinhamento de informações, à discussão de casos, ao esclarecimento de dúvidas ou à padronização de procedimentos, quando não houver necessidade de avaliação individual da aprendizagem, fica dispensado o preenchimento individual do formulário constante do Anexo II, devendo a ação ser registrada em ata contendo os assuntos tratados, as conclusões alcançadas, as orientações estabelecidas e a identificação dos participantes.
§ 5º Cada ação deverá possuir tema, público-alvo, conteúdo, carga horária, responsável, forma de comprovação e, quando aplicável, método de avaliação.
§ 6º Os servidores que participarem de capacitações externas poderão ser designados como multiplicadores do conhecimento.
§ 7º Sempre que possível, serão priorizadas capacitações gratuitas oferecidas por órgãos oficiais e instituições públicas, sem prejuízo da contratação de capacitações especializadas quando tecnicamente necessária e administrativamente viável.
Art. 10 Cada servidor possuirá registro individual e atualizado das capacitações realizadas, contendo, no mínimo:
I – tema ou título da capacitação;
II – data e carga horária;
III – modalidade;
IV – instituição ou responsável pela capacitação;
V – forma de comprovação da participação;
VI – resultado da avaliação, quando aplicável;

VII – informação sobre reposição ou capacitação equivalente, quando necessária;
VIII – registro da atuação como multiplicador, quando houver.
§ 1º O registro individual será mantido pela Coordenação do SIM em meio físico ou eletrônico, desde que assegurada sua identificação, integridade, rastreabilidade e disponibilidade para auditoria.
§ 2º Os certificados, declarações, atas, listas de presença e demais documentos comprobatórios deverão ser mantidos arquivados conforme a política de gestão documental do Município.
Art. 11 A participação nas ações de capacitação será comprovada por lista de presença, ata, certificado, declaração, registro eletrônico ou outro documento equivalente.
§ 1º O servidor impossibilitado de participar deverá apresentar justificativa à chefia imediata ou à Coordenação do SIM.
§ 2º A Coordenação avaliará a necessidade de reposição, considerando a relevância do conteúdo para o exercício das atribuições do servidor.
§ 3º A reposição poderá ocorrer mediante:
I – participação em nova edição da capacitação;
II – reunião técnica para repasse do conteúdo;
III – estudo orientado do material e da legislação correspondente;
IV – acesso à gravação da capacitação;
V – realização de capacitação equivalente.
§ 4º A justificativa da ausência e a forma de reposição deverão ser registradas no controle individual do servidor.
Art. 12 O Programa de Capacitação Continuada será executado mediante Plano Anual de Capacitação elaborado pela Coordenação do SIM.
§ 1º O Plano Anual de Capacitação deverá ser elaborado e aprovado até 31 de março de cada ano e abrangerá o ciclo compreendido entre 1º de abril do ano de sua aprovação e 31 de março do ano subsequente.
§ 2º A execução das ações previstas observará as necessidades do Serviço e a disponibilidade administrativa, operacional e orçamentária.
§ 3º A não execução ou a reprogramação de ação prevista deverá ser justificada e registrada.
§ 4º Para fins de identificação documental, o Plano Anual de Capacitação será denominado pelo ano de início e pelo ano de término de seu ciclo de vigência, no formato "Plano Anual de Capacitação – Ciclo 20XX/20XX".
Art. 13 O Plano Anual de Capacitação deverá conter, no mínimo:
I **–** identificação do ciclo anual de vigência;
II – período previsto para realização da ação;
III – tema;
IV – público-alvo;
V – carga horária estimada;
VI – modalidade;
VII – responsável pela organização;
VIII – quantitativo estimado de participantes;
IX – situação da ação;
X – observações e justificativas, quando aplicáveis.
Parágrafo único. As informações complementares referentes ao conteúdo ministrado, aos participantes, ao instrutor ou instituição, à forma de comprovação e à avaliação serão registradas nos formulários correspondentes a cada ação de capacitação.
Art. 14 O Plano Anual de Capacitação poderá ser revisado durante o respectivo ciclo de vigência em decorrência de:
I – alteração da legislação;
II – resultado de auditoria, supervisão, verificação oficial ou avaliação interna;
III – implantação ou revisão de procedimentos;
IV – ingresso ou alteração das atribuições de servidores;
V – identificação de necessidade técnica superveniente;
VI – ocorrência de emergência sanitária ou zoossanitária;
VII – disponibilidade superveniente de cursos ou eventos técnicos;
VIII – impossibilidade administrativa, operacional ou orçamentária de execução da ação prevista.
Parágrafo único. As inclusões, exclusões e reprogramações deverão ser registradas no Plano Anual de Capacitação vigente, acompanhadas da respectiva justificativa.
Art. 15 A Coordenação do SIM elaborará e submeterá à aprovação, até 30 de abril de cada ano, o Relatório Anual de Avaliação do Programa de Capacitação referente ao ciclo encerrado em 31 de março, contendo, no mínimo:
I – relação das ações planejadas e realizadas;
II – identificação das ações reprogramadas ou não executadas e respectivas justificativas;
III – carga horária total das capacitações e carga horária média por servidor;
IV – número e percentual de servidores capacitados;
V – relação dos servidores que não participaram das ações necessárias às suas atribuições e as respectivas justificativas;
VI – síntese dos resultados das avaliações realizadas;
VII – análise da eficácia e da aplicabilidade das capacitações, quando avaliadas;
VIII – deficiências identificadas e medidas corretivas adotadas ou propostas;
IX – recomendações e prioridades para o ciclo subsequente.
Parágrafo único. O Relatório Anual de Avaliação do Programa de Capacitação servirá de subsídio para a revisão do Plano Anual de Capacitação em execução e para a definição das prioridades dos ciclos subsequentes.

CAPÍTULO VII
CONTEÚDO

Art. 16 As ações de capacitação poderão contemplar, entre outros, os seguintes conteúdos:
I – legislação federal, estadual e municipal aplicável à inspeção de produtos de origem animal e ao SISBI-POA;
II – procedimentos oficiais de inspeção ante mortem e post mortem;
III – condições higiênico-sanitárias e tecnológicas de produção, manipulação, beneficiamento, acondicionamento, armazenamento, transporte e comercialização de produtos de origem animal;
IV – inspeção baseada em risco, auditoria, supervisão e verificação oficial dos programas de autocontrole;
V – registro de estabelecimentos e produtos, identidade, qualidade, formulação, uso de aditivos, rotulagem e embalagem;
VI – coleta oficial de amostras, interpretação de laudos e adoção de medidas diante de resultados não conformes;
VII – rastreabilidade, recolhimento de produtos e resposta a emergências;
VIII – prevenção e combate à fraude econômica e às atividades clandestinas;
IX – educação sanitária e comunicação de risco;

X – segurança dos alimentos, inocuidade e gestão de riscos sanitários;
XI – bem-estar animal, zoonoses e emergências zoossanitárias;
XII – processo administrativo sanitário, elaboração de relatórios, pareceres, autos e demais documentos oficiais;
XIII – ética, imparcialidade, conduta profissional e prevenção de conflitos de interesses;
XIV – comunicação institucional, trabalho em equipe e gestão de conflitos;
XV – sistemas de informação utilizados pelo SIM, incluindo sistemas municipais e federais;
XVI – tecnologias e inovações aplicáveis à inspeção e à fiscalização;
XVII – outros conteúdos definidos pela Coordenação do SIM, de acordo com as necessidades identificadas.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17 O Serviço de Inspeção Municipal deverá adequar seus procedimentos, controles e formulários às disposições desta Portaria no prazo de até 180 dias, contado da data de sua publicação.
§ 1º Excepcionalmente, fica dispensada a elaboração do Plano Anual de Capacitação referente ao período anterior a 1º de abril de 2027, sem prejuízo da manutenção de programação transitória simplificada das ações de capacitação.
§ 2º As capacitações realizadas entre 1º de janeiro de 2026 e 31 de março de 2027 poderão integrar o histórico de capacitação da equipe e o relatório referente ao período de transição, desde que possuam registros e documentos comprobatórios auditáveis.
§ 3º Os registros produzidos durante a vigência da Portaria SEMAG nº 30/2025 permanecerão válidos para fins de comprovação do histórico de capacitação da equipe.
§ 4º Até 31 de março de 2027, a Coordenação do SIM manterá programação transitória simplificada das ações de capacitação, contendo, no mínimo, o período estimado, o tema, o público-alvo, o responsável pela organização e a forma de comprovação, podendo ser atualizada conforme as necessidades técnicas do Serviço e a disponibilidade de cursos ou eventos.
§ 5º As ações realizadas durante o período de transição deverão ser registradas mediante ata, lista de presença, certificado, declaração, registro eletrônico ou outro documento equivalente, contendo, no mínimo, o tema, a data, a carga horária e a identificação dos participantes.
§ 6º O primeiro Plano Anual de Capacitação elaborado nos termos desta Portaria corresponderá ao ciclo 2027/2028, deverá ser aprovado até 31 de março de 2027 e terá vigência de 1º de abril de 2027 a 31 de março de 2028.
§ 7º O Relatório Anual de Avaliação do Programa de Capacitação referente ao período de transição, compreendido entre 1º de janeiro de 2026 e 31 de março de 2027, será elaborado e submetido à aprovação até 30 de abril de 2027 e poderá ser apresentado de forma simplificada, contendo as ações realizadas, a carga horária, os servidores participantes, os documentos comprobatórios e as prioridades identificadas para o ciclo 2027/2028, dispensada a comparação com Plano Anual de Capacitação.
Art. 18 Fica revogada a Portaria SEMAG nº 30/2025.
Art. 19 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, julho de 2026.

(Assinado Digitalmente)
CLAUDIA ANTONIA SANTANA
Secretária Municipal de Agronegócios

(Assinado Digitalmente)
LEANDRO SILVA GUIMARÃES
Diretor de Agropecuária, Infraestrutura e Inspeção

ANEXO I

REGISTRO DE CAPACITAÇÃO		
Tema:		
Nome do Instrutor / Instituição:		
Data: Carga Horária:		
Tipo de capacitação: ( ) Integração de novo servidor ( ) Reunião técnica ( ) Atualização normativa ( ) Outro: _____	Forma de comprovação: ( ) Certificado ( ) Lista de presença ( ) Declaração ( ) Outra: _____	Modalidade: ( ) Remota ( ) Híbrida ( ) Presencial - Local _____
Tópicos abordados:		
Participantes:		**Assinatura:**
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		
6.		
7.		
8.		
9.		
10.		
Observações:		
Assinatura responsável pelo registro:		

ANEXO II

AVALIAÇÃO DA CAPACITAÇÃO E DE SUA APLICABILIDADE				
Tema:				
Participante:				
Data: Carga Horária:				
Instrutor/Instituição:				
Local:				
Parâmetros Avaliados	**Ótimo**	**Bom**	**Regular**	**Ruim**
Como você avalia a carga horária do treinamento?				
Como você avalia o conteúdo e tema abordado?				
Como você avalia a adequação da plataforma ou do local utilizado para a realização da capacitação?				

Como você avalia o instrutor quanto ao domínio técnico, à didática e ao conhecimento do tema?				
Como você avalia seu nível de aprendizagem nesta capacitação?				
Como você avalia a contribuição da capacitação para o aprimoramento das atividades desempenhadas no SIM?				

Aplicabilidade do conteúdo às atividades desempenhadas no SIM:
( ) Muito aplicável ( ) Aplicável ( ) Parcialmente aplicável ( ) Não aplicável

Justificativa / Comentários / Críticas / Sugestões:

Assinatura do participante:
Data:

Observação: O preenchimento deste formulário poderá ser dispensado nas reuniões técnicas de caráter informativo ou de alinhamento, desde que a ação seja registrada em ata, nos termos do art. 9º desta Portaria.

Assinatura da Coordenação do SIM:
Data:

ANEXO III

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO		
IDENTIFICAÇÃO DO PLANO DE CAPACITAÇÃO		
CICLO DE VIGÊNCIA: AAAA/AAAA **Período: ___/___/___ a ___/___/___**	**DATA DE ELABORAÇÃO:**	**RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:** _____
IDENTIFICAÇÃO DA APROVAÇÃO		
( ) APROVADO **( ) APROVADO COM RESSALVA – Ressalva: _____** **( ) DEVOLVIDO PARA ADEQUAÇÃO.** **AUTORIDADE RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO: _____** **DATA: ____ / ____ / _____**		

Período Previsto	Tema	Público-Alvo	Carga Horária Estimada	Quantitativo Estimado de Participantes	Modalidade	Responsável pela Organização	Situação*	Observação
					( ) Presencial ( ) Remota ( ) Híbrida		( ) Planejada ( ) Realizada ( ) Reprogramada ( ) Não executada	
					( ) Presencial ( ) Remota ( ) Híbrida		( ) Planejada ( ) Realizada ( ) Reprogramada ( ) Não executada	
					( ) Presencial ( ) Remota ( ) Híbrida		( ) Planejada ( ) Realizada ( ) Reprogramada ( ) Não executada	

Nota: As ações reprogramadas ou não executadas deverão possuir justificativa registrada no campo "Observação".

ANEXO IV

FORMULÁRIO DE CONTROLE INDIVIDUAL DE CAPACITAÇÃO								
1. IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR								
Nome: _____ Cargo: _____ Matrícula: _____								
2. CONTROLE INDIVIDUAL DE CAPACITAÇÃO								
Data da Capacitação	Tema da Capacitação	Modalidade	Carga horária	Instrutor/Instituição	Participação Integral? (anexar comprovante)	Reposição/atuação omo multiplicador/ Observações	Resultado da Avaliação, quando aplicável*	Data e assinatura da Coordenação

* Nota: O resultado poderá compreender a avaliação da aprendizagem, da aplicabilidade ou da eficácia da capacitação, conforme o método definido pela Coordenação do SIM.

ANEXO V

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO	
1. IDENTIFICAÇÃO	
Ciclo avaliado:	_____/_____
Período:	____/____/_____ a ____/____/_____
Data de elaboração:	____/____/_____

2. RESUMO DO PROGRAMA	
Indicador	**Resultado**
Ações planejadas	
Ações realizadas	
Ações reprogramadas ou não realizadas	
Carga horária total das capacitações	
Número total de servidores da equipe	
Número de servidores capacitados	
Percentual de servidores capacitados	

3. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO				
Tema da capacitação	**Data**	**Carga horária**	**Nº de participantes**	**Situação**
				( ) Realizada ( ) Reprogramada ( ) Não realizada
				( ) Realizada ( ) Reprogramada ( ) Não realizada
				( ) Realizada ( ) Reprogramada ( ) Não realizada
				( ) Realizada ( ) Reprogramada ( ) Não realizada
				( ) Realizada ( ) Reprogramada ( ) Não realizada

				( ) Realizada ( ) Reprogramada ( ) Não realizada
Justificativa das ações reprogramadas ou não realizadas:				
4. PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES				
Houve servidor que não participou de capacitação necessária às suas atribuições? ( ) Não ( ) Sim				
Servidor	Capacitação	Justificativa		Reposição
				( ) Realizada ( ) Pendente ( ) Dispensada
				( ) Realizada ( ) Pendente ( ) Dispensada
				( ) Realizada ( ) Pendente ( ) Dispensada
				( ) Realizada ( ) Pendente ( ) Dispensada
5. AVALIAÇÃO DAS CAPACITAÇÕES				
Preencher com a quantidade total, considerando as avaliações.				
Conteúdo	Ótimo ____ Bom ____ Regular ____ Ruim ____ Não avaliado ____			
Carga horária	Ótimo ____ Bom ____ Regular ____ Ruim ____ Não avaliado ____			
Instrutor ou instituição	Ótimo ____ Bom ____ Regular ____ Ruim ____ Não avaliado ____			
Aplicabilidade às atividades do SIM	Muito aplicável ____ Aplicável ____ Parcialmente aplicável ____ Não aplicável ____ Não avaliado ____			
6. EFICÁCIA DO PROGRAMA				
As capacitações realizadas:				
( ) contribuíram para a atualização da equipe;		( ) contribuíram para a padronização dos procedimentos;		
( ) corrigiram deficiências técnicas identificadas;		( ) apresentaram aplicação prática nas atividades do SIM;		
( ) necessitam de reforço ou complementação;		( ) não tiveram a eficácia avaliada no período.		
Síntese dos resultados observados:				
7. DEFICIÊNCIAS E MEDIDAS CORRETIVAS				
Foram identificadas deficiências no Programa? ( ) Não ( ) Sim				
Deficiência identificada	**Medida corretiva ou ação proposta**		**Prazo**	
8. PRIORIDADES PARA O PRÓXIMO CICLO				
Preencher levando-se em consideração as demandas verificadas durante o ciclo, incluindo: alteração de legislação ou procedimento oficial; auditoria; supervisão ou verificação oficial; dificuldade técnica ou necessidade de padronização; ingresso de servidor ou alteração de atribuições; implantação ou revisão de sistema; programa ou atividade; atualização ou aperfeiçoamento profissional; sugestão apresentada pela equipe; disponibilidade de curso ou evento técnico; resultado das capacitações realizadas dentre outras.				
Tema ou necessidade de capacitação	**Público-alvo**		**Justificativa**	
9. AVALIAÇÃO FINAL				
Considerando as ações realizadas, a participação dos servidores e os resultados observados, o Programa:				
( ) atingiu satisfatoriamente seus objetivos	( ) atingiu parcialmente seus objetivos		( ) não atingiu satisfatoriamente seus objetivos	
Observações finais:				
10. ELABORAÇÃO				
Responsável pela elaboração: **Cargo/função:** **Data:** **Assinatura:**				
11. APROVAÇÃO				
( ) Aprovado ( ) Aprovado com ressalvas ( ) Devolvido para adequação **Especificar ressalvas ou motivo para adequação:** **Cargo/função:** **Data:** **Assinatura:**				

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:B9AE3B41

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA SEMAG-SIM Nº 17 DE 24 DE JULHO DE 2026

INSTITUI O PROGRAMA DE PREVENÇÃO E COMBATE À FRAUDE EM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – SIM E ESTABELECE DIRETRIZES PARA SUA EXECUÇÃO.

A Secretária Municipal de Agronegócios, Cláudia Antônia Santana, e o Diretor de Agropecuária, Infraestrutura e Inspeção, Leandro Silva Guimarães, no uso das atribuições legais e,

Considerando a Lei Federal nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, a Lei Federal nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, o Decreto Federal nº 5.741, de 30 de março de 2006, o Decreto Federal nº 9.013, de 29 de março de 2017, e a Portaria MAPA nº 672, de 8 de abril de 2024 e suas alterações, no que couber ao Serviço de Inspeção Municipal;

Considerando que, para fins de integração e manutenção da conformidade ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI-POA, o Serviço de Inspeção deverá demonstrar a execução de ações específicas de prevenção e combate à fraude econômica, incluindo verificações de formulação, processo produtivo, rotulagem, rastreabilidade, dados de produção, análises laboratoriais, tratamento de denúncias e manutenção de registros auditáveis;

RESOLVE:

Art. 1º Esta Portaria institui o Programa de Prevenção e Combate à Fraude em Produtos de Origem Animal no âmbito do Serviço de Inspeção Municipal de Divinópolis – SIM, estabelecendo diretrizes e procedimentos destinados à prevenção, identificação, apuração e repressão de fraudes relacionadas à produção, industrialização, beneficiamento, manipulação, armazenamento, transporte e comercialização de produtos de origem animal, **no âmbito das competências legais do Serviço de Inspeção Municipal, sem prejuízo da atuação dos demais órgãos competentes**.

§ 1º As disposições desta Portaria aplicam-se aos estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Municipal e às demais atividades abrangidas pelas competências legais do SIM.

§ 2º As ações previstas nesta Portaria deverão observar os princípios da proteção da saúde pública, da segurança dos alimentos, da lealdade nas relações de consumo, da rastreabilidade, da transparência e da responsabilidade dos estabelecimentos registrados.
§ 3º Os procedimentos previstos nesta Portaria serão executados considerando a natureza da atividade fiscalizatória, o risco sanitário e a capacidade operacional do Serviço de Inspeção Municipal.
Art. 2º Compete à Secretaria Municipal de Agronegócios – SEMAG:
I – aprovar o Planejamento das Ações de Prevenção e Combate à Fraude e suas atualizações;
II – assegurar, observada a disponibilidade administrativa, orçamentária e financeira, as condições necessárias à execução das ações previstas;
III – apoiar a articulação do SIM com outros órgãos e instituições, quando necessária;
IV – analisar as demandas encaminhadas pela Coordenação do SIM e adotar as providências cabíveis no âmbito de sua competência;
V – acompanhar a execução do planejamento, resguardada a autonomia técnica dos servidores responsáveis pelas ações fiscais.
Art. 3º Compete à Coordenação do Serviço de Inspeção Municipal – SIM:
I – elaborar, revisar e acompanhar o Planejamento das Ações de Prevenção e Combate à Fraude, submetendo-o à aprovação da SEMAG;
II – definir as prioridades e orientar a execução das ações, considerando os critérios de risco e a capacidade operacional do SIM;
III – acompanhar os registros das ações executadas e assegurar sua organização, rastreabilidade e disponibilidade para fins de auditoria;
IV – avaliar os resultados do planejamento e promover sua atualização quando necessária;
V – comunicar à SEMAG as situações que demandem apoio institucional, articulação com outros órgãos ou providências no âmbito de sua competência.
Art. 4º Compete aos servidores do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, no âmbito de suas atribuições legais:
I – executar as ações previstas no Planejamento das Ações de Prevenção e Combate à Fraude;
II – realizar inspeções, fiscalizações, verificações documentais, coletas oficiais e demais procedimentos relacionados à prevenção, identificação e apuração de possíveis fraudes;
III – verificar a conformidade da formulação, rotulagem, identidade, composição, rastreabilidade e quantidade dos produtos de origem animal;
IV – confrontar os registros de recebimento de matérias-primas, produção, estoque, expedição, comercialização e demais documentos relacionados ao processo produtivo;
V – registrar, de forma clara e auditável, as ações realizadas, os resultados obtidos, as não conformidades identificadas e as providências adotadas;
VI – comunicar imediatamente à Coordenação do SIM a existência de indícios de fraude, especialmente quando a ocorrência apresentar maior gravidade, abrangência ou risco sanitário;
VII – adotar, dentro de sua competência e nos termos da legislação aplicável, as medidas fiscais e cautelares necessárias à proteção da saúde pública, à preservação das evidências e à interrupção da irregularidade;
VIII – preservar a identificação, a integridade, a rastreabilidade, a confidencialidade e, quando aplicável, a cadeia de custódia das amostras, documentos e demais evidências obtidas durante a ação fiscal;
IX – prestar as informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação do Planejamento das Ações de Prevenção e Combate à Fraude;
X – participar, quando designado, de ações integradas, operações conjuntas e atividades de educação sanitária relacionadas à prevenção e ao combate à fraude;
XI – informar à Coordenação do SIM eventuais dificuldades ou impedimentos que possam comprometer a execução das ações planejadas; e
XII – atuar com imparcialidade, independência técnica, confidencialidade e observância aos princípios da legalidade, motivação, proporcionalidade e interesse público.
Parágrafo único. As competências previstas neste artigo serão exercidas sem prejuízo das atribuições específicas de cada cargo ou função, sob orientação administrativa da Coordenação do SIM e preservada a autonomia técnica dos servidores no exercício da fiscalização.
Art. 5º O Programa de Prevenção e Combate à Fraude tem por objetivos:
I – proteger a saúde pública e os interesses dos consumidores;
II – assegurar a identidade, a qualidade, a autenticidade, a composição, a inocuidade e a conformidade dos produtos de origem animal;
III – prevenir, identificar e combater práticas de fraude alimentar ou econômica que possam comprometer a segurança dos alimentos ou induzir o consumidor, a fiscalização oficial ou terceiros em erro;
IV – promover a rastreabilidade das matérias-primas, ingredientes, insumos, embalagens e produtos de origem animal;
V – fortalecer a confiabilidade do Serviço de Inspeção Municipal e dos estabelecimentos registrados;
VI – verificar a implantação e a execução das boas práticas de fabricação e dos programas de autocontrole relacionados à prevenção de fraudes, à identidade, à composição, à rastreabilidade e à conformidade dos produtos;
VII – subsidiar as ações de fiscalização, educação sanitária e combate à clandestinidade.
Art. 6º Para os fins desta Portaria considera-se:
I – Fraude alimentar: prática intencional destinada a obter vantagem indevida ou induzir o consumidor, a fiscalização oficial ou terceiros em erro, mediante adulteração, falsificação, substituição, alteração, omissão ou qualquer outra ação que comprometa a identidade, composição, qualidade, autenticidade, quantidade, origem, rastreabilidade, rotulagem ou conformidade legal dos produtos de origem animal;
II – Adulteração: alteração intencional das características, composição, identidade, qualidade ou quantidade de produto de origem animal mediante adição, retirada, substituição ou utilização de ingredientes, matérias-primas, substâncias ou processos não autorizados ou em desacordo com a legislação;
III – Falsificação: utilização, reprodução ou alteração fraudulenta de rótulos, selos, carimbos de inspeção, números de registro, documentos, embalagens, registros ou quaisquer informações destinadas a atribuir falsa identidade, procedência ou regularidade sanitária ao produto ou estabelecimento;
IV – Rastreabilidade: capacidade de identificar e acompanhar a origem, movimentação, processamento e destino das matérias-primas, ingredientes, embalagens, insumos e produtos de origem animal por meio de registros que permitam sua verificação pela fiscalização oficial;
V – Produto não conforme: produto que apresente características em desacordo com a legislação, com o memorial descritivo aprovado, com a rotulagem registrada ou com os padrões oficiais de identidade e qualidade aplicáveis;
VI – Indício de fraude: elemento material, documental, laboratorial ou circunstancial que indique possível prática intencional destinada à obtenção de vantagem indevida ou à indução do consumidor, da fiscalização oficial ou de terceiros em erro.
Parágrafo único. A constatação de não conformidade, isoladamente, não caracteriza fraude, devendo ser avaliadas a materialidade, as circunstâncias da ocorrência e a eventual intencionalidade da conduta.
Art. 7º As ações de prevenção e combate à fraude serão organizadas por meio do Planejamento das Ações de Prevenção e Combate à Fraude, conforme modelo constante do Anexo III desta Portaria.
§ 1º O planejamento será elaborado pela Coordenação do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, considerando:
I – o risco e a vulnerabilidade dos produtos à ocorrência de fraude;
II – a complexidade da formulação e do processo produtivo;
III – o valor econômico, o volume e a diversidade da produção;
IV – o histórico de não conformidades, infrações e suspeitas de fraude;

V – os resultados de análises laboratoriais e verificações oficiais;
VI – as denúncias e informações recebidas;
VII – as alterações de formulação, processo produtivo ou rotulagem;
VIII – o período transcorrido desde a última verificação; e
IX – a capacidade operacional do Serviço de Inspeção Municipal.
§ 2º O planejamento deverá estabelecer, no mínimo, as ações previstas, o período estimado de execução, os critérios de seleção dos estabelecimentos ou produtos, os responsáveis pela execução e os registros destinados à comprovação das atividades.
§ 3º O planejamento poderá ser atualizado durante sua vigência, mediante justificativa, quando houver alteração do risco, denúncia, resultado laboratorial não conforme, identificação de indícios de fraude ou outra situação que demande atuação do SIM.
§ 4º A ausência de determinada ação no planejamento não impedirá a realização de fiscalização, coleta de amostras, auditoria, apuração de denúncia ou outra medida extraordinária considerada necessária pelo SIM.
§ 5º O planejamento será elaborado e aprovado até o último dia útil do mês de março de cada ano e abrangerá o período de abril do ano corrente a março do ano subsequente.
Art. 8º Para a prevenção, detecção e combate às fraudes em produtos de origem animal sujeitos à fiscalização do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, poderão ser adotados, isolada ou conjuntamente, os seguintes procedimentos fiscais:
I – realização de inspeções de rotina, supervisões, auditorias técnico-sanitárias e reinspeções industriais e sanitárias;
II – verificação da conformidade da rotulagem e sua compatibilidade com os registros aprovados pelo SIM;
III – verificação da formulação dos produtos, confrontando a composição efetivamente utilizada com a aprovada pelo Serviço de Inspeção Municipal;
IV – verificação da rastreabilidade das matérias-primas, ingredientes, insumos, embalagens e produtos acabados;
V – confrontação dos registros, mapas estatísticos e documentos fiscais relativos ao recebimento de matérias-primas, produção, condenação, estoque, expedição e comercialização, bem como dos demais documentos relacionados ao processo produtivo;
VI – verificação do cumprimento dos parâmetros previstos no processo de fabricação aprovado, incluindo, quando aplicável, tempo, temperatura, maturação, salga, defumação e demais condições tecnológicas determinantes para a identidade e a qualidade do produto;
VII – verificação indicativa do conteúdo líquido declarado na rotulagem, quando aplicável;
VIII – coleta oficial de amostras para análises laboratoriais destinadas à verificação da identidade, composição, autenticidade, qualidade ou conformidade dos produtos;
IX – apuração de denúncias e outras informações relativas à suspeita de fraude;
X – desenvolvimento de ações integradas de prevenção à fraude e de combate às atividades clandestinas relacionadas à obtenção, produção, processamento, armazenamento, transporte e comercialização de produtos de origem animal, observado, quando existente, o Programa de Combate à Clandestinidade do SIM;
XI – realização de ações de educação sanitária destinadas aos produtores, estabelecimentos registrados, comerciantes e consumidores.
§ 1º A coleta oficial de amostras será realizada por servidor do SIM, mediante identificação da amostra e registro das informações necessárias à sua rastreabilidade, observados os procedimentos definidos em norma específica, inclusive quanto à identificação, lacração, conservação, transporte e documentação da amostra.
§ 2º O controle de formulação tem por finalidade prevenir adulterações, substituições, omissões ou quaisquer alterações capazes de comprometer a identidade, composição ou qualidade dos produtos.
§ 3º O formulário constante do Anexo I será utilizado para registro do controle de formulação.
§ 4º A frequência e o escopo do controle de formulação serão definidos no Planejamento das Ações de Prevenção e Combate à Fraude, considerando critérios de risco, vulnerabilidade do produto, volume de produção, histórico do estabelecimento, resultados laboratoriais, denúncias e não conformidades anteriormente identificadas.
Art. 9º A formulação utilizada na fabricação deverá corresponder à formulação constante do registro vigente do produto, aprovada pelo Serviço de Inspeção Municipal.
Parágrafo único. Qualquer alteração na formulação, no processo de fabricação ou nas informações de rotulagem deverá ser previamente submetida ao SIM, observados os procedimentos e as exigências estabelecidos nas normas específicas aplicáveis.
Art. 10 A verificação indicativa do conteúdo líquido declarado na rotulagem poderá ser utilizada como procedimento complementar de avaliação dos produtos sujeitos à fiscalização do SIM, sem prejuízo das competências dos órgãos responsáveis pelo controle metrológico legal.
§ 1º Para fins de avaliação indicativa, serão verificadas, no mínimo, cinco unidades pertencentes ao mesmo lote, devendo os resultados obtidos ser registrados no formulário constante do Anexo II.
§ 2º Identificado indício de divergência entre o conteúdo líquido declarado e o verificado, o SIM adotará as providências compreendidas em sua competência e poderá comunicar a ocorrência ao órgão responsável pelo controle metrológico legal.
Art. 11 As ações de prevenção e combate à fraude poderão ser desenvolvidas de forma integrada aos programas de combate à clandestinidade, educação sanitária, análises laboratoriais e verificação dos programas de autocontrole do SIM, mantidos os objetivos, procedimentos e registros específicos de cada programa.
Parágrafo único. As ações poderão ser realizadas por meio de palestras, reuniões, campanhas educativas, materiais informativos, publicações em meios eletrônicos ou outras formas de divulgação, conforme previsto no Planejamento das Ações de Prevenção e Combate à Fraude ou no planejamento específico das ações de educação sanitária do SIM.
Art. 12 Todas as ações desenvolvidas no âmbito desta Portaria deverão possuir registros auditáveis, podendo ser utilizados formulários, relatórios, planilhas, registros fotográficos, laudos laboratoriais, processos administrativos ou outros documentos equivalentes sempre que compatíveis com a natureza da ação realizada.
§ 1º Os registros deverão ser arquivados no processo do estabelecimento ou em outro meio oficial utilizado pelo Serviço de Inspeção Municipal, assegurando sua rastreabilidade e disponibilidade para fins de auditoria.
§ 2º Encerrado o período de vigência do planejamento, a Coordenação do Serviço de Inspeção Municipal preencherá, até o último dia do mês de abril, a seção destinada à Avaliação do Plano Executado, constante do Anexo III desta Portaria, contendo as principais não conformidades ou os indícios de fraude identificados, quando houver, as providências adotadas, a avaliação geral dos resultados, as propostas de melhoria e a ciência da autoridade competente da SEMAG.
Art. 13 As denúncias relacionadas à suspeita de fraude em produtos de origem animal serão registradas, avaliadas, apuradas e concluídas de forma rastreável pelo Serviço de Inspeção Municipal, observados a natureza da ocorrência, a consistência das informações apresentadas, o risco sanitário envolvido e o procedimento específico de tratamento de denúncias adotado pelo SIM.
Art. 14 Constatada não conformidade ou identificados indícios de fraude, o Serviço de Inspeção Municipal adotará as medidas fiscais, cautelares e administrativas necessárias, nos limites da legislação municipal aplicável, sem prejuízo da instauração do processo administrativo para apuração da infração e aplicação das penalidades cabíveis.
Parágrafo único. Quando os fatos apurados indicarem infração de competência de outro órgão, o SIM encaminhará as informações e os documentos pertinentes às autoridades competentes.

Art. 15 A constatação de fraude ou a existência de indícios fundamentados **poderá determinar**, quando necessário, a intensificação das fiscalizações, auditorias, coletas oficiais, análises laboratoriais e demais procedimentos fiscais, inclusive auditorias extraordinárias dos programas de autocontrole, considerando a gravidade, a abrangência, a reincidência, o risco sanitário e a possibilidade de extensão da irregularidade a outros lotes ou produtos.

Art. 16 Os estabelecimentos registrados são responsáveis pela identidade, qualidade, composição, autenticidade, quantidade, origem, rastreabilidade, rotulagem e conformidade dos produtos que elaboram e comercializam.

§ 1º Os estabelecimentos deverão manter procedimentos e registros que permitam verificar, em qualquer etapa da produção:

I – a origem e a regularidade das matérias-primas, ingredientes, aditivos, coadjuvantes de tecnologia, insumos e embalagens;

II – a formulação efetivamente utilizada em cada lote e os respectivos registros de produção e pesagem;

III – a compatibilidade entre matérias-primas recebidas, produtos fabricados, estoques e expedições;

IV – a identificação e o destino dos produtos acabados; e

V – a execução das medidas corretivas, preventivas e de recolhimento, quando necessárias.

§ 2º Os controles previstos neste artigo deverão integrar os programas de autocontrole do estabelecimento e permanecer disponíveis para verificação pelo SIM.

Art. 17 Excepcionalmente, até a aprovação do primeiro Planejamento das Ações de Prevenção e Combate à Fraude, prevista para março de 2027, o Serviço de Inspeção Municipal – SIM executará ações pontuais, de ofício ou sob demanda, inclusive durante as vistorias de verificação oficial dos Programas de Autocontrole, considerando as denúncias recebidas, os indícios de fraude, os resultados de verificações e análises laboratoriais, o risco sanitário, o histórico dos estabelecimentos e outras situações que justifiquem a atuação fiscal.

§ 1º As ações realizadas durante o período transitório deverão ser registradas de forma auditável, mediante termos de fiscalização, formulários, relatórios, planilhas, registros fotográficos, laudos laboratoriais, processos administrativos ou outros documentos compatíveis com a natureza da atividade.

§ 2º As ações de recebimento, avaliação e apuração de denúncias realizadas e registradas pelo SIM no ano de 2026, ainda que por meio de registros simplificados, serão consideradas para fins de composição do histórico, avaliação inicial do Programa e elaboração do primeiro planejamento, desde que relacionadas à prevenção ou ao combate à fraude e contenham informações suficientes sobre as providências adotadas e os resultados obtidos.

§ 3º As ações executadas no período transitório serão consolidadas pela Coordenação do SIM e consideradas na elaboração do primeiro Planejamento das Ações de Prevenção e Combate à Fraude.

Art. 18 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, julho de 2026.

(Assinado Digitalmente)
CLAUDIA ANTONIA SANTANA
Secretária Municipal de Agronegócios

(Assinado Digitalmente)
LEANDRO SILVA GUIMARÃES
Diretor de Agropecuária, Infraestrutura e Inspeção

ANEXO I - CONTROLE DE FORMULAÇÃO DE PRODUTOS

CONTROLE DE FORMULAÇÃO DE PRODUTOS						
Estabelecimento:				**Nº de registro no SIM:**		
Classificação:				**CNPJ/CPF:**		
Produto:				**Nº de registro do produto:**		
Data de Fabricação: Lote: Data de Validade:						
Quantidade total do lote:						
VERIFICAÇÃO DA FORMULAÇÃO *Orientação: registrar uma linha para cada ingrediente, aditivo ou coadjuvante verificado. A comparação deverá considerar o registro aprovado, as pesagens e os limites legais aplicáveis. C = conforme; NC = não conforme*						
Ingrediente, aditivo ou coadjuvante	**Quantidade/percentual aprovado**	**Quantidade/percentual verificado**	**Limite legal ou RTIQ**	**Fonte da verificação**	**Resultado C / NC**	**Observações**
Conclusão da verificação:						
Providências adotadas:						
Documentos utilizados na verificação, anexados ou relacionados:						
ASSINATURAS						
Data: **Nome e assinatura do(s) servidor(es) do SIM:** **Nome e Assinatura Responsável pelo Acompanhamento no estabelecimento:**						

ANEXO II - REGISTRO DE VERIFICAÇÃO INDICATIVA DO CONTEÚDO LÍQUIDO

REGISTRO DE VERIFICAÇÃO INDICATIVA DO CONTEÚDO LÍQUIDO						
Estabelecimento:						
Classificação do estabelecimento:						
Nº de Registro no SIM						
Responsável legal:						
CNPJ/CPF:				**Insc. Estadual:**		
E-mail:				**Telefone:** (__) _____		
Nome do produto:						
Nº de registro do produto no SIM: _____				**Lote/validade:** _____		
Dados do equipamento de medição **Número de série da balança:** _____ **Capacidade e divisão da balança:** _____						
Amostra	**Conteúdo Líquido Declarado**	**Peso Bruto**	**Peso da Embalagem**	**Conteúdo Líquido Encontrado**	**Diferença**	**Resultado**
1						( ) C ( ) NC
2						( ) C ( ) NC
3						( ) C ( ) NC

4						( ) C ( ) NC
5						( ) C ( ) NC

Média do conteúdo líquido obtido: _____
Tamanho conhecido ou estimado do lote: _____

Resultado da verificação: ( ) Conforme ( ) Não Conforme

Observações:

Providências adotadas:

Instruções de preenchimento: *A aferição deverá ser realizada mediante a pesagem de* ***05 (cinco) unidades*** *do mesmo lote, observando-se os critérios estabelecidos na legislação aplicável. O resultado deverá ser registrado neste formulário e toda não conformidade deverá ser descrita no respectivo Termo de Fiscalização, com a adoção das medidas administrativas cabíveis.*

Data: _____/_____/_____.

Nome e assinatura do(s) servidor(es) do SIM:

Nome e Assinatura Responsável pelo Acompanhamento no estabelecimento:

ANEXO III - PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE À FRAUDE

PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE À FRAUDE

IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

Período de Vigência: Data de Elaboração:
Responsável pela Elaboração:
Versão: Data da Revisão:
Coordenação do SIM *(caso o plano tenha sido elaborado por servidor designado)*:

PLANEJAMENTO

Descrição da Ação Planejada	Estabelecimento/Produto	Motivo da Seleção	Período Previsto	Responsável	Situação	Registro	Observação
					( ) Realizada ( ) Reprogramada ( ) Cancelada		
					( ) Realizada ( ) Reprogramada ( ) Cancelada		
					( ) Realizada ( ) Reprogramada ( ) Cancelada		

APROVAÇÃO DO PLANO

( ) APROVADO
( ) APROVADO COM RESSALVAS – Ressalvas: _____
( ) DEVOLVIDO PARA ADEQUAÇÃO.
Autoridade Responsável pela Aprovação (SEMAG):
Nome, data e assinatura.

AVALIAÇÃO DO PLANO EXECUTADO
(a ser preenchido pela Coordenação do SIM, até o último dia do mês de abril, para avaliação da execução do plano de prevenção e combate à fraude)

Principais não conformidades ou indícios de fraude identificados:

Providências adotadas:

Avaliação geral dos resultados:

Propostas de melhorias, quando houver:

Assinatura Coordenação do SIM: Data:
Ciência da SEMAG (nome, cargo, assinatura): Data:

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:BBAC63D6

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA SEMAG-SIM Nº 18, DE 07 DE JULHO DE 2026

INSTITUI O PROGRAMA DE PREVENÇÃO E COMBATE À CLANDESTINIDADE EM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS E ESTABELECE DIRETRIZES PARA SEU PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO.

A Secretária Municipal de Agronegócios, Cláudia Antônia Santana, e o Diretor de Agropecuária, Infraestrutura e Inspeção, Leandro Silva Guimarães, no uso das atribuições legais e,
Considerando a Lei Federal nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, a Lei Federal nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, o Decreto Federal nº 5.741, de 30 de março de 2006, o Decreto Federal nº 9.013, de 29 de março de 2017, e a Portaria MAPA nº 672, de 8 de abril de 2024 e suas alterações, no que couber ao Serviço de Inspeção Municipal;
Considerando que, para fins de equivalência ao SISBI-POA, devem ser demonstradas ações de educação sanitária e de combate às atividades clandestinas, com programação, execução e registros auditáveis;
RESOLVE:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Fica instituído o Programa de Prevenção e Combate à Clandestinidade em Produtos de Origem Animal no âmbito do Serviço de Inspeção Municipal de Divinópolis – SIM.
Art. 2º O Programa tem por finalidade promover ações integradas de educação sanitária, prevenção, orientação e fiscalização, visando reduzir a produção, manipulação, armazenamento, transporte e comercialização clandestina de produtos de origem animal, contribuindo para:
I – proteção da saúde pública;
II – segurança dos alimentos;
III – proteção do consumidor;
IV – valorização dos estabelecimentos regularmente registrados;
V – fortalecimento do Serviço de Inspeção Municipal.
Parágrafo único. As ações de educação sanitária poderão ser desenvolvidas em conjunto com o Programa Municipal de Educação Sanitária.
CAPÍTULO II
DAS DEFINIÇÕES
Art. 3º Para os fins desta Portaria considera-se:
I – clandestinidade: realização de abate, produção, manipulação, beneficiamento, industrialização ou fracionamento de produtos de origem animal em estabelecimento ou local não registrado no serviço oficial de inspeção competente, quando o registro for legalmente exigido, bem como o

armazenamento, transporte ou comercialização de produto proveniente dessa atividade ou sem comprovação idônea de origem e regularidade sanitária;

II – produto de origem animal clandestino: produto proveniente de atividade clandestina, sem identificação do serviço oficial de inspeção competente, quando obrigatória, ou sem documentação idônea que permita comprovar sua origem e regularidade sanitária;

III – produto irregular: o produto de origem animal que apresente desconformidade sanitária, tecnológica, documental, cadastral ou de rotulagem, sem que essa condição implique, isoladamente, sua caracterização como produto clandestino;

IV – ação programada: atividade previamente planejada pelo Serviço de Inspeção Municipal;

V – ação por denúncia: atividade decorrente de comunicação recebida pelos canais oficiais e classificada como de competência do SIM;

VI – ação conjunta: atividade realizada pelo SIM em articulação com outro órgão público, respeitadas as competências legais de cada instituição.

CAPÍTULO III

DAS AÇÕES DO PROGRAMA

Art. 4º O Programa de Prevenção e Combate à Clandestinidade será desenvolvido por meio de ações preventivas, educativas, orientativas, fiscalizatórias e integradas, observadas as competências do Serviço de Inspeção Municipal, a priorização baseada em risco e a capacidade operacional da equipe.

Parágrafo único. As ações poderão ser executadas de forma isolada ou em conjunto com outros órgãos públicos competentes.

Art. 5º A Coordenação do Serviço de Inspeção Municipal elaborará, até o último dia útil do mês de março de cada ano, o Plano Anual do Programa de Prevenção e Combate à Clandestinidade em Produtos de Origem Animal, que será submetido à aprovação da autoridade hierarquicamente superior, conforme o modelo constante do Anexo I desta Portaria.

§ 1º O Plano terá vigência de doze meses, compreendida entre 1º de abril do ano de sua aprovação e 31 de março do ano subsequente.

§ 2º Na elaboração do Plano serão considerados os riscos sanitários identificados, os períodos de maior consumo, o histórico de denúncias e ocorrências, as demandas recebidas de outros órgãos públicos, a disponibilidade operacional do Serviço de Inspeção Municipal e os resultados disponíveis das ações executadas durante o período em encerramento.

§ 3º O Plano poderá ser alterado durante sua vigência em razão de denúncias, situações emergenciais, riscos sanitários, operações conjuntas ou necessidade de priorização das atividades do Serviço, mediante justificativa registrada, observado que:

I – a inclusão, exclusão ou substituição de ações será submetida à autoridade responsável pela aprovação do Plano;

II – a alteração de período, responsável ou forma de execução poderá ser formalizada pela Coordenação do SIM, com registro no próprio Plano.

§ 4º As ações decorrentes de denúncias, situações emergenciais ou riscos à saúde pública poderão ser executadas independentemente de previsão no Plano Anual.

§ 5º Os resultados consolidados no Relatório Anual poderão subsidiar a revisão do Plano em vigência, mediante justificativa e registro da alteração.

Art. 6º O Plano Anual poderá contemplar, dentre outras, as seguintes ações:

I – ações de educação sanitária dirigidas à população, aos consumidores, produtores rurais, comerciantes, transportadores e responsáveis por estabelecimentos registrados ou sujeitos a registro em serviço oficial de inspeção;

II – orientações quanto à obrigatoriedade da comercialização de produtos provenientes de estabelecimentos registrados em serviço oficial de inspeção;

III – atendimento e apuração de denúncias relacionadas às atividades clandestinas envolvendo produtos de origem animal;

IV – levantamentos de informações destinados à identificação de possíveis atividades clandestinas;

V – fiscalizações programadas com base em critérios de risco sanitário ou em períodos de maior consumo;

VI – ações integradas com outros órgãos públicos;

VII – divulgação de informações destinadas ao incentivo do consumo de produtos de origem animal inspecionados;

VIII – encaminhamento de informações aos órgãos competentes quando a matéria não estiver inserida na competência legal do Serviço de Inspeção Municipal;

IX – divulgação dos canais oficiais destinados ao recebimento de denúncias relacionadas à produção clandestina de produtos de origem animal;

X – divulgação, sempre que possível, das ações educativas, orientativas e de combate à clandestinidade realizadas pelo Serviço de Inspeção Municipal por meio dos canais oficiais do Município.

CAPÍTULO IV

DAS DENÚNCIAS

Art. 7º As denúncias serão recebidas pelos canais oficiais do Município ou diretamente pelo SIM.

§ 1º As denúncias recebidas serão registradas, ainda que apresentadas de forma anônima, contendo, sempre que disponíveis, as informações necessárias à sua identificação, classificação e encaminhamento.

§ 2º As denúncias serão avaliadas considerando:

I – a competência do SIM;

II – a existência de elementos mínimos para apuração;

III – o risco sanitário;

IV – a gravidade e a urgência dos fatos;

V – a possibilidade de dano à saúde pública.

§ 3º As denúncias de competência do SIM serão admitidas para apuração quando contiverem elementos mínimos que permitam identificar o local, o fato denunciado e a possível irregularidade.

§ 4º Quando os elementos forem insuficientes para a apuração, essa circunstância será registrada, podendo ser promovido o encerramento fundamentado do registro.

§ 5º A identidade e os dados pessoais do denunciante identificado terão acesso restrito e serão utilizados exclusivamente para as finalidades de recebimento, análise e apuração da denúncia, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

Art. 8º Quando for constatado que a denúncia trata de matéria alheia à competência do Serviço de Inspeção Municipal — SIM, o denunciante será orientado, sempre que possível, a encaminhar a demanda ao órgão competente.

Parágrafo único. Quando entender pertinente, o SIM poderá encaminhar as informações recebidas ao órgão competente, para conhecimento e adoção das providências cabíveis.

CAPÍTULO V

DAS AÇÕES CONJUNTAS

Art. 9º O Serviço de Inspeção Municipal poderá realizar ações conjuntas com a Vigilância Sanitária Municipal, o Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA, o Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, os órgãos de segurança pública e outras instituições competentes, observadas as atribuições legais de cada órgão.

Art. 10 As ações previstas nesta Portaria serão executadas no âmbito da competência do Serviço de Inspeção Municipal, sem prejuízo das atribuições dos demais órgãos de fiscalização e controle.

Parágrafo único. Verificada situação cuja apuração ou adoção de medidas administrativas seja de competência de outro órgão, o Serviço de Inspeção Municipal encaminhará as informações à autoridade competente, podendo participar de ações integradas quando houver interesse comum na proteção da saúde pública.

Art. 11 Diante de indícios ou evidências de produção, manipulação, beneficiamento, fracionamento, armazenamento, transporte ou comercialização clandestina de produtos de origem animal sujeitos à inspeção municipal, o Serviço de Inspeção Municipal adotará as medidas administrativas cabíveis, nos termos da legislação municipal vigente, incluindo, quando aplicável, orientação, notificação, lavratura de autos e termos oficiais, apreensão, inutilização, interdição ou demais providências legalmente previstas.

Parágrafo único. Quando a irregularidade representar risco à saúde pública ou envolver matéria que extrapole a competência do Serviço de Inspeção Municipal, o fato será comunicado ao órgão competente, sem prejuízo da atuação integrada entre as instituições envolvidas.

CAPÍTULO VI

DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

Art. 12 Compete aos servidores do Serviço de Inspeção Municipal envolvidos na execução do Programa de Prevenção e Combate à Clandestinidade:

I – executar as ações programadas ou determinadas pela Coordenação do SIM, observadas suas atribuições funcionais e competências legais;

II – atuar de forma técnica, imparcial e fundamentada, respeitando os procedimentos administrativos e a legislação aplicável;

III – registrar, de forma clara, tempestiva, simplificada e auditável, as ações realizadas, as constatações verificadas e as providências adotadas;

IV – preservar a integridade, a rastreabilidade e a confidencialidade dos documentos, informações, imagens e demais evidências obtidas durante as ações;

V – comunicar imediatamente à Coordenação do SIM a identificação de situação que represente risco à saúde pública, atividade clandestina, impedimento à fiscalização ou matéria que extrapole a competência do Serviço;

VI – encaminhar à Coordenação do SIM os documentos e registros produzidos, para organização, arquivamento, consolidação dos indicadores e adoção das providências cabíveis;

VII – prestar as informações necessárias à elaboração do Plano Anual e do Relatório Anual do Programa;

VIII – participar, quando designados, de ações educativas, orientativas, fiscalizatórias ou integradas com outros órgãos públicos;

IX – comunicar à Coordenação do SIM eventual impedimento técnico, operacional, administrativo ou de segurança que impossibilite ou prejudique a execução da ação designada.

Parágrafo único. A execução das atividades previstas neste artigo deverá observar as competências do cargo, a designação administrativa e as orientações da Coordenação do Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 13 Compete à Coordenação do Serviço de Inspeção Municipal:

I – coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução do Programa de Prevenção e Combate à Clandestinidade;

II – elaborar o Plano Anual do Programa e submetê-lo à aprovação da autoridade competente da Secretaria Municipal de Agronegócios;

III – definir as prioridades de atuação, considerando os riscos sanitários, as denúncias recebidas, os períodos de maior consumo, o histórico de ocorrências e a capacidade operacional da equipe;

IV – distribuir e acompanhar as atividades entre os servidores, observadas suas atribuições funcionais e a disponibilidade operacional;

V – analisar e classificar as denúncias recebidas, ou designar servidor responsável por essa atividade, determinando as providências necessárias;

VI – promover a articulação com a Vigilância Sanitária Municipal, o Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA, o Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, os órgãos de segurança pública e outras instituições competentes;

VII – assegurar a organização, a rastreabilidade, o controle e o arquivamento dos registros produzidos no âmbito do Programa;

VIII – acompanhar os indicadores de execução e propor a reprogramação, alteração ou complementação das ações, quando necessário;

IX – elaborar o Relatório Anual do Programa, ou designar servidor responsável por sua consolidação, submetendo-o à ciência da autoridade competente da Secretaria Municipal de Agronegócios;

X – comunicar à Secretaria Municipal de Agronegócios as necessidades de recursos humanos, materiais, financeiros, logísticos ou institucionais necessárias à execução do Programa;

XI – propor ações de capacitação da equipe relacionadas à prevenção, identificação e combate às atividades clandestinas;

XII – adotar, no âmbito de sua competência, as providências administrativas decorrentes das ações realizadas.

Parágrafo único. A Coordenação do SIM poderá designar servidores para auxiliar na elaboração do Plano Anual, na consolidação dos indicadores e na elaboração do Relatório Anual, permanecendo responsável pela supervisão e validação dos documentos.

Art. 14 Compete à Secretaria Municipal de Agronegócios – SEMAG:

I – aprovar o Plano Anual do Programa de Prevenção e Combate à Clandestinidade e suas alterações, quando aplicável;

II – tomar ciência e acompanhar os resultados apresentados no Relatório Anual do Programa;

III – promover, observadas as disponibilidades administrativa, orçamentária e financeira, as condições necessárias à execução das ações previstas nesta Portaria;

IV – apoiar a articulação institucional do SIM com outros órgãos e entidades públicas, especialmente quando a ação demandar atuação conjunta ou suporte administrativo;

V – apoiar a realização e a divulgação de ações educativas, orientativas e institucionais relacionadas à prevenção e ao combate à clandestinidade;

VI – adotar, no âmbito de sua competência, as providências administrativas necessárias diante de dificuldades, riscos ou necessidades comunicadas pela Coordenação do SIM;

VII – promover o apoio administrativo e logístico necessário à organização, à guarda e à disponibilidade dos registros e documentos do Programa;

VIII – acompanhar o cumprimento das disposições desta Portaria e determinar, quando necessário, a adoção de medidas de aprimoramento do Programa.

Parágrafo único. O apoio previsto neste artigo não afasta a autonomia técnica dos servidores do Serviço de Inspeção Municipal no exercício das atividades de inspeção e fiscalização.

CAPÍTULO VII

DOS REGISTROS

Art. 15 As ações executadas no âmbito do Programa deverão possuir registro simplificado e auditável, em meio físico ou eletrônico, contendo:

I – identificação da denúncia, quando aplicável;

II – data da ação;

III – local;

IV – tipo de ação realizada;

V – objetivo da ação;

VI – servidores participantes;

VII – órgãos participantes, quando houver;

VIII – produtos, estabelecimentos ou situações envolvidas;

IX – descrição resumida das atividades realizadas;
X – irregularidades constatadas, quando houver;
XI – providências adotadas;
XII – documentos comprobatórios, quando existentes.
§ 1º O registro das ações poderá ser realizado por meio de relatório simplificado, formulário próprio, processo administrativo, sistema informatizado, ata, ofício, termo de fiscalização, autos e termos oficiais utilizados pelo SIM, notificação, registro fotográfico, lista de presença ou outro documento compatível com a natureza da ação executada.
§ 2º Os documentos produzidos ou recebidos durante a execução das ações deverão ser arquivados pelo SIM, de forma a permitir a rastreabilidade, a conferência e a comprovação das atividades realizadas.
§ 3º Quando a ação resultar em encaminhamento a outro órgão, deverá ser mantido registro do encaminhamento realizado e, quando disponível, do recebimento, da resposta ou das providências comunicadas pelo órgão destinatário.

CAPÍTULO VIII

DO MONITORAMENTO

Art. 16 Até o último dia útil do mês de abril subsequente ao encerramento do período de vigência do Plano, o Serviço de Inspeção Municipal elaborará o Relatório Anual do Programa e consolidará os respectivos indicadores, conforme o modelo constante do Anexo II desta Portaria, contendo, no mínimo:
I – número de ações programadas;
II – número de ações programadas executadas;
III – número de denúncias recebidas e apuradas;
IV – principais irregularidades verificadas;
V – ações educativas e orientativas desenvolvidas;
VI – ações conjuntas realizadas;
VII – providências adotadas;
VIII – justificativa para as ações reprogramadas, canceladas ou não executadas, quando houver;
IX – principais resultados e dificuldades identificados.

Art. 17 O Serviço de Inspeção Municipal manterá atualizada e disponibilizará para consulta a relação dos estabelecimentos registrados sob sua inspeção, por meio dos canais oficiais do Município, observado o disposto na legislação de proteção de dados pessoais.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18 As ações previstas nesta Portaria serão executadas conforme a disponibilidade administrativa, orçamentária, financeira, material e de pessoal da Secretaria Municipal de Agronegócios, observada a priorização baseada no risco sanitário, nos períodos de maior consumo, nas denúncias recebidas e nas demandas de interesse da saúde pública.
§ 1º A não execução de ação prevista no Plano Anual deverá ser justificada no Relatório Anual do Programa.
§ 2º A limitação de recursos não afastará a adoção prioritária das providências necessárias diante de situação que represente risco relevante ou iminente à saúde pública.
Art. 19 Os casos omissos de natureza técnico-operacional serão resolvidos pela Coordenação do Serviço de Inspeção Municipal e, quando envolverem matéria administrativa, orçamentária, financeira ou institucional, serão submetidos à autoridade competente da SEMAG, observadas as normas aplicáveis.
Art. 20 O Plano Anual deverá prever a realização de, no mínimo, três ações programadas de prevenção e combate à clandestinidade, sem prejuízo das ações decorrentes de denúncias, situações emergenciais ou riscos à saúde pública.
Parágrafo único. O disposto no caput será aplicado a partir do primeiro Plano Anual com vigência iniciada em 1º de abril de 2027, sem prejuízo da realização das ações pontuais previstas no art. 21 desta Portaria.
Art. 21 Excepcionalmente, no período compreendido entre a publicação desta Portaria e 31 de março de 2027, o Programa de Prevenção e Combate à Clandestinidade em Produtos de Origem Animal será executado por meio de ações pontuais, incluindo ações educativas e orientativas, ações decorrentes de denúncias, situações emergenciais, riscos à saúde pública e demandas encaminhadas por outros órgãos públicos.
§ 1º A Coordenação do SIM elaborará e manterá programação simplificada das ações prioritárias previstas para o período de transição, contendo, no mínimo, a ação, o período estimado e o meio de registro.
§ 2º As ações realizadas durante o período previsto no caput deverão possuir registros simplificados e auditáveis, na forma estabelecida no art. 15 desta Portaria.
§ 3º O primeiro Plano Anual elaborado com fundamento nesta Portaria deverá ser concluído e aprovado até o último dia útil do mês de março de 2027, com vigência de 1º de abril de 2027 a 31 de março de 2028.
§ 4º Até o último dia útil do mês de abril de 2027, o Serviço de Inspeção Municipal elaborará relatório simplificado das ações realizadas no período de transição, compreendido entre a publicação desta Portaria e 31 de março de 2027.
§ 5º Os registros, resultados e dificuldades disponíveis durante a elaboração do primeiro Plano Anual deverão subsidiar seu planejamento, e os resultados consolidados no relatório previsto no § 4º poderão fundamentar sua revisão, mediante justificativa e registro da alteração.
Art. 22 Fica revogada a Portaria SEMAG nº 29, de 02 de novembro de 2025.
Art. 23 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Divinópolis, julho de 2026.

(Assinado Digitalmente)
CLAUDIA ANTONIA SANTANA
Secretária Municipal de Agronegócios

(Assinado Digitalmente)
LEANDRO SILVA GUIMARÃES
Diretor de Agropecuária, Infraestrutura e Inspeção

ANEXO I – MODELO DE PLANO ANUAL DO PROGRAMA DE PREVENÇÃO E COMBATE À CLANDESTINIDADE EM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

PLANO ANUAL DO PROGRAMA DE PREVENÇÃO E COMBATE À CLANDESTINIDADE EM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL
IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

Período de Vigência: Data de Elaboração:
Responsável pela Elaboração:
Versão: Data da Revisão:
Coordenação do SIM *(caso o plano tenha sido elaborado por servidor designado)*:

PLANEJAMENTO								
Ação Programada	**Objetivo**	**Período**	**Forma de Execução**	**Responsável**	**Órgãos parceiros**	**Meio de Registro**	**Situação**	**Observação**
							( ) Realizada ( ) Reprogramada ( ) Cancelada	
							( ) Realizada ( ) Reprogramada ( ) Cancelada	
							( ) Realizada ( ) Reprogramada ( ) Cancelada	

APROVAÇÃO DO PLANO

( ) APROVADO
( ) APROVADO COM RESSALVAS – Ressalvas: _____
( ) DEVOLVIDO PARA ADEQUAÇÃO.
Autoridade Responsável pela Aprovação:
Nome, data e assinatura.

ANEXO II - RELATÓRIO ANUAL E INDICADORES DO PROGRAMA DE PREVENÇÃO E COMBATE À CLANDESTINIDADE EM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

RELATÓRIO ANUAL E INDICADORES DO PROGRAMA DE PREVENÇÃO E COMBATE À CLANDESTINIDADE EM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL		
Período avaliado: 1º de abril de _____ a 31 de março de _____.		
Indicador	**Quantidade**	**Observações**
Ações programadas previstas no Plano Anual		
Ações programadas executadas		
Ações programadas reprogramadas		
Ações programadas canceladas		
Ações educativas ou orientativas realizadas		
Fiscalizações ou ações relacionadas ao combate à clandestinidade		
Denúncias recebidas		
Denúncias apuradas pelo SIM		
Denúncias procedentes		
Denúncias improcedentes, inconclusivas, insuficientes para apuração ou fora da competência do SIM		
Denúncias ou informações encaminhadas a outros órgãos competentes		
Ações conjuntas realizadas com outros órgãos		
Quantitativo de produtos de origem animal impróprios ao consumo apreendidos e inutilizados		
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA		
Resultados obtidos no período:		
Dificuldades encontradas:		
Medidas propostas para o próximo período:		
RESPONSÁVEIS PELO RELATÓRIO		
Responsável pela consolidação: Nome, cargo, data e assinatura **Validação da Coordenação do SIM:** Nome, data e assinatura		

ANEXO III - FORMULÁRIO PARA DENÚNCIAS DE IRREGULARIDADES

DENÚNCIA Nº: _____/_____.	☐ **ANÔNIMA** ☐ **IDENTIFICADA**
CANAL DE RECEBIMENTO: _____.	
DADOS DO DENUNCIANTE *(O denunciante poderá optar pelo registro anônimo. Nessa hipótese, os campos de identificação pessoal não serão preenchidos e não será possível fornecer informações sobre o andamento ou o resultado da apuração)*	
NOME:	
MUNICÍPIO:	
TELEFONE:	**E-MAIL:**
DADOS SOBRE O OBJETO DA DENÚNCIA	
EMPREENDIMENTO DENUNCIADO:	
ATIVIDADE DO EMPREENDIMENTO:	
ENDEREÇO/LOCALIZAÇÃO:	
DESCRIÇÃO DO FATO DENUNCIADO:	
Eventual pedido de desistência do denunciante não impedirá o prosseguimento da apuração quando os fatos envolverem risco sanitário, interesse público ou possível infração à legislação.	
Divinópolis, _____ de _____ de 20_____.	
Assinatura do denunciante (opcional): _____ Assinatura do servidor responsável pelo recebimento: _____	
RESULTADO DA APURAÇÃO (PREENCHIMENTO INTERNO DO SIM):	
Período de apuração: _____ Servidores responsáveis: _____ Resultado: ( ) PROCEDENTE ( ) IMPROCEDENTE ( ) INCONCLUSIVA ( ) INSUFICIENTE PARA APURAÇÃO ( ) FORA DA COMPETÊNCIA DO SIM ( ) ENCAMINHADA A OUTRO ÓRGÃO. Especificar: _____ ( ) OUTRO. Especificar: _____ Documentos gerados: _____ Assinatura e carimbo do servidor responsável pela apuração: _____	

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:6331970A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA SEMAG-SIM Nº 27 DE 07 DE JULHO DE 2026

DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISES LABORATORIAIS FISCAIS E DE AUTOCONTROLE DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL EM ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS — SIM, PARA FINS DE PADRONIZAÇÃO E ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE EQUIVALÊNCIA AO SISBI-POA.

A Secretária Municipal de Agronegócios, Cláudia Antônia Santana, e o Diretor de Agropecuária, Infraestrutura e Inspeção, Leandro Silva Guimarães, no uso das atribuições legais e,
CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de coleta, acondicionamento, identificação, remessa, registro e avaliação de resultados laboratoriais de produtos de origem animal;
CONSIDERANDO a necessidade de manter procedimentos compatíveis com os requisitos de equivalência ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal — SISBI-POA;
CONSIDERANDO que os produtos de origem animal devem atender aos padrões de inocuidade, identidade, qualidade e integridade previstos na legislação sanitária vigente, nos Regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade — RTIQ, nas normas do Ministério da Agricultura e Pecuária — MAPA e, quando aplicável, nas normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária — ANVISA;
RESOLVE:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Esta Portaria estabelece os procedimentos para o planejamento e a execução das análises laboratoriais fiscais, bem como para a verificação das análises de autocontrole realizadas pelos estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Municipal de Divinópolis — SIM, relativas aos produtos de origem animal.
§ 1º As análises laboratoriais previstas nesta Portaria têm por finalidade avaliar a conformidade dos produtos quanto à inocuidade, identidade, qualidade, integridade e atendimento aos padrões legais e regulamentares aplicáveis.
§ 2º O controle laboratorial da água de abastecimento dos estabelecimentos registrados no SIM será disciplinado em norma específica.
Art. 2º Para fins desta Portaria, considera-se:
I — **análise fiscal:** análise laboratorial de amostra coletada pelo SIM, ou sob sua supervisão, com finalidade de verificação oficial da conformidade do produto;
II — **análise pericial:** análise laboratorial realizada a partir da amostra oficial de contraprova, quando o resultado da análise fiscal for contestado pelo interessado, para assegurar amplo direito de defesa ao interessado, quando pertinente;
III — **análise de autocontrole:** análise laboratorial realizada pelo estabelecimento, conforme previsto em seus Programas de Autocontrole — PAC;
IV — **amostra de prova:** amostra encaminhada ao laboratório para realização da análise fiscal;
V — amostra de contraprova: amostra entregue ao detentor ou ao responsável pelo produto, destinada à eventual análise pericial, quando cabível;
VI — **amostra testemunha:** amostra mantida sob guarda do SIM, do laboratório ou em condição definida pelo serviço oficial, destinada à realização de novo exame pericial, quando cabível;
VII — **Solicitação Oficial de Análise — SOA:** documento oficial utilizado para identificação, rastreabilidade e encaminhamento da amostra ao laboratório;
VIII — **resultado não conforme:** resultado laboratorial que não atenda aos padrões legais, regulamentares ou técnicos aplicáveis ao produto;
IX — **Plano Anual de Análises Laboratoriais Fiscais:** documento técnico elaborado anualmente pelo SIM, que estabelece o planejamento, a programação, a execução e a avaliação das análises fiscais de produtos de origem animal.
CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES
Art. 3º Compete à Secretaria Municipal de Agronegócios — SEMAG:
I — dar ciência ao Plano Anual de Análises Laboratoriais Fiscais e à respectiva avaliação de execução;
II — assegurar, observadas as disponibilidades administrativa, financeira e orçamentária, as condições necessárias à execução das análises laboratoriais fiscais;
III — promover contratações, credenciamentos, convênios, acordos de cooperação e outros instrumentos necessários ao acesso a laboratórios tecnicamente aptos;
IV — disponibilizar, conforme a capacidade administrativa, recursos materiais, logísticos, tecnológicos e humanos necessários à coleta, conservação, transporte e controle das amostras;
V — apoiar institucionalmente as ações de articulação com laboratórios, órgãos públicos, instituições de ensino e demais entidades relacionadas às análises laboratoriais;
VI — adotar as providências administrativas que ultrapassem a competência da Coordenação do SIM;
VII — assegurar o arquivamento e a preservação dos documentos institucionais relacionados ao Plano Anual, quando submetidos à sua apreciação;
VIII — acompanhar os resultados gerais do Plano e determinar, quando necessário, providências administrativas para seu aprimoramento;
IX — apoiar a atualização ou implantação de sistemas informatizados destinados ao registro, à tramitação e ao controle das análises laboratoriais.
Parágrafo único. A atuação administrativa da SEMAG não substitui nem interfere na competência técnica do SIM quanto à seleção das amostras, interpretação dos resultados, avaliação do risco sanitário e definição das medidas fiscais cabíveis.
Art. 4º Compete à Coordenação do Serviço de Inspeção Municipal — SIM:
I — elaborar, aprovar tecnicamente, implementar, acompanhar e avaliar o Plano Anual de Análises Laboratoriais Fiscais;
II — designar um ou mais servidores do SIM para auxiliar na elaboração, execução, acompanhamento, avaliação e registro das ações previstas no Plano Anual;
III — definir os critérios técnicos de seleção dos estabelecimentos, produtos, categorias, lotes, partidas e parâmetros laboratoriais;
IV — coordenar e registrar os procedimentos de sorteio de estabelecimentos e produtos, quando adotados;
V — definir o cronograma de coletas, considerando o risco sanitário, o histórico dos estabelecimentos, a disponibilidade de produtos, a capacidade operacional e a disponibilidade laboratorial;
VI — designar ou orientar os servidores responsáveis pela coleta, remessa, avaliação dos resultados e acompanhamento das providências;
VII — verificar a capacidade técnica dos laboratórios e a compatibilidade dos métodos e ensaios com os parâmetros solicitados;
VIII — assegurar a utilização dos formulários, registros e mecanismos de rastreabilidade previstos nesta Portaria;
IX — avaliar os resultados laboratoriais e determinar, quando cabível, notificação, plano de ação, recoleta, intensificação das análises ou adoção de medidas fiscais;
X — acompanhar a execução das ações corretivas e preventivas apresentadas pelos estabelecimentos;
XI — revisar o Plano Anual sempre que houver alteração do risco sanitário, resultado não conforme, denúncia, investigação, suspeita de fraude, alerta sanitário ou outra situação relevante;
XII — manter atualizado o Plano Anual, registrando a execução das coletas, os resultados laboratoriais, as providências adotadas e a situação final de cada ação programada;
XIII — elaborar a avaliação do Plano executado, contemplando as análises realizadas, as não conformidades identificadas, as providências adotadas, as justificativas de reprogramação e as propostas de melhoria;
XIV — submeter o Plano Anual e sua avaliação à ciência da autoridade competente da Secretaria Municipal de Agronegócios — SEMAG;
XV — propor à SEMAG a celebração de contratos, convênios, acordos ou outros instrumentos necessários à execução das análises laboratoriais;
XVI — propor a atualização dos modelos de formulários e registros, em formato físico ou digital, observadas as disposições desta Portaria;

XVII — comunicar à autoridade superior as limitações operacionais, laboratoriais, administrativas ou orçamentárias que possam comprometer a execução do Plano Anual.

§ 1º A designação prevista no inciso II não afasta a responsabilidade da Coordenação do SIM pela supervisão, aprovação técnica, acompanhamento e avaliação das atividades executadas.

§ 2º A Coordenação do SIM poderá reprogramar, substituir ou acrescentar coletas mediante justificativa técnica devidamente registrada.

Art. 5º Compete aos servidores do Serviço de Inspeção Municipal — SIM, no âmbito de suas atribuições:

I — executar as coletas fiscais previstas no Plano Anual de Análises Laboratoriais Fiscais ou determinadas por demanda fiscal;

II — verificar, antes da coleta, a identificação, a integridade, o lote ou a partida, o prazo de validade, as condições de conservação e a disponibilidade do produto;

III — coletar quantidade suficiente de amostra, observando a legislação aplicável, o método analítico e as orientações do laboratório executor;

IV — identificar, acondicionar, lacrar, conservar e transportar as amostras de forma a preservar sua integridade, inviolabilidade e rastreabilidade;

V — preencher corretamente a Solicitação Oficial de Análise — SOA, a cinta de identificação da amostra e os demais registros relacionados à coleta;

VI — dar ciência da coleta ao responsável pelo estabelecimento ou ao seu representante, quando presente, registrando eventual recusa de assinatura;

VII — encaminhar as amostras ao laboratório no prazo e nas condições técnicas estabelecidas;

VIII — comunicar imediatamente à Coordenação do SIM qualquer irregularidade, perda de integridade, violação de lacre, conservação inadequada, rejeição da amostra pelo laboratório ou outro fato que possa comprometer o resultado da análise;

IX — avaliar os resultados laboratoriais, quando tecnicamente habilitado e formalmente responsável pelo procedimento, propondo as medidas fiscais e administrativas cabíveis;

X — acompanhar o cumprimento dos planos de ação, das medidas corretivas, das recoletas e das demais providências determinadas pelo SIM;

XI — manter atualizados, organizados e disponíveis os documentos e registros relacionados às análises laboratoriais fiscais.

Art. 6º A distribuição das competências previstas neste Capítulo não afasta a responsabilidade individual dos agentes públicos pelos atos praticados no exercício de suas atribuições, nem a responsabilidade do estabelecimento pela inocuidade, identidade, qualidade, integridade e conformidade dos produtos de origem animal.

Parágrafo único. Os servidores deverão atuar com imparcialidade, responsabilidade técnica, observância à legislação vigente e preservação da confidencialidade das informações protegidas, sem prejuízo da transparência dos atos administrativos.

CAPÍTULO III

DOS PARÂMETROS E PADRÕES LABORATORIAIS

Art. 7º Os parâmetros e padrões de produtos de origem animal, para fins de análises laboratoriais, serão definidos conforme:

I — Regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade — RTIQ;

II — atos normativos, lista com parâmetros, manuais e documentos técnicos do Ministério da Agricultura e Pecuária — MAPA;

III — normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária — ANVISA, quando aplicável;

IV — legislação específica do produto;

V — referências técnico-científicas reconhecidas e metodologias analíticas validadas ou oficialmente aceitas, mediante justificativa técnica do SIM, nos casos não previstos expressamente em norma específica.

§ 1º Para produtos sem regulamentação específica, o SIM poderá considerar a similaridade da natureza do alimento, da composição, da forma de apresentação, do processo de fabricação e do risco sanitário, aplicando padrões regulamentados para produtos semelhantes.

§ 2º Em situações de risco epidemiológico, alerta sanitário, suspeita de fraude, denúncia, investigação, resultado não conforme ou risco à saúde pública, o SIM poderá determinar parâmetros adicionais ou plano de amostragem mais rigoroso.

CAPÍTULO IV

DO PLANO ANUAL DE ANÁLISES LABORATORIAIS FISCAIS

Art. 8º O Plano Anual será elaborado pela Coordenação do SIM ou por servidor por ela designado, sob sua orientação e supervisão, considerando a capacidade operacional do serviço, a disponibilidade laboratorial, o risco sanitário e o histórico dos estabelecimentos.

§ 1º O Plano Anual deverá conter, no mínimo:

I — relação dos estabelecimentos, produtos ou categorias selecionados para as análises fiscais;

II — critérios utilizados para seleção dos estabelecimentos, produtos, categorias ou lotes;

III — produtos ou categorias priorizados;

IV — tipo de análise prevista, microbiológica, físico-química ou outra;

V — parâmetros laboratoriais previstos, quando previamente definidos;

VI — período estimado de coleta;

VII — laboratório previsto ou forma de encaminhamento das amostras;

VIII — justificativa técnica das priorizações, reduções, ampliações ou alterações realizadas no planejamento;

IX — previsão de coletas adicionais em caso de risco sanitário, denúncia, investigação, suspeita de fraude, resultado não conforme ou necessidade fiscal.

§ 2º O Plano Anual poderá ser revisto a qualquer tempo, mediante justificativa técnica, especialmente em razão de alterações no risco sanitário, disponibilidade orçamentária, logística laboratorial, inclusão de novos estabelecimentos, alteração de processos produtivos ou ocorrência de não conformidades.

Art. 9º A frequência, a quantidade de análises fiscais, os estabelecimentos contemplados, os produtos, os parâmetros e o período de coleta serão definidos no Plano Anual de Análises Laboratoriais Fiscais.

§ 1º A definição da frequência e da quantidade de análises deverá observar critérios de proporcionalidade ao risco sanitário, histórico de conformidade, natureza do produto, volume de produção, abrangência de comercialização, tipo de inspeção, denúncias, investigações e capacidade operacional do SIM.

§ 2º O Plano Anual poderá contemplar coletas por estabelecimento, por categoria de produto, por produto específico, por risco sanitário, por sorteio técnico ou por demanda fiscal, desde que os critérios utilizados sejam registrados.

§ 3º A execução do Plano Anual não afasta a participação do SIM nos programas oficiais de controle e monitoramento do MAPA, quando aplicáveis, cujas coletas deverão observar os respectivos planos amostrais, cronogramas, manuais e orientações técnicas.

CAPÍTULO V

DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO PARA COLETA FISCAL

Art. 10. A seleção dos estabelecimentos, produtos, categorias ou lotes para análise fiscal observará critérios técnicos definidos pelo SIM.

§ 1º Para fins de planejamento, o SIM poderá considerar:

I — risco estimado do estabelecimento;

II — tipo de produto e categoria tecnológica;

III — volume de produção;

IV — abrangência de comercialização;

V — histórico de resultados laboratoriais;
VI — histórico de não conformidades;
VII — denúncias, reclamações, investigações ou alertas sanitários;
VIII — suspeita de fraude, falsificação ou adulteração;
IX — alteração de formulação, processo produtivo, rotulagem ou categoria do produto;
X — produto novo ou recentemente registrado;
XI — disponibilidade de produto no período da coleta;
XII — disponibilidade de laboratório, logística e recursos para execução da análise.

§ 2º O SIM poderá adotar sorteio técnico para seleção de estabelecimento, produto, categoria ou lote, desde que esse critério esteja previsto no Plano Anual e que o procedimento e o resultado do sorteio sejam devidamente registrados no momento de sua realização.

§ 3º Em caso de denúncia, investigação, suspeita de fraude, resultado não conforme, alerta sanitário ou risco à saúde pública, a coleta poderá ser direcionada a estabelecimento, produto, lote, partida ou parâmetro específico, independentemente do planejamento anual.

§ 4º Na ausência de produção ou de produto disponível no período programado, o fato deverá ser registrado pelo SIM, podendo a coleta ser reprogramada ou substituída, conforme justificativa técnica.

CAPÍTULO VI

DAS ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA A COLETA DE AMOSTRAS

Art. 11. A coleta, identificação, lacração, acondicionamento, conservação, transporte e remessa das amostras fiscais deverão observar a legislação aplicável e, complementarmente, as orientações constantes dos manuais, procedimentos e documentos técnicos oficiais do Ministério da Agricultura e Pecuária — MAPA, em suas versões vigentes, bem como as exigências do método analítico e do laboratório executor.

Parágrafo único. As orientações deverão ser aplicadas conforme a natureza do produto, o tipo de análise, o programa oficial correspondente e a finalidade da coleta.

Art. 12. A impossibilidade de atendimento integral às orientações técnicas deverá ser comunicada à Coordenação do SIM e devidamente registrada, cabendo-lhe avaliar, após consulta ao laboratório, quando necessária, a adequação, reprogramação, substituição ou cancelamento da coleta.

Parágrafo único. As atualizações dos documentos técnicos do MAPA serão adotadas pelo SIM independentemente de alteração desta Portaria, desde que não contrariem a legislação vigente.

CAPÍTULO VII

DAS RESPONSABILIDADES DO ESTABELECIMENTO

Art. 13. O estabelecimento registrado no SIM deverá elaborar, implementar e manter atualizado, em seus Programas de Autocontrole — PAC, plano amostral para análises laboratoriais dos produtos de origem animal.

§ 1º O plano amostral do estabelecimento deverá contemplar, no mínimo:
I — produtos fabricados;
II — parâmetros microbiológicos, físico-químicos ou outros aplicáveis;
III — frequência das análises de autocontrole;
IV — legislação ou referência técnica utilizada;
V — critérios de avaliação dos resultados;
VI — ações corretivas em caso de resultado não conforme;
VII — registros, arquivamento e rastreabilidade dos laudos.

§ 2º O estabelecimento deve realizar controle de seu processo produtivo, por meio de análises físicas, microbiológicas, físico-químicas, de biologia molecular, histológicas e demais que se fizerem necessárias para a avaliação da conformidade de matérias-primas e de produtos de origem animal prevista em seu programa de autocontrole, de acordo com métodos com reconhecimento técnico e científico comprovados, e dispondo de evidências auditáveis que comprovem a efetiva realização do referido controle.

§ 3º O estabelecimento deverá manter à disposição do SIM os laudos laboratoriais, registros de avaliação dos resultados, ações corretivas, recoletas e demais documentos relacionados às análises de autocontrole.

§ 4º O estabelecimento deverá comunicar imediatamente ao SIM os resultados das análises de autocontrole que indiquem risco à saúde pública, suspeita de fraude ou adulteração, necessidade de recolhimento de produto ou descumprimento de padrão legal que demande atuação imediata, informando as medidas preventivas e corretivas adotadas.

§ 5º A análise fiscal realizada pelo SIM não substitui as análises de autocontrole de responsabilidade do estabelecimento.

Art. 14. O estabelecimento deverá manter atualizado o cronograma de análises laboratoriais de autocontrole dos produtos e apresentá-lo ao SIM sempre que solicitado pela fiscalização.

CAPÍTULO VIII

DA COLETA, IDENTIFICAÇÃO, LACRAÇÃO E REMESSA DAS AMOSTRAS

Art. 15. As amostras fiscais deverão ser coletadas, manuseadas, identificadas, lacradas, acondicionadas, conservadas e transportadas de modo a garantir sua integridade, inviolabilidade, conservação e rastreabilidade até o recebimento pelo laboratório.

§ 1º A coleta de amostra de matéria-prima, de produto ou de qualquer substância que entre em sua elaboração para análise fiscal deve ser efetuada por servidores do SIM.

§ 2º A coleta deverá ocorrer, sempre que possível, na presença do responsável pelo estabelecimento ou de seu representante.

§ 3º Não deverá ser coletada amostra de produto cuja identidade, composição, integridade ou conservação esteja comprometida, salvo quando a própria condição do produto constituir objeto da investigação fiscal, hipótese em que a situação deverá ser registrada na SOA.

§ 4º A autenticidade da amostra deverá ser garantida pelo servidor responsável pela coleta.

Art. 16. O produto deverá ser coletado preferencialmente em embalagem original, íntegra, fechada, dentro do prazo de validade e pertencente ao mesmo lote ou partida.

§ 1º Quando a quantidade da embalagem unitária for insuficiente para a análise, poderão ser coletadas unidades adicionais do mesmo lote até atingir a quantidade mínima exigida pelo laboratório, método analítico ou legislação aplicável.

§ 2º A quantidade mínima de amostra, o tipo de embalagem, a temperatura de conservação e o prazo de envio deverão observar a legislação aplicável, o método analítico, a orientação do laboratório executor e, subsidiariamente, o Manual de Coleta de Amostras de Produtos de Origem Animal do MAPA, no que couber.

Art. 17. Toda amostra fiscal deverá ser acompanhada da Solicitação Oficial de Análise — SOA, conforme modelo aprovado pelo SIM.

§ 1º A SOA deverá conter, no mínimo:
I — identificação do estabelecimento;
II — identificação do produto;
III — categoria do produto;
IV — marca;
V — número de registro do produto ou rótulo;
VI — lote ou partida;

VII — data de fabricação e validade;
VIII — temperatura de conservação;
IX — data, hora e temperatura da coleta;
X — quantidade coletada;
XI — número do lacre;
XII — tipo de análise solicitada;
XIII — forma de amostragem, única ou triplicata;
XIV — motivo da coleta;
XV — identificação e assinatura do servidor responsável;
XVI — ciência do responsável pelo estabelecimento, quando presente.
§ 2º A cinta de identificação da amostra deverá conter informações compatíveis com a SOA e ser inserida ou fixada de forma a preservar a legibilidade e permitir a conferência das informações do rótulo.
Art. 18. A rejeição da amostra pelo laboratório deverá ser formalmente registrada, com indicação do motivo e avaliação da necessidade de nova coleta.
Art. 19. As amostras destinadas a análises microbiológicas e físico-químicas deverão ser acondicionadas e lacradas separadamente, quando necessário para preservar a integridade da amostra e a validade técnica da análise.
Art. 20. As amostras fiscais serão encaminhadas a laboratórios oficiais ou a laboratórios públicos ou privados com capacidade técnica comprovada e escopo compatível com os ensaios solicitados, mediante credenciamento, contrato, convênio, acordo de cooperação ou outro instrumento juridicamente idôneo.
Art. 21. A coleta de amostras de produtos de origem animal registrados no SIM poderá ser realizada em estabelecimentos varejistas, em caráter supletivo, com vistas a atender a programas e a demandas específicas.
Parágrafo único. Em caso de coletas vinculadas a programas oficiais do MAPA, serão observados os laboratórios, procedimentos e fluxos definidos pelo respectivo programa.

CAPÍTULO IX
DA AMOSTRAGEM MICROBIOLÓGICA E FÍSICO-QUÍMICA

Art. 22. Para análises microbiológicas fiscais de rotina, serão coletadas, em regra, amostras indicativas, correspondentes a uma unidade amostral, salvo quando a legislação ou o plano de amostragem aplicável exigir número superior de unidades.
Parágrafo único. Quando houver necessidade de amostra representativa para análise microbiológica, deverá ser respeitado o número de unidades amostrais previsto no regulamento do produto ou no plano de amostragem aplicável.
Art. 23. Não será coletada amostra de contraprova para análise microbiológica, por ser considerada tecnicamente impertinente, salvo previsão legal ou técnica específica em sentido contrário.
Art. 24. Para a realização das análises fiscais, deverá ser coletada amostra em triplicata, salvo nas hipóteses previstas no § 1º deste artigo, sendo composta por:

I — amostra de prova, destinada ao laboratório;

II — amostra de contraprova, entregue ao estabelecimento ou ao detentor do produto;

III — segunda amostra de contraprova, denominada amostra testemunha, mantida sob guarda do SIM ou do laboratório.
§ 1º Não devem ser coletadas amostras fiscais em triplicata quando:
I — a quantidade ou a natureza do produto não permitirem;
II — o produto apresentar prazo de validade exíguo, sem que haja tempo hábil para a realização da análise de contraprova;
III — se tratar de análises fiscais realizadas durante os procedimentos de rotina de inspeção oficial;
IV — forem destinadas à realização de análises microbiológicas, por ser considerada impertinente a análise de contraprova nestes casos; e
V — se tratar de ensaios para detecção de analitos que não se mantenham estáveis ao longo do tempo.
§ 2º Para os fins do inciso II do § 1º, considera-se que o produto apresenta prazo de validade exíguo quando possuir prazo de validade remanescente igual ou inferior a quarenta e cinco dias, contado da data da coleta.
§ 3º A amostra de contraprova sob guarda do estabelecimento deverá ser conservada sob sua responsabilidade, de modo a garantir sua integridade, inviolabilidade e conservação adequada.
Art. 25. Nas hipóteses em que, nos termos desta Portaria, a coleta for realizada em amostra única, o resultado será considerado definitivo para fins de avaliação técnica e adoção das medidas fiscais cabíveis, sem prejuízo do direito ao contraditório e à ampla defesa no processo administrativo sanitário.

CAPÍTULO X
DOS RESULTADOS, NÃO CONFORMIDADES E CONTRAPROVA

Art. 26. Os resultados das análises fiscais serão avaliados pelo SIM quanto ao atendimento à legislação vigente, aos padrões aplicáveis e aos objetivos da fiscalização.
Art. 27. Nos casos de resultado fiscal não conforme, o SIM notificará o estabelecimento e adotará as medidas fiscais e administrativas cabíveis, considerando a natureza da não conformidade e o risco sanitário envolvido.
§ 1º O estabelecimento deverá apresentar plano de ação ou resposta técnica no prazo definido pelo SIM, contendo, quando aplicável:
I — identificação da causa da não conformidade;
II — avaliação dos lotes envolvidos;
III — segregação, recolhimento, destinação, reprocessamento ou inutilização de produtos, quando cabível;
IV — ações corretivas imediatas;
V — ações preventivas para evitar recorrência;
VI — previsão de recoleta, quando determinada pelo SIM.
§ 2º O prazo para apresentação do plano de ação será de até 10 dias, salvo prazo diverso definido pelo SIM em razão do risco sanitário, da complexidade da ocorrência ou da necessidade de ação imediata.
Art. 28. É facultado ao interessado requerer ao SIM a análise pericial da amostra de contraprova, nos casos em que couber, no prazo de quarenta e oito horas, contado da data da ciência do resultado.

§ 1º Ao requerer a análise da contraprova, o interessado deve indicar no requerimento o nome do assistente técnico para compor a comissão pericial e poderá indicar um substituto.

§ 2º O interessado deve ser notificado sobre a data, a hora e o laboratório definido pela autoridade competente do SIM, em que se realizará a análise pericial na amostra de contraprova, com antecedência mínima de setenta e duas horas.

§ 3º Deve ser utilizada na análise pericial a amostra de contraprova que se encontra em poder do detentor ou do interessado.
§ 4º Deverá ser utilizado na análise pericial de contraprova o mesmo método de análise empregado na análise fiscal, salvo se houver concordância da comissão pericial quanto à adoção de outro método.
§ 5º Da análise pericial será lavrada ata contendo a identificação da amostra, os participantes, o método utilizado, as ocorrências verificadas e o resultado obtido, com assinatura dos presentes.

§ 6º A análise pericial não será realizada quando a amostra de contraprova apresentar indícios de alteração ou violação, estiver em estado inadequado de conservação ou não tiver sua integridade assegurada.
§ 7º Na hipótese prevista no § 6º, será mantido o resultado da análise fiscal.
§ 8º Havendo divergência entre o resultado da amostra de prova e o resultado da análise pericial de contraprova, será realizado novo exame pericial sobre a amostra testemunha mantida sob guarda do laboratório ou do SIM.
§ 9º O não comparecimento do representante indicado pelo interessado na data e na hora determinadas ou a inexistência da amostra de contraprova sob sua guarda implicará a aceitação do resultado da análise fiscal.
Art. 29. O solicitante, quando indicar assistente técnico ou substituto para acompanhar análises periciais, deverá comprovar que os indicados possuem formação e competência técnica para acompanhar a análise pericial, conforme os critérios definidos pelo SIM.
§ 1º Na hipótese de o assistente técnico ou substituto indicado não atender aos requisitos de formação e competência técnica de que trata ocaput, o pedido de realização de análise pericial da amostra de contraprova será considerado protelatório.
§ 2º Na hipótese de que trata o § 1º, o pedido de realização de análise pericial da amostra de contraprova será indeferido e será considerado o resultado da análise fiscal.
Art. 30. O interessado poderá apresentar manifestação adicional quanto ao resultado da análise pericial da amostra de contraprova no processo de apuração de infrações no prazo de dez dias, contado da data de assinatura da ata de análise pericial de contraprova.
Parágrafo único. O resultado da análise pericial da amostra de contraprova e a manifestação adicional do interessado quanto ao resultado, caso apresentada, serão avaliados e considerados na motivação da decisão administrativa.

Art. 31. O custeio da análise pericial de contraprova e da amostra testemunha será de responsabilidade do estabelecimento solicitante.
Parágrafo único. Os estabelecimentos podem arcar com os custos das análises fiscais em laboratórios credenciados em atendimento aos programas nacionais, desde que sejam cientificados no momento da coleta das amostras e manifestem sua concordância expressa.

CAPÍTULO XI

DA INTENSIFICAÇÃO DAS ANÁLISES FISCAIS

Art. 32. O SIM poderá determinar, mediante justificativa técnica, a intensificação das análises fiscais quando houver:
I — resultado laboratorial não conforme;
II — denúncia ou reclamação procedente;
III — investigação de Doença Transmitida por Alimentos — DTA;
IV — suspeita de fraude, falsificação ou adulteração;
V — alteração de processo produtivo, formulação, rotulagem ou categoria de produto;
VI — reincidência de não conformidades;
VII — alerta sanitário;
VIII — risco à saúde pública;
IX — necessidade de verificação oficial complementar.
§ 1º A intensificação poderá compreender:
I — realização de nova coleta fiscal;
II — ampliação do número de amostras;
III — aumento da frequência de análises;
IV — inclusão de parâmetros adicionais;
V — coleta direcionada de produto, lote ou partida específica;
VI — intensificação da verificação oficial dos Programas de Autocontrole.
§ 2º A intensificação poderá ser mantida até a comprovação do retorno à conformidade, mediante resultados satisfatórios, execução de ações corretivas e verificação pelo SIM.

CAPÍTULO XII

DOS REGISTROS E ARQUIVAMENTO

Art. 33. O controle e a avaliação dos resultados das análises fiscais serão realizados no próprio Plano Anual de Análises Laboratoriais Fiscais, mediante o registro da execução das coletas, dos resultados obtidos, das providências adotadas e da situação final de cada ação.
§ 1º Os registros deverão permitir a identificação e a vinculação da coleta à respectiva Solicitação Oficial de Análise — SOA, ao relatório de ensaio laboratorial e aos demais documentos relacionados.
§ 2º As coletas adicionais, recoletas ou análises não previstas inicialmente deverão ser incluídas no Plano Anual ou registradas em seção complementar, com a respectiva justificativa técnica.
§ 3º Os relatórios de ensaio, as SOA, as notificações, os planos de ação, os registros de recoleta e os demais documentos comprobatórios deverão ser arquivados pelo SIM em meio físico ou digital.
Art. 34. Os resultados laboratoriais fiscais e de autocontrole poderão ser utilizados pelo SIM para:
I — planejamento do Plano Anual de Análises Laboratoriais Fiscais;
II — avaliação dos Programas de Autocontrole;
III — definição ou revisão do risco estimado do estabelecimento;
IV — priorização de produtos, categorias ou estabelecimentos para coletas futuras;
V — apuração de denúncias ou investigações;
VI — adoção de medidas fiscais;
VII — atendimento aos requisitos de equivalência ao SISBI-POA.

CAPÍTULO XIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. Ficam aprovados os seguintes anexos desta Portaria:
I — Anexo I: Modelo de Plano Anual de Análises Laboratoriais Fiscais de Produtos de Origem Animal;
II — Anexo II: Modelo de Solicitação Oficial de Análise — SOA;

III — Anexo III: Modelo de Cinta de Identificação da Amostra;
IV — Anexo IV: Modelo de Registro de Seleção de Estabelecimentos e Produtos.
Art. 36. Os modelos de formulários constantes dos Anexos desta Portaria poderão ser preenchidos, emitidos, tramitados e arquivados em meio físico ou digital, conforme os procedimentos e os recursos disponíveis no Serviço de Inspeção Municipal — SIM.
Parágrafo único. Os modelos poderão ser alterados por ato da Coordenação do SIM, sempre que necessário ao aprimoramento dos procedimentos ou à adaptação a sistemas informatizados, desde que sejam preservados sua finalidade, o conteúdo mínimo obrigatório, a rastreabilidade, a autenticidade e a integridade das informações.
Art. 37. Os estabelecimentos registrados no SIM anteriormente à publicação desta Portaria terão prazo de 180 dias para adequar seus Programas de Autocontrole às disposições relativas ao plano amostral de produtos.
Parágrafo único. O prazo previsto no caput não afasta a obrigação imediata de atendimento aos padrões legais de identidade, qualidade, inocuidade e segurança dos produtos de origem animal.
Art. 38. O Plano Anual de Análises Laboratoriais Fiscais será elaborado e aprovado tecnicamente pela Coordenação do SIM até 31 de março de cada ano e submetido à ciência da autoridade competente da SEMAG, com vigência de 1º de abril do mesmo ano a 31 de março do ano subsequente.
Art. 39. O primeiro Plano Anual de Análises Laboratoriais Fiscais será elaborado até 31 de março de 2027.
Parágrafo único. Até a aprovação do primeiro Plano Anual, o SIM realizará coletas fiscais pontuais, de acordo com o risco sanitário, disponibilidade laboratorial, demanda fiscal, denúncia, investigação, suspeita de fraude, resultado não conforme ou durante as ações de verificação oficial dos Programas de Autocontrole, mantendo os respectivos registros, que subsidiarão o planejamento subsequente.
Art. 40. Os casos omissos serão avaliados pela Coordenação do SIM, observada a legislação municipal, estadual e federal aplicável aos produtos de origem animal.
Art. 41. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Divinópolis, julho de 2026.

(Assinado Digitalmente)
CLÁUDIA ANTÔNIA SANTANA
Secretária Municipal de Agronegócios

(Assinado Digitalmente)
LEANDRO SILVA GUIMARÃES
Diretor de Agropecuária, Infraestrutura e Inspeção

ANEXO I

PLANO ANUAL DE ANÁLISES LABORATORIAIS FISCAIS DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL					
SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – SIM | DIVINÓPOLIS/MG					
1 – IDENTIFICAÇÃO DO PLANO					
Ano de referência:	Período de vigência: ____/____/_____ a ____/____/_____				
Data de elaboração:	Data de aprovação:				
Responsável pela elaboração: Coordenação do SIM:					
2 – DIRETRIZES GERAIS DO PLANEJAMENTO					
Objetivo do período: Planejar as coletas fiscais destinadas à verificação da conformidade dos produtos quanto à inocuidade, identidade, qualidade, integridade e atendimento aos padrões legais aplicáveis.					
Critérios gerais de seleção utilizados: ☐ risco estimado ☐ natureza do produto ☐ volume de produção ☐ histórico laboratorial ☐ não conformidades ☐ denúncia/investigação ☐ suspeita de fraude ☐ produto novo ☐ sorteio técnico ☐ disponibilidade laboratorial ☐ outro: _____					
Observações:					
3 – PROGRAMAÇÃO DAS ANÁLISES FISCAIS					
Nº	**Estabelecimento /Registro no SIM**	**Produto ou categoria**	**Tipo de análise e parâmetros previstos**	**Critério de seleção /justificativa**	**Período previsto / laboratório**
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
Nota: *O número de linhas deste modelo não estabelece quantitativo mínimo ou máximo de coletas, podendo ser acrescentadas ou suprimidas linhas, reprogramadas coletas ou incluídas análises adicionais durante a execução, mediante justificativa técnica.*					
Ciência da autoridade da SEMAG — documento de ciência e data:					
4 – CONTROLE DA EXECUÇÃO DO PLANO *(deverá ser atualizado durante o período de vigência do Plano)*					
Nº do item	**Data da coleta**	**Produto / lote**	**SOA / lacre**	**Nº do relatório de ensaio / Resultado — prova, contraprova e testemunha, quando aplicável.**	**Providências /situação final**
5 – AVALIAÇÃO DO PLANO EXECUTADO ***(****deverá ser preenchida após o encerramento do respectivo período)*					
Coletas fiscais planejadas:		Coletas fiscais realizadas:			
Coletas fiscais reprogramadas:		Coletas fiscais não realizadas:			
Principais resultados não conformes, indícios de fraude ou situações de risco identificadas:					
Providências adotadas pelo SIM e pelos estabelecimentos, incluindo intensificação, recoletas ou medidas fiscais:					
Justificativas das coletas reprogramadas ou não realizadas:					

Avaliação geral dos resultados e propostas de melhoria para o próximo período:
Coordenação do SIM _____ Nome, cargo, assinatura e data
Ciência da autoridade da SEMAG — documento de ciência e data:

ANEXO II

SOLICITAÇÃO OFICIAL DE ANÁLISE - SOA SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – DIVINÓPOLIS/MG		**Nº _____/_____**
1 – IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO		
Razão social:		
Nome fantasia: CNPJ/CPF:		
Registro no SIM: Classificação:		
Endereço completo:		
2 – IDENTIFICAÇÃO DA AMOSTRA		
Produto: Marca:		
Categoria do produto:		
Nº de registro do rótulo: Data de fabricação: Data de validade:		
Lote: Apresentação *(tipo de embalagem, volume/peso)***:**		
Tamanho do lote amostrado: Temperatura de conservação:		
3 – COLETA DA AMOSTRA		
Data da coleta:	**Hora da coleta:**	**Temperatura na coleta:**
Quantidade coletada *(nº de unidades – volume/peso)***:**		
Nº do lacre da amostra FISCAL – PROVA: _____	**Nº do lacre da amostra TESTEMUNHA:** _____	**Nº do lacre da amostra de CONTRAPROVA :** _____
4 – ANÁLISE SOLICITADA		
( ) Microbiológica ( ) Físico-química		
5 – FORMA DE AMOSTRAGEM		
( ) Única ( ) Triplicata		
6 – MOTIVO DA COLETA E PARÂMETROS SOLICITADOS		
Motivo da coleta e parâmetros a serem avaliados:		
7 – OBSERVAÇÕES		
8 – CIÊNCIA DO PROPRIETÁRIO / REPRESENTANTE LEGAL: em caso de coleta em triplicata, o responsável declara ciência de que deverá manter a amostra de contraprova sob sua guarda, devidamente lacrada e conservada conforme as condições indicadas para o produto, garantindo sua integridade e inviolabilidade.		
9 – DADOS DA REMESSA AO LABORATÓRIO *(preenchimento pelo setor administrativo do SIM)*		
Responsável pelo envio:		
Laboratório de destino:		
Meio de envio:		**Data do envio:**
E-mail oficial para envio do resultado:		
10 – SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA COLETA	**11 – RESPONSÁVEL OU REPRESENTANTE LEGAL DO ESTABELECIMENTO**	
Data Nome Assinatura	**Data Nome Assinatura**	

ANEXO III

CINTA REFERENTE À SOLICITAÇÃO OFICIAL DE ANÁLISE – SOA Nº _____/_____			
SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – SIM | DIVINÓPOLIS/MG			
1 – IDENTIFICAÇÃO DA AMOSTRA			
Produto:			Marca:
Nº de registro do produto/rótulo:	Data de fabricação:	Data de validade:	Lote:
Apresentação (tipo de embalagem, volume/peso):			Temperatura de conservação do produto:
Tipo de amostra: ☐ Prova ☐ Contraprova ☐ Testemunha		Nº do lacre:	Tipo de análise: ☐ Microbiológica ☐ Físico-química
2 – COLETA DA AMOSTRA			
Data da coleta:	Hora da coleta:	Temperatura na coleta:	Quantidade coletada (unidades/volume/peso):
Servidor responsável pela coleta (nome, cargo e assinatura):			
A cinta deverá acompanhar a amostra e conter informações compatíveis com a respectiva SOA.			

ANEXO IV

REGISTRO DE SELEÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E PRODUTOS			
SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – SIM | DIVINÓPOLIS/MG			
1 – IDENTIFICAÇÃO DA SELEÇÃO			
Plano Anual/ano de referência:		Data da seleção:	
Responsável pela realização:			
Tipo de seleção: ☐ demanda ☐ sorteio ☐ outro: _____			
2 – FLUXO DO SORTEIO (quando o método selecionado for sorteio)			
1. Elaborar a relação dos estabelecimentos registrados, ativos e elegíveis para o sorteio. 2. Atribuir numeração ou identificação individual aos estabelecimentos elegíveis. 3. Sortear os estabelecimentos e registrar os selecionados na tabela abaixo. 4. Para cada estabelecimento sorteado, relacionar os produtos registrados e disponíveis. 5. Sortear um produto ou categoria de produto de cada estabelecimento selecionado. 6. Registrar o produto sorteado na mesma linha do respectivo estabelecimento. 7. Registrar eventual impossibilidade de coleta, substituição ou intercorrência, com justificativa.			
Nº	**Estabelecimento Razão social / nome fantasia / registro no SIM**	**Produto ou categoria Descrição do produto**	**Observações / substituição / justificativa**
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			

9			
10			
3 – ENCERRAMENTO E VALIDAÇÃO			
Responsável pela seleção _____ Nome, cargo, assinatura e data		Servidor/testemunha _____ Nome, cargo, assinatura e data	
Nota 1: o sorteio é aplicável às coletas de rotina e não impede coletas direcionadas por risco sanitário, denúncia, investigação, suspeita de fraude, resultado não conforme ou necessidade fiscal. Nota 2: Poderão ser incluídas linhas adicionais conforme a quantidade de estabelecimentos e produtos selecionados no Plano Anual.			

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:83AC9BCF

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA SEMAG-SIM Nº 28 DE 03 DE AGOSTO DE 2026

CONSOLIDA OS PROCEDIMENTOS DE GESTÃO DOCUMENTAL NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – SIM.
A Secretária Municipal de Agronegócios, Cláudia Antônia Santana, e o Diretor de Agropecuária, Infraestrutura e Inspeção, Leandro Silva Guimarães, no uso das atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Ficam aprovados os procedimentos de gestão documental no âmbito do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, na forma desta Portaria.
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 2º Esta Portaria estabelece os procedimentos de padronização dos documentos emitidos, recebidos e arquivados na sede do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, definindo a metodologia a ser utilizada.
§ 1º As rotinas especificadas nesta Portaria devem ser adotadas por meio de registro documental, a fim de assegurar o controle, facilitar a recuperação das informações e subsidiar as atividades de supervisão e auditoria.
§ 2º Os arquivos têm por finalidade:
I – subsidiar a administração do SIM;
II – preservar a memória institucional;
III – possibilitar a fiscalização e auditoria dos procedimentos.
§ 3º É assegurado a qualquer interessado o direito de acesso às informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão disponibilizados no prazo de até 15 (quinze) dias, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.
§ 4º O SIM franqueará a consulta aos documentos públicos conforme legislação vigente.
Art. 3º Para os fins desta Portaria, considera-se:
I – **documento**: unidade de registro de informações, independentemente do formato, suporte ou natureza;
II – **documento digital**: informação registrada em formato eletrônico, acessível por sistema computacional, podendo ser:
a) documento nato-digital – criado originalmente em meio eletrônico;
b) documento digitalizado – reprodução digital de documento físico;
III – **processo administrativo eletrônico**: conjunto de atos processuais registrados, tramitados e disponibilizados em meio eletrônico;
IV – **gestão de documentos**: conjunto de procedimentos técnicos relativos à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos nas fases corrente e intermediária, visando à sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente;
V – **metadados**: dados estruturados que permitem identificar, classificar, descrever e gerenciar documentos;
VI – **documento público**: documento produzido ou recebido por órgão público ou por entidade privada encarregada da gestão de serviço público;
VII – integridade: estado do documento que se mantém completo e inalterado quanto ao seu conteúdo, estrutura e contexto.
Art. 4º Os procedimentos previstos nesta Portaria aplicam-se aos documentos produzidos ou recebidos pelo Serviço de Inspeção Municipal, inclusive à documentação apresentada pelos estabelecimentos registrados, órgãos públicos e demais interessados.
Art. 5º O acervo documental físico sob responsabilidade do SIM permanecerá sob a guarda do Serviço de Inspeção Municipal.
Parágrafo único. Após a implantação de sistema eletrônico oficial disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Divinópolis, a documentação digital será armazenada e gerenciada nesse sistema, observadas as disposições desta Portaria.
Art. 6º Consideram-se arquivos do SIM todos os documentos produzidos ou recebidos no exercício de suas funções administrativas, técnicas e fiscalizatórias.
Art. 7º Os documentos do SIM, quanto aos estágios de sua evolução, classificam-se em:
I – correntes: aqueles em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituam objeto de consultas frequentes;
II – intermediários: aqueles que, não sendo de uso corrente, aguardam a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente, por razões de interesse administrativo;
III – permanentes: os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados.
Art. 8º Fica dispensada, na esfera administrativa do SIM, a exigência de:
I – reconhecimento de firma, devendo o servidor público do SIM, mediante confronto da assinatura com o documento de identidade do signatário, ou estando este presente e assinando o documento diante do agente, lavrar a autenticidade no próprio instrumento;
II – autenticação de cópia de documento, cabendo ao responsável pelo recebimento, mediante comparação entre o original e a cópia, atestar a sua autenticidade;
III – apresentação de documento pessoal cuja informação já conste comprovada em base de dados do SIM.
Parágrafo único. Constatada, a qualquer tempo, a falsidade de documento ou de declaração, a Administração Municipal adotará as providências para a responsabilização administrativa, civil e penal do declarante.
Art. 9º O Serviço de Inspeção Municipal, no âmbito da Secretaria Municipal de Agronegócios (SEMAG), adotará os seguintes critérios de desburocratização e eficiência:
I – racionalização e simplificação de processos e procedimentos administrativos;
II – eliminação de formalidades desnecessárias ou desproporcionais às finalidades almejadas;
III – redução do tempo de resposta e de espera no atendimento aos usuários do serviço público;
IV – adoção de soluções tecnológicas ou organizacionais integradas que possam ser implementadas.
Art. 10 A gestão documental do SIM tem por finalidade assegurar a autenticidade, integridade, rastreabilidade, confidencialidade, preservação e disponibilidade das informações e dos atos administrativos.
Art. 11 Todos os documentos institucionais do SIM constituem documentos oficiais e deverão observar, de forma padronizada, as seguintes fases de gestão:

I – recebimento e protocolo;
II – classificação;
III – tramitação;
IV – arquivamento e guarda;
V – destinação.

Art. 12 Enquanto não for disponibilizado sistema eletrônico oficial para a gestão documental do Serviço de Inspeção Municipal, os documentos destinados ao SIM deverão ser apresentados presencialmente em sua sede administrativa, nos dias e horários definidos pelo Serviço, sendo obrigatoriamente protocolizados, registrados e classificados antes de sua tramitação ou arquivamento.

§ 1º Não serão considerados oficialmente protocolizados os documentos encaminhados por correio eletrônico, aplicativos de mensagens ou outros meios digitais não instituídos ou expressamente autorizados pelo Serviço de Inspeção Municipal.

§ 2º A documentação apresentada será submetida à conferência preliminar quanto à identificação do remetente, integridade, legibilidade e possibilidade de compreensão de seu objeto, sem prejuízo da posterior análise técnica de seu conteúdo.

§ 3º Não serão recebidos nem protocolizados documentos incompletos, ilegíveis, sem identificação do remetente, sem as assinaturas obrigatórias ou cujo conteúdo não permita identificar o objeto da solicitação, devendo o interessado ser orientado quanto às pendências e à necessidade de nova apresentação da documentação completa.

§ 4º A conferência preliminar prevista neste artigo restringe-se à verificação da completude formal da documentação e não substitui a posterior análise técnica de seu conteúdo.

§ 5º Após a implantação de sistema eletrônico oficial, o recebimento e a protocolização dos documentos poderão ocorrer em meio digital, conforme regulamentação complementar, preservada a validade dos documentos físicos anteriormente apresentados.

CAPÍTULO II

PROTOCOLO

Art. 13 O SIM manterá os instrumentos físicos ou eletrônicos necessários ao protocolo, controle da tramitação, classificação, arquivamento e localização dos documentos.

Art. 14 As atividades de protocolo consistem em receber documentos, emitir recibos e registrar em formulário de protocolo específico.

Art. 15 Todos os documentos recebidos ou expedidos pelo SIM serão registrados no formulário de protocolo, conforme os campos mínimos previstos no art. 17 e no modelo constante do Anexo I desta Portaria, observadas as seguintes categorias:

I – documentos recebidos;

II – documentos expedidos.

Art. 16 Após o protocolo, os documentos serão encaminhados para organização, classificação, numeração e arquivamento nas pastas específicas, conforme a classificação documental estabelecida nesta Portaria.

§ 1º O número de protocolo constituirá o identificador oficial do documento para fins de rastreabilidade.

§ 2º O número de protocolo será aplicado no documento protocolizado, e suas folhas serão numeradas separadamente, conforme os procedimentos estabelecidos nesta Portaria.

§ 3º Os documentos serão arquivados em ordem cronológica de recebimento ou emissão, conforme o caso, observada a numeração sequencial das folhas e a identificação da respectiva pasta ou subpasta.

Art. 17 O registro de protocolo, em formulário específico, conterá, no mínimo:

I – número de protocolo;

II – indicação de documento recebido ou expedido;

III – data;

IV – remetente;

V – destinatário;

VI – tipo e assunto do documento;

VII – Número de Identificação – ID ou identificação institucional “ID SIM”;

VIII – identificação da pasta ou subpasta;

IX – observações, quando aplicável.

Art. 18 O número de protocolo inserido nos documentos obedecerá ao seguinte padrão sequencial e cronológico anual: [Sigla do Órgão]/[Sigla do Setor]/[Número do Protocolo][R ou E]-[Dois últimos dígitos do ano]/[ID do estabelecimento ou ID SIM]/[Identificação da Pasta ou sub-pasta]/[Rubrica do Servidor].

§ 1º A letra **"R"** indicará documento **recebido** e a letra **"E"** indicará documento **expedido**.

CAPÍTULO III

DO NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO

Art. 19 O arquivamento dos documentos dos estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Municipal (SIM) será realizado pelo método de ordem numérica. Para esse fim, cada estabelecimento receberá um Número de Identificação (ID), distinto do número de registro no SIM, destinado exclusivamente ao controle, organização, arquivamento e rastreabilidade da documentação administrativa, ao qual permanecerão vinculadas todas as pastas e documentos do estabelecimento.

§ 1º O ID será único, permanente e não poderá ser reutilizado, ainda que o registro do estabelecimento seja cancelado.

§ 2º Todos os documentos, processos, pastas, formulários, relatórios, laudos e registros referentes ao estabelecimento deverão conter o respectivo ID.

§ 3º O ID não substitui o número oficial de registro do estabelecimento no SIM, destinando-se exclusivamente à gestão documental interna.

•

CAPÍTULO IV

•

ARQUIVAMENTO

Art. 20 O arquivamento dos documentos no âmbito do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) será realizado de acordo com sua natureza e classificação, observando-se os seguintes critérios:

I – os documentos relacionados aos estabelecimentos registrados no SIM serão arquivados em conjunto documental próprio do respectivo estabelecimento;

II – os documentos administrativos não vinculados a estabelecimentos registrados serão arquivados em pastas próprias do Serviço de Inspeção Municipal, organizadas por assunto.

Art. 21 Os documentos arquivados deverão ser organizados de forma a garantir sua identificação, autenticidade, integridade, rastreabilidade, conservação e pronta localização durante todo o período de guarda.

Art. 22 Além dos conjuntos documentais próprios dos estabelecimentos registrados, o Serviço de Inspeção Municipal manterá pastas administrativas destinadas ao arquivamento dos documentos institucionais, compreendendo, no mínimo:
I – Pasta A - Registro de Reuniões: destinada ao arquivamento das atas, memórias de reunião, listas de presença e demais registros correlatos, organizados em ordem cronológica;
II – Pasta B - Educação Sanitária: destinada ao arquivamento dos planejamentos, relatórios, materiais utilizados, listas de presença, registros fotográficos e demais evidências das ações de educação sanitária realizadas ou apoiadas pelo SIM;
III – Pasta C - Prevenção e Combate à Clandestinidade: destinada ao arquivamento dos planejamentos, registros de denúncias, relatórios de ações, documentos de fiscalização e demais evidências relacionadas às ações de prevenção e combate à produção e comercialização clandestina de produtos de origem animal;
IV – Pasta D - Prevenção e Combate à Fraude: destinada ao arquivamento dos planejamentos, relatórios, registros de verificações, resultados de análises, providências adotadas e demais documentos relacionados às ações de prevenção, identificação e combate a fraudes em produtos de origem animal;
V – Pasta E - Capacitação Continuada: destinada ao arquivamento dos planos, levantamentos de demandas, certificados, listas de presença, avaliações, registros individuais e relatórios referentes às capacitações dos servidores do SIM;
VI – Pasta F - Mitigação de Conflitos de Interesses: destinada ao arquivamento das comunicações, análises, medidas de mitigação, decisões e demais registros relacionados a situações de conflito de interesses;
VII – Pasta G - Documentos SISBI-POA: destinada ao arquivamento dos documentos institucionais relacionados à adesão, equivalência, avaliações, orientações, auditorias, comunicações e acompanhamento do SIM no âmbito do SISBI-POA, quando não vinculados a estabelecimento específico;
VIII – Pasta H - Supervisão: destinada ao arquivamento dos planejamentos e cronogramas referentes à realização de supervisão e demais documentos correlatos;
IX – Pasta I - Protocolo Geral: destinada ao arquivamento das planilhas de registros de protocolos e dos documentos recebidos e expedidos pelo Serviço de Inspeção Municipal que não estejam vinculados a estabelecimento registrado ou não possuam pasta administrativa específica, subdividida em:
a) documentos recebidos;
b) documentos expedidos.
§ 1º Para fins de identificação, protocolo, classificação, arquivamento e rastreabilidade, os documentos das pastas administrativas previstas neste artigo utilizarão a identificação institucional "ID SIM", quando não estiverem vinculados a estabelecimento registrado.
§ 2º A identificação institucional "**ID SIM"** deverá constar, quando aplicável, no registro de protocolo, no carimbo de identificação documental e na respectiva pasta ou subpasta administrativa.
§ 3º Os documentos serão organizados por assunto e em ordem cronológica, preservadas sua identificação, integridade, rastreabilidade e pronta localização.
§ 4º As pastas administrativas poderão ser subdivididas em volumes, subpastas ou períodos anuais, conforme o volume e a natureza dos documentos, sem prejuízo da classificação prevista neste artigo.
§ 5º Os documentos vinculados diretamente a determinado estabelecimento deverão ser arquivados prioritariamente no respectivo conjunto documental, ainda que também se relacionem às matérias previstas neste artigo.

CAPÍTULO V
DA ORGANIZAÇÃO DO CONJUNTO DOCUMENTAL DOS ESTABELECIMENTOS
SEÇÃO I
CLASSIFICAÇÃO DAS PASTAS

Art. 23 Cada estabelecimento possuirá um conjunto documental próprio, identificado pelo respectivo Número de Identificação (ID), destinado ao arquivamento de todos os documentos produzidos e recebidos durante sua vida funcional.
§1º O conjunto documental será composto por pastas temáticas numeradas sequencialmente.
§2º As pastas serão numeradas sequencialmente de 01 (um) a 15 (quinze), conforme a seguinte classificação:
I – Pasta 01 - Processo de Registro do Estabelecimento: compreende a documentação vinculada ao processo de registro do estabelecimento, alterações cadastrais, suspensão, cancelamento e demais atos referentes à vida cadastral do estabelecimento no SIM.
II – Pasta 02 – Projeto Sanitário: compreende o projeto sanitário com todas as plantas e Memorial Técnico Sanitário do Estabelecimento, pareceres, aprovações, atualizações do projeto sanitário;
III – Pasta 03 - Termos de Fiscalização;
IV – Pasta 04 - Documentos Fiscais e Sancionatórios: pasta destinada ao arquivamento dos Autos de Infração, Termo de Intimação, Termo de Apreensão, Termo de Apreensão Cautelar, Termo de Condenação, Termo de Interdição, entre outros;
V – **Pasta 05 – Caracterização do Risco Estimado: pasta destinada ao arquivamento dos documentos referentes ao cálculo do Risco Estimado Associado ao Estabelecimento (RE), utilizado para definir a frequência mínima das fiscalizações dos estabelecimentos sujeitos à inspeção periódica.**
VI – Pasta 06 – Plano de Inspeção: pasta destinada ao arquivamento do Plano ou Roteiro de Inspeção, utilizado para o planejamento e a execução das ações de verificação oficial dos elementos de controle do estabelecimento. pasta
V – Pasta 07 - Verificação Oficial dos Elementos de Controle in loco: pasta destinada ao arquivamento dos relatórios VOEC e respectivos planos de ação;
VI – Pasta 08 - Verificação Oficial dos Elementos de Controle documental: pasta destinada ao arquivamento dos relatórios VOEC e respectivos planos de ação;
VII – Pasta 09 - Análises Laboratoriais: destinada ao arquivamento das solicitações oficiais de análise, termos ou formulários de coleta, registros de identificação e acondicionamento das amostras, laudos laboratoriais, análises críticas, comunicações, planos de ação e providências oficiais referentes às análises de produtos e de água;
VIII – Pasta 10 – Mapas Estatísticos: pasta destinada ao arquivamento dos mapas estatísticos mensais de recepção de matéria-prima, de produção e de expedição dos estabelecimentos;
IX – Pasta 11 – Processos de Registro de Produtos: destinada ao arquivamento dos processos de registros dos produtos aprovados pelo Serviço de Inspeção Municipal.
a) Cada produto aprovado constituirá um subprocesso próprio, organizado em ordem sequencial de numeração do registro do produto.
b) As alterações de formulação, composição, processo de fabricação, rotulagem ou demais modificações serão incorporadas ao respectivo subprocesso.
X – Pasta 12 - Supervisão: pasta destinada ao arquivamento do Relatório de Supervisão em Estabelecimentos;
XI – Pasta 13 – Denúncias: destinada ao arquivamento dos registros de denúncias, respectivas apurações, providências e encaminhamentos, observado o acesso restrito às informações protegidas por sigilo ou que permitam a identificação do denunciante;

XII – Pasta 14 - Assuntos Diversos: destinada ao arquivamento de documentos vinculados ao estabelecimento que, em razão de sua natureza ou assunto, não se enquadrem nas demais pastas temáticas previstas neste artigo, incluindo comunicações gerais, solicitações, respostas, esclarecimentos técnicos, registros de contatos oficiais e demais documentos correlatos.

a) antes do arquivamento nesta pasta, deverá ser verificada a inexistência de pasta temática específica para o documento;

b) os documentos serão organizados por assunto e em ordem cronológica, podendo ser constituídas subpastas quando o volume ou a natureza da documentação justificar;

c) não deverão ser arquivados nesta pasta documentos que possuam classificação específica prevista nesta Portaria.

XIII - Pasta 15 — Planilhas de Inspeção *ante mortem* e *post mortem*, laudos de destinação de produtos e demais dados nosográficos.

a) as planilhas, os laudos e os relatórios serão arquivados em ordem cronológica, devidamente datados e assinados, com identificação do período de referência, observados os controles de protocolo quando aplicáveis.

Parágrafo único. A Pasta 15 é específica para estabelecimentos classificados como Abatedouros Frigoríficos.

Art. 24 As pastas que compõem o conjunto documental dos estabelecimentos poderão ser subdivididas em subpastas, conforme a natureza, a quantidade e a necessidade de organização dos documentos, desde que preservadas a classificação temática, a identificação e a vinculação ao respectivo Número de Identificação – ID.

§ 1º Cada pasta temática possuirá numeração própria e sequencial de folhas.

§ 2º Quando a pasta for subdividida em subpastas, a numeração das folhas será realizada de forma independente e sequencial em cada subdivisão.

§ 3º As pastas e subpastas deverão ser identificadas de forma padronizada, permitindo sua imediata vinculação ao estabelecimento e à classificação documental correspondente.

SEÇÃO II

DA ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS

Art. 25 Após a protocolização e a classificação, os documentos serão numerados e arquivados na pasta ou subpasta correspondente, observada a ordem cronológica de recebimento pelo Serviço de Inspeção Municipal.

§ 1º A numeração das folhas será realizada em ordem crescente, sem repetições ou supressões, iniciando-se pela folha número 1 em cada pasta ou subpasta. No caso do acervo regularizado nos termos do art. 27, o Termo de Regularização do Acervo será inserido após a última folha do acervo preexistente e receberá o número sequencial imediatamente seguinte, devendo os documentos posteriormente inseridos dar continuidade à numeração a partir da folha subsequente.

§ 2º Os documentos compostos por mais de uma folha deverão ser numerados integralmente, preservando-se sua unidade e sequência documental.

§ 3º Os documentos produzidos ou expedidos pelo SIM serão organizados conforme a data de sua emissão, observada sua vinculação ao respectivo processo ou assunto.

§ 4º A numeração das folhas não substitui o número de protocolo, permanecendo ambos obrigatórios para fins de identificação, conferência, controle e rastreabilidade documental.

§ 5º Os documentos arquivados deverão conter, quando aplicável, o número de protocolo, o Número de Identificação – ID do estabelecimento, a identificação da pasta ou subpasta e a rubrica do servidor responsável pelo arquivamento.

Art. 26 Quando a capacidade física de uma pasta ou subpasta for excedida, será aberto novo volume, mantendo-se a mesma classificação e identificação documental.

§ 1º A numeração das folhas do novo volume continuará sequencialmente a partir da última folha numerada no volume anterior, vedado o reinício da numeração.

§ 2º Os volumes serão identificados em ordem crescente, mediante as expressões “Volume 1”, “Volume 2” e assim sucessivamente, devendo constar na identificação externa a numeração inicial e final das folhas neles arquivadas.

§ 3º A abertura de novo volume não autoriza a alteração, substituição ou renumeração das folhas já arquivadas, devendo ser integralmente preservada a numeração existente.

§ 4º Eventuais erros de numeração deverão ser corrigidos de forma que permaneçam identificáveis o número originalmente lançado, a correção realizada e o servidor responsável, sendo vedado apagar ou tornar ilegível o registro anterior.

SEÇÃO III

ADEQUAÇÃO DOS DOCUMENTOS EXISTENTES

Art. 27 Os documentos produzidos ou recebidos anteriormente à publicação desta Portaria permanecerão válidos e serão organizados nas respectivas pastas, subpastas e volumes, conforme a classificação documental estabelecida nesta norma e em ordem cronológica, considerando-se, sempre que possível, a data constante do documento.

§ 1º Os documentos integrantes do acervo preexistente não serão protocolizados retroativamente, mas receberão numeração sequencial de folhas durante a regularização, preservados seu conteúdo, sua forma original e sua validade.

§ 2º Ao final de cada pasta ou subpasta regularizada será inserido o **Termo de Regularização do Acervo**, contendo, no mínimo:

I – o Número de Identificação – ID do estabelecimento ou a identificação institucional **“ID SIM”**, conforme o caso;

II – o número e a denominação da pasta ou subpasta;

III – a identificação do volume, quando aplicável;

IV – o período aproximado abrangido pelos documentos;

V – a quantidade total de folhas do acervo preexistente, apurada por contagem antes da inserção do Termo de Regularização do Acervo;

VI – o número sequencial atribuído ao Termo de Regularização do Acervo;

VII – a data da regularização;

VIII – a identificação e a assinatura do servidor responsável.

§ 3º Quando houver mais de um volume referente à mesma pasta ou subpasta, cada volume receberá Termo de Regularização do Acervo próprio, com a indicação do respectivo período e da quantidade de folhas nele contidas.

§ 4º A regularização do acervo documental deverá ser concluída no prazo máximo de **120 (cento e vinte) dias**, contado da data de publicação desta Portaria.

§ 5º Na execução da regularização, serão priorizados os arquivos dos estabelecimentos com registro ativo no SIM e, entre estes, os arquivos dos estabelecimentos que tenham manifestado interesse na adesão ou participação no Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI-POA.

§ 6º Os documentos recebidos ou produzidos após a regularização de cada pasta ou subpasta observarão integralmente os procedimentos de protocolo, identificação, numeração e arquivamento estabelecidos nesta Portaria, dando continuidade à sequência numérica a partir da folha imediatamente posterior ao Termo de Regularização do Acervo.

§ 7º O Termo de Regularização do Acervo constituirá o marco documental entre o acervo preexistente, numerado durante a regularização e não protocolizado retroativamente, e os documentos posteriormente inseridos, sujeitos integralmente aos procedimentos de protocolo e gestão documental estabelecidos nesta Portaria.

§ 8º A organização e a regularização previstas neste artigo não alterarão a validade jurídica, técnica ou administrativa dos documentos anteriormente produzidos ou recebidos, destinando-se exclusivamente à classificação, organização e implantação do controle de rastreabilidade do acervo documental do Serviço de Inspeção Municipal.

CAPÍTULO VI

DA GUARDA E DESTINAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Art. 28. Os documentos produzidos ou recebidos pelo Serviço de Inspeção Municipal – SIM permanecerão sob sua guarda pelo período necessário ao atendimento de suas finalidades administrativas, técnicas, fiscalizatórias, probatórias, legais e históricas, observadas sua classificação documental e a legislação aplicável.

§ 1º A guarda dos documentos deverá assegurar sua identificação, integridade, conservação, confidencialidade, rastreabilidade e pronta localização.

§ 2º Os documentos físicos serão mantidos em local adequado, protegidos contra extravio, deterioração, umidade, acesso não autorizado e demais situações que possam comprometer sua preservação.

§ 3º A retirada temporária de documento, pasta, subpasta ou volume do local de arquivamento deverá ser registrada, com a identificação do responsável, a data da retirada e a data de sua devolução.

Art. 29. Os documentos classificados como permanentes deverão ser preservados definitivamente, sendo vedada sua eliminação.

§ 1º Serão considerados permanentes os documentos que possuam valor histórico, probatório ou informativo, ou que sejam necessários à preservação da memória institucional e à comprovação das atividades administrativas, técnicas e fiscalizatórias do SIM.

§ 2º A classificação definitiva e a destinação dos documentos permanentes observarão as normas de gestão documental adotadas pelo Município e as orientações da Secretaria Municipal de Agronegócios.

§ 3º Os documentos permanentes poderão ser transferidos ao arquivo público ou à unidade municipal responsável pela preservação documental, quando assim definido pela Secretaria Municipal de Agronegócios, mantendo-se o respectivo registro de transferência.

Art. 30. Os estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Municipal deverão manter atualizados os documentos exigidos pela legislação e pelas normas complementares aplicáveis, apresentando nova documentação antes do vencimento daquela anteriormente protocolizada, quando cabível.

§ 1º A apresentação de documento atualizado não implicará a retirada, substituição ou eliminação do documento anteriormente arquivado, que permanecerá no conjunto documental do estabelecimento para fins de comprovação e preservação do histórico.

§ 2º Compete ao estabelecimento comunicar ao SIM as alterações cadastrais, administrativas, técnicas ou documentais que possam interferir nas condições de seu registro ou funcionamento, observados os procedimentos estabelecidos em norma específica.

Art. 31. Os prazos de guarda e a destinação dos documentos temporários observarão as normas e os procedimentos de gestão documental adotados pelo Município, por intermédio da Secretaria Municipal de Agronegócios.

§ 1º Na ausência de prazo específico, os documentos temporários permanecerão arquivados pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contado da conclusão do processo, do encerramento de sua finalidade administrativa ou da prática do último ato relacionado ao documento, adotando-se o evento que ocorrer por último.

§ 2º O prazo de guarda ficará suspenso enquanto o documento estiver relacionado a obrigação legal, administrativa ou probatória ainda não encerrada.

§ 3º Na ausência de tabela de temporalidade aprovada ou de definição do órgão municipal competente, os documentos permanecerão sob guarda, sendo vedada sua eliminação.

Art. 32. Os modelos de formulários, procedimentos, manuais, programas, planos, instruções de trabalho e demais documentos institucionais sujeitos a atualização deverão possuir controle de versões, contendo, no mínimo:

I – identificação ou título do documento;

II – número ou código da versão;

III – data de aprovação ou início de vigência;

IV – identificação do responsável pela elaboração ou revisão;

V – descrição resumida das alterações realizadas;

VI – identificação da autoridade responsável pela aprovação, quando aplicável.

§ 1º A aprovação de nova versão não autoriza a alteração, substituição ou eliminação de documentos anteriormente preenchidos, emitidos, assinados ou protocolizados com base na versão vigente à época.

§ 2º As correções de documentos oficiais já emitidos serão realizadas por meio de errata, retificação ou emissão de novo documento, com referência expressa ao documento original, vedada a alteração direta que comprometa sua integridade.

Art. 33. A eliminação de documentos produzidos ou recebidos pelo Serviço de Inspeção Municipal somente poderá ocorrer após o cumprimento dos prazos de guarda e dos procedimentos de avaliação e destinação previstos nas normas municipais aplicáveis.

§ 1º A Coordenação do SIM poderá propor a eliminação de documentos, mediante elaboração de relação específica contendo, no mínimo:

I – a identificação e a classificação dos documentos;

II – o período abrangido;

III – a quantidade estimada de documentos ou volumes;

IV – o fundamento e a justificativa da eliminação;

V – a indicação do prazo de guarda cumprido.

§ 2º A eliminação dependerá de autorização da autoridade competente da Secretaria Municipal de Agronegócios.

§ 3º A eliminação autorizada será registrada em Relatório de Eliminação de Documentos, contendo a identificação dos documentos eliminados, o fundamento da eliminação, a data, o método utilizado e as assinaturas dos responsáveis.

§ 4º O procedimento de eliminação deverá impedir a recuperação ou utilização indevida das informações, especialmente quando os documentos contiverem dados pessoais, informações de acesso restrito ou conteúdo protegido por sigilo.

§ 5º É vedada a eliminação de documentos permanentes e daqueles relacionados a processos, fiscalizações, supervisões, auditorias, recursos ou demandas ainda não definitivamente encerrados.

•

CAPÍTULO VII

DA GESTÃO DOCUMENTAL FÍSICA E DIGITAL

Art. 34. Enquanto não for disponibilizado sistema eletrônico oficial para a gestão documental do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, a protocolização, a tramitação, a formação dos processos e o arquivamento dos documentos serão realizados em meio físico, observados os procedimentos de identificação, classificação, numeração, guarda e rastreabilidade estabelecidos nesta Portaria.

§ 1º Poderão ser utilizados planilhas, bancos de dados ou outros recursos eletrônicos internos como instrumentos auxiliares de controle dos protocolos, prazos, responsáveis, localização e situação dos documentos, sem substituição do processo físico oficial.

§ 2º O correio eletrônico institucional poderá ser utilizado para comunicações, orientações, solicitações de esclarecimentos e encaminhamento de cópias informativas, não substituindo o protocolo presencial enquanto não for disponibilizado sistema eletrônico oficial, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em norma específica.
§ 3º Após a disponibilização de sistema eletrônico oficial, os documentos poderão ser produzidos, recebidos, protocolizados, assinados, tramitados, armazenados e arquivados em meio digital, conforme regulamentação complementar e observados os requisitos de autenticidade, integridade, rastreabilidade, disponibilidade, confidencialidade e segurança da informação.
§ 4º A implantação da gestão documental eletrônica poderá ocorrer de forma gradual, admitida a utilização simultânea de documentos físicos e digitais durante o período de transição, desde que sejam definidos os meios oficiais de formação, tramitação e arquivamento de cada processo.
§ 5º Os documentos físicos produzidos ou recebidos anteriormente à implantação do sistema eletrônico permanecerão válidos e serão mantidos sob guarda pelo prazo aplicável, não sendo sua digitalização suficiente, por si só, para autorizar a eliminação dos originais.
§ 6º Os documentos nato-digitais e aqueles assinados eletronicamente deverão ser mantidos em formato que permita a verificação de sua autoria, integridade, assinatura e data de emissão.
§ 7º O sistema eletrônico oficial deverá possuir mecanismos de controle de acesso, registro das movimentações, cópias de segurança e recuperação das informações, conforme as normas municipais de tecnologia da informação e de proteção de dados.
§ 8º A adoção do sistema eletrônico não prejudicará a validade dos documentos e atos administrativos anteriormente produzidos ou praticados em meio físico.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação desta Portaria serão resolvidos pela Coordenação do Serviço de Inspeção Municipal, observada a legislação vigente.
Art. 36 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(Assinado Digitalmente)
CLÁUDIA ANTÔNIA SANTANA
Secretária Municipal de Agronegócios

(Assinado Digitalmente)
LEANDRO SILVA GUIMARÃES
Diretor de Agropecuária, Infraestrutura e Inspeção

ANEXO I – MODELO DE CABEÇALHO DE FORMULÁRIO DE PROTOCOLO

Nº Protocolo	R ou E	Data	Tipo de Documento	Remetente	Destinatário	Assunto	ID	Pasta/SubPasta	Observação
000001	R	02/01/2026	Formulário de Solicitação de Registro de Produto	Empresa X	SIM	Solicitação de registro de produto Linguiça de Frango	01	09.4	
000002	E	02/01/2026	Ofício	SIM	Empresa Y	Parecer Plano de Ação referente à VOEC in loco nº 001/ SIM 99/ Ano 2026	11	05	

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:C891AF23

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA SEMAG/SIM Nº 29 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

ESTABELECE AS ATRIBUIÇÕES DOS SERVIDORES DESIGNADOS PARA ATUAR NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – SIM, NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRONEGÓCIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Secretária Municipal de Agronegócios, Cláudia Antônia Santana, e o Diretor de Agropecuária, Infraestrutura e Inspeção, Leandro Silva Guimarães, no uso das atribuições legais e,
CONSIDERANDO a necessidade de organizar administrativamente os serviços executados pela Secretaria Municipal de Agronegócios;
CONSIDERANDO a necessidade de definir responsabilidades e atribuições dos servidores lotados na Secretaria, garantindo maior eficiência, continuidade e controle das atividades administrativas e técnicas;
RESOLVEM:
Art. 1º Ficam estabelecidas as atribuições dos servidores lotados na Secretaria Municipal de Agronegócios – SEMAG, conforme disposto nesta Portaria e em seus anexos.
Art. 2º Os servidores relacionados no Anexo I exercerão as funções e responsabilidades nele indicadas, sem prejuízo das atribuições inerentes aos respectivos cargos efetivos.
Art. 3º A distribuição das atividades poderá ser revista pela Secretária Municipal de Agronegócios sempre que houver necessidade do serviço, alteração da estrutura administrativa ou mudança na lotação dos servidores.
Art. 4º O exercício das funções previstas nesta Portaria não implica criação de cargo, emprego, função gratificada ou alteração da remuneração do servidor.
Art. 5º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretária Municipal de Agronegócios.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
CLAUDIA ANTONIA SANTANA
Secretária Municipal de Agronegócios

(Assinado Digitalmente)
LEANDRO SILVA GUIMARÃES
Diretor de Agropecuária, Infraestrutura e Inspeção

ANEXO I - RELAÇÃO DOS SERVIDORES LOTADOS NO SIM E FUNÇÕES

RELAÇÃO DOS SERVIDORES LOTADOS NO SIM E FUNÇÕES				
MATRÍCULA	**NOME SERVIDOR**	**LOTAÇÃO**	**CARGO**	**FUNÇÃO**
99035857	Jamila Palhares de Jesus Faria	Diretoria de Agropecuária, Infraestrutura e Inspeção	Fiscal de Saúde - Médico Veterinário	Fiscalização de estabelecimentos registrados no SIM, gestão dos processos administrativos gerais, execução dos programas desenvolvidos pelo SIM respeitadas as devidas competências.
99036460	Naiara Jorgelina Camargos	Diretoria de Agropecuária, Infraestrutura e Inspeção	Fiscal de Saúde - Médico Veterinário	Fiscalização de estabelecimentos registrados no SIM, gestão dos processos administrativos gerais, execução dos programas desenvolvidos pelo SIM respeitadas as devidas competências.
99015682	Liliane Dane Dias	Diretoria de Agropecuária, Infraestrutura e Inspeção	Médico Veterinário	Fiscalização de estabelecimentos registrados no SIM, gestão dos processos administrativos gerais, execução dos programas desenvolvidos pelo SIM respeitadas as devidas competências.
99023085	Clóvis Gomes de Carvalho Junior	Diretoria de Agropecuária, Infraestrutura e Inspeção	Médico Veterinário	Fiscalização de estabelecimentos registrados no SIM, gestão dos processos administrativos gerais, execução dos programas desenvolvidos pelo SIM respeitadas as devidas competências.
99021634	Kelleyn de Oliveira Ribeiro	Diretoria de Agropecuária, Infraestrutura e Inspeção	Médico Veterinário	Fiscalização de estabelecimentos registrados no SIM, gestão dos processos administrativos gerais, execução dos programas desenvolvidos pelo SIM respeitadas as devidas competências.
97023485	Hélio de Castro Valinhas	Diretoria de Agropecuária, Infraestrutura e Inspeção	Médico Veterinário	Fiscalização de estabelecimentos registrados no SIM, gestão dos processos administrativos gerais, execução dos programas desenvolvidos pelo SIM respeitadas as devidas competências.
97013145	Mário Lúcio de Sousa	Diretoria de Agropecuária, Infraestrutura e Inspeção	Médico Veterinário	Fiscalização de estabelecimentos registrados no SIM, gestão dos processos administrativos gerais, execução dos programas desenvolvidos pelo SIM respeitadas as devidas competências.
99015176	José Adão dos Reis	Diretoria de Agropecuária, Infraestrutura e Inspeção	Agente Sanitário - Fiscal de Saúde	Fiscalização de estabelecimentos registrados no SIM, gestão dos processos administrativos gerais, execução dos programas desenvolvidos pelo SIM respeitadas as devidas competências.
99021574	Claudia Luisa Dellarett Ferreira	Diretoria de Agropecuária, Infraestrutura e Inspeção	Agente Sanitário -Fiscal de Saúde	Fiscalização de estabelecimentos registrados no SIM, gestão dos processos administrativos gerais, execução dos programas desenvolvidos pelo SIM respeitadas as devidas competências.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:3C887D67

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA SEPLAG Nº 172/2026, AGOSTO DE 2026.

A Diretora de Recursos Humanos, Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a necessidade da administração pública municipal de zelar pela eficiência administrativa em todos os seus setores;

Considerando o poder discricionário do administrador de colocar os servidores em atividades laborais, visando o seu melhor desempenho profissional, sua valorização e dignificação com vistas à modernização da gestão de pessoas, fundamental para o cumprimento da missão institucional da Prefeitura Municipal de Divinópolis;

Considerando que é salutar à administração o rodízio de funcionários em cargos e funções públicas com vistas a empreender maiores capacidades técnicas e melhor absorção do conhecimento das diversificadas atividades que permeiam o exercício funcional público;

RESOLVE:
Art. 1º. Transferir a servidora relacionada abaixo, conforme local definido a seguir:

Item	Motivação do Ato	Matrícula	Servidor	Cargo	Lotação atual	Nova lotação	A partir de
I	Tarefa CI-62817-2026, e encaminhamento datado de 13/08/2026	99021634	KELLEYN DE OLIVEIRA RIBEIRO	Médico Veterinário	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Cuidado Animal - Gerência de Proteção Animal	Secretaria Municipal de Agronegócios - Diretoria de Agropecuária, Infraestrutura e Inspeção	04/08/2026

Art. 2º. Todos os servidores transferidos devem exercer atividades relativas ao seu cargo, conforme previsto no plano de cargos e salários dos servidores.
Art. 3º. As folhas de ponto dos servidores transferidos deverão ser remetidas à nova lotação. Em caso de registro no ponto facial, o ponto do servidor deverá ser fechado até a data da sua saída e o novo gerente do ponto deverá informar sua nova lotação e horário de trabalho ao setor responsável pelo cadastramento do ponto facial, visando continuidade dos registros de frequência.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Divinópolis, agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora De Recursos Humanos

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:742F9157

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
RESOLUÇÃO Nº 032/2026

"*DISPÕE SOBRE O ORÇAMENTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO ITAPECERICA – CISVI, PARA O EXERCÍCIO DE 2027, ESTIMA A RECEITA, FIXA A DESPESA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."*

O Conselho Administrativo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Itapecerica, através de Assembléia Ordinária, por seus representantes legais aprovou e, eu Presidente, promulgo a seguinte Resolução que estabelece a programação orçamentária para o exercício financeiro de 2027:

Artigo. 1º - A Programação Orçamentária do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Itapecerica estima a receita e autoriza a despesa no montante de ***R$ 21.214.260,00 (vinte e um milhões e duzentos e quatorze mil e duzentos e sessenta reais),*** para o exercício financeiro de 2027.

Artigo. 2º - A Receita do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Itapecerica – CISVI, está estimada conforme a seguinte discriminação:

QUADRO I – RECEITA ORÇAMENTÁRIA POR CATEGORIA E FONTE:

RECEITAS CORRENTES	**21.214.260,00**
Receita Patrimonial – Rendimentos de Depósitos Bancários	582.540,00
Transferências dos Municípios – Contrato de Rateio	6.687.597,00
Transferências dos Municípios – Sistema de Transporte da Saúde	3.272.483,00
Transferências dos Municípios – Vigilância em Saúde (Vacimóvel)	90.000,00
Transferências dos Municípios – Prestação de Serviços	7.720.000,00
Transf. da União, Estado e Municípios – Emendas Parlamentares e Transf. Especiais	3.199.600,00
Outras Transf. do Sistema Único de Saúde SUS (Repasse do Piso Prof.Enfermagem)	42.040,00

Artigo. 3º - A despesa do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Itapecerica – CISVI fica autorizada conforme a seguinte discriminação:

QUADRO II – DESPESA POR FUNÇÃO E UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS:

10 - SAÚDE	**21.214.260,00**
06.01.01 – Secretaria Executiva	1.459.688,00
06.01.02 – Assistência Médica, Hospitalar e Laboratorial	5.291.509,00
06.02.01 – Gestão do Sistema de Transporte da Saúde - Transportasus	3.272.483,00
06.03.01 – Emendas Parlamentares e Transferências Especiais	3.325.820,00
06.04.01 – Gestão de Prestação de Serviços de Saúde - Contratos	7.726.360,00
06.04.01 – Gestão de Serviços e Vigilância em Saúde - VACIMÓVEL	90.000,00
06.05.01 – Gestão de Recursos do Piso dos Prof. da Enfermagem - PIENFE	43.100,00
06.06.01 – Gestão de Recursos Ordinários e Alienações	5.300,00

QUADRO III – RECEITA E DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

RECEITA	**R$**	**DESPESA**	**R$**
RECEITAS CORRENTES	**21.214.260,00**	**DESPESAS CORRENTES**	**20.418.260,00**
Receita Patrimonial	582.540,00	Pessoal e Encargos Sociais	2.941.800,00
Receita de Serviços	10.702.483,00	Juros e Encargos da Dívida	0,00
Transferências Correntes	9.929.237,00	Outras Desp. de Custeio	17.476.460,00
		Superávit Orçam. Corrente	796.000,00
SUBTOTAL.....	**21.214.260,00**	**SUBTOTAL.....**	**21.214.260,00**
RECEITA DE CAPITAL	**0,00**	**DESPESA DE CAPITAL**	**796.000,00**
Transferências de Capital	0,00	Investimentos	796.000,00
SUBTOTAL.....	**0,00**	**SUBTOTAL.....**	**796.000,00**
R E S U M O			
RECEITAS CORRENTES	**21.214.260,00**	**DESPESAS CORRENTES**	**20.418.260,00**
RECEITA DE CAPITAL	**0,00**	**DESPESA DE CAPITAL**	**796.000,00**
DÉFICIT.....	**0,00**	**SUPERÁVIT.....**	**0,00**
TOTAL DA RECEITA	**21.214.260,00**	**TOTAL DA DESPESA**	**21.214.260,00**

Artigo. 4º - Fica o Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Itapecerica – CISVI na forma do art. 7º, Inciso I, da Lei Federal 4.320/64 durante a execução orçamentária de 2027 nos termos das disposições estatutárias, autorizado a abrir Créditos Adicionais Suplementares, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos dos art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, até o valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do montante da despesa prevista nesta Resolução, utilizando-se os seguintes recursos:
I – Anulação parcial ou total de dotações do orçamento vigente;
II – Superávit Financeiro do exercício anterior;
III – Excesso de Arrecadação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, esta proposta orçamentária entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2027.

Divinópolis, 17 de agosto de 2026.

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Itapecerica
OSVALDO DE SOUZA MAIA
Presidente

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:92EF88A3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUARANI

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para fornecimento de refeições para os acadêmicos e ações da saúde no período de 12 (doze) meses.

Vistos, etc.
Compulsando os autos do Processo Licitatório nº 097|2026 - Dispensa de Licitação nº 023|2026, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para fornecimento de refeições para os acadêmicos e ações da saúde no período de 12 (doze) meses, através da empresa **67.545.143 GILBERTO VIEIRA FREITAS**, inscrita no CNPJ sob o nº **67.545.143/0001-50**, com base no Parecer Jurídico acostado ao presente, nos termo do art. 72, VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, AUTORIZO a contratação direta por DISPENSA DE LICITAÇÃO, fundamentada no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, nos seguintes termos::

CONTRATADA: 67.545.143 GILBERTO VIEIRA FREITAS
CNPJ: 67.545.143/0001-50

LOTE ÚNICO							
N° Item	**Cód.**	**Descrição**	**Marca Modelo**	**Und.**	**Qtd.**	**Vlr. Unit.**	**Vlr. Tot.**
0001	34556	Fornecimento de refeição pronta tipo marmitex, acondicionada em embalagem de isopor ou alumínio, contendo no mínimo: carnes variadas (bovina, suína, aves, peixes ou equivalentes), arroz, feijão, saladas variadas de boa qualidade e procedência, e acompanhamentos como massas, purês, farofa, legumes refogados ou similares.	Própria	UNI	1250	R$ 21,00	R$ 26.250,00
0002	34557	Refrigerante em Lata 350ml zero ou comum. Sabores: Cola, Guaraná, Laranja, Limão ou Uva. Produto original, novo, dentro do prazo de validade, com registro no Ministério da Saúde e rotulagem completa constando ingredientes, tabela nutricional e data de fabricação.	Coca -cola / Guaraná Antarctica / Sukita	LATA	1250	R$ 5,00	R$ 6.250,00

VALOR TOTAL: R$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais).

Guarani-MG, 17 de agosto de 2026.

ANA CLÁUDIA DOS ANJOS RIBEIRO
Secretária Municipal de Saúde
Município De Guarani

Publicado por:
Renan Braga Pereira
Código Identificador:C168EF5F

JURÍDICO
LEI Nº 1.275 DE 14 DE AGOSTO DE 2026

"ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 05/1995, PARA CRIAR O CARGO EFETIVO DE CONTROLADOR INTERNO E EXTINGUIR CARGOS EFETIVOS VAGOS; ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 369/2007, PARA MODIFICAR A CARGA HORÁRIA, OS VENCIMENTOS E AS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE PROTÉTICO; ALTERA A LEI MUNICIPAL N°629/2013, PARA CRIAR CARGOS EM COMISSÃO, INSTITUIR A SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E REVOGAR OS DISPOSITIVOS RELATIVOS AO CONTROLE INTERNO, CUJA REGULAÇÃO PASSA A SER EXERCIDA EXCLUSIVAMENTE PELA LEI MUNICIPAL Nº 1.134".

O Prefeito Municipal de Guarani, Estado de Minas Gerais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
ALTERAÇÕES À LEI MUNICIPAL Nº 05/1995

Art. 1º. Fica criado no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, integrante do Plano de Cargos e Vencimentos instituído pela Lei Municipal nº 05/1995, o cargo de provimento efetivo de Controlador Interno, com as características constantes do Anexo I desta Lei.
§1º.O provimento do cargo de Controlador Interno far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, sendo exigida, no mínimo, conclusão de curso superior nas áreas de Direito, Administração, Contabilidade, Ciências Econômicas ou áreas afins, bem como os demais requisitos a serem estabelecidos no respectivo edital.
§2º.O Controlador Interno será diretamente subordinado ao Prefeito Municipal, não sendo admitida sua subordinação hierárquica a qualquer outro nível da estrutura organizacional, a fim de assegurar a independência e a imparcialidade no exercício de suas funções.
§3º.O Controlador Interno terá livre acesso a todas as dependências dos órgãos e entidades do Município, bem como a documentos, processos, valores, livros e sistemas informatizados indispensáveis ao cumprimento de suas atribuições, não lhe podendo ser sonegado, sob qualquer pretexto, nenhuma informação ou documento.

Art. 2º. Ficam extintos do Plano de Cargos e Vencimentos instituído pela Lei Municipal nº 05/1995 os cargos efetivos vagos relacionados no Anexo III desta Lei.

CAPÍTULO II
ALTERAÇÕES À LEI MUNICIPAL Nº 1.134/2023

Art. 3º.O parágrafo único do art. 6º da Lei Municipal nº 1.134/2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único. A Unidade de Controle Interno Municipal será chefiada pelo titular do cargo efetivo de Controlador Interno, provido mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, diretamente subordinado ao Prefeito Municipal, sem intermediação hierárquica de qualquer outro órgão ou servidor.

Art. 4º Ficam revogados os arts. 14, 15, 16 e 17 da Lei Municipal nº 1.134/2023, que instituíram a Função Gratificada de Responsável pela Unidade do Controle Interno Municipal, por incompatibilidade com a Constituição Federal de 1988.

Art. 5º Os arts. 18 e 19 da Lei Municipal nº 1.134/2023 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 18. É vedada a lotação de servidor ocupante de cargo em comissão para exercer as atividades da Unidade de Controle Interno Municipal.

Art. 19. Não poderá assumir ou permanecer no exercício do cargo de Controlador Interno o servidor que:
I – tenha sido contratado por excepcional interesse público;
II – tenha sofrido penalização administrativa, civil ou penal transitada em julgado;
III – realize atividade político-partidária;
IV – exerça, concomitantemente com a atividade pública, qualquer outra atividade profissional incompatível com as funções de controle interno.

CAPÍTULO III
ALTERAÇÕES À LEI MUNICIPAL Nº 369/2007
Art. 6º.O cargo efetivo de Protético, criado pela Lei Municipal nº 369/2007, passa a vigorar com a carga horária, a remuneração e as atribuições constantes, respectivamente, do Anexo II e do Anexo V desta Lei, ficando revogadas as atribuições anteriormente previstas na Lei Municipal nº 369/2007 na parte que com elas conflitar.
Parágrafo único.O exercício das atribuições inerentes ao cargo de Protético pressupõe inscrição regular junto ao Conselho Regional de Odontologia – CRO sob cuja jurisdição se encontrar o profissional, nos termos dos arts. 2º, inciso II, e 6º da Lei federal nº 6.710, de 5 de novembro de 1979.

CAPÍTULO IV
ALTERAÇÕES À LEI MUNICIPAL Nº 629/2013

Art. 7º. Ficam criados no quadro de Cargos em Comissão do Poder Executivo Municipal, de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal, regidos pela Lei Municipal nº 629/2013 e suas alterações, os cargos com as características constantes do Anexo IV desta Lei.

Art. 8º. Fica criada a Secretaria Municipal de Saneamento Básico, integrada à estrutura orgânica da Administração Pública Direta do Município de Guarani, nos termos da Lei Municipal nº 629/2013, com a finalidade de assessorar o Prefeito Municipal na formulação, no acompanhamento e na articulação institucional da política municipal de saneamento básico, em interface com o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Guarani – SAEG.
Parágrafo único.A Secretaria Municipal de Saneamento Básico não possui estrutura administrativa própria, sendo exercida pelo Secretário Municipal de Saneamento Básico, cargo em comissão criado pelo art. 7º desta Lei, diretamente subordinado ao Prefeito Municipal.

Art. 9º. Ficam revogados a alínea "c" do inciso I do art. 1º e o art. 4º da Lei Municipal nº 629/2013, passando o Sistema de Controle Interno Municipal a ser regido exclusivamente pela Lei Municipal nº 1.134/2023, conforme alterada por esta, e pela legislação municipal de criação do cargo efetivo de Controlador Interno.

CAPÍTULO V
DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 10. As atribuições dos cargos criados nos termos dos arts. 1º e 7º desta Lei, bem como as atribuições atualizadas do cargo alterado nos termos do art. 6º, são as constantes do Anexo V desta Lei.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário, observados os limites e condições estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EMERSON PATRICK VIEIRA
Prefeito Municipal

ANEXO I – CARGO EFETIVO CRIADO				
CARGO	**VAGAS**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**	**REMUNERAÇÃO MENSAL**	**ESCOLARIDADE / PRÉ-REQUISITO**
Controlador Interno	01	30H	R$3.447,75	Curso superior em Direito, Administração, Contabilidade, Ciências Econômicas ou áreas afins

ANEXO II – CARGO EFETIVO ALTERADO				
CARGO	**VAGAS**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**	**REMUNERAÇÃO MENSAL**	**ESCOLARIDADE / PRÉ-REQUISITO**
Protético	01	20H	R$3.242,00	Habilitação técnica em Prótese Dentária e inscrição regular no Conselho Regional de Odontologia – CRO, nos termos da Lei federal nº 6.710/1979

ANEXO III – CARGOS EFETIVOS VAGOS EXTINTOS			
CARGO	**VAGAS**	**REMUNERAÇÃO MENSAL**	**TOTAL**
Auxiliar de Serviços Gerais (contínuo)	04	R$ 1.621,00	R$ 6.484,00
Fiscal de Turma	03	R$ 1.621,00	R$ 4.863,00
Bombeiro	01	R$ 1.621,00	R$ 1.621,00
Total	**08**		**R$ 12.968,00**

ANEXO IV – CARGOS EM COMISSÃO CRIADOS				
CARGO	**VAGAS**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**	**REMUNERAÇÃO MENSAL**	**ESCOLARIDADE / PRÉ-REQUISITO**
Secretário Municipal de Saneamento Básico	01	Conforme padrão da Lei Municipal nº 629/2013	R$5.219,93	Ensino Médio completo
Coordenador de Creche	01	30H	R$ 2.909,19	Curso superior em Pedagogia, Normal Superior ou Licenciatura, ou, alternativamente, Ensino Médio completo com experiência comprovada em gestão de unidades de educação infantil

ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

1.CONTROLADOR INTERNO:

1 Coordenar as atividades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal, orientando as unidades executoras quanto à adoção de procedimentos de controle prévio, concomitante e subsequente.
2 Fiscalizar e avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município.
3 Verificar a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos e contratos da Administração Municipal, bem como dos atos praticados por gestores de recursos públicos municipais.
4 Avaliar os resultados quanto à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional do Município.
5 Realizar auditorias internas nos órgãos e entidades da Administração Municipal, com vistas a verificar a adequação dos procedimentos de controle e a regularidade dos atos administrativos.
6 Controlar as operações de crédito, avais e garantias, bem como os direitos e haveres do Município.
7 Verificar o cumprimento dos limites e condições estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal –, inclusive os relativos às despesas com pessoal e à dívida pública.
8 Assessorar os gestores municipais, prestando orientação técnica sobre os procedimentos e normas de controle interno aplicáveis à Administração Pública.
9 Avaliar as providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário, especificando, quando for o caso, as sindicâncias, inquéritos, processos administrativos ou tomadas de contas especiais instaurados, seus respectivos resultados, números, causas e datas de instauração.
10 Acompanhar os limites constitucionais e legais aplicáveis à Administração Municipal, alertando o Prefeito sobre riscos de descumprimento.
11 Examinar as demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras, inclusive relatórios, dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Município.
12 Examinar as prestações de contas dos agentes da administração responsáveis por bens e valores pertencentes ou confiados à Fazenda Municipal.
13 Avaliar a observância, pelas unidades componentes do Sistema de Controle Interno, dos procedimentos, normas e regras estabelecidas pela legislação pertinente.
14 Elaborar parecer conclusivo sobre as contas anuais do Município, a ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG.
15 Revisar e emitir parecer acerca de processos de Tomadas de Contas Especiais.
16 Elaborar e encaminhar os relatórios de controle interno exigidos pela legislação vigente, incluindo os destinados ao TCE-MG, nos prazos regulamentares.
17 Representar ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais sobre irregularidades e ilegalidades identificadas na gestão dos recursos públicos municipais, nos termos do art. 74, § 1º, da Constituição Federal.
18 Alertar formalmente os responsáveis quando tomar conhecimento de irregularidades, ilegalidades ou indícios de improbidade na aplicação de recursos públicos, sob pena de responsabilidade solidária.
19 Apoiar o Controle Externo no exercício de sua missão institucional, disponibilizando documentos, informações e esclarecimentos quando solicitado.
20 Elaborar, propor e atualizar normas e procedimentos de controle interno, promovendo sua revisão periódica e a capacitação dos servidores envolvidos.
21 Zelar pela qualidade e pela independência do Sistema de Controle Interno, adotando comportamento ético, imparcial e tecnicamente atualizado no exercício de suas funções.
22 Controlar os custos e preços dos serviços de qualquer natureza mantidos pela Administração Municipal, verificando sua regularidade e economicidade.
23 Praticar os demais atos inerentes ao exercício do controle interno, nos termos da Lei Municipal nº 1.134/2023 e da legislação aplicável.

2.PROTÉTICO:

1 Organizar e dirigir os trabalhos inerentes ao cargo de Protético, planejando e coordenando as atividades diárias do laboratório de prótese dentária.
2 Confeccionar próteses totais removíveis, de acordo com as prescrições emitidas pelo Cirurgião-Dentista responsável.
3 Confeccionar próteses parciais removíveis, de acordo com as prescrições emitidas pelo Cirurgião-Dentista responsável.
4 Confeccionar próteses fixas e sobre implantes, quando solicitado pelo Cirurgião-Dentista responsável.
5 Organizar e elaborar o registro das atividades diárias do laboratório, mantendo documentação atualizada dos trabalhos realizados, com identificação do paciente e do profissional solicitante.
6 Operar, zelar e manter em bom estado de conservação os equipamentos e instrumentais do laboratório de prótese dentária.
7 Realizar a seleção e o controle de qualidade dos materiais utilizados na confecção das próteses.
8 Executar reparos e ajustes em próteses já confeccionadas, quando solicitado pelo Cirurgião-Dentista.
9 Zelar pelas condições de higiene e biossegurança do laboratório, em conformidade com as normas da Vigilância Sanitária e do Conselho Regional de Odontologia – CRO.
10 Executar outras tarefas afins inerentes ao cargo, nos limites estabelecidos pela Lei federal nº 6.710, de 5 de novembro de 1979, e pelas normas regulamentadoras do CRO, sendo vedada, em qualquer hipótese, a prestação de assistência direta a pacientes.

3.SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO (SAEG)

1Assessorar o Prefeito Municipal na formulação e no acompanhamento da política municipal de saneamento básico, compreendendo as diretrizes relativas ao abastecimento de água potável, ao esgotamento sanitário, à limpeza urbana, ao manejo de resíduos sólidos e à drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.
2 Atuar como elo institucional entre o Prefeito Municipal e o SAEG – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Guarani, facilitando a comunicação, o alinhamento de diretrizes e a execução da política de saneamento, sem interferência na gestão interna, no quadro de pessoal ou nos atos jurídicos da autarquia, que permanecem sob a competência exclusiva de seu Diretor.
3 Acompanhar, junto ao SAEG, a elaboração e a atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos da Lei federal nº 14.026/2020 – Marco Legal do Saneamento Básico, cabendo ao Secretário a articulação política e institucional e ao SAEG a execução técnica e operacional.

4 Articular-se com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais para captação de recursos e celebração de convênios, contratos de programa e demais instrumentos de cooperação afetos à política de saneamento.
5 Monitorar o desempenho do SAEG quanto ao cumprimento das metas e diretrizes da política municipal de saneamento, sem interferência nas operações, contratos ou quadro de pessoal da autarquia, e reportar ao Prefeito Municipal as informações e recomendações pertinentes.
6 Promover estudos e diagnósticos sobre as condições de saneamento do Município, subsidiando o Prefeito Municipal na tomada de decisões relativas à política setorial e ao relacionamento institucional com o SAEG.
7 Apresentar ao Prefeito Municipal relatório anual das atividades realizadas pela Secretaria.
8 Praticar os demais atos necessários ao regular desempenho de suas atribuições, respeitada integralmente a autonomia administrativa, financeira e operacional do SAEG e as competências legais de seu Diretor.

4.COORDENADOR DE CRECHE
1 Coordenar as atividades administrativas e operacionais das unidades de educação infantil (creches) municipais, no âmbito das competências que não se insiram nas atribuições do Supervisor Pedagógico, do Diretor Escolar e do Diretor de Apoio Técnico, definidas na Lei Complementar Municipal nº 943/2019.
2 Supervisionar a organização e o funcionamento cotidiano das unidades de creche, garantindo as condições estruturais e operacionais adequadas ao atendimento das crianças.
3 Garantir o cumprimento das normas de saúde, higiene, nutrição e segurança nas unidades de educação infantil, em conformidade com a legislação sanitária vigente.
4 Zelar pelo bem-estar e pela integridade física das crianças matriculadas nas unidades de creche.
5 Acompanhar e controlar a frequência das crianças e a lotação das unidades de creche, elaborando relatórios periódicos destinados à Secretaria Municipal de Educação.
6 Coordenar, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação e com o Supervisor Pedagógico, as condições operacionais necessárias à implementação do projeto político-pedagógico nas unidades de creche, sem interferência nas atribuições pedagógicas inerentes ao cargo de Supervisor Pedagógico.
7 Supervisionar o cumprimento das rotinas operacionais de trabalho pelos servidores lotados exclusivamente nas unidades de creche, sem prejuízo das competências do Diretor Escolar nas unidades em que este atue.
8 Identificar e encaminhar à Secretaria Municipal de Educação as demandas de manutenção, abastecimento, infraestrutura e aquisição de materiais necessários ao funcionamento das unidades de creche.
9 Colaborar com o Diretor de Apoio Técnico no fornecimento de informações e documentos necessários à gestão orçamentária e à prestação de contas dos programas afetos às creches, sem exercer atribuições de execução financeira, contábil ou de pessoal.
10 Praticar os demais atos necessários ao regular desempenho de suas atribuições, observadas as competências dos demais cargos previstos na Lei Complementar Municipal nº 943/2019 e na legislação municipal aplicável.

Guarani, 14 de agosto de 2026.

EMERSON PATRICK VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raphaela da Silva Pereira
Código Identificador:CE474BAE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAGUARA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 21º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA/MG – extrato do 21º Termo de Apostilamento à Ata de Registro de Preços nº 01/2025.**Contratada:** POSTO ITACEMA LTDA. **Objeto:** Ficam alterados os seguintes preços anteriormente registrados a partir da data de assinatura deste termo, conforme planilha abaixo:

Item	Especificação	Quantidade	UN	Marca	Preço Atual (R$)	Preço Unitário Novo(R$)
1	Óleo diesel comum	80.000,00	L	PETROBRAS	6,14	6,05

PROCESSO Nº 248/2024; PREGÃO Nº 123/2024. LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS – Prefeito Municipal. **Data de assinatura:**18/08/2026.

Publicado por:
Maria Clara de Oliveira Morais
Código Identificador:A65D315F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 -TRAJETÓRIAS CULTURAIS

RESULTADO PRELIMINAR DE CLASSIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de João Pinheiro, no dia 17 de agosto de 2026, torna público o **RESULTADO PRELIMINAR DE CLASSIFICAÇÃO** do seguinte edital:
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 -TRAJETÓRIAS CULTURAIS PREMIAÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À
CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

Categoria	Total de vagas	Valor do prêmio
A) Trajetórias Culturais Individuais	15	R$ 2.000,00
B) Trajetórias Culturais de Grupos ou Coletivos	10	R$ 10.000,00

Trajetórias Culturais Individuais 15 prêmios no valor de R$ 2.000,00

Proponente	Inscrição	Cota	Nota	Situação
Antônio das Graças Andrade	P-05		40	CLASSIFICADO
Evando dos Reis Leite	P-07		40	CLASSIFICADO
Adnilson Paiva Sena	P-02		38	CLASSIFICADO
Suel Cristian de Freitas	P-10		38	CLASSIFICADO
GILBERTO SANTIAGO DOS SANTOS	P-14		38	CLASSIFICADO
Ana Paula Gonçalves da Silva	P-21		38	CLASSIFICADO
Hércules Gomes Júnior	P-16		37	CLASSIFICADO
HEVERTON HENRIQUE DE ARAUJO FERREIRA	P-19		37	CLASSIFICADO
MARLENE SIMÃO FERREIRA	P-03		36	CLASSIFICADO
Nayara Oliveira Fabrício	P-06		36	CLASSIFICADO
Welington Ney da Silva	P-11		36	CLASSIFICADO
LARA CRISTINA FELICIANO AMANCIO	P-18		36	CLASSIFICADO
Adan Fonseca e Silva	P-20		36	CLASSIFICADO
Fabiane Tavares dos Santos Fernandes	P-04		35	CLASSIFICADO
Alfredo de Mendonça Uchoa Filho	P-09		34	SUPLENTE
Claudiana Gonçalves Rodrigues	P-22		34	SUPLENTE
Liliane Moreira de Souza	P-01	PESSOA NEGRA	31	CLASSIFICADO
MARIA ABADIA MACHADO NASCIMENTO	P-17			Desclassificado por envio de documentação incompleta (RG e Comprovante de Residência)
Adelson Trindade de Souza	P-08			Desclassificado por envio de documentação incompleta (Comprovante de residência não está no nome do proponente)
Luciana Dornelas da Cruz	P-12			Desclassificado por envio de documentação incompleta (RG)
MARIA BALDUAINA DE JESUS PACHECO	P-13			Desclassificado por envio de documentação incompleta (RG)
Fábio Patrick Viana de Carvalho	P-23			Desclassificado por envio de documentação incompleta (Comprovante de residência e comprovação de atuação cultural

Trajetórias Culturais de Grupos ou Coletivos, 10 prêmios de 10.000,00

Proponente	Inscrição	Cota	Nota	Situação
Coletivo de Arte Inclusiva da APAE de João Pinheiro	PC-08		40	CLASSIFICADO
ASSOCIAÇÃO DOS FOLIÕES CAPÃO ESCURO	PC-10		39	CLASSIFICADO
Folia de Reis das Fazendas Espírito Santo e Tereza	PC-05		35	CLASSIFICADO
Folia de Reis do Sr. João Timóteo	PC-03		35	CLASSIFICADO
Folia de Reis da Chapada	PC-02		35	CLASSIFICADO
Fanfarra Dragões da Independência	PC-01		35	CLASSIFICADO
PROJETO CULTURAL JOÃO PINHEIRO TEM CAPOEIRA	PC-07		34	CLASSIFICADO
Companhia de Dança Lizandra Karine	PC-11		34	CLASSIFICADO
Folia de Reis da Tapera	PC-04		34	CLASSIFICADO
PROJETO SOCIAL CRAS I TEM CAPOEIRA	PC-06		32	CLASSIFICADO
ASSOCIAÇÃO DE FOLIA DE REIS DO DISTRITO DE CANA BRAVA	PC-09			Desclassificado por envio de documentação incompleta (RG e Endereço)

O prazo de três dias úteis para envio do recurso inicia a partir da publicação deste resultado e será feito exclusivamente por meio do e-mail sectel@joaopinheiro.mg.gov.br.
Poderá ser solicitado o espelho da nota por meio do e-mail sectel@joaopinheiro.mg.gov.br. Havendo disponibilidade orçamentária proponentes suplentes poderão ser convocados.

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:925F5949

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
TERMO DE ADESÃO/PARTICIPAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 173/2025

TERMO DE ADESÃO/PARTICIPAÇÃO
À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 173/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO CONVALES Nº 038/2025

TERMO DE ADESÃO/PARTICIPAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO DE MUNICÍPIOS – CONVALES, O MUNICÍPIO DE JOÃO PINHEIRO/MG E A EMPRESA R A B FRANCO LOCAÇÕES, PARA OS FINS NELE INDICADOS.

O CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO DE MUNICÍPIOS – CONVALES, consórcio público de direito público, na forma de Associação Pública, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.070.075/0001-25, com sede na Avenida José Fernandes Valadares, nº 375, Bairro Primavera I, Arinos/MG, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Nelson Pereira Brito, brasileiro, agente político, inscrito no CPF sob o nº 041.967.566-38, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**; de outro lado, o **MUNICÍPIO DE JOÃO PINHEIRO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 16.930.299/0001-13, com sede na Praça Cel. Hermógenes, 60, Centro, João Pinheiro/MG, CEP 38.770-000, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, neste ato representado por seu Secretário Municipal, Sr. André Benfica de Almeida, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO ADERENTE/PARTICIPANTE** ; e, ainda, a empresa **R A B FRANCO LOCAÇÕES**, inscrita no CNPJ sob o nº 34.776.652/0001-34, com sede na Av. José Luiz Fazanaro, nº 10, Vila São Sebastião, João Pinheiro/MG, CEP 38.770-000, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Ronie Aparecido Batista Franco, brasileiro, casado, empresário, RG nº MG-***609, CPF nº ***56, doravante denominada simplesmente **DETENTORA DA ATA/FORNECEDORA**, têm entre si

justo e acordado firmar o presente TERMO DE ADESÃO/PARTICIPAÇÃO à Ata de Registro de Preços nº 173/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente Termo fundamenta-se no art. 86 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Federal nº 11.462/2023 e nas disposições do item 4 ("DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS") da Ata de Registro de Preços nº 173/2025, decorrente do Pregão Eletrônico SRP nº 020/2025 (Processo Licitatório CONVALES nº 038/2025), bem como no Documento de Formalização da Demanda – DFD elaborado pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer do Município de João Pinheiro/MG.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente Termo tem por objeto formalizar a adesão/participação do MUNICÍPIO DE JOÃO PINHEIRO, na qualidade de órgão participante, à Ata de Registro de Preços nº 173/2025, visando à contratação de empresa especializada para fornecimento, montagem, instalação, manutenção e desmontagem de estruturas e recursos diversos destinados à realização do Rodeio, evento integrante da programação oficial das comemorações do 115º (centésimo décimo quinto) aniversário de Emancipação Política de João Pinheiro/MG, a ser realizado no período de 09 (nove) a 13 (treze) de setembro de 2026, com atividades de rodeio programadas para os dias 09, 10, 11 e 12 de setembro de 2026.

2.2. Os itens, quantitativos, especificações e valores unitários e totais objeto da presente adesão são os constantes do quadro a seguir, elaborado com base no Documento de Formalização da Demanda – DFD e nos preços registrados na Ata de Registro de Preços nº 173/2025:

Item	Ref. Ata (Item/Lote)	Descrição	Diárias	Unid.	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
01	01 - Lote II	Diárias Arena de Rodeio	4	Unid.	4	7.000,00	28.000,00
02	02 - Lote II	Diárias Arquibancada para o rodeio – 50 metros	4	Unid.	4	10.000,00	40.000,00
03	03 - Lote II	Diárias Locutor de rodeio e DJ	4	Unid.	4	3.800,00	15.200,00
04	04 - Lote II	Diárias Comentarista do rodeio	4	Unid.	4	1.500,00	6.000,00
05	05 - Lote II	Diárias Prestação de serviços de 03 porteiros	4	Unid.	4	800,00	3.200,00
06	06 - Lote I *	Diárias Serviço de 01 fiscal de bretes	4	Unid.	4	1.230,00	4.920,00
07	07 - Lote II *	Diárias Serviço de 01 avaliador de montagem	4	Diária/Unid.	4	300,00	1.200,00
08	08 - Lote II	Diárias Prestação de serviços de 03 salva-vidas	4	Diária/Unid.	4	1.250,00	5.000,00
09	09 - Lote II *	Diárias Prestação de serviços de 01 juiz	4	Unid.	4	1.230,00	4.920,00
10	10 - Lote II	Diárias Boiadas – 30 bois	4	Diária	4	8.000,00	32.000,00
11	11 - Lote II	Diárias Show pirotécnico	4	Diária/Unid.	4	2.000,00	8.000,00
12	12 - Lote II	Diárias Prestação de serviço de médico veterinário	4	Diária/Unid.	4	1.230,00	4.920,00
13	15 - Lote II	Diárias Locação de equipamento – painel de LED P3.9, boxtruss mín. 4x2m	4	Diária/Unid.	4	1.600,00	6.400,00
14	16 - Lote II	Diárias Locação de painel de LED para tempo/nota de cada montaria	4	Diária/Unid.	4	570,00	2.280,00
15	17 - Lote II	Diárias Disponibilização de no mínimo 25 peões, com seguro obrigatório	4	Diária/Unid.	4	700,00	2.800,00
16	18 - Lote II	Diárias Premiação de R$ 12.000,00 para os 5 primeiros colocados na montaria	2	Diária/Unid.	2	12.000,00	24.000,00
17	19 - Lote II	Diárias Cerimonial de abertura	4	Diária/Unid.	4	2.000,00	8.000,00
18	20 - Lote II	Diárias Tenda 6x6	8	Diária/Unid.	8	500,00	4.000,00
19	21 - Lote II	Diárias Tenda 10x10	12	Diária/Unid.	12	600,00	7.200,00
20	22 - Lote II	Diárias Locação de placa metálica ou tapume cego	4	Diária/Unid.	4	1.850,00	7.400,00
21	10 - Lote III	Diárias Prestação de serviço de 01 animador de plateia (palhaço de rodeio)	4	Diária/Unid.	4	300,00	1.200,00
22	11 - Lote III	Diárias Prestação de serviço de 01 fotógrafo profissional	4	Diária/Unid.	4	550,00	2.200,00
23	12 - Lote III	Diárias Prestação de serviço de 01 assessor de pista	4	Diária/Unid.	4	250,00	1.000,00
VALOR GLOBAL DA ADESÃO							**219.840,00**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O valor global estimado para a presente adesão é de R$ 219.840,00 (duzentos e dezenove mil, oitocentos e quarenta reais), conforme detalhamento constante da Cláusula Segunda.

3.2. Os preços unitários ora praticados são exatamente os registrados na Ata de Registro de Preços nº 173/2025, vedado qualquer acréscimo em relação aos valores nela consignados.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

4.1. O presente Termo vigorará pelo prazo de 03 (três) meses, contados da data de sua assinatura, não podendo, em nenhuma hipótese, exceder a vigência da Ata de Registro de Preços nº 173/2025.

4.2. As estruturas deverão ser entregues, montadas, testadas e disponibilizadas para uso até o horário previamente definido no cronograma do evento, permanecendo a FORNECEDORA responsável pela manutenção durante todo o período de realização do Rodeio (09 a 12 de setembro de 2026), bem como pela desmontagem e retirada dos equipamentos nos prazos acordados entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL DE ENTREGA E EXECUÇÃO

6.1. As estruturas e serviços contratados deverão ser fornecidos, montados e mantidos no seguinte endereço: Av. José Batista Franco, nº 445, Bairro Divinópolis, João Pinheiro/MG – Parque de Exposição Israel Pinheiro da Silva.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado pela Secretaria de Finanças do Município de João Pinheiro/MG, mediante nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da respectiva nota fiscal, observadas as condições estabelecidas na Cláusula 7ª da Ata de Registro de Preços nº 173/2025.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

7.1. A FORNECEDORA obriga-se a fornecer, transportar, montar, manter e desmontar toda a estrutura contratada, observando rigorosamente as especificações técnicas, as normas de segurança vigentes e os prazos estabelecidos pelo MUNICÍPIO DE JOÃO PINHEIRO, respondendo integralmente pela qualidade, estabilidade, segurança e adequação dos equipamentos e estruturas fornecidos, bem como por eventuais danos causados a terceiros ou ao patrimônio público decorrentes de falhas na montagem, manutenção ou operação das estruturas.

7.2. A FORNECEDORA obriga-se, ainda, a realizar, de forma imediata e sem ônus para a Administração, a substituição, reparo ou correção de itens/serviços entregues que apresentem defeitos, vícios de qualidade, divergências ou qualquer não conformidade em relação às especificações técnicas.

CLÁUSULA OITAVA – DA ANUÊNCIA DO ÓRGÃO GERENCIADOR
8.1. O CONVALES, na qualidade de órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços nº 173/2025, manifesta, por meio deste instrumento, sua anuência com a presente adesão, nos termos do item 4 e subitens da referida Ata e do art. 86 da Lei nº 14.133/2021.
CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
9.1. Aplicam-se subsidiariamente a este Termo, no que couber, todas as demais cláusulas e condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços nº 173/2025, no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 020/2025 e seus anexos, e no Documento de Formalização da Demanda – DFD, que passam a integrar este instrumento independentemente de transcrição.

João Pinheiro/MG, 18 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juarez Moura da Silva
Código Identificador:8A0D5D9D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LUZ

SECRETARIA DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE
RESULTADO FINAL AUXÍLIO TRANSPORTE ESTUDANTES N.º 001/2026

RESULTADO FINAL DOS APROVADOS A RECEBER O AUXÍLIO TRANSPORTE, AOS ESTUDANTES DE CURSO SUPERIOR E CURSO TÉCNICO, DE ACORDO COM O EDITAL N.º 001/2026, DE 12/02/2026, PREVISTO NA LEI N.º 2.827/2022.

	NOME	CURSO	VALOR MENSAL	QUANT. DE MESES	VALOR
	Alayane Resende Soares	Odontologia	119,60	3	358,80
	Alessandra Mara Silva	Técnico em Enfermagem	119,60	3	358,80
	Ana Carolina Oliveira Dias	Fisioterapia	119,60	3	358,80
	Ana Júlia Nascimento Necci	Medicina Veterinária	119,60	3	358,80
	Arthur Pacheco Sousa	Odontologia	119,6	3	358,80
	Bárbara Luísa Silva	Odontologia	119,60	3	358,80
	Bárbara Silva Alves	Enfermagem	119,60	3	358,80
	Bruno Ítalo Caetano Carvalho	Agronomia	119,60	3	358,80
	Caio Henrique Batista Oliveira	Engenharia Civil	119,60	3	358,80
	Clara Monique Silva Magalhães Sousa	Odontologia	119,60	3	358,80
11.	**Gabriel Teodoro Ribeiro Costa**	Odontologia	119,60	3	358,80
12.	**Grayze Kelle de Camargos**	Técnico em Segurança do Trabalho	119,60	3	358,80
13.	**Graziele Parreiras da Silva**	Enfermagem	119,60	3	358,80
14.	**Isaac Augusto Amaral Silva**	Medicina Veterinária	119,60	3	358,80
15.	**Kamille Regina Barbosa Camargos**	Enfermagem	119,60	3	358,80
16.	**Kaylaine Maria Barbosa Camargos**	Enfermagem	119,60	3	358,80
17.	**Maria Aparecida Silva Santos**	Enfermagem	119,60	3	358,80
18.	**Maria Eduarda Oliveira Moura**	Medicina Veterinária	119,60	3	358,80
19.	**Paulo Marcos Amaral Ferreira**	Engenharia Civil	119,60	3	358,80
20.	**Tawane Gama Soares**	Enfermagem	119,60	3	358,80
21.	**Yasmin Sarah Gama Nasimento Costa**	Medicina Veterinária	119,60	3	358,80
TOTAL				**R$ 7.534,80**	

Luz, 18 de agosto de 2026

LILIAN DUARTE PEREIRA
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:A01A2A11

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE OURO FINO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 4.498/2026

DECRETO Nº 4.498/2026

Abre Crédito Suplementar em favor de Unidades Orçamentárias do Executivo Municipal, no valor de R$ 612.384,40, para os fins que especifica.

ANTONIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL, Prefeito do Município de Ouro Fino - MG, no uso de suas atribuições legais, com base no inciso I, do artigo 2º, da Lei Municipal nº 3.335 de 19 de dezembro de 2025 - LOA 2026 e no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/64,
DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de R$ 549.157,30 (quinhentos e quarenta e nove mil cento e cinquenta e sete reais e trinta centavos), em favor de Unidades Orçamentárias do Executivo Municipal, com as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO	FICHA	FONTE	VALOR
02.01.01.04.122.0001.2.001 - Manut Atividades do Gabinete do Prefeito			

3390 14 - Diárias - Pessoal Civil	45	1.500.000.0.000.000	R$ 5.000,00
02.02.01.04.122.0001.0.005 - Convênio Com a Policia Militar do Estado de MG			
3390 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	69	1.500.000.0.000.000	R$ 4.010,00
02.02.01.04.122.0001.2.006 - Manut Ativ de Planejamento e Gestão			
3390 30 - Material de Consumo	76	1.500.000.0.000.000	R$ 44.000,00
3390 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	79	1.500.000.0.000.000	R$ 10.000,00
3390 40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	81	1.500.000.0.000.000	R$ 3.432,30
02.02.06.13.392.0018.2.077 - Manut Ativ de Festividades do Municipio			
3390 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	142	1.500.000.0.000.000	R$ 90.000,00
02.03.03.12.365.0005.2.021 - Manut Ativ da Educação Infantil			
3390 30 - Material de Consumo	199	1.500.000.1001.001.005	R$ 10.000,00
4490 52 - Equipamentos e Material Permanente	963	1.500.000.1001.001.005	R$ 4.287,00
02.03.06.12.306.0008.2.040 - Fornecimento Merenda Escolar - Infantil			
3390 30 - Material de Consumo	271	1.550.000.0.047.001	R$ 5.000,00
02.04.02.10.301.0009.2.049 - Manut Ativ Unidades Básicas de Saúde			
3390 14 - Diárias - Pessoal Civil	313	1.500.000.1002.002.008	R$ 1.000,00
3390 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	319	1.500.000.1002.002.008	R$ 50.000,00
02.04.02.10.302.0010.2.051 - Manut Ativ Saúde Especializada			
3390 14 - Diárias - Pessoal Civil	335	1.500.000.1002.002.008	R$ 20.000,00
3390 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	340	1.500.000.1002.002.008	R$ 240.000,00
02.04.02.10.302.0010.0.016 - Transferência a APAE			
4450 42 - Auxílios	656	1.500.000.1002.002.006	R$ 18.328,00
02.04.02.10.302.0029.2.050 - Manut Ativ do Pronto Atendimento			
3390 14 - Diárias - Pessoal Civil	352	1.500.000.1002.002.008	R$ 30.000,00
3390 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	355	1.500.000.1002.002.008	R$ 10.000,00
02.05.02.08.244.0015.2.067 - Gestão Benefícios Eventuais Assit. Social			
3390 48 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física	429	1.500.000.0.000.002	R$ 3.600,00
02.05.02.08.244.0013.2.070 - Gestão Prog Bolsa Familia e Cad Único			
3390 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	423	1.500.000.0.000.002	R$ 500,00
TOTAL			**R$ 549.157,30**

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura dos créditos de que trata o artigo anterior, decorrem de anulação das seguintes dotações orçamentárias, conforme o disposto no inciso III, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64:

CLASSIFICAÇÃO	FICHA	FONTE	VALOR
02.01.01.04.122.0001.1.060 - Aquisição de Veículo p/ o Gabinete do Prefeito			
4490 52 - Equipamentos e Material Permanente	42	1.500.000.0.000.000	R$ 44.000,00
02.02.01.04.122.0001.0.005 - Convênio com a Polícia Militar do Estado de MG			
3390 30 - Material de Consumo	68	1.500.000.0.000.000	R$ 4.010,00
02.03.02.12.365.0004.2.020 - Fornecimento de Uniformes Creche Municipal			
3390 32 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	192	1.550.000.0.047.001	R$ 5.000,00
02.03.03.12.365.0005.2.022 - Fornecimento Uniformes Creche Municipal			
3390 32 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	204	1.500.000.0.000.000	R$ 171.819,30
02.03.05.12.365.0004.1.010 - Construções/Reformas de Creches Municipais			
3390 34 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos Terceiros	354	1.500.000.1002.002.008	R$ 241.000,00
02.04.02.10.302.0010.1.016 - Transferência a APAE			
3350 43 - Subvenções Sociais	655	1.500.000.1002.002.008	R$ 18.328,00
02.06.03.26.782.0023.1.042 - Aquisição de Veículos e Máquinas			
4490 52 - Equipamentos e Material Permanente	556	1.500.000.0.000.000	R$ 65.000,00
TOTAL			**R$ 549.157,30**

Art. 3º. Fica aberto Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação no valor de R$ 63.227,10 (sessenta e três mil duzentos e vinte e sete reais e dez centavos), em favor de Unidade Orçamentária do Executivo Municipal na dotação a seguir discriminada:

CLASSIFICAÇÃO	FICHA	FONTE	VALOR
02.04.02.10.302.0010.2.051 - Manut Ativ Saúde Especializada			
3390 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	904	1.621.000.0.055.118	R$ 63.227,10
TOTAL			**R$ 63.227,10**

Art. 4º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior decorrem do excesso de arrecadação, considerando a tendência do exercício financeiro de 2026, apurado na fonte de recurso a seguir especificada, conforme o disposto no inciso II do § 1º e no § 3º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/1964, combinado com o parágrafo único do artigo 8º e com o inciso I do artigo 50, da Lei Complementar nº 101/2000:

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
1.621.000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	R$ 63.227,10
TOTAL		**R$ 63.227,10**

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Fino, 03 de agosto de 2026.

ANTONIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Prado de Sousa
Código Identificador:F05310B8

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 4.499/2026

DECRETO Nº 4.499/2026

Abre Crédito Suplementar por superávit financeiro em favor de Unidades Orçamentárias do Executivo Municipal, no valor de R$ 382.243,18, para os fins que especifica.

ANTONIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL, Prefeito do Município de Ouro Fino - MG, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 1º, da Lei Municipal nº 3.348, de 28 de janeiro de 2026 e no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/64,

DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar por superávit financeiro, no valor de R$ 382.243,18 (trezentos e oitenta e dois mil duzentos e quarenta e três reais e dezoito centavos), em favor de unidades orçamentárias do Executivo Municipal, com as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO	FICHA	FONTE	VALOR
02.04.02.10.302.0010.2.051 - Manut Ativ Saúde Especializada			
3390 30 - Material de Consumo	835	2.621.000.0.055.064	R$ 499,60
02.05.02.08.245.0012.2.064 - Serviços Proteção Social Básica do SUAS			
3390 30 - Material de Consumo	899	2.660.000.0.029.001	R$ 641,06
4490 52 - Equipamentos e Material Permanente	1028	2.660.000.0.029.001	R$ 3.106,52
02.06.03.26.782.0023.1.041 - Obras de Infraestrutura Rural			
4490 51 - Obras e Instalações	695	2.700.000.3130.024.067	R$ 377.996,00
TOTAL			R$ 382.243,18

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior decorrem do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2025, nas fontes de recursos a seguir especificadas, conforme o inciso I, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/1964, combinado com o parágrafo único do artigo 8º e com o inciso I, do artigo 50, da Lei Complementar nº 101/2000:

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R$ 377.996,00
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R$ 3.747,58
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R$ 499,60
TOTAL		R$ 382.243,18

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Fino, 03 de agosto de 2026.

ANTONIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Prado de Sousa
Código Identificador:5EAE604D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

SECRETARIA DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTE
EDITAL – 25/2026 DA NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE DE MULTA DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO DAS NEVES
Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes –
EDITAL – 25/2026 DA NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE DE MULTA DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes – , em conformidade com as disposições e competências estabelecidas pela Lei Federal nº. 14.229/21 e pela Resolução do CONTRAN nº. 918/2022, após esgotadas as tentativas de ciência por meio de notificação via remessa postal, NOTIFICA através do presente Edital, os proprietários dos veículos, abaixo relacionados, da aplicação das respectivas penalidades de multas referentes aos autos de infrações abaixo especificados. Fica estabelecido prazo máximo de 30 dias, contados da publicação desde edital, para a facultativa interposição de recurso administrativo, conforme normatizações do CTB - Código de Trânsito Brasileiro e CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito. O recurso por ventura interposto, deverá ser entregue PESSOALMENTE ou VIA CORREOS (de preferência mediante aviso de recebimento), ao Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes - , que fica localizado na Rua Ari Teixeira da Costa,1100 – Savassi - RIBEIRAO DAS NEVES MG - CEP. 33880-630. Para a obtenção de 20% de desconto, a multa deverá ser paga em até 30 dias a partir da data de publicação do presente Edital (artigo 284 da lei Federal n° 14.229/21).

ATENÇÃO: A disponibilidade do atendimento presencial está sujeita a possíveis restrições estabelecidas por decreto municipal ou estadual. Favor conferir a disponibilidade pelo telefone: (31) 3627-6943 / 3624-4008.

PLACA	NRO AIT	DATA DA INFRAÇÃO	CÓDIGO INFRAÇÃO
PZU0D33	R005837781	27/10/2022	7455-0
OMG4644	R005839061	29/10/2022	7455-0
FEA5J27	C000020999	30/10/2022	7455-0
HMF8A90	R005846001	31/10/2022	7455-0
KVL9B99	R005848221	01/11/2022	7455-0
HCC7E87	R005850901	02/11/2022	6050-3
HCF9428	R005851081	03/11/2022	7455-0
QOT6514	R005854451	05/11/2022	7455-0
EFX8363	R005853331	05/11/2022	7455-0
GON8908	R005855291	06/11/2022	7455-0
OLU7A17	R005857951	06/11/2022	6050-3
QNY2541	R005857461	06/11/2022	7455-0
PVD6189	R005860011	08/11/2022	7455-0
PVD6189	R005860451	08/11/2022	7455-0

QNK0H50	AG05512486	10/11/2022	5541-2
PVW0462	AG05513515	12/11/2022	5541-2
QPB3B55	R005865771	12/11/2022	6050-3
QUP1272	R005876361	13/11/2022	7455-0
QUT4476	AG05514783	13/11/2022	5550-0
HLN2778	R005867991	14/11/2022	7455-0
DBO2365	AG05513850	22/11/2022	5541-2
PWX2162	AG05514907	23/11/2022	5568-0
HID3889	AG05515129	26/11/2022	5185-1
PVS7512	AG05515116	26/11/2022	7633-1
HHP2B21	R100230969	13/10/2025	7455-0
TEH7C82	R100231981	16/10/2025	7463-0
HII7800	R100231795	18/10/2025	7455-0
HOC5J07	AG10214958	20/10/2025	5010-0
HOC5J07	R100233407	22/10/2025	7455-0
TVK0I12	R100234496	26/10/2025	7455-0
TXD4E15	R100234553	26/10/2025	7455-0
FVE9D66	R100234832	26/10/2025	7455-0
RVK6H28	R100234864	27/10/2025	7455-0
SDM1D56	R100235093	28/10/2025	7455-0
GXH5718	R100235347	29/10/2025	5673-2
QUF4A54	R100235538	29/10/2025	7455-0
RUF7D49	R100235618	30/10/2025	5673-2
TEE7B62	R100235632	30/10/2025	7455-0
PZA3417	R100236738	03/11/2025	7471-0
PVZ6B18	AG10225201	04/11/2025	7340-0
QNI5H42	R100237200	05/11/2025	7455-0
TDS6F36	AG10220094	06/11/2025	7340-0
TDO9H70	AG10222441	06/11/2025	6637-2
TDO9H70	AG10222442	06/11/2025	6653-1
TDO9H70	AG10222443	06/11/2025	6602-0
EQV6D41	AG10224132	06/11/2025	5193-0
OQB4H82	R100237483	06/11/2025	7455-0
TEE7B62	R100237487	06/11/2025	7471-0
GXB5I36	R100237687	07/11/2025	7463-0
PUZ5759	R100237990	08/11/2025	5673-2
TDC4A55	R100237992	08/11/2025	7455-0
TDC4A55	R100238037	08/11/2025	7455-0
NXX7J52	R100237952	08/11/2025	7463-0
NXX7J52	R100238200	09/11/2025	7455-0
NXX7J52	R100238305	09/11/2025	7455-0
TCG9I28	R100238576	10/11/2025	7471-0
PKC5H93	R100238597	10/11/2025	7463-0
QQG3F56	R100239110	12/11/2025	7471-0
HBP5405	AG10225137	13/11/2025	7684-1
PVF1E12	AG10224644	13/11/2025	5550-0
QQA7F10	R100239238	13/11/2025	7455-0
HKK8I47	R100239264	13/11/2025	7455-0
GWA0456	AG10226417	13/11/2025	5843-3
GWA0456	AG10226418	13/11/2025	5843-4
NYD6J08	AG10223685	14/11/2025	5550-0
PYP0E33	AG10224252	14/11/2025	7633-1
QUP5421	R100239612	15/11/2025	7463-0
PVY6303	AG10223795	15/11/2025	5550-0
HKK8I47	R100240070	16/11/2025	7455-0
HIP0900	R100240362	16/11/2025	7455-0
SYL4J51	AG10226312	16/11/2025	6050-1
QOG7F48	AG10227229	16/11/2025	5185-1
PZA0F21	AG10226703	16/11/2025	5550-0
HIU4G95	AG10226966	17/11/2025	6599-2
HIU4G95	AG10226967	17/11/2025	5185-1
OQH8378	AG10225696	17/11/2025	5185-1
RDB2H85	AG10226344	18/11/2025	7633-1
OXK1G29	AG10224680	19/11/2025	5185-1
PZA2I34	R100241044	20/11/2025	7455-0
TEW4G13	AG10224292	21/11/2025	7633-1
QMZ9H10	R100241307	21/11/2025	6050-3
SYA2J87	R100241913	22/11/2025	7463-0
OWU1B56	AG10228134	22/11/2025	5541-4
RTI9J50	AG10226821	22/11/2025	7340-0
PYG4095	AG10224459	22/11/2025	7340-0
RFC5J50	AG10226491	22/11/2025	7340-0
RFC5J50	AG10226492	22/11/2025	7048-1
RFC5J50	AG10226493	22/11/2025	7684-1
RFC5J50	AG10226494	22/11/2025	5274-1
PZA2I34	AG10225193	22/11/2025	6599-2
PZA2I34	AG10225194	22/11/2025	5010-0
RFB7I99	R100242059	23/11/2025	7455-0
RFB7I99	R100242078	23/11/2025	7455-0
RFB7I99	R100242098	23/11/2025	7455-0
SAC2B89	R100242136	23/11/2025	7455-0
FMA2I95	AG10219253	24/11/2025	5541-1
TDS7D04	R100242608	25/11/2025	7455-0
HMY5624	AG10229240	25/11/2025	5185-1
HIM3230	AG10228153	25/11/2025	5185-1
LLZ5F72	AG10229191	25/11/2025	6637-1
JFJ7334	AG10225883	28/11/2025	5819-6
RVV1I27	AG10222267	28/11/2025	5738-0
TDR5E35	AG10229171	28/11/2025	7056-2

RFY8D72	AG10230175	28/11/2025	5819-6
RFY8D72	AG10226588	29/11/2025	5819-6
GVX5335	AG10221801	29/11/2025	6599-2
GVX5335	AG10221802	29/11/2025	5010-0
GVX5335	AG10221803	29/11/2025	5118-0
GVX5335	AG10221804	29/11/2025	6610-2
GVX5335	AG10221805	29/11/2025	5185-1
LLZ5F72	AG10229189	29/11/2025	6637-1
LLZ5F72	AG10229190	29/11/2025	5274-1
RFY8D72	AG10230174	29/11/2025	7340-0
SHW3E89	AG10224859	30/11/2025	7030-1
GXW4D17	AG10227376	01/12/2025	5185-1
HOI4143	AG10228221	02/12/2025	7633-1
QUH7D23	AG10230461	03/12/2025	7633-1
HIX7714	AG10230044	04/12/2025	5843-3
HIX7714	AG10230045	04/12/2025	7633-2
PUL8J58	AG10228556	05/12/2025	5550-0
TEC7G70	R100245264	06/12/2025	7455-0
HIF6I29	R100246180	08/12/2025	7455-0
HIQ6A62	R100246734	09/12/2025	7455-0
OPG2I11	AG10225777	10/12/2025	5010-0
OPG2I11	AG10225779	10/12/2025	7030-1
MTT3A58	AG10228976	18/12/2025	7633-1
EUK7J78	AG10233633	21/12/2025	5185-1
HKX2B20	AG10229728	22/12/2025	5274-1
JIP6605	AG10233515	24/12/2025	6432-1
RTC3J39	AG10235807	24/12/2025	6602-0
RTC3J39	AG10235808	24/12/2025	6637-1
RTC3J39	AG10235809	24/12/2025	6653-1
RTC3J39	AG10235810	24/12/2025	5274-1
RTC3J39	AG10235811	24/12/2025	7340-0
CYU3856	AG10228474	25/12/2025	6653-1
RVQ9C32	R100251401	25/12/2025	7455-0
RTC3J39	AG10235804	27/12/2025	6637-1
RTC3J39	AG10235805	27/12/2025	6653-1
RTC3J39	AG10235806	27/12/2025	6602-0
PYM1343	R100254100	02/01/2026	6050-3
SYJ9E83	AG10238630	06/01/2026	5185-2
HBS8262	AG10240418	14/01/2026	5185-1
RMJ3H61	R100284442	04/05/2026	5673-2
TCF0J81	R100284445	04/05/2026	7455-0
RTI7I30	R100284446	04/05/2026	5673-2
RTJ8I62	R100284449	04/05/2026	5673-2
OVG3I65	R100284455	04/05/2026	5673-2
DXR1J80	R100284460	04/05/2026	5673-2
HBS7G75	R100284461	04/05/2026	5673-2
HCT8B34	R100284463	04/05/2026	5673-2
OPY3166	R100284465	04/05/2026	5673-2
RVE6F98	R100284475	04/05/2026	5673-2
QUW1I15	R100284479	04/05/2026	5673-2
QNA7E64	R100284484	04/05/2026	7455-0
OWO5D30	R100284485	04/05/2026	7455-0
QBE3J80	R100284488	04/05/2026	5673-2
HDL6B53	R100284288	04/05/2026	7463-0
HDE8G31	R100284493	04/05/2026	7455-0
BEO7E68	R100284499	04/05/2026	7455-0
DCN8A54	R100284500	04/05/2026	7455-0
TXE1G25	R100284501	04/05/2026	7455-0
RVR0A71	R100284311	04/05/2026	7463-0
MTH8E43	R100284504	04/05/2026	7455-0
QUG7H05	R100284509	04/05/2026	7463-0
PWW5J97	R100284512	04/05/2026	7455-0
GRZ4968	R100284514	04/05/2026	7455-0
HHP2512	R100284520	04/05/2026	7455-0
OWM8G94	R100284523	04/05/2026	7455-0
RTY8G76	R100284525	04/05/2026	7455-0
RTJ2I33	R100284527	04/05/2026	7463-0
HFB9262	R100284529	04/05/2026	7455-0
PAI0A52	R100284531	04/05/2026	7455-0
HHX9E08	R100284532	04/05/2026	7463-0
RTJ2I33	R100284362	04/05/2026	7471-0
RTP2C62	R100284540	04/05/2026	7455-0
HLO7J30	R100284543	04/05/2026	7463-0
UIX4G73	R100284544	04/05/2026	7455-0
HEI7338	R100284549	04/05/2026	7455-0
HEW2D01	R100284553	04/05/2026	7455-0
HDM2330	R100284556	04/05/2026	7455-0
SIR1G97	R100284557	04/05/2026	7455-0
RMX0A42	R100284558	04/05/2026	7455-0
PUK9C05	R100284559	04/05/2026	7455-0
KWE3026	R100284561	04/05/2026	7455-0
GTP0J01	R100284562	04/05/2026	7455-0
KYR3C76	R100284565	04/05/2026	7455-0
KZK0B82	R100284568	04/05/2026	7455-0
HDV3J23	R100284578	04/05/2026	7463-0
GVQ9I16	R100284579	04/05/2026	7455-0
TCM4C58	R100284581	04/05/2026	7455-0
HOI1H95	R100284582	04/05/2026	7455-0
PYH4514	R100284586	04/05/2026	7463-0

HIE3C75	R100284588	04/05/2026	7455-0
PXF0369	R100284589	04/05/2026	7455-0
KQB7G07	R100284591	04/05/2026	7463-0
RUT6E51	R100284596	04/05/2026	7455-0
PKM8G10	R100284598	04/05/2026	7455-0
PXB7555	R100284567	04/05/2026	7463-0
HBB3A76	R100284569	04/05/2026	7455-0
GXT3673	R100284605	04/05/2026	7455-0
TYG5H93	R100284608	04/05/2026	7455-0
HLM5I16	R100284293	05/05/2026	7463-0
GKS0F45	R100284294	05/05/2026	7455-0
HIW5I25	R100284303	05/05/2026	5673-2
SRD1A90	R100284304	05/05/2026	7455-0
HDL6B53	R100284306	05/05/2026	7455-0
TZG8I46	R100284307	05/05/2026	7455-0
ENI6G22	R100284308	05/05/2026	7455-0
HIL7I92	R100284309	05/05/2026	7463-0
RNN9G98	R100284314	05/05/2026	7455-0
HCI8197	R100284323	05/05/2026	7455-0
LQH8B31	R100284324	05/05/2026	7455-0
TZD0J82	R100284325	05/05/2026	7455-0
PUI0F08	R100284326	05/05/2026	7455-0
ENI6G22	R100284328	05/05/2026	7463-0
GYO6G07	R100284339	05/05/2026	7455-0
QUG7H05	R100284341	05/05/2026	7455-0
HBL5E99	R100284342	05/05/2026	7455-0
ODH5927	R100284345	05/05/2026	7455-0
GYB2618	R100284346	05/05/2026	7455-0
HHT7D52	R100284347	05/05/2026	7455-0
JKI7996	R100284348	05/05/2026	7455-0
TYI5A84	R100284351	05/05/2026	7455-0
SUR8J27	R100284353	05/05/2026	7463-0
HEN1440	R100284355	05/05/2026	7455-0
PVU2G80	R100284356	05/05/2026	7455-0
GTH5975	R100284357	05/05/2026	7455-0
HOD5468	R100284358	05/05/2026	7455-0
OPI0039	R100284359	05/05/2026	7455-0
OQQ7J82	R100284361	05/05/2026	7455-0
DWL8C11	R100284367	05/05/2026	7455-0
SHC0F31	R100284369	05/05/2026	7455-0
RVJ8D41	R100284370	05/05/2026	7455-0
OQS7744	R100284371	05/05/2026	7455-0
PYU3E05	R100284372	05/05/2026	7455-0
HKN2C27	R100284375	05/05/2026	7463-0
HFL6941	R100284377	05/05/2026	7455-0
TXA3C70	R100284287	05/05/2026	7455-0
HML9473	R100284292	05/05/2026	7463-0
GTH5975	R100284382	05/05/2026	7455-0
HKN2C27	R100284383	05/05/2026	7463-0
RTO9C76	R100284384	05/05/2026	7455-0
TXU6B95	R100284385	05/05/2026	7455-0
HDH1821	R100284386	05/05/2026	7455-0
HIO2A58	R100284387	05/05/2026	7455-0
HNV5H39	R100284390	05/05/2026	7455-0
SJE5I12	R100284394	05/05/2026	7463-0
TAW3I84	R100284395	05/05/2026	7455-0
GSI0418	R100284400	05/05/2026	7455-0
SDT3J65	R100284402	05/05/2026	7455-0
RUD7E76	R100284405	05/05/2026	7455-0
PYM8F14	R100284414	05/05/2026	7463-0
GTQ3557	R100284415	05/05/2026	7455-0
SII0C88	R100284416	05/05/2026	7455-0
HGS3D91	R100284417	05/05/2026	7455-0
PZF1F75	R100284419	05/05/2026	7455-0
HNU9098	R100284422	05/05/2026	7463-0
QQB5515	R100284423	05/05/2026	7455-0
PWS8902	R100284425	05/05/2026	7455-0
QXR1J26	R100284428	05/05/2026	7455-0
QNI7837	R100284430	05/05/2026	7455-0
ENI6G22	R100284432	05/05/2026	7463-0
ANI6B08	R100284433	05/05/2026	7455-0
HAD9H44	R100284439	05/05/2026	6050-3
GXS2E60	R100284440	05/05/2026	6050-3
HEA6104	R100284611	06/05/2026	6050-3
GVS2681	R100284613	06/05/2026	6050-3
QNT2951	R100284616	06/05/2026	6050-3
QRF6C63	R100284637	06/05/2026	7455-0
JHD1F57	R100284638	06/05/2026	7455-0
HFY3A17	R100284651	06/05/2026	7463-0
TEL3A81	R100284653	06/05/2026	7463-0
EUX6I77	R100284654	06/05/2026	7455-0
PVA0A86	R100284656	06/05/2026	7455-0
HBY5812	R100284658	06/05/2026	7455-0
HDL6B53	R100284661	06/05/2026	7455-0
GIR0J45	R100284665	06/05/2026	7455-0
OWL5F20	R100284666	06/05/2026	7455-0
RML3F95	R100284669	06/05/2026	7455-0
HCT8B34	R100284671	06/05/2026	7471-0
HJQ6J10	R100284673	06/05/2026	7455-0

JHC4E46	R100284674	06/05/2026	7455-0
PXW6A17	R100284675	06/05/2026	7455-0
DLP0E23	R100284676	06/05/2026	7455-0
FBO3J67	R100284679	06/05/2026	5673-2
SYW2A91	R100284681	06/05/2026	5673-2
HGX8545	R100284683	06/05/2026	5673-2
OPZ6A53	R100284687	06/05/2026	5673-2
PXX4555	R100284690	06/05/2026	5673-2
EEJ6756	R100284691	06/05/2026	5673-2
TYP1C38	R100284693	06/05/2026	7455-0
RKS4C94	R100284700	06/05/2026	5673-2
QPZ4223	R100284706	06/05/2026	5673-2
QQE3D78	R100284711	06/05/2026	5673-2
HMB6313	R100284720	06/05/2026	5673-2
QXY1I20	R100284724	06/05/2026	5673-2
SHJ3J92	R100284734	06/05/2026	5673-2
GZK7H45	R100284737	06/05/2026	6050-3
SYY1I21	R100284740	06/05/2026	7455-0
JHC4E46	R100284744	06/05/2026	7463-0
RMK4A98	R100284747	06/05/2026	7455-0
HLK7911	R100284753	06/05/2026	7455-0
GYF9D54	R100284764	06/05/2026	7455-0
TDC2I83	R100284767	06/05/2026	7455-0
TYD4I44	R100284771	06/05/2026	7463-0
SIE8G72	R100284773	06/05/2026	7463-0
HNK5G01	R100284775	06/05/2026	7455-0
HAX4188	R100284778	06/05/2026	7455-0
HJB4F92	R100284780	06/05/2026	7455-0
HIF6J34	R100284782	06/05/2026	7455-0
PUY4645	R100284785	06/05/2026	7455-0
GVQ9I16	R100284792	06/05/2026	7455-0
OPC2330	R100284796	06/05/2026	7455-0
OPI1H95	R100284799	06/05/2026	7455-0
JHA3649	R100284801	06/05/2026	7455-0
PWV0002	R100284802	06/05/2026	7455-0
PZF5D36	R100284806	06/05/2026	7455-0
RTE2C46	R100284807	06/05/2026	7463-0
QUL3E89	R100284810	06/05/2026	7455-0
PZT9F86	R100284821	06/05/2026	7455-0
LMW4B09	R100284825	06/05/2026	7455-0
HHG2869	R100284830	06/05/2026	7455-0
QXC6F82	R100284833	06/05/2026	7471-0
OPC2330	R100284842	06/05/2026	7463-0
QNZ9B89	R100284748	06/05/2026	7455-0
QNV4F01	R100284750	06/05/2026	7463-0
GSO2469	R100284754	06/05/2026	7455-0
QWR3E08	R100284755	06/05/2026	7455-0
TDM2I06	R100284757	06/05/2026	7455-0
HKO1307	R100284760	06/05/2026	7455-0
RTX6B90	R100284848	06/05/2026	7455-0
PWE3136	R100284849	06/05/2026	7455-0
TYI0F15	R100284834	06/05/2026	7463-0
GGO9C34	R100284843	06/05/2026	7455-0
HAL7096	R100284853	06/05/2026	7455-0
HLA2H50	R100284855	06/05/2026	7455-0
HEQ6H39	R100284859	06/05/2026	7455-0
SIN5C33	R100284863	06/05/2026	7463-0
HHU0217	R100284866	06/05/2026	7455-0
OLU7630	R100284867	06/05/2026	7455-0
SYV6J67	R100284868	06/05/2026	7455-0
SIR0H06	R100284870	06/05/2026	7455-0
MIT0B65	R100284875	06/05/2026	7471-0
QUV6E14	R100284618	07/05/2026	6050-3
QOE0B38	R100284621	07/05/2026	6050-3
SSM3I52	R100284624	07/05/2026	6050-3
HMN5401	R100284627	07/05/2026	6050-3
PZY1E82	R100284635	07/05/2026	6050-3
HHV3750	R100284762	07/05/2026	7455-0
TUZ2D52	R100284768	07/05/2026	7455-0
HKD4045	R100284774	07/05/2026	7455-0
GSZ5669	R100284787	07/05/2026	7455-0
SYC4D27	R100284804	07/05/2026	7455-0
QPK9D06	R100284808	07/05/2026	7455-0
PAJ4B34	R100284924	07/05/2026	7455-0
QOD9A59	R100284809	07/05/2026	7463-0
QPP5B19	R100284941	07/05/2026	7455-0
OQH1591	R100284942	07/05/2026	7455-0
HKE9A93	R100284943	07/05/2026	7455-0
TXZ7C12	R100284945	07/05/2026	7455-0
HKL6I12	R100284946	07/05/2026	7455-0
TEU3E83	R100284815	07/05/2026	7463-0
QXY7E61	R100284888	07/05/2026	5673-2
HFR8725	R100284890	07/05/2026	7455-0
HJR5547	R100284896	07/05/2026	5673-2
PUM3J14	R100284911	07/05/2026	5673-2
KRA1187	R100284967	07/05/2026	5673-2
RVR6B86	R100284970	07/05/2026	5673-2
TUZ2D52	R100284973	07/05/2026	7455-0
GYB8547	R100284975	07/05/2026	5673-2

PZC1G01	R100284977	07/05/2026	6050-3
HEF5E00	R100284983	07/05/2026	5673-2
QWU2I58	R100284984	07/05/2026	7455-0
HBR4946	R100284985	07/05/2026	5673-2
HAQ4168	R100285017	07/05/2026	7455-0
PXY1C85	R100285018	07/05/2026	7455-0
RUP5E50	R100285019	07/05/2026	6050-3
SID8E45	R100285024	07/05/2026	7455-0
TEV8D75	R100285027	07/05/2026	7455-0
GFZ3G50	R100285029	07/05/2026	7455-0
PEY5C24	R100284831	07/05/2026	7471-0
SYH5I63	R100285033	07/05/2026	7455-0
HEG9C50	R100285053	07/05/2026	7455-0
PWQ0D59	R100284993	07/05/2026	7455-0
HAY1J78	R100284998	07/05/2026	7455-0
TDH8H88	R100284641	07/05/2026	7463-0
RUG4J96	R100284643	07/05/2026	7463-0
GXI0I94	R100285004	07/05/2026	7455-0
HCS4D99	R100285051	07/05/2026	7455-0
TEB0E91	R100285055	07/05/2026	7455-0
RTW3I07	R100285057	07/05/2026	7455-0
OWP9D78	R100285061	07/05/2026	7455-0
TCS2B84	R100285062	07/05/2026	7455-0
TYB9H73	R100285087	07/05/2026	7455-0
BBE7I11	R100285088	07/05/2026	7455-0
PVE3D52	R100285089	07/05/2026	7455-0
TEZ6B03	R100285092	07/05/2026	7455-0
FFR1A40	R100285094	07/05/2026	7455-0
RTW3I07	R100284645	07/05/2026	7463-0
SHL1B38	R100285116	07/05/2026	7455-0
OQS2J37	R100285117	07/05/2026	7455-0
PXS2614	R100285118	07/05/2026	7455-0
RNF8B56	R100285119	07/05/2026	7455-0
RFZ9B56	R100285120	07/05/2026	7455-0
KKE2816	R100285121	07/05/2026	7455-0
UKH5I42	R100285122	07/05/2026	7455-0
TEO9G55	R100284647	07/05/2026	7463-0
SYN8I82	R100285127	07/05/2026	7455-0
QPB1703	R100285128	07/05/2026	7455-0
JPH8042	R100285129	07/05/2026	7455-0
GZK1668	R100284722	07/05/2026	7463-0
OPF6777	R100285197	07/05/2026	7455-0
TDV7C43	R100285199	07/05/2026	7455-0
JOU3H63	R100285202	07/05/2026	7455-0
HEK8H59	R100285238	07/05/2026	7455-0
ELP6456	R100285240	07/05/2026	7455-0
NQR7178	R100285241	07/05/2026	7455-0
GEG8B79	R100285243	07/05/2026	7455-0
HDV7J17	R100285251	07/05/2026	7455-0
OPI4F11	R100285253	07/05/2026	7455-0
RMD9B46	R100285260	07/05/2026	7455-0
PCX9H00	R100284739	07/05/2026	7463-0
LSG3A11	R100285272	07/05/2026	7455-0
GTZ9969	R100285273	07/05/2026	7455-0
AGY5A99	R100284741	07/05/2026	7463-0
SHY8C36	R100285194	08/05/2026	6050-3
OQW0391	R100285180	08/05/2026	5673-2
HLN2G74	R100285181	08/05/2026	5673-2
QOM3A98	R100285011	08/05/2026	7463-0
HKY6I64	R100285012	08/05/2026	7463-0
QQB5F19	R100285187	08/05/2026	5673-2
PYX6E86	R100285188	08/05/2026	5673-2
PUL8G57	R100285189	08/05/2026	5673-2
OWR1514	R100285299	08/05/2026	5673-2
QMS0493	R100285291	08/05/2026	5673-2
FOD1638	R100285293	08/05/2026	5673-2
SYZ8A34	R100285295	08/05/2026	7455-0
PVL2783	R100285035	08/05/2026	7455-0
RMK4A98	R100285047	08/05/2026	7463-0
QNI6C36	R100285039	08/05/2026	7455-0
QOP9557	R100285063	08/05/2026	7455-0
NXZ4A68	R100285066	08/05/2026	7455-0
TYO9A86	R100285067	08/05/2026	7455-0
HMV5226	R100285070	08/05/2026	7455-0
HGN9037	R100285074	08/05/2026	7455-0
PWO9253	R100285096	08/05/2026	7455-0
GZK1668	R100285101	08/05/2026	7463-0
SIN9G99	R100285140	08/05/2026	7455-0
HKN0J89	R100285109	08/05/2026	7463-0
HIJ3F39	R100285145	08/05/2026	7455-0
RSU9A64	R100285146	08/05/2026	7455-0
HMO9D95	R100285150	08/05/2026	7455-0
SHC3G75	R100285151	08/05/2026	7455-0
CLT0I90	R100285153	08/05/2026	7455-0
SHX2A45	R100285068	08/05/2026	7463-0
GZD1J24	R100285154	08/05/2026	7455-0
PVH7A44	R100285155	08/05/2026	7455-0
HKL3F20	R100285207	08/05/2026	7455-0
PYZ4E35	R100285208	08/05/2026	7455-0

KHV1E17	R100285211	08/05/2026	7455-0
HNC4G65	R100285215	08/05/2026	7455-0
OMJ0J83	R100285216	08/05/2026	7455-0
HBZ8483	R100285218	08/05/2026	7455-0
GOW1I94	R100285222	08/05/2026	7455-0
GAM3J61	R100285223	08/05/2026	7455-0
HAY9565	R100285080	08/05/2026	7463-0
GLN9271	R100285225	08/05/2026	7455-0
PZN0231	R100285227	08/05/2026	7455-0
GYM5932	R100285228	08/05/2026	7455-0
OQV9835	R100285230	08/05/2026	7455-0
CRT8648	R100285083	08/05/2026	7463-0
EUO5D49	R100285234	08/05/2026	7455-0
OPI4F11	R100285246	08/05/2026	7455-0
QUG5H75	R100285247	08/05/2026	7455-0
HLH9J36	R100285249	08/05/2026	7455-0
HMF0E03	R100285250	08/05/2026	7455-0
NZT9121	R100285256	08/05/2026	7455-0
TEX3F35	R100285105	08/05/2026	7463-0
HHH9J43	R100285262	08/05/2026	7455-0
GHO7D60	R100285264	08/05/2026	7455-0
HFC4040	R100285110	08/05/2026	7463-0
DTC3G10	R100285266	08/05/2026	7455-0
HLH9J36	R100285267	08/05/2026	7455-0
HEW9493	R100285269	08/05/2026	7455-0
OZX9D31	R100285278	08/05/2026	7455-0
FMO4H27	R100285279	08/05/2026	7455-0
OWJ1F19	R100285112	08/05/2026	7463-0
TXS1E59	R100284879	08/05/2026	6050-3
CVP8976	R100284880	08/05/2026	6050-3
QWS3F73	R100284881	08/05/2026	6050-3
OQY3G07	R100284882	08/05/2026	6050-3
QUR0B74	R100284892	08/05/2026	6050-3
HBL8J57	R100284898	08/05/2026	6050-3
KTK9215	R100284900	08/05/2026	6050-3
PZV8H21	R100284902	08/05/2026	6050-3
GWA9564	R100284905	08/05/2026	6050-3
GYM5932	R100284908	08/05/2026	6050-3
OOY7D97	R100284913	08/05/2026	6050-3
TCF2D35	R100284915	08/05/2026	7455-0
TXG0C07	R100284920	08/05/2026	7455-0
HNM8H64	R100284922	08/05/2026	7455-0
JRO1F07	R100285163	08/05/2026	7455-0
MPH3H22	R100284925	08/05/2026	7455-0
HFX7306	R100284926	08/05/2026	7455-0
TES6A92	R100284931	08/05/2026	7463-0
QXC1E45	R100284932	08/05/2026	7463-0
RML3F95	R100284933	08/05/2026	7455-0
HFN5015	R100284934	08/05/2026	7455-0
RJB6J09	R100284938	08/05/2026	7455-0
ENW8H92	R100284951	08/05/2026	7455-0
BUZ1J26	R100284954	08/05/2026	7455-0
PIV0E14	R100284957	08/05/2026	7455-0
HDF9B59	R100284873	08/05/2026	7455-0
RVD7E37	R100284874	08/05/2026	7463-0
RVP6J94	R100284883	08/05/2026	7455-0
RMK4A98	R100284886	08/05/2026	7463-0
TYD4I44	R100284989	08/05/2026	5673-2
SHG5I08	R100284995	08/05/2026	5673-2
HNE1967	R100285001	08/05/2026	5673-2
GSW5486	R100285006	08/05/2026	5673-2
HDI1B30	R100285008	08/05/2026	5673-2
GOS5229	R100285010	08/05/2026	5673-2
SIW7H26	R100285193	08/05/2026	5673-2
OXK8H21	R100285168	08/05/2026	5673-2
RVM5F05	R100285171	08/05/2026	7455-0
TYK5E36	R100285172	08/05/2026	5673-2
RMI3A13	R100285173	08/05/2026	5673-2
GLL9566	R100285176	08/05/2026	5673-2
HER9978	R100285178	08/05/2026	5673-2
TCD1I70	R100285315	09/05/2026	7463-0
HFL2998	R100285318	09/05/2026	7455-0
OJJ2H37	R100285319	09/05/2026	7455-0
HEF6F40	R100285322	09/05/2026	7463-0
HFL2998	R100285324	09/05/2026	7455-0
QUS7443	R100285328	09/05/2026	7463-0
HDY9D99	R100285330	09/05/2026	7455-0
HMQ0294	R100285332	09/05/2026	7455-0
OQQ6H86	R100285336	09/05/2026	7455-0
TXC3E40	R100285340	09/05/2026	7455-0
QXZ2J50	R100285341	09/05/2026	7455-0
HGL6F36	R100285344	09/05/2026	6050-3
HIC4849	R100285350	09/05/2026	6050-3
HNZ1D61	R100285351	09/05/2026	6050-3
PUN1A82	R100285354	09/05/2026	7455-0
PUU2090	R100285357	09/05/2026	7463-0
RME4E46	R100285360	09/05/2026	7463-0
HEW8C44	R100285361	09/05/2026	7455-0
OWK1595	R100285363	09/05/2026	7455-0

SYQ5E74	R100285365	09/05/2026	7455-0
OPC7H31	R100285166	09/05/2026	7471-0
HHV6E40	R100285367	09/05/2026	6050-3
OWW4663	R100285374	09/05/2026	5673-2
GXR9323	R100285375	09/05/2026	6050-3
GPF3101	R100285378	09/05/2026	7455-0
QWZ0838	R100285383	09/05/2026	6050-3
AGV5A07	R100285384	09/05/2026	5673-2
GLL6100	R100285385	09/05/2026	6050-3
RVL8H88	R100285387	09/05/2026	5673-2
PZV1G27	R100285390	09/05/2026	5673-2
RVN3E06	R100285393	09/05/2026	7455-0
RUQ4I55	R100285398	09/05/2026	5673-2
BKF0445	R100285402	09/05/2026	5673-2
GQR3F81	R100285403	09/05/2026	5673-2
FJK2C91	R100285409	09/05/2026	5673-2
HJR7694	R100285410	09/05/2026	5673-2
QUF1C60	R100285411	09/05/2026	5673-2
RFS3G65	R100285412	09/05/2026	5673-2
PXJ5938	R100285413	09/05/2026	5673-2
TDP5H56	R100285415	09/05/2026	7471-0
PVG4B42	R100285418	09/05/2026	6050-3
HMB0J29	R100285421	09/05/2026	5673-2
OJJ2H37	R100285423	09/05/2026	7463-0
QMZ6H54	R100285424	09/05/2026	7455-0
TCT7J18	R100285426	09/05/2026	7455-0
QWW4735	R100285427	09/05/2026	7463-0
QUM7E16	R100285431	09/05/2026	7455-0
HIL7I92	R100285436	09/05/2026	7463-0
GPK0610	R100285438	09/05/2026	7455-0
GTY4A84	R100285441	09/05/2026	7455-0
HGP4I57	R100285443	09/05/2026	7463-0
HKT3I07	R100285445	09/05/2026	7455-0
TXJ9F42	R100285450	09/05/2026	7455-0
HKK5282	R100285451	09/05/2026	7455-0
HCA3H52	R100285453	09/05/2026	7455-0
HOG2H25	R100285454	09/05/2026	7463-0
PWI6476	R100285455	09/05/2026	7455-0
CUG3E00	R100285457	09/05/2026	7455-0
HGP4I57	R100285462	09/05/2026	7455-0
QAV1G45	R100285467	09/05/2026	7455-0
EQY5D52	R100285468	09/05/2026	7463-0
KHP0F32	R100285471	09/05/2026	7455-0
RMJ0J72	R100285472	09/05/2026	7455-0
RMJ0J72	R100285473	09/05/2026	7455-0
HOA2I42	R100285474	09/05/2026	7455-0
SYG6B33	R100285475	09/05/2026	7455-0
HKN9631	R100285477	09/05/2026	7455-0
OMC0056	R100285479	09/05/2026	7455-0
SYH0J49	R100285487	09/05/2026	7455-0
PZE4G73	R100285488	09/05/2026	7455-0
RUO1J10	R100285496	09/05/2026	7455-0
QQL1A34	R100285499	09/05/2026	7455-0
FKB7G11	R100285161	09/05/2026	7471-0
OMH9D63	R100285502	09/05/2026	7455-0
LMG3775	R100285504	09/05/2026	7455-0
GSO1391	R100285507	09/05/2026	7455-0
PAI0A52	R100285508	09/05/2026	7455-0
SYF0E73	R100285509	09/05/2026	7463-0
HMP6704	R100285510	09/05/2026	7455-0
GYB8534	R100285513	09/05/2026	7463-0
HFK1G93	R100285514	09/05/2026	7455-0
HDI5D58	R100285515	09/05/2026	7463-0
HHK8468	R100285519	09/05/2026	7455-0
HIC9220	R100285524	09/05/2026	7455-0
HMC0812	R100285528	09/05/2026	7455-0
RVA8E51	R100285529	09/05/2026	7455-0
PXJ5938	R100285536	09/05/2026	7455-0
HHQ2749	R100285537	09/05/2026	7455-0
HBI6377	R100285540	09/05/2026	7455-0
GQY0605	R100285541	09/05/2026	7463-0
OUV2A07	R100285544	09/05/2026	7455-0
HCA3H52	R100285546	09/05/2026	7455-0
TEX8D20	R100285547	09/05/2026	7455-0
TYK9B11	R100285549	09/05/2026	7455-0
GXR9323	R100285550	09/05/2026	7455-0
HLM5I16	R100285551	09/05/2026	7455-0
PUD3E30	R100285554	09/05/2026	7455-0
LUA5H68	R100285555	09/05/2026	7455-0
RMO3E54	R100285556	09/05/2026	7463-0
GZK9471	R100285557	09/05/2026	7455-0
DMQ3C63	R100285562	09/05/2026	7455-0
HIF6C35	R100285564	09/05/2026	7455-0
OPU5257	R100285565	09/05/2026	7463-0
GZF9117	R100285567	09/05/2026	7455-0
GQY0605	R100285568	09/05/2026	7463-0
EYK5F49	R100285571	09/05/2026	7455-0
GRV7976	R100285574	09/05/2026	7455-0
HBH9762	R100285663	10/05/2026	6050-3

HAR7J73	R100285667	10/05/2026	5673-2
QPM8J37	R100285668	10/05/2026	5673-2
HKR4700	R100285669	10/05/2026	5673-2
RMT9B43	R100285674	10/05/2026	5673-2
PWQ9C52	R100285678	10/05/2026	5673-2
PXC3H44	R100285680	10/05/2026	7455-0
GYO7D47	R100285684	10/05/2026	5673-2
QXE2J27	R100285688	10/05/2026	5673-2
PUR8218	R100285689	10/05/2026	7455-0
OXD0C38	R100285692	10/05/2026	7455-0
QMW9463	R100285693	10/05/2026	5673-2
FBG6D41	R100285694	10/05/2026	7463-0
QUT6C80	R100285696	10/05/2026	5673-2
RTE8E72	R100285697	10/05/2026	5673-2
TYY0H91	R100285701	10/05/2026	6050-3
LKT4D59	R100285703	10/05/2026	7463-0
PXS5553	R100285704	10/05/2026	5673-2
HCY4F50	R100285705	10/05/2026	5673-2
PZR8H25	R100285707	10/05/2026	6050-3
TDP8H47	R100285711	10/05/2026	7455-0
DEB4I92	R100285712	10/05/2026	5673-2
HIK8G73	R100285715	10/05/2026	7455-0
HBS8231	R100285717	10/05/2026	7455-0
PPO0J84	R100285719	10/05/2026	7455-0
QPV2F16	R100285728	10/05/2026	7455-0
TXJ4G04	R100285741	10/05/2026	6050-3
HOK9H76	R100285743	10/05/2026	7463-0
TYL0H36	R100285747	10/05/2026	7455-0
IBJ1927	R100285750	10/05/2026	7455-0
GZW3G91	R100285752	10/05/2026	7455-0
HHK4141	R100285754	10/05/2026	7455-0
HEL3F66	R100285756	10/05/2026	7455-0
LUB0B88	R100285757	10/05/2026	7463-0
DDG0A79	R100285761	10/05/2026	7455-0
RMY7C79	R100285764	10/05/2026	7455-0
GWB9868	R100285766	10/05/2026	7455-0
TYL0H36	R100285774	10/05/2026	7455-0
HEM9D60	R100285775	10/05/2026	7455-0
PWD9190	R100285782	10/05/2026	7463-0
PUJ6B99	R100285785	10/05/2026	7455-0
KKE2816	R100285790	10/05/2026	7463-0
QXE7A25	R100285799	10/05/2026	7455-0
HDK9578	R100285805	10/05/2026	7455-0
UAA6F69	R100285806	10/05/2026	7455-0
GTC5759	R100285809	10/05/2026	7455-0
QOE8I06	R100285818	10/05/2026	7471-0
SHX0E89	R100285822	10/05/2026	7455-0
DMB6D13	R100285823	10/05/2026	7455-0
TCS7G73	R100285825	10/05/2026	7455-0
GXW7A03	R100285826	10/05/2026	7455-0
GJW2H02	R100285829	10/05/2026	7455-0
SYC0A78	R100285830	10/05/2026	7455-0
HKA4935	R100285834	10/05/2026	7471-0
TXR2D10	R100285304	10/05/2026	7463-0
GTP1J43	R100285305	10/05/2026	7455-0
TDV9E95	R100285307	10/05/2026	7455-0
PVN7C33	R100285311	10/05/2026	7455-0
HJW2306	R100285839	10/05/2026	7455-0
OWJ0C88	R100285851	10/05/2026	7455-0
GTZ9074	R100285854	10/05/2026	7455-0
SIS2I56	R100285855	10/05/2026	7455-0
PXV5616	R100285856	10/05/2026	7455-0
SHE1C69	R100285857	10/05/2026	7455-0
GHS5C91	R100285865	10/05/2026	7455-0
OLU6F57	R100285866	10/05/2026	7455-0
HLB1H14	R100285869	10/05/2026	7455-0
GSB3B84	R100285729	10/05/2026	7455-0
TYZ6A53	R100285881	10/05/2026	7455-0
HGG6A59	R100285882	10/05/2026	7455-0
PYG8971	R100285893	10/05/2026	7455-0
QPP1A95	R100285894	10/05/2026	7455-0
PUT9I86	R100285895	10/05/2026	7455-0
EOW2C18	R100285903	10/05/2026	7455-0
HEN7H54	R100285400	10/05/2026	7471-0
HDU6113	R100285599	10/05/2026	7455-0
RUX5B46	R100285602	10/05/2026	7455-0
QUC0I73	R100285603	10/05/2026	7455-0
PUU2090	R100285605	10/05/2026	7455-0
HKP5J22	R100285606	10/05/2026	7455-0
RMX1H52	R100285607	10/05/2026	7455-0
HLZ0J50	R100285610	10/05/2026	7455-0
PUA5307	R100285612	10/05/2026	7455-0
HHJ3J49	R100285613	10/05/2026	7455-0
GTC4108	R100285622	10/05/2026	7455-0
HLB1A19	R100285595	10/05/2026	6050-3
KLR6C63	R100285623	10/05/2026	6050-3
QXE0F05	R100285630	10/05/2026	7455-0
HMG3058	R100285635	10/05/2026	7455-0
HID2634	R100285651	10/05/2026	7455-0

GTR2128	R100285653	10/05/2026	7455-0
GYI4H39	R100285660	10/05/2026	6050-3
RNL1I23	R100285661	10/05/2026	7463-0
OQG5I29	R100285961	11/05/2026	7455-0
HDK1573	R100285971	11/05/2026	5673-2
TEH7F48	R100285974	11/05/2026	5673-2
RMG3A87	R100285975	11/05/2026	5673-2
SYF5D62	R100285977	11/05/2026	5673-2
HOG9704	R100285985	11/05/2026	5673-2
OPB8670	R100285989	11/05/2026	5673-2
HNZ5425	R100286010	11/05/2026	5673-2
HFM3544	R100286021	11/05/2026	5673-2
HMO6376	R100286057	11/05/2026	7455-0
GXO2423	R100286073	11/05/2026	7455-0
PZI1B06	R100286083	11/05/2026	7455-0
QMY8I53	R100286100	11/05/2026	7455-0
OWO3793	R100286112	11/05/2026	7455-0
PVQ4A55	R100286136	12/05/2026	7455-0
HIY9J57	R100286144	12/05/2026	7455-0
HMK3021	R100286157	12/05/2026	7455-0
HKL1748	R100286168	12/05/2026	7455-0
SHH9B04	R100286170	12/05/2026	5673-2
QNP1G60	R100286184	12/05/2026	7455-0
GED2H94	R100286197	12/05/2026	5673-2
RFQ2D41	R100286208	12/05/2026	5673-2
HJU4444	R100286210	12/05/2026	5673-2
HFP0G24	R100286224	12/05/2026	7455-0
CLT4606	R100286234	12/05/2026	7455-0
PBM3468	R100286235	12/05/2026	7455-0
QPY8615	R100286260	12/05/2026	7455-0
LSW9H75	R100286274	12/05/2026	7455-0
GTV2487	R100286286	12/05/2026	7455-0
ELQ9C26	R100286920	15/05/2026	5673-2
HJO3592	R100286922	15/05/2026	7455-0
OZC9B40	R100286949	15/05/2026	7455-0
QMY1H78	R100286983	15/05/2026	7455-0
HKK6H30	R100287003	15/05/2026	7455-0
PYE4G49	R100287006	15/05/2026	7455-0
OQK3A10	R100287008	15/05/2026	7455-0
QOV0C03	R100287028	15/05/2026	7455-0
KIG7269	R100287030	15/05/2026	7455-0
PYG7A54	R100287031	15/05/2026	7455-0
GXA6177	R100286971	15/05/2026	7455-0
HBB5G09	AG10989980	16/05/2026	6637-1
GPE9C53	AG10989999	16/05/2026	6599-2
DFJ1D21	R100287132	16/05/2026	7455-0
TYM8G01	R100287140	16/05/2026	7455-0
GZW5C75	R100287146	16/05/2026	7455-0
TZJ4J74	R100287154	16/05/2026	7455-0
TYI0J49	R100287082	16/05/2026	5673-2
RFJ5H89	R100287084	16/05/2026	5673-2
PZV6E85	R100287096	16/05/2026	5673-2
GTV1819	R100287111	16/05/2026	5673-2
HNW3738	R100287200	16/05/2026	7455-0
KPQ3105	R100287211	16/05/2026	7455-0
GYM7169	R100287218	16/05/2026	7455-0
QQK4F03	R100287253	16/05/2026	7455-0
GLY7F31	R100287267	16/05/2026	7455-0
ORB9654	R100287268	16/05/2026	7455-0
HHG3912	R100287341	16/05/2026	7455-0
PWM2077	R100287349	16/05/2026	7455-0
JKN3G22	R100287352	16/05/2026	7455-0
TYU5B00	R100287357	16/05/2026	7455-0
RKT0A53	R100287297	16/05/2026	7455-0
OUX3H66	R100287298	16/05/2026	7455-0
HCO3675	R100287398	16/05/2026	7455-0
RNB3D70	AG10989403	17/05/2026	7340-0
PWX4E07	AG10990626	17/05/2026	5010-0
PWX4E07	AG10990627	17/05/2026	6726-1
PWX4E07	AG10990628	17/05/2026	7030-1
HJI4215	AG10988491	17/05/2026	5185-1
PVI9J14	AG10988493	17/05/2026	5185-1
PUY8275	AG10988496	17/05/2026	7366-2
SYO4H33	AG10986564	17/05/2026	7340-0
IMS2D58	AG10250553	17/05/2026	7633-1
HHV3F28	AG10990629	17/05/2026	7340-0
HHV3F28	AG10990630	17/05/2026	6637-1
HHV3F28	AG10990631	17/05/2026	6653-1
HHV3F28	AG10990632	17/05/2026	7684-1
HHV3F28	AG10990633	17/05/2026	6408-0
PQB4C66	AG10250052	17/05/2026	6637-1
HHV3F28	AG10990634	17/05/2026	6726-1
PQB4C66	AG10250053	17/05/2026	6637-2
PQB4C66	AG10250054	17/05/2026	5274-1
PQB4C66	AG10250055	17/05/2026	5215-1
HCA1385	AG10250557	17/05/2026	6599-2
PQB4C66	AG10250056	17/05/2026	5835-0
PQB4C66	AG10250057	17/05/2026	5924-1
PQB4C66	AG10250058	17/05/2026	5932-0

PQB4C66	AG10250059	17/05/2026	5967-0
TEP7G08	AG10991106	17/05/2026	5010-0
TEP7G08	AG10991107	17/05/2026	7340-0
TEP7G08	AG10991108	17/05/2026	6050-1
TEP7G08	AG10991109	17/05/2026	5215-1
TEP7G08	AG10991110	17/05/2026	5215-2
TEP7G08	AG10991111	17/05/2026	5274-1
HGC9366	AG10990642	17/05/2026	6050-2
HDC7D12	AG10250061	17/05/2026	6394-4
HDC7D12	AG10250062	17/05/2026	5274-1
PVK0H05	AG10991113	17/05/2026	5452-2
HKO4G08	AG10986353	17/05/2026	5452-1
HLX4I29	AG10986354	17/05/2026	5991-0
RUO6D78	R100287504	17/05/2026	7455-0
QXH6C95	R100287522	17/05/2026	7455-0
HIY4D17	R100287533	17/05/2026	7455-0
FCS4J69	R100287447	17/05/2026	5673-2
FSP5J67	R100287478	17/05/2026	7455-0
HJE0E03	R100287562	17/05/2026	5673-2
PWW4I75	R100287593	17/05/2026	7455-0
QWY8188	R100287615	17/05/2026	7455-0
TZD8E69	R100287632	17/05/2026	7455-0
HDH5687	R100287633	17/05/2026	7455-0
JVQ2F34	R100287637	17/05/2026	7455-0
GXZ2F26	R100287660	17/05/2026	7455-0
SSG2E59	R100287663	17/05/2026	7455-0
HZC4192	R100287715	17/05/2026	7455-0
TEP7E27	R100287725	17/05/2026	7455-0
RFY2D11	R100287733	17/05/2026	7455-0
HNS7533	R100287735	17/05/2026	7455-0
HIM0706	R100287789	18/05/2026	7455-0
GZF5J97	R100287791	18/05/2026	7455-0
QPY6H91	R100287793	18/05/2026	7455-0
RND4F72	R100288106	18/05/2026	5673-2
TDJ3D36	R100288128	18/05/2026	5673-2
SJE9D73	R100288138	18/05/2026	5673-2
RFJ9F84	R100288139	18/05/2026	5673-2
SHM1C97	R100287817	18/05/2026	7455-0
HEJ8727	R100288143	18/05/2026	5673-2
SYP5J35	R100287819	18/05/2026	7455-0
NXY8238	R100287821	18/05/2026	7455-0
HGS8933	R100287822	18/05/2026	7455-0
ELD2B38	R100287830	18/05/2026	7455-0
RMW9I31	R100287831	18/05/2026	7455-0
HAD3F21	R100287845	18/05/2026	7455-0
GWA2771	R100287849	18/05/2026	7455-0
HLR4311	R100287851	18/05/2026	7455-0
TYM8H81	R100287854	18/05/2026	7455-0
KWD7A27	R100288148	18/05/2026	7463-0
TXG3I38	R100288149	18/05/2026	7463-0
HJQ1G45	R100287868	18/05/2026	7455-0
HLO6D11	R100288150	18/05/2026	7463-0
OPF7507	R100287881	18/05/2026	7455-0
SHM5I61	R100288113	18/05/2026	7455-0
FFP6J66	R100287901	18/05/2026	7455-0
TCU7H18	R100288154	18/05/2026	7463-0
RVY6F18	R100287910	18/05/2026	7455-0
EXY2I74	R100287911	18/05/2026	7455-0
EYO0G95	AG10987872	18/05/2026	6530-0
GYZ4A28	AG10989409	18/05/2026	5185-1
HBM9062	AG10241181	18/05/2026	5738-0
GKO1528	AG10241183	18/05/2026	5738-0
RVW2E30	AG10988020	18/05/2026	5010-0
RVW2E30	AG10988021	18/05/2026	6653-1
RVW2E30	AG10988022	18/05/2026	6610-2
HLG2496	AG10986566	18/05/2026	5185-1
PFA7D13	AG10986567	18/05/2026	5185-1
GVW2259	AG10986570	18/05/2026	5185-1
GWC0174	AG10990725	18/05/2026	6599-2
TCR8C53	AG10990730	18/05/2026	7633-1
GXW8J60	AG10990734	18/05/2026	5185-1
HNE8926	AG10990735	18/05/2026	5991-0
HOD0252	AG10990742	18/05/2026	5185-1
RJT6C36	AG10990746	18/05/2026	7633-1
TYF9G54	AG10990747	18/05/2026	7633-1
HJG4597	AG10990752	18/05/2026	6599-2
HFR5472	AG10990753	18/05/2026	7633-1
HFR5472	AG10990754	18/05/2026	6599-2
PUF1454	AG10990759	18/05/2026	7633-1
QXE3778	AG10990760	18/05/2026	7633-1
GUW1102	AG10990763	18/05/2026	5185-1
PZC1D52	AG10990766	18/05/2026	7633-1
DVO8B69	AG10990767	18/05/2026	7633-1
FIB0191	AG10990770	18/05/2026	5185-1
FIB0191	AG10990771	18/05/2026	6599-2
QUU9F62	AG10990776	18/05/2026	5185-1
HHY3J56	AG10990778	18/05/2026	7633-1
HHY3J56	AG10990779	18/05/2026	6599-2
OXC4726	AG10987873	18/05/2026	5550-0

PWU6321	AG10987874	18/05/2026	6599-2
OOX0163	AG10990011	18/05/2026	5550-0
PVT1C82	AG10991310	18/05/2026	5185-1
QQO8H22	AG10991311	18/05/2026	7366-2
QQO8H22	AG10991312	18/05/2026	5185-1
HAR5137	AG10991313	18/05/2026	5185-1
OPX3B62	AG10991319	18/05/2026	5185-1
PWD3254	AG10991325	18/05/2026	5568-0
TYH2G75	AG10991326	18/05/2026	5185-1
NYC9663	AG10991331	18/05/2026	5568-0
SJA5B77	AG10989362	18/05/2026	7633-1
SYY4E65	R100288235	18/05/2026	7463-0
QPL0F30	R100288237	18/05/2026	7463-0
SYO2C01	R100288238	18/05/2026	7463-0
TCC4G92	R100288070	18/05/2026	7455-0
TYH6B47	AG10990645	18/05/2026	5010-0
TYH6B47	AG10990646	18/05/2026	5720-0
TYH6B47	AG10990647	18/05/2026	7765-0
TYH6B47	AG10990648	18/05/2026	6602-0
TYH6B47	AG10990649	18/05/2026	6637-2
TYH6B47	AG10990651	18/05/2026	7340-0
MSK5585	AG10250198	18/05/2026	5185-1
GRZ9C64	AG10250200	18/05/2026	5185-1
KHW8H77	AG10250199	18/05/2026	5541-4
QUV7J50	R100288157	19/05/2026	6050-3
STT2I74	R100288158	19/05/2026	6050-3
QND2324	R100288159	19/05/2026	6050-3
TDR4J89	R100288160	19/05/2026	6050-3
RNF8B44	R100288161	19/05/2026	6050-3
GTJ2A36	R100288162	19/05/2026	6050-3
TYM8G01	AG10250560	19/05/2026	7340-0
HCL6106	AG10988936	19/05/2026	6599-2
GZH3E24	AG10250564	19/05/2026	7633-2
PZN7A02	AG10252047	19/05/2026	5541-1
GYL6114	AG10988940	19/05/2026	6599-2
KEO7972	AG10990013	19/05/2026	7366-2
PWI2193	AG10990014	19/05/2026	5550-0
HGL7368	AG10990015	19/05/2026	5550-0
GVN3820	AG10990016	19/05/2026	7340-0
HDY4348	AG10989790	19/05/2026	7340-0
TEN0A94	AG10989792	19/05/2026	7340-0
PZZ4807	AG10989793	19/05/2026	5550-0
HEN7H54	AG10989794	19/05/2026	7340-0
HCB8H17	AG10989795	19/05/2026	7340-0
HCB8H17	AG10989796	19/05/2026	6599-2
HDI7145	AG10990501	19/05/2026	7366-2
MQX0382	AG10988605	19/05/2026	5541-1
OBG0J74	AG10988611	19/05/2026	5550-0
SHK4B98	AG10988612	19/05/2026	7366-2
GRV8256	AG10988613	19/05/2026	6599-2
KJQ6C40	AG10988614	19/05/2026	6599-2
RFL4A58	AG10988616	19/05/2026	7340-0
RFL4A58	AG10988617	19/05/2026	6599-2
TCQ1E29	AG10988620	19/05/2026	5541-4
HMB6E07	AG10986574	19/05/2026	5185-1
NTG4I30	AG10986576	19/05/2026	7366-2
RFV4G96	AG10986577	19/05/2026	7340-0
GXZ9E50	AG10990654	19/05/2026	5401-0
TZB2D51	AG10986356	19/05/2026	7340-0
MXA1H09	AG10989367	19/05/2026	5185-1
RMD4J83	AG10989368	19/05/2026	5550-0
HBW6D80	AG10989369	19/05/2026	5550-0
HFR5472	AG10989370	19/05/2026	5193-0
HFR5472	AG10989371	19/05/2026	6599-2
OQG5693	R100287915	19/05/2026	7455-0
NYF6D90	R100287921	19/05/2026	7455-0
SHU4I94	R100288176	19/05/2026	7463-0
HCQ7B29	R100288179	19/05/2026	7463-0
TXP7A58	R100288185	19/05/2026	6050-3
OEV8625	R100287930	19/05/2026	7455-0
HHE5221	R100287932	19/05/2026	7455-0
TXK6B69	R100288266	19/05/2026	5673-2
HKW6G51	R100288267	19/05/2026	5673-2
QQK7603	R100288269	19/05/2026	5673-2
TDB8H41	R100288273	19/05/2026	5673-2
QXQ1A07	R100288276	19/05/2026	5673-2
RFO1F10	R100288278	19/05/2026	5673-2
HGU1C01	R100288280	19/05/2026	5673-2
RNS9F97	R100288281	19/05/2026	5673-2
HKD3F32	R100288283	19/05/2026	5673-2
DRK8A40	R100288284	19/05/2026	5673-2
HHQ2E96	R100288287	19/05/2026	5673-2
GTO2375	R100288288	19/05/2026	5673-2
SIX1I83	R100288289	19/05/2026	5673-2
MRF1038	R100288290	19/05/2026	5673-2
RVT1G06	R100288291	19/05/2026	5673-2
RMF6H19	R100288292	19/05/2026	5673-2
OPJ1209	R100288293	19/05/2026	5673-2
HJQ7538	R100288297	19/05/2026	5673-2

HLU5193	R100288298	19/05/2026	5673-2
RWC8F49	R100288299	19/05/2026	5673-2
PYY4H54	R100288301	19/05/2026	5673-2
HKR0H90	R100288303	19/05/2026	5673-2
RMM6H80	R100288305	19/05/2026	5673-2
GZQ8498	R100288306	19/05/2026	5673-2
HHE5J13	R100288307	19/05/2026	5673-2
RNR8F59	R100288308	19/05/2026	5673-2
QQH3J72	R100288310	19/05/2026	5673-2
QOU3A19	R100288312	19/05/2026	5673-2
MWG5A44	R100288313	19/05/2026	5673-2
TXH8J12	R100288339	19/05/2026	5673-2
HJH2H64	R100288340	19/05/2026	7463-0
PDB6A96	R100288213	19/05/2026	7463-0
GXK2166	R100287969	19/05/2026	7455-0
MVK9159	R100287976	19/05/2026	7455-0
RGB0J64	R100288225	19/05/2026	7463-0
TYR7G94	R100288226	19/05/2026	7463-0
HJQ8F05	R100288229	19/05/2026	7463-0
REN7H35	R100288231	19/05/2026	7463-0
RTP5C31	R100288360	19/05/2026	7463-0
TDC5A01	R100288011	19/05/2026	7455-0
GWT2935	R100288397	19/05/2026	7463-0
EBA3G47	R100288399	19/05/2026	7471-0
HES9522	R100288016	19/05/2026	7455-0
RVT8I84	R100288400	19/05/2026	7471-0
RVT8I84	R100288402	19/05/2026	7471-0
OQK6F77	R100288017	19/05/2026	7455-0
HKR5I38	R100288018	19/05/2026	7455-0
HAE4194	R100288403	19/05/2026	7463-0
GZN4C80	R100288415	19/05/2026	7463-0
HKZ6G82	R100288429	19/05/2026	7463-0
QXI3A19	R100288037	19/05/2026	7455-0
RFL4G89	R100288430	19/05/2026	7463-0
HCF8219	R100288431	19/05/2026	7463-0
HKJ3775	R100288057	19/05/2026	7455-0
QMY9B35	R100288239	19/05/2026	7463-0
TDW1E91	R100288240	19/05/2026	7463-0
TDO4G32	R100288241	19/05/2026	7463-0
QNB8F02	R100288259	19/05/2026	7463-0
RNJ7D76	R100288242	20/05/2026	7455-0
RNA8I49	R100288246	20/05/2026	7455-0
LMD7D54	R100288247	20/05/2026	6050-3
OPU1A06	R100288249	20/05/2026	7455-0
TXY6B18	R100288252	20/05/2026	7455-0
HJT3G24	R100288163	20/05/2026	6050-3
LBB9I04	R100288165	20/05/2026	6050-3
PLC5G90	R100288166	20/05/2026	6050-3
SIC3I31	R100288168	20/05/2026	6050-3
TCW4A04	R100288170	20/05/2026	7455-0
BLL7J10	R100288174	20/05/2026	7455-0
TXK9F95	R100288175	20/05/2026	7471-0
GZA4684	R100288178	20/05/2026	7455-0
QQO8226	R100288180	20/05/2026	7455-0
TEC6J33	R100288182	20/05/2026	7455-0
QST6D76	R100288183	20/05/2026	7455-0
QQE1J72	R100288192	20/05/2026	7463-0
NYE7330	R100288196	20/05/2026	7463-0
PXH9644	R100288552	20/05/2026	7455-0
TZD5A82	R100288477	20/05/2026	7455-0
HLZ2A27	R100288480	20/05/2026	7463-0
PYN3F22	R100288484	20/05/2026	7455-0
HNM2A52	R100288485	20/05/2026	7455-0
OUY7J26	R100288315	20/05/2026	5673-2
OFO7B89	R100288319	20/05/2026	5673-2
RUU9F03	R100288321	20/05/2026	7455-0
SHV4E92	R100288322	20/05/2026	5673-2
PXV9626	R100288324	20/05/2026	5673-2
TZA3B25	R100288326	20/05/2026	7463-0
SYJ9G89	R100288328	20/05/2026	5673-2
SHV9E77	R100288329	20/05/2026	5673-2
STC3I43	R100288335	20/05/2026	5673-2
SHR3E05	R100288336	20/05/2026	6050-3
RUP5F49	R100288383	20/05/2026	5673-2
QXZ0G70	R100288388	20/05/2026	5673-2
SSA3E14	R100288393	20/05/2026	5673-2
TYK4D17	R100288398	20/05/2026	5673-2
OLO5628	R100288405	20/05/2026	5673-2
QOY9I74	R100288416	20/05/2026	5673-2
GLR8217	R100288422	20/05/2026	5673-2
HJO9A02	R100288423	20/05/2026	5673-2
SHF8B91	R100288425	20/05/2026	5673-2
MKR7H98	R100288426	20/05/2026	5673-2
TZF0I52	R100288434	20/05/2026	5673-2
TBY6D04	R100288439	20/05/2026	7455-0
RUS6G92	R100288450	20/05/2026	7455-0
RFO3I47	R100288454	20/05/2026	5673-2
SYY6J57	R100288476	20/05/2026	5673-2
OLQ6329	R100288487	20/05/2026	5673-2

SYG6A63	R100288488	20/05/2026	7455-0
PYD9286	R100288490	20/05/2026	5673-2
SIX0J36	R100288172	20/05/2026	5673-2
FNE5F16	R100288194	20/05/2026	5673-2
HLD9H30	R100288197	20/05/2026	7455-0
TDV5E97	R100288200	20/05/2026	7455-0
PYA2H09	R100288201	20/05/2026	6050-3
SYF0E65	R100288202	20/05/2026	7455-0
TDV5E97	R100288203	20/05/2026	7455-0
QPX5B81	R100288204	20/05/2026	7455-0
TCL4A17	R100288205	20/05/2026	7455-0
TXW2D85	R100288206	20/05/2026	7455-0
TBL7J51	R100288207	20/05/2026	7455-0
HLJ3229	R100288209	20/05/2026	7455-0
PUM7733	R100288210	20/05/2026	7463-0
TXK8D73	R100288211	20/05/2026	7463-0
PXK7949	R100288212	20/05/2026	7455-0
TCJ5H95	R100288215	20/05/2026	7455-0
IXM6231	R100288217	20/05/2026	7463-0
HCD1364	R100288218	20/05/2026	7455-0
SHZ1D03	R100288219	20/05/2026	7455-0
TXT6E71	R100288221	20/05/2026	7455-0
GXG0A08	R100288222	20/05/2026	7455-0
SIV1E50	R100288223	20/05/2026	7463-0
QUW9G42	R100288224	20/05/2026	7455-0
QNJ1J97	R100288232	20/05/2026	7455-0
KZP9D85	R100288233	20/05/2026	7471-0
HEY5905	R100288234	20/05/2026	7455-0
QWX2F32	R100288342	20/05/2026	7455-0
EKG1A97	R100288344	20/05/2026	7455-0
UEK6C26	R100288345	20/05/2026	7463-0
PWJ9J98	R100288346	20/05/2026	7463-0
RVZ9E52	R100288347	20/05/2026	7455-0
HML0B57	R100288350	20/05/2026	7455-0
OQF3818	R100288352	20/05/2026	7463-0
TEY5B17	R100288355	20/05/2026	7455-0
GVL1568	R100288356	20/05/2026	7455-0
KVW5D87	R100288359	20/05/2026	7455-0
OQY9559	R100288361	20/05/2026	7463-0
TYZ4H04	R100288363	20/05/2026	7455-0
HCL8465	R100288364	20/05/2026	7455-0
SIG2D33	R100288365	20/05/2026	7455-0
PUN6J05	R100288367	20/05/2026	7455-0
QST6D76	R100288371	20/05/2026	7455-0
OLX8104	R100288372	20/05/2026	7455-0
OWY6E68	R100288373	20/05/2026	7455-0
HFY4221	R100288374	20/05/2026	7455-0
SYU5G58	R100288377	20/05/2026	7455-0
OZQ9G86	R100288378	20/05/2026	7455-0
QUF7B18	R100288379	20/05/2026	7455-0
RUC0C65	R100288381	20/05/2026	7455-0
PWG6960	R100288384	20/05/2026	7455-0
OPR7H47	R100288385	20/05/2026	7455-0
SIF3H86	R100288386	20/05/2026	7455-0
PZO9I32	R100288387	20/05/2026	7455-0
TEP5B98	R100288389	20/05/2026	7455-0
TWY6H66	R100288392	20/05/2026	7455-0
OPO3D14	R100288406	20/05/2026	7463-0
QOE1362	R100288407	20/05/2026	7471-0
OPV4083	R100288411	20/05/2026	7455-0
OLT9958	R100288418	20/05/2026	7455-0
SVV0C18	R100288420	20/05/2026	7455-0
OQP9D99	R100288427	20/05/2026	7455-0
QUG7H06	R100288433	20/05/2026	7455-0
RNO1H26	R100288435	20/05/2026	7455-0
DQA4H01	R100288436	20/05/2026	7455-0
TZJ4H50	R100288438	20/05/2026	7463-0
TYF8B40	R100288442	20/05/2026	7463-0
MJT4E44	R100288443	20/05/2026	7455-0
SHO9B22	R100288444	20/05/2026	7455-0
HJU5A40	R100288445	20/05/2026	7455-0
QOH0D65	R100288447	20/05/2026	7455-0
TCZ7F00	R100288448	20/05/2026	7455-0
NYG6487	AG10988706	20/05/2026	5550-0
HJP4865	AG10988707	20/05/2026	7633-2
HEJ9143	AG10988710	20/05/2026	5550-0
NFR9680	AG10988943	20/05/2026	7633-2
GYV9C61	AG10988944	20/05/2026	5185-1
QPL2925	AG10988948	20/05/2026	5541-1
PXE3B55	AG10988713	20/05/2026	7633-2
HKZ6620	AG10252049	20/05/2026	5550-0
PXY7B69	AG10252050	20/05/2026	5550-0
PXQ2A95	AG10252051	20/05/2026	5550-0
HIO1A86	AG10252054	20/05/2026	5452-2
TZG8H27	AG10990020	20/05/2026	5550-0
RSU2B98	AG10990021	20/05/2026	5509-0
BNU5192	AG10990202	20/05/2026	5509-0
PXL3G70	AG10990207	20/05/2026	7366-2
GMC6381	AG10250630	20/05/2026	5274-1

GMC6381	AG10250631	20/05/2026	5819-2
HMO4A42	AG10991342	20/05/2026	5568-0
SYB5D38	AG10991355	20/05/2026	5185-2
QQR5735	AG10991362	20/05/2026	5541-4
SYG4F09	AG10991371	20/05/2026	6645-0
OLW3339	AG10991373	20/05/2026	6530-0
OLW3339	AG10991374	20/05/2026	5185-1
OLW3339	AG10991375	20/05/2026	6599-2
OLW3339	AG10991376	20/05/2026	7366-2
KVM5G23	AG10991377	20/05/2026	5622-5
PWE9070	AG10991381	20/05/2026	5185-1
PWE9070	AG10991382	20/05/2026	6599-2
RVH0H34	AG10251333	20/05/2026	5037-1
RVH0H34	AG10251334	20/05/2026	7684-1
RVH0H34	AG10251335	20/05/2026	5274-1
RVH0H34	AG10251336	20/05/2026	7056-1
RVH0H34	AG10251337	20/05/2026	6637-2
OQU2578	AG10987965	20/05/2026	6599-2
PVO4797	AG10987966	20/05/2026	6599-2
HCA4D36	AG10991121	20/05/2026	6530-0
HCA4D36	AG10991122	20/05/2026	6602-0
QOH9E20	AG10251216	20/05/2026	7340-0
QOH9E20	AG10251217	20/05/2026	6599-2
QOH9E20	AG10251218	20/05/2026	6602-0
GVU6337	AG10988803	20/05/2026	6149-0
LAC1B85	AG10990219	20/05/2026	5185-1
PUY9F25	R100288452	21/05/2026	6050-3
RBX6I20	R100288453	21/05/2026	6050-3
BDN4C17	R100288455	21/05/2026	6050-3
HBY4183	AG10990209	21/05/2026	6599-2
HJA7B41	AG10990210	21/05/2026	7633-1
POZ1H24	AG10990211	21/05/2026	7340-0
HKA2B38	AG10986587	21/05/2026	7340-0
QQV5I44	AG10990213	21/05/2026	5568-0
HBF4D76	AG10250572	21/05/2026	7340-0
GUR4395	AG10988949	21/05/2026	5185-1
NYC9G45	AG10990214	21/05/2026	6599-2
TYA1G86	AG10988950	21/05/2026	7340-0
QNN4717	AG10988952	21/05/2026	7366-2
PUV0A25	AG10986589	21/05/2026	7366-2
RFD1J55	AG10988954	21/05/2026	7340-0
AZZ3391	AG10988955	21/05/2026	7366-2
AKP6136	AG10988956	21/05/2026	6599-2
HMA6239	AG10988958	21/05/2026	6599-2
HEG4C89	AG10990216	21/05/2026	6122-0
QWR3A22	AG10991123	21/05/2026	6599-2
QWR3A22	AG10991124	21/05/2026	6726-1
QWR3A22	AG10991125	21/05/2026	6602-0
QOA5I55	AG10990026	21/05/2026	7366-2
QWZ7C10	AG10990028	21/05/2026	7366-2
QNW8937	AG10990030	21/05/2026	7366-2
HJR1634	AG10990033	21/05/2026	7366-2
GKT4735	AG10990034	21/05/2026	5541-4
HER3031	AG10988624	21/05/2026	5185-1
RMH5J66	AG10988625	21/05/2026	7340-0
QUG0F36	AG10988626	21/05/2026	7340-0
SYZ7J64	AG10988627	21/05/2026	7340-0
NXZ1E61	AG10990504	21/05/2026	7366-2
NXZ1E61	AG10990506	21/05/2026	7366-2
GXW1D08	AG10990508	21/05/2026	5185-1
HKZ9I62	AG10990512	21/05/2026	7366-2
GZH4807	AG10990513	21/05/2026	7366-2
QNM6E58	AG10990517	21/05/2026	5541-1
KZF1A85	AG10988805	21/05/2026	5550-0
HDL7G73	AG10251219	21/05/2026	5045-0
HDL7G73	AG10251220	21/05/2026	6602-0
TXR9G80	AG10251221	21/05/2026	6602-0
TXR9G80	AG10251222	21/05/2026	5010-0
SJH8G86	AG10988538	21/05/2026	5452-1
RMH5J66	AG10988539	21/05/2026	5452-1
GZW3583	AG10988540	21/05/2026	5550-0
RUL3E49	AG10986362	21/05/2026	7340-0
NYC9G45	AG10986363	21/05/2026	7072-1
HHG3C95	R100288459	21/05/2026	7471-0
PZM5003	R100288553	21/05/2026	7455-0
ODD6C39	R100288554	21/05/2026	7455-0
SFY1I11	R100288556	21/05/2026	7455-0
SYG6B93	R100288558	21/05/2026	7455-0
QNE1G34	R100288561	21/05/2026	7455-0
HJQ4D08	R100288564	21/05/2026	7455-0
HJO1A19	R100288565	21/05/2026	7455-0
SHU6C83	R100288568	21/05/2026	7455-0
TYH5J96	R100288578	21/05/2026	7455-0
RUZ6C05	R100288466	21/05/2026	7463-0
OQN9497	R100288467	21/05/2026	7463-0
TDM0F85	R100288468	21/05/2026	7471-0
PXU8I50	R100288585	21/05/2026	7455-0
HEK7H37	R100288586	21/05/2026	7455-0
HJJ2J61	R100288591	21/05/2026	7455-0

TYU7A20	R100288592	21/05/2026	7455-0
GZF7C93	R100288593	21/05/2026	7455-0
HIA9771	R100288469	21/05/2026	7463-0
RFD4A47	R100288612	21/05/2026	5673-2
TXW0D27	R100288510	21/05/2026	6050-3
PBZ7H39	R100288613	21/05/2026	5673-2
HIJ3B45	R100288614	21/05/2026	5673-2
TXI1D01	R100288616	21/05/2026	7455-0
GVS8172	R100288620	21/05/2026	5673-2
HKY3791	R100288623	21/05/2026	7455-0
RNE3E52	R100288624	21/05/2026	5673-2
REM3I92	R100288627	21/05/2026	5673-2
QOI7D27	R100288629	21/05/2026	5673-2
UFQ7H74	R100288631	21/05/2026	5673-2
SIC2G01	R100288635	21/05/2026	5673-2
PXM5I67	R100288636	21/05/2026	5673-2
PYA2B34	R100288637	21/05/2026	5673-2
TCP3G97	R100288638	21/05/2026	5673-2
TZF3D08	R100288642	21/05/2026	5673-2
PXH6D47	R100288643	21/05/2026	7455-0
TEU1C05	R100288470	21/05/2026	7463-0
RVT6E99	R100288644	21/05/2026	5673-2
RFH3C64	R100288648	21/05/2026	5673-2
QNT0C84	R100288471	21/05/2026	7463-0
HLP5B17	R100288710	21/05/2026	7455-0
QQN2057	R100288711	21/05/2026	7455-0
GXW5267	R100288712	21/05/2026	7455-0
TYU7A20	R100288714	21/05/2026	7455-0
QQO5J51	R100288517	21/05/2026	6050-3
SYE5E69	R100288761	21/05/2026	7455-0
TYV4D23	R100288762	21/05/2026	7455-0
QWY9E19	R100288767	21/05/2026	7455-0
DME1H00	R100288768	21/05/2026	7455-0
HLS8979	R100288801	21/05/2026	7455-0
SIR0D33	R100288802	21/05/2026	7455-0
SYI5C31	R100288803	21/05/2026	7455-0
QQG6B32	R100288807	21/05/2026	7455-0
HJG6J70	R100288808	21/05/2026	7455-0
TEI5D92	R100288810	21/05/2026	7455-0
RVJ4I17	R100288811	21/05/2026	7455-0
NYE8I02	R100288473	21/05/2026	7463-0
RGB7J84	R100288474	21/05/2026	7471-0
HNF8661	R100288812	21/05/2026	7455-0
HHR4874	R100288817	21/05/2026	7455-0
QPF9H32	R100288818	21/05/2026	7455-0
OPC9A20	R100288819	21/05/2026	7455-0
RFH3D78	R100288573	21/05/2026	7455-0
HLS8979	R100288584	21/05/2026	7455-0
SIX2C36	R100288588	21/05/2026	7455-0
SYI5C31	R100288610	21/05/2026	7455-0
SJF3J95	R100288618	21/05/2026	7455-0
PUC8J49	R100288491	21/05/2026	7463-0
DNO4469	R100288676	21/05/2026	7455-0
RVZ4C75	R100288679	21/05/2026	7455-0
QXA2859	R100288683	21/05/2026	7455-0
TYQ8G81	R100288687	21/05/2026	7455-0
TEA8H51	R100288695	21/05/2026	7455-0
TDU8E97	R100288698	21/05/2026	7455-0
RND8D57	R100288701	21/05/2026	7455-0
LVL5A11	R100288492	21/05/2026	7463-0
TZJ4J90	R100288708	21/05/2026	7455-0
SHS7I42	R100288493	21/05/2026	7463-0
NFB8383	R100288727	21/05/2026	7455-0
SYG8F29	R100288494	21/05/2026	7463-0
RMZ5B38	R100288766	21/05/2026	7455-0
HCZ9E31	R100288495	21/05/2026	7463-0
HHT3495	R100288478	21/05/2026	7463-0
PWR9J44	R100288829	21/05/2026	7455-0
HGI5G02	R100288832	21/05/2026	7455-0
HJO1A19	R100288833	21/05/2026	7455-0
HHT3495	R100288498	21/05/2026	7463-0
PXZ7587	R100288499	21/05/2026	7463-0
TXI6B14	R100288844	21/05/2026	7455-0
HIA9771	R100288852	21/05/2026	7455-0
HOG7F74	R100288853	21/05/2026	7455-0
QNO5296	R100288854	21/05/2026	7455-0
RMY0J84	R100288855	21/05/2026	7455-0
HJJ2J61	R100288256	21/05/2026	7463-0
PXH6D47	R100288257	21/05/2026	7463-0
QXU3F07	R100288861	21/05/2026	7455-0
TCT6E39	R100288258	21/05/2026	7463-0
PXC8J80	R100288262	21/05/2026	7463-0
SJE5G80	AG10990263	22/05/2026	7366-2
HJU9409	AG10990264	22/05/2026	5185-2
HJU9409	AG10990265	22/05/2026	6599-2
GYI6J98	AG10990266	22/05/2026	5185-1
OQM7J88	AG10990268	22/05/2026	7366-2
NRF3J06	AG10990273	22/05/2026	5185-1
HKK1576	AG10990276	22/05/2026	5991-0

PUK9C05	AG10990278	22/05/2026	5185-1
HMF3235	AG10990280	22/05/2026	5185-1
KQP3D80	AG10990287	22/05/2026	5185-1
OWX7268	AG10990288	22/05/2026	5185-1
RFB1B10	AG10990289	22/05/2026	5185-1
JRG9477	R100288863	22/05/2026	7455-0
QMT4G50	R100288867	22/05/2026	7455-0
HKO9F74	R100288842	22/05/2026	7455-0
RVC9I03	R100288843	22/05/2026	7455-0
QXH4251	R100288548	22/05/2026	7463-0
TET7C32	R100288857	22/05/2026	7455-0
OQY9559	R100288859	22/05/2026	7455-0
UBA3C28	R100288870	22/05/2026	7455-0
HGL5F13	AG10991387	22/05/2026	5185-1
JRF9C24	AG10991389	22/05/2026	7366-2
RTL5H22	AG10991390	22/05/2026	5258-3
RTL5H22	AG10991391	22/05/2026	6653-1
RTL5H22	AG10991392	22/05/2026	6645-0
AWK6H52	AG10991393	22/05/2026	5452-1
OPH9E95	AG10991398	22/05/2026	5258-3
HIY2A50	AG10986594	22/05/2026	5550-0
DXV9507	AG10986595	22/05/2026	5550-0
OPZ4F17	AG10988028	22/05/2026	7366-2
OPH9E95	AG10991399	22/05/2026	7030-1
OPH9E95	AG10991400	22/05/2026	6068-1
TUM0B84	AG10990788	22/05/2026	5185-1
NXZ0C37	AG10990796	22/05/2026	6122-0
GVX5316	AG10990797	22/05/2026	7633-1
GVX5316	AG10990798	22/05/2026	5185-1
OPQ6B68	AG10990799	22/05/2026	5185-1
KKY7127	AG10990800	22/05/2026	5185-1
OPH9E95	AG10992401	22/05/2026	6068-1
TCI9C98	AG10992403	22/05/2026	5185-1
TCE8J15	AG10992406	22/05/2026	7340-0
TCQ2B24	AG10990035	22/05/2026	5568-0
HLR9C01	AG10990036	22/05/2026	5541-4
HMJ8J23	AG10990041	22/05/2026	5550-0
PHS2A97	AG10991902	22/05/2026	7633-1
HCI5378	AG10991905	22/05/2026	7633-1
OQE9573	AG10991906	22/05/2026	7633-1
QPF3A81	AG10991909	22/05/2026	7633-1
PVT0I43	AG10991912	22/05/2026	5185-1
GVE1964	AG10991913	22/05/2026	6599-2
GVE1964	AG10991914	22/05/2026	5185-1
LNA8H47	AG10991919	22/05/2026	6122-0
LNA8H47	AG10991920	22/05/2026	5185-1
QPG6D08	AG10991921	22/05/2026	5185-1
CUJ0G25	AG10986596	22/05/2026	5738-0
OQM3F68	AG10991127	22/05/2026	5193-0
QAL9G76	AG10991128	22/05/2026	5819-8
HHY3G76	AG10991129	22/05/2026	6530-0
TDE9F43	AG10991133	22/05/2026	7633-2
TDE9F43	AG10991134	22/05/2026	7633-2
HLI4634	AG10991135	22/05/2026	7633-2
HLI4634	AG10991136	22/05/2026	6653-1
HLI4634	AG10991137	22/05/2026	7340-0
HLI4634	AG10991138	22/05/2026	5843-3
HLI4634	AG10991139	22/05/2026	6017-5
HCA4D36	AG10991146	22/05/2026	6530-0
HIR7926	AG10991148	22/05/2026	5843-4
HNK1155	AG10990224	22/05/2026	5185-1
FIS6H42	AG10990658	22/05/2026	5487-0
QUG0F36	AG10988546	22/05/2026	5568-0
QWR0J26	AG10988628	22/05/2026	5541-1
QUQ2812	AG10988807	22/05/2026	7340-0
TZA1G81	AG10991178	22/05/2026	7340-0
HKD3I60	AG10991183	22/05/2026	7633-2
HKD3I60	AG10991184	22/05/2026	7340-0
HKD3I60	AG10991185	22/05/2026	6599-2
SYL8J97	AG10252122	22/05/2026	5274-2
SYL8J97	AG10252123	22/05/2026	7056-1
SYL8J97	AG10252124	22/05/2026	5266-3
QUO5J46	R100288878	22/05/2026	7455-0
HLM6B46	R100288879	22/05/2026	7455-0
RVD5A10	R100288505	22/05/2026	7463-0
GMF5F18	R100288574	22/05/2026	7455-0
RVS9C79	R100288575	22/05/2026	7455-0
GQZ9B83	R100288576	22/05/2026	7455-0
SYJ1C11	R100288594	22/05/2026	7455-0
TEI6D24	R100288595	22/05/2026	7455-0
TEY7J75	R100288507	22/05/2026	7463-0
RVP5E05	R100288597	22/05/2026	7455-0
HCG4398	R100288598	22/05/2026	7455-0
RFM8J79	R100288599	22/05/2026	7455-0
TZI7F83	R100288602	22/05/2026	7455-0
OQB5E54	R100288604	22/05/2026	7455-0
HKL4B70	R100288651	22/05/2026	5673-2
RMN5E15	R100288654	22/05/2026	5673-2
RVT3C33	R100288656	22/05/2026	5673-2

QMU8G52	R100288657	22/05/2026	7455-0
RFV5C42	R100288666	22/05/2026	5673-2
RFZ3B33	R100288671	22/05/2026	5673-2
RFW7A93	R100288672	22/05/2026	5673-2
PBQ1H06	R100288675	22/05/2026	5673-2
PPR6346	R100288678	22/05/2026	5673-2
FIV2A90	R100288681	22/05/2026	5673-2
HEG8B24	R100288686	22/05/2026	5673-2
TEA8H43	R100288688	22/05/2026	5673-2
LTJ9989	R100288689	22/05/2026	5673-2
RTI4E13	R100288696	22/05/2026	5673-2
SYD8C98	R100288697	22/05/2026	5673-2
RMY4A69	R100288700	22/05/2026	7455-0
QLC5D69	R100288514	22/05/2026	7471-0
QLC5D69	R100288739	22/05/2026	7455-0
NXN4825	R100288743	22/05/2026	7455-0
TES2F72	R100288745	22/05/2026	7455-0
HOI7I91	R100288746	22/05/2026	7455-0
TEW6B27	R100288750	22/05/2026	7455-0
RUH6I60	R100288771	22/05/2026	7455-0
TEI6B87	R100288774	22/05/2026	7455-0
TXH8C99	R100288778	22/05/2026	7455-0
TYR1B70	R100288521	22/05/2026	7471-0
SYX0A02	R100288522	22/05/2026	7463-0
QMU6B47	R100288779	22/05/2026	7455-0
RFZ6E05	R100288780	22/05/2026	7455-0
QXM0H36	R100288523	22/05/2026	7463-0
SIS7F19	R100288524	22/05/2026	7463-0
TZH2G81	R100288786	22/05/2026	7455-0
QXF3J95	R100288526	22/05/2026	7463-0
LNQ5103	R100288789	22/05/2026	7455-0
HOB5E24	R100288792	22/05/2026	7455-0
PVL1099	R100288793	22/05/2026	7455-0
OEL1J80	R100288794	22/05/2026	7455-0
TCS5A17	R100288795	22/05/2026	7455-0
FQS9G69	R100288796	22/05/2026	7455-0
QQG1B74	R100288634	22/05/2026	7455-0
SYI5C31	R100288641	22/05/2026	7455-0
QXF3J95	R100288653	22/05/2026	7455-0
RMZ2J50	R100288655	22/05/2026	7455-0
RMZ2J50	R100288658	22/05/2026	7455-0
TXE0D27	R100288663	22/05/2026	7455-0
SIP3J57	R100288668	22/05/2026	7455-0
SIO0I83	R100288721	22/05/2026	7455-0
HMR8J22	R100288531	22/05/2026	7463-0
HIC3802	R100288733	22/05/2026	7455-0
PZA1D48	R100288735	22/05/2026	7455-0
RMH1J20	R100288742	22/05/2026	7455-0
QWZ6D16	R100288747	22/05/2026	7455-0
PVP2060	R100288765	22/05/2026	7455-0
HMR8J22	R100288823	22/05/2026	7455-0
GUC8570	R100288535	22/05/2026	7463-0
HNZ6J12	R100288826	22/05/2026	7455-0
RMH1J20	R100288536	22/05/2026	7463-0
TZG3A45	R100288537	22/05/2026	7471-0
DVA3B29	R100288538	22/05/2026	7463-0
HMR8J22	R100288836	22/05/2026	7455-0
PXM8B15	R100288837	22/05/2026	7455-0
HCB5I14	R100288847	22/05/2026	7455-0
PYQ0C02	R100288849	22/05/2026	7455-0
TXY8F09	R100288542	22/05/2026	6050-3
QNK2A00	R100288544	22/05/2026	6050-3
RFX3E71	R100288545	22/05/2026	6050-3
SIJ4E06	R100288546	22/05/2026	6050-3
FMN6B54	AG10990233	22/05/2026	7366-2
HFO3B54	AG10990234	22/05/2026	7366-2
PWB3H48	AG10990237	22/05/2026	7366-2
KJC5137	AG10990239	22/05/2026	5185-1
HKK6B00	AG10990240	22/05/2026	7366-2
GCM6I17	AG10990243	22/05/2026	5185-1
GSM6467	AG10990245	22/05/2026	5185-1
GVW4G07	AG10990249	22/05/2026	6122-0
OPK1047	AG10990250	22/05/2026	5185-1
HCV3224	AG10990252	22/05/2026	5185-1
SHN2I86	AG10990253	22/05/2026	7366-2
RFL0G80	AG10990257	22/05/2026	7366-2
PVB7E98	AG10990259	22/05/2026	6122-0
RUO0I50	AG10990260	22/05/2026	5185-1
HER1D42	AG10990261	22/05/2026	5185-1
GYO6192	R100288957	23/05/2026	7463-0
QXW8F88	R100288961	23/05/2026	6050-3
QWV4G89	R100288964	23/05/2026	5673-2
GYV9877	R100288965	23/05/2026	5673-2
HEN6967	R100288966	23/05/2026	7455-0
QQJ3I94	R100288968	23/05/2026	5673-2
RVA8E27	R100288970	23/05/2026	6050-3
RTN8H95	R100288978	23/05/2026	5673-2
PUH7066	R100288979	23/05/2026	5673-2
OVV2A14	R100288981	23/05/2026	5673-2

HMV4439	R100288881	23/05/2026	5673-2
OQN2172	R100288887	23/05/2026	5673-2
QQB4H47	R100288888	23/05/2026	5673-2
RUQ2E80	R100288889	23/05/2026	5673-2
PON9J26	R100288891	23/05/2026	5673-2
SHW6J15	R100288895	23/05/2026	5673-2
PXS4E52	R100288985	23/05/2026	6050-3
PYK5I27	R100288987	23/05/2026	7455-0
OQR1G27	R100288899	23/05/2026	5673-2
TXQ5F92	R100288902	23/05/2026	5673-2
HKL3G60	R100288989	23/05/2026	6050-3
OPP9D70	R100288991	23/05/2026	6050-3
SJH8J84	R100288993	23/05/2026	7455-0
RFU9D92	R100289000	23/05/2026	6050-3
RES8D81	R100288906	23/05/2026	5673-2
HJQ2F04	R100288907	23/05/2026	5673-2
RFV7I20	R100288909	23/05/2026	5673-2
TYL2E51	R100289002	23/05/2026	7455-0
RMH3A48	R100289003	23/05/2026	7455-0
QOL6974	R100289004	23/05/2026	7455-0
HMT8853	R100289005	23/05/2026	7455-0
OQG2157	R100289011	23/05/2026	7455-0
GYO6192	R100289014	23/05/2026	7471-0
QOO6H50	R100289016	23/05/2026	7455-0
PXM2C71	R100289019	23/05/2026	7455-0
PVS0I79	R100289023	23/05/2026	7455-0
HHS8J05	R100289025	23/05/2026	7455-0
ECD4C55	R100289026	23/05/2026	7455-0
QIQ1I24	R100289030	23/05/2026	7455-0
PVA2064	R100289033	23/05/2026	7455-0
NZN5D00	R100289034	23/05/2026	7455-0
TEI3H49	R100289044	23/05/2026	7455-0
KRV4H32	R100289046	23/05/2026	7455-0
UAA0G17	R100289060	23/05/2026	7455-0
OXD7123	R100289062	23/05/2026	7455-0
NYD4631	R100289066	23/05/2026	7463-0
TIY8B86	R100289068	23/05/2026	7463-0
HJK3811	R100289069	23/05/2026	7455-0
QUJ2E28	R100289070	23/05/2026	7455-0
EIJ3F48	R100289072	23/05/2026	7455-0
TYC0A83	R100289075	23/05/2026	7455-0
TXO4H48	R100289079	23/05/2026	7455-0
PXC3I48	R100289081	23/05/2026	7455-0
OPA9F50	R100289083	23/05/2026	7455-0
OQN6E71	R100289088	23/05/2026	7463-0
NLJ3190	R100289089	23/05/2026	7463-0
PXI9013	R100289117	23/05/2026	7463-0
OPF4D94	R100289118	23/05/2026	7455-0
DSS2E32	R100289119	23/05/2026	7455-0
OPA0062	R100289120	23/05/2026	7455-0
REG9J44	R100289121	23/05/2026	7471-0
SHL2F13	R100289123	23/05/2026	7463-0
RNL0I59	R100289127	23/05/2026	7455-0
HKO2F72	R100289129	23/05/2026	7471-0
KKB9413	R100289134	23/05/2026	7455-0
OVO2A74	R100289135	23/05/2026	7463-0
OWJ8C59	R100289145	23/05/2026	7463-0
OPN8H05	R100289146	23/05/2026	7455-0
QOB2412	R100289149	23/05/2026	7455-0
TDO0E84	R100289150	23/05/2026	7455-0
HLG2A22	R100289012	23/05/2026	7463-0
GYZ4H69	R100289013	23/05/2026	7455-0
EQY9G04	R100289017	23/05/2026	7455-0
HFB3D72	R100289021	23/05/2026	7455-0
HIP8152	R100289022	23/05/2026	7463-0
PVL7494	R100289029	23/05/2026	7463-0
NYD9I07	R100289031	23/05/2026	7455-0
QXF9C80	R100289036	23/05/2026	7455-0
QUT6320	R100289037	23/05/2026	7455-0
OPW7C23	R100289040	23/05/2026	7455-0
HCO0G19	R100289041	23/05/2026	7455-0
PXG5I32	R100289042	23/05/2026	7455-0
SHU5B00	R100289045	23/05/2026	7455-0
TDF7A84	R100289049	23/05/2026	7463-0
RUI6F79	R100289064	23/05/2026	7455-0
TDV6H80	R100289065	23/05/2026	7455-0
HBB3I98	R100289073	23/05/2026	7455-0
QXG7B20	R100289091	23/05/2026	7455-0
HNV3I00	R100289097	23/05/2026	7463-0
RVH9A25	R100289098	23/05/2026	7455-0
HHR4I60	R100289099	23/05/2026	7463-0
HNE0867	R100289100	23/05/2026	7455-0
SIS6E69	R100289102	23/05/2026	7455-0
PUS2B73	R100289103	23/05/2026	6050-3
SIN0I62	R100289104	23/05/2026	6050-3
GSJ5H49	R100289107	23/05/2026	6050-3
HML4D78	R100289109	23/05/2026	6050-3
HMW9I47	R100289112	23/05/2026	7463-0
TBL7J80	R100289154	23/05/2026	7455-0

RFL6E79	R100289157	23/05/2026	7463-0
EUE4B29	R100289158	23/05/2026	7455-0
HLX7332	R100289160	23/05/2026	7455-0
PPI4E88	R100289161	23/05/2026	7455-0
GCE9B34	R100289165	23/05/2026	7455-0
RVT8I84	R100289166	23/05/2026	7471-0
RNL6E17	R100289144	23/05/2026	7455-0
GSP1477	R100289151	23/05/2026	7463-0
FVP0E07	R100289156	23/05/2026	6050-3
PYV6728	R100289159	23/05/2026	7455-0
RUD2C31	R100289162	23/05/2026	7463-0
OXG7508	R100289169	23/05/2026	7455-0
RVD4G91	R100289171	23/05/2026	6050-3
HKC4506	R100289172	23/05/2026	6050-3
SHG9C34	R100289173	23/05/2026	7455-0
QNY3H18	R100289175	23/05/2026	7455-0
QXC6D79	R100289176	23/05/2026	7455-0
TXK9F57	AG10986367	23/05/2026	7340-0
HBU0D92	AG10241195	23/05/2026	5509-0
HAE5220	AG10252058	23/05/2026	5541-4
RBW3A75	AG10991925	23/05/2026	7340-0
HDW1A77	AG10989377	23/05/2026	5185-1
HHB3443	AG10989378	23/05/2026	5185-1
HNU5640	AG10989379	23/05/2026	5185-1
FCD5J76	AG10989381	23/05/2026	7366-2
HZY2G26	AG10989382	23/05/2026	5185-1
HZY2G26	AG10989383	23/05/2026	6599-2
HBA3D08	AG10989385	23/05/2026	5193-0
PMD1B80	AG10990044	23/05/2026	5550-0
HCQ8035	AG10988632	23/05/2026	6599-2
TXK9F57	AG10988634	23/05/2026	7684-1
FAR4062	AG10990518	23/05/2026	5541-4
KWK2C85	AG10990521	23/05/2026	5550-0
HCZ4487	AG10990522	23/05/2026	5568-0
TZH9E40	AG10990661	23/05/2026	5010-0
HMY5397	AG10991152	23/05/2026	6530-0
HID9J59	AG10991153	23/05/2026	6599-2
HID9J59	AG10991154	23/05/2026	6637-1
HID9J59	AG10991155	23/05/2026	7366-2
HID9J59	AG10991156	23/05/2026	5010-0
PXE7798	AG10987968	23/05/2026	6599-2
RUX6J11	AG10986467	23/05/2026	5010-0
RUX6J11	AG10986468	23/05/2026	5720-0
RUX6J11	AG10986469	23/05/2026	6599-2
RUX6J11	AG10986470	23/05/2026	5118-0
HMY5397	AG10991159	23/05/2026	6530-0
HMY5397	AG10991160	23/05/2026	5185-1
QXL6C67	AG10992443	23/05/2026	7340-0
QXL6C67	AG10992444	23/05/2026	6645-0
HDO7703	AG10992445	23/05/2026	5541-4
HDO7703	AG10992446	23/05/2026	6599-2
DRP2H80	AG10250070	23/05/2026	7633-2
HAE5220	AG10989398	23/05/2026	5541-4
QPH7D60	AG10989399	23/05/2026	5541-1
TXQ1G08	R100288910	23/05/2026	7455-0
TZL0D35	R100288916	23/05/2026	7463-0
PWT2600	R100288917	23/05/2026	7455-0
SYF7G17	R100288919	23/05/2026	7455-0
JGD8B24	R100288920	23/05/2026	7455-0
SHW9D78	R100288925	23/05/2026	7455-0
HMY1323	R100288929	23/05/2026	7455-0
KJX8044	R100288930	23/05/2026	7455-0
HHB7J25	R100288931	23/05/2026	7455-0
RFJ0I32	R100288934	23/05/2026	7455-0
RGA1H40	R100288937	23/05/2026	7455-0
LVL5A11	R100288938	23/05/2026	7455-0
QVW3B38	R100288943	23/05/2026	7455-0
PYW1J70	R100288946	23/05/2026	7455-0
HLW6491	R100288948	23/05/2026	7455-0
TYJ3A30	R100288949	23/05/2026	7455-0
GSP1477	R100288951	23/05/2026	7455-0
PVW3061	R100288953	23/05/2026	7463-0
TBN5J19	R100288954	23/05/2026	7455-0
SYO8B26	R100288956	23/05/2026	7455-0
TZB6D64	R100288923	24/05/2026	7471-0
SJI9F42	R100289182	24/05/2026	7455-0
QMZ6I58	R100289187	24/05/2026	7455-0
SJA6G06	R100289188	24/05/2026	7455-0
OWP1992	R100289190	24/05/2026	7455-0
UBS6D78	R100289191	24/05/2026	7455-0
TCM7A24	R100289272	24/05/2026	7463-0
QWX4416	R100289194	24/05/2026	7455-0
HAQ6D30	R100289199	24/05/2026	7455-0
NYG2F66	R100289201	24/05/2026	7455-0
TEQ3B88	R100289202	24/05/2026	7455-0
REG9J44	R100289203	24/05/2026	7455-0
OMH4B51	R100289274	24/05/2026	7463-0
PAX0F80	R100289275	24/05/2026	7463-0
HIV9F57	R100289206	24/05/2026	7455-0

EHP2C42	R100289276	24/05/2026	7463-0
TXW3C73	R100289211	24/05/2026	6050-3
OPC9E35	R100289212	24/05/2026	7455-0
PXP3H12	R100289213	24/05/2026	7455-0
TCL3C35	R100289214	24/05/2026	7455-0
TES8H50	R100289277	24/05/2026	7463-0
RNL6E17	R100289215	24/05/2026	7455-0
QPX9507	R100289216	24/05/2026	7455-0
SYM6C75	R100289217	24/05/2026	7455-0
QOB7E59	R100289219	24/05/2026	6050-3
DKG6I05	R100289222	24/05/2026	7455-0
RNJ4E03	R100289278	24/05/2026	7463-0
OLW8F76	R100289226	24/05/2026	7455-0
ORB5750	R100289227	24/05/2026	7455-0
FCO5A01	R100289229	24/05/2026	7455-0
TXI1D35	R100289237	24/05/2026	7455-0
HMJ9464	R100289238	24/05/2026	7455-0
TDY4C06	R100289241	24/05/2026	5673-2
SIQ3J23	R100289280	24/05/2026	5673-2
GNJ9A18	R100289243	24/05/2026	5673-2
OQO7584	R100289245	24/05/2026	5673-2
DTX1356	R100289247	24/05/2026	5673-2
HLC7738	R100289252	24/05/2026	5673-2
OLS1405	R100289254	24/05/2026	5673-2
PVQ3H90	R100289256	24/05/2026	6050-3
TDI4E66	R100289259	24/05/2026	6050-3
SIC9C66	R100289260	24/05/2026	5673-2
HFW3G04	R100289262	24/05/2026	7455-0
HNW9781	R100289264	24/05/2026	5673-2
OCX4J99	R100289265	24/05/2026	5673-2
HCE7000	R100289266	24/05/2026	5673-2
QOM4898	R100288994	24/05/2026	7471-0
OPJ7B38	R100289270	24/05/2026	6050-3
PYS1J63	R100289271	24/05/2026	5673-2
PUS0A73	R100289284	24/05/2026	5673-2
TEO8F28	R100289290	24/05/2026	7455-0
TYO0J11	R100289291	24/05/2026	5673-2
RNA4D03	R100289293	24/05/2026	5673-2
PVF3C46	R100289294	24/05/2026	5673-2
GXS7J03	R100289296	24/05/2026	7455-0
GXT6I26	R100289301	24/05/2026	5673-2
GCE9B34	R100289302	24/05/2026	6050-3
TYL2E51	R100288995	24/05/2026	7471-0
GYV4F24	R100289303	24/05/2026	6050-3
TZI0H69	R100289304	24/05/2026	5673-2
UAA7C89	R100289310	24/05/2026	7455-0
EQK0H22	R100289311	24/05/2026	7463-0
QCJ8C89	R100289313	24/05/2026	7455-0
QMT4G50	R100289315	24/05/2026	7455-0
HFQ1E94	R100289317	24/05/2026	7455-0
QQN9355	R100289320	24/05/2026	7455-0
SSD0D99	R100289321	24/05/2026	7463-0
FPL3C61	R100289323	24/05/2026	7455-0
HKV3I29	R100289325	24/05/2026	7455-0
PWZ6H34	R100289326	24/05/2026	7455-0
PAG6C01	R100289328	24/05/2026	7455-0
RVS9C69	R100289331	24/05/2026	7455-0
HDD2107	R100289332	24/05/2026	7455-0
GLL7172	R100289333	24/05/2026	7455-0
HLA9H41	R100289335	24/05/2026	7455-0
GXS7J03	R100289336	24/05/2026	7463-0
TDH7J82	R100289337	24/05/2026	7455-0
PZB3G02	R100289338	24/05/2026	7455-0
PVW3061	R100289339	24/05/2026	7455-0
HOI7I91	R100289343	24/05/2026	7455-0
TYW0J83	R100289347	24/05/2026	7455-0
QQK1820	R100289348	24/05/2026	7455-0
RFB7C43	R100289349	24/05/2026	7455-0
RUK3I01	R100289355	24/05/2026	7455-0
TZJ4H43	R100289356	24/05/2026	7455-0
SGN2A05	R100289357	24/05/2026	7455-0
OWL5404	R100289360	24/05/2026	7455-0
HBD0C61	R100289361	24/05/2026	7463-0
UAB9D45	R100289362	24/05/2026	7463-0
DPD2A41	R100289363	24/05/2026	7455-0
PYY5B80	R100289364	24/05/2026	7463-0
SJH1A94	R100289366	24/05/2026	7455-0
HFY6A62	R100289371	24/05/2026	7463-0
TYW1A16	R100289375	24/05/2026	7455-0
MTB4547	R100289377	24/05/2026	7463-0
TCR5J65	R100289378	24/05/2026	7455-0
SIW7H20	R100289382	24/05/2026	7455-0
HLT0H40	R100289383	24/05/2026	7455-0
RMO5E78	R100289386	24/05/2026	7455-0
QXR5J25	R100289392	24/05/2026	7455-0
RMO5E78	R100289393	24/05/2026	7463-0
HCN7A30	R100289400	24/05/2026	7455-0
GZI6A88	R100289405	24/05/2026	7455-0
QQG8J96	R100289406	24/05/2026	7463-0

QXV0G30	R100289408	24/05/2026	7463-0
OPF2F01	R100289409	24/05/2026	7455-0
EXK2010	R100289410	24/05/2026	7455-0
TDN5F73	R100289412	24/05/2026	7455-0
SRQ1B24	R100289413	24/05/2026	7455-0
PDT6E45	R100289414	24/05/2026	7455-0
TEU6B25	R100289415	24/05/2026	7463-0
GZF4845	R100289179	24/05/2026	7471-0
HBQ8I42	R100289416	24/05/2026	7455-0
RFC2D58	R100289417	24/05/2026	7455-0
AWE9E04	R100289418	24/05/2026	7463-0
RCX2F22	R100289419	24/05/2026	7463-0
TCR5J65	R100289420	24/05/2026	7463-0
UBG8A37	R100289424	24/05/2026	7463-0
GZF4845	R100289429	24/05/2026	7463-0
SJH1A94	R100289432	24/05/2026	7463-0
TEA4A28	R100289434	24/05/2026	7455-0
PUH3984	R100289437	24/05/2026	7455-0
HHB7504	R100289438	24/05/2026	7463-0
OPC1G22	R100289440	24/05/2026	7455-0
HAB9286	R100289443	24/05/2026	7463-0
GFY4I42	R100289448	24/05/2026	7455-0
TEJ0H16	R100289449	24/05/2026	7455-0
QPT1F33	R100289450	24/05/2026	7455-0
SIN0I62	R100289451	24/05/2026	7455-0
PWD9B23	R100289454	24/05/2026	7455-0
GAN3F35	R100289455	24/05/2026	7455-0
TCN6F44	R100289457	24/05/2026	7455-0
PWB5E46	R100289460	24/05/2026	7455-0
FCI5D05	R100289463	24/05/2026	7455-0
SIN0I62	R100289464	24/05/2026	7455-0
TEA2J91	R100289465	24/05/2026	7463-0
OWU1G12	R100289466	24/05/2026	7463-0
GVV3C76	R100289470	24/05/2026	7455-0
HCI7624	R100289471	24/05/2026	7463-0
FFU3A34	R100289474	24/05/2026	7455-0
TXT1C40	R100289475	24/05/2026	7455-0
OME9216	R100289476	24/05/2026	7455-0
RUX6J11	AG10986471	24/05/2026	5037-1
QUC7832	AG10988966	24/05/2026	5185-1
GXW8J60	AG10988967	24/05/2026	5185-1
GQL6786	AG10988970	24/05/2026	5185-1
LRH7I69	AG10988972	24/05/2026	5185-1
HFS6241	AG10988976	24/05/2026	5185-1
PUV1747	AG10988980	24/05/2026	7633-2
DMK0E07	AG10241199	24/05/2026	5410-0
PXH1C68	AG10991929	24/05/2026	5185-1
QNT5213	AG10991932	24/05/2026	5185-1
PWP9870	AG10991933	24/05/2026	5185-1
HHJ8590	AG10991937	24/05/2026	5185-1
EDQ9D89	AG10991940	24/05/2026	5185-1
OPG9A74	AG10991941	24/05/2026	5185-1
RUX5B46	AG10991943	24/05/2026	7633-1
HKC7630	AG10991948	24/05/2026	7633-1
GUM6352	AG10991954	24/05/2026	6599-2
GUM6352	AG10991955	24/05/2026	5185-1
GTK8C96	AG10991956	24/05/2026	5185-1
GTK8C96	AG10991957	24/05/2026	7633-1
KNR6709	AG10991958	24/05/2026	5185-1
KNR6709	AG10991959	24/05/2026	6599-2
GKK8A60	AG10991962	24/05/2026	5185-1
HMO6045	AG10991963	24/05/2026	5185-1
QMZ7J48	AG10991964	24/05/2026	5185-1
QNT4H99	AG10991969	24/05/2026	5185-1
HES7D73	AG10991970	24/05/2026	5185-1
GVT9F66	AG10991971	24/05/2026	5185-1
TLH7C37	AG10991975	24/05/2026	7633-1
PXH1C68	AG10991977	24/05/2026	5185-1
JIO6B57	AG10991981	24/05/2026	5185-1
OTF3I50	AG10991984	24/05/2026	5185-1
GWL7081	AG10991985	24/05/2026	6599-2
GWL7081	AG10991986	24/05/2026	5185-1
HDR9J53	AG10991161	24/05/2026	6530-0
PZD8F06	AG10991989	24/05/2026	7633-1
HDF8B43	AG10991991	24/05/2026	5185-1
HNZ7H62	AG10991994	24/05/2026	6599-2
HNZ7H62	AG10991995	24/05/2026	5185-1
DMK5F92	AG10991998	24/05/2026	5185-1
OPY9775	AG10992902	24/05/2026	5185-1
HFE7102	AG10992907	24/05/2026	5185-1
HDK9J49	AG10992909	24/05/2026	5185-1
HIM3081	AG10992910	24/05/2026	5185-1
HGG9094	AG10992911	24/05/2026	5185-1
SYZ7J64	AG10989391	24/05/2026	7633-1
SYZ7J64	AG10252061	24/05/2026	7030-1
GTK8C96	AG10989504	24/05/2026	6530-0
GVU3959	AG10989506	24/05/2026	5185-1
AJV6E27	AG10988039	24/05/2026	6530-0
AJV6E27	AG10988040	24/05/2026	6700-0

AJV6E27	AG10988041	24/05/2026	5207-0
QQO8H22	AG10992412	24/05/2026	5185-1
JPQ4656	AG10992414	24/05/2026	5568-0
HDW6569	AG10992415	24/05/2026	5185-1
HFW2114	AG10992421	24/05/2026	5185-1
HBL7683	AG10992425	24/05/2026	6530-0
OJA9I22	AG10992429	24/05/2026	5185-1
OJA9I22	AG10992430	24/05/2026	6599-2
RNL6A30	AG10992431	24/05/2026	5185-1
HCM3E97	AG10992433	24/05/2026	5568-0
NTV1G49	AG10992435	24/05/2026	5568-0
JHA3649	AG10988042	24/05/2026	5010-0
HMB5796	AG10990667	24/05/2026	5037-1
HMB5796	AG10990668	24/05/2026	7579-0
PXE3F09	AG10251223	24/05/2026	5010-0
HEF6853	AG10990669	24/05/2026	5037-1
PXI2J01	AG10245095	24/05/2026	5738-0
PXI2J01	AG10245096	24/05/2026	7340-0
SHM4D25	AG10991163	24/05/2026	5010-0
SHM4D25	AG10991164	24/05/2026	7340-0
SHM4D25	AG10991165	24/05/2026	6637-1
SHM4D25	AG10991166	24/05/2026	7030-1
SHM4D25	AG10991167	24/05/2026	6653-1
OQS2921	AG10241200	24/05/2026	6050-2
GZK4640	AG10990045	24/05/2026	5185-1
OQD5731	AG10990046	24/05/2026	5568-0
OOY1J59	AG10990293	24/05/2026	5185-1
RFO9D46	AG10990294	24/05/2026	5185-1
DUT3D41	AG10988045	24/05/2026	6530-0
KQE2I72	AG10988046	24/05/2026	6530-0
KQE2I72	AG10988047	24/05/2026	5185-1
HIM1D87	AG10250574	25/05/2026	7633-2
LQT8078	AG10250577	25/05/2026	7633-2
GVO7953	AG10988981	25/05/2026	5541-4
HHT9J05	AG10988982	25/05/2026	5541-4
EUX6177	AG10990230	25/05/2026	5541-1
GYZ3D63	AG10990231	25/05/2026	7625-2
OQL1598	AG10988984	25/05/2026	5550-0
EBT4H52	AG10988985	25/05/2026	5550-0
JGD6924	AG10250579	25/05/2026	7633-2
HJO2H41	AG10251226	25/05/2026	5010-0
HJO2H41	AG10251227	25/05/2026	7340-0
HJO2H41	AG10251228	25/05/2026	6769-0
OPV2F65	AG10987875	25/05/2026	5991-0
BOL6341	AG10991168	25/05/2026	6530-0
HDR9J53	AG10991170	25/05/2026	6530-0
GRZ0822	AG10250584	25/05/2026	6599-2
HKJ4231	AG10991171	25/05/2026	5843-3
PXA1767	AG10991172	25/05/2026	6653-1
PXA1767	AG10991173	25/05/2026	6726-1
PXA1767	AG10991174	25/05/2026	6050-1
PXA1767	AG10991175	25/05/2026	5843-3
FKB7G11	AG10988991	25/05/2026	6050-1
HEE7693	AG10991176	25/05/2026	6530-0
SIM7F86	AG10990050	25/05/2026	5541-1
GYB7244	AG10990051	25/05/2026	5541-4
OWP5J00	AG10990525	25/05/2026	7366-2
HGX8582	AG10990527	25/05/2026	5550-0
PZI0A69	AG10988721	25/05/2026	5185-1
LRU4H60	AG10989509	25/05/2026	5550-0
EUX6I77	AG10989512	25/05/2026	5541-4
QUZ3J69	AG10989515	25/05/2026	7633-2
RFX0G32	AG10989518	25/05/2026	7340-0
TCG8I47	AG10989519	25/05/2026	7340-0
TZA1G81	AG10991179	25/05/2026	7340-0
GWM1F39	AG10251229	25/05/2026	5010-0
GWM1F39	AG10251230	25/05/2026	5185-1
GWM1F39	AG10251231	25/05/2026	6530-0
GWM1F39	AG10251232	25/05/2026	6602-0
GWM1F39	AG10251233	25/05/2026	6769-0
GWM1F39	AG10251234	25/05/2026	6610-2
KZI5339	AG10988811	25/05/2026	5541-4
TCL1F72	AG10988813	25/05/2026	5452-1
BOL6341	AG10252111	25/05/2026	5185-1
BOL6341	AG10252112	25/05/2026	7633-1
TYN7I29	AG10991189	25/05/2026	7340-0
HKD4673	AG10252118	25/05/2026	5258-3
HKD4673	AG10252119	25/05/2026	5274-2
RMD9D71	AG10252120	25/05/2026	6653-1
RMD9D71	AG10252121	25/05/2026	6610-2
HGB9J73	AG10988557	25/05/2026	5568-0
HEQ4B47	AG10988558	25/05/2026	5452-1
OGH8E17	AG10988815	25/05/2026	5541-4
QUP8B80	AG10986370	25/05/2026	7340-0
OPE0D37	AG10986371	25/05/2026	7633-1
GTW8722	AG10986373	25/05/2026	7633-1
OQA1H49	AG10988051	25/05/2026	5010-0
OQA1H49	AG10988052	25/05/2026	6670-0
OQA1H49	AG10988053	25/05/2026	6726-1

OQA1H49	AG10988054	25/05/2026	6637-2
OZD3A24	AG10251235	25/05/2026	6637-1
KHV7G23	AG10991707	25/05/2026	5185-1
GOU0F38	AG10991708	25/05/2026	7366-2
JIW5695	AG10991710	25/05/2026	5185-1
QMU2502	AG10991712	25/05/2026	5185-1
HHX2272	AG10988994	26/05/2026	5185-1
HBZ8D63	AG10988996	26/05/2026	5185-1
GZW6187	AG10988997	26/05/2026	5185-1
NEI1B99	AG10988998	26/05/2026	5185-1
NNA0E45	AG10988999	26/05/2026	5185-1
GXH9I85	AG10991801	26/05/2026	5185-1
BUS2655	AG10991802	26/05/2026	5185-1
HMJ1671	AG10992921	26/05/2026	5185-1
HMJ1671	AG10992922	26/05/2026	6599-2
OQC8J00	AG10992928	26/05/2026	5185-1
HJR6615	AG10992933	26/05/2026	5185-1
HJU0885	AG10992934	26/05/2026	5185-1
HCO3D34	AG10992935	26/05/2026	5185-1
KQK9I80	AG10992936	26/05/2026	7633-1
KQK9I80	AG10992937	26/05/2026	5185-1
FIQ3C10	AG10992940	26/05/2026	7633-1
FIQ3C10	AG10992941	26/05/2026	5185-1
TYT2J85	AG10992943	26/05/2026	7633-1
GXW8J60	AG10992950	26/05/2026	5185-1
EXS1474	AG10992952	26/05/2026	7633-1
EXS1474	AG10992953	26/05/2026	5185-1
HOG6J97	AG10992954	26/05/2026	5185-1
PWC7458	AG10992957	26/05/2026	7633-1
PWC7458	AG10992958	26/05/2026	5185-1
PWC7458	AG10992960	26/05/2026	6599-2
HJP1700	AG10992961	26/05/2026	5185-1
HJP1700	AG10992962	26/05/2026	6599-2
HNE9J38	AG10992966	26/05/2026	5185-1
HMI1E20	AG10992967	26/05/2026	7633-1
HMI1E20	AG10992968	26/05/2026	5185-1
JLX0F25	AG10992970	26/05/2026	5185-1
GOW5A52	AG10992971	26/05/2026	5185-1
LVD7E67	AG10992972	26/05/2026	5185-1
HLG3819	AG10992973	26/05/2026	5185-1
OLP8J49	AG10992974	26/05/2026	5185-1
HKN5871	AG10992978	26/05/2026	5185-1
GZX5510	AG10992980	26/05/2026	7633-1
GEN5C44	AG10992981	26/05/2026	7633-1
HAE2G21	AG10992984	26/05/2026	5185-1
QNS0E20	AG10992985	26/05/2026	5185-1
PUR4A84	AG10992987	26/05/2026	7633-2
EEP0595	AG10992988	26/05/2026	5185-1
HEU9456	AG10992989	26/05/2026	5185-1
HAY6B04	AG10992990	26/05/2026	5185-1
HAY6B04	AG10992991	26/05/2026	6599-2
HLG4F18	AG10992995	26/05/2026	7633-1
OPN7B87	AG10992996	26/05/2026	5185-1
QNR6017	AG10992997	26/05/2026	7633-1
HLU7752	AG10250640	26/05/2026	6122-0
HJU0885	AG10990297	26/05/2026	5509-0
HGO8086	AG10990298	26/05/2026	5185-1
HHX9346	AG10993002	26/05/2026	7633-1
QUU9F62	AG10989520	26/05/2026	5550-0
IFQ3210	AG10989522	26/05/2026	7633-2
HMH1J49	AG10989523	26/05/2026	5185-1
PVX6H65	AG10989525	26/05/2026	7633-2
OLS1963	AG10989529	26/05/2026	5185-1
FIQ3C10	AG10989531	26/05/2026	7633-2
HJE7812	AG10989532	26/05/2026	5185-1
HIU5I15	AG10990299	26/05/2026	5550-0
NPQ2170	AG10990300	26/05/2026	6050-1
NPQ2170	AG10992701	26/05/2026	6599-2
JMF8438	AG10990053	26/05/2026	6122-0
PUB4929	AG10990056	26/05/2026	5568-0
JJC9C24	AG10990058	26/05/2026	5541-4
LRU4H60	AG10990060	26/05/2026	5550-0
OPX4907	AG10990062	26/05/2026	5550-0
OQS7H94	AG10990063	26/05/2026	5541-4
HJK4812	AG10990064	26/05/2026	5550-0
HEI9D63	AG10992451	26/05/2026	5185-1
GTL2678	AG10992452	26/05/2026	5185-1
OQQ8J95	AG10992454	26/05/2026	5541-4
HML7H82	AG10992455	26/05/2026	7625-2
HNN6311	AG10992457	26/05/2026	5568-0
PYR4J56	AG10992460	26/05/2026	5185-2
SIN3D94	AG10992463	26/05/2026	5819-6
HNF1D04	AG10990528	26/05/2026	6122-0
JHA7E56	AG10987972	26/05/2026	6599-2
JKI7996	AG10987973	26/05/2026	6599-2
JKI7996	AG10987974	26/05/2026	5010-0
SIN6G56	AG10987977	26/05/2026	7340-0
PVG3J60	AG10987978	26/05/2026	7633-2
HIJ5E72	AG10987979	26/05/2026	5720-0

SYN5D73	AG10990670	26/05/2026	6599-2
RUU7A50	AG10990671	26/05/2026	5010-0
GVR1G82	AG10987877	27/05/2026	6530-0
IUI5G84	AG10250587	27/05/2026	7633-1
RFQ4D17	AG10250590	27/05/2026	7340-0
QPU9E78	AG10250591	27/05/2026	7633-2
ORC2C76	AG10252064	27/05/2026	5541-4
FKB9J31	AG10252065	27/05/2026	5550-0
OPK6092	AG10252066	27/05/2026	5550-0
HKR9431	AG10252067	27/05/2026	5550-0
TYR4H23	AG10250594	27/05/2026	7340-0
TYR4H23	AG10250595	27/05/2026	6637-1
HED1295	AG10252127	27/05/2026	7048-3
HED1295	AG10252128	27/05/2026	7714-1
PUP0604	AG10251236	27/05/2026	5738-0
EJX4F39	AG10251237	27/05/2026	5738-0
GWI6821	AG10251238	27/05/2026	5738-0
HCP0405	AG10251239	27/05/2026	5010-0
RUD8C50	AG10991813	27/05/2026	7340-0
SIE0C20	AG10988818	27/05/2026	5550-0
DYN3G99	AG10251243	27/05/2026	7340-0
SIP7J84	AG10990066	27/05/2026	5541-4
MRB5927	AG10990072	27/05/2026	5541-4
HMI3038	AG10988635	27/05/2026	5550-0
GNU3138	AG10988637	27/05/2026	6599-2
QXE3778	AG10988639	27/05/2026	7366-2
HMB6377	AG10988641	27/05/2026	7366-2
HMU7218	AG10989536	27/05/2026	7366-2
AMZ5I24	AG10989540	27/05/2026	7633-1
AMZ5I24	AG10989541	27/05/2026	5207-0
GTJ7313	AG10990536	27/05/2026	7366-2
GTN9D93	AG10991191	27/05/2026	5819-8
KNH5768	AG10991705	27/05/2026	5185-1
GRE7H01	AG10991706	27/05/2026	5550-0
PZP4G54	AG10250072	27/05/2026	6050-2
PZH0B14	AG10992113	27/05/2026	7633-2
PZH0B14	AG10992114	27/05/2026	6050-1
PZH0B14	AG10992115	27/05/2026	7340-0
PVW8406	AG10987878	27/05/2026	5568-0
HEA9J65	AG10987879	27/05/2026	5568-0
QPU9E78	AG10987881	27/05/2026	7030-1
TYR4H23	AG10987883	27/05/2026	7030-1
JMG0J59	AG10990672	27/05/2026	5452-1
PKT8B04	AG10988563	27/05/2026	5568-0
TDD7C24	AG10992142	27/05/2026	7340-0
HEG4165	AG10992145	27/05/2026	6653-1
TYR4H23	AG10992147	27/05/2026	6637-1
TYR4H23	AG10992148	27/05/2026	7340-0
OQA1H49	AG10988074	27/05/2026	5010-0
OQA1H49	AG10988075	27/05/2026	6670-0
OQA1H49	AG10988076	27/05/2026	6726-1
OQA1H49	AG10988077	27/05/2026	6637-2
PYE1J54	AG10986377	27/05/2026	7633-1
FMK2H33	AG10991738	27/05/2026	5185-1
NHN6914	AG10991819	28/05/2026	7633-2
HIC0467	AG10991820	28/05/2026	5185-1
OPZ4412	AG10991821	28/05/2026	5185-1
QQI9A42	AG10991825	28/05/2026	5185-1
PVU0035	AG10991830	28/05/2026	5185-1
DJF4D05	AG10991834	28/05/2026	5185-1
GVE5D81	AG10991835	28/05/2026	7633-2
GYM7E86	AG10991839	28/05/2026	7633-2
HJW1D82	AG10991841	28/05/2026	7633-2
OLO8D10	AG10991848	28/05/2026	5185-1
GXI2005	AG10991849	28/05/2026	7633-2
GZF5J97	AG10991852	28/05/2026	5185-1
GSY2289	AG10991856	28/05/2026	5185-1
PET7D03	AG10988725	28/05/2026	5550-0
QMS4C53	AG10993005	28/05/2026	5185-1
GUV4832	AG10993008	28/05/2026	5185-1
HLO8C85	AG10993017	28/05/2026	5185-1
KPR0F23	AG10993018	28/05/2026	7633-1
MVH3C68	AG10993020	28/05/2026	5185-1
HBU6590	AG10993023	28/05/2026	5185-1
JIZ2I20	AG10993024	28/05/2026	6599-2
JIZ2I20	AG10993025	28/05/2026	5185-1
GWV4980	AG10993029	28/05/2026	7633-1
RMG0G85	AG10993030	28/05/2026	7633-1
RMG0G85	AG10993031	28/05/2026	6599-2
RMG0G85	AG10993032	28/05/2026	5185-1
HBY6B53	AG10993034	28/05/2026	7633-1
HMH0041	AG10993036	28/05/2026	7633-1
HBY6B53	AG10993037	28/05/2026	5185-1
SIP2C83	AG10993041	28/05/2026	7633-1
HIF2918	AG10993042	28/05/2026	5185-1
HOC3263	AG10993046	28/05/2026	5185-1
HDQ8D44	AG10993048	28/05/2026	5185-1
RMT5H32	AG10993049	28/05/2026	7633-1
HIR5137	AG10993051	28/05/2026	5185-1

ANI8B07	AG10993056	28/05/2026	5185-1
PUD4J87	AG10993059	28/05/2026	5185-1
SII3E81	AG10993065	28/05/2026	6122-0
QDH9I24	AG10993067	28/05/2026	5185-1
QWY3J43	AG10993068	28/05/2026	7633-1
QWY3J43	AG10993069	28/05/2026	6599-2
JXS3I95	AG10993072	28/05/2026	5185-1
GYZ2055	AG10993073	28/05/2026	5185-1
GXI2005	AG10993074	28/05/2026	7633-1
GXI2005	AG10993075	28/05/2026	5185-1
GSY7940	AG10992704	28/05/2026	5185-1
HCL8505	AG10992706	28/05/2026	6599-2
HGX4145	AG10245097	28/05/2026	5738-0
NXG2887	AG10992708	28/05/2026	5185-1
GQS3I31	AG10992709	28/05/2026	6122-0
HNE7169	AG10992710	28/05/2026	6122-0
HGZ9C22	AG10992715	28/05/2026	5185-1
PUZ8757	AG10992717	28/05/2026	6122-0
HGZ8406	AG10992720	28/05/2026	5185-1
HGZ8406	AG10992721	28/05/2026	6599-2
GNJ5440	AG10992722	28/05/2026	5185-1
QUL3112	AG10992726	28/05/2026	7366-2
QUL3112	AG10992727	28/05/2026	6599-2
HAY2I87	AG10992729	28/05/2026	5185-1
HAY2I87	AG10992730	28/05/2026	6599-2
BAQ2307	AG10992734	28/05/2026	7366-2
TXO6F70	AG10992737	28/05/2026	7366-2
OMC9J13	AG10992739	28/05/2026	5185-1
PXL4938	AG10992740	28/05/2026	6122-0
OWI9C22	AG10992741	28/05/2026	5185-1
NRE1B62	AG10992742	28/05/2026	5185-1
RUY2J51	AG10992746	28/05/2026	6017-4
DKZ0656	AG10992747	28/05/2026	5185-2
HOC3224	AG10992748	28/05/2026	7366-2
DVO8B69	AG10992749	28/05/2026	5185-1
PZW6519	AG10992464	28/05/2026	5185-1
PZW6519	AG10992465	28/05/2026	6599-2
RMT1F01	AG10992469	28/05/2026	7366-2
OXK2E22	AG10992472	28/05/2026	7366-2
OXK2E22	AG10992473	28/05/2026	6599-2
GZO5A04	AG10992474	28/05/2026	5185-1
PZK7G80	AG10992477	28/05/2026	5185-1
GSO8I11	AG10992479	28/05/2026	5185-1
HKR0J65	AG10992485	28/05/2026	5185-1
HNG7J70	AG10992491	28/05/2026	5452-1
OWI9C22	AG10992492	28/05/2026	5738-0
TZM4C13	AG10992493	28/05/2026	5258-3
TZM4C13	AG10992495	28/05/2026	6068-1
TZM4C13	AG10992496	28/05/2026	7056-1
HAV4H89	AG10992497	28/05/2026	5185-1
HGT4B11	AG10992498	28/05/2026	6645-0
PZT9457	AG10992499	28/05/2026	6068-1
GWZ2057	AG10993084	28/05/2026	5185-1
GWZ2057	AG10993085	28/05/2026	6599-2
OZM9137	AG10993086	28/05/2026	5185-1
HDW1309	AG10993102	28/05/2026	5185-1
HFN0775	AG10993105	28/05/2026	5185-1
QNU0C82	AG10993107	28/05/2026	5185-1
OQN8927	AG10993108	28/05/2026	5185-1
PVV8A85	AG10993112	28/05/2026	5185-1
PCS9C36	AG10993116	28/05/2026	7340-0
HBQ2I53	AG10990073	28/05/2026	6530-0
TDP9J59	AG10252069	28/05/2026	7340-0
NXX0I50	AG10252071	28/05/2026	5185-1
HDU5F38	AG10252072	28/05/2026	5568-0
HDU5F38	AG10252073	28/05/2026	6599-2
RTK6G57	AG10252074	28/05/2026	5568-0
TOQ8J39	AG10252076	28/05/2026	5665-0
RUA6G84	AG10252078	28/05/2026	5665-0
RVV2A48	AG10252079	28/05/2026	5193-0
TZA1G81	AG10991719	28/05/2026	7633-1
HAY0G35	AG10991720	28/05/2026	5487-0
GYJ5470	AG10250078	28/05/2026	6599-2
GYJ5470	AG10250079	28/05/2026	6769-0
QXW9D64	AG10251340	28/05/2026	5460-0
PUF7H57	AG10251341	28/05/2026	5460-0
HCL2650	AG10987980	28/05/2026	6599-2
KII8136	AG10987981	28/05/2026	6599-2
KII8136	AG10987982	28/05/2026	5045-0
GYV6978	AG10987983	28/05/2026	6599-2
PWU4A21	AG10987985	28/05/2026	6530-0
PWU4A21	AG10987986	28/05/2026	5207-0
KHP6D15	AG10250080	28/05/2026	5185-2
SYJ0D92	AG10988826	28/05/2026	5541-4
SYY3G74	AG10988830	28/05/2026	5550-0
DGA0C65	AG10988825	28/05/2026	5541-4
GZF5H37	AG10250600	29/05/2026	5185-1
GZF5H37	AG10990901	29/05/2026	6599-2
TXV6A89	AG10990902	29/05/2026	7340-0

OQR3J48	AG10990903	29/05/2026	5185-1
TCZ6D61	AG10990904	29/05/2026	7340-0
HCN0C11	AG10990905	29/05/2026	7340-0
NYB3897	AG10987888	29/05/2026	5185-1
QUW6E10	AG10987892	29/05/2026	5185-1
TXM5D12	AG10252082	29/05/2026	7340-0
HEH7D50	AG10990907	29/05/2026	7633-1
GYI6J98	AG10990909	29/05/2026	5185-1
HIV1C58	AG10252083	29/05/2026	7340-0
GYL6114	AG10991859	29/05/2026	6599-2
RUR3G30	AG10988564	29/05/2026	5452-1
OPH6367	AG10991865	29/05/2026	7633-1
QWZ0G29	AG10991721	29/05/2026	7366-2
PXZ9F97	AG10990076	29/05/2026	5550-0
HGP3H08	AG10990080	29/05/2026	5541-4
GRV7976	AG10991723	29/05/2026	5185-1
GRV7976	AG10991724	29/05/2026	6599-2
GXH9J66	AG10991729	29/05/2026	5185-1
JGL6764	AG10991730	29/05/2026	5541-4
QNP2360	AG10991734	29/05/2026	5193-0
QNP2360	AG10991735	29/05/2026	5185-1
QNP2360	AG10991736	29/05/2026	6599-2
PVC5735	AG10987988	29/05/2026	6599-2
JRR3G42	AG10987989	29/05/2026	6599-2
HDR7B83	AG10987990	29/05/2026	6599-2
HCO6894	AG10987991	29/05/2026	6599-2
HCO6894	AG10987992	29/05/2026	5045-0
GZM6I67	AG10250081	29/05/2026	6670-0
HOD1C44	AG10245100	29/05/2026	5185-1
GRE7H01	AG10988648	29/05/2026	5550-0
PWC9641	AG10988647	29/05/2026	5380-0
HGP3H08	AG10988649	29/05/2026	5550-0
HAY1790	AG10988836	29/05/2026	5541-4
GTR8079	AG10988093	29/05/2026	6530-0
GTR8079	AG10988094	29/05/2026	5185-1
TYR5J04	AG10988729	30/05/2026	7340-0
KOQ7J23	AG10988062	30/05/2026	6530-0
KOQ7J23	AG10988063	30/05/2026	5460-0
GWO9J04	AG10986203	30/05/2026	5010-0
IAF7F60	AG10988065	30/05/2026	5568-0
RNI1B53	AG10251348	30/05/2026	6599-2
HLS6G48	AG10988069	30/05/2026	5738-0
HLS6G48	AG10988070	30/05/2026	7340-0
HLS6G48	AG10988071	30/05/2026	7684-2
HMY5397	AG10992119	30/05/2026	6530-0
HMY5397	AG10992120	30/05/2026	6815-0
HGR4E04	AG10992121	30/05/2026	5550-0
QAL9G76	AG10992131	30/05/2026	7633-2
QAL9G76	AG10992132	30/05/2026	5843-3
GZF9C57	AG10990083	30/05/2026	5452-2
GUF2995	AG10990085	30/05/2026	5509-0
KXR8F83	AG10988565	30/05/2026	6599-1
TYY9C84	AG10988567	30/05/2026	5010-0
FGY4F63	AG10993117	30/05/2026	5568-0
GZV4263	AG10993120	30/05/2026	5568-0
HBP7B37	AG10251245	30/05/2026	5010-0
TDD7C24	AG10992141	30/05/2026	7340-0
HEG4165	AG10992143	30/05/2026	6653-1
HEG4165	AG10992144	30/05/2026	7340-0
RVA1B31	AG10250646	30/05/2026	6637-1
LQN7B64	AG10988073	30/05/2026	6599-2
HOH4465	AG10250648	30/05/2026	6599-2
NDV5758	AG10987993	30/05/2026	5622-2
GZQ8I68	AG10987998	30/05/2026	5622-2
QOJ3A02	AG10991003	30/05/2026	5622-2
DDW9B88	AG10991005	30/05/2026	6181-0
DDW9B88	AG10991006	30/05/2026	6599-2
HLH0428	AG10991007	30/05/2026	5622-2
QMI7F75	AG10991010	30/05/2026	6181-0
QMI7F75	AG10991011	30/05/2026	5622-2
TCA5E67	AG10991015	30/05/2026	5622-2
TDS8I42	AG10991016	30/05/2026	6637-2
HHB5G28	AG10992151	30/05/2026	6599-2
HJQ7D58	AG10250651	30/05/2026	6637-2
HJQ7D58	AG10250652	30/05/2026	6610-2
HJQ7D58	AG10250653	30/05/2026	6769-0
HJQ7D58	AG10250654	30/05/2026	5010-0
HAF5G58	AG10988572	30/05/2026	5010-0
HAF5G58	AG10988573	30/05/2026	6599-2
HAF5G58	AG10988574	30/05/2026	6726-1
HAF5G58	AG10988575	30/05/2026	7340-0
QXY6H04	AG10250655	30/05/2026	5010-0
QXR2H82	AG10988576	30/05/2026	6653-1
QXR2H82	AG10988577	30/05/2026	6602-0
QXR2H82	AG10988578	30/05/2026	6726-1
QXR2H82	AG10988579	30/05/2026	6610-2
HIQ6946	AG10992152	30/05/2026	5010-0
HIQ6946	AG10992153	30/05/2026	6637-2
HIQ6946	AG10992154	30/05/2026	6637-1

HIQ6946	AG10992155	30/05/2026	6653-1
JYC8636	AG10992164	30/05/2026	6599-2
JYC8636	AG10992165	30/05/2026	7633-2
GRV4887	AG10250083	30/05/2026	5010-0
GRV4887	AG10250084	30/05/2026	7579-0
PXS2J67	AG10988580	30/05/2026	5835-0
PXS2J67	AG10988581	30/05/2026	5274-1
PXS2J67	AG10988582	30/05/2026	5720-0
PXS2J67	AG10988583	30/05/2026	6637-2
PXS2J67	AG10988584	30/05/2026	6637-1
PXS2J67	AG10988585	30/05/2026	7340-0
PXS2J67	AG10988586	30/05/2026	7684-2
NWF2059	AG10988588	30/05/2026	6599-2
PVL8E22	AG10988589	30/05/2026	6599-2
GVM4835	AG10988832	30/05/2026	7633-2
PVO3325	AG10991740	31/05/2026	5193-0
TXE2E27	AG10988078	31/05/2026	7340-0
HMI1216	AG10991869	31/05/2026	6599-2
OOZ0287	AG10991870	31/05/2026	5185-1
HHY3G76	AG10991743	31/05/2026	5185-1
GSF3938	AG10991871	31/05/2026	6599-2
QZI6E76	AG10991744	31/05/2026	7366-2
PUU5245	AG10991872	31/05/2026	7340-0
GWO4471	AG10987894	31/05/2026	5193-0
OME5125	AG10991747	31/05/2026	5185-1
GOH2841	AG10990088	31/05/2026	5525-0
HEA0911	AG10990089	31/05/2026	5550-0
JKD3H12	AG10988083	31/05/2026	5568-0
EME9J33	AG10988085	31/05/2026	7374-0
HCM6A89	AG10988086	31/05/2026	7374-0
KRQ6A84	AG10990910	31/05/2026	7340-0
KRQ6A84	AG10990911	31/05/2026	6637-1
COF4I57	AG10988090	31/05/2026	5525-0
GVT9A87	AG10988091	31/05/2026	6530-0
GRE5J23	AG10992167	31/05/2026	6530-0
SJG0G77	AG10992169	31/05/2026	5843-3
FFP0H14	AG10990540	31/05/2026	5550-0
GUP3108	AG10990093	31/05/2026	7366-2
KRQ6A84	AG10988652	31/05/2026	7056-1
GVW9E31	AG10988591	31/05/2026	6530-0
JTZ9619	AG10251248	31/05/2026	6050-2
OQP1716	AG10989545	31/05/2026	7340-0
OQP1716	AG10989546	31/05/2026	6599-2
HHY3G76	AG10989547	31/05/2026	6530-0
HEY4805	AG10987895	31/05/2026	6602-0
HMY5397	AG10992174	31/05/2026	6530-0
NJE0A23	AG10992176	31/05/2026	5738-0
NJE0A23	AG10992177	31/05/2026	5452-2
NJE0A23	AG10992178	31/05/2026	5843-3
NJE0A23	AG10992179	31/05/2026	5185-1
HDW8609	AG10992191	31/05/2026	6050-3
OGE6I29	AG10988732	01/06/2026	6122-0
QPR5360	AG10993087	01/06/2026	7633-1
KGE5F35	AG10993089	01/06/2026	5185-1
GYM9603	AG10993090	01/06/2026	7633-1
GYM9603	AG10993091	01/06/2026	5185-1
TYB8H56	AG10993096	01/06/2026	7633-1
MTZ7H58	AG10993097	01/06/2026	5185-1
TYI4G48	AG10993098	01/06/2026	7633-1
OOX8719	AG10988734	01/06/2026	5568-0
RMK2C98	AG10990094	01/06/2026	5550-0
OXJ7859	AG10990096	01/06/2026	5550-0
EVK4678	AG10990100	01/06/2026	6530-0
TEA6A11	AG10991876	01/06/2026	7340-0
GBB4E44	AG10991877	01/06/2026	5185-1
QQJ4J22	AG10993801	01/06/2026	7633-1
RGD3F98	AG10993802	01/06/2026	5185-1
QQJ4J22	AG10993803	01/06/2026	5185-1
MGM7955	AG10993804	01/06/2026	5185-1
TCD0C36	AG10993808	01/06/2026	7633-1
JOP6I49	AG10993812	01/06/2026	5185-1
JOP6I49	AG10993813	01/06/2026	7633-1
HKP6B30	AG10993814	01/06/2026	5185-1
HGH5399	AG10993815	01/06/2026	5185-1
HEJ2A05	AG10993816	01/06/2026	5185-1
HAS1930	AG10993820	01/06/2026	7633-1
HAS1930	AG10993821	01/06/2026	5185-1
HBL8J50	AG10993822	01/06/2026	5185-1
QXA7C63	AG10993823	01/06/2026	7633-1
RMY8F71	AG10993824	01/06/2026	5991-0
RMH1J20	AG10993825	01/06/2026	5185-1
HEF9D89	AG10993826	01/06/2026	5185-1
FOQ6I70	AG10993827	01/06/2026	7633-1
FOQ6I70	AG10993828	01/06/2026	5185-1
HFI0117	AG10993829	01/06/2026	6122-0
HKE8554	AG10993831	01/06/2026	5185-1
OLT1E38	AG10993832	01/06/2026	5185-1
QNL8133	AG10993838	01/06/2026	5185-1
PXE2E81	AG10993840	01/06/2026	5185-1

HNE9I36	AG10993842	01/06/2026	5185-1
ENO1809	AG10993843	01/06/2026	5185-1
PYQ1E29	AG10993844	01/06/2026	5185-1
EUN7J55	AG10993847	01/06/2026	5185-1
HFE6213	AG10993849	01/06/2026	7633-1
HFE6213	AG10993850	01/06/2026	5185-1
OPS7802	AG10993851	01/06/2026	5185-1
TER4A43	AG10993852	01/06/2026	7633-1
OQC6761	AG10993853	01/06/2026	5185-1
QPK2991	AG10993854	01/06/2026	5185-1
HJE4D55	AG10993855	01/06/2026	5185-1
KOL4838	AG10993856	01/06/2026	7633-1
PUV4644	AG10252088	01/06/2026	5550-0
HAC3D40	AG10252089	01/06/2026	5878-0
HCI5E60	AG10252090	01/06/2026	5568-0
UFK7H02	AG10252091	01/06/2026	5541-1
EFC0451	AG10992303	01/06/2026	5550-0
PKF4G10	AG10993857	01/06/2026	6122-0
RNE3G27	AG10986208	01/06/2026	5770-3
PUI6F83	AG10986209	01/06/2026	5460-0
HZR3007	AG10991027	01/06/2026	6599-2
PUU3005	AG10986210	01/06/2026	7633-1
PUU3005	AG10986211	01/06/2026	5185-1
HME1351	AG10988839	01/06/2026	5550-0
HGL2E76	AG10991780	01/06/2026	7633-1
RVU7C05	AG10250668	01/06/2026	5010-0
TZK4J73	AG10991879	02/06/2026	5541-4
HNV3904	AG10990915	02/06/2026	5185-1
TXG4E60	AG10990917	02/06/2026	7340-0
HJQ3A90	AG10989421	02/06/2026	5185-1
OBT5557	AG10991754	02/06/2026	5185-1
TEC3F75	AG10990919	02/06/2026	7340-0
KOU5I01	AG10989422	02/06/2026	5185-1
QPO4G28	AG10989423	02/06/2026	7633-1
PTZ2F15	AG10990920	02/06/2026	7340-0
RVQ4A07	AG10989424	02/06/2026	7633-1
PYV5G55	AG10990921	02/06/2026	5185-1
RNR9F40	AG10990922	02/06/2026	7340-0
HYR2024	AG10991755	02/06/2026	5185-1
PZA4D88	AG10990925	02/06/2026	7633-1
TYR5G89	AG10990926	02/06/2026	7340-0
JRB6J48	AG10990929	02/06/2026	5185-1
JRB6J48	AG10990930	02/06/2026	6599-2
QXC2J77	AG10990931	02/06/2026	7633-1
JQH2719	AG10992006	02/06/2026	6670-0
JQH2719	AG10992007	02/06/2026	6530-0
JQH2719	AG10992008	02/06/2026	6726-1
JQH2719	AG10992009	02/06/2026	5010-0
JQH2719	AG10992010	02/06/2026	5118-0
JQH2719	AG10992011	02/06/2026	5185-1
OWK7638	AG10993863	02/06/2026	5550-0
HMI3039	AG10993865	02/06/2026	5525-0
TDH6F05	AG10252092	02/06/2026	5550-0
SIC2G01	AG10991759	02/06/2026	7340-0
HFR0A78	AG10991760	02/06/2026	7366-2
OQK6524	AG10991761	02/06/2026	5185-1
OQK6524	AG10991762	02/06/2026	6599-2
AMP6A42	AG10991883	02/06/2026	7633-2
EVD7I98	AG10991884	02/06/2026	5185-1
JQY0G18	AG10992180	02/06/2026	5452-2
QQS4F37	AG10992181	02/06/2026	6726-1
QQS4F37	AG10992182	02/06/2026	6637-2
PYM5H26	AG10992185	02/06/2026	6653-1
CCU5A71	AG10992186	02/06/2026	5843-4
QPS6H68	AG10988653	02/06/2026	5550-0
TYL2C74	AG10988656	02/06/2026	7340-0
QNP8H84	AG10988659	02/06/2026	5550-0
OQI3B01	AG10988660	02/06/2026	5550-0
NYA5F84	AG10988661	02/06/2026	7625-1
QNQ1A91	AG10988666	02/06/2026	7340-0
TBD7E29	AG10992188	02/06/2026	5738-0
HKD1663	AG10992189	02/06/2026	5843-3
GYO7H87	AG10990546	02/06/2026	5550-0
GSR3B65	AG10992192	02/06/2026	6050-3
DYJ6I64	AG10992193	02/06/2026	6530-0
HNE1D79	AG10988846	02/06/2026	7366-2
TEN3I45	AG10988847	02/06/2026	7366-2
DYJ6I64	AG10992194	02/06/2026	5010-0
HCN7A30	AG10989550	02/06/2026	7340-0
RUC4B46	AG10989553	02/06/2026	7340-0
GYD4560	AG10989554	02/06/2026	7340-0
RUT2A31	AG10989559	02/06/2026	5452-1
HGB2E21	AG10989560	02/06/2026	5550-0
HIC5A82	AG10989561	02/06/2026	5550-0
SJA5H43	AG10991767	02/06/2026	7340-0
SYN0H07	AG10991769	02/06/2026	5541-4
TCQ0F97	AG10991770	02/06/2026	5541-4
KXF7J32	AG10991771	02/06/2026	5193-0
SHI8G61	AG10991772	02/06/2026	5541-4

QVT3D88	AG10991774	02/06/2026	7340-0
HCV8187	AG10991775	02/06/2026	5541-4
SIX9B55	AG10991776	02/06/2026	5541-4
FUN0G26	AG10991778	02/06/2026	7625-2
HEN2319	AG10986386	02/06/2026	7340-0
PYE9F37	AG10986388	02/06/2026	7340-0
PVD7506	AG10992753	02/06/2026	7340-0
TEA6D86	AG10993717	02/06/2026	5738-0
QXK3E06	AG10991799	02/06/2026	7366-2
NXY6C72	AG10252094	03/06/2026	5452-2
RWC8I05	AG10252095	03/06/2026	6068-1
RNV2G94	AG10988736	03/06/2026	5185-1
PYX2D74	AG10993869	03/06/2026	7633-1
PXP4438	AG10993870	03/06/2026	6122-0
TXA6H23	AG10993871	03/06/2026	7633-1
NRQ5E21	AG10993873	03/06/2026	5185-1
PWA6H03	AG10993874	03/06/2026	5185-1
HAK2H18	AG10993875	03/06/2026	6599-2
PXC7J86	AG10993880	03/06/2026	5185-1
KJK6868	AG10993882	03/06/2026	6599-2
KJK6868	AG10993883	03/06/2026	5991-0
PUI7F54	AG10993884	03/06/2026	5185-1
SYN3I78	AG10993889	03/06/2026	5991-0
QMZ9J37	AG10993892	03/06/2026	7633-1
HJW3I67	AG10993897	03/06/2026	5185-1
HBS7J26	AG10993900	03/06/2026	5185-1
HBS7J26	AG10994301	03/06/2026	6599-2
RFP2C55	AG10994304	03/06/2026	7633-1
QNX7902	AG10994307	03/06/2026	7633-1
MOW4625	AG10994308	03/06/2026	5185-1
HHR4E33	AG10994310	03/06/2026	5185-1
HHX1E11	AG10994313	03/06/2026	5185-1
HHX1E11	AG10994314	03/06/2026	6599-2
SRW2D13	AG10994315	03/06/2026	7633-1
MUZ5308	AG10994318	03/06/2026	5185-1
TEB0I59	AG10994319	03/06/2026	7633-1
OPL5695	AG10994320	03/06/2026	5185-1
QPN2B54	AG10994321	03/06/2026	6122-0
OXF5681	AG10994322	03/06/2026	5185-1
HDK3C57	AG10994323	03/06/2026	7633-1
HDK3C57	AG10994324	03/06/2026	5185-1
FOT4B67	AG10994325	03/06/2026	7633-1
HMB9C54	AG10994326	03/06/2026	7633-1
OWW8D74	AG10994327	03/06/2026	6599-2
OWW8D74	AG10994328	03/06/2026	5185-1
TYW1B82	AG10994329	03/06/2026	5185-1
HCA8246	AG10994330	03/06/2026	5185-1
HKI6412	AG10994333	03/06/2026	5185-1
GSP1477	AG10994334	03/06/2026	5185-1
HJT1938	AG10994340	03/06/2026	5185-1
HGB9735	AG10994341	03/06/2026	7633-1
HCA8246	AG10994342	03/06/2026	7633-1
HHM6A24	AG10994344	03/06/2026	6122-0
SHE0D14	AG10994348	03/06/2026	6122-0
TED5F77	AG10994349	03/06/2026	7633-1
TYE4E37	AG10994350	03/06/2026	7633-1
PXW5H54	AG10994351	03/06/2026	7633-1
PXW5H54	AG10994352	03/06/2026	6599-2
HMP7302	AG10994353	03/06/2026	7633-1
LQR7B77	AG10994354	03/06/2026	7633-1
HOE6955	AG10994355	03/06/2026	7633-1
RMG8B16	AG10994356	03/06/2026	5185-1
CBE1F34	AG10994358	03/06/2026	7633-1
RGA1I95	AG10994361	03/06/2026	7633-1
TDI0I11	AG10994362	03/06/2026	7633-1
GOA1057	AG10994364	03/06/2026	6599-2
GOA1057	AG10994365	03/06/2026	5185-1
OLU8J19	AG10994368	03/06/2026	6122-0
PYW8594	AG10994369	03/06/2026	6122-0
HDF8240	AG10994370	03/06/2026	7633-1
JOP6I49	AG10994371	03/06/2026	7633-1
RUM1F61	AG10994373	03/06/2026	7633-1
QQF2B82	AG10994375	03/06/2026	7633-1
JSI6I97	AG10994376	03/06/2026	5185-1
PYN8G25	AG10994377	03/06/2026	5185-1
OMU1496	AG10994378	03/06/2026	7633-1
FQN8F07	AG10994379	03/06/2026	5185-1
OLY8488	AG10994382	03/06/2026	5185-1
TXI4F67	AG10994383	03/06/2026	7633-1
HFW6592	AG10994384	03/06/2026	5185-1
PVG8A79	AG10994386	03/06/2026	5185-1
HIH8870	AG10994389	03/06/2026	5185-1
PWO3F67	AG10994394	03/06/2026	7633-1
PZU9D92	AG10994395	03/06/2026	7633-1
TDS4H07	AG10994397	03/06/2026	7633-1
ODG4I96	AG10994398	03/06/2026	7633-1
OQX5H26	AG10994399	03/06/2026	5185-1
NYC6B33	AG10994400	03/06/2026	7633-1
TDZ7C50	AG10989601	03/06/2026	5550-0

TDZ7C50	AG10989602	03/06/2026	5185-1
QNM6349	AG10994602	03/06/2026	6122-0
GWF9737	AG10994603	03/06/2026	7633-1
RNF7D24	AG10994605	03/06/2026	7633-1
GZF8124	AG10994606	03/06/2026	7633-1
GZF8124	AG10994607	03/06/2026	6599-2
RVO4D37	AG10994608	03/06/2026	7633-1
PUP8647	AG10994612	03/06/2026	5185-1
OQP3134	AG10250660	03/06/2026	6050-2
PUQ2709	AG10991782	03/06/2026	5550-0
DUS0D40	AG10991783	03/06/2026	5193-0
GPJ4B50	AG10992019	03/06/2026	6530-0
GPJ4B50	AG10992020	03/06/2026	6610-2
GPJ4B50	AG10992021	03/06/2026	6602-0
GPJ4B50	AG10992022	03/06/2026	5207-0
GPJ4B50	AG10992023	03/06/2026	5185-1
GPJ4B50	AG10992024	03/06/2026	7633-2
GPJ4B50	AG10992025	03/06/2026	6700-0
GPJ4B50	AG10992026	03/06/2026	6637-2
SYZ4H06	AG10250085	03/06/2026	6173-2
SIO0E20	AG10250663	03/06/2026	5592-0
OVK7I91	AG10250666	03/06/2026	5550-0
TYO1B46	AG10250669	03/06/2026	5010-0
TEB8A62	AG10992029	03/06/2026	7340-0
FBL5G16	AG10250086	03/06/2026	6530-0
OPO6F79	AG10992305	03/06/2026	5509-0
HNE2048	AG10992306	03/06/2026	5185-1
GZB3887	AG10992307	03/06/2026	5185-1
TEH8C37	AG10988850	03/06/2026	7633-1
HAT2H94	AG10988851	03/06/2026	5185-1
TJQ1A59	AG10988852	03/06/2026	7340-0
GMP1H17	AG10988855	03/06/2026	5185-1
GMP1H17	AG10988856	03/06/2026	7633-1
MOW4625	AG10988857	03/06/2026	5185-1
HBW9126	AG10988858	03/06/2026	5185-1
HJD7C82	AG10988859	03/06/2026	7633-1
OLO7I45	AG10251351	03/06/2026	5452-2
OXF3A33	AG10991784	03/06/2026	5525-0
TXP1J09	AG10991888	04/06/2026	5509-0
TDD9B24	AG10990933	04/06/2026	7340-0
HED6980	AG10992030	04/06/2026	5568-0
DKY3A64	AG10992032	04/06/2026	5568-0
TZE5C68	AG10992033	04/06/2026	5568-0
HHX9G85	AG10252136	04/06/2026	5525-0
GSK3113	AG10992051	04/06/2026	6530-0
GSK3113	AG10992052	04/06/2026	5185-1
GSK3113	AG10992053	04/06/2026	5185-2
HFX0E60	AG10252137	04/06/2026	5479-0
HGB9J42	AG10993131	04/06/2026	5185-1
HCD2G66	AG10989570	04/06/2026	7340-0
TZK5E44	AG10988592	04/06/2026	7030-1
TZK5E44	AG10988593	04/06/2026	7048-1
RVI8F98	AG10988669	04/06/2026	7340-0
OMF0J42	AG10988670	04/06/2026	7366-2
JSC0I70	AG10988673	04/06/2026	5509-0
DDX7G10	AG10992313	04/06/2026	5550-0
SHT2G42	AG10990549	04/06/2026	5541-1
QNL7B53	AG10986393	04/06/2026	7633-1
SHU4J96	AG10986394	04/06/2026	7340-0
HEG8B24	AG10986395	04/06/2026	7340-0
HJJ8A08	AG10986396	04/06/2026	7340-0
SYL9J79	AG10986397	04/06/2026	7340-0
SIF3B56	AG10986399	04/06/2026	7340-0
GZV5C08	AG10992756	04/06/2026	5509-0
QXO7H78	AG10988861	04/06/2026	7340-0
TDP8G63	AG10990936	04/06/2026	5738-0
OQF0G97	AG10993729	04/06/2026	7633-2
RVL2E98	AG10993730	04/06/2026	5452-2
PYS7F24	AG10990677	04/06/2026	5487-0
QPK9A08	AG10988594	04/06/2026	5550-0
SYY4C22	AG10988596	04/06/2026	5452-1
OQY5E46	AG10988598	04/06/2026	5452-1
SIT7C44	AG10988599	04/06/2026	5452-1
RUL0E85	AG10250091	04/06/2026	5967-0
UFV0H39	AG10250092	04/06/2026	5967-0
OQM7I63	AG10250094	04/06/2026	5967-0
QUB4B25	AG10993739	04/06/2026	5193-0
PXP0D32	AG10988674	05/06/2026	7633-2
HLX6J60	AG10988684	05/06/2026	5185-1
HIT9G23	AG10988688	05/06/2026	5185-1
PRM1D76	AG10988689	05/06/2026	7633-2
HOG5139	AG10988691	05/06/2026	5185-1
GRY7G28	AG10989426	05/06/2026	5452-1
HJE9377	AG10988696	05/06/2026	5185-1
QQW8158	AG10989427	05/06/2026	5550-0
HKC9665	AG10992502	05/06/2026	5185-1
HLJ2F86	AG10992504	05/06/2026	5185-1
RUT9F10	AG10992506	05/06/2026	5185-1
SFF3D65	AG10251353	05/06/2026	7030-1

GTS4941	AG10989430	05/06/2026	5541-4
PUI5D68	AG10989432	05/06/2026	5550-0
DAQ7D14	AG10988600	05/06/2026	5568-0
HJR6348	AG10989434	05/06/2026	5541-4
LCG4J39	AG10989435	05/06/2026	5541-1
RNY0F34	AG10992314	05/06/2026	5193-0
QPL0G75	AG10992318	05/06/2026	7366-2
FCU0H05	AG10992320	05/06/2026	5185-1
TAK7D08	AG10992322	05/06/2026	7366-2
JIA3J45	AG10992324	05/06/2026	6122-0
TZF2E94	AG10994614	05/06/2026	7633-1
GZB3C34	AG10994615	05/06/2026	7633-1
QXM2707	AG10994621	05/06/2026	7633-1
HHW2798	AG10994623	05/06/2026	5185-1
OMG2712	AG10994626	05/06/2026	5185-1
PXN8333	AG10994627	05/06/2026	5185-1
HJA7224	AG10994628	05/06/2026	5185-1
RUU4E12	AG10994629	05/06/2026	5185-1
PXC8B22	AG10994630	05/06/2026	7633-1
JAL0H02	AG10994632	05/06/2026	7633-1
QQW8158	AG10991785	05/06/2026	5550-0
HAK0054	AG10991787	05/06/2026	6858-0
HJP2F40	AG10989576	05/06/2026	5550-0
PVV7H57	AG10991401	05/06/2026	5525-0
FJM8C44	AG10991402	05/06/2026	5452-1
TEQ8A74	AG10991404	05/06/2026	5452-1
HJL4684	AG10991406	05/06/2026	5568-0
LMA5H42	AG10991407	05/06/2026	5452-1
QNQ3G17	AG10990937	06/06/2026	5185-1
QNQ3G17	AG10990938	06/06/2026	6599-2
GNT0A20	AG10989437	06/06/2026	7633-1
SIF3B56	AG10989438	06/06/2026	7340-0
HAY8A16	AG10990939	06/06/2026	5185-1
HMU7E32	AG10990941	06/06/2026	7633-2
TEW3C57	AG10990943	06/06/2026	7340-0
QOB2B42	AG10990944	06/06/2026	7633-1
TWY4D67	AG10991791	06/06/2026	5185-1
OQW7762	AG10991891	06/06/2026	5185-1
HDM1J27	AG10988101	06/06/2026	5185-1
RFD2C65	AG10990950	06/06/2026	7340-0
HEW6D19	AG10991794	06/06/2026	7366-2
HEW6D19	AG10991795	06/06/2026	5185-1
SYN5C99	AG10990952	06/06/2026	7340-0
HNA1603	AG10991797	06/06/2026	5185-1
NOS7765	AG10991893	06/06/2026	5185-1
RUN1G47	AG10991798	06/06/2026	7366-2
QPR2G64	AG10992327	06/06/2026	5487-0
OWU8D68	AG10991408	06/06/2026	7633-1
KEY9J70	AG10992509	06/06/2026	5541-4
PWG6A00	AG10992511	06/06/2026	5541-4
HBJ0B75	AG10992513	06/06/2026	7366-2
RVN4A24	AG10250670	06/06/2026	5835-0
RVN4A24	AG10250671	06/06/2026	7714-2
GRZ0823	AG10990954	06/06/2026	6599-2
QNZ2A44	AG10989584	06/06/2026	5550-0
RNN3D25	AG10988863	06/06/2026	7366-2
OFW3H04	AG10991800	06/06/2026	5185-1
HCI6478	AG10992067	06/06/2026	7633-2
HGS3B29	AG10992069	06/06/2026	7633-2
LLH5F84	AG10991034	06/06/2026	6637-1
HDV8317	AG10991035	06/06/2026	6599-2
OXC8G13	AG10991036	06/06/2026	6599-2
SYP8D44	AG10991037	06/06/2026	6599-2
HJO4B62	AG10991409	06/06/2026	5010-0
HJO4B62	AG10991410	06/06/2026	6726-1
TWZ3F36	AG10990301	06/06/2026	7340-0
HCO1H66	AG10994676	06/06/2026	5550-0
GTQ8992	AG10994678	06/06/2026	7625-1
PXN6H91	AG10994679	06/06/2026	5487-0
TEW9A39	AG10993615	06/06/2026	5185-1
HGG3316	AG10993616	06/06/2026	5185-1
OLX3387	AG10993618	06/06/2026	5185-1
OLX3387	AG10993619	06/06/2026	6599-2
HJN5A20	AG10993620	06/06/2026	5541-4
PUF1291	AG10993621	06/06/2026	5541-4
TWZ5B71	AG10250676	06/06/2026	6050-2
TZA6D73	AG10988739	07/06/2026	5568-0
ATA3C06	AG10994633	07/06/2026	5185-1
OPJ2494	AG10994635	07/06/2026	5185-1
OPJ2494	AG10994636	07/06/2026	6599-2
HFR9A70	AG10994637	07/06/2026	5185-1
MOZ4G99	AG10994638	07/06/2026	5185-1
HNC3E39	AG10994639	07/06/2026	5185-1
GZH3D65	AG10994640	07/06/2026	5185-1
HOD5A45	AG10994641	07/06/2026	5185-1
HHD2299	AG10994643	07/06/2026	5185-1
HCI1719	AG10994644	07/06/2026	5185-1
HMA4H73	AG10994645	07/06/2026	5185-1
TZJ1I16	AG10994647	07/06/2026	7633-1

HKO1328	AG10994648	07/06/2026	5185-1
TAK7B92	AG10994649	07/06/2026	7633-1
HEJ7426	AG10994651	07/06/2026	5185-1
HLA3D46	AG10994652	07/06/2026	5185-1
PWH0627	AG10994654	07/06/2026	5185-1
OZE2D42	AG10994655	07/06/2026	6599-2
OZE2D42	AG10994656	07/06/2026	5185-1
HHO4953	AG10994657	07/06/2026	5185-1
OBG7B06	AG10994662	07/06/2026	5185-1
OBG7B06	AG10994663	07/06/2026	6599-2
HIX9919	AG10994666	07/06/2026	5185-1
RFF9I76	AG10994667	07/06/2026	7633-1
HAY1E63	AG10994669	07/06/2026	5185-1
JQC3G58	AG10994674	07/06/2026	5185-1
JQC3G58	AG10994675	07/06/2026	6599-2
TZN3C44	AG10989586	07/06/2026	7340-0
OPE9E50	AG10989587	07/06/2026	5185-1
EYA0027	AG10989588	07/06/2026	5185-1
PWM7953	AG10250673	07/06/2026	6041-2
HFC5J69	AG10992760	07/06/2026	5185-1
TYK6H12	AG10992763	07/06/2026	7366-2
HID5I74	AG10992765	07/06/2026	5185-1
HGS5240	AG10992766	07/06/2026	5185-1
FDP4A07	AG10992767	07/06/2026	5185-1
HFH5528	AG10992768	07/06/2026	5185-1
DON9460	AG10992770	07/06/2026	5185-1
RUZ7B26	AG10250674	07/06/2026	5525-0
LMW5I67	AG10252147	07/06/2026	6602-0

Tipo de documento: NIP - Data da geração: 18 de agosto de 2026 – Total de Registros: 2801

LEINILSON MARCOS BARBOSA ALVES
Autoridade de Trânsito

Publicado por:
Ricardo de Almeida
Código Identificador:67537FFF

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE INFRAÇÃO VIA AR Nº SFUP 159/2026

AUTO DE INFRAÇÃO VIA AR		**Nº SFUP 159/2026**
1-IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR		**Data: 03/06/2026**
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): VANDA MARIA DE MELO OLIVEIRA		**NOME FANTASIA:**
CNPJ/CPF: 343.XXX.XXX-91	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:** 2.0063.017.0015.000 (unidades: 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07)
ENDEREÇO COMPLETO PARA ONDE SERÁ ENVIADA* A INFRAÇÃO (Rua, Nº, Complemento, Bairro, CEP, Cidade): **JOSÉ MARIA ALKIMIN, 86, SÃO PEDRO, RIBEIRÃO DAS NEVES – CEP: 33.805-640** ***A SER PUBLICADA TAMBÉM NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS**		
2-TERMOS DA NOTIFICAÇÃO		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: **DEMOLIÇÃO REALIZADA, SEM LICENÇA EXPEDIDA PELO ÓRGÃO DE PLANEJAMENTO URBANO MUNICIPAL**		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: ***Art. 17****. Nenhuma obra de construção, reforma, ampliação ou* ***demolição****, poderá ser executada sem o respectivo alvará expedido pela Prefeitura Municipal, exceto:* …		
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: PARALISAR E REGULARIZAR A OBRA, CONFORME LEGISLAÇÃO APLICADA		
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: IMEDIATAMENTE AO RECEBIMENTO DESTE	**PRAZO PARA RECURSO:** **( ) Lei Complementar 040/2006, Artigo 170 – 7 dias** **(X) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 – 15 dias**	
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: **JOSÉ MARIA ALKIMIN, 60, SÃO PEDRO, RIBEIRÃO DAS NEVES**		
PENALIDADE QUE ESTARÁ SUJEITO PELO NÃO CUMPRIMENTO: O infrator deverá providenciar a documentação exigida no prazo estabelecido e paralisar a obra, conforme as disposições previstas na Lei Complementar 212/2021 além de efetuar o pagamento da importância de 400 UFM - Unidade Fiscal do Município de Ribeirão das Neves nos termos do Artigo 176, item IV (infração gravíssima) e Anexo III item 02 da Lei Complementar Nº 212/2021.		
3-OBSERVAÇÕES: Conforme o Artigo 178 do Código de Obras – Lei Complementar n° 212/2021, comunicamos o EMBARGO da referida obra, fica o proprietário ou RT impedidos de dar continuidade a obra ainda não licenciada, sujeitos a penalidades administrativas em caso de descumprimento, inclusive multa em dobro por reincidência.		
4-ASSINATURAS		
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS **MATRÍCULA: 500.983**		

ATENÇÃO!

Caso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado neste Auto.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:1B721BED

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR Nº SFUP: 569/2026

AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR	**Nº SFUP:** 569/2026
1- IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR:	**DATA:** 02/07/2026
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA):	**NOME FANTASIA:**

DANI FERRO VELHO LTDA.		
CNPJ/CPF: 39.791.370/0001-20	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:** 2.0078.028.0004.000
ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA (Rua, Nº, Complemento, Bairro, CEP, Cidade): RUA DOUTOR IRINEU MARCELLINI, 239, NOSSA SENHORA DAS NEVES – RIBEIRÃO DAS NEVES/MG – CEP: 33805-350.		
2- TERMOS DA NOTIFICAÇÃO:		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: Depositar quaisquer materiais, inclusive de construção, nas vias públicas em geral e o estacionamento de veículos sobre os passeios e calçadas.		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: Artigo 48 DA Lei Complementar nº 40/2006, que dispõe sobre o código de posturas do município de ribeirão das neves.		
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: providenciar a desobstrução DA VIA PÚBLICA EM QUESTÃO ATRAVÉS DA REMOÇÃO DO CONTAINER E DOS materiais destinados a reciclagem depositados IRREGULARMENTE SOBRE a RUA E PASSEIO.		
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: 03 (TRÊS) HORAS.	**PRAZO PARA RECURSO:** **(x) Lei Complementar 40/2006, Artigo 170 – 7 (sete) dias.** **( ) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 - Mesmo prazo fixado para sanar a irregularidade (“Prazo para cumprimento”).**	
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: RUA DOUTOR IRINEU MARCELLINI, 239, NOSSA SENHORA DAS NEVES – RIBEIRÃO DAS NEVES/MG.		
PENALIDADE QUE ESTARÁ SUJEITO PELO NÃO CUMPRIMENTO DA NOTIFICAÇÃO: Multa referente a 30 UNIDADES FISCAIS DO MUNICÍPIO - UFM, em conformidade com o DECRETO Nº 061/2025, ANEXO ÚNICO, ITEM 30.		
3- OBSERVAÇÕES: Em atendimento A DENÚNCIA REGISTRADA JUNTO AO SISTEMA ARBOR, PROCESSO Nº 182/2026.		
4- ASSINATURAS:		
_____ **FISCAL DE OBRAS E POSTURAS** **MATRÍCULA: 26.168**		

ATENÇÃO!

Caso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado neste auto de notificação.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:FAA005C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR Nº SFUP 583/2026

AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR		**Nº SFUP 583/2026**
1-IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR:		**Data: 02/07/2026**
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): HERCULANO PINTO DE SOUZA		**NOME FANTASIA:** NÃO SE APLICA
CNPJ/CPF: 203.***.****-20	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:** 1.0002.021.0009.000
ENDEREÇO COMPLETO PARA ONDE SERÁ ENVIADA A NOTIFICAÇÃO: RUA ADRIANO ALMEIDA PAULA, N° 22 BAIRRO PEDRA BRANCA CEP 33.925-540 RIBEIRÃO DAS NEVES/MG		
2-TERMOS DA NOTIFICAÇÃO		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: **EXERCER ATIVIDADE COMERCIAL SEM A PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA PREFEITURA, CONCEDIDA NA FORMA DE ALVARÁ. (OFICINA DE LANTERNAGEM)**		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: “*Art 95 Nenhum estabelecimento comercial, de prestação de serviço e industrial poderá funcionar no município sem a prévia autorização da Prefeitura, concedida na forma de Alvará de Localização e Funcionamento, a requerimento dos interessados.*		
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: CUMPRIR AO QUE PRECEITUA O CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO, NO QUE DIZ RESPEITO AO DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO.		
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: ARTIGO 95° - 15 DIAS	**PRAZO PARA RECURSO:** **(X) Lei Complementar 040/2006, art. 170 – prazo de 7 dias** **( ) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 - Mesmo prazo fixado para sanar a irregularidade (“Prazo para cumprimento”)**	
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: RUA ADRIANO ALMEIDA PAULA, N° 22 BAIRRO PEDRA BRANCA CEP 33.925-540 RIBEIRÃO DAS NEVES/MG (LOTE 0009 QUADRA 00021)		
PENALIDADE QUE ESTARÁ SUJEITO PELO NÃO CUMPRIMENTO DA NOTIFICAÇÃO: MULTAS E OUTRAS SANÇÕES CABÍVEIS DE ACORDO COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 016/2026.		
3- OBSERVAÇÕES:		
4- ASSINATURAS:		
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS **MATRÍCULA: 21.093**		

ATENÇÃO!

Caso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado neste auto de notificação.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:A6404120

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR Nº SFUP 584/2026

AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR		**Nº SFUP 584/2026**
1-IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR		**Data: 02/07/2026**
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): **HELDER MENEZES CÂNDIDO**		**NOME FANTASIA:**
CNPJ/CPF: **319.XXX.926-XX**	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:** **1.0134.006.I003.000**
ENDEREÇO COMPLETO PARA ONDE SERÁ ENVIADA A NOTIFICAÇÃO (Rua, Nº, Complemento, Bairro, CEP, Cidade): **AVENIDA DEPUTADO ULISSES GUIMARÃES Nº425 BAIRRO: FELIXLÂNDIA CEP: 33943-800 - RIBEIRÃO DAS NEVES - MG**		
2-TERMOS DA NOTIFICAÇÃO		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: **Exercer atividade comercial, de prestação de serviço e industrial sem a prévia autorização da Prefeitura, concedida na forma de Alvará. Lei Complementar Nº 40/2006**		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: ***Art. 95. - Nenhum estabelecimento comercial, de prestação de serviço e industrial poderá funcionar no município sem a prévia autorização da Prefeitura, concedida na forma de Alvará de Localização e Funcionamento, a requerimento dos interessados.***		

Art. 9ºPara preservar de maneira geral a higiene pública, fica proibido: III - queimar ou incinerar, mesmo nos próprios quintais, lixo ou quaisquer corpos em quantidade capaz de molestar a vizinhança;	
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: **PROVIDENCIAR A REGULARIZAÇÃO DA EMPRESA - Atividade de ferro velho (comércio de sucatas e materiais recicláveis)**	
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: 15 DIAS	**PRAZO PARA RECURSO:** **(7) Lei Complementar 040/2006, Artigo 170 - 7 dias** **( ) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 - Mesmo prazo fixado para sanar a irregularidade ("Prazo para cumprimento")**
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: **AVENIDA DEPUTADO ULISSES GUIMARÃES 425 BAIRRO: FELIXLÂNDIA, QUADRA: 006, LOTE: I003**	
PENALIDADE QUE ESTARÁ SUJEITO PELO NÃO CUMPRIMENTO DA NOTIFICAÇÃO - Grave - **150 UFM(CENTO E CINQUENTA UNIDADE FISCAL MUNICIPAL)**	
3- OBSERVAÇÕES: DECRETO Nº 16/2026. Altera o Anexo I do Decreto nº 061, de 21 de maio de 2025, que altera o Anexo I do Decreto nº 028, de 11 de março de 2019, que "Regulamenta os dispositivos da Lei Complementar nº 40, de 29 de dezembro de 2006	
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS **MATRÍCULA: 27.789**	

ATENÇÃO!

Caso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado neste auto de notificação.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:73A2E32B

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR Nº SFUP: 586/2026

AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR		**Nº SFUP:** 586/2026
1- IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR:		**DATA:** 02/07/2026
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): DANI FERRO VELHO LTDA.		**NOME FANTASIA:**
CNPJ/CPF: 39.791.370/0001-20	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:** 2.0078.028.0004.000
ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA (Rua, Nº, Complemento, Bairro, CEP, Cidade): RUA DOUTOR IRINEU MARCELLINI, 239, NOSSA SENHORA DAS NEVES – RIBEIRÃO DAS NEVES/MG – CEP: 33805-350.		
2- TERMOS DA NOTIFICAÇÃO:		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: Exercer atividade comercial, de prestação de serviço E industrial sem a prévia autorização da prefeitura, concedida na forma de alvará.		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: Artigo 95 DA Lei Complementar nº 40/2006, que dispõe sobre o código de posturas do município de ribeirão das neves.		
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: APRESENTAR o alvará de localização e funcionamento do estabelecimento (FERRO-VELHO).		
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: 15 (QUINZE) DIAS.	**PRAZO PARA RECURSO:** **(x) Lei Complementar 40/2006, Artigo 170 – 7 (sete) dias.** **( ) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 - Mesmo prazo fixado para sanar a irregularidade ("Prazo para cumprimento").**	
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: RUA DOUTOR IRINEU MARCELLINI, Nº 239, BAIRRO NOSSA SENHORA DAS NEVES – RIBEIRÃO DAS NEVES/MG.		
PENALIDADE QUE ESTARÁ SUJEITO PELO NÃO CUMPRIMENTO DA NOTIFICAÇÃO: Multa referente a 150 (CENTO e cinquenta) unidades fiscais do município de ribeirão das neves - ufm, em conformidade com o ITEM 70 DO DECRETO Nº 061/2025.		
3- OBSERVAÇÕES: Em atendimento A DENÚNCIA REGISTRADA JUNTO AO SISTEMA ARBOR, PROCESSO Nº 182/2026.		
4- ASSINATURAS:		
_____ **FISCAL DE OBRAS E POSTURAS** **MATRÍCULA: 26.168**		

ATENÇÃO!

Caso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado neste auto de notificação.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:FDC229C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR Nº SFUP: 613/2026

AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR	**Nº SFUP:** 613/2026	
1-IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR:	**DATA:** 14/07/2026	
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): CONTRIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.	**NOME FANTASIA:**	
CNPJ/CPF: 17.766.106/0001-01	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:** 3.0154.039.0007.000
ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA (Rua, Nº, Complemento, Bairro, CEP, Cidade): RUA DESEMBARGADOR JORGE FONTANA, 476, SALA 1601, BELVEDERE – BELO HORIZONTE/MG. CEP: 30.320-670.		
2-TERMOS DA NOTIFICAÇÃO:		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: Manter terrenos/lotes cobertos de mato, pantanosos, com água estagnada ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites do município.		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: Artigo 11, § 1º, DA Lei Complementar nº 40/2006, que dispõe sobre o código de posturas do município de ribeirão das neves.		
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: realizar a limpeza do lote.		
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: 30 (TRINTA) DIAS.	**PRAZO PARA RECURSO:** **(x) Lei Complementar 40/2006, Artigo 170 – 7 (sete) dias.** **( ) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 - Mesmo prazo fixado para sanar a irregularidade ("Prazo para cumprimento").**	
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: LOTE VAGO SITUADO A AVENIDA MARIA DA SILVA CORREA (ANTIGA AVENIDA A), PRÓXIMO AO NÚMERO 982, BAIRRO SAN MARINO, RIBEIRÃO DAS NEVES/MG.		
PENALIDADE QUE ESTARÁ SUJEITO PELO NÃO CUMPRIMENTO DA NOTIFICAÇÃO: Multa referente a 50 UFM (CINQUENTA Unidades Fiscais do Município), em conformidade com o DECRETO MUNICIPAL Nº 061/2025, anexo único, item 13.		
3- OBSERVAÇÕES: Em atendimento A DENÚNCIA registrada JUNTO a ouvidoria municipal, nup: 03927.2026.001573-80, processo sei: 2026-96.		
4- ASSINATURAS:		

FISCAL DE OBRAS E POSTURAS
MATRÍCULA: 26.168

ATENÇÃO!

Caso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado neste auto de notificação.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:4B393B29

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR Nº SFUP 618/2026

AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR		**Nº SFUP 618/2026**
1-IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR		**Data: 14/07/2026**
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): AURELINO PEREIRA DOS SANTOS		**NOME FANTASIA:**
CNPJ/CPF: 613.XXX.616-XX	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA: 1.0095.08A.002A.002**
ENDEREÇO COMPLETO PARA ONDE SERÁ ENVIADA A NOTIFICAÇÃO (Rua, Nº, Complemento, Bairro, CEP, Cidade): Rua CORCOVADO nº4 CEP: 33940-060, BAIRRO: GRANJAS PRIMAVERA (JUSTINÓPOLIS), RIBEIRÃO DAS NEVES - MG		
2-TERMOS DA NOTIFICAÇÃO		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: Passeio não pavimentado		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: ***Art. 66****. Os proprietários de imóveis que tenham frente para logradouros pavimentados ou beneficiados pela construção de meio-fios, são obrigados a construir os respectivos muros, cercas ou grades,* ***bem como pavimentar os passeios.*** *Lei 040/2006* ***Art. 71****. A construção e a reconstrução de passeios dos logradouros, em toda a extensão das testadas dos terrenos, edificados ou não,* ***compete aos seus proprietários****. Lei 212/2021*		
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: **Art. 68**.A construção ou reforma das calçadas e passeios deverá atender aos padrões estabelecidos na Norma Técnica Brasileira de Acessibilidade - NBR 9050, edição atualizada. Lei 212/2021		
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: 60 DIAS	**PRAZO PARA RECURSO: (X) Lei Complementar 040/2006, Artigo 170 - 7 dias ( ) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 - Mesmo prazo fixado para sanar a irregularidade ("Prazo para cumprimento")**	
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: Rua CORCOVADO Nº04 BAIRRO: GRANJAS PRIMAVERA (Justinópolis), QUADRA: 0008A, LOTE: 002A		
PENALIDADE QUE ESTARÁ SUJEITO PELO NÃO CUMPRIMENTO DA NOTIFICAÇÃO MULTA NÃO INFERIOR A 30 (CINQUENTA) UNIDADE FISCAIS DO MUNICÍPIO - UFM - DECRETO Nº 061/2025 Altera o Anexo I do Decreto n° 028, de 11 de março de 2019, que "Regulamenta os dispositivos da Lei Complementar nº 40, de 29 de dezembro de 2006 (Código de Posturas do Município de Ribeirão das Neves), e dá outras providências".		
3- OBSERVAÇÕES: RECLAMAÇÃO OUVIDORIA - NUP - 03927.2026.002115-12		
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS **MATRÍCULA: 27.789**		

ATENÇÃO!
Caso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado neste auto de notificação.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:BE7A1530

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR Nº SFUP 619/2026

AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR		**Nº SFUP 619/2026**
1-IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR		**Data: 17/07/2026**
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): AZENILDE NERIS DOS SANTOS		**NOME FANTASIA:**
CNPJ/CPF: 658.XXX.445-XX	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA: 1.0042.006.0033.000**
ENDEREÇO COMPLETO PARA ONDE SERÁ ENVIADA A NOTIFICAÇÃO (Rua, Nº, Complemento, Bairro, CEP, Cidade): Rua SAO BENTO nº 625 CEP: 33936-030, BAIRRO: LUAR DA PAMPULHA (JUSTINÓPOLIS), RIBEIRÃO DAS NEVES- MG		
2-TERMOS DA NOTIFICAÇÃO		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: Manter Lote, Sob Sua Propriedade, Sujo		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: ***Art. 11*** *Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis, são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terrenos e edificações e manter fechada a caixa d`água, sob pena de multa não inferior a 50 (cinquenta) Unidade Fiscais do Município - UFM.*		
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: § 1º Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos, com água estagnada ou servindo como depósito de lixo dentro dos limites do Município.		
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: Artigo 11° - 30 dias.	**PRAZO PARA RECURSO: (X) Lei Complementar 040/2006, Artigo 170 - 7 dias ( ) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 - Mesmo prazo fixado para sanar a irregularidade ("Prazo para cumprimento")**	
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: Rua SAO BENTO 625 , BAIRRO: LUAR DA PAMPULHA (JUSTINÓPOLIS), QUADRA: 00006, LOTE: 0033		
PENALIDADE QUE ESTARÁ SUJEITO PELO NÃO CUMPRIMENTO DA NOTIFICAÇÃO MANTER TERRENOS / LOTES COBERTOS DE MATO - 50 UFM – conforme DECRETO Nº 061/2025 Altera o Anexo I do Decreto n° 028, de 11 de março de 2019, que "Regulamenta os dispositivos da Lei Complementar nº 40, de 29 de dezembro de 2006 (Código de Posturas do Município de Ribeirão das Neves), e dá outras providências".		
3- OBSERVAÇÕES: RECLAMAÇÃO OUVIDORIA NUP - 03927.2025.000579-96		
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS MATRÍCULA: 27.789		

ATENÇÃO!
Caso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado neste auto de notificação.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:B5E423F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
A UTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR Nº SFUP 621/2026

A UTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR		**Nº SFUP 621/2026**
1-IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR		**Data: 15/07/2026**
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): MARIA DE OLIVEIRA GASPARINO		**NOME FANTASIA:**
CNPJ/CPF: 378.xxx.xxx-91	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:** 2.0055.002.0013.000
ENDEREÇO COMPLETO PARA ONDE SERÁ ENVIADA A NOTIFICAÇÃO (Rua, Nº, Complemento, Bairro, CEP, Cidade): RUA MIGUEL DIAS FILHO, 21, SANTO ANTÔNIO, CEP: 33805-080		
2-TERMOS DA NOTIFICAÇÃO		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: Passeio sujo, com obstáculos/entulho e sem pavimentação.		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: ***Art. 6º*** *– Os moradores, os comerciantes e os industriais são responsáveis pela limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços à sua residência ou estabelecimento.(...)* ***Art. 47°*** *- É proibido embaraçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestre ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências policiais o determinarem (30 UFM)* ***Art. 66°*** *- Os proprietários de imóveis que tenham frente para logradouros pavimentados ou beneficiados pela construção de meio – fios, são obrigados a construir os respectivos muros, cercas ou grades, bem como pavimentar os passeios.*		
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: Providenciar a Limpeza e desobstrução do passeio, bem como realizar a pavimentação do passeio.		
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: Artigo 06° - 7 dias Artigo 47° - imediato Artigo 66° - 60 dias	**PRAZO PARA RECURSO:** **(X) Lei Complementar 040/2006, Artigo 170 - 7 dias** **( ) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 - Mesmo prazo fixado para sanar a irregularidade ("Prazo para cumprimento")**	
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: RUA MIGUEL DIAS FILHO, 21, SANTO ANTÔNIO		
PENALIDADE QUE ESTARÁ SUJEITO PELO NÃO CUMPRIMENTO DA NOTIFICAÇÃO MULTA NÃO INFERIOR A 75 UNIDADES FISCAIS DO MUNICÍPIO – UFM.		
3- OBSERVAÇÕES:		
4- ASSINATURAS		
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS ***MATRÍCULA: 500983***		

ATENÇÃO!Caso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado neste auto de notificação.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:AA0113BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR Nº SFUP 624/2026

AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR	**Nº SFUP 624/2026**	
1-IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR	**Data: 16/07/2026**	
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA) José Marcos Cardoso Pereira	**NOME FANTASIA:**	
CNPJ/CPF: 042.747.246.-62	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:** 2.0135.020.0008.000
ENDEREÇO : rua das Cerejeiras – 603 – São Luiz – Ribeirão das Neves – Cep: 33882265		
2-TERMOS DA NOTIFICAÇÃO		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: OBSTRUÇÃO DO PASSEIO		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: ARTIGO 47 DA LEI COMPLEMENTAR 040/2006.		
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: demolir a meia parede erguida no passeio.		
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: 3 HORAS AO RECEBIMENTO DESTA.	**PRAZO PARA RECURSO:** **(X) Lei Complementar 040/2006, Artigo 170 – 7 dias** **( ) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208**	
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: rua das Cerejeiras 603 – São Luiz – RIBEIRÃO DAS NEVES/MG -		
PENALIDADE QUE ESTARÁ SUJEITO PELO NÃO CUMPRIMENTO DA NOTIFICAÇÃO **MULTA DE 30 UFM (TRINTA UNIDADES FISCAIS DO MUNICÍPIO).**		
_____ **Fiscal de Obras e Posturas** **Matrícula: 26654**		

ATENÇÃO!

Caso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado neste auto de notificação.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:A03B1417

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR Nº SFUP 626/2026

AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR		**Nº SFUP 626/2026**
1-IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR		**Data: 17/07/2026**
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): JOSE DE ANCHEITA MARTINS SOARES		**NOME FANTASIA:**
CNPJ/CPF: 112.854.436-XX	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:** **2.0057.010.0034.000**
ENDEREÇO COMPLETO PARA ONDE SERÁ ENVIADA A NOTIFICAÇÃO (Rua, Nº, Complemento, Bairro, CEP, Cidade): **RUA DOUTOR PEDRO RUELA,Nº315 BAIRRO LETÍCIA, CEP 31570100 BELO HORIZONTE, MG**		
2-TERMOS DA NOTIFICAÇÃO		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: Manter Lote, Sob Sua Propriedade, Sujo		

DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: ***ARTIGO 11**, Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis, são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terrenos e edificações e manter fechada a caixa d`água, sob pena de multa não inferior a 50 (cinquenta) Unidade Fiscais do Município - UFM. (Redação dada pela Lei Complementar nº 200/2019*)	
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: § 1º Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos, com água estagnada ou servindo como depósito de lixo dentro dos limites do Município.	
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: 30 DIAS	**PRAZO PARA RECURSO:** **(X) Lei Complementar 040/2006, Artigo 170 - 7 dias** **( ) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 - Mesmo prazo fixado para sanar a irregularidade ("Prazo para cumprimento")**
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: **Rua AUGUSTO TEIXEIRA CAMARGOS, SN BAIRRO: SANTA MARTA, QUADRA: 00010, LOTE: 0034**	
PENALIDADE QUE ESTARÁ SUJEITO PELO NÃO CUMPRIMENTO DA NOTIFICAÇÃO MANTER TERRENOS / LOTES COBERTOS DE MATO - 50 UFM – conforme DECRETO Nº 061/2025 Altera o Anexo I do Decreto n° 028, de 11 de março de 2019, que "Regulamenta os dispositivos da Lei Complementar nº 40, de 29 de dezembro de 2006 (Código de Posturas do Município de Ribeirão das Neves), e dá outras providências".	
3- OBSERVAÇÕES: RECLAMAÇÃO OUVIDORIA - NUP - 03927.2026.002510-51	
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS **MATRÍCULA: 27.789**	

C aso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado neste auto de notificação.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:AF811C8A

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR Nº SFUP 627/2026

AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR		**Nº SFUP 627/2026**
1-IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR		**Data: 17/07/2026**
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): JOSE DE ANCHEITA MARTINS SOARES		**NOME FANTASIA:**
CNPJ/CPF: 112.854.436-XX	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:** **2.0057.010.0034.000**
ENDEREÇO COMPLETO PARA ONDE SERÁ ENVIADA A NOTIFICAÇÃO (Rua, Nº, Complemento, Bairro, CEP, Cidade): **RUA DOUTOR PEDRO RUELA,Nº315 BAIRRO LETÍCIA, CEP 31.570-100 BELO HORIZONTE, MG**		
2-TERMOS DA NOTIFICAÇÃO		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: Passeio não pavimentado		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: ***Art. 66**. Os proprietários de imóveis que tenham frente para logradouros pavimentados ou beneficiados pela construção de meio-fios, são obrigados a construir os respectivos muros, cercas ou grades, **bem como pavimentar os passeios.** Lei 040/2006* *Art. 71. A construção e a reconstrução de passeios dos logradouros, em toda a extensão das testadas dos terrenos, edificados ou não, compete aos seus proprietários. Lei 212/2021*		
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: **Art. 68.A construção ou reforma das calçadas e passeios deverá atender aos padrões estabelecidos na Norma Técnica Brasileira de Acessibilidade - NBR 9050, edição atualizada. Lei 212/2021**		
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: 60 DIAS	**PRAZO PARA RECURSO:** **(X) Lei Complementar 040/2006, Artigo 170 - 7 dias** **( ) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 - Mesmo prazo fixado para sanar a irregularidade ("Prazo para cumprimento")**	
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: **Rua AUGUSTO TEIXEIRA CAMARGOS, SN BAIRRO: SANTA MARTA, QUADRA: 00010, LOTE: 0034**		
PENALIDADE QUE ESTARÁ SUJEITO PELO NÃO CUMPRIMENTO DA NOTIFICAÇÃO MANTER TERRENOS / LOTES COBERTOS DE MATO - 50 UFM – conforme DECRETO Nº 061/2025 Altera o Anexo I do Decreto n° 028, de 11 de março de 2019, que "Regulamenta os dispositivos da Lei Complementar nº 40, de 29 de dezembro de 2006 (Código de Posturas do Município de Ribeirão das Neves), e dá outras providências".		
3- OBSERVAÇÕES: RECLAMAÇÃO OUVIDORIA - NUP - 03927.2026.002510-51		
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS **MATRÍCULA: 27.789**		

C aso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado neste auto de notificação.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:21DD1F65

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR Nº SFUP 643/2026

AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR	**Nº SFUP 643/2026**	
1-IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR	**Data: 17/07/2026**	
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): VERA LUCIA RAMOS DOS SANTOS	**NOME FANTASIA:**	
CNPJ/CPF: 693.XXX.686-XX	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:** **2.0051.096.0016.000**
ENDEREÇO COMPLETO PARA ONDE SERÁ ENVIADA A NOTIFICAÇÃO (Rua, Nº, Complemento, Bairro, CEP, Cidade): RUA PRUDENTE DE MORAIS Nº102 CEP: 33805-260 , BAIRRO: SANTA MATILDE - RIBEIRÃO DAS NEVES- MG		
2-TERMOS DA NOTIFICAÇÃO		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: Manter Lote, Sob Sua Proprietade, Sujo		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: ***Art. 11** Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis, são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terrenos e edificações e manter fechada a caixa d`água, sob pena de multa não inferior a 50 (cinquenta) Unidade Fiscais do Município - UFM.*		
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: § 1º Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos, com água estagnada ou servindo como depósito de lixo dentro dos limites do Município.		
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: Artigo 11° - 30 dias.	**PRAZO PARA RECURSO:** **(X) Lei Complementar 040/2006, Artigo 170 - 7 dias** **( ) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 - Mesmo prazo fixado para sanar a irregularidade ("Prazo para cumprimento")**	

LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: Rua CAMPOS ALTOS , SN BAIRRO: SEVILHA 2ª SEÇÃO, QUADRA: 00096, LOTE: 0016
PENALIDADE QUE ESTARÁ SUJEITO PELO NÃO CUMPRIMENTO DA NOTIFICAÇÃO MANTER TERRENOS / LOTES COBERTOS DE MATO - 50 UFM – conforme DECRETO Nº 061/2025 Altera o Anexo I do Decreto n° 028, de 11 de março de 2019, que "Regulamenta os dispositivos da Lei Complementar nº 40, de 29 de dezembro de 2006 (Código de Posturas do Município de Ribeirão das Neves), e dá outras providências".
3- OBSERVAÇÕES: RECLAMAÇÃO OUVIDORIA NUP - **03927.2026.002186-06**
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS **MATRÍCULA: 27.789**

ATENÇÃO!

C aso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado neste auto de notificação.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:AF29D0B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR Nº SFUP 644/2026

AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR		**Nº SFUP 644/2026**
1-IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR		**Data: 17/07/2026**
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): LUCIOARLEN TEIXEIRA DE REZENDE		**NOME FANTASIA:**
CNPJ/CPF: 937.XXX.446-XX	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA: 2.0051.096.0015.000**
ENDEREÇO COMPLETO PARA ONDE SERÁ ENVIADA A NOTIFICAÇÃO (Rua, Nº, Complemento, Bairro, CEP, Cidade): RUA DE SIRIUS, Nº511 BAIRRO CIDADE VERDE, BETIM - MG - CEP 32.550-290		
2-TERMOS DA NOTIFICAÇÃO		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: Manter Lote, Sob Sua Propriedade, Sujo		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: ***Art. 11*** *Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis, são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terrenos e edificações e manter fechada a caixa d`água, sob pena de multa não inferior a 50 (cinquenta) Unidade Fiscais do Município - UFM.*		
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: § 1º Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos, com água estagnada ou servindo como depósito de lixo dentro dos limites do Município.		
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: Artigo 11° - 30 dias.		**PRAZO PARA RECURSO:** **(X) Lei Complementar 040/2006, Artigo 170 - 7 dias** **( ) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 - Mesmo prazo fixado para sanar a irregularidade ("Prazo para cumprimento")**
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: Rua CAMPOS ALTOS , SN BAIRRO: SEVILHA 2ª SEÇÃO, QUADRA: 00096, LOTE: 0015		
PENALIDADE QUE ESTARÁ SUJEITO PELO NÃO CUMPRIMENTO DA NOTIFICAÇÃO MANTER TERRENOS / LOTES COBERTOS DE MATO - 50 UFM – conforme DECRETO Nº 061/2025 Altera o Anexo I do Decreto n° 028, de 11 de março de 2019, que "Regulamenta os dispositivos da Lei Complementar nº 40, de 29 de dezembro de 2006 (Código de Posturas do Município de Ribeirão das Neves), e dá outras providências".		
3- OBSERVAÇÕES: RECLAMAÇÃO OUVIDORIA NUP - 03927.2026.002186-06		
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS **MATRÍCULA: 27.789**		

ATENÇÃO!

C aso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado neste auto de notificação.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:891E9C03

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR SFUP Nº 585 / 2026

AUTO DE NOTIFICAÇÃO VIA AR		**SFUP Nº 585 / 2026**
1-IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR:		**Data: 02 / 07 / 2026**
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): Valdevina Lemos de Souza		**NOME FANTASIA:** NÃO SE APLICA
CNPJ/CPF: 654.448. *** - 72	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA: 2.0078.017.0004.001**
ENDEREÇO PARA ONDE SERÁ ENVIADA A NOTIFICAÇÃO: **RUA São Bento, N° 45. Nossa Senhora das Neves, CEP: 33.805 – 311, RIBEIRÃO DAS NEVES/MG**		
2-TERMOS DA NOTIFICAÇÃO		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: INFRINGIR OS ARTIGOS 47° DA LEI COMPLEMENTAR 040/2006, com plantas no passeio dificultando o trânsito de pedestres		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: "*Art. 47 É proibido embaraçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestre ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências policiais o determinarem."*		
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: providenciar a desobstrução do passeio.		
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: 03 (TRÊS) HORAS	**PRAZO PARA RECURSO:** **(X) Lei Complementar 040/2006, Artigo 170 - 7 dias** **( ) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 - Mesmo prazo fixado para sanar a irregularidade ("Prazo para cumprimento")**	
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: **RUA Francisco de Paula Andrade, N° Nossa Senhora das Neves, CEP: 33.805 - 311 RIBEIRÃO DAS NEVES/MG LOTE 001 QUADRA 0004**		
PENALIDADE QUE ESTARÁ SUJEITO PELO NÃO CUMPRIMENTO DA NOTIFICAÇÃO **MULTA NÃO INFERIOR A 30 (TRINTA) UNIDADE FISCAIS DO MUNICÍPIO - UFM ART. 47°**		
4- ASSINATURAS:		
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS **MATRÍCULA: 26.654**		

ATENÇÃO!

Caso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado neste auto de notificação.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:38D5DCB5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RODEIRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS NO 15/2026

INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS NO 15/2026
(Restrito a Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Rodeiro)

1.PREÂMBULO

1.1 O Município de Rodeiro, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, torna público que pretende contratar empresa para prestação de serviços debuffetpara viabilização de eventos, com fornecimento sob demanda, de materiais e serviços para atender demanda da secretaria demandante, utilizando o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme especificações abaixo.

Os órgãos interessados que tiverem a intenção de participar do referido registro de preços, em obediência ao art. 86 da Lei nº. 14.133/21 e Decreto Municipal no 407/2023 deverão manifestar seu interesse de participação mediante o encaminhamento a esta Secretaria/Órgão Gerenciador, da sua Intenção de Registro de Preços – IRP, formalizado e aprovado pela autoridade competente, sua concordância com o objeto a ser licitado contendo a estimativa de consumo e especificações pertinentes (Especificações do item ou termo de referência; Estimativa de consumo; Local de entrega), no prazo máximo de **8 (oito) dias úteis**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação desta IRP.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1. Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para a prestação de serviços debuffetpara viabilização de eventos, com fornecimento sob demanda, de materiais e serviços para atender demanda da secretaria demandante, cuja descrição e quantidade estão expostas abaixo:

Código	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
407444	BUFFET (CÓDIGO CATSER: 12807) BUFFET PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BUFFET INCLUINDO: CARDÁPIO: ARROZ BRANCO, SALPICÃO, FAROFA, TUTU, MACARRONADA E PERNIL E CONTRA COXA DE FRANGO; SOBREMESA: BOLOS DE SABORES VARIADOS E BOMBONS DE SABORES VARIADOS; BEBIDAS: SUCO EM DOIS SABORES (UVA, ABACAXI, CAJU, LIMÃO, GOIABA), REFRIGERANTES (COCA COLA E GUARANÁ ANTÁRTICA) E AGUA MINERAL SEM GÁS. UTENSÍLIOS: COPOS E TAÇAS DE VIDRO, PRATOS, BANDEJAS, JARRAS, TALHERES DE INOX, GUARDANAPOS E RICHOS DE INOX. MESAS: MESA PARA CONVIDADOS COM O NÚMERO DE SEIS CADEIRAS EM CADA MESA, TAMPO DE MESA E TOALHAS. ATENDENTES: GARÇONS DEVIDAMENTE UNIFORMIZADOS, EM NÚMERO SUFICIENTE PARA ATENDER TODOS OS CONVIDADOS. ATENDIMENTO: ATENDIMENTO CONSTANTE COM REGULAR ATENDIMENTO DAS MESAS, DE MODO QUE OS ÚLTIMOS A SAIR TENHAM O MESMO ATENDIMENTO DISPENSADO NO INÍCIO DO EVENTO, OU SEJA, QUE NÃO HAJA ESCASSEZ DE ALIMENTOS. ESPAÇO: : EM LOCAL PRÓPRIO DA PREFEITURA."	1.000,00	67,33	63.330,00
407448	BUFFET (CÓDIGO CATSER:12807) BUFFET PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BUFFET INCLUINDO: CALDO: CANJIQUINHA E FEIJÃO AMIGO. SOBREMESA: CANJICA DOCE, DOCES MINEIROS (CAJUZINHO, COCADAS, PÉ DE MOLEQUE, DOCE DE LEITE, DOCES CRISTALIZADOS).UTENSÍLIOS:CUMBUCA DE ISOPOR DE 300 ML, COLHERES DESCARTÁVEIS.	1.000,00	29,33	29.330,00
407445	BUFFET (CÓDIGO CATSER:12807) BUFFET PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BUFFET INCLUINDO: CARDÁPIO: ARROZBUFFET (CÓDIGO CATSER:12807) BUFFET PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BUFFET INCLUINDO: CARDÁPIO: ARROZ BRANCO, SALPICÃO, FAROFA, TUTU, MACARRONADA E PERNIL E CONTRA COXA DE FRANGO; SOBREMESA: BOLOS DE SABORES VARIADOS E BOMBONS DE SABORES VARIADOS; BEBIDAS: SUCO EM DOIS SABORES (UVA, ABACAXI, CAJU, LIMÃO, GOIABA), REFRIGERANTES (COCA COLA E GUARANÁ ANTÁRTICA) E AGUA MINERAL SEM GÁS. UTENSÍLIOS: COPOS E TAÇAS DE VIDRO, PRATOS, BANDEJAS, JARRAS, TALHERES DE INOX, GUARDANAPOS E RICHOS DE INOX. MESA DE SUSTENTAÇÃO: MESAS: MESA PARA CONVIDADOS COM O NÚMERO DE SEIS CADEIRAS EM CADA MESA, TAMPO DE MESA E TOALHAS. ATENDENTES: GARÇONS DEVIDAMENTE UNIFORMIZADOS, EM NÚMERO SUFICIENTE PARA ATENDER TODOS OS CONVIDADOS. ATENDIMENTO: ATENDIMENTO CONSTANTE COM REGULAR ATENDIMENTO DAS MESAS, DE MODO QUE OS ÚLTIMOS A SAIR TENHAM O MESMO ATENDIMENTO DISPENSADO NO INÍCIO DO EVENTO, OU SEJA, QUE NÃO HAJA ESCASSEZ DE ALIMENTOS. DECORAÇÃO: ORNAMENTAÇÃO PARA A MESA, COM ARRANJO DE FLORES, TOALHA E CORTINA. APRESENTAR AMOSTRA DESTA ORNAMENTAÇÃO, PODENDO SER EM FOTOS, NO DIA DA ABERTURA DA PROPOSTA. ESPAÇO: EM LOCAL PRÓPRIO DA CONTRATADA, SENDO UM AMBIENTE DE FESTA COM ESPAÇO SUFICIENTE E AGRADÁVEL	500,00	103,03	51.515,00
407446	"BUFFET (CÓDIGO CATSER:12807) BUFFET PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BUFFET INCLUINDO: COQUETEL: SALGADOS DIVERSOS (8 OPÇÕES): BOLINHA DE NAPOLITANO, BOLINHA DE QUEIJO, BOLINHA DE PIZZA, CIGARRETE, COXINHA DE FRANGO COM CATUPIRY, RISOLE DE CREME BRANCO COM BACON, RISOLE DE CREME COM MILHO, RISOLE DE FRANGO CREMOSO, COXINHA DE FRANGO, QUIBE, QUIBE COM CATUPIRY, RISOLE DE CARNE, ENROLADINHO DE SALSICHA, EMPADA DE FRANGO, ESFIRRA DE CARNE MOÍDA, ESFIRRA DE FRANGO. SOBREMESA: BOLOS DE SABORES VARIADOS E BOMBONS DE SABORES VARIADOS; BEBIDAS: SUCO EM DOIS SABORES (UVA, ABACAXI, CAJU, LIMÃO, GOIABA), REFRIGERANTES (COCA COLA E GUARANÁ ANTÁRTICA) E AGUA MINERAL SEM GÁS. UTENSÍLIOS: COPOS E TAÇAS DE VIDRO, PRATOS, BANDEJAS, JARRAS, TALHERES DE INOX, GUARDANAPOS E RICHOS DE INOX . MESA DE SUSTENTAÇÃO: MESAS: MESA PARA CONVIDADOS COM O NÚMERO DE SEIS CADEIRAS EM CADA MESA, TAMPO DE MESA E TOALHAS. ATENDENTES:GARÇONS DEVIDAMENTE UNIFORMIZADOS, EM NÚMERO SUFICIENTE PARA ATENDER TODOS OSCONVIDADOS.ATENDIMENTO:ATENDIMENTO CONSTANTE COM REGULAR ATENDIMENTO DAS MESAS, DE MODO QUE OS ÚLTIMOS A SAIR TENHAM O MESMO ATENDIMENTO DISPENSADO NO INÍCIO DO EVENTO, OU SEJA, QUE NÃO HAJA ESCASSEZ DE ALIMENTOS. DECORAÇÃO: ORNAMENTAÇÃO PARA A MESA, COM ARRANJO DE FLORES, TOALHA E CORTINA. APRESENTAR AMOSTRA DESTA ORNAMENTAÇÃO, PODENDO SER EM FOTOS, NO DIA DA ABERTURA DA PROPOSTA.ESPAÇO: : EM LOCAL PRÓPRIO DA CONTRATADA, SENDO UM AMBIENTE DE FESTA COM ESPAÇO SUFICIENTE E AGRADÁVEL"	500,00	101,67	50.835,00
407447	"BUFFET (CÓDIGO CATSER:12807) BUFFET PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BUFFET INCLUINDO: COQUETEL: SALGADOS DIVERSOS (8 OPÇÕES): BOLINHA DE NAPOLITANO, BOLINHA DE QUEIJO, BOLINHA DE PIZZA, CIGARRETE, COXINHA DE FRANGO COM CATUPIRY, RISOLE DE CREME BRANCO COM BACON, RISOLE DE CREME COM MILHO,	1.000,00	90,31	90.310,00

	RISOLE DE FRANGO CREMOSO, COXINHA DE FRANGO, QUIBE, QUIBE COM CATUPIRY, RISOLE DE CARNE, ENROLADINHO DE SALSICHA, EMPADA DE FRANGO, ESFIRRA DE CARNE MOÍDA, ESFIRRA DE FRANGO. SOBREMESA: BOLOS DE SABORES VARIADOS E BOMBONS DE SABORES VARIADOS; BEBIDAS: SUCO EM DOIS SABORES (UVA, ABACAXI, CAJU, LIMÃO, GOIABA), REFRIGERANTES (COCA COLA E GUARANÁ ANTÁRTICA) E AGUA MINERAL SEM GÁS. UTENSÍLIOS: COPOS E TAÇAS DE VIDRO, PRATOS, BANDEJAS, JARRAS, TALHERES DE INOX, GUARDANAPOS E RICHOS DE INOX. MESAS: MESA PARA CONVIDADOS COM O NÚMERO DE SEIS CADEIRAS EM CADA MESA, TAMPO DE MESA E TOALHAS. ATENDENTES: GARÇONS DEVIDAMENTE UNIFORMIZADOS, EM NÚMERO SUFICIENTE PARA ATENDER TODOS OS CONVIDADOS. ATENDIMENTO: ATENDIMENTO CONSTANTE COM REGULAR ATENDIMENTO DAS MESAS, DE MODO QUE OS ÚLTIMOS A SAIR TENHAM O MESMO ATENDIMENTO DISPENSADO NO INÍCIO DO EVENTO, OU SEJA, QUE NÃO HAJA ESCASSEZ DE ALIMENTOS. ESPAÇO: EM LOCAL PRÓPRIO DA PREFEITURA.			

3. COMPETÊNCIAS E PROCEDIMENTOS

3.1. Manifestação De Interesse: Os órgãos ou entidades interessadas deverão manifestar sua intenção de participar, até o dia 18 de agosto de 2026, através do e-mail: irp.assistencia@rodeiro.mg.gov.br

3.2 Informações necessárias: Deverão ser enviadas as seguintes informações:

a) especificação do item ou termo de referência;

b) estimativa de consumo;

c) Local de entrega

3.3 Condições: Caberá a Secretaria Municipal de Assistência Social:

3.3.1 aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP:

a) os quantitativos considerados ínfimos;

b) a inclusão de novos itens; e

c) os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações;

4.DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1 A participação nesta IRP não obriga o órgão ou entidade participante a contratar, sendo apenas instrumento de planejamento.

4.2 O não atendimento a esta IRP poderá resultar na não participação no futuro Registro de Preços.

4.3. Dúvidas e maiores informações deverão ser encaminhadas para o e-mail: irp.assistencia@rodeiro.mg.gov.br ou contato através do número (32) 3435-0135.

4.4. Os valores unitários registrados nesta IRP e indicados no TR são preliminares, podendo divergir dos estimados quando da publicação do edital.

5.DOCUMENTO EM ANEXO:

5.1. Todas as informações e condições para Registro de Preço para futura Contratação de empresa para prestação de serviços debuffetpara viabilização de eventos, com fornecimento sob demanda, de materiais e serviços para atender demanda da secretaria demandante, se encontram no Termo de Referência – TR anexo.

Rodeiro, 18 de agosto de 2026.

BRUNA DE QUEIROZ PEREIRA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Iohana de Oliveira Nogueira
Código Identificador:FED43D58

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA BARBARA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 067/2026

Após o julgamento da Licitação Pregão Eletrônico n.º 067/2026, Processo n.º 145/2026, julgada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio no dia 17/08/2026, cujo objeto é o "Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada para fornecimento de MUDAS ARBÓREAS NATIVAS E EXÓTICAS, destinadas à arborização urbana, paisagismo e recuperação ambiental no Município de Santa Bárbara/MG, segundo características, condições, obrigações e requisitos técnicos do edital e de seus anexos", tendo sido adjudicada à empresa citada abaixo, homologo a licitação nos termos da Lei n.º 14.133/21.

Fornecedor: AGROMINAS COMERCIO DE PLANTAS LTDA EPP - **CPF/CNPJ:** 05.538.322/0001-02						
LOTE ÚNICO						
Item	**Cód. Int.**	**Descrição Item**	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
01	30346	Ipê-de-jardim (Tecoma stans)	100,00	UNIDADE	46,00	4.600,00
02	40719	Escova-de-garrafa (Callistemon viminalis)	200,00	UNIDADE	46,00	9.200,00
03	40720	Magnólia-amarela (Michelia champaca)	100,00	UNIDADE	46,00	4.600,00
04	40721	Quaresmeira (Tibouchina granulosa)	100,00	UNIDADE	46,00	4.600,00
05	40722	Resedá / Extremosa (Lagerstroemia indica)	100,00	UNIDADE	46,00	4.600,00
06	40723	Pata-de-vaca (Bauhinia forficata)	200,00	UNIDADE	46,00	9.200,00
07	40724	Ipê-mirim (Handroanthus chrysotrichus)	100,00	UNIDADE	46,00	4.600,00
08	40725	Manacá-da-serra (Tibouchina mutabilis)	200,00	UNIDADE	46,00	9.200,00
09	40726	Jacarandá-mimoso (Jacaranda mimosifolia)	100,00	UNIDADE	46,00	4.600,00
10	40727	Oiti-da-praia (Licania tomentosa)	100,00	UNIDADE	46,00	4.600,00
11	40728	Extremosa-do-campo (Lagerstroemia indica)	100,00	UNIDADE	46,00	4.600,00
12	40729	Sibipiruna (Poincianella pluviosa)	100,00	UNIDADE	46,00	4.600,00
13	40730	Cássia-rosa (Cassia grandis)	100,00	UNIDADE	46,00	4.600,00
14	40731	Angico-vermelho (Anadenanthera peregrina)	100,00	UNIDADE	46,00	4.600,00
15	40732	Pau-ferro (Libidibia ferrea)	100,00	UNIDADE	46,00	4.600,00
16	40733	Cabreúva (Myroxylon peruiferum)	100,00	UNIDADE	46,00	4.600,00
17	40734	Jequitibá-rosa (Cariniana legalis)	100,00	UNIDADE	46,00	4.600,00
18	40735	Guanandi (Calophyllum brasiliense)	100,00	UNIDADE	46,00	4.600,00
TOTAL DO FORNECEDOR				**R$ 96.600,00**		

TOTAL DO PROCESSO: R$ 96.600,00 (noventa e seis mil e seiscentos reais)

Santa Bárbara, 18 de agosto de 2026.

SIMONE DO ROSÁRIO GERMANO,
Secretária Municipal de Administração Pública.

Publicado por:
Marina Moreira Gonçalves de Oliveira
Código Identificador:6B993515

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DA PONTE

COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO Nº 005/2026

EDITAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE INTERESSE SOCIAL. PRAZO 30 (TRINTA) DIAS.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA PONTE - MG, pessoa jurídica de direito público interno,com sede na Praça Olímpio Campos, 128, bairro Centro, São João da Ponte - MG - CEP: 3943000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob n.º 16.928.483/0001-29, vem através do Prefeito Municipal, Fábio Luiz Fernandes Cordeiro, para fins registrais, nos termos da Lei Federal nº13.465/17 e considerando a **Decisão Administrativa de 01 de julho de 2026 no qual determinou a instauração do procedimento administrativo de regularização fundiária nº 010/2026, que tem por objetivo regularizar o núcleo urbano informal consolidado no local denominado Alvorada,** conforme mapa do perímetro indicado a seguir.
Estando em termos, expediu-se o presente edital para **NOTIFICAÇÃO** de todos **interessados, espólio, confrontantes, confinantes, possuidores, proprietários e especialmente o seguinte proprietário registral:**

MATRÍCULA IDENTIFICADA NA CERTIDÃO	PROPRIETÁRIO REGISTRAL IDENTIFICADO NA CERTIDÃO	CPF/CNPJ IDENTIFICADO NA CERTIDÃO	ENDEREÇO IDENTIFICADO NA CERTIDÃO
3996	GENTIL GOMES CORDEIRO / NOÊMIA ARAÚJO GOMES	CPF: ***.***.*16-34	Praça Olímpio Campos, 154, Centro, São João da Ponte - MG, CEP 39430-000
R/2 3996	JOSÉ OSVALDO FERREIRA ROCHA	não especificado	Ribeirão do Ouro, São João da Ponte - MG
R/11 3996	ZENILDA DE ARAÚJO GOMES	CPF: ***.***.*76-87	Rua Romão Ferreira, nº 110, Centro, São João da Ponte - MG, CEP 39430-000
R/34 3996	GENTIL GOMES CORDEIRO FILHO / MARTA GORETE OLIVEIRA GOMES CORDEIRO	CPF: ***.***.*46-49	Rua Coronel Joaquim Costa, 151, apto. 101, Centro, Montes Claros - MG, CEP 39400-049
R/26 3996	ZILEIDE GOMES DE SOUZA	CPF: ***.***.*26-72	Rua Coronel Joaquim Costa, 151, apto. 303, Centro, Montes Claros - MG, CEP 39400-049
R/39 3996	ZELCIR GOMES SOGARI	CPF: ***.***.*06-25	Rua Veloso, 918, Centro, Montes Claros - MG, CEP 39400-074
4009	GENTIL GOMES CORDEIRO / NOÊMIA DE ARAÚJO GOMES	CPF: ***.***.*16-34	São João da Ponte - MG
R/1 4009	MARIA DE JESUS OLIVEIRA DA SILVA	CPF: ***.***.*16-85	Fazenda Varginha, zona rural de São João da Ponte - MG
AV/2 4009	SIDNEY PEREIRA DA SILVA	CPF: ***.***.*46-53	São João da Ponte - MG
AV/3 4009	ERCILIO RODRIGUES DA CRUZ	CPF: ***.***.*56-87	Av. Montes Claros, 524, Denise, São João da Ponte - MG, CEP 39430-000
AV/4 4009	JOÃO LUIZ FERREIRA DE OLIVEIRA	CPF: ***.***.*96-00	São João da Ponte - MG
AV/5 4009	JOSÉ OSMAR PEREIRA DA SILVA	CPF: ***.***.*26-15	Fazenda Varginha, zona rural de São João da Ponte - MG
R/1 4010	SIDNEY PEREIRA DA SILVA / RITA DE JESUS RODRIGUES DA SILVA	CPF: ***.***.*46-53	São João da Ponte - MG
4010	GENTIL GOMES CORDEIRO / NOÊMIA DE ARAÚJO GOMES	CPF: ***.***.*16-34	São João da Ponte - MG
R/2 4010	ERCILIO RODRIGUES DA CRUZ	CPF: ***.***.*56-87	Av. Montes Claros, 524, Denise, São João da Ponte - MG, CEP 39430-000
4011	GENTIL GOMES CORDEIRO / NOÊMIA DE ARAÚJO GOMES	CPF: ***.***.*16-34	São João da Ponte - MG
R/1 4011	CARLOS ALBERTO PEREIRA DA SILVA / CARLA FERREIRA DA SILVA	CPF: ***.***.*48-77	São João da Ponte - MG
R/1 4011	VANDIRA DE JESUS SILVA	CPF: ***.***.*56-34	São João da Ponte - MG
R/2 4011	ARGEMIRO FERREIRA GUSMÃO	não especificado	Rua Belo Horizonte, 46, bairro Denise, São João da Ponte - MG, CEP 39430-000
4012	GENTIL GOMES CORDEIRO / NOÊMIA DE ARAÚJO GOMES	CPF: ***.***.*16-34	São João da Ponte - MG
R/1 4012	CARLOS ALBERTO PEREIRA DA SILVA / CARLA PEREIRA DA SILVA	CPF: ***.***.*48-77	São João da Ponte - MG
R/1 4012	VANDIRA DE JESUS SILVA	CPF: ***.***.*56-34	São João da Ponte - MG
4028	GENTIL GOMES CORDEIRO / NOÊMIA DE ARAÚJO GOMES	CPF: ***.***.*16-34	São João da Ponte - MG
R/1 4028	JOSÉ ATAÍDE DE OLIVEIRA SILVA	CPF: ***.***.*26-14	São João da Ponte - MG
4051	GENTIL GOMES CORDEIRO / NOÊMIA ARAÚJO GOMES	CPF: ***.***.*16-34	Praça Olímpio Campos, 154, Centro, São João da Ponte - MG, CEP 39430-000
R/1 4051	WALDEMAR OLIVEIRA DA SILVA	CPF: ***.***.*56-58	São João da Ponte - MG
4052	GENTIL GOMES CORDEIRO / NOÊMIA ARAÚJO GOMES	CPF: ***.***.*16-34	Praça Olímpio Campos, 154, Centro, São João da Ponte - MG, CEP 39430-000
R/1 4052	VENERANDO BATISTA DA CONCEIÇÃO / MARIA JURACI ALVES DA CONCEIÇÃO	CPF: ***.***.*06-91	São João da Ponte - MG
R/2 4052	ODENTINO FERREIRA DIA	CPF: ***.***.*86-87	Ribeirão do Ouro, São João da Ponte - MG
4097	GENTIL GOMES CORDEIRO / NOÊMIA ARAÚJO GOMES	CPF: ***.***.*16-34	Praça Olímpio Campos, 154, Centro, São João da Ponte - MG, CEP 39430-000
R/1 4097	FRANCELINO PEREIRA DA SILVA	CPF: ***.***.*86-81	Ribeirão do Ouro, São João da Ponte - MG
4144	GENTIL GOMES CORDEIRO / NOÊMIA ARAÚJO GOMES	CPF: ***.***.*16-34	Praça Olímpio Campos, 154, Centro, São João da Ponte - MG, CEP 39430-000
R/1 4144	JOSÉ ELOI PEREIRA DA SILVA	CPF: ***.***.*06-44	Rua 31 de Dezembro, Centro, São João da Ponte - MG
R/2 4144	MARIA DAS NEVES SOUZA SILVA	CPF: ***.***.*86-49	São João da Ponte - MG
4145	GENTIL GOMES CORDEIRO / NOÊMIA ARAÚJO	CPF: ***.***.*16-34	Praça Olímpio Campos, 154, Centro, São João da

	GOMES		Ponte - MG, CEP 39430-000
R/1 4145	JOSÉ ELOI PEREIRA DA SILVA	CPF: ***.***.*06-44	Rua 31 de dezembro, Centro, São João da Ponte - MG
R/2 4145	ANTÔNIO SIMÕES DE OLIVEIRA	CPF: ***.***.*86-72	São João da Ponte - MG
R/3 4145	TÂNIA MARISA SIMÕES DE OLIVEIRA	não especificado	Povoado de Vera Cruz, São João da Ponte - MG
R/3 4145	MARIA JOSÉ SOARES BARBOSA	CPF: ***.***.*76-71	Povoado de Vera Cruz, São João da Ponte - MG
4384	GENTIL GOMES CORDEIRO / NOÊMIA ARAÚJO GOMES	CPF: ***.***.*16-34	São João da Ponte - MG
R/1 4384	ELTON GONÇALVES DE SOUZA	CPF: ***.***.*96-51	João Moreira, São João da Ponte - MG
R/1 4384	HÉLIO GONÇALVES DE SOUZA	CPF: ***.***.*86-49	Rua Av. Clorinda de Oliveira, 1023, Jardim Nossa Sra. Aparecida, Francisco Morato - SP, CEP 07936-150
4715	GENTIL GOMES CORDEIRO / NOÊMIA ARAÚJO GOMES	CPF: ***.***.*16-34	São João da Ponte - MG
R/1 4715	MARCOS VINICIUS SOARES BARBOSA / CLEONICE MUNIZ DE AGUIAR SOARES	CPF: ***.***.*36-72	São João da Ponte - MG
R/1 4715	MAURICIO DOS SANTOS BARBOSA	não especificado	São João da Ponte - MG
R/2 4715	WARLEY SOUZA SILVA	não especificado	Av. Marciano José Pimenta, 286, Bairro Alvorada, São João da Ponte - MG, CEP 39430-000
4715	CALILA S. DE OLIVEIRA - Confrontante	não especificado	não especificado
4715	FRANCELINO DE TAL - Confrontante	não especificado	não especificado
5526	ZENILDA DE ARAÚJO GOMES	CPF: ***.***.*76-87	Rua Coronel Joaquim Costa, 151, apto. 203, Centro, Montes Claros - MG, CEP 39400-049
R/1 5526	VERA LUCIA SANTOS CEOLIN	CPF: ***.***.*86-34	Rua Professor Morais, 629, Funcionários, Belo Horizonte - MG, CEP 30150-370
5527	ZENILDA DE ARAÚJO GOMES	CPF: ***.***.*76-87	Rua Coronel Joaquim Costa, 151, apto. 203, Centro, Montes Claros - MG, CEP 39400-049
R/1 5527	VERA LUCIA SANTOS CEOLIN	CPF: ***.***.*86-34	Rua Professor Morais, 629, Funcionários, Belo Horizonte - MG, CEP 30150-370
5528	ZENILDA DE ARAÚJO GOMES	CPF: ***.***.*76-87	Rua Coronel Joaquim Costa, 151, apto. 203, Centro, Montes Claros - MG, CEP 39400-049
R/1 5528	VERA LUCIA SANTOS CEOLIN	CPF: ***.***.*86-34	Rua Professor Morais, 629, Funcionários, Belo Horizonte - MG, CEP 30150-370
5542	ZENILDA DE ARAÚJO GOMES	CPF: ***.***.*76-87	Rua Coronel Joaquim Costa, 151, apto. 203, Centro, Montes Claros - MG, CEP 39400-049
R/1 5542	ELIANA RIBEIRO SOBRAL	CPF: ***.***.*88-92	Rua Sexto Empírico, 82, Chácara Belenzinho, São Paulo - SP, CEP 03380-070
5575	FRANCISCO DE CAMARGO / MARIA APARECIDA DE CAMARGO	CPF: ***.***.*18-72, CPF: ***.***.*78-62	Fazenda Tigre, São João da Ponte - MG
5575	ZILMAR ALVES SANTA ROSA - Confrontante	não especificado	não especificado
5575	FRANCISCO DE CAMARGO - Confrontante	não especificado	Fazenda Tigre, São João da Ponte - MG
R/2 5575	LUCILIO WELIKS DE SOUZA / RISLEY DA SILVA SOUZA	CPF: ***.***.*66-32, CPF: ***.***.*56-02	Rua Honorato Campos, 21, Centro, São João da Ponte - MG, CEP 39430-000
6832	GENTIL GOMES CORDEIRO FILHO / MARTA GORETE DE OLIVEIRA CORDEIRO GOMES	CPF: ***.***.*46-49, CPF: ***.***.*22-00	Avenida Getúlio Vargas, 172, Centro, São João da Ponte - MG, CEP 39430-000
R/1 6832	ELDIRO ALVES DE OLIVEIRA / MARLENE APARECIDA DOS SANTOS OLIVEIRA	CPF: ***.***.*18-37	Rua Brasília de Minas, 30, Denise, São João da Ponte - MG, CEP 39430-000
R/3 6832	GUSTAVO LUIZ FERREIRA	CPF: ***.***.*96-93	Rua Francelino Queiroz, 851, Centro, São João da Ponte - MG, CEP 39430-000
6859	ZELCIR GOMES SOGARI	CPF: ***.***.*06-25	Rua Veloso, 918, Centro, Montes Claros - MG, CEP 39400-074
6860	ZELCIR GOMES SOGARI	CPF: ***.***.*06-25	Rua Veloso, 918, Centro, Montes Claros - MG, CEP 39400-074
6914	ZENILDA DE ARAÚJO GOMES	CPF: ***.***.*76-87	Rua Coronel Joaquim Costa, 151, apto. 203, Centro, Montes Claros - MG, CEP 39400-049
R/1 6914	JOÃO EVILAZIO SILVA CORDEIRO / HELLEN TATIANE FERREIRA FRAGA CORDEIRO	CPF: ***.***.*36-92, CPF: ***.***.*26-85	Rua Sebastião dos Santos, 34, Bairro Alvorada, São João da Ponte - MG, CEP 39430-000
R/2 6914	CONSTRUTORA VIA ÚNICA LTDA ME	CNPJ: **.***.***/**01-63	Avenida Peres, 200, Bairro Interlagos, Montes Claros - MG, CEP 39400-970
8639	ZENILDA DE ARAÚJO GOMES	CPF: ***.***.*76-87	Rua Coronel Joaquim Costa, 151, apto. 203, Centro, Montes Claros - MG, CEP 39400-049
R/1 8639	HELLEN TATIANE ALVES SANTA ROSA	CPF: ***.***.*06-03	Rua Janaúba, 105, Bairro Denise, São João da Ponte - MG, CEP 39430-000
R/3 8639	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	CNPJ: **.***.***/**01-04	Setor Bancário Sul, quadra 04, lotes 3/4, Brasília - DF, CEP 70070-140
8657	LUCILIO WELIKS DE SOUZA / RISLEY DA SILVA SOUZA	CPF: ***.***.*66-32, CPF: ***.***.*56-02	Rua Honorato Campos, 21, Centro, São João da Ponte - MG, CEP 39430-000
8657	CARLOS ALBERTO FAGUNDES - Confrontante	não especificado	não especificado
9093	ESPÓLIO DE GENTIL GOMES CORDEIR	CPF: ***.***.*25-72	Rua Dr. Veloso, 918, Centro, Montes Claros - MG, CEP 39400-074
R/1 9093	ERCÍLIO RODRIGUES DA CRUZ	CPF: ***.***.*56-87	Av. Montes Claros, 524, Denise, São João da Ponte - MG, CEP 39430-000
9193	CARLOS ALBERTO PEREIRA DA SILVA / VANESSA SANTOS SILVA	não especificado / não especificado	São João da Ponte - MG
9193	CARLA PEREIRA DA SILVA	CPF: ***.***.*48-77	Rua Ilha Grande, 291, Imirim, São Paulo - SP, CEP 02467-090
9193	CELSO DE TAL - Confrontante	não especificado	não especificado
9193	DURVALINA DE TAL - Confrontante	não especificado	não especificado
9321	GILBERTO ARAÚJO GOMES	CPF: ***.***.*66-20	Rua Cel. Joaquim Costa, 151, Apt 202, Centro, Montes Claros - MG, CEP 39400-049
R/1 9321	GELSON ARAÚJO GOMES	CPF: ***.***.*36-68	Rua Honorato Campos, 168, Centro, São João da Ponte - MG, CEP 39430-000
9433	GENTIL GOMES CORDEIRO / NOÊMIA ARAÚJO GOMES	CPF: ***.***.*16-34	Praça Olímpio Campos, 154, Centro, São João da Ponte - MG, CEP 39430-000
AV/1 9433	NAZÁRIO PEREIRA DA SILVA	não especificado	Lagoa, distrito de Santo Antônio da Boa Vista, São João da Ponte - MG

Nomes das ruas:
· Av. Montes Claros
· Rua Varzelândia
· Rua Sebastião Santos
· Rua José Laercio Peres de Oliveira
· Avenida José Marciano Pimenta
· Rua Brasília de Minas
· Rua Acácio Luiz Cordeiro Campos

· Rua Mirabela
· Rua José Borges Rego
· Rua Bocaiúva
· Rua Janaúba
· Rua Jaime da Silva Pereira

Nessa oportunidade, **adverte-se que não apresentando impugnação e discordância de forma detalhada perante o Município de São João da Ponte - MG, na sede da Prefeitura, localizada na Praça Olímpio Campos, 128, bairro Centro, São João da Ponte - MG - CEP: 3943000, em 30 (trinta) dias após a publicação do presente edital poderá implicar em concordância e/ou possível perda de eventual direito que o notificado titularize sobre o imóvel objeto da Reurb**. Os proprietários registrais identificados nas certidões fornecidas pelo cartório de registro de imóveis que possuem endereço completo serão notificados também via aviso de recebimento (AR). O presente edital não será renovado caso a titulação final seja por usucapião judicial ou extrajudicial, servindo o presente para atendimento do dispositivo no §4º do art. 216-A da lei 6.015/73. Será o presente edital, por extrato afixado nos átrios da Prefeitura e publicado.
Eu, Fábio Luiz Fernandes Cordeiro, Prefeito municipal de São João da Ponte - MG, conferi e assino.

São João da Ponte - MG, 18 de agosto de 2026.

VALERIA VERISSIMO DOS SANTOS
Presidente da CMRF

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal de São João da Ponte -MG

Publicado por:
Angelica Ferreira Dos Santos
Código Identificador:3B9DBC43

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EXTRATO DO TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2025

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso – MG. **Extrato do Termo de Alteração da Ata de Registro de Preços.** Pregão Eletrônico nº 91/2025, Processo nº 16192/2025 e Ata de Registro de Preços (ARP) nº 57/2026. **Objeto do processo**: Registro de preços para eventual contratação de fornecedor de artigos de limpeza e higienização para manutenção dos diversos setores desta prefeitura municipal, conforme planejamento anual, pelo período de 12 meses, com itens exclusivos para ME, EPP e MEI, itens de cota reservada para ME, EPP e MEI e cota para livre participação. **Alteração (reequilíbrio)**: Nos termos do artigo 16, inciso I, do Decreto Municipal nº 6.468/2024 c/c a alínea "d" do inciso II do caput do artigo 124 da Lei de Licitação nº 14.133/21, altera-se o valor unitário dos itens registrados na ARP nº 57/2026, oriunda do Pregão nº 91/2025 assinada em 27 de Fevereiro de 2026, em razão do reequilíbrio econômico-financeiro, ficando da seguinte forma:

Cód.	QT Restante	Descrição Parcial	Valor Unitário Registrado	Valor Unitário Reequilibrado	%	Valor Total do Reequilíbrio
49689	7.034	CLORO HIPOCLORITO DE SÓDIO	R$ 10,49	R$ 12,58	19,92%	R$ 14.701,06
49175	220	LIMPADOR DE USO GERAL	R$ 9,59	R$ 10,26	6,99%	R$ 147,40
VALOR TOTAL DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO PARA ARP Nº 57/2026						**R$ 14.848,46**

O valor total do Reequilíbrio Econômico-Financeiro de acréscimo à ARP nº 57/2026 está estimado em R$14.846,46 (quatorze mil oitocentos e quarenta e seis reais e quarenta e seis centavos).

Em favor da Detentora do Registro de Preços a empresa **OXI QUÍMICA LTDA.**

Contratante: Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso/MG.
O presente Termo passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

ALEXANDRE DA SILVA MAGALHÃES
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão
Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

São Sebastião do Paraíso – MG, 18 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Sabrina Alves Lovo
Código Identificador:883ADB81

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EXTRATO DO TERMO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 75/2022 - PROCESSO Nº 407/2022

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso/MG. Extrato do **Termo de Renovação Contratual.** Contrato nº 075/2022, Processo Administrativo nº 0407/2022, Dispensa nº 006/2022. **Objeto do Processo**: Locação de caminhões basculantes toco e truck destinados a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Planejamento Urbano, pelo período de 12 meses, através de dispensa de licitação, nos termos do artigo 24, inciso xi, da lei 8.666/93, em detrimento de rescisão contratual com a 01º colocada no pregão presencial nº 91/2021. (contratação referente apenas aos itens 1 e 2 do pregão presencial nº 91/2021). **Reajuste**: Nos termos do artigo 65, § 8º, c/c artigo 40, inciso XI da Lei de Licitação nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, fica estabelecido o reajuste de **4,32708%** com base no índice oficial INPC, acumulado de 12 meses, referente ao período de Jul/2025 a Jun/2026. **Vigência:** 18 de Agosto de 2026 à 25 de Fevereiro de 2027. **Renovação:** Nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei de Licitação nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, fica renovado o referido contrato, firmados mediante Dispensa nº 006/2022, em razão da Renovação Contratual, ficando da seguinte forma:

Item	Cód.	Descrição Parcial	Unidade Medida	Valor Unitário	Valor Unitário Reajustado	Total Estimado
01	62031	Locação de Caminhões Basculante Truck	M³	R$ 1,78	R$ 1,86	R$ 4.137.947,59
02	12702	Locação de Caminhões Basculante Toco	M³	R$ 1,32	R$ 1,38	R$ 1.299.243,48
Valor Total Estimado da Renovação do Contrato nº 75/2022						R$ 5.437.191,07

O valor total da Renovação Contratual está estimada em R$ 5.437.191,07 (cinco milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, cento e noventa e um reais e sete centavos) mediante Contrato 075/2022.

Em favor da Contratada: **J&M Comércio e Serviços Ltda**.

Contratante: Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso/MG. O presente termo de renovação contratual passa a vigorar a partir de 18 de Agosto de 2026.

NORIVALDO APARECIDO NETO
Secretário Municipal de Obras, Serviços Públicos e Planejamento Urbano
Órgão Gerenciador do Contrato.

São Sebastião do Paraíso/MG, 18 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Helcio Ribeiro de Andrade Filho
Código Identificador:6B5FD2F1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TEÓFILO OTONI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 19º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/2023

EXTRATO DO 19º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/2023 **- Contratante:** Município de Teófilo Otoni/MG – **Contratada: ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE BOM SAMARITANO - Referência:** Processo Licitatório nº 001/2023, Credenciamento nº 001/2023. **Data da Assinatura:** 10/08/2026. **Do Objeto:** O presente Termo Aditivo tem como objeto **o aditamento de prazo** ao Contrato n.º 013/2023**. Do prazo:** Contrato nº 013/2023 fica, fica prorrogado por 17 (dezessete) dias contados a partir de 15 de agosto de 2026, findando em 31 de agosto de 2026. **Do Valor:** O Contrato n° 013/2023 possui o valor atual de R$ 43.109.033,83 (quarenta e três milhões cento e nove mil, trinta e três reais e oitenta e três centavos), sendo a presente renovação equivalente ao montante de R$ 2.017.500,85(dois milhões dezessete mil quinhentos reais e oitenta e cinco centos centavos), praticados conforme quadro abaixo.

ITEM	FICHA	FONTE	VALOR
1- ORÇAMENTO PRÉ -FIXADO			
1.1 Média complexidade (SIH+SAI) 075.0078	977	1600	R$ 213.727,31
1.2 Integra SUS – Incentivo de integração ao Sistema único de Saúde	977	1600	R$ 3.005,14
1.3 Incentivo 100% SUS	977	1600	R$ 65.748,54
1.4 IGH – Incentivo de qualificação da gestão hospitalar (Portaria MS nº 142/2014)	977	1600	R$ 23.436,15
1.5 PNE – Pacientes com necessidades especiais	977	1600	R$ 4.013,89
1.6 Qualificação de 06 (seis) leitos de UTI adulto RUE (Rede de Urgência e Emergência) tipo II	977	1600	R$ 29.903,14
1.7 Serviço de odontologia em oncologia	977	1600	R$ 106.651,39
1.8 Serviços em oncologia	977	1600	R$ 414.302,32
TOTAL PRÉ FIXADO			**R$ 860.787,87**
2 – ALTA COMPLEXIDADE (PÓS FIXADO) – MAC/FAEC E INCENTIVO			
2.1. Cirurgia oncológica Portaria 1940/2016	977	1600	R$ 187.490,59
2.2. Tratamento clínico em oncologia Portaria 1940/2016	977	1600	R$ 243.587,38
2.3. Qualificação Leitos UTI	977	1600	R$ 58.994,08
2.4. UTI Adulto	977	1600	R$ 148.963,84
2.5. Valora Minas	969	1621	R$ 256.334,31
2.6. Órtese e prótese – MAC	977	1600	R$ 60.222,28
2.6.1. Órtese e prótese – FAEC	981	1600	R$ 25.004,17
2.7. SADT pós fixado	977	1600	R$ 30.351,60
2.8. Serviço de radioterapia de complexo hospitalar	981	1600	R$ 145.764,72
TOTAL PÓS-FIXADO			**R$ 1.156.712,98**
TOTAL GERAL PRÉ E PÓS -FIXADO			**R$ 2.017.500,85**

Teófilo Otoni/MG, 17 de agosto de 2026.

JORGE GUEDES BORBOREMA –
Secretário Municipal de Saúde.

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:EFE6D978

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS PONTAS

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
EXTRATO DE 1º TERMO DE PRORROGAÇÃO E REAJUSTE

Ata de Registro de Preços nº 264/2025
Pregão Eletrônico n.º 48/2025 – Processo n.º 108/2025

Partes: Município de Três Pontas/MG e 50.070.866 Robson Luis De Oliveira., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 50.070.866/0001-47.
Objeto: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 264/2025, referente à registro de preço para locação de caminhão munck, motoniveladora, trator com trincha e serviços de manutenção preventiva e corretiva, com o fornecimento de operadores qualificados, visando atender às demandas operacionais e de manutenção das Secretarias solicitantes.
Prorrogação: Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 264/2025 por mais 01 (um) ano, com termo final em 18 de agosto de 2027.
Reajuste: Em decorrência da prorrogação e considerando as disposições da Cláusula 4.2 da Ata de Registro de Preços nº 264/2025, bem como a variação acumulada do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo no período compreendido entre o mês de apresentação da proposta e os 11 (onze) meses subsequentes, os valores passam a vigorar conforme abaixo:

ITEM	QUANT	UN	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO REAJUSTADO
004	600	HR	76154	SERVIÇOS DE PODA E CORTE DE ÁRVORES EM ESPAÇOS PÚBLICOS E VIAS URBANAS EXECUÇÃO DE PODA E CORTE DE ÁRVORES DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE.- UTILIZAÇÃO DE MOTOPODA OU MOTOSSERRA PARA OPERAÇÕES AO NÍVEL DO SOLO. - EMPREGO DE VEÍCULO ADAPTADO COM PLATAFORMA AÉREA PARA ALCANÇAR ÁRVORES MAIS ALTAS E PRÓXIMAS À FIAÇÃO ELÉTRICA. - APLICAÇÃO DE TÉCNICAS DE ESCALADA EM ÁREAS DE DIFÍCIL ACESSO. - COLETA E REMOÇÃO ADEQUADA DOS RESÍDUOS GERADOS DURANTE AS ATIVIDADES. TRANSPORTE DOS RESÍDUOS PARA LOCAL DESIGNADO PELA PREFEITURA, CONFORME REGULAMENTAÇÕES AMBIENTAIS. - OS OPERADORES DEVEM POSSUIR CERTIFICAÇÕES ESPECÍFICAS PARA O MANEJO SEGURO DE MOTOSSERRAS E MOTOPODAS. - CERTIFICAÇÃO PARA A OPERAÇÃO SEGURA DE PLATAFORMAS AÉREAS.	N/C	R$ 494,00	R$ 516,93

Data: 18 de julho de 2026.

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:AFCD6FAB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
ATA DE ANÁLISE DE CATÁLOGOS

ATA DE ANÁLISE DE CATÁLOGOS

Aos 17 (dezessete) dias do mês de agosto de 2026, o Setor de Compras e Licitações recebeu a documentação referente à análise e avaliação dos catálogos apresentados no âmbito do Processo Licitatório nº 158/2026 – Pregão Presencial nº 35/2026, encaminhada pela Comissão de Avaliação dos Materiais de Consumo, designada através da Portaria nº 123, de 15 de abril de 2021.
A documentação encaminhada contém a Ata da Sessão de Análise e Julgamento dos Catálogos e os respectivos Pareceres de Análise dos Catálogos, elaborados pela Comissão de Avaliação dos Materiais de Consumo, para avaliação dos itens apresentados pelos fornecedores vencedores, referentes à aquisição de **Equipamentos e Mobiliário Escolar**.
Conforme registrado pela Comissão de Avaliação, os catálogos apresentados pelos fornecedores foram devidamente analisados, tendo sido considerados **APROVADOS**, conforme os pareceres constantes da documentação encaminhada.
Dessa forma, passa-se ao registro integral da documentação recebida da Comissão de Avaliação dos Materiais de Consumo:

"FOLHA DE DESPACHO
INTERESSADO: Setor de Compras
ASSUNTO: Análise de Catálogos – Processo Licitatório nº 158/2026 - Pregão Presencial nº 35/2026 Ao Setor de Compras,
1. Trata-se da análise de catálogos, descrito no Processo Licitatório nº 158/2026 e Pregão Presencial nº 35/2026 – **(EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO ESCOLAR)**, para avaliação dos itens que cada proponente vencedora apresentou.
2. Os catálogos que foram apresentados para avaliação, obtiveram o Parecer **APROVADO/ REPROVADO**, emitido pelos membros da Comissão de Avaliação de Materiais de Consumo. Os itens que receberam Parecer Reprovado seguiram de justificativa.
3. Todos os itens foram aprovados, assim diante do exposto, encaminham-se os termos ao Setor de Compras para o devido conhecimento e para as providências cabíveis.

Alterosa, 14 de agosto de 2026.

ATA DA SESSÃO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DOS CATÁLOGOS REFERENTES AOS ITENS DESCRITOS NO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/2026, PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2026 – EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO ESCOLAR - DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.
Aos 14 (quatorze) dias do mês de agosto de 2026, às 08h00min, reuniram-se na Secretaria Municipal de Educação, situada à Rua Joaquim José Terra, nº 13, no município de Alterosa/MG, os membros da Comissão de Avaliação de Materiais de Consumo, a saber: as representantes técnicas da Secretaria Municipal de Educação, Sra. Regiane Machado e Sra. Andréia Helena Rocha; a Secretária de Educação, Sra. Vanda Helena Alves Martins, representante da Secretaria Municipal de Educação, Sra. Fabiene Aparecida de Oliveira; o representante da Secretaria Municipal de Saúde, Sr. Renato dos Reis Martins; a representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, Sra. Juliana de Almeida Soares; e as representantes das Escolas Municipais, Sra. Nara Luzia de Araújo Ippólito e Sra. Suely Maria Moreira. Areunião teve como finalidade a análise e o julgamento dos catálogos referentes aos itens dos fornecedores ganhadores: Afox Equipamentos E Serviços Ltda, CNPJ: 48.822.668/0001-40, itens 2,11,17 e 18; GF Moveis De Escritório Ltda.: CNPJ: 44.784.805/0001-49, itens: 9 e 10; JWR Moveis Ltda., CNPJ: 63.531.583/0001-05, itens 8 e 16; Leftec Comercio E Serviços Ltda., CNPJ: 38.108.516/0001-27, item 15; Odete Maria Freitas, CNPJ: 45.897.289/0001-21, itens 1, 3, 4 e 5; Oliveira & Andrade Distribuidor Ltda., CNPJ: 46.161.570/0001-64, itens 6 e 7 e Wesley Silva Amorim: CNPJ: 30.943.817/0001-64, item 12. Os referidos fornecedores

apresentaram catálogos no prazo estabelecido no edital, conforme anexo Pregão Presencial n° 35/2026. Ademais, para análise dos catálogos de cada fornecedor segue abaixo o resultado da análise.
Após a devida análise, os catálogos apresentados foram considerados **APROVADOS**, conforme descrito a seguir:
PARECER DE ANÁLISE DOS CATÁLOGOS

PARECER DE ANÁLISE DOS CATÁLOGOS DA EMPRESA:
AFOX EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 48.822.668/0001-40

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	RESULTADO DA ANALISE
02	FRIGOBAR -CAPACIDADE: 93L -DIMENSÕES DO PRODUTO (AXLXP) (CM): 86 X 47,2 X 45 -COR: PRETO -TIPO DE DEGELO: MANUAL –GÁS ECOLÓGICO: SIM, R600A FREQUÊNCIA (HZ): 60HZ -VOLTAGEM: BIVOLT - FRIGOBAR-CAPACIDADE: 93L -DIMENSÕES DO PRODUTO (AXLXP) (CM): 86 X 47,2 X 45 -COR: PRETO -TIPO DE DEGELO: MANUAL –GÁS ECOLÓGICO: SIM, R600A -FREQUÊNCIA (HZ): 60HZ -VOLTAGEM: BIVOLT	HQ	APROVADO
11	CADEIRA GIRATÓRIA - GIRATÓRIA, REGULAGEM DE ALTURA - ASSENTO E ENCOSTO EM TELA MESH, PISTÃO CLASSE 2. -ALTURA: 89CM - 99CM -LARGURA: 60CM PROFUNDIDADE: 54CM -PESO SUPORTADO: 100KG -COR: PRETO - CADEIRA GIRATÓRIA - GIRATÓRIA, REGULAGEM DE ALTURA -ASSENTO E ENCOSTO EM TELA MESH, PISTÃO CLASSE 2. -ALTURA: 89CM - 99CM -LARGURA: 60CM -PROFUNDIDADE: 54CM -PESO SUPORTADO: 100KG-COR: PRETO	FORTT	APROVADO
17	LIQUIDIFICADOR -INDUSTRIAL -POTÊNCIA: 1.200W -ALTA ROTAÇÃO - VOLTAGEM: 127V -CAPACIDADE: 3,5L ROTAÇÃO: 15000 RPM –AÇO INOXIDÁVEL LIQUIDIFICADOR -INDUSTRIAL -POTÊNCIA: 1.200W -ALTA ROTAÇÃO -VOLTAGEM: 127V -CAPACIDADE: 3,5L ROTAÇÃO: 15000 RPM –AÇO INOXIDÁVEL	JL COLOMBO	APROVADO
18	BATEDEIRA -CAPACIDADE: 5L -VOLTAGEM: BIVOLT NÍVEIS DE VELOCIDADE: 10 -CORPO EM AÇO SAE 1020 COM PINTURA EPÓXI – PÉS EMBORRACHADOS COM REGULAGEM -BATEDOR GLOBO EM INOX -BATEDOR GANCHO E RAQUETE EM ALUMÍNIO FUNDIDO BATEDEIRA -CAPACIDADE: 5L -VOLTAGEM: BIVOLT NÍVEIS DE VELOCIDADE: 10 -CORPO EM AÇO SAE 1020 COM PINTURA EPÓXI – PÉS EMBORRACHADOS COM REGULAGEM -BATEDOR GLOBO EM INOX -BATEDOR GANCHO E RAQUETE EM ALUMÍNIO FUNDIDO	PROGAS	APROVADO

PARECER DE ANÁLISE DOS CATÁLOGOS DA EMPRESA: GF MOVEIS DE ESCRITORIO LTDA: CNPJ: 44.784.805/0001-49

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	RESULTADO DA ANALISE
09	FOGÃO INDUSTRIAL - 4 QUEIMADORES DUPLOS ESTRUTURA TOTALMENTE EM AÇO INOXIDÁVEL, GRELHA 40X40CM EM FERRO FUNDIDO E MESA COM PERFIL DE 10CM - BANDEJA COLETORA EM AÇO INOXIDÁVEL - GÁS GLP BAIXA PRESSÃO OU GÁS NATURAL (OPCIONAL) ALTURA: 82CM -LARGURA: 106CM -PROFUNDIDADE: 116CM - FOGÃO INDUSTRIAL - 4 QUEIMADORES DUPLOS ESTRUTURA TOTALMENTE EM AÇO INOXIDÁVEL, GRELHA 40X40CM EM FERRO FUNDIDO E MESA COM PERFIL DE 10CM - BANDEJA COLETORA EM AÇO INOXIDÁVEL – GÁS GLP BAIXA PRESSÃO OU GÁS NATURAL (OPCIONAL) ALTURA: 82CM -LARGURA: 106CM -PROFUNDIDADE: 116CM.	TAJOBI TRADICIO NAL	APROVADO
10	CADEIRA ALLEGRA - CADEIRA EM POLIPROPILENO VIRGEM, COM PROTEÇÃO UV -CERTIFICADO INMETRO–EMPILHÁVEL - ALTURA: 81CM -LARGURA: 53CM PROFUNDIDADE: 57CM -PESO SUPORTADO: 120KG -COR: PRETO - CADEIRA ALLEGRA - CADEIRA EM POLIPROPILENO VIRGEM, COM PROTEÇÃO UV CERTIFICADO INMETRO –EMPILHÁVEL - ALTURA: 81CM LARGURA: 53CM - PROFUNDIDADE: 57CM -PESO SUPORTADO: 120KG -COR: PRETO	ALLEGRA WIL	APROVADO

PARECER DE ANÁLISE DOS CATÁLOGOS DA EMPRESA: JWR MOVEIS LTDA, CNPJ: 63.531.583/0001-05

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	RESULTADO DA ANALISE
08	FORNO INDUSTRIAL -PORTA EM INOX OU VIDRO TEMPERADO 4MM - FORNO INTERNO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO -PROTEÇÃO MÓVEL DO QUEIMADOR ESMALTADO A FOGO -ISOLAMENTO TÉRMICO EM LÃ DE ROCHA-CONTROLE DE CHAMA NO VARÃO DO FOGÃO -TRÊS NÍVEIS DE GRADUAÇÃO DE ALTURA PARA GRELHA ACOMPANHA 1 GRELHA -CAPACIDADE 90 LITROSDIMENSÕES DO PRODUTO (AXLXP) (CM): 44 X 58 X 73 FORNO INDUSTRIAL -PORTA EM INOX OU VIDRO TEMPERADO 4MM -FORNO INTERNO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO -PROTEÇÃO MÓVEL DO QUEIMADOR ESMALTADO A FOGO -ISOLAMENTO TÉRMICO EM LÃ DE ROCHA-CONTROLE DE CHAMA NO VARÃO DO FOGÃO -TRÊS NÍVEIS DE GRADUAÇÃO DE ALTURA PARA GRELHA ACOMPANHA 1 GRELHA -CAPACIDADE 90 LITROSDIMENSÕES DO PRODUTO (AXLXP) (CM): 44 X 58 X 73	TAJOBI 90L	APROVADO
16	CONJUNTO ESCOLAR: MESA E CADEIRA COM ESTRUTURA DE AÇO E TAMPO EM POLIPROPILENO COM PORTA COPOS, UMA OPÇÃO PARA UTILIZAR COPOS OU GARRAFAS, PORTA LIVROS E SAPATAS DE PLÁSTICO COR: AZUL. MARCA DE REFERÊNCIA: DESK, UTILIZADA EXCLUSIVAMENTE COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE, DESEMPENHO, ERGONOMIA, DURABILIDADE E ACABAMENTO, EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, VEDADO QUALQUER DIRECIONAMENTO INDEVIDO DE MARCA - CONJUNTO ESCOLAR: MESA E CADEIRA COM ESTRUTURA DE AÇO E TAMPO EM POLIPROPILENO COM PORTA COPOS, UMA OPÇÃO PARA UTILIZAR COPOS OU GARRAFAS, PORTA LIVROS E SAPATAS DE PLÁSTICO - COR: AZUL. MARCA DE REFERÊNCIA: DESK, UTILIZADA EXCLUSIVAMENTE COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE, DESEMPENHO, ERGONOMIA, DURABILIDADE E ACABAMENTO, EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, VEDADO QUALQUER DIRECIONAMENTO INDEVIDO DE MARCA	M2VMVA	APROVADO

PARECER DE ANÁLISE DOS CATÁLOGOS DA EMPRESA: LEFTEC COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ: 38.108.516/0001-27

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	RESULTADO DA ANALISE
15	POLTRONAS - PARA AUDITÓRIO DE TECIDO CERTIFICADO - COM PRANCHETA -CONTRA-CAPAS DE MADEIRA, ESPESSURA DE 15MM -PÉS DE AÇO PARA FIXAR NO CHÃO, ESPESSURA DO AÇO DE 2,2MM, PINTURA ELETROSTÁTICA -BRAÇOS E ACABAMENTO FRONTAL DO BRAÇO EM MADEIRA -ESPUMA DE ALTA DENSIDADE MOLDADA À FRIO -REBATIMENTO DO ASSENTO POR MOLA -ESPUMA DO ENCOSTO: ESPESSURA DE 9CM, DENSIDADE DE 45KGS/M3 -ESPUMA DO ASSENTO: ESPESSURA DE 9CM, DENSIDADE DE 50KGS/M3 -DIMENSÕES: CENTRO-A-CENTRO DOS BRAÇOS: 580MM; ALTURA TOTAL DA POLTRONA: 1020MM; ALTURA DO ASSENTO: 450MM; COMPRIMENTO COM O ASSENTO ABERTO: 700MM; COMPRIMENTO COM A PRANCHETA ABERTA: 780MM; LARGURA DO BRAÇO: 80MM. - COM INSTALAÇÃO E FRETE INCLUSOS. MARCA DE REFERÊNCIA: DESK, UTILIZADA EXCLUSIVAMENTE COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE, DESEMPENHO, ERGONOMIA, DURABILIDADE E ACABAMENTO, EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, VEDADO QUALQUER DIRECIONAMENTO INDEVIDO DE MARCA.	META X CONFORT	APROVADO

PARECER DE ANÁLISE DOS CATÁLOGOS DA EMPRESA: ODETE MARIA FREITAS, CNPJ: 45.897.289/0001-21

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	RESULTADO DA ANALISE
01	GELADEIRA FROST FREE DUPLEX -CAPACIDADE TOTAL: 500 LITROS, SENDO REFRIGERADOR: 326 LITROS E FREEZER: 174 LITROS - RECURSOS INTERNOS: PRATELEIRAS REMOVÍVEIS E PORTA GARRAFAS PARA FLEXIBILIDADE NA ORGANIZAÇÃO. -CONSUMO APROXIMADO DE ENERGIA (KWH): 29.7 -COR: BRANCO DIMENSÕES DO PRODUTO (AXLXP) (CM): 194,3 X 70,5 X 74 -QUANTIDADE DE NÍVEIS DE TEMPERATURA: 6 VOLTAGEM: BIVOLT - GELADEIRA FROST FREE DUPLEX CAPACIDADE TOTAL: 500 LITROS, SENDO REFRIGERADOR: 326 LITROS E FREEZER: 174 LITROS RECURSOS INTERNOS: PRATELEIRAS REMOVÍVEIS E PORTA GARRAFAS PARA FLEXIBILIDADE NA ORGANIZAÇÃO. -CONSUMO APROXIMADO DE ENERGIA (KWH): 29.7 -COR: BRANCO -DIMENSÕES DO PRODUTO (AXLXP) (CM): 194,3 X 70,5 X 74 -QUANTIDADE DE NÍVEIS DE TEMPERATURA: 6 VOLTAGEM: BIVOLT	BRASTEMP BRM62	APROVADO
03	PURIFICADOR DE ÁGUA -CAPACIDADE: 800ML TEMPERATURA MÍNIMA E MÁXIMA: 10°C E -10°C TEMPERATURAS DA ÁGUA: FRIA -COR: BRANCO DIMENSÕES DO PRODUTO (AXLXP) (CM): 35 X 16 X 42- VOLTAGEM: BIVOLT - PURIFICADOR DE ÁGUA CAPACIDADE: 800ML - TEMPERATURA MÍNIMA E MÁXIMA: 10°C E -10°C -TEMPERATURAS DA ÁGUA: FRIA -COR: BRANCO -DIMENSÕES DO PRODUTO (AXLXP) (CM): 35 X 16 X 42- VOLTAGEM: BIVOLT ACOMPANHA 1 GRELHA - CAPACIDADE 90 LITROSDIMENSÕES DO PRODUTO	COLOMARQ	APROVADO

	(AXLXP) (CM): 44 X 58 X 73		
04	GELADEIRA -CAPACIDADE: 320L -FREQUÊNCIA (HZ): 60HZ-COR: BRANCO -VOLTAGEM: 127V -DIMENSÕES DO PRODUTO (AXLXP) (CM): 169,4 X 60,4 X 64,2 -TIPO DE COMPRESSOR: FIXED SPEED - GELADEIRA -CAPACIDADE: 320L -FREQUÊNCIA (HZ): 60HZ -COR: BRANCO VOLTAGEM: 127V -DIMENSÕES DO PRODUTO (AXLXP) (CM): 169,4 X 60,4 X 64,2 -TIPO DE COMPRESSOR: FIXED SPEED	CONSUL	APROVADO
05	MICRO-ONDAS INDUSTRIAL -CAPACIDADE: 34L -5 NÍVEIS DE POTÊNCIA -VOLTAGEM: 220V -COR: AÇO INOXIDÁVEL POTÊNCIA DE 1.6 KW-DIMENSÕES DO PRODUTO (AXLXP) (CM): 34,3 X 55,3 X 48,8. - MICRO-ONDAS INDUSTRIAL -CAPACIDADE: 34L -5 NÍVEIS DE POTÊNCIA -VOLTAGEM: 220V -COR: AÇO INOXIDÁVEL - POTÊNCIA DE 1.6 KW-DIMENSÕES DO PRODUTO (AXLXP) (CM): 34,3 X 55,3 X 48,8.	FINISHER 34L	APROVADO

PARECER DE ANÁLISE DOS CATÁLOGOS DA EMPRESA: OLIVEIRA & ANDRADE DISTRIBUIDOR LTDA, CNPJ: 46.161.570/0001-64

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	RESULTADO DA ANALISE
06	MICRO-ONDAS -CAPACIDADE: 20L -QUANTIDADES DE PROGRAMAS: 6-POTÊNCIA DE 620W -COR: BRANCO -VOLTAGEM: 127V DIMENSÕES DO PRODUTO (AXLXP) (CM): 26,4 X 45,5 X 35,3 - MICRO-ONDAS - CAPACIDADE: 20L -QUANTIDADES DE PROGRAMAS: 6-POTÊNCIA DE 620W -COR: BRANCO -VOLTAGEM: 127V DIMENSÕES DO PRODUTO (AXLXP) (CM): 26,4 X 45,5 X 35,3	MASTERC OO K MIDEA	APROVADO
07	FORNO ELÉTRICO-CAPACIDADE: 55L-ACOMPANHA 4 ESTEIRAS DE 35X35 CM, CONFECCIONADASEM ALUMÍNIO PERFURADO-ACABAMENTO INTERNO EM AÇO INOXIDÁVEL-ACABAMENTO EXTERNO EM AÇO CARBONO COM PINTURA APÓ ELETROSTÁTICA, OU OPCIONALMENTE, EM AÇOINOXIDÁVEL-ISOLAMENTO TÉRMICO EM LÃ DE ROCHA-EQUIPADO COM TERMOSTATO QUE PERMITE CONTROLE DETEMPERATURA ATÉ 250ºC, COM SISTEMA DE SEGURANÇAQUE DESLIGA A RESISTÊNCIA SE HOUVERSUPERAQUECIMENTOVOLTAGEM:- DIMENSÕES DO PRODUTO (AXLXP) (CM): 46,3 X 60 X66,7 - FORNO ELÉTRICO-CAPACIDADE: 55LACOMPANHA 4 ESTEIRAS DE 35X35 CM, CONFECCIONADASEM ALUMÍNIO PERFURADOACABAMENTO INTERNO EM AÇO INOXIDÁVELACABAMENTO EXTERNO EM AÇO CARBONO COM PINTURA APÓ ELETROSTÁTICA, OU OPCIONALMENTE, EM AÇOINOXIDÁVEL-ISOLAMENTO TÉRMICO EM LÃ DE ROCHA-EQUIPADO COM TERMOSTATO QUE PERMITE CONTROLE DETEMPERATURA ATÉ 250ºC, COM SISTEMA DE SEGURANÇAQUE DESLIGA A RESISTÊNCIA SE HOUVERSUPERAQUECIMENTO-VOLTAGEM:- DIMENSÕES DO PRODUTO (AXLXP) (CM): 46,3 X 60 X66,7	SMART BASIC ELTRICO	APROVADO
13	CADEIRA –FIXA - FIBRA DE VIDRO, POLIPROPILENO ALTURA TOTAL DA CADEIRA 82,5 CM -LARGURA TOTAL DA CADEIRA 45,5 CM – COMPRIMENTO TOTAL DA CADEIRA 53 CM -ALTURA DO CHÃO ATÉ O ASSENTO 45,5 CM -PESO SUPORTADO: 182KG -COR: LARANJA - CADEIRA–FIXA - FIBRA DE VIDRO, POLIPROPILENO - ALTURA TOTAL DA CADEIRA 82,5 CM -LARGURA TOTAL DA CADEIRA 45,5 CM – COMPRIMENTO TOTAL DA CADEIRA 53 CM -ALTURA DO CHÃO ATÉ O ASSENTO 45,5 CM -PESO SUPORTADO: 182KG -COR: LARANJA	IDEAFLEX LR410	APROVADO
14	CADEIRA - FIXA -MATERIAL: POLIPROPILENO -ALTURA: 79CM - LARGURA: 44CM - PROFUNDIDADE:42CM -ALTURA DO ENCOSTO: 45CM -ALTURA DO CHÃO AO ASSENTO: 45CM -PESO SUPORTADO: 90KG -COR: TERRACOTA CADEIRA - FIXA -MATERIAL: POLIPROPILENO -ALTURA: 79CM -LARGURA: 44CM - PROFUNDIDADE:42CM -ALTURA DO ENCOSTO: 45CM -ALTURA DO CHÃO AO ASSENTO: 45CM -PESO SUPORTADO: 90KG -COR: TERRACOTA.	IDEAFLEX LR410	APROVADO

PARECER DE ANÁLISE DOS CATÁLOGOS DA EMPRESA: WESLEY SILVA AMORIM: CNPJ: 30.943.817/0001-64

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	RESULTADO DA ANALISE
12	CADEIRA FIXA -ASSENTO E ENCOSTO EM POLIURETANO ESTRUTURA EM AÇO CROMADO. -ALTURA: 81CM LARGURA: 49CM - PROFUNDIDADE: 49CM - PESO SUPORTADO: 120KG -COR: PRETO - CADEIRA FIXA ASSENTO E ENCOSTO EM POLIURETANO -ESTRUTURA EM AÇO CROMADO. -ALTURA: 81CM - LARGURA: 49CM PROFUNDIDADE: 49CM -PESO SUPORTADO: 120KG -COR: PRETO	VITRINE	APROVADO

Nada mais, havendo a tratar, foi encerrada a sessão de análise e julgamento dos catálogos referente ao Processo de **EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO ESCOLAR** a ser adquirido, e para constar eu, Andréia Helena Rocha, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada por mim e pelos demais Membros da Comissão de Avaliação.

Alterosa, 14 de agosto de 2026.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DOS MATERIAIS DE CONSUMO
Portaria Nº 123, De 15 De Abril De 2021."

Diante da documentação apresentada pela Comissão de Avaliação dos Materiais de Consumo, designada através da Portaria nº 123, de 15 de abril de 2021, e considerando a aprovação dos catálogos apresentados pelos fornecedores, conforme registrado nos respectivos pareceres de análise, o Setor de Compras e Licitações toma conhecimento do resultado da avaliação.
Assim, tendo sido concluída a análise dos catálogos pela Comissão de Avaliação dos Materiais de Consumo, declaro encerrado o presente procedimento, para os devidos fins e prosseguimento das providências administrativas cabíveis.

Alterosa, 17 de agosto de 2026.

SIMONE APARECIDA NOGUEIRA
Pregoeira

FRANCIELE APARECIDA DE ÁVILA
Pregoeira Substituta

GABRIELY MARTINS NOGUEIRA
Secretária

RAYSSA ARAÚJO TERRA
Suplente

Publicado por:
Simone Aparecida Nogueira
Código Identificador:0123CDF8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

MUNICIPIO DE RIO POMBA

Prefeitura Municipal de Rio Pomba

Registro de Preços Eletrônico - 172/2026

Resultado da Homologação

0001 - ADAPTADOR DE TOMADA TIPO T (BENJAMIM) Compativel com tomadas de tres pinos, atendendo novo padrao Brasileiro tripolar. Fabricado em material resistente e duravel Design compacto e leve Seguro e confiavel. - BENJAMIN - Valor Referência: R$ 2,96

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
RONALDO MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	2,89	144,50	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0002 - ALCA PRE-FORMADA 25mmPara cabo de aco 25mm. - 25MM - Valor Referência: R$ 5,97

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
PIX LED COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	3,00	150,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0003 - ALCA PRE-FORMADA 35mmPara cabo de aco 35mm. - 35MM - Valor Referência: R$ 8,70

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
PIX LED COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	3,50	175,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0004 - ALCA PRE FORMADA PARA CABO 10MM - 10MM - Valor Referência: R$ 2,04

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
PIX LED COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	1,90	95,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0005 - ALCA PRE FORMADA PARA CABO 16 MM - ALCA PRE FORMADA PARA CABO - Valor Referência: R$ 2,49

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
RONALDO MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	2,34	117,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0006 - ARMARIO PARA 12 MEDIDORES E BARRAMENTO DE COBREPadrao para Concessionaria ENERGISA. Com geral e barramento. Ate 300 AMP. - TAF - Valor Referência: R$ 2.345,79

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	2.335,00	9.340,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0007 - ARRUELA DE 1" 1/2 PARA ELETRODUTOMaterial: galvanizado. Padrao para Concessionaria ENERGISA. - ELETRODUTO - Valor Referência: R$ 2,41

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	2,35	94,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0008 - BASE PARA FOTOCELULA - 127 VTensao Eletrica: BIVOLT; Corrente Eletrica: com 3 fios, 15A; reforcada de PVC. - QB - Valor Referência: R$ 16,60

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	5,96	238,40	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0009 - BOBINHA PARA CONTACTORA: 220-230 W/50HZ- 220-240W/60HZ A1-A2 MODELO M7. - LX1D2 - M7 - Valor Referência: R$ 81,33

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
PIX LED COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	80,00	800,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0010 - BOCAL ADAPTADOR E27 PARA E40 PORCELANAO redutor de bocal e para adaptar a base E27 para E40. - E-27 - E-40 - Valor Referência: R$ 10,54

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
PIX LED COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	4,95	198,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0011 - BOCAL ADAPTADOR E40 PARA E27 PORCELANAO redutor de bocal e para adaptar a base E 40 para E27. - E-40 - E-27 - Valor Referência: R$ 10,33

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
PIX LED COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	5,86	117,20	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0012 - BOMBA 2 CV 220 V THA 16 ALMono.220 V - Pressao minima; 10 MCA ; vazao: 16.500 L/H.: Pressao maxima;40 MCA; vazao: 4.000 L/H. - fgn-t 2,0cv - Valor Referência: R$ 3.866,67

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
MDUARTE COMERCIO DE PECAS PARA BOMBAS E MOTORES LTDA	2.600,00	13.000,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0013 - BOMBA 2CV TSM 1317Mono.220 V - Pressao minima; 53 MCA ; vazao: 4.800 L/H.: Pressao maxima;163 MCA; vazao: 600 L/H. - 4sdim2/17 - Valor Referência: R$ 3.981,77

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
MDUARTE COMERCIO DE PECAS PARA BOMBAS E MOTORES LTDA	2.900,00	14.500,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0015 - BOMBA SUB 1 1/2 CV Mono.60 HZ 2F - Pressao minima;27,8 MCA ; vazao: 3.400 L/H.: Pressao maxima;119 MCA; vazao: 1.000 L/H. - w3sdim - Valor Referência: R$ 2.320,00

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
MDUARTE COMERCIO DE PECAS PARA BOMBAS E	1.100,00	2.200,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por:
MOTORES LTDA			Fernando Antônio Dutra Macedo

0016 - BOMBA SUB. 2CV TSM 1020Mono.230 V- Pressao minima;40 MCA; vazao: 4.200 L/H.: Pressao maxima; 190 MCA; vazao: 600 L/H. - 4SDIM 3/17 - Valor Referência: R$ 2.850,21

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J2R AUTOMAÇÃO LTDA - EIRELI	1.449,63	2.899,26	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0017 - BOMBA SUBMERSA 1 CV 220 V Mono.60 HZ 2F - Pressao minima;24 MCA; vazao: 3.400 L/H. Pressao maxima;102 MCA; vazao:1.000 L/H. - qjd2/17 - Valor Referência: R$ 2.467,88

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
MDUARTE COMERCIO DE PECAS PARA BOMBAS E MOTORES LTDA	1.000,00	2.000,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0018 - BOMBA SUBMERSA 3 CV TSM 1819 Mono. 230 V - Pressao minima; 60 MCA ; vazao: 7.200 L/H.: Pressao maxima;175 MCA; vazao: 1.200 L/H. - 4 SDIM 3/24 - Valor Referência: R$ 2.566,67

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J2R AUTOMAÇÃO LTDA - EIRELI	1.899,98	3.799,96	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0019 - BOMBA TRIF 2 CV THA 16Pressao minima; 10 MCA ; vazao: .16.500 L/H.: Pressao maxima;40 MCA; vazao:4.000 L/H. - 4 SD 7/8 - Valor Referência: R$ 3.323,06

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
J2R AUTOMAÇÃO LTDA - EIRELI	1.650,00	4.950,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0020 - BUCHA DE ALUMiNO 1 ½ Para eletroduto. - ELETRODUTO - Valor Referência: R$ 3,89

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	3,80	114,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0021 - BUCHA PARA ELETRODUTO 4.Padrao para Concessionaria ENERGISA. - ELETRODUTO - Valor Referência: R$ 11,47

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	10,85	325,50	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0022 - CABO 50 MM HEPR 0,6 - 1KV 90 GRAUS LPECabo Flexivel Azul -Padrao ABNT NBR 7286 material cobre. - MEGATRON - Valor Referência: R$ 52,47

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	47,88	14.364,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0023 - CABO ALUMiNIO QUADRIPLEX 35MMComposto por tres cabos condutores fase de aluminio 1350, encapados com polietileno termoplastico (PE), unidos a um cabo condutor neutro isolado de aluminio duro (H19) (CA). Material do condutor aluminio - Material de isolacao PVC BWF 1KV XLPE. - ALUMÍNIO - Valor Referência: R$ 32,43

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	19,20	19.200,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0024 - CABO ALUMiNIO QUADRUPLEX 16MMComposto por tres cabos condutores fase de aluminio 1350, encapados com polietileno termoplastico (PE), unidos a um cabo condutor neutro isolado de aluminio duro (H19) (CA). Material do condutor aluminio - Material de isolacao PVC BWF 1KV XLPE. - MEGATRON - Valor Referência: R$ 8,99

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	8,45	8.450,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0025 - CABO ALUMINIO TRIPLEX 10MM3 Fases + Neutro. Material do condutor aluminio - Material de isolacao Polietileno XLPE. - ALUMÍNIO - Valor Referência: R$ 5,50

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	4,58	4.580,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0026 - CABO DE COBRE 16mmFio Cabo Flexivel Eletrico Cobre 16mm - N de registro/ certificacao INMETRO - Frequencia 50/60Hz Potencia 750kw - Corrente maxima 68 A. - MEGATRON - Valor Referência: R$ 18,96

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	15,70	7.850,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0027 - CABO FLEXIVEL 1,5mmMaterial do condutor Cobre - Material de isolacao PVC. - MEGATRON - Valor Referência: R$ 2,58

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	1,15	575,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0028 - CABO FLEXiVEL 16MM - 1KV - HEPR 0,6 - 90 GRAUS LPECABO HEPROCORD Rigido 16 mm 0,6/1kV HEPR/PVC 90C CONDUTOR: Cobre eletrolitico nu, tempera mole, classe 2. ISOLACAO:

Composto termo fixo em etileno propileno HEPR. COBERTURA: Composto termoplastico de clo-reto de polivinila PVC 90 C ST2. - MEGATRON - Valor Referência: R$ 13,54

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	13,54	6.770,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0029 - CABO FLEXIVEL 2,5mmMaterial do condutor Cobre - Material de isolacao PVC. - MEGATRON - Valor Referência: R$ 2,64

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	1,99	1.393,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0030 - CABO FLEXIVEL 35 MM - 1KV - HEPR 0,6 - 90 GRAUS LPE Cabo Flexivel - Padrao ABNT NBR 7286 material cobre. - MEGATRON - Valor Referência: R$ 33,26

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	30,99	12.396,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por:
			Fernando Antônio Dutra Macedo

0031 - CABO FLEXIVEL 4mmMaterial da cobertura = PVC; Materiais do condutor = Cobre. - MEGATRON - Valor Referência: R$ 4,33

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	3,47	1.388,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0032 - CABO FLEXIVEL 6mmMaterial da cobertura = PVC; Materiais do condutor = Cobre. - MEGATRON - Valor Referência: R$ 6,93

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	5,28	1.584,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0033 - CABO FLEXIVEL AZUL XLPE/EPR/HEPR 10MM 1KV Material do condutor aluminio - Material de isolacao Polietileno XLPE. - MEGATRON - Valor Referência: R$ 6,50

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	6,50	650,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0034 - CABO FLEXIVEL PRETO - XLPE/EPR/HEPR 10MM 1KVCondutor formado por fios de cobre nu, tempera mole, encordoamento classe 4. Isolacao de HEPR 90C - composto termoplastico extrudado a base de etileno propileno de alto modulo. Cobertura de PVC/ST2 90C - composto termoplastico extrudado a base de policloreto de vinila. TEMPERATURA MAXIMA DO CONDUTOR 90C em regime permanente;130C em regime de sobrecarga; 250C em regime de curto-circuito. - NBR 7286. - MEGATRON - Valor Referência: R$ 9,21

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	7,00	700,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0035 - CABO HEPR C.H.A 0,6 1KV 25MMMaterial do condutor Cobre - Material de isolacao PVC. - MEGATRON - Valor Referência: R$ 22,90

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	22,90	9.160,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0036 - CABO PP 2X4,0MM FLEXIVELCondutor de cobre.; Material da capa: PVC; Cabo nao propagador de incendio; compativel com o padrao INMETRO. - MEGATRON - Valor Referência: R$ 7,58

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	7,58	2.274,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0037 - CABO PP 2X6,0MM FLEXIVELFio Cabo Pp 2x6 Mm Antichamas 2 Vias De 6mm. Material do con-dutor = cobre. - MEGATRON - Valor Referência: R$ 15,97

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	14,00	4.200,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0038 - CABO PP 3X2.5MM Fio Cabo Pp 3x2,5mm Flexivel Extensao 3 Vias. - CABO PP 3X2.5MM - Valor Referência: R$ 12,92

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
RONALDO MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	9,87	2.961,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0039 - CABO PP 3X4,0MMCabo Fio Pp Flexivel 3x4,0mm. - 3X4MM 0,6-1KV - Valor Referência: R$ 17,57

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
PIX LED COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	14,88	7.440,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0040 - CABO PP 3X6,0MM Cabo Fio Pp Flexivel 3x6,0mm. - MEGATRON - Valor Referência: R$ 15,82

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	15,82	3.164,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0041 - CABO QUADRUPLEX 10 MMComposto por tres cabos condutores fase de aluminio 1350, encapados com polietileno termoplastico (PE), unidos a um cabo condutor neutro isolado de aluminio duro (H19) (CA). Material do condutor aluminio - Material de isolacao PVC BWF 1KV XLPE. - CABO QUADRUPLEX 10 MM - Valor Referência: R$ 6,67

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
RONALDO MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	6,35	635,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0042 - CABO QUADRUPLEX 25 MM Entrada: P2 macho -Saida: P2 macho -Tamanho:2 metros. - MEGATRON - Valor Referência: R$ 16,06

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	14,00	4.200,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0043 - CABO TRIPLEX 16MM3 Fases + Neutro. - Material do condutor aluminio - Material de isolacao Polietileno XLPE. - CABO TRIPLEX 16MM3 Fases + Neutro. - Valor Referência: R$ 6,69

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
RONALDO MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	6,65	1.330,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0044 - CABO TRIPLEX 25MM 3 Fases + Neutro. - Material do condutor aluminio - Material de isolacao Polietileno XLPE. - 3X25MM AL. 0,6-1KV - Valor Referência: R$ 11,82

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
PIX LED COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	11,69	2.338,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0045 - CABO TRIPLEX 35MM3 Fases + Neutro. - Material do condutor aluminio - Material de isolacao Polietileno XLPE - MEGATRON - Valor Referência: R$ 18,63

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	14,00	2.800,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0046 - CAIXA DE DERIVACAO COM BARRAMENTO - TRIFASICO E NEUTRO Padrao Compativel com ENERGISA. - TAF - Valor Referência: R$ 544,18

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	540,00	8.100,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0047 - CAIXA DE DERIVACAO POLIFASICA COM BARRAMENTOPadrao Compativel com ENERGISA. - TAF - Valor Referência: R$ 252,86

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	250,00	1.250,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0048 - CAIXA DE INSPECAO ATERRAMENTOCaixa de inspecao de aterramento pvc 23x19 c/ tampa plastica. Caixa de Inspecao Passagem Aterramento Media Material plastico de alta resistencia, com furo lateral de Ø21mm. - TAF - Valor Referência: R$ 83,87

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	13,00	260,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0049 - CAIXA DE LUZ 4X2 - EMBUTIRCaixinha de parede 4x2 pvc. Material: Termoplastico. Saidas: 1/2", 3/4" e 1". - MONDIALE - Valor Referência: R$ 3,30

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	0,50	100,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0050 - CAIXA DE PASSAGEM 4X4 - DE EMBUTIR QUADRADA AMARELA Produzida em termoplastico e tem saidas de saidas de 1/2 polegada, 3/4 polegadas e 1 polegada. - MONDIALE - Valor Referência: R$ 6,65

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	1,78	35,60	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0051 - CAIXA PROTECAO PARA 2 DISJUNTORES Quadro para 2 disjuntores, quadro eletrico residencial, caixa para din, caixa da steck sobrepor, caixa opada 2 din unipolar, caixa para disjuntor bipolar. - PVC - Valor Referência: R$ 30,60

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	4,90	98,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0052 - CAMPAINHA SEM FIOO modelo ja vem equipado com uma bateria de alta performance que tem duracao estimada de ate 5 anos; resistente ao clima; Alcance de ate 100m (sem barreiras); 5 niveis de volume e 5 toques; Kit sai de fabrica totalmente sincronizado, pronto para instalacao; Integracao com ate 10 modulos externos (CIB 101 ME) e infinitos modulos internos (CMI 101); Bivolt; Modulo externo alimentado a bateria (CR 2032, ja acompanha o produto). - FOXLUX - Valor Referência: R$ 35,11

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	29,00	870,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por:
			Fernando Antônio Dutra Macedo

0053 - CANALETA ADESIVADA AUTO COLANTE 1 VIA Canaleta Sistema X C/ Fita Adesiva 20x 10 X 2000mm. - ILUMI - Valor Referência: R$ 6,50

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	4,39	2.195,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0054 - CANALETA COM DIVISORIA - P/FIO 20X10MM C/ DUPLA FACEModelo: 2 METROS COM DIVISORIA E FITA ; Altura x Largura x Comprimento:10 mm x 20 mm x 2 m. - 20X10X2000MM C/ ADESIVO E DIVISÓRIA - Valor Referência: R$ 9,21

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
PIX LED COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	5,55	555,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0055 - CAPACITOR P/VENTILADOR - 10MFCompativel com 110V e 220V. - CAPACITOR P/VENTILADOR - Valor Referência: R$ 7,26			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
RONALDO MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	7,25	362,50	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0056 - CHAVE BOIA AUTOMATICA PARA CAIXA DAGUAControle de nivel tipo eletroboia de pendulo Involucro de polipropileno atoxico Cabo medida minima: pp 1,20 metros isolacao pvc/D e cobertura PVC ST5 300/500V Classe 5 (3x1) Capacidade de contato 25 A Densidade minima 1,04 G/CM3 Diferencial: Ajustavel por meio de contrapeso em polipropileno a prova de choque, Angulo de comutacao: 45-60 Temperatura maxima de servico: 60 em agua potavel. - ANAUGER - Valor Referência: R$ 30,87			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	28,98	1.159,20	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0057 - CHAVE COMANDO: DE GRUPO 1X50 COM DISJUNTOR 50 AMPERES (3X). - MARGIRUS - Valor Referência: R$ 266,85			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	264,00	3.960,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0058 - CHAVE COMANDO: DE GRUPO 1X60 COM DISJUNTOR 50 AMPERES (3X). - MARGIRUS - Valor Referência: R$ 280,45			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	278,00	4.170,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0059 - CHAVE COMANDO: DE GRUPO 2X30 COM DISJUNTOR 50 AMPERES (3X). - MARGIRUS - Valor Referência: R$ 200,55			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	199,99	2.999,85	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0060 - CHUVEIRO TIPO DUCHA 127V - 5500W 50 a 10mm Material; Plasticos de engenharia e ligas de metal. - SINTEX - Valor Referência: R$ 51,78			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	48,00	1.920,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0061 - CHUVEIRO TIPO DUCHA 220V - 5500W 30 A 4 mm Material; Plasticos de engenharia e ligas de metal. - SINTEX - Valor Referência: R$ 61,23			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	48,00	2.400,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0062 - CONDUITE ½. - MAXIMOS - Valor Referência: R$ 1,36			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	0,95	950,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0063 - CONDUITE ¾. - MA - Valor Referência: R$ 2,22			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	1,12	1.120,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0064 - CONECTOR BIMETALICO 10MMmaterial de revestimento: cobre eletrolitico. - 10MM BIMETÁLICO - Valor Referência: R$ 17,13			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
PIX LED COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	7,51	375,50	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0065 - CONECTOR BIMETALICO 16MMmaterial de revestimento: bi metalico. - 16MM BIMETÁLICO - Valor Referência: R$ 17,32			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
PIX LED COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	9,70	291,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0066 - CONECTOR BIMETALICO 25MMmaterial de revestimento: bi metalico - CONECTOR BIMETALICO 25MM - Valor Referência: R$ 16,03			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
RONALDO MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	11,47	573,50	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0067 - CONECTOR BIMETALICO 35MMmaterial de revestimento: cobre eletrolitico. - CONECTOR BIMETALICO 35MM - Valor Referência: R$ 15,50			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
RONALDO MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	13,51	405,30	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0068 - CONECTOR CAH 16 A 35 A COMPRESSAOmaterial de revestimento: estanho. - 16-35 H1 - Valor Referência: R$ 8,51			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
PIX LED COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	4,97	248,50	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0069 - CONECTOR DERIVACAO PERFURANTE 25 MM - 150MM GRANDE material de revestimento: Plastico; Genero do conector: Femea. - 16-150 X 4-35 - Valor Referência: R$ 14,61			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
PIX LED COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	12,48	624,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0070 - CONECTOR DERIVACAO PERFURANTE 35 MM - 150MM GRANDEDerivacao de cabos ISOLADOS, indicados para combinacoes aluminio-aluminio, aluminio-cobre e cobre-cobre em redes aereas de distribuicao de energia eletrica (baixa tensao ate 1kV). - CONECTOR DERIVACAO PERFURANTE 35 MM - Valor Referência: R$ 10,57			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
RONALDO MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	10,56	528,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0071 - CONECTOR PARA CHUVEIRO 16MM PORCELANATipo: Conector de Porcelana - Modelo: Para Chuveiro ou Emenda de Fios Capacidade: 16mm, 3 Polos. - CONECTOR PARA CHUVEIRO 16MM - Valor Referência: R$ 7,26			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
RONALDO MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	3,15	126,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0072 - CONECTOR PERFURANTE 10X95 - (Piranha)Modelo: CPP001; Principal: 10 x 95 mm; Derivacao (Tap): 1,5 10. - PINEL - Valor Referência: R$ 7,99			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	7,97	398,50	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0073 - CONECTOR PERFURANTE 16X150 - (Piranha)Derivacao de cabos ISOLADOS, indicados para combinacoes aluminio- aluminio, aluminio-cobre e cobre-cobre em redes aereas de distribuicao de energia eletrica (baixa tensao ate 1kV). - CONECTOR PERFURANTE 16X150 - (Piranha) - Valor Referência: R$ 7,16			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
RONALDO MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	7,15	357,50	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0074 - CONECTOR TIPO CUNHA P/CABO 10ampactinho para cabo 10mm. - 10MM VM - Valor Referência: R$ 5,65			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
PIX LED COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	3,94	118,20	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0075 - CONECTOR TIPO CUNHA P/CABO 16 ampactinho para cabo 16mm. - CONECTOR TIPO CUNHA P/CABO 16 - Valor Referência: R$ 6,34			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
RONALDO MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	6,33	189,90	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0076 - CONECTOR TIPO CUNHA P/CABO 25ampactinho para cabo 25mm. - 25MM AZ - Valor Referência: R$ 11,33			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
PIX LED COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	3,90	117,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0077 - CONECTOR TIPO CUNHA P/CABO 35ampactinho para cabo 35mm. - 35MM AM - Valor Referência: R$ 13,58			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
PIX LED COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	4,11	123,30	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0078 - CONTADORA: 50A - 220/2030V,50/60HZ. - SOPRANO - Valor Referência: R$ 131,75			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	129,00	1.290,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0079 - CONTATORA 25 AMP 220 V - KCP1-25-10-220 - Valor Referência: R$ 79,46			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
KAIROS AUTOMACAO INDUSTRIAL LTDA	54,99	549,90	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0080 - CONTATORA TRIPOLAR/TRIFASICA 15AMPERQuantidade de polos principais:3 - CJX2-1810 - Valor Referência: R$ 102,82			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
J2R AUTOMAÇÃO LTDA - EIRELI	79,94	1.598,80	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0081 - CONTATORA TRIPOLAR /TRIFASICA 20 AMPERQuantidade de polos principais:3 - CJX2-2510 - Valor Referência: R$ 82,03			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**

J2R AUTOMAÇÃO LTDA - EIRELI	59,91	1.198,20	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0082 - CONTATOR TRIPOLAR /TRIFASICA 30AMPERQuantidade de polos principais:3 - SOPRANO - Valor Referência: R$ 88,38			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	60,00	1.200,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0083 - CONTROLE VENTILADOR DE PAREDE EXTERNOControle Rotativo P/ Ventilador De Parede Embutir 4x2. - VENTISOL - Valor Referência: R$ 24,59			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	22,00	2.200,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0084 - CURVA DE ELETRODUTO DE 1 1/2 Produto Curva; Diametro Nominal 1.1/2 ``; Extremidade com Rosca; Material Plastico; Tipo de Material PVC. - PIPE - Valor Referência: R$ 4,86			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	2,34	93,60	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0085 - CURVA EM S 2 POLEGADAS (ELETRODUTO) Curva PVC Rosca S para Eletroduto de 2 polegadas - Modelo: Conexoes para Eletrodutos - Curva PVC Rosca S para eletroduto de 2" 63mm - Material: PVC isolante antichamas - Acabamento: Cor preta. - CURVA EM S 2 POLEGADAS (ELETRODUTO) - Valor Referência: R$ 12,25			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
RONALDO MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	11,99	479,60	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0086 - CURVA EM S 3 POLEGADAS (ELETRODUTO) Curva Roscavel 3 Polegadas Pvc Preto Para Eletroduto. - CURVA EM S 3 POLEGADAS (ELETRODUTO) - Valor Referência: R$ 40,10			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
RONALDO MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	40,09	1.202,70	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0087 - CURVA GALVANIZADA 90 1 1/2 desvio longo em 90 graus nas tubulacoes, conectando duas roscas macho. - 90° X 1.1/2" GALV. - Valor Referência: R$ 24,97			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
PIX LED COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	15,41	462,30	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0088 - CURVA GALVANIZADA 90 DE 2" M/Fdesvio longo em 90 graus nas tubulacoes, conectando uma rosca macho a uma femea. - 90° X 2" GALV. - Valor Referência: R$ 62,81			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
PIX LED COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	27,57	827,10	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0089 - CURVA GALVANIZADA 90 DE 3" M/F desvio longo em 90 graus nas tubulacoes, conectando uma rosca macho a uma femea. - 90° X 3" GALV. - Valor Referência: R$ 163,53			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
PIX LED COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	109,55	3.286,50	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0090 - CURVA S 1 ½ POLEGADA (ELETRODUTO)Material: PVC. - 1.1/2" S PVC - Valor Referência: R$ 8,72			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
PIX LED COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	7,49	224,70	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0091 - DISJUNTOR: 20 DIN BIPOLAR. - KMD320C2P - Valor Referência: R$ 18,96			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
KAIROS AUTOMACAO INDUSTRIAL LTDA	17,98	269,70	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0092 - DISJUNTOR BIFASICO/ BIPOLAR DE 25A - DIN - ALUMBRA - Valor Referência: R$ 35,76			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	18,40	276,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0093 - DISJUNTOR BIFASICO/ BIPOLAR DE 32A - DIN - ALUMBRA - Valor Referência: R$ 73,69			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	18,10	271,50	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0094 - DISJUNTOR BIFASICO/BIPOLAR DE 40A - DIN - ALUMBRA - Valor Referência: R$ 31,06			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	20,00	300,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0095 - DISJUNTOR BIFASICO/BIPOLAR DE 50 A DIN - ALUMBRA - Valor Referência: R$ 16,90			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	16,90	253,50	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0096 - DISJUNTOR BIFASICO/BIPOLAR DE 50 A PRETO NEMA - DISJUNTOR BIFASICO/BIPOLAR DE 50 - Valor Referência: R$ 62,87			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
RONALDO MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	53,94	2.697,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0097 - DISJUNTOR BIFASICO/ BIPOLAR DE 60 A PRETO NEMA - ALUMBRA - Valor Referência: R$ 78,23			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	60,00	600,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0098 - DISJUNTOR BIFASICO/ BIPOLAR DE 63A - DIN - SHB - Valor Referência: R$ 28,23			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	20,89	208,90	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0099 - DISJUNTOR BIFASICO/ BIPOLAR DE 70 A PRETO NEMA - SOPRANO - Valor Referência: R$ 61,37			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	57,00	570,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0100 - DISJUNTOR BIPOLAR/BIFASICO DE 40 A NEMACorrente nominal In = 40 A; Tensao nominal de isolamento maxima Ue = 380V - 2X40A DIN - Valor Referência: R$ 58,53			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
PIX LED COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	25,38	253,80	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0101 - DISJUNTOR MONOFASICO/UNIPOLAR 10 A NEMA - ASM - Valor Referência: R$ 13,16			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	11,50	172,50	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0102 - DISJUNTOR MONOFASICO/UNIPOLAR 15 A NEMA - ASM - Valor Referência: R$ 12,69			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	11,50	172,50	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0103 - DISJUNTOR MONOFASICO/UNIPOLAR 20 A NEMA - DISJUNTOR - Valor Referência: R$ 11,48			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
RONALDO MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	10,99	164,85	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0104 - DISJUNTOR MONOFASICO/UNIPOLAR 40 A DIN - SHB - Valor Referência: R$ 7,08			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	6,50	97,50	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0105 - DISJUNTOR MONOFASICO/UNIPOLAR 40 A NEMA - ASM - Valor Referência: R$ 18,55			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	15,30	229,50	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0106 - DISJUNTOR MONOFASICO/UNIPOLAR 50 A NEMAcorrente nominal 50 A; tencao nominal de isolamento maximo 415V. - ASM - Valor Referência: R$ 20,06			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	15,30	765,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0107 - DISJUNTOR MONOFASICO UNIPOLAR 70 A DIN - 1X70A DIN - Valor Referência: R$ 18,39			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
PIX LED COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	10,47	104,70	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0109 - DISJUNTOR MONOFASICO/UNIPOLAR DE 25A - DIN - SHB - Valor Referência: R$ 7,48			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	7,30	109,50	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0110 - DISJUNTOR MONOFASICO/UNIPOLAR DE 32A - DIN - SHB - Valor Referência: R$ 7,25			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	7,10	71,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0111 - DISJUNTOR MONOFASICO/UNIPOLAR DE 50A - DIN - SHB - Valor Referência: R$ 9,48			

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	7,50	75,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0112 - DISJUNTOR TRIPOLAR 100A NEMA - ASM - Valor Referência: R$ 151,13			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	115,00	2.300,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0113 - DISJUNTOR TRIPOLAR 150 A NEMA - DISJUNTOR - Valor Referência: R$ 153,33			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
RONALDO MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	153,33	1.533,30	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0114 - DISJUNTOR TRIPOLAR 200 A NEMA - SOPRANO - Valor Referência: R$ 290,20			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	290,20	2.902,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0115 - DISJUNTOR TRIPOLAR 250 A NEMA - DSJ - Valor Referência: R$ 312,20			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	290,00	2.900,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0118 - DISJUNTOR TRIPOLAR 80 A NEMA - ASM - Valor Referência: R$ 133,19			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	100,00	2.000,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0119 - FIO 2,5 MM FLEXIVEL PARALELO Condutor: Fios de Cobre, tempera mole, classe 4 ate a secao nominal de 6mm e classe 5 a partir da secao 10mm (extraflexivel) atendendo a nor-ma ABNT NM 280. Isolacao: Composto termoplastico polivinilico (PVC) tipo BWF (Resisten-te a propagacao de chamas). Nas secoes nominais ate 10mm a isolacao e feita em Dupla Camada sendo que a camada externa possui caracteristica extra deslizante facilitando a aplicacao do produto em eletrodutos. - 2X2,5MM 300V - Valor Referência: R$ 5,89			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
PIX LED COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	5,71	2.855,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0120 - FIO PARALELO DE 1,5MM FLEXIVEL - DIMFLEX - Valor Referência: R$ 2,28			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	2,28	1.140,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0121 - FIO PARALELO DE 4 MM FLEXIVEL - DIMFLEX - Valor Referência: R$ 4,59			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	4,59	1.836,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0122 - FITA AUTOFUSAO Fita Isolante Auto fusao 19mm x 0,76mm ate 69kV - Certificado: ABNT NBR NM 60454-3 - Comprimento: 10 m, - Cor: Preto - Espessura: 0,76 mm - Faixa da temperatura de operacao (C): 0 a 90 graus Celsius - Largura: 19 mm - Material Adesivo: Resina de Borracha - Material de Revestimento Protetor: Revestimento de poliester. - FOXLUX - Valor Referência: R$ 10,46			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	10,46	104,60	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0123 - FITA ISOLANTE 20mFita isolante eletrica, material basico: PVC, auto extinguivel, resistencia a tensao: ate 750 v, cor: preta, classe temperatura: 105 ¿c, largura nominal: 19 mm, espessura nominal: 0,19 mm, comprimento nominal: 20 metros. ROLO com 20mts. - 19MM X 20M - Valor Referência: R$ 6,43			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
PIX LED COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	4,30	258,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0124 - FITA ZEBRADAFita de sinalizacao seguranca e isolamento, rolo:70mm x 200m, zebrada amarela/preta. - FOXLUX - Valor Referência: R$ 9,66			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	9,66	966,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0125 - FOTOCELULA C/ BASE SEPARADARele Fotoeletrico Fotocelula C/ Janela + Base 127-220 V Bivolt. Altura: 5cm x Largura: 7 cm Potencia maxima: 1000W. - QR51 - Valor Referência: R$ 27,79			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	19,50	1.170,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0126 - GLOBO TRANSPARENTE P/POSTE JARDIMGlobo De Plastico Polietileno Esferico 15x30 - GLOBO TRANSPARENTE P/POSTE JARDIM - Valor Referência: R$ 69,71			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
RONALDO MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	69,70	10.455,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0127 - INTERRUPTOR 1 TECLA + TOMADA Conjunto 1 Interruptor Simples e 1 Tomada +T com Placa 4X2 - Peso do produto=62,29 Gramas; Dimensoes do produto = 12,1L x 8W x 4,2H centimetros. - PLUZIE - Valor Referência: R$ 4,78			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA	4,78	143,40	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0128 - INTERRUPTOR 2 TECLA + TOMADA EMBUTIRConjunto 2 Interruptores Simples e 1 Tomada; Suporte possui estrutura projetada para suportar a pressao dos parafusos e dos cabos; possui furos oblongos para melhor ajuste a parede. - INTERRUPTOR - Valor Referência: R$ 8,37			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
RONALDO MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	8,36	418,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0129 - INTERRUPTOR DE 1 SECAO SIMPLES HORIZONTAL 4X2 - INTERRUPTOR - Valor Referência: R$ 6,14			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
RONALDO MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	4,34	260,40	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0130 - INTERRUPTOR DE EMBUTIR CAMPAINHAPulsador Campainha Interruptor C/ Placa 1 Tecla 4x2. - POLLAR - Valor Referência: R$ 17,37			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	4,58	45,80	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0131 - INTERRUPTOR DUPLO2 secoes com placa simples. Interruptor duplo simples horizontal 4x2; Produto Completo (Placa + Modulo + Suporte + Parafusos). - INTERRUPTOR - Valor Referência: R$ 6,97			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
RONALDO MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	6,59	131,80	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0132 - INTERRUPTOR TRIPLO3 sessoes. Conjunto Interruptor Simples Triplo; Sistema Orlux: mais praticidade na hora de fixar. Sistema que facilita a instalacao em caixas embutidas mais profundas na parede. - POLLAR - Valor Referência: R$ 14,92			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	11,00	330,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0133 - LAMPADA COMPACTA 32W - 127V - E27CERTIFICACAO INMETRO; - 30W 6500K - Valor Referência: R$ 12,11			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
PIX LED COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	9,00	900,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0134 - LAMPADA DE LED 9WA60, 9W, Bivolt, 6500k Tipo de luz: LED Potencia: 9 watts Base da lampada: E27 Cor clara - Cool White. - LED - Valor Referência: R$ 7,04			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	2,29	458,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0135 - LAMPADA ELETRONICA 25W 127V vida util de ate 6.000 horas. - 30W 6500K - Valor Referência: R$ 7,42			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
PIX LED COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	8,00	1.600,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0138 - LAMPADA ELETRONICA COMPACTA 30 W 127VTensao (V): 127V; Potencia (W): 30W Modelo: Compacta 3U Soquete: E27 Temperatura de Cor (K): 2700K. - 30W 3000K - Valor Referência: R$ 14,79			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
PIX LED COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	16,25	1.625,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0139 - LAMPADA ELETRONICA COMPACTA 30W 220VPotencia: 30w Tensao: 220v Base: E27 Temperatura de Cor: (Branco- Frio) - 6.400k. - 30W 6500K - Valor Referência: R$ 8,70			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
PIX LED COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	8,30	830,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0140 - LAMPADA FLUORESCENTE 40W - LED tubular t8; bivolt; certificacao INMETRO. - mundi;ouro;glight;good - Valor Referência: R$ 12,18			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
61.991.587 CAIQUE HENRIQUE SANTOS DE ALMEIDA	7,99	3.196,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0141 - LAMPADA LED 30W BOCAL E27 - BIVOLT 6500K; certificacao INMETRO. - mundi;ouro;glight;good - Valor Referência: R$ 13,01			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
61.991.587 CAIQUE HENRIQUE SANTOS DE ALMEIDA	7,59	1.138,50	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo

0143 - LAMPADA METALICA 150W E27 - 150w E27 5000kcertificacao INMETRO. - 150W TUB. 5500K E-27 VAPOR METÁLICO - Valor Referência: R$ 38,08			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
PIX LED COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	37,15	7.430,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0145 - LAMPADA: T8 -18W- CAIXA COM 30. - LAMPADA - Valor Referência: R$ 10,67			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
RONALDO MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	10,59	3.177,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0147 - LAMPADA TUBULAR DE LED 20WTensao Eletrica :Bivolt. Vida util:25.000H;Comprimento:120cm; Cor da Luz: Luz Branco			
Neutro; Diametro:3cm. certificacao INMETRO. - mundi;ouro;glight;good - Valor Referência: R$ 7,93			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
61.991.587 CAIQUE HENRIQUE SANTOS DE ALMEIDA	7,05	1.410,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0150 - LAMPADA VAPOR METALICO 400WVapor Metalica Tubular E40; CORES VARIAVEIS. A cor do ITEM sera de escolha da secretaria solicitante apresentado no envio da Autorizacao de Fornecimento. - mundi;ouro;glight;good - Valor Referência: R$ 28,42			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
61.991.587 CAIQUE HENRIQUE SANTOS DE ALMEIDA	27,99	5.598,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0156 - PINO DE TOMADA FEMEA 10 AMPERES Plug Tomada Femea 10a 110v - 10A 2P+T FÊMEA - Valor Referência: R$ 4,60			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
PIX LED COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	3,18	318,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0157 - PLAFON COM SOQUETE PORCELANATensao: 110 / 220 volts, material polipropileno, cor branco, para lampadas com			
base E 27. Soquete porcelana. Aplicacao teto ou caixa passagem. - PVC - Valor Referência: R$ 6,67			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	2,80	140,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0158 - PORCA GALVANIZADO OLHAL 5/8Olhal De Suspensao Porca 5/8 Polegada Em Aco Carbono. - PORCA - Valor Referência: R$ 11,93			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
RONALDO MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	11,93	477,20	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0159 - PULSADOR EXTERNO DE CAMPAINHATensao: Bivolt Vol : 10 A Modelo: Sobrepor. - PULSADOR - Valor Referência: R$ 7,66			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
RONALDO MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	5,48	54,80	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0160 - QUADRO DISTRIBUICAO PARA 12 DISJUNTORESDe Sobrepor Para 12 Disjuntores; Material: PVC Cor: Branco - Modelo: Sobrepor Porta: Opaca - Grau de protecao: IP40. - PVC - Valor Referência: R$ 54,27			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	46,00	460,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0161 - QUADRO DISTRIBUICAO PARA 16 DISJUNTORES Material Termoplastico de alta resistencia auto extinguivel, Gabinete Plastico PS; Modelo: embutir. - PVC - Valor Referência: R$ 54,31			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	41,00	410,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0169 - REFLETOR DE LED 300W Holofote Bivolt para area externa, Luz branco frio, Prova d`agua 6500k,Modelo Slim Potente. Eficiente Externo; Material: Aluminio. Forma de luminaria: Holofote. Dimensoes: 40L x 330W x 240H. Fonte de alimentacao Eletrico com fio. - 300W 6500K IP66 - Valor Referência: R$ 58,12			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
PIX LED COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	54,00	2.160,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0170 - REFLETOR DE LED 50WRefletor Holofote Slim LED, 50W. Prova d`agua, Bivolt, Medidas Cores variaveis. A cor do ITEM sera de escolha da secretaria solicitante apresentado no envio da Autorizacao de Fornecimento. - LED - Valor Referência: R$ 14,61			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	14,00	1.400,00	Homologado em 17/08/2026 09: 28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0172 - REFLETOR PARA LAMPADA 400WMedidas: P: 1158 mm; L: 357 mm; A: 272 mm; Soquete/bocal: E40 Potencia: 400w Bivolt. - 400W 6500K - Valor Referência: R$ 95,04			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
PIX LED COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	73,44	734,40	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0177 - RESISTENCIA DE CHUVEIRO 220V - RESISTENCIA - Valor Referência: R$ 9,50			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
RONALDO MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	9,49	474,50	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0178 - RESISTENCIA PARA CHUVEIRO ELETRICO 110V. - RESISTENCIA - Valor Referência: R$ 15,45			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
RONALDO MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	10,14	507,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0180 - SOQUETE COM RABICHO E27O Bocal Soquete Pendente Com Rabicho Termoplastico Preto E27 4A/250V, essencial para a instalacao de lampadas. Material Termoplastico de alta qualidade, esse soquete oferece uma conexao segura e confiavel para lampadas com base E27. - E-27 RABICHO - Valor Referência: R$ 3,10			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
PIX LED COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	2,07	62,10	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0181 - SOQUETE DE PORCELANA E-27Material porcelana. Receptaculo para lampadas E-27 - E-27 - Valor Referência: R$ 2,68			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	2,00	160,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0185 - TERMINAL A COMPRESSAO 70 MMFinalidade: Terminacao de condutores de cobre. Caracteristicas: Alta condutibilidade eletrica e resistencia a corrosao. Sapata com diversas opcoes de furacao e otimo contato eletrico. Aplicacoes: Paineis eletricos, ligacoes de chaves disjuntoras, motores, maquinas, barramentos, quadros de distribuicao eletrica, entre outras. Material: Cobre eletrolitico. Condutores - Area (mm) 70mm Diametro do Furo (mm) 10,5mm Parafuso: 3/8 ou M10. - TM - Valor Referência: R$ 6,42			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	2,68	134,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0186 - TERMINAL A COMPRESSAO 95 MM Modelo-OLHAL DE COMPRESSAO; Tipo de conector-TM; Genero do conector - OLHAL Material de revestimento - Metal. - TC-95 - Valor Referência: R$ 8,00			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
J2R AUTOMAÇÃO LTDA - EIRELI	7,02	140,40	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0187 - TERMINAL COMPRESSAO/OLHAL 16 MMModelo-Anel pre Isolado para Cabos e Fios Tipo de conector - Conector Eletrico Genero do conector Geral - Material de revestimento - Nylon 6.6. - OLHAL - Valor Referência: R$ 1,88			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	1,88	56,40	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0188 - TERMINAL DE COMPRESSAO 10MMTipo argola Com apenas 1 furo de diamentro 5,2mm Material: cobre eletrolitico. - TM - Valor Referência: R$ 0,99			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	0,95	28,50	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0189 - TERMINAL DE COMPRESSAO 25 MMTipo argola Material: cobre eletrolitico Comprimento: 3,5 cm Esse terminal de compressao foi desenvolvido para a utilizacao em paineis eletricos, ligacoes de chaves disjuntores, motores, maquinas, barramentos, quadros de distribuicao eletrica, entre outras, desde que o fio tenha 25 mm de diametro. - TM - Valor Referência: R$ 2,16			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	1,70	51,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0190 - TERMINAL PINO ISOLADO - AGULHA 35MMMaterial do terminal: Cobre Material Isolante: PVC Terminal Isolado Tipo: Agulha Tratamento termico: estanho Retardante a chamas. - TM - Valor Referência: R$ 7,23			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	5,50	110,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0191 - TERMINAL TUBULAR ILHOS 10 MMProduto feito com cobre estanhado eletroliticamente e com Isolamento de Nylon com retardamento de chama. Tipo de conector - terminal tubular ilhos. - ILHÓS - Valor Referência: R$ 0,30			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	0,20	10,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0192 - TERMINAL TUBULAR ILHOS 16 MMProduto feito com cobre estanhado eletroliticamente e com Isolamento de Nylon com			
retardamento de chama. Tipo de conector - terminal tubular ilhos. - ILHÓS - Valor Referência: R$ 0,38			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	0,34	17,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0193 - TERMINAL TUBULAR ILHOS 25 MMProduto feito com cobre estanhado eletroliticamente e com Isolamento de Nylon com retardamento de chama. Tipo de conector - terminal tubular ilhos. - ILHÓS - Valor Referência: R$ 0,78			

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	0,35	17,50	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0194 - TERMINAL TUBULAR ILHOS 35 MMProduto feito com cobre estanhado eletroliticamente e com Isolamento de Nylon com retardamento de chama. Tipo de conector - terminal tubular ilhos. - ILHÓS - Valor Referência: R$ 0,68			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	0,45	22,50	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0195 - TIMER ANALOGICO BIVOLT 127/220V SEGUNDO ATE 1 SEMANA. - TIMER - Valor Referência: R$ 36,77			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
RONALDO MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	31,90	319,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0196 - TIMER: DIGITAL CV 10/A 16A 220V 1S ATE 1 SEMANA. - TIMER DIGITAL - Valor Referência: R$ 66,39			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
LICITA SHOP COMERCIO E SERVICOS LTDA	66,00	660,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0197 - TOMADA 10 E 20 AMPERESMaterial: Plastico Tomadas Duplas de 10 e 20 amperes completos (placas e modulos). Os Modulos de 10 amperes sao BRANCOS e os Modulos de 20 amperes sao VERMELHOS. - TOMADA - Valor Referência: R$ 5,92			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
RONALDO MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	5,48	548,00	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0198 - TOMADA DE EMBUTIRTomada embutir 2P+T, 20A 250V. - TOMADA - Valor Referência: R$ 8,03			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
RONALDO MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	4,23	211,50	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0199 - TOMADA EXTERNATomada Externa 2P+T 20A/ 250V. - TOMADA - Valor Referência: R$ 5,95			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
RONALDO MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	4,89	244,50	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
0200 - TOMADA TRIPLAPeso do produto: 73,94 Gramas - Dimensoes do produto: 12,1L x 8W x 4,2H centimetros. - TOMADA - Valor Referência: R$ 13,28			
Fornecedor	**Valor Final**	**Valor Total**	**Situação**
RONALDO MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	12,79	511,60	Homologado em 17/08/2026 09:28:09 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO			
Autoridade Competente			

Publicado por:
Gisely de Souza Gomes
Código Identificador:C3D69341

